

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1898

	Pags.
N. 2784 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de janeiro de 1898 — Concede autorisação á Companhia de seguros contra fogo <i>L'Union</i> para funcionar na Republica	1
N. 2785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de Janeiro de 1893 — Concede autorisação á <i>Naumann Gepp & Company, limited</i> , para funcionar na Republica.....	15
N. 2786 — EXTERIOR — Decreto de 5 de janeiro de 1898 — Designa as sédes dos Consulados no Imperio do Japão	67
N. 2787 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1898 — Manda reverter ao serviço activo do Exército o capitão de infantaria Francisco Theophilo Cardoso.....	68
N. 2788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1898 — Dá nova organização á Brigada Policial da Capital Federal.....	68
N. 2789 — EXTERIOR — Decreto de 8 de janeiro de 1898 — Publica a accsitação pelo Governo da Servia do protocollo III da conferencia de Madrid, de 15 de maio de 1891, sobre a união para a protecção da propriedade industrial, quanto á dotação da Secretaria Internacional.....	69
N. 2790 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1898 — Reorganisação da Guarda Nacional do Estado da Bahia.....	69
N. 2791 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1893 — Dá regulamento para arrecadação do imposto de transporte	70

	Pag.
N. 2792 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de indústrias e profissões.....	73
N. 2793 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1898 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Estado do Maranhão..	122
N. 2794 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação das taxas de consumo de agua na Capital Federal.....	132
N. 2795 — EXTERIOR — Decreto de 14 de janeiro de 1898 — Publica a decisão do Governo Japonez estendendo á ilha Formosa as disposições do regulamento n. 18, de 17 de julho de 1885, concernente ás repressões das infracções á Convenção de 14 de março de 1884, para a protecção dos cabos submarinos.....	136
N. 2796 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1898 — Approva os orçamentos para execução das obras de captação de maior volume de agua em diversas estações, machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados e desenvolvimento dos respectivos reservatorios, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	137
N. 2797 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1898 — Concede autorisação á <i>The Leopoldina Railway Company, limited</i> , para funcionar na Republica.....	137
N. 2798 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de janeiro de 1898 — Approva os projectos e orçamentos para construcção de dous barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sitio Novo, e o augmento das estações de Pombal, Sapé e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia.....	166
N. 2799 — MARINHA — Decreto de 19 de janeiro de 1898 — Reforma o regulamento da Escola Naval, mândado executar pelo decreto n. 1256, de 10 de janeiro de 1891	166
N. 2800 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1898 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade.....	201
N. 2801 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1898 — Abre o credito supplementar de trescentos e oito contos duzentos cincoenta e dous mil seiscentos e noventa réis (308:252\$690), á verba — Caixa da Amortisação — do Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1897.....	217
N. 2802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1898 — Organisa mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Palmeira, no Estado do Paraná.....	217
N. 2803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.....	218

Pag.

N. 2804 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1898 — Supprime a ultima parte da clausula 2ª. das que baixaram com o decreto n. 2535 de 28 de junho de 1897.....	218
N. 2805 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1898 — Approva o orçamento para conclusão das obras de modificações da estação de Curitiba, da Estrada de Ferro do Paraná.....	219
N. 2806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de janeiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guarda Nacionaes na comarca de S. Manoel do Paraíso, no Estado de S. Paulo.....	218
N. 2807 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Reorganisa as Repartições de Fazenda	220
N. 2808 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:657\$534 para occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal addido á respectiva Secretaria de Estado durante o 1º semestre do corrente anno.....	245
N. 2809 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 13:985\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do 2º official da Administração dos Correios do Districto Federal, Max Fleiuss, em virtude de sentença do Poder Judiciario.....	247
N. 2810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1898 — Proroga até 23 de fevereiro proximo futuro o estado de sitio no Districto Federal e comarca de Nitheroy.....	247
N. 2811 — FAZENDA — Decreto de 1 de fevereiro de 1898 — Revoga o decreto n. 1863 A, de 31 de outubro de 1894, e quaesquer outras disposições sobre a Mesa de Rendas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.....	248
N. 2812 — GUERRA — Decreto de 3 de fevereiro de 1898 — Manda reverter ao serviço activo do Exercito o alferes de cavallaria Leopoldo Itacoatiara de Senna	248
N. 2813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1898 — Reorganisa a Junta dos Corretores da Capital Federal.....	249
N. 2814 — FAZENDA — Decreto de 7 de fevereiro de 1898 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.....	252
N. 2815 — GUERRA — Decreto de 8 de fevereiro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial de 490:419\$330, para as despezas com a installação das escolas preparatorias e de tactica, no Districto Federal e no Estado do Rio Grande do Sul.....	255
N. 2816 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de fevereiro de 1898 — Declara caduca a	

	Pags.
concessão feita á <i>The Ceará Harbour Corporation</i> , para as obras do porto da Fortaleza	256
N. 2817 — MARINHA — Decreto de 17 de fevereiro de 1898 — Manda reverter para o quadro activo da Armada o 1º tenente Pio da Silva Torally e o pharmaceutico de 4ª classe, guarda-marinha, Guilherme Hoffman Filho, amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1885	257
N. 2818 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1898 — Dá novo regulamento ao Depósito Geral da Capital Federal	257
N. 2819 — MARINHA — Decreto de 23 de fevereiro de 1898 — Dá novo regulamento para o montepio dos operarios e serventes dos Arsenaes de Marinha da Republica	263
N. 2820 — MARINHA — Decreto de 23 de fevereiro de 1898 — Proroga o prazo estabelecido no decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, para ser adoptado o Codigo de signaes commum a todos os portos e barras da Republica	277
N. 2821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes	277
N. 2822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes	278
N. 2823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Palmira, no Estado de Minas Geraes	278
N. 2824 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes	279
N. 2825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Coritybanos, no Estado de Santa Catharina	279
N. 2826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina	280
N. 2827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina	280
N. 2828 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Pomba, do Estado de Minas Geraes	281
N. 2829 — EXTERIOR — Decreto de 11 de março de 1898 — Crea um Consulado em Glasgow, Gran-Bretanha	281

	Paga.
N. 2830 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1898 — Contracta com Affonso Spée o arrendamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Urugayana.....	282
N. 2831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1898 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado da Parahyba.....	286
N. 2832 — EXTERIOR — Decreto de 14 de março de 1898 — Substitue a tabella dos emolumentos consulares.....	287
N. 2833 — GUERRA — Decreto de 15 de março de 1898 — Apõe ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 221:914\$135, supplementar á verba 27 ^a do art. 5 ^o da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	292
N. 2834 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Propria, no Estado de Sergipe.....	292
N. 2835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.....	293
N. 2836 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1898 — Contracta com o engenheiro Alfredo Novis o arrendamento da Estrada de Ferro de Baturité.....	293
N. 2837 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.....	301
N. 2838 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.....	302
N. 2839 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.....	302
N. 2840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Manhuassú, no Estado de Minas Geraes.....	303
N. 2841 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.....	303
N. 2842 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.....	304
N. 2843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Organisa uma brigada de infan-	

	Page.
taria da Guarda Nacional na comarca de Ponta de Pedras, no Estado do Pará.....	304
N. 2844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.....	305
N. 2845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Crea uma brigada de artilharia de Guardas Nacionaes na comarca de Blumenau, no Estado de Santa Catharina.....	305
N. 2846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1898 — Dá regulamento para o Cofre dos Depósitos Publicos da Capital Federal.....	306
N. 2847 — EXTERIOR — Decreto de 21 de março de 1898 — Approva o regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares.....	314
N. 2848 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1898 — Approva a planta e orçamento para construção de desvios novos entre a <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> e os armazens de inflammaveis da Companhia Docas de Santos.....	323
N. 2849 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1898 — Dá novo regulamento ao Observatorio do Rio de Janeiro.....	323
N. 2850 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1898 — Contracta com o engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira o arrendamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.....	329
N. 2851 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 126:366\$922 á verba — Soccorros Publicos — do exercicio de 1897.....	336
N. 2852 — GUERRA — Decreto de 24 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 163:795\$260, supplementar á verba 27 ^a do art. 5 ^o da lei n. 423, de 10 de dezembro de 1896.....	345
N. 2853 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1898 — Crea uma Mesa de Rendas alfandegada no lugar denominado Porto Murtinho, no Estado de Matto Grosso...	346
N. 2854 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 166:249\$999, supplementar á verba — Juros dos bilhetes do Thesouro — do exercicio de 1897.....	346
N. 2855 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1898 — Declara caducos o privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 619, de 2 de agosto de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Aracajú a Simão Dias, com um ramal para Capella, no Estado de Sergipe	347

	Paga.
N. 2856 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1898 — Declara caducos o privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 193 D, de 3 de janeiro de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Tamandaré á Barra, no Estado de Pernambuco.....	347
N. 2357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1893 — Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundario nos Estados...	348
N. 2858 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1898, o credito de 700.000\$ para occorrer ás despezas de arrecadação e fiscalisação dos impostos de fumo e bebidas alcoolicas.....	387
N. 2859 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1898 — Manda reverter ao serviço activo do Exercito o tenente de cavallaria Paulo José de Oliveira.....	387
N. 2860 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6.186\$391 para pagamento de vencimentos de lente substituto da Escola Militar desta Capital ao major Alcides Bruce e das custas do processo a que foi condemnada a Fazenda Nacional.....	338
N. 2861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de março de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina.....	389
N. 2862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado de Santa Catharina.....	389
N. 2863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.....	390
N. 2864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.....	390
N. 2865 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina.....	391
N. 2866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.....	391
N. 2867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.....	392

	Page.
N. 2868 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.....	392
N. 2869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Limeira, no Estado de S. Paulo.....	393
N. 2870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Capão Bonito de Paranapanema, no Estado de S. Paulo.....	393
N. 2871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1898 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Goyaz.....	394
N. 2872 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.....	395
N. 2873 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Potengy, no Estado do Rio Grande do Norte.....	395
N. 2874 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.....	396
N. 2875 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.....	396
N. 2876 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1898 — Autorisa varias alterações no contracto firmado com a <i>Amazon Steam Navigation Company</i> , para a navegação dos rios Amazonas e outros, nos Estados do Amazonas e Pará.....	397
N. 2877 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio Claro, Estado de S. Paulo.....	398
N. 2878 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 33:341\$598 para occorrer aos pagamentos das differenças de vencimentos a telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	399
N. 2879 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de abril de 1898 — Concede authorisação ao Banco do Estado do Rio de Janeiro para organisar uma sociedade mutua sob a denominação de Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense.....	399

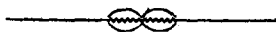
	Paga.
N. 2880 — GUERRA — Decreto de 18 de abril de 1898 — Approva o regulamento para a Secretaria de Estado da Guerra.....	406
N. 2881 — GUERRA — Decreto de 18 de abril de 1898 — Approva o regulamento para os Institutos militares de ensino.....	415
N. 2882 — FAZENDA — Decreto de 19 de abril de 1898 — Anexa ás Delegacias fiscaes as Caixas Economicas em alguns Estados.....	462
N. 2883 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1898 — Declara caducos o privilegio, garantia de juros e mais favores, concedidos para a construcção da Estrada de Ferro do Ribeirão ao Bonito.....	464
N. 2884 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1898 — Concede autorisação á <i>Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil</i> para funcionar.....	465
N. 2885 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1898 — Approva o regulamento para a fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União.....	484
N. 2886 — EXTERIOR — Decreto de 29 de abril de 1898 — Crea um Consulado no Rosario de Santa Fé, Republica Argentina.....	517
N. 2887 — EXTERIOR — Decreto de 29 de abril de 1898 — Crea um Consulado em Bruxellas.....	517
N. 2888 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1898 — Abre o credito de 600:000\$ ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.....	517
N. 2889 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1898 — Approva o typo de trilhos e respectivos accessorios que teem de ser empregados nos novos planos inclinados na Serra do Mar, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.....	518
N. 2890 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1898 — Concede autorisação á <i>The Faria Gold Mining Company of Brazil, limited</i> para continuar a funcionar na Republica.....	518
N. 2891 — GUERRA — Decreto de 2 de maio de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 8:294\$272 para pagamento, ao tenente reformado do Exercito José Severo Fialho, do soldo de sua reforma..	546
N. 2892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Iguaçu, no Estado de S. Paulo.....	547
N. 2893 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1898 — Concede á Escola Polytechnica da Bahia o titulo de Escola Livre, com todos os privilegios e garantias de que goza a Escola Federal, congenere...	547

	Pags
N. 2894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:028\$523 para pagamento do lente da Faculdade de Direito do Recife. Dr. José Joaquim Seabra e das custas do processo.....	548
N. 2895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de maio de 1893 — Approva o projecto de melhoramento entre as estações Central e de S. Diogo, da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	549
N. 2896 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de maio de 1893 — Transfere á <i>The Leopoldina Railway Company, limited</i> as concessões, privilegios, garantia de juros e demais favores de que gosava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em referencia ás vias ferreas abaixo mencionadas.....	550
N. 2897 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará.....	552
N. 2898 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.....	552
N. 2899 — FAZENDA — Decreto de 16 de maio de 1898 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco da Bolsa.....	553
N. 2900 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.....	556
N. 2901 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1893 — Proroga por dous annos o prazo marcado no contracto de 3 de março de 1893 á Companhia Brasileira Torrens para o inicio das obras do porto da Victoria, Estado do Espirito Santo.....	557
N. 2902 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.....	557
N. 2903 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Guaraçuva, no Estado do Paraná.....	558
N. 2904 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1898 — Anexa á Delegacia Fiscal a Caixa Economica do Estado do Pará.....	558
N. 2905 — GUERRA — Decreto de 6 de junho de 1898 — Modifica o regulamento approved pelo decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1893, para o serviço de fornecimento de viveres e forragens aos corpos do Exercito.....	559
N. 2906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1893 — Crea uma brigada de infantaria	

	de Guardas Nacionais na comarca de Píuma, no Estado do Espírito Santo.....	560
N. 2907	— FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1893 — Regula a conversão dos juros de 4 % ouro das apolices da dívida publica interna em juros de 5 % papel.....	560
N. 2908	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1898 — Eleva a 16:281\$913 o credito de 8:028\$523, aberto pelo decreto n. 2894, de 9 de maio findo	562
N. 2909	— EXTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1898 — Publica a adesão do Estado Livre de Orange á Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897.....	562
N. 2910	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo.....	563
N. 2911	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Serra Negra, no Estado de S. Paulo.....	563
N. 2912	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo.....	564
N. 2913	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.....	564
N. 2914	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jundiáhy, no Estado de S. Paulo.....	565
N. 2915	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1898 — Declara caduca a fiança da garantia de juros, concedida para a construção da Estrada de Ferro Central Alagoana.....	565
N. 2916	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1898 — Concede autorização á <i>Atlas Assurance Company</i> para funcionar na Republica.	566
N. 2917	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1898 — Approva o regulamento para os serviços de construção e melhoramento de portos, rios e canaes.....	605
N. 2918	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.....	612
N. 2919	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Obidos, no Estado do Pará.....	613

	Page.
N. 2920 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guarda Nacional na comarca de Cintra, no Estado do Pará.....	613
N. 2921 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Grão-Mogol, no Estado de Minas Geraes.....	614
N. 2922 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.....	614
N. 2923 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1898 — Crea mais os logares de suplentes de substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes de Santa Thereza e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.....	615
N. 2924 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:934\$410, para pagamento de vencimentos e custas devidos ao Dr. Cincinato Americo Lopes.....	615
N. 2925 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.....	616
N. 2926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.....	619
N. 2927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.....	617
N. 2928 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Cametá, no Estado do Pará.....	618
N. 2929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. João do Piahy, no Estado do Piahy.....	618
N. 2930 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de junho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.....	619
N. 2931 — FAZENDA — Decreto de 30 de junho de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda, para o exercicio de 1898, o credito de 9.783:333\$333, ao cambio de 27, para occorrer ao pagamento dos juros e amortisação do emprestimo de £ 2.000.000 contrahido em 1897 em Londres.....	619

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



1898

DECRETO N. 2784 — DE 4 DE JANEIRO DE 1898

Concede autorização á Companhia de seguros contra fogo *L'Union* para funcçãoar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de seguros contra fogo *L'Union*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á Companhia de seguros contra fogo *L'Union* para funcçãoar na Republica, com agencias na Capital Federal e nos respectivos Estados, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2781 desta data**

I

A Companhia de seguros contra fogo *L'Union* é obrigada a ter um representante na Republica, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

A companhia não poderá funcionar enquanto não depositar no Thesouro Federal a quantia de 20:000\$, em apolices da divida publica, por cada uma agencia que abrir, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado, sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer autorisação que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cessada a autorisação para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

VI

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com multa de 1:000\$ a 5:000\$000.

Capital Federal, 4 de janeiro de 1898. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda*.

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça :

Certifico pela presente, em como me foi apresentada uma certidão da acta da assembléa geral, escripta na lingua franceza, a fim de a traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio, e, litteralmente vertida, diz o seguinte :

Traducção — Companhia de seguros contra fogo *L'Union*.

Transcripta do livro das actas do conselho de administração. Sessão de 12 de janeiro de 1881.

Quarta-feira, 12 de janeiro de 1881, ás 3 horas e um quarto da tarde, reuniu-se o conselho de administração no domicilio da companhia.

Os membros presentes são os Srs. d'Eichtal, presidente ; C. Mallet, vice-presidente ; T. Audéoud, E. Hentsch, C. Aurissel, C. Jameson, A. Vernes, administradores.

O conselho nomeia o Sr. Charles Robert director da companhia, a começar de hoje.

Para extracto ou cópia, conforme, passada em virtude do art. 24 dos estatutos.

Um dos administradores. — (Assignado) C. Jameson. — O director, Ch. Robert.

Visto por nós, maire do segundo districto, para legalisação das assignaturas dos Srs. Jameson e Charles Robert.

Pariz, 12 de novembro de 1897. — (Assignado) H. Aron.

(Sello do maire do 2º districto.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Aron, adjunto ao maire do segundo districto, exarada no outro lado.

Pariz, 13 de novembro de 1897.

O prefeito do Sena.

Pelo prefeito.

O conselheiro de Prefeitura delegado. — (Assignado) De Clantonne.

(Sello da Prefeitura.)

O Ministro dos Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. de Clantonne.

Pariz, 17 de novembro de 1897.

Pelo Ministro.

Pelo chefe de secção delegado. — E. Corpel.

(Sello do Ministerio dos Estrangeiros.)

Reconheco verdadeira a assignatura supra do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Estrangeiros desta Republica.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, 16 de novembro de 1897. — (Assignado) João Belmiro Leoni, consul.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul do Brazil em Pariz.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1897.

Pelo director geral. — (Assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis) *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da 3ª secção.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e duas estampilhas no valor de 300 réis inutilizadas pela Recebedoria.)

Nada mais continha a dita certidão, que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 21 de dezembro de 1897. — *Afonso H. C. Garcia*, traductor publico.

Pagou de emolumentos e estampilhas, 13\$200.

Eu abaixo assignado, *Afonso Henriques Carlos Garcia*, traductor publico juramentado, interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça :

Certifico pela presente, em como me foi apresentada uma certidão de acta de assembléa geral, escripta na lingua franceza, a fim de a traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e, litteralmente vertida, diz o seguinte :

Tradueção — Companhia de seguros contra fogo *L'Union*.

Transcripta do livro das actas das assembléas geraes.

Sessão de 26 de abril de 1895.

Sexta-feira, vinte e seis de abril de mil oitocentos noventa e cinco, a uma hora da tarde, a assembléa geral dos accionistas reuniu-se na séde da companhia.

Os Srs. *C. Jameson*, *Albert Mirabaud* e *Stephane Derville* são reeleitos, por unanimidade, administradores por tres annos.

Para cópia conforme, passada em virtude do art. 39 dos estatutos. — Pela companhia, um dos administradores, (assignado) *C. Jameson*. — O director, (assignado) *Charles Robert*.

Visto por nós, maire do segundo districto, para legalisação das assignaturas dos Srs. *Jameson* e *Charles Robert*.

Pariz, 12 de novembro de 1897. — (Assignado) *H. Aron*.

Visto para legalisação da assignatura do Sr. *Aron*, adjunto ao maire do segundo districto, exarada do outro lado.

O prefeito do Sena. — Pelo prefeito.

O conselheiro de Prefeitura delegado. — (Assignado) *De Clantonne*. (Sello da Prefeitura.)

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. *De Clantonne*.

Pariz, 15 de novembro de 1897. — Pelo Ministro.

Pelo chefe de secção delegado. — (Assignado) *E. Corpel*.

(Sello do Ministerio dos Estrangeiros.)

Reconheço verdadeira a assignatura abaixo, do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiras desta Republica.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil, em Pariz, 16 de novembro de 1897. — (Assignado) *João Belmiro Leoni*, consul.

(Sello do Consulado em Pariz.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul geral do Brazil, em Pariz.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1897. — Pelo director geral. — (Assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis) *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da 3ª seção.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e duas estampilhas no valor de 300 réis, inutilizadas pela Recebedoria.)

Nada mais continha a dita certidão que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto. Em fê do que passei a presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 21 de dezembro de 1897. — *Affonso H. C. Garcia*, traductor publico.

Pagou de emolumentos e estampilhas, 13\$200.

Eu abaixo assignado, *Affonso Henriques Carlos Garcia*, traductor publico juramentado e interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça :

Certifico pela presente, em como me foram apresentados os estatutos da Companhia de seguros contra fogo *L'Union*, impressos na lingua franceza, a fim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão de meu officio e, litteralmente vertidos, dizem o seguinte :

TRADUÇÃO

ESTATUTOS

FINS E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º A sociedade anonyma, constituida sob o nome de *L'Union*, companhia de seguros contra fogo, segundo escriptura passada perante mestre Vavin, tabellião em Pariz, em 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 1828, e autorizada por decreto de 5 de outubro de 1828 por 50 annos consecutivos, é e fica transformada em sociedade anonyma livre, nos termos da lei de 24 de julho de 1897.

Art. 2.º A duração da sociedade, primitivamente fixada em 50 annos a começar de 5 de outubro de 1828, é prorogada, segundo escriptura passada perante mestre Fould, tabellião em Pariz, em 5 de maio de 1876, por um novo periodo de 99 annos, que começará de 1 de janeiro de 1877, salvo os casos de liquidação abaixo previstos.

Art. 3.º As operações da companhia teem por fim o seguro contra o fogo de todas as propriedades moveis ou immoveis, que o fogo possa destruir ou damnificar.

A companhia pôde estender a sua garantia, por convenção expressa, aos danos accessorios de que o fogo possa ser causa, taes como: perda de aluguel e de gozo, cessação e outros prejuizos analogos.

A companhia responde tambem, quando a este respeito convençionar especialmente, baja ou não incendio, pelos danos que possam sobrevir ás propriedades moveis e immoveis por diversas causas de explosão, os casos de insurreição, de guerra civil ou estrangeira e de terremotos exceptuados.

Art. 4.º O maximo dos seguros sobre um risco só não deve exceder de quinhentos mil francos para os seguros da especie mais perigosa, e de um milhão de francos para os da especie menos arriscada. Estas cifras podem ser augmentadas, quando a companhia tiver coberto o excedente por meio de re-seguros.

Art. 5.º Os seguros se effectuam no nome da companhia, em Pariz, em toda a França, nas colonias e no estrangeiro.

Art. 6.º Outras quaesquer operações que não as classificadas no art. 3.º são formalmente interditas á companhia.

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 7.º O capital da sociedade é fixado em dez milhões de francos e dividido em duas mil acções, de cinco mil francos cada uma.

Art. 8.º Os accionistas terão de entrar immediatamente com o primeiro quarto da importancia de cada acção, isto é, mil duzentos e cinquenta francos, e tomarão o compromisso de entrar com o restante.

Por consequente, em casos de perdas que absorverem a reserva especificada no art. 42, e necessariamente uma chamada de fundos, o conselho de administração poderá exigir dos accionistas, até a importancia não entrada de suas acções, uma entrada proporcional á importancia das necessidades da companhia.

Os accionistas, á notificação do que for resolvido pelo conselho, deverão realizar, dentro de vinte dias, na caixa da companhia, as entradas pedidas.

Na falta de pagamento no prazo supradito, as acções serão vendidas por intermedio de corretores ou de tabeliães, a riscos e perigos do accionista em atraso, sem prejuizo dos meios a empregar-se contra elle para o pagamento das quantias de que elle for devedor á companhia.

No caso de excedente, se dará conta delle ao accionista.

Art. 9.º Os accionistas só respondem pelos compromissos da companhia até a importancia de suas acções.

Art. 10. As acções são representadas por uma inscripção nominal nos registos da companhia.

Será entregue a cada accionista um certificado de inscripção, assignado por um administrador e o director.

Art. 11. Nenhum accionista poderá possuir mais de cem acções.

Não será admittido accionista, mesmo em casos de venda publica ou judicial, sinão em virtude de uma deliberação do conselho de administração, tomada por escrutinio secreto e pela maioria dos membros presentes.

Não serão submettidos a esta formalidade os accionistas que entrarem em numerario com a importancia integral do valor nominal da acção.

Art. 12. A transferencia das acções terá logar por meio de transferencia em um livro apropriado para isso no domicilio da sociedade; esta transferencia será assignada pelo transferente e aceita pelo transferido. A companhia poderá exigir a legalisação das assignaturas por um corretor.

Art. 13. Toda a acção é indivisivel a respeito da companhia, e não pôde ser transferida sinão para o nome de um só proprietario.

No caso de morte de um accionista, os seus herdeiros ou quem tenha direito teem, durante seis mezes, a faculdade de apresentar á approvação do conselho de administração um accionista em substituição.

Si á expiração dos seis mezes a datar do dia do fallecimento não for feita apresentação alguma, ou si os substituintes não forem admittidos, as acções serão vendidas em seguida a uma decisão do conselho de administração, pelo intermedio de um corretor ou de um tabellião, a risco e perigo dos herdeiros ou de quem tenha direito, sem que seja necessaria modificação ou autorisação alguma.

O producto da venda das acções ficará sujeito, por compensação, ao que possa ser devido á companhia pelo accionista fallecido; o excedente, si houver, será posto á disposição dos herdeiros.

Art. 14. Em caso de fallencia de um dos herdeiros, as acções inscriptas sob o nome do fallido serão vendidas em seguida a uma decisão do conselho de administração, pelo intermedio de um corretor ou de um tabellião, sem que haja necessidade de notificação ou autorisação.

O producto das acções ficará sujeito, por compensação, ao que possa ser devido á companhia pelo accionista fallido; o excedente, si houver, será posto á disposição dos credores.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 15. A companhia é administrada por um conselho composto de nove membros, podendo o numero destes ser levado a dez no caso que o director for escolhido pelos administradores.

As funções dos administradores são gratuitas, salvo os tentos de presença, cujo valor é fixado pela assembléa geral.

Art. 16. Todo administrador deverá possuir dez acções pelo menos, as quaes serão inalienaveis enquanto no exercicio de suas funções; ellas serão marcadas por um carimbo indicando a inalienabilidade e depositada na caixa social.

Art. 17. Os administradores são nomeados pela assembléa geral dos accionistas.

A duração de suas funções é de tres annos.

Por esta vez, e em virtude do presente instrumento, os Srs. A. d'Eichtal, T. Audéoud, E. Hentsch, C. Aurissel, C. Jameson, C. Mallet, H. Mirabaud, G. Velay, F. Vernes, administradores em exercicio, e E. Maas, director em funções, são eleitos administradores por tres annos, salvo o effeito das renovações parciaes de que trata o art. 18.

Art. 18. O conselho de administração é renovado no terço de anno para anno.

A primeira renovação terá logar em 1877.

Os administradores que sahem serão designados no primeiro anno pela sorte.

Os mesmos membros poderão ser reeleitos.

Art. 19. O conselho de administração nomeia entre os seus membros um presidente e um vice-presidente.

A duração das funções de presidente e do vice-presidente é de um anno; elles podem ser reeleitos.

No caso de ausencia do presidente e do vice-presidente, elles são substituidos pelo mais velho dos membros presentes.

Art. 20. Si vagar um dos logares de administrador, o conselho de administração nomeia um provisoriamente; a assembléa geral procede à eleição definitiva.

O administrador assim nomeado só fica em exercicio pelo tempo que faltava decorrer ao seu predecessor.

Art. 21. O conselho de administração se reúne pelo menos uma vez por mez.

Para que uma deliberação seja valida, cinco membros, pelo menos, devem assistir ao conselho.

As resoluções são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes.

No caso de empate, o voto do presidente ou daquelle que occupa a cadeira é preponderante.

Art. 22. O conselho de administração é investido dos mais amplos poderes para a gestão e administração da sociedade, principalmente:

1º, nomeia o director e o revoga, ou propõe a sua nomeação e sua revogação à assembléa geral. Em todos os casos pôde suspendel-o;

2º, nomeia, revoga e demitte todos os agentes e empregados da companhia, fixa os seus vencimentos, vantagens proporcionaes, bem como as despezas geraes da administração;

3º, determina, de conformidade com a lei, a collocação dos fundos disponiveis, bem como da reserva, e fixa o emprego

provisorio dos fundos necessarios para as necessidades correspondentes do serviço ;

4º, recebe todas as quantias devidas á companhia e dá das mesmas quitação ;

5º, póde tomar emprestimo sobre immoveis e hypothecal-os. Póde tambem tomar inscripções sobre immoveis e dar levantamento delles, mesmo sem receber ;

6º, delibera e ajusta as condições geraes dos contractos de seguros e de re-seguro, bem como as tarifas de premios applicaveis ás diversas naturezas de riscos ;

7º, ajusta e autorisa o pagamento das perdas e damnos a cargo da companhia ;

8º, autorisa as acções judiciais, compromissos o transacções ;

9º, póle tratar, transigir e comprometter sobre todos os interesses da companhia ; póde tambem substabelecer ;

10, ajusta as contas que devem ser submittidas á assembléa geral, faz um relatorio sobre essas contas e sobre a situação dos negocios da companhia e propõe a fixação dos dividendos a distribuir e das reservas a levantar-se ;

11, submette á assembléa geral as propostas de modificações ou additamentos aos presentes estatutos, bem como ás questões de prorogação, fusão ou dissolução anticipada da companhia.

Art. 23. O conselho designa em cada sessão um administrador de serviço que toma conhecimento das operações da companhia e exara a sua assignatura nos instrumentos ou documentos que reclamam a do administrador.

Art. 24. As deliberações do conselho de administração serão inscriptas em um livro e assignadas por dous, pelo menos, dos membros presentes á sessão.

As cópias ou extractos dessas deliberações, para serem apresentadas em Juizo ou em outra parte, serão certificados por um administrador e o director.

DA DIRECÇÃO

Art. 25. O director é escolhido, quer fóra do conselho de administração, quer entre os seus membros, e neste ultimo caso a sua nomeação tem logar pela duração do seu mandato de administrador.

Elle é nomeado pelo conselho de administração ou sob proposta deste pela assembléa geral.

A sua revogação, si houver logar, é proferida, segundo o modo de sua nomeação, pelo conselho de administração, ou, por proposta sua, pela assembléa geral.

Em todos os casos, o conselho tem o direito de suspendel-o de suas funcções por factos graves.

O director deverá possuir 10 acções, pelo menos, as quaes são inalienaveis enquanto durarem as suas funcções, com um carimbo de inalienabilidade, e depositadas na caixa social ; elle

recebe um salario fixo e vantagens proporcionaes, cuja importancia é fixada pela assemblea geral.

Art. 26. O director assiste ás reuniões do conselho de administração e só tem nellas voto consultativo, mesmo si for do numero dos administradores.

Art. 27. O director é encarregado da execução das deliberações e resoluções do conselho de administração.

Dirige o trabalho das mesas, regula e ajusta as condições particulares dos seguros, conforme a tarifa fixada pelo conselho de administração, faz os re-seguros necessarios e especialmente os das quantias que excederem os maximos fixados pelo art. 4º.

Submette ao conselho o ajuste das perdas e damnos a cargo da companhia.

Propõe a nomeação, revogação ou demissão dos empregados e agentes da companhia.

Art. 28. Os contractos de seguros, os tratados e convenções, a correspondencia, os endossos, transferencias de rendas e outros valores inscriptos no nome da companhia, as delegações de poderes e quaesquer outros documentos são assignados pelo director, conjuntamente com um administrador.

As acções judiciais são, após autorisação do conselho, exercidas ou proseguidas no nome da companhia, a diligencias do director.

Art. 29. Os valores pertencentes á companhia ou que lhe sirvam de garantia são guardados em uma caixa com duas chaves, das quaes fica uma em poder de um dos administradores e a outra em mãos do director.

Art. 30. Em caso de molestia, ausencia ou suspensão do director, elle é substituido provisoriamente por um administrador ou por um dos principaes empregados, delegado para este fim.

NA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 31. A assemblea geral representa a universalidade dos accionistas; as suas decisões, tomadas pela maioria dos votos, são obrigatorias para todos, mesmo pelos ausentes e dissidentes.

Art. 32. A assemblea geral compõe-se dos accionistas que são proprietarios de tres acções, pelo menos, depois de decorridos tres mezos.

Quando um membro não puder assistir á assemblea, elle tem o direito de se fazer representar por outro membro.

Os membros que compuzerem a assemblea geral teem tantos votos quantas forem as acções que possuirem desde tres mezes, pelo menos; porém, um accionista só não póde ter mais de cinco votos por si mesmo e dez votos como representante.

A assemblea geral deve ser composta de um numero de accionistas representando, pelo menos, um quarto do capital social, salvo o que for dito no art. 38.

Si a assemblea geral não reunir esse numero, deverá ter lugar uma segunda convocação; ella será annunciada pelos jornaes,

com 10 dias de intervallo, na fôrma prescripta pelo art. 34; a assembléa assim convocada poderá deliberar qualquer que seja a parte do capital representada pelos accionistas presentes, mas sómente sobre os assumptos na ordem do dia da primeira assembléa.

Art. 33. A assembléa geral é presidida pelo presidente do conselho, ou pelo vice-presidente, e na falta delles pelo administrador delegado pelo conselho para os substituir.

Serão escrutadores, caso acceitem, os dous accionistas mais fortes presentes.

Assim constituida a mesa, ella designará o seu secretario.

Os membros do conselho não poderão ser escrutadores.

Art. 34. A assembléa geral se reunirá de direito cada anno no correr do mez de maio, o mais tardar.

Reunir-se-ha, tambem extraordinariamente, sempre que o conselho de administração reconhecer a sua utilidade.

As convocações ordinarias ou extraordinarias serão feitas por um aviso inserto 20 dias, pelo menos, antes da época da reunião em dous jornaes de annuncios legais do departamento do Sena, designados de conformidade com a lei. Quando se tratar de uma convocação extraordinaria, os avisos deverão indicar o respectivo fim.

Art. 35. A assembléa deliberará sobre as contas que lhe forem apresentadas, sobre a fixação do dividendo, sobre os levantamentos por fazer para as reservas, havendo lugar, bem como sobre as propostas que lhe forem feitas pelo conselho de administração.

As propostas apresentadas por 10 membros da assembléa geral e communicadas 20 dias antes ao conselho de administração, deverão ser levadas em ordem do dia da assembléa geral.

A assembléa geral, convocada extraordinariamente, poderá, por proposta do conselho de administração, adoptar quaesquer modificações ou additamentos aos estatutos, augmento de fundo social, votar contractos de união ou de fusão com outras sociedades, e enfim estatuir sobre a prorrogação ou dissolução anticipada da sociedade.

Art. 36. A assembléa geral nomeará os administradores e o director, havendo lugar, por maioria absoluta dos membros presentes, e por escrutinio, si for reclamado por cinco membros da assembléa.

Art. 37. Cada anno a assembléa escolherá entre os seus membros, que não os do conselho de administração, tres commissarios encarregados de fazer um relatorio á assembléa geral do anno seguinte sobre a situação da companhia, sobre o balanço e sobre as contas que forem apresentadas pelos administradores.

O inventario, o balanço e a conta de lucros e perdas serão postos á disposição dos commissarios, no quadragesimo dia, o mais tardar, antes da assembléa geral.

Os commissarios teem o direito de tomar conhecimento dos livros e de examinar as operações da companhia; poderão

juntar a si, si julgarem conveniente, um perito verificador, cujos honorarios serão pagos pelas despesas geraes.

Ser-lhes-hão abonados tentos de presença.

Art. 38. Quando a assembléa geral for chamada para deliberar sobre uma das questões especificadas no § 3º do art. 35, ella não será regularmente constituida sinão enquanto não for composta de um numero de accionistas representando, pelo menos, a metade do capital social, e as suas decisões só poderão ser tomadas á maioria dos tres quartos dos membros presentes ou representados.

Art. 39. As deliberações da assembléa geral serão lavradas em actas assignadas pelos membros da mesa; as cópias dessas actas, para serem apresentadas onde for preciso, serão certificadas por um administrador e pelo director.

Haverá uma folha de presença que conterá os nomes e domicilios dos accionistas e o numero das acções representadas por cada um delles.

Essa folha, certificada pela mesa, será annexada á acta.

DAS CONTAS ANNUAES E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 40. O anno social começará em primeiro de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Em cada semestre se organizará uma conta summaria da situação activa e passiva da companhia, e em 31 de dezembro de cada anno um inventario geral do activo e do passivo.

Art. 41. Os productos liquidos, feita a deducção de todos os compromissos, constituem os lucros.

Sobre esses lucros se fará um levantamento de um quinto para ser posto em reserva em augmento do capital, salvo o que disser o art. 42.

O excedente será repartido aos accionistas ao *pro rata* do numero de suas acções.

A assembléa geral poderá, por proposta do conselho de administração, prescrever que uma parte desse excedente seja applicada ao resgate das acções.

Art. 42. A reserva é destinada a servir em caso de perda, e de toda chamada de fundos, á extincção das dividas e encargos da sociedade.

O levantamento para a reserva poderá ser terminado ou reduzido logo que ella attingir a tres milhões de francos; mas, si após ter sido completado, o fundo de reserva vier a ser tocado, a retenção acima prescripta retomará o seu curso.

Art. 43. O pagamento dos dividendos se faz annualmente nas épocas fixadas pelo conselho de administração.

O conselho poderá, entretanto, no correr de cada anno, proceder á distribuição de um pagamento por conta sobre o dividendo do anno corrente.

Art. 44. No caso que um accionista liberte, de conformidade com o art. 11, o seu titulo, ser-lhe-ha abonado sobre a differença entre a sua entrada e a entrada exigivel um juro, cuja quota será fixada annualmente pelo conselho de administração.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 45. A dissolução antecipada da sociedade poderá ser proferida, sob proposta do conselho de administração, nos termos e condições dos arts. 35, § 3º e 38.

Ella terá logar de pleno direito :

1º, si as perdas excederem á metade do capital social ;

2º, si for requerida por um grupo que represente pelo menos a metade dos accionistas e os tres quartos das acções.

Art. 46. Nos casos previstos pelo artigo precedente, o conselho de administração terá de convocar immediatamente a assembléa geral.

Art. 47. A assembléa geral, immediatamente, encarregará o conselho de administração da liquidação ou nomeará tres commissarios liquidantes.

Art. 48. Os liquidantes farão re-segurar os riscos não extintos, ou rescindirão os contractos existentes ; poderão tambem, em virtude de uma deliberação da assembléa, fazer transferencia a outra sociedade de todos os direitos, acções e obrigações da companhia.

Ajustam e determinam os reembolsos das perdas e damnos a cargo da companhia.

Podem comprometter e transigir sobre quaesquer contestações e reclamações.

Art. 49. Os accionistas serão obrigados a reclamar da commissão de liquidação a effectuar os pagamentos necessarios para realizarem o pagamento das dividas até a importancia de suas acções.

A expiração do anno que seguir-se á época em que a liquidação tiver sido proferida, e cada anno seguinte até completa liquidação, se fará um inventario da situação da companhia.

Art. 50. Enquanto durar a liquidação, os poderes da assembléa geral continuam.

Ella tem o direito, principalmente, de approvar as contas da liquidação, passar a respectiva quitação e resolver sobre o termo da liquidação.

PODERES PARA AS PUBLICAÇÕES

Art. 51. Para fazer publicar os presentes estatutos e quaesquer actos relativos á transformação da sociedade, são conferidos ao portador de uma cópia ou de um traslado dos presentes todos os poderes necessarios.

Nós abaixo assignados, Conrado Jameson e Charles Robert, agindo, o primeiro como administrador e o segundo como director da Companhia de seguros contra fogo *L'Union*, certificamos, nas qualidades supra, que o exemplar acima é o texto exacto dos estatutos da companhia.

Passado em Pariz, no anno de 1897, aos 10 de novembro.— (Assignados) *C. Jameson.* — *C. Robert.*

Visto por nós, maire do 2º districto, para legalisação da assignatura dos Srs. Jameson e Charles Robert.

Pariz, 12 de novembro de 1897.— (Assignado) *H. Aron.* (Sello do maire.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Aron, adjunto ao maire do 2º districto.

Pariz, 13 de novembro de 1897.

O prefeito do Sena.

Pelo prefeito.

O conselheiro de Prefeitura delegado — (Assignado) *De Clantonne.*

(Sello da Prefeitura.)

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. de Clantonne.

Pariz, 17 de novembro de 1897.

Pelo Ministro.

Pelo chefe de secção delegado.— (Assignado) *E. Corpel.*

(Sello do Ministerio.)

Reconheço verdadeira a assignatura de fl. 6 v., do Sr. E. Corpel, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros desta Republica.

Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Pariz, 17 de novembro de 1897.— (Assignado) *João Belmiro Leoni*, consul.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. João Belmiro Leoni, consul do Brazil em Pariz.

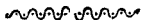
Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1897.— Pelo director geral — (Assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis) *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da 3ª secção.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e duas estampilhas no valor de 2\$100 inutilizadas pela Recebe-loria.)

Nada mais continham os ditos estatutos, que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 21 de dezembro de 1897.— *Afonso H. C. Garcia*, traductor publico.

(Pagou de emolumentos e estampilhas 92\$400.)



DECRETO N. 2785 — DE 4 DE JANEIRO DE 1898

Concede autorização á *Naumann Gepp & Company, limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Naumann Gepp & Company, limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á *Naumann Gepp & Company, limited*, para funcionar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 4 de janeiro de 1898, 10^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2785 desta data**

I

A *Naumann Gepp & Company, limited*, é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciais ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$000).

Capital Federal, 4 de janeiro de 1898.— *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

Eu abaixo assignado, J. J. Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola:

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza, afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte:

TRADUCÇÃO

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DA « NAUMANN GEPP & COMPANY, LIMITED »

Em papel sellado com o sello de cinco shillings do registro das companhias do anno de mil oitocentos noventa e sete.

CERTIDÃO DA INCORPORAÇÃO DE UMA COMPANHIA

Certifico pela presente que a sociedade *Naumann, Gepp & Company, limited*, foi incorporada como sociedade anonyma, ou companhia de responsabilidade limitada, de accordo com as leis de (1862 a 1893) mil oitocentos sessenta e dous a mil oitocentos noventa e tres, referentes a companhias, no dia trinta e um de maio de mil oitocentos noventa e sete.

Passada com a minha assignatura em Londres, aos onze de junho de mil oitocentos noventa e sete. — (Assignado) *J. S. Purcell*, registrador de companhias anonymas, ou por acções.

Sobre papel sellado com o sello de um shilling, do Reino Unido da Inglaterra, competentemente inutilisado pelas iniciaes do nome do tabellião de Londres *Alfred Donnison*, com a data de onze de junho de mil oitocentos noventa e sete.

Eu abaixo assignado, *Alfred Donnison*, tabellião publico da cidade de Londres, devidamente admittido e jurado, certifico pela presente:

« Que o documento que precede é traducção fiel e conforme ao portuguez da certidão de incorporação da Companhia «*Naumann, Gepp & Company, limited*», passada pelo *Sr. John Samuel Purcell, C. B.*, registrador de companhias anonymas, e a qual certidão em inglez vêe aqui annexa.»

Certifico, outrossim, que a firma assignada no fim da referida certidão de incorporação em inglez e que diz *J. S. Purcell* me foi reconhecida por verdadeira e do proprio punho e letra do referido Sr. John Samuel Purcell, e foi devidamente assignada perante mim tabellião no dia de hoje na minha presença, cuja certidão merece, segundo as leis vigentes neste Reino, toda a fé e credito, tanto em Juizo como fóra d'elle; e como taes certidões só são concebidas depois de preenchidas todas as exigencias da lei ingleza, é ella por si mesma prova de que ditas (sic) exigencias foram devidamente cumpridas.

Em testemunho da verdade eu o supracitado tabellião assignei este documento e nelle affixei o sello do meu cargo neste dia onze de junho de mil oitocentos noventa e sete.— (Assignado) *Alfred Donnison*, tabellião publico.

Achava-se affixado o sello do referido tabellião de Londres.

Reconheço verdadeira a assignatura supra de Alfred Donnison, tabellião publico desta cidade; e para constar onde convier, a pedido do mesmo passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos cinco de agosto de mil oitocentos noventa e sete.

Estavam-lhe appostas duas estampilhas do valor collectivo de tres mil réis (\$3000) devidamente inutilisadas, sobre as quaes estava a seguinte:— *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul, e datada: cinco de agosto de mil oitocentos noventa e sete.

Achava-se affixado o sello do Consulado do Brazil em Londres, e abaixo do mesmo, rubricado, o numero mil e trinta (n. 1.033) com a nota lançada infra: recebi seis shillings e nove dinheiros (6s 9d).— (Assignado) *Costa*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Estavam quatro estampilhas do valor total de quinhentos e cinquenta réis (\$550) devidamente inutilisadas, trazendo a data: Rio de Janeiro, nove de dezembro de mil oitocentos noventa e sete.— Pelo director geral — (Assignado) *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da terceira secção.

Ao lado se achava apposto o sello da Secretaria das Relações Exteriores da Republica do Brazil.

Sobre duas estampilhas do valor de novecentos réis (\$900), devidamente inutilisadas, se achava apposto o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, com a data supra.

Nada mais continha, nem declarava o documento supra, que fielmente traduzi do original, o mais litteralmente possivel, reproduzindo textualmente os dizeres do tabellião A. Donnison, que o certifica e autentica.

Em fé do que passo a presente, que assigno appondo-lhe o sello do meu officio nesta cidade, aos dezeseite de dezembro de mil oitocentos noventa e sete.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1897.— *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.

Pagou de estampilhas emolumentos dezenove mil e oitocentos réis (19\$800).

Eu abaixo assignado J. J. Fernandes da Cunha Filho, tradutor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola:

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua ingleza afim de traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertido diz o seguinte:

TRADUÇÃO

Memorandum da associação de Naumann, Gepp & Comp.,
limited

ESTATUTOS DA MESMA COMPANHIA

*Memorandum da associação de Naumann, Gepp & Comp.,
limitada*

I. A companhia denominar-se-ha *Naumann, Gepp & Company, limited* (Naumann, Gepp & Companhia, limitada).

II. O escriptorio registrado da companhia será na Inglaterra.

III. Os fins para os quaes se constitue esta companhia são os seguintes:

1.º Adquirir e tomar posse do negocio existente e dar desenvolvimento e extensão ao negocio de café, do qual se encarrega presentemente a firma de Naumann, Gepp & Comp., limitada, em Londres, na Inglaterra; em Santos e Ribeirão Preto, no Brazil; e o engenho, casa, cocheiras, negocio do fabrico de carros, abastecimento, sinão material de exploração, plantas, freguezia, e todo o mais activo e passivo da referida firma, relativo a tal negocio, e nessa conformidade, fazer o contracto a que se refere o art. 3.º dos estatutos da companhia e levar a effecto esse contracto com ou sem modificação.

2.º Occupar-se das industrias ou negocios de commerciantes de café, exportadores e importadores de café, assucar, cereaes de toda a especie ou casta de productos e mercadorias manufacturadas ou não; armadores, agentes maritimos, conductores e commissarios de transportes de generos, gado, mineraes, mercadorias ou fazendas, quer pertençam ou não á companhia e do transporte de gente por terra ou agua, fabricantes de carros, carroceiros, moleiros, corretores, feitores, fabricantes de cerveja, manipuladores de cevada para cerveja, distilladores, fabricantes de vinhos, preparadores de cevada, negociantes de carvão, importadores e negociantes de vinhos e espiritos alcoolicos, tanoeiros, engarrafadores, fabricantes de garrafas e de rolhas, oleiros, fabricantes de aguas mineraes e effervescentes e de outras bebidas, fornecedores de viveres com licença, albergueiros

ou hoteleiros, cervejeiros, donos de restaurantes, empreiteiros de casas de pasto, vendedores de gelo, donos de tabacarias, cultivadores de lupulo, agricultores, vendedores de fermento, de cereaes e madeireiros; e comprar, vender, manipular e traficar (quer a grosso quer a retalho), com artigos de toda especie em que possa a companhia convenientemente negociar relativamente a qualquer dos seus fins, e tratar de qualquer outro commercio, quer industrial, quer de outra natureza, qualquer que possa ser tratado pela companhia de accordo com os seus fins.

3.º Preparar ou nivelar terrenos para edificações, sobre elles edificar, beneficial-os, alugar as casas por arrendamento, adiantar dinheiro para a edificação ou construcção de predios, ou ampliar o mesmo por outra forma qualquer, da maneira que lhe pareça mais convir aos interesses da companhia.

4.º Requerer, comprar, ou por outro modo qualquer obter quaesquer patentes de invenção e privilegios, concessões e cousas semelhantes, que confirmam o uso de direito exclusivo ou não exclusivo ou limitado e qualquer segredo ou outro titulo ou documento relativo a algum invento que pareça ser aproveitavel ou util a quaesquer dos fins da companhia, ou cuja acquisição possa considerar-se directa ou indirectamente beneficio para a companhia; e usar, exercer, estender ou desenvolver, conceder licenças para isso, sinão aproveitar por outro modo esses bens, direitos e titulos assim adquiridos.

5.º Comprar, ou de outro modo adquirir, tomar a si ou encarregar-se de toda ou qualquer parte do negocio, bens e obrigações de qualquer pessoa ou de companhia que explore qualquer ramo de negocio ou commercio para que está a companhia autorizada a explorar, ou que possua bens adequados aos fins da companhia.

6.º Construir, realizar ou conseguir a execução, manter, melhorar, dirigir, executar, fiscalisar e superintender quaesquer estradas, caminhos, vias ferreas, ramaes ou junções de estradas de ferro, pontes, reservatorios, canaes, tanques ou diques, trapiches, conductos de agua, obras hydraulicas, de gaz ou de electricidade, armazens, cervejarias, curtidouros de cevada, feitorias, officinas, casas e outras empresas e commodidades que pareçam directa ou indirectamente conducentes a quaesquer dos fins da companhia; e contribuir, subsidiar ou por outro modo coadjuvar ou tomar parte em quaesquer que taes actos ou empreendimentos.

7.º Contractar com qualquer governo ou autoridade superior dos Estados, provincia, municipio ou local, seja ella qualquer outra, e obter desse governo ou autoridade todos os direitos, concessões e privilegios que pareçam proveitosos aos fins da companhia ou a qualquer delles, e contrahir emprestimos, tratando ou negociando com esses governos ou autoridade.

8.º Fazer sociedade ou outro trato para a divisão de lucros, associação de interesses mutuos ou reciprocos, empresa em commum, concessão reciproca ou cooperação com qualquer

pessoa ou companhia que explore ou esteja prompta a explorar ou a tratar de qualquer negocio ou transacção que possa redundar desse modo directa ou indirectamente em beneficio da companhia e a tomar ou adquirir por outro meio e conservar acções ou titulos da tal companhia, ou seus valores, e subsidiar ou de outro modo auxiliar a referida companhia e vender, conservar, emittir novamente (fazer nova emissão) com ou sem garantia ou de outra maneira fazer transacções ou negocio com essas acções ou valores.

9.º Em geral, comprar, tomar por arrendamento a longo prazo, trocar, alugar ou adquirir por maneira diversa, emprestar ou pedir emprestado sob hypotheca de quaesquer bens reaes ou pessoas e quaesquer direitos ou privilegios que a companhia julgar necessario ou conveniente com relação a quaesquer desses fins e susceptíveis de serem com vantagem negociados relativamente a quaesquer dos bens ou direitos da companhia, na occasião; e em particular, quaesquer terrenos, edificações, commodidades, licenças, patentes, machinismos, embarcações, alvarengas, material rodante, material de exploração (*plant, planta? !*), e fundos commerciaes.

Adquirir para os fins da companhia qualquer interesse exclusivo, ou menos que isso, ou construir ou fretar, gerir ou fabricar quaesquer barcos a vapor ou outras embarcações, alvarengas, navios, locomotivas, engenhos de tracção ou agricolas, ou outro mecanismo qualquer.

Pagar qualquer objecto ou bens adquiridos, quer em dinheiro de contado, acções, ou por outro modo, segundo o julgar mais conveniente.

10. Estabelecer e sustentar ou auxiliar no estabelecimento e manutenção de associações, instituições ou arranjos (commodidades), cujo intuito seja beneficiar os empregados da companhia ou os seus antecessores, ou pessoas com as quaes tenha ella negocios; e subscrver ou garantir (?) «*abonar*» dinheiro (*guarantee*) para fins pios ou de caridade, e de beneficencia ou philanthropia, penções (*schibition*, mensalidades) ou outro qualquer fim de utilidade publica ou geral.

11. Encarregar-se de emprezas, contribuir ou por outra fórma qualquer auxiliar as mesmas com o fim de fundar (abrir, estabelecer) relações commerciaes, ou experimentar (ou tentar experiencia), fazer exame ou estudo relativamente a quaesquer dos fins da companhia.

12. Vender a empreza da companhia ou qualquer parte della pelo preço que a companhia julgar conveniente; e em particular, quaesquer acções (*debentures*), ou valores de outra companhia qualquer, cujos fins no todo ou em parte sejam semelhantes aos desta companhia.

13. Promover (animar) outra qualquer companhia afim de adquirir todos ou quaesquer dos bens, direitos e obrigações desta companhia, ou para outro fim qualquer que poss. directa ou indirectamente parecer calculado para beneficio da mesma; e exercer e emprehender qualquer transacção commercial ou ope-

ração ordinariamente feita ouprehendida por promotores de companhias, financeiros, concessionarios, empreiteiros de obras publicas, emprezarios de outras quaesquer, capitalistas, negociantes ou commerciantes, e explorar outro qualquer ramo de negocio que, segundo o parecer da companhia, possa ser explorado vantajosamente da combinação com o que acima fica exposto ou que se presuma que pôde directa ou indirectamente, augmentar o valor de quaesquer dos bens ou direito da companhia ou tornal-os mais lucrativos.

14. Empregar e negociar ou girar com os dinheiros da companhia que não sejam exigidos immediatamente para taes cauções ou garantias, e da maneira por que for opportunamente determinado.

Subscrever, comprar ou adquirir por qualquer outra fôrma, e conservar, vender, dispor e fazer transacções com acções, titulos, *debentures*, fundos ou cautelas de qualquer companhia ou empreza, ou autoridade superior, municipal, local ou outra qualquer.

15. Empréstar ou tomar dinheiro empr stado a taes pessoas, e sob as condições que julgar vantajosas e especialmente aos dos freguezes da companhia e pessoas que com ella tenham negocios, e garantir o cumprimento de contractos por parte dos membros da companhia, ou das pessoas com as quaes tenha ella negocios, e descontar letras, receber dinheiros em deposito com vencimento de juros, ou de outra fôrma, e encarregar-se da guarda fiel ou segura de dinheiro ou de outros objectos de valor, e em geral fazer transacções e tratar de toda ordem de negocios relativos a agencias bancarias e commerciaes, ou objecto de credito.

16. Obter qualquer concessão, ordem provisoria ou resolução parlamentar (acto de parlamento), afim de habilitar a companhia a realizar quaesquer dos tres fins, ou fazer qualquer alteração ou modificação na constituição da companhia e oppor (impugnar, contrariar) quaesquer recursos de qualquer autoridade, quer superior, municipal, local, ou seja qual for que a companhia entenda poder de modo directo ou indirecto prejudicar aos seus interesses.

17. Levantar, pedir emprestado, ou garantir o pagamento de dinheiro, por fôrma e condições que pareçam proveitosas, pela emissão de *debentures*, fundos em taes titulos, perpetuos ou não, garantidos ou não por todos ou por parte dos bens da companhia, actuaes e futuros, comprehendendo o seu capital innominado (*uncalled*, por chamar), e pagar integralmente ou resgatar as mesmas, segundo as vantagens que disso provenham.

18. Saccar, aceitar, endossar, usar (*execute*, empregar, executar), emittir, e negociar com letras de cambio, notas promissorias, obrigações, *debentures*, ou outros instrumentos negociaveis ou transferiveis.

19. Retribuir a quaesquer pessoas que tenham prestado ou possam vir a prestar serviços, em empregar ou collocar, ou contribuir para isso com o seu auxilio, acções do capital da com-

panhia ou quaesquer *debentures*, fundos ou outros valores da companhia, ou ainda relativamente á formação e promoção da companhia ou andamento dos seus negocios.

20. Fazer em todas as partes do mundo todos ou quaesquer desses actos, já com chefes, agentes, emprezarios ou sobre outro caracter qualquer, quer por si, quer de combinação com outros, sinão por intermedio de agentes, sub-empreiteiros, depositarios, fidei-commissarios ou outros quaesquer.

21. Fazer com que seja a companhia registrada ou reconhecida em qualquer colonia britannica e em qualquer parte do estrangeiro.

22. Vender, beneficiar, dirigir, augmentar, arrendar, hypothecar, trocar, dispor, tirar proveito ou por outro modo negociar com quaesquer dos bens e direitos da companhia.

23. Fazer todos os demais actos accidentaes ou accessorios que contribuam para alcançarem-se os fins supra indicados e que fique entendido que a palavra — Companhia, — neste artigo, será tomada no sentido de inclusão ou abrangimento de toda ou qualquer sociedade ou grupo de pessoas que sejam ou não incorporadas, e domiciliadas ou não no Reino Unido da Inglaterra ou em outra parte qualquer.

IV. A responsabilidade dos seus membros é limitada.

V. O capital da companhia é de cem mil libras (£ 100.000), dividido em dez mil (10.000) acções de dez libras (£ 10) cada uma, com permissão, poder, faculdade, autorisação, de augmental-o e reduzi-l-o e dividir o capital em qualquer tempo em diversas classes de acções o annexar-lhes respectivamente quaesquer direitos, privilegios ou propriedades latas (absolutos, que tenham primazia ou preferencia) e restrictos ou limitados.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e endereços apparecem infra-inscriptos, desejamos constituir-nos em uma companhia, de accordó com este *Memorandum* de associação e obrigamo-nos respectivamente a acceitar o numero de acções do capital da companhia, que figura ao lado dos nossos nomes respectivos.

Nomes, endereço e designação de estado dos subscriptores.
Numero de acções tomadas por cada subscriptor:

NOMES, ENDEREÇOS, ETC.

N. DE ACÇÕES

F. G. Naumann, negociante — Thornley South Norwood Hill.....	Uma
F. W. Gepp, negociante — Marybourn-Lawie Ik Sydenhen.....	Uma
E. O. Broad, negociante, Santos — Brazil...	Uma
W. W. Asces, correitor colonial — Oak-Luarn Anerley.....	Uma
August Stump, negociante — Nova York 87 — Front Street.....	Uma
Annie C. Naumann — Thornley — South Norwood Hill, esposa de F. G. Naumann.....	Uma
Alzira W. Broad — Santos — Brazil — esposa de E. O. Broad.....	Uma

Datado aos trinta e um dias do mez de maio de mil oitocentos noventa e sete (31 de maio de 1897).

Testemunhas das assignaturas supra:

E. N. Adler, 9 Angel Court — E. C. Londres — solicitador (E. C.—East City, lado do nascente).

I. H. Pilley, commerciante, 21 Mincing Lane (E. C.), Londres.

Estatutos da Associação de Naumann, Gepp & Comp., limitada

Preliminares

I

INTERPRETAÇÃO

As notas marginaes não influem na sua interpretação e nestes estatutos, a não ser que haja contradicção na materia do seu contexto.

RESOLUÇÃO ESPECIAL E EXTRAORDINARIA

As phrases *Resolução especial* e *Resolução extraordinaria* são tomadas na acceção respectiva que lhes foi dada pela lei das companhias de mil oitocentos sessenta e dous.

MEZ

Mez, entende-se o das folhinhas ou calendario.

POR ESCRIPTO

Por escripto significa escripto ou impresso, ou parte escripto e parte impresso.

As palavras que designam sómente o numero singular, comprehendem o plural e vice-versa.

As palavras que designam sómente o genero masculino, comprehendem o feminino.

As palavras que designam pessoas, abrangem corporações, *mutatis-mutandis*.

II

NÃO TEM APPLICAÇÃO A TABELLA A

As regras contidas na tabella A no primeiro annexo da lei de companhias de (1862) mil oitocentos sessenta e dous, não serão applicaveis a esta companhia.

III

ASSIGNATURA DE CONTRACTO

A companhia fará logo contracto com Frank Gustavus Naumann, Francis William Gepp e Edward Oppenheim Broad, nos termos da minuta que, para ser por ella lavrada a escriptura do contracto, se acha assignada por Elkan Nathan Adler, solicitador (ou advogado) do Supremo Tribunal.

IV

NÃO SE PODEM COMPRAR ACÇÕES DA COMPANHIA

Nenhum dos fundos da companhia será empregado na compra de acções da mesma, nem emprestado sobre ellas.

V

QUANDO AS OPERAÇÕES PODERÃO PRINCIPIAR

Os negocios da companhia poderão principiar logo que os directores apoz a sua incorporação o determinarem, embora só parte das acções tenham sido distribuidas.

VI

DISTRIBUIÇÃO DE ACÇÕES

As acções ficarão sob a fiscalisação dos directores, os quaes poderão distribuil-as, ou das mesmas dispôr por qualquer fôrma, a favor de quaesquer pessoas, sob certas clausulas e condições e quando o julgarem conveniente, sujeitas, entretanto, ás estipulações do referido contracto, com relação ás acções que tem de ser distribuidas de accordo com o mesmo.

VII

PODERÃO AS ACÇÕES SER EMITTIDAS SOB CERTAS CONDIÇÕES
RELATIVAS A'S CHAMADAS, ET CETERA

A companhia poderá entrar em accomodações (accordo, ajuste), ao emittir as acções, estabelecendo differença entre os possuidores de taes acções quanto á importancia das chamadas a pagar e a espera de seu pagamento.

VIII

PRESTAÇÕES DE ACÇÕES QUE SE PAGARÃO PONTUALMENTE NO SEU PRAZO

Dado o caso que, segundo as condições da distribuição de qualquer acção, cuja importancia no todo ou só em parte seja pagavel ou realizavel em prestações, cada uma destas deverá ser paga á companhia pelo seu possuidor, logo que se vencer o prazo.

IX

RESPONSABILIDADE DOS CO-POSSUIDORES DE ACÇÕES (OBRIGAÇÃO DAS MESMAS)

Os co-possuidores de uma acção serão individual e solidariamente responsaveis pelo pagamento de todas as prestações e chamadas que deverem, relativamente a tal acção.

X

DEPOSITOS FIDUCIARIOS NÃO RECONHECIDOS

A companhia terá o direito de tratar o possuidor inscripto de uma acção qualquer, como seu dono absoluto e, por consequente, não será obrigada a tomar conhecimento de qualquer reclamação de equidade ou de natureza diversa com relação a tal acção ou interesse sobre ella, por parte de outra qualquer pessoa, salvos os casos aqui previstos.

Certificados

XI

CERTIFICADOS

Os certificados de titulos de acções serão dados sob o sello da companhia e assignados por dous dos directores e rubricados pelo secretario ou por outra pessoa nomeada pelos directores.

Cada um dos membros terá direito a um certificado das acções registradas no seu nome, sinão a diversos certificados, representando cada um parte dessas acções. Cada certificado deve especificar o numero da acção sob o qual foi ella emittida e a quantia paga, correspondente.

XII

EMISSÃO DE NOVO CERTIFICADO EM SUBSTITUIÇÃO DE OUTRO
INUTILISADO, PERDIDO, OU DESTRUÍDO

Estragando-se ou inutilizando-se por apagado algum certificado, será preciso apresental-o aos directores afim de que elles ordenem que se o cancele e emittam outro para a sua substituição e caso se perca ou seja destruido algum certificado, preciso será provar-se o facto a aprazimento dos directores, os quaes, mediante a retribuição (indemnisação ou recompensa) que julgarem sufficiente, passarão novo certificado em substituição do primitivo, á pessoa que ao perdido ou destruido tiver direito.

XIII

EMOLUMENTOS

Por qualquer certificado singular (cada um) emittido, de conformidade com o artigo precedente, pagar-se-ha á companhia a quantia de dous shillings e seis dinheiros (2^s 6^d), sinão menos, conforme os directores o determinarem.

Chamadas

XIV

CHAMADAS

De tempos em tempos poderão os directores fazer as chamadas que julgarem convenientes, dos accionistas, relativamente a todas as quantias ainda por pagar pelas acções que respectivamente possuirem e que as condições da distribuição não tenham estabelecido o seu pagamento a prazos fixos, devendo cada membro ou socio pagar a importancia de cada chamada que dest'arte se lhe exija, ás pessoas e nas épocas e logares determinados pelos directores.

Uma chamada pôde ser pagavel ou realizavel em prestações. Deve considerar-se feita uma chamada na occasião de passar a resolução dos directores, autorizando tal chamada.

Nenhuma chamada deverá exceder de uma quinta parte do valor nominal da acção, nem deve ser realizavel antes de dous mezes depois do pagamento da ultima chamada anterior. Dar-se-ha aviso com um mez de antecedencia, de qualquer chamada, designando-se época e logar do pagamento, assim como a pessoa a quem se deverá pagar tal chamada.

XV

QUANDO SE EXIGEM JUROS E PRESTAÇÕES NAS CHAMADAS

Si a quantia a pagar com relação a qualquer chamada ou prestação não for satisfeita no dia fixado para o pagamento, ou antes disso, o possuidor da acção naquella occasião, com respeito ao qual tenha sido feita a chamada ou já esteja vencida a prestação, por ella pagará juros á razão de 10 % ao anno, desde o dia fixado para o seu pagamento até a data em que este seja effectuado.

XVI

PAGAMENTO ADEANTADO DE CHAMADA

Os directores poderão, quando assim o julgarem conveniente, receber de qualquer socio disposto a adeantar o pagamento, toda ou qualquer parte da quantia a dever sobre as acções por elle possuidas além das sommas que nessa época tenham sido chamadas, e sobre o dinheiro assim pago adeantadamente, ou tanto das mesmas quanto de tempo em tempo exceder o importe das chamadas que tenham sido então feitas sobre as acções relativamente ás quaes se tenha effectuado esse adeantamento, a companhia poderá pagar juros á taxa que for combinada pelos directores com o socio que fizer tal pagamento adeantado.

Confiscação e direito de hypotheca

XVII

AVISO QUE SE PÔDE FAZER RELATIVO A' CHAMADA E PRESTAÇÃO
NÃO SATISFEITA

Si algum socio deixar de pagar qualquer chamada, ou prestação no dia, ou antes do dia fixado para o seu pagamento, os directores em qualquer occasião subsequente poderão, uma vez que a chamada ou a prestação estejam por pagar-se, notificar tal socio para que faça o pagamento, assim como tambem quaesquer juros que tenham accrescido e todas as despesas que tenham sido feitas pela companhia, motivadas por essa falta de pagamento.

XVIII

FORMA DA NOTIFICAÇÃO

A notificação indicará o dia (não serão menos de quatorze dias a contarem-se da data da notificação), e o logar ou logares onde tal chamada ou prestação, os juros e despesas já mencionados tem de ser pagos. A notificação também declarará que no caso de falta de pagamento na ocasião, ou antes e no logar fixado, as acções por cujo motivo se fez tal chamada, ou foi exigida a prestação, ficarão sujeitas á confiscação.

XIX

NÃO SENDO ATTENDIDA A NOTIFICAÇÃO, AS ACÇÕES PODERÃO SER CONFISCADAS

Si as requisições dessa notificação, acima prevista, não forem attendidas, quaesquer acções com relação ás quaes se tenha feito a tal notificação, poderão em qualquer tempo subsequente antes do pagamento de todas as chamadas ou prestações, juros e despesas feitas com relação ás mesmas, ser confiscadas em virtude de resolução dos directores nesse sentido.

Tal confiscação se estenderá, abrangerá todos os dividendos annunciados relativamente a essas acções confiscadas e ainda por pagarem-se antes da confiscação.

XX

NOTIFICAÇÃO DEPOIS DA CONFISCAÇÃO

Quando qualquer acção tenha sido assim confiscada, far-se-ha notificação da resolução ao socio em cujo nome estava antes da confiscação, e se fará desde logo o averbamento no livro do registro, dessa confiscação com a sua data respectiva.

XXI

AS ACÇÕES CONFISCADAS FICAM SENDO PROPRIEDADE DA COMPANHIA

Qualquer acção que assim for confiscada se considerará propriedade da companhia e os directores poderão vendel-a, outra vez distribuil-a ou della dispor por outra qualquer fórma, como melhor o entenderem.

XXII

PODER DE INVALIDAR A CONFISCAÇÃO

Os directores poderão a qualquer tempo antes da venda, redistribuição ou da disposição por outra qualquer maneira da acção assim confiscada, invalidar, annullar a sua confiscação nas condições que entenderem.

XXIII

PAGAMENTOS DE ATRASADOS NÃO OBSTANTE A CONFISCAÇÃO

Qualquer socio cujas acções tenham sido confiscadas será, entretanto, responsavel pelo pagamento (obrigado ao pagamento) e pagará immediatamente á companhia todas as chamadas, prestações, juros e despesas devidas por ou em relação a taes acções na occasião da confiscação, bem como os juros respectivos desde a occasião da confiscação até o pagamento, á razão de 10 % ao anno e os directores poderão, implicitamente, está entendido que será judicialmente; mas, o termo *inglez* significa «violentar, empregar força physica, *exigir ou obrigar*, ao pagamento si assim o entenderem.

XXIV

EFFECTO DA CONFISCAÇÃO

A confiscação de uma acção envolverá a extincção de todo interesse, bem como de todas as reclamações e exigencias contra a companhia, relativamente á mesma, e todos os mais direitos a ella accessorios, excepto aquelles somente que segundo estes estatutos estão expressamente resalvados.

XXV

DIREITO PIGNORATICIO DA COMPANHIA SOBRE AS ACÇÕES

A companhia terá o primordial e supremo direito de penhor sobre todas as acções (não sendo acções integralisadas), registradas sob o nome de tal socio (quer em seu nome, quer conjunctamente com outros), pelas suas dividas, obrigações e compromissos, seja individual, seja conjunctamente com outra pessoa qualquer, ou para com a companhia, esteja o prazo do pagamento, do seu cumprimento ou quitação vencido embora, ou não.

E esse direito de hypotheca ou penhor se estenderá a todos os dividendos que de tempos em tempos forem annunciados com referencia a taes acções.

XXVI

PENHOR GARANTIDO POR VENDA FORÇADA

No intuito de fazer valer tal direito pignoratício, os directores poderão vender as acções que estejam sujeitas a essa garantia, da maneira que o entenderem; mas, venda alguma se fará antes que tenha chegado o prazo do vencimento supra-referido e sem que se tenha feito a esse socio, aos seus testamenteiros ou administradores dos seus bens a notificação por escripto da intenção da venda, si ao cabo de sete dias, contados da notificação, elle ou elles faltarem ao pagamento, cumprimento ou satisfação de taes dividas, obrigações ou compromissos.

XXVII

APPLICAÇÃO DO PRODUCTO DA VENDA

O producto liquido de semelhante venda será applicado, para satisfação das dividas, obrigações ou compromissos e o saldo (si houver) será pago a tal socio, aos seus testamenteiros, administradores ou cessionarios.

XXVIII

VALIDADE DA VENDA

Feita qualquer venda depois da confiscação ou da effectividade da hypotheca, de accordo com os poderes supracitados, os directores poderão fazer com que o nome do comprador entre no registro relativamente ás acções ou titulos vendidos, e o comprador não será obrigado a assistir á regularidade do processo ou ter que ver com a applicação do dinheiro da compra; e depois de ser inscripto o seu nome no registro, a validade da venda não poderá ser atacada ou censurada por pessoa alguma e o recurso de qualquer pessoa que se julgar lesada por essa venda, será o de reclamar contra perdas e damnos, só e exclusivamente contra a companhia.

Transferencia e transmissão de acções

XXIX

TRANSFERENCIA DE ACÇÕES ORDINARIAS A PARENTES OU A
ACCIONISTAS EXISTENTES

Qualquer socio poderá transferir quaesquer das suas acções ordinarias, sob quaesquer condições, a marido, esposa, pae ou mãe, filho ou filha, neto ou neta, irmão, irmã, sobrinho, sobrinha, ou cunha lo de tal socio, ou ao esposo de uma filha (genro) ou á consorte de um fiho (nora) de tal socio, ou a outro qualquer socio já possuidor de acções ordinarias.

XXX

ACÇÕES ORDINARIAS LEGADAS

Dado o caso de que algum membro ou socio venha a legar (quer particularmente, quer por outro modo) acções ordinarias a qualquer dos parentes mencionados no ultimo artigo anterior, ou a qualquer socio já possuidor de acções ordinarias, o legatario será na occasião da transferencia pelos testamenteiros ou administradores registrado relativamente ás acções assim legadas.

XXXI

A ASSEMBLÉA GERAL PÔDE TRANSFERIR LIVREMENTE

A companhia em assembléa geral poderá a qualquer tempo resolver que qualquer classe ou numero de acções seja transferivel, independente das cautelas ou precauções do art. 32 destes estatutos e tal resolução terá effeito.

XXXII

RESTRICÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSFERENCIAS

Salva, como já ficou declarada, nenhuma acção será transferida sinão com a sancção de resolução prévia da directoria e depois de terem sido essas acções offerecidas á venda aos directores, em suas qualidades (character) individuaes, sob as mesmas condições impostas ao transferido cessionario, e depois de estarem certos os directores, ou tenham pleno conhecimento de que natureza sejam ellas e só depois de terem recusado a compra.

XXXIII

EFFEITO DA TRANSFERENCIA

O instrumento de transferencia de qualquer acção será assignado tanto pelo transferente (transferidor ou cedente), como pelo cessionario, e o cedente ficará sendo considerado o possuidor de tal acção até que o nome do cessionario seja inscripto ou lançado no registro em relação á mesma.

XXXIV

MODELO DO INSTRUMENTO DA TRANSFERENCIA

O instrumento de transferencia de qualquer acção se fará por escripto, segundo o modelo usual ordinario, ou pelo modelo seguinte, ou o mais parecido ou semelhante que for possível, quanto o permittirem as circumstancias :

« Eu... de... em virtude da somma de L... (Libras sterlingas)... que me foi pagar por... abaixo nomeado, cedente referido, por esta transiro ao referido cessionario a acção numero... que se acha averbada no meu nome nos livros de *Naumann, Gepp & Company, limited*, e obrigo-me a tê-la á disposição do referido cessionario, seus testamenteiros, administradores, procuradores ou mandatarios, sujeitos ás diversas condições sob as quaes eu possuia a mesma immediatamente antes da sua assignatura, e eu, o referido cessionario, por esta obrigo-me a tomar a dita acção, sujeito ás condições referidas.

Em fé do que assignamos a presente, aos... dias de...»

XXXV

CASOS EM QUE OS DIRECTORES PODEM RECUSAR O REGISTRO DE UMA TRANSFERENCIA

Os directores poderão, tratando-se de acções não integralizadas, recusar o registro de uma transferencia a um cessionario que elles não acceitem.

XXXVI

FAR-SE-HA A TRANSFERENCIA NO ESCRIPTORIO ONDE SE EXHIBIRÃO OS TITULOS COMPROBATORIOS DA PROPRIEDADE SOBRE AS ACÇÕES CESSIVEIS.

Todo instrumento de transferencia será depositado no escriptorio para registro, acompanhado do certificado da acção que se

vae transferir, bem como outra prova qualquer de que possa a companhia precisar para justificar o titulo do cedente ou transferidor, ou o seu direito a transferir as acções.

XXXVII

QUANDO SE RESTITUEM OS INSTRUMENTOS DE TRANSFERENCIA

Todos os instrumentos de transferencia que forem registrados, ficarão em poder da companhia; mas, qualquer instrumento de transferencia que os directores recusem registrar será restituído ás pessoas que o tiverem depositado.

XXXVIII

EMOLUMENTOS SOBRE TRANSFERENCIAS

Por qualquer transferencia singular, cobrar-se-ha de emolumentos nunca mais de dous shillings e seis dinheiros (2^o 6^d), e se fará esse pagamento antes de ser registrada, si os directores assim o exigirem.

XXXIX

QUANDO OS LIVROS DE TRANSFERENCIAS | PODERÃO ESTAR FECHADOS

Os livros de transferencias e o registro de inscripção dos socios (accionistas), poderão estar fechados durante o tempo que os directores entenderem, não excedendo no todo trinta (30) dias em cada anno.

XL

TRANSMISSÃO DE ACÇÕES REGISTRADAS

Os testamenteiros ou administradores da successão de um accionista ou socio fallecido (não sendo de varios co-possuidores), serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito ás acções ou titulos registrados em nome de tal socio, e no caso do fallecimento de algum ou alguns dos co-possuidores de algumas acções ou titulos registrados.

QUANTO Á SOBREVIVENCIA

Os sobreviventes serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer direito ou interesse sobre e en taes acções ou titulos.

XLI

QUANTO À TRANSFERENCIA DE ACÇÕES POR MOTIVO DE FALLECI-
MENTO ET CETERA

Qualquer pessoa que venha a adquirir direito sobre acções, em consequencia do fallecimento de algum socio, ou seja o modo por que for, a não ser por transferencia, exhibindo prova de ser a pessoa verdadeira ou identica que se apresenta nesse caracter para agir nessa conformidade estatuida pelo presente artigo ou na do seu direito, segundo os directores o entendam satisfactorio, poderá, sujeito ás regras sobre transferencias anteriormente aqui formuladas, transferir taes acções a outra pessoa qualquer, si não ficar com as mesmas.

Mais adeante se reportam as disposições deste artigo ao titulo: Clausula de transmissão.

Titulos de acções ao portador

XLII

PODER DE EMITTIR TITULOS DE ACÇÕES AO PORTADOR

A companhia relativamente a acções integralizadas, ou titulos de fundos, poderá emittir *warrants*, chamados daqui por deante: «Titulos de acções ao portador», declarando que o portador tem direito ás acções ou titulos de fundos, nos mesmos especificados; e poderá providenciar por meio de *coupons*, ou por outra fôrma qualquer, sobre ou a respeito do pagamento de dividendos futuros de taes acções ou titulos de fundos incluídos nesses titulos.

XLIII

CONDIÇÕES SOB AS QUAES SE EMITTIRÃO TITULOS DE ACÇÕES
AO PORTADOR

Os directores poderão determinar e opportunamente variar as condições sob as quaes os titulos de acções ao portador serão emittidos e particularmente os que se referem á emissão de um novo titulo de acções ao portador ou *coupon*, em substituição de outro que se tenha estragado, inutilizado por apagado, perdido ou destruido, sobre o qual o portador terá direito de comparecer e votar nas assembleas geraes e á vista do qual um titulo de acções ao portador pôde ser resstituido e o nome do seu possuidor lançado no registro, com referencia ás acções ou titulos especificados no mesmo.

Sujeito a taes condições e a estes estatutos, o portador de um titulo de acções ao portador será tido ou considerado como socio em todo o rigor da expressão.

O possuidor de um titulo de acções ao portador estará sujeito ás condições que na época estiverem em vigor, quer feitas antes, quer depois da emissão de taes titulos.

Conversão de acções em titulos de fundos

XLIV

CONVERSÃO DE ACÇÕES EM TITULOS DE FUNDOS

A companhia em assembléa geral pôde converter quaesquer acções integralizadas em titulos de fundos. Quando se tenham convertido quaesquer acções em titulos de fundos, os diversos possuidores desses titulos poderão desde então transferir os seus respectivos interesses ou juros, ou qualquer parte delles, da mesma maneira e sujeitos as mesmas regras relativas á transferencia de acções do capital da companhia, ou o mais approximadamente quanto o permittirem as circumstancias. Mas, os directores poderão de tempos em tempos, si assim o entenderem, fixar a importancia minima de titulos de fundos que seja transferivel, e poderá ordenar tambem que fracções de uma libra esterlina não sejam transferiveis, tendo, no entretanto, poder discrecionario, ou *ad libitum* para apartarem-se de taes regras em qualquer caso especial. Os titulos de fundos darão aos seus possuidores respectivos os mesmos privilegios e vantagens relativamente á participação nos lucros, votação nas reuniões da companhia, mas, de maneira que nenhum de taes privilegios ou vantagens, excepto os que se referem á participação dos lucros da companhia, seja conferido por qualquer parte aliquota dos fundos consolidarios, e que não teriam sido conferidos si tivessem existido em acções.

Salvo como acima fica dito, todas as disposições aqui contidas, até onde as circumstancias o permittam, serão applicaveis não só a titulos de fundos, como tambem a acções. Nenhuma dessas conversões affectará ou prejudicará qualquer preferencia ou outro privilegio especial.

XLV

MEIAÇÕES DE PREFERENCIA E DIFFERIDAS

Quaesquer titulos de fundos ordinarios poderão, mediante resolução especial, ser subdivididos em metades ou meiações preferiveis ou differidas e quaesquer direitos preferenciaes poderão ser ligados á meiação preferida sobre a meiação differida.

Augmento e redução de capital**XLVI****PODERES PARA AUGMENTAR CAPITAL**

A companhia em assemblea geral poderá de tempos em tempos augmentar o seu capital pela creação de novas acções da importancia que julgar conveniente.

XLVII**EM QUE CONDIÇÕES PODERÃO SER EMITTIDAS NOVAS ACÇÕES
ENQUANTO A PREFERENCIA, ET COETERA**

Serão emittidas novas acções debaixo de taes clausulas e condições e com taes direitos e privilegios a ella annexos conforme a assemblea geral que resolver essa creação determinar e na falta de determinação então conforme a directoria deliberar, e especialmente taes acções poderão ser emittidas com direito preferencial ou limitado, restricto a dividendos e distribuição do activo da companhia, e com ou sem direito especial de votação e com direito livre ou condicional, limitado de transferencia.

XLVIII**PODERES PARA A MODIFICAÇÃO DE DIREITOS**

Quando succeda que o capital, em razão da emissão de acções com preferencia, ou outras, estiver dividido em diferentes classes de acções, todos ou quaesquer direitos e privilegios annexos a cada classe poderão ser alterados ou modificados por accordo entre a companhia e a pessoa que representar tal classe, contanto que esse accordo seja confirmado por uma resolução extraordinaria da companhia, em favor da qual votem dous terços dos possuidores em valor nominal dessa classe de acções.

XLIX**QUANDO SERÃO OFFERTIDAS AOS SOCIOS EXISTENTES**

A companhia em assemblea geral poderá antes da emissão de quaesquer novas acções determinar que ellas, no seu total ou em parte, sejam em primeiro lugar offerecidas aos socios

de então, na proporção do capital que elles possuirem, ou poderá dar outras providencias emquanto á emissão e distribuição das novas acções ; mas na falta de semelhante determinação ou até onde possa ter ella applicação, as novas acções poderão ser tidas ou consideradas como si fizessem parte das acções do capital primitivo.

L

ATÉ QUE PONTO NOVAS ACÇÕES PARTICIPARÃO COM AS OUTRAS DO CAPITAL ORIGINAL

Excepto, porém, quanto ao que for providenciado pelas condições da emissão, ou por estes estatutos, qualquer capital levantado pela criação de novas acções será considerado parte do capital primitivo e ficará sujeito ás disposições aqui prescriptas relativamente ao pagamento das chamadas e prestações, transferencias e transmissão, confisco, penhor de garantia ou hypotheca, abandono ou cousa que valha ou outro nome tenha.

LI

REDUÇÃO DE CAPITAL

A companhia, por deliberação ou resolução especial, poderá de tempos em tempos reduzir o seu capital pela restituição do capital, ou obliteração ou supressão do capital que se perdeu, ou que não se acha representado por um activo solido, ou diminuindo a responsabilidade das acções, ou por outra forma qualquer, como o julgar mais acertado, e o capital poderá ser restituído sob o pé ou fundamento de ser novamente chamado ou seja por outro meio, podendo a companhia subdividir ou consolidar as suas acções ou qualquer parte das mesmas.

LII

SUBDIVISÃO EM PREFERIDAS E ORDINARIAS

A resolução especial pela qual fôra decidido que as acções serão subdivididas, poderá determinar que entre os possuidores das acções resultantes dessa sub-divisão, uma dessas acções tenha preferencia sobre a outra ou outras e que os lucros applicaveis ao pagamento dos dividendos sejam applicados nessa conformidade.

Poder de contrahir empréstimos

LIII

PODER DE CONTRAHIR EMPRESTIMOS

A directoria, de tempos em tempos, poderá á sua discreção levantar ou contrahir empréstimos de qualquer quantia ou quantia de dinheiro para os fins da companhia ; mas de fórma que as dividas em qualquer occasião não excedam, com a sancção da assembléa geral, a totalidade do seu capital nominal.

Nenhum mutuante, porém, ou outra qualquer pessoa que faça contracto com a companhia, terá que ver ou indagar si é observado esse limite.

LIV

CONDIÇÕES PARA CONTRAHIR EMPRESTIMOS

Os directores poderão levantar ou garantir o reembolso dessas quantias; mas, de modo e em taes termos e sob taes condições e sob todos os sentidos como o julguem conveniente e em particular pela emissão de *debentures* ou os *debentures* dos fundos da companhia, garantidos no todo ou em parte pelas bens da companhia (presentes e futuros),—comprehendendo o seu capital innominado (*uncalled*: por chamar), na occasião.

LV

AS CAUÇÕES GARANTIDAS PODERÃO SER EMITTIDAS ISENTAS DE COMPENSAÇÃO (?)

Equities — equidades

Æquitas, lat. — justa compensação

Cada *debenture* ou valor creado pela companhia poderão ser feitos de maneira que possam ser transferidos livres ou isentos de quaesquer compensações (*equities*) entre a directoria e o possuidor primitivo, ou algum intermediario.

Quaesquer *debentures*, obrigações ou outras garantias poderão ser emittidas com desconto, premio ou por fórma qualquer.

LVI

REGISTRO DE HYPOTHECAS

Os directores farão com que se guarde um registro competente de accordo com a secção numero quarenta e tres, da lei das companhias de mil oitocentos sessenta e dous, de todas as hypotheças, onus e encargos que particularmente affectem os bens da companhia.

Assembléas geraes

LVII

QUANDO TERÁ LOGAR A PRIMEIRA ASSEMBLÉA GERAL

A primeira assembléa geral terá logar no tempo (nunca menos de quatro mezes depois do registro do *Memorandum* de associação da companhia) e no local que os directores determinarem.

LVIII

QUANDO TERÃO LOGAR AS SUBSEQUENTES ASSEMBLÉAS GERAES

As subsequentes assembléas geraes terão logar uma vez no anno de mil oitocentos noventa e oito, e em cada anno subsequente no tempo e local que a companhia fixar em assembléa geral, e si tempo algum nem local se fixarem, ellas terão logar no tempo e local que os directores determinarem.

LIX

DISTINCCÃO ENTRE ASSEMBLÉAS ORDINARIAS E EXTRAORDINARIAS

As assembléas geraes acima alludidas serão denominadas assembléas geraes ordinarias. e todas as mais reuniões da companhia serão denominadas assembléas geraes extraordinarias.

LX

QUANDO TERÁ DE SER CONVOCADA A ASSEMBLÉA GERAL

Os directores poderão convocar as assembléas geral e extraordinaria, sempre que o entenderem e tambem quando tenha sido requisitada por escripto por socios que possuam na massa (somma total) uma quinta parte do capital emittido.

LXI

MODELO DA REQUISIÇÃO PARA TAES REUNIÕES

Tal requisição deverá precisar o fim da reunião e será assignada pelos socios que a fizerem e depositada no escriptorio.

Poderá constar de differentes documentos de fôrma semelhante, cada um assignado por um ou mais dos requerentes.

A reunião deverá ser convocada para os fins especificados ou precisados na requisição e só por outrem que não sejam os directores, unicamente para taes fins.

LXII

QUANDO OS REQUERENTES PODERÃO CONVOCAR REUNIÃO

Si dentro de quatorze dias depois de feito o deposito os directores deixarem de convocar a assembléa extraordinaria para ter logar dentro de vinte e um dias depois de feito tal deposito, os requerentes ou quaesquer outros socios que possuam capital em igual proporção, elles mesmos poderão convocar a reunião para effectuar-se dentro de seis semanas depois de feito o deposito.

LXIII

AVISO PARA REUNIÕES

Dar-se-ha aviso com sete dias de antecedencia, quer por meio de annuncio, quer pelo Correio, ou por outra fôrma qualquer, precisando-se o local, dia e hora da reunião e sendo para tratar-se de materia ou assumpto especial, mencionar-se-ha a natureza geral do assumpto, salvo o que em seguida vae prescripto.

LXIV

QUANTO Á OMISSÃO DE QUALQUER AVISO

A omissão accidental de aviso a qualquer dos socios não annullará qualquer deliberação tomada nessa reunião.

Trabalhos das assembleás geraes

LXV

TRABALHOS DA ASSEMBLÉA ORDINARIA

Os trabalhos de uma assembleá ordinaria constarão do recebimento e exame ou estudo da conta dos lucros e perdas, do balanço, dos relatorios dos directores e contadores ou revisores, da eleição dos directores e outros funcionarios em substituição dos que se retiram — qual por seu turno ; do annuncio dos dividendos e para tratar de outro assumpto qualquer que, segundo os presentes estatutos, tem de ser discutido ou tratado em assembleá ordinaria.

Todos os mais assumptos de que se occupar a assembleá ordinaria, e todas as materias de que se occupar a assembleá extraordinaria, serão considerados especiaes.

LXVI

NUMERO DE SOCIOS QUE FORMAM ASSEMBLÉA QUE POSSA DELIBERAR

Tres socios presentes, comparecendo pessoalmente, formarão ou constituirão numero para a deliberação em assembleá geral sobre a escolha de presidente, annuncio de dividendos e adiamento de reunião. Para todos os demais fins o numero de socios para haver assembleá geral constará de não menos de tres membros presentes, apresentados pessoalmente, por si mesmos, os quaes possuam ou representem por procuração, não menos da decima parte do capital emittido da companhia. Não se tratará em assembleá geral de assumpto algum sem que o numero competente exigido se ache presente, desde o começo dos trabalhos.

LXVII

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉA GERAL

O presidente da directoria terá o direito de occupar a cadeira presidencial em cada assembleá geral, ou não havendo presidente ou não estando presente dentro de 15 minutos da hora marcada para a reunião, os socios presentes nomearão outro dos directores como presidente, ou si nenhum director estiver presente, ou si todos os directores presentes recusarem occupar a cadeira presidencial, então os socios presentes nomearão dentre elles um para a presidencia.

LXVIII

QUANDO NÃO HOUVER NUMERO PRESENTE A REUNIÃO SERÁ
DISSOLVIDA E ADIADA

Si dentro de meia hora do tempo marcado para a reunião não houver numero, a reunião tendo sido convocada de accordo com a requisição já mencionada, será dissolvida; mas, em qualquer outro caso ficará adiada para o mesmo dia da semana seguinte e á mesma hora e mesmo local; e si nessa reunião adiada não houver numero presente, os membros que tiverem comparecido formarão numero ou casa e tratarão do assumpto ou materia para que foi a reunião convocada.

LXIX

MODO DE DECIDIR AS QUESTÕES NAS ASSEMBLÉAS — VOTO
DE DESEMPATE

Todas as questões submittidas á apreciação da assembléa serão decididas em primeiro logar por aclamação symbolica (levantamento de mãos), e dando-se o caso de haver igualdade de votos, o presidente tanto na votação symbolica, como na feita por escrutinio, terá o voto de desempate, além do voto ou votos a que tenha direito como socio.

LXX

O QUE FARÁ PROVA DE PROPOSTA APPROVADA EM QUE A VOTAÇÃO
POR ESCRUTINIO NÃO FOI EXIGIDA

Em qualquer assembléa geral, a menos que se exija a votação por escrutinio por tres socios pelo menos, ou por um ou mais socios, que possuam ou representem por procuração ou com direito a votar respectivamente pelo menos a quinta parte do capital representado na reunião, a declaração feita pelo presidente de que passou a resolução, ou que passou por tal ou qual maioria ou sinão que ella foi rejeitada, ou ainda que não passou por certa maioria, ficando competente e devidamente registrado no livro das actas da companhia, será prova decisiva do facto sem mais necessidade da prova do numero ou proporção dos votos contados a favor ou contra a mesma resolução.

LXXI

VOTAÇÃO POR ESCRUTINIO

Si for exigida votação por escrutinio, como dito fica, ella será feita na fôrma, hora e local que o presidente da assembléa determinar, quer immediatamente, quer depois de um intervallo ou adiamento, ou por outro modo qualquer, e o resultado da votação por escrutinio será considerado como resolução da reunião da qual foi exigida essa votação por escrutinio.

LXXII

PODER DE ADIAR A ASSEMBLÉA GERAL

O presidente da assembléa geral, com consentimento da mesma, poderá adial-a em tempo e para locaes alternados; negocio algum, porém, será tratado na reunião adiada além do que ficou suspenso ou por terminar na reunião na qual o referido adiamento teve logar.

LXXIII

OS TRABALHOS PODERÃO CONTINUAR, EMBORA SE TENHA REQUERIDO VOTAÇÃO POR ESCRUTINIO

A requisição para a votação por escrutinio não obstará que a assembléa continue em trabalhos alheios á questão que originou a requisição da votação por escrutinio.

LXXIV

CASOS QUE NÃO REQUEREM ESCRUTINIO

Qualquer votação por escrutinio requerida, relativa á eleição de presidente da assembléa, ou sobre qualquer questão de adiamento, se fará nessa mesma assembléa sem que ella seja adiada.

Votos dos socios

LXXV

VOTOS DE SOCIOS QUE VOTAM POR MENORES, ALIENADOS, ETC., E CONDIÇÕES A QUE ESTÃO SUJEITOS

Cada socio ou membro terá um voto por acção singular que possuir. Qualquer pessoa que, de accordo com a clausula de transmissão, tenha direito á transferencia de quaesquer

acções, poderá votar em qualquer assembléa geral relativamente ás mesmas, como si fosse elle o possuidor inscripto dessas acções, comtanto que, pelo menos quarenta e oito (48) horas antes da hora marcada para a tal reunião em que elle pretenda votar, tenha provado aos directores o seu direito á transferencia de taes acções, ou si os directores não tiverem já previamente reconhecido o seu direito a votar em tal assembléa relativamente ás mesmas.

LXXVI

CO-POSSUIDORES

Havendo co-possuidores de quaesquer acções devidamente registradas, o socio ou membro cujo nome figurar primeiro no registro será o unico com direito a estar presente na assembléa geral e não nenhum dos outros co-possuidores.

LXXVII

PROCURAÇÕES PERMITTIDAS

A votação será pessoal ou por procuração. O instrumento de procuração deve ser por escripto e assignado pelo proprio punho do outorgante, e si este for alguma corporação, deve-se-lhe appor o sello geral da mesma.

Pessoa alguma que não seja socio ou membro da companhia e tenha direito a votar, poderá ser nomeada procurador.

LXXVIII

AS PROCURAÇÕES SERÃO DEPOSITADAS NO ESCRIPTORIO

O instrumento da procuração será depositado no escriptorio registrado da companhia, não menos quarenta e oito (48) horas antes da marcada para a reunião na qual a pessoa a quem confere poderes aquelle instrumento declara ou tenciona votar; mas, nenhuma procuração será válida, decorridos ou passados doze mezes da data em que foi conferida.

LXXIX

QUANDO É VALIDA A VOTAÇÃO POR PROCURAÇÃO, EMBORA ESTEJA CASSADA OU NULLA A AUTORIZAÇÃO

O voto conferido de accordo com os termos do instrumento de procuração será válido, não obstante o prévio fallecimento do constituinte ou a revogação do mandato, ou a transferencia da

acção relativamente á qual é dado o voto, com tanto que nenhuma notificação por escripto, aviso por escripto a respeito do fallecimento, revogação ou transferencia tenha sido recebida no escriptorio registrado da companhia, antes da reunião.

LXXX

OS POSSUIDORES DE TITULOS DE ACÇÕES AO PORTADOR NÃO VOTAM
POR PROCURAÇÃO

Não é permittido aos possuidores de titulos de acções ao portador votarem por procuração, relativamente ás acções ou fundos comprehendidos em taes titulos.

LXXXI

MODELO DE PROCURAÇÃO

Todo o instrumento de procuração, quer para uma reunião determinada, quer não, deverá ser lavrado segundo o modelo seguinte, ou forma que mais delle se approximar, tanto quanto as circumstancias o permittirem:

Naumann, Gepp & Comp. (limited)

« Eu..... de..... do condado de....
..... socio da *Naumann, Gepp & Comp.* (de
representação limitada), pelo presente nomeio..... de.....
ou na sua falta..... de..... meu procurador para
votar e representar-me na assembléa geral ordinaria da com-
panhia, que terá logar aos..... dias do mez de..... ou
em outro qualquer adiamento da mesma.

Em fé do que assigno do meu proprio punho aos..... dias do
mez de..... de.....»

LXXXII

NENHUM SOCIO PODERÁ VOTAR, ET CETERA, EMQUANTO ~~HOVER~~
CHAMADAS DEVIDAS Á COMPANHIA

Não é permittido a socio ou membro algum assistir ou votar em qualquer questão, quer pessoalmente, quer por procuração, ou como procurador de outro socio, nas assembléas geraes, ou votar por escrutinio, nem tampouco poderá constituir numero, enquanto esse socio dever e tenha ainda que pagar á companhia qualquer das suas acções.

Directores

LXXXIII

NUMERO DE DIRECTORES

O numero de directores não será inferior a tres, nem superior a sete. As pessoas em seguida mencionadas constituirão os primeiros directores a saber:

O Sr. Frank Gustavus Naumann.

O Sr. Francis William Gepp.

O Sr. Eduard Oppenheim Broad.

O Sr. Max Michaelson.

O Sr. João Francisco Wright.

LXXXIV

PODER DOS DIRECTORES DE NOMEAR DIRECTORES ADDICIONAES

Os directores terão poder de nomear de vez em quando, e em qualquer occasião, outras pessoas para directores; mas, por forma que o numero total dos directores nunca exceda o numero maximo acima fixado e que nomeação alguma, em virtude deste artigo, tenha effeito sem ter pelo menos o concurso de dous terços dos directores.

LXXXV

CONDIÇÕES PARA SER DIRECTOR

E' requisito essencial para ser director, ter cada um direito sobre ou possuir accções ou fundos da companhia do valor nominal de (£ 1.000) mil libras esterlinas.

LXXXVI

REMUNERAÇÃO DOS DIRECTORES

Os directores serão pagos pelos cofres da companhia a titulo de remuneração pelos seus serviços, a razão de (£ 500) quinhentas libras esterlinas, annualmente para cada um, além de outras quantias que forem determinadas pela companhia em assemblea geral.

LXXXVII

OS DIRECTORES PODERÃO CONTINUAR EM EXERCICIO APEZAR DE DAR-SE VAGA

Os directores permanentes (que continuam) poderão exercer as suas funcções, embora se abra alguma vaga na sua corporação.

LXXXVIII

QUANDO SE DÁ VAGA DE DIRECTOR

O lugar de director ficará vago :

Si elle acceitar ou exercer outro qualquer lugar em serviço da companhia, excepto o de director gerente ;

Si fallir ou suspender os seus pagamentos ou entrar em accommodação ou composição com os seus credores ;

Si se vir que e mentecapto ou venha a ficar soffrendo das faculdades mentaes ;

Si deixar de possuir o valor de acções ou dos fundos, requisitos que o habilitam para esse lugar, ou si não tiver adquirido esse valor dentro de um mez, depois da sua eleição ou nomeação ;

Si os demais directores requererem por escripto que elle resigne o cargo.

LXXXIX

OS DIRECTORES PODERÃO CONTRACTAR COM A COMPANHIA

Director algum, pelo facto de occupar esse lugar, ficará inhibido de contractar com a companhia, quer como vendedor, comprador ou seja qual for o nome que tenha, nem tal contracto deixará de ser válido, nem será nullo qualquer contracto ou ajuste feito pela companhia, ou por parte da companhia, no qual algum dos directores se ache interessado, nem elle será obrigado a dar conta alguma á companhia a respeito de quaesquer lucros auferidos por via desse contracto ou ajuste, pela simples razão de ser director ou por causa das relações permanentes, immutaveis, por esse meio adquiridas, estabelecidas (que por isso fazem fé). Fica, porém, bem entendido que director algum, na qualidade da função que exerce, votará sobre quaesquer desses contractos ou ajustes e precisa declarar a especie ou natureza do interesse que tem nos mesmos, na reunião dos directores em que foi esse contracto ou ajuste assentado ou resolvido, si é pois real o seu interesse, sinão, fal-o-ha na primeira reunião dos directores depois de assentado ou sabido o interesse que lhe provém. Esta declaração, porém, não tem applicação ao contracto ao qual se refere o artigo terceiro (art. 3º), nem a quaesquer dos assumptos que do mesmo se deprehendem.

Revesamento dos directores

XC

MUDANÇA E RETIRADA DE DIRECTORES

Na assembléa geral ordinaria que terá logar no anno de mil e novecentos (1900), e em cada uma das assembléas geraes ordinarias subsequentes, retirar-se-ha um terço dos directores ; ou, si o seu numero não for multiplo de tres, o numero delles, então, que mais se approximar, que não exceda, porém, de um terço. O director que se retirar continuará a exercer o seu cargo até a terminação ou até o adiamento da reunião na qual for eleito o seu successor.

XCI

QUE DIRECTORES SE HÃO DE RETIRAR

O terço ou o numero delle mais proximo que terá de retirar-se na assembléa ordinaria, que ha de ter logar no anno de mil e novecentos (1900), a não ser que os directores combinem entre si, será decidido á sorte ; em cada anno que for decorrendo se retirará um terço ou o numero delle mais proximo daquelles que mais tempo tenham estado em exercicio, e na falta de accordo entre elles, a sua retirada será decidida por sorte.

O tempo que tenha estado um director em exercicio, será computado da sua ultima eleição ou da sua nomeação pela qual deixou elle o cargo previamente. O director demissionario (que deixa o cargo, se retira) poderá ser reelegivel.

XCII

REUNIÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

A companhia em qualquer assembléa geral, na qual qualquer dos directores tem de retirar-se, na forma acima prevista, preencherá esses cargos elegendo numero igual de pessoas para directores e tambem poderá preencher outras vagas quaesquer.

XCIII

OS DIRECTORES DEMISSIONARIOS CONTINUARÃO EM EXERCICIO ATÉ NOMEAÇÃO DE SEUS SUCCESSORES

Si em qualquer assembléa geral, na qual se terá de proceuer á eleição para directores, os logares dos que sabem não serem

preenchidos, os directores demissionarios ou quaesquer delles cujos logares não tenham sido preenchidos, continuarão no exercicio das suas funcções até a assembléa ordinaria do anno immediato, e assim de anno para anno, até que os seus logares sejam preenchidos, salvo si em tal assembléa resolver-se sobre a redução do numero de directores.

XCIV

PODERES DA ASSEMBLÉA GERAL DE AUGMENTAR OU REDUZIR O
NUMERO DE DIRECTORES

A companhia em assembléa geral poderá de tempos em tempos augmentar ou reduzir o numero dos directores e bem assim alterar as condições requisitadas para tal cargo, como outrosim determinar a ordem de revesamento ou substituição em que sahirá do respectivo cargo esse numero augmentado ou reduzido.

XCV

PODER DE DEMITTIR QUALQUER DIRECTOR POR UMA RESOLUÇÃO
EXTRAORDINARIA

A companhia por uma resolução extraordinaria poderá demittir qualquer director antes de terminado o seu tempo de exercicio, e nomear outra pessoa qualificada em seu logar. A pessoa assim nomeada só ficará em exercicio durante o tempo em que o director, que elle substitua, tivesse de servir não tendo sido demittido.

XCVI

AVISO QUE DEVE DAR O CANDIDATO A DIRECTOR

Pessoa alguma, a não ser director que se retira, salvo sendo recommendado á eleição pelos directores, será elegivel por eleição ao cargo de director em qualquer assembléa geral, a menos que elle ou outro socio ou membro qualquer que tencione apresental-o, tenha entregue no escriptorio da companhia, pelo menos completados sete dias anteriormente á data da eleição, um aviso por escripto, assignado por seu punho, participando a sua candidatura ou a intenção que tem o socio de o apresentar.

Directores gerentes

XCVII

PODER DE NOMEAR DIRECTOR-GERENTE

Os directores poderão de vez em quando nomear um de entre elles ou mais de um de entre si para director ou directores-gerentes da companhia, quer para prazo fixo, quer sem limite de tempo durante o qual elle ou elles deverão exercer esse cargo, como também poderão opportunamente exonerar-o, demittir-o, ou exonerar-os ou demittir-os do cargo e nomear outro ou outros em seu lugar.

XCVIII

PRESCRIÇÕES A QUE FICARÁ SUJEITO

O director-gerente, emquanto estiver a desempenhar o seu cargo, não ficará sujeito a retirar-se por turno ou revezamento e não será incluído no que diz respeito à clausula attinente aos directores que se retirem alternativamente; mas, só pelas condições de qualquer contracto ser com a companhia, é que fica sujeito às mesmas prescrições dos demais directores da companhia relativamente à resignação e exoneração; e si por qualquer motivo retirar-se do cargo de director, deixará de ser, *ipso facto*, director-gerente.

XCIX

REMUNERAÇÃO DO DIRECTOR-GERENTE

A remuneração do director-gerente será fixada de tempos em tempos pelos directores ou pela companhia em assembléa geral, e poderá ser mediante ordenado, commissão, ou participação nos lucros, ou por todos ou quaesquer desses meios ou modos.

C

DIREITOS E DEVERES DO DIRECTOR-GERENTE

Os directores poderão, de tempos a tempos, confiar e conferir ao director-gerente, durante o exercicio das suas funcções, os poderes conferidos aos directores por estes estatutos, como

o entenderem; poderão, outrossim, conferir taes poderes por tal tempo e para serem exercidos para taes fins e objectos e sob taes termos e condições e com as restricções que julgarem convenientes; tambem poderão conferir taes poderes, quer simultaneamente, quer com exclusão e em substituição de todos ou parte dos poderes dos directores naquelle intuito; e poderão, de tempos em tempos, revogar, retirar, alterar ou variar todos ou quaesquer desses poderes.

CI

ENCARGOS DOS DIRECTORES

Reunião de directores, numero, etc.

Os directores poderão reunir-se para o expediente de negocios, adiar e de outra fôrma qualquer regular as suas reuniões como o julgarem conveniente, e poderão determinar o numero necessario de directores para a direcção dos negocios. Até resolver-se outra cousa, dous directores constituirão numero. Um director poderá a qualquer tempo encarregar o secretario de convocar a reunião dos directores. As questões que se suscitarem em qualquer reunião serão decididas pela ou por maioria de votos e, no caso de se dar igualdade de votos, terá o presidente um segundo voto ou o de desempate. O director que não estiver no Reino Unido não terá direito de receber avisos de qualquer reunião de directores.

CII

PRESIDENTE

Os directores poderão eleger um presidente para as suas reuniões e determinar o periodo da duração do cargo; mas, si nenhum presidente que tal tiver sido eleito, ou si em qualquer reunião o presidente não estiver presente, no tempo designado para ella, os directores presentes poderão escolher um dentre elles para presidente de tal reunião.

CIII

PODERES DA REUNIÃO

A reunião de directores que ao tempo estejam em exercicio, na qual o numero preciso estiver presente, será competente para exercer todas ou quaesquer das autorisações, poderes e faculdades segundo, ou pelos regulamentos da companhia de que na occasião estiverem investidos, ou em geral possam ser exercidos pelos directores.

CIV

PODER DE NOMEAR COMISSÕES E DE DELEGAR

Os directores poderão delegar quaesquer dos seus poderes em commissões que consistam de um ou mais membros de entre si, como o julgarem conveniente. Qualquer commissão assim formada, no exercicio dos poderes assim delegados, conformar-se-ha com as regras que de vez em quando lhes forem impostas pelos directores.

As reuniões e trabalhos de qualquer commissão semelhante que consista de dous ou mais membros serão regidas pelas prescripções nestes contidas relativas á regularisação das reuniões e trabalhos dos directores, tanto quanto lhes sejam applicaveis e que não estejam revogadas por outras ou por outros regulamentos feitos pelos directores em virtude deste artigo.

CV

VALIDADE DOS ACTOS DOS DIRECTORES OU COMISSÕES, EMBORA HAJA IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO, ET CÜTERA

Todos os actos exercidos em qualquer reunião dos directores, ou por qualquer pessoa que faça as vezes de director, embora se venha a descobrir depois que houve irregularidade na nomeação de taes directores, ou pessoas fazendo as suas vezes, como fica dito acima, ou que elles ou algum de entre elles não tivessem taes requisitos ou predicados, serão válidos, como si cada uma dessas pessoas tivesse sido devidamente nomeada e estivesse em condições de ser director.

CVI

REMUNERAÇÃO POR SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Si algum dos directores, estando de accordo, for encarregado de desempenhar serviços extraordinarios, ou tenha de tomar providencias para seguir e residir no estrangeiro, ou de outro modo, seja qual for, para qualquer dos fins da companhia, esta poderá remunerar o director ou directores que assim fizerem, quer com uma quantia fixa, quer com uma percentagem nos lucros, ou por outro modo qualquer que for determinado, e tal remuneração poderá ser como augmento ou substituição do quinhão do remuneração a que elle ou elles tenham direito, segundo o que fica acima previsto.

(A) Uma resolução por escripto assignada por todos os directores ou por todos os membros de uma comissão de directores, será tão válida e efficaz como si tivesse sido deliberada em uma reunião de directores ou comissão devidamente convocada e constituida.

Actas

CVII

ACTAS A FAZER

Os directores farão com que se lavrem devidamente as actas nos livros destinados para esse fim:

De todas as nomeações de empregados;

Dos nomes dos directores presentes em cada reunião de directores ou de qualquer comissão de directores;

De todas as resoluções e trabalhos das assembleas geraes e das reuniões dos directores e comissões.

E taes actas de qualquer reunião de directores ou de qualquer comissão, ou da companhia, sendo assignadas pelo presidente de tal reunião, ou pelo presidente da reunião immediata, serão admittidas como prova *prima facie* dos assumptos ou materias declaradas em taes actas.

Atribuições (ou poderes) dos directores

CVIII

PODERES GERAES DA COMPANHIA INVESTIDOS NOS DIRECTORES

A direcção dos negocios da companhia será investida nos directores, e estes, além das attribuições, poderes e autorisações que por estes estatutos lhes são conferidos expressamente, poderão exercer todos os poderes e praticar todos os actos e cousas que podem ser exercidos e praticados pela companhia, e que por estes estatutos ou por lei não seja ordenado ou preciso que sejam exercidos ou praticados pela companhia em assemblea geral, sujeito todavia ás prescripções das leis de companhias de (1862) mil oitocentos sessenta e dous a (1866) mil oitocentos sessenta e seis e ás destes estatutos e de quaesquer regulamentos que a companhia em assemblea geral faça de tempos em tempos, comtanto que nenhum de taes regulamentos invalidará qualquer acto antecedente dos directores, que seria válido si tal regulamento não tivesse sido feito.

CIX

PODERES ESPECIAES DADOS AOS DIRECTORES

Sem prejuizo dos poderes geraes conferidos pelo artigo precedente, e dos outros poderes conferidos por estes estatutos, fica por este artigo expressamente declarado que os directores terão os poderes seguintes, a saber:

PARA ADQUIRIR BENS

1) Para comprar ou por outra fôrma qualquer adquirir para a companhia bens, direitos ou privilegios que a companhia está autorisada a adquirir, por tal preço em geral nos termos e condições que julgar conveniente.

PAGAR BENS COM « DEBENTURES », ETC. ETC.

2) Para a sua descripção pagar quaesquer bens e direitos adquiridos, ou serviços prestados à companhia no todo ou em parte em dinheiro ou em acções, obrigações, *debentures*, ou em outros valores da companhia, podendo taes acções ser emitidas como integralisadas ou liberadas em parte, conforme for contestada, e taes obrigações, *debentures*, poderão ter ou não ter garantia especial no todo ou em parte sobre os bens da companhia ou sobre o seu capital (não chamado, *uncalled*) innominado.

GARANTIA DE CONTRACTOS POR HYPOTHECA

3) Para garantir o cumprimento de quaesquer contractos ou compromissos da companhia por hypotheca ou encargo no todo ou em parte sobre os bens da companhia, ou sobre o seu capital não pago ou realizado ao tempo ou de outra fôrma como o julgarem conveniente.

NOMEAÇÃO DE EMPREGADOS

4) Para nomear e á sua discreção exonerar ou suspender gerentes, secretarios, empregados, caixeiros, agentes e serviços de emprego permanente, temporario ou especial como opportunamente julgarem conveniente, e para prescrever designando os seus deveres e faculdades ou attribuições e fixar-lhes ordenados ou vencimentos, e exigir garantias nos casos e pelas quantias que julgarem conveniente.

NOMEAÇÃO DE DEPOSITARIOS (TRUSTEES)

5) Para nomear qualquer pessoa ou pessoas para acceitarem e guardarem, como depositarios fiduciarios da companhia, quaesquer bens pertencentes á companhia ou nos quaes tem ella interesse, ou para quaesquer outros fins, e para assignar e fazer quaesquer escripturas e actos que forem necessarios em relação a tal deposito. Quaesquer dos directores poderão funcionar como depositarios fiduciarios, e sob taes termos ou certas condições quanto á remuneração ou outra cousa como for ajustado.

PROMOVER E DEFENDER ACÇÕES JUDICIAES

6) Para promover, proseguir (fazer seguir os seus tramites legais), defender, compor-se com credores, ou desistir de quaesquer acções judiciais da companhia ou contra a companhia ou seus empregados, ou que por outro modo tenham relação com os negocios da companhia, e tambem para entrar em accordo ou combinação e fixar ou marcar prazo para o pagamento ou cumprimento de qualquer divida vencida, e de quaesquer reclamações ou dividas activas, sommas devidas da companhia ou contra a companhia.

PASSAR RECIBOS

7) Para passar e dar recibos, descargas ou desobrigações e outras quitações de dinheiro devidos á companhia e de reclamações e sommas devidas (dividas activas), (*demande-créance*, francez) da companhia.

DAR CAUÇÃO A TITULO DE INDEMNISAÇÃO

8) Para constituir em nome e por parte da companhia em favor de qualquer director ou de outra pessoa que possa ou esteja para contrahir qualquer obrigação pessoal para com a companhia em seu beneficio, taes hypotheccas sobre os bens da companhia, tanto presentes quanto futuros, como o julgarem conveniente e tal hypothecca poderá conter autorisação de venda ou comprehender outros poderes, clausulas e condições que se ajustarem.

PARA DAREM-SE PORCENTAGEM

9) Para dar a qualquer empregado ou pessoa do serviço da companhia uma commissão sobre os lucros de qualquer negocio ou transacção especial ou um quinhão dos lucros

geraes da companhia e tal commissão ou quinhão de lucros será considerada como parte das despesas de custeio da companhia.

PARA ESTABELECEER O FUNDO DE RESERVA

10) Para pôr de parte, antes de cotar (*before recommending*), qualquer dividendo, dos lucros da companhia, a quantia que julgarem conveniente para fundo de reserva, afim de fazer face a despesas imprevistas, ou igualar os dividendos, ou renovar, augmentar de preço ou valor e manter ou conservar quaesquer bens da companhia e para outros fins quaesquer que a companhia na absoluta direcção entender convenientes aos seus interesses; e para empregar as diversas quantias que forem assim postas de lado para taes empregos ou collocações, como lhes parecer para opportunamente girar com ellas dando-lhes outra collocação ou emprego, e dos mesmos dispor no todo ou em parte a bem dos interesses da companhia, e para dividir o fundo de reserva em fundos especiaes como entenderem, com plenos poderes para o emprego do fundo de reserva ou qualquer parte d'elle no negocio da companhia e isso sem obrigação de terem separado das outras verbas do activo.

Gerencia local

CX.

PROCURAÇÕES

Os directores poderão, a qualquer tempo e temporariamente por procuração sellada, nomear qualquer pessoa ou pessoas procurador ou procuradores da companhia para taes fins e com taes poderes, autorisação e faculdade discrecionarias (não excedendo aquelles em que estão investidos, ou são exercidos pelos directores em virtude destes estatutos) e por tal periodo de tempo, e sujeito a taes condições como possa parecer aos directores conveniente ou essa nomeação poderá (si assim o entenderem os directores) ser feita em nome dos membros de qualquer directoria ou agencia local que se possa ter estabelecido ou em nome de qualquer companhia ou firma, ou dos socios directores, nominatarios ou prepostos ou gerentes de qualquer companhia ou firma, ou cessão em nome de qualquer grupo indeterminado de individuos, nomeados ou constituídos directa ou indirectamente pelos directores, e tal procuração poderá abranger taes poderes para a garantia ou vantagem das pessoas que tratarem com taes procuradores, como os directores o julgarem conveniente.

CXI

SUB-DELEGAÇÃO

Quaesquer desses procuradores ou delegados, como fica dito acima, poderão ser autorizados pelos directores a sub-delegar todos ou quaesquer poderes, autorisações e faculdades discrecionarias de que se achem então investidos. A companhia poderá exercer os poderes que lhe são conferidos pela lei de sellos de companhias de 1864 (mil oitocentos sessenta e quatro) e taes poderes estarão de conformidade investidos nos directores.

Dividendos

CXII

COMO DEVEM SER PAGOS OS DIVIDENDOS

Os dividendos das accções serão pagos pelo capital inicial em proporção ao capital realizado sobre ellas ; mas, estando o capital pago de antemão ás chamadas, sob a condição ou fundamento de que o mesmo vencerá juros, esse capital emquanto render juros não poderá participar dos lucros.

CXIII

ANNUNCIOS DE DIVIDENDOS

A companhia, em assembléa geral, poderá fazer annuncios do dividendo que terá de ser pago aos socios, conforme aos seus direitos e interesses nos lucros.

CXIV

RESTRICÇÕES SOBRE O IMPORTE DE DIVIDENDOS

Não se fará annuncio de dividendo maior do que o cotado pelos directores, mas a companhia, em assemblea, poderá annunciar dividendo menor.

CXV

DIVIDENDOS CONSIDERADOS QUANTO AOS LUCROS SÓMENTE

Neuhum dividendo será pago sem que provenha dos lucros da companhia.

CXVI

QUE SE ENTENDERÁ POR LUCROS LIQUIDOS

A declaração dos directores, relativamente á totalidade dos lucros líquidos, será decisiva.

CXVII

DIVIDENDOS INTERMEDIOS

Os directores poderão opportunamente pagar aos socios por conta do dividendo immediato, os dividendos intermedios que, a seu ver, a posição da companhia justifica.

CXVIII

PODEM ABATER-SE DIVIDAS

Os directores poderão reter os dividendos sobre os quaes a companhia tenha o direito de caução e os poderá applicar, no todo ou em parte, para pagamento ou satisfação das dividas, obrigações ou compromissos relativamente aos quaes exista aquella garantia.

CXIX

PODER DE CAUCIONAR DIVIDENDOS DE ACÇÕES DE MENORES, DESASSISADOS, ETC.

Os directores poderão caucionar os dividendos de acções ou fundos, relativamente aos quaes qualquer pessoa tenha o direito de vir a ser socio, conforme a clausula de transmissão, ou que qualquer pessoa, conforme aquella clausula, tenha o direito de transferir, até que essa pessoa passe a ser socio com respeito a taes acções ou fundos, ou tenha legalmente transferido. Nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia.

CXX

PAGAMENTO POR CHEQUE

Qualquer dividendo poderá ser pago por cheque remettido pelo Correio, registrado com endereço da pessoa que a elle tenha direito e dado o caso de pertencer a co-possuidores, será registrado com endereço para aquelle cujo nome figurar em primeiro logar no registro, relativo á posse em commum, e cada cheque assim remettido será pagavel ás ordem do seu destinatario.

Contas**CXXI****ESCRITURAÇÃO**

Os directores terão o cuidado de tirar contas exactas de todas as quantias de dinheiro recebidas pela companhia e materias ou cousas, objectos das receitas e despesas que as occasionarem (ou em que foram ellas empregadas) e do activo, credito e obrigações da companhia. Os livros de contas serão guardados no escriptorio registrado da companhia ou em qualquer outro logar ou logares que os directores entenderem convenientes.

CXXII**INSPECÇÃO POR PARTE DOS MEMBROS**

Os directores determinarão de tempos em tempos si e até que ponto ou extensão e occasiões e logares, e sob que condições ou fórma, as contas e livros da companhia ou quaesquer delles estarão patentes ao exame ou verificação dos socios ou membros, e nenhum destes terá direito algum de examinar qualquer conta, livro, ou documentos da companhia, excepto como lhes for facultado por lei ou autorizado pelos directores, ou por deliberação da companhia em assembléa geral.

CXXIII**CONTA E BALANÇO ANNUAES**

Na assembléa ordinaria annual, os directores apresentarão á companhia uma conta de lucros e perdas e um balanço que contenha o resumo ou summario dos bens e obrigações da companhia em dia, até a data não excedente de seis mezes antes da reunião, contados da data em que foi feita a conta e balanço immediatamente anteriores, ou no caso da primeira conta e balanço, da data da incorporação da companhia.

CXXIV**RELATORIO ANNUAL DOS DIRECTORES**

Cada um desses balanços será acompanhado de um relatorio dos directores quanto ao estado e condições da companhia, e a somma que ordenam que seja paga dos lucros a titulo de

dividendo ou *bonus* aos socios, e a quantia, si houver, que propoem se leve ao fundo de reserva, de accordo com as prescripções que a este respeito estão acima expostas, o extracto das contas, relatorio e balanço serão assignados por dous directores e rubricados pelo secretario.

CXXV

SE MANDARÃO CÓPIAS AOS SOCIOS

Cópias impressas de taes balanço e relatorio serão, sete dias antes da reunião, enviadas aos possuidores registrados das acções, da maneira por que mais adiante fica consignado com relação a avisos.

Exame de contas

CXXVI

EXAME ANNUAL DAS CONTAS

Uma vez, pelo menos, em cada anno as contas da companhia serão examinadas e a exactidão da conta de lucros e perdas será conferida por um ou mais contadores ou revisores. O primeiro ou primeiros revisores serão nomeados pelos directores; os revisores subsequentes serão nomeados pela companhia, em assembléa ordinaria, cada anno.

A remuneração dos revisores será fixada pela companhia em assembléa geral. Qualquer revisor que tenha deixado o cargo poderá ser reeleito. Si for só um o revisor nomeado, todas as prescripções contidas nestes estatutos relativas a revisores, ser-lhes-hão applicaveis. Podem ser revisores os membros da companhia; mas ninguem será elegivel para revisor, sendo interessado por outra forma que não seja a de socio ou membro da companhia, em qualquer transacção della; e nenhum director ou outro empregado qualquer será elegivel enquanto estiver em exercicio.

CXXVII

VAGA CASUAL

Si se der alguma vaga casual no cargo de revisor, os directores a preencherão immediatamente.

CXXVIII

RELATORIO DOS REVISORES SOBRE A CONTA E BALANÇOS ANNUAES

Aos revisores serão fornecidas cópias da conta de lucros e perdas, e do balanço, destinadas a serem apresentadas à companhia em assemblea geral, quatorze dias pelo menos antes da reunião em que tem de ser apresentadas, e a elles cumprirá examinar as mesmas, bem como as contas e os titulos ou documentos que lhes dizem respeito e apresentarão relatorio dos mesmos, à companhia, em assemblea geral.

CXXIX

EXAME DOS LIVROS PELOS REVISORES

Os revisores terão em todas as occasiões asadas accesso aos livros e contas da companhia e poderão com relação aos mesmos interrogar ou consultar sobre isso aos directores ou a outros empregados da companhia.

CXXX

QUANDO SE DEVEM CONSIDERAR AS CONTAS FINALMENTE VERIFICADAS

Todas as contas dos directores, depois de revistas e provadas em assemblea geral, considerar-se-hão decisivas, salvo no que disser respeito a qualquer erro que seja descoberto dentro de tres mezes immediatamente subsequentes à sua approvação. Quando tal erro seja descoberto dentro daquelle prazo, a conta será immediatamente corrigida, e desde então será decisiva.

Avisos

C X X X I

FÓRMA DE AVISO AOS SOCIOS

A companhia poderá dar qualquer aviso a um socio ou membro, quer pessoalmente, quer enviando-o pelo Correio, em carta franqueada, sob o endereço registrado do socio seu destinatario.

CXXXII

SOCIOS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

Cada possuidor de acções registradas, cujo endereço registrado não for no Reino Unido, poderá de tempos em tempos notificar por escripto a companhia um endereço no Reino Unido, o qual será considerado o seu endereço registrado, comprehendido sob a significação do artigo anterior.

CXXXIII

AVISOS SEM ENDEREÇO

Relativamente aos socios que não tenham endereço registrado no Reino Unido, um aviso affixado no escriptorio sera considerado como intimação do seu conteúdo, findo o prazo de 24 horas da sua affixação.

CXXXIV

NÃO SE FAZEM AVISOS AOS POSSUIDORES DE TITULOS DE ACÇÕES AO PORTADOR

O possuidor de um titulo de acções ao portador não terá direito, salvo si nelle for declarado o contrario, a aviso para qualquer assembléa geral da companhia, relativo ao mesmo.

CXXXV

AVISO FEITO POR ANNUNCIO

Qualquer aviso que a companhia precise dar aos seus membros ou a qualquer delles, e não esteja expressamente previsto nestes estatutos, considerar-se-ha válido, si feito por annuncio. Qualquer aviso que seja preciso dar-se, ou que se possa dar por annuncio, será annuciado uma vez em dous jornaes ou gazetas diarias de Londres.

CXXXVI

AVISO A CO-POSSUIDORES

Todos os avisos, relativamente a quaesquer acções registradas, a que tenham direito pessoas co-associadas, serão dados a qualquer dessas pessoas, cujo nome figure em primeiro lugar no registro; e os avisos assim dados serão sufficientes para todos os possuidores de semelhantes acções.

CXXXVII

QUANDO CONSIDERADOS COMO DADOS OS AVISOS EXPEDIDOS
PELO CORREIO

Qualquer aviso enviado pelo Correio será considerado como dado no dia seguinte aquelle em que a carta ou subscripto que a encerra ou contém foi lançado no Correio ; e será sufficiente, para prova disso, comprovar que a carta ou subscripto que continha tal aviso fôra devidamente endereçado ao destinatario e lançado no Correio.

CXXXVIII

CESSIONARIOS, ETC. SUJEITOS A AVISOS ANTERIORES

Todas as pessoas que por effeito da lei, transferencia ou outro meio qualquer vierem a ter direito a qualquer acção, ficarão sujeitas aos effeitos de cada aviso relativo a taes acções ou fundos que antes dos seus nomes e endereço tenham sido registrados, serão dados devida ou legitimamente á pessoa da qual deriva ou provém o direito de taes acções ou fundos.

CXXXIX

AVISO VÁLIDO, EMBORA FALLECIDO O SOCIO

Qualquer aviso ou documento entregue ou enviado pelo Correio ou deixado sob o endereço registrado de qualquer socio, de conformidade com estes estatutos, não obstante esse socio ter então fallecido, e quer a companhia tenha ou não tenha aviso do seu fallecimento, será considerado relativamente a quaesquer acções registradas, quer possuidas sómente, sinão conjuntamente com outras pessoas por esse socio, até que outra pessoa seja inscripta ou registrada no seu logar como possuidor ou possuidores das mesmas, e tal serviço para todos os fins destes estatutos será considerado sufficiente entrega de tal aviso ou documento aos seus herdeiros, testamenteiros ou administradores dos bens, e a todas as pessoas, si algumas houver conjuntamente interessadas com elle ou ella em alguma acção.

Liquidação

CXL

DISTRIBUIÇÃO DO ACTIVO EM ESPECIE

Si a companhia entrar em liquidação, os liquidatarios (seja voluntaria ou official) poderão, com a sancção de uma resolução extraordinaria, dividir entre os contribuintes, em especie,

qualquer parte do activo da companhia e poderão com igual sanção depositar qualquer parte do activo da companhia em poder dos depositarios, fiadores, sob as garantias em beneficio dos contribuintes como os liquidatarios com igual sanção entenderem conveniente.

CXLI

VENDA SEGUNDO A DISPOSIÇÃO DA SECÇÃO 161 DA LEI DE COMPANHIAS DE 1862

Si em qualquer tempo os liquidatarios da companhia fizerem qualquer venda ou entrarem em algum accordo, de conformidade com a secção cento e sessenta e um da «Lei de companhias» de mil oitocentos sessenta e dois, um membro ou socio dissidente no sentido daquella secção, não terá os direitos que lhe são alli conferidos; mas em vez disso poderá dar aviso por escripto, dirigido aos liquidatarios, deixando-o no escriptorio, nunca mais tarde do que quatorze dias depois da reunião em que foi tomada a resolução especial autorizando tal venda ou accommodação, requerendo-lhes as vendas das acções, fundos ou outros bens, opção ou privilegio, aos quaes, segundo o accordo, elle teria, aliás, adquirido direito e lhe paguem o seu producto liquido; e tal venda e pagamento serão effectuados nessa conformidade.

Tal venda por ultimo mencionada poderá ser feita da maneira que os liquidatarios julgarem conveniente.

Indemnisação

CXLII

IND E M N I S A Ç Ã O

Cada director gerente, secretario e outro qualquer empregado ou servical da companhia será indemnizado pela companhia; e será dever dos directores pagar dos haveres da companhia todas as contas, prejuizos e despezas que tal empregado ou funcionario ou servical possa contrahir ou por ella tornar-se responsavel por motivo de qualquer contracto ou acto ou acção por elles feitos ou praticados na qualidade de funcionarios ou empregados ou servicaes, ou pelo modo que for no desempenho dos seus deveres.

CXLIII

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL DOS DIRECTORES

Nenhum director ou empregado da companhia será responsavel pelos actos, quitações, negligencias ou faltas de qualquer outro director ou empregado, ou por se terem combinado para

dar qualquer quitação ou para outro acto qualquer, ou por qualquer perda ou despesa que tenha ou em que incorra a companhia por insufficiencia ou deficiencia dos titulos de quaesquer bens adquiridos por ordem dos directores para a companhia ou por parte della, ou pela insufficiencia ou deficiencia de quaesquer valores em que ou sobre os quaes se tenham empregado os dinheiros da companhia, ou por qualquer perda ou damno proveniente de fallencia, insolvencia ou acto lesivo a qualquer pessoa com quem quaesquer dinheiros, valores ou bens (*effects*) tenham sido ou em mãos das quaes forem depositados, ou por outra qualquer perda, damno ou desastre que occorrer no cumprimento dos deveres do seu respectivo cargo ou com relação ao mesmo, salvo si succeder ou occorrer em virtude acto proprio seu obstinado ou culpa ou falta sua.

NOMES, ENDEREÇOS E DESIGNAÇÃO DE ESTADO DOS SUBSCRIPTORES

F. G. Naumann, negociante — Thornley South Norwood, Hill.

F. W. Gepp, negociante — Marybourne, Lauwrie K. Lydenhein.

E. O. Broad, negociante — Santos, Brazil.

W. W. Asser, corretor colonial — Oak Lawrie Auerlei.

August Stunapp, negociante — Nova York — 87, Front-Street.

Annie C. Naumann — Thornley, South Norwood-Hill. S. E. esposa de F. G. Naumann.

Alzira W. Broad — Santos, Brazil. — Esposa de E. O. Broad.

Datado aos 31 dias de maio de 1897.

Testemunhas de todas as assignaturas supra:

E. N. Adler — 9 Angel Court — East City, Londres — Sollicitador.

J. H. Pilley — 21, Mincing Lane, East City, Londres.

CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO DE «NAUMANN, GEPP & COMPANY, LIMITED»

Pelo presente certifico que «Naumann, Gepp & Companhia, Limitada, foi hoje incorporada de conformidade com as leis de companhias de 1862 a 1893, e que a companhia é de responsabilidade limitada.

Passado com a assignatura do meu proprio punho, em Londres, aos 31 dias do mez de maio do anno de 1897.

Registrador de companhias por accções.

Emolumentos e sellos de escriptura — £.

Imposto do sello sobre o capital — £.

Em papel sellado com o sello de um shilling do Reino Unido da Inglaterra, devidamente inutilisado pelas iniciaes do tabelião infra mencionado e datado de 31 de maio de 1897.

Eu abaixo assignado, Alfred Donnisson, tabellião publico da cidade de Londres, devidamente admittido (*sic*) e jurado, certifico:

Que no dia 31 de maio estive presente com Elkan Nathan Adler, solicitador, residente em Angel Court n. 9, na dita cidade de Londres, e Joseph Herbert Pilley, empregado do commercio, residente em Mincing Lane n. 21, tambem nesta cidade, e vi Frank Gustavus Naumann, Francis William Gepp, Edward Oppenheim Broad, William Wotten Asser, August Stumpp, Annie Constancia Naumann e Alzira Wright Broad, devidamente assignar a annexa acta de sociedade e estatutos da companhia denominada «Naumann, Gepp & Company, limited »;

Que os nomes ou assignaturas «F. G. Naumann, F. W. Gepp, E. O. Broad, W. W. Asser, August Stumpp, Annie C. Naumann e Alzira W. Broad», separadamente firmados e subscriptos no fim das paginas seis e trinta e quatro da dita acta de sociedade e estatutos, são dos proprios e respectivos punhos dos ditos Frank Gustavus Naumann, Francis William Gepp, Edward Oppenheim Broad, William Wotten Asser, August Stumpp, Annie Constancia Naumann e Alzira Wright Broad.

E que os nomes ou assignaturas «E. N. Adler e J. H. Pilley» respectivamente subscriptos no fim da dita acta de sociedade e estatutos, com testemunhas presentes, a devida e respectiva assignatura são do proprio e respectivo punho dos ditos Elkan Nathan Adler e Joseph Herbert Pilley.

Em testemunho da verdade eu, o supracitado tabellião, assignei este documento e nelle affixei o sello do meu cargo neste dia trinta e um de maio de mil oitocentos noventa e sete (31 de maio de 1897) — (Assignado) *Alfred Donnisson*, tabellião publico.

Achava-se apposto o sello do tabellião de Londres, Alfred Donnisson, acima referido.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Alfred Donnisson, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente, que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos cinco de agosto de mil oitocentos noventa e sete.

Sobre duas estampilhas do valor colectivo de tres mil réis (\$3000). — Vinha assignado — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul, e datado (5 de agosto de 1897), cinco de agosto de mil oitocentos noventa e sete.

Abaixo do sello do respectivo Consulado vinha rubricado: numero mil e trinta e um (n. 1031). Recebi: seis shillings e nove dinheiros (6^s/9^d) (Assignado) — *Costa*.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Achavam-se appostas quatro estampilhas do valor colectivo de quinhentos e cinquenta réis (\$550), devidamente inutilizadas,

trazendo a data — Rio de Janeiro, nove de dezembro de mil oitocentos noventa sete (9 de dezembro de 1897).

Pelo director geral — (assignado) *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da terceira secção.

Achava-se apposto o sello respectivo da Secretaria das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brazil.

Tambem estavam affixadas tres estampilhas do valor colectivo de tres mil e setecentos réis (3\$700), devida e competentemente inutilisadas pelo carimbo da Recebedoria da Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, sobre o qual se via a data de nove de dezembro de mil oitocentos noventa e sete (9 de dezembro de 1897).

Nada mais continha, nem declarava o documento supra mencionado, que do proprio original em inglez traduzi litteral e fielmente, quanto possivel.

Em fé do que passei a presente, que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos dezesete dias do mez de dezembro do anno de mil oitocentos noventa e sete.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1897. — *Joaquim Jeronyma Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.



DECRETO N. 2786 — DE 5 DE JANEIRO DE 1898

Designa as sédes dos Consulados no Imperio do Japão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorisado pelo art. 3º, n. II, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta :

Artigo unico. Os dous Consulados no Imperio do Japão terão por sédes as cidades de Yokoama e Kobe.

Capital Federal, 5 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira,



DECRETO N. 2787 — DE 6 DE JANEIRO DE 1898

Manda reverter ao serviço activo do Exercito o capitão de infantaria Francisco Theophilo Cardoso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto legislativo n. 310, de 21 de outubro de 1895:

Resolve mandar reverter ao serviço activo do Exercito o capitão de infantaria Francisco Theophilo Cardoso, devendo esta reversão ser considerada de 16 de novembro do anno proximo passado, data do decreto n. 2674, em que foi o seu nome omittido por falta de communicação, quanto à sua apresentação, que teve logar ao commandante do 6º districto militar, em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, no dia 9 de novembro do referido anno de 1895.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jodo Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2788 — DE 6 DE JANEIRO DE 1898

Dá nova organização á Brigada Policial da Capital Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo n. 2 do § 2º do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta :

Art. 1.º A Brigada Policial da Capital Federal será organizada do modo constante dos quadros annexos, assignados pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2789 — DE 8 DE JANEIRO DE 1898

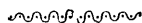
Publica a acceitação pelo Governo da Servia do protocollo III da conferencia de Madrid, de 15 de maio de 1891, sobre a união para a protecção da propriedade industrial, quanto á dotação da Secretaria Internacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a acceitação pelo Governo da Servia do protocollo III da conferencia de Madrid, de 15 de maio de 1891, sobre a união para a protecção da propriedade industrial, quanto á dotação da Secretaria Internacional, segundo a communicação do Conselho Federal Suíço, de 9 de novembro proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 8 de janeiro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2790 — DE 10 DE JANEIRO DE 1898

Reorganização da Guarda Nacional do Estado da Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado da Bahia se comporá de um commando superior, com séde na capital do Estado, o qual se constituirá com uma brigada de cavallaria, uma de artilharia e quatro de infantaria, além das demais que se organisarem posteriormente nas outras comarcas do referido Estado.

Art. 2.º A brigada de cavallaria se comporá de dous regimentos; a de artilharia, de um batalhão de artilharia de posição e de um regimento de artilharia de campanha e as de infantaria, de tres batalhões do serviço activo e de um batalhão do serviço da reserva, cada uma.

Art. 3.º As referidas brigadas serão organisadas:

A 1ª de cavallaria com os regimentos ns. 1 e 2, a 1ª de artilharia com o 1º batalhão de artilharia de posição e o 1º regimento de artilharia de campanha;

A 1ª de infantaria, com os batalhões de ns. 1 a 3 do serviço activo e 1º do da reserva;

A 2ª de infantaria, com os batalhões de ns. 4 a 6 do serviço activo e 2º do da reserva ;

A 3ª de infantaria, com os batalhões de ns. 7 a 9 do serviço activo e 3º do da reserva ;

A 4ª de infantaria, com os batalhões de ns. 10 a 12 do serviço activo e 4º do da reserva

Art. 4.º Os referidos corpos se organizarão:

O 1º de infantaria no districto de paz de Sant'Anna ; o 2º no de S. Pedro ; o 3º no da Victoria ; o 4º no da Sé ; o 5º nos da Conceição da Praia e Pilar ; o 6º no 1º districto de Santo Antonio e no da rua do Paço ; o 7º nos 2º e 3º districtos de Santo Antonio e no de Itapoan ; o 8º no de Brotas ; o 9º no dos Mares e nos 2º e 3º de Pirajá ; o 10º no da Penha e 1º de Pirajá ; o 11º nos de Paripe, Cotegipe e Matoim, e o 12º nos de Passé e Maré.

Os da reserva: o 1º nos districtos dos batalhões de infantaria ns. 1º, 2º e 3º ; o 2º nos de ns. 4º, 5º e 6º ; o 3º nos dos 7º, 8º e 9º, e o 4º nos dos 10º, 11º e 12º.

Os regimentos de cavallaria: o 1º nos districtos dos batalhões de infantaria das 1ª e 2ª brigadas da mesma arma e o 2º nos dos batalhões de infantaria das 3ª e 4ª brigadas.

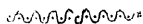
Os corpos da brigada de artilharia nos referidos districtos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2791 — DE 11 DE JANEIRO DE 1898

Da regulamento para arrecadação do imposto de transporte

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, resolve que, para a arrecadação do imposto de transporte, de que trata o art. 1º, n. 29, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para arrecadação do imposto de transporte, de que trata o art. 1º, n. 29, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, a que se refere o decreto n. 2791, desta data.

Art. 1.º São elevadas ao dobro as taxas de transporte estabelecidas pela lei n. 2940, de 31 de outubro de 1879, art. 18, n. 11, e decreto n. 7565, de 13 de dezembro do mesmo anno. (Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1º, n. 29.)

Art. 2.º Estas taxas, que serão cobradas em toda a Republica, comprehendem :

1.º Os bilhetes que dão direito a circular-se nas estradas de ferro de tracção a vapor, construidas pela União e pelos Estados, ou por companhias particulares, subvencionadas ou não ;

2.º Os bilhetes que dão direito á passagem em embarcações a vapor de companhias de transporte maritimo ou fluvial, subvencionadas ou não. (Art. 1º, §§ 1º e 2º, do decreto n. 7565, de 13 de dezembro de 1879, e mesma disposição citada.)

Paragrapho unico. Exceptuam-se os bilhetes ou cartões de passagens das ferro-vias da Capital Federal e seus subúrbios e das capitães dos Estados, *tramsways* ou carris urbanos de tracção animada, a vapor e á electricidade. (Art. 8º da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880.)

Art. 3.º O imposto sobre os bilhetes das estradas de ferro será cobrado na seguinte razão :

40 réis, si as passagens custarem até 200 réis ;
80 réis, si as passagens custarem até 400 réis ;
120 réis, si as passagens custarem até 600 réis ;
160 réis, si as passagens custarem até 800 réis ;
200 réis, si as passagens custarem até 1\$000 ;
400 réis, si as passagens custarem até 2\$000 ;
600 réis, si as passagens custarem até 3\$000 ;
800 réis, si as passagens custarem até 4\$000 ;
1\$000, si as passagens custarem até 5\$000 ;
1\$200, si as passagens custarem até 6\$000 ;
1\$400, si as passagens custarem até 7\$000 ;
1\$600, si as passagens custarem até 8\$000 ;
1\$800, si as passagens custarem até 9\$000 ;
2\$000, si as passagens custarem mais de 9\$000.

(Art. 2º do decreto n. 7565, e a mesma disposição citada.)

Art. 4.º O imposto sobre bilhetes de passagens em vapores de companhias fluviaes ou maritimas será arrecadado na seguinte razão :

40 réis, si as passagens custarem até 2\$000 ;
80 réis, si as passagens custarem até 4\$000 ;
120 réis, si as passagens custarem até 6\$000 ;

160 réis, si as passagens custarem até 8\$000 ;
 200 réis, si as passagens custarem até 10\$000 ;
 400 réis, si as passagens custarem até 20\$000 ;
 600 réis, si as passagens custarem até 30\$000 ;
 800 réis, si as passagens custarem até 40\$000 ;
 1\$000, si as passagens custarem até 50\$000 ;
 1\$200, si as passagens custarem até 60\$000 ;
 1\$400, si as passagens custarem até 70\$000 ;
 1\$600, si as passagens custarem até 80\$000 ;
 1\$800, si as passagens custarem até 90\$000 ;
 2\$000, si as passagens custarem mais de 90\$000.

(Art. 4.º do decreto n. 7565, de 13 de dezembro de 1879.)

Art. 5.º Ficam isentas da taxa de transporte as passagens inferiores a 1\$ nas estradas de ferro de tracção a vapor, construídas pela União e Estados ou por companhias particulares, que tenham subvenção, garantia ou fiança de garantia de juros; e inferiores a 10\$ nas barcas a vapor das companhias subvencionadas pela mesma União e Estados.

(Art. 9.º da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880 e art. 1.º, n. 20, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897.)

Art. 6.º A arrecadação do imposto será feita pelas administrações das estradas de ferro ou companhias de navegação; e o producto recolhido à Recebedoria, na Capital Federal, e às Delegacias Fiscaes, nos Estados, mediante guias demonstrativas :

Para as estradas de ferro, do numero dos bilhetes vendidos e respectivas taxas; para as companhias de navegação, do numero de bilhetes vendidos, nome do vapor, porto do destino do passageiro, preço da passagem e quota do imposto. A' ultima guia acompanhará a relação nominal dos passageiros, rubricada pelo capitão do porto do lugar. (Regulamento n. 7565 de 1879.)

Art. 7.º As entregas, de que trata o artigo antecedente, serão feitas pelas direcções das estradas de ferro da União, nos prazos designados nas leis e ordens em vigor; pelas direcções das dos Estados e das empresas particulares de navegação ou estradas de ferro, subvencionadas ou não, dentro dos primeiros dez dias do mez seguinte ao da cobrança. (Art. 12 do decreto n. 7565.)

Art. 8.º As repartições publicas, a que se refere o art. 6.º, discriminarão na escripturação o imposto proveniente do transporte por mar do originado do transporte por terra e, neste, o proveniente das estradas da União, dos Estados e das particulares.

Igual discriminação se fará nos balanços do Thesouro Federal. (Reg. n. 7565 citado.)

Art. 9.º Os empregados incumbidos de examinar as contas das estradas de ferro, os engenheiros fiscaes e os funcionarios encarregados de inspecção nas companhias de navegação subvencionadas deverão verificar si são cumpridas exactamente as disposições deste regulamento, dando immediatamente conta ao Thesouro, à Recebedoria e às Delegacias Fiscaes de qualquer irregularidade ou infracção, que chegue a seu conhecimento.

Art. 10. A fiscalização da escripturação das companhias e empresas particulares, na parte relativa á arrecadação do imposto, será exercida pelo Governo Federal sempre e pelo modo que elle entender conveniente. (Art. 14 do decreto n. 7565.)

Art. 11. As passagens e passes concedidos por conta da União e dos Estados, assim como os do serviço das companhias, estão isentos do imposto.

Art. 12. As companhias e empresas particulares, que infringirem o disposto no art. 7º, serão punidas com a multa de 20 a 50 % da importancia a recolher.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1893. — *Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2792 — DE 11 DE JANEIRO DE 1898

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de industrias e profissões.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, resolve que, para a arrecadação do imposto de industrias e profissões, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a arrecadação do imposto de industrias e profissões, a que se refere o decreto n. 2792 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO E SUAS TAXAS

Art. 1.º O imposto de industrias e profissões é devido por todos os que, individualmente ou em companhia, ou sociedade anonyma ou commercial, exercerem no Districto Federal industria ou profissão, arte ou officio, exceptuados os de que trata o capitulo 2º deste regulamento.

Art. 2.º O imposto compõe-se de taxas fixas e proporcionaes.

As taxas fixas teem por base a natureza e classe das industrias e profissões e a importancia commercial dos sitios ou logares em que forem exercidas, e quanto aos estabelecimentos industriaes, o numero dos operarios, as machinas, utensilios e outros meios de produção. (Lei n. 1507 de 26 de setembro de 1867.)

As taxas proporcionaes teem por base o valor locativo do prédio ou local onde se exercita a industria ou profissão.

§ 1.º As companhias ou sociedades anonymas que não distribuirem dividendos ficam sujeitas ás taxas correspondentes ás industrias que exercerem.

As que tiverem garantia de juros e não apresentarem rendimento liquido excedente ao garantido não estão sujeitas a taxa alguma.

§ 2.º A importancia da taxa proporcional nunca será menor de 10\$000.

Art. 3.º O que exercer industria ou profissão, sem estabelecimento, satisfará a taxa da tabella A, que lhe for applicavel.

Art. 4.º As taxas fixas serão cobradas de conformidade com as tabellas A, B, C e E, e as proporcionaes, segundo a tabella D.

CAPITULO II

DAS ISENÇÕES DO IMPOSTO

Art. 5.º São isentos do imposto :

1º, os concessionarios de minas de qualquer natureza ;

2º, os lavradores e possuidores de fabricas e engenhos, quanto á renda e beneficiamento dos productos das mesmas fabricas, quer pertençam á sua propria lavoura, quer á dos seus rendeiros ; comprehendidos o fabrico de assucar, de aguardente e dos vinhos naturaes, e outros quaesquer trabalhos que, sendo simples dependencia dos estabelecimentos ruraes, não constituirem industria especial (decisões n. 14, de 9 de janeiro de 1875, n. 536, de 13 de setembro de 1876, e n. 192, de 22 de maio de 1877) ;

3º, o pessoal das tripulações, os artistas sem estabelecimento, os jornaleiros e operarios ;

4º, os que trabalharem em loja ou officina propria, sem officiaes nem aprendizes, ainda que empreguem materiaes seus ; não se considerando officiaes nem aprendizes a mulher que trabalhar com o marido, os filhos solteiros que trabalharem com o pae ou a mãe, e os auxiliares ou serventes indispensaveis ;

5º, as sociedades de soccorros mutuos, ou quaesquer outros estabelecimentos para fins humanitarios, e as sociedades de colonisação ;

6º, os pescadores e as empresas e estabelecimentos de pesca;
7º, as casas de quitanda (por casas de quitanda entendem-se aquellas que unica e exclusivamente se applicam ao commercio de legumes);

8º, os que exercerem o magisterio; não comprehendidos os directores de collegios, com estabelecimentos que assim devam ser classificados (instrucções n. 271, de 29 de setembro de 1864, art. 1º);

9º, as fabricas de tecer e fiar algodão (lei n. 1836, de 27 de setembro de 1870, art. 10, § 41);

10, as fabricas de ferro e de machinas (lei citada);

11, os estaleiros (lei citada e lei n. 2348, de 25 de agosto de 1873, art. 11, § 5º, n. 7);

12, os estabelecimentos telegraphicos e telephonicos.

Art. 6.º São tambem isentos, sómente quanto aos respectivos cargos:

Os membros do Corpo Diplomatico e agentes consulares estrangeiros, e os empregados publicos da União e do Districto Federal, não se comprehendendo neste numero os serventuarios dos officios de justiça.

CAPITULO III

DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO

Art. 7.º Ninguém poderá exercer industria ou profissão, sujeita ou não a imposto, sem que previamente o declare á Recebedoria, afim de ser inscripto no lançamento.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os que pela primeira vez tenham de exercer profissão ligada a cargos electivos, ou de nomeação, os quaes terão o prazo de 15 dias para promoverem a sua inscrição.

Art. 8.º A falta de lançamento não isenta o contribuinte de pagar o imposto e as multas a que estiver sujeito pela industria ou profissão exercida, logo que lhe sejam exigidos.

Art. 9.º O lançamento do imposto de industrias e profissões será feito pela Recebedoria da Capital Federal, mediante declarações em duplicata, selladas, datadas e assignadas pelos interessados, e apresentadas no ultimo trimestre de cada anno, á medida que forem chamados os districtos respectivos por editaes publicados pela imprensa.

Essas declarações, que servirão para todos os effeitos legais, serão redigidas de conformidade com os modelos ns. 1 e 2 e poderão ser impressas.

§ 1.º Os proprietarios dos estabelecimentos fabris mencionados nas tabellas C e E declararão igualmente o numero de operarios que empregarem, e o mais que possa servir de base á fixação da taxa.

§ 2.º Os que fabricarem bebidas alcoolicas de qualquer especie, não comprehendidas na isenção do art. 5º, n. 2, manifestarão mais a quantidade de litros produzida annualmente pelos seus estabelecimentos.

Art. 10. Apresentadas á Recebedoria as declarações de que trata o artigo antecedente, o sub-director as distribuirá por tantos empregados quantos forem os districtos em que, para cobrança do imposto, estiver dividido o municipio.

§ 1.º Coteja-las as declarações com os dizeres do lançamento anterior, os empregados encarregados de estudal-as as averbarão com a nota — *Está conforme* —, que datarão e assignarão no caso de conduzirem a um imposto igual ou maior ao pago no anno em andamento, encaminhando-as ao sub-director para ordenar a inscrição.

§ 2.º Si do estudo das declarações resultar diminuição no imposto, ou reconhecer-se a inexactidão das mesmas, — informação minuciosa será prestada para que se proceda ao lançamento por arbitramento e se imponha a multa do art. 32.

§ 3.º Das declarações que forem sendo inscriptas se entregarão ás partes as segundas vias, ficando as primeiras na Recebedoria, que as fará encadernar em boa e devida ordem.

Art. 11. O preço do aluguel mensal, mencionado nas declarações, para base das taxas proporcionaes de 20 %, 10 % e 5 %, será o que constar dos recibos e contractos de arrendamento, ou o arbitrado pelos encarregados do lançamento.

Art. 12. O valor locativo para o lançamento da taxa proporcional comprehenderá os armazens de deposito, nos quaes as mercadorias não se acharem expostas á venda; devendo-se, no caso contrario, cobrar tambem a taxa fixa que lhes competir. (Decisão n. 47, de 12 de abril de 1886.)

Art. 13. A firma individual ou razão social, que tiver no municipio diversos estabelecimentos da mesma industria, pagará a taxa fixa de um e a metade da taxa de cada um dos outros.

§ 1.º Si, porém, os estabelecimentos forem de industrias diferentes, pagará a taxa integral que competir a cada um.

§ 2.º As companhias e sociedades anonymas pagarão a taxa integral de cada um dos seus estabelecimentos.

Art. 14. O que exercer diferentes industrias no mesmo estabelecimento só pagará as taxas fixa e proporcional da mais tributada.

§ 1.º Quando o mesmo individuo ou firma commercial exercer diversas industrias e profissões em varias dependencias de um predio, serão consideradas todas como um só estabelecimento, desde que estejam sob uma unica administração e tenham a mesma escripturação.

§ 2.º Não estão comprehendidas no paragrapho antecedente as industrias e profissões constantes da tabella B, e outras semelhantes, as quaes pagarão as taxas que lhes forem correspondentes.

Art. 15. Os tribunaes, as estações e as autoridades fornecerão à Recebedoria, quando lhes forem pedidas, informações e relações authenticas de quaesquer individuos, estabelecimentos, sociedades ou companhias, que constarem dos seus registros e estiverem sujeitos ao imposto.

Art. 16. O arbitramento terá logar :

1º, quando os declarantes forem donos das casas em que se acharem as lojas, depositos, armazens, consultorios e escriptorios, ou quando o estabelecimento não occupar todo o predio, avaliando-se neste caso o aluguel relativo á parte da casa em que for exercida a industria ou profissão ;

2º, quando os declarantes occuparem o predio gratuitamente ; quando, sendo-lhes exigidos, não apresentarem recibos do aluguel nem contractos de locação, ou quando estes manifestamente não representarem o preço dos alugueis ao tempo do lançamento ;

3º, quando o locatario augmentar com bemfeitorias o valor locativo do predio ;

4º, quando as declarações forem julgadas inexactas, ou não forem apresentadas.

Art. 17. No processo de arbitramento observar-se-ha o seguinte :

§ 1.º Designado pelo director um empregado competente, passará este a examinar a industria ou profissão que constituir o objecto da questão, tomando por base as declarações apresentadas, quando haja, a localidade onde estiver situada a loja ou fabrica, deposito, armazem ou escriptorio e a capacidade e importancia destes estabelecimentos ; o valor locativo dos predios contiguos e ainda a situação da industria submettida a estudo, em relação ás congengeres, e prestará a respeito circumstanciada informação, de modo a facilitar a mais perfeita igualdade na classificação.

§ 2.º Estuado convenientemente o assumpto, lançará o director despacho, classificando a industria, e mandando intimar a parte, que se conformará ou recorrerá.

Art. 18. Para o calculo da produção annual das bebidas alcoholicas nas fabricas sujeitas ao imposto por litro, tomar-se-ha a média da produção dos ultimos tres annos.

Paraphrasso unico. Quanto aos novos estabelecimentos, o calculo será feito: no primeiro anno, por arbitramento, na fórma do art. 17 ; no segundo, pela produção effectiva do primeiro, e no terceiro, pela média dos dous anteriores.

Art. 19. O arbitramento para o calculo do imposto por litro de produção nunca será inferior á quantidade de 5.000 litros em um anno.

Art. 20. Os contribuintes poderão exhibir os livros commerciaes, authenticados e escripturados na fórma da lei, para confirmarem as suas declarações.

Art. 21. Si as declarações de que tratam os arts. 7º e 9º versarem sobre industria nova ou não incluída nas tabellas, pro-

ceder-se-ha de conformidade com o disposto no art. 17 em tudo quanto for applicavel, devendo o informante, além do que lhe é recommendado, dizer sobre os signaes característicos e fim da industria, sua importância, maneira como é exercida, e si póde ser assemelhada a alguma das já tributadas.

Paragrapho unico. As decisões sobre industria nova, não assemelhavel a outras existentes nas tabellas, serão submittidas á approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 22. A' medida que as declarações, a que se refere o art. 9º, forem sendo estudadas, a Recebedoria fará publicar pelo *Diario Official* as suas deliberações, sempre que estas se afastarem das indicações feitas pelas partes.

Art. 23. O lançamento estará definitivamente concluido no dia 28 do mez de fevereiro.

Paragrapho unico. As inscripções posteriores a essa época, effectuadas na conformidade do art. 7º, serão em additamento ao mesmo lançamento.

Art. 24. Com relação ao lançamento observar-se-ha ainda:

§ 1.º Será obrigado ao imposto correspondente a todo o anno quem exercer a industria ou profissão no mez de janeiro, ainda que feche ou transfira o estabelecimento antes de findo aquelle periodo, salvo o disposto no n. 2 deste paragrapho.

1.º Quando o contribuinte começar a exercer a industria ou profissão depois de janeiro, elle será relacionado para pagar a quota a que for obrigado desde o primeiro dia do mez em que tiver de começar a exercer a industria ou profissão.

2.º Quando deixar de exercel-a antes de julho, será exonerado do pagamento da segunda prestação, si dentro do prazo de 30 dias communicar o facto á Recebedoria.

Esta disposição não comprehende o caso de fechamento do deposito, uma vez que continue a casa matriz.

3.º Quando se der o caso de incendio, fallencia, obito ou fechamento da casa por ordem da autoridade, cobrar-se-ha o imposto até o ultimo dia do mez antecedente ao da cessação.

4.º A mudança de profissão ou industria para outra a que forem applicaveis maiores taxas obrigará o collectado ao pagamento da differença das mesmas taxas, guardada a disposição do § 1º, n. 1, deste artigo.

5.º A mudança do estabelecimento para casa de maior ou menor aluguel, no decurso do exercicio, não sujeita o collectado a augmento, nem lhe dá direito á diminuição do imposto.

6.º No caso de transferencia do estabelecimento, o comprador deverá requerer dentro do prazo de 30 dias a averbação para seu nome.

7.º A falta de averbação não eximirá o comprador da responsabilidade pelos impostos e multas em divida.

8.º Si pelas declarações de que trata o art. 9º se reconhecer que a industria foi transferida, e si estiver sobrecarregada de divida de qualquer natureza, se sobrestará na inscripção até o pagamento da mesma divida.

§ 2.º As companhias ou sociedades que funcionarem no Districto Federal estão sujeitas ao imposto, embora tenham sua séde em paiz estrangeiro ou nos Estados. (Decisão n. 65, de 26 de abril de 1882.)

§ 3.º Os que se acharem comprehendidos na disposição do § 1º, n. 4, são obrigados a communicar o facto á Recebedoria, mediante as declarações a que se refere o art. 9º, no prazo de 30 dias, afim de proceder-se as necessarias averbações.

CAPITULO IV

DO TEMPO E MODO DA COBRANÇA

Art. 25. A cobrança do imposto de industrias e profissões será realizada á bocca do cofre pela Recebedoria, precedendo annuncios por editaes nos logares do costume e nas folhas publicas:

1º, em uma só prestação no mez de maio, si o imposto não exceder de 100\$000;

2º, em duas prestações iguaes, nos mezes de maio e novembro, si exceder áquella quantia.

Paragrapho unico. Si o collectado quizer pagar o imposto antes dos prazos marcados, não lhe será recusado.

Art. 26. Não será admittido o pagamento da quota de imposto relativa ao 2º semestre de um exercicio, ficando em divida a do semestre anterior.

Art. 27. A cobrança não realizada á bocca do cofre será agenciada, antes de recorrer-se ao meio executivo, pelos cobradores.

CAPITULO V

DA CONTABILIDADE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 28. Haverá, para a escripturação, os seguintes livros :

1º, de lançamento do imposto (instruções n. 154, de 28 de abril de 1856, §§ 1º e 6º, e decreto n. 9766, de 14 de julho de 1887, art. 6º) ;

2º, de certidões de divida (decreto citado n. 9766, art. 8º);

3º, de contas correntes com os cobradores (instruções citadas de 1856, § 4º).

Art. 29. Compete a fiscalização do imposto ao director da Recebedoria por si e por seus empregados e ainda, na parte relativa ao lançamento, por meio de fiscaes nomeados dentre os empregados de Fazenda e disseminados pelos differentes districtos em que se divide o Districto Federal.

Paragrapho unico. Esses fiscaes, que poderão ser os mesmos dos impostos de consumo de fumo e bebidas, serão nomeados pelo mesmo director, e não terão outra remuneração alem de 50 % das multas que forem arrecadadas em virtude de infracções verificadas pelo seu zelo

Art. 30. A Recebedoria remetterá mensalmente á Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal uma demonstração das multas arrecadadas e, com o balanço de cada exercicio, a estatistica do imposto, acompanhada das observações convenientes.

Essa estatistica comprehenderá todos os estabelecimentos industriaes de qualquer natureza, ainda mesmo que não estejam sujeitos ao imposto, por gosarem de isenção.

CAPITULO VI

DAS MULTAS

Art. 31. Os infractores dos arts. 7º e 9º ficam sujeitos á multa de valor igual á quota de um semestre do imposto, comtanto que não exceda de 200\$000. (Decretos n. 5690, art. 22 § 2º e n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, art. 26 § 2º.)

Art. 32. Os que apresentarem declarações inexactas serão punidos com a multa de 50\$ até 200\$000. (Decreto n. 5690, de 15 de julho de 1874, art. 20, e n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, art. 18, paragrapho unico.)

Art. 33. Os que infringirem o disposto no art. 24 § 3º serão sujeitos a multa igual á metade da differença entre o imposto lançado e o que se verificar ser devido, subordinado o principio ao estabelecido no art. 31.

Art. 34. Os que não pagarem o imposto nos prazos do art. 25 incorrerão na multa de 10 %, que será elevada a 15 %, si o devedor não realizar o pagamento até 20 de março do trimestre adicional do respectivo exercicio. (Lei n. 3348, de 20 de outubro de 1887, art. 8º, n. 1.)

Art. 35. Incorrerá na pena de responsabilidade pelo imposto que deixar de arrecadar o empregado que concorrer para a infracção do art. 26.

Art. 36. Os infractores dos arts. 43 e 44 incorrerão na multa igual a um semestre do imposto, não excedente de 100\$, observando-se a respeito o que dispõe o regulamento do sello.

Art. 37. Só o director da Recebedoria poderá impor as multas comminadas neste capitulo.

Paragrapho unico. Proferida a decisão, será intimada ao infractor para pagar a multa no prazo de 30 dias, findo o qual, não sendo paga, promover-se-ha a cobrança por meio executivo, salvo o caso de recurso permittido pelo art. 38.

Sendo negado provimento ao recurso, a cobrança effectuar-se-ha depois de nova intimação com igual prazo. (Decreto n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, art. 49.)

CAPITULO VII

DOS RECURSOS

Art. 38. Das decisões do director da Recebedoria em materia de imposto ou multas haverá recurso para o Ministro da Fazenda.

N. 1. Os recursos serão intentados dentro do prazo de 30 dias, contado da publicação dos despachos.

N. 2. Nenhum recurso sobre multa será intentado sem o prévio deposito da importancia sobre que versar a questão.

Art. 39. O Ministro da Fazenda pôde conceder remissão total ou parcial do imposto, não só no caso de facto extraordinario, como no de escassez dos redditos da industria, e a decisão produzirá effeito enquanto subsistirem as causas que a determinaram.

Parapho unico. As petições para remissão do imposto, nos casos deste artigo, podem ser dirigidas em qualquer tempo, por intermedio da Recebedoria.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 40. A Intendencia Municipal e a Capitania do Porto não podem dar licença para o exercicio de industria ou profissão aos que não exhibirem conhecimento do pagamento do imposto, ou não mostrarem, por documento da estação fiscal, que estão delle isentos.

Art. 41. A Junta Commercial suspenderá do exercicio os corretores, leiloeiros e interpretes do commercio que deixarem de pagar o imposto nos prazos estabelecidos.

A mesma obrigação incumbe á Intendencia Municipal, chefe de policia, inspector da Alfandega, directores da Recebedoria e Estrada de Ferro Central, em relação aos despachantes e seus ajudantes. (Decretos ns. 806, 856 e 863, de 26 de julho, 10 e 17 de novembro de 1851; decreto n. 5690, de 15 de julho de 1874, e decreto n. 9712, de 5 de fevereiro de 1887.)

Art. 42. Todas as intimações por motivo deste regulamento terão logar pelo *Diario Official*.

Art. 43. Nenhuma escriptura de transferencia se lavrará sem que della conste por transcrição a certidão de pagamento do imposto.

Art. 44. Nenhuma acção poderá o collectado propôr ou defender em Juizo sobre questões relativas à sua industria ou profissão, sem exhibir a declaração de que trata o art. 9º e o conhecimento do pagamento do imposto do ultimo exercicio.

Paragrapho unico. Do mesmo modo nenhuma causa por falencia ou outro motivo será julgada, sem o pagamento prévio à Fazenda Nacional do que devido for.

Art. 45. O fiscal não impõe multas ; verifica cuidadosamente a infracção e leva-a ao conhecimento do director para a imposição das multas que no caso couber.

Art. 46. A arrecadação do imposto no exercicio de 1898 será feita nas épocas determinadas pelo regulamento n. 9870, de 22 de fevereiro de 1888, e pelo lançamento confeccionado no anno de 1897.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

TABELLA — A

DAS TAXAS FIXAS DAS INDUSTRIAS E PROFISSÕES

CLASSES	DISTRICTO FEDERAL	
	CIDADE	FÓRA DA CIDADE
Primeira.....	160\$000	80\$000
Segunda.....	80\$000	40\$000
Terceira.....	40\$000	20\$000
Quarta.....	20\$000	10\$000

TABELLA — A

PRIMEIRA CLASSE

Aguardente (mercador por grosso ou commissario de).
 Algodão ensacado (mercador ou commissario de).
 Armariohio por grosso ou em grande escala (empresario de).
 Armeiro, com estabelecimento.
 Assucar (mercador por grosso ou commissario de).
 Café (mercador por grosso, commissario ou ensacador de).
 Calçado (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Cambista (o que faz transacções sobre moeda).
 Carne secca (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Carros, carruagens e outros vehiculos semelhantes (mercador de).
 Carvão de pedra ou coke (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Descontos e empréstimos de dinheiro (escriptorio de).
 Diamantes (mercador de).
 Dique ou mórtona (empresario de).
 Elevador, guindaste ou cabrea (idem).
 Fazendas (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Ferragens (idem idem).
 Ferro (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Generos alimenticios (importador, vendendo por grosso ou também a retalho).
 Gomma elastica (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Joalheiro, com estabelecimento.
 Louça de porcellana, vidro ou crystal (mercador de).
 Modas (empresario de loja de).
 Ourives (fabricante ou mercador de joias por grosso ou em grande escala).
 Perfumarias (mercador de).
 Rapé (idem).
 Relogios (idem).
 Roupas feitas (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Vinho (mercador por grosso de).

SEGUNDA CLASSE

Alfaiate, com estabelecimento, vendendo roupa feita ou fazendas.
 Animacs de aluguel ou a trato (estabelecimento de).
 Animatographo, cinematographo, kaleidoscopio, kinetoscopia, phonographo e semelhantes (empresario de).

Architecto ou contractador de obras.
 Azeite (mercador de).
 Balanças (idem).
 Bilhar (empresario de casa de).
 Bilhar (fabricante ou mercador de).
 Brinquedos (mercador de).
 Cabelleireiro, e barbeiro, com estabelecimento, vendendo perfumarias.
 Cal (mercador de).
 Calçado (mercador em pequena escala de).
 Caldeireiro, com estabelecimento.
 Camisas (mercador de).
 Campainhas eapparelhos electricos (idem).
 Carne secca (mercador em pequena escala de).
 Carro (alugador de mais de um de quatro rodas).
 Casa ou aposentos mobiliados (alugador de).
 Casa de saude (empresario de).
 Casquinha e bronze (mercador de objectos de).
 Cereaes, com outros generos (mercador de).
 Cerieiro, com estabelecimento.
 Chapéos (mercador de).
 Charutos e cigarros (idem).
 Cimento (idem).
 Cofres de ferro (idem).
 Colchoeiro, com estabelecimento, vendendo moveis.
 Collegio (director de).
 Commissões de generos ou serviços não especificados (escriptorio de).
 Confeitaria (empresario de).
 Couros (mercador de).
 Dentista, com estabelecimento.
 Droguista.
 Dynamite, polvora e outras materias explosivas (mercador de).
 Espelhos, quadros e molduras (fabricante ou mercador de).
 Estivador.
 Farinha de trigo (mercador de).
 Fazendas (mercador em pequena escala de).
 Ferragens (idem, idem).
 Flores artificiaes (fabricante ou mercador de).
 Fogões de ferro (idem, idem).
 Formicida e insecticida (mercador de).
 Fumo (idem).
 Gado vacum (marchante ou mercador de).
 Gado cavallar ou muar (mercador de).
 Generos alimenticios (mercador em pequena escala de).
 Hospedaria (empresario de).
 Illuminacão publica (idem).
 Instrumentos scientificos e chirurgicos (mercador de).
 Instrumentos de musica (idem).
 Kerosene (mercador em grande escala de).
 Rioque, vendendo bilhetes de loteria e bebidas alcoholicas.

Lampista, com estabelecimento em grande escala.
 Licores e outras bebidas (mercador de).
 Liquidantes commerciaes, com escriptorio.
 Livros (mercador de).
 Loteria (thesoureiro, agente ou mercador de bilhetes de).
 Luvas (mercador de).
 Macaunes (idem).
 Machinas agricolas (idem).
 Madeiras (idem).
 Marmore em bruto ou em obras (mercador por grosso de).
 Mascate de joias.
 Mate (ensaccador ou mercador de).
 Materiaes para construeção (mercador de).
 Meias (idem).
 Moveis de madeira (idem).
 Navio (fretador de).
 Ourives (fabricante ou mercador de joias em pequena escala).
 Padaria (empresario de).
 Papel e objectos para escriptorio (mercador de).
 Papel pintado (idem).
 Patinação (empresario de casa de).
 Pedreira (empresario de).
 Photographia (idem).
 Pianos (mercador de).
 Productos chimicos (idem).
 Reboques a vapor (empresario de).
 Roupa em pequena escala (mercador de).
 Sellins (idem).
 Sirguciro, com estabelecimento.
 Tabaco (mercador de).
 Toucinho e queijos (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Vagonetes (fabricante ou mercador de).

TERCEIRA CLASSE

Advogado.
 Agente de locação de serviços pessoais.
 Aguas mineraes (fabricante ou mercador de).
 Alfaiate, com estabelecimento, não vendendo roupa feita nem fazendas.
 Armador, com estabelecimento.
 Armario em pequena escala (empresario de).
 Asphaltador.
 Avaliador ou balanceador.
 Aves de luxo (mercador de).
 Bahuleiro, com estabelecimento.
 Bauhos de agua doce (empresario de casa de).

Banhos de agua salgada (empresario de barca ou estabelecimento de).
 Biscoutos (mercador de).
 Bote de vender comida (empresario de).
 Botequim (idem).
 Bronzeador, com estabelecimento.
 Cabelleireiro e barbeiro, com estabelecimento, não vendendo perfumarias.
 Cabello (fabricante ou mercador de objectos de).
 Café (empresario de estabelecimento de despolpar ou limpar).
 Café moído (fabricante ou mercador de).
 Canos de chumbo (fabricante ou mercador de).
 Carro (alugador de um de quatro rodas).
 Carro (alugador de mais de um de duas rodas).
 Carro botequim (empresario de).
 Carroças (fabricante, concertador ou mercador de).
 Carroça (alugador de uma ou mais de quatro rodas).
 Casa de maternidade (empresario de).
 Casa de pasto (idem).
 Cerveja (mercador de).
 Chá, cera e sementes (idem).
 Chapéos de sol (fabricante ou mercador de).
 Chapéos de sol ou de cabeça (mercador de artigos para).
 Chocolate (fabricante ou mercador de).
 Cobranças (agente com escriptorio de).
 Colchoeiro, com estabelecimento, não vendendo moveis.
 Colletes para senhora (fabricante ou mercador de).
 Correio, com estabelecimento.
 Costureira, idem.
 Dentista, sem estabelecimento.
 Dourador e prateador, com estabelecimento.
 Embarcação miuda (fretador de mais de uma).
 Engenheiro civil.
 Escovas ou vassouras finas (fabricante ou mercador de).
 Estofador e tapeceiro, com estabelecimento.
 Feno, alfafa e outras forragens (mercador de).
 Ferraduras (idem).
 Ferro em moveis (fabricante ou mercador de).
 Fogos de artificio (idem).
 Gado suino, ovelhum e caprino (mercador de).
 Gelo (idem).
 Generos alimenticios (mercador de generos do paiz e de alguns estrangeiros na forma da 2ª advertencia).
 Gesso (mercador de).
 Gomma elastica (fabricante ou mercador de objectos de).
 Guarda-livros.
 Imagens ou estatuas (mercador de).
 Interprete do commercio.
 Kiosque, vendendo só bilhetes de loteria ou bebidas alcoolicas (empresario de).
 Laboratorio metallurgico (idem).

Lastró para navios (mercador de).
Latoeiro, com estabelecimento.
Lenha (empresario de estancia de).
Leques (mercador de).
Lithographia (empresario de).
Livros usados (mercador de).
Louça de pó de pedra (idem).
Machinas de costura (idem).
Machinas hydraulicas, ou bombeiro com estabelecimento (idem).
Madeiras (apparelhador de).
Marceneiro, com estabelecimento.
Marmore (mercador ou fabricante de obras e artefactos de).
Mascato de fazendas, roupa feita, calçado ou objectos de armazém.
Massas alimenticias (fabricante ou mercador de).
Mate (empresario de engenho de soccar).
Mate (mercador em pequena escala de).
Medico.
Moinho (empresario de).
Moveis usados (mercador de).
Musicas impressas (idem).
Parteira.
Pesos e medidas (mercador de).
Pharmaceutico, com estabelecimento.
Phosphoros (fabricante ou mercador de).
Pianos (concertador de).
Retratista, com estabelecimento, não trabalhando por machina.
Roupa de fantasia (alugador de).
Sabão ou velas de sebo (mercador de).
Sanguessugas (idem).
Selleiro, com estabelecimento.
Solicitador ou procurador de causas.
Tapioca, polvilho e fubá (mercador por grosso de).
Theatros e casas de espectaculos (director ou empresario de).
Tintureiro, com estabelecimento.
Tiro ao alvo (empresario de casa de).
Tubos para encanamento (mercador de).
Velas de stearina (mercador de).
Vestimenteiro, com estabelecimento.
Zinco (mercador de objectos de).

QUARTA CLASSE

Açougue (empresario de).
Agrimensor.
Algodão (fabricante ou mercador de pastas de).
Amolador, com estabelecimento.
Annuncios (agente de).

Arame (fabricante ou mercador de objectos de).
Arçoeiro, com estabelecimento.
Arroz (empresario de estabelecimento de descascar e ensaccar).
Aves para alimentação (mercador de).
Barbeiro, com estabelecimento, não vendendo perfumarias.
Bilhar (concertador de).
Boneis (fabricante ou mercador de).
Bordador, com estabelecimento.
Bote de vender fructas (empresario de).
Botões de osso (fabricante ou mercador de).
Cadeiras (alugador de).
Cadeirinhas e liteiras (idem).
Caixas para qualquer uso (fabricante ou mercador de).
Calafate, com estabelecimento.
Calçado (mercador de objectos miudos para fabricação de).
Caldo de canna (mercador de).
Callista, com estabelecimento.
Carpinteiro, idem.
Carro (alugador de um de duas rodas).
Carroça (alugador de uma ou mais de duas rodas).
Carros, carruagens e outros vehiculos semelhantes (concertador de).
Carvão vegetal ou coke (mercador por miudo de).
Cebolas (mercador de).
Cereaes, não vendendo outros generos (idem).
Chaminés (empresario de limpeza de).
Chapéos (officina de concertar, lavar e enformar).
Cocos (mercador de).
Colchetes (fabricante ou mercador de).
Conserveiro.
Cordoeiro, com estabelecimento.
Cosmorama ou diorama (empresario de).
Couros (officina de surtar ou beneficiar).
Cutileiro, com estabelecimento.
Embarcação miuda (fretador de uma).
Embutidor, com estabelecimento.
Empalhador, idem.
Encadernador, idem.
Engarrafador, idem.
Engraxador, idem.
Entalhador, idem.
Escovas e vassouras grossas (fabricante ou mercador de).
Escultor, com estabelecimento.
Ferreiro, idem.
Ferreiro, idem.
Figuras de gesso ou barro (fabricante ou mercador de).
Fóllas (idem idem).
Fôrmas para calçado (idem idem).
Frutas estrangeiras (mercador de).
Funileiro, com estabelecimento, sem objectos para obras hydrau-
licas.

Galões (fabricante ou mercador de).
Garrafas (mercador de).
Gaz (apparelhador de).
Gravador, com estabelecimento.
Imagens ou estatuas (fabricante ou encarnador de).
Instrumentos de musica (concertador de).
Instrumentos scientificos e chirurgicos (idem).
Jornaes (agente de assignaturas de).
Kiosque, não vendendo bilhetes de loteria, nem bebidas alcoolicas (empresario de).
Lampista, com estabelecimento em pequena escala.
Lapidario, com estabelecimento.
Lavagem de casas (empresario de).
Lavanderia (idem).
Lavrante, com estabelecimento.
Leite (mercador de, com estabelecimento ou estabulo).
Leques (concertador de).
Linhas de aço (empresario de officina de recortar).
Louça de barro (mercador de).
Louça (concertador de).
Lustrador, com estabelecimento.
Machinas de costura (concertador de).
Manequins (fabricante ou mercador de).
Mascate, não comprehendido nas 2.^a e 3.^a classes, nem vendendo generos alimenticios.
Ourives (concertador).
Pãos para tamancos (fabricante ou mercador de).
Papelão e papel para embrulho (mercador de).
Pautador de papel, com estabelecimento.
Pedras para moinho (mercador de).
Penteciro, com estabelecimento.
Pescado (mercador de, com estabelecimento).
Pianos (afunador de, com estabelecimento).
Pintor, com estabelecimento.
Plantas, sementes e flores naturaes (mercador de).
Plissés (fabricante ou mercador de).
Poleiro, com estabelecimento.
Rancho (empresario de).
Relogios (concertador de, com estabelecimento).
Roupa usada (mercador de).
Saccos (idem).
Sal (idem).
Sapateiro, com estabelecimento.
Sellos usados (mercador de).
Serralheiro, com estabelecimento.
Tamanqueiro, idem.
Tamoeiro, idem.
Tintas (mercador de).
Tiras bordadas (fabricante ou mercador de).
Torneiro, com estabelecimento.
Toucas e capacetes (mercador de).

Transparentes (fabricante ou mercador de).
 Typographia (empresario de).
 Typos (fabricante ou mercador de).
 Velas e ventiladores para navios (idem idem).
 Veterinario.
 Vidraceiro, com estabelecimento.
 Vidros para drogas ou medicamentos (mercador de).
 Vime (fabricante ou mercador de objectos de).
 Violeiro, com estabelecimento.

ADVERTENCIAS

1ª

Pagam as taxas desta tabella as sociedades anonymas, quando não estiverem sujeitas a de 2 1/2 % sobre os dividendos.

2ª

Só podem ser comprehendidas na 3ª classe desta tabella as casas de generos alimenticios, cujo fundo em generos do paiz e estrangeiros não exceder de 1:000\$000.

3ª

Pagarão as taxas da tabella ~~de~~ os estabelecimentos em que se fabricarem ou venderem bebidas alcoolicas.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

TABELLA — B

DAS INDÚSTRIAS E PROFISSÕES TAXADAS POR TARIFA ESPECIAL

Banco (agente, director ou gerente de banco ou sociedade anonyma, quando remunerado).....	300\$000
O presidente do estabelecimento pagará como director e mais 25 % da taxa acima, si tiver vencimento superior ao de director.	
Banqueiro.....	1:500\$000
Corretor { de fundos publicos.....	450\$000
{ de mercadorias.....	300\$000
{ de navios.....	150\$000
O corretor, que accumular mais de um dos ramos de corretagem, pagará a taxa mais alta e 25 % das outras.	
O agente ou ajudante de corretor pagará a quarta parte das taxas a que são sujeitos os corretores.	
Despachante { da Alfandega.....	100\$000
{ da Intendencia Municipal, Recebe- { doria, Policia, Estrada de Ferro { e de outras repartições.....	36\$000
Os ajudantes de despachante pagarão 50 % destas.	
Emprestimo sobre penhor (emprezario de casa de).	600\$000
Hippotromo (emprezario de).....	200\$000
Leiloeiro.....	500\$000
Navios de vela ou a vapor (agente, ou consignatario de).....	120\$000
Sociedade anonyma (agente, director ou gerente de companhia ou sociedade anonyma, quando remunerados).....	200\$000
O presidente pagará como director e mais 25 % da taxa, si tiver vencimento superior ao de director.	
Trapicheiro.....	600\$000

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

TABELLA — C

DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAES TAXADOS COM RELAÇÃO AOS
MEIOS DE PRODUÇÃO

Engenho central :

Não empregando productos da lavoura do em- prezario ou de seus rendeiros.....	150\$000
Mais 13\$000 por operario até.....	30\$000

Fabrica ou empresa de :

Algodão (de descatroar).....	25\$000
Assucar (de refinar, movida por agua ou a vapor).....	150\$000
Mais 13\$000 por operario até.....	60\$000

Sendo por força humana ou animal, me-
tade destas taxas.

Azulejos e mosaicos.....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	18\$000
Biscostos.....	30\$000

Mais 1\$500 por hectolitro de capacidade
das caldeiras.

Cal.....	30\$000
Mais 1\$ por operario até.....	10\$000

Calçado.....	50\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000

Camisas e ceroulas.....	40\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000

Carris de ferro, 3\$000 por hectometro até.....	1:500\$000
---	------------

Carros, carruagens e outros vehiculos seme- lhantes.....	100\$000
---	----------

Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
-----------------------------------	---------

Carvão animal.....	16\$000
--------------------	---------

Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
-------------------------------------	--------

Cerveja.....	100\$000
--------------	----------

Mais 50 réis por litro de produção de
quaesquer outras bebidas alcoolicas que
fabricar, calculada na forma dos arts. 18
e 19 do regulamento.

Chapéos.....	50\$000
--------------	---------

Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
-----------------------------------	---------

Charutos e cigarros.....	100\$000
--------------------------	----------

Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
-----------------------------------	---------

Chumbo para caça ou de munição.....	15\$000
-------------------------------------	---------

Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
-------------------------------------	--------

Chumbo de laminar.....	15\$000
Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
Chumbo (tubos de, para encanamento)....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Cimento.....	30\$000
Mais 1\$000 por operario até.....	10\$000
Colla.....	15\$000
Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
Cortume.....	18\$000
Mais 1\$200 por metro cubico dos tanques ou das tinas de curtir.	
Mais 1\$500 por operario até.....	30\$000
Distillação de bebidas alcoolicas, não sendo de productos da lavoura do empresario ou de seus rendeiros.....	1:200\$000
Mais 3\$ por operario até.....	30\$000
Mais 50 réis por litro de producção annual calculada na forma dos arts. 18 e 19 do regulamento.	
Dynamite, polvora e outras materias explo- sivas.....	30\$000
Mais 2\$ por operario até.....	20\$000
Estrada de ferro—7\$500 por kilometro até....	3:000\$000
Extracto de carne.....	30\$000
Mais 3\$ por operario até.....	6\$000
Ferraduras.....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Ferro (de galvanizar)—de cada forno de fusão.	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Formicida e insecticida.....	50\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Fumo (de picar ou desfiar).....	150\$000
Mais 4\$500 por operario até.....	45\$000
Fundição.....	50\$000
Mais 6\$ por operario até.....	60\$000
Gaz para illuminação, 7 réis por hectolitro de capacidade dos gazometros até.....	3:000\$000
Gelo.....	40\$000
Gordura de animal suino (de refinar).....	15\$000
Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
Graxa para calçado.....	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	30\$000
Kerecene (distillação de).....	150\$000
Mais 1\$500 por hectolitro de capacidade das caldeiras.	
Mais 3\$ por operario até.....	6\$000
Lã (tecidos de).....	25\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Leite condensado.....	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000

Luvás.....	50\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Manteiga.....	25\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Marmore artificial.....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Meias.....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Olaria.....	20\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Oleados.....	30\$000
Mais 2\$ por operario até.....	30\$000
Olcos.....	15\$000
Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
Ouro (de laminar e afinar).....	15\$000
Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
Pães de ouro ou prata.....	15\$000
Mais 600 réis por operario até.....	6\$000
Papel para escrever ou imprimir.....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Papel pintado.....	30\$000
Mais 2\$ por operario até.....	20\$000
Papelão e papel para embrulho.....	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Pedra artificial.....	30\$000
Mais 2\$ por operario até.....	20\$000
Perfumarias.....	100\$000
Mais 2\$ por operario até.....	20\$000
Pianos.....	50\$000
Mais 2\$ por operario até.....	20\$000
Pregos.....	30\$000
Mais 2\$ por operario até.....	20\$000
Productos chimicos.....	50\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Rapê.....	150\$000
Mais 5\$ por operario até.....	50\$000
Sabão ou velas de sebo.....	90\$000
Mais 1\$500 por hectolitro de capacidade das caldeiras.....	30\$000
Mais 3\$ por operario até.....	30\$000
Salsichas e outras carnes ensacadas (de preparar).....	20\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	9\$000
Sebo ou graxa (de preparar).....	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	30\$000
Serraria movida por agua ou a vapor.....	90\$000
Mais 6\$ por operario até.....	60\$000
Tabaco.....	100\$000
Mais 3\$ por operario até.....	30\$000
Tinta de escrever.....	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000

Velas de stearina.....	120\$000
Mais 1\$500 por hectolitro da capacidade das caldeiras.	
Mais 4\$500 por operario até.....	45\$000
Vidros ou louça de pó de pedra. Cada forno de fusão.....	15\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	15\$000
Vinagre.....	30\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	30\$000
Vinhos naturaes, não sendo de producto da lavoura do empregario ou de seus rendeiros..	20\$000
Mais 1\$500 por operario até.....	9\$000
Xarqueada, não sendo o gado producto da fazenda do empregario.....	90\$000
Mais 3\$ por operario até.....	60\$000

ADVERTENCIAS

1ª

Todos os estabelecimentos acima mencionados estão sujeitos á taxa proporcional de 5 % da tabella **D**.

2ª

Os operarios, homens ou mulheres, menores de 16 annos e maiores de 60, serão contados na razão de metade de seu numero.

3ª

Não se contarão como operarios a mulher e os filhos solteiros, trabalhando com o chefe da familia no proprio estabelecimento.

4ª

Pagarão as taxas desta tabella as companhias e sociedades anonymas, quando não estiverem sujeitas á de 2 ¼ % sobre os dividendos.

5ª

Os fabricantes que no mesmo estabelecimento venderem os seus productos a varejo serão considerados mercadores.

Os fabricantes que, além das fabricas, tiverem depositos exteriores, onde vendam os seus productos a varejo, pagarão por estes o imposto como mercadores e por aquellas o que for devido.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos*.

TABELLA — D

Das industrias e profissões taxadas na proporção do valor locativo dos predios em que são exercidas

PRIMEIRA CLASSE

20 %.

Aguardente (mercador por grosso ou commissario de).
 Algodão ensaccado (mercador ou commissario de).
 Armario por grosso ou em grande escala (empresario de).
 Armeiro, com estabelecimento.
 Assucar (mercador por grosso ou commissario de).
 Banqueiro.
 Bilhar (fabricante ou mercador de).
 Café (mercador por grosso, commissario ou ensaccador de).
 Calçado (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Cambista (o que faz transacções sobre moedas).
 Carros, carruagens ou outros vehiculos semelhantes (mercador de).
 Carvão de pedra ou coke (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Casa de emprestimos sobre penhor (empresario de).
 Casquinha e bronze (mercador de objectos de).
 Chá, cera e sementes (mercador de).
 Charutos e cigarros (idem).
 Confeitaria (empresario de).
 Descontos e emprestimos de dinheiro (escriptorio de).
 Diamantes (mercador de).
 Fazendas (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Ferragens (idem, idem).
 Ferro (idem, idem).
 Flores artificiaes (mercador ou fabricante de).
 Fumo (mercador de).
 Generos alimenticios (importador, vendendo por grosso ou tam bem a retalho).
 Gomma elastica (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Joalheiro, com estabelecimento.
 Kerosene (mercador em grande escala de).
 Louça de porcellana, vidro ou crystal (mercador de).
 Modas (empresario de loja de).
 Moveis de madeira (mercador de).
 Navio (fretador de).
 Ourives (fabricante ou mercador de joias por grosso ou em grande escala).
 Papel pintado (mercador de).

Perfumarias (mercador de).
 Pianos (idem).
 Rapé (idem).
 Relógios (idem).
 Roupa feita (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Sellins (mercador de).
 Serventuários de officios de Justiça contemplados na relação anexa ao decreto n. 7545, de 22 de novembro de 1879, e no decreto n. 9420, de 28 de abril de 1885, exceptuados: os empregados das Secretarias do Supremo Tribunal Federal e Corte de Appellação, os officiaes de justiça e os carcereiros.
 Vinho (mercador por grosso de).

SEGUNDA CLASSE

10 %.

Aguas mineraes (fabricante ou mercador de).
 Alfaiate, com estabelecimento, vendendo roupa feita ou fazendas.
 Animaes de aluguel ou a trato (estabelecimento de).
 Animatographo, cinematographo, kaleidoscopio, kinetoscopio, phonographo e semelhantes (empresario de casa de).
 Armador, com estabelecimento.
 Armarinho em pequena escala (empresario de).
 Aves de luxo (mercador de).
 Azeite (idem).
 Balanças (idem).
 Bilhar (empresario de casa de).
 Botequim (empresario de).
 Brinquedos (mercador de).
 Cabelleireiro e barbeiro, com estabelecimento, vendendo perfumarias.
 Cabello (fabricante ou mercador de objectos de).
 Cal (mercador de).
 Calçado (mercador em pequena escala de).
 Caldeireiro, com estabelecimento.
 Camisas (mercador de).
 Campainhas eapparelhoselectricos (idem).
 Canos de chumbo (mercador ou fabricante de).
 Carne secca (mercador por grosso ou em grande escala de).
 Carro (alugador de mais de um de quatro rodas).
 Carroça (alugador de mais de uma de quatro rodas).
 Casa ou aposentos mobiliados (alugador de).
 Casa de pasto (empresario de).
 Cereaes, com outros generos (mercador de).
 Cerieiro, com estabelecimento.
 Cerveja (mercador de).
 Chapéos (idem).
 Chapéos de sol (fabricante ou mercador de).

Chapéus de sol ou de cabeça (mercador de artigos para).
 Charutos e cigarros (fabricante de).
 Cimento (mercador de).
 Cofres de ferro (idem).
 Colchoeiro, com estabelecimento, vendendo moveis.
 Colletes para senhora (fabricante ou mercador de).
 Comissões de generos ou serviços não especificados (escriptorio de).
 Correio, com estabelecimento.
 Costureira, idem.
 Couros (mercador de).
 Cutileiro, com estabelecimento.
 Dentista, idem.
 Droguista.
 Embarcação miuda (fretador de mais de una).
 Escovas e vassouras finas (fabricante ou mercador de).
 Espelhos, quadros e molduras (idem).
 Estofador e tapeceiro, com estabelecimento.
 Farinha de trigo (mercador de).
 Fazendas (mercador em pequena escala de).
 Ferragens (idem).
 Ferro em moveis (fabricante ou mercador de).
 Fogões de ferro (idem).
 Formicida e insecticida (mercador de).
 Galões (fabricante ou mercador de).
 Generos alimenticios (mercador não importador de).
 Gesso (mercador de).
 Gomma elastica (fabricante ou mercador de objectos de).
 Hospedaria (empresario de).
 Imagens ou estatuas (mercador de).
 Instrumentos de musica (idem).
 Instrumentos scientificos e chirurgicos (idem).
 Lampista, com estabelecimento em grande escala.
 Leques (mercador de).
 Licores e outras bebidas (idem).
 Liquidantes commerciaes, com escriptorio.
 Livros (mercador de).
 Loteria (thesoureiro, agente ou mercador de bilhetes de).
 Luvas (mercador de).
 Maçames (idem).
 Machinas hydraulicas ou bombeiro, com estabelecimento (idem).
 Madeiras (idem).
 Marmores em bruto ou em obras (mercador por grosso de).
 Mate (ensucador ou mercador de).
 Materiaes para construcção (mercador de).
 Meias (idem).
 Ourives (fabricante ou mercador de joias em pequena escala).
 Padaria (empresario de).
 Papel e objectos para escriptorio (mercador de).
 Pinturação (empresario de casa de).
 Pesos e medidas (mercador de).

Photographia (empresario de).
Productos chimicos (mercador de).
Roupa feita (mercador em pequena escala de).
Roupa de fantasia (alugador de).
Sabão ou velas de sebo (mercador de).
Selleiro, com estabelecimento.
Sirgheiro, idem.
Tabaco (mercador de).
Tanoeiro, com estabelecimento.
Tintureiro, idem.
Toucinho e queijos (mercador por grosso ou em grande escala de).
Vestimenteiro, com estabelecimento.

TERCEIRA CLASSE

5 %.

Açougue (empresario de).
Agente de locação de serviços pessoais.
Alfaiate, com estabelecimento, não vendendo roupa feita nem fazendas.
Algodão (empresario de fabrica de descaroçar).
Algodão (fabricante ou mercador de pastas de).
Amolador, com estabelecimento.
Anuncios (agente de).
Arame (fabricante ou mercador de objectos de).
Arçoeiro, com estabelecimento.
Arroz (empresario de estabelecimento de descascar e ensaccar).
Assucar (fabrica de refinar).
Aves para alimentação (mercador de).
Azulejos e mosaicos (fabrica de).
Bahuleiro, com estabelecimento.
Banhos de agua doce (empresario de casa de).
Barbeiro, com estabelecimento, não vendendo perfumarias.
Bilhar (concertador de).
Biscoutos (fabricante ou mercador de).
Bonets (idem).
Bordador, com estabelecimento.
Botões de osso (fabricante ou mercador de).
Bronzador, com estabelecimento.
Caballeireiro e barbeiro, com estabelecimento, não vendendo perfumarias.
Cadeiras (alugador de).
Cadeirinhas e liteiras (idem).
Café (empresario de estabelecimento de despolpar ou limpar).
Café moido (fabricante ou mercador de).
Caixas para qualquer uso (fabricante ou mercador de).
Cal (fabrica de).
Calafate, com estabelecimento.
Calçado (fabrica de).

Calçado (mercador de objectos miudos para fabricação de).
Caldo de canna (mercador de).
Callista, com estabelecimento.
Camisas e ceroulas (fabrica de).
Carne secca (mercador em pequena escala de).
Carpinteiro, com estabelecimento.
Carris de ferro (empreza de).
Carroças (fabricante, concertador ou mercador de).
Carroça (alugador de mais de uma de duas rodas).
Carro (alugador de mais de um de duas rodas).
Carros, carruagens e outros vehiculos semelhantes (fabricante ou concertador de).
Carvão animal (fabrica de).
Carvão vegetal ou coke (mercador por miudo de).
Casa de maternidade (empresario de).
Casa de saude (idem).
Cebolas (mercador de).
Cereaes, não vendendo outros generos (idem).
Cerveja (fabrica de).
Chaminés (empresario de limpeza de).
Chapéos (fabrica de).
Chapéos (officina de concertar, lavar ou enformar).
Chocolate (fabricante ou mercador de).
Chumbo para caça ou de munição (fabrica de).
Chumbo (fabrica de laminar).
Chumbo (fabrica de tubos de, para encanamento).
Cimento (fabrica de).
Cobranças (agente com escriptorio de).
Cocos (mercador de).
Colchetes (fabricante ou mercador de).
Colchoeiro, com estabelecimento, não vendendo moveis.
Colla (fabrica de).
Collegio (director de).
Conserveiro.
Cordoeiro, com estabelecimento.
Cortume (empreza de).
Cosmorama ou diorama (empresario de).
Couros (officina de surtar ou beneficiar).
Distillação de bebidas alcoolicas (fabrica de).
Dourador e prateador, com estabelecimento.
Dynamite, polvora e outras materias explosivas (fabricante ou mercador de).
Embutidor, com estabelecimento.
Empalhador, idem.
Encadernador, idem.
Engarrafador, idem.
Eugenho central.
Engraxador, com estabelecimento.
Entalhador, com estabelecimento.
Escovas ou vassouras grossas (fabricante ou mercador de).
Esculptor, com estabelecimento.

Estrada de ferro (empresario de).
Extracto de carne (fabrica de).
Feno, alfafa e outras forragens (mercador de).
Ferrador, com estabelecimento.
Ferraduras (fabricante ou mercador de).
Ferreiro, com estabelecimento.
Ferro (fabrica de galvanisar).
Figuras de gesso ou barro (fabricante ou mercador de).
Fogos de artefacto (idem idem).
Folles (idem idem).
Formas para calçado (idem idem).
Formicida e insecticida (fabrica de).
Frutas estrangeiras (mercador de).
Fumo (empresario de fabrica de picar ou desfilar).
Fundição (empresario de).
Funileiro, com estabelecimento (sem objectos para obras hydraulicas).
Garrafas (mercador de).
Gaz (apparelhador de).
Gaz para illuminação (fabrica de).
Gelo (fabricante ou mercador de).
Generos alimenticios (mercador de generos do paiz e de alguns estrangeiros na forma da 3ª advertencia).
Gordura de animal suino (fabrica de refinar).
Gravador, com estabelecimento.
Graxa para calçado (fabrica de).
Illuminação publica (empresario de).
Imagens ou estatuas (fabricante ou encarnador de).
Instrumentos de musica (concertador de).
Instrumentos scientificos e chirurgicos (idem).
Jornaes (agente de assignaturas de).
Kerosene (fabrica de distillar).
Lã (fabrica de tecidos de).
Laboratorio metallurgico (empresario de).
Lampista, com estabelecimento, em pequena escala.
Lapidario, com estabelecimento.
Lastro para navios (mercador de).
Latoeiro, com estabelecimento.
Lavagem de casas (empresario de).
Lavanderia (idem).
Lavrante, com estabelecimento.
Leite (mercador de, com estabelecimento ou estabulo).
Leite condensado (fabrica de).
Lenha (empresario de estancia de).
Leques (concertador de).
Limas de aço (empresario de officina de recortar).
Lithographia (empresario de).
Livros usados (mercador de).
Louça de barro (idem).
Louça de pó de pedra (idem).
Louça (concertador de).

Lustrador, com estabelecimento.
Luvas (fabrica de).
Machinas agricolas (mercador de).
Machinas de costura (idem).
Machinas de costura (concertador de).
Madeira (apparelhador de).
Manequins (fabricante ou mercador de).
Manteiga (fabrica de).
Marceneiro, com estabelecimento.
Marmore (mercador ou fabricante de obras e artefactos de).
Marmore artificial (fabricante de).
Massas alimenticias (fabricante ou mercador de).
Mate (empresario de engenho de soccar).
Mate (mercador em pequena escala de).
Meias (fabrica de).
Moinho (empresario de).
Moveis usados (mercador de).
Musicas impressas (idem).
Olaria (empresario de).
Oleados (fabrica de).
Oleos (idem).
Ourives (concertador).
Ouro (fabrica de laminar e afinar).
Ovos (mercador de).
Pães de ouro ou prata (fabrica de).
Pãos para tamancos (fabricante ou mercador de).
Papel para escrever ou imprimir (fabrica de).
Papel pintado (idem).
Papellão e papel para embrulho (fabricante ou mercador de).
Pautador de papel, com estabelecimento.
Pedra artificial (fabrica de).
Pedras para moinho (mercador de).
Penteciro, com estabelecimento.
Perfumarias (fabricante de).
Pescado (mercador de, com estabelecimento).
Pharmaceutico, com estabelecimento.
Phosphoros (fabricante ou mercador de).
Pianos (fabricante ou concertador de).
Pintor, com estabelecimento.
Plantas, sementes e flores naturaes (mercador de).
Plissés (fabricante ou mercador de).
Polieiro, com estabelecimento.
Pregos (fabrica de).
Productos chimicos (idem).
Rapé (idem).
Reboques a vapor (empresario de).
Relogios (concertador de, com estabelecimento).
Retratista, com estabelecimento, não trabalhando por machina.
Roupa usada (mercador de).
Sabão ou velas de sebo (fabrica de).
Saccos (mercador de).

Sal (mercador de).
 Salsichas e outras carnes ensacadas (fabrica de preparar).
 Sanguesugas (mercador de).
 Sapateiro, com estabelecimento.
 Sebo ou graxa (fabrica de preparar).
 Sellos usados (mercador de).
 Serralheiro, com estabelecimento.
 Serraria movida por agua ou a vapor (empresario de).
 Tabaco (fabrica de).
 Tamanqueiro, com estabelecimento.
 Tapioca, polvilho e fuba (mercador por grosso de).
 Tintas (mercador de).
 Tinta de escrever (fabrica de).
 Tiras bordadas (fabricante ou mercador de).
 Tiro ao alvo (empresario de casa de).
 Torneiro, com estabelecimento.
 Toucas e capacetes (mercador de).
 Transparentes (fabricante ou mercador de).
 Trapicheiro.
 Tubos para encanamento (mercador de).
 Typographia (empresario de).
 Typos (fabricante ou mercador de).
 Velas de stearina (idem idem).
 Velas e ventiladores para navios (idem idem).
 Vidraccioiro, com estabelecimento.
 Vidros ou louça de pó de pedra (fabrica de).
 Vidros para drogas e medicamentos (mercador de).
 Vime (fabricante ou mercador de objectos de).
 Vinagre (fabrica de).
 Vinhos naturaes (idem).
 Violeiro, com estabelecimento.
 Wagonetes (fabricante ou mercador de).
 Xarqueada (empresa de).
 Zinco (mercador de objectos de).

Advertencias

1ª

A importancia da taxa proporcional nunca será menor de 10\$000.

2ª

Pagam as taxas desta tabella as companhias e sociedades anonymas, quando não estiverem sujeitas a de 2 $\frac{1}{2}$ % sobre os dividendos.

3ª

Observar-se-ha nesta tabella a advertencia 2ª da tabella A.
 Capital Federal, 11 de janeiro de 1898. — *Bernardino de Campos.*

TABELLA --- E

ESTABELECIMENTOS EM QUE SE FABRICAM OU VENDEM BEBIDAS ALCOOLICAS

	Cidade	Fôra da cidade
Aguardente (mercador por grosso ou commissario de).	500\$000	400\$000
Bilhar (empresario de casa de).	120\$000	80\$000
Bote de vender comida (empresario de):		
De cada bote.	60\$000	50\$000
Botequin (empresario de).	80\$000	60\$000
Casa de pasto (idem).	60\$000	50\$000
Cerveja (fabrica de).	250\$000	250\$000
Mais a taxa por litro da tabella A.		
de quaesquer outras bebidas alcoolicas que fabricar.		
Cerveja (mercador de).	60\$000	40\$000
Confeitaria (empresario de):		
Em grande escala.	200\$000	200\$000
Em pequena escala.	120\$000	80\$000
Distillação de bebidas alcoolicas ou fabrica de	1:200\$000	1:200\$000
Mais 3\$ por operario até 30\$000.		
Mais a taxa por litro da tabella A.		
Generos alimenticios (mercador de):		
De 1ª classe	240\$000	240\$000
De 2ª classe	200\$000	150\$000
De 3ª classe	100\$000	80\$000
Hospedaria (empresario de):		
Em grande escala.	200\$000	200\$000
Em pequena escala.	100\$000	80\$000
Kiosque, vendendo só bebidas alcoolicas (idem).	50\$000	30\$000
Kiosque, vendendo bebidas alcoolicas e bilhetes de loteria (idem).	100\$000	60\$000
Licores e outras bebidas (mercador de).	150\$000	120\$000
Vinho (mercador por grosso de).	250\$000	175\$000

Advertencias

1ª

Pagam as taxas desta tabella as companhias e sociedades anonymas quando não estiverem sujeitas á de $2\frac{1}{2}\%$ sobre os dividendos.

2ª

Observar-se-ha nesta tabella a advertencia 2ª da tabella A.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1908.— *Bernardino de Campos.*

INDICE GERAL

	TABELLAS	
A		
Açougue (empresario de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Advogado.....	A-3. ^a	
Agente ou ajudante de corretor.....	B-	
» director ou gerente de banco, ou sociedade bancaria, quando remunerado.....	B-	
» director ou gerente de outra companhia ou sociedade anonyma, quando remun- rado.....	B-	
» director de locação de ser- viços pessoais.....	A-3. ^a	D-3. ^a
» ou consignatario de navios de vela ou vapores.....	B-	
Agrimeusor.....	A-4. ^a	
Aguardente (mercador por grosso ou commissario de).....	A-1. ^a	D-1. ^a
Aguaes mineraes (fabricante ou mer- cador de).....	A-3. ^a	D-2. ^a
Ajudante de despachante.....	B-	
Alfaiate, com estabelecimento, ven- dendo roupa feita ou fa- zendas.....	A-2. ^a	D-2. ^a
» com estabelecimento, não vendendo roupa feita nem fazendas.....	A-3. ^a	D-3. ^a
Algodão (empresario de fabrica de descaroçar).....	C-	D-3. ^a
» (fabricante ou mercador de pastas de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
» ensacado (mercador ou com- missario de).....	A-1. ^a	D-1. ^a
Amolador, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Animaes de aluguel ou a trato (es- tabelecimento de).....	A-2. ^a	D-3. ^a
Animatographo.....	A-2. ^a	D-2. ^a
Annuncios (agente de).....	A-4. ^a	D-3. ^a

E

		TABELLAS	
Arame (fabricante ou mercador de objectos de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Architecto ou contractador de obras	A-2. ^a		
Arçoeiro, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Armador, idem.....	A-3. ^a	D-2. ^a	
Armarinho por grosso ou em grande escala (empresario de)	A-1. ^a	D-1. ^a	
» em pequena escala (idem)	A-3. ^a	D-2. ^a	
Armeiro, com estabelecimento.....	A-1. ^a	D-1. ^a	
Arroz (empresario de estabelecimento de descascar e ensaccar)...	A-4. ^a	D-3. ^a	
Asphaltador.....	A-3. ^a		
Assucar (fabrica de refinar).....	C—	D-3. ^a	
» (mercador por grosso ou commissario de).....	A-1. ^a	D-1. ^a	
Avaliador ou balanceador.....	A-3. ^a		
Aves de luxo (mercador de).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
» para alimentação (idem).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Azeite (idem).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
Azulejos e mosaicos (fabrica de)....	C—	D-3. ^a	
B			
Bahuleiro, com estabelecimento....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Balanças (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
Banhos de agua doce (empresario de casa de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
» de agua salgada (empresario de barca ou estabelecimento de).....	A-3. ^a		
Banqueiro.....	B—	D-1. ^a	
Barbeiro, com estabelecimento, não vendendo perfumarias.....	A-4. ^a	D-3. ^a	E
Bilhar (concertador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
» (empresario de casa de)....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» (fabricante ou mercador de)	A-2. ^a	D-1. ^a	
Biscoutos (fabrica de).....	C—	D-3. ^a	
» (mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Bombeiro hydraulico (vide machinas)			
Bonets (fabricante ou mercador de)	A-4. ^a	D-3. ^a	
Bordador, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a	E
Bote de vender comida (empresario de).....	A-3. ^a		E
» » frutas (idem).....	A-4. ^a		

	TABELLAS	
Botequim (empresario de).....	A-3. ^a	D-2. ^a
Botões de osso (fabricante ou mer- cador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Brinquedos (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Bronzador, com estabelecimento...	A-3. ^a	D-3. ^a
C		
Cabelleireiro e barbeiro com estabe- lecimento, vendendo perfumarias.....	A-2. ^a	D-2. ^a
» e barbeiro com estabe- lecimento, não ven- dendo perfumarias..	A-3. ^a	D-3. ^a
Cabello (fabricante ou mercador de objectos de).....	A-3. ^a	D-2. ^a
Cadeiras (alugador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Cadeirinhas e liteiras (idem).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Café (mercador por grosso, commis- sario ou ensaccador de).....	A-1. ^a	D-1. ^a
» (empresario de estabelecimento de despolar ou limpar).....	A-3. ^a	D-3. ^a
» moido (fabricante ou mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a
Caixas para qualquer uso (fabri- cante ou mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Cal (fabrica de).....	C—	D-3. ^a
» (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Calafate, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Calçado (mercador por grosso ou em grande escala de).....	A-1. ^a	D-1. ^a
» (mercador em pequena es- cala de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
» (fabrica de).....	C—	D-3. ^a
» (mercador de objectos miu- dos para fabricação de)..	A-4. ^a	D-3. ^a
Caldeireiro, com estabelecimento...	A-2. ^a	D-2. ^a
Caldo de canna (mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Callista, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Cambista (o que faz transacções so- bre moedas).....	A-1. ^a	D-1. ^a
Camisas (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Camisas (fabricante de).....	C	D-3. ^a
Campainhas eapparelhoselectricos (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a

		TABELLAS	
Cannos de chumbo (collocador ou fabricante de).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
Carne secca (mercador por grosso ou em grande escala de).....	A-1. ^a	D-2. ^a	
Carne secca (mercador em pequena escala de).....	A-2. ^a	D-3. ^a	
Carpinteiro, com estabelecimento...	A-4. ^a	D-3. ^a	
Carris de ferro (empresa de).....	C—	D-3. ^a	
Carro-botequim (empresario de).....	A-3. ^a		
Carro (alugador de um de duas rodas).....	A-4. ^a		
» (alugador de um de quatro rodas).....	A-3. ^a		
» (alugador de mais de um de duas rodas).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
» (alugador de mais de um de quatro rodas).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
Carros, carruagens e outros vehiculos semelhantes (fabrica de)....	C—	D-3. ^a	
Carros, carruagens e outros vehiculos semelhantes (mercador de)...	A-1. ^a	D-1. ^a	
Carros, carruagens e outros vehiculos semelhantes (concedador de)...	A-4. ^a	D-3. ^a	
Carroças (alugador de uma de duas rodas).....	A-4. ^a		
» (alugador de mais de uma de duas rodas).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
» (alugador de uma de quatro rodas).....	A-3. ^a		
» (alugador de mais de uma de quatro rodas).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
» (fabricante, concedador ou mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Carvão animal (fabrica de).....	C—	D-3. ^a	
» de pedra ou coke (mercador por grosso ou em grande escala de).....	A-1. ^a	D-1. ^a	
» vegetal ou coke (mercador por miúdo de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Casa de maternidade (empresario de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
» ou aposentos mobiliados (alugador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» de pasto (empresario de).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» de empréstimos sobre penhor (idem).....	B—	D-1. ^a	E

		TABELLAS	
Casa de saúde (empresario de).....	A-2. ^a	D-3. ^a	
Casquinha e bronzó (mercador de ob- jectos de).....	A-2. ^a	D-1. ^a	
Cebolas (mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Cereaes com outros generos (idem)..	A-2. ^a	D-2. ^a	
» não vendendo outros gene- ros (idem)	A-4. ^a	D-3. ^a	
Cerieiro, com estabelecimento.....	A-2. ^a	D-2. ^a	
Ceroulas (vide camisas).			
Cerveja (fabrica de).....	C-	D-3. ^a	E E
» (mercador de).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
Chá, cêra e sementes (idem).....	A-3. ^a	D-1. ^a	
Chaminés (empresario de limpeza de)	A-4. ^a	D-3. ^a	
Chapéos (fabrica de).....	C-	D-3. ^a	
» (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» (officina de concertar, lavar e enformar)	A-4. ^a	D-3. ^a	
» de sol (fabricante ou mer- cador de).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
» de sol ou de cabeça (merca- dor de artigos para).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
Charutos e cigarros (mercador de)..	A-2. ^a	D-1. ^a	
» » (fabrica de)....	C-	D-2. ^a	
Chocolate (fabricante ou mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Chumbo para caça ou de munição (fabrica de)	C-	D-3. ^a	
» (fabrica de laminar)	C-	D-3. ^a	
» (fabrica de tubos para en- canamento)	C-	D-3. ^a	
Cimento (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» (fabrica de).....	C-	D-3. ^a	
Cinematographo (vide Animato- grapho).			
Cobranças (agente com escriptorio de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Cocos (mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Cofres de ferro (idem).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
Colchetes (fabricante ou mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Colchoeiro, com estabelecimento, vendendo moveis....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» com estabelecimento, não vendendo moveis	A-3. ^a	D-3. ^a	
Colla (fabrica de).....	C-	D-3. ^a	

		TABELLAS		
Collegio (director de).....	A—2. ^a	D—3. ^a	E	
Colletes para senhoras (fabricante ou mercador de).....	A—3. ^a	D—2. ^a		
Commissões de generos ou serviços não especificados (escriptorio de).....	A—2. ^a	D—2. ^a		
Confeitaria (empresario de).....	A—2. ^a	D—1. ^a		
Conserveiro.....	A—4. ^a	D—3. ^a		
Cordoeiro, com estabelecimento.....	A—4. ^a	D—3. ^a		
Correeiro, idem.....	A—3. ^a	D—2. ^a		
Corretor.....	B—			
Cortune (empresa de).....	C—	D—3. ^a		
Cosmorama ou diorama (empresario de).....	A—4. ^a	D—3. ^a		
Costureira, idem.....	A—3. ^a	D—2. ^a		
Couros (mercador de).....	A—2. ^a	D—2. ^a		
» (officina de surrar ou beneficiar).....	A—4. ^a	D—3. ^a		
Cutileiro, com estabelecimento.....	A—4. ^a	D—2. ^a		
D				
Dentista, com estabelecimento.....	A—2. ^a	D—2. ^a	E	
» sem estabelecimento.....	A—3. ^a			
Descontos e emprestimos de dinheiro (escriptorio de).....	A—1. ^a	D—1. ^a		
Despachantes.....	B—			
Diamantes (mercador de).....	A—1. ^a	D—1. ^a		
Dique ou mortona (empresario de).....	A—1. ^a	D—3. ^a		
Distillação (fabrica de).....	C—			
Dourador e prateador, com estabelecimento.....	A—3. ^a	D—3. ^a		
Droguista.....	A—2. ^a	D—2. ^a		
Dynamite, polvora e outras materias explosivas (mercador de).....	A—2. ^a	D—3. ^a		
» polvora e outras materias explosivas (fabrica de).....	C—	D—3. ^a		
E				
Elevador, guindaste ou cábrea (empresario de).....	A—1. ^a			
Embarcação miuda (fretador de uma).....	A—4. ^a			
» » (fretador de mais de uma).....	A—3. ^a	D—2. ^a		

	TABELLAS	
Embutidor, com estabelecimento....	A-4. ^a	D-3. ^a
Empalhador, idem.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Encadernador, idem.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Engarrafador, idem.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Engenho central.....	C-	D-3. ^a
Engenheiro civil.....	A-3. ^a	
Eugraxador, com estabelecimento..	A-4. ^a	D-3. ^a
Entalhador, idem.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Escovas ou vassouras finas (fabri-		
cante ou		
mercador		
de).....	A-3. ^a	D-2. ^a
» » grossas		
(idem idem)	A-4. ^a	D-3. ^a
Escultor, com estabelecimento....	A-4. ^a	D-3. ^a
Espelhos, quadros e molduras (fabri-		
cante ou mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Estivador.....	A-2. ^a	
Estofador e tapeceiro, com estabe-		
lecimento.....	A-3. ^a	D-2. ^a
Estrada de ferro (empresa de).....	C-	D-3. ^a
Extracto de carne (fabrica de).....	C-	D-3. ^a
F		
Farinha de trigo (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Fazendas (mercador por grosso ou		
em grande escala de)....	A-1. ^a	D-1. ^a
» (mercador em pequena es-		
cala de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Feno, alfafa e outras forragens (mer-		
cador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a
Ferragens (mercador por grosso ou		
em grande escala de)....	A-1. ^a	D-1. ^a
» (mercador em pequena		
escala de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Ferrador, com estabelecimento....	A-4. ^a	D-3. ^a
Ferraduras (mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a
» (fabrica de).....	C-	D-3. ^a
Ferreiro, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Ferro (fabrica de galvanizar).....	C-	D-3. ^a
» (mercador por grosso ou em		
grande escala de).....	A-1. ^a	D-1. ^a
» em moveis (fabricante ou		
mercador de).....	A-3. ^a	D-2. ^a

TABELLAS

Figuras de gesso ou barro (fabricante ou mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Flores artificiaes (idem idem).....	A—2. ^a	D—1. ^a	
Fogões de ferro (idem idem).....	A—2. ^a	D—2. ^a	
Fogões de arteificio (idem idem).....	A—3. ^a	D—3. ^a	
Folles (idem idem).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Fôrmas para calçado (idem idem).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Fornicida e insecticida (mercador de).....	A—2. ^a	D—2. ^a	
» » (fabrica de).....	C—	D—3. ^a	
Frutas estrangeiras (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Fumo (fabrica de picar ou destilar).....	C—	D—3. ^a	
» (mercador de).....	A—2. ^a	D—1. ^a	
Fundição (empresa de).....	C—	D—3. ^a	
Funileiro, com estabelecimento, sem objectos para obras hydraulicas..	A—4. ^a	D—3. ^a	
G			
Gado suino, ovelhum e caprino (mercador de).....	A—3. ^a		
» vaccum (marchante ou mercador de).....	A—2. ^a		
» cavallar ou mular (mercador de).....	A—2. ^a		
Galões (fabricante ou mercador de).....	A—4. ^a	D—2. ^a	
Garrafas (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Gaz (apparelhador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
» para illuminação (fabrica de).....	C—	D—3. ^a	
Gelo (mercador de).....	A—3. ^a	D—3. ^a	
» (fabrica de).....	C—	D—3. ^a	
Generos alimenticios (importador, vendendo por grosso e tambem a retalho)	A—1. ^a	D—1. ^a	E
» » (mercador não importador de)	A—2. ^a	D—2. ^a	E
» » (mercador do genero do paiz e de alguns estrangeiros na fôrma da 2. ^a e 3. ^a advertencias das tabellas A e B).....	A—3. ^a	D—3. ^a	E
Gesso (mercador de).....	A—2. ^a	D—2. ^a	

	TABELLAS		
Gomma elastica (mercador por grosso ou em grande escala de).....	A-1. ^a	D-1. ^a	
» » (fabricante ou mercador de objectos de).....	A-3. ^a	D-2. ^a	
Gordura de animal suino (fabrica de refinar).....	C-	D-3. ^a	
Gravador, com estabelecimento....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Graxa para calçado (fabrica de)....	C-	D-3. ^a	
Guarda-livros.....	A-3. ^a		
II			
Hippodromo (empresario de).....	B-		
Hospedaria (idem).....	A-2. ^a	D-2. ^a	E
I			
Iluminação publica (empresario de).	A-2. ^a	D-3. ^a	
Imagens ou estatuas (fabricante ou encarnador de).	A-4. ^a	D-3. ^a	
» » » (mercador de).	A-3. ^a	D-2. ^a	
Instrumentos de musica (idem)....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» » (concertador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
» scientificos e cirurgicos (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a	
» scientificos (concertador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Interprete do commercio.....	A-3. ^a		
J			
Jornaes (agente de assignaturas de).	A-4. ^a	D-3. ^a	
Joalheiro, com estabelecimento....	A-1. ^a	D-1. ^a	
K			
Kaleidoscopio (vide animatographo).			
Kerosene (mercador em grande escala de).....	A-2. ^a	D-1. ^a	
» fabrica de distillação de)....	C-	D-3. ^a	
Kinetoscopio (vide animatographo)..			
Kiosque, vendendo só bilhetes de loterias (empresario de).	A-3. ^a		

	TABELLAS		
Kiosque, vendendo só bebidas alcoolicas (empresario de)...	A—3. ^a		E
» vendendo bilhetes de loteria e bebidas alcoolicas (idem).....	A—2. ^a		E
» não vendendo bilhetes de loteria, nem bebidas alcoolicas.....	A—4. ^a		
L			
Lã (fabrica de tecidos de).....	C—	D—3. ^a	
Laboratorio metallurgico (empresario de).....	A—3. ^a	D—3. ^a	
Lampista, com estabelecimento em grande escala.....	A—2. ^a	D—2. ^a	
» com estabelecimento em pequena escala.....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Lapidario, com estabelecimento....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Lastro para navios (mercador de)...	A—3. ^a	D—3. ^a	
Latoeiro, com estabelecimento.....	A—3. ^a	D—3. ^a	
Lavagem de casas (empresario de)...	A—4. ^a	D—3. ^a	
Lavanderia (idem).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Lavrante, com estabelecimento....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Leiloeiro.....	B—		
Leite (mercador de, com estabelecimento ou estabulo).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Lenha (empresario de estancia de)...	A—3. ^a	D—3. ^a	
Leques (mercador de).....	A—3. ^a	D—2. ^a	
» (concertador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Licores e outras bebidas (mercador de).....	A—2. ^a	D—2. ^a	E
Limas de aço (empresario de officina de recortar).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
Liquidantes commerciaes, com escriptorio.....	A—2. ^a	D—2. ^a	
Lithographia (empresario de).....	A—3. ^a	D—3. ^a	
Livros (mercador de).....	A—2. ^a	D—2. ^a	
» usados (idem).....	A—3. ^a	D—3. ^a	
Loteria (thesoureiro, agente ou mercador de bilhetes de).....	A—2. ^a	D—2. ^a	
Louça de barro (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a	
» de pó de pedra (idem).....	A—3. ^a	D—3. ^a	
» de porcelana, vidro ou crystal (idem).....	A—4. ^a	D—1. ^a	

	TABELLAS	
Louça (concertador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Lustrador, com estabelecimento....	A-4. ^a	D-3. ^a
Luvras (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
» (fabrica de).....	C-	D-3. ^a
M		
Maçames (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Machinas agricolas (idem).....	A-2. ^a	D-3. ^a
» de costura (idem).....	A-3. ^a	D-3. ^a
» (concertador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
» hydraulicas ou bombeiro, com estabelecimento (mercador de).....	A-3. ^a	D-2. ^a
Madeiras (apparelhador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a
» (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Manequins (fabricante ou merca- dor de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Manteiga (fabrica de).....	C-	D-3. ^a
Marceneiro, com estabelecimento...	A-3. ^a	D-3. ^a
Marmore em bruto ou em obras (mercador por grosso de).	A-2. ^a	D-2. ^a
» (mercador ou fabricante de obras e artefactos de)....	A-3. ^a	D-3. ^a
» artificial (fabrica de).....	C-	D-3. ^a
Mascate de fazendas, roupa feita, calçado ou objectos de armarinho.	A-3. ^a	
Mascate de joias.....	A-2. ^a	
Mascate não comprehendido na 2. ^a e 3. ^a classes, nem vendendo generos alimenticios.....	A-4. ^a	
Massas alimenticias (fabricante ou mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a
Mate (emprezario de engenho de soccar).....	A-3. ^a	D-3. ^a
» (ensaccador ou mercador de).	A-2. ^a	D-2. ^a
» (mercador em pequena escala de).....	A-3. ^a	D-3. ^a
Materiaes para construcção (merca- dor de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Medico.....	A-3. ^a	
Meias (fabrica de).....	C-	D-3. ^a
» (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Modas (emprezario de loja de).....	A-1. ^a	D-1. ^a
Moinho (emprezario de).....	A-3. ^a	D-3. ^a

TABELLAS		
Móveis de madeira (mercador de)...	A-2. ^a	D-1. ^a
» usados (idem).....	A-3. ^a	D-3. ^a
Músicas impressas (idem).....	A-2. ^a	D-3. ^a
N		
Navio (fretador de).....	A-2. ^a	D-1. ^a
O		
Olaria (empresa de).....	C—	D-3. ^a
Oleados (fabrica de).....	C—	D-3. ^a
Oleos (idem).....	C—	D-3. ^a
Ourivos (concertador).....	A-1. ^a	D-3. ^a
» (fabricante ou mercador de joias por grosso ou em grande escala).....	A-1. ^a	D-1. ^a
» (fabricante ou mercador de joias em pequena escala)	A-2. ^a	D-2. ^a
Ouro (fabrica de laminar e afinar)...	C—	D-3. ^a
Ovos (mercador de).....		D-3. ^a
P		
Padaria (empresario de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
Pães de ouro ou prata (fabrica de)...	C—	D-3. ^a
Pãos para tamancos (fabricante ou mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a
Papel e objectos para escriptorio (mercador de).....	A-2. ^a	D-2. ^a
» para escrever ou imprimir (fabrica de).....	C—	D-3. ^a
» pintado (idem).....	C—	D-3. ^a
» » (mercador de).....	A-2. ^a	D-1. ^a
Papelão e papel para embrulho (idem).....	A-1. ^a	D-3. ^a
» » (fabrica de).....	C—	D-3. ^a
Parteira.....	A-3. ^a	
Pastador de papel, com estabeleci- mento.....	A-4. ^a	D-3. ^a
Patinção (empresario de casa de)...	A-2. ^a	D-2. ^a
Pedra artificial (fabrica de).....	C—	D-3. ^a
Pedras para moinho (mercador de)...	A-4. ^a	D-3. ^a
Pedreira (empresario de).....	A-2. ^a	
Penteceiro, com estabelecimento....	A-1. ^a	D-3. ^a
Perfumarias (mercador de).....	A-1. ^a	D-1. ^a

	TABELLAS	
Perfumarias (fabrica de).....	C—	D—3. ^a
Pescado (mercador de, com estabelecimento).....	A—4. ^a	D—3. ^a
Pesos e medidas (mercador de)....	A—3. ^a	D—2. ^a
Pharmaceutico, com estabelecimento	A—3. ^a	D—3. ^a
Phonographo (vide Animatographo)		
Phosphoros (fabricante ou mercador de).....	A—3. ^a	D—3. ^a
Photographia (empresario de).....	A—2. ^a	D—2. ^a
Pianos (afinador de, com estabelecimento).....	A—4. ^a	
» (concertador de).....	A—3. ^a	D—3. ^a
» (fabrica de).....	C—	D—3. ^a
» (mercador de).....	A—2. ^a	D—1. ^a
Pintor, com estabelecimento.....	A—4. ^a	D—3. ^a
Plantas, sementes e flores naturaes (mercador de).....		
Plissés (fabricante ou mercador de).	A—4. ^a	D—3. ^a
Polieiro, com estabelecimento.....	A—4. ^a	D—3. ^a
Pregos (fabrica de).....	C—	D—3. ^a
Productos chimicos (mercador de)..	A—2. ^a	D—2. ^a
» » (fabrica de)....	C—	D—3. ^a
R		
Rancho (empresario de).....	A—4. ^a	
Rapê (fabrica de).....	C—	D—3. ^a
» (mercador de).....	A—1. ^a	D—1. ^a
Reboques a vapor (empresario de)..	A—2. ^a	D—3. ^a
Relogios (mercador de).....	A—1. ^a	D—1. ^a
» (concertador de, com estabelecimento).....	A—4. ^a	D—3. ^a
Retratista, com estabelecimento, não trabalhando por machina.....	A—3. ^a	D—3. ^a
Roupa feita (mercador por grosso ou em grande escala de)	A—1. ^a	D—1. ^a
» » (mercador em pequena escala de).....	A—2. ^a	D—2. ^a
» de fantasia (alugador de)....	A—3. ^a	D—2. ^a
» usada (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a
S		
Sabão ou velas de sebo (fabrica de)..	C—	D—3. ^a
» » » (mercador de)	A—3. ^a	D—2. ^a
Saccos (idem).....	A—4. ^a	D—3. ^a

	TABELLAS	
Sal (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a
Salsichas e outras carnes ensa- das (fabrica de preparar).....	C—	D—3. ^a
Sanguessugas (mercador de).....	A—3. ^a	D—3. ^a
Sapateiro, com estabelecimento.....	A—4. ^a	D—3. ^a
Selo ou graxa (fabrica de preparar).....	C—	D—3. ^a
Selleiro, com estabelecimento.....	A—3. ^a	D—2. ^a
Sellins (mercador de).....	A—2. ^a	D—1. ^a
Sellos usados ou para collecção (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a
Serventurios de officios de Justicea, contemplados na relação annexa ao decreto n. 7545, de 22 de novembro de 1879, e no decreto n. 9420, de 28 de abril de 1885, exceptados: os empregados das secretarias do Supremo Tribunal Federal e Corte de Appellação, os officiaes de justiça e os carcereiros.		
Sirigueiro, com estabelecimento.....	A—2. ^a	D—1. ^a
Serralheiro, idem.....	A—4. ^a	D—2. ^a
Sertaria (tempreza de).....	C—	D—3. ^a
Solicitador ou procurador de causas.....	A—3. ^a	D—3. ^a
‘E’		
Tabaco (fabrica de).....	C—	D—3. ^a
» (mercador de).....	A—2. ^a	D—2. ^a
Tamanqueiro, com estabelecimento.....	A—4. ^a	D—3. ^a
Tanoeiro, idem.....	A—4. ^a	D—2. ^a
Tapioea, polvilho e fuba (mercador por grosso de).....	A—3. ^a	D—3. ^a
Theatros e casas de espectaculos (di- rector ou empresario de).....	A—3. ^a	D—3. ^a
Tintas (mercador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a
Tinta de escrever (fabrica de).....	C—	D—2. ^a
Tintureiro, com estabelecimento.....	A—3. ^a	D—3. ^a
Tiras bordadas (fabricante ou mer- cador de).....	A—4. ^a	
Tiro ao alvo (empresario de casa de)	A—3. ^a	D—3. ^a
Torneiro (idem).....	A—4. ^a	D—3. ^a
Toucas e capacetes (mercador de)...	A—4. ^a	D—3. ^a
Toucinho e queijos (mercador por grosso ou em grande escala de)...	A—2. ^a	D—2. ^a
Transparentes (fabricante ou mer- cador de).....	A—4. ^a	D—3. ^a

	TABELLAS		
Trapicheiro.....	B—	D-3. ^a	
Tubos para encanamento (mercador de).....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Typographia (empresario de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Typos (fabricante ou mercador de)..	A-4. ^a	D-3. ^a	
V			
Vagonetes (fabricante ou mercador)	A-2. ^a	D-3. ^a	
Velas de stearina (fabrica de).....	C—	D-3. ^a	
» » (mercador de)....	A-3. ^a	D-3. ^a	
Velas e ventiladores para navios (fabricante ou mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Vestimenteiro, com estabelecimento.	A-3. ^a	D-2. ^a	
Veterinario.....	A-4. ^a		
Vidraceiro, com estabelecimento....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Vidros ou louça de pó de pedra (fabrica de).....	C—	D-3. ^a	
» para drogas ou medicamentos (mercador de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Vime (fabricante ou mercador de objectos de).....	A-4. ^a	D-3. ^a	
Vinagre (fabrica de).....	C—	D-3. ^a	
Vinhos naturaes (idem).....	C—	D-3. ^a	
Vinho (mercador por grosso de)....	A-1. ^a	D-1. ^a	E
Violeiro, com estabelecimento.....	A-4. ^a	D-3. ^a	
X			
Xarqueada (empresa de).....	C—	D-3. ^a	
Z			
Zinco (mercador de objectos de)....	A-3. ^a	D-3. ^a	

MODELO N. 2

F.....
 declara, de accordo com os arts. 7º e 9º do regulamento que
 baixou com o decreto n. 2792 de 11 de janeiro de 1898,
 que no futuro anno de 18.... pretende exercer (ou continuar a
 exercer) a profissão de.....
 á rua..... n.....

Paga de aluguel annual a importancia de.....
 (por extenso).

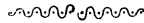
Data.....

Assignatura.....

N. B.

Si a profissão tiver de ser exercida depois de organizado o
 lançamento, dirá..... que pretendendo
 exercer a profissão de..... á rua.....
 n....., pede a necessaria collecta.

Paga de aluguel annual a importancia de.....
 (por extenso).



DECRETO N. 2793 — DE 11 DE JANEIRO DE 1898

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario e Commercial do Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requereu o Banco Hypothecario e Commercial do Estado do Maranhão, em 21 de outubro ultimo, resolve approvar as alterações seguintes, feitas nos estatutos do mesmo banco:

Art. 3.º Onde se diz — Governo Federal — leia-se : Poder competente.

Art. 4.º Leia-se : O fundo social do banco continúa sendo, como primitivamente, de 6.000:000\$, divididos em 60.000 acções de 100\$ cada uma ; destas acções acham-se apenas 17.000, e as 43.000 sel-o-hão quando a sua directoria julgar conveniente e for deliberado pela assemblea geral dos accionistas.

Art. 5.º Onde se diz — terá — leia-se : Continúa tendo ; substitua-se a palavra — dellas — em seguida ás — em cada uma — ; substitua-se a palavra — hypothecarias — em seguida á palavra — dividas — por contrahidas.

Art. 6.º Leia-se: A metade do capital social pertence exclusivamente ás operações de empréstimos hypothecarios, e a outra metade ás commerciaes.

Art. 7.º Leia-se : O banco continuará a fazer as suas operações com o capital já realizado de 1.020:000\$ ou 60 % sobre o valor nominal das 17.000 acções emitidas, pertencendo 10 % á secção hypothecaria e 50 % á commercial.

Art. 8.º Leia-se: A parte do fundo social pertencente á secção hypothecaria, que falta chamar para completar 50 % das 17.000 acções emitidas, será chamada logo que se torne necessario, na razão de 5 a 10 %, com intervallos nunca menores de 60 dias, para occorrer aos empréstimos que forem pedidos, de modo que a mesma secção tenha sempre realizada a decima parte do valor nominal das letras hypothecarias que emitir em virtude de taes empréstimos.

Art. 9.º Substitua-se pelo seguinte :

Os annuncios para chamadas de capital de que trata o artigo precedente, deverão ser feitos com antecedencia de sessenta dias.

Art. 10. Substitua-se pelo seguinte :

« O accionista que deixar de fazer as entradas restantes para a secção hypothecaria nos prazos marcados pela directoria do banco, sujeita-se a que sejam suas acções vendidas, pela mesma, em hasta publica, precedendo annuncio, ficando em tal caso o liquido á disposição de quem de direito for.»

Em seguida ao art. 10 leia-se :

TITULO SEGUNDO

DAS OPERAÇÕES DO BANCO

CAPITULO I

SECÇÃO PRIMEIRA

Da carteira hypothecaria

Art. 11. Passa a ser o art. 6º dos antigos estatutos.

SECÇÃO SEGUNDA

Condições dos empréstimos hypothecarios

Art. 12. Passa a ser o art. 7º dos antigos estatutos.

Art. 13. Passa a ser o art. 8º dos antigos estatutos.

Art. 14. Passa a ser o art. 9º dos antigos estatutos.

Art. 15. Passa a ser o art. 10 dos antigos estatutos.

Art. 16. Passa a ser o art. 11 dos antigos estatutos.

Art. 17. Passa a ser o art. 12 dos antigos estatutos.

Art. 18. Passa a ser o art. 13 dos antigos estatutos.

Art. 19. Passa a ser o art. 14 dos antigos estatutos.

Art. 20 e seus dous paragraphos. Passam a ser o art. 15 e seus dous paragraphos dos antigos estatutos.

Art. 21 e seu unico paragrapho. Passam a ser o art. 16 e seu paragrapho dos antigos estatutos, lendo-se: « dos empréstimos » onde se lê : « do empréstimo ».

Art. 22 e seus tres numeros. Passam a ser o art. 17 e seus tres numeros dos antigos estatutos, acrescentando-se as palavras : « de capital », em seguida à « amortisação ».

Art. 23. Leia-se : « As amortisações dos empréstimos serão calculadas pela duração dos prazos do contracto ».

Art. 24. Passa a ser o art. 19 dos antigos estatutos.

Art. 25. Passa a ser o art. 21 dos antigos estatutos.

Art. 26 e seus dous paragraphos. Passam a ser o antigo art. 22 e seus dous paragraphos dos antigos estatutos:

Art. 27. Leia-se : « As annuidades serão pagas em moeda corrente, metade em cada semestre e em prazos fixos determinados pela directoria do banco, e com a necessaria antecedencia, de maneira que esta tenha tempo para cobrar os juros e pagar aos portadores das letras hypothecarias. »

Art. 28. Passa a ser o art. 23 dos antigos estatutos.

Art. 29. Passa a ser o art. 24 dos antigos estatutos.

Art. 30. Passa a ser o art. 25 dos antigos estatutos.

Art. 31. Passa a ser o art. 23 dos antigos estatutos.

Art. 32. Passa a ser o art. 27 dos antigos estatutos, substituindo-se as palavras « art. 25 » por « art. 30 ».

Art. 33. Passa a ser o art. 28 dos antigos estatutos.

Art. 34 e seus dous numeros. Passam a ser o art. 29 e seus dous numeros dos antigos estatutos.

Art. 35. Passa a ser o art. 30 dos antigos estatutos.

Art. 36. Passa a ser o art. 31 dos antigos estatutos.

Art. 37. Passa a ser o art. 32 dos antigos estatutos.

Art. 38. Passa a ser o art. 33 dos antigos estatutos, com seu paragrapho.

Art. 39. Passa a ser o art. 34 dos antigos estatutos, acrescentando-se à palavra antecipado as « em dinheiro ou ».

Art. 40 e seus cinco numeros. Passam a ser o art. 35 dos antigos estatutos, com seus cinco numeros.

Art. 41. Passa a ser o art. 36 dos antigos estatutos.

SECÇÃO TERCEIRA

Das letras hypothecarias

Art. 42. Passa a ser o art. 37 dos antigos estatutos.

Art. 43 e seus dous paragraphos. Passam a ser o art. 38 dos antigos estatutos com seus paragraphos, substituindo-se o n. 52 do § 2º por « 56 ».

Art. 44. Passa a ser o art. 39 dos antigos estatutos.

Art. 45. Passa a ser o art. 40 dos antigos estatutos.

Art. 46. Passa a ser o art. 41 dos antigos estatutos.

Art. 47. Passa a ser o art. 42 dos antigos estatutos.

Art. 48. Leia-se: «O sorteio se fará com a quota de annuidades destinada para amortisação e com a importancia de pagamentos antecipados, quando estes se façam em dinheiro.»

Art. 49. Leia-se: «Proceder-se-ha ao sorteio uma vez pelo menos cada anno e do seguinte modo: todos os numeros das letras hypothecarias, emittidas durante o mesmo anno, collocar-se-hão em uma só urna, havendo tantas urnas quantos os annos da emissão; de cada uma se tirará à sorte a quantidade de numeros de letras correspondentes à somma destinada pelo banco para a respectiva amortisação.»

Art. 50. Leia-se: « Os numeros designados pela sorte serão publicados pela imprensa, procedendo-se ao pagamento das letras sorteadas no dia indicado no annuncio. »

Art. 51. Passa a ser o art. 46 dos antigos estatutos.

Art. 52. Passa a ser o art. 47 dos antigos estatutos.

Art. 53. Leia-se: « Os juros das letras hypothecarias serão pagos semestralmente aos portadores das mesmas letras. »

Art. 54. Leia-se: «As letras hypothecarias teem por garantia: § 1.º Os immoveis hypothecados; § 2.º O fundo social pertencente à secção hypothecaria; § 3.º O fundo de reserva respectivo. »

Art. 55. Passa a ser o art. 51 dos antigos estatutos.

Art. 56. Passa a ser o art. 52 dos antigos estatutos.

SECÇÃO QUARTA

Das condições dos empréstimos sob penhor agrícola

Art. 57 e suas letras. Passam a ser o art. 53 dos antigos estatutos e suas letras, supprimindo-se a letra E.

Art. 58. Passa a ser o art. 54 dos antigos estatutos.

Art. 59. Passa a ser o art. 55 dos antigos estatutos.

Art. 60. Passa a ser o art. 56 dos antigos estatutos.

Art. 61 e seu numero. Passam a ser o antigo art. 57 e seu unico numero dos antigos estatutos.

SECÇÃO QUINTA

Da carteira commercial e suas operações

Art. 62, seus numeros e paragrapho unico. Passam a ser o art. 58, seus numeros e paragrapho unico dos antigos estatutos, supprimindo-se do n. 6 as palavras: «*hypothecarias ou*».

Art. 63. Passa a ser o art. 59 dos antigos estatutos.

Art. 64. Passa a ser o art. 60 dos antigos estatutos.

Art. 65 e seus numeros. Passam a ser o art. 61 e seus numeros dos antigos estatutos.

Art. 66. Leia-se: «*As cauções serão feitas sob as seguintes condições: 1ª, prova da legitimidade da posse dos bens offerecidos em penhor; 2ª, nota da avaliação de peritos da confiança do banco, quando forem os penhores em ouro, prata e diamantes; 3ª, certidão do termo da caução, lavrado nos livros respectivos das repartições publicas ou das sociedades anonymas, quando sirvam de penhor apolices da divida publica geral, estadual ou municipal e titulos do Governo, bilhetes da Alfandega ou acções de sociedades anonymas; 4ª, os penhores de metal, preciosos e de titulos das dividas publicas soffrerão o desconto de 20 %; os feitos de acções de sociedades anonymas, o de 25 % sobre o valor das cotações do mercado; e os de diamantes, o de 50 %; 5ª, sendo os penhores em generos depositados em armazens alfandegados ou depositos publicos, virá a declaração do valor da'lo por corretores, si os houver, e na falta d'elle, por dous negociantes de reconhecido credito, e a apolice de seguro entregando a parte tambem uma ordem para que os administradores dos armazens ponham e conservem esses gene-*

ros, dahi em deante, á disposição do banco e devendo a mesma ordem confer a assignatura dos referidos administradores, como responsaveis pelos generos depositados. Sobre estes penhores, os empréstimos serão feitos até dous terços do valor dado pelos corretores ou negociantes, tendo-se em vista a natureza dos generos ; 6.^a, de hypothecas de immoveis urbanos, conforme o n. 10 do art. 62. paragrapho unico, não póde o banco acceitar as suas proprias acções em penhor ou garantia de qualquer natureza.»

Art. 67. Passa a ser o art. 63 dos antigos estatutos.

Art. 68 e seus dous paragraphos. Passam a ser o art. 64 e seus dous paragraphos dos antigos estatutos.

Art. 69 e seu paragrapho. Passam a ser o art. 65 e seu paragrapho dos antigos estatutos.

Art. 70. Passa a ser o art. 66 dos antigos estatutos.

Art. 71. Passa a ser o art. 67 dos antigos estatutos.

Art. 72. Passa a ser o art. 68 dos antigos estatutos.

Art. 73. Passa a ser o art. 69 dos antigos estatutos.

TITULO TERCEIRO

Onçe se diz: Dos dividendos e fundos de reserva — leia-se : Dos dividendos.

Art. 74. Leia-se: « O banco distribuirá annualmente aos seus accionistas dous dividendos por occasião de serem encerrados os balanços semestraes, salvo o caso do disposto no art. 77.»

Art. 75. Leia-se : « Só poderão fazer parte dos dividendos do banco os lucros liquidos provindos de operações effectivamente concluidas no semestre, depois de deduzidas as porcentagens e verbas abonadas para o fundo de reserva segundo o art. 78, § 2.^o ; e para commissão á directoria, conforme o art. 97 ; esses lucros consistirão :

1.^o Da metade da commissão de administração que o banco receber, proveniente dos empréstimos hypothecarios ;

2.^o Dos juros liquidos provenientes das operações da secção commercial, effectivamente realizados dentro do respectivo semestre ;

3.^o Das commissões provenientes de outras quaesquer operações commerciaes e interesses provindos de compras e vendas de titulos.»

Art. 76. Passa a ser o art. 71 dos antigos estatutos.

Art. 77. Leia-se: « Dado o caso que o capital social de qualquer das secções do banco venha por qualquer circumstancia a soffrer algum desfalque que exceda as forças dos fundos de reserva para esse fim destinados, não se distribuirão dividendos enquanto não for o mesmo integralmente restabelecido.»

TITULO QUARTO

Leia-se: Dos fundos de reserva.

Art. 78. Leia-se: «O banco continua com os dous fundos de reserva distinctos, um para cada uma de suas secções, os quaes serão constituídos da seguinte forma:

§ 1.º Ao fundo de reserva da secção hypothecaria serão accumulados semestralmente:

1.º A metade da commissão de administração realizada sobre os empréstimos hypothecarios, art. 22, n. 3;

2.º A metade do agio que produzir a venda das acções que forem emitidas segundo o disposto no art. 4º.

§ 2.º Ao fundo de reserva da secção commercial se creditará semestralmente:

1.º 5 % dos lucros liquidos das operações da mesma secção, art. 75;

2.º A metade do agio que possam produzir as acções que se venderem, art. 4º;

3.º Qualquer lucro extraordinario a que a directoria, ouvida a assembléa geral dos accionistas, julgue dever dar esta applicação, afim de reforçar o mesmo fundo de reserva. »

Art. 79. Leia-se: « Os dous fundos de reserva do banco são destinados a fazer face a quaesquer prejuizos *eventuales* nas respectivas secções. »

Art. 80. Leia-se: « Além dos dous fundos de reserva, de que tratam os arts. 78 e 79, continua o banco com o fundo de reserva especial já creado para fazer face a quaesquer prejuizos provenientes das liquidações dos empréstimos hypothecarios com garantias de estabelecimentos agricolas anteriores à lei de 13 de maio de 1888. »

« § 4.º A esse fundo serão levados não só os lucros providos dos empréstimos concedidos em virtude do contracto com o Governo Geral para auxilios à lavoura deste Estado, firmado em 26 de agosto de 1889, emquanto não for elle liquidado, como tambem outros quaesquer a que a directoria do banco julgar conveniente dar essa applicação, ouvida a commissão fiscal. »

TITULO QUINTO

DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 81. Leia-se: « Todos os negocios do banco serão dirigidos por uma directoria de seis membros, que designarão de entre si os que devem exercer os cargos de presidente, vice-presidente e secretarios; distribuirão entre si o serviço, de accordo com os interesses do banco. »

Art. 82. Leia-se: « A administração será eleita pela assemblea geral de accionistas, por escrutinio secreto e por maioria relativa de votos. Havendo empate, a sorte decidirá. »

Art. 83. Leia-se: « Não podem ser eleitos directores: 1º, os accionistas que forem directores fiscaes ou empregados de outras sociedades anonymas congeneres; 2º, os que forem prohibidos de negociar; 3º, os socios da mesma firma commercial. »

Art. 84. Leia-se: « Não podem servir conjunctamente na directoria, os ascendentes e descendentes, irmãos, sogro e genro, cunhados durante o cunhatio, tios e sobrinhos. Em qualquer destes casos o menos votado será excluido, e, tendo igual numero de votos, o que a sorte indicar. »

Art. 85. Passa a ser o art. 77 dos antigos estatutos.

Art. 86 e seus dous paragraphos. Passam a ser o art. 78 e seus dous paragraphos dos antigos estatutos.

Art. 87. Passa a ser o art. 79 dos antigos estatutos.

Art. 88. Passa a ser o art. 80 dos antigos estatutos.

Art. 89 e seu paragrapho unico. Passam a ser o art. 81 e seu unico paragrapho dos antigos estatutos.

Art. 90. Passa a ser o art. 82 dos antigos estatutos.

Art. 91. Passa a ser o art. 83 dos antigos estatutos.

Art. 92. Passa a ser o art. 84 dos antigos estatutos.

Art. 93. Passa a ser o art. 85 dos antigos estatutos.

Art. 94 e seus numeros. Passam a ser o art. 86 e seus numeros dos antigos estatutos, menos o numero 8, que deverá ser lido assim: « Apresentar á assemblea geral dos accionistas, em suas reuniões ordinarias, um relatorio do estado do banco, acompanhado dos balancos de suas operações, fechados nos ultimos dias dos mezes de junho e dezembro de cada anno, o qual será publicado pela imprensa. » Acrescente-se o numero 9 que ficará assim concebido: « O banco será representado por seu presidente ou por quem suas vezes fizer, em todos os actos publicos ou particulares, para o que se lhe conferem, por estes estatutos, todos os poderes, inclusive os de procurador em causa propria, e assignar todas as responsabilidades ou encargos. »

Art. 95 e seus numeros. Passam a ser o art. 87 e seus numeros dos antigos estatutos, menos o numero 3, que se deverá ler: « Assignar correspondencias, contractos que tiverem sido autorisados, e bem assim com os directores os titulos representativos das acções. »

Art. 96 e seu paragrapho. Passa a ser o art. 88 e seu paragrapho dos antigos estatutos.

Art. 97. Leia-se: « Como compensação do seu trabalho e responsabilidade, terá a directoria uma comissão de 10% dos lucros liquidos do banco, que será dividida igualmente pelos seus directores. Si esta porcentagem der um resultado inferior a 7:200\$ annualmente, terá sempre a directoria direito a este ordenavlo. »

TITULO SEXTO

DO CONSELHO FISCAL

- Art. 98. Passa a ser o art. 89 dos antigos estatutos.
Art. 99. Passa a ser o art. 90 dos antigos estatutos.
Art. 100. Passa a ser o art. 91 dos antigos estatutos.
Art. 101. Passa a ser o art. 92 dos antigos estatutos.
Art. 102. Passa a ser o art. 93 dos antigos estatutos.
Art. 103. Passa a ser o art. 94 dos antigos estatutos.
Art. 104. Leia-se : «Cada um dos membros do conselho fiscal receberá, como compensação de seus serviços, a remuneração de 100\$000 semestralmente.»

TITULO SETIMO

DOS ACCIONISTAS

- Art. 105 e suas alíneas. Passam a ser o art. 96 e suas alíneas dos antigos estatutos.
Art. 106 e suas alíneas. Passam a ser o art. 97 e suas alíneas dos antigos estatutos.
Art. 107. Passa a ser o art. 98 dos antigos estatutos.
Art. 108. Leia-se: «Quando o accionista não effectuar as entradas no prazo estipulado, fica sujeito ás prescripções do art. 10.»
Art. 109. Passa a ser o art. 100 dos antigos estatutos.
Art. 110. Passa a ser o art. 101 dos antigos estatutos.
Art. 111 e seu paragrapho unico. Passa a ser o art. 102 dos antigos estatutos e seu paragrapho unico.
Art. 112. Leia-se: «Em assembléa geral todos os accionistas poderão discutir e votar, e todas as votações serão *per capita*, excepto em eleições de qualquer natureza, cuja votação será pelo numero de acções, tendo cada accionista tantos votos quantas forem as acções que possuirem.
Paragrapho unico. As acções transferidas 30 dias antes de qualquer reunião da assembléa geral, só dão direito ao accionista para discutir, salvo o caso de herança, legado ou arrematação, ou adjudicação judicial.»
Art. 113. Passa a ser o art. 104 dos antigos estatutos, supprimindo-se as palavras : — uma vez que se ache dentro do territorio do Estado.
Art. 114. Leia-se: «As firmas sociaes serão representadas por um dos socios, nas reuniões das assembléas geraes, e as sociedades anonymas, pelos presidentes de suas respectivas directorias ou ainda por qualquer de seus directores.»

TITULO OITAVO

DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 115. Passa a ser o art. 106 dos antigos estatutos.

Art. 116. Passa a ser o art. 107 dos antigos estatutos.

Art. 117. Passa a ser o art. 108 dos antigos estatutos.

Art. 118 e seus dous paragraphos. Passam a ser o art. 109 e seus dous paragraphos dos antigos estatutos, augmentando-se o § 3º que deve ser lido assim: « As convocações da assemblea geral serão feitas pela directoria do banco. »

Art. 119. Passa a ser o art. 110 dos antigos estatutos.

Art. 120. Passa a ser o art. 111 dos antigos estatutos.

Art. 121. Passa a ser o art. 112 dos antigos estatutos.

Art. 122. Passa a ser o art. 113 dos antigos estatutos, substituindo-se a palavra « convidado » por « convocados ».

Art. 123 e seus dous paragraphos. Passam a ser o art. 114 e seus dous paragraphos dos antigos estatutos, substituindo-se o primeiro pelo seguinte: « A assemblea geral dos accionistas reunir-se-ha ordinariamente uma vez cada anno para serem julgadas as contas da directoria. O prazo para esta reunião não deverá exceder de 28 de fevereiro de cada anno, afim de serem julgadas as contas semestraes e proceder-se a eleição dos fiscaes. »

Art. 124. Passa a ser o art. 115 dos antigos estatutos, substituindo-se a palavra « socios » por « accionistas ».

Art. 125. Passa a ser o art. 116 dos antigos estatutos.

Art. 126. Leia-se: « A assemblea geral reunir-se-ha extraordinariamente, quando o julgar conveniente a directoria do banco e a esta requererem o conselho fiscal ou um numero nunca menor de sete accionistas, que represente pelo menos um quinto do capital do banco. »

Art. 127, seus numeros e paragraphos. Passam a ser o art. 118, seus paragraphos e numeros dos antigos estatutos, substituindo-se no § 2º « do banco » por « annual da directoria ».

TITULO NONO

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 128. Passa a ser o art. 119 dos antigos estatutos.

Art. 129. Passa a ser o art. 120 dos antigos estatutos.

Art. 130. Leia-se: « A directoria procurará sempre ultimar as contestações que se possam suscitar no meo dos negocios do Banco. »

Art. 131. Leia-se: « Os bens moveis, semoventes e de raiz que o banco houver de seus devedores por meios conciliatorios ou judiciaes, serão vendidos no menor prazo possivel. »

Art. 132. Leia-se: «Toda pessoa que faltar á boa fé ou não cumprir pontualmente os seus tratos com o banco, é excluída de negociar com elle, directa ou indirectamente. Esta exclusão será declarada em acta da directoria, mencionando-se a causa della.»

Art. 133. Leia-se: «As operações do banco são objecto de segredo para os seus empregados; aquelle que as revelar será admoestado ou suspenso (art. 99, n. 4); e si da revelação resultar damno, será o culpado expulso pela directoria e sujeito a indemnisação. A mesma reserva é imposta aos membros da directoria.»

Art. 134. Leia-se: «Os presentes estatutos são válidos para todos os effeitos legais, e quaesquer omissões ou faltas terão execução de accordo com as disposições legais.»

Art. 135. Leia-se: «Depois de encerrado o balanço do primeiro semestre de cada anno serão as contas sujeitas ao exame do conselho fiscal e publicado pela imprensa conjunctamente com o seu parecer, e com o encerramento do balanço do segundo semestre, serão as contas e o relatório da directoria, que será annual, submettidos á approvação da assembléa geral dos accionistas.»

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º Fica a directoria do banco autorizada a converter, quando julgar conveniente, ouvindo a assembléa geral dos accionistas, as 17.000 acções emitidas, do valor de 100\$ cada uma, com entradas realizadas apenas de sessenta mil réis, em outras do valor de 100\$, integraes, independente de mais chamada de capital.

Art. 2.º Logo que se achem integradas as 17.000 acções pela forma indicada no artigo precedente, fica do mesmo modo a directoria autorizada a transformar-as, quando julgar opportuno, em titulos ao portador.

Art. 3.º A eleição para a primeira directoria que houver de funcionar depois de approvados os presentes estatutos só terá logar na primeira reunião ordinaria da assembléa geral de prestação de contas, depois de concluido o tempo do mandato do que estiver funcionando.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2794 — DE 13 DE JANEIRO DE 1898

Dá regulamento para a arrecadação das taxas de consumo de agua na Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, resolve que, para a arrecadação das taxas de consumo de agua na Capital Federal, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para a arrecadação das taxas de consumo de agua na Capital Federal, a que se refere o decreto n. 2794, desta data

CAPITULO I

DAS TAXAS DE CONSUMO DE AGUA

Art. 1.º A contribuição da penna de agua a que se referem o art. 1.º § 4º do decreto legislativo n. 2639, de 22 de setembro de 1875, e art. 11 do decreto n. 8775, de 25 de novembro de 1882, constará de duas taxas, a saber: uma de 54\$ annuaes para os predios de 1ª classe e outra de 36\$ para os de 2ª e para as pennas voluntarias, a que se refere o art. 8º do citado decreto n. 8775.

Paragrapho unico. São predios de 1ª classe os de aluguel superior a 2:400\$ annuaes; de 2ª, aquelles cujo aluguel não exceder áquella importancia. (Art. 7º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897.)

Art. 2.º Os estabelecimentos de educação, os de beneficencia e respectivos hospitacs, as congregações civis ou religiosas e casas de saude, que actualmente não gosam de isenção das taxas acima, e bem assim as estalagens, pagarão, segundo o consumo verificado por hydrometro, á razão de 100 réis por metro cubico; as casas de banhos, as cocheiras e quaesquer estabelecimentos em que o consumo seja proveniente de uso industrial, pagarão, pelo mesmo modo, á razão de 150 réis por metro cubico. (Mesmo artigo da lei n. 489, § 1º.)

CAPITULO II

DAS ISENÇÕES

Art. 3.º Da contribuição da penna de agua são isentas:

1.º, as concessões especiaes por donativos feitos ao Estado nos termos do art. 17 do regulamento annexo ao decreto n. 2898, de 12 de março de 1862, limitadamente aos respectivos concessionarios, quando não contiverem a condição de perpetuidade sem restricção alguma (Ord. da Faz. n. 477, de 13 de outubro de 1865);

2.º, as casas de caridade. (Art. 1.º, § 5.º, do decreto legislativo n. 2639, de 22 de setembro de 1875, e art. 12 do decreto n. 8775, de 25 de novembro de 1882;)

Paragrapho unico. Na disposição do n. 2 não se comprehendem os hospitaes das ordens terceiras. (Ordem do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas n. 101, de 27 de setembro de 1886.)

CAPITULO III

DO LANÇAMENTO

Art. 4.º O lançamento para a arrecadação da penna de agua será organizado pela Recebedoria com os elementos a seu alcance e com os que lhe for remettendo mensalmente a Inspectoria Geral das Obras Publicas (arts. 4.º e 14 do regulamento que baixou com o decreto n. 8775, de 25 de novembro de 1882), e servirá por cinco annos, findos os quaes será trasladado para novos livros, de accordo com as existencias accusadas.

Paragrapho unico. As inscripções dos contribuintes comprehendidos na disposição do art. 2.º se farão em virtude de guias remettidas pela Inspectoria Geral das Obras Publicas, de que conste o consumo de agua nos semestres findos a 30 de junho e 31 de dezembro, os nomes do contribuinte e da rua e o numero do predio em que se dá o consumo.

Art. 5.º O primeiro lançamento para a contribuição da penna de agua, de conformidade com as prescripções deste regulamento, deve achar-se definitivamente organizado no dia 31 de maio de 1898.

Art. 6.º A medida que a Inspectoria Geral das Obras Publicas remetter os elementos de que tratam o art. 4.º e seu paragrapho unico, a Recebedoria irá procedendo ás necessarias averbações, de modo que o lançamento se ache sempre em dia e rigorosamente exacto.

Art. 7.º Sempre que houver alteração no valor locativo dos predios, o proprietario será obrigado a dar conhecimento do facto á Recebedoria mediante declaração em duplicata, sel-

lada e rubricada por elle, cuja 2ª via, devidamente annotada, lhe será restituída.

Esta declaração será apresentada no prazo de 30 dias, sob as penas do art. 16.

Art. 8.º Os collectados poderão requerer a averbação do lançamento, para o fim de serem alliviados da contribuição relativa ao tempo em que o predio estiver desoccupado nos seguintes casos:

1.º, de ser a vacancia por tres ou mais mezes consecutivos e completos, ainda que em dous exercicios.

Esta disposição não é applicavel ao predio que se achar vasio por conta do inquilino, salvo havendo augmento de valor locativo, ou bemfeitorias, ou sublocação, caso em que se deduzirá o excesso originado da sublocação (art. 15 e § 1.º do decreto n. 7051, de 18 de outubro de 1878);

2.º, de ter o predio cahido em ruinas, sido demolido ou incendiado. (Art. 20, § 2.º, do decreto n. 7051 citado.)

§ 1.º As petições baseadas no n. 1 deste artigo serão apresentadas no prazo de 30 dias, contados da desoccupação, sob pena de não se attender ao tempo decorrido antes do dito prazo. (Art. 20, § 2.º, do decreto n. 7051 citado.)

§ 2.º As referentes ao n. 2 poderão ser exhibidas até o fim do exercicio, isto é, até 31 de março. (Decretos ns. 7051, de 18 de outubro de 1878, e 8934, de 21 de abril de 1883.)

Art. 9.º No caso de transferencia de dominio de predios ou estabelecimentos, o novo proprietario ficará responsavel pela taxa correspondente ao exercicio em que effectuar a aquisição, e bem assim pela dos anteriores, que porventura estiver em debito. (Art. 16 do regulamento n. 1775, de 25 de novembro de 1882.)

Paragrapho unico. Estas transferencias serão communicadas á Recebedoria para as necessarias averbações, acompanhadas dos documentos comprobatorios, dentro do prazo de 30 dias.

Art. 10. A Recebedoria fiscalisará o lançamento, applicando os meios necessarios ao conhecimento das alterações occorridas no valor locativo dos predios, casos de vacancia e outros.

CAPITULO IV

DA ARRECADAÇÃO

Art. 11. As taxas pelo supprimento de agua serão pagas na razão do disposto nos arts. 1.º e 2.º deste regulamento; as do art. 1.º no mez de agosto de cada anno, e as do 2.º no mesmo mez de agosto e em fevereiro do anno subsequente, de conformidade com o estabelecido no art. 4.º, paragrapho unico.

Art. 12. Os que não pagarem a contribuição no mez de agosto, marcado no artigo antecedente, poderão satisfazê-la até 20 de março do espaço adicional com a multa de 10 % ou com

a de 15 % dessa data por diante; os que não pagarem o consumo de agua relativo ao 2º semestre do exercicio no mez de fevereiro ficarão sujeitos á multa de 10 % até 20 de março e á de 15 % de então por diante.

Art. 13. Não será admittido o pagamento da contribuição relativa ao 2º semestre, ficando em divida a do primeiro.

Art. 14. A cobrança não realizada á bocca do cofre será agenciada pelos cobradores antes de recorrer-se ao meio executivo.

Art. 15. Para a cobrança das taxas de consumo de agua a Recebedoria publicará editaes pela imprensa e nos logares do costume.

CAPITULO V

DAS MULTAS

Art. 16. Incurrerão na multa de 20\$ a 50\$ os infractores dos arts. 7º e 9º paragrapho unico.

Art. 17. Incurrerá na pena de responsabilidade, pela contribuição que deixar de arrecadar, o empregado que infringir o disposto no art. 13, e em multa correspondente á divida verificada o infractor do art. 21.

Art. 18. As multas não cobradas amigavelmente o serão por meio executivo.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 19. Das multas impostas pelo director da Recebedoria, haverá recurso para o Ministerio da Fazenda.

§ 1.º Os recursos serão interpostos dentro do prazo de 30 dias contados da publicação dos despachos.

§ 2.º Recurso perempto não será encaminhado, e, si o for, não será tomado em consideração.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 20. A contribuição da penna de agua continuará a constituir onus real para o predio, de accordo com o disposto no art. 16 do decreto n. 8775, de 25 de novembro de 1882, 9º deste regulamento.

Art. 21. Nenhum tabellião ou outro serventuario publico lavrará escriptura de transferencia, ou qualquer documento

de alienação, sem a transcrição dos certificados expedidos pela Recebedoria e Contencioso do Thesouro Federal de se achar o predio quite até o exercicio em que o acto tiver logar.

Art. 22. Nenhuma causa terá andamento em Juizo sem o prévio pagamento da contribuição em divida.

Art. 23. As declarações a que se referem os arts. 7º e 9º servirão para todos os effeitos legais.

Art. 24. A Recebedoria exercerá, em relação á contribuição da penna de agua, todas as attribuições que lhe pertenciam pelo regulamento do imposto predial.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1898. — *Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2795 — DE 14 DE JANEIRO DE 1898

Publica a decisão do Governo Japonez estendendo á ilha Formosa as disposições do regulamento n. 18, de 17 de julho de 1885, concernente ás repressões das infracções á Convenção de 14 de março de 1884, para a protecção dos cabos submarinos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a decisão do Governo do Japão, estendendo á ilha Formosa as disposições do regulamento n. 18, de 17 de julho de 1885, concernente ás repressões das infracções á Convenção de 14 de março de 1884, para a protecção dos cabos submarinos, conforme a communicação da Legação Franceza, de 30 de dezembro de 1897, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2796 — DE 14 DE JANEIRO DE 1898

Approva os orçamentos para execução das obras de captação de maior volume de agua em diversas estações, machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados e desenvolvimento dos respectivos reservatorios, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

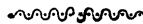
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para execução das obras de captação de maior volume de agua nas estações de Jundiahy, Perú e Rio Grande, nas machinas fixas dos 2º e 3º planos inclinados e desenvolvimento dos respectivos reservatorios, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, a fim das despezas serem levadas á conta do novo capital, nos termos do contracto de 17 de julho de 1895.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2797 — DE 14 DE JANEIRO DE 1898

Concede autorização á *The Leopoldina Railway Company, limited*, para funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu *The Leopoldina Railway Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. É concedida autorisação á *The Leopoldina Railway Company, limited*, para funcionar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, e com a obrigação de cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor ; ficando, porém, salvo ao Governo o direito

de resolver opportunamente sobre a subsistencia e transferencia das concessões que porventura a nova companhia tiver de adquirir.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2797 desta data**

I

A *The Leopoldina Railway Company, limited*, é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de authorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a authorisação para funcçãoar na Republica, si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$000.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1898. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial nomeado pela Junta Commercial desta praça.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um certificado de incorporação escripto na lingua ingleza, afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e, litteralmente vertido, diz o seguinte:

Tradução—*The Leopoldina Railway Company, limited*, n.55.123. Certificado de incorporação da *Leopoldina Railway Company, limited*.

Certifico que a *Leopoldina Railway Company, limited*, foi hoje incorporada de accordo com as leis de companhias de 1862 a 1893, e que a companhia é limitada.

Assignado por mim em Londres, aos 6 de dezembro de 1897.
—*J. S. Purcell*, registrador de companhias anonymas.

Eu, Horatio Arthur Erith de Pinna, tabellião denotas desta cidade de Londres, por alvarã regio, devidamente admittido, juramentado e em pleno exercicio, certifico e attesto perante quem a presente possa interessar, que a assignatura subscripta ao pé do certificado de incorporação que vae annexo, a qual diz —*J. S. Purcell*, é a verdadeira e do proprio punho do Sr. John Samuel Purcell, registrador das companhias anonymas de responsabilidade limitada e que o carimbo nelle estampado é o verdadeiro carimbo official da Repartição de Registros de Companhias de Inglaterra.

Em testemunho do que passo a presente certidão para servir e valer onde preciso for, a qual faço sellar com o sello das minhas notas aos dez dias do mez de dezembro de 1897.

Em testemunho da verdade.—*H. A. E. de Pinna*, tabellião publico. (Sello do tabellião.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Horatio Arthur Erith de Pinna, tabellião publico desta cidade, e, para constar onde covier, a pedido do mesmo, passei a presente e liguei com o documento junto rubricado por mim e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 10 de dezembro de 1897.—*Luiz Augusto da Costa*, vice-consul. (Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1897.—Pelo director geral (assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis)—*A. J. de Paula Fonseca*, director interino da 3ª secção. (Sello do Ministerio das Relações Exteriores e duas estampilhas no valor de 900 réis inutilisadas pela Recbedoria.)

Nada mais continha o dito certificado de incorporação, que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto. Em fé do que passei a presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 3 de janeiro de 1898. — *Affonso H. C. Garcia*, traductor publico.

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial nomeado pela Junta Commercial desta praça:

Certifico pela presente em como me foram apresentados os estatutos da Companhia *The Leopoldina Railway Company, limited*, escriptos na lingua ingleza, alim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e, litteralmente vertidos, dizem o seguinte:

Tradução—Leis sobre companhias, de 1862 a 1893.

Companhia limitada por acções.

Memorandum de —Associação—da *The Leopoldina Railway Company, limited*.

1º

O nome da companhia é *The Leopoldina Railway Company, limited*.

2º

O escriptorio registrado da companhia será sito em Inglaterra.

3º

Os fins para os quaes se estabelece a companhia são:

A) Adquirir a Estrada de Ferro Leopoldina, a Estrada de Ferro Macahé e Campos, a Estrada de Ferro Rio de Janeiro e Norte e a sua secção Gram-Pará, ou algumas ou uma dellas, com a sua ou suas concessões, isenções, direitos, terras, edificios, material rodante, materiaes, appparelhos, pertences e accessorios de toda a qualidade, e adquirir qualquer estrada de ferro nos Estados Unidos do Brazil, e quaesquer isenções, concessões e direitos, terras, direitos de viação, telegraphos e telephones a ella pertencentes ou que de qualquer forma lhe digam respeito.

B) Construir, appparelhar e fazer trabalhar estradas de ferro e *tramways*, e realizar negocios de proprietarios e exploradores de estradas de ferro e *tramways* nos Estados Unidos do Brazil e outra qualquer parte.

C) Adquirir, construir e fazer trabalhar quaesquer estradas de ferro ou *tramways*, estradas, canaes, cursos de agua, armazens, fabricas, portos, docas, diques, caes, esgotos, obras de agua, illuminação a gaz, electrica e outras obras; solicitar, requerer e obter (quer no nome da companhia ou no de ter-

ceiras partes ou companhias), concessões, subsídios, decretos, leis, decisões do Parlamento, ou outras autoridades, para a ou em relação com a construção, explorações ou conservação das mesmas.

Aprofundar quaesquer portos, rios ou canaes, e executar quaesquer outras obras publicas nos Estados Unidos do Brazil ou outra qualquer parte.

D) Adquirir, alugar ou arrendar toda ou qualquer parte dos bens ou negocios de qualquer companhia, sociedade ou pessoa, ou quaesquer acções ou interesses em qualquer companhia ou associação que tenha fins identicos aos desta companhia; pagar pelos mesmos em dinheiro, acções ou de outra fôrma que possa parecer conveniente, e conservar, ampliar, melhorar, empregar e explorar esses bens, negocios, acções ou interesses.

E) Subscriver, adquirir, conservar e garantir acções, *debentures* ou obrigações de qualquer outra companhia que tenha fins inteiramente ou em parte identicos aos desta companhia e que realize negocios capazes de ser feitos para que directa ou indirectamente beneficiem esta companhia, e garantir os fundos ou titulos de qualquer Governo, Estado ou Municipalidade, quer inglezes, coloniaes ou estrangeiros em pagamento da venda ou execução de quaesquer materias ou cousas vendidas ou feitas pela companhia ou em auxilio directa ou indirectamente de qualquer dos fins da companhia e quer conservar ou vender essas acções, fundos, *debentures* ou titulos com ou sem garantia pela companhia.

F) Amalgamar e fazer contractos de obra ou trafico ou outros ajustes ou contractos com qualquer Governo, pessoa, firma, ou companhia sobre a construção ou exploração de suas respectivas estradas de ferro ou de qualquer dellas, ou para faculdade de correr, trafego mutuo, distribuição de lucros, união de interesses ou cooperação relativamente á exploração ou desenvolvimento dos bens da companhia e qualquer outra parte.

G) Adquirir, comprar, arrendar, alugar, tomar ou guardar ou contribuir para o custo, e revender, alugar ou de outra fôrma negociar ou dispor de terras de qualquer direito dentro dos Estados Unidos do Brazil ou outra qualquer parte ou quaesquer direitos, privilegios ou vantagens nas ou em relação a essas terras.

H) Adquirir, comprar, arrendar ou alugar, manufacturar, construir ou contribuir para o custo de quaesquer edificios, machinas, material rodante, navios, embarcações e outros materiaes, telegraphos, telephones ou outras obras, empregar em proveito qualquer navio a vapor ou outro, barcas ferreas ou outras embarcações, e nellas transportar passageiros ou mercadorias.

I) Abrir e explorar nas terras possuidas pela companhia ou naquellas em que ella tiver adquirido qualquer direito ou interesse, quaesquer minas, pedreiras ou poços, extrahir, fundir, manufacturar ou de outra fôrma tirar proveito de quaesquer metaes, mineraes, pedra, carvão, terra, oleo ou outras materias

ou cousas quaesquer, ou qualquer cousa capaz de ser nellas produzida ou por meio dellas.

J) Fazer variar e effectuar qualquer contracto ou contractos para qualquer fim da companhia.

K) Melhorar, desenvolver, vender, alugar ou de outra fôrma negociar ou dispor de todos ou de qualquer parte da empresa, negocios ou prosperidades da companhia, ou qualquer interesse nella, quer a outra companhia quer a qualquer outro comprador e quer por dinheiro, acções ou obrigações de outra companhia, e em geral nos termos quanto a preço e de outra fôrma como possa ser considerado conveniente dividir os proventos provenientes dessa venda ou negociação, quer esses proventos consistam inteira ou parcialmente de dinheiro ou acções, ou outra qualquer propriedade, como dividendos ou bonificação entre os membros da companhia.

L) Limpar, drainar, planar, cultivar e de outra fôrma melhorar ou tirar proveito de todas ou quaesquer terras possuidas pela companhia, ou nas quaes ella tenha adquirido qualquer interesse ou direito e fazer colonizar essas terras, e para esse fim promover, dirigir ou auxiliar a emigração de e para qualquer paiz.

M) Tomar a emprestimo dinheiro, crear e fazer penhores, hypothecas, *debentures* e capital de *debenture* (perpetuos ou resgataveis), onerando ou não a empresa ou a todos ou quaesquer bens ou rendimentos da companhia, ou todo ou qualquer do capital por chamar nessa occasião da companhia; pagar, remir, adquirir, aceitar cessões, renovar ou reemittir essas garantias e depositar-as e onerar-as em garantias de qualquer emprestimo ou de outra cousa.

N) Fazer, aceitar, endossar e executar notas promissórias, letras de cambio e outros titulos negociaveis.

O) Estabelecer e dar providencia sobre os fundos de amortisação e reserva para resgate ou pagamento de obrigações e compromissos e acções da companhia.

P) Depositar dinheiro em bancos e casas financeiras, emprestar e empregar dinheiro em garantias e empregos na Europa e na America do Sul, e em outra parte qualquer, como os directores da companhia puderem julgar conveniente e onde julgarem opportuno nos nomes dos depositantes.

Q) Pagar juros sobre *debentures* ou obrigações, capital de *debenture* ou acções, tirado do capital ou outro dinheiro, durante a construcção das obras da companhia, e applicar como lucro applicavel a dividendos e juros, qualquer juro recebido de qualquer Governo ou de outra autoridade ou pessoa, ou de emprego de capital.

R) Fazer registrar a companhia, incorporal-a ou de outra fôrma devidamente constituil-a ou reconhecê-la como autorisada a fazer negocios ou a funcionar de accordo com as leis dos Estados Unidos do Brazil e outra qualquer parte.

S) Crear ou contribuir para qualquer fundo de previdencia, garantia ou seguro e qualquer instituição de caridade ou outra

a beneficio dos empregados superiores ou criados da companhia, ou no que elles possam ser interessados.

T) Requerer ao Congresso ou ao Parlamento ou a qualquer autoridade ou corporação local, municipal ou outra, ingleza, estrangeira ou colonial, quaesquer decisões de parlamento, leis, decretos, concessões, subsidios, oraens, direitos, ou privilegios que possam parecer ser conducentes aos fins da companhia ou a qualquer delles.

U) Remunerar qualquer pessoa (quer collocada em posição de confiança da companhia ou não) ou companhia por serviços prestados ou por prestarem na collocação ou no auxilio á collocação ou em garantir a collocação de acções do capital da companhia ou quaesquer *debentures* ou outros titulos da companhia, ou na formação ou promoção da companhia ou no estabelecimento ou direcção dos seus negocios; ou na diligencia de obter qualquer concessão relativa á dita companhia.

V) Fazer quaesquer outras cousas que conduzam ao conseguimento ou sejam incidentaes aos fins acima ou a qualquer um delles.

4.º

A responsabilidade dos membros é limitada.

5.º

O capital da companhia é de £ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentas mil libras) dividido em quinhentas e cincoenta mil acções de £ 10 (dez libras) cada uma, com poderes para emittir qualquer parte ou partes do seu actual ou futuro capital com os direitos preferenciaes ou deferidos que possam ser considerados convenientes.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e endereços se acham subscriptos abaixo, desejando formarmo-nos em uma companhia em virtude deste *memorandum* de associação, respectivamente concordamos tomar o numero de acções do capital da companhia expresso ao lado dos nossos respectivos numeros :

Nomes, endereços e profissão dos subscriptores	Numero de acções tomadas por cada subscriber.
<i>Thomas Standish Hillas Drake</i> — 50 Old Broad Str. Londres, cavalheiro.....	1
<i>E. H. F. Bradley</i> — 19 Linden Gardens, W., cavalheiro.....	1
<i>Char. Th. Farmer</i> — 32 Mydleton Square, Londres, E. C., solicitador.....	1
<i>Edward H. Hoore</i> — 7 Sussex Gardens, W., cavalheiro.....	1

<i>C. Chabot</i> — 167 East Dulwick Grove, S. E., cavalheiro	1
<i>Alfred J. Kent</i> — 8 Cross Road, South Wim- bleton, contador	1
<i>Robert J. Garwood</i> — 85 Chestnut Avenue, Walthamstow, empregado	1

Datado de 6 de dezembro de 1897.

Testemunha das assignaturas — *John W. Percival*, empre-
gado dos Srs. Bircham & Comp. — 50 Old Broad Street, Londres,
E. C., solicitadores.

Leis sobre Companhias de 1862 a 1893

COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

Estatutos da «*The Leopoldina Railway Company, limited*»

I — INTERPRETAÇÃO

Art. 1.º Na interpretação dos presentes as seguintes pa-
lavras e expressões teem o seguinte sentido, salvo excluido pelo
assumpto ou pelo contexto :

A) A companhia quer dizer *The Leopoldina Railway Com-
pany, limited*.

B) Os Estatutos quer dizer e inclue as leis de companhias
de 1862 a 1893 e toda e qualquer outra lei a todo o tempo em
vigor e referente a companhias anonymas e que precisamente
affectem a companhia.

C) Os presentes quer dizer e inclue o *Memorandum* de as-
sociação, estes estatutos e os regulamentos da companhia a
todo tempo em vigor.

D) Resolução especial quer dizer uma resolução especial da
companhia passada de accordo com o art. 51 da lei de compa-
nhias de 1862, ou qualquer disposição de lei a todo tempo em
vigor, em vez desse artigo.

E) Resolução extraordinaria quer dizer uma resolução ex-
traordinaria passada de accordo com o art. 129 da lei de com-
panhias de 1862.

F) «Capital» quer dizer o capital a todo tempo da com-
panhia.

G) Acções quer dizer as acções de então do capital.

H) Directores quer dizer os directores de então da companhia,
ou, como possa ser o caso, os directores reunidos em as-
sembléa.

I) Contadores, secretario, quer dizer os respectivos funcionarios de então da companhia.

K) Assembléa ordinaria quer dizer uma assembléa geral ordinaria da companhia devidamente convocada e constituida e qualquer dos seus adiamentos.

L) Assembléa extraordinaria quer dizer uma assembléa geral extraordinaria da companhia, devidamente convocada e constituida e qualquer adiamento da mesma.

M) Assembléa geral quer dizer uma assembléa ordinaria ou extraordinaria.

N) Directoria quer dizer uma reunião dos directores devidamente convocada e constituida, ou, como possa ser o caso, os directores reunidos em assembléa.

O) Escriptorio quer dizer o escriptorio registrado de então da companhia.

P) Sello quer dizer o sello commun a todo tempo da companhia.

Q) Mez quer dizer mez do calendario.

R) Por escripto quer dizer escripto, impresso ou lithographado, ou parte de uma forma e parte de outra.

S) Palavras no numero singular sómente incluem o numero plural e vice-versa.

T) Palavras no genero masculino sómente incluem o genero feminino, e palavras designando pessoas incluem corporações.

II. CONSTITUIÇÃO

Art. 2.º Os artigos da tabella A da lei de companhias de 1862 não serão applicaveis á companhia, porém em seu lugar serão os seguintes os regulamentos da companhia, porém sujeitos á recusa e alteração que forem dispostas nos presentes.

III. NEGOCIOS

Art. 3.º Os negocios da companhia comprehenderão todos os negocios mencionados ou incluídos no *Memorandum* da associação, e quaesquer materias incidentaes e poderão ser começadas logo que os directores julgarem conveniente, e não obstante só tenha sido subscripto parte do capital.

Art. 4.º Pessoa nenhuma excepto os directores e outras pessoas a isso expressamente autorisadas pela directoria, e agindo dentro dos limites da autorisação que lhe for conferida pela directoria, terá autorisação para saaccar, aceitar ou endossar notas promissorias ou letras de cambio ou outros titulos negociaveis sobre a companhia ou de celebrar contractos, de maneira a fazer incorrer a companhia em responsabilidade, ou de qualquer forma empenhar o credito da companhia.

Art. 5.º O escriptorio será em Londres ou outra qualquer parte que a directoria a todo tempo indicar. Porém a companhia terá o domicilio e representação legal nos Estados Unidos do Brazil que a directoria possa julgar preciso ou conveniente.

Art. 6.º Parte nenhuma dos fundos da companhia será empregada pela directoria na compra ou em empréstimos sob garantia das acções da companhia.

IV. PRIMEIROS DIRECTORES

Art. 7.º Os primeiros directores serão Robert Benson, Edward Herdinaad, Harrison Hodgson e J. Wicks, e a directoria terá poderes em qualquer tempo de, antes da assemblea ordinaria do anno de 1898, nomear outras pessoas para directores, porém de forma que o numero total de directores não exceda de onze.

V. CAPITAL

Art. 8.º O capital da companhia é de £ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentas mil libras) dividido em quinhentas e cinquenta mil acções de £ 10 cada uma.

Art. 9.º A companhia poderá a todo tempo, com a sancção de uma resolução extraordinaria, augmentar o capital, emitindo novas acções da importancia que julgar conveniente.

Art. 10. Qualquer das acções que então estiverem por emitir e quaesquer novas acções que a todo tempo forem creadas, poderão a todo tempo ser emitidas com a garantia ou com o direito de preferencia, quer a respeito de dividendo ou de repagamento de capital ou de ambas as cousas, ou outro privilegio ou vantagem especial sobre quaesquer acções previamente emitidas ou que estejam para ser emitidas, ou a um premio ou com os direitos deferidos comparados com quaesquer acções previamente emitidas ou que estejam para ser emitidas ou sujeitas ás condições, e com o direito ou sem elle de votar, e em geral nos termos que a companhia possa a todo tempo determinar por meio de resolução especial. Si a qualquer tempo, pela emissão de acções de preferencia ou deferidas ou por outra causa o capital for dividido em acções de classes diversas, ou qualquer dos direitos ou privilegios inherentes a qualquer classe de acções puder ser affectado, alterado, modificado ou negociado de qualquer maneira, com a sancção de uma resolução extraordinaria tomada em uma assemblea geral separada dos membros dessa classe, todas as disposições dos presentes, *mutatis mutandis* serão applicaveis a essa assemblea geral, porém de maneira que o *quorum* necessario seja de membros da classe que possua ou represente por procuração um decimo do capital pago ou creditado como pago sobre as acções da classe emitidas.

Art. 11. Si, depois de qualquer assemblea extraordinaria ter resolvido a emissão de novas acções, todas as novas acções não

forem de conformidade, emittidas, qualquer assembléa geral poderá determinar que as novas acções não emittidas não sejam e que sejam cancelladas, ou poderá determinar sobre qualquer alteração das condições sob as quaes as novas acções não emittidas o sejam, ou dos privilegios especiaes ou restricções inherentes ás novas acções não emittidas.

Art. 12. Nenhuma resolução para augmento de capital, nem resolução que affecte a emissão de novas acções, passará sem recommendação prévia da directoria.

Art. 13. Qualquer capital levantado por meio de novas acções, excepto si a companhia na criação destas determinar de outra fôrma, será considerado como parte do capital original, e será sujeito ás mesmas disposições a todo o respeito, quer com referencia ao pagamento de chamadas ou ao commisso de acções, quer ao não pagamento de chamadas ou a outra cousa, como si tivesse sido parte do capital primitivo.

Art. 14. A companhia poderá fazer e emittir penhores, hypothecas ou *debentures*, ou capital de *debentures*, resgatavel ou irresgatavel, onerando a empresa e bens da companhia ou qualquer parte da mesma (incluindo capital por chamar) ou *debentures*, capital de *debentures* ou obrigações não oneradas, pelas quantias que a directoria julgar conveniente, não excedendo sem a sancção de uma resolução extraordinaria, passada em uma assembléa geral, de dous terços do capital nominal da companhia então existente, levar o juro e conter e sujeitar tudo a condições especiaes e outras, a clausulas, regulamentos e disposições que a directoria possa determinar, e pôde emittir qualquer dessas garantias a um premio ou desconto ou outra cousa, nos termos que a directoria julgar conveniente.

Art. 15. A directoria poderá a todo tempo, si o julgar conveniente, renovar, ampliar ou variar quaesquer penhores, hypothecas ou *debentures*, capital de *debenture*, ou obrigações feitas pela companhia, e pagar e tornar a tomar por emprestimo as quantias por ellas garantidas, ou qualquer parte ou partes dessas quantias.

Art. 16. A companhia pôde a todo tempo, por meio de resolução especial, modificar as condições contidas em seu *Memo-randum* de associação, de maneira a reduzir ou dividir o seu capital até certo ponto e da maneira que a companhia, em assembléa geral a todo tempo, determinar por meio de resolução especial.

VI. EMPREGO DE DINHEIROS

Art. 17. Todos os dinheiros da companhia que não tiverem de ser applicados a qualquer pagamento que ella tenha de fazer deverão ser depositados em bancos ou estabelecimentos financeiros que a directoria julgar conveniente, ou poderão ser emprestados sob garantia, ou empregados pela directoria sob as garantias ou empregos na Europa e na America do Sul e outra

qualquer parte, que a directoria a todo tempo julgar conveniente.

Nos casos que esta julgue conveniente, as garantias poderão ser tomadas ou feito os empregos nos nomes dos depositarios. Não será tomada garantia ou feito emprego pelo qual a companhia fique sujeita a responsabilidade illimitada.

VII. ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 18. Uma assembléa geral poderá ser realizada dentro de quatro mezes depois do registro do *Memorandum* e dos estatutos da companhia.

Art. 19. Terá lugar uma ou mais vezes por anno uma assembléa ordinaria, no local e hora e no ou nos dias que a directoria a todo tempo designar. A directoria poderá, por accordo proprio, convocar a qualquer tempo uma assembléa extraordinaria.

Art. 20. A directoria convocará uma assembléa extraordinaria sempre que for entregue ao secretario ou deixado no escriptorio da companhia um requerimento de qualquer numero de accionistas, não sendo inferior a cinco e possuindo no todo cinco mil accões pelo menos, declarando inteiramente o fim da reunião e assignado pelos requerentes.

Art. 21. Sempre que a directoria deixar, por 14 dias depois da entrega desse requerimento, de convocar uma assembléa de accordo com o dito requerimento, os requerentes ou quaesquer accionistas, nunca menos de cinco e possuindo cinco mil accões, poderão convocar a assembléa.

Art. 22. No caso em que qualquer assembléa convocada por accionistas, de accordo com o artigo precedente, ou pela directoria em virtude de qualquer requerimento de que trata o art. 20, for approvada uma resolução precisando da confirmação de uma assembléa subsequente e que a directoria dentro de 14 dias depois de approvada essa resolução não convoque devidamente uma assembléa, de accordo com as determinações para confirmação da dita resolução, de fórma a constituir a uma resolução especial, essa assembléa deverá, sem mais requisição, ser immediatamente convocada pelos requerentes ou por quaesquer accionistas habilitados a requererem.

Art. 23. As assembléas geraes serão realizadas no local conveniente, no Condado de Londres, que a directoria ou os accionistas que convocarem a assembléa designarem.

Art. 24. Dez accionistas presentes em pessoa formarão um *quorum* para uma assembléa geral para a escolha de um presidente para ella, para a declaração de um dividendo recommendado pela directoria e para o adiamento da assembléa. Exceptuado-se ser para a escolha de um presidente para a assembléa, para a declaração de um dividendo recommendado pela directoria, ou para o adiamento da assembléa, o *quorum* para qualquer assembléa geral será de cinco accionistas presentes em pessoa.

Art. 25. Assumpto nenhum será tratado em assembléa geral sem que haja *quorum* no começo do assumpto. Si dentro de meia hora, depois da hora marcada para a realisação da assembléa geral, não houver *quorum*, si essa assembléa for convocada a requerimento de accionistas, ella será dissolvida e em outro qualquer caso será dissolvida. si não adiada.

Art. 26. Si em uma assembléa geral não houver *quorum* dentro de meia hora depois da hora marcada para o seu começo, ella será dissolvida.

Art. 27. O presidente poderá, com o consentimento da assembléa, adiar qualquer assembléa geral de data para data, e de um para outro local; e em qualquer assembléa geral ordinaria não se tratará de outros assumptos que não os que ficaram por terminar na assembléa geral em que teve logar o adiamento e em que poderiam ser tratados.

Art. 28. A directoria, convocando uma assembléa geral, e os accionistas convocando uma assembléa extraordinaria, darão respectivamente, sete dias pelo menos antes e nunca mais de 30 dias, aviso da assembléa.

Art. 29. Quando qualquer assembléa geral for adiada para além de sete dias, a directoria dará aviso de quatro dias, pelo menos, da assembléa adiada.

Art. 30. O aviso convocando assembléa geral será contado exclusivo do dia do aviso, porém incluindo o dia da assembléa.

Art. 31. Serão dados por circulares aos accionistas, marcando data e logar, avisos convocando assembléas geraes ou seus adiamentos.

Art. 32. Não será tratado em assembléa extraordinaria outro assumpto que não o especificado no aviso de convocação. Em todo caso que pelos presentes tiver de se dar aviso de qualquer assumpto que se terá de tratar, a circular particularisa o assumpto.

VIII. PODERES DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 33. Qualquer assembléa geral, quando tiver sido dado aviso a este respeito, poderá, por uma resolução extraordinaria, demittir qualquer director ou contador por má conducta, negligencia, incapacidade ou outra causa considerada sufficiente pela assembléa, e poderá, por uma resolução ordinaria, preencher qualquer vaga no cargo de director ou contador, fixar a remuneração dos contadores, variar o numero dos directores, e, sujeita ás disposições do art. 79, marcar remuneração que se tem de pagar a elles; e, sujeita ás disposições dos presentes, em geral decidir quaesquer negocios da companhia ou que lhe sejam relativos.

Art. 34. Qualquer assembléa ordinaria poderá, sem aviso a este respeito, sujeita ás disposições dos presentes, eleger directores e contadores em logar dos que se retirarem do

cargo ; receber e, total ou parcialmente, rejeitar ou adoptar e confirmar as contas, balanços e relatórios da directoria e dos contadores, respectivamente ; decidir sobre qualquer recommendação da directoria relativa a qualquer dividendo, e, em geral discutir sobre quaesquer negocios relativos a companhia.

Art. 35. A companhia poderá, em assemblea geral, a todo tempo, por meio de resolução especial, alterar e fazer novas disposições em logar ou em acrescimo a quaesquer regulamentos da companhia, quer contidos, quer não, nestes estatutos.

Art. 36. A authorisação de assembleas geraes a todo tempo, por meio de resolução especial, para alterar-se e fazer-se novas disposições em vez de ou em acrescimo a qualquer regulamento da companhia, se estenderá até a alteração dos presentes, excepto somente os regulamentos da companhia que dispõem sobre o limite da responsabilidade dos accionistas e da igualdade proporcional da responsabilidade dos accionistas e do seu interesse nos lucros da companhia.

IX. PROCEDIMENTO NAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 37. Em toda a assemblea geral, o presidente do directores, ou, durante a sua ausencia, o vice-presidente, si houver, ou, durante a assemblea delles, um director, eleito pelos directores presentes, ou, durante a ausencia de todos os directores, um accionista, eleito pelos accionistas presentes, occupará a presidencia.

Art. 38. Em qualquer assemblea ordinaria que se tenha de retirar do cargo qualquer director, elle occupará até a dissolução da assemblea, quando então o deixará.

Art. 39. Em qualquer assemblea geral, uma resolução posta a votos será decidida por levantamento de mãos da maioria dos membros presentes em pessoa e com direito de votar, salvo si antes ou á declaração do resultado de levantamento de mão, for pedido um escrutinio, por cinco membros, pelo menos, presentes em pessoa ou por procuração e com direito de votar ; e salvo, sendo assim pedido um escrutinio, uma declaração feita pelo presidente da assemblea de que passou uma resolução, que passou por maioria particular ou não passou, será concludente, e um lançamento a este respeito no livro das actas das assembleas geraes da companhia serão prova sufficiente disso, sem prova do numero ou proporção dos votos recolhidos em favor ou contra essa resolução.

Art. 40. Si for pedido escrutinio, elle será tomado da maneira no logar e immediatamente ou na data, dentro de 14 dias depois, como o presidente da assemblea determinar, e o resultado do escrutinio será considerado como resolução da assemblea geral em que foi pedido o escrutinio.

Art. 41. Não se pedirá escrutínio sobre a eleição de uma presidência de uma assembléa.

O pedido de um escrutínio não impedirá a continuação de uma assembléa para a transacção de qualquer negocio a não ser a questão para a qual foi pedido o escrutínio.

X. VOTOS DOS MEMBROS

Art. 42. Em uma apresentação de mãos cada membro terá um voto sómente. No caso de escrutínio, cada membro terá um voto por cada 10 acções que elle possuir.

Art. 43. Havendo mais de uma pessoa com direito a uma acção, a pessoa cujo nome estiver inscripto em primeiro logar no registro dos accionistas como um dos possuidores, e não outra, terá direito de votar em relação à acção.

Art. 44. Um accionista presente em pessoa à assembléa geral poderá deixar de votar sobre qualquer questão nella, porém não será por isso considerado ausente da assembléa.

Art. 45. Um accionista com direito de votar poderá a todo tempo nomear qualquer outro accionista como seu procurador para votar em qualquer escrutínio.

Art. 46. Todo instrumento de procuração será por escripto de accordo com a formula abaixo ou tão approximada quanto as circumstancias o permittirem ; será assignado pelo outorgante e depositado no escriptorio 48 horas pelo menos antes da hora marcada para a assembléa geral na qual ella deve servir :

« Eu, o abaixo assignado, accionista da *Leopoldina Railway Company, limited*, pelo presente nomeio.....
tambem accionista da companhia, e na falta deste.....
tambem accionista da companhia, para agir como meu procurador na assembléa geral da companhia, que se realizará em.....de.....de 18...em todo o adiamento da mesma
Em testemunho do que assigno aos.....de.....de 18.... (Assignado).....»

Art. 47. No caso de um empate de votos, quer por apresentação de mãos, quer por escrutínio, o presidente da assembléa em que teve logar a apresentação de mãos ou em que foi pedido o escrutínio, segundo o caso seja, terá direito a mais um voto ou voto de desempate.

XI. ACTAS DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 48. Todo lançamento feito no livro de actas das assembléas geraes, lançado e assignado de accordo com os estatutos ou com os presentes, na falta de prova em contrario, será considerado um registro correcto e um procedimento original da companhia de conformidade ; e, em todo caso a prova de erro ficará inteiramente a cargo da pessoa que fizer qualquer objecção ao lançamento.

XII. DIRECTORES

Art. 49. O numero de directores, salvo alteração por assemblea geral, não será inferior a tres nem superior a onze.

Art. 50. A qualificação para director será o ser elle o possuidor registrado de acções ou capital da companhia na importância nominal de £.

Art. 51. Todo director, excepto os accionistas originaes e accionistas nomeados pela directoria em virtude dos presentes ou recommendados pela directoria à eleição, deverá ter sido possuidor de seu numero de acções que o qualifiquem pelo menos seis mezes.

Art. 52. Na assemblea ordinaria do anno de 1899, e na ordinaria de cada anno subsequente, dous dos directores se retirarão do cargo e a assemblea poderá relegar-os, si estiverem qualificados ou eleger accionistas qualificados para occuparem esse logar.

Art. 53. O turno para a retirada dos primeiros e actuaes directores será determinado entre elles por accordo, ou na folha de accordo elles se retirarão em ordem alphabetica.

Art. 54. Sempre que se suscitar uma questão sobre a retirada em turno de algum director, ella será decidida pela directoria e o director que se retira, sendo qualificado, poderá ser reeleito.

Art. 55. Um accionista, não sendo o director que se retira, não terá qualidade, salvo si for recommendada a sua eleição pela directoria para ser eleito director, sem que dê ao secretario ou deixe no escriptorio, nunca menos de sete dias nem mais de dous mezes antes da eleição, aviso por escripto por elle assignado, do seu desejo de ser eleito director.

Art. 56. Quando uma assemblea ordinaria deixa de eleger um director no logar do que se retira, este será considerado ter sido reeleito.

Art. 57. O cargo de director vagará logo que este deixar de possuir o numero de acções que o qualifica, ou venha a fallir, suspenda pagamento ou compenha-se com os seus credores, se torne idiota, ou, salvo a directoria resolver em contrario, si deixar por seis mezes successivos de comparecer às reuniões da directoria ou da commissão ou da junta local no estrangeiro da qual elle tenha sido nomeado membro.

Art. 58. O director poderá a todo tempo dar aviso por escripto de sua vontade de resignar o seu cargo, entregando esse aviso ao presidente dos directores ou ao secretario, ou deixando-o no escriptorio; e ao ser aceita a sua resignação pela directoria, porém, não antes, o seu cargo ficará vago.

Art. 59. Os directores que continuam podem agir não obstante qualquer vaga entre si; ficando, porém, disposto que, no caso que os directores fiquem reduzidos a menos do minimo então fixado pelos ou de accordo com os presentes, lhes

será lícito agir como directores para preencherem as vagas em seu seio, de fôrma que o numero de directores não seja inferior ao referido minimo, porém, não para outro qualquer fim.

Art. 60. Qualquer vaga occasional no cargo de director poderá ser preenchida pela directoria com a nomeação de um accionista qualificado, que ficará, a todos os respeitoes, no logar do seu predecessor.

XIII. REUNIÕES DE DIRECTORES E COMMISSÕES

Art. 61. As reuniões de directores terão logar quando e no local que elles julgarem conveniente ; porém, salvo determinado em contrario pelos tres quartos dos directores, se realizarão em Londres reuniões ordinarias.

Art. 62. Uma reunião extraordinaria de directores, que será realizada no local usual das reuniões, poderá a qualquer tempo ser convocada por qualquer director, por aviso de dous dias aos outros directores.

Art. 63. O *quorum* para a reunião será a todo tempo determinado pelos directores e, até que seja determinado em contrario, será de tres directores.

Art. 64. A directoria elegerá a todo tempo um presidente por um anno, ou por prazo menor, e no caso de falta do presidente ella nomeará provisoriamente um substituto.

Art. 65. Toda questão em uma reunião será resolvida por maioria de votos dos directores presentes, tendo cada director um voto, e no caso de empate de votos o presidente em funcções terá direito a um outro voto ou voto de desempate.

Art. 66. Os directores poderão nomear e demittir commissões do seu proprio seio, como julgarem conveniente, e determinar e regular os seus *quorum*, deveres e procedimento.

Art. 67. A reunião de directores póde estabelecer e demittir commissões locais ou juntas locais nos Estados Unidos do Brazil ou em outra parte, para dirigir quaesquer negocios da companhia no estrangeiro, consistindo do numero de accionistas ou de outras pessoas ou de ambos, como a reunião possa julgar conveniente e poderá fixar e regular os seus *quorum*, deveres, procedimento e remuneração. Essas commissões ou juntas locais serão a todos os respeitoes sujeitas á sancção da reunião.

Art. 68. A reunião poderá delegar a qualquer commissão ou junta local os poderes, autorisações e discreções da directoria (excepto o poder de fazer chamadas) como a directoria possa julgar conveniente, e poderá autorisar os membros de então dessa commissão ou junta local ou qualquer delles a preencher qualquer vaga entre elles e agir, não obstante as vagas, e qualquer dessas nomeações ou delegações poderá

ser feita nos termos e sujeita ás condições que a directoria possa julgar conveniente, e a directoria poderá a qualquer tempo demittir qualquer pessoa assim nomeada e annullar ou variar essa delegação.

Art. 69. As commissões e juntas locais lavrarão actas dos seus actos e os relatarão a todo tempo á directoria.

Art. 70. Serão lançadas pelo secretario, em um livro para esse fim destinado, e assignadas pelo presidente da reunião a que ellas se referem ou, daquella em que são lidas actas de qualquer reunião de directores e do comparecimento dos seus respectivos directores, na mesma occasião ou com toda a conveniente brevidade depois : e essas actas logo que passadas e assignadas, serão, não havendo prova de erro nellas, consideradas um relatorio correcto e uma acta original.

XIV. PODERES E DEVERES DA DIRECTORIA

Art. 71. Os negocios da companhia serão dirigidos pelos directores, que poderão pagar todas as despesas de, e preliminares e incidentaes á promoção, formação, estabelecimento e registro da companhia, como julgarem conveniente, exercer os poderes e fazer pela companhia todos os actos que devam ser exercidos e feitos por ella, e que não forem pelas leis ou pelos presentes exigidos serem exercidos ou feitos pela companhia em assemblea geral ; sujeitos, porém, a quacsquer regulamentos dos presentes, ás disposições das leis e aos regulamentos que não forem incompativeis com os supraditos regulamentos ou disposições que possam ser prescriptas pela companhia em assemblea geral ; porém nenhum regulamento feito pela companhia em assemblea geral invalidará acto algum anterior dos directores que teria validade si não fosse feito esse regulamento.

Art. 72. O secretario ou gerente affixará o sello com authorisação da directoria e na presença de um director, pelo menos, em todos os instrumentos que requeiram ser sellados, e esses instrumentos serão assignados por esse director e rubricados com as iniciaes do secretario ou do gerente.

Art. 73. A companhia poderá exercer todos os poderes da lei de sellos das companhias de 1864, e o sello estrangeiro será affixado pela autoridade e na presença das pessoas, e os instrumentos sellados com elle serão assignados pelas pessoas que os directores a todo tempo designarem.

Art. 74. Sujeitos ás disposições dos arts. 75 e 76, qualquer director poderá celebrar contracto com a companhia ou ser interessado em qualquer operação ou negocio comprehendido ou auxiliado pela companhia ou em que a companhia esteja interessada, e poderá ser nomeado para qualquer cargo da companhia e exercel-o, com ou sem remuneração ; e por isso não deixará elle o seu cargo de director, nem perderá a sua qualificação, não será responsavel para com a companhia nem pagará a ella o que elle ganhar com esse contracto, operação, negocio

ou nomeação, ou com qualquer parte disso ; também não será esse contracto, operação ou negocio julgado nullo nem sujeito a ser posto de parte em razão sómente das relações de confiança que subsistirem entre esse director e a companhia.

Art. 75. Em todos os casos em que o facto de um director, sendo parte nesse contracto ou interessado como acima dito, não constar do mesmo contracto ou da natureza ou operação do negocio, e não resultar ser elle accionista, ou membro de alguma companhia ou corporação, então não terá direito ás vantagens do artigo precedente, salvo si antes de celebrado o contracto, de realizada a operação ou o negocio, ou de feito o ajuste para auxilial-o, elle comunicar a directoria o facto de suas relações ou do interesse com a dita corporação e responder completa e fielmente a todas as perguntas que a directoria lhe fizer em referencia á natureza das suas ditas relações ou interesses.

Art. 76. Nenhum director votará sobre assumptos relativos ao contracto, operação, negocio ou cargo, com o qual, no qual ou para o qual elle esteja ligado, interessado ou nomeado ; e si votar, o seu voto não será contado.

Art. 77. Toda conta da directoria, examinada e approvada por uma assemblea geral, será concludente, excepto si for descoberto qualquer erro nella, dentro de dous mezes logo após a sua approvação.

Art. 78. Quando esse erro for descoberto dentro desse prazo, a conta será immediatamente corrigida e então será concludente.

Art. 79. A remuneração annual dos directores poderá ser a todo tempo alterada e fixada por meio de resolução passada em uma assemblea geral, porém, até resolução em contrario, ella será de £ 2.500 por anno. Essa remuneração será dividida entre os directores como ella a todo tempo determinar.

Art. 80. Os directores serão reembolsados de suas despesas de viagem e outras que fizerem quando tratando dos negocios da companhia, e si qualquer director for chamado para ir ou residir no estrangeiro a negocio da companhia ou para executar serviços extra para ella, a directoria poderá pagar-lhe a remuneração que julgar razoavel.

Art. 81. Em qualquer caso que o pagamento de alguma quantia deva ser feito pela companhia, por qualquer conta, a directoria poderá (por ajuste) distribuir á companhia ou pessoa que tiver direito á conta, quaesquer acções da companhia, total ou parcialmente realizadas, em lugar de fazer esse pagamento em dinheiro, e poderá emitir e registrar essas acções de conformidade, e o dinheiro creditado como pago por essas acções será tomado em lugar de pagamento á vista dessa quantia e considerado como tal.

XV. DIRECTORES-GERENTES E AGENTES

Art. 82. A directoria poderá nomear quaesquer directores de então, directores, gerentes da companhia e qualquer director

ou outra pessoa agente da companhia, quer por um prazo marcado ou sem limite algum quanto ao prazo em que elles devem funcionar, e com os poderes e nos termos e condições e remuneração que a directoria julgar conveniente, e poderá a todo tempo remover ou demittir qualquer director-gerente ou agente e nomear outros em seu lugar.

XVI. CONTADOR

Art. 83. A assemblea ordinaria de cada anno nomeará para o anno seguinte um ou mais contadores, não sendo necessario que sejam accionistas ; e até a assemblea ordinaria de 1898, o ou os contadores poderão ser nomeados pelos directores, porém, um director ou empregado superior da companhia não será eleito contador.

Art. 84. A remuneração do contador será marcada por uma assemblea geral e elle examinará as contas da companhia ; qualquer vaga ocasional no cargo de contador será preenchida por uma assemblea extraordinaria convocada para esse fim.

Art. 85. Vinte e um dias pelo menos antes do dia marcado para a assemblea ordinaria, a directoria entregará ao contador as contas e o balanço para serem apresentados na assemblea, e o contador os receberá e os examinará.

Art. 86. Dentro de 10 dias depois de recebidas as contas e o balanço, os contadores ou os confirmarão ou relatarão especialmente sobre elles ; e entregarão á directoria as suas contas e balanço com o relatorio (si houver) sobre elles.

Art. 87. Sete dias antes de cada assemblea ordinaria, salvo determinação em contrario por alguma assemblea geral, a directoria remetterá a cada accionista em sua residencia, registrada, uma cópia impressa das contas e do balanço examinados, o relatorio dos contadores (si houver) e duas cópias á secção de acções e empréstimos do *London Stock Exchange*.

Art. 88. Em cada assemblea ordinaria o relatorio dos contadores (si houver) será lido á assemblea como relatorio da directoria.

Art. 89. Durante o anno e a qualquer hora razoavel do dia, o contador poderá inspecionar os livros de contas e de registro da companhia, com assistencia de empregados e outros e com outras faculdades que os contadores razoavelmente reclamarem.

XVII. DIRECTORES, DEPOSITARIOS E FUNCIONARIOS

Art. 90. Os directores, depositarios, contadores, gerentes, secretarios e outros funcionarios da companhia, serão indemnizados por ella de todos os prejuizos e despezas em que incorrerem no desempenho de suas respectivas obrigações, excepto si isto tiver logar por acto seu voluntario ou por culpa propria.

Art. 91. Nenhum director depositario ou funcionario responderá por qualquer outro director, depositario ou funcionario ou por co-participar em qualquer recibo ou outro acto de conformidade ou por qualquer prejuizo sobrevindo á companhia, salvo si elle sobrevier por acto seu voluntario ou por culpa propria.

Art. 92. As contas de qualquer depositario ou funcionario poderão ser liquidadas e approvadas ou reprovadas, quer inteira quer parcialmente, pela directoria.

Art. 93. Um funcionario da companhia que venha a fallir, ou publicamente concordar com os seus credores, perderá por isso a sua qualificação para agir como tal e deixará assim de o ser. Ficando porém, disposto, que até que seja feito nas actas dos directores um lançamento de sua desqualificação, os seus actos no seu cargo serão tão efficazes como si tivesse agido como funcionario qualificado.

Art. 94. O secretario consentirá entre 10 horas e meio-dia o exame do registro de membros e outros registros, como dispõe a lei; porém não consentirá sem a expressa sanção da directoria nenhum outro exame dos registros ou papeis.

XVIII. ACÇÕES

Art. 95. Toda a acção será bem pessoal e assim transmissivel, e, salvo quando resolvido em contrario por assembléa geral, será indivisivel. No caso de fallecimento de um dos possuidores collectivos de uma acção os sobreviventes terão direito á acção e a todos os respectivos dividendos.

Art. 96. A companhia não responderá por interesse algum de equidade, contingente, futuro ou parcial em acção alguma, nem o reconhecerá, nem qualquer outro direito a respeito de uma acção, excepto um direito absoluto a mesma na pessoa a todo tempo registrada como seu possuidor; e, excepto tambem nos referentes a qualquer parente, tutor, conselho, testamenteiro ou administrador ou representante de algum fallido, o seu direito, em virtude dos presentes, de tornar-se accionista a respeito de uma acção ou de transferil-a.

Art. 97. A companhia terá um direito de penhor e onus primordial, válido em lei e equidade, sobre todas as acções não integralmente pagas de qualquer accionista, por todas as quantias que elle deva á companhia, só ou conjuntamente com outra pessoa, quer vencidas, quer não; e sendo uma acção possuida por mais de uma pessoa, a companhia terá o mesmo direito de penhor e onus sobre ella por todas as importancias a ella devidas por todos ou por qualquer dos seus possuidores.

Art. 98. Este penhor pôde-se fazer effectivo por uma venda de todas ou de qualquer das ditas acções, comtanto que não se faça essa venda sem uma resolução da directoria e sem que tenha sido dado aviso por escripto ao membro devedor ou aos seus testamenteiros ou administradores, exigindo-lhes o paga-

mento do que for então devido à companhia, e que tenha havido falta por 21 dias da data do aviso, do pagamento que lhe foi reclamado.

Art. 99. No caso de venda a directoria terá o poder, por instrumento sellado, de transferir as acções desse membro ao comprador e applicar o producto desta venda, depois de paga qualquer despesa feita por causa dessa divida, e o restante, si houver, será pago aos accionistas que tenham direito a elle, aos seus testamenteiros, administradores ou representantes.

XIX. TRANSFERENCIAS DE ACÇÕES

Art. 100. As acções serão transferiveis sómente por instrumento escripto, assignado pelo transferente e pelo transferido, e devidamente inscripto no registro de transferencias.

O instrumento de transferencia deverá ser na fôrma ordinaria usual.

Art. 101. Pessoa nenhuma será registrada como possuidora de acção sem que na occasião de ser registrada tenha, por meio de accete da acção, assignado o *Memorandum* e os estatutos ou uma cópia impressa dos mesmos, ou tenha assignado um escripto accetando ou concordando aceitar a acção, e a cópia ou o escripto assim assignado tenha sido entregue no escriptorio.

Art. 102. Nenhum menor será registrado como possuidor de acção, nem mulher casada será registrada como accionista, sem que seja integralisada.

Art. 103. Um conselho, testamenteiro ou administrador de idiota, imaturo ou possuidor fallecido de uma acção, não será como tal accionista; mas dando satisfação do seu titulo à directoria, poderá ser registrado como possuidor da acção ou transferil-a. Um depositario do fallido ou de accionista, em liquidação, não será nessa qualidade accionista, porém, satisfazendo os directores o seu titulo elle poderá transferil-a.

Art. 104. A transferencia de uma acção, excepto acção integralisada, não se fará sem a approvação da directoria, que poderá dal-a ou negal-a à sua vontade, e sem dar a razão da recusa. Nenhuma transferencia da acção se fará sem que se pague à companhia um emolumento 2 hs. 6 d. ou outra quantia menor que a directoria marcar.

XIX. ACCIONISTAS

Art. 105. Pessoa alguma será registrada como transferida de uma acção sem que o instrumento de transferencia, devidamente passado, tenha sido deixado com o secretario, para ser guardado no archivo da companhia, acompanhado do certificado de acções a serem transferidas e que a transferencia tenha sido paga, porém, em qualquer caso que, á juizo da directoria, este artigo não deva ser applicado, ella pôde dispensar isto.

Art. 106. Todo o accionista indicará a todo tempo ao secretario uma residencia no Reino Unido para ser registrada como seu ponto de residencia, e esse ponto a todo tempo registrado, será considerado, para os fins das leis e dos presentes, como seu ponto de residencia.

E no caso de recusar ou deixar o accionista de indicar essa residencia, será pois o aviso no escriptorio da companhia, que será considerado como mandado ao accionista na data em que o mesmo aviso foi alli posto.

Art. 107. Todo o aviso feito a um accionista será sufficiente si for assignado por um director, ou pelo secretario (ou no caso de avisos circulares, si o nome do director ou do secretario for impresso ou lithographado no fim delle) e remettido pelo Correio á residencia registrada do accionista; e si o accionista for então fallecido, e quer ou não a companhia tenha aviso do fallecimento, essa remessa do aviso, para todos os fins dos presentes, será considerada remessa sufficiente para os seus herdeiros, testamenteiros ou administradores e cada um delles.

Art. 108. Esse aviso será considerado ter sido recebido pelo accionista, seus herdeiros, testamenteiros ou administradores, no dia em que for depositado.

Art. 109. Quando mais de uma pessoa se achar registrada como possuidora de uma acção, todo aviso e cheque, ou garante ou outro documento será salvo, si todos os possuidores por escripto que assignarem, exigirem de outra forma, remettido a pessoa cujo nome estiver em primeiro logar no registro dos mesmos livros e o aviso a essa pessoa será tido como feito a todos os possuidores collectivos da acção.

XXI. CERTIFICADOS

Os certificados de acções com o sello serão assignados por um director e rubricados pelo secretario ou gerente, ou por outros funcionarios nomeados pela directoria para esse fim.

Art. 111. Todo o accionista terá direito a um certificado de todas as suas acções, ou a diversos certificados, cada um por uma parte de suas acções; todo o certificado especificará o numero das acções.

Art. 112. Si se estragar, destruir-se ou perder-se qualquer certificado, este poderá ser renovado ou passada uma duplicata, sob prova que satisfaça a directoria, ou, na falta dessa prova, com a indemnisação que a directoria julgar adequado lhe ser dada, e nas actas da directoria se fará constar essa prova ou indemnisação.

Art. 113. Todo o accionista original terá direito, após distribuição, a um certificado gratis; porém em outro qualquer caso pagar-se-lhe-á a companhia, quando a directoria julgar conveniente, um shilling para cada certificado.

XXII. GARANTES DE ACÇÃO

Art. 114. A companhia poderá, em referencia a qualquer acção da companhia que seja ou possa ser considerada como integralmente paga, quer a distribuição quer depois, emittir sob o seu sello commum, a pedido da pessoa registrada ou com direito a ser registrada como possuidora dessa acção, um garante declarando que o portador desse garante tem direito a acção nelle especificada.

A directoria poderá determinar e a todo tempo variar as condições sob as quaes os garantos de acção devem ser emittidos, e em particular sob as quaes o portador de um garante de acção terá direito ao aviso de qualquer assemblea da companhia e a votar nella sob as quaes um novo garante de acção ou coupon será passado no logar de um estragado ou inutilizado, e sob as quaes um garante de acção pôde ser cedido e o nome do possuidor inscripto no registro a respeito das acções nelle especificadas.

O possuidor de um garante de acção será sujeito ás condições então em vigor, quer feitas antes, quer depois da emissão desse garante.

O sello sobre cada garante de acção e quaesquer outras despesas incidentaes á emissão, serão a cargo da pessoa que o pedir.

XXIII. CONVERSÃO DAS ACÇÕES EM CAPITAL

Art. 115. A directoria poderá a todo tempo com a sancção da companhia, previamente dada em assemblea geral, converter as acções integralmente pagas em capital.

Art. 116. Quando quaesquer acções forem convertidas em capital, os diversos possuidores desse capital poderão desde então, transferir os seus respectivos interesses nellas ou qualquer parte, não sendo menos de £ 1 em valor nominal desse interesse, e não comprehendendo uma parte fraccional de uma libra, da mesma maneira e sujeitos aos mesmos regulamentos aos quaes qualquer acção integralmente paga da companhia pôde ser transferida, ou tão approximadamente quanto as circumstancias o permittirem.

Art. 117. O fundo proveniente dessa conversão como acima dita conferirá aos seus respectivos possuidores os mesmos privilegios e vantagens em referencia á participação dos lucros e votação nas assembleas da companhia e para outros fins, como si tivessem sido conferidas por acções de igual importancia no capital da companhia, porém de fórma que nenhum desses privilegios ou vantagens, excepto a participação nos lucros da companhia, será conferido por qualquer parte aliquota de capital que, si existissem em acções, não teria conferido esses privilegios ou vantagens; e, salvo como acima dito, todas as disposições contidas nos presentes se applicarão, tanto quanto as circumstancias o permittirem, ao capital e ás acções.

Nenhuma conversão acima affectará ou prejudicará buaque preferencia ou outro privilegio especial.

XXIV. DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 118. A directoria poderá, com a sanção da companhia em assemblea geral, declarar a todo tempo um dividendo que será pago ou dividido entre os membros em proporção ao numero de suas acções e á importancia paga por ellas, a não ser por adelantamento de chamadas.

Art. 119. Nenhum dividendo, prestação de dividendo ou *bonus* será pago ou divisivel sinão tirado dos lucros procedentes dos negocios da companhia, ou si for de uma importancia maior do que a recommendada pela directoria. Esses lucros incluirão lucros de toda a especie provenientes de qualquer renda ou outras transacções com quaesquer terras, minas ou outros bens da companhia ou de qualquer contracto feito pela companhia.

Art. 120. A directoria, si julgar conveniente, poderá a todo tempo determinar e declarar uma prestação a pagar ou a dividir entre os membros por conta e antecipação do dividendo para o anno corrente.

Art. 121. A directoria poderá, antes de recommendar qualquer dividendo, separar dos lucros da companhia a quantia que ella julgar conveniente como fundo de reserva, o qual, á discreção da directoria será applicavel a contingencias, a liquidação gradual de qualquer divida ou compromisso da companhia, ou ao reparo ou conservação das obras que tenham relação com os negocios da companhia, ou, ccm a sanção de uma resolução extraordinaria da companhia, será, no todo ou em parte applicavel a igualar dividendos, ou a distribuição por meio de *bonus* entre os membros da companhia de então, nos termos e da maneira que a companhia por meio de resolução extraordinaria a todo tempo determinar, porém não será obrigatorio á directoria formar um fundo de reserva, ou de outra forma dispor, para qualquer prejuizo ou depreciação dos bens da companhia ou determinação de qualquer arrendamento ou outra posse terminavel.

Art. 122. O parecer da directoria quanto á importancia de lucros para dividendos a pagar ou a dividir entre as diversas classes de accionistas, será concludente.

Art. 123. Qualquer dividendo, prestação de dividendo, *bonus* ou juro por pagar pela companhia a um membro a respeito de uma acção, poderá ser pago remettendo-se pelo Correio um garante da importancia dirigido ao membro, ao seu endereço registrado. Esse garante será pago ao membro ou á sua ordem no escriptorio da companhia ou outro ponto marcado para o pagamento. Esse garante será rubricado antes de ser remettido e um garante rubricado deverá ser pago sómente por um banqueiro e os direitos e responsabilidades de quaesquer pessoas a respeito d'elle serão os mesmos que si elle fosse um cheque visado

sobre um banqueiro. A companhia será desobrigada da responsabilidade da importância expressa em qualquer garante por pagamento de conformidade com—qualquer ordem de pagamento ou endosso nella — pretendido ser feito pelo recebedor nella mencionado, e pessoa nenhuma terá direito ao pagamento de qualquer dividendo, prestação de dividendo, bonus ou juro sem que apresente o garante.

Art. 124. Todo bonus ou dividendo relativos a qualquer acção registrada, quer por conta ou por outra fôrma, pertencerá e será pago ao membro que estiver registrado no registro de membros da companhia, como possuidor dessa acção no dia da resolução que declarar o pagamento desse dividendo ou bonus.

Art. 125. A directoria poderá de-luzir de qualquer dividendo, prestação de dividendo, bonus ou juro pagavel a qualquer membro as importancias (si houver) que possam ser devidas e pagaveis por elle á companhia por conta de chamadas ou por outra causa.

Art. 126. Nenhum dividendo, prestação de dividendo, bonus ou juro vencerá juros contra a companhia.

XXV. CHAMADAS

Art. 127. As chamadas a respeito de acções que tenham de ser pagas serão feitas á discrição da directoria e uma chamada será considerada feita na data em que a resolução que a autorisar for tomada pela directoria. Salvo sendo disposto em qualquer prospecto estabelecido pela companhia, nenhuma chamada excederá £ 2 (duas libras) por acção, nem deverá ser paga em intervallo menor de dous mezes da ultima chamada precedente.

Art. 128. A directoria poderá, por qualquer resolução subsequente, indicar nova data e logar para pagamento de uma chamada aos accionistas que ainda não as tiver pago.

Art. 129. Quando for feita qualquer chamada (excepto hos casos que as acções são subscriptas ou emittidas com uma chamada pagavel p-r ella dentro de uma data fixada sem aviso, em cujos casos a chamada será pagavel na ou den-ro da data assim fixada) dar-se-ha ao accionista responsavel pelo respectivo pagamento aviso de 14 dias, pelo menos, antes da data e do logar originaes, ou por qualquer resolução subsequente, marcadas para o respectivo pagamento, quer na data, quer a qualquer tempo depois de feita a chamada.

Art. 130. No caso de falta de pagamento dentro de sete dias depois do dia marcado pelo aviso para ser paga a chamada relativa a qualquer accção, dar-se-ha ao accionista em falta um outro aviso immediatamente ou a qualquer tempo depois, reclamando pagamento immediato da falta de pagamento por sete dias depois desse segundo aviso, a companhia pôde accionar o accionista em falta pela importancia a pagar, com os respectivos juros. As chamadas em atraso vencerão juros á razão de

10 libras por cento ao anno a contar do dia marcado no primeiro aviso para o seu pagamento.

Art. 131. Os possuidores collectivos de uma acção serão tanto separadamente como collectivamente responsaveis pelo pagamento das respectivas chamadas.

Art. 132. Um accionista não votará ou gosará de qualquer privilegio como accionista emquanto dever qualquer chamada.

Art. 133. A directoria poderá a todo tempo, si julgar conveniente (à opção de todos os accionistas, sem distincção), receber de quaesquer accionistas que queiram adeantar todas ou quaesquer das importancias devidas pelas suas respectivas acções, além das quantias actualmente chamadas, e a quantia então paga adeantada por chamada, vencerão juros à taxa que a directoria e os accionistas convencionarem.

XXVI. COMMISSO DE ACÇÕES

Art. 134. Si qualquer chamada relativa a qualquer acção subscripta ou emitida para ser paga dentro de uma data fixada ainda não estiver paga dentro de sete dias depois da data fixada para o seu pagamento, ou em outro qualquer caso ficando por pagar uma chamada dentro de 14 depois de dado o segundo aviso mencionado no art. 130, a directoria poderá declarar a acção em commisso a beneficio da companhia.

Art. 135. O commisso de uma acção encerrará a extincção, na data do commisso, de quaesquer juros e reclamações, exigencias contra a companhia relativamente à acção e outros quaesquer direitos inherentes à acção, excepto sómente os direitos que pelos presentes são expressamente resalvados.

Art. 136. O commisso de uma acção ficará sujeito e sem prejuizo de quaesquer reclamações da companhia, a chamadas e atrasos si houver, e juros sobre os atrasos e quaesquer outras reclamações da companhia contra o possuidor da acção quando cabir em commisso, e ao direito da companhia de accionar a respeito della; porém, a companhia não accionará sem que na data e da maneira que a directoria achar razoavel venda primeiramente a acção em commisso e o producto seja inferior à importancia da reclamação, e então accionará sómente pelo restante.

Art. 137. O commisso de qualquer acção poderá ser, dentro de doze mezes depois de feito ou declarado, reemitido pela directoria à sua discreção, em pagamento de quaesquer importancias devidas pelo accionista em falta à companhia, e todas as despesas occasionadas pela falta de pagamento, e de uma multa que a directoria julgar razavel; porém a remissão não poderá ser reclamada como um direito.

Art. 138. O commisso de uma acção não prejudicará o direito a qualquer dividendo ou dividendo por conta, já declarado para ella.

Art. 139. As vendas e outras disposições de acções em commisso só poderão ser feitas pela directoria nas épocas e sob as condições que julgar convenientes.

Art. 140. Um certificado por escripto, sellado e assignado por um director e rubricado pelo secretario, de que uma acção soffreu devido commisso em virtude dos presentes, e declarando a data em que ella cahiu em commisso, será, em favor de qualquer pessoa que depois se apresente como possuidor da acção, prova concludente dos factos certificados, e se fará nas actas da directoria um lançamento da entrega desse certificado.

Art. 141. Acções em commisso em beneficio da companhia poderão, á discreção da directoria, ser cancelladas, vendidas, redistribuidas ou por ellas dispostas, como julgar de mais vantagem para a companhia; e até que sejam cancelladas, vendidas, redistribuidas ou dispostas, serão registradas no nome da companhia ou de pessoa ou pessoas a quem ella confiar; e até que essas acções sejam cancelladas, vendidas, redistribuidas ou de qualquer fórma dispostas, poderão ser negociadas como acções não emitidas e promptas para a emissão, e a importância pela qual a companhia tiver sido debitada relativamente a essas acções poderão ser recreditadas á companhia.

XXVII. DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

Art. 142. A dissolução da companhia poderá ser determinada para qualquer fim e quer o objecto seja a absoluta dissolução da companhia ou a sua reconstituição ou modificação ou a sua fusão com qualquer outra companhia ou outro qualquer fim, e por esta reconstituição, modificação ou fusão será licito á directoria ou aos liquidantes receber integral ou parcialmente acções integralisadas de outra qualquer companhia, então ou depois constituida (porém não de fórma a augmentar a responsabilidade de qualquer accionista por capital não pago sem o seu consentimento) para serem distribuidas entre os accionistas desta companhia em troca de todas ou de parte de suas acções nesta companhia; e os accionistas desta companhia serão obrigados a fazer essa troca e aceitar essa parte na outra companhia.

Art. 143. A dissolução da companhia terá logar logo que for determinada, como disposto nos presentes, e conforme os termos e condições determinadas a esse respeito.

Nomes, endereços e profissão dos subscriptores:

Thomas Standish Hillas Driscoll, 59 Old Broad Str., Londres, cavalheiro.

E. H. F. Bradley, 19 Linden Gardens, W., cavalheiro.

Char. Th. Farmer, 32 Myddleton Square, Londres, E. C., solidador.

Edward H. Hooper, 1 Bedford Gardens, W., cavalheiro.

C. Chabot, 167 East Dulwick Grove, S. E. cavalheiro.

Alfred J. Kent, 8 Cross Road, South Wimbledon, contador.

Robert J. Garwood, 35 Chestnut Avenue Walthamstow, empregado.

Datado de 6 de dezembro de 1897.—Testemunha das assignaturas supra, *John W. Percival*, empregado dos Srs. Birscham & Comp., 50 Old Broad Street Londres, E. C., solicitadores.

Eu abaixo assignado, Horacio Arthur Erith de Pinna, tabellião publico de notas desta cidade de Londres, por alvará régio, devidamente admittido, juramentado e em pleno exercicio.

Certifico que o que se contém no documento annexo é cópia fiel e verdadeira dos regulamentos ou acta da associação e estatutos da companhia estabelecida nesta praça sob a denominação de *The Leopoldina Reibrey Company, limited*, registradas na repartição publica das sociedades anonyms deste reino, cujo original me foi apresentado e ao qual me reporto.

Em testemunho do que dou a presente certidão que subscrevo e sello em publico e raso nesta cidade de Londres, aos 10 dias de dezembro de 1897.

Em testemunho da verdade.—*H. A. E. de Pinna*, tabellião publico. (Sello do tabellião.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Horacio Arthur Erith de Pinna, tabellião publico desta cidade; e para constar onde convier a pedido do mesmo passei a presente e liguei com o documento junto rubricado por mim e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 10 dias de dezembro de 1897.—*Luiz Augusto da Costa*, vice-consul. (Sello do Consulado.)

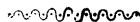
Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1897.—Pelo director geral, *A. J. de Paula Fonseca*, director interino da 3ª secção.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e oito estampilhas no valor de 9\$250. devidamente inutilizadas.)

Nada mais e continham os ditos estatutos que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 3 de janeiro de 1897.—*Affonso H. C. Garcia*, traductor publico.



DECRETO N. 2798 — DE 18 DE JANEIRO DE 1898

Approva os projectos e orçamentos para construção de dous barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sítio Novo, e o augmento das estações de Pombal, Sapé e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Central da Bahia, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construção de dous barracões em S. Felix e Tropeiros, em Sítio Novo, e o augmento das estações de Pombal, Sapé e Tambury, da Estrada de Ferro Central da Bahia, sendo a despeza orçada no total de 82:725\$761, dividida em tres partes iguaes e incluída em tres semestres consecutivos, depois de concluídas as obras de que se trata.

Capital Federal, 18 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2799 — DE 19 DE JANEIRO DE 1898

Reforma o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 1256, de 10 de janeiro de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo art. 7º, § 1º, letra f, da lei n. 490, de 16 de dezembro ultimo, decreta:

Fica reformado o regulamento da Escola Naval, mandado executar pelo decreto n. 1256, de 10 de janeiro de 1891, devendo de ora em diante ser observado o que a este acompanha.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

Regulamento da Escola Naval a que se refere o decreto n. 2799 de 19 de janeiro de 1898

TITULO I

CAPITULO I

DO ENSINO

Art. 1.º A Escola Naval tem por fim a instrucção e a educação militar, maritima, theorica e pratica, dos jovens que se destinam ao serviço da Armada Nacional.

Art. 2.º O ensino geral da Escola comprehende dois cursos: o de aspirantes e o de guardas-marinha:

Art. 3.º curso de aspirantes constará:

§ 1º — 1º ANNO

1ª cadeira — Algebra superior, geometria analytica, calculo infinitesimal — pelo lente cathedratico.

1ª cadeira — Repetições e applicações praticas — pelo substituto.

2ª cadeira — Physica experimental, meteorologia — pelo lente cathedratico.

2ª cadeira — Repetições e applicações — pelo substituto.

3ª cadeira — Geometria descriptiva, topographia — pelo lente cathedratico.

1ª aula — Apparelho dos navios, arte do marinheiro — pelo instructor.

2ª aula — Levantamentos topographicos, nivelamento — pelo instructor.

Ensino graphico — Desenho geometrico e topographico — pelo professor.

§ 2º — 2º ANNO

1ª cadeira — Mecanica geral — pelo lente cathedratico.

1ª cadeira — Repetições e applicações — pelo substituto.

2ª cadeira — Electricidade e suas applicações — pelo lente cathedratico.

2ª cadeira — Repetições e applicações á marinha de guerra — pelo substituto.

3ª cadeira — Astronomia e Observatorio, precedida de trigonometria espherica — pelo lente cathedratico.

3ª cadeira — Repetições e applicações — pelo substituto.

Aula pratica — Navegação estimada e observações — pelo instructor.

§ 3º — 3º ANNO

1ª cadeira — Navegação — pelo lente cathedratico.

1ª cadeira — Repetições e applicações — pelo substituto.

2ª cadeira — Manobra theorica e pratica; evoluções navaes — Technologia de construcções navaes — pelo lente cathedratico.

3ª cadeira — Chimica e pyrotechnia — pelo lente cathedratico.

3ª cadeira — Repetições praticas e explosivos — pelo lente substituto.

4ª cadeira — Theoria geral e construcção de machinas — pelo lente.

1ª aula — Machinas a vapor, seu funcionamento — pelo instructor.

Ensino graphico — Desenho de machinas — pelo professor.

2ª aula — Manobra em navios de vela — pelo instructor da 1ª aula do 1º anno.

Art. 4.º O curso de guardas-marinha constará:

§ 1º — 4º ANNO

1ª cadeira — Geodesia e hydrographia. cartas — pelo lente cathedratico.

1ª cadeira — Repetições praticas — pelo substituto.

2ª cadeira — Balistica, artilharia naval — pelo lente.

2ª cadeira — Repetições praticas — chronographos — pelo substituto.

3ª cadeira — Historia naval e tactica — Operações combinadas de terra e mar — pelo lente cathedratico.

4ª cadeira — Direito publico e internacional, especialmente maritimo, pelo lente cathedratico.

4ª cadeira — Repetições — pelo lente substituto (uma vez por semana).

1ª aula — Levantamentos hydrographicos e respectivo desenho, pelo instructor da 2ª aula do 1º anno.

2ª aula — Linhas de tiro e exercicio de artilharia — pelo instructor.

§ 2º — 5º ANNO

1ª aula — Pratica de navegação e manobra.

2ª aula — Pratica de artilharia e torpedos.

3ª aula — Pratica de machinas a vapor e applicações da electricidade.

Art. 5.º Além das aulas referidas, os alumnos do curso escolar continuarão sempre obrigados á frequencia das aulas e exercicios de natção e gymnastica, pela manhã, e de infantaria,

artilharia e torpedos, esgrima de florete e espada, á tarde, de accordo com os respectivos horarios.

Art. 6.º Os programmas das respectivas cadeiras serão organisados pelo conselho de instrucção superior, logo depois de promulgado o presente regulamento, tendo em vista o maximo desenvolvimento pratico a dar ao ensino.

Art. 7.º As diversas cadeiras que constituem o curso escolar são, por secções, divididas da seguinte maneira :

1ª SECÇÃO — TECHNICA

- 1ª cadeira do 3º anno ;
- 2ª cadeira do 3º anno ;
- 4ª cadeira do 3º anno ;
- 2ª cadeira do 4º anno ;
- 3ª cadeira do 4º anno.

2ª SECÇÃO — MATHEMATICAS

- 1ª cadeira do 1º anno ;
- 3ª cadeira do 1º anno ;
- 1ª cadeira do 2º anno ;
- 3ª cadeira do 2º anno ;
- 1ª cadeira do 4º anno.

3ª SECÇÃO — SCIENCIAS PHYSICAS

- 2ª cadeira do 1º anno ;
- 2ª cadeira do 2º anno ;
- 3ª cadeira do 3º anno.

4ª SECÇÃO — ENSINO JURIDICO

- 4ª cadeira do 4º anno.

5ª SECÇÃO — ACCESSORIA

- Desenho ;
 - Esgrima de florete e espada ;
 - Gymnastica e natação.
- Paragrapho unico. As cadeiras da 3ª secção e a 2ª cadeira do 4º anno terão gabinete ou laboratorio.

CAPITULO II

DAS MATRICULAS

Art. 8.º Ninguem será admittido á matricula na escola, sem provar :

- 1.º Que é cidadão brasileiro ;
- 2.º Que foi vaccinado ;

3.º Que é menor de 18 annos;

4.º Que não tem defeito physico;

5.º Que está approvado na Escola Naval nas seguintes materias:—portuguez, francez, inglez, arithmetica completa, algebra elementar, geometria elementar, trigonometria rectilinea, geographia e cosmographia, historia universal, especialmente a do Brazil.

Art. 9.º São condições de preferencia á matricula:

1.ª Os exames de madureza nos limites da idade, os do Collegio Militar e apresentação de documentos de approvações em materias além das exigidas;

2.ª Os filhos do officiaes da Armada, do Exereito e de funcionarios publicos.

Art. 10. O director da escola, no caso de necessidade, requisitará do chefe do Estado-Maior General da Armada os medicos precisos para o exame de que trata o art. 187 § 12.

Art. 11. A inscripção para os exames de que trata o art. 8º § 5º sera aberta um mez antes e encerrada na vespera do dia fixado para começarem os mesmos exames, e será feita em livro destinado a este fim pelo director.

Art. 12. O candidato não poderá ser chamado para qualquer exame, sem ter tido approvação em portuguez.

Art. 13. Os paes, tutores ou correspondentes poderão requerer ao Ministro da Marinha, em época propria, a matricula no 1º anno do curso escolar, para os candidatos approvados em todos os exames, sendo estes submettidos á inspecção de saude.

Art. 14. Os requerimentos para a matricula serão enviados pelos interessados ao director da escola, até o dia 15 de fevereiro.

Art. 15. Depois de encerrado o prazo de que trata o art. 14, o director enviará, com as informações necessarias, á Secretaria de Estado, um mappa dos candidatos, classificando-os em ordem de merecimento.

Art. 16. Nenhum candidato será admittido á matricula em anno superior, si não for alumno do curso, sem ter sido submettido e approvado nos exames vagos das materias dos annos anteriores, além de ter approvações de preparatorios, na Escola Naval.

Art. 17. O candidato matriculado receberá na secretaria da escola a sua nomeação e praça, pagando em estampilhas, que serão inutilizadas no documento, a quantia de vinte mil réis.

CAPITULO III

DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO PREPARATORIA

Art. 18. Pelo presente regulamento é creado o conselho de instrução preparatoria da Escola Naval, o qual será constituido

pelo pessoal docente em disponibilidade com os membros do magisterio que forem para este fim aproveitados.

Art. 19. Os membros do conselho de instrução preparatoria servirão nas mesas de exames para a matricula, e em geral, nos concursos para os candidatos ás repartições da marinha.

Art. 20. Os membros do conselho de instrução preparatoria reunir-se-hão sempre que forem convocados pelo director da escola e regularmente duas vezes por anno, em junho e dezembro, para os exames de matricula na escola.

Art. 21. Os concursos para os logares nas repartições serão feitos conforme o disposto nos respectivos regulamentos.

Art. 22. As reuniões do conselho de instrução preparatoria serão presididas pelo vice-director do estabelecimento, o qual deverá communicar ao director as resoluções e propostas relativas ao programma dos exames, turmas de alumnos e organização de pontos para a prova escripta oral.

Art. 23. O conselho de instrução preparatoria terá em consideração a conveniencia de examinar os candidatos em conversação nas linguas exigidas, além dos conhecimentos sobre grammatica e traducção.

Art. 24. Servirá tambem neste conselho como secretario o secretario da escola.

Art. 25. Os exames de preparatorios serão exclusivamente destinados á matricula na Escola Naval e serão válidos para os effeitos de concurso ou admissão nas repartições de marinha.

Art. 26. No impedimento de algum dos membros das comissões examinadoras referidas, será designado pelo director um dos docentes do curso escolar para fazer parte da mesa e neste caso perceberá a gratificação que ao substituido compete, durante seu impedimento.

Art. 27. Si, porém, não for a ausencia de algum dos examinadores justificada, perderá elle, durante a mesma, o direito a todos os vencimentos, que serão abonados a quem o substitua.

Art. 28. A qualquer dos membros do conselho de instrução preparatoria que deixar de comparecer a tres convocações seguidas, serão descontados os vencimentos a partir de então, e excepto nas faltas justificadas, continuará elle sem direito aos vencimentos, até novamente comparecer aos trabalhos de exames.

Art. 29. São faltas justificadas para os effeitos do artigo anterior a invalidez provada e as licenças na fôrma da lei.

Art. 30. Si no caso de vaga declarada, de um dos logares do conselho de instrução preparatoria, o director não puder preencher-a no tempo dos trabalhos, por algum dos membros do corpo docente escolar, convidará um professor extranho ao estabelecimento, o qual neste caso perceberá as vantagens do substituido durante os mesmos trabalhos.

Art. 31. No caso do art. 30 o director communicará a sua resolução á Secretaria de Estado.

Art. 32. Para uniformidade das honras e vantagens dos diversos membros do conselho de instrução preparatoria, serão estes equiparados aos lentes substitutos do curso escolar, respeitando-se os direitos já adquiridos.

Art. 33. A medida que forem se verificando as vagas neste conselho, o director designara, dentre os membros do corpo docente escolar, os que deverão preenchê-las em cada época de exames e somente durante os trabalhos respectivos acumularão as vantagens dos dois cursos.

CAPITULO IV

REGIMEN DOS CURSOS

Art. 34. O anno lectivo começa no primeiro dia útil depois de 14 de março e termina a 31 de outubro.

Art. 35. O Governo poderá adiar a abertura das aulas e prorogar o encerramento dellas, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 36. Somente são feriados na Escola Naval, além dos domingos, os dias de festa ou luto nacional, ou outros decretados pelo Governo.

Art. 37. O director convocará a congregação nos primeiros dias uteis do mez de março afim de serem organizados os horarios das aulas e exercicios.

Art. 38. Nestes horarios serão observadas as seguintes disposições :

1.^a O ensino diario será dividido em duas partes : a primeira, antes do jantar, começará ás 9 e 30 minutos da manhã e terminará ás 2 e 15 minutos da tarde ; a segunda, depois do jantar, das 3 1/2 ás 5 horas ou ao pôr do sol, si necessario ;

2.^a A primeira parte será dividida em quatro tempos, havendo entre elles um intervallo de 15 minutos para descanso ; a segunda parte constará de um só tempo ;

3.^a O levantamento de plantas, observações astronomicas, exercicios e o ensino no mar poderão ser feitos á tarde ; todos os demais ensinos terão lugar nos quatro tempos da manhã.

Os exercicios de artilharia e torpedos, exercicios militares e bordados, serão communs aos quatro annos, quando possivel ;

4.^a Os ensinos de natação e gymnastica serão feitos de accordo com o regimento interno.

Art. 39. Em cada aula da manhã a lição durará uma hora, e será de igual duração o tempo de trabalho nos gabinetes de estudo e nas aulas de desenho.

Art. 40. Os aspirantes e guardas-marinha alumnos visitarão, sempre qua for possivel, acompanhados dos respectivos docentes, as officinas e laboratorios do Arsenal de Marinha, os navios da Armada e as fortalezas.

Art. 41. Além do navio de vela para exercicios de apparelho e manobra, a escola terá á disposição do ensino um navio-escola armado em guerra e um navio-quartel para os guardas-marinha.

Paragrapho unico. O navio de vela e o navio-quartel ficam sempre sujeitos ao director do estabelecimento.

Art. 42. Ao ajudante do corpo de alumnos cumpre verificar em parada, antes das aulas, a ausencia dos mesmos alumnos ás aulas respectivas, do que dará diariamente uma informação ao vice-director.

Art. 43. Ao alumno que comparecer á escola, por qualquer motivo, depois do meio-dia, além da pena disciplinar em que incorre, será marcada a falta como ausencia em todo o dia.

Ao que se apresentar antes do meio-dia no estabelecimento, não será marcada a falta, si justificavel.

Art. 44. São faltas justificaveis, para o alumno, as occasionadas por molestia, morte de parente proximo, ou impossibilidade da travessia até á escola na occasião em que se deve apresentar.

Art. 45. A justificação será feita ao director nas 24 horas decorridas, por communicação escripta do pae, tutor ou correspondente do alumno; e no caso de molestia, o director fará o medico do estabelecimento verificar a parte dada.

Art. 46. Perderá a praza de aspirante, repetindo o anno como paisano:

1.º O alumno que commetter 20 faltas, não justificadas;

2.º O alumno que houver commettido 40 faltas justificadas.

Art. 47. O alumno paisano nos casos do art. 46, perde todo o direito á matricula e não poderá prestar exame.

Art. 48. O guarda-marinha alumno, nas condições do art. 46, terá de prestar exame na época mais proxima á sua apresentação, e tanto na prova escripta como na oral terá o ponto tirado á sorte, no momento de começarem as referidas provas.

CAPITULO V

DOS EXAMES

Art. 49. Encerradas as aulas em cada curso, o secretario da escola publicará no estabelecimento um mappa authenticado com a sua assignatura e contendo os nomes dos alumnos inhabilitados para os exames.

Art. 50. Tres dias antes do encerramento das aulas, em cada curso, os membros do corpo docente enviarão ao director da escola o programma dos pontos para os exames das materias que leccionaram, si não forem as comprehendidas nas disposições do art. 53 deste regulamento.

Art. 51. Reunida a congregação no dia designado pelo director, que não excedera de 5 de novembro, e apresentados os programmas parciais, de que trata o artigo anterior, a congregação nomeará as comissões examinadoras, marcará as firmas e a ordem a seguir nos exames.

Art. 52. Dous dias depois do da sessão a que se refere o art. 51 será apresentado em detalhe o programma definitivo dos exames, que começarão no primeiro dia útil depois do dia 6 de novembro; taes programmas serão afixados no estabelecimento para conhecimento dos alumnos.

Art. 53. As deliberações do conselho, relativas ás materias dos dous artigos anteriores, serão tomadas de harmonia com as seguintes disposições:

Em todas as aulas a cargo de professores, instructores e mestres as approvações serão conferidas, sem dependencia de exames, pela média das notas numericas mensaes de aproveitamento durante o anno; si a média for zero ou fracção considerar-se-ha o alumno reprovado, em cujo caso ser-lhe-ha permitido prestar exame, na segunda época, perante uma comissão nomeada pela congregação; não podendo matricular-se no anno seguinte devendo repetir o anno, si ainda reprovado.

Art. 54. Entende-se por segunda época de exames a que tem lugar de 1 a 14 de março, interrompendo as férias do corpo docente escolar, que começam ao terminarem os exames de fim de anno.

Art. 55. As férias do corpo docente serão interrompidas sempre que haja serviços extraordinarios e reuniões urgentes da congregação.

Art. 56. As notas numericas mensaes de aproveitamento, assim como os graus correspondentes as approvações em todos os cursos, serão representados por um dos seguintes algarismos:

- 1ª) De 0 a 10 para as notas mensaes de aproveitamento;
- 2ª) De 1 a 10 para os graus de approvação, correspondendo: de 1 a 5, approvação simples; de 6 a 9, plena e 10, distincção;
- 3ª) As viagens de instrução serão computadas em 10 grãos para cada viagem;
- 4ª) No ensino commun a que se refere o art. 5ª, as approvações serão conferidas no 3º anno;
- 5ª) Os exames de apparelho d's navios e arte do marinheiro serão somente oraes, os demais exames exigem prova escripta e prova oral;
- 6ª) Cada comissão examinadora será sempre composta de tres membros, entrando em sua composição, sempre que for possível, o docente que reger a materia, seu substituto e instructor;
- 7ª) Os pontos não poderão conter materia que não tenha sido desenvolvida durante o anno, ainda que faça parte do programma do ensino;
- 8ª) O ponto escripto e o ponto oral serão dados por sorte, com duas horas de antecedencia, na presença do secretario e de um lante para este fim designado;

9º) O tempo concedido para o exame escripto não excederá de tres horas para cada auno do curso e o da prova oral não excederá de uma hora, competindo vinte minutos a cada arguente, no maximo;

10º) Findos os exames proceder-se-ha a julgamento por escrutinio secreto na presença do secretario e a portas fechadas — maior numero de espheras brancas approva, maior numero de espheras pretas reprova;

11º) A relatividade entre os diversos examinandos, attentas as médias de anno, estabelece o grão de approvação;

12º) Os resultados de exames serão no mesmo dia lançados em livro proprio na secretaria da escola, assignados pela commissão examinadora, que não poderá adiar a sua assignatura, declarar-se vencido qualquer dos examinadores, nem lavrar protesto ou redigir voto em separado;

13º) As habilitações ou inhabilitações conferidas pela média das notas de aproveitamento durante o anno, serão tambem exaradas no livro respectivo, por termo especial assignado pelo secretario e pelo docente que conferio as referidas notas;

14º) Nas aulas a cargo de mestres, os grãos de aproveitamento serão representados do seguinte modo: de 1 a 3 simplesmente, 4 plenamente e 5 distincção.

Art. 57. Si nas deliberações tomadas pela congregação em relação aos exames, occorrer a adopção de uma ou mais medidas contrarias ás expressas nas disposições do artigo anterior, o director as levará ao conhecimento do Governo antes de pô-las em execução.

Art. 58. O alumno reprovado em uma ou mais cadeiras de qualquer anno do curso de aspirantes perderá a matricula, tendo baixa da praça. No mesmo caso são incluídos os reprovados em mais de uma aula.

§ 1.º O aspirante nos casos previstos por este artigo poderá, como paisano, repetir o exame na segunda época e sendo aprovado recuperar a matricula e praça; reprovado, porém, só poderá repetir o anno como paisano, ouvido o director.

§ 2.º O aspirante que por qualquer motivo não tenha prestado exame na 1ª época, sendo na 2ª época reprovado, poderá repetir o anno como paisano, ouvido o director, sobre o seu requerimento ao Ministro da Marinha.

§ 3.º Os alumnos que cursarem como paisanos, ficam, em todos os sentidos, sujeitos á disciplina do estabelecimento.

§ 4.º O guarda-marinha alumno só incorrerá na pena de truncamento de matricula quando reprovado em tres cadeiras do 1º anno ou tres vezes successivas na mesma materia.

§ 5.º No 5º anno escolar o resultado do aproveitamento dos alumnos será remettido á escola pelo commandante, com o mappa dos grãos em cada aula e trabalhos dos mesmos alumnos.

CAPITULO VI

DAS CLASSIFICAÇÕES

Art. 59. A classificação será feita de anno para anno por grãos, sommaes es da média final e es da respectiva approvação.

Art. 60. O alumno que tiver feito a viagem de instrucção no anno respectivo terá direito a dez grãos a addicionar para sua classificação.

Art. 61. Em cada anno influirão na classificação o total obtido pelo alumno nos annos anteriores, e mais es grãos de comportamento, da seguinte fórma:

Conducta exemplar	10 grãos
» boa	6 grãos
» regular	4 grãos
» má	0

§ 1.º Em casos de igualdade de somma de grãos prevalecerá a antiguidade.

§ 2.º A nota de comportamento será dada pelo director da escola.

§ 3.º Os coefficients que até a presente data tem regulado as classificações não terão effeitos futuros.

Art. 62. Até o quinto dia útil, depois de terminados os exames, a congregação convocada pelo director procederá a classificação dos alumnos, por ordem de merecimento, para a promoção a guardas-marinha alumnos ou para continuação dos mesmos guardas-marinha, remettendo o director a proposta ao Ministro da Marinha.

Art. 63. A classificação dos aspirantes será feita depois da 2ª época de exame pelo secretario e vice-director, sendo submettida á approvação do director.

CAPITULO VII

DO CORPO DE ASPIRANTES E GUARDAS-MARINHA

Art. 64. Todos os alumnos matriculados ficam sujeitos á disciplina militar e vencerão o soldo estabelecido.

Art. 65. A divisão do corpo de alumnos será feita conforme o estabelecido no regimento interno.

Art. 66. Os aspirantes approvados em todas as materias do 3º anno si tiverem, pelo menos, uma viagem de instrucção, passarão a guardas-marinha alumnos.

Art. 67. Os guardes marinha alumnos approvados no 4º anno do curso escolar serão confirmados em guardas-marinha e matriculados no 5º anno escolar.

Art. 68. Os guardas-marinha confirmados deverão embarcar e seguir viagem no navio-escola ou no que for para esse fim designado pelo Governo.

Paraphrasso unico. No caso de aguardarem o embarque para viagem de instrucção e depois da mesma viagem, ficarão os guardas-marinha confirmados á disposição do chefe do estado-maior general da Armada.

Art. 69. O numero de aspirantes será annualmente fixado pelo Governo.

Art. 70. Será contado para todos os effeitos o tempo de serviço como aspirante e guarda-marinha, com aproveitamento.

Art. 71. Não será contado como de serviço o tempo em que o alumno estudar como paisano, sem aproveitamento.

Art. 72. O aspirante quando embarcado perceberá soldo e ração e sómente em viagem terá direito á gratificação.

Art. 73. O commandante do corpo de aspirantes é o vice-director da escola, sendo substituido pelo commandante do navio-escola ou quartel no que se refere aos guardas-marinha.

CAPITULO VIII

DAS VIAGENS DE INSTRUÇÃO

Art. 74. Terminados os exames em cada anno, os aspirantes e os guardas-marinha alumnos approvados deverão embarcar a fim de seguirem em viagem com o itinerario pelos portos do Brazil.

Art. 75. Durante a viagem de instrucção os aspirantes, por seus cursos, terão aulas praticas de navegação, manobra e machinas, artilharia, exercicios de escaleres, manejo de armas, esgrima de espada e tiro ao alvo, sob a direcção dos respectivos instructores, cujo serviço será regulado por instrucções do director ao commandante do navio.

Art. 76. Os aspirantes e os guardas-marinha alumnos servirão de auxiliares nos quartos e divisões de serviço a bordo, sendo o detalhe feito de accordo com as instrucções, que receberá o commandante do navio-escola.

Art. 77. Ao regressar o navio-escola, o commandante levará ao conhecimento do director do estabelecimento as faltas commettidas pelos alumnos, emittindo sua opinião sobre as aptidões respectivas.

Art. 78. Os guardas-marinha confirmados farão a viagem de instrucção de longo curso, que durará um periodo de seis mezes, e, sempre que for possivel, no proprio navio-escola.

Art. 79. Os instructores para o curso do 5º anno serão nomeados pelo chefe do estado-maior general, por proposta do director.

Art. 80. O itinerario da viagem a que se refere o art. 78 será marcado pelo Governo.

Art. 81. Ao regressarem, terminando os guardas-marinha confirmados o prazo de um anno e feita a classificação, serão promovidos a 2.^a tenentes.

Art. 82. O detalhe, horarios e mais assumptos que se prendam aos guardas-marinha em viagem do 5.^o anno escolar, serão resolvidos pelo commandante, de accordo com as instrucções que receber do director da escola.

Art. 83. O director da escola remetterá ao quartel-general as instrucções que tem de ser observadas a bordo pelos alumnos e instructores respectivos.

CAPITULO IX

DO CORPO DOCENTE ESCOLAR

Art. 84. As nomeações para os logares de lente, substituto e professor são feitas por decreto, na forma do capitulo XIII.

Art. 85. Para os logares vagos só poderão concorrer officiaes da Armada, ou quem tenha o curso da escola, com approvações plenas nas cadeiras da secção respectiva, exceptuados os professores e mestres.

Art. 86. As nomeações para os logares de preparadores, instructores e de mestres serão feitas por portarias sob proposta do director.

Art. 87. Os instructores officiaes da Armada accumularão as funcções de officiaes da escola, tendo direito à gratificação estabelecida por lei.

Art. 88. Os lentes, substitutos, professores e mestres, bem como os que fazem parte do conselho de instrucção preparatoria, são vitalicios; o Governo, porém, poderá demittir-os por faltas graves provadas em conselho e ouvido o accusado, e só poderão ser demittidos em caso diverso, a pedido seu ou por um dos motivos seguintes:

1.^o, si no prazo de quarenta lições consecutivas deixarem de comparecer á escola, sem causa justificada;

2.^o, si forem condemnados por crime inafiançavel.

Art. 89. Os instructores poderão ser demittidos por proposta do director, quando não cumprirem com seus deveres.

Art. 90. Os membros do corpo docente que no prazo de dous mezes não tomarem posse e entrarem em exercicio perderão o direito ao logar.

Art. 91. Os vencimentos do pessoal docente são regulados pela tabella annexa ao presente regulamento.

Art. 92. Os vencimentos são independentes do soldo e etapas da patente a que tem direito os membros do magisterio que pertencerem ao corpo da Armada.

Art. 93. Os acrescimos e gratificações a que tenham direito os membros do corpo docente continuam regulados pelo Codigo de Ensino Superior.

Art. 94. O director da escola poderá a seu juizo dispensar do ponto por duas vezes, em cada mez, a qualquer dos membros do magisterio da escola.

Art. 95. Nas reuniões da congregação serão permittidas duas faltas no anno e na 3ª vez o director communicará o facto à Secretaria de Estado, declarando os motivos a que attribue o procedimento do docente.

Art. 96. No impedimento de um lente cathedratico, ao seu substituto compete occupar o logar, desde que a ausencia exceda de tres lições e, na falta deste, a outro substituto da secção designado pelo director.

Art. 97. Nas cadeiras em que não haja substituto será a falta preenchida por um cathedratico da secção, e no caso de impossibilidade deste, será designado um dos substitutos da mesma secção.

Art. 98. Quando o impedimento for de um substituto, o lente da cadeira assumirá conjuntamente o cargo, e na impossibilidade deste será pelo director designado um outro docente do curso escolar.

Art. 99. Nos casos dos artigos anteriores ficam em vigor os artigos do Código de Ensino Superior, quanto às vantagens que competem aos que preenchem as vagas no corpo docente, occasionadas por impedimento temporario.

Art. 100. O Código de Ensino Superior fica extensivo à escola nos casos omissos neste regulamento, respeitadas as disposições do decreto n. 230 de 7 de dezembro de 1894.

Art. 101. O lente de historia naval do 4º anno em seu impedimento será substituido por um dos instructores, designado pelo director.

Art. 102. O lente de direito internacional em seu impedimento temporario será substituido por um dos instructores no caso de impedimento conhecido e officialmente communicado ao respectivo substituto da cadeira.

Art. 103. Os lentes, substitutos e professores que pertencem ao quadro activo da Armada serão transferidos para o quadro extraordinario, conservando a patente, e sendo promovidos sómente por antiguidade.

Art. 104. A estes competem o soldo e as etapas respectivas.

Art. 105. Haverá um livro de ponto em que se lançarão as faltas de comparecimento dos membros do magisterio às aulas ou qualquer outro acto do serviço da escola. O docente que apresentar-se quinze minutos depois da hora, incorrerá em falta como si não tivesse comparecido.

Art. 106. Os professores de desenho substituir-se-hão mutuamente.

Art. 107. A nenhum membro do magisterio é permittido leccionar em mais de dous estabelecimentos de instrucção, sendo cathedratico e em mais de tres sendo substituto.

Art. 108. A nenhum membro do conselho preparatorio é permittido dirigir estabelecimentos de ensino ou cursos em que se leccionem materias dos capitulos I e II.

Art. 109. Os membros do corpo docente gosarão de todas as vantagens que gosem ou venham a gosar os seus congêneres das outras escolas superiores, ficando applicavel o capítulo XIV, art. 243, do Código de Ensino Superior da Republica.

Art. 110. Quanto ás licenças a que tenham direito os membros do magisterio escolar, ficam applicaveis, para completa solução, as disposições do art. 274, capítulo XVI, do Código de Ensino Superior da Republica.

Art. 111. O Governo em caso de urgencia nomeará interinamente os membros do magisterio, tendo preferencia os candidatos que forem officiaes da Armada.

CAPITULO X

DAS HONRAS E PRECEDENCIAS

Art. 112. Os civis que forem lentes terão a graduação de capitão de fragata ; os substitutos e os professores a de capitão-tenente e os mestres a de 1º tenente.

Art. 113. Os que forem militares e tiverem graduação inferior ás do artigo anterior também usarão dos mesmos distinctivos concedidos aos civis e uns e outros terão em seus uniformes os característicos que forem marcados no plano de uniformes.

Art. 114. Em todos os actos escolares os lentes tem precedencia aos substitutos e estes aos professores e mais membros da congregação.

Art. 115. A precedencia será contada da data da posse. Sendo esta do mesmo dia da data da nomeação, observar-se-ha o seguinte:

1) Entre dous militares precede a graduação e, na igualdade desta, a antiguidade da patente ou de praça, si as patentes forem da mesma data ;

2) Entre um militar e um paisano precede o primeiro ;

3) Quando todas as circumstancias forem iguaes, precederá o que tiver idade maior, e sendo ainda iguaes, decidirá a sorte.

Art. 116. O vice-director da escola nas reuniões da congregação exerce um cargo honorifico, qualquer que seja a sua patente de official da Armada e é por isso o vice-presidente das reuniões da congregação.

CAPITULO XI

DOS DEVERES DO CORPO DOCENTE ESCOLAR

Art. 117. Os lentes e professores sómente serão obrigados á regencia de suas cadeiras e aulas, e lhes cumpre:

1) Comparecer ás aulas e dar lições nos dias e horas marcados no horario ;

2) Exercer a fiscalização immediata das aulas e do procedimento que dentro dellas tiverem os alumnos, impondo a estes as penas marcadas nos casos previstos no capitulo XXVII ;

3) Interrogar ou chamar a lição os alumnos, quando julgarem conveniente, afim de ajuizarem do seu aproveitamento ;

4) Marcar as sabbatinas e recordações oraes, fornecendo á secretaria da escola as informações precisas mensalmente sobre o aproveitamento dos alumnos, a partir de 1 de junho ;

5) Proporcionar aos seus auxiliares no ensino as instrucções sobre os pontos a desenvolver ou experiencias a executar, exercicios e applicações ;

6) Requisitar do director todos os objectos necessarios ao ensino ;

7) Comparecer ás reuniões da congregação quando for ordenado pelo director e satisfazer as incumbencias que lhes são proprias ;

8) Comparecer aos exames e servir onde lhes competir, de accordo com as exigencias da congregação ;

9) Conferir as approvações e julgar das habilitações, sempre que isso for exigido ;

10) Substituir, em caso de impedimento, quando lhes for determinado ;

11) Apresentar de tres em tres annos, por escripto á congregação, o desenvolvimento dado ao ensino da cadeira respectiva, podendo ser impresso para uso da escola nos casos previstos pelos arts. 215 e 216.

Art. 118. Aos preparadores cabe toda a responsabilidade dos instrumentos eapparelhos dos respectivos gabinetes, e como exercem cargo de confiança não são vitalicios.

Art. 119. E' dever dos substitutos :

1) Repetir por meio de applicações praticas as lições do cathedratico ;

2) Substituir em sua secção o docente que se ausentar, nos casos previstos no art. 96 ;

3) Observar restrictamente as instrucções dadas pelos cathedraticos e ponderar quando não puderem satisfazelas ;

4) Satisfazer as demais prescripções que lhes ficam extensivas nos ns. 1, 2, 3, 4, 10, do art. 96.

Art. 120. Os instructores, no desempenho de suas obrigações, observarão os programmas approvados, as instrucções do lente e as ordens do director durante os trabalhos, fiscalizando o procedimento dos alumnos e informando sobre os mesmos na fôrma do art. 117.

Art. 121. O instructor de machinas é responsavel por todas as machinas a vapor e electricas pertencentes á escola.

Art. 122. Aos mestres incumbem obrigações analogas ás dos instructores, impondo as penas do art. 201 e informando mensalmente sobre os mesmos alumnos.

Art. 123. Os preparadores substituir-se-hão mutuamente nas respectivas faltas e impedimentos.

Art. 124. O uniforme militar é obrigatorio em todos os actos escolares.

CAPITULO XII

DA CONGREGAÇÃO

Art. 125. A congregação é constituída pelo conselho de instrução superior, formado dos lentes e substitutos do curso escolar, sob a presidencia do director da escola.

Paragrapho unico. O vice-director servirá de vice-presidente e o secretario da escola servirá de secretario, nas reuniões da congregação.

Art. 126. Os professores farão parte adventiciamente das reuniões da congregação quando o director julgar conveniente por se tratar de assumpto que a elles esteja ligado.

Paragrapho unico. Quando se tratar do provimento dos logares do magisterio, o conselho de instrução será composto sómente de lentes cathedrauticos e substitutos que sirvam como cathedrauticos e denominar-se-ha — Conselho de concurso.

Art. 127. São attribuições da congregação:

1ª, organizar os programmas das cadeiras e aulas, distribuição pratica das materias, horario das aulas e classificação dos alumnos dos 4º e 5º annos;

2ª, propor ao Ministro da Marinha as alterações a fazer nos programmas das cadeiras;

3ª, julgar dos trabalhos apresentados no fim das viagens de instrução pelos guardas-marinha, attendendo as informações dos instructores respectivos;

4ª, designar as commissões examinadoras e as turnas de alumnos;

5ª, nomear commissões para os exames de trabalhos e obras relativas ao ensino ou de applicação na marinha de guerra;

6ª, discutir e resolver sobre os pareceres apresentados a respeito dos mesmos trabalhos e obras de que trata o presente artigo;

7ª, designar os compendios a adoptar pelos alumnos nas diversas materias e propor ao Governo a impressão dos que forem acceitos, quando apresentados por lente da escola ou officiaes do corpo da Armada;

8ª, propor ao Governo a demissão dos membros do corpo docente nos casos previstos no art. 88;

9ª, designar os substitutos nas diversas secções para as cadeiras respectivas, de modo a alternarem annualmente;

10ª, propor ao Governo quaesquer medidas uteis ao ensino e em que este regulamento seja omisso.

Art. 128. Mediante proposta, por escripto, de cinco membros da congregação, o director poderá convocar a reunião, com tres dias de antecedencia, desde que haja assumpto a ser resolvido.

Não se poderá entretanto tratar de assumpto extranho á materia da congregação, salvo o caso de urgencia, a juizo do director.

Art. 129. As deliberações da congregação serão tomadas por maioria dos membros presentes e em votação nominal, salvo quando se tratar de questões de interesse pessoal, caso em que se votará por escrutínio secreto.

Art. 130. Si as deliberações da congregação forem contrarias á opinião do director, recorrerá este para a decisão do Ministro da Marinha, apresentando as razões em que se baseia.

Art. 131. O conselho não poderá funcionar sem que se reuna mais de metade do numero total de seus membros e será regulado pelo regimento interno respectivo, de accordo com o Codigo de Ensino Superior.

Art. 132. O vice-director, como vice-presidente da congregação, tem voto nas deliberações da mesma.

Art. 133. Nos casos de empate o director terá voto de desempate.

CAPITULO XIII

DO PROVIMENTO DOS CARGOS DE ENSINO

SECÇÃO I

LENTES CATHEDRATICOS

Art. 134. As cadeiras serão divididas em secções, na fórma do art. 7º.

Art. 135. Vagando alguma cadeira, será para ella nomeado, por decreto do Governo, o substituto mais antigo da respectiva secção.

Paragrapho unico. O substituto a que se refere este artigo, não tendo sido anteriormente submettido a concurso, será nomeado interinamente, sujeito ás disposições do art. 225.

SECÇÃO II

SUBSTITUTOS E PROFESSORES

Art. 136. Os logares de substitutos e professores serão providos por decreto do Governo, mediante concurso.

§ 1º — REGRAS GERAES DO PROVIMENTO POR CONCURSO

Art. 137. Tres dias depois da verificação da vaga, mandará o director annunciar o concurso nas folhas officiaes da Capital Federal, marcando para inscripção o prazo de seis mezes.

Art. 138. No caso de haver mais de uma vaga, a congregação decidirá qual a ordem em que devem ser postas a concurso. O prazo da inscrição do segundo começará a correr dois mezes depois da abertura da inscrição ao primeiro, e assim por diante, de sorte que haja um concurso especial para cada vaga.

Art. 139. A congregação proporá ao Governo o concorrente mais votado na qualificação, por ordem de merecimento.

Paragrapho unico. Quando, porém, o Governo entender que o concurso deverá ser annullado por se terem nelle preterido formalidades essenciaes, o fará por meio de um decreto contendo os motivos dessa decisão, e mandará proceder a novo concurso.

§ 2º — HABILITAÇÕES PARA OS CONCURSOS

Art. 140. Poderão ser admittidos aos concursos os officiaes da Armada ou os civis no goso dos direitos civis e politicos que tenham o curso da escola com approvações plenas nas cadeiras que constituem a secção em concurso, exceptuando-se as cadeiras da secção technica que são privativas dos officiaes que tiverem o curso da Escola Naval.

Art. 141. Aos civis nos casos do art. 140 cumpre apresentar á secretaria da escola no acto da inscrição os seus titulos e mais documentos, inclusive as certidões de approvações de que trata o artigo anterior.

Art. 142. Si no exame dos documentos exigidos suscitar-se alguma duvida sobre a validade ou importancia de qualquer delles, ouvido o interessado, a congregação, convocada pelo director, decidirá no prazo de tres dias, polendo qualquer candidato recorrer para o Governo, dessa decisão.

Art. 143. A inscrição de cada candidato será feita por meio da assignatura do nome respectivo no livro proprio. Neste livro o secretario lavrará para cada concurso um termo de abertura e outro de encerramento no tempo proprio, os quaes serão assignados pelo director.

Art. 144. A inscrição poderá ser feita por procuração bastante, si o interessado tiver justo impedimento.

Art. 145. O encerramento da inscrição será lavrado por termo em reunião da congregação, lidos os nomes e documentos dos concorrentes e depois de decidido por maioria de votos si existem todas as condições scientificas e moraes nos mesmos concorrentes.

Art. 146. O director fará extrahir duas listas dos candidatos habilitados pela congregação, uma das quaes fará publicar na imprensa, remettendo a outra ao Governo.

Art. 147. Findo o prazo da inscrição, nenhum candidato será a ella admittido.

Art. 148. Si, terminado o prazo, ninguém se houver inscripto, será este espaço de tres mezes pelo menos e si terminado o novo prazo ninguém apresentar-se, o Governo poderá fazer, por proposta do director, a nomeação dentre as pessoas que reunam as condições mencionadas nos arts. 140 e 141.

Art. 149. Si não for possível para os actos do concurso reunir a congregação, por falta de numero de lentes, o director o communicará ao Governo para ser autorizado a convidar os lentes jubilados que puderem comparecer.

Art. 150. Si algum concorrente for acommettido de molestia antes de tirar o ponto, de modo que fique impossibilitado para fazer qualquer das provas, poderá justificar impedimento perante a congregação que, si o julgar legitimo, espaçará o acto até oito dias. Da decisão em contrario poderá haver recurso para o Governo, interposto dentro de 24 horas.

Art. 151. Havendo um só candidato, a congregação, por maioria de votos entre os juizes do concurso, poderá propôr ao Governo a sua nomeação.

Art. 152. O candidato que mesmo por motivo de molestia retirar-se de qualquer das provas depois de começada, ou não completar o tempo marcado para a prova oral, ficará excluído do concurso.

§ 3º — DAS PROVAS E DA VOTAÇÃO NOS CONCURSOS

Art. 153. As provas de concurso são as seguintes :

- 1ª, theses e dissertação ;
- 2ª, prova escripta ;
- 3ª, prelecção ;
- 4ª, prova pratica.

Art. 154. Estas provas terão lugar de accordo com as disposições estabelecidas pela congregação ao abrirem-se as inscrições para concurso e nessa mesma reunião serão formulados os pontos para as diversas provas e fornecidos aos candidatos no encerramento das inscrições.

Art. 155. São juizes votantes sobre a classificação dos candidatos oito entre os lentes cathedraticos pela congregação eleitos na reunião de que trata o art. 154.

Art. 156. O director terá sempre voto nas deliberações dos juizes de concurso.

Art. 157. Os membros do conselho de concurso são obrigados a comparecer aos actos e provas de concurso, ainda que não tenham sido eleitos juizes, ou arguentes no caso de um só candidato.

Paragrapho unico. No caso de um só candidato, entre os oito juizes serão eleitos tres arguentes para as provas que admittem arguição.

Art. 158. Nas demais disposições e casos omissos no presente regulamento é applicavel o capitulo respectivo doCodigo de Eusino Superior, desde que não altere o que fica neste regulamento estabelecido.

Art. 159. As theses deverão conter tres proposições sobre cada cadeira da secção vaga e uma dissertação tambem á escolha do candidato, sobre uma das materias que compoem a secção.

Art. 160. Nos casos não previstos pelo Código de Ensino Superior, a congregação proporá, por intermedio do director, quaesquer medidas a executar nos concursos, prevenindo os interessados em tempo opportuno.

CAPITULO XIV

EXAMES DE 1.^{as} E 2.^{as} PILOTOS

Art. 161. Os candidatos à carta de pilotos deverão remetter à secretaria da escola em época propria, que será annunciada, os seus requerimentos a exames, especificando a natureza da carta que pretendam, si de 1.^{as}, si de 2.^{as} pilotos.

Art. 162. São 1.^{as} pilotos os que fallarem e escreverem correntemente o portuguez e forem habilitados em arithmetica, uso das taboas de logarithmos e taboas nauticas, navegação estimada e astronomica, precedida de geometria preliminar e trigonometria, manobra em navio de vela e a vapor, instrumentos em geral da navegação, roteiros e Código Commercial Maritimo.

Art. 163. São 2.^{as} pilotos os que fallarem o portuguez e forem habilitados em navegação estimada, uso das cartas e das taboas I e II de Norie, manobra à vela e a vapor, sondagens e marcações.

Art. 164. Os requerimentos dos candidatos deverão ser acompanhados dos documentos sobre os empregos que tenham tido, a pratica de navegar e o tempo em que servem na marinha mercante nacional ou estrangeira, e deverão pagar uma taxa de 25\$ em estampilhas, que o secretario inutilisará, para os 1.^{os} pilotos e de 15\$ para os 2.^{os} pilotos.

Art. 165. A commissão examinadora de pilotos será composta do vice-director como presidente e, no seu impedimento, do commandante do navio-quartel, onde terão logar os exames, e mais dos officiaes instructores ou outros a serviço da escola, designados pelo director.

Art. 166. Os exames constarão de prova escripta e oral e as cartas serão dadas em papel-pergamimho segundo o modelo estabelecido, assignadas pelo director e registradas na competente repartição.

Art. 167. Os candidatos reprovados poderão no prazo de seis mezes requerer novo exame, sujeitos às taxas estabelecidas.

TITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPITULO XV

Art. 168. O pessoal administrativo civil e militar do estabelecimento compõe-se de :

1.º director, official general da Armada

1 vice-director, capitão de mar e guerra ou de fragata, que será o commandante do corpo de aspirantes.

1 secretario e ajudante de ordens.

1 secretario da escola, official da Armada reformado, de preferencia.

1 1º official, que servirá tambem de bibliothecario.

1 2º official, que servirá tambem de archivista.

1 amanuense.

1 commissario.

1 escrevente.

1 fiel.

1 porteiro.

4 continuos.

3 serventes para os laboratorios.

1 roupeiro e um ajudante.

1 despenseiro.

Criados, sendo um por esquadra.

Serventes de copa, sendo um por duas esquadras.

1 servente da enfermaria.

1 cozinheiro e dous ajudantes.

2 serventes para o terreno.

1 carpinteiro.

1 serralheiro.

Estado-maior e menor do corpo de aspirantes

Commandante, o vice-director da escola.

1 official superior com attribuições de immediato.

1 ajudante do corpo, 1º tenente.

4 officiaes, além dos instructores.

1 medico e dous enfermeiros.

1 mestre.

2 machinistas contractados.

4 foguistas.

2 corneteiros e uma guarda militar, quando requisitada.

1 inferior e 30 marinheiros contractados.

Lotação do navio-quartel

1 commandante, official superior e tres officiaes combatentes.

1 medico e um enfermeiro.

1 commissario e um fiel.

1 mestre, um carpinteiro, um serralheiro, um caldeireiro e calafute e 30 marinheiros.

Art. 169. O pessoal do navio de vela para exercicios será o necessario para a sua limpeza, ficando sob a inspecção do mestre respectivo.

CAPITULO XVI

DO DIRECTOR

Art. 170. O director é a primeira autoridade do estabelecimento, suas ordens são terminantes e obrigatorias para todos os empregados civis e militares, inclusive os do magisterio. Exerce superior inspecção sobre a execução dos programmas dos concursos, dos exames e do ensino em geral; resolve de conformidade com o presente regulamento e ordens do Governo tudo que pertencer á mesma escola e não for especialmente encarregado á congregação.

Art. 171. O director é tambem chefe do corpo de aspirantes e guardas-marinha e o unico responsavel pelas medidas que mandar executar.

Art. 172. Além destas attribuições ao director incumbe :

1.º Corresponder-se directamente em objecto de serviço, com qualquer autoridade civil ou militar, exceptuando os Ministros de Estado e os governadores;

2.º Informar ao Governo sobre os individuos que julgar idoneos para os empregos relativos á administração do estabelecimento e sobre os candidatos ao magisterio;

3.º Nomear dentre os empregados da administração quem substitua interinamente aos que faltarem, dando logo parte ao Governo si o provimento do emprego não for de sua competência;

4.º Dar licença aos empregados da escola, sem perda de vencimentos, não excedendo de oito dias de uma vez, ou 30 dias em um anno;

5.º Designar entre os membros do magisterio e de accordo com o art. 117 o que deve substituir, no caso de ausencia de algum, e constituir as mesas de exame de que trata o art. 51;

6.º Informar annualmente ao Governo sobre a pontualidade e correcção dos empregados da escola, inclusive os do magisterio;

7.º Manter no estabelecimento e nos navios á disposição do ensino, a maior ordem e regularidade, procurando inspirar a todos os alumnos principios de rigorosa disciplina;

8.º Fiscalisar o dispendio de todas as quantias recebidas para as despesas do estabelecimento;

9.º Determinar e regularisar o serviço da secretaria e bibliotheca;

10. Requisitar para o ensino, em casos especiaes, a compra de instrumentos, apparatus, armazens e quaesquer artefactos aperfecçoados e necessarios ao mesmo ensino, bem como a compra dos livros para a bibliotheca e serviços da secretaria e detalhes;

11. Impor correccional e administrativamente as seguintes penas :

a) Prehensão simples e suspensão até 15 dias por negligencia ou falta de cumprimento de deveres, aos empregados sob suas ordens;

b) Suspensão por 15 a 90 dias aos empregados sob suas ordens, por desobediência e insubordinação, ou por falta contra a moralidade e disciplina ; podendo estes recorrer para o Ministro da Marinha ;

c) Advertir particularmente qualquer membro do corpo docente que se descuidar do cumprimento de seus deveres, e no caso de reincidência ou previsto no presente regulamento, comunicar por escripto ao Ministro da Marinha ;

12. Apresentar annualmente ao Governo um relatório minucioso sobre todos os serviços a seu cargo e occurrencias em geral, até á data de 31 de dezembro ;

13. Convocar, presidir, adiar, prorogar e suspender as reuniões dos conselhos de instrucção superior, delegando ao vice-director as que se referem ás do conselho de instrucção preparatoria ;

14. Assignar, com os membros presentes, as actas das reuniões da congregação, fazendo lançar a nota de falta aos que não comparecerem, ainda que tenham dado aula no mesmo dia ;

15. Fazer tomar o ponto de todo o pessoal diariamente ;

16. Assistir, sempre que julgar conveniente, ao serviço lectivo ;

17. Rubricar os pedidos para as despesas da escola e as folhas dos docentes e empregados.

Art. 173. O director residirá no estabelecimento, de onde exercerá inteira autoridade sobre os navios á disposição da escola, e terá todas as garantias e vantagens de commandante de divisão.

CAPITULO XVII

DO VICE-DIRECTOR

Art. 174. O vice-director commandante do corpo de alumnos é responsavel pela educação militar do referido corpo.

Art. 175. Ao vice-director compete:

1.º Auxiliar o director e substituil-o ;

2.º Comparecer ao conselho de instrucção preparatoria, como presidente, e ás reuniões da congregação como vice-presidente ;

3.º Receber, transmittir e tornar effectivas as ordens do director ; detalhar o serviço militar, assignar as ordens do dia approvadas pelo director, e conceder em casos extraordinarios as licenças solicitadas pelos alumnos, para baixarem á terra ;

4.º Propor ao director o que julgar necessario sobre os serviços de escripturação, fornecimento, e sobre a disciplina e policiamento geral do estabelecimento ;

5.º Verificar os documentos da receita e despeza relativos á escola, assignal-os e fazel-os chegar ás mãos do director ;

6.º Prescrever o serviço dos officiaes da Armada, que o tem de auxiliar.

Art. 176. O vice-director é o encarregado da verificação em geral dos inventarios dos objectos pertencentes à Fazenda Nacional.

Art. 177. O vice-director é a unica autoridade que se communica directamente com o director em objecto de serviço militar.

Art. 178. O vice-director, com o immediato e o commissario são os responsaveis pelos valores depositados no cofre da escola.

Art. 179. O vice-director residirá na escola, tendo aposentos mobiliados, com as regalias que competem a commandante de navio solto.

CAPITULO XVIII

DO COMMANDANTE DO NAVIO-QUARTEL

Art. 180. O commandante do quartel dos guardas-marinha, capitão de mar e guerra ou de fragata, é ao mesmo tempo o responsavel pela disciplina e correccão dos guardas-marinha, ficando directamente subordinado ao director da escola.

Art. 181. O commandante do quartel dos guardas-marinha exercerá todas as attribuições que competem ao vice-director da escola, no tocante aos mesmos guardas-marinha, quando estes não estejam em aulas e exercicios communs no estabelecimento, ou em visitas a cargo de instructores e mestres.

Art. 182. O commandante do navio-quartel deverá detalhar o serviço de accordo com a Ordenança Geral da Armada e regimento interno escolar.

CAPITULO XIX

DO OFFICIAL SUPERIOR

Art. 183. O official superior é o immediato ao vice-director e cumpre-lhe :

- 1.º Substituir e auxiliar o vice-director ;
- 2.º Inspeccionar diariamente todas as dependencias do estabelecimento, detalhar o serviço dos marinheiros, estado-menor e artífices, e exercer em todas as suas applicações, inclusive municiamento, o cargo de immediato de navio solto, de cujas regalias gosará ;
- 3.º Guardar uma das chaves do cofre, pelo qual é um dos responsaveis.

CAPITULO XX

DO AJUDANTE DO CORPO

Art. 184. Ao ajudante, além das attribuições analogas ás de ajudantes de corpos de organisação militar, compete :

- 1.º Fiscalisar constantemente os uniformes, livros e mais objectos pertencentes aos alumnos :

2.º Verificar diariamente em parada as faltas dos alumnos e tomar conhecimento das causas, dando noticia ao vice-director de todas as occurrencias diarias, sobre as suas incumbencias ;

3.º Inspeccionar diariamente os alojamentos ;

4.º Ler as ordens do dia, conforme determinação do vice-director, em presença do corpo de alumnos ;

5.º Dividir o serviço de rondas, chefes de dia, de copa e de alojamento e inspeccionar diariamente os livros diarios de serviço dos aspirantes ;

6.º Commandar o corpo de aspirantes quando em formatura ou serviços fóra da escola, salvo quando em exercicios ou visitas de que trata o art. 40.

Art. 185. O ajudante terá as mesmas regalias e vantagens dos officiaes instructores, percebendo a gratificação respectiva.

CAPITULO XXI

DOS OFFICIAES AO SERVIÇO DA ESCOLA

Art. 186. Incumbe aos officiaes ao serviço da escola :

1.º Auxiliar o director, vice-director e immediato na manutenção da disciplina militar e inspecção do comportamento dos alumnos, nos recreios, aposentos, refeições e nas salas de estudo ;

2.º Desempenhar todas as obrigações que lhes forem marcadas no detalhe de serviço, organizado pelo director ou vice-director, conforme o estipulado ;

3.º Representar a respeito das faltas que encontrarem na alimentação dos alumnos, nas rações diarias e no serviço interno, resolvendo, na ausencia de seus superiores, quaesquer duvidas, que sobre o serviço possam occorrer.

CAPITULO XXII

DOS MEDICOS AO SERVIÇO DA ESCOLA

Art. 187. Compete aos medicos :

1.º Prestar os soccorros de sua profissão que se tornem necessarios por occasião de qualquer accidente, bem como tratar das enfermidades, a qualquer individuo pertencente à escola ou nella residente ;

2.º Proceder à inspecção de saude nos individuos que o director designar ;

3.º Examinar a qualidade das drogas e remedios que receitar antes de applicados aos enfermos, dando parte ao vice-director de qualquer abuso que encontrar, não só a esse respeito, como em relação aos serviços da enfermaria ;

4.º Apresentar ao director, por intermedio do vice-director, no principio de cada mez, um mappa contendo os nomes dos individuos tratados na enfermaria da escola durante o mez antecedente, com as respectivas observações;

5.º Examinar diariamente os aspirantes e os guardas-marinha que derem parte de doente, communicando sem demora o resultado desse exame ao vice-director;

6.º Examinar mensalmente o estado sanitario dos aspirantes e guardas-marinha alumnos e declarar, por escripto, o nome daquelles que por enfermidades se acharem impossibilitados para o serviço da marinha de guerra;

7.º Visitar e inspecconar os aspirantes e guardas-marinha e empregados da escola em suas residencias ou no hospital, sempre que lhes for determinado pelo director, a quem communicarão o resultado de taes inspecções, por intermedio do vice-director;

8.º Dar instrucções e pedir as providencias precisas para que o serviço da enfermaria se faça do melhor modo possível;

9.º Communicar á autoridade qualquer indicio de epidemia ou molestia contagiosa que se manifeste no estabelecimento, indicando os meios de atalhar o mal;

10.º Dar instrucções ao enfermeiro sobre o seu serviço;

11.º Examinar todos os viveres fornecidos á escola, os quaes só poderão ser aceitos com sua approvação;

12.º Inspecconar os candidatos á matricula;

13.º Alternar com os medicos subordinados ao director, de accordo com a escala de serviço.

CAPITULO XXIII

DO COMMISSARIO

Art. 188. Incumbe ao commissario:

1.º Fazer a escripturação da receita e despesa e mais serviços de accordo com as ordens em vigor na Armada, sendo responsavel pelo cofre;

2.º Responder pelo estado dos paíões e inspecconar o serviço das cozinhas, pelo qual é o principal responsavel;

3.º Ter a seu cargo todo o armamento e demais artefactos, para ensino dos alumnos nos exercicios de artilharia, infantaria, gymnastica, esgrima e natação, e bem assim a mobilia que não estiver sob a responsabilidade do porteiro, todo o trem de mesa e das cozinhas do estabelecimento, e o serviço concernente á mesa dos alumnos;

4.º Escripturnar as cadernetas de todo o pessoal militar pertencente ao estabelecimento, organizar as folhas de pagamento e fazer o prof. dos aspirantes.

CAPITULO XXIV

DO SECRETARIO

Art. 189. Ao secretario incumbem:

- 1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official, sob as ordens do director, segundo suas instrucções ;
- 2.º Receber e informar os requerimentos, dando-lhes o competente destino ;
- 3.º Assistir ás sessões do conselho preparatorio e da congregação ;
- 4.º Lavrar e subscrever com os examinadores e com os respectivos conselhos os termos de actas, podendo ser auxiliado pelos tres empregados da secretaria, com autorisação do director ;
- 5.º Escripitar os livros especiaes de assentamentos e registros e livro-mestre do corpo ;
- 6.º Cumprir e fazer cumprir pelos seus subalternos as ordens do director, distribuir o serviço que deve ser desempenhado pelos referidos seus subalternos, podendo com licença do director prorogar a hora do expediente, sempre que for preciso para trazel-o em dia ;
- 7.º Propor ao director tudo que for a bem do serviço da secretaria e da celeridade do expediente ;
- 8.º Preparar os esclarecimentos que devem servir de base aos relatorios do director ;
- 9.º Organisar nas épocas proprias a relação dos aspirantes e guardas-marinha matriculados nos annos successivos por ordem de merecimento.

CAPITULO XXV

DOS OFFICIAES E AMANUENSE

Art. 190. Ao 1º official e bibliothecario incumbem:

- 1.º Auxiliar e substituir o secretario ;
- 2.º Guardar e conservar a bibliotheca, bem como os instrumentos que à secretaria sejam recolhidos ;
- 3.º Fazer os mappas annuaes referentes ao serviço, especialmente da bibliotheca, afim de serem reclamados em tempo opportuno os livros não restituidos.

Art. 191. Ao 2º official compete:

- 1.º Cumprir as ordens do secretario ;
- 2.º Coadjuvar o bibliothecario e substituil-o ;
- 3.º Responder pelo catalogo do archivo e manter em ordem o serviço do mesmo archivo.

Art. 192. Ao amanuense competem os serviços designados pelo secretario com autorisação do director.

CAPITULO XXVI

DO PORTEIRO E CONTINUOS

Art. 193. Compete ao porteiro:

- 1.º Tomar o ponto aos membros do corpo docente, aos alumnos, e communicar as faltas á secretaria ;
- 2.º Conservar as aulas em estado de asseio, bem como a mobilia e material das respectivas salas ;
- 3.º Detalhar o serviço dos continuos conforme as ordens da secretaria da escola ;
- 4.º Receber e encaminhar os requerimentos dos candidatos á matricula ;
- 5.º Ter a seu cargo a mobilia das salas de aulas.

Art. 194. Aos continuos compete:

- 1.º Substituir o porteiro, mediante ordem do director ;
- 2.º Coadjuvar o porteiro, sempre que for necessario ;
- 3.º Reparar as salas para as lições ;
- 4.º Entregar ao ajudante do corpo a correspondencia particular da escola ;
- 5.º Receber diariamente, na Secretaria de Estado e nas diferentes estações, a correspondencia official e particular e levar-a á escola.

Art. 195. Os vencimentos dos empregados são os que determina a tabella annexa a este regulamento.

Art. 196. Os empregados de que tratam os capitulos anteriores serão para as regalias e vantagens equiparados aos das outras repartições do Ministerio da Marinha.

Art. 197. Os empregados da administração ficam sujeitos ao regimen militar, e obrigados ao uniforme respectivo os que tiverem honras inherentes.

Art. 198. As nomeações do pessoal da secretaria serão feitas de accordo com o disposto no regulamento da Secretaria de Estado.

TITULO III

CAPITULO XXVII

DAS PENAS DOS ALUNOS

Art. 199. Os aspirantes e guardas-marinha alumnos ficam sujeitos ás penas seguintes, impostas pelo director:

- 1.º Serviço dobrado por tempo determinado, para pequenas faltas — como distrações em serviço, fallar alto nas refeições e falta de urbanidade no tratamento a seus collegas ;

2.º Prisão por um, dois, tres, até oito dias, por faltas disciplinares, deixo nos uniformes, e quanto remisso no cumprimento de seus deveres, quanto às aulas e mais serviços ;

3.º Impedimento de baixar á terra, para o que tenha como média de mez, em uma cadeira, nota inferior ao grão 3 e só podendo ser relevado o castigo depois de melhorar a nota ;

4.º Prisão rigorosa pelo prazo de 10 dias e ordem do dia lida na presença do corpo de alumnos quando, reconhecidamente rebelde, commetter falta grave ;

5.º Expulsão do estabelecimento e baixa, quando na terceira prisão rigorosa, acompanhada ou não de ordem do dia, durante o curso escolar de quatro annos, assim resolver o Ministro da Marinha, sob proposta do director.

Art. 200. Os processos são summarios, devendo o director fazer as verificações necessarias e ouvindo o accusado e seu superior, official ao serviço da escola, ou membro do magisterio que tenha dado a queixa.

Art. 201. As faltas disciplinares graves, em aulas ou exercicios, serão punidas pelo docente com a nota *O* e levadas por ercripto ao director e assignadas pelo docente, depois de ter feito o alumno retirar-se da companhia de seus collegas.

Art. 202. O alumno assim expulso da classe deverá apresentar-se ao ajudante do corpo e, na ausencia deste, ao official de serviço e, no caso de esquivar-se a isso, será a falta aggravada com prisão simples ou rigorosa.

Art. 203. Os guardas-marinha embarcados continuarão sujeitos ás mesmas penas, podendo a prisão ter logar no alojamento, camarote ou no cesto de gavia, si em viagem.

Art. 204. O vice-director poderá reprehender e prender o alumno que incorrer em falta, dando parte do occorrido ao director.

Art. 205. Os officiaes ao serviço da escola poderão reprehender e prender no bailão o alumno que incorrer em falta quando apanhado em flagrante ou por queixa de outrem e neste caso si o vice-director não estiver no estabelecimento, devendo lançar no livro proprio a occurrencia referida.

Art. 206. O ajudante poderá prender ou reprehender no caso do artigo anterior, entendendo-se em seguida com o vice-director da escola e na ausencia deste com o official de estado.

Art. 207. As prisões rigorosas só não dispensam o delinquente de comparecer ás aulas e estudos em commum.

Art. 208. Todas as penas soffridas pelos alumnos serão registradas em livros propios, a cargo do ajudante do corpo ; as soffridas durante o curso de aspirantes serão por cópia remetidas á Secretaria de Estado quando promovidos a 2.ª tenentes, acompanhando a respectiva classificação.

Art. 209. Aos sabbados á tarde o ajudante fará a leitura dos artigos constantes deste capitulo em formatura do corpo de aspirantes.

CAPITULO XXVIII

DO MATERIAL AO SERVIÇO DO ENSINO

Art. 210. Para instrução theorica e pratica dos alumnos da Escola Naval, além das aulas e das salas para estudos, para recepção do director e dos officiaes, e para secretaria e archivo, haverá :

Uma bibliotheca e uma sala para leitura, annexa á mesma bibliotheca;

Um gabinete de physica e electricidade, annexo ás salas de aulas ;

Um laboratorio para as experiencias e reacções chimicas;

Uma sala ou gabinete para modelos de munições e espoletas ;

Um pequeno observatorio astronomico e meteorologico ;

Um terreno apropriado para os exercicios de artilharia ;

Um museo com os modelos de navios e de machinas ;

Apparelhos para os ensinos de gymnastica e natação ;

Uma sala de modelos e accessorios para o ensino de apparelho ;

Um pequeno navio de vela ou mixto para bordejos ;

O numero necessario de escaleres para exercicios e lanchas para o serviço geral de transportes ;

Uma lancha para o director e vico-director ;

Armas de fogo em numero necessario e munições quanto bastem para os exercicios ;

Uma bateria de campanha e respectiva munição ;

Modelos de torpedos e respectivos apparatus ;

Instrumentos topographicos, geodesicos, astronomicos, meteorologicos, de sonda e outros que forem necessarios ;

Bombas a vapor para incendio e serviço da aguada.

CAPITULO XXIX

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 211. A escola terá a cargo do secretario os livros-mestres necessarios aos assentamentos de todo o pessoal, que serão rubricados pelo director.

Art. 212. Nenhum aspirante ou guarda-marinha poderá ter baixa a pedido, sem indemnisar as despezas feitas pelo Estado, na razão de 1:000\$ por anno ou fracção de anno.

Art. 213. Os paes, tutores ou correspondentes são obrigados a indemnisar o Estado dos prejuizos causados pelos mesmos alumnos desde que o soldo correspondente seja insufficiente, e bem assim a completar as peças de fardamento e mais objectos estragados ou extraviados, pertencentes aos mesmos alumnos.

Art. 214. Os alumnos deverão possuir o que for exigido pelo regimento interno e lista do eunoval, de modo a ficarem sempre promptos para qualquer revista minuciosa e inesperada.

Art. 215. Os officiaes da Armada e membros do corpo docente, que apresentarem memorias ou quaesquer obras escriptas, ficarão com direito a um premio até 2:000\$ depois de ouvida a congregação sobre o merecimento da obra.

Art. 216. Si o Governo julgar conveniente, poderá fazer-a imprimir, pertencendo ao Estado metade da primeira edição, que não excederá de 1.000 exemplares.

CAPITULO XXX

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 217. Ficam dispensados das disposições referentes ao ensino, no proximo anno lectivo, os alumnos que já tenham approvações nas aulas e cadeiras que com o presente regulamento fiquem alteradas.

Art. 218. Os aspirantes do extincto curso previo que não tenham prestado exame e os reprovados na primeira época serão admittidos novamente a exame com os demais candidatos á matricula no 1º anno do curso escolar, na proxima época de matricula e terão preferencia, no caso de serem approvados; reprovados, porém, terão baixa da praça, podendo requerer nova matricula em época propria, respeitadas as disposições do art. 8º.

Art. 219. Serão válidos para a matricula os exames de preparatorios prestados pelos candidatos, no prazo de dous annos a partir da data do presente decreto, nos estabelecimentos officiaes a este fim destinados.

Art. 220. Os exames de preparatorios na proxima época de matricula poderão ser prorogados até 20 de fevereiro, devendo começar logo depois de encerrada a inscripção.

Art. 221. A inscripção aos exames de preparatorios na proxima época será aberta oito dias depois de promulgado o presente regulamento e encerrada no fim de 30 dias.

Art. 222. Os requerimentos á matricula, com os documentos necessarios, deverão ser remettidos depois dos exames ao director da escola até o dia 1º de março, data em que, com a classificação necessaria, serão remettidos á Secretaria de Estado.

Art. 223. Para classificação, no caso de exames prestados em outros estabelecimentos, serão computadas por grãos as approvações, do seguinte modo: simplesmente, tres grãos, plenamente, sete grãos, e distincção, 10 grãos—guardadas as condições de preferencia do art. 9º.

Art. 224. São providos interinamente por escolha do Governo os lugares vagos no corpo docente escolar.

Art. 225. Os lentes interinos deverão, no prazo de seis mezes, a partir da data do presente decreto, defender perante a congregação uma these escripta sobre a secção a que pertence cada um, na forma do art. 159 ; podendo, entretanto, concorrer igualmente qualquer substituto da mesma secção.

Art. 226. No caso de não ser approvada a these referida, a cadeira continuará regida interinamente até novo concurso.

Art. 227. Seis mezes depois de preenchidos os logares de cathedraicos, deverá ser aberta a inscripção entre os substitutos interinos, na forma estabelecida no capitulo XIII.

Art. 228. São transferidos para o conselho de instrucção preparatoria os professores de mathematicas do curso previo e seu adjunto, considerado effectivo, os de francez e inglez e o substituto da 4.^a cadeira do 4.^o anno, ficando aproveitados no mesmo conselho de instrucção os docentes ora em disponibilidade.

Art. 229. Os guardas-marinha alumnos serão aquartelados no edificio da escola, enquanto não forem transferidos para o navio-quartel.

Art. 230. O director apresentará ao Governo, no prazo de 40 dias, um projecto de regimento interno escolar.

Art. 231. Revogam-se as disposições em contrario.

Secretaria de Estado da Marinha, 19 de janeiro de 1898.—
Manoel José Alves Barbosa.

Tabella dos vencimentos do pessoal da Escola Naval

EMPREGOS			VENCIMENTOS		TOTAL
			Ordenados	Gratificações	
1 Director, official general. § 15 Força Naval					
14 Lentes.....	Ord....	4:000\$			
	Grat....	2:000\$	56:000\$	28:000\$	84:000\$
15 Substitutos e professores.....	Ord....	2:800\$			
	Grat....	1:400\$	42:000\$	21:000\$	63:000\$
2 Professores de desenho.....	Ord....	2:800\$			
	Grat....	1:400\$	5:600\$	2:800\$	8:400\$
2 Mestres.....	Ord....	1:068\$			
	Grat....	53½	2:132\$	1:068\$	3:200\$
6 Instructores.....	Grat....	1:200\$	7:200\$	7:200\$
1 Ajudante do corpo de alumnos..	Grat....	1:200\$	1:200\$	1:200\$
1 Secretario.....	Ord....	4:000\$			
	Grat....	2:000\$	4:000\$	2:000\$	6:000\$
1 1º Official e bibliothecario.....	Ord....	3:200\$			
	Grat....	1:600\$	3:200\$	1:600\$	4:800\$
1 2º Official e archivista.....	Ord....	2:400\$			
	Grat....	1:200\$	2:400\$	1:200\$	3:600\$
1 Amannense.....	Ord....	1:600\$			
	Grat....	800\$	1:600\$	800\$	2:400\$
1 Porteiro.....	Ord....	1:500\$			
	Grat....	500\$	1:500\$	500\$	2:000\$
4 Continuos	Ord....	980\$			
	Grat....	420\$	3:920\$	1:680\$	5:600\$
1 Cozinheiro.....	Grat....	1:800\$	1:800\$	1:800\$
3 Ajudantes de dito.....	Grat....	900\$	2:700\$	2:700\$
1 Roupeiro.....	Grat....	1:080\$	1:080\$	1:080\$
1 Ajudante de dito.....	Grat....	900\$	900\$	900\$
1 Despenseiro.....	Grat....	1:080\$	1:080\$	1:080\$
11 Copeiros (um por esquadra)....	Grat....	810\$	8:910\$	8:910\$
8 Criados de cópa.....	Grat....
75 A transportar.....			122:352\$	85:518\$	207:870\$

EMPREGOS		VENCIMENTOS		TOTAL
		Ordenados	Gratificações	
	Transporte.....	122:352\$	85:51\$	207:870\$
3	Serventes de gabinete..... Grat. ..	900\$	2:700\$	2:700\$
2	Ditos para a conservação do terreno....	720\$	1:440\$	1:440\$
30	Marinheiros contractados.....
115		122:352\$	89:638\$	212:010\$
	Diferença para quatro lentes que dirigem laboratorios e gabinetes.....	4:800\$	4:800\$
	Gratificações additionaes aos lentes e professores pelo tempo de serviço effectivo do magisterio.....	14:000\$	14:000\$
		122:352\$	108:458\$	230:810\$

Observações

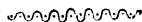
1.^a Os lentes, professores, substitutos, mestres e secretario, officiaes da Armada, perceberão, além dos vencimentos da Escola, o soldo, criado e as etapas, conforme as leis em vigor.

2.^a Os preparadores e instructores perceberão os vencimentos de embarque pelo § 15 — Força Naval.

3.^a Todo o pessoal que vence como embarcado tem direito á ração, bem como os serventes de gabinete, continuos, cozinheiro, roupeiro e seus ajudantes.

4.^a O pessoal docente que accumular funcções no conselho preparatorio não poderá perceber cumulativamente os vencimentos sinão nos casos previstos no regulamento, e os que forem designados nas disposições regulamentares para constituirem o referido conselho só por ahí perceberão, ainda que fazendo parte do curso escolar.

Secretaria de Estado da Marinha, 19 de janeiro de 1898. — *Manoel José Alves Barbosa.*



DECRETO N. 2800 — DE 19 DE JANEIRO DE 1898

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo, no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, resolve que, para a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento do imposto de transmissão de propriedade a que se refere o decreto n. 2800 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

Art. 1.^o O imposto de transmissão recae sobre a transferencia da propriedade ou usufructo de bens immoveis, moveis e semoventes, nos casos que designa o presente regulamento e na forma da tabella annexa.

Divide-se em imposto de transmissão *causa mortis e inter-vivos*.

CAPITULO II

DA TRANSMISSÃO « CAUSA MORTIS »

Art. 2.^o O imposto de transmissão de propriedade por titulo de successão legitima ou testamentaria (Alv. de 17 de junho de 1809, §§ 8^o e 9^o, decreto n. 2708, de 15 de dezembro de 1860, art. 1.^o e decreto n. 5581, de 31 de março de 1874, art. 2) é devido:

1.^o, de bens moveis, immoveis e semoventes, situados ou existentes no Districto Federal ;

2.^o, de apolices da divida publica interna da União (decreto n. 4113, de 4 de março de 1868, art. 1, e Circ. n. 41, de 7 de outubro de 1892) ;

3.^o, de embarcações (circular n. 22, de 24 de maio de 1892) ;*

4.^o, de titulos da divida pública estrangeira, acções, *debentures* e outros titulos de companhias ou sociedades an-

onymas, em commandita por acções, commerciaes, credits, dividas activas, direitos e acções relativos a bens, cujo transmissor ou credor tiver domicilio na Capital Federal.

Art. 3.º As taxas do imposto de transmissão *causa mortis* serão as da legislação em vigor ao tempo do fallecimento do testado ou intestado (Av. n. 512, de 13 de novembro de 1875).

Art. 4.º São herdeiros necesarios os descendentes e ascendentes successiveis *ab intestato* (decreto n. 1343, de 8 de março de 1854, decreto n. 5581, de 31 de março de 1874, art. 3).

Art. 5.º Dos filhos naturaes reconhecidos por escriptura publica ou testamento, sendo-lhes judicialmente contestada a qualidade de herdeiros forçados, cobrar-se-ha a taxa a que são sujeitos os extranhos, salvo o direito de restituição, quando o reconhecimento for confirmado por sentença que se tornar irrevogavel (decreto n. 5581, citado, art. 4º).

Art. 6.º A herança ou legado de affim de qualquer grão a conjuge sujeito ao regimen da communhão pagará taxa segundo o grão de parentesco entre o instituidor e o instituido, cobrando-se a que for applicavel a extranhos quando o instituido for casado por outra fórma (decreto n. 5581, de 31 de março de 1874, art. 5º, aviso n. 216, de 29 de setembro de 1883).

Paragrapho unico. Tambem se consideram extranhos, para os effeitos deste regulamento, os adoptivos (decreto n. 5581, citado, art. 5º, paragrapho unico).

Art. 7.º O fiduciario e o fidei-commissario pagarão a taxa correspondente ao grão de seu parentesco com o testador, sendo, porém, devida a correspondente ao grão de parentesco entre os mesmos, fiduciario e fidei-commissario, quando este apenas tiver direito ao que restar, por ser facultado aquelle o direito de dispor (Ord. n. 289, de 12 de outubro de 1870, decreto n. 5581, citado, art. 6º).

Art. 8.º Os filhos de pai e mãe que tiver passado a segundas nupcias, succedendo em bens hereditarios de irmão *predefunto* (Ord. liv. 4º, tit. 91, § 2º), são sujeitos ao imposto como irmãos (decreto n. 5581, citado, art. 7º).

Art. 9.º Nos casos de curadoria e successão provisoria (Ord. liv. 1º, tit. 62, § 38. Regimento do Desembargo do Paço, § 50. Reg. n. 2433, de 15 de junho de 1859, art. 47) é exigivel o imposto, salvo o direito de restituição, apparecendo o ausente (decreto n. 2708 de 1860, art. 4º, e decreto n. 5581, citado, art. 8º).

Art. 10. A doação *causa mortis*, por ser equiparada a legado, é sujeita a imposto ao tempo de se tornar effectiva (decreto n. 2708, art. 5º e decreto n. 5581, citado, art. 9º).

Art. 11. Das deixas e legados commettidos em segredo, nas cartas chamadas de consciencia, é devido o imposto si essas disposições constituem deixas, legados ou restituições, ficando, porém, isentas si forem pagas de divida de consciencia (resolução de 26 de julho de 1813, decreto de 1860, art. 21 e decreto n. 5581, art. 10).

CAPITULO III

DAS ISENÇÕES DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO « CAUSA MORTIS »

Art. 12. São isentos do imposto :

1º, os legados de propriedade ou usufructo deixados á Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, aos Expostos e ao Recolhimento, com excepção dos legados pios não cumpridos (decreto n. 5581, art. 13, n. 1);

2º, os legados de propriedade ou usufructo deixados ao Hospício Nacional de Alienados, com excepção dos legados pios não cumpridos (decreto n. 5581, art. 13, n. 1);

3º, os legados de propriedade ou usufructo deixados ao Recolhimento de Santa Thereza, com excepção dos legados pios não cumpridos (decreto n. 5581, art. 13, n. 1);

4º, os legados de propriedade ou usufructo deixados ás Santas Casas de Misericórdia existentes na Republica, excepto os legados pios não cumpridos (alvará de 1811);

5º, os premios ou legados aos testamenteiros até a importancia da vintena; sendo esta arbitrada na fôrma do decreto n. 1405, de 3 de julho de 1854 (resolução de 1 de julho de 1817 e decreto n. 5581, art. 13, n. 2);

6º, as heranças não excedentes de 100\$, não se comprehendendo nesta expressão as quotas hereditarias (lei n. 1507, de 26 de setembro de 1867, art. 19, decreto n. 4355, de 17 de abril de 1869, art. 4º, n. 5, e decreto n. 5581, citado, art. 13, n. 3);

7º, os legados de propriedade ou usufructo ás Caixas Economicas, Montepios ou de Soccorros Mutuos, organisados na fôrma da lei n. 1083, de 22 de agosto de 1860 (decreto n. 5581 citado, art. 13, n. 5);

8º, os legados e heranças de propriedade litteraria e artistica;

9º, os legados ou heranças deixados á União, Estados, Camaras ou Intendencias Municipaes;

10, os legados e heranças deixados ao Lyceo de Artes e Officios e á Sociedade Amante da Instrucção da Capital Federal (decreto n. 46, de 7 de junho de 1892);

11, os legados e heranças em apolices da divida publica federal, deixados ao Collegio de Orphãos de S. Joaquim na Capital do Estado da Bahia (decreto n. 46, de 7 de junho de 1892);

12, os fructos e rendimentos dos bens, havidos depois do fallecimento dos testados ou intestados (alvará de 9 de novembro de 1754);

13, o perdão de dividas concedido em testamento (ordem de 16 de fevereiro de 1888).

CAPITULO IV

DA FISCALIZAÇÃO E ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO
« CAUSA MORTIS »

Art. 13. O valor dos bens para pagamento da taxa do imposto será o do tempo em que o mesmo se tornar exigível (decreto n. 5581, art. 12).

Art. 14. Para o pagamento do imposto o valor dos bens transmittidos será:

1º, nas heranças e legados, o do inventario;

2º, no usufructo vitalicio, o producto do rendimento de um anno multiplicado por cinco e no usufructo temporario, o producto do rendimento de um anno multiplicado por tantos quantos forem as do usufructo, nunca excedendo de cinco;

3º, na propriedade separada do usufructo, o producto do rendimento de um anno multiplicado por dez;

4º, nas pensões vitalicias, o producto da pensão de um anno multiplicado por cinco.

Art. 15. Quando o valor dos bens não puder ser apurado á vista dos titulos de aquisição, ou declaração das partes, ou quando houver suspeita de fraude, será calculado por arbitramento feito por dous peritos, nomeados um pela parte interessada e outro pelo chefe da repartição fiscal.

Si houver empate decidirá um terceiro, por accordo do chefe da repartição fiscal e da parte, e na falta deste accordo o perito que for tirado á sorte dentre os dous nomeados pela fórma indicada.

§ 1.º Os peritos perceberão da parte que os nomear, inclusivamente da Fazenda Nacional, os emolumentos do regimento de custas judiciaes, sendo civil e criminalmente responsaveis pelos prejuizos que causarem por dolo ou negligencia.

§ 2.º Do arbitramento haverá recurso para a autoridade competente.

Art. 16. As avaliações dos bens nos inventarios em que se deva pagar imposto, serão feitas por louvados nomeados a aprazimento das partes e do representante da Fazenda Nacional, nos termos da Ord. liv. 3ª tit. 17 (decreto n. 2708, de 1860, art. 10).

Art. 17. Quanto aos titulos de fundos publicos e acções de companhias e sociedades nacionaes e estrangeiras, será a taxa regulada pela cotação média no dia do fallecimento do testado ou intestado (decreto n. 2708, citado, art. 20).

Paragrapho unico. No caso de não haver cotação proceder-se-ha ao arbitramento.

Art. 18. O augmento de valor que tiverem os bens desde a morte do testado ou intestado até a época do pagamento do imposto, será attendido a favor da Fazenda Nacional para dello se pagar a taxa devida; bem como o será em prejuizo da

Fazenda a perda de valor no caso de ruína total ou parcial dos bens de que se compuzer a herança (ordem n. 163, de 12 de outubro de 1850).

Art. 19. Todas as heranças, ou sejam de testamento, ou abintestato no Districto Federal, cujos herdeiros e legatarios tiverem de pagar taxa, serão inventariadas, avaliadas e partilhadas, com audiência do representante da Fazenda Nacional (decreto n. 2708, art. 7); salvo si só houver herdeiros necessarios (decreto n. 5581, de 1874, art. 30).

Paragrapho unico. A partilha dos bens poderá effectuar-se amigavelmente, satisfeito previamente o imposto devido na forma deste regulamento.

Art. 20. O representante da Fazenda, por si, por seu ajudante e pelo solicitador, a quem dará as instruções necessarias, assistirá a todos os actos da arrecadação e inventario para fiscalisar a exactidão da descripção e avaliação dos bens, das declarações dos inventariantes, das despesas attendiveis e da certeza das dividas activas e passivas, e para requerer quanto convier á expedição do mesmo inventario (regulamento de 28 de abril de 1842, art. 2º).

Art. 21. Os juizes perante quem se proceder á arrecadação e inventario dos bens dos fallecidos, testados ou intestados, de que se deva pagar taxa, ou seja a requerimento de parte ou *ex-officio*, ordenarão previamente a citação e audiência do procurador da Fazenda, sem embargo nem prejuizo de qualquer outra assistencia e promoção (regulamento de 1842, citado, art. 3º, decreto n. 2708, de 1860, art. 9º).

Art. 22. A cobrança do imposto se effectuará logo que se possa liquidar directamente pelo inventario, em qualquer estado delle, ou esteja liquida pelo testamento a sua importancia (decreto n. 2708, de 1860, art. 11).

Paragrapho unico. Nenhuma partilha se julgará por sentença, nenhuma herança ou legado, ainda mesmo de usufructo, poderá ser entregue, nem se passará ou receberá quitação sem constar o pagamento do imposto devido pela forma marcada neste regulamento (alvará de 17 de junho de 1809, §§ 8º e 9º, e decreto n. 2708, de 1860, art. 11, paragrapho unico).

Art. 23. O representante da Fazenda Nacional, achando que o imposto está em termos de se liquidar, requererá que se proceda ao calculo ou conta.

§ 1.º Para este pagamento, quando a segurança dos interesses da Fazenda reclamar, poderá requerer que se arrematem do espolio tantos quantos bens forem necessarios.

No caso de usufructo a arrematação será feita sobre o rendimento (regulamento de 1860).

§ 2.º Si algum herdeiro ou interessado se offerecer a pagar a importancia devida á Fazenda Nacional e effectuar o pagamento em 48 horas, não terá logar a arrematação de que trata este artigo (decreto n. 2708, de 1860, art. 12 e paragrapho unico).

Art. 24. Havendo entre as dividas activas de herança algumas que se possam reputar incobreveis ou de difficil liqui-

dação por insolvabilidade, fallencia ou outras circumstancias dos devedores, é permittido que os herdeiros paguem o imposto sobre o producto das mesmas dividas em hasta publica no juizo do inventario, ou renunciem as dividas para exonerarem-se do pagamento do imposto, recolhendo-se os respectivos titulos ao cofre dos depositos publicos (decreto n. 2708, de 1860, art. 19).

Paragrapho unico. Si os devedores rehabilitarem-se serão os titulos entregues aos interessados quando os reclamarem, satisfazendo previamente o imposto.

Art. 25. O imposto recae sobre todos os bens, qualquer que seja a sua natureza, moveis, semoventes ou immoveis, direitos e accões, comprehendidos os titulos de fundos publicos ou accões de companhias ou sociedades nacionaes ou estrangeiras, contanto que tenham pertencido ao testado ou intestado no momento de sua morte (decreto n. 2708, de 1860, art. 39).

Paragrapho unico. Exceptuam-se os bens immoveis, moveis e semoventes situados em paiz estrangeiro.

Art. 26. São comprehendidos nas disposições do presente regulamento para o pagamento do imposto de transmissão *causa mortis* os estrangeiros (lei n. 317, de 21 de outubro de 1843, art. 31, e regulamento de 4 de julho de 1845, art. 1º), e delles se cobrará nos mesmos casos e pela mesma forma por que se cobra dos nacionaes (decreto n. 2708, de 1860, art. 40).

Art. 27. As arrecadações, inventarios ou partilhas serão iniciados dentro de 30 dias, contados do fallecimento do testador (decreto n. 2708, de 1860, art. 26).

Paragrapho unico. Si dentro deste prazo se não tiver dado começo, o representante da Fazenda obrigara os testamenteiros, administradores ou cabeça de casa a virem fazel-o.

Art. 28. O representante da Fazenda Nacional procurará, pelos meios a seu alcance, ter noticia de todas as heranças do fallecido, testado ou intestado, de que seja devido imposto, para promover o que for conveniente em bem dos interesses fiscaes (decreto n. 2708, de 1860, art. 28).

Art. 29. A autoridade judiciaria é a competente para qualificar a instituição testamentaria (aviso n. 635, de 22 de novembro de 1879, e aviso n. 8, de 29 de janeiro de 1880).

Art. 30. O imposto de usufructo será pago de uma só vez (decreto n. 5581, art. 29).

Art. 31. Os testamentos que forem abertos no Districto Federal ou nelle tiverem de ser cumpridos, logo depois de registrados deverão ser presentes á Recebedoria da Capital Federal, para inscrevel-os no livro competente, lançando-lhes a verba de apresentação.

Paragrapho unico. Nenhum testamento se poderá mandar definitivamente cumprir sem que conste que se tenha feito a referida remessa e inscripção, e o juiz que o contrario fizer incorrerá na multa de 50\$ a 100\$000 (decreto n. 2708, de 1860, art. 29, paragrapho unico).

Art. 32. Os escrivães que deixarem de fazer a remessa dos testamentos, na forma do artigo antecedente, dentro de oito dias

da data do registro, que derem certidão ou praticarem qualquer acto relativo a testamento que não esteja inscripto na Recebedoria, incorrerão na multa de 25\$ a 50\$, além das penas em que incorrerem pela responsabilidade (decreto n. 2708, de 1860, art. 30).

Art. 33. Os escrivães, perante quem se proceder à arrecadação e inventario dos bens dos fallecidos *ab intestato*, cujos herdeiros devam pagar imposto, são obrigados a remetter à Recebedoria da Capital Federal os inventarios, logo depois do encerramento dos mesmos, sob pena de multa de 25\$ a 50\$, por inventario.

§ 1.º Os juizes ordenarão, quando os escrivães o não tenham feito, essa remessa, sob pena de multa de 50\$ a 100\$000.

§ 2.º Enquanto não constar do processo que esta formalidade foi preenchida, não se poderá, sob as penas deste artigo, julgar a partilha, extrahir formaes, certidões de quinhões, nem passar ou aceitar quitações judiciais (decreto n. 2708, de 1860, art. 32).

Art. 34. As multas em que incorrerem os juizes serão impostas pelo Ministro da Fazenda e as demais pelo chefe da repartição fiscal.

Art. 35. Na Recebedoria se fará a inscripção de testamentos de que trata o art. 31, ainda mesmo daquelles que não instituirem herdeiros e legatarios sujeitos ao imposto.

§ 1.º O titulo de inscripção constará do numero que lhe competir, nome do testador, naturalidade, estado, profissão, data do obito, residencia ao tempo deste, data da abertura do testamento, nome do testamenteiro e prazo concedido para cumprimento das disposições testamentarias.

§ 2.º Serão designados os herdeiros e legatarios por seus nomes, natureza da herança ou legado, com especificação do que consistir em dinheiro, apolices, acções, bens moveis, semoventes e de raiz, e outros effeitos.

§ 3.º Abonar-se-ha na inscripção o pagamento da taxa á medida que se verifica (art. 31 e §§ do regulamento de 1860).

Art. 36. A favor da Fazenda Publica correrão os juros legais, desde que decorrer um anno completo do fallecimento do testado ou intestado, salvo si houver maior prazo para o cumprimento do testamento, ou si for prorogado o prazo da conclusão do inventario.

§ 1.º Os juros do imposto de propriedade separada do usufructo são devidos depois de um anno da extincção do usufructo; no caso de fidei-commisso, depois de igual prazo, contado do dia em que a propriedade passar do dominio do fiduciario para o de seu successor.

§ 2.º Os juros serão cobrados juntamente com o imposto (regulamentos de 1860 e 1874).

Art. 37. Os juros de móra não são devidos:

1º, nas heranças de ausentes (decisão de 6 de abril de 1886);

2º, no caso de imposição de multa por sonegação de bens (resolução do Conselho de Estado de 6 de setembro de 1889).

Art. 38. O testamenteiro ou inventariante moroso é pessoal e solidariamente responsavel pelo imposto e respectivos juros,

guardadas as disposições dos artigos antecedentes (resolução de 21 de março de 1821, decreto n. 5581, de 1874, art. 32).

Art. 39. Os co-herdeiros respondem solidariamente pelo pagamento do imposto de transmissão *causa mortis* (regulamento de 1874, art. 27, § 2º).

Art. 40. O pagamento do imposto se realizará :

1º, da transmissão *causa mortis* de imóveis, moveis e semoventes situados ou existentes no Districto Federal—na Recebedoria ;

2º, da transmissão *causa mortis* de apolices da dívida publica interna da União e de embarcações—no logar da repartição encarregada da transferência ou do inventario ;

3º, da transmissão *causa mortis* de titulos da dívida publica estrangeira, acções de companhias nacionaes ou estrangeiras, creditos e dividas activas, cujo transmissor ou credor tiver domicilio no Districto Federal — na Recebedoria da Capital Federal.

Art. 41. O imposto de transmissão *causa mortis* será pago por meio de guias passadas em duplicata pelos escrivães dos juizes perante quem se fizerem os inventarios ou se derem as contas testamentarias.

Estas guias deverão conter, além dos dizeres communs, a declaração da data do fallecimento do testado ou intestado, o prazo concedido para cumprimento das disposições testamentarias, natureza da herança ou legado, a declaração do grão de parentesco do herdeiro ou legatario, e a de quem tiver officiado por parte da Fazenda e do solicitador respectivo.

Art. 42. Este imposto será escripturado como renda do exercicio em que for arrecadado.

Art. 43. Este imposto, nas heranças já inventariadas e partilhadas, será cobrado pelos meios executivos, á vista de certidões extrahidas na conformidade das leis em vigor, depois de inscripta a dívida nos livros competentes do Thesouro Federal (art. 31 do decreto n. 2708, de 1860).

Art. 44. A sonegação de bens ao pagamento do imposto de transmissão *causa mortis* será punida com multa de 10 % a 30 % do valor dos bens, repartidamente entre os interessados.

Paragrapho unico. Para imposição desta multa deve sempre preceder a prova da fraude suspeitada, ou de que se tiver sciencia, promovida pelos agentes fiscaes ou denunciantes perante a autoridade judiciaria competente (decreto n. 5581, de 1874, art. 37 e circular n. 39, de 28 de junho de 1890).

CAPITULO V

DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO « INTER VIVOS »

Art. 45. O imposto de transmissão *inter vivos* é devido:

1º, das doações de bens moveis, imóveis e semoventes situados ou existentes no Districto Federal ;

2º, das doações de apolices da divida publica federal e de embarcações ;

3º, das doações de qualquer outra natureza, no Districto Federal ;

4º, das compras e vendas, ou actos equivalentes, de bens immoveis situados no Districto Federal ;

5º, das compras e vendas, ou actos equivalentes, de embarcações nacionaes ou estrangeiras (circular n. 22, de 24 de maio de 1892) ;

6º, dos direitos e acções relativas aos bens de que tratam os numeros antecedentes, sendo, em relação a apolices e embarcações, o imposto cobrado em toda a Republica ;

7º, da constituição de emphyteuse e sub-emphyteuse no Districto Federal ;

8º, da cessão de privilegios no Districto Federal, antes de realizada a empreza ou de seu effectivo goso, com excepção dos que a lei de 14 de outubro de 1882, sob n. 3129, assegurou aos inventores de industria ;

9º, da subrogação de bens inalienaveis, sendo nos Estados sómente devido imposto das que se fizerem de apolices ou embarcações por outros bens e vice-versa ;

10º, de todos os mais actos e contractos translativos de immoveis situados no Districto Federal, sujeitos á transcripção, em conformidade da legislação hypothecaria ;

11º, dos contractos de compra e venda de direito e acção de heranças no Districto Federal.

Art. 46. São immoveis para os effeitos do imposto :

1.º Os bens de raiz por sua natureza (provisão de 8 de janeiro de 1819 ; instrucções de 1º de setembro de 1836, art. 5º ; ordem n. 251, de 19 de novembro de 1853).

2.º Os reputados taes por destino (provisão e instrucções citadas, ordem n. 143, de 4 de outubro de 1847).

3.º Os que, pelo objecto a que se applicam, participam dessa natureza (disposições citadas).

Art. 47. Nas transmissões simultaneas de immoveis e moveis, ainda quando estes não se reputem immoveis por direito, o imposto será cobrado na razão da taxa dos bens de raiz sobre o valor ou preço total.

Quando na transmissão se comprehenderem navios, o imposto destes será cobrado separadamente.

Paragrapho unico. Exceptuam-se da disposição deste artigo os contractos ou actos em que se estipular designada e especificadamente um preço para os moveis.

Art. 48. Quando houver transmissão secreta de bens, inscrevendo-os o possuidor nos arrolamentos para imposto predial ou penna de agua, arrendando-os ou por qualquer modo exercendo actos relativos á propriedade ou usufructo, cobrar-se-ha o imposto de compra e venda (ordem n. 283, de 10 de outubro de 1835 ; decreto n. 5581, de 31 de março de 1874, art. 18).

Paragrapho unico. Fica salvo o direito de restituição no caso de reivindicção.

Art. 49. Da adjudicação a herdeiros de qualquer especie, que tenham remido ou se obriguem a remir divida do casal, ou para indemnisação de legados e despezas, é devido o imposto de transmissão correspondente á compra e venda (decreto n. 5581, art. 19).

Paragrapho unico. Este artigo é applicavel aos conjuges meeiros, sendo, no caso de remissão de dividas, deduzido o imposto da metade do valor dos bens adjudicados.

Art. 50. E' devido o imposto da cessão ou venda de bem-feitorias em terrenos arrendados ou actos equivalentes.

Paragrapho unico. Exceptua-se a indemnisação de bem-feitorias pelo proprietario ao locatario (aviso n. 200, de 16 de abril de 1869, e decreto n. 5581, de 1874, art. 21 e paragrapho).

CAPITULO VI

DAS ISENÇÕES DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS

Art. 51. São isentos do imposto:

1.º Os actos translativos de bens de ou para a União, Estado ou municipio (art. 23, n. 1, do decreto n. 5581, de 1874).

2.º Os actos de desapropriação na Capital Federal para a União ou Intendencia do Districto Federal.

3.º As tornas ou reposições em dinheiro pelo excesso de bens lançados a um herdeiro ou socio; excepto si os bens forem partiveis, ou si houver concerto para que uma das partes fique com bens de valor superior ao seu quinhão, pagando-se nestes casos o imposto de compra e venda (Cap. 6º, § 4º, dos artigos das sizas de 27 de setembro de 1476, decreto n. 5581, de 1874, art. 23, § 3º).

4.º A aquisição feita por algum herdeiro no acto da partilha dos bens do espolio, como indemnisação do pagamento do imposto de que trata o art. 2º deste regulamento (decreto n. 5581, de 1874, art. 23, § 4º).

5.º Os bens adjudicados ao inventariante, que devam ser vendidos em praça (ordem de 4 de junho de 1869).

6.º Os contractos de sociedade, não havendo transmissão de bens entre socios (decreto n. 5581, de 1874, art. 23, n. 6 e aviso de 10 de novembro de 1890).

7.º Os actos que fazem cessar entre socios ou ex-socios a indivisibilidade dos bens communs, salva a disposição do n. 3 deste artigo (decreto n. 5581, de 1874, art. 23, n. 7; ordens n. 151, de 23 de agosto de 1884 e n. 19, de 16 de fevereiro de 1892).

8.º As compras de jangadas e barcos de pescaria nacionaes (alvará de 20 de outubro de 1812, § 4º).

9.º As de embarcações estrangeiras, quando adquiridas por nacionaes (lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 35).

10. As de barcas de vapor, ainda que construídas no estrangeiro, destinadas ao serviço de companhias autorizadas por lei, existentes na Republica (lei n. 243, de 30 de novembro de 1841, art. 27).

11. A primeira venda de embarcação construída em estaleiro nacional (lei n. 2348, de 25 de agosto de 1873, art. 11, § 5.º e decreto n. 5.585, de 11 de abril de 1874, art. 7.º).

12. Os actos de transmissão de propriedade litteraria e artistica.

13. A arrematação e adjudicação de immoveis para pagamento de sociedade de credito real (lei n. 1237, de 24 de setembro de 1864, art. 13, § 12 e decreto n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, art. 13, § 12).

14. As doações feitas ao Lyceo de Artes e Offícios da Capital Federal e à Sociedade Amante da Instrução, não só para augmento de seu patrimonio como para manutenção do asylo a seu cargo (decreto n. 46, de 7 de junho de 1892).

15. As doações feitas em apolices da divida publica federal ao Collegio de Orphãos de S. Joaquim da Capital da Bahia (decreto n. 46, de 1892).

16. A aquisição de immoveis por corporações ou instituições, a quem tenha sido concedida isenção por lei especial.

CAPITULO VII

DA ARRECADAÇÃO E FISCALISAÇÃO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS

Art. 52. Para o pagamento do imposto de transmissão *inter-vivos*, o valor dos bens transmittidos será:

1.º Nas doações de bens moveis, immoveis ou semoventes e de embarcações, o valor declarado ou arbitrado; nas de apolices da divida publica, acções de companhias, etc., o médio do mercado.

2.º Nas compras e vendas e actos equivalentes, o preço dos contractos; quando consistir, porém, em apolices da divida publica, acções de companhias, etc., o médio do mercado.

3.º Nas arrematações ou adjudicações, o preço da arrematação ou valor da adjudicação.

4.º Nas doações *in solutum*, o dos bens dados em pagamento.

5.º Nas subrogações, o rendimento de um anno multiplicado por cinco (ordem de 13 de outubro de 1891).

6.º Na constituição da emphyteuse e sub-emphyteuse, o valor do dominio util, mais a joia, si houver.

7.º Nas permutações de bens da mesma especie, o valor de um dos bens, si forem iguaes, e mais o da differença, si o não forem.

8.º Nas permutações de bens de diversa especie, o valor de cada um delles.

9.º Nas cessões de privilegios, o preço da cessão.

10. Nas renunciias, o preço pago ao renunciante ou cedente, ou valor do objecto que elle receber.

Paragrapho unico. Quando a transmissão se effectuar por titulo gratuito, deduzir-se-ha do valor liquidado a importancia das dividas passivas e o do imposto das pensões a que ficar obrigada a pessoa, para quem for feita a transmissão.

Art. 53. A liquidação do preço, quando este não puder ser calculado à vista dos titulos de aquisição ou das declarações da parte, ou havendo fundada suspeita de fraude, regular-se-ha pelas disposições seguintes :

1.ª O valor dos bens livres em geral será arbitrado por peritos, na forma do art. 15 ;

2.ª O da constituição da emphyteuse ou sub-emphyteuse será a importancia de 20 foros e da joia, si houver ;

3.ª Do dominio directo, o de 20 foros e um laudemio ;

4.ª Dos bens emphyteuticos, o do predio livre, deduzido o do dominio directo ; e dos bens sub-emphyteuticos, esse mesmo valor, deduzidas 20 pensões sub-emphyteuticas, equivalentes ao dominio do emphyteuta principal.

Art. 54. O imposto será pago por inteiro pelo adquirente dos bens ; nas execuções, porém, será pago metade por conta do executado e metade pelo arrematante ou adjudicatario (decreto n. 5581, art. 27).

Art. 55. O pagamento do imposto realizar-se-ha :

1º, nos contractos e actos translativos de bens situados ou existentes no Districto Federal, na Recebedoria da Capital Federal ;

2º, nos contractos e actos relativos a apolices da divida publica e embarcações, no logar da repartição encarregada da transferencia ou na estação fiscal da União existente no logar da transacção.

Art. 56. No caso de permuta de immoveis situados em qualquer Estado por immoveis situados na Capital Federal ou vice-versa, o imposto de transmissão sobre o excesso dos valores entre os bens permutados será cobrado no logar da situação do immovel de maior valor (lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 32).

Art. 57. A sonegação de bens ao pagamento do imposto de transmissão *inter-vivos* e a inexactidão do valor declarado, serão punidos na forma do art. 44.

Art. 58. O pagamento do imposto na transmissão *inter-vivos* effectuar-se-ha antes de celebrado o acto que a realiza, mediante guia dada pelos tabelliães, escriptvães, outros officiaes publicos e funcionarios fiscaes, ou escripta pelas partes interessadas (decreto n. 5581, de 1874, art. 33).

Art. 59. Este imposto será escripturado como renda do exercicio em que for pago.

Art. 60. Nas doações *inter-vivos* a parentes affins, cobrar-se-ha o imposto segundo a regra do art. 6º (art. 22 do decreto n. 5581).

Art. 61. Nas permutações de bens da mesma especie em igualdade de valor, pagar-se-ha o imposto na proporção somente de um dos valores permutados (lei n. 1507, de 26 de setembro de 1867, decreto n. 5581, de 1874, art. 16).

§ 1º, da differença dos valores entre bens da mesma especie, cobrar-se-ha a taxa estabelecida para os contractos de compra e venda.

§ 2º, quando os bens permutados forem de diversas especies, cobrar-se-ha a taxa correspondente á especie e ao valor de cada um delles (ordem n. 42, de 16 de janeiro de 1836).

CAPITULO VIII

DAS RESTITUIÇÕES

Art. 62. O imposto de transmissão de propriedade *causa mortis* ou *inter-vivos*, quando devidamente cobrado, não poderá ser restituído, salvo:

1º, quando o contracto ou acto de que se tiver pago o imposto, não se effectuar;

Considera-se não effectuado o contracto ou acto:

a) quando se prova evidentemente que o adquirente não entrou de modo algum na posse da coisa adquirida;

b) quando se prova que o contracto ou acto foi annullado ou desfeito por sentença legitimamente passada em julgado, comtanto que não seja a aprazimento das partes (ordens n. 118, de 8 de novembro de 1838; n. 40, de 4 de fevereiro de 1853; n. 139, de 23 de novembro de 1881 e aviso n. 16, de 30 de setembro de 1897);

2º, no caso de nullidade de pleno direito do contracto ou acto, formalmente pronunciada pela lei em razão de preterição de solemnidades, visivel pelo mesmo instrumento ou por prova litteral (decreto n. 737, de 26 de novembro de 1850, art. 684, § 1º);

3º, nos outros casos de nullidade absoluta do contracto ou acto, sendo decretada pela autoridade judiciaria, depois de regular e contradictoria discussão entre as partes.

Art. 63. Nas vendas denominadas *a retro* o imposto não é restituivel (ordens citadas no art. 62, n. 1, deste regulamento e ordem de 22 de outubro de 1888).

Art. 64. As reclamações devem ser intentadas dentro do prazo de cinco annos; interrompendo-se, porém, a prescrição pelas questões judiciais que sobrevierem (decreto n. 5581, de 1874, art. 34, § 1º).

Art. 65. A decisão é da exclusiva competencia da autoridade administrativa.

CAPITULO IX

DO RECURSO

Art. 66. Das decisões proferidas pelos chefes das repartições fiscaes, sobre questões relativas ao imposto e às multas de que trata este regulamento, caberão recursos na fôrma das leis em vigor.

Art. 67. Os agentes ou encarregados da arrecadação das rendas federaes nos Estados e os administradores das Mesas de Rendas recorrerão *ex-officio*, no Estado do Rio de Janeiro, para o Ministro da Fazenda e nos demais Estados para a autoridade competente das decisões favoráveis às partes em materia de restituição do imposto e das multas.

Art. 68. Os recursos, tanto voluntarios como necessarios, serão interpostos dentro do prazo de 30 dias, contados da intimação ou publicação das decisões, tendo effeito suspensivo os que versarem sobre restituição.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 69. O presente regulamento só estende-se aos Estados na parte referente às apolices e embareações (circulares ns. 22 e 41, de 24 de maio e 7 de outubro de 1892).

Art. 70. Sendo os bens immoveis, o imposto constitue onus real (lei n. 1237, de 24 de setembro de 1861, art. 6º § 4º, e decreto n. 5581, de 1874, art. 27, § 1º).

Art. 71. Não se poderá fazer inscrição ou transcrição de titulos sujeitos ao registro hypothecario dos quaes se devam direitos, sem que se mostre que estes foram pagos (decreto n. 5581, de 1874, art. 39).

Art. 72. Os tabelliães e escriptvães que tiverem de lavrar instrumentos, termos, ou escripturas de contractos ou actos judiciaes, ou de extrahir instrumentos que por qualquer modo effectuem ou venham a effectuar transmissão de propriedade ou usufructos, sujeitos ao imposto, exigirão prova do pagamento deste (decreto n. 5581, de 1874, art. 38).

Paragrapho unico. O conhecimento do imposto será transcripto litteralmente na escriptura, no termo de convenção ou instrumento.

Art. 73. Os tabelliães, escriptvães e outros officiaes publicos, que infringirem as disposições do artigo antecedente, incorrerão, além das penas estabelecidas na legislação em vigor, na multa de 25\$000 a 50\$000.

Art. 74. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de Janeiro de 1893. — Bernardino de Campos.

Tabella annexa ao regulamento que acompanha o decreto
n. 2800, de 19 de janeiro de 1898

I. Transmissão por titulo successivo ou testamentario:

Em linha recta..	Sendo herdeiros necessarios : Bens moveis, immoveis ou semoventes, situados ou exis- tentes no Districto Federal, acções, <i>debentures</i> e outros titulos, etc., cujo transmissor ou credor tiver domicilio no mesmo districto (art. 2º, ns. 1 e 4, deste regulamento)	0,5 %
	Apolices da divida publica fe- deral e embarcações (artigo citado, ns. 2 e 3).....	0,11 %
	Não sendo necessarios.....	5,5 %
	Entre os conjuges por testamento.....	5,5 %
A irmãos, tios irmãos dos paes e sobrinhos filhos dos irmãos		5,5 %
A primos filhos dos tios irmãos dos paes, tios irmãos dos avós e sobrinhos netos de irmãos...		11 %
Entre os mais parentes até o 10º grão contado por direito civil.....		16,5 %
Entre os conjuges <i>ab intestato</i>		16,5 %
A religiosos professos e secularisados, qualquer que seja o grão ou a linha de parentesco.....		16,5 %
Entre extranhos.....		22 %

II. Doações *inter-vivos*:

Em linha recta..	Sendo herdeiros necessarios : Bens moveis, immoveis ou se- moventes, situados ou exis- tentes no Districto Federal, acções, <i>debentures</i> e outros titulos, etc., cujo transmissor ou credor tiver domicilio no mesmo districto (art. 45, ns. 1, 3 e 6, deste regulamento)	0,5 %
	Apolices da divida publica fe- deral, e embarcações (artigo citado, ns. 2 e 6).....	0,11 %
	Não sendo necessarios	2,2 %
	Entre noivos, por escriptura ante-nupcial.....	0,11 %
Entre os conjuges.....		2,2 %
A irmãos, tios irmãos dos paes e sobrinhos filhos dos irmãos.....		2,2 %
A primos filhos dos tios irmãos dos paes, tios irmãos dos avós e sobrinhos netos de irmãos..		3,3 %

Entre os mais parentes até o 10º grão contado por direito civil.....	4,4 %
Entre extranhos.....	6,6 %
III. Compra e venda, arrematação, adjudicação, dação <i>in solutum</i> e actos equivalentes de immoveis, quer por sua natureza, quer por seu destino, quer pelo objecto a que se applicam...	6,6 %
As permutações pagarão do menor dos valores permutados ou de qualquer delles, si forem iguaes.....	0,11 %
Da differença, si houver, mais.....	6,6 %
IV. Compra e venda, arrematação, adjudicação, dação <i>in solutum</i> e actos equivalentes de embarcações nacionaes ou estrangeiras.....	5,5 %
As permutações pagarão do menor dos valores permutados, ou de qualquer delles, si forem iguaes.....	0,11 %
Da differença, si houver, mais.....	5,5 %
V. A constituição de emphyteuse ou de sub-emphyteuse.....	0,11 %
Da joia, si houver, mais.....	1,1 %
VI. Cessão de privilegio de qualquer empresa com autorisação do poder competente, antes de realizada a empresa ou de seu effectivo goso, excepto a dos assegurados pela lei n. 3129 de 14 de outubro de 1882.....	11 %
VII. Da subrogação de bens inalienaveis, na conformidade das leis, além dos direitos que devidos forem da transmissão.....	2,2 %
Sendo de bens não dotaes e si a subrogação destes não se fizer por apolices.....	11 %
VIII. Todos os actos translativos de immoveis sujeitos á transcripção, na conformidade da legislação hypothecaria, além dos direitos, que devidos forem do titulo de transmissão.....	0,11 %

Capital Federal, 19 de janeiro de 1898. — Bernardino de Campos.

DECRETO N. 2801 DE 19 DE JANEIRO DE 1898

Abre o credito supplementar de trezentos e oito contos duzentos cincoenta e dous mil seiscentos e noventa réis (308:252\$690), á verba—Caixa da Amortização—do Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma da lei n. 392, de 8 de outubro do mesmo anno, resolve abrir o credito supplementar de trezentos e oito contos duzentos cincoenta e dous mil e seiscentos noventa réis (308:252\$690) á verba—Caixa da Amortisação—do Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1897, sendo duzentos noventa e quatro contos novecentos cincoenta e dous mil seiscentos e noventa réis (294:952\$690), ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$000, para—Encommendas de notas—e treze contos e trezentos mil réis (13:300\$000) para—Assignatura de notas.

Capital Federal, 19 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2802 — DE 21 DE JANEIRO DE 1898

Organisa mais uma brigada do infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Palmeira, no Estado do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

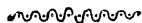
Art. 1.º Fica organizada na comarca da Palmeira, no Estado do Paraná, mais uma brigada do infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 8ª e que se comporá dos 22º, 23º e 24º batalhões de infantaria e 8º da reserva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2803 — DE 21 DE JANEIRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 53ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 157º, 158º e 159º e um do da reserva, sob n. 53, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2804 — DE 24 DE JANEIRO DE 1898

Supprime a ultima parte da clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 2535 de 28 de junho de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The S. Paulo Coffee States Company limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. Fica supprimida a ultima parte da clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 2535, de 28 de junho de 1897.

Capital Federal, 24 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2805 — DE 25 DE JANEIRO DE 1898

Approva o orçamento para conclusão das obras de modificações da estação de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, decreta :

Artigo unico. Fica approvedo o orçamento que com este baixa, rubricado pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, para conclusão das obras de modificações da estação de Curityba, da Estrada de Ferro do Paraná, autorisadas por decreto n. 2031, de 13 de agosto de 1895, sendo levada à conta do custeio a importancia orçada de 44:018\$193.

Capital Federal, 25 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2805 — DE 29 DE JANEIRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Manoel do Paraíso, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. Manoel do Paraíso, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria com a denominação de 17ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 49, 50 e 51 e um do da reserva de n. 17, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2807 — DE 31 DE JANEIRO DE 1898

Reorganisa as Repartições de Fazenda

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida nos arts. 9 e 12 da lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897, decreta :

DO MINISTERIO DA FAZENDA

Art. 1.º E' da competencia do Ministerio da Fazenda :

1º, a suprema direcção e inspecção das repartições de Fazenda da União ;

2º, os negocios referentes á divida nacional, interna e externa, e ao melhoramento do meio circulante ;

3º, a administração dos bens do dominio federal, salvo quando especialmente reservados a misteres ou serviços de outros Ministerios ;

4º, a regulamentação e mais providencias para a distribuição, arrecadação e contabilidade dos impostos e rendas da União ;

5º, a apuração dos direitos, o assentamento e pagamento dos pensionistas, aposentados, reformados e empregados de repartições ou logares extinctos ;

6º, a apresentação do orçamento geral e balanços da receita e despesa publica ;

7º, a superintendencia dos bancos de emissão e de depositos e descontos, dos montepios e das caixas economicas e montes de soccorro da União ;

8º, a direcção da contabilidade geral, exercendo fiscalisação sobre todas as repartições, que tenham a seu cargo a escripturação de receita e despesa federal ;

9º, o exame, nos termos do art. 25 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877, dos credits extraordinarios que tiverem de ser abertos para despesa relativa a outros Ministerios ;

10, o julgamento dos recursos interpostos das decisões das repartições de Fazenda ;

11, a decisão de duvidas ou questões que possam occorrer acerca da intelligencia e execução da legislação de Fazenda ;

12, o conhecimento das questões que versarem sobre o cumprimento, interpretação e validade, rescisão e effeitos dos contractos e fianças, na esphera das suas attribuições.

DO MINISTERIO DA FAZENDA

Art. 2.º O Ministro da Fazenda expede os negocios que correm pelo Ministerio a seu cargo e sobre elles delibera exclusivamente ou com audiencia do Conselho de Fazenda.

Art. 3.º Delibera exclusivamente :

1º, sobre os meios de corrigir abusos na arrecadação e na contabilidade da receita publica ;

2º, sobre as duvidas que possam occorrer ácerca da intelligencia e execução das leis e regulamentos concernentes á Fazenda Federal ;

3º, sobre a adopção do systema de contabilidade que mais convenha, e das normas pelas quaes devam ser organisados os balanços e orçamentos em todas as repartições da União, em que se escripturem, arrecadem ou despendam dinheiros publicos, affim de que haja em todos os seus trabalhos perfeita harmonia ;

4º, sobre as questões relativas a ordenados, pensões, arrendamento e alienação de proprios nacionaes e contractos celebrados com a Fazenda Federal ;

5º, sobre as pretensões de aposentadoria ou quaesquer remunerações por serviços prestados ;

6º, sobre as regras para arbitramento de fianças de todos os que por qualquer motivo as devam prestar á Fazenda Federal ;

7º, sobre a permissão de pagamento por prestações, caso o devedor apresente motivo justo e não seja o debito proveniente de alcance de contas verificado em sentença do respectivo Tribunal ;

8º, sobre o pagamento da divida passiva do Thesouro e de sua inscripção no Grande Livro.

Art. 4.º Delibera, ouvindo o Conselho de Fazenda, nos casos mencionados no art. 5º:

Art. 5.º O Conselho de Fazenda, que só tem voto consultivo, compõe-se dos quatro directores do Thesouro e é presidido pelo Ministro da Fazenda ou pelo mais antigo de seus membros.

Reunir-se-ha, pelo menos, uma vez por semana e tratará em gráo de recurso :

1º, das decisões proferidas pelos chefes das repartições de Fazenda excedentes de suas alçadas em questões relativas á applicação, arrecadação e restituição de impostos e quaesquer rendas publicas ;

2º, das apprehensões, multas ou penas impostas por infracção de leis ou regulamentos fiscaes.

Paragrapho unico. O Conselho de Fazenda encarregar-se-ha da regulamentação de impostos e mais materias concernentes ao serviço de Fazenda.

DO THESOURO FEDERAL

Art. 6.º O Thesouro será dividido nas seguintes repartições:

Directoria do Expediente e Inspeção de Fazenda ;

Directoria de Contabilidade ;

Directoria das Rendas Publicas ;

Directoria do Contencioso.

E terá o pessoal designado no quadro sob a letra A.

Art. 7.º E' da competencia da Directoria do Expediente e Inspecção de Fazenda:

- Preparar todo o expediente do gabinete do Ministro ;
- Redigir a correspondencia ;
- Expedir os titulos de nomeação, de pensões e montepio, os decretos, regulamentos e instrucções ;
- Organisar a matricula do pessoal do Ministerio ;
- Distribuir o serviço pelos inspectores de Fazenda e dar as providencias precisas para o bom andamento deste serviço ;
- Escripturar o protocollo geral da entrada e destino de todos os papeis que forem submettidos ao exame e despacho do Thesouro.

Art. 8.º A repartição terá para chefe um director e o seu pessoal constará de um subdirector, cinco inspectores e do numero de escripturarios que for determinado.

Art. 9.º Os inspectores incumbir-se-hão de:

Verificar inesperadamente a escripturação das repartições de Fazenda e os saldos existentes em caixa e em depositos, a cargo de responsaveis por dinheiro ou valores pertencentes á União ou por ella administrados, e a regularidade dos processos da contabilidade, a exacção da arrecadação, o cumprimento das ordens e preceitos legais e a cobrança da divida activa ;

1) Providenciar, em caso de dosfalque, sobre a suspensão do responsavel e provocar todas as medidas indicadas na legislação para salvaguardar os interesses do Thesouro ;

Reclamar, quer dos responsaveis, quer dos outros empregados, o fiel cumprimento das leis e regulamentos concernentes á administração de Fazenda.

Paragrapho unico. Os inspectores remetterão, logo que hajam concluido o exame, um minucioso relatorio á Directoria do Expediente.

Art. 10. O pessoal da inspecção de Fazenda será escolhido dentre os empregados que melhor prova tenham dado de conhecer o serviço das repartições de arrecadação e de contabilidade. Poderão ser chamados para occupar esses logares os extinctos e aposentados, contanto que possuam a necessaria aptidão e se achem em estado de saude compativel com as funcções que vão exercer.

O aposentado, porém, que for nomeado inspector não poderá ser novamente aposentado com o ordenado desse logar, sinão depois de cinco annos de effectivo exercicio. Si deixar o cargo antes desse prazo, ser-lhe-ha mantida a aposentadoria anterior.

Art. 11. Compete á Directoria de Contabilidade :

1º, fazer a escripturação da receita e despesa publica, dos emprestimos e depositos ;

2º, preparar os necessarios documentos para a abertura dos creditos extraordinarios e supplementares do Ministerio da Fazenda, informar sobre os que forem remettidos pelos outros Ministerios e expedir as ordens para o augmento de credito ás repartições de Fazenda ;

3º, organizar os orçamentos, balanços e mais documentos que devem ser presentes ao Congresso Nacional ;

4º, liquidar a dívida passiva e examinar os processos de montepio, meio-soldo, aposentadorias e jubilações ;

5º, escripturar o Grande Livro ;

6º, processar e autorisar o pagamento do pessoal activo e inactivo, excepção feita do que, em virtude de ordens especiaes, é satisfeito por outras repartições ;

7º, autorisar, nos termos do art. 153 do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, o pagamento da despesa do material não só do Ministerio da Fazenda, como dos outros Ministerios, e das dividas de exercicios findos, liquidadas de conformidade com o decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889 ;

8º, centralisar o producto da arrecadação das rendas e impostos effectuada pelas diversas estações, e providenciar sobre o movimento de fundos de uma para outra repartição, quer por meio de telegrammas, quer por meio de officios.

Art. 12. A Directoria de Contabilidade tem por auxiliares duas sub-directorias, a Thesouraria Geral e a Pagadoria.

A primeira sub-directoria encarregar-se-ha dos serviços mencionados nos numeros 1 a 3 do artigo antecedente e a segunda dos de numeros 4 a 7.

Art. 13. E' da competencia da Directoria das Rendas Publicas:

1º, a direcção e fiscalisação da arrecadação dos impostos e rendas federaes ;

2º, o exame dos recursos que versarem sobre rendas e impostos ;

3º, o tombo, assentamento e administração dos proprios nacionaes ;

4º, a organização da estatistica da importação e navegação ;

5º, a direcção e inspecção dos trabalhos da Casa da Moeda, Imprensa Nacional e Laboratorio de Analyses.

Art. 14. Compete á Directoria do Contencioso :

1º, lançar os termos de arrematação, fiança e contractos em que for parte a Fazenda Federal ;

2º, liquidar a dívida activa, fazer o seu assentamento e promover a cobrança ;

3º, acompanhar o andamento das causas em que for interessada a Fazenda e consultar sobre os assumptos juridicos ;

4º, dizer sobre a organização de companhias anonymas, quando dependentes de autorisação do Governo, e sobre os negocios relativos á Camara Syndical.

Art. 15. As Directorias das Rendas Publicas e do Contencioso tem cada uma por auxiliar uma sub-directoria. Pessoal proprio da primeira incumbir-se-ha exclusivamente da organização da estatistica.

DAS DELEGACIAS DO THESOURO

Art. 16. Fica creada uma Delegacia Fiscal em cada um dos Estados que ainda não as tem e mantidas as já existentes.

Art. 17. F' da attribuição da Delegacia :

1º, decidir temporariamente as questões de competência e conflitos de jurisdição entre os chefes das repartições que lhe são subordinadas, remettendo os papéis respectivos com a sua decisão ao Ministerio da Fazenda ;

2º, escripturar os creditos abertos pelos diversos Ministerios para as suas despesas, comprehendidos na ordem da distribuição do Ministerio da Fazenda ;

3º, fazer o exame moral e arithmetico dos documentos de receita e despesa ;

4º, preparar os processos de habilitação para a percepção de meio-soldo e montepio, e os de aposentadoria e jubilação, instruindo-os com os documentos comprobatorios exigidos pela legislação reguladora desta materia e remettel-os, com as precisas informações, á Directoria de Contabilidade do Thesouro, afim de providenciar-se acerca da expedição dos respectivos titulos ;

5º, abrir assentamento aos empregados activos ou inactivos o aos pensionistas, á vista dos titulos legaes, devidamente registrados no Tribunal de Contas, e resolver todas as questões ou duvidas sobre o mesmo assentamento e sobre os vencimentos correntes ;

6º, liquidar, reconhecer e escripturar a divida passiva, nos termos das disposições em vigor ;

7º, organizar as folhas de pagamento de empregados activos e inactivos e pensionistas ;

8º, fazer a escripturação de apolices, organizar a folha do pagamento dos juros e ministrar a Caixa do Amortisação as informações exigidas no decreto n. 9370, de 14 de fevereiro de 1885 ;

9º, processar o pagar a despesa corrente devidamente autorizada e effectuar o pagamento da divida passiva, quando houver para isso credito aberto pelo Thesouro ;

10, escripturar e arrecadar, si não existir na sede da repartição Alfandega ou Mesa de rendas incumbida deste serviço, as rendas internas de sua circumscripção, podendo para a venda de estampilhas do sello nomear agentes, que cobrarão a porcentagem que for fixada ;

11, receber, escripturar e restituir os depositos e empréstimos, segundo as formalidades e exigencias legaes ;

12, liquidar e escripturar a divida activa e remetter as certidões e documentos necessarios para a cobrança ao funcionario competente para promovê-la ;

13, organizar os balanços mensaes e definitivos e as respectivas tabellas, bem como os orçamentos da receita e despesa e as tabellas e quadros que devem acompanhar-os, e remettel-os ao Thesouro nas épocas determinadas ;

14, fazer o assentamento e escripturação e mandar proceder ao tombamento dos proprios nacionaes que estiverem sob o dominio da União e administrar os bens do dominio federal que não estiverem especialmente reservados a Mistres ou serviços de outros Ministerios ;

15, estabelecer as condições para os contractos de receita e despesa ou de qualquer outra natureza, que tiverem de ser celebrados com a Fazenda Federal, si não estiverem previamente estabelecidas e envia-los ao Tribunal de Contas ;

16, julgar das fianças offerecidas e acceital-as ou rejeital-as, quando não forem sufficientes para garantir a Fazenda, arbitrando provisoriamente a importancia dellas, quando não esteja fixada, e dando conta ao Thesouro para a resolução definitiva ;

17, organizar escriptosamente nos prazos marcados nas leis, regulamentos e instrucções, e extraordinariamente, sempre que as circumstancias exigirem, o processo das contas das repartições e pessoas encarregadas da arrecadação e dispendio de dinheiros ou de valores pertencentes á Republica, apreciando por meio de despacho, de conformidade com o art. 208 do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, não só os factos occorridos durante o preparo do processo, mas ainda o gráo de responsabilidade do funcionario, e submettendo todos os papeis directamente ao Tribunal de Contas, para o julgamento definitivo ;

18, requisitar das autoridades e funcionarios que não lhe forem subordinados e ordenar aos que o forem a remessa de quaesquer documentos e informações que tiverem por indispensaveis para a organização do processo de tomada de contas ;

19, suspender provisoriamente os responsaveis que não satisfizerem a prestação de contas, ou não entregarem os livros, saldos e documentos nos prazos marcados nas leis, regulamentos ou instrucções e ordenar a prisão dos que, estando condemnados ao pagamento de alcance fixado em sentença definitiva, ou tendo sido intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente ou abandonarem o emprego, a commissão ou o serviço de que se acharem encarregados ou que tiverem tomado por empreitada ;

20, impor multas em casos em que as leis e regulamentos lhe conferirem essa attribuição ;

21, trazer ao conhecimento da autoridade competente, logo que seja reconhecido, o acto de dolo, falsidade, concussão ou peculato commettido por qualquer funcionario ou responsavel ;

22, julgar em gráo do recurso, e de accordo com as prescripções legais, as decisões das Alfandegas e mais repartições que lhe forem subordinadas ;

23, expedir as instrucções que entender precisas para o expediente interno e economico das repartições que lhe forem subordinadas e para melhor execução dos regulamentos, instrucções e ordens do Thesouro e do Tribunal de Contas, comtanto que não contrariem disposições em vigor ;

24, resolver as duvidas ou questões que occorrerem no expediente dos negocios de sua competencia acerca da intelligencia e execução das leis e regulamentos de Fazenda e mandar executar provisoriamente as resoluções que tomar, submettendo-as ao conhecimento do Thesouro ;

25, informar o Thesouro dos actos legislativos e administrativos estaduais que affectarem as contribuições geraes ou os interesses da Fazenda Federal ;

26, informar si algum dos impostos creados ou que se crearem são nocivos à riqueza dos Estados e emburçam o desenvolvimento ou progresso do paiz ;

27, propor as medidas necessarias ao melhoramento da administração, arrecadação, distribuição e contabilidade das rendas e bens da União, instruindo os officios com as informações e dados estatísticos que puder obter ;

28, exercer as outras attribuições conferidas às Thesourarias de Fazenda extintas e que não contrariem as disposições do presente decreto.

Art. 18. O delegado do Thesouro nos Estados é o representante do Ministerio da Fazenda, o compete-lhe exclusivamente :

1º, inspecionar todas as repartições federaes existentes no respectivo Estado, superintendendo todos os serviços, expedindo as ordens e dando as providencias necessarias para o bom andamento do expediente e para que seja plenamente cumprida a legislação de Fazenda, requerendo directamente ao Ministro as que não couberem em sua alçada, e representando sobre tudo quanto for do interesse da Fazenda Federal ;

2º, dar balanço no cofre da Delegacia na época e nos termos indicados no art. 7º do decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889, informando do resultado á Directoria do Expediente, que não fêa por isso inhibida de instituir novo exame, quando lhe parecer conveniente ;

3º, corresponder-se directamente com o Governo e os chefes de repartições federaes e estaduais ;

4º, levantar conflicto de jurisdicção nos termos legais e nos casos estabelecidos em direito, quando a Fazenda Nacional for interessada no processo ;

5º, nomear e demittir os administradores e escrivães das Mesas de Rendas, passar os títulos de autorização aos agentes fiscaes e approvar as nomeações dos fleis de thesoureiro e pagador ;

6º, marcar prazo para entrarem em exercicio os empregados removidos ou nomeados em commissão, que o não tiverem estabelecido em lei ou regulamento ;

7º, dar posse a todos os empregados da Fazenda Federal, regulando do modo mais conveniente a dos funcionarios cuja repartição for distante da séde da Delegacia ;

8º, verificar os requisitos e condições legais das fianças e hypothecas dos thesoureiros e mais pessoas que as devam prestar á Delegacia ;

9º, conceder licença aos empregados e exactores que tenham entrado em effectivo serviço de seu cargo, até um mez em cada anno, para serem gosadas dentro do respectivo Estado, devendo consultar o Thesouro nos casos extraordinarios ;

10, transmittir ao Ministro da Fazenda, competentemente informados, todos os papeis, recursos e requerimentos sobre negocios de administração da Fazenda Federal ;

11, prestar semestralmente á Directoria de Expediente e Inspecção informações reservadas da idoneidade, assiduidade, comportamento e estado de saúde dos empregados da Delegacia ;

12, cumprir e fazer cumprir as deliberações e ordens dos Ministerios e das repartições superiores, communicando-as por escripto ás estações que devam ter conhecimento dellas, tendo em muita consideração que as ordens relativas á distribuição, augmento, redução ou annullação de credito só poderão ser executadas, quando transmittidas por intermedio do Thesouro ;

13, promover a cobrança da divida activa, fazendo extrahir e remetter ao procurador seccional as certidões ou quaesquer documentos em que se baseie o pedido ou que comprovem o direito da Fazenda ;

14, ministrar ao mesmo procurador todas as informações necessarias para a defesa dos interesses da Fazenda ;

15, decidir as questões que tiverem por objecto qualquer parte do dominio nacional, isto é, as referentes aos bens em que a Republica tem dominio eminente, uma vez que as mesmas questões, pelas circumstancias do facto, devam correr pelo Ministerio da Fazenda ;

16, remetter á Directoria do Expediente e Inspecção, até principios do mez de fevereiro de cada anno, um relatorio dos trabalhos feitos, durante o anno anterior, nos diversos ramos de serviço da competencia da Delegacia, expondo o estado em que se acharem, e indicando as medidas que entender conveniente para melhoral-os ;

17, exercer as demais attribuições dadas aos inspectores das extinctas Thesourarias de Fazenda com as limitações e excepções feitas pelo presente decreto.

Art. 19. Nas questões importantes de direito, o delegado, antes de resolvel-as, ouvirá o procurador seccional.

Art. 20. Nas Delegacias em que existir pagadoria, terá esta a seu cargo o pagamento dos vencimentos do pessoal activo e inactivo e da despesa do material. O pagador receberá do thesoureiro as sommas que forem julgadas sufficientes para acudir o seu expediente, não devendo ser-lhe entregues novas quantias, sem que pelos seus livros fique provado haver despendido as recebidas anteriormente.

Art. 21. O delegado será substituido pelo primeiro escriptuario mais antigo.

Art. 22. As Delegacias terão o pessoal designado nas tabellas sob letras B a I.

DAS REPARTIÇÕES DE ARRECADAÇÃO

Art. 23. Revogado o art. 15 do decreto n. 1166, do 17 de dezembro de 1892, as Alfandegas e as Mesas de Rendas, na parte que lhes pertence, nos termos das disposições vigentes, encarregar-se-ão da fiscalisação e arrecadação, quer dos direitos de importação e navegação, quer dos impostos e rendas internas.

Só poderão effectuar pagamentos, em casos especiaes, autorisados pelo Thesouro ou seus delegados.

E' mantido o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul, de accordo com os decretos ns. 2431 de 8 de janeiro e 2459 de 12 de fevereiro de 1897.

Art. 24. Nas Alfandegas, cujas secções foram reduzidas a duas, a divisão do serviço far-se-ha de accordo com o art. 10 da *Nova Consolidação*.

Art. 25. As Alfandegas e Mesas de Rendas corresponder-se-hão no Estado do Rio de Janeiro com a Directoria das Rendas, e nos outros Estados com o respectivo delegado, sobre todas as materias relativas ao serviço que lhes é confiado.

Art. 26. O numero dos empregados das Alfandegas e Mesas de Rendas, assim como o dos empregados da Recebedoria da Capital Federal e seus vencimentos, serão os fixados nas tabellas juntas sob as letras J a N.

Art. 27. As rendas internas, nas localidades em que não existirem Delegacias e Alfandegas ou Mesas de Rendas, serão cobradas pelos agentes do Correio das sedes dos municipios aos quaes expedir-se-hão pela Directoria das Rendas e Delegacias do Thesouro as necessarias instrucções.

Nos lugares onde o agente do Correio não habilitar-se poderá a Delegacia encarregar pessoa ilhonca o atiançada da cobrança das sobreditas rendas, mediante a commissão que for arbitrada, com approvação do Thesouro.

Art. 28. O agente ficará sujeito à legislação fiscal e será subordinado ao Thesouro e Delegacias e ao Tribunal de Contas na parte relativa ao serviço de que ora é incumbido. Prestará fiança, nos termos das disposições vigentes.

Art. 29. Logo que o agente houver prestado fiança, a Directoria das Rendas ou a Delegacia passar-lhe-ha a competente authorisação para effectuar a collecta das rendas. Sem essa authorisação o agente não poderá funcionar como representante do Thesouro.

Art. 30. As despesas com a cobrança das rendas correm por conta do agente. Os livros, cadernos e talões necessarios para esse serviço devem ser por elles apresentados no Estado do Rio de Janeiro à Directoria das Rendas, e nos outros Estados à Delegacia do Thesouro, no correr do mez de outubro de cada anno, afim de serem devidamente authenticatedos.

Art. 31. O agente não poderá, sem authorisação da Directoria de Contabilidade do Thesouro ou da competente Delegacia, effectuar pagamentos com o producto da arrecadação, sob pena de não ser attendida a despesa no acto da prestação de suas contas.

Art. 32. Nos primeiros dias de cada quartel recolherá o agente a importância do que tiver sido arrecadado no quartel anterior. Far-se-ha a entrega na Thesouraria Geral, si a agencia estiver situada no Estado do Rio de Janeiro, e na respectiva Delegacia, si estiver em qualquer outro Estado.

As Delegacias ficam autorizadas a augmentar ou reduzir o prazo para a entrega, tendo em vista a maior ou menor impor-

tancia das rendas, a maior ou menor facilidade de comunicação de que disponham as agencias.

Art. 33. Caso o agente se exonere ou seja exonerado, deverá entrar dentro de oito dias, sob as penas da lei, com o saldo em dinheiro existente no cofre da agencia, entregando ao substituto, mediante termo por ambos assignado, as estampilhas do sello adhesivo e dos impostos de consumo que estiverem ainda em seu poder.

Art. 34. Nos primeiros dias de cada mez será remettida à Directoria das Rendas pelos agentes que funcionarem no Estado do Rio de Janeiro e à Delegacia competente pelos que funcionarem nos outros Estados, um balancete das operações effectuadas no mez anterior. Com as informações constantes desses balancetes organizarão as sobreditas Directoria e Delegacias uma tabella discriminativa por impostos, despezas e agencias que será enviada ao Tribunal de Contas.

Art. 35. Encerrada a escripturação em 31 de março do anno seguinte ao do exercicio, os agentes remetterão immediatamente os livros e talões à repartição a que se acharem subordinados.

Si, porém, algum agente exonerar-se, ou for exonerado antes de findo o exercicio, enviará à repartição competente, logo que for substituido, os livros e talões que servirem durante a sua gestão.

Art. 36. Abonar-se-ha aos agentes a commissão de:

5 % da venda das estampilhas do sello adhesivo e dos impostos de consumo ;

2 % da cobrança da divida activa ;

1 % dos depositos ;

A quota das multas a que tiverem direito de conformidade com os regulamentos.

Pelas outras rendas federaes que arrecadarem ser-lhes-ha concedida em cada exercicio a seguinte porcentagem:

30 % si a cobrança for até 5:000\$000 ;

20 % si mais de 5:000\$ até 10:000\$000 ;

15 % de mais de 10:000\$ até 15:000\$000 ;

10 % de mais de 15:000\$ até 20:000\$000 ;

5 % de mais de 20:000\$ até 30:000\$000 ;

2 % do que exceder de 30:000\$000.

DOS RECURSOS

Art. 37. Haverá recurso:

Das decisões dos chefes de repartição de arrecadação do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro para o Ministerio da Fazenda e nos outros Estados para a Delegacia do Thesouro ;

Das decisões dos delegados, proferidas quer em primeira, quer em segunda instancias, para o Ministro da Fazenda.

Art. 38. O recurso é ordinario ou de revista:

O ordinario só pôde ter logar quando a decisão não estiver dentro da alçada do chefe da repartição.

O de revista só pôde ser interposto de decisões proferidas dentro da alçada nos casos de incompetencia, excesso de poder e violação da lei ou preterição de formulas essenciaes.

Art. 39. Nos casos de differença de qualidade, classificação, valor e assemelhação de mercadorias, nos despachos aduaneiros, o interessado pôde interpor o recurso para o Juizo arbitral, de conformidade com as disposições vigentes, o da decisão deste para o Ministro da Fazenda, si a questão se agitar no Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro e para o delegado do Thesouro em qualquer outro Estado.

Art. 40. As alçadas dos delegados do Thesouro em S. Paulo, Bahia, Pernambuco e Pará é de 3:000\$, no Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Alagoas 1:500\$ e nos outros Estados 800\$000.

A dos inspectores da Alfandega do Rio de Janeiro, 3:000\$; de Santos, Bahia, Pernambuco e Pará, 2:000\$; do Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Maceió, 1:000\$, e nas demais 500\$000.

A dos administradores das Mesas de Rendas de 1ª ordem, 100\$000.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 41. Nos logares creados por virtude deste decreto serão aproveitados os extinctos e aposentados que tiverem a precisa aptidão.

Art. 42. Os delegados do Thesouro e inspectores de Alfandegas serão nomeados em commissão e tirados dos empregados dos quadros de Fazenda, á escolha do Ministro, respeitadas as categorias.

Art. 43. Os administradores e os escrivães das Mesas de Rendas serão nomeados no Estado do Rio de Janeiro pelo Ministro da Fazenda, e nos outros Estados pelo delegado do Thesouro.

Art. 44. Nas aposentadorias dos empregados das Alfandegas e da Recebedoria, que contarem mais de 30 annos de effectivo exercicio, abonar-se-hão, além do ordenado, 5 % por anno que exceder daquelle tempo, calculados sobre o termo médio das quotas por elles vencidas nos tres ultimos exercicios liquidados.

Enquanto, porém, não houver decorrido o tempo necessario para entrar em execução esta disposição, as aposentadorias dos sobreditos empregados regular-se-hão pelo art. 5º do decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, servindo de base para o calculo da porcentagem a gratificação que competia aos empregados pela ultima tabella.

Art. 45. Todos os pagamentos da despeza do material serão, de conformidade com o art. 12 da lei n. 439, de 15 de dezembro de 1897, centralizados no Thesouro e nas Delegacias; qualquer importancia relativa a esta especie de despeza, que for satisfeita

por outra repartição sem ordem expressa do Thesouro ou de seus delegados, não será attendida na tomada da conta do respectivo responsável.

Art. 46. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

A

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados do
Thesouro Federal

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA CLASSE
4 Directores.....	8:000\$000	4:000\$000	48:000\$000
5 Sub-directores.....	6:000\$000	3:000\$000	45:000\$000
2 Officiaes do Contencioso.....	4:000\$000	2:000\$000	12:000\$000
5 Inspectores.....	6:000\$000	3:000\$000	45:000\$000
31 Primeiros escripttaes.....	4:000\$000	2:000\$000	204:000\$000
31 Segundos ditos.....	3:200\$000	1:400\$000	163:200\$000
32 Terceiros ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	115:200\$000
21 Quartos ditos.....	1:600\$000	800\$000	57:600\$000
1 Thesoueiro — 2:000\$ para quebras.....	6:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
3 Fieis.....	3:000\$000	1:500\$000	13:500\$000
1 Pagador — 1:000\$ para que- bras.....	4:000\$000	2:000\$000	7:000\$000
4 Fieis.....	2:600\$000	1:400\$000	16:000\$000
1 Cartorario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1 Ajudante.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 Porteiro.....	3:000\$000	1:600\$000	4:600\$000
1 Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
13 Contínuos.....	1:300\$000	700\$000	32:000\$000
4 Correios.....	1:300\$000	700\$000	8:000\$000
173			
Gratificações aos empregados do Gabinete do Ministro, da Thesouraria e da Paga- doria, e dos auxiliares das Directorias de Contabilidade e das Rendas Publicas, con- forme a Lei do Orcamento. Para diarias que serão abo- nadas aos inspectores, quan- do em virgem de inspecção, na razão de 10\$ por dia....	21:200\$000
			27:375\$000
			812:075\$000

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.—*Bernardino de Campos.*

B

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Delegacia do Thesouro em Londres

	ORDENADO	CLASSIFICAÇÃO	TOTAL
1 Delegado.....	6:000\$000	9:000\$000	15:000\$000
2 Escripturarios.....	3:200\$000	4:500\$000	15:600\$000
			30:600\$000

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

C

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Delegacia do Rio Grande do Sul

	ORDENADO	CLASSIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
3 Primeiros escripturarios....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	14:400\$000
3 Segundos escripturarios....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	12:000\$000
4 Terceiros escripturarios....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	9:600\$000
4 Quartos escripturarios....	1:200\$000	700\$000	2:000\$000	8:000\$000
1 Thesoucheiro — 400\$ para quebras.....	4:000\$000	2:000\$000	6:400\$000	6:400\$000
1 Pagador.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
3 Fiéis.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 Cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
3 Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	3:600\$000
25				82:200\$000

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

D

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das
Delegacias em S. Paulo, Bahia, Pernambuco e Pará (*)

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
3 Primeiros escripturarios....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	14:400\$000
3 Segundos escripturarios....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	12:000\$000
3 Terceiros escripturarios....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	7:200\$000
4 Quartos escripturarios.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	8:000\$000
1 Thesoureiro — 600\$ para que- bras.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1 Pagador.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2 Fieis.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
1 Cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
3 Continuas.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	3:600\$000
23				76:400\$000

(*) A do Pará tem mais 20 % de gratificação nos termos da Lei de Orçamento.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.—*Bernardino de Campos.*

II

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Delegacia em Minas Geraes

	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	5:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
2 Primeiros escripturarios....	3:200\$000	1:000\$000	4:200\$000	9:600\$000
2 Segundos escripturarios....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	8:000\$000
2 Terceiros escripturarios....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
2 Quartos escripturarios.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1 Thesoureiro-pagador, para quebras 100\$000.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1 Fiel.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
2 Contínuos.....	800\$000	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
15				52:600\$000

Capital Federal, 31 de Janeiro de 1898.—*Bernardino de Campos.*

F

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Delegacia no Paraná e Maranhão

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
2 Primeiros escripturarios....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	9:600\$000
2 Segundos escripturarios....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	7:200\$000
2 Terceiros escripturarios....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
2 Quartos escripturarios.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1 Thesoureiro-pagador — 400\$ para quebras.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	5:800\$000
1 Fiel.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 Porteiro.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
2 Contínuos.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	2:000\$000
15				48:400\$000

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.—*Bernardino de Campos.*



Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Delegacia no Amazonas

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	4:000\$000	5:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
3 Primeiros escriptuarios....	2:500\$000	2:700\$000	5:200\$000	14:500\$000
3 Segundos ditos.....	1:000\$000	2:400\$000	3:400\$000	12:000\$000
1 Thesoureiro-pagador — 300\$ para quebras.....	2:500\$000	3:400\$000	5:900\$000	5:900\$000
1 Porteiro	1:500\$000	1:900\$000	3:400\$000	3:600\$000
1 Contínuo.....	700\$000	800\$000	1:500\$000	1:500\$000
40				66:800\$000

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893. — *Bernardino de Campos.*

H

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Delegacias em Alagoas, Ceará e Matto Grosso

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
3 Primeiros escripturarios....	2:400\$000	1:100\$000	3:200\$000	9:600\$000
3 Segundos escripturarios....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 Thesoureiro-pagador — 30.15 para quebras.....	2:600\$000	1:400\$000	4:300\$000	4:300\$000
1 Porteiro-cartorario.....	1:700\$000	800\$000	2:500\$000	2:500\$000
1 Contínuo.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	1:000\$000
49				30:600\$000

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

I

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Delegacias em Santa Catharina, Espirito Santo, Sergipe, Parahyba, Rio Grande do Norte, Piahy e Goyaz.

	ORDENADO	DELEGACIÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 Delegado.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2 Primeiros escripturarios....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	6:000\$000
2 Segundos escripturarios....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1 Thesoureiro-pagador — 300\$ para quebras.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 Porteiro-cartorario.....	1:100\$000	700\$000	1:800\$000	1:800\$000
1 Contínuo.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	4:000\$000
<u>3</u>				<u>21:500\$000</u>

Capital Federal, 31 de janeiro de 1838.—*Bernardino de Campos.*

	Capital Federal			Santos			Bahia.			39			Grnambuco			Pará			Rio Grande do Sul			Mato Grosso			Maranhão			Coarã			
	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	Pessoal	Ordenados	Numero de quotas	
Inspector.....	1	8:000\$	36	1	6:000\$	30	1	6:000\$	40	1	6:000\$	40	1	6:000\$	40	1	6:000\$	34	1	4:800\$	30	1	4:800\$	30	1	4:000\$	30	1			
Ajudante.....	1	5:400\$	21	1	4:000\$	20	1	4:000\$	20	1	4:000\$	20	1	4:000\$	20	1	4:000\$	17	1	3:300\$	17	1	3:300\$	17	1	3:300\$	17	1			
Chefes de secção.....	3	4:800\$	19	2	4:000\$	20	2	4:000\$	20	2	4:000\$	20	2	4:000\$	20	2	4:000\$	17	2	3:300\$	17	2	3:300\$	17	2	3:300\$	17	2			
Conferentes.....	24	4:200\$	17	8	3:800\$	18	8	3:800\$	18	8	3:800\$	18	8	3:800\$	18	8	3:800\$	16	4	3:000\$	16	4	3:000\$	16	3	3:000\$	15	2			
Primeiros escripturarios.....	12	4:000\$	10	10	3:200\$	16	7	3:200\$	16	7	3:200\$	16	4	3:200\$	14	3	2:600\$	14	3	2:600\$	14	3	2:600\$	14	3	2:600\$	14	2			
Segundos ditos.....	30	3:200\$	8	12	2:600\$	14	12	2:600\$	14	12	2:600\$	14	4	2:600\$	12	4	2:400\$	10	4	2:400\$	12	1	2:000\$	10	3						
Terceiros ditos.....	32	2:400\$	6	12	1:600\$	8	12	1:600\$	8	12	1:600\$	8	6	1:600\$	7	6	1:300\$	6	5	1:300\$	7	5	1:000\$	8	4						
Quartos ditos.....	20	1:600\$	4	12	1:300\$	7	14	1:300\$	7	14	1:300\$	7	6	1:300\$	5	6	1:000\$	3	5	1:000\$	5	5	800\$	4	4						
Guarda-mór.....	1	4:800\$	21	1	4:000\$	20	1	4:000\$	20	1	4:000\$	20	1	4:000\$	20	1	4:000\$	17	1	3:300\$	17	1	3:300\$	17	1	3:300\$	17	1			
Ajudantes.....	2	{1:000\$ 1:800\$}	10	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	14	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	10	1	1:700\$	8	1	1:700\$	8	1						
Thesoureiro.....	1	{1:000\$ 1:000\$}	16	1	{4:000\$ 600\$}	20	1	{1:000\$ 600\$}	20	1	{4:000\$ 600\$}	20	1	{4:000\$ 600\$}	20	1	{4:000\$ 600\$}	16	1	{3:200\$ 400\$}	16	1	{3:200\$ 400\$}	16	1	{3:200\$ 400\$}	16	1	{3:200\$ 400\$}	16	1
Fieis.....	7	2:600\$	7	2	1:600\$	8	1	1:600\$	8	1	1:600\$	8	1	1:600\$	8	1	1:600\$	7	1	1:300\$	7	1	1:300\$	7	1	1:300\$	7	1			
Porteiro.....	1	3:600\$	6	1	2:400\$	12	1	2:400\$	12	1	2:400\$	12	1	2:400\$	12	1	2:400\$	10	1	2:000\$	9	1	2:000\$	10	1	1:600\$	9	1			
Ajudante.....	1	2:000\$	5	1	1:300\$	4	1	1:300\$	4	1	1:800\$	7	1	1:400\$	8	1	1:400\$	8	1	1:400\$	8	1	1:400\$	8	1	1:400\$	8	1			
Continuos.....	10	1:300\$	3	4	800\$	4	6	800\$	4	6	800\$	4	5	800\$	4	2	800\$	3	2	700\$	3	2	700\$	3	2	600\$	3	2			
Administrador das capatazias.....	1	4:000\$	13	1	3:600\$	18	1	3:600\$	18	1	3:600\$	18	1	3:600\$	18	1	3:600\$	12	1	2:400\$	12	1	2:400\$	12	1	2:400\$	12	1			
Ajudantes.....	2	3:200\$	8	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1	2:600\$	14	1			
Fieis de armazem.....	16	3:200\$	8	1	2:600\$	14	7	2:600\$	14	7	2:600\$	14	4	2:600\$	12	1	2:400\$	10	4	2:400\$	12	3	2:000\$	10	8						
	163		67			77			77			74			40			35			36			33					87		

Salarios dos empregados das Alfandegas

[illegible]

K

Tabella da percentagem que deve ser deduzida da renda das Alfandegas para pagamento das quotas dos respectivos empregados

ALFANDEGAS	PERCENTAGEM QUE SE DEVE DEDUZIR DAS RENDAS	NÚMERO DE QUOTAS PELO QUAL SE DIVIDE A PORCENTAGEM	LOTAÇÃO	VALOR DA QUOTA
Capital Federal.....	0,40	1.461	100.000:000\$000	273\$785
Santos.....	0,48	820	33.000:000\$000	210\$731
Bahia.....	0,63	933	19.000:000\$000	138\$478
Pernambuco.....	0,68	933	19.000:000\$000	138\$478
Pará.....	1,10	916	14.000:000\$000	168\$122
Rio Grande do Sul.....	1,30	450	6.000:000\$000	173\$333
Manões.....	2,47	313	3.700:000\$000	266\$143
Maranhão.....	1,35	402	3.600:000\$000	122\$381
Ceará.....	1,35	318	3.500:000\$000	135\$775
Maceió.....	1,80	268	1.700:000\$000	114\$179
Santa Catharina.....	1,50	222	1.600:000\$000	108\$108
Paranaguá.....	2,00	202	1.400:000\$000	138\$613
Corumbá.....	3,20	175	1.100:000\$000	201\$142
Espírito Santo.....	1,70	175	1.100:000\$000	103\$857
Aracajú.....	1,75	133	800:000\$000	102\$911
Uruguayana.....	3,50	202	750:000\$000	120\$750
Parahyba.....	2,30	175	800:000\$000	105\$142
Rio Grande do Norte.....	2,80	136	500:000\$000	102\$911
Parnahyba.....	4,00	136	350:000\$000	102\$911
Penedo.....	9,30	133	150:000\$000	102\$573

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.—*Bernardino de Campos.*

L — Tabella do numero, classe e vencimentos da força dos guardas das Alfandegas

	Commandante	Sargento	Guardas	Total	COMMANDANTES			SARGENTOS			GUARDAS		
					Soldo	Gratificação adicional	Somma	Soldo	Gratificação adicional	Somma	Soldo	Gratificação adicional	Somma
Capital Federal, 10.....	1	—	—	—	2:400\$	1:200\$	3:600\$	—	—	—	—	—	—
Idem, 2º.....	—	6	180	188	2:000\$	1:000\$	3:000\$	1:800\$	900\$	2.700\$	1:600\$	800\$	2:400\$
Santos.....	1	4	70	75	2:400\$	1:200\$	3:600\$	2:000\$	1:000\$	3:000\$	1:600\$	800\$	2:400\$
Bahia.....	1	4	60	65	2:000\$	1:000\$	3:000\$	1:600\$	800\$	2:400\$	1:200\$	600\$	1:800\$
Pernambuco.....	1	4	60	65	2:400\$	1:200\$	3:600\$	1:600\$	800\$	2.400\$	1:200\$	600\$	1:800\$
Pará.....	1	4	55	60	2:400\$	1:200\$	3:600\$	2:000\$	1:000\$	3:000\$	1:600\$	800\$	2:400\$
Rio Grande de Sul.....	1	2	40	43	1:600\$	800\$	2:400\$	1:200\$	600\$	1:800\$	1:000\$	500\$	1:500\$
Uruguayana.....	1	2	45	48	1:600\$	800\$	2:400\$	1:200\$	600\$	1:800\$	1:000\$	500\$	1:500\$
Maranhão.....	1	2	18	21	1:600\$	800\$	2:400\$	1:200\$	600\$	1:800\$	1:000\$	500\$	1:500\$
Coarã.....	1	2	18	21	1:600\$	800\$	2:400\$	1:200\$	600\$	1:800\$	1:000\$	500\$	1:500\$
Manãos.....	1	2	18	21	1:800\$	900\$	2:700\$	1:400\$	700\$	2:100\$	1:200\$	600\$	1:800\$
Maceió.....	1	1	15	17	1:400\$	700\$	2:100\$	1:000\$	500\$	1:500\$	800\$	400\$	1:200\$
Parahyba.....	1	—	14	15	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Santa Catharina.....	1	—	12	13	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Araçajó.....	1	—	12	13	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Parahyba.....	1	—	10	11	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Corumbá.....	1	—	14	15	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Paranaguá.....	1	—	12	13	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Rio Grande do Norte.....	1	—	9	10	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Peneda.....	1	—	8	9	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$
Espírito Santo.....	1	—	12	13	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	900\$	450\$	1:350\$
Macabé.....	1	—	8	9	1:000\$	500\$	1:500\$	—	—	—	800\$	400\$	1:200\$

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.— Bernardino de Campos.

Poder Executivo 1898 — Pag. 210.

M

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Recebedoria da Capital Federal

Lotação 11.000:000\$. Porcentagem 0.65

NUMERO DE QUOTAS, 462

	NUMERO DE QUOTAS	ORDENADOS
1 Director.....	40	8:000\$000
1 Sub-director.....	30	6:000\$000
4 Primeiros escripturarios.....	20	4:000\$000
4 Segundos escripturarios.....	16	3:200\$000
6 Terceiros escripturarios.....	12	2:400\$000
8 Quartos escripturarios.....	8	1:600\$000
1 Thesoureiro.....	30	6:000\$000
3 Fieis — \$33\$333 para quebras.....	14	2:800\$000
1 Porteiro.....	12	2:400\$000
4 Continuos.....	7	1:300\$000
33		

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898.—*Bernardino de Campos.*

N

Tabella das despezas a fazer-se com as Mesas de Rendas

	VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS	GUARDAS	MATERIAL	TOTAL
1ª ordem				
BAHIA				
Valença.....	4:250\$	4:250\$
Caravellas.....	2:400\$	2:400\$
Canavieiras.....	3:640\$	3:640\$
Ilhéos.....	2:400\$	2:400\$
RIO DE JANEIRO				
S. João da Barra.....	5:260\$	5:260\$
SERGIPE				
Estancia.....	4:760\$	3:600\$	2:220\$	10:580\$
S. Christovão.....	3:000\$	4:440\$	640\$	5:080\$
CEARÁ				
Aracaty.....	5:000\$	2:460\$	1:056\$	8:216\$
AMAZONAS				
Porto Velho — Santo Antonio do Madeira.....	4:800\$	4:440\$	4:480\$	7:720\$
Capacete.....	640\$	4:440\$	11:480\$	13:560\$
PARANÁ				
Antonina.....	4:800\$	4:000\$	10:445\$	16:245\$
SANTA CATHARINA				
S. Francisco.....	4:800\$	3:600\$	5:572\$	10:972\$

	VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS	GUARDAS	MATERIAL	TOTAL
RIO GRANDE DO SUL				
Forto Alegre.....	14:000\$	6:000\$	8:000\$	28:000\$
Pelotas.....	10:200\$	3:900\$	7:900\$	22:000\$
Jaguarião.....	5:280\$	4:877\$	5:065\$	15:227\$
Itaqui.....	7:520\$	3:902\$	5:065\$	16:487\$
Santa Victoria do Palmar.....	7:400\$	2:926\$	5:066\$	15:392\$
S. Borja.....	5:500\$	3:902\$	5:065\$	14:467\$
Sant'Anna do Livramento.....	10:560\$	13:657\$	24:217\$
Quarahy.....	6:420\$	3:902\$	10:022\$
MATTO GROSSO				
Porto Murinho.....	15:000\$
2ª ordem				
SERGIPE				
Villa-Nova.....	1:500\$	1:440\$	1:380\$	4:320\$
SANTA CATUARINA				
Itajahy.....	8:400\$	2:160\$	10:072\$	20:632\$
Laguna.....	1:200\$	1:440\$	2:640\$
BAHIA				
Alcobaça.....	1:600\$	1:600\$
Porto Seguro.....	1:470\$	1:470\$
CEARÁ				
Camocim.....	1:800\$	1:440\$	1:056\$	4:296\$
PARÁ				
Cametá.....	600\$	2:160\$	2:760\$

	VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS	GUARDA	MATERIAL	TOTAL
3ª ordem				
RIO DE JANEIRO				
Cabo Frio.....	3:000\$	3:000\$
Angra dos Reis.....	1:900\$	1:900\$
Itaguahy.....	2:150\$	2:150\$
Paraty.....	1:230\$	1:230\$
Mangaratiba.....	600\$	600\$
ESPIRITO SANTO				
Itapemirim.....	2:700\$	2:700\$
Barra de S. Mathews.....	1:400\$	1:400\$
Santa Cruz.....	1:800\$	1:800\$
BAHIA				
Barra do Rio das Contas.....	1:350\$	1:350\$
Abadia.....	1:000\$	1:000\$
Camamu.....	1:350\$	1:350\$
ALAGÔAS				
Pilar.....	2:500\$	2:500\$
Canaragibe.....	1:800\$	1:800\$
S. Miguel.....	3:000\$	3:000\$
Porto Calvo.....	2:000\$	2:000\$
PARAHYBA				
Mamanguape.....	1:800\$	1:800\$
GERARÁ				
Acarahú.....	1:250\$	1:250\$
RIO GRANDE DO NORTE				
Mossoró.....	900\$	900\$
Macão.....	1:600\$	1:600\$
SANTA CATHARINA				
S. Sebastião de Tijucas.....	500\$	500\$
				322:678\$

..... 3.º - Rio Grande Leop.

DECRETO N. 2808 — DE 31 DE JANEIRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:657\$534 para occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal addido á respectiva Secretaria de Estado durante o 1º semestre do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, em virtude do artigo da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, foi reorganizada a Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas por decreto n. 2766, de 27 do mesmo mez e anno, e reduzido o quadro do respectivo pessoal de accordo com o n. 1 do art. 9º da mesma lei;

Considerando que de tal redução resultou ficarem addidos diversos funcionarios de mais de 10 annos de serviços com direito á aposentadoria, sem que o Poder Legislativo houvesse concedido credito para pagamento de seus vencimentos;

Considerando que, por decreto de 17 de dezembro de 1897, foi tambem mandado addir á mesma Secretaria de Estado o engenheiro Manoel Maria de Carvalho, ex-inspector geral de Terras e Colonisação, por contar tambem mais de 10 annos de serviço;

Considerando, finalmente, que a despeza com o pagamento desse pessoal addido, sendo oriunda das proprias leis que decretaram a reforma das referidas repartições, deve ser provida nos termos da autorisação implicitamente contida no art. 19 da citada lei; e tendo sido ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 76 §5º do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de trinta e cinco contos seiscentos cinquenta e sete mil quinhentos trinta e quatro réis (35:657\$534) para durante o primeiro semestre do corrente anno occorrer ao pagamento dos vencimentos do pessoal addido á respectiva Secretaria de Estado e constante da relação que com este baixa assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Relação do pessoal addido a que se refere o decreto desta data
n. 2808

CATEGORIAS	NOMES	VENCIMENTO EM 6 MEZES
Director geral...	Joaquim Maria Machado de Assis..	4:500\$000
Chefe de secção..	Augusto Alberto Fernandes.....	3:600\$000
Idem.....	José Joaquim de Negreiros Sayão Lobato.....	3:600\$000
Primeiro official..	Antonio Manoel Xavier Bittencourt	2:500\$000
Idem.....	Raymundo Pereira e Souza.....	2:500\$000
Idem.....	Bacharel Camillo Liberalli (4 dias)	57\$534
Segundo official..	Bacharel Augusto Moreira da Silva	2:000\$000
Idem.....	Emilio Fernandes da Rocha.....	2:000\$000
Idem.....	Thomaz Lobo Botelho.....	2:000\$000
Amanuense.....	Carlos José Farias da Costa.....	1:500\$000
Idem.....	José Pinto de Azeredo Coutinho....	1:500\$000
Idem.....	Manoel Joaquim Pereira Pinto Sayão	1:500\$000
Praticante.....	Antonio Lourenço Pacheco.....	800\$000
Idem.....	Antonio Baptista de Menezes.....	800\$000
Continuo.....	Florenceo Fortunato Alves.....	800\$000
	<i>Inspectoria Geral das Terras e Colonisação</i>	
Inspector.....	Engenheiro Manoel Maria de Car- valho.....	6:000\$000
		35:657\$534

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898. — *Sebastião Eurico
Gonçalves de Lacerda.*

DECRETO N. 2809 — DE 31 DE JANEIRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 13:985\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do 2º official da Administração dos Correios do Districto Federal, Max Fleiuss, em virtude de sentença do Poder Judiciario.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo n. 8 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro do anno proximo findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 70, § 5º, do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de treze contos novecentos oitenta e cinco mil réis (13:885\$) para, em virtude de sentença do Juizo Federal, passada em julgado, serem pagos os vencimentos do 2º official da Administração dos Correios do Districto Federal, Max Fleiuss, durante o tempo em que esteve privado do exercicio desse cargo em consequencia de demissão que lhe foi imposta.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2810 — DE 31 DE JANEIRO DE 1898

Proroga até 23 de fevereiro proximo futuro o estado de sitio no Districto Federal e comarca de Nitheroy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a que subsistem os motivos expostos em mensagem do Congresso Nacional que determinaram o decreto legislativo n. 456, de 12 de novembro proximo passado — que declarou em estado de sitio o Districto Federal e a comarca de Nitheroy — e o decreto n. 2737, de 11 de dezembro — que o prorogou até hoje, no exercicio da attribuição conferida pelo art. 48, § 15, da Constituição :

Resolve, nos termos do art. 80 da mesma Constituição, prorogar o estado de sitio, com suspensões das garantias constitu-

cioneaes, no territorio do Districto Federal e da comarca de Nitheroy, do Estado do Rio de Janeiro, até o dia 23 de fevereiro proximo futuro.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2811 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1898

Revoga o decreto n. 1863 A, de 31 de outubro de 1894, e quaesquer outras disposições sobre a Mesa de Rendas do Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

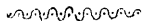
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás necessidades da fiscalisação das rendas da União, decreta :

Artigo unico. A Mesa de Rendas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, terá unicamente as attribuições conferidas nos arts. 124 e 125 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas*; ficando assim revogado o decreto n. 1863 A, de 31 de outubro de 1894, e quaesquer outras disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2812 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1898

Manda reverter ao serviço activo do Exercito o alferes de cavallaria Leopoldo Itacoatiara de Senna.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895 :

Resolve mandar reverter ao serviço activo do Exercito o alferes de cavallaria Leopoldo Itacoatiara de Senna, devendo esta

reversão ser considerada de 22 de novembro do anno proximo passado, data em que completou o prazo de dous annos estipulado no alludido decreto de 21 de outubro de 1895.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2813 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1898

Reorganiza a Junta dos Corretores da Capital Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida no art. 2º, § 2º n. 1, da lei n. 490, de 16 de dezembro do anno findo, resolve mandar observar o regulamento annexo, que reorganisa a Junta dos Corretores desta Capital, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Regulamento da Junta dos Corretores a que se refere o decreto n. 2813, desta data

Art. 1.º A Junta dos Corretores da Capital Federal, creada pelo art. 34 do decreto n. 806, de 26 de julho de 1851, compor-se-ha de quatro membros, eleitos por maioria de votos, dous pertencentes á classe de mercadorias e dous á de navios, excluidos os corretores de fundos publicos, por estarem sujeitos actualmente ao regimen da lei n. 354, de 16 de dezembro de 1895, e do decreto n. 2475, de 13 de março de 1897.

Art. 2.º O tempo de exercicio da Junta será de um anno, podendo os seus membros ser reeleitos.

Art. 3.º A eleição far-se-ha annualmente, no mez de dezembro, e será presidida pelo presidente da Junta então em exercício, servindo de secretario o da mesma Junta, o qual escreverá, em livro designado para este fim, a competente acta, assignada por todos os corretores.

Art. 4.º Os membros eleitos para a Junta escolherão dentre si o presidente, o secretario e o thesoureiro da mesma.

Art. 5.º Nenhum corretor poderá eximir-se de exercer as funções de membro da respectiva Junta sempre que for eleito, salvo por molestia grave e prolongada, cabendo a Junta Commercial, á vista da prova por elle exhibida, resolver a respeito como for justo. No caso, porém, de reeleição, não é obrigado a aceitar o cargo antes de decorrido um anno da data do exercício anterior.

Paragrapho unico. O corretor que, fóra dos dous casos previstos, recusar o cargo da Junta para que for eleito, pagará a multa de 500\$ a 1:000\$, imposta pela Junta Commercial; e, si, depois de intimado por esta Junta para aceitar o dito cargo, insistir na recusa, será destituído do officio.

Art. 6.º A Junta dos Corretores poderá deliberar com tres de seus membros, decidindo os negocios por maioria de votos; no caso de empate o presidente terá voto de qualidade. De todas as deliberações que se tomarem serão lançadas em livro proprio as competentes actas assignadas pelos corretores presentes.

Art. 7.º A Junta dos Corretores organizará com a possivel brevidade o seu regimento interno, submettendo-o á approvação da Junta Commercial.

Art. 8.º Compete á Junta dos Corretores:

1.º Superintender nas operações dos corretores de mercadorias e de navios, affim de que não excedam os limites de suas funções, podendo examinar os respectivos livros, sempre que o julgar conveniente, com autorisação prévia da Junta Commercial.

2.º Censurar os actos irregulares dos corretores e levar ao conhecimento da Junta Commercial não só aquelles que offenderem as disposições das leis commerciaes, do presente regulamento, ou do seu regimento interno, mas tambem as queixas que forem apresentadas pelas partes, com as informações necessarias para conhecimento da verdade.

3.º Promover pelos meios competentes a applicação das penas comminadas no art. 24 do decreto n. 806, de 28 de julho de 1851, aos individuos que sem titulo legal pratiquem actos proprios das funções de corretor.

4.º Decidir as contestações que se suscitarem entre os corretores relativamente ao exercício do suas funções, com recurso para a Junta Commercial.

5.º Propor á Junta Commercial tudo quanto julgar conveniente á boa execução do seu regimento interno e para remover as difficuldades encontradas na execução do Código Commercial e do presente regulamento.

6.º Cotar no ultimo dia de cada semana o preço dos fretes e mercadorias principaes.

Esta ultima disposição refere-se não só aos objectos que actualmente costumam ser cotados, como tambem a quaesquer novos effeitos e mercadorias que deem logar a consideraveis transacções e sejam susceptiveis, por sua natureza, de estabelecer um preço e curso regular (decreto n. 4245, de 16 de setembro de 1868).

Art. 9.º A cotação far-se-ha á vista das notas remettidas, em duas vias, pelos corretores, uma das quaes ficará archivada, tendo a outra o destino indicado no art. 13.

Aos corretores que não exhibirem taes notas será imposta a multa de 100\$ até 1.000\$ pela Junta Commercial.

Art. 10. A Junta dos Corretores reunir-se-ha na Praça do Commercio.

Art. 11. Os preços cotados serão lançados em livro especial, com declaração do maximo e do minimo. Uma cópia autentica das cotações que se lançarem no dito livro, assignada pelo presidente e pelo secretario da Junta dos Corretores, será publicada no *Diario Official* do dia seguinte, sob pena de suspensão e de multa de 100\$ a 200\$, duplicada nas reincidencias, impostas pela Junta Commercial.

Art. 12. Os livros das actas e do registro dos preços correntes serão rubricados pelo deputado da Junta Commercial a quem couberem por distribuição.

Art. 13. O presidente da Junta dos Corretores remetterá no primeiro dia de cada semana ao secretario da Junta Commercial o boletim do preço dos generos e effeitos cotados na semana anterior com a segunda via das notas exigida pelo art. 9º deste regulamento; pena de suspensão e multa de 100\$ a 200\$, duplicada nas reincidencias, imposta pela Junta Commercial.

Art. 14. A Junta dos Corretores será responsavel pela exactidão dos preços cotados sob as penas do crime de falsidade, perda de toda a fiança e destituição, nos termos do art. 46 do decreto n. 806, de 26 de julho de 1851, com referencia ao art. 52 doCodigo Commercial; mas, si foi induzida em erro pelos votos de algum corretor, sobre este cahirão aquellas penas, além da multa comminada no art. 9º do decreto n. 2733, de 23 de janeiro de 1861.

Art. 15. Os corretores e o secretario da Junta perceberão, pelas certidões que passarem, os primeiros para si e o segundo, metade para si e a outra metade para o Thesouro Federal, os emolumentos marcados na tabella annexa ao decreto n. 8579, de 10 de junho de 1882, e no de n. 8691 A, de 30 de setembro do mesmo anno.

Art. 16. E' extensiva á fiança dos corretores de mercadorias e de navios a disposição do art. 17 da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, na parte que restringiu a dos agentes de leisões a apolices da divida publica da União ou dinheiro.

Paragrapho unico. Logo que for publicado o presente regulamento, a Junta Commercial marcará um prazo conveniente,

afim de que os actuaes corretores convertam as suas fianças na especie que lhes impõe este artigo.

Art. 17. Dentro de quinze dias depois de publicado este regulamento, dever-se-ha proceder á eleição da Junta que tem de servir até o fim do corrente anno, sob a presidencia do corretor mais antigo na ordem da matricula, competindo-lhe fazer a necessaria convocação e designar um dos corretores para secretario.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1898. — *Amaro Cavalcanti*.



DECRETO N. 2814 -- DE 7 DE FEVEREIRO DE 1898

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendo ao que requereu o Banco Credito Rural e Internacional, representado por seu presidente, decreta :

Art. 1.º Ficam approvadas as alterações seguintes, feitas nos estatutos do mesmo Banco :

CAPITULO II

Art. 5.º Leia-se : « O capital social é de cinco mil quatrocentos vinte e seis contos de réis (5.426:000\$), dividido em vinte e sete mil cento e trinta (27.130) acções de duzentos mil réis (200\$) cada uma, ficando desde já annulladas as acções existentes em carteira, e convertidas as não integralisadas de accordo com o § 1º. Este capital poderá ser reduzido até dous mil contos de réis (2.000:000\$100).

§ 1.º Aos accionistas que ainda se acham em atrazo de entradas, ficam creditados os dividendos que não receberam, sendo suas acções convertidas em acções integralisadas de 200\$ cada uma, reduzindo o numero dellas na proporção do capital que assim representarem.

§ 2.º A directoria fica autorisada, para o fim de amortisar o capital social desde que tenha fundos disponiveis e sem offensa do mesmo capital, a comprar ou receber em pagamento acções do proprio banco, sempre que isso seja possivel, sem prejuizo das garantias que o Banco tem para fazer face á sua responsabilidade, ficando considerado fundo disponivel do que trata a lei tudo quanto exceder dessas quantias.

§ 3.º O capital social poderá ser de novo elevado a vinte e cinco mil contos de réis (capital inicial), quando for determinado pela assembléa geral.

CAPITULO VI

Art. 73. Leia-se : « A administração geral da sociedade será exercida por dous directores, os quaes entre si designarão o presidente e o gerente.»

Art. 77. Leia-se: « Os vencimentos de cada um dos directores serão de seis contos de réis por anno, pagos mensalmente, e mais a porcentagem a que se refere o art. 95 § 2º.»

Art. 83. Leia-se: « No caso de impedimento maior ou resignação de um director, o que ficar, de accordo com o conselho fiscal, convidará um accionista que exerça as funções de director até a reunião da primeira assembléa geral.»

Art. 84. Leia-se: § 7º. « O presidente em seus impedimentos será substituido pelo director gerente e vice-versa.»

Art. 86. Leia-se: «No caso de divergencia na directoria, será convocado o conselho fiscal, e a maioria então decidirá.»

CAPITULO VII

Art. 87. Leia-se : « Na reunião ordinaria da assembléa geral se procederá á eleição de tres fiscaes e tres supplentes, cujo mandato durará por um anno só, podendo ser reeleitos.»

Art. 90. Leia-se: « Os fiscaes receberão, como compensação de seus serviços, uma bonificação de 3 % sobre os lucros liquidos, repartidos igualmente entre si.»

CAPITULO VIII

Art. 95. Leia-se : « § 2º, 10 % que serão repartidos da fôrma seguinte : 7 % para a directoria e 3 % para o conselho fiscal.

§ 5.º Não poderão ser distribuidos dividendos nem os lucros de que falla o § 4º, sempre que o capital social não se ache bem representado, a juizo da directoria e conselho fiscal.»

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



Sr. Presidente da Republica — A lei n. 463, de 25 de novembro do anno proximo passado, autorizando o Governo a reorganisar os diversos estabelecimentos militares de ensino, mandou estabelecer uma escola para o ensino superior tecnico e profissional, com séde á escolha do mesmo Governo, e duas escolas preparatorias, sendo uma no Realengo, Districto Federal, e outra na cidade do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, e no seu art. 19 autorizou a abertura dos necessarios creditos para tornar-se effectiva essa reorganisação.

Achando-se concluido o projecto de regulamento para as referidas escolas, elaborado pela commissão para esse fim nomeada, convem providenciar com urgencia sobre a sua installação, de modo a se poder dar começo aos trabalhos lectivos do presente anno.

Para esse fim mandei proceder ao competente orçamento, que ficou assim organizado:

Escola preparatoria e de tactica do Realengo :

Obras de adaptação no edificio da extincta Escola de Sargentos...	114:720\$300	
Canalisação de agua para abastecimento da escola, vinda de cerca de 18 kilometros do Realengo.....	265:090\$940	
Iluminação á luz electrica.....	10:608\$000	390:419\$330

Escola preparatoria e de tactica do Rio Pardo :

Obras de adaptação no edificio da extincta Escola Pratica.....	87:815\$222	
Transporte de pessoal e material de Porto Alegre.....	12:184\$778	100:000\$000
		490:419\$330

Venho, portanto, satisfeito o preceituado no art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, submeter á vossa consideração o incluso decreto abrindo ao Ministerio da Guerra, para a realização das mencionadas despezas, um credito especial da referida quantia de quatrocentos e noventa contos quatrocentos e dezenove mil trezentos e trinta réis (490:419\$330).

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1898. — *João Thomas Canuaría.*

DECRETO N. 2815 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial de 490:419\$330, para as despesas com a installação das escolas preparatorias e de tactica, no Districto Federal e no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro do anno proximo passado, resolve, satisfeito o preceito do art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de quatrocentos e noventa contos quatrocentos e dezenove mil trezentos e trinta réis (490:419\$330), para occorrer ás despesas com a installação das escolas preparatorias e de tactica, mandadas estabelecer pela supracitada lei, uma no Realengo, Districto Federal, e outra na cidade do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, sendo esta quantia, segundo o orçamento apresentado, assim distribuida :

Escola preparatoria e de tactica do Realengo :			
Obras de adaptação no edificio da extincta Escola de Sargentos.....	114:720	\$390	
Canalisação de agua para abastecimento da escola.....	265:090	\$940	
Iluminação á luz electrica.....	10:608	\$000	390:419\$330
Escola preparatoria e de tactica do Rio Pardo :			
Obras de adaptação no edificio da extincta Escola Pratica....	87:815	\$222	
Transporte de pessoal e material de Porto Alegre.....	12:184	\$778	100:000\$000
			490:419\$330

Capital Federal, 8 de fevereiro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2816 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1898

Declara caduca a concessão feita à *The Ceará Harbour Corporation*, para as obras do porto da Fortaleza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a empresa *The Ceará Harbour Corporation*, cessionaria das obras de melhoramento do porto do Ceará, a que se referem os decretos ns. 8943 A e 1022, de 12 de maio de 1883 e 23 de agosto de 1892, deixou expirar o prazo fixado na clausula 7^a das que acompanharam o ultimo dos citados decretos, prazo prorogado pelo de n. 2218, de 16 de janeiro de 1896, sem que levasse a termo os trabalhos contractados ;

Considerando que as obras em via de execução estavam ha muito paralyzadas e em meado do anno proximo findo foi suspenso o unico e pouco proveitoso serviço de dragagem que alli se effectuava ;

Considerando mais que, não obstante as successivas prorrogações de prazo por parte dos poderes publicos e o pagamento de juros, pontualmente feito em épocas certas pelo Governo, não só correspondente ás quantias empregadas nas obras, como ás depositadas em Londres para aquelle fim, a companhia cessionaria deixou de cumprir as estipulações contractuaes, declarando terminantemente, conforme o relatorio do Sr. George B. Bruce de 12 de outubro de 1894, ser impossivel economicamente a remoção do accumulo de areia no porto e a execução, portanto, do projecto Hawkshaw ;

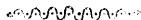
Considerando, finalmente, que a disposição do art. 10 n. 11 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, limitou-se a autorisar o Governo a encampar as obras do porto da Fortaleza, afim de executal-as por conta da União ou de terceiro, mediante outros favores que não a garantia de juros, deixando, entretanto, de prorogar o prazo para subsistencia do contracto e das vantagens a elle inherentes, decreta :

Artigo unico. Fica declarada caduca a concessão feita pelo decreto n. 8943 A, de 12 de maio de 1883, e innovada pelo de n. 1022, de 23 de agosto de 1892, com a empresa *The Ceará Harbour Corporation*, para as obras de melhoramentos do porto da Fortaleza, Estado do Ceará.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2817 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1898

Manda reverter para o quadro activo da Armada o 1º tenente Pio da Silva Torelly e o pharmaceutico de 4ª classe, guarda-marinha, Guilherme Hoffman Filho, amnistiados pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1885.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 1º do decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895, resolve mandar reverter do quadro da reserva, em que se acham por força dos decretos de 21 de setembro de 1893 e 7 de julho de 1894, para o quadro da actividade o 1º tenente Pio da Silva Torelly e o pharmaceutico de 4ª classe, guarda-marinha, Guilherme Hoffman Filho, que completaram, este em 26 de janeiro e aquelle em 27 também de janeiro do corrente anno, o prazo de dous annos de que trata o alludido decreto de 21 de outubro de 1895, tendo-se apresentado o primeiro ao Quartel-General da Marinha em 27 de janeiro de 1896 e o outro á Legação Brasileira em Montevidéo em 26 do mesmo mez e anno.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2818 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1898

Põe em vigor o Regulamento do Depósito Geral da Capital Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo art. 2º § 2º n. VII, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, resolve expedir o regulamento annexo para o Depósito Geral da Capital Federal, o qual vae assignado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 23 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Regulamento do Depósito Geral, a que se refere o decreto n. 2818 desta data

Art. 1.º E' confirmada a instituição do Depósito Geral, já existente na Capital Federal, destinado a receber, guardar, conservar e entregar a quem de direito todos os bens de qualquer espécie, susceptíveis de apprehensão e posse que, por ordem das autoridades judiciais ou administrativas, tenham de ser consignados em depósito na forma da lei, não determinando esta expressamente que sejam recolhidos ao Depósito Publico ou confiados a depositario especial.

Paraphrasis unico. Affirma o Depósito Geral não haverá outro no Districto Federal, sob qualquer denominação, com o mesmo character de instituição publica. Todavia podera o Governo crear nas circumscripções policinas suburbanas, onde julgar necessario, Agencias do Depósito Geral, immediatamente subordinadas a este, contanto que não haja mais de uma em cada circumscripção e que os respectivos agentes, em numero igual ao das agencias, não perezam mais de 2 % dos rendimentos arrecadados.

Art. 2.º A Repartição do Depósito Geral terá o seguinte pessoal:

Um depositario geral, chefe do serviço;

Um escrivão, encarregado da escripta e da correspondencia official da Repartição;

Dous serventes, empregados nos demais serviços que não forem a direcção e a escripturação do Depósito Geral.

§ 1.º Os dous primeiros empregados são de livre nomeação do Governo, e serão conservados enquanto bem servirem, salvos os direitos adquiridos pelo actual depositario, com direito á aposentadoria e montepio nos casos da lei.

§ 2.º Os agentes serão nomeados pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores e os serventes serão admittidos pelo depositario, vencendo em serviço a diaria de 4\$, e por elle despedidos quando por desidia ou maos habitos não devam continuar na Repartição.

§ 3.º O escrivão e os serventes são sujeitos ao depositario geral, que fiscalisará e detalhará os serviços da Repartição.

§ 4.º O depositario geral é o unico responsavel pelo recebimento, guarda, conservação e entrega dos bens depositados, e incumbem-lhe:

a) requerer á autoridade competente alvará de venda de bens em leilão, nos casos previstos neste regulamento;

b) inspecionar e assistir aos leilões do Depósito, mantendo a ordem nellos, e providenciando para que os bens arrematados se não demorem por mais de 48 horas na Repartição;

c) exigir dos leiloeiros a prompta entrega do producto dos leilões, devendo, caso ella se não realize dentro do

prazo de oito dias, communicar o facto á respectiva autoridade, para os effeitos legais e fins convenientes ;

d) mandar abrir em presença do leiloeiro e dos concurrentes, lavrando o escrivão o respectivo termo, assignado pelo depositario, leiloeiro, e um ou mais concurrentes como testemunhas, os volumes fechados ou lacrados que hajam de ser vendidos em hasta publica e de cujo conteúdo se fará relatorio, antes de serem entregues á venda os objectos relacionados ; exceptuados destes a moeda corrente, que o depositario arrecadará sob sua guarda ;

e) conservar aberto o Deposito a todas as horas do dia ou da noite, no intuito de effectuar-se o prompto recebimento do que lhe for apresentado por ordem das autoridades judicias, policiaes ou administrativas, devendo para este effeito residir no estabelecimento ;

f) representar ás autoridades competentes contra as omissões, que chegarem ao seu conhecimento, por parte dos funcionarios publicos, afim de providenciar-se sobre o pagamento dos direitos que competirem ao Deposito Geral.

Art. 3.º Ao Deposito Geral serão conduzidos e recolhidos os bens moveis e semoventes, não exceptuados por lei, assim como terão obrigatoriamente o mesmo destino todos os moveis e semoventes que por qualquer motivo forem apprehendidos pelos funcionarios administrativos e policiaes.

§ 1.º Dos bens moveis e dos que lhe são equiparaveis responderá o depositario geral pela simples guarda e conservação.

§ 2.º Dos demais bens responderá tambem pela administração.

§ 3.º De todos elles dará contas ás autoridades ou ás partes interessadas, sempre que lhe forem ordenadas ou pedidas pelos meios legais.

Art. 4.º Não serão admittidos no Deposito Geral:

a) polvora e outros generos inflammaveis que, pela legislação respectiva, não devam ser guardados dentro da cidade ;

b) generos deteriorados ou em começo de deterioração, a juizo do depositario geral ;

c) roupas e mais objectos de uso pessoal, já inutilisados ;

d) animaes ferozes, salvo si forem entregues em jaulas de reconhecida solidez, a juizo do depositario geral ;

e) animaes doentes que possam contaminar os existentes no Deposito Geral, assim como os animaes de nenhum valor.

Art. 5.º Os moveis de facil deterioração, como sejam mercadorias ou generos de commercio consistentes em comestiveis, liquidos alimentares, fazendas sujeitas a estrago pela acção da humidade, da luz ou da poeira, não serão guardados no Deposito Geral por mais de 15 dias, contados do do recolhimento, si antes não manifestarem vestigios de estrago.

§ 1.º No caso acima previsto incumbe ao depositario geral requerer á autoridade judiciaria competente a venda em leilão.

§ 2.º Em geral, feita a venda e deduzidas as despesas, terá o restante o devido destino legal, por conta de quem pertencer.

Art. 6.º Os moveis de facil conservação serão guardados no Deposito Geral no maximo até tres mezes, contados da data do re-

collimante. Findo este prazo, proceder-se-ha como está disposto no art. 2.^o, § 4.^o, letra *a*.

Art. 7.^o Si a requerimento de parte interessada for embargada a venda em leilão de bens moveis que já tiverem vencido o prazo acima consignado, continuarão elles em deposito, mas pagarão, além do premio do deposito, estatuido nos arts. 8.^o e 9.^o, as seguintes armazenagens:

De 1 a 3 mezes, 2 % do seu valor actual apurado;

De 3 a 6 mezes, 3 % do dito valor;

De 6 a 9 mezes, 4 % idem idem;

De 9 a 12 mezes, 5 % idem idem.

Contar-se-ha sempre por inteiro qualquer fracção de mez.

Paragrapho unico. Findo o referido prazo de doze mezes, o depositario requererá novamente a venda dos bens armazenados, que não poderá ser denegada, nem impedida por qualquer motivo, salvo as perdas interessadas o direito de retirá-los, mediante ordem da autoridade que os houver remettido, até ao momento de effectuar-se a venda publico.

Art. 8.^o Os moveis propriamente ditos pagarão, a titulo de deposito, 5 % do seu valor actual apurado pela arrematação ou adjudicação, ou appreeiado pelo depositario quando retirados a requerimento da parte.

§ 1.^o Sempre que o prego for estipulado pelo depositario, este é obrigado a regular-se pelo dos similares no mercado, attendendo igualmente ás condições dos bens respectivos.

§ 2.^o Da decisão do depositario geral haverá recurso para o Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 9.^o Os objectos de metal precioso e as pedras tambem preciosas pagarão 2 % do seu valor.

Art. 10. As chaves de cada predio entregues ao depositario pagarão por termo de entrada ou de saída a quantia de 1\$000.

Art. 11. Os semoventes recolhidos ao Deposito Geral não poderão permanecer nelle por mais de oito dias, contados da data em que tiverem sido alli depositados. Findo este prazo fatal serão vendidos em leilão, a requerimento do depositario geral, na forma do § 1.^o do art. 5.^o.

Paragrapho unico. Os semoventes pagarão :

a) de forragem diaria, a quantia consignada na tabella annualmente approvada pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores;

b) do deposito, 5 % do seu valor actual apurado pela arrematação ou adjudicação, ou appreeiado pelo depositario geral, no caso de serem retirados por ordem competente;

c) as despesas que causarem por necessidade de curativo por veterinario, e de enterramento, si morrerem no Deposito Geral.

Art. 12. Os immoveis consignados ao Deposito Geral pagarão 1/2 % do seu valor, quando não derem rendimento, e mais 5 % do rendimento que derem durante o tempo em que estiverem consignados ao Deposito, si forem administrados pelo depositario geral, além das despesas que tiverem sido necessarias.

Art. 13. As embarcações consignadas ao Deposito Geral serão

conservadas no mar em lugar determinado pela Capitania do Porto, a requerimento do depositario geral, e guardadas por pessoal idoneo, até um anno contado do dia da entrega, fludo o qual proceder-se-ha a leilão (art. 2º, § 4º, letra a) .

Paragraphe unico. As embarcações pagarão, a titulo de deposito, 5 % do seu valor afinal apurado, além das despesas necessarias para sua conservação.

Art. 11. Bem algum será recebido no Deposito Geral sem guia da autoridade judicial ou administrativa, que o remetta ou consigne.

Art. 15. Não será levantado bem algum do Deposito Geral sem ordem da autoridade que o houver remettido ou consignado, e, em qualquer hypothese, sem que estejam pagas as despesas e porcentagens determinadas neste regulamento.

§ 1.º Quando os bens tiverem sido vendidos em leilão serão entregues aos arrematantes pelo leiloeiro, mas o depositario geral dará conhecimento detalhado da venda à autoridade que os mandou depositar.

§ 2.º Si a parte em favor de quem for ordenado o levantamento, ou embargada a venda, não retirar os respectivos bens dentro do espaço de tempo de um anno ou recusar-se a pagar as despesas e porcentagens, o depositario geral requererá ao juiz ou autoridade que tiver ordenado o levantamento ou embargo o necessario alvará para vendel-os em leilão, na forma já declarada neste regulamento.

§ 3.º Si, effectuado o leilão, não tiverem sido retirados dentro do prazo de oito dias quaesquer objectos já vendidos, o depositario geral requererá novamente ao mesmo juiz ou autoridade a venda publica de taes objectos, os quaes ficarão sujeitos aos onus pecuniarios accrescidos, como si tivessem feito nova entrada no Deposito, sem excepção dos sellos necessarios.

Art. 16. O depositario geral dará recibo a quem de direito, extrahido de um livro de talões, dos rendimentos do Deposito.

Art. 17. O Deposito Geral terá os seguintes livros :

a) um livro de talões de recebimento dos bens entregues ao Deposito Geral;

b) um livro de talões de recibos das quantias pagas por depositos e armazenagens ;

c) um livro de entradas e sahidas dos bens entregues ao Deposito Geral ;

d) um livro de receita e despesa.

§ 1.º As certidões extrahidas dos livros, passadas pelo escriptão, devidamente selladas pelas partes e rubricadas pelo depositario geral, tem fe publica. As taxas de sello de quaesquer documentos serão as mesmas que na Recebedoria do Thesouro Federal são cobradas de actos ou papeis da mesma natureza.

§ 2.º Os livros pertencerão ao archivo do Deposito Geral, e das buscas para certidões, assim como de rasa, pagarão as partes o que for devido em virtude do regulamento do sello, de accordo com o que se pratica nas repartições federaes de empregados com vencimentos fixos.

§ 3.º As Agencias do Deposito Geral terão os livros que forem necessários ao serviço, a juizo do Ministro da Justiça e Negocios Interiores, e tanto os livros dellas, como os da repartição central do Deposito Geral, serão abertos, rubricados e encerrados na Directoria da Justiça do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores pelo respectivo director geral ou pelo empregado que este designar.

Art. 18. O depositario geral prestará contas bimensalmente à Recebedoria do Districto Federal, sem prejuizo das que deva prestar ás autoridades de quem receber depositos.

Art. 19. O producto dos bens abandonados pelos interessados no Deposito Geral será igualmente recolhido à Recebedoria do Thesouro Federal, a título de deposito de ausentes.

Art. 20. Nos casos de duvidas occurrentes na administração do Deposito Geral, e dada a criação das agencias, de que se trata no art. 1.º, paragrapho unico, deste regulamento, cabe ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores dar as instrucções que julgar convenientes.

Art. 21. Os rendimentos do Deposito Geral serão applicados ao pagamento dos vencimentos do respectivo pessoal, até ao maximo annual de 9:000\$000 para o depositario, de 4:800\$000 para o escrivão e de 1:440\$000 para cada um dos serventes, bem como ao pagamento das despesas com o material.

O saldo será recolhido ao Thesouro, como renda eventual da União.

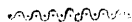
Art. 22. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de fevereiro de 1898.— *Amaro Cavalcanti*.

Tabella das percentagens e custas do Deposito Geral

Movéis.....	5 %
Imoveis: Quando não derem rendimento (do seu valor).....	$\frac{1}{2}$ %
No caso contrario mais (do seu rendimento)...	5 %
Embarcações (além das despesas que fizerem) ..	5 %
Objectos de metal precioso e pedras preciosas e titulos de divida publicos ou particulares...	2 %
Semoventes:	
De deposito (além das despozas).....	5 %
As chaves de cada prédio entregues no Deposito Geral pagarão por termo de entrada ou de sahida.....	1\$000
De cada termo de entrada ou de sahida de quaesquer depositos.....	1\$000

Capital Federal, 23 de fevereiro de 1898.— *Amaro Cavalcanti*.



DECRETO N. 2819 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1898

Dá novo regulamento para o montepio dos operarios e serventes dos Arsenaes de Marinha da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo art. 7º § 2º, lettra J, da lei n. 490, de 16 de dezembro do anno proximo passado, decreta:

O montepio dos operarios e serventes dos Arsenaes de Marinha da Republica reger-se-ha, de ora em diante, pelo regulamento que a este acompanha, ficando revogado o que baixou com o decreto n. 2991, de 13 de setembro de 1895.

Capital Federal, 23 de feyvereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

Regulamento para o montepio dos operarios e serventes dos Arsenaes de Marinha da Republica, a que se refere o decreto n. 2819

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO MONTEPIO

Art. 1.º E' reorganizado o montepio dos operarios effectivos, dos extranumerarios, extraordinarios e serventes effectivos dos Arsenaes de Marinha da Republica, de accordo com o presente regulamento; ficando sem effeito o que baixou com o decreto n. 2991, de 13 de setembro de 1895.

Art. 2.º Este montepio tem por fim, nos casos estabelecidos na lei n. 127, de 29 de novembro de 1892, não só prover à subsistencia dos operarios e serventes a que se refere, quando invalidos, como tambem amparar o futuro de suas familias, quando elles fallecerem ou se invalidarem.

Art. 3.º Os operarios extraordinarios são obrigados a contribuir para o mesmo montepio, quando dispensados do serviço, para constituirem direito às vantagens e favores outorgados pela instituição.

Art. 4.º Constituem o fundo do montepio :

- 1º, As contribuições mensaes ;
- 2º, Os emolumentos dos titulos ;
- 3º, As pensões extinctas ou não applicadas por falta de quem a ellas tenha direito ;

4º, Os legados, doações, subscrições ou quaesquer beneficios feitos em favor do montepio ;

5º, O producto de quaesquer loterias que lhe possam ser consignadas ;

6º, A importancia das multas por infracção do regulamento dos Arsenaes ;

7º, A importancia dos salarios dos operarios, que não forem exigidos até tres mezes depois do findo o exercicio ;

8º, Os juros do capital constituido e dos abonos feitos aos operarios por conta dos salarios vencidos.

Art. 5.º Para o fundo do montepio contribuirão mensalmente :

a) os operarios e serventes, a que se refere o art. 1º, com um dia e meio dos respectivos salarios ;

b) os aprendizes, desde que comecem a vencer ;

c) os operarios e serventes pensionistas, com a quota correspondente a um dia e meio de pensão.

Paragrapho unico. A contribuição para o montepio será elevada até ao dobro, si assim exigir o fundo do montepio.

Art. 6.º Os contribuintes que forem dispensados do serviço, por motivo alheio à sua vontade (provando), si tiverem tres annos de effectivo serviço, poderão continuar a concorrer para o montepio.

Os que forem dispensados a pedido, sendo readmittidos, contarão, para todos os effectos, o tempo anterior de effectivo serviço.

§ 1.º É marcado o prazo de dois mezes, sob pena de prescrição, para os contribuintes que estiverem nos casos deste artigo requererem ao Ministro da Marinha authorisação para continuar a contribuir para o montepio.

§ 2.º Os contribuintes que obtiverem essa authorisação poderão fazer o pagamento de suas contribuições por semestres adeantados, preservando os seus direitos, si deixarem de effectuar a contribuição durante seis mezes consecutivos.

Art. 7.º Quando removido ou transferido de um Arsenal para outro, ou em commissão do Ministerio da Marinha, na Republica ou fóra della, o operario continuará sempre a contribuir com a quota competente para o montepio, e levará uma guia circumstanciada, que lhe será dada independentemente de requisição, no acto da transferencia ou nomeação, affirm de que lhe seja descontada a quota do montepio na repartição em que lhe forem abonados os vencimentos.

Art. 8.º Quando o operario for trabalhar, por ordem do Governo, em serviço de qualquer outro Ministerio ou particular, poderá continuar a fazer a contribuição na repartição competente do montepio, ou reservar, requerendo ao inspector, para que as contribuições sejam descontadas, em relação ao tempo em que trabalhou fóra, dos seus vencimentos, quando elle volte aos trabalhos do Arsenal.

Paragrapho unico. Si o operario, nas condições deste artigo, tornar-se pensionista ou fallecer, deixando herdeiros com di-

reito á reversão, far-se-ha do beneficio o desconto das quotas que o contribuinte houver deixado de satisfazer.

Art. 9.º O producto das quotas de contribuição e em geral todas as sommas arrecadadas por qualquer titulo, em favor do montepio, continuarão a ser convertidos em apolices da divida publica, bem como o saldo que porventura exista proveniente das pensões descontadas, *ex-vi* dos decretos ns. 5622, de 4 de março de 1874. e 745, de 12 de setembro de 1890.

Art. 10. Todas as quantias arrecadadas na forma do art. 4.º consideram-se, desde sua entrada em caixa, como constituindo o fundo do montepio, e, em caso algum, serão restituídas.

Paragrapho unico. Nestes termos, deixará de ter logar a indemnisação das contribuições, com que houverem concorrido para o extincto monte de pensões, aos operarios dos Arsenaes da Republica que se alistarem na brigada de artifices militares de que trata o decreto n. 948, de 5 de novembro de 1890.

Art. 11. Por conta dos salarios poderão ser feitos, pela Contadoria da Marinha, aos operarios e serventes abonos até $\frac{2}{3}$ do que já houverem vencido e por uma só vez em cada mez.

§ 1.º O inspector do Arsenal, por meio de vales extrahidos de livros de talões a cargo dos apontadores e com a assignatura dos mesmos e do operario ou servente, requisitará com a sua rubrica o abono á Contadoria, o qual será feito depois do *cumpra-se* do contador; não devendo, porém, o pagamento effectuar-se sinão ao proprio operario ou servente e, no caso de enfermo, á mulher ou filho.

§ 2.º E' fixado em 1 % o juro do emprestimo ou abono, que será descontado, com a quantia abonada, no primeiro pagamento que se fizer ao operario ou servente.

§ 3.º Nas ferias ou folhas de pagamento serão discriminados: a quantia abonada ao operario ou servente, o juro relativo e o saldo a receber, de sorte a facilitar a conferencia, demonstrando-se em resumo as importancias dos abonos, juros e saldo a pagar. As omissões ou faltas notadas implicam responsabilidade directa para os que as tiverem organizado.

§ 4.º Os juros obtidos serão escripturados no livro caixa do montepio, como fonte de renda.

CAPITULO II

DO BENEFICIO

Art. 12. O beneficio do montepio instituido pela lei n. 127, de 29 de novembro de 1892, realiza-se em pensões pagas em vida dos contribuintes ou em sua reversão aos herdeiros, nos termos dos artigos seguintes:

SECÇÃO PRIMEIRA

Da pensão

Art. 13. As pensões serão concedidas sob as bases e condições seguintes:

§ 1.º O contribuinte que contar 30 annos ou mais de serviço effectivo e se achar impossibilitado de nelle continuar por molestia ou velhice, tem direito a uma pensão igual a $\frac{3}{4}$ do vencimento diário.

§ 2.º O que contar mais de 15 e menos de 30 annos, achando-se nas mesmas condições, tem direito a $\frac{3}{4}$ do vencimento e mais tantas decimas quintas partes desse terço quantos forem os annos excedentes até 30.

§ 3.º O contribuinte que contar qualquer tempo de serviço e durante elle soffrer desastre, no exercicio de suas funcções, que o impossibilite de continuar a trabalhar, provando-o, perceberá o jornal de sua classe.

§ 4.º O que se invalidar, sem ser por molestia adquirida nas repartições a que se refere este regulamento, tendo mais de 15 annos de serviço, tem direito a $\frac{3}{4}$ do vencimento diário.

Para esse effeito descontar-se-ha o tempo absorvido por licenças, castigos e faltas.

Art. 14. A loucura é equiparada à invalidéz, para todos os effeitos do artigo anterior.

Art. 15. As pensões em geral ficam sujeitas a desconto e rateio, sem direito a posterior indemnização, desde que a insufficiencia de fundos do montepio não permitta pagal-as integralmente.

Paragrapho unico. O desconto e rateio, que serão relativos e proporcionaes ao *deficit* que for verificado no fundo do montepio, cessarão immediatamente com o desaparecimento do *deficit*.

Art. 16. Para os effeitos do presente regulamento só se contará o tempo de serviço durante o qual o operario tenha contribuido para o montepio, computando-se o tempo da contribuição anterior para o operario que, havendo deixado o serviço, a elle volte de novo.

Paragrapho unico. O tempo de serviço começará a decorrer da entrada do operario para o Arsenal.

Art. 17. Para o calculo da pensão entende-se vencimento o jornal e gratificação da classe do operario.

Art. 18. O contribuinte que, depois de 15 annos de serviço, fallecer em estado de solteiro, sem familia e sem recursos, terá direito ao seu enterramento pela caixa do montepio, sendo a despesa marcada pela commissão.

Paragrapho unico. Este abono será determinado pelo inspector do Arsenal, com informação da commissão de visita, que poderá ter iniciativa na proposta.

SECÇÃO SEGUNDA

Da reversão

Art. 19. Chama-se reversão o direito que tem os herdeiros do contribuinte a haver, nos termos deste regulamento, a pensão correspondente que, em caso algum, poderá ser maior que a metade da que caberia em vida ao contribuinte.

Art. 20. Tem direito á reversão a viuva, filhos e mãe do operario que fallecer com direito á pensão ou tendo-a gosado por menos de dous annos.

Art. 21. Não tem logar a reversão:

1º, quando o fallecimento do contribuinte occorrer antes de 15 annos do serviço ;

2º, quando o contribuinte se houver casado em artigo de morte.

Art. 22. Gosam do beneficio da reversão os herdeiros do contribuinte, uns na falta dos outros, na ordem seguinte:

1º, a viuva ;

2º, os filhos menores, repartidamente ;

3º, as filhas solteiras que viviam na companhia do operario ou fóra della com o necessario consentimento ;

4º, a mãe, salvo si não tiver vivido em companhia do instituidor do montepio.

Paragraphe unico. Desse beneficio só gosam as filhas legitimas ou reconhecidas e legitimadas, salvo as que o forem por subsequente matrimonio contrahido *causa mortis*.

Art. 23. Não é transmissivel o beneficio da reversão, cuja pensão se extingue sempre com a morte do beneficiado ou com a cessação do direito de perceber-a.

Art. 24. As pensões dos filhos menores só serão pagas aos tutores legalmente constituídos, que deverão requerer, juntando a certidão do termo de tutela, do que dar-se-ha communicação ao juiz do respectivo inventario.

Art. 25. Um terço da pensão dos filhos menores será depositado na Caixa Economica, devendo o deposito ser verificado com a apresentação semestral da respectiva caderneta na repartição por onde se faz o pagamento da pensão.

§ 1.º A direcção do montepio pôde, em qualquer tempo e sempre que julgue conveniente, obrigar o tutor a apresentar a caderneta, sem prejuizo da apresentação necessaria acima estatuída.

§ 2.º Ao tutor que não apresentar a caderneta em tempo opportuno, dentro do primeiro mez de cada semestre e sempre que lhe for exigido, ou apresental-a sem ter feito o deposito, não se pagarão as pensões que se forem vencendo, levando-se o facto ao conhecimento do juiz competente.

§ 3.º O numero e importancia da caderneta serão lançados nos assentamentos do pensionista, o que constará de nota authenticada na mesma caderneta, feita pela estação competente.

Art. 26. Os tutores poderão utilizar dous terços da pensão dos menores com sua educação, ficando obrigados, sem prejuizo de suas obrigações perante o juiz do inventario, a apresentar a matricula dos tutelados nos estabelecimentos de educação, attestados mensaes de frequencia nas aulas ou cursos, e, de quatro em quatro mezes, certidão de vida dos mesmos tutelados.

Art. 27. Os menores que tiverem em deposito quantia sufficiente serão admittidos em qualquer instituição pia que mantenha hospital, levantando os tutores para esse fim, da Caixa Economica, o capital necessario e devendo apresentar o titulo ou diploma para os precisos assentamentos.

Art. 28. Fallecendo o menor beneficiado sem se achar no gozo das vantagens do artigo anterior, o seu tutor poderá levantar da Caixa Economica a quantia necessario para as despesas do seu enterramento.

Art. 29. Os tutores respondem pela regular applicação das pensões dos menores seus tutelados, nos termos da legislação penal e orphenologica.

SECÇÃO TERCEIRA

Da perda do Beneficio

Art. 30. Perdem o direito á percepção do beneficio :

1º, O contribuinte que se divorcia ou se desfilia, salvo nos casos do art. 6º ;

2º, A viúva :

- a) Si por culpa sua não estiver em companhia do marido ao tempo do fallecimento ;
- b) Contrahindo novas nupcias ;
- c) Tornando-se deshonesta ;

3º, O filho menor :

- a) Completando 18 annos, salvo si estiver em estudos, caso em que perceberá a pensão até aos 21 annos ;
- b) Entregando-se a vicios reprovados ;
- c) Sendo aos 11 annos inteiramente analfabeto, por occasião da morte do seu pai ;

4º, A filha :

- a) Casando-se ;
- b) Tornando-se deshonesta ;

5º, A mãe, quando casada.

Art. 31. O reconhecimento da cessação do direito á percepção do beneficio será verificado e julgado pela Junta directora do montepio, em vista de prova authentica e nos termos deste regulamento.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO MONTEPIO

Art. 32. A administração do montepio, sob a autoridade superior do Ministro de Estado respectivo, será affecta a uma Junta directora auxiliada pelas comissões de visitas.

SECÇÃO PRIMEIRA

Da Junta directora

Art. 33. A Junta directora do montepio compõe-se do inspector do Arsenal, do contador e do pagador da Marinha, e se reunirá no Arsenal de Marinha, sempre que for convocada pelo inspector, para o exercicio de suas attribuições.

Art. 34. Compete á Junta directora:

- 1º, Julgar as habilitações para a percepção do beneficio ;
- 2º, Julgar a perda do direito a essa percepção ;
- 3º, Consultar com o seu parecer sobre as questões que se suscitarem, relativas ao montepio ;
- 4º, Publicar, no principio de cada anno, um *Boletim* contendo a receita e a despesa do anno findo, discriminadamente ;
- 5º, Deliberar sobre a constituição do fundo do montepio, applicação e conservação de seu capital em apolices da dívida publica ;
- 6º, Determinar, mediante as contas e calculos feitos na Contadoria, a porcentagem do rateio quando haja deficiencia de fundo do montepio para attender ao pagamento dos beneficios ;
- 7º, Conhecer das reclamações dos operarios demittidos que alleguem que o foram arbitrariamente, para o effeito do disposto no art. 6º.

Paragrapho unico. As resoluções da Junta serão sempre submettidas á approvação do Ministro para quem, além disto, poderão os interessados recorrer quando se julgarem lesados em seus direitos por qualquer acto do pessoal administrativo do montepio.

Art. 35. Ao inspector do Arsenal, como membro da Junta, compete :

- 1º, Convocar e presidir as sessões da Junta sempre que for necessaria a sua reunião ;
- 2º, Assignar todo o expediente relativo ao serviço do montepio e em geral expedir todas as instrucções e ordens convenientes para regular o serviço do montepio ;

3º, Despachar todos os requerimentos relativos ao montepio, dando-lhes o preciso expediente ;

4º, Submetter ao Ministro, para approvação, as consultas e deliberações que a Junta houver tomado ;

5º, Entender-se com as commissões de visita todas as vezes que for necessario ;

6º, Velar pela fiel execução deste regulamento.

Art. 36. Ao contador da Marinha, como membro da Junta, compete:

1º, Receber e informar os requerimentos dos contribuintes pedindo pensão e dos respectivos herdeiros solicitando reversão ;

2º, Fiscalisar a arrecadação geral do montepio e dirigir toda a sua escripturação ;

3º, Expedir as ordens immediatas para execução das resoluções da Junta sobre conversão e applicação do capital do montepio.

Art. 37. Ao pagador da Marinha, como membro da Junta, compete:

1º, Fazer todas as transacções e despezas que forem necessarias ou determinadas pela Junta ;

2º, Receber os juros, bem como a importancia de subscripções, doações, legados, que forem feitos em favor do fundo do montepio ;

3º, Effectuar o pagamento das pensões aos beneficiados munidos dos competentes titulos.

Art. 38. As funções dadas por este regulamento aos membros da Junta são inherentes aos respectivos cargos, não devendo prejudicar as exigencias do serviço publico, nem dando direito a gratificações extraordinarias.

SECÇÃO SEGUNDA

Das commissões de visita

Art. 39. Como auxiliar da administração do montepio, haverá em cada officina do Arsenal e directorias uma commissão de visita, composta de tres operarios designados pelo mestre e nomeados pelo director.

Paraphographo unico. Estas commissões, nas quaes não poderá entrar ninguem contra vontade propria e cuja escolha deverá recahir em operarios circumspectos, si corresponderão directamente com o inspector do Arsenal.

Art. 40. Incumbe ás commissões de visita:

1º, Ir á casa dos contribuintes que deixarem continuamente de comparecer ás officinas ou que houverem communicado acharem-se enfermos ;

2º, Visitar periodicamente os operarios pensionistas ;

3º, Levar ao conhecimento do inspector o estado de saude dos contribuintes, como dos pensionistas, afim de serem tomadas as providencias que forem convenientes ;

4º, Diligenciar afim de que os beneficiados preencham as exigencias deste regulamento, para que possam gosar do beneficio, informando de tudo ao inspector, para que seja elle suspenso, quando for caso disso.

Art. 41. Os membros das commissões de visita serão punidos criminalmente pelas informações apaixonadas ou suspeitas que derem sobre os assumptos sujeitos a sua observação e podem ser destituídos pelo director sempre que seja conveniente.

Art. 42. As funcções das commissões de visita não excluem a obediencia, respeito e subordinação que devem existir entre as autoridades superiores do Arsenal e os operarios, nem autorisam sua intervenção na direcção superior do montepio.

Art. 43. Apezar da obrigação que teem as commissões de visita de communicar ao inspector a enfermidade dos contribuintes, a estes corre o dever de fazerem a communicação logo que aloccerem e sempre que lhes for possivel.

SECÇÃO TERCEIRA

Da habilitação

Art. 44. A habilitação para a percepção do beneficio instituido pela lei n. 127 de 29 de novembro de 1892 deverá ser produzida perante o inspector do Arsenal, que mandará fazer o processo e o submeterá ao conhecimento da Junta logo que elle se ache em termos de ser julgado.

Art. 45. Toda habilitação deverá ser iniciada por um requerimento dirigido ao inspector e competentemente instruido.

Paragrapho unico. Requerendo pensão o operario ou servente o inspector mandal-o-lha submeter á inspecção de saude pela Junta medica da Armada, afim de se verificar si se acha em estado grave de saude, em avançada idade ou invalido, e ordenará a apuração de seu tempo de serviço de contribuição, inclusive o antigo montê de pensão (extincto).

Art. 46. Para obter o beneficio em reversão se habilitarão:

1. A viuva, apresentando:

a) Certidão de casamento ;

b) Certidão de obito do marido ;

c) Justificação que prove :

1º, Que não estava divorciada em termos legaes ;

2º, Que viveu em companhia do marido até seu falle-

cimento ;

3º, Que se conserva em estado de viuvez ;

4º, Que vive honestamente.

II. Os filhos menores, apresentando :

- a) Certidão de casamento dos paes ;
- b) Certidão de obito dos mesmos ;
- c) Certidão de casamento das mães, si viverem e houverem passado a segundas nupcias ;
- d) Certidão do reconhecimento ou da perfilhação, dispensada nestes casos e da letra a.

Para os do sexo masculino :

- e) Certidão de idade ;
- f) Attestado no caso de ser maior de 18 annos, provando estar seguindo os estudos ;
- g) Matricula ou documento que prove que aos 11 annos não era analphabeto ;
- h) Folha corrida para provar que não se entrega a vícios reprovados.

Para os do sexo feminino :

- i) Justificação de que são solteiras e honestas.

§ 1.º Pelos filhos menores do contribuinte fallecido requererá o seu tutor, juntando ao requerimento a certidão do termo de tutela.

§ 2.º Havendo mais de um filho menor, a pensão será dividida em tantas partes iguaes quantos forem os filhos com direito ao beneficio e essas partes não passarão aos demais quando o seu usufruidor morrer ou perder o direito a percepção della.

III. A mãe do contribuinte, apresentando :

- a) Certidão de idade do filho ;
- b) Justificação que faça certo :
 - 1.º Que era mãe do fallecido ;
 - 2.º Que viveu sempre em companhia do filho ;
 - 3.º Que não existem viuva ou filhos do contribuinte ou, si existem, não têm direito ao beneficio ;
 - 4.º Que vive honestamente ;
 - 5.º Que não é casada.

Art. 47. Todas as justificações que tenham de ser produzidas para prova de qualquer das circumstancias do artigo anterior, que não constem de prova documental, reconhecida em direito, devem ser effectuadas perante a Auditoria de Marinha, com sciencia do procurador seccional da Republica.

Paragraphe unico. Quando os justificantes não possam satisfazer a importancia das custas e emolumentos das justificações, estas serão pagas pela caixa do montepio, por conta dos justificantes para descontar nas pensões mediante guia expedida pelo escriptorio da Auditoria e rubricada pelo auditor.

Art. 48. O inspector do Arsenal logo que tenha completado todas as diligencias necessarias para a habilitação a percepção do beneficio, designará dia para o julgamento e convocará o contador e o pagador da Marinha afim de reunir-se a Junta directora.

§ 1.º Proferida a decisão, subirão por intermedio do inspector todos os papeis autoados e numerados ao Ministro da Marinha, que, si concordar com ella, a mandará cumprir.

§ 2.º Com o despacho do Ministro voltarão os papeis ao inspector, que lhe dará execução, ordenando qualquer diligencia, mandando archivar ou remettendo á Contadoria para serem expedidos os titulos competentes.

Art. 49. Os titulos de montepio serão assignados pelo Ministro da Marinha.

Art. 50. As habilitações para a reversão do montepio devem ser iniciadas dentro de tres annos contados da data do fallecimento do contribuinte, sob pena de prescripção.

Art. 51. A liquidação do tempo de serviço dos operarios e serventes continuará, nos termos da legislação vigente, a ser apurada pelo Conselho Naval.

SECÇÃO QUARTA

Da escripturação e expediente

Art. 52. A escripturação e expediente do montepio dos operarios ficam affectos á Contadoria da Marinha.

Art. 53. Haverá para a escripturação do montepio, além dos livros auxiliares que forem necessarios, os seguintes livros :

1.º *Caixa*, a cujo debito serão levadas todas as quantias arrecadadas em favor do montepio, seja qual for a proveniencia ou origem, creditando-se nelle todas as despesas feitas com pagamento de pensões, funeraos, corretagens, sellos, publicações, etc. ;

2.º *Caderneta de operarios pensionistas* para pagamento das respectivas pensões e em que resumidamente lançar-se-ha a data da concessão de pensão, sua importancia e a contribuição mensal que faz para o montepio ;

3.º *Caderneta de pensionistas em reversão*, que servirá para o mesmo fim da dos operarios, e do mesmo modo escripturada.

Art. 54. De todos os titulos do montepio se cobrará 2\$ de emolumentos.

Paragraphe unico. Essas quantias reverterão em favor do fundo do montepio e serão cobradas por desconto na occasião do primeiro pagamento ao pensionista.

Art. 55. Todos os livros de escripturação do montepio serão numerados e revestidos das formalidades de abertura, encerramento e rubrica, que serão feitos por qualquer dos membros da Junta.

Art. 56. A Junta directora tem competencia para regular, como entender conveniente, a escripturação e expediente do montepio, creando os livros e estabelecendo as normas que forem necessarias para regularidade do serviço.

CAPITULO IV

DO MONTEPIO NOS ARSENAES DOS ESTADOS

Art. 57. E' igualmente organizado o montepio para os operarios effectivos, extranumerarios, extraordinarios e serventes dos demais Arsenaes de Marinha da Republica.

Paragrapho unico. Com a organização desse montepio, cessam os creditos concedidos pelo fundo das contribuições dos operarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal para aquelles Arsenaes.

Art. 58. O montepio desses operarios e serventes se regerá pelas disposições deste regulamento em tudo que lhes for applicavel.

Art. 59. A direcção do montepio dos Arsenaes dos Estados caberá a uma Junta composta do respectivo inspector, exercendo as funcções que este regulamento define para o contador, e o pagador da Marinha, o inspector ou delegado e o thesoureiro das repartições fiscaes da União ali localisadas.

Paragrapho unico. Para o exercicio dessas funcções o Ministro da Marinha requisitará do da Fazenda a precisa autorisação.

Art. 60. Os inspectores dos Arsenaes nos Estados mandarão cumprir as deliberações da Junta, independentemente da intervenção do Ministro da Marinha, cujo despacho só será necessario quando a deliberação da Junta for contraria á pretensão dos requerentes, caso em que o inspector enviará todos os papeis devidamente ordenados.

Art. 61. Aos interessados cabe promover a intervenção da autoridade do Ministro sobre os negocios do montepio, sempre que se julgarem preteridos em seus direitos.

Art. 62. Nos Estados, cujos Arsenaes forem nas capitães, as justificações precisas para as habilitações serão dadas perante o juiz seccional, sciente o respectivo procurador; quando forem em outra cidade, deverão ser processadas perante o juiz que exercer a jurisdicção commum, intimado o respectivo orgão do ministerio publico local.

Art. 63. O abono das pensões só se tornará effectivo quando o permittirem os recursos do montepio.

Secretaria de Estado da Marinha, 23 de fevereiro de 1893. —
Manuel José Alves Barbosa.

N.

Exercício de 189.....

na de.....

rio de.....classe n.

na na forma do art. 11 do decreto n. 2819,

de fevereiro de 1898, a quantia de.....

pondente a 2/3 dos seus honorarios vencidos
je.

Arsenal de Marinha da Capital Federal, em
de.....de 189.....

O apontador

Votado a fl.do livro de matrícula

O operario

CUMPRASE.

O contador

N.

AUTORISO.

O inspector

MINISTERIO DA MARINHA
Montepio dos Operarios do Arsenal de Marinha

DA
CAPITAL FEDERAL

Exercício de 189.....

Officina de.....

O operario de.....classe n.
vae, de conformidade com o art. 11
do decreto n. 2819, de 23 de fevereiro de 1898, receber a
quantia de
correspondente a 2/3 dos seus honorarios vencidos até hoje.

Arsenal de Marinha da Capital Federal, em.....de
de 189.....

O apontador

O operario

Montepio dos Operarios do Arsenal de Marinha

O contador

N.

MINISTERIO DA MARINHA

Exercicio de 189.....

Montepio dos Operarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal

Rs \$ Importa em

2ª Secção da Contadoria da Marinha, em de
de 189.....

O chefe de secção

O escripturario

Recebeu e conmigo assignou. Pagadoria da Marinha,

..... de de 189.....

O escriptão

.....

DECRETO N. 2820 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1898

Proroga o prazo estabelecido no decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, para ser adoptado o Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro da Marinha, decreta:

Fica prorogado até 1 de maio proximo futuro o prazo estabelecido no decreto n. 2661, de 1 de novembro de 1897, para ser adoptado o Código de signaes commum a todos os portos e barras da Republica.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2821 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guardia Nacional da comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, sob a denominação de 50^a, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, com as designações de 148^a, 149^a e 150^a, e um do da reserva n. 50, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti



DECRETO N. 2822 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria e outra de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Ficam creadas na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a designação de 51ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 160, 161 e 162, e um do da reserva sob o n. 54, e outra de cavallaria sob n. 10, composta de dous regimentos com as designações de 19º e 20º.

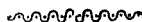
Art. 2.º As referidas brigadas serão organisadas com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2823 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Palmira, no Estado de Minas Geraes.

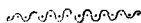
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Palmira, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 55ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 163, 164, e 165 e um do da reserva, com a designação de 55º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2824 — DE 28 DE FEVEREIRO de 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 56ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 166, 167 e 168, e um da reserva, sob o n. 56, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2825 — DE 2 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Coritybanos, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Coritybanos, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria com a designação de 6ª, composta dos batalhões sob ns. 16, 17 e 18 do serviço activo e 6ª da reserva, que organisar-se-hão com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de março de 1898, 20ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2826 — DE 2 DE MARÇO DE 1893

Crea uma brigada da infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina.

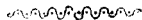
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria, com a designação de 7ª, composta dos batalhões de ns. 19, 20 e 21 do serviço activo e 7º do da reserva, os quaes se formarão com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2827 — DE 2 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

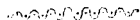
Art. 1.º Fica creada na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria com a denominação de 8ª, composta dos 22º, 23º e 24º batalhões de infantaria e 8º da reserva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2828 — DE 2 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Pomba, do Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria com a denominação de 6ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 11º e 12º, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de março de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2829 — DE 11 DE MARÇO DE 1898

Crea um Consulado em Glasgow, Gran-Bretanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta ;

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Glasgow, Gran-Bretanha,

Capital Federal, 11 de março de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2830 — DE 12 DE MARÇO DE 1898

Contracta com Affonso Spée o arrendamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi conferida pelo art. 4º da lei n. 427, de 8 de dezembro de 1896, e attendendo á proposta que, em virtude do edital de concorrência aberta para cumprimento daquella disposição legal, lhe foi apresentada por Affonso Spée, residente em Bruxellas, decreta :

Artigo unico. Fica contractado o arrendamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana com o mencionado Affonso Spée, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 12 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2830 desta data**

I

O prazo do arrendamento será de 69 annos, contados da data da assignatura do contracto.

II

As linhas a que se refere o presente decreto são as que se acham presentemente em trafego, constituindo a rede de Porto Alegre a Cacequy, de Cacequy a S. Gabriel e de Bagé a S. Sebastião.

III

O Governo Federal, precedendo autorisação legislativa, poderá fazer a encampação do contracto depois de decorridos 30 annos do arrendamento.

IV

O Governo Federal poderá temporariamente occupar no todo ou em parte a estrada de ferro, indemnizando o arrendatario.

V

No caso de encampação o valor desta será pago em ouro e determinado pela renda média líquida por anno do ultimo quinquennio. Essa renda média líquida, reduzida a ouro, ao cambio do dia, representará 5 % da importancia que, accrescida do valor das obras novas feitas e de todo o material adquirido para uso da estrada nos tres ultimos annos, deverá ser paga pelo Governo ao arrendatario.

No caso de encampação temporaria o arrendatario terá direito a uma indemnisação nunca inferior á média da renda líquida dos periodos correspondentes ao quinquennio precedente á encampação.

VI

O arrendatario pagará como preço do arrendamento as seguintes contribuições:

Lettra A—No acto da assignatura deste contracto, 160.000 libras esterlinas.

Lettra B—Em cada anno deste arrendamento e no fim de cada semestre decorrido, as contribuições seguintes em ouro: 1.500 libras esterlinas por semestre durante os primeiros cinco annos (10 semestres) deste contracto; 1.875 libras esterlinas por semestre durante o periodo seguinte de cinco annos, a saber, do sexto ao decimo anno (10 semestres); 2.250 libras esterlinas por semestre durante o terceiro periodo de cinco annos, a saber, do undecimo ao decimo quinto anno (10 semestres); 2.625 libras esterlinas por semestre durante o quarto periodo de cinco annos, do decimo-sexto ao vigesimo anno (10 semestres); 3.000 libras esterlinas por semestre durante o quinto periodo de cinco annos do vigesimo primeiro ao vigesimo quinto anno; 3.375 libras esterlinas por semestre durante o sexto periodo de cinco annos, do vigesimo sexto ao trigesimo; igual somma de 3.375 libras esterlinas por semestre em cada um dos annos subseqüentes do prazo do presente contracto até a sua terminação.

Lettra C—Por semestre igualmente uma quantia correspondente a 20 % (a quinta parte) da parte do saldo do trafego da estrada que, segundo o balanço semestral extrahido dos livros da escripturação da estrada, exceder a 12 % do capital effectivamente empregado pela companhia nas linhas, comprehendendo esse capital principalmente a contribuição inicial de 160.000 libras esterlinas paga ao Governo e um fundo de movimento de 20.000 libras esterlinas.

Os ditos saldos serão constituídos pelas rendas do trafego, descontadas todas as despezas do mesmo trafego e outras relativas a este e ao arrendamento, entre as quaes a importancia das contribuições annuaes pagas ao Governo.

VII

Para todos os effeitos do contracto de arrendamento, o capital do arrendatario ou da companhia que elle organisar será de 180.000 libras esterlinas ou 4.500.000 francos. Esse capital poderá ser augmentado eventualmente, si assim o approvar o Governo, para occorrer a necessidades imprevistas do trafego e da linha, especialmente do material rodante.

§ 1.º As despesas do trafego comprehenderão tolas as que forem relativas ao trafego das linhas e principalmente á conservação ordinaria e extraordinaria destas e suas dependencias, á renovação do material fixo e rodante, considerado para esse effeito tanto o que for recebido do Governo como o que for adquirido pelo arrendatario; as despesas resultantes de accidentes na estrada, roubos, incendios, seguros e de todos os casos de força maior; as despesas geraes no Brazil que adeante vão mencionadas; a quantia fixa de 2.456 libras esterlinas destinadas a despesas de administração na Europa e as despesas de fiscalização por parte do Governo, fixadas em 15:000\$ annuaes.

§ 2.º O arrendatario ou a companhia que elle organisar (*Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil*) poderá fazer com a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* uma convenção para confiar-lhe o trafego da rede ora arrendada. Os serviços do trafego da rede da *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* e os do das linhas ora arrendadas serão inteiramente distinctos e a contabilidade de cada uma será mantida em separado. As despesas geraes do trafego de uma e de outra redes no Brazil serão repartidas entre os dous serviços proporcionalmente ás respectivas rendas brutas; quanto ás despesas de administração central na Europa, fica marcado o maximo de 2.456 libras esterlinas para a rede *Sud-Ouest Brésiliens* e autorizada a despesa de igual quantia 2.456 libras esterlinas em relação ás linhas arrendadas.

VIII

A liquidação e apuração das contas para os pagamentos de que trata o presente decreto far-se-hão pela mesma forma e processo que se seguem nas estradas que gosam de garantias de juros por parte do Governo.

IX

Durante o prazo do arrendamento, o arrendatario contribuirá com a quantia annual de 15:000\$ para despesas de fiscalização do Governo, fazendo-se em prestações semestraes adiantadas a titulo de renda eventual do Thesouro Nacional.

Essas quotas farão parte das despesas de custeio da estrada, nos termos da clausula VII.

X

Ficará o arrendatario constituido em mora *ipso jure*, si não effectuar qualquer dos pagamentos semestraes deste contracto dentro dos 10 dias subsequentes ao ultimo dia do semestre alludido e obrigado por isso ao pagamento do juro de 9 % ao anno da quantia ou quantias respectivas.

Ficará igualmente constituido em mora e obrigado ao juro de 9 % ao anno, si, dentro dos 10 dias subsequentes à liquidação das contas da porcentagem da clausula III letra C, não houver pago a importancia respectiva.

XI

O arrendatario manterá as linhas, edificios, escriptorios e todas as outras dependencias da estrada, bem como o material fixo e rodante, em perfeito estado de conservação, conforme se acha previsto nas despesas do trafego; augmentará o material rodante, conforme as necessidades do trafego e ao findar o prazo do arrendamento entregará ao Governo em perfeito estado de conservação, sem indemnisação alguma, as linhas, edificios, escriptorios e mais dependencias da estrada, assim como o material fixo e rodante.

XII

O arrendatario terá preferencia, em igualdade de condições, para a construção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes que concorrerem para o desenvolvimento e facilidade do trafego, respeitadas as direitas adquiridos por concessões anteriores.

XIII

As linhas arrendadas gosarão dos favores de desapropriação e de isenção de direitos de importação para o material que for adquirido no estrangeiro para o seu uso, tudo na fórma das disposições a todos respeitos ora vigentes.

XIV

As tarifas e condições regulamentares ora em vigor nas estradas arrendadas são mantidas sem alteração; todavia o arrendatario terá o direito de proceder, opportunamente, à revisão dos preços de unidade das differentes especies de transportes, podendo applicar ás tarifas taxas variaveis com o cambio e estabelecer novos horarios, tudo de accordo com o Governo.

§ 1.º O arrendatario terá desde já a faculdade de fazer um augmento de 2 % correspondente a cada dinheiro de depressão do cambio abaixo de 12 dinheiros por um mil réis.

§ 2.º Não haverá nas linhas arrendadas transporte gratuito sinão para o pessoal da estrada em serviço e para objecto de serviço, para o material necessario aos serviços da conservação e trafego da estrada, malas do Correio e seus conductores.

XV

O fôro para as questões que se suscitarem com o arrendatario ou companhia por motivo do presente decreto será o da União ; devendo o arrendatario ter pessoa idonea nesta Capital Federal para represental-o.

XVI

O Governo reserva-se o direito de impor multas de 2:000\$ a 20:000\$ por falta de cumprimento de qualquer ou quaesquer das clausulas do arrendamento e a pena de rescisão do contracto respectivo.

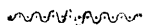
XVII

São casos de rescisão do contracto de arrendamento a cessação parcial ou total do tráfego da estrada, sem motivo justificado, por mais de 15 dias, a demora dos pagamentos semestraes por mais de 30 dias depois da expiração do semestre correspondente, observadas as disposições da clausula X e a falta de perfeita conservação da estrada e suas dependencias.

XVIII

São applicaveis ás linhas arrendadas todas as disposições do decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857, concernente á policia e segurança das linhas de estradas de ferro, que não forem contrarias ás presentes clausulas.

Capital Federal, 12 de março de 1898. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2831 — DE 14 DE MARÇO DE 1898

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados no Estado da Parahyba, nos termos do art. 3º § 1º da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das doze circumscripções federaes em que se dividirá a respectiva secção, das quaes comprehenderá : a 1ª, a comarca de Mamanguape; a 2ª, a de Guarabira ; a 3ª, a de Bananeiras ; a 4ª,

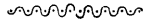
a de Areia; a 5ª, a de Itabayana; a 6ª, a de Campina Grande; a 7ª, a de S. João; a 8ª, a de Patos; a 9ª, a de Catolê do Rocha; a 10ª, a de Piancó; a 11ª, a de Misericórdia e a 12ª, a de Souza, e cujo limites serão os das comarcas que as compoem.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4º e 5º da citada lei, terá o procurador um ajudante e haverá um lugar de solicitador.

Capital Federal, 14 de março de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2832 — DE 14 DE MARÇO DE 1898

Substitue a tabella dos emolumentos consulares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil;

Usando da autorisação que lhe foi concedida pelo art. 2º n. V da lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897;

Decreta :

Art. 1.º Fica substituida a tabella dos emolumentos consulares annexa ao decreto n. 1327 D, de 31 de janeiro de 1891, pela que acompanha este decreto.

Art. 2.º Essa tabella será posta em vigor do 1º de maio proximo futuro em diante, de accordo com as instrucções juntas, assignadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Capital Federal, 14 de março de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

Tabella dos emolumentos consulares que se devem cobrar nos Consulados e Vice-Consulados brasileiros em virtude do decreto n. 2832 de 14 de março de 1898

1. Legalização do manifesto da carga de um navio, calculada a tonelagem segundo a legislação dos respectivos paizes, até 500 toneladas, por tonelada para o primeiro porto..... \$100

2. Idem para os outros portos.....	\$050
3. Pelo que exceder para o primeiro porto.....	\$010
4. Idem para os outros portos.....	\$005
5. Visto de cada conhecimento de carga.....	2\$000
6. Carta de saúde de cada navio nos logares onde não houver repartição que as confira, ou visto nas mesmas.....	10\$000
7. Visto na matricula da equipagem.....	5\$000
8. Matricula da tripulação.....	10\$000
9. Mudança na lista da equipagem, por cada homem.....	1\$000
10. Passaportes a navios.....	20\$000
11. Endosso no pas-saporte de um navio.....	3\$000
12. Certificado de vir um navio em lastro, cada um..	12\$000
13. Inventario de um navio.....	24\$000
14. Vistoria de um navio.....	24\$000
15. Idem de fazendas a bordo.....	24\$000
16. Autorisar um novo diario de navegação e ru- bricar todas as suas folhas, cada uma.....	\$100
17. Mudança de bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, além da siza.....	30\$000
18. Pela mesma operação de bandeira estrangeira a nacional, além da siza.....	10\$000
19. Mudança de bandeira nacional a estrangeira, in- cluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, sobre o preço do arrendam- ento annual.....	2 %
20. Pela mesma operação de bandeira estrangeira a nacional, sobre o preço do arrendamento annual.....	1 %
21. Nomenclatura ou approvação da nomenclatura de um capitão e seu registro.....	5\$000
22. Carta de fretamento.....	10\$000
23. Visto de um diario nautico.....	2\$000
24. Venda publica de mercadorias avariadas ou outras pertencentes á carga de um navio, até 1:000\$000.....	1 1/2 %
25. Pelo que exceder.....	1 %
26. Arrecadação de objectos pertencentes á carga e casco de um navio naufragado, sobre o valor ou somma.....	2 1/2 %
27. Registro de um brasileiro na matricula do Con- sulado e expedição do competente titulo de nacionalidade.....	4\$000
28. Pela renovação desse titulo.....	2\$000
29. Passaporte expedido a individuo.....	6\$000
30. Sendo simplesmente visado.....	3\$000
31. Visto na certidão de nacionalidade.....	2\$000
32. Idem annual na certidão de matricula.....	2\$000
33. Inventario de bens por fallecimento até 2:000\$000.....	5 %
34. Dessa quantia em diante.....	1 %

35. Testamento.....	20\$000
36. Approvação do dito.....	10\$000
37. Termo de abertura do dito.....	10\$000
38. Escripção de compra e venda e acto de sociedade.....	10\$000
39. Uma procuração ou substabelecimento.....	10\$000
40. Reconhecimento de assignatura ou legalização de qualquer documento não passado no Consulado.....	5\$000
41. Certidão por pagina ou parte de pagina.....	2\$000
42. Certificado ou attestado do Consulado para servir em qualquer estação.....	4\$000
43. Registro de qualquer documento nos livros do Consulado, que não seja o manifesto, carta de saúde, matricula da equipagem e passaportes, por pagina ou parte de pagina.....	2\$000
44. Buscas nos livros ou papeis do Consulado, além dos emolumentos das certidões, por anno.....	1\$000
45. Si a parte indicar o anno.....	5\$00
46. Tradução de qualquer documento, por pagina ou parte de pagina.....	5\$000
47. Assistencia do consul a actos que exijam a sua ausencia do Consulado, por cada dia ou cada tres milhas de distancia, além das despesas do transporte, si as houver.....	10\$000
48. Assistencia do consul a qualquer venda, sendo requerida, uma commissão de.....	2 %
49. Vistoria de fazendas em terra.....	15\$000
50. Nomeação de peritos, cada um.....	5\$000
51. Interrogatorio de testemunhas, cada uma.....	10\$000
52. Protesto ou declaração.....	10\$000
53. Certidão de vida.....	5\$000
54. Dinheiro recebido ou depositado por conta de particulares, uma commissão de.....	2 1/2 %
55. Escripção e registro de qualquer contracto até 5:000\$000.....	1 %
56. Pelo excedente.....	1/4 %
57. Contracto de dissolução de sociedade.....	20\$000
58. Dinheiro despendido por conta de particulares....	5 %
59. Legalização de cópia ou conferencia de tradução de qualquer documento feito fora da Chancellaria, pela primeira lauda.....	2\$000
60. Por cada uma das seguintes.....	1\$000
61. Legalização de facturas.....	5\$000
62. Cópia de qualquer documento escripto em lingua estrangeira, pela primeira pagina.....	2\$000
63. Por cada uma das seguintes.....	1\$000
64. Sentença arbitral, sendo de valor determinado:	
Até 500\$000.....	2\$000
» 1:000\$000.....	4\$000
» 3:000\$000.....	8\$000

Até 5:000\$000.....	12\$000
» 10:000\$000.....	20\$000
De 10:000\$ para cima, por cada 1:000\$000....	2\$000
65. Sendo de valor indeterminado ou sobre objecto que o não tenha.....	10\$000
66. Qualquer documento official ou instrumento não nomeado ou enumerado nesta tabella, que não exceda de 100 palayras.....	5\$000
67. Por cada 100 outras addicionaes.....	2\$000
68. Termos de qualquer natureza não especificados na tabella.....	5\$000

Capital Federal, 14 de março de 1898. — *Dionísio E. de Castro Cerqueira.*

Instruções para a execução da tabella dos emolumentos consulares, a que se refere o decreto n. 2332 de 11 de março de 1898

Art. 1.º Os navios deverão trazer tantos manifestos quantos forem os portos de destino e pagarão pelo que tiver de ser apresentado no primeiro porto a respectiva taxa completa, e por cada um dos outros, metade.

Art. 2.º A embarcação que receber carga em diversos portos estrangeiros para os do Brazil deverá legalizar os manifestos em cada um desses portos.

Art. 3.º A base para a cobrança da legalização de manifestos é a tonelagem total da arqueação do navio.

Art. 4.º Tratando-se de vapores, a tonlagem total deve ser entendida como a líquida e não a bruta.

Art. 5.º A lotação de cada navio para a cobrança dos emolumentos pela legalização dos manifestos de carga é a que constar da respectiva carta de registro, passaportes ou documento equivalente, reduzida à tonelada brasileira de 2,83 metros cubicos, nos termos do art. 573 da *Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas*.

Art. 6.º Pela legalização dos manifestos de um navio estrangeiro não se devem repetir integralmente os emolumentos da tabella respectiva tantas vezes quantos forem os portos em que carregarem; devem-se receber os emolumentos por inteiro só no primeiro porto do despacho e metade nos outros, sejam ou não do mesmo districto consular. Para esse fim o agente consular do primeiro porto dará gratuitamente ao commandante do navio um certificado dos emolumentos alli pagos.

Art. 7.º Os certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter qualquer embarcação recebido carga ou descarregado volume, mercaderia ou objecto algum, ou, si houver feito, da quantidade ou numero dos volumes ou mercaderias descarregadas, devem pagar cada um a taxa de 1\$, como certificado para servir em qualquer estação.

Art. 8.º Os navios que só conduzem passageiros e suas bagagens e os que só os tomam nos portos intermediarios, além do carvão, terão de pagar apenas a taxa desses certificados, isto é, 4\$ por cada um.

Art. 9.º Os conhecimentos de mercadorias em transitio para portos estrangeiros não devem ser visados e não estão sujeitos a emolumento algum.

Art. 10. Os navios pagarão a taxa de 12\$ tantas vezes quantos forem os certificados de lastro que necessitarem.

Art. 11. Os emolumentos pelos vistos nos conhecimentos de carga deverão ser cobrados dos capitães de navios ou armadores pela serie de conhecimentos annexa ao manifesto, collando-se as estampilhas na declaração consular que os acompanha.

Art. 12. Não devem ser cobrados emolumentos consulares pela legalização de conhecimentos de cargas embarcadas por conta do Governo britannico, em reciprocidade de não se exigir pagamento algum nos respectivos Consulados em casos analogos.

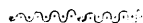
Art. 13. Os passaportes expedidos a diplomatas, agentes consulares, funcionarios publicos em commissão do Governo, desvalidos brasileiros e immigrantes, são isentos de emolumentos e, portanto, de estampilhas. No mesmo caso estão os vistos lançados em documentos de immigrantes.

Art. 14. Pelas procurações que a pedido dos interessados forem registradas nos Consulados deverão ser cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento (2\$ por pagina ou parte de pagina) e o reconhecimento das firmas (5\$ pelo de cada uma).

Art. 15. Pelas que forem passadas nos livros dos Consulados, de accordo com a circular da 3.ª secção deste Ministerio, n. 11 de 15 de maio de 1893, os consules cobrarão 10\$ por traslado, devidamente legalisado e escripto em meia folha de papel cujas dimensões não excedam de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura.

Art. 16. Nas procurações, havendo mais de um outorgante, cada um delles pagará o emolumento de 10\$000. Exceptuam-se, porém, as procurações de marido e mulher, irmãos e co-herdeiros para o inventario e herança commum, universidade, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, scientifica ou artistica, que pagarão como um só outorgante.

Capital Federal, 14 de março de 1898. — *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*



DECRETO N. 2833 — DE 15 DE MARÇO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 221:914\$135, supplementar á verba 27ª do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 8º, n. 1, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 221:914\$135, supplementar á verba 27ª — Diversas despesas e eventuaes, consignação, transporte de tropa, comedorias de embarque e escaleres de fortaleza, do art. 5º da mesma lei, para occorrer ao pagamento de despesas feitas por conta da referida consignação.

Capital Federal, 15 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2834 — DE 16 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.

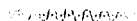
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria com a denominação de 5ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 13º, 14º e 15º e um do da reserva com a designação de 5º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Américo Cavalcanti.



DECRETO N. 2835 — DE 16 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.

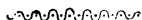
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 51ª, a qual se constituirá com os tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 151ª, 152ª e 153ª, e um do da reserva sob n. 51, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2836 — DE 17 DE MARÇO DE 1898

Contracta com o engenheiro Alfredo Novis o arrendamento da Estrada de Ferro de Baturité.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe foi conferida pelo art. 4º da lei n. 427, de 8 de dezembro de 1896, e attendendo á proposta que, em virtude do edital de concorrência aberta para cumprimento daquella disposição legal, lhe foi apresentada pelo engenheiro Alfredo Novis, decreta:

Artigo unico. Fica contractado o arrendamento da Estrada de Ferro de Baturité com o mencionado engenheiro Alfredo Novis, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 17 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2836 desta data**

I

O prazo do arrendamento será de 60 annos, contado da data da assignatura do contracto. No mesmo dia em que expirar aquelle prazo expirará igualmente o do uso e gozo dos prolongamentos e ramaes que o arrendatario construir e explorar.

II

O arrendamento tem por objecto :

- a) a linha actualmente em trafego da cidade da Fortaleza a Quixeramobim (inclusive os ramaes de Maranguape e da Alfandega) com 244^h,820 metros ;
- b) as estações, escriptorios, armazens, depositos e mais edificios e dependencias da estrada ;
- c) o material fixo e rodante.

III

O Governo Federal, precedendo authorisação legislativa, poderá fazer a encampação do contracto depois de decorridos 30 annos do respectivo prazo de arrendamento e resgatar, conjunctamente com a encampação, os prolongamentos e ramaes construidos pelo arrendatario.

Fica entendido que a presente clausula não abroga o direito que tem o Estado de, em qualquer tempo, dar por findo o arrendamento, observadas as regras da desapropriação por utilidade publica.

IV

O Governo Federal poderá temporariamente occupar, no todo ou em parte, a estrada de ferro, indemnizando o arrendatario.

V

No caso de encampação ou resgate, a indemnisação corresponderá a 5 % da renda liquida média annual, verificada no ultimo quinquennio, multiplicada pelo numero de annos que faltarem para a terminação do arrendamento e comprehenderá tambem o valor das obras novas e material accrescido e adquirido nos tres ultimos annos.

No caso de occupação temporaria a indemnisação não será superior á média da renda liquida dos periodos correspondentes no quinquennio precedente á occupação.

VI

A indemnisação pela desapropriação, encampação, resgate ou occupação temporaria será paga em moeda corrente ou em títulos da dívida publica interna, vencendo os juros de 5 % ao anno.

VII

O preço do arrendamento constará:

a) de uma contribuição inicial de 100:000\$, paga no acto da assignatura do contracto ;

b) das seguintes annuidades, pagas em moeda corrente por semestres vencidos :

Durante os dez primeiros annos do arrendamento, 120:000\$, emquanto a receita bruta da estrada não exceder a 1.000:000\$; durante o 2º decennio, 146:000\$, emquanto aquella receita não exceder a 1.050:000\$; durante o 3º decennio, 176:000\$, emquanto a receita não exceder a 1.100:000\$; durante o 4º decennio, 207:000\$, emquanto a receita não exceder a 1.150:000\$; durante os 5º e 6º decennios do arrendamento, 240:000\$, emquanto a receita bruta não exceder a 1.200:000\$000.

Si a receita bruta for superior ás quantias supra-mencionadas, o arrendatario pagará por anno, em vez das annuidades fixas acima estatuidas, as percentagens de 10 % no 1º decennio, 12 % no 2º, 16 % no 3º, 18 % no 4º, 20 % nos 5º e 6º e mais a quantia fixa de 20:000\$ por anno nos dous primeiros decennios;

c) de uma quantia correspondente a 20 % da renda liquida que exceder a 12 % do capital effectivamente empregado pelo arrendatario.

VIII

As percentagens a que se referem as clausulas antecedentes serão liquidadas em vista dos balanços da receita e despeza de custeio da estrada, obrigando-se o arrendatario a exhibir, sempre que lhe forem exigidos, os livros da respectiva escripturação e documentos justificativos.

A tomada de contas para o pagamento das percentagens á Fazenda Federal far-se-ha por processo identico ao que estiver estabelecido para o pagamento da garantia de juros.

IX

Constituem despesas de custeio e de conservação as que são definidas na clausula XXXIV do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, além das despesas miudas de escriptorio e administração (sellos, estampilhas, telegrammas, impostos), as quotas para fiscalisação e a importancia das contribuições annuaes pagas ao Governo.

X

Ficam expressamente excluídos das despesas de custoio:

- a) as multas e indemnisações de damno;
- b) os juros e amortisações das operações de credito;
- c) tudo quanto não tiver sido approved pelo Governo, expressamente ou por omissão, vencido o prazo para a approvação de que trata a clausula XI.

XI

O orçamento das despesas de administração, conservação e melhoramento será submittido á approvação do Governo, considerando-se approved 60 dias depois de sua apresentação ao engenheiro fiscal.

XII

Será considerado capital:

- a) a contribuição inicial;
- b) o valor da construcção dos prolongamentos e ramaes;
- c) o valor das obras novas da estrada e do material fixo e rodante accrescido.

Nenhuma verba será levada á conta de capital sem approvação do Governo.

XIII

O arrendatario terá preferencia, em igualdade de condições, para a construcção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes que concorrerem para desenvolvimento e facilidade do trafego, respeitados os direitos adquiridos por concessões anteriores.

Poderá, outrossim, construir novas linhas ou dobrar as linhas por toda a extensão da estrada, nas zonas em que taes obras se tornarem precisas.

§ 1.º A construcção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes ou novas secções se regerão pelas clausulas IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVII, XVIII, XIX 2ª alinea, XX, XXI, XXVIII e XXXIII que acompanharam o decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, sendo, porém, de 25 metros o comprimento minimo de tangente entre curvas oppostas e descontados das rampas os valores correspondentes ás curvaturas para nunca ser realmente excedido o limite maximo da declividade.

§ 2.º As demais condições relativas á construcção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes serão fixadas por occasião da approvação dos respectivos estudos pelo Governo.

§ 3.º Aberto ao trafego qualquer prolongamento, ramal ou nova secção, a linha construida ficará logo incorporada á exploração da Estrada de Ferro, objecto do presente decreto o subordinada ao seu regimen.

XIV

O arrendatario poderá prolongar o ramal da Alfândega até ao porto de Mucuripe e estabelecer ali, mediante autorização do Governo, uma ponte de desembarque, sob as condições que opportunamente forem estabelecidas.

XV

O arrendatario é obrigado a prolongar a estrada até Humaytá dentro do prazo de tres annos, contado da data da assignatura do contracto, mediante a redução de 50 % da contribuição inicial e das annuidades dos cinco primeiros annos do arrendamento.

§ 1.º O capital a empregar na construcção do prolongamento é fixado em 300:000\$000.

§ 2.º O arrendatario deixa em deposito no Thesouro Federal, para garantia da construcção do referido prolongamento, a quantia de 150:000\$ que, mediante informação do engenheiro-fiscal, lhe será restituída em tres quotas de 50:000\$ cada uma, a 1.ª, quando for inaugurada definitivamente a estação Prudente de Moraes; a 2.ª, quando for entregue ao trafego definitivo a segunda estação, que distará cerca de 10 kilometros daquela; e a 3.ª, depois de concluido e recebido o prolongamento até a estação de Humaytá.

§ 3.º Si o prolongamento não for concluido dentro do prazo de tres annos, ficará de pleno direito resolvido o contracto de arrendamento com os effeitos da clausula XXII.

§ 4.º As obras principaes e accessorias do prolongamento ficarão incorporadas á estrada, devendo reverter, sem indemnisação alguma, para a União, quando cessar o arrendamento pela desapropriação, encampação ou resolução do contracto.

XVI

O arrendatario manterá em perfeito estado de conservação as linhas, officinas e dependencias da estrada, bem como o material rodante, e augmentará o material rodante conforme as necessidades do trafego.

Findo o prazo do arrendamento, entregará ao Governo, sem indemnisação alguma, as linhas, officinas e mais dependencias e o material fixo e rodante, em perfeito estado de conservação.

§ 1.º A conservação não poderá, sem expressa autorização do Governo, alterar as condições technicas da estrada de ferro, e deverá ser tal que, em qualquer tempo, possa o Governo trafegal-a por si ou por terceiro, sem necessidade immediata de serviço dessa especie.

§ 2.º O augmento do material rodante será realizado sempre que o Governo entender que as necessidades do trafego o exigem.

XVII

Vigorarão para a estrada arrendada as condições regulamentares actuaes, soffrendo as tarifas as modificações que, em vista das bases que acompanharam a proposta do arrendatario, forem approvadas pelo Governo.

§ 1.º As tarifas serão fixas; de accordo, porém, com o Governo e para casos especiaes a seu juizo poderão soffrer uma redução, que perdurará pelo tempo que for determinado.

Entre os casos especiaes comprehendem-se os de falta e carestia de generos alimenticios.

§ 2.º A revisão das tarifas da estrada far-se-ha de tres em tres annos, podendo o arrendatario propor alterações variaveis com o cambio e estabelecer novos horarios, de accordo com o Governo.

§ 3.º Só entrarão em vigor os preços de tarifas novos oito dias depois de publicada a alteração pela imprensa e affixados por edital nas estações da estrada.

§ 4.º Não haverá transporte gratuito na estrada sinão para pessoal em serviço e para objecto de serviço, para os materiaes dos prolongamentos, ramaes ou da conservação das linhas, malas do Correio e seus conductores.

XVIII

O trafego não poderá ser interrompido, salvo os casos de força maior, comprehendidas nestas as determinações do Governo.

XIX

O arrendatario ficará constituido em mora, *ipso jure*, e obrigado ao juro annual de 9 %:

a) si não effectuar o pagamento da prestação fixa dentro de 10 dias subsequentes ao semestre vencido;

b) si, dentro de 10 dias depois da liquidação de contas das porcentagens devidas á Fazenda Federal, não pagal-as.

XX

O Governo reserva-se o direito de impor multas de 1:000\$ a 15:000\$ e a pena de resolução do arrendamento pelas irregularidades do trafego, sem motivo justificado, ou por outra qualquer infracção do contracto.

XXI

A resolução do arrendamento se verificará de pleno direito:

a) si o arrendatario interromper ou abandonar o trafego, em tola ou em parte da estrada, por mais de 15 dias;

b) si não pagar as prestações fixas dentro de 30 dias da expiração do semestre correspondente ou as porcentagens dentro do mesmo prazo contado da respectiva liquidação, observadas as disposições da clausula XIX ;

c) si não renovar, dentro de 30 dias contados da notificação pelo fiscal, a caução quando desfalcada;

d) si no prazo de 30 dias não entrar para o fundo de garantia com a importância que for apurada de accordo com as clausulas VIII e XXIX.

XXII

Verificada a resolução do contracto por motivo de infracção commettida pelo arrendatario, não lhe será devida indemnisação alguma, mas responderá por prejuizos, perdas e damnos, além de perder, em favor da União, a caução e cincoenta por cento (50 %) do fundo de que trata a clausula XXIX.

XXIII

O arrendatario renunciará no contracto todos os casos fortuitos, ordinarios ou extraordinarios, solitos ou insolitos, cogitados ou não cogitados, e, em todos e em cada um delles, ficará sempre obrigado sem delles se poder valer, nem os poder allegar em tempo algum e para algum effeito.

XXIV

Todos os socios do arrendatario e os que com elle tiverem interesse ficarão obrigados *in solidum* á Fazenda Federal, posto que não assignem o contracto ou qualquer acto subsequente.

XXV

A morte, a interdicção, a fallencia do arrendatario não resolverá o contracto. O Governo, de accordo com o representante legal do arrendatario, providenciará sobre o trafego.

§ 1.º Em qualquer desses casos a transferencia do contracto dependerá de approvação do Governo quanto á pessoa do cessionario, lavrando-se termo de reversão, em virtude do qual succederá ao arrendatario, com todos os seus direitos e obrigações.

§ 2.º Si os herdeiros do arrendatario não forem idoneos, o Governo promoverá a venda judicial do arrendamento, guardadas as formalidades como nos demais bens patrimoniaes.

XXVI

Mediante autorização do Governo o arrendatario poderá transferir o arrendamento em qualquer tempo a alguma sociedade anonyma ou em commandita por acções ou associar-se a terceiros.

A sociedade em qualquer hypothese terá sua sede no Brazil.

XXVII

O arrendatario gozará do favor de desapropriação por utilidade publica, na forma das leis em vigor, e da isenção de direitos para o material importado para o serviço do trafego e construção. Para se fazer efectiva a isenção de direitos, observar-se hão as disposições respectivas das leis ou regulamentos fiscaes.

XXVIII

O fóro para todas e quaesquer questões judiciais, seja autor ou réo o arrendatario, será o federal.

XXIX

A responsabilidade do arrendatario, resultante do contracto de arrendamento, será limitada; deverá, porém, prestar uma caução de cincoenta contos de réis (50.000\$) em moeda corrente ou apolices da divida publica, mantendo-a integral durante todo o prazo do arrendamento.

Para reforço da caução, haverá um fundo constituido por quotas de um por cento (1 %) da renda bruta da estrada que o arrendatario depositará, por semestres vencidos, no Thesouro Federal em moeda corrente ou em apolices.

XXX

Findo o prazo do arrendamento ou rescvido o contracto:

a) si as linhas, edificios, offeinas e mais dependencias da estrada e o material fixo e rodante não estiverem em perfeito estado de conservação, será deduzida das importancias depositadas no Thesouro a parte necessaria para preenchimento desta clausula, observado o disposto na clausula XXI;

b) o saldo da caução e do fundo de garantia do contracto será entregue ao arrendatario, cumprindo tambem o que estabelece a clausula XXII;

c) si as quantias deduzidas nos termos da alinea a não bastarem para o preenchimento da clausula de perfeita conservação, o arrendatario ficará obrigado a devida indemnisação que será fixada judicialmente, mediante victoria o arbitramento, procedendo-se á cobrança executiva.

XXXI

Os lubrificantes, material de consumo da locomoção, livros, impressos, material de telegrapho ou de construção, combustivel ou utensilios existentes nos almoxarifados e depositos, e entregues mediante inventario ao arrendatario, serão a este debitados pelo custo e pagos nos prazos que forem estipulados no contracto.

XXXII

Durante o prazo do arrendamento, o arrendatario contribuirá com a quantia annual de 10:000\$ para as despezas de fiscalisação do Governo, fazendo-a em prestações semestraes adeantadas a titulo de renda eventual do Thesouro Federal.

XXXIII

São applicaveis á linha arrendada as disposições do decreto n. 1930, de 24 de abril de 1857, concernentes á policia e segurança das estradas de ferro, e que não forem contrarias ás presentes clausulas.

XXXIV

Os casos omissoes no presente decreto ou no contracto serão regidos pela legislação civil e administrativa do Brazil, quer nas relações do arrendatario com o Governo, quer com os particulares.

XXXV

O arrendatario fica obrigado a assignar o contracto dentro de trinta (30) dias, a contar da data da publicação deste decreto, sob pena de perder a quantia de cinco contos de réis depositada no Thesouro Federal.

Capital Federal, 17 de março de 1898.—*Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2837 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Art. 1.º Fica creada na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com

a designação de 21ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 61, 62 e 63, e de um batalhão da reserva, com a designação de 21ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2838 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a denominação de 18ª, a qual se constituirá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, sob os ns. 52, 53 e 54, e um do da reserva, sob o n. 18, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2839 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creada, na comarca de Gurupá, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, composta

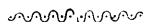
dos 82º, 83º e 84º batalhões de infantaria do serviço activo e 28º da reserva, e com a designação de 28ª.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2840 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Manhuassú, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Manhuassú, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, sob a denominação de 47ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, com as designações de 139ª, 140ª e 141ª, e um do da reserva, sob n. 47, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2841 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno proximo passado, resolve decretar :

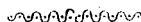
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob a denominação de 48ª, a qual se constituirá com tres ba-

talhões do serviço activo, com as designações de 142º, 143º e 144º e um do da reserva, sob n. 48, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2842 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes

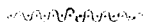
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do anno passado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob a denominação de 42ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, com as designações de 124º, 125º e 126º, e um do da reserva, sob n. 42, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2843 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Organisa uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Ponta de Pedras, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Fica organizada na comarca de Ponta de Pedras, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacio-

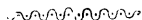
naes com a designação de 29^a e que se comporá dos 85^o, 86^o e 87^o batalhões de infantaria e 29^o da reserva.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2844 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Valença, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes com a designação de 5^a, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 13^a, 14^a e 15^a, e este com a de 5^a, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2845 — DE 19 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de artilharia de Guardas Nacionaes na comarca de Blumenau, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Blumenau, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de artilharia com a designação de 2^a, composta do regimento de artilharia de camp-

nha sob n. 2 e do batalhão de artilharia de posição, com igual numero e ambos organizados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1893, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2846 — DE 19 DE MARÇO DE 1893

Dá regulamento para o Cofre dos Depositos Publicos da Capital Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve approvar o regulamento para o Cofre dos Depositos Publicos da Capital Federal, que a este acompanha.

Capital Federal, 19 de março de 1893, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Bernardino de Campos.

Regulamento para o Cofre dos Depositos Publicos da Capital Federal, a que se refere o decreto n. 2846, desta data

Art. 1.º O Cofre dos Depositos Publicos da Capital Federal, a que se referem os alvarás de 21 de maio de 1751, capitulo 5º; 9 de agosto de 1759; 20 de janeiro de 1774; 25 de agosto do mesmo anno, § 16; Estatutos do Banco do Brazil, de 12 de outubro de 1808, art. 7º; leis de 8 de junho de 1831, art. 5º; 25 de abril de 1832, o n. 62 de 10 de outubro de 1833; decretos de 9 de dezembro de 1834, art. 1º, e de 8 de janeiro de 1835, e outras disposições — continuará na Recebedoria a cargo do thesoureiro della, debaixo da inspecção do respectivo director (art. 3º do citado decreto de 9 de dezembro de 1834 o ordem da Fazenda n. 427, de 6 do mesmo mez e anno, dando regulamento ao de 25 do mez anterior—art. 1º § 34).

§ 1.º O Cofre de Depósitos Publicos limita-se unicamente á guarda de dinheiros e objectos de valor pertencentes a pessoas residentes na Capital Federal (ordem n. 162, de 11 de novembro de 1847), confiados por ordem das autoridades administrativas ou judiciaes, de modo que fiquem seguros, bem acondicionados e em bom recato, para serem prompta e fielmente entregues por ordem das mesmas autoridades (ordem n. 53, de 5 de junho de 1846).

§ 2.º O depositario não tem ingerencia alguma nos negocios de que emanam os depósitos, os quaes só podem sahir do cofre, para qualquer fim, de conformidade com o disposto no paragrapho anterior e no art. 3.º, por ordem ou precatoria da mesma autoridade que os fez depositar, sem que a Recebedoria tenha no destino a menor intervenção, cabendo-lhe sómente exigir o premio na occasião opportuna (ordem n. 53 citada e art. 9.º deste regulamento).

Art. 2.º O Cofre dos Depósitos Publicos será supprido pelo saldo do mesmo cofre existente no Thesouro Federal com as quantias em dinheiro, que forem necessarias para as entregas diarias, não podendo accumular mais de vinte contos de réis, e será lechado com duas chaves, das quaes terá uma o thesoureiro e outra o escripturario que lhe servir de esrivão (art. 4.º do decreto citado, de 9 de dezembro de 1834).

Art. 3.º As entradas e sahidas dos depósitos, seja em dinheiro, seja em peças de ouro, prata, diamantes ou papeis de credito, serão levadas ao debito e ao credito do thesoureiro, e as sahidas só terão logar em virtude de mandados de levantamento das respectivas autoridades (arts. 5.º e 6.º do decreto citado).

Paragrapho unico. Das entradas de depósitos, seja qual for a especie, se dará conhecimento assignado pelo thesoureiro e seu esrivão, contendo o theor do lançamento e a indicação das paginas do livro respectivo (art. 7.º do Reg. de 1 de dezembro de 1845 e 8.º do decreto n. 498, de 22 de janeiro de 1847).

Art. 4.º Os mandados não serão cumpridos pelo thesoureiro sem terem antes sido apresentados ao director da Recebedoria, o qual lhes porá o seu — *Cumpra-se* — ou o denegará, dando neste caso as razões em que funda a sua recusa.

Si a autoridade que expedir o mandado, não obstante estas razões, ordenar a entrega do depósito, o director o mandará cumprir; e, quando insista na negativa, o thesoureiro fará entrega, independente do — *Cumpra-se* (art. 7.º do mesmo decreto citado, de 1834).

Paragrapho unico. As preatorias devem ser cumpridas em 24 horas (art. 9.º do Reg. de 1 de dezembro de 1845).

Esta disposição não comprehende as preatorias expedidas a favor da Fazenda, as quaes serão cumpridas immediatamente.

Art. 5.º As preatorias para levantamento de dinheiros do Cofre de Depósitos Publicos para pagamento de impostos e outras dividas pertencentes a Fazenda, serão expedidas, a favor do thesoureiro da Recebedoria e acompanhadas de guia em dupli-

cata, passada pelo respectivo escrivão (instrucções n. 228, de 17 de junho de 1866, art. 5º).

Paragrapho unico. Nestas guias será notado o pagamento dos impostos ou da divida e entregue uma via á parte, acompanhada do conhecimento da divida, para ser exhibida em juizo (art. 3º das mesmas instrucções).

Art. 6.º O juiz que primeiro decretou o deposito é o competente para o mandar levantar sob sua responsabilidade, assim como para novas penhoras, embargos, etc. (avisos do Ministerio da Justiça n. 374, de 30 de agosto de 1865 e de 5 de fevereiro de 1867, e decisão de 4 de fevereiro de 1880).

§ 1.º Quanto aos depositos ordenados por autoridades administrativas ou judiciaes do antigo regimen, o seu levantamento, embargos, penhoras e mais actos concernentes competem aquellas que no actual regimen lhes correspondem, conforme a sua jurisdicção e categoria.

§ 2.º Do mesmo modo, quando o processo originario do deposito for julgado em instancia superior, o respectivo juiz ou autoridade desta poderá autorisar o levantamento e proceder aos demais actos relativos ao mesmo tempo.

Art. 7.º Os livros de entrada e sahida dos depositos subordinar-se-hão ás mesmas formalidades prescriptas para os das repartições de fazenda, e continuarão a regular-se pelo modelo recommendado pela circular do Ministerio da Fazenda, de 20 de fevereiro de 1854, nota 8ª (vide modelos ns. 1 e 2) (arts. 10 do decreto de 9 de dezembro de 1834, 11 do regulamento de 1 de dezembro de 1845, e 8º do decreto n. 498, de 22 de janeiro de 1847).

Art. 8.º O Cofre de Depositos Publicos será balanceado mensalmente. No fim do anno se levantará o balanço geral de todas as operações a seu cargo (vide modelo n. 3).

Art. 9.º O premio de 2 % dos depositos publicos, creado pelo alvará de 21 de maio de 1751, capitulo 5º, continuará a ser uma das rendas a cargo da Recebedoria, e delle se não deduzirá porcentagem para os empregados della, além da estabelecida sobre as outras rendas (art. 5º do decreto n. 498, de 22 de janeiro de 1847).

Será exigido :

1.º Na occasião em que se effectuarem os depositos, quando consistirem em dinheiro (art. 76 do decreto n. 2551, de 7 de março de 1860) ;

2.º Por occasião da entrega, quando os depositos constarem de peças de ouro, prata, diamantes ou papeis de credito.

De um e outro se farão ao thesoureiro as devidas cargas (art. 12 do regulamento de 1 de dezembro de 1845 e 8º do decreto n. 498, de 22 de janeiro de 1847).

§ 1.º As apolices, titulos de companhias e outros, bem como os objectos de ouro, prata, diamantes, etc., recolhidos ao Cofre de Depositos, quando forem vendidos em hasta publica por ordem do juiz competente, o premio será cobrado do dinheiro obtido e não do valor dos bens.

§ 2.º A disposição do paragrapho precedente abrange não só os casos de substituição dos valores alli mencionados por dinheiro, como os de venda em leilão, de que trata a regra 2ª do art. 10.

§ 3.º A escripturação do premio dos depositos publicos terá logar em livro auxiliar especial, organizado de accordo com o modelo n. 4.

Art. 10. Continuam em vigor as seguintes disposições da ordem da Fazenda, n. 14, de 14 de janeiro de 1854, expedida para execução do disposto no § 16 do art. 11 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851, a saber :

1.ª Findo o prazo de cinco annos de estada em deposito, marcar-se-ha por annuncios repetidos o de 30 dias continuos para que as partes interessadas, seus procuradores, tutores e curadores reclamem o que lhes for a bem ; cumprindo que em taes annuncios se mencionem a data da primitiva entrada dos objectos em deposito, sua origem, valor e todas as circumstancias inherentes ao deposito, que constarem da respectiva escripturação.

2.ª No caso de não haver reclamação, separar-se-hão toda a prata e ouro que puderem ser convertidos em moeda, dando-se immediatamente conta ao Ministro da Fazenda de sua quantidade, qualidade e valor ; e o que não for susceptivel de tal conversão, se venderá em leilão ante o Juizo seccional, recolhendo-se o producto no cofre respectivo com todas as declarações precisas para reconhecimento de sua origem e da pessoa a quem pertence, não devendo deduzir-se desse producto quantia alguma sob qualquer pretexto que seja.

3.ª No leilão, de que trata a disposição antecedente, jámais deverá o ramo ser entregue por menor valor do que o constante da avaliação feita ao tempo da entrada do objecto em deposito.

4.ª O prazo da estada em deposito será contado do dia em que para esse fim houver sido qualquer objecto entregue á Recebedoria.

Art. 11. Os cofres de depositos publicos existentes nas Repartições de Fazenda da União, situadas nos Estados, emquanto não forem definitivamente liquidados, se regerão pelas disposições do presente decreto que lhes forem applicaveis.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de março de 1898.— *Amaro Cavalcanti.*—
Bernardino de Campos.

Modelo n. 2

Livro de contas correntes do Cofre de Depositos Publicos

DEVE

(Art. 7º do decreto n. 2816 de 19 de março de 1898)

HAYER

DATA		FOLIO DO LIVRO DE E E S	IMPORTANCIA	DATA		FOLIO DO LIVRO DE E E S	IMPORTANCIA

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

311

Modelo n. 3

312

Balanço do Cofre de Depósitos Públicos a cargo da Recebedoria da Capital Federal, no mez (ou no anno) de..... de 189...

ENTRADA	VALORES			SAÍDA	VALORES		
	Dinheiro	Metaes e pedras preciosas	Papeis de credito		Dinheiro	Metaes e pedras preciosas	Papeis de credito
Saldo em.....	Rs	Rs	Rs	Entregue a diversos.	Rs	Rs	Rs
Recebido durante o mez (ou anno).....	Rs	Rs	Rs				
	Rs	Rs	Rs	Saldo em.....	Rs	Rs	Rs

Capital Federal, de..... de 189...

O escrivão do cofre,

O thesoureiro,

DECRETO N. 2847 — DE 21 DE MARÇO DE 1898

Approva o regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a necessidade demonstrada pela pratica de serem alteradas algumas disposições sobre o serviço dos emolumentos consulares o bem assim a conveniencia de se reunirem todas as outras relativas ao mesmo assumpto ;

Decreta :

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento desta data para cobrança e escripturação dos emolumentos consulares, assignado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Capital Federal, 21 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio F. de Castro Cerqueira.

Regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares por meio de estampilhas, approvedo pelo decreto n. 2847 de 21 de março de 1898.

Art. 1.^o A cobrança dos emolumentos nos Consulados brasileiros é regulada pela tabella e pelas instrucções annexas ao decreto n. 2832 de 14 do corrente.

Art. 2.^o Essa cobrança nos Consulados remunerados pelo Thesouro Federal e nos não remunerados que o Governo determinar, será feita por meio de estampilhas, de accordo com o art. 17 do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890. Nos outros será realizada por verba e escripturada para conhecimento do Governo.

Art. 3.^o Os emolumentos serão cobrados ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$ brasileiros, em moeda ingleza ou outra equivalente, feita neste caso a devida redução pela cotação official, ou, na falta desta, pela mais fidedigna, estabelecida no 1.^o dia util de cada mez, na propria praça ou na mais proxima com que aquella tiver transacções. Dessa cotação será enviado trimensalmente um documento comprobatorio á Secretaria das Relações Exteriores.

Art. 4.^o Em todas as Chancellarias consulares e vice-consulares estarão sempre expostos um exemplar da tabella dos emolumentos e outro das instrucções para a sua cobrança, em portuguez e na lingua do paiz, de modo que possam ser consultados pelos interessados.

Art. 5.º As estampilhas serão colladas nos documentos que derem origem á sua cobrança e inutilizadas com a data e a assignatura do funcionario consular, postas no fim do acto que elle praticar, ou com o carimbo do Consulado. Quanto aos conhecimentos de carga, porém, as estampilhas deverão ser collocadas por junto no fim de uma declaração do numero delles, que o dito funcionario fará e ligará aos mesmos por meio de uma fita presa com o sello de lacre do Consulado ou Vice-Consulado.

Art. 6.º Os consules e vice-consules mencionarão em todos os documentos a quantia que receberem na moeda do paiz. Fica estabelecida a seguinte formula: Recebi... *F* (só a rubrica).

Art. 7.º Nos documentos expedidos ou legalizados gratuitamente será feita declaração expressa e justificada dessa circumstancia, a qual os isentará de estampilhas. Si o funcionario consular deixar indevidamente de cobrar emolumentos, será obrigado a indemnisar o prejuizo.

Art. 8.º A formula do sello de verba continuará a ser a seguinte, que poderá ser gravada em carimbo:

N.

Rs.

Pg..... réis de emolumentos.

Consulado... do Brazil em... de... de 18...

F.

Consul.....

Art. 9.º As estampilhas terão os valores que o Governo julgar conveniente e serão fornecidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, mediante requisição dos consules (modelo n. 1), os quaes enviarão recibo logo que as receberem. Esses documentos devem ser encaminhados á 4ª secção da dita Secretaria por meio de officios especiaes.

Art. 10. A distribuição das estampilhas aos Vice-Consulados será feita pelos consules mediante o mesmo processo.

Art. 11. Nos Consulados e Vice-Consulados em que se deve fazer uso de estampilhas não é permittida a cobrança de emolumentos por verba.

Art. 12. Não é lícito aos consules e vice-consules emprestarem estampilhas uns aos outros e por isso cumpre-lhes sollicitar-as sempre com a devida antecedencia, de modo que nunca falem nas respectivas Chancellarias.

Art. 13. Haverá em todos os Consulados que tiverem estampilhas um livro destinado á escripturação da sua entrada e saída, com especificação das utilisadas pelos ditos Consulados e das por elles fornecidas aos Vice-Consulados (modelo n. 2). Estes terão tambem livro identico para o mesmo fim.

Art. 14. Nos primeiros dez dias de cada trimestre os consules remetterão á Secretaria das Relações Exteriores, com officio especial, uma conta resumida do movimento das estam-

pillas no trimestre anterior e do respectivo saldo com a especificação do numero de cada valor (modelo n. 3). Igual procedimento terão os vice-consules para com os consules, enviando, porém, duplicata dessa conta para ser transmittida à supradita Secretaria nos primeiros dez dias do trimestre seguinte.

Art. 15. Haverá em todos os Consulados e Vice-Consulados sem excepção um livro (modelo n. 4), destinado à escripturação dos emolumentos cobrados e das despesas que correrem por conta do cofre dos mesmos Consulados e Vice-Consulados.

Art. 16. Esse livro deverá ter todas as folhas rubricadas pelo consul do districto, que livrará também os termos de abertura e encerramento, e delle extrahirá o funcionario consular trimestralmente um mappa da receita e da despesa (modelo n. 5).

Art. 17. O mappa dos Vice-Consulados será remettido em duplicata ao respectivo consul nos dez primeiros dias depois do findo o trimestre de que elle tratar; e o dos Consulados à Secretaria das Relações Exteriores, em uma só via dentro do primeiro mez. Isto ultimo será acompanhado de um exemplar dos primeiros, dos quaes só mencionará a somma da receita e da despesa.

Art. 18. Si no prazo fixado no artigo antecedente não estiverem no Consulado as contas de todos os Vice-Consulados delle dependentes, o consul remetterá as que tiver recebido e justificará a falta das outras, que enviará depois, mas sempre antes do fim do trimestre, acompanhada de outra sua, em additamento à primeira, da qual só mencionará as sommas da receita e despesa já apuradas.

Art. 19. Esses mappas devem ser resumidos, contendo a somma dos actos da mesma natureza, bem como a dos respectivos emolumentos, durante eula mez. Serão, porém, acompanhados de relações dos navios despachados com a declaração das respectivas tonelagens e do primeiro porto de partida.

Art. 20. Os consules e vice-consules que não prestarem contas dos emolumentos e estampilhas nos prazos determinados incorrerão em falta considerada grave.

Art. 21. Os consules e vice-consules só retirarão dos emolumentos, além da metade dos mesmos, quando a isso tiverem direito, as quantias previamente determinadas pelo Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 22. Serão documentadas todas as despesas dos Consulados e Vice-Consulados que excederem as quantias fixadas para o expediente e associo dos mesmos. Essas quantias serão fixadas à vista de propostas dos consules.

Art. 23. Os pagamentos realizados pelos consules e vice-consules por conta dos emolumentos não devem ser relativos a despesas feitas em prazos que excedam o anno em que estes forem cobrados. Não poderão, portanto, os ditos funcionarios despendar com o expediente de cada anno quantia superior à metade dos emolumentos nelle arrecadados, a nada tendo direito, si os respectivos Consulados e Vice-Consulados no mesmo prazo não tiverem renda alguma.

Art. 24. Antes de findo o primeiro trimestre de cada anno, os consules remetterão a Secretaria das Relações Exteriores um balancete geral resumido da receita e despeza e outro do movimento das estampilhas do seu Consulado e dos Vice-Consulados delle dependentes durante o anno anterior.

Art. 25. Os mappaes relativos a estampilhas e emolumentos devem ter 33 centimetros de altura e 44 de largura.

Art. 26. Nos dez primeiros dias de cada trimestre, todos os consules, inclusive os não remunerados pelo Thesouro Federal, remetterão a Delegacia do mesmo Thesouro em Londres o saldo da renda dos emolumentos na sede do Consulado no trimestre anterior.

Art. 27. No mesmo prazo os vice consules remetterão aos respectivos consules os saldos dos emolumentos por elles cobrados.

Art. 28. Estes ultimos saldos serão remettidos pelos consules à referida Delegacia no principio do trimestre seguinte, conjuntamente com o seu do ultimo trimestre.

Art. 29. Os lucros e perdas na remessa dos saldos dos emolumentos para a supradita Delegacia serão escripturados na receita ou despeza dos Consulados.

Art. 30. Os funcionarios consulares que retiverem em seu poder os saldos trimensaes dos emolumentos além do prazo de dez dias fixado pelos arts. 26 e 27 deste regulamento, terão de pagar o juro annual de 9 % sobre a importancia dos referidos saldos desde o 11º dia de cada mez até o da remessa, exclusive, de conformidade com o art. 43 da lei n. 514 de 28 de outubro de 1848.

Art. 31. Competindo ao Delegado do Thesouro Federal em Londres a cobrança dos juros de que trata o artigo antecedente, devem os consules, ou seus substitutos, communicar-lhe sempre, quando lhe fizerem a remessa dos saldos dos Vice-Consulados, as datas em que os respectivos vice-consules os enviarem e aquellas em que forem elles recebidos nos Consulados.

Art. 32. Os funcionarios consulares são depositarios das quantias que arrecadarem e como taes unicos responsaveis por ellas. Si as recolherem em estabelecimentos bancarios, a Fazenda Nacional em caso algum figurará como credora de taes estabelecimentos.

Art. 33. E' prohibido aos consules ou vice-consules encarregados de Consulados deduzirem dos saldos dos emolumentos a importancia dos seus vencimentos ou qualquer outra que a Delegacia do Thesouro Federal em Londres esteja autorizada a pagar-lhes.

Art. 34. Ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre o objecto deste regulamento.

Capital Federal, 21 de março de 1898.— *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

MODELO N. 1

Consulado..... em.....

Requisição n.

A 4.ª secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores requirio as seguintes estampilhas, destinadas á cobrança da receita de emolumentos que se realizar neste Consulado..... a meu cargo:

QUANTIDADE	VALORES	IMPORTANCIA
	\$ 10	\$
	\$ 20	\$
	\$ 30	\$
	\$ 40	\$
	\$ 50	\$
	\$ 100	\$
	\$ 200	\$
	\$ 300	\$
	\$ 400	\$
	1\$ 000	\$
	2\$ 000	\$
	5\$ 000	\$
	10\$ 000	\$
	20\$ 000	\$
	50\$ 000	\$
		\$

Importancia..... estampilhas na quantia de.....

Consulado..... em..... de..... de 1911...

P.

Consul.....

Escreituração de estampilhas
O Consulado.....em..... em c/c com o Ministerio das Relações Exteriores

HAVER

[illegible]

Consulado.....em.....de.....de 189...— O consul..... F.

MODELO N. 3

Conta do estampilhas

O Consulado..... em..... em c/c com o Ministerio das Relações Exteriores no 1º quartel de 189 .

DEVE

HAVER

189..				189.			
Janeiro.. 1	Pelo saldo em estampilhas existentes neste Consulado, a saber:			Janeiro.. 5	Pela importancia de estampilhas dos seguintes valores remetidas ao Vice Consulado e a...:		
	1.000 do valor de 1\$000.....	1:000\$000			100 do valor de 1\$000.....	100\$000	
	500 » » » 2\$000.....	1:000\$000			50 » » » 2\$000.....	100\$000	
	500 » » » 5\$000.....	2:500\$000			50 » » » 5\$000.....	250\$000	
	200 » » » 10\$000.....	2:000\$000			200 » » » 10\$000.....	2:000\$000	2:100\$000
			3:500\$000	Março.. 31	Idem idem utilizadas pelo Consulado... no 1º quartel, a saber:		
Março.. 15	Pela importancia das estampilhas dos seguintes valores, recebidas da Secretaria, em virtude da requisição n..... de..... de..... de 189..				1.200 do valor de 1\$000.....	1:200\$000	
	500 do valor de 1\$000.....	500\$000			650 » » » 2\$000.....	1:300\$000	
	400 » » » 2\$000.....	800\$000			370 » » » 5\$000.....	2:850\$000	
	400 » » » 5\$000.....	2:000\$000			230 » » » 10\$000.....	2:300\$000	7:050\$000
	300 » » » 10\$000.....	3:000\$000	6:300\$000		Pelo saldo que existe no Consulado... em estampilhas dos seguintes valores:		
					200 do valor de 1\$600.....	200\$000	
					200 » » » 2\$000.....	400\$000	
					280 » » » 5\$000.....	1:400\$000	
					70 » » » 10\$000.....	700\$000	2:700\$000
			12:800\$000				12:800\$000

Consulado....., em..... de..... de 189.. — O consul..... F.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

MODELO N. 4

Receita e despesa do Consulado..... em..... no 1º quartel de 189...

Poder Executivo - 1898	MÊSES	RECEITA	QUANTIAS COBRADAS				DESPESA	QUANTIAS PAGAS		
			Moeda brasileira	Cambio	Moeda do paiz	MEZES		Moeda brasileira	Cambio	Moeda do paiz
21	Jan.	15 procurações a 108.....	508000			Jan.	31 Gratificação ao auxiliar F.....	108000		
	"	Manifesto do vapor..... de 5.00 toneladas.....	508000			"	" Aluguel da chancellaria.....	108000		
	"	" Item do dit..... a 400 ditos.....	408000			"	" Compra de um moel (despa..... cho n..... de.....)	208000		
	"	2 escripturas a 108.....	208000			Fev.	28 Gratificação ao auxiliar F.....	508000		
	"	3 procurações a 108.....	308000			"	" Aluguel da chancellaria.....	308000		
	"	1 tradução.....	108000			Março	31 Gratificação ao auxiliar F.....	508000		
	"	31 testament.....	208000			"	" Aluguel da chancellaria.....	508000		
	"	" Manifesto do vapor..... de 450 toneladas.....	458000			"	" Expediente e asseio do Consulado no 1º quartel.....	125000		
	"	2 traduções a 58.....	108000				Metade dos emolumentos per-tincentes ao vice-consul em..... no 1º quartel.....	1508000		
	"	43 cartas de saúde a 108.....	308000				Dita dos ditos do vice-consul em..... no 1º quartel.....	658000		
	31	1 procurações a 108.....	408000				Despesa do Vice-Consulado em..... no 1º quartel.....	108000		
	Fev.	2 traduções a 58.....	108000				Dita do Vice-Consulado em..... no 1º quartel.....	58000		
	"	" procurações a 108.....	508000				Saldo a favor do Consulado...	125000		
	"	" 2 cartas de saúde a 108.....	208000							
	"	25 reconhecimentos de firmas a 58.....	278000							
	Março	19 procurações a 108.....	308000							
	"	52 cartas de saúde a 108.....	208000							
	"	314 certidões de vida a 58.....	208000							
	"	" 3 procurações a 108.....	308000							
	"	" Renda do Vice-Consulado em..... no 1º quartel.....	3008000							
	"	" Dita do dito em..... no 1º quartel.....	1308000							
			1:0408000					1:0408000		

Consulado... em..... de..... de 189...—O consul... F.

MODELO N. 5

Mapa da receita e despesa do Consulado.... em.... no 1º quartel de 189...

RECEITA	QUANTIAS COBRADAS	MEZES			DESEPEZA	QUANTIAS PAGAS		
		Moeda brazileira	Cambio	Moeda do paiz		Moeda brazileira	Cambio	Moeda do paiz
12	12 pagamentos a 1000000.....	1200000			Março	1200000		
1	1 pagamento a 1000000.....	100000				100000		
2	2 pagamentos a 1000000.....	200000				200000		
3	3 pagamentos a 1000000.....	300000				300000		
4	4 pagamentos a 1000000.....	400000				400000		
5	5 pagamentos a 1000000.....	500000				500000		
6	6 pagamentos a 1000000.....	600000				600000		
7	7 pagamentos a 1000000.....	700000				700000		
8	8 pagamentos a 1000000.....	800000				800000		
9	9 pagamentos a 1000000.....	900000				900000		
10	10 pagamentos a 1000000.....	1000000				1000000		
11	11 pagamentos a 1000000.....	1100000				1100000		
12	12 pagamentos a 1000000.....	1200000				1200000		
13	13 pagamentos a 1000000.....	1300000				1300000		
14	14 pagamentos a 1000000.....	1400000				1400000		
15	15 pagamentos a 1000000.....	1500000				1500000		
16	16 pagamentos a 1000000.....	1600000				1600000		
17	17 pagamentos a 1000000.....	1700000				1700000		
18	18 pagamentos a 1000000.....	1800000				1800000		
19	19 pagamentos a 1000000.....	1900000				1900000		
20	20 pagamentos a 1000000.....	2000000				2000000		
21	21 pagamentos a 1000000.....	2100000				2100000		
22	22 pagamentos a 1000000.....	2200000				2200000		
23	23 pagamentos a 1000000.....	2300000				2300000		
24	24 pagamentos a 1000000.....	2400000				2400000		
25	25 pagamentos a 1000000.....	2500000				2500000		
26	26 pagamentos a 1000000.....	2600000				2600000		
27	27 pagamentos a 1000000.....	2700000				2700000		
28	28 pagamentos a 1000000.....	2800000				2800000		
29	29 pagamentos a 1000000.....	2900000				2900000		
30	30 pagamentos a 1000000.....	3000000				3000000		
31	31 pagamentos a 1000000.....	3100000				3100000		
32	32 pagamentos a 1000000.....	3200000				3200000		
33	33 pagamentos a 1000000.....	3300000				3300000		
34	34 pagamentos a 1000000.....	3400000				3400000		
35	35 pagamentos a 1000000.....	3500000				3500000		
36	36 pagamentos a 1000000.....	3600000				3600000		
37	37 pagamentos a 1000000.....	3700000				3700000		
38	38 pagamentos a 1000000.....	3800000				3800000		
39	39 pagamentos a 1000000.....	3900000				3900000		
40	40 pagamentos a 1000000.....	4000000				4000000		
41	41 pagamentos a 1000000.....	4100000				4100000		
42	42 pagamentos a 1000000.....	4200000				4200000		
43	43 pagamentos a 1000000.....	4300000				4300000		
44	44 pagamentos a 1000000.....	4400000				4400000		
45	45 pagamentos a 1000000.....	4500000				4500000		
46	46 pagamentos a 1000000.....	4600000				4600000		
47	47 pagamentos a 1000000.....	4700000				4700000		
48	48 pagamentos a 1000000.....	4800000				4800000		
49	49 pagamentos a 1000000.....	4900000				4900000		
50	50 pagamentos a 1000000.....	5000000				5000000		
51	51 pagamentos a 1000000.....	5100000				5100000		
52	52 pagamentos a 1000000.....	5200000				5200000		
53	53 pagamentos a 1000000.....	5300000				5300000		
54	54 pagamentos a 1000000.....	5400000				5400000		
55	55 pagamentos a 1000000.....	5500000				5500000		
56	56 pagamentos a 1000000.....	5600000				5600000		
57	57 pagamentos a 1000000.....	5700000				5700000		
58	58 pagamentos a 1000000.....	5800000				5800000		
59	59 pagamentos a 1000000.....	5900000				5900000		
60	60 pagamentos a 1000000.....	6000000				6000000		
61	61 pagamentos a 1000000.....	6100000				6100000		
62	62 pagamentos a 1000000.....	6200000				6200000		
63	63 pagamentos a 1000000.....	6300000				6300000		
64	64 pagamentos a 1000000.....	6400000				6400000		
65	65 pagamentos a 1000000.....	6500000				6500000		
66	66 pagamentos a 1000000.....	6600000				6600000		
67	67 pagamentos a 1000000.....	6700000				6700000		
68	68 pagamentos a 1000000.....	6800000				6800000		
69	69 pagamentos a 1000000.....	6900000				6900000		
70	70 pagamentos a 1000000.....	7000000				7000000		
71	71 pagamentos a 1000000.....	7100000				7100000		
72	72 pagamentos a 1000000.....	7200000				7200000		
73	73 pagamentos a 1000000.....	7300000				7300000		
74	74 pagamentos a 1000000.....	7400000				7400000		
75	75 pagamentos a 1000000.....	7500000				7500000		
76	76 pagamentos a 1000000.....	7600000				7600000		
77	77 pagamentos a 1000000.....	7700000				7700000		
78	78 pagamentos a 1000000.....	7800000				7800000		
79	79 pagamentos a 1000000.....	7900000				7900000		
80	80 pagamentos a 1000000.....	8000000				8000000		
81	81 pagamentos a 1000000.....	8100000				8100000		
82	82 pagamentos a 1000000.....	8200000				8200000		
83	83 pagamentos a 1000000.....	8300000				8300000		
84	84 pagamentos a 1000000.....	8400000				8400000		
85	85 pagamentos a 1000000.....	8500000				8500000		
86	86 pagamentos a 1000000.....	8600000				8600000		
87	87 pagamentos a 1000000.....	8700000				8700000		
88	88 pagamentos a 1000000.....	8800000				8800000		
89	89 pagamentos a 1000000.....	8900000				8900000		
90	90 pagamentos a 1000000.....	9000000				9000000		
91	91 pagamentos a 1000000.....	9100000				9100000		
92	92 pagamentos a 1000000.....	9200000				9200000		
93	93 pagamentos a 1000000.....	9300000				9300000		
94	94 pagamentos a 1000000.....	9400000				9400000		
95	95 pagamentos a 1000000.....	9500000				9500000		
96	96 pagamentos a 1000000.....	9600000				9600000		
97	97 pagamentos a 1000000.....	9700000				9700000		
98	98 pagamentos a 1000000.....	9800000				9800000		
99	99 pagamentos a 1000000.....	9900000				9900000		
100	100 pagamentos a 1000000.....	10000000				10000000		

Consulado..... em..... de..... de 189... — O consul... F.

DECRETO N. 2848 — DE 21 DE MARÇO DE 1898

Approva a planta e orçamento para construção de desvios novos entre a *S. Paulo Railway Company, Limited* e os armazens de inflammaveis da Companhia Docas do Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, decreta:

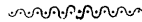
Artigo unico. Ficam approvados a planta e orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação, para construção de desvios novos entre a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy e os armazens de inflammaveis da Companhia Docas de Santos.

As parcelas de C 1.779—7—2—para os materiaes a importar e a de 73:931\$480 para as obras e despesas no Brazil, consignadas no referido orçamento, serão levadas à conta do capital, de accordo com o contracto de 17 de julho de 1895, dentro dos limites e condições fixadas pelo decreto n. 2338, de 3 de setembro de 1896, respeitado, porém, para o material a importar o preço das respectivas facturas originaes.

Capital Federal, 21 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2849 — DE 21 DE MARÇO DE 1898

Dá novo regulamento ao Observatorio do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia de adaptar-se o Observatorio do Rio de Janeiro às necessidades actuaes de tal estabelecimento e à indole das disposições observadas nos serviços a cargo do Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para o qual, em virtude do art. 5^o n. 4 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, foi transferido do Ministerio da Guerra por decreto n. 2419, de 31 do mesmo mez e anno, resolve approvar o regulamento que este acompanha e vac assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 21 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Regulamento a que se refere o decreto n. 2849, desta data.

CAPITULO I

Art. 1.º O Observatorio do Rio de Janeiro é um estabelecimento scientifico essencialmente destinado aos seguintes fins:

§ 1.º Fazer todas as observações astronomicas, geodesicas e de physica do globo, uteis em geral, e com especialidade ao Brazil.

§ 2.º Determinar as posições geographicas dos principaes pontos do territorio, e executar quaesquer trabalhos geodesicos que possam ser utilizados para organisação do mappa geographico da Republica.

§ 3.º Regular os chronometros dos serviços deste Ministerio e do da Marinha, assim como dar a hora no porto e á Capital mediante o signal convencionado.

§ 4.º Transmittir diariamente o signal do meio-dia á Repartição Geral dos Telegraphos e á Estrada do Ferro Central do Brazil.

§ 5.º Organisar, de commum accordo com a Repartição Geral dos Telegraphos, um serviço meteorologico, sendo transmittidos diariamente ao Observatorio pelo telegrapho os dados meteorologicos colhidos nas diversas estações daquelle repartição, nos serviços dependentes deste Ministerio, assim como em quaesquer outros logares.

§ 6.º Coordenar e publicar as observações meteorologicas realizadas nos diversos serviços e obras dependentes do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, e que serão mensalmente remettidas ao Observatorio.

§ 7.º Fornecer pessoal habilitado, sempre que for preciso, para o bom desempenho das commissões em cujas instrucções figurarem determinações astronomicas, geodesicas ou geographicas.

§ 8.º Permittir que os engenheiros, quer civis, quer militares, se aperfeiçoem completamente na pratica das observações, facilitando-lhes os meios mais appropriados, e isto sem prejuizo dos serviços regulares do estabelecimento, e fornecendo aquelles que se mostrarem habilitados attestados comprobatorios do seu exercicio e aproveitamento, assignados pelo director.

§ 9.º Publicar os trabalhos executados pelo Observatorio, bem como um annuario, contendo dados e informações uteis relativas á astronomia, meteorologia, physica, chimica, geographia e estatistica, além das publicações avulsas que forem julgadas de interesse para as sciencias astronomicas, geodesicas e meteorologicas.

CAPITULO II

DO PESSOAL, SEUS VENCIMENTOS E DEVERES

Art. 2.º O pessoal do Observatorio constará de :

- 1 director.
- 2 astrónomos.
- 4 assistentes.
- 1 secretario-bibliothecario.
- 1 encarregado do serviço da hora (official de marinha).
- 1 artista mecanico.
- 1 ajudante mecanico.
- 1 coadjuvante.
- 1 porteiro.
- 3 guardas-manobra.
- 1 servente.

Estes empregados terão os vencimentos que vão mencionados na tabella annexa, dos quaes duas terças partes são consideradas ordenado e uma terça parte gratificação correspondente ao effectivo exercicio.

Art. 3.º São attribuições do director:

§ 1.º Determinar e dirigir os trabalhos em que deve occupar-se o pessoal do Observatorio, estabelecendo a ordem e o methodo que se devem seguir nas observações e nos calculos.

§ 2.º Fiscalizar o ensino tecnico dos praticantes destacados no Observatorio e certificar-se do seu aproveitamento, quando assim o julgar conveniente e fornecendo attestado de habilitação, exercicio e aproveitamento áquelles que mediante exame pratico provarem seu merecimento.

§ 3.º Dirigir e regular as correspondencias com os principaes observatorios e estabelecimentos scientificos congeneres ao estrangeiro.

§ 4.º Publicar com a possivel regularidade os trabalhos scientificos executados pelo Observatorio.

§ 5.º Evitar que qualquer pessoa, sem sua licença, faça uso dos instrumentos e mais objectos pertencentes ao estabelecimento.

§ 6.º Não permitir a sahida dos originaes, os quaes só podem ser vistos e examinados com autorisação e na presença do director ou do empregado por elle designado.

§ 7.º Inspeccionar os trabalhos geodesicos ou quaesquer outros que se fizerem fóra do estabelecimento, quando assim o aconsellar a conveniencia desses trabalhos.

§ 8.º Autorisar as despesas miudas do estabelecimento.

§ 9.º Assignar e remetter mensalmente ao Thesouro Nacional e ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a folha dos vencimentos dos empregados e as contas das despesas miudas dos fornecimentos.

§ 10. Julgar ou não justificadas as faltas dos empregados.

§ 11. Regular tudo que for concernente á economia e policia do estabelecimento e representar ao Governo sobre tudo que for a bem do serviço.

§ 12. Dar posse aos seus subordinados e receber-lhes os compromissos, assignando os respectivos termos.

§ 13. Impor aos empregados delinquentes as penas indicadas no art. 19, dando conhecimento ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 4.º Aos astrónomos compete :

§ 1.º Executar todas as observações que lhes forem determinadas pelo director, e heu assim as competentes reduções.

§ 2.º Lançar nas competentes cadernetas e registros os dados das observações com seus detalhes, e coordenar-as em tabellas destinadas a ser publicadas.

§ 3.º Cuidar na conservação dos instrumentos eapparelhos de que se servirem para seus trabalhos.

§ 4.º Um dos astrónomos ficará encarregado da redacção e organização do annuario, sendo auxiliado nesse trabalho por um dos assistentes.

Art. 5.º Aos assistentes compete:

§ 1.º A execução do serviço meteorologico.

§ 2.º A execução dos calculos necessarios ao annuario e mais daquelles que julgar conveniente o director.

§ 3.º Auxiliar o serviço dos astrónomos e o chronometrico, conforme lhes for determinado.

Art. 6.º Ao official de marinha encarregado dos chronometros e do serviço da hora compete :

§ 1.º Fazer as observações meridianas necessarias para o regulamento dos chronometros da marinha, assim como dos pendulos e dos chronometros do Observatorio.

§ 2.º Conservar em dia o registro dos dados chronometricos, assim como a caderneta do signal da hora.

§ 3.º Estar presente na occasião do signal da hora.

§ 4.º Pôr em tabellas os dados chronometricos para serem publicados.

Art. 7.º Ao secretario-bibliothecario compete:

§ 1.º Redigir a correspondencia official, quer para o interior quer para o exterior.

§ 2.º Ter sob sua guarda e responsabilidade a bibliotheca e o archivo do estabelecimento.

§ 3.º Organisar e conservar em dia o catalogo da bibliotheca.

§ 4.º Assentar em registro especial todas as despesas do estabelecimento e pagamento de contas classificadas segundo as diversas consignações da verba, e que conservará sempre em dia.

Art. 8.º Ao artista mecanico compete:

§ 1.º Ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material scientifico do Observatorio.

§ 2.º Organisar e conservar em dia o inventario dos instrumentos eapparelhos scientificos pertencentes ao Observatorio.

§ 3.º Ter a seu cargo a conservação dos instrumentos e apparelhos, informando em tempo ao director sobre qualquer concerto de que precisarem.

Art. 9.º Ao ajudante mecanico compete auxiliar o artista mecanico em tudo quanto for necessario para melhor execução das instrucções do artigo anterior.

Art. 10. Ao coadjuvante compete:

§ 1.º Coadjuvar nas observações e mais trabalhos, conforme as conveniencias do serviço e as instrucções do director.

§ 2.º Auxiliar o secretario-bibliothecario na parte que diz respeito á correspondencia, á bibliotheca e ao archivo.

Art. 11. Ao porteiro compete :

§ 1.º Cuidar do asseio e conservação do edificio e dos moveis do Observatorio.

§ 2.º Expedir a correspondencia official do Observatorio.

§ 3.º Inspeccionar o trabalho dos guardas-manobra e do servente.

§ 4.º Fazer, de ordem do director, as despezas miudas de prompto pagamento, por conta de determinada quantia, que lhe será adeantada em cada exercicio.

CAPITULO III

DA NOMEAÇÃO, DEMISSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EMPREGADOS

Art. 12. Serão nomeados :

§ 1.º Por decreto, o director e os astrónomos.

§ 2.º Por portaria do Ministro, os demais empregados, sendo o secretario-bibliothecario, o artista mecanico, o ajudante-mecanico, o coadjuvante e o porteiro, sob proposta do director.

§ 3.º Pelo director, os guardas-manobra e servente.

Art. 13. O logar de director é de livre escolha do Governo.

Art. 14. Os logares de astrónomos e de assistentes serão preenchidos por concurso.

Art. 15. Os concursos reger-se-hão pelas instrucções especiaes que serão expeditas opportunamente.

Art. 16. Na falta ou impedimento prolongado de qualquer empregado, poderá ser nomeada pes soa idonea para exercer interinamente o cargo vago.

Art. 17. Nos casos em que faltar algum empregado e mórmente quando se tratar de observações que, por sua natureza,

não poderem ser adiadas, será substituído por outro designado pelo director.

Art. 18. Nos casos de substituição ou nomeação interina, o substituto terá direito : 1º, á gratificação do substituído accumulada ao vencimento integral do cargo effectivo do mesmo substituto ; 2º, a todo o vencimento, si o substituído nada perceber ou si o cargo estiver vago.

Art. 19. As demissões, descontos por falta, licenças, aposentadorias, penas disciplinares e outras disposições que vigorem ou venham a vigorar a respeito na Secretaria dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, serão applicaveis aos empregados do Observatorio.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 20. O horario, quer diurno, quer nocturno, para os diversos serviços, será determinado pelo director e poderá ser alterado segundo as conveniencias do serviço.

Art. 21. Haverá dia e noite no Observatorio um assistente do serviço, ao qual incumbirá attender a qualquer eventualidade do mesmo.

Art. 22. Os empregados do Observatorio quando executarem fóra do estabelecimento trabalhos astronomicos ou geodesicos perceberão uma diaria conforme a tabella determinada pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 23. Sómente depois dos empregados terem dado provas de suas habilitações para o bom desempenho dos trabalhos de campo poderão ser destacados em commissão.

Art. 24. Si, a pedido do Governo de algum dos Estados da União, houver o pessoal do Observatorio de executar nelles trabalhos geodesicos ou astronomicos, em proveito dos mesmos Estados, os vencimentos e despezas respectivas correrão por conta dos referidos Estados.

Art. 25. Poderão ser destacados no Observatorio por espaço do tempo não excedente a um anno, e a titulo de praticantes, engenheiros diplomados pela Escola Polytechnica e officiaes habilitados nas Escolas Militar e Naval.

Art. 26. Os engenheiros e officiaes, a que se refere o artigo anterior e que tiverem sido approvados na pratica, terão sempre preferencia para as commissões geographicas, geodesicas ou de limites.

Art. 27. Far-se-hão opportunamente instrucções para regular o modo pelo qual serão reconhecidas as habilitações dos praticantes o lhos será concedido o competente certificado.

Capital Federal, 21 de março de 1893. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

Tabella do vencimento annual do pessoal do Observatorio do Rio de Janeiro, a que se refere o regulamento que accompanha o decreto n. 2349, desta data

1 director.....	10:000\$000
2 astrônomos.....	12:000\$000
4 assistentes.....	14:400\$000
1 secretario-bibliothecario.....	3:600\$000
1 encarregado da hora.....	2:000\$000
1 artista mechanico.....	3:000\$000
1 ajudante.....	2:400\$000
1 coadjuvante.....	1:800\$000
1 porteiro.....	1:200\$000
3 guardas-manobra.....	2:880\$000
1 servente.....	600\$000

TABELLA DAS DIARIAS

Director.....	10\$000
Astrônoimo.....	6\$000
Assistente.....	4\$000

Capital Federal, 21 de março de 1898. — *Sebastião Eurico Gonçalves da Lacerda.*

(Assinatura)

DECRETO N. 2359 — DE 21 DE MARÇO DE 1898

Contracta com o engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira o arrendamento da Estrada de Ferro Central do Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe foi conferida pelo art. 4º da lei n. 427, de 3 de dezembro de 1896, e attendendo á proposta que, em virtude do edital de concorrência aberta para cumprimento daquella disposição legal, lhe foi apresentada pelo engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira, decreta:

Artigo unico. Fica contractado o arrendamento da Estrada de Ferro Central do Pernambuco com o mencionado engenheiro Antonio de Sampaio Pires Ferreira, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viacao e Obras Publicas.

Capital Federal, 21 de março de 1898. 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves da Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 870 desta data**

I

O prazo do arrendamento será de 60 annos, contados da data da assignatura do contracto. No mesmo dia em que expirar aquelle prazo expirará igualmente o do uso e gozo dos prolongamentos e rampas que o arrendatario construir e explorar.

II

O arrendamento tem por objecto :

- a) a linha actualmente em construcção da cidade do Recife á estação Antonio Olyatto, com cento e setenta e nove kilometros e novecentos metros (179,990) ;
- b) as estações, escriptorios, armazens, depósitos e mais edificios e dependencias da estrada ;
- c) o material fixo e rodante

III

O Governo Federal, precedendo authorisação legislativa, poderá fazer a occupação do contracto depois de decorridos 30 annos do respectivo prazo de arrendamento e regular, conjunctamente com a occupação, os prolongamentos e rampas construidos pelo arrendatario.

Fica entendido que a presente clausula não abroga o direito que tem o Estado de, em qualquer tempo, dar por findo o arrendamento, observadas as regras da occupação por utilidade publica.

IV

O Governo Federal poderá temporariamente occupar, no todo ou em parte, a estrada de ferro, indemnizando o arrendatario.

V

No caso de occupação ou resgate, a indemnisação corresponderá a 5 % da renda liquida media annual e pifenta no ultimo quinquennio, multiplicada pelo numero de annos que faltarem para a terminação do arrendamento, e comprehenderá tambem o valor das obras novas e material occupado e adquirido nos tres ultimos annos.

No caso de occupação temporaria, a indemnisação não será superior á média da renda liquida dos annos correspondentes ao quinquennio precedente a occupação.

VI

A indemnisação pela desapropriação, encampação, resgate ou occupação temporaria será paga em moeda corrente ou em títulos da dívida publica interna, vencendo os juros de 5 % ao anno.

VII

O preço do arrendamento constará :

- a) de uma contribuição inicial de 25:000\$000, paga no acto da assignatura do contracto ;
- b) da annuidade fixa de 172:400\$, paga em moeda corrente e por semestros vencidos. Si a renda bruta for superior a 860:000\$000 o arrendatario pagará por anno, em vez da contribuição fixa acima estabelecida, as percentagens de 20 % da mesma renda no primeiro triennio, 22 % no segundo e 24 % do setimo anno em diante ;
- c) de uma quantia correspondente a 20 % da renda liquida que exceder a 12 % do capital effectivamente empregado pelo arrendatario.

VIII

As percentagens a que se referem as clausulas antecedentes serão liquidadas em vista dos balanços da receita e despesa de custeio da estrada, obrigando-se o arrendatario a exhibir, sempre que lhe forem exigidos, os livros da respectiva escripturação e documentos justificativos.

A tomada de contas para o pagamento das percentagens á Fazenda Federal far-se-ha por processo identico ao que estiver estabelecido para o pagamento de garantia de juros.

IX

Constituem despesas de custeio e de conservação as que são definidas na clausula XXXIV do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890 ; além das despesas miudas de escriptorio e administração (sellos, estampilhas, telegrammas, impostos), das quotas para fiscalização e da importancia das contribuições annuaes pagas ao Governo.

X

Ficam expressamente excluidos das despesas de custeio :

- a) as multas e indemnisações de damno ;
- b) os juros e amortizações das operações de credito ;
- c) tudo quanto não tiver sido approvado pelo Governo, expressamente ou por omissão, vencido o prazo para a approvação de que trata a clausula XI.

XI

O orçamento das despesas de administração, conservação e melhoramento será submettido a aprovação do Governo, considerando-se **approved** 60 dias depois da sua apresentação ao engenheiro fiscal.

XII

Será considerado capital :

- a) a contribuição inicial ;
- b) o valor da construção dos prolongamentos e ramaes ;
- c) o valor das obras novas da estrada e do material fixo e rodante accrescido.

Nenhuma verba será levada á conta de capital sem **approvação** do Governo.

XIII

O arrendatário terá preferência, em igualdade de condições, para a construção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes que concorrerem para desenvolvimento e facilidade do tráfego, respeitadas as condições adquiridas por concessões anteriores.

Poderá, outrossim, construir novas linhas ou dobrar as linhas por toda a extensão da estrada, mas sem que taes obras se tornarem precisas.

§ 1.º A construção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes ou novas secções se regerão pelas clausulas IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIV, XV, XVII, XVIII, XIX 2.ª alinea, XX, XXI, XXVIII e XXXIII que acompanham o decreto n. 862, de 16 de outubro de 1880, sendo, porém, de 25 metros o cumprimento minimo de tangente entre curvas oppostas e descontados das rampas os valores correspondentes ás curvaturas para nunca ser realmente excedido o limite maximo da declividade.

§ 2.º As demais condições relativas á construção, uso e gozo dos prolongamentos e ramaes serão fixadas por occasião da aprovação dos respectivos estudos pelo Governo.

§ 3.º Aborto ao tráfego qualquer prolongamento, ramal ou nova secção, a linha construida ficará logo incorporada á exploração da estrada de ferro, objecto do presente decreto e subordinada ao seu regime.

XIV

O arrendatário mantará em perfeito estado de conservação as linhas, officinas e dependencias da estrada, bem como o material rodante. O augmento do material rodante conforma as necessidades do trafego.

Fim do prazo do arrendamento, entregará ao Governo, sem indemnisação alguma, as linhas, officinas e mais dependencias e o material fixo e rodante, em perfeito estado de conservação.

§ 1.º A conservação não poderá, sem expressa autorização do Governo, alterar as condições technicas da estrada de ferro, e devera ser tal que em qualquer tempo possa o Governo trafegal-a por si ou por terceiro, sem necessidade immediata de serviço dessa especie.

§ 2.º O augmento do material rodante será realizado sempre que o Governo entender que as necessidades do trafego o exigem.

XV

Vigorarão para a estrada arrendada as condições regulamentares actuaes, soffrendo as tarifas as modificações que, em vista das bases que acompanharam a proposta do arrendatario, forem approvadas pelo Governo.

§ 1.º As tarifas serão fixas; de accordo, porém, com o Governo, e para casos especiaes, a seu juizo, poderão soffrer uma redução, que perdurará pelo tempo que for determinado.

Entre os casos especiaes comprehendem-se os de falta e carestia de generos alimenticios.

§ 2.º A revisão das tarifas da estrada far-se-ha de tres em tres annos, podendo o arrendatario propor alterações variaveis com o cambio e estabelecer novos horarios, de accordo com o Governo.

§ 3.º Só entrarão em vigor os preços das tarifas novas oito dias depois de publicada a alteração pela imprensa e affixadas por edital nas estações da estrada.

§ 4.º Não haverá transporte gratuito na estrada sinão para pessoal em serviço e para objecto de serviço, para os materiaes dos prolongamentos, ramaes ou da conservação das linhas, malas do Correio e seus conductores.

XVI

O trafego não poderá ser interrompido, salvo os casos de força maior, comprehendidas nesta as determinações do Governo.

XVII

O arrendatario ficará constituido em mora, *ipso jure*, e obrigado ao juro annual de 9 %:

a) si não effectuar o pagamento da prestação fixa dentro de 10 dias subsequentes ao semestre vencido;

b) si dentro de 10 dias, depois da liquidação da contas das percentagens devidas á Fazenda Federal, não pagal-a.

XVIII

O Governo reserva-se o direito de impor multas de 1:000\$ a 15:000\$ e a pena de resolução do arrendamento pelas irregularidades do trafego, sem motivo justificado, ou por outra qualquer infracção do contracto.

XIX

A resolução do arrendamento se verificará de pleno direito:

- a) si o arrendatario interromper ou abandonar o trafego, em toda ou em parte da estrada, por mais de 15 dias ;
- b) si não pagar as prestações fixas dentro de 30 dias da expiração do semestre correspondente ou as percentagens dentro do mesmo prazo, contado da respectiva liquidação, observadas as disposições da clausula XVII ;
- c) si não renovar, dentro de 30 dias, contados da notificação pelo fiscal, a caução quando desfalcada ;
- d) si no prazo de 30 dias não entrar para o fundo de garantia com a importância que for apurada, de accordo com as clausulas VIII e XXVII.

XX

Verificada a resolução do contracto por motivo de infracção commetida pelo arrendatario, não lhe será devida indemnisação alguma, mas responderá por prejuizos, perdas e damnos, além de perder, em favor da União, a caução e cincoenta por cento (50 %) do fundo de que trata a clausula XXVII.

XXI

O arrendatario renunciará no contracto todos os casos fortuitos, ordinarios ou extraordinarios, solitos e insolitos, cogitados ou não cogitados, e em todos e em cada um delles ficará sempre obrigado sem delles se poder valer, nem os poder allegar em tempo algum e para algum effeito.

XXII

Todos os socios do arrendatario e os que com elle tiverem interesse ficarão obrigados *in solidum* à Fazenda Federal, posto que não assignem o contracto ou qualquer acto subsequente.

XXIII

A morte, a interdicção, a fallencia do arrendatario não resolverá o contracto. O Governo, de accordo com o representante legal do arrendatario, providenciará sobre o trafego.

§ 1.º Em qualquer desses casos a transferencia do contracto dependerá da approvação do Governo quanto à pessoa do cessionario, lavrando-se termo de novação em virtude do qual succederá ao arrendatario em todos os seus direitos e obrigações.

§ 2.º Si os herdeiros do arrendatario não forem idoneos, o Governo promoverá a venda judicial do arrendamento, guardadas as formalidades como por demais bens patrimoniacas.

XXIV

Mediante autorização do Governo o arrendatario poderá transferir o arrendamento em qualquer tempo a alguma sociedade anonyma ou em commandita por acções ou associar-se a terceiros.

A sociedade, em qualquer hypothese, terá sua sede no Brazil.

XXV

O arrendatario gozará do favor de desapropriação por utilidade publica, na forma das leis em vigor, e da isenção de direitos para o material importado para o serviço do trafego e construção. Para se fazer effectiva a isenção de direitos, observar-se-hão as disposições respectivas das leis ou regulamentos fiscaes.

XXVI

O foro para todas e quaesquer questões judiciaes, seja autor ou réo o arrendatario, será o federal.

XXVII

A responsabilidade do arrendatario, resultante do contracto de arrendamento, será illimitada; deverá, porém, prestar uma caução de cinquenta contos de réis (50:000\$), em moeda corrente ou apolices da dívida publica, mantendo-a integral durante todo o prazo do arrendamento.

Para reforço da caução haverá um fundo constituido por quotas de um por cento (1 %) da renda bruta da estrada, que o arrendatario depositará, por semestres vencidos, no Thesouro Federal, em moeda corrente ou em apolices.

XXVIII

Findo o prazo do arrendamento ou resolvido o contracto:

a) si as linhas, edificios, officinas e mais dependencias da estrada e o material fixo e rodante não estiverem em perfeito estado de conservação, será deduzida das importancias depositadas no Thesouro a parte necessaria para preenchimento desta clausula, observado o disposto na clausula XX;

b) o saldo da caução e do fundo de garantia do contracto será entregue ao arrendatario, cumprindo tambem o que estabelece a clausula XX;

c) si as quantias deduzidas nos termos da *alinea a* não bastarem para o preenchimento da clausula de perfeita conservação, o arrendatario ficará obrigado á devida indemnisação que será fixada judicialmente, mediante vislória e arbitramento, procedendo a cobrança executiva.

XXIX

Os lubrificantes, material de consumo da locomoção, livros, impressos, material de telegrapho ou de construção, combustível ou utensilios existentes nos almoxarifados e depositos, e entregues mediante inventario ao arrendatario, serão a este debitados pelo custo e pagos nos prazos que forem estipulados no contracto.

XXX

Durante o prazo do arrendamento, o arrendatario contribuirá com a quantia annual de 10:000\$ para as despesas de fiscalização do Governo, pagando-a em prestações semestrais adeantadas a titulo de renda eventual do Thesouro Federal.

XXXI

São applicaveis á linha arrendada as disposições do decreto n. 1930, de 24 de abril de 1857, concernentes á policia e segurança das estradas de ferro, e que não forem contrarias ás presentes clausulas.

XXXII

Os casos omissos no presente decreto ou no contracto serão regidos pela legislação civil e administrativa do Brazil, quer nas relações do arrendatario com o Governo, quer com os particulares.

XXXIII

O arrendatario fica obrigado a assignar o contracto dentro de trinta dias (30), a contar da data da publicação deste decreto, sob pena de perder a quantia de cinco contos de réis depositada no Thesouro Federal.

Capital Federal, 21 de março de 1898.— *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

DECRETO N. 2851 — DE 23 DE MARÇO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 126:366\$992 á verba—Socorros Publicos—do exercicio de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro da Justiça e Negocios Interiores, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5.º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir, de accordo com o disposto no art. 8.º da lei n. 429, de 10 de dezembro do

mesmo anno, o credito supplementar de cento e vinte e seis contos trezentos e sessenta e seis mil novecentos e vinte e dous réis (126:366\$922) á verba—Soccorros Publicos—do exercicio de 1897, afim de occorrer ao pagamento das despezas mencionadas na demonstração que a este acompanha.

Capital Federal, 23 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES FERROS.

Amaro Cavalcanti.

Sr. Presidente da Republica—Achan-do-se esgotado o credito da verba—Soccorros Publicos—do exercicio de 1897, cujo diminuto saldo de 1:612\$729 existente é insufficiente, conforme se vê da demonstração junta, para satisfação de despezas inadiveis, na importancia de 127:679\$651, que devem ser pagas até 31 de março corrente, verifica-se a necessidade de um credito supplementar de 126:366\$922 á dita verba.

Posto que o Ministerio a meu cargo, em cumprimento do programma financeiro do Governo, continue a manter a maior economia nos gastos com os serviços que lhe são attinentes, todavia, em relação ao de que se trata não pôde ser observado em todo rigor semelhante programma, desde que, a bem da saude publica, haja necessidade, como aconteceu, de pôr em pratica varias providencias concernentes ao estado sanitario da Capital da Republica.

E' assim que as medidas extraordinarias tomadas, já para evitar a importação de molestias pestilenciaes, já para custear o Lazareto da Ilha Grande, cujo pessoal foi, em 1896, elevado pelo Congresso, deixando, entretanto, de o ser igualmente a consignação destinada ao respectivo sustento, já finalmente para constear tambem o Hospicio Nacional, de setembro em diante, por se achar esgotada a respectiva consignação, e não ser licito ao Governo recusar-se a receber alienados em crescido numero, que ficariam sem o devido tratamento e na mais precaria situação de abandono, caso este imprevisto e comprehendido no titulo da propria verba—Soccorros Publicos—concorreram poderosamente não só para que fosse absorvido o credito ordinario da dita verba, dotada aliás, como nos annos anteriores, com a parca cifra de 100:000\$, mas tambem para tornar indispensavel o supprimento de credito a que me refiro e cuja necessidade está plenamente justificada, quer pela exposição do director geral de saude publica, quer pelo officio do director do referido hospicio, annexos.

Nestas condições, tenho a honra de apresentar á vossa assinatura o incluso decreto abrindo, de accordo com o disposto no art. 8º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, o alludido credito supplementar de 126:366\$922 á mencionada verba.

Capital Federal, 23 de março de 1898.—*Amaro Cavalcanti.*

Demonstração do estado da verba — Socorros publicos — do exercício de 1897

Directoria Geral de Saude Publica

Folha da gratificação do interprete em serviço extraordinario prestado á noite, com as medidas preventivas da peste bubonica, de agosto a outubro.....	150\$000	
Fornecimentos feitos de abril a agosto.....	7:555\$170	
	<hr/>	7:705\$170

Hospital de Santa Isabel

Folha do pessoal extraordinario de janeiro a abril.....	4:238\$868	
Fornecimentos feitos de janeiro a junho.....	17:084\$220	
	<hr/>	21:323\$088

Lazareto da Ilha Grande

Fornecimentos feitos de março a julho.....	11:907\$940
--	-------------

Vapor Paula Candido

Folhas da tripulação do vapor <i>Paula Candido</i> , empregado no serviço da condução de doentes e desinfecções de navios surtos no porto e no quarentenario junto ao costão da fortaleza de Santa Cruz, de janeiro a setembro.....	17:503\$400	
Fornecimentos feitos de janeiro a abril.....	6:355\$430	
	<hr/>	23:858\$830
Fornecimento de diversas peças para as estufas do Hospicio Nacional.....	4:199\$000	
Impressão de um numero especial dos annaes da Academia Nacional de Medicina sobre a etiologia da febre amarella <i>Memoria do Dr. Sana-relli</i>	1:830\$000	
Quantia entregue ao almoxarife do Lazareto da Ilha Grande Alfredo Mattos dos Santos, para occorrer ao pagamento do enfermeiro Raphael Sant'Anna que exerceu a direcção da pharmacia do dito estabelecimento.....	246\$386	
Quantia entregue ao director do Laboratorio Bacteriologico da Directoria Geral de Saude Publica Dr. Antonio Martins Pimentel para		

custear as despesas que se estão fazendo com os trabalhos da commissão incumbida de com-provar os estudos do Dr. Domingos Freire sobre a febre amarella.....	1:000\$000
Quantia mandada abonar ao Dr. Felipe Pereira Caldas: ajuda de custo de 4:000\$, que lhe foi arbitrada, visto ter sido chamado pelo Governo para occupar-se nesta Capital das pesquisas e experiencias sobre o seu sôro anti-varioloso e anti-amarillico, mas tambem a gratificação mensal de 1:000\$, de junho a dezembro, sete mezes.....	11:000\$000

CREDITOS

Na Delegacia em Londres:

Para indemnisar ao ministro do Brazil do que despendeu com telegrammas sobre saude publica (£ 12-3-0) ao cambio par....	107\$999	
Idem idem (£ 2-0-6) ao cambio de 7 ¹³ / ₆₄	66\$319	174\$318
A' disposição do ministro do Brazil em Washin-gton para despesa com cabogramma dirigido a este Ministerio (£ 3-19-16) ao cambio de 7 ¹³ / ₆₄ ..		125\$207
A' disposição da Legação do Brazil em Pariz, para occorrer ao pagamento de 100 frascos de sôro anti-bubonico de Jesin, fornecidos ao Instituto Pasteur.....		309\$410
A' disposição do ministro do Bra-zil em Londres, para se entregar á <i>The Seamen's Hospital Society</i> , como auxilio por serviços pres-tados aos marinheiros nacionaes alli tratados	320\$668	

Na Alfandega da Bahia:

A' disposição do inspector de saude do porto para occorrer ao pa-gamento de um desinfector, na razão de 200\$ mensaes, e do aluguel da fazenda do Bom Des-pacho, no de 100\$ mensaes.....	3:600\$000
Para occorrer ás despesas com o custoe do Hospital do Bom Des-pacho, onde foram recolhidos doentes de febre amarella.....	6:787\$254

Na Delegacia Fiscal de Goyaz:

A' disposição do presidente do Es-tado para occorrer as despesas	
--	--

com soccorros e transporte dos indios Cherentes até a sua aldeia	3:000\$000	
Na Alfandega do Maranhão:		
A' disposição do inspector de saude do porto para occorrer ás des- pezas com o tratamento naquella porto de variolosos do transporte de guerra <i>Carlos Gomes</i>	1:000\$000	15:316\$857

DESPESAS POR PAGAR

*Directoria Geral de Saude Publica**Vapor Paula Candido :*

Folhas da tripulação, de outubro a dezembro	7:958\$400	
Fornecimentos de carvão e lubri- ficantes, de setembro a dezembro	8:689\$180	15:747\$580
Folha do interprete, de novembro e dezembro.....		100\$000
Gratificação a dous empregados encarregados da guarda e con- servação do hospital de isola- mento no Estado do Rio Grande do Sul.....		2:160\$000

Lazareto da Ilha Grande

Fornecimento de generos alimen- ticios, medicamentos, carvão, lu- brificantes, objectos de expen- diente, lenha, etc., inclusive lavagem de roupa	24:870\$610	
Quantia necessaria para o forne- cimento de colchões e traves- seiros para o mesmo lazareto e Hospital Maritimo de Santa Isabel.....	8:000\$000	32:870\$640

Hospício Nacional

Fornecimento dos generos alimen- ticios durante os mezes seguin- tes :		
Setembro	1:781\$935	34:974\$485

Novembro.....	24:753\$760	
Dezembro.....	25:693\$951	
		77:101\$431
		226:366\$922
Credito da lei de orçamento de 1897		100:000\$000
Credito preciso.....		126:366\$922

2.^a Secção da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 13 de março de 1898.— *Flores Junior*, 2.^o official. — Visto — *Pedro Guedes*, director de secção. — Visto — *José Carlos de Souza Bordini*, director geral.

Hospicio Nacional de Alienados — N. 476 — Em 7 de outubro de 1897.

Sr. Dr. inspector geral da Assistencia Medico-Legal de Alienados—Antevendo a insufficiencia da verba orçamentaria destinada á alimentação dos doentes e empregados do Hospicio Nacional de Alienados no corrente anno, já tive occasião de, em junho ultimo, officiar-vos nesse sentido, ponderando sobre o caso e fazendo sentir a necessidade de se abrir um credito extraordinario para attender a esse ramo de serviço publico, credito que nunca seria inferior a 50:000\$000.

A verba para este fim votada para o anno passado foi de 250:000\$, a deste anno foi de 200:000\$, inclusive o combustivel para todos os serviços, isto quer dizer que, quando então as condições precarias pela crise que atravessamos não indicavam melhorar, antes aggravar-se, encarecendo todos os artigos de fornecimento, sobretudo de generos alimenticios, diminuia-se a verba respectiva.

Assim, o carvão de pedra, que está incluído na verba—Alimentação, foi o anno passado adquirido a 54\$ a tonelada, este anno o foi a 76\$, o que, calculando-se o consumo médio a 15 toneladas mensaes, dá uma differença para mais de quasi 4:000\$ até o fim do anno contra a verba actual.

O pão fresco, que no 2.^o semestre de 1896 foi fornecido a 435 réis o kilo, no 1.^o semestre de 1897 foi a 557 réis, e no 2.^o a 610 réis, daqui, feito o calculo pelo numero de kilos consumidos mensalmente (7.000, mais ou menos), temos uma differença contra o actual orçamento, de perto de 8:000\$ até dezembro.

Nos outros generos alimenticios ainda pelo augmento de preço temos tambem uma differença para mais de perto de 4:000\$, avaliado o consumo pelo dos dois ultimos mezes. E para aggravar ainda este estado de cousas, nem ao menos tivemos a compensação de menor numero de doentes entrados este anno. Assim é que até 30 de setembro do anno passado tinham entrado 532 doentes, e este anno até esta mesma data entraram 573, isto é, 41 doentes mais que o anno passado, e existindo actualmente numero superior a 700 doentes.

De tudo isto resultou, chegando ao ponto de vista que tínhamos em vista, que o saldo existente na verba—Alimentação, para o mez de setembro é de 21:646\$205, que, deduzida a despesa realizada no dito mez, dá um *deficit* de 2:890\$000.

Para os mezes de outubro, novembro e dezembro torna-se precisa a importancia de 75:000\$, calculada a despesa mensal em 24:436\$, incluindo-se naquello total a importancia do *deficit* de setembro, 2:890\$000.

A verba destinada à iluminação, 8:000\$, e cujo saldo até agosto é de 750\$636, não comportará as despesas do 3º trimestre, que deve regular, como a dos dois primeiros, 7:000\$, mais ou menos, quantia em que deve ser estimado o *deficit* a realizar-se até dezembro, attentas as condições do cambio de hoje, para as do anno passado, em dezembro (9 5/32). E' nestas condições que julgo do meu dever levar ao vosso conhecimento esta exposição.

Saude e fraternidade.— Dr. *Pedro Dias Carneiro*, director.

Exposição a S. Ex.

Em 1896, resolveu o Congresso Nacional augmentar o pessoal do Lazareto da Ilha Grande de 16 empregados, sendo tres superiores e 13 subalternos. Esse augmento começou a vigorar no corrente exercicio.

Esquecendo que taes empregados tem mesa no estabelecimento, o Congresso deixou inalterada a consignação de 18:000\$, votada no exercicio anterior para alimentos e medicamentos.

Custando, pelas tabellas, aliás modestas, do almoxarifado, a alimentação de cada empregado superior á diaria de 2\$258 e a de cada empregado subalterno á de 1\$852, aos preços actuaes, resultou o *deficit* seguinte na consignação :

$3 \times 2\$258 \times 365 =$	2:472\$510
$13 \times 1\$852 \times 365 =$	8:787\$740
Total.....	11:260\$250

Para evitar o esgotamento da consignação, mandei arranchejar todos os empregados e reduzir os coefficients de unidade ; mas todo o meu esforço deu em resultado uma contracção insignificante do *deficit*, que ficou refuzido, até o fim do exercicio, a 10:446\$480.

Com a providencia de serem visitados na Ilha Grande os transportes de immigrants, o serviço das enfermarias augmentou e a necessidade de dietas e rações cresceu.

E' raro o navio que ali não deixe enfermos de molestias contagiosas, ordinariamente acompanhados de pessoas da respectiva familia. Comquanto me pareça que o lazareto deveria ser indemnizado pelos Estados que importam immigrants, das

despesas que fazem estes naquelle estabelecimento, nenhuma providencia existe ainda a respeito, nem julguei conveniente propor a S. Ex. por agora. Outras questões referentes ao assumpto da immigração se acham em estudos, e quando eu houver de submeter ao Governo o plano geral, provavelmente esse promenor entrará em formula.

Tem decorrido do facto uma despesa consideravel com dietas e eventuaes, a qual reclama até o fim do exercicio a somma calculada de 517\$200.

Por outro lado, o excessivo trabalho dos guardas e serventes, distribuidos pelas secções de trabalho normal e serviço extraordinario, tem impossibilitado o corte de lenha pelo pessoal e obrigado á compra da mesma para a padaria.

As despesas feitas e as que estão calculadas exigem a somma de 700\$000.

O lazareto não tem lavanderia ; e além da lavagem da roupa ordinaria de serviço, a dos immigrants enfermos, das pessoas que delles cuidam, etc., representam a somma precisa de 1:027\$340.

A consignação de 8:000\$ para —, Carvão e lubrificantes—, da lancha do lazareto, tornou-se manifestamente escassa, desde o principio do exercicio.

Em primeiro logar, a pequena lancha que alli funcionava achava-se estragadissima e precisando de concertos. Em condições semelhantes encontrei quasi todo o material da repartição, sendo a unica excepção a do *Republica*, vapor de grande machina e alto consumo.

Logo em fevereiro, S. Ex. requisitou do Ministerio da Marinha ordens para uma vistoria geral de todas as lanchas, com indicação das obras necessarias. Apesar de haver commissioned um dos meus ajudantes para a solicitação *quotidiana* da boa vontade dos peritos, só em setembro recebi os laudos. A lancha do lazareto entrou em concertos, então, e deverá ficar prompta até o dia 6 de dezembro. Até esse dia, e desde 28 de fevereiro, o serviço daquello estabelecimento tem sido feito exclusivamente pelo *Republica*. Este vapor gasta, em media mensal, 25 toneladas de carvão, que ao preço de 60\$ por tonelada, representam, nos 12 mezes do exercicio, 18:000\$000.

Accrescentando o custo, que actualmente é alto, dos lubrificantes, torna-se necessario á consignação do orçamento o supplemento de 10:556\$803.

As despesas de expediente do lazareto, augmentadas por effeito da reforma da repartição e consequente substituição de livros e papeis por outros com os novos dizeres, bem como o reforço da verba de eventuaes, sobrecarregada com as enormes differenças de preço da farinha de trigo, cujo valor no mercado duplicou, exigem tambem o credito supplementar de 1:622\$320.

Recapitulando:

1.º Alimentos e medicamentos.....	10:446\$480
2.º Dietas e eventuaes.....	517\$200
3.º Combustivel para a padaria.....	700\$000

4.º Lavagem de roupa.....	1:027\$340
5.º Carvão e lubrificantes.....	10:556\$803
6.º Expediente.....	1:622\$820

24:870\$643

As medidas extraordinarias tomadas pelo Governo, em relação á peste bubonica e ao cholera-morbus, motivaram o serviço do vapor *Paula Candido* ás ordens da Fortaleza de Santa Cruz.

Para o pagamento das despezas até 31 de dezembro, torna-se mister, conforme a demonstração junta, o credito de 15:897\$580.

Recapitulação geral :

Lazareto da Ilha Grande.....	24:870\$643
Vapor <i>Paula Candido</i>	15:897\$580

Total..... 40:768\$.23

A esta quantia, para a qual rogo a S. Ex. um credito supplemantar á verba—Soccorros Publicos—, peço venia para addicionar a de 8:000\$, cuja justificação é a seguinte :

1.º Lazareto—Com o lamentavel incidente do cruzador italiano *Lombardia*, o estabelecimento ficou *totalmente privado* de colchões, travesseiros e roupa de cama, em deposito nos pavilhões de quarentena.

E' urgentissimo adquirir o que for preciso, para o caso de uma quarentena eventual.

Além disso, as sepulturas do cemiterio são authenticadas por chapas de ferro com os numeros *pintados*. A chuva e a acção do tempo estão consumindo os numeros das chapas e, em breve, as exhumações serão desprovidas do signal de identidade dos restos. Isto será um horror. Cumpre substituir essas chapas por outras, em que os numeros sejam abertos.

2.º Hospital de Santa Isabel — Mandeí preparar nesse hospital um pavilhão separado para os maritimos que alli forem recolhidos, e não devam estar em contacto com doentes de febre amarella.

Para o complemento desse pavilhão faltam tambem colchões e roupas de cama.

Calculo que em condições de stricta economia serão necessarios 8:000\$ para attender-se a essas necessidades.

Por fim devo ponderar a V. Ex. que, melhor do que eu, poderá a Directoria Geral de Contabilidade provar que *raras vezes* o serviço sanitario federal tem sido menos pesado a—Soccorros Publicos—do que no corrente anno, no qual, aliás, não tem havido excepções favoraveis ao mesmo serviço ; mas, ao contrario, tem occorrido um trabalho incomparavelmente maior do que o de muitos outros annos.

Em 27 de novembro de 1897. — *Nuno de Andrade*.

Sr. Presidente da Republica—Não sendo sufficiente o credito supplementar aberto ao Ministerio da Guerra pelo decreto n. 2833, de 15 do corrente, para despesas da verba 27^a—Diversas despesas e eventuaes—Consignação—Transporte de tropas, comedorias de embarque e escaleres de fortaleza—do exercicio de 1897, por isso que não se contemplou a importancia das contas apresentadas pela Companhia Lloyd Brasileiro, porque a Contadoria Geral da Guerra já havia organizado a demonstração da insufficiencia da verba, venho propor-vos que seja o referido credito elevado a mais 163:795\$260, que se torna necessario para pagamento de taes contas e da de 33:000\$, requisitada pela Alfandega da cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, antes de terminar o trimestre adicional do citado exercicio.

Para a elevação desse credito está o Governo competentemente autorisado, á vista do disposto no art. 8º, n. 1, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, sendo o Tribunal de Contas, ao qual se consultou na fôrma do preceituado no § 5º do art. 70 do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 tambem de dezembro de 1896, de parecer que pôle o credito ser elevado.

Submetto, pois, á vossa consideração o presente decreto, para que vos dignéis resolver como julgardes acertado.

Capital Federal, 24 de março de 1898.—*João Thomas Cantuaria*.

DECRETO N. 2852 — DE 24 DE MARÇO DE 1898

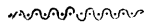
Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 163:795\$260 supplementar á verba 27^a do art. 5º da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 8º n. 1 da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, e satisfeito o preceituado no art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro daquelle anno, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 163:795\$260, supplementar á verba 27^a—Diversas despesas e eventuaes — Consignação — Transporte de tropas, comedorias de embarque e escaleres de fortaleza — do art. 5º da mesma lei, para occorrer ao pagamento de despesas feitas por conta da referida consignação, visto ser insufficiente o de 221:914\$135, aberto pelo decreto n. 2833, de 15 do corrente.

Capital Federal, 24 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomas Cantuaria.



DECRETO N. 2853 — DE 24 DE MARÇO DE 1898

Crea uma Mesa de Rendas alfandegada no lugar denominado Porto Murtinho, no Estado de Matto Grosso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista os interesses fiscaes da União e o melhoramento da arrecadação das rendas publicas, resolve, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º do decreto n. 8912, de 24 de março de 1883, crear uma Mesa de Rendas alfandegada do Apa, no lugar denominado Porto Murtinho, no Estado de Matto Grosso.

Capital Federal, 24 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2854 — DE 24 DE MARÇO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 166:249\$999) complementar á verba — Juros dos bilhetes do Thesouro — do exercicio de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 8º, n. 1, da lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, na conformidade do art. 148, n. 2, do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de cento e sessenta e seis contos duzentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove réis (166:249\$999) complementar á verba — Juros dos bilhetes do Thesouro — do exercicio de 1897.

Capital Federal, 24 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2855 — DE 28 DE MARÇO DE 1898

Declara caducos o privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 619, de 2 de agosto de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Aracaju a Simão Dias, com um ramal para Capella, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, pelo decreto n. 271, de 31 de dezembro de 1894, foi prorogado até 31 de dezembro de 1896 o prazo para a conclusão de todos os trabalhos de construção da via-ferrea de Aracaju a Simão Dias, de que é cessionaria, pelo decreto n. 1613, de 19 de dezembro de 1893, a Companhia Estradas do Ferro Norte do Brazil;

Considerando que esses trabalhos de construção não foram pela mesma companhia concluidos dentro do prazo acima mencionado, nem no decurso dos doze mezes subsequentes a que se refere a clausula 12^a, alinea 4^a do decreto n. 619, de 2 de agosto de 1890;

Decreta:

Artigo unico. Ficam declarados caducos, de accordo com a clausula 12^a, alinea 4^a do citado decreto n. 619, de 2 de agosto de 1890, o privilegio, garantia de juros e outros favores por elle concedidos com o respectivo contracto para a construção da Estrada de Ferro de Aracaju a Simão Dias com um ramal para Capella, no Estado de Sergipe.

Capital Federal, 28 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2.856—DE 28 DE MARÇO DE 1898

Declara caducos o privilegio, garantia de juros e demais favores concedidos pelo decreto n. 493 D, de 3 de janeiro de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Tamandaré à Barra, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, pelo decreto n. 271, de 31 de dezembro de 1894, foi prorogado até 31 de dezembro de 1896 o prazo para a conclusão dos trabalhos de construção da via-ferrea de Ta-

mandaré á Barra, de que, pelo decreto n. 1613, de 19 de dezembro de 1893, é cessionaria a Companhia Estradas de Ferro Norte do Brazil;

Considerando que todos esses trabalhos de construcção não foram pela mesma companhia concluidos dentro do prazo acima mencionado, nem no decurso de 12 mezes subsequentes, a que se refere a clausula 31. alinea 3ª do citado decreto n. 193 D, de 3 de janeiro de 1890;

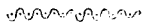
Decreta:

Artigo unico. Ficam declarados caducos, de conformidade com as clausulas 34 e 39 do dito decreto n. 193 D, o privilegio, garantia de juros e mais favores por elle concedidos, com o respectivo contracto, para a construcção da Estrada de Ferro de Tamandaré á Barra, no Estado de Pernambuco.

Capital Federal, 28 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2857 — DE 30 DE MARÇO DE 1898

Approva o regulamento para o Gynnasio Nacional e ensino secundario nos Estados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 2º, § 2º, n. VI, da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897, resolve approvar para o Gynnasio Nacional e ensino secundario nos Estados, o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 30 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS

Amaro Cavalcanti.

Regulamento a que se refere o decreto n. 2857 desta data

PARTE 1^a

Do Gymnasio Nacional

TITULO I

DA ORGANISAÇÃO SCIENTIFICA DO GYMNASIO NACIONAL

CAPITULO I

INSTITUIÇÃO DO GYMNASIO

Art. 1.º O Gymnasio Nacional tem por fim proporcionar a mocidade brasileira a instrução secundaria e fundamental necessaria e sufficiente não só para o bom desempenho dos deveres de cidadão, mas também para a matricula nos cursos de ensino superior e obtenção do grão de bacharel em sciencias e letras.

Art. 2.º O Gymnasio Nacional continuará dividido em dous estabelecimentos sob a denominação de *Internato* e *Externato*, independentes um do outro pelo que respeita à administração. Os dous institutos, todavia, reger-se-hão pela mesma lei, e os seus lentes formarão uma só congregação, que será presidida em annos alternados por cada um dos directores, na forma do art. 121.

CAPITULO II

DOS CURSOS

Art. 3.º O ensino no Gymnasio Nacional será feito em dous cursos simultaneos, um de 6 annos denominado *curso propedeutico* ou *realista* e outro de 7 annos denominado *curso classico* ou *humanista*.

Os cursos simultaneos abrangerão as seguintes disciplinas : lingua portugueza — lingua latina — lingua grega — lingua franceza — lingua ingleza — lingua allemã — mathematica — astronomia — physica — chimica — geographia — mineralogia — geologia — meteorologia — biologia — historia universal — historia do Brazil — litteratura geral e nacional — historia da philosophia — desenho — musica — gymnastica — esgrima — natação.

Art. 4.º O magisterio de cada estabelecimento constará provisoriamente de 11 lentes privativos :

- I de lingua portugueza,
- I de lingua latina,
- I de lingua grega,
- I de lingua franceza,
- I de lingua ingleza,
- I de lingua allemã,
- I de mathematica elemental,
- I de geometria geral, calculo e geometria descriptiva,
- I de mecanica e astronomia,
- I de physica e chimica,
- I de geographia.

Serão communs ao Internato e Externato 6 lentes :

- I de mineralogia, geologia e meteorologia,
- I de biologia (botanica e zoologia),
- I de historia universal,
- I de historia do Brazil,
- I de litteratura geral e nacional,
- I de historia da philosophia.

Haverá ainda em cada casa 3 professores :

- I de desenho,
- I de musica,
- I de gymnastica, esgrima e natação.

Art. 5.º As disciplinas dos dous cursos serão distribuidas da fôrma seguinte :

1.º anno

I Arithmetica.....	3 horas por semana
II Portuguez.....	5 » » »
III Francez.....	5 » » »
IV Inglez ou allemão.....	5 » » »
V Geographia.....	3 » » »
VI Desenho.....	2 » » »
VII Musica.....	2 » » »
VIII Gymnastica, etc.....	1 hora » »

26

2.º anno

Cursos realista

I Arithmetica.....	3 horas por semana
II Portuguez.....	5 » » »
III Francez.....	5 » » »
IV Inglez ou allemão.....	5 » » »
V Geographia.....	3 » » »

VI Desenho.....	2 horas por semana
VII Musica.....	2 » » »
VIII Gymnastica, etc.....	1 hora » »

26

Curso classico

IX Latin.....	3 horas » »
---------------	-------------

29

3º anno

Curso realista

Arithmetica.....	1 hora por semana
II Algebra.....	3 horas » »
III Portuguez.....	5 » » »
IV Francez.....	5 » » »
V Inglez ou allemão.....	5 » » »
VI Geographia.....	2 » » »
VII Desenho.....	2 » » »
VIII Musica.....	2 » » »
IX Gymnastica, etc.....	1 hora » »

26

Curso classico

X Latin.....	3 horas » »
--------------	-------------

29

4º anno

Curso realista

I Arithmetica.....	1 hora por semana
II Algebra.....	1 » » »
III Geometria e trigonometria.....	2 horas » »
IV Portuguez.....	4 » » »
V Francez.....	4 » » »
VI Inglez ou allemão.....	4 » » »
VII Geographia.....	2 » » »
VIII Zoologia e botanica.....	3 » » »
IX Historia universal.....	2 » » »
X Desenho.....	1 hora » »
XI Musica.....	1 » » »
XII Gymnastica.....	1 » » »

26

Curso classico

XIII Latin.....	3 horas por semana
	<hr/>
	29

5º anno

Curso realista

I Arithmetica.....	1 hora	»	»
II Algebra	1	»	»
III Geometria e trigonometria	1	»	»
IV Calculo e geometria descriptiva...	3 horas	»	»
V Physica e chimica.....	3	»	»
VI Zoologia e botanica.....	2	»	»
VII Portuguez.....	3	»	»
VIII Francez.....	3	»	»
IX Inglez ou allemão.....	3	»	»
X Geographia.....	1 hora	»	»
XI Historia universal.....	2 horas	»	»
XII Desenho.....	1 hora	»	»
XIII Musica.....	1	»	»
XIV Gymnastica.....	1	»	»
	<hr/>		
	26		

Curso classico

XV Latin.....	1	»	»	»
XVI Grego.....	3 horas	»	»	
	<hr/>			
	30			

6º anno

Curso realista

I Arithmetica	1 hora	»	»
II Algebra	1	»	»
III Geometria e trigonometria.....	1	»	»
IV Calculo e geometria descriptiva..	1	»	»
V Mecanica e astronomia.....	3 horas	»	»
VI Physica e chimica.....	2	»	»
VII Mineralogia, geologia e meteorologia.....	2	»	»
VIII Biologia.....	1 hora	»	»
IX Portuguez.....	2 horas	»	»
X Francez.....	2	»	»
XI Inglez ou allemão.....	2	»	»
XII Historia universal.....	2	»	»
XIII Historia do Brazil.....	2	»	»
XIV Geographia.....	1 hora	»	»

XV Desenho.....	1 hora por semana
XVI Musica.....	1 » » »
XVII Gymnastica.....	1 » » »
	<hr/>
	26

Curso classico

XVIII Latim.....	1 » » »
XIX Grego.....	3 horas » »
	<hr/>
	30

7º anno

Curso classico

I Arithmetica.....	1 hora por semana
II Algebra.....	1 » » »
III Geometria e trigonometria....	1 » » »
IV Calculo e geometria descriptiva.	1 » » »
V Mecanica e astronomia.....	1 » » »
VI Physica e chimica.....	1 » » »
VII Mineralogia, geologia e meteo- rologia.....	1 » » »
VIII Biologia.....	1 » » »
IX Francez.....	1 » » »
X Inglez ou allemão.....	2 horas » »
XI Latim.....	1 hora » »
XII Grego.....	3 horas » »
XIII Geographia.....	1 hora » »
XIV Historia universal.....	2 horas » »
XV Historia do Brazil.....	2 horas » »
XVI Historia da litteratura gemale da nacional.....	3 » » »
XVII Historia da philosophia.....	1 hora » »
XVIII Desenho.....	1 » » »
XIX Musica.....	1 » » »
XX Gymnastica.....	1 » » »
	<hr/>
	27

CAPITULO III

DAS MATERIAS OBRIGATORIAS PARA O EXAME DE MADUREZA ; DAS
PROMOÇÕES ; DOS CERTIFICADOS E DO TITULO DE BACHAREL EM
SCIENCIAS E LETTRAS

Art. 6.º E' obrigatorio o estudo de todas as disciplinas que
compõem o curso realista; o exame de madureza versará uni-
camente sobre as materias especificadas nos arts. 19 e 77 e se
effectuará segundo o processo estabelecido no art. 69 e seguintes.

O exame de latim será exigido dos alumnos que pretendam matricular-se nas Faculdades de Direito e no curso geral das de Medicina; uma das duas linguas, inglez e allemão, será facultativa.

Art. 7.º A passagem de um anno para outro se fará por promoção, independente de exames formaes. Findos os trabalhos lectivos, o director e o vice-director, reunidos em commissão, de que farão parte os lentos das respectivas cadeiras, resolverão á vista das notas de anno, do comportamento e da applicação do alumno, si elle deve ou não passar para o anno immediatamente superior.

Art. 8.º O voto do director será preponderante nos casos em que julgue o alumno não preparado para a promoção ou considere necessario impedir esta como medida disciplinar.

Art. 9.º Ao alumno do Gymnasio Nacional, desde a sua admissão, será entregue uma caderneta, para a qual se transportarão mensalmente todas as notas de aproveitamento e comportamento que constarem dos livros respectivos. No caso de perda justificada, a caderneta será restaurada ou então substituída por certidões, que o alumno poderá requerer para os fins convenientes.

Art. 10. No fim do curso realista, isto é, terminado o 6º anno, o alumno receberá um certificado de conclusão de estudos secundarios, e si os professores das classes adiantadas de cada materia accordarem por unanidade, poderão requerer o seu exame de madureza.

Art. 11. Os alumnos que tiverem obtido approvação no exame de madureza poderão oppor-se no fim de um anno a exame das materias constitutivas do curso classico.

Art. 12. Nesse exame, que se realizará perante a congregação do Gymnasio Nacional, serão observadas, no que for applicavel, as disposições dos arts. 73 a 100 dos estatutos que baixaram com o decreto n. 2226 de 1 de fevereiro de 1896.

Art. 13. Será dispensado do certificado de madureza o candidato que requerer exame em todas as materias dos dous cursos, exame que se effectuará perante a mesma Congregação constituído o jury de habilitação na forma e para os effeitos dos arts. 50 e seguintes.

Art. 14. Ao candidato que for approved no exame de que tratam os artigos anteriores será conferido o grão de bacharel em sciencias e lettras, e esse titulo dar-lhe-ha preferencia para a nomeação em igualdade de condições, verificada nos concursos exigidos para admissão nas repartições federaes ou ao magisterio secundario federal.

Art. 15. Nos cursos de sciencias juridicas e sociaes, no curso geral e nos especiaes de medicina e no curso geral da Escola Polytechnica e de Minas, ninguém será admittido á matricula sem que exhiba certificado de approvação em exame de madureza, salva a disposição do art. 62, ultimo paragrafo, ou titulo de bacharel em sciencias e lettras.

CAPITULO IV

DOS PROGRAMMAS DE ENSINO E DE EXAME

Art. 16. O ensino será regulado por programmas organisados triennialmente pela congregação sobre as bases geraes fornecidas pelo director presidente.

Art. 17. Estes programmas só terão execução depois de approvados pelo Governo, a quem o mesmo director os enviará com o seu parecer.

Si o Governo entender acceitaveis as ponderações deste, autorisal-o-ha a rever os programmas e a pol-os em execução com as modificações que houver proposto.

Art. 18. No fim de cada triennio os programmas anteriores serão submettidos á consideração do Ministro do Interior com as modificações que a congregação tiver feito de accordo com os preceitos do art. 19 e com o parecer justificativo das modificações, que deverá ser acompanhado da opinião individual do director presidente da congregação.

Art. 19. Nesses programmas attender-se-ha ao seguinte :

I. Em todos os annos do curso será empregado o methodo intuitivo, o preferido o ensino pratico ao theorico, cingindo-se o professor na parte scientifica á explicação dos principios fundamentaes.

II. O estudo da grammatica limitar-se-ha ao que é strictamente indispensavel para que o estudante tenha uma norma objectiva de criterio quando quizer exprimir-se. O trabalho do alumno desenvolver-se-ha em exercicios graduales de leitura dos poetas e prosadores respectivos, com os quaes o mestre procurará familiarisal-o, obrigando-o á explicação dos termos, expressões idiomaticas, figuradas, etc., pelos exercicios de synonymia, paraphrase, emprego de vocabulos, redução de prosa litteraria á linguagem commum, de verso á prosa litteraria ou vulgar, assim como de composições variadas e sempre mais difíceis, que versarão sobre conhecimentos adquiridos, assumptos de ordem litteraria, explicados anteriormente, e biographias.

III. Os programmas nesta materia attenderão a que as lições e exercicios sejam dispostos de modo que no fim do curso o alumno não só possa fallar e exprimir-se por escripto correctamente na lingua materna, mas tambem que conheça os poetas e prosadores mais notaveis portuguezes e brazileiros, e possa julgar do valor litterario dos principaes monumentos da lingua, tanto classicos como contemporaneos.

IV. Nas outras linguas vivas os programmas terão em vista que o alumno se torne apto no manejo das obras principaes da litteratura franceza e ingleza dos seculos XVII, XVIII e actual, e da allemã de Goethe em deante, e que adquira alguma pratica no uso da lingua corrente, quer oral quer escripta.

V. No latim se procurará inculir no alumno a comprehensão dos classicos mais importantes, seguindo o processo de o ensinar como uma lingua viva.

VI. Em mathematica incluir-se-ha: o estudo completo da arithmetica e da algebra elementar, da geometria preliminar e trigonometria rectilinea e da geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, da cissoide, da *limaçon* de Pascal e da espiral de Archimedes).

VII. Em physica: conhecimento dos phenomenos e leis mais notaveis dos diversos ramos da physica. Em chimica: elementos mais importantes e de suas combinações inorganicas e organicas mais conhecidas, bem como as leis fundamentaes da chimica.

VIII. Em zoologia: ordens mais importantes das classes dos vertebrados, alguns representantes das outras classes do reino animal, noções fundamentaes sobre a geographia animal; em botanica: familias mais importantes do systema natural; plantas uteis exoticas mais importantes, distribuição geographica das plantas conhecidas.

IX. No ensino da geographia occupar-se-hão os programmas com o conhecimento intuitivo da natureza ambiente, bem como das cartas e com os exercicios cartographicos; constituição physica da superficie da terra e sua divisão politica; e principios de geographia mathematica.

X. Na historia universal mencionar-se-hão todos os factos que fizeram época, com especialidade os referentes à organização dos governos civis na Europa moderna e na America. Na historia do Brazil: o desenvolvimento da nossa nacionalidade e respectiva organização politica e biographias dos brasileiros mais notaveis.

Art. 20. As classes não mencionadas no artigo anterior, mas também as do curso classico no 7º anno, terão programmas especiaes, em que se darão ás materias o maximo desenvolvimento que estas comportam.

Art. 21. Os programmas de exame de madureza serão organisados todos os annos pelo jury de que trata o art. 50 e na conformidade do que se acha estatuido nos arts. 56, 77 e 79, sobre os programmas geraes formulados pelo director em vista dos de cada professor na sua aula e versando sobre a totalidade da materia.

TITULO II

DOS ALUMNOS

CAPITULO I

DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 22. Os paes ou encarregados dos matriculandos deverão apresentar aos directores dos estabelecimentos, do dia 1º ao dia 11 de fevreiro de cada anno, os requerimentos instruidos com

todos os documentos justificativos das condições em que se acham os candidatos à matricula.

Art. 23. Para a matricula no Gymnasio Nacional exigir-se-hão as seguintes condições :

I. Certidão de idade, ou documento equivalente, por onde se prove ter o candidato, no minimo, 11 annos de idade (Internato e Externato) e no maximo 14 annos (Internato sómente), referidos ao dia 1.^o de janeiro do anno da matricula;

II. Attestado de vaccinação ou revaccinação;

III. Certificado de que o candidato não soffre de molestia alguma contagiosa ou infecto-contagiosa;

IV. Attestado de bom procedimento passado pelos professores ou directores das escolas que elle houver frequentado;

V. Exame prévio de leitura, dictado, pratica das quatro operações sobre numeros inteiros e fracções, conhecimento pratico do systema metrico decimal, morphologia geometrica e noções de geographia geral, — perante uma commissão composta de tres lentes do 1.^o anno, dos quaes o mais antigo occupará a presidencia.

A approvação no curso de adaptação do Collegio Militar equivalerá á approvação neste exame.

Art. 24. Os candidatos approvados nos exames de admissão serão classificados pela congregação por ordem de merecimento e, de accordo com este julgamento, serão pelos directores, em cada estabelecimento, preenchidas as vagas existentes no quadro dos alumnos.

§ 1.^o Tendo em vista a classificação, determinada neste artigo, e quando se tratar de matriculandos gratuitos, que só podem ser os provavelmente pobres, deverão os directores basear a preferencia, para a escolha dos mesmos candidatos, nas seguintes condições :

1.^a Serem os candidatos orphãos de pae e mãe;

2.^a Serem orphãos de pae;

3.^a Serem filhos de funcionarios federaes que não disponham de recursos para pagar as contribuições.

§ 2.^o Como alumnos gratuitos não serão admittidos mais de dous irmãos, excepto si forem orphãos.

Art. 25. E' fixado em 180 o numero dos alumnos do Internato, sendo um terço de gratuitos meninos pobres, guardada a ordem do artigo anterior. No Externato a frequencia será de tantos alumnos quantos comportar o estabelecimento, merecendo particular consideração as condições hygienicas ; o numero de gratuitos não excederá de 100.

Paragrapho unico. Si o numero dos candidatos á matricula gratuita for superior ao das vagas, poderão elles ser admittidos como contribuintes até que aquellas lhes possam caber, uma vez verificada a pobreza.

Art. 26. Os alumnos contribuintes pagarão annualmente : no Internato, a quantia de 18\$ no acto da matricula e mais a de 900\$ em quatro prestações trimensaes adeantadas ; e no Externato, 36\$ por trimestre e mais 18\$ no acto da matricula (lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, art. 1.^o n. 20).

Art. 27. Exceptuada a matricula, as contribuições poderão ser pagas em prestações mensaes, quando os alumnos forem filhos de funcionarios publicos.

Art. 28. Os alumnos contribuintes do Internato deverão entrar com o enxoval marcado no regimento interno, o qual será renovado à proporção do uso, bem como, no principio de cada anno, com os livros adoptados; ficando a cargo do estabelecimento a lavagem e engomado da roupa não só delles mas tambem dos gratuitos.

Art. 29. Aos alumnos gratuitos do Internato serão fornecidos, por conta do estabelecimento, enxoval igual ao dos contribuintes, bem como os livros de estudo.

Exceptuam-se os filhos dos funcionarios publicos em effectivo exercicio, os quaes serão obrigados à renovação do enxoval e ao fornecimento dos livros adoptados.

Art. 30. A todos os alumnos do Internato serão fornecidos, pelo estabelecimento, papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o trabalho das aulas.

CAPITULO II

DA DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 31. Nenhuma pessoa extranha ao estabelecimento, salvo autoridade superior, terá nelle entrada sem prévia licença do director ou do vice-director.

Art. 32. É vedado aos alumnos occuparem-se, no estabelecimento, com a redacção de periodicos ou outros trabalhos que possam distrabil-os de seus estudos regulares, bem como entregarem-se á leitura de livros que prejudiquem os bons costumes e o cumprimento dos seus deveres collegiaes e organisarem rifas, collectas ou subscrições, seja qual for o motivo.

Art. 33. A correspondencia dos alumnos do Internato, por meio de cartas, ficará sujeita, quanto ao destino, ao criterio do director e do vice-director.

Art. 34. Os alumnos do Internato, em regra geral, poderão ter sahida aos sabbados depois das aulas, devendo recolher-se ao estabelecimento no dia e hora que lhes for determinado.

Não poderão sair sinão acompanhados por seus paes ou encarregados ou por pessoas que os mesmos indicarem, salvo autorisação especial delles e consentimento expresso do director.

Só poderão ser visitados durante as horas de recreio, sendo que essa visita só será admittida quando se tratar dos paes ou pessoas competentemente autorisadas.

Art. 35. O director e vice-director do Internato procurarão desenvolver em seus alumnos o gosto pelos exercicios de tiro ao alvo, de béstia, tiros de flecha, exercicios gymnasticos de corpo livre, salto, jogo de volante, etc., e farão aos domingos um passeio para fóra do centro da cidade.

Organisarão para esse fim turmas de alumnos de fôrma que, pelo menos uma vez por mez, cada uma dellas tenha um dia completamente destinado à educação physica.

Para auxiliá-los neste trabalho serão designados por escala os inspectores de alumnos.

Art. 36. A convite dos directores, poderão os lentes e professores incumbir-se da direcção desses passeios e do ensino dos jogos escolares que convem divulgar.

Art. 37. São permittidos como jogos escolares: a barra, a amarella, o *foot-ball*, a peteca, o jogo da bola, o *cricket*, o *lawn-tennis*, o *crochet*, corridas, saltos e outros, que, a juizo do director, concorram para desenvolver a força e destreza dos alumnos, sem pôr em risco a sua saúde.

Art. 38. Os meios disciplinares, sempre proporcionados à gravidade das faltas, serão os seguintes:

- 1º, notas más nas listas das aulas;
- 2º, exclusão momentanea da aula ou do campo de exercicio;
- 3º, privação de recreio;
- 4º, privação de sahida no Internato;
- 5º, reprehensão em particular ou perante os alumnos reunidos do anno ou de todo o estabelecimento;
- 6º, exclusão do Gynnasio Nacional por tres a seis dias;
- 7º, suspensão dos estudos por um a dous annos, nos casos de insubordinação, parede ou pratica de actos immoraes;
- 8º, eliminação.

Art. 39. As duas primeiras penas serão impostas pelos lentes e professores; a 3ª pelos directores e vice-directores; as 4ª, 5ª e 6ª pelo director somente; as 7ª e 8ª pelo director, mediante inquerito e processo sumuario, com recurso no prazo de oito dias para o Ministro do Interior.

Art. 40. A exclusão por tres a seis dias consistirá em enviar-se o alumno a seu paê ou tutor para corrigil-o.

Art. 41. A distribuição do tempo no Internato será feita de modo que, para os alumnos, haja, mais ou menos, nove horas para o somno, oito para o trabalho e sete para toilette, refeições e recreio.

CAPITULO III

DA FREQUENCIA

Art. 42. A presença dos alumnos nas aulas será verificada pelos inspectores. O lente ou professor poderá mandar marcar ponto ao alumno que, sem licença, retirar-se da aula.

Art. 43. Ao alumno que, por motivo justificado, faltar a uma ou mais aulas ou trabalhos no mesmo dia, se marcará um só ponto.

Art. 44. A justificação das faltas commettidas pelos alumnos será feita perante o director.

Art. 45. Deverão as faltas dos alumnos ser notadas cuidadosamente, além de que se cumpra o disposto no artigo seguinte.

Art. 46. O alumno que commetter 40 faltas, durante o anno lectivo, ainda que sejam ellas justificadas, perderá o anno e será excluido do estabelecimento. Poderá, porém, matricular-se no anno seguinte, caso o mereça por seu procedimento e applicação.

Paragrapho unico. Por uma falta não justificada marcar-se-hão dous pontos.

CAPITULO IV

DAS RECOMPENSAS

Art. 47. As recompensas conferidas aos alumnos serão:

1.^a Boas notas nas listas das aulas ;

2.^a Licenças excepcionaes, no Internato, para passeio ;

3.^a Bancos de honra, de que haverá até seis em cada cadeira, obtidos em concurso trimestral e levados em conta para a média de applicação no trimestre ;

4.^a Premios, de que haverá até tres em cada anno, ordinalmente numerados e conferidos aos melhores dentre os alumnos que tiverem obtido a 1.^a nota em todos os concursos bimensaes.

5.^a Collocação, em sala especial, denominada « Pantheon », do retrato do alumno, que, por seu excepcional talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e mais virtudes, o merecer.

Paragrapho unico. A primeira destas recompensas será conferida pelos lentes e professores ; a segunda pelo director ; as tres ultimas pela congregação. A ultima recompensa, que se denominará « Premio Benjamin Constant », será conferida após o exame de madureza e, assim como a penultima recompensa, sel-o-ha na mesma sessão solemne de que trata o art. 189.

TITULO III

DO TEMPO LECTIVO, DAS AULAS E DO EXAME DE MADUREZA

CAPITULO I

DO TEMPO LECTIVO E DAS AULAS

Art. 48. O anno lectivo começará em 1 de março e findará a 30 de novembro, sendo destinadas a exames e férias os mezes de dezembro, janeiro e fevereiro. As aulas, porém, do 6.^o anno deverão encerrar-se a 15 de novembro para dar lugar às inscrições dos candidatos ao exame de madureza (art. 58).

Paragrapho unico. Os exercicios geraes e passeios realizar-se-hão nos mezes de junho e julho, em dias determinados pelos directores.

Art. 49. A distribuição do tempo para o ensino theorico e pratico será feita de modo que, em cada aula, a lição não exceda de uma hora e o intervallo de uma aula a outra nunca seja menor de 10 minutos, havendo tambem um de 20 minutos entre as aulas da manhã e as da tarde.

CAPITULO II

DO EXAME DE MADUREZA

Art. 50. O exame de madureza será prestado perante um jury composto de cinco membros nomeados pelo Governo dentre os lentes dos cursos de ensino superior.

Art. 51. Essa nomeação se effectuará todos os annos até 15 do mez de outubro.

Art. 52. Presidirá ao jury o lente de curso superior, que tiver o titulo de nomeação mais antigo, respeitada a categoria; e servirá de secretario o lente mais moço.

Art. 53. No impedimento ou falta do presidente do jury, assumirá a presidencia o immediato em antiguidade.

Art. 54. No caso de ausencia imprevista de um até dous dos membros do jury não se interromperão os trabalhos dos exames. Si, porém, o impedimento for absoluto, o Governo providenciara sobre o preenchimento immediato das vagas.

Art. 55. Ao jury de exame será preposto um delegado fiscal, que, uma vez nomeado, servirá enquanto merecer a confiança do Governo.

Paragrapho unico. A nomeação desse funcionario não poderá recahir sinão em pessoa que faça ou tenha feito parte do professorado superior federal ou seja de notoria competencia em materia de ensino, uma vez que não o exerça como meio de vida.

Art. 56. O jury reunir-se-ha no Externato do Gymnasio Nacional em 10 de novembro para a organização dos programmas de exame e abertura de inscrições que serão feitas na respectiva secretaria, e no dia 25 do mesmo mez, para o encerramento das inscrições, divisão das turmas dos examinandos inscriptos, e designação dos examinadores (art. 69), e dos dias das provas escriptas e oraes, que deverão concluir-se dentro de 30 dias.

Paragrapho unico. Este periodo poderá ser prorogado pelo Ministro do Interior, á vista de representação do presidente do jury.

Art. 57. Os exames começarão no primeiro dia util de dezembro.

Art. 58. As inscrições serão abertas no dia 15 de novembro e encerradas impreterivelmente a 25 do mesmo mez (art. 48).

Art. 59. Ao exame de madureza serão admittidos conjuntamente com os alumnos do Gymnasio Nacional todos os candidatos extranhos a esse estabelecimento, que se inscreverem annualmente.

Art. 60. O candidato deverá apresentar o certificado de conclusão de estudos secundarios no estabelecimento que houver frequentado, prova de identidade de pessoa e declaração de naturalidade, filiação e idade.

A esses documentos juntará a sua caderneta escolar (art. 9º) e todos os attestados que possam concorrer para a orientação dos julgadores.

Art. 61. Os candidatos extranhos ao Gymnasio Nacional, ou que não tenham cursado estabelecimentos equiparados a este instituto nos termos do art. 195, serão admittidos à inscrição sem distincção de turma e segundo a ordem em que tiverem apresentado os seus requerimentos.

Art. 62. Para que os candidatos de que trata o artigo anterior possam ser acceitos deverão apresentar, além da prova de identidade de pessoa e declaração de naturalidade, filiação e idade, documentos authenticados pelo delegado fiscal do Governo, pelos quaes provem as suas habilitações, como estas foram adquiridas, segundo que especie de planos de ensino, em que estabelecimento ou perante que professores, e si em periodo equivalente aos seis annos do curso realista do Gymnasio Nacional (art. 5º).

Paragrapho unico. As informações inexactas e fraudes constantes destes documentos serão punidas na conformidade das leis criminaes, e para esse effeito o delegado fiscal os examinará detidamente antes de visal-os e, quando verifique a existencia de crime, remetterá os mesmos documentos à autoridade competente.

Art. 63. A restricção constante do art. 62, principio, não se entenderá com os alumnos de institutos que gosarem de regalias iguaes ás do Gymnasio Nacional e apresentarem as suas cadernetas escolares.

Art. 64. O jury poderá rejeitar, sem embargo do visto do delegado fiscal, os documentos apresentados pelos candidatos de que trata o art. 62, desde que se convença da incapacidade do candidato e do falta de idoneidade dos professores que attestam a sua habilitação. Esta decisão só poderá ser tomada por unanimidade.

Art. 65. Os requerimentos, documentos, cadernetas e mais papeis, a que se referem os artigos anteriores, serão recolhidos, devidamente classificados e submettidos ao jury com o livro das inscrições na sessão preparatoria do dia 25 de novembro (art. 56).

Art. 66. Pela inscrição para exame de madureza pagará cada candidato extranho ou que não tiver concluido o curso preparatorio do Gymnasio Nacional, uma taxa igual ao producto total das taxas em vigor das materias comprehendidas neste exame.

Art. 67. O candidato que deixar de comparecer ao exame, no dia designado para sua turma, será chamado uma segunda vez, e, si ainda não comparecer, perderá, sem recurso, a inscripção.

Art. 68. Qualquer candidato poderá entrar em exame antes da chamada de sua turma, desde que se apresente para preencher alguma vaga. Si apparecer mais de um pretendente á vaga será proferido o inscripto mais antigo.

Art. 69. Os candidatos serão interrogados perante o jury de exame pelos professores do Gymnasio Nacional da classe mais adelantada de cada uma das materias.

Art. 70. Os membros do jury terão o direito de intervir na arguição para dirigil-a, modifical-a ou corrigil-a, sempre que entenderem conveniente, para seu esclarecimento.

Art. 71. Os candidatos inscriptos na fôrma do art. 61 nunca serão dispensados de prova oral naquellas materias que não constituam objecto de prova escripta.

Paragrapho unico. Serão interrogados pelos seus proprios professores, si assim o tiverem requerido no acto da inscripção. O jury, todavia, poderá excluir taes examinadores, afim de que os candidatos sejam arguidos na fôrma do art. 69, desde que o seu modo de perguntar não pareça conducente á melhor verificação da capacidade real do candidato.

Art. 72. Ao membros do jury caberá a propina diaria de 20\$000.

Art. 73. As provas serão escriptas e oraes nas linguas e em mathematica e sômente oraes em outras materias.

Art. 74. A prova escripta será commum á turma, que se constituirá de accordo com a capacidade do local e as conveniencias de fiscalisação.

Paragrapho unico. Não excederá de seis horas o tempo concedido para a prova conjuncta de portuguez e de linguas vivas (1º dia). Para a prova de mathematica e latim (2º dia) terá o alumno o mesmo numero de horas, quando se verificar a hypothese do art. 6º, e sômente cinco horas no caso contrario.

Art. 75. A prova oral se fará, de uma vez, por turmas nunca maiores de cinco alumnos, depois de realizadas as diligencias do art. 80, e poderá estender-se até uma hora e dez minutos para cada examinando ou 10 minutos para cada materia.

Art. 76. A prova escripta será feita a portas fechadas; a oral publicamente. O papel distribuido aos examinandos será rubricado pelo presidente e secretario do jury.

Art. 77. Do examinando não serão exigidas habilitações excedentes da medida seguinte:

I. Em portuguez deverá escrever com orthographia, fallar com clareza e expressão e compor as suas provas ou dissertações com a devida correcção grammatical. Em nenhuma lingua viva o exame versará sobre definições, enunciados de regras grammaticas e analyse lexica ou syntactica.

II. Em francez deverá mostrar-se capaz de verter para essa lingua qualquer trecho facil de autor do seculo XIX, apanhado por dictado, e a traduzir, sem soccorro de dictionario, os autores

faceis de litteratura franceza classica e contemporanea. Deverá mostrar-se ainda habilitado a fallar ou entender pelo menos a lingua franceza e a applicar as regras grammaticaes. Sempre que o candidato o requerer, poderá, na prova oral de lingua extranha, fazel-a nessa lingua.

III. Em inglez a medida de habilitação será a mesma exigida para a lingua franceza.

IV. Em allemão deverá verter para essa lingua um trecho facil e traduzir para o portuguez autores allemães deste seculo, e fallar ou pelo menos entender a mesma lingua e applicar as regras de grammatica.

V. Em latim deverá o examinando mostrar-se habilitado a comprehender os autores de nota e a traduzil-os com o auxilio não consideravel de consultas. Os autores latinos serão Virgilio, Cicero, Horacio e Tacito, podendo ser preferidos outros de não maior difficuldade. No exame dessa lingua o examinando poderá ser arguido sobre questões de analyse e regras grammaticaes.

VI. Em mathematica, em physica e chimica e em historia natural o alumno mostrar-se-ha habilitado nas materias essenciaes que constituem essas sciencias, excluidos os detalhes ou factos secundarios e accessorios.

VII. Em geographia geral, o examinando deverá conhecer sobretudo a parte physica e politica da Europa e da America. Na geographia do Brazil os erros graves de materia serão considerados dobradamente mais graves do que os commettidos em geographia geral.

VIII. Em historia universal deverá mostrar-se inteirado dos grandes successos da historia moderna (idades média e moderna) e conhecer os factos principaes da historia antiga, grega e romana. Na historia do Brazil os erros graves de materia serão considerados dobradamente mais graves do que os commettidos em historia geral.

Art. 78. Os pontos de exames ou passagens de autores serão sempre designados pela sorte.

Art. 79. Os pontos de dissertação ou questões a desenvolver serão formulados pelo jury, para cada turma, de accordo com os programmas do exame de madureza (art. 56), observadas as seguintes regras:

I. Para o exame de portuguez, 12 themas de dissertação no circulo das idéas dos examinandos. O presidente do jury e o delegado do Governo poderão conjunctamente recusar e substituir por outros os themas dados até o numero de seis.

II. Para mathematica, varias series de questões, cada serie subdividida em duas questões, uma relativa a cada materia (arithmetica e algebra; e geometria e trigonometria). Destas serão designadas á sorte duas, uma relativa a cada materia.

III. Para geographia e historia, no minimo 20 pontos, comprehendendo cada um uma parte da geral e outro da patria.

IV. Os exames de francez, inglez e allemão, nas provas escriptas, constarão de versão para essas linguas de trechos faceis de linguagem corrente.

Na versão para o inglez e allemão o thema será dado em lingua franceza e servirá para esse fim qualquer passagem facil de autor francez do seculo actual.

V. Na prova oral serão feitas traducções dessas linguas, tambem de autores contemporaneos, que não contenham difficuldades especiaes. Será licito aos candidatos requererem exame em autores mais difficeis para melhorarem a sua nota.

VI. Nas provas escriptas de linguas será permittida a consulta, que o candidato fará ao jury em tira de papel rubricada, appendando-a depois á prova; nas de mathematica, poderá manusear as taboas de logarithmos.

VII. No latim a prova escripta constará de traducção, sem grande consulta, dos autores de que trata o art. 77 n. 5.

A oral versará sobre analyses e applicações de regras grammaticaes.

VIII. Nas questões formuladas para os exames oraes de historia natural (zoologia e botanica) o physica e chimica, geographia e historia, em grupos de duas sciencias, a cada subdivisão deverão corresponder seis pontos.

Art. 80. As provas escriptas, examinadas e criticadas pelos professores, que motivarão as suas notas, indicando ao mesmo tempo os erros á margem de cada trabalho, serão depois tambem qualificadas pelo jury com as notas 7 (optima) 6 a 4 (boa), 3 a 1 (soffrivel) e 0 (insufficiente); o terão a declaração de *nulla*, si o candidato houver escripto sobre assumpto diverso do que lhe tiver sido dado.

Paragrapho unico. A nota *nulla*, na prova escripta, adiara o exame do candidato para quando terminar o das turmas designadas; o um segundo insuccesso, para a seguinte sessão annual.

Art. 81. O candidato que não comparecer a qualquer das provas, ou que se ausentar antes de findas estas, inutilisará as prestadas.

Art. 82. O examinando que for surprehendido servindo-se, no acto do exame, de apontamentos particulares ou de quaesquer livros não permittidos, perderá o direito a prestar o exame, só podendo ser admittido na sessão annual seguinte.

Art. 83. O jury poderá dispensar do exame oral qualquer candidato, uma vez que, pela prova escripta e pelas attestações da sua caderneta e documentos escolares, entenda ter base segura para juizo definitivo sobre o mesmo; assim como regulará o tempo da referida prova oral, segundo a necessidade que haja de completar ou rectificar o juizo formado pela prova escripta, exigindo-a sobre a totalidade das materias, ou sobre parte dellas, respeitado o limite maximo de uma hora e 10 minutos para cada alumno (art. 75).

Art. 84. Terminadas as provas escriptas e oraes, o jury de exame, em vista das notas alcançadas e dos attestados das cadernetas escolares e de todos os mais documentos comprobativos da capacidade e aproveitamento dos candidatos no curso de estudos preparatorios, proferirá o seu julgamento de conjuneto sobre a habilitação dos mesmos á matricula nos cursos de ensino superior.

Art. 85. A habilitação não se dará si o candidato em qualquer das materias houver obtido nota 0, tanto na prova escripta como na oral, ou simplesmente na oral pela maioria dos votos dos membros do jury.

Art. 86. Os examinadores não terão voto.

Art. 87. O delegado do Governo assistirá a todo o processo do exame, cabendo-lhe o direito de veto, com effeito suspensivo, sobre a decisão do jury, desde que se verifique a existencia de irregularidades substanciaes não só na exhibição das provas, mas tambem no modo do julgamento.

Art. 88. Interposto o veto, o presidente do jury dirá sobre elle em cinco dias, e submeterá os papeis respectivos ao Ministerio do Interior, que, em prazo não excedente de 10 dias, decidirá si é ou não caso de mandar se proceder a novo exame.

Si o Ministro, dentro desse prazo, nada tiver decidido, entender-se-ha que não deu provimento ao recurso.

Art. 89. Diariamente o secretario lavrará em livro especial um termo relativo á secção de exame, e bem assim em outro livro, concluidas as provas, o termo do julgamento dos candidatos, assignando em um e outro os membros do jury.

Art. 90. O certificado de exame de madureza será passado pelo secretario do jury á vista do termo de approvação e rubricado pelo delegado fiscal.

Paragrapho unico. Nelle serão mencionadas com especificação todas as notas parciaes que o candidato houver obtido nas diversas provas constitutivas do exame.

Art. 91. Nos intervallos das sessões do jury estes certificados serão passados pelo secretario do Externato do Gymnasio Nacional.

Art. 92. Ao delegado incumbe apresentar ao Ministro um relatório circumstanciado dos trabalhos da sessão.

Os livros e mais documentos relativos aos exames serão guardados no archivo do Externato do Gymnasio Nacional, e por elles o secretario passará, independente de despacho, as certidões que forem requeridas.

TITULO IV

DO MAGISTERIO E DA ADMINISTRAÇÃO

CAPITULO I

DOS LENTES E PROFESSORES ; DA CONGREGAÇÃO ; DOS PREMIOS

Art. 93. Os lentes serão nomeados por decreto, mediante concurso. Cabe-lhes:

I. Comparecer ás aulas com pontualidade; dar as lições nos dias e horas marcados, occupando-se exclusivamente na classe

com o ensino das materias que professam, e, no caso de impedimento, participar ao director, com a possivel antecedencia.

II. Comparecer ás sessões da congregação e actos de concurso.

III. Cumprir o programma de ensino, nos termos do art. 19, evitando toda ostentação de conhecimentos, sendo expressamente prohibidas as apostillas. Os lentes deverão seguir de perto, apenas com as explicações, ampliações e commentarios necessarios, os livros adoptados para a sua cadeira.

IV. Começar e concluir o ensino da cadeira a seu cargo por uma serie de lições tendentes a ligar o assumpto ao das disciplinas anteriores e subseqüentes.

V. Propor aos alumnos todos os exercicios que lhes possam desenvolver a intelligencia, nortear o caracter e fortalecer os conhecimentos adquiridos.

VI. Marcar, com 48 horas de antecedencia, pelo menos, a materia das sabbatinas escriptas, habituando os alumnos a este genero de provas para o exame.

VII. Marcar, de dous em dous mezes, um concurso sobre questões da materia ensinada, julgar com cuidadosa attenção as provas deste concurso, e á vista dellas propor os seis melhores alumnos de sua aula merecedores do *Banco de Honra*.

VIII. Comparecer aos exames de madureza nos dias e horas determinados pelo jury de exame (art. 56), funcionando, nos mesmos exames, como arguentes quando lhes competir.

IX. Observar as instrucções e recommendações do director no concernente á policia interna das aulas e auxiliar-o na manutenção da ordem e da disciplina.

X. Satisfazer a todas as requisições feitas pelo director, no interesse do ensino.

Art. 94. Os professores de desenho, musica e gymnastica serão nomeados por decreto, mediante proposta do director do estabelecimento; é-lhes applicavel quanto se refere ás obrigações dos lentes, excepto deliberar em materia de concursos.

Art. 95. Nos casos que affectarem gravemente a moral, o director deverá suspender desde logo o lente ou professor, até a decisão do Governo, levando immediatamente o facto ao conhecimento deste.

Art. 96. Os lentes e professores que deixarem de comparecer para exercer as respectivas funções por espaço de tres mezes, sem que tenham justificado as suas faltas em inspecção regular de saude, incorrerão nas penas marcadas pelo Codigo Penal.

Art. 97. Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio e os seus logares serão julgados vagos pelo Governo.

Art. 98. O lente ou professor nomeado, que dentro de dous mezes não comparecer para tomar posse, sem communicar ao director a razão justificativa da demora, perderá a cadeira para a qual foi nomeado, sendo-lhe a pena imposta pelo Governo.

Art. 99. Expirado o prazo, na hypothese do art. 96, o director tomará conhecimento do facto e de todas as suas cir-

cumstancias, e, ouvido o interessado, decidirá promover ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos da decisão que tomar.

Si for affirmativa, o director a remetterá por cópia extrahida do termo que tiver sido lavrado, com todos os documentos que lhe forem concernentes, ao promotor publico respectivo para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade, e do que dará parte ao Governo, assim como da marcha e resultado do processo, quando este tiver logar.

Art. 100. Na hypothese do art. 97, o director dará parte ao Governo do occorrido, afim de proceder-se na conformidade do mesmo artigo.

Art. 101. Verificada a demora da posse de que trata o art. 98 e decidida a procedencia ou improcedencia da justificação, si tiver havido, o director participará ao Governo o que occorrer para sua final decisão.

Art. 102. Qualquer divergencia que a respeito do serviço do estabelecimento houver entre o director e algum lente ou professor deve por aquelle ser presente ao Governo.

Art. 103. Salvo a hypothese do art. 95, si algum lente ou professor, nos actos do estabelecimento, faltar aos seus deveres, o director levará ao conhecimento do Governo o facto ou factos praticados.

Art. 104. Neste caso o Ministro do Interior nomeará uma comissão para syndicar dos ditos factos e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 105. Dentro de igual prazo, com a resposta do lente ou professor, ou sem ella, deverá a comissão apresentar o seu parecer motivado.

Art. 106. A' vista do parecer da comissão e da resposta do accusado, o Governo deliberará si este deve ser advertido camarariamente ou soffrer as penas do artigo seguinte.

Art. 107. Si não for bastante esta advertencia, o Governo applicará as penas de suspensão de tres mezes a um anno, com privação dos vencimentos.

Art. 108. Constituem motivo para a simples advertencia ao lente ou professor:

- 1.º Negligencia ou má vontade no cumprimento dos seus deveres ;
- 2.º Não dar bons exemplos aos alumnos ;
- 3.º Deixar de dar aula, sem motivo justificado, por mais de tres dias em um mez ;
- 4.º Infringir qualquer das disposições deste regulamento.

Art. 109. Constituem motivo para applicação das penas de que trata o art. 107:

- 1.º Reincidir nas faltas do artigo antecedente ;
- 2.º Ser arguido de qualquer crime publico ;
- 3.º Fomentar immoralidade entre os alumnos.

Art. 110. Os lentes e professores não poderão dirigir estabelecimentos de ensino secundario, sendo-lhes permittido, porém,

leccionar as materias professadas no Gymnasio Nacional, com tanto que não haja prejuizo para o exercicio das respectivas funcções officiaes.

Art. 111. Quando, por excessiva frequencia de uma classe, entender o director que se faz indispensavel subdividi-la, si o lente da cadeira não quizer ou não puder encarregar-se da aula supplementar, designará para regel-a, de preferencia, outro lente do Gymnasio, e, caso dentre estes não haja quem possa fazel-o, chamar-se-ha pessoa extranha ao corpo docente e que reuna as necessarias habilitações.

Paragrapho unico. No caso do lente accumular ao exercicio de sua cadeira a regencia de uma aula supplementar, perceberá uma gratificação adicional de 1:200\$ annuaes; sendo pessoa extranha ao corpo docente, tera a gratificação de 2:400\$ annuaes.

Art. 112. As providencias do artigo antecedente serão tomadas semelhantemente quando for preciso attender á regencia interina de cadeiras vagas e daquellas cujo proprietario estiver no gozo de licença ou impedido por qualquer motivo. No primeiro caso, o lente interino perceberá o vencimento integral da cadeira; nos outros terá um acrescimo de vencimentos igual á gratificação do substituido, si pertencer ao corpo docente dos dous estabelecimentos, e si lhe for extranho, uma gratificação igual ao vencimento integral da cadeira. Estas nomeações serão feitas pelo Governo sob proposta do director, e quando a substituição não for além de quinze dias, bastará designação feita pelo proprio director.

Art. 113. Os lentes e professores são vitalicios desde a data da posse, e não poderão perder seus logares sinão na fórma das leis penaes e das disposições deste regulamento.

Art. 114. Os lentes e professores contarão como tempo de serviço effectivo no magisterio, para os effectos da jubilação :

1.º O tempo de serviço publico em commissões scientificas não solicitadas;

2.º O numero de faltas por motivo de molestia, não excedente a 20 por anno ou 60 por triennio;

3.º Todo o tempo de suspensão judicial, quando forem julgados innocentes;

4.º Serviço gratuito e obrigatorio por lei;

5.º Serviço de guerra;

6.º O de exercicio de membro da representação da União ou de qualquer Estado, agente diplomatico extraordinario, e de Ministro de Estado, Presidente ou Vice-Presidente da União, Governador ou Vice-Governador de Estado ou de cargos da magistratura, anterior ou intercurrente;

7.º Tempo de magisterio publico.

Art. 115. Os lentes e professores que houverem bem cumprido suas funcções terão periodicamente direito, mediante informação do director, a um acrescimo de vencimentos nos seguintes termos:

Os que contarem de serviço effectivo do magisterio 10 annos, 5 %; 15 annos, 10 %; 20 annos, 20 %; 25 annos, 33 %; 30 annos, 40 %; 35 annos, 50 %; e 40 annos, 60 %.

A percentagem acima fixada será calculada sobre os vencimentos da tabella que estiver em vigor.

Art. 115. Os lentes e professores que se tornarem invalidos, e contarem mais de 10 annos de serviço, terão direito á jubilação nos seguintes termos:

§ 1.º Os que contarem 25 annos de serviço effectivo no magisterio ou 30 de serviços geraes terão direito á jubilação com o ordenado por inteiro.

§ 2.º Os que contarem 30 annos de exercicio effectivo ou 40 de serviços geraes terão direito á jubilação com todos os vencimentos.

§ 3.º As gratificações concedidas por antiguidade e serviços prestados (art. 115) acompanharão os vencimentos do jubilado.

Art. 117. Os lentes e professores, que se jubilarem com menos de 25 annos de exercicio, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 118. O director proporá, motivando-a, a jubilação do lente ou professor que estiver enfermo ou invalido, a ponto de não poder exercer o cargo sem prejuizo do ensino.

Art. 119. Os lentes e professores não perceberão as gratificações, sem o exercicio dos respectivos lugares, salvo os casos do art. 115 e as gratificações obtidas por antiguidade.

Art. 120. O director, ou qualquer membro do magisterio que escrever compendios sobre as doutrinas professadas no Gymnasio terá direito á impressão de seu trabalho por conta do Governo da Republica, si julgar essa obra valiosa e de grande utilidade para o ensino, não excedendo de 3.000 o numero de exemplares impressos a custa dos cofres publicos.

Nos casos de merito verdadeiramente excepcional da obra, a juizo da congregação, o autor terá o direito a uma gratificação pecuniaria, arbitrada pelo Governo e nunca inferior a 2:000\$ e nem superior a 5:000\$000.

Art. 121. A congregação do Gymnasio Nacional compor-se-ha de todos os seus lentes e professores e dos dous directores e será presidida por um destes alternadamente de anno a anno.

Art. 122. A congregação não póde exercer as suas funcções sem a presença de mais de metade dos lentes que estiverem em exercicio effectivo do magisterio.

Art. 123. Compete á congregação:

I. Propôr ao Governo, as reformas e melhoramentos, que convier trazer luzir no ensino do Gymnasio;

II. Prestar as informações e dar os pareceres, que lhe forem exigidos pela autoridade superior;

III. Eleger os dous examinadores e o juiz dos concursos, apreciar o resultado destes e propôr, com informação reservada do director, quem, no seu entender, está no caso de ser nomeado: preceito nos termos do art. 12;

IV. Decidir sobre os premios e outras distincções conferidas aos alumnos, a vista do propôr da respectivos lentes e do director (art. 17);

V. Fazer de tres em tres annos a revisão dos programmas de ensino (art. 18) :

VI. Propôr ao Governo triennialmente os compendios que devam ser adoptados.

Art. 124. Os professores serão convidados para as sessões de congregação e terão voto nella, quando se tratar de assumpto relativo ás suas aulas.

Art. 125. Os secretarios alternadamente exercerão as funções de secretarios da congregação, cumprindo todos os deveres inherentes a este cargo.

Art. 126. O director presidente convocará a congregação, quando for mister; no caso de achar-se impedido por justo motivo, fal-o-ha o outro director, seu substituto nato nesta função.

Art. 127. As pessoas que, sem pertencerem ao quadro effectivo do corpo docente, estiverem no exercicio do professorado, regendo cadeiras ou aulas, terão assento na congregação, não podendo contudo tomar parte nas sessões em que se tratar de materias concernentes a concurso, nem aos exames determinados pelo art. 12.

Art. 128. Verificada pelo secretario a presença da maioria dos membros da congregação, dar-se-ha principio aos trabalhos de cada sessão com a leitura, feita pelo mesmo secretario, da acta da sessão antecedente, a qual será posta em discussão e submettida a votação, entendendo-se que foi unanimemente approvada sempre que não se suscitarem reclamações contra a sua fidelidade.

Art. 129. Os membros da congregação que entenderem que na acta não se acham expostos os factos com a devida exactidão, terão o direito de enviar á mesa as suas emendas escriptas; approvadas as quaes, serão feitas, de accordo com ellas, as rectificações reclamadas.

Art. 130. As actas, depois de approvadas, serão assignadas pelo presidente e mais membros da congregação que se acharem presentes; o secretario assignará em ultimo lugar.

Art. 131. Em seguida á votação da acta passar-se-ha ao objecto para que foi reunida a congregação.

Art. 132. As sessões não se prolongarão por mais de duas horas, reservando-se a ultima meia hora para a apresentação e discussão, no caso de urgencia, de quaesquer propostas ou indicações.

Art. 133. Si, por falta de tempo, e apezar de prorogada a sessão por mais uma hora, não se concluir o debate de qualquer indicação ou proposta, ficará esta adiada, como materia principal da ordem do dia, para a sessão seguinte, a qual será convocada com a maior brevidade.

Art. 134. A congregação tratará das questões que lhe forem submettidas, ou directamente ou por meio de comissões que elegerá para estudal-as.

Art. 135. A nenhum membro da congregação será permittido usar da palavra mais de duas vezes na mesma discussão, exce-

ptuando-se os proponentes de qualquer projecto e os relatores de comissões, os quaes poderão usar da palavra até tres vezes.

Art. 136. Finda a discussão de cada objecto, o director o sujeitará á votação que, quando nominal, principiará pelo lente mais moderno.

As deliberações da congregação serão tomadas por maioria dos lentes presentes e, no caso de tratar-se de questões de interesse particular de algum dos lentes, se votará sempre por escrutinio secreto, em que não haverá voto de qualidade, prevalecendo a opinião mais favoravel.

Art. 137. O director votará tambem e, em caso de empate, terá o voto de qualidade. O lente que assistir á sessão de congregação não pôde deixar de votar, e o que retirar-se antes de terminados os trabalhos sem justificação apreciada pelo director incorre em falta igual á que daria si deixasse de comparecer.

Art. 138. Nas questões em que for particularmente interessado algum lente, poderá este assistir á discussão e nella tomar parte; abster-se-ha, porém, de votar e retirar-se-ha da sala nessa occasião.

Art. 139. Resolvendo a congregação que fique em segredo alguma de suas decisões, lavrar-se-ha della uma acta especial, que será fechada e sellada com o sello do estabelecimento. Sobre a capa o secretario lançará a declaração, assignada por elle e pelo director, de que o objecto é secreto, e notará o dia em que assim se deliberou. Esta acta ficará sob a guarda e responsabilidade do secretario.

Art. 140. Antes, porém, de se fechar a acta de que trata o artigo antecedente, se extrahirá uma cópia, para ser immediatamente levada ao conhecimento do Governo, que poderá ordenar a sua publicidade por intermedio da congregação. A mesma congregação poderá igualmente, quando lhe parecer opportuno, ordenar a publicidade.

Art. 141. O lente que, em sessão, afastar-se das conveniencias admittidas em toas reuniões, será chamado á ordem pelo director, que, si o não puder conter, o convidará a retirar-se da sala, e em ultimo caso levantará a sessão, dando de tudo conta circumstanciada ao Governo.

Art. 142. O secretario deverá lançar por extenso na acta de cada sessão as indicações propostas e o resultado das votações, e por extracto os requerimentos das partes e mais papeis submettidos ao conhecimento da congregação, assim como as deliberações tomadas por ella, as quaes serao, além disto, transcritas em fôrma de despacho nos proprios requerimentos para serem archivados ou restituídos ás partes, conforme o seu objecto. Não obstante esta disposição, poderá a congregação mandar inserir por extenso os papeis que por sua importancia entender que estão no caso de ficar assim registrados.

CAPITULO II

DOS CONCURSOS

Art. 143. Os logares de lentes do Gymnasio, que vagarem, serão preenchidos mediante concurso.

Art. 144. Verificada uma vaga de lente, a directoria mandará annunciar concurso no *Diario Official*, marcando para a inscripção o prazo de tres mezes.

Paragrapho unico. Para esta inscripção exigir-se-ha : prova de moralidade, mediante folha corrida.

Os candidatos poderão, entretanto, accrescentar quaesquer documentos de capacidade profissional em seu abono.

Art. 145. A inscripção poderá ser feita por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 146. Si occorrerem a um tempo duas vagas da mesma materia, o mesmo concurso servirá para o preenchimento de ambas.

Art. 147. Caso termine em tempo de férias o prazo da inscripção, conservar-se-ha aberta até o primeiro dia util que se seguir ao termo dellas.

Art. 148. Si depois de expirar o prazo da inscripção nenhum candidato se apresentar, a directoria mandará annunciar nova inscripção, cujo prazo será tambem de tres mezes, e, si ainda ninguem se apresentar, poderá ser preenchida a vaga por nomeação do Governo, sob proposta da congregação.

Art. 149. Encerrada a inscripção e publicados em edital os nomes dos concurrentes, o director convocará a congregação do Gymnasio para eleger os dous examinadores e o juiz do concurso, compondo estes tres membros a commissão julgadora com o director do estabelecimento.

Paragrapho unico. Dado que a congregação resolva não tirar de seu seio os dous examinadores a que se refere este artigo, o director convidará pessoas estranhas ao corpo docente do Gymnasio.

Art. 150. Constituida a commissão julgadora, designar-se-ha dia e hora para o começo das provas, o que será annunciado pelas folhas diarias, com a conveniente antecedencia.

Art. 151. Os concursos para provimento dos logares de lente do Gymnasio se effectuarão perante a congregação, presidida pelo director, e as provas serão :

- 1.^a Prova escripta ;
- 2.^a Prelecção oral ;
- 3.^a Prova pratica ;
- 4.^a Arguição dos examinadores sobre os assumptos das provas escripta e oral.

Art. 152. As tres primeiras provas versarão sobre pontos organisados pela commissão julgadora no dia de cada prova ; a escripta será feita a portas fechadas, e as outras serão publicas.

Art. 153. A arguição sobre o objecto da prova oral se realizará em acto consecutivo à exhibição da mesma prova, e a arguição sobre a prova escripta, no dia seguinte ao da leitura publica da prova.

Art. 154. Haverá prova pratica para o concurso das seguintes materias :

Physica e chimica ;
Meteorologia, mineralogia e geologia ;
Biologia, zoologia e botanica ;
Geographia.

Art. 155. O lente que não comparecer a qualquer das provas 2.^a, 3.^a e 4.^a do concurso, perderá o direito do voto.

Art. 156. Um regimento especial, organizado por comissão eleita pela congregação e com audiencia desta e approvedo finalmente pelo Governo, definirá to to o processo dos concursos.

Art. 157. Concluida a ultima prova, serão todas julgadas pela comissão examinadora, que emitirá por escripto juizo fundamentado sobre cada uma dellas e proporá a classificação dos candidatos. De posse deste parecer e de todos os papeis referentes ao concurso, a congregação resolverá sobre a classificação definitiva dos concurrentes, indicando ao Governo quem deva preencher a vaga. A acta desta sessão de congregação, acompanhada de todas as provas escriptas do concurso e do parecer reservado do director, será dentro do mais breve prazo possível remetida ao respectivo Ministerio.

CAPITULO III

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 158. Cada estabelecimento do Gymnasio Nacional terá o seguinte pessoal administrativo :

1 Director,
1 Vice-director,
1 Secretario,
1 Escrivão,
1 Preparador de sciencias physicas,
1 Preparador da biologia, mineralogia e geologia,
Inspectores de alumnos de accordo com as necessidades da disciplina,
1 Bedel,
1 Porteiro.

No Internato haverá mais :

1 Medico,
1 Enfermeiro,
1 Roupeiro,
1 Despenseiro,
Os cozinheiros, auxiliares e serventes necesarios.

Art. 159. Haverá, no Internato sómente, um *Conselho da Economia Interna*, composto do director, como presidente, do escrivão como secretario, do medico e do lente mais antigo do estabelecimento.

Paragrapho unico. Incumbe-lhe:

1.º Dar a sua opinião, sempre que o director o consultar, sobre qualquer objecto concernente ao regimen economico do estabelecimento e a fiscalisação da sua despesa;

2.º Abrir as propostas que, em concorrência, forem apresentadas para o fornecimento dos generos e mais objectos relativos à alimentação, vestuario, calçado e asseio da roupa dos alumnos, bem como ao expediente do estabelecimento, alla de serem as que parecerem mais vantajosas submettidas à approvação do Governo, por intermedio do director.

As deliberações do conselho serão tomadas por maioria de votos dos seus membros; devendo o director levar ao conhecimento do Governo, com as observações que julgar necessarias, o voto de cada um delles, no caso de serem todos divergentes.

Art. 160. Os *directores* serão nomeados por decreto do Governo dentre os membros do pessoal docente do Gynnasio, ou dentre cidadãos brasileiros de reconhecida competencia.

Paragrapho unico. Aos *directores* incumbe:

1.º Inspeccionar cuidadosamente quanto respeita ao estabelecimento, e sobretudo o que se refere à parte intellectual e moral da educação dos alumnos;

2.º Observar e fazer executar as disposições do regulamento, advertindo os professores que não cumprirem seus deveres, e reprehendendo os empregados negligentes, suspendendo-os até 15 dias;

3.º Assistir com a possível frequencia ás lições dos lentes e professores, fiscalizando a perfeita execução dos programmas e o emprego dos melhores methodos de ensino;

4.º Percorrer assiduamente as salas de estudo e visitar a miúdo as diversas partes do estabelecimento;

5.º Examinar os relatorios dos inspectores de alumnos;

6.º Receber, e, por si mesmo, dirigir reclamações ao Governo, por faltas commettidas pelos empregados que não puder demittir;

7.º Apresentar annualmente ao Governo um relatorio sobre a marcha do estabelecimento e suas necessidades;

8.º Rubricar todos os livros de escripturação;

9.º Apresentar o orçamento annual ao exame do Governo;

10.º Ordenar as despesas de prompto pagamento;

11.º Mandar, de tres em tres mezes, aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mappa mensaes, relativas ao procedimento, applicação e, no internato, ao estado de saúde dos alumnos;

12.º Tomar, além das attribuições que lhe são conferidas neste e em outros artigos, as providencias que forem urgentes e não importarem augmento de despesa, solicitando a competente approvação;

13.º Representar ao Governo sobre qualquer caso omisso neste regulamento, propondo as medidas que lhe parecerem conducentes á prosperidade do estabelecimento ;

14.º Dar posse aos lentes, professores e mais funcionarios do estabelecimento ;

15.º Presidir alternadamente as sessões da congregação.

16.º Conceder aos empregados, dentro de um anno, até 15 dias de licença, sem prejuizo do respectivo ordenado ;

17.º Organisar o regimento interno do estabelecimento, o qual será posto em execução, depois de approved pelo Governo ;

18.º Organisar o horario e exercer as funções mencionadas nos arts. 24, 39, 47, 95, 111 e 118.

Art. 161. Os *vice-directores* serão nomeados por decreto.

§ 1.º Incumbe-lhes, além de substituir o director nos seus impedimentos :

1.º Receber directamente as ordens do director e dar-lhe parte da execução dellas ;

2.º Receber dos lentes, professores e inspectores, para entregar-as ao director, informações diarias relativas ao procedimento e applicação dos alumnos, e fiscalisar as notas que devam ser transportadas para as cadernetas escolares ;

3.º Vigiar pessoalmente, no Internato, o deitar e o levantar dos alumnos, a entrada e a saída das aulas e as diversas dependencias do estabelecimento ;

4.º Distribuir o serviço que deve ser desempenhado pelos inspectores de alumnos, os quaes lhe são subordinados e cujo ponto elle encerrará, para que o bedel registre as faltas em livro especial ;

5.º Instruir, com os necessarios esclarecimentos, todos os negocios que subirem ao conhecimento do director, relativos á parte disciplinar do estabelecimento ;

6.º Communicar ao director as faltas dos empregados sob sua vigilancia, podendo suspendel-os até 15 dias, no caso de falta grave ;

7.º Propor ao director tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do estabelecimento.

§ 2.º Na falta do vice-director, será o director substituido nos seus impedimentos pelo lente mais antigo do estabelecimento.

Art. 162. O director e o vice-director do Internato residirão no estabelecimento. Enquanto o edificio do Internato não tiver os commodos necessarios, o director residirá na proximidade d'elle, em casa alugada por conta do estabelecimento.

Art. 163. Os *secretarios* serão nomeados por decreto.

Paragrapho unico. Incumbe-lhes:

1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official sob as ordens do director e segundo as suas instruções ;

2.º Fornecer as precisas instruções e encaminhar todos os requerimentos feitos á directoria ;

3.º Servir de secretario, alternadamente nas sessões da congregação, sem o direito de votar ou dissentir ;

4.º Assignar os termos de matricula, os titulos de habilitação conferidos pelo Gymnasio ;

5.º Encerrar o ponto do bedel, do porteiro, bem como dos auxiliares deste e da bibliotheca ;

6.º Escripturar os livros de termo de nomeação de todos os funcionarios ;

7.º Transportar mensalmente para as cadernetas dos alumnos não só as notas obtidas em aula, como quaesquer outros assentamentos que possam interessar ao exame de madureza ;

8.º Annunciar os dias em que se deve reunir a congregação ;

9.º Ter em boa ordem e devidamente catalogados os papeis da secretaria e os livros da bibliotheca ; mantendo, sempre que for possível, sob seu immediato cuidado a conservação da bibliotheca, com a gratificação adicional de 1:200\$ annuaes, a qual, no caso contrario, pertencerá a um conservador nomeado, em virtude de proposta sua, pelo director ;

10.º Propôr ao director tudo quanto for a bem do serviço da secretaria ;

11.º Substituir o escriptão nos impedimentos deste ;

12.º Ter a secretaria aberta todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde.

Art. 164. Os *escrivores* serão nomeados por decreto. Incumbelhes:

1.º Escripturar todos os livros a seu cargo com toda a regularidade e asseio, trazendo-os sempre em dia ;

2.º Processar as folhas mensaes dos vencimentos de todo o pessoal do estabelecimento ;

3.º Organisar todas as contas e balanços de despeza ;

4.º Fazer os inventarios, lavrar os termos de consumo, contractos, fianças e multas ;

5.º Archivar e ter sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e documentos da escripturação a seu cargo ;

6.º Authenticar a legalidade dos documentos que servirem de base para os pagamentos, refutando, sob sua responsabilidade, os que não estiverem conformes ;

7.º Receber no Thesouro Federal o dinheiro para as despesas de prompto pagamento, bem como a quantia relativa ao pagamento do pessoal de nomeação do director ; pelo que terá, para quebras, a quantia annual de 600\$000 ;

8.º Fazer as despesas e pagamentos autorisados por ordem escripta do director ;

9.º Apresentar ao director as contas dos fornecedores no principio de cada mez ;

10.º Expedir as guias de pagamento e contribuição dos alumnos ;

11.º Avisar o director, com a devida antecedencia, sobre o estado de cada verba por lei consignada ; e instruir, com os necessarios esclarecimentos, todos os negocios, que subirem ao conhecimento do mesmo director, relativamente á parte economica do estabelecimento ;

12.º Fazer, por ordem do director, no *Diario Official*, annuncios relativos ao prazo em que se devem apresentar os proponentes aos fornecimentos de todo genero ;

13.º Fornecer ao director apontamentos precisos sobre o orçamento annual, apresentando-lhe ao mesmo tempo as medidas que com respeito ao assumpto julgar convenientes ;

14.º Encerrar, no Internato, o ponto do roupeiro, despenseiro e seus auxiliares, os quaes todos lhe são subordinados ;

15.º Substituir o secretario em seus impedimentos.

Art. 165. O medico será nomeado por decreto. Incumbe-lhe:

1.º Visitar ao menos uma vez por dia o estabelecimento do Internato, propondo todas as medidas que lhe parecerem convenientes á hygiene ;

2.º Comparecer no estabelecimento todas as vezes que for reclamada a sua presença ;

3.º Examinar os candidatos á admissão, verificando si satisfazem as condições hygienicas para isso exigidas ; e administrando a vaccina aos que não exhibirem certificado della ou não apresentarem cicatrizes de vaccina regular ;

4.º Examinar periodicamente todos os alumnos, informando ao director sobre o estado de saude de cada um, atim de que este possa fazel-o aos paes ou encarregados ;

5.º Fazer remover immediatamente os alumnos acommettidos de molestias infecto-contagiosas, os quaes, sob nenhum pretexto, poderão ser tratados no estabelecimento ;

6.º Examinar a qualidade dos generos alimenticios fornecidos ao Internato ;

7.º Ter sob a sua direcção os empregados da enfermaria.

Paragrapho unico. Na enfermaria só poderão ser tratadas molestias simples ou accidentaes. Em pharmacia a ella annexa deverão existir sempre medicamentos e apparatus apropriados ás primeiras applicações, nos casos de epidemia, bem como nos accidentes communs na vida collegial, taes como luxações, fracturas, contusões, incisões, queimaduras, etc.

Art. 166. Os *preparadores* serão nomeados por portaria do Ministro, sob proposta dos respectivos directores, que previamente consultarão o lente da cadeira. Incumbe-lhes:

1.º Ter todos os objectos do gabinete catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio ;

2.º Preparar as colleções conforme as instrucções do lente ;

3.º Cumprir o que pelo lente lhes for ordenado relativamente ás demonstrações praticas nas aulas.

Paragrapho unico. Cada preparador terá, para auxiliar-o, um conservador do gabinete, nomeado pelo director, sob proposta do lente, e fará o inventario do seu gabinete ao tomar posse do cargo.

Art. 167. Os *inspectores de alumnos* serão nomeados pelos directores. Incumbe-lhes:

1.º Vigiar com todo zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, inspirando-se, para esse delicado encargo, nos salutaros principios da moderna sciencia da educação, usando

de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente os alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever;

2.º Cumprir todas as ordens, que lhes forem determinadas pelo vice-director;

3.º Apresentar ao vice-director um relatório diario do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos;

4.º Tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos lentes;

5.º Acompanhar os alumnos á entrada e sahida das aulas, e attentamente observal-os nas salas de estudo e durante as horas de recreio, animando-os em seus trabalhos, e dirigindo-os em seus jogos;

6.º Examinar os livros e as mesas de estudo dos alumnos, não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade;

7.º Observar, além do que se passar na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos;

8.º Não se ausentar da classe a seu cargo, salvo urgencia;

9.º Presidir, no Internato, as mesas do refeitório, instruindo os alumnos, theorica e praticamente, nas regras de civilidade e usos de boa sociedade relativos ao acto da refeição;

10.º Não recolher-se, no Internato, ao respectivo compartimento nos dormitorios, sem que estejam tollos os alumnos accommodados e dormindo.

§ 1.º O numero de inspectores de alumnos será sempre superior ao das classes, de modo que possam elles ser substituidos sem prejuizo da disciplina do estabelecimento.

§ 2.º Os inspectores que não tiverem divisão a seu cargo alternarão no policiamento geral do estabelecimento.

Art. 168. Os *bedeis* serão nomeados pelos directores. Incumbe-lhes:

1.º Ter sob sua guarda as cadernetas das aulas, nas quaes mencionara, em cada dia, o comparecimento ou não comparecimento dos preparadores, bem como o não comparecimento dos lentes e professores, os quaes rubricarão os dias em que comparecerem;

2.º Tomar mensalmente, com escriptos cuidados, as notas relativas as faltas dos lentes, professores, preparadores e inspectores, transmittindo ao escrivão os devidos apontamentos;

3.º Organisar as listas de cada aula, apresental-as aos lentes e professores na occasião em que entrem estes para a classe;

4.º Relacionar com rigorosa exactidão as notas de applicação e procedimento, bem como as faltas de cada alumno, de modo que possa o lente ou professor lavrar de tres em tres mezas a média das notas merecidas pelos alumnos;

5.º Ter sob seu cuidado papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o uso dos alumnos, fornecendo-os, desde que sejam pedidos pelos inspectores, do que tomarão nota em livro para esse fim destinado;

12.º Fazer, por ordem do director, no *Diario Official*, annuncios relativos ao prazo em que se devem apresentar os proponentes aos fornecimentos de todo genero ;

13.º Fornecer ao director apontamentos precisos sobre o orçamento annual, apresentando-lhe ao mesmo tempo as medidas que com respeito ao assumpto julgar convenientes ;

14.º Encerrar, no Internato, o ponto do roupeiro, despenseiro e seus auxiliares, os quaes todos lhe são subordinados ;

15.º Substituir o secretario em seus impedimentos.

Art. 165. O *medico* será nomeado por decreto. Incumbe-lhe:

1.º Visitar ao menos uma vez por dia o estabelecimento do Internato, propondo todas as medidas que lhe parecerem convenientes á hygiene ;

2.º Comparecer no estabelecimento todas as vezes que for reclamada a sua presença ;

3.º Examinar os candidatos á admissão, verificando si satisfazem as condições hygienicas para isso exigidas ; e administrando a vaccina aos que não exhibirem certificado della ou não apresentarem cicatrizes de vaccina regular ;

4.º Examinar periodicamente todos os alumnos, informando ao director sobre o estado de saude de cada um, adim de que este possa fazel-o aos paes ou encarregados ;

5.º Fazer remover immediatamente os alumnos acommettidos de molestias infecto-contagiosas, os quaes, sob nenhum pretexto, poderão ser tratados no estabelecimento ;

6.º Examinar a qualidade dos generos alimenticios fornecidos ao Internato ;

7.º Ter sob a sua direcção os empregados da enfermaria.

Paragrapho unico. Na enfermaria só poderão ser tratadas molestias simples ou accidentaes. Em pharmacia a ella annexa deverão existir sempre medicamentos eapparelhos apropriados ás primeiras applicações, nos casos de epidemia, bem como nos accidentes communs na vida collegial, taes como luxações, fracturas, contusões, incisões, queimaduras, etc.

Art. 166. Os *preparadores* serão nomeados por portaria do Ministro, sob proposta dos respectivos directores, que previamente consultarão o lente da cadeira. Incumbe-lhes:

1.º Ter todos os objectos do gabinete catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio ;

2.º Preparar as collecções conforme as instrucções do lente ;

3.º Cumprir o que pelo lente lhes for ordenado relativamente ás demonstrações praticas nas aulas.

Paragrapho unico. Cada preparador terá, para auxilia-o, um conservador do gabinete, nomeado pelo director, sob proposta do lente, e fará o inventario de seu gabinete ao tomar posse do cargo.

Art. 167. Os *inspectores de alumnos* serão nomeados pelos directores. Incumbe-lhes:

1.º Vigiar com todo zelo e solicitude o procedimento e applicação dos alumnos, inspirando-se, para esse delicado encargo, nos salutaes principios da moderna sciencia da educação, usando

de moderação e delicadeza, aconselhando paternalmente os alumnos e dando-lhes constantes e evidentes exemplos do cumprimento pontual do dever;

2.º Cumprir todas as ordens, que lhes forem determinadas pelo vice-director;

3.º Apresentar ao vice-director um relatorio diario do que houver acontecido na classe, especialmente no que se referir ao procedimento e applicação dos alumnos;

4.º Tomar conhecimento dos trabalhos prescriptos aos alumnos pelos lentes;

5.º Acompanhar os alumnos á entrada e sahida das aulas, e attentamente observal-os nas salas de estudo e durante as horas de recreio, animando-os em seus trabalhos, e dirigindo-os em seus jogos;

6.º Examinar os livros e as mesas de estudo dos alumnos, não perdendo occasião de pôr em relevo os deveres inherentes ao asseio e civilidade;

7.º Observar, além do que se passar na classe a seu cargo, tudo quanto de irregular occorrer no movimento geral dos alumnos;

8.º Não se ausentar da classe a seu cargo, salvo urgencia;

9.º Presidir, no Internato, as mesas do refeitório, instruindo os alumnos, theorica e praticamente, nas regras de civilidade e usos de boa sociedade relativos ao acto da refeição;

10.º Não recolher-se, no Internato, ao respectivo compartimento nos dormitorios, sem que estejam tollos os alumnos accommodados e dormindo.

§ 1.º O numero de inspectores de alumnos será sempre superior ao das classes, de modo que possam elles ser substituidos sem prejuizo da disciplina do estabelecimento.

§ 2.º Os inspectores que não tiverem divisão a seu cargo alternarão no policiamento geral do estabelecimento.

Art. 168. Os *bedeis* serão nomeados pelos directores. Incumbe-lhes:

1.º Ter sob sua guarda as cadernetas das aulas, nas quaes mencionara, em cada dia, o comparecimento ou não comparecimento dos preparadores, bem como o não comparecimento dos lentes e professores, os quaes rubricarão os dias em que comparecerem;

2.º Tomar mensalmente, com escriptosissimo cuidado, as notas relativas ás faltas dos lentes, professores, preparadores e inspectores, transmittindo ao escriptão os devidos apontamentos;

3.º Organisar as listas de cada aula, apresental-as aos lentes e professores na occasião em que entrem estes para a classe;

4.º Relacionar com rigorosa exactidão as notas de applicação e procedimento, bem como as faltas de cada alumno, de modo que possa o lente ou professor lavrar de tres em tres mezes a média das notas merecidas pelos alumnos;

5.º Ter sob seu cuidado papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o uso dos alumnos, fornecendo-os, desde que sejam pedidos pelos inspectores, do que tomarão nota em livro para esse fim destinado;

6.º Apresentar diariamente ao director as notas relativas ás faltas dos lentes e professores ;

7.º Coadjuvar o secretario e o escriptão em tudo quanto disser respeito a exames, annuncios, avisos e mais serviços de escripturação.

Art. 169. Os *porteiros* serão nomeados pelos directores. Incumbe-lhes :

1.º Ter sob sua guarda as chaves da portaria em cada estabelecimento ;

2.º Conservar em asseio e ordem a portaria e suas dependencias ;

3.º Receber os requerimentos e papeis das partes, encaminhando-os á secretaria ;

4.º Receber com toda a urbanidade os paes dos alumnos, bem como todas as pessoas que quizerem visitar o estabelecimento ;

5.º Tomar, no Internato, nota do dia e hora, em livro especial, da entrada e sahida dos alumnos ;

6.º Endereçar pelo Correio aos paes dos alumnos, ou a quem suas vezes fizer, os boletins relativos ás notas de procedimento, applicação, etc., bem como dirigir aos lentes e professores os avisos concernentes aos dias de congregação ;

7.º Advertir ás pessoas que na portaria não procederem com a devida regularidade, communicando ao vice-director qualquer incidente contrario á boa ordem, desde que não forem attendidas as advertencias ;

8.º Acompanhar os escriptões na organização do inventario, do qual terão cópia authentica ;

9.º Substituir o bedel nos seus impedimentos.

Paragrapho unico. O porteiro terá, para auxiliar-o, um ajudante nomeado pelo director.

Art. 170. O *enfermeiro* (Internato) será nomeado pelo director. Incumbe-lhe :

1.º Ter todo o cuidado com o asseio e boa disposição da enfermaria ;

2.º Cumprir exactamente o que for prescripto pelas receitas medicas ;

3.º Tratar com toda a delicadeza e carinho os alumnos doentes ;

4.º Levar ao conhecimento do director, por intermedio do vice-director, os pedidos sobre medicamentos e dietas rubricados pelo medico ;

5.º Observar com a maior solicitude os phenomenos morbidos que se passarem durante a ausencia do medico, dando a este communicação exacta de quanto tiver observado ;

6.º Notar no livro da enfermaria o dia em que os alumnos nella entram ou sahem, consignando o diagnostico formulado pelo medico.

Art. 171. O *roupeiro* (Internato) será nomeado por portaria do director. Incumbe-lhe :

1.º Receber o enxoval dos alumnos e verificar si se acha de accordo com as prescripções regulamentares ;

2.º Não acceitar peça alguma do enxoval que não esteja marcada com o numero designado ;

3.º Tomar escrupuloso cuidado com a roupa dos alumnos depositada nos armarios da rouparia ;

4.º Entregar, mediante rol, ao encarregado da lavagem e engommado a roupa dos alumnos, e bem assim as peças do uso do refeitório, copa, cozinha e enfermaria ;

5.º Receber a roupa lavada e engommada, verificando si está de accordo com o rol e si se acha tratada com cuidado e asseio ;

6.º Assentar em livro proprio o recebimento do enxoval dos alumnos ;

7.º Entregar ao alumno contribuinte que se retirar do Internato as peças do enxoval, que nessa occasião possuir ; sendo que ao alumno gratuito não será entregue, ao retirar-se, a roupa de cama, do que tudo lavrará nota em livro para esse fim destinado.

Paragrapho unico. O roupeiro terá para auxilial-o um ajudante nomeado pelo director.

Art. 172. O *despenseiro* (Internato) será nomeado pelo director. Incumbe-lhe :

1.º Receber os objectos que entrarem para a despesa, fazendo delles relação no livro de carga, e notar no livro de descarga os que della sahirem para a cozinha e copa ; sendo obrigado a lançar em um livro especial a quantidade dos generos alimenticios que se forem gastando diariamente ;

2.º Pesar os generos que pelo Conselho de Economia Interna foram admittidos, e bem assim a quantidade delles necessaria para alimentação quotidiana dos alumnos e pessoal administrativo ;

3.º Apresentar ao escrivão um balancete quinzenal dos generos consumidos.

Paragrapho unico. O *despenseiro*, responsavel não só pelo serviço da despesa como tambem pelos da copa e cozinha, terá para auxilial-o um ajudante nomeado pelo director.

Art. 173. Os cozinheiros, seus auxiliares (Internato) e os serventes serão nomeados pelo director e as obrigações que lhes competem serão especificadas no regimento interno.

Art. 174. Todos os funcionarios administrativos de nomeação do Governo teem direito á aposentadoria, nos termos da lei n. 117 de 4 de novembro de 1892.

CAPITULO IV

DAS FÉRIAS, LICENÇAS E FALTAS

Art. 175. Durante as férias, o pessoal docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem no goso de licença, perceberão integralmente os seus vencimentos, sem embargo de quaesquer impedimentos occasionaes que occorrerem.

Art. 176. Salvo o caso de licença concedida pelo director na fôrma do art. 160 n. 16º, as licenças serão concedidas ao pessoal docente e administrativo por portaria do Ministro em virtude de molestia provada ou qualquer motivo justo e attendivel, mediante requerimento convenientemente informado pelo director.

§ 1.º A licença concedida por motivo de molestia dá direito à percepção do ordenado até seis mezes e de metade delle por mais de seis mezes até um anno ; e por outro qualquer motivo dará lugar ao desconto da 4ª parte do ordenado até tres mezes, da metade por mais de tres até seis, das tres quartas partes por mais de seis até nove e de todo o ordenado dahi por de-ante.

§ 2.º A licença, em caso algum, dará direito à gratificação do exercicio do cargo, não se podendo, porém, fazer desconto algum nas gratificações adicionais dos lentes e professores.

Art. 177. O tempo de prorrogação de uma licença, concedida uma ou mais vezes dentro de um anno, será contado do dia em que terminou a primeira, afim de ser feito o desconto de que trata o § 1º do artigo antecedente.

Art. 178. Esgotado o tempo maximo dentro do qual poderão ser concedidas as licenças com vencimento, a nenhum funcionario será permittida nova licença com ordenado ou parte delle, sem que haja decorrido o prazo de um anno, contado da data em que houver expirado a ultima.

Art. 179. O funcionario poderá gosar onde lhe aprouver a licença que lhe for concedida ; esta, porém, ficará sem effeito, si della não se aproveitar dentro de um mez, contado da data da concessão.

Art. 180. Não poderá obter licença alguma o funcionario que não tiver entrado em exercicio do logar em que haja sido provido.

Art. 181. As disposições dos artigos antecedentes applicam-se ao funcionario que perceber simples gratificação, ou cujo vencimento for de uma só natureza e do qual duas terças partes se-rião consideradas como ordenado.

Art. 182. O funcionario licenciado poderá renunciar o resto do tempo da licença que tiver obtido, uma vez que entre immediatamente no exercicio do seu cargo ; mas, si não tiver feito a renuncia antes de começarem as fêrias, só depois de terminada a licença poderá apresentar-se.

Art. 183. Salvo o dos preparadores, o ponto do pessoal administrativo é de entrada e de sahida.

Art. 184. A presença dos membros do corpo docente será verificada pela sua rubrica nas cadernetas das aulas e assignaturas nas actas da congregação e do Conselho de Economia Interna ; a dos preparadores, pela declaração nas cadernetas.

Art. 185. O secretario, à vista dos livros do ponto, das cadernetas e livros das actas, organizará, no fim de cada mez, a lista completa das faltas e a apresentará ao director, que, attendendo aos motivos apresentados, poderá considerar justificada até o numero de oito e abonadas, para os lentes e professores, até o numero correspondente à oitava parte dos dias em que deverem comparecer.

Art. 186. As faltas devem ser justificadas até ao ultimo dia do mez.

Art. 187. As faltas dos lentes e professores ás sessões de congregação, ou a quaesquer actos e funcções a que forem obrigados pelo regulamento, serão contadas como as que derem nas aulas.

§ 1.º Coincidindo no mesmo dia trabalho de aula e de congregação, a abstenção de um destes serviços importará uma falta, quando o tempo da aula for anterior ou posterior ao da sessão.

§ 2.º O trabalho de congregação prefere a qualquer outro.

Art. 188. Os funcionarios, cujas faltas forem abonadas, terão direito a todo o vencimento; aquelles cujas faltas forem justificadas, tel-o-hão sómente ao ordenado.

TITULO V

DA COLLAÇÃO DO GRÃO E DOS DIPLOMAS DOS BACHAREIS EM SCIENCIAS E LETTRAS

Art. 189. A collação do grão de bacharel em sciencias e lettras e a distribuição dos premios de que trata o art. 47 ns. 4º e 5º se realizarão em sessão solenne presidida pelo Ministro do Interior, presentes os membros da congregação e alumnos.

Art. 190. O director, presidente annual da congregação, proferirá nesse acto um discurso adequado á solemnidade.

Art. 191. Os diplomas de bacharel em sciencias e lettras, redigido segundo o modelo annexo, serão registrados em livro especial.

Art. 192. Os diplomas de pessoas, que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario, serão enviados pelos directores aos Governadores ou Presidentes dos Estados em que residirem os diplomados, afim de serem por estes assignados em sua presença.

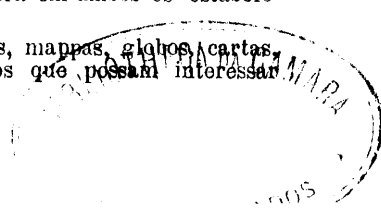
Art. 193. Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada a perda do primeiro e com a competente ressalva lançada pelo secretario e assignada pelo director.

TITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 194. Para que melhor seja ministrado o ensino, principalmente o concreto e pratico, haverá em ambos os estabelecimentos :

1.º Uma bibliotheca contendo livros, mappas, globos, cartas, revistas e quaesquer outros trabalhos que possam interessar



não só aos alumnos como também ao pessoal docente e administrativo ;

2.º Gabinetes para o estudo das sciencias naturaes :

3.º Apparelhos e objectos necessarios ao exercicio da gymnastica, ensino da natção e da esgrima ;

4.º Alças, alvos, etc.

PARTE II

Do ensino secundario nos Estados

TITULO I

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SECUNDARIO FUNDADAS PELOS ESTADOS OU POR PARTICULARES

Art. 195. Para que os certificados de conclusão de estudos e grãos conferidos pelos estabelecimentos de instrucção secundaria, fundados pelos Estados, associações ou particulares, venham, ou continuem a ter os mesmos effeitos legais que os dos estabelecimentos federaes, é pre-i-o que os mesmos se sujeitem ás condições, estabelecidas nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da lei n. 314, de 30 de outubro de 1895, no que lhes for applicavel, tendo-se em vista o que fica disposto sobre o Gymnasio Nacional.

Art. 196. Não terá applicação aos estabelecimentos estadoaes a exigencia da mesma lei relativamente a constituição do património.

Art. 197. O Governo expedirá instrucções determinando o processo para o reconhecimento dos referidos institutos.

TITULO II

DO EXAME DE MADUREZA NOS ESTADOS

Art. 198. Haverá exames de madureza em todas as cidades ou povoados da Republica em que existirem cursos de ensino superior federaes ou estadoaes e particulares, e que aos primeiros tenham sido equiparados na conformidade dos arts. 309, 311 a 317 do Codigo do ensino.

Art. 199. Estes exames serão feitos perante um jury de exame constituido nos mesmos termos dos arts. 50 a 92 deste regulamento, observadas as seguintes modificações :

1.ª Os membros do jury serão nomeados até 15 de agosto de cada anno.

2.ª O jury reunir-se-ha no instituto secundario estadual que existir na localidade e tiver sido equiparado ao Gymnasio Nacio-

nal de accordo com as disposições do art. 195. Si existir mais de um estabelecimento nestas condições, dar-se-ha a reunião no mais antigo pela data do reconhecimento, e pelos seus professores serão arguidos os candidatos.

3.^a No caso de não existir nenhum estabelecimento estadual equiparado, a reunião effectuar-se-ha em lugar que previamente fôr indicado pelo Governador ou Presidente do Estado, e nesta hypothese os livros e documentos de que trata o art. 92 serão guardados no archivo da repartição federal mais proxima.

4.^a O delegado fiscal do Governo, no caso de existir no lugar instituto de ensino secundario equiparado ao Gymnasio Nacional, será o mesmo lente ou professor que tiver sido nomeado para fiscalisar o dito estabelecimento. Na falta deste, o delegado fiscal será nomeado nos termos do art. 55, paragrapho unico, deste regulamento ou dentre os lentes de alguma Faculdade livre, na hypothese de não haver no lugar corpo docente de caracter federal.

5.^a O prazo para a decisão de que trata o art. 88 será de 30 dias contados do acto de remessa. Si o veto for mantido, o Governo providenciará atim de que o jury se reuna extraordinariamente para submeter a novo exame o candidato ou candidatos a quem affecte a decisão.

6.^a As despesas com estes exames serão custeadas pelos Governos dos respectivos Estados.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.^o Enquanto o Congresso Nacional não providenciar sobre o quadro definitivo do corpo docente do Gymnasio Nacional, attentas as necessidades do ensino e ao horario excessivo de algumas cadeiras, observar-se-ha o seguinte:

1.^o Em cada estabelecimento funcionarão duas cadeiras de portuguez, francez, inglez, allemão e mathematicas elementares;

2.^o Para preenchimento provisorio dessas cadeiras serão chamados os lentes de portuguez, francez, inglez e mathematicas elementares dos extinctos cursos annexos ás Faculdades de Direito do S. Paulo e do Recife, marcando-se-lhes prazo razoavel para entrarem em exercicio;

3.^o Nas cadeiras vagas ou que vagarem serão aproveitados os lentes das respectivas materias dos mesmos cursos extinctos.

Art. 2.^o O plano de ensino do Gymnasio Nacional executar-se-ha desde já, devendo a congregação reunir-se immediatamente para organizar o regimen provisorio de adaptação quanto aos alumnos dos cursos simultaneos.

Capital Federal, 30 de março de 1898. — *Amaro Cavalcanti*.

Modelo a que se refere o art. 191 do presente regulamento

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL.

GYMNASIO NACIONAL

Em nome do Governo da Republica eu F.... (*nome do director*); usando da autoridade que me confere o regulamento anexo ao decreto n..... de..... de..... de..... e tendo presente o termo de collação do gráo de BACHAREL EM SCIENCIAS E LETTRAS conferido a F..... natural de..... fillo de..... nascido a..... de..... de....., mandei-lhe passar o presente titulo como galardão de seus meritos.

Capital Federal, em (*data da collação do gráo*).....

O Director,

O Bacharel,

O Secretario,

Formula da promessa para a collação do gráo

Prometto concorrer quanto me for possível para a prosperidade da Republica dos Estados Unidos do Brazil e satisfazer com lealdade as obrigações que me forem incumbidas.

Formula da collação do gráo

— O Ministro, ao terminar o bacharelado a sua promessa oppôr-lhe-ha sobre a cabeça o barrete da Faculdade de Lettras, proferindo as seguintes palavras:

« A lei vos declara bacharel em sciencias e lettras, cujo gráo espero honreis tanto como o haveis sabido merecer. »

Formulas das promessas para a posse

DO DIRECTOR E VICE-DIRECTOR

Prometto resguardar as leis da Republica, observar e fazer observar o regulamento....., cumprindo, quanto em mim couber, os deveres do cargo de director (ou vice-director).

DOS LENTES E PROFESSORES

Prometto respeitar as leis da Republica, observar o regulamento..... e cumprir os deveres de lente ou professor com zelo e dedicação, promovendo o adeantamento dos alumnos que forem confiados aos meus cuidados.

DO SECRETARIO E MAIS FUNCIONARIOS

Prometto cumprir fielmente os deveres do cargo de.....



DECRETO N. 2858 — DE 31 DE MARÇO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1898, o credito de 700:000\$ para occorrer ás despesas de arrecadação e fiscalisação dos impostos de fumo e bebidas alcoolicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 34 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda, no actual exercicio, o credito na importancia de 700:000\$ para occorrer ás despesas provenientes da arrecadação e fiscalisação dos impostos de fumo e de bebidas alcoolicas.

Capital Federal, 31 de março de 1898, 10^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2859 — DE 31 DE MARÇO DE 1898

Manda reverter ao serviço activo do Exercito o tenente de cavallaria
Paulo José de Oliveira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1^o do art. 1.^o do decreto legislativo n. 310, de 21 de outubro de 1895:

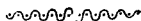
Resolve mandar reverter ao serviço activo do Exercito o tenente de cavallaria Paulo José de Oliveira, devendo esta reversão

ser considerada de 1 de dezembro do anno proximo passado, data em que completou o prazo de dous annos estipulado no alludido decreto de 21 de outubro de 1895.

Capital Federal, 31 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2860 — DE 31 DE MARÇO DE 1898

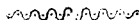
Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:186\$391 para pagamento de vencimentos de lente substituto da Escola Militar desta Capital ao major Alcides Bruce e das custas do processo a que foi condemnada a Fazenda Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o disposto no § 5^o do art. 70 do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve, usando da autorisação conferida pelo art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro do anno proximo passado, abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial da quantia de 6:186\$391, sendo 6:050\$832 à verba 5^a — Instrução Militar, — dos quaes 2:457\$520 no exercicio de 1894 e 3:593\$312 no de 1895, para occorrer ao pagamento do vencimento reclamado pelo major do corpo de estado-maior de 1^a classe Alcides Bruce, como substituto da 2^a secção do curso superior da Escola Militar desta Capital, relativamente ao periodo decorrido de 31 de maio de 1894, em que deixou o exercicio por haver sido demittido por decreto da mesma data, até 28 de novembro de 1895, em que o reassumiu, com a revogação deste decreto pelo de 23 de outubro de 1895, e 135\$559 à verba 27^a — Diversas despesas e eventuaes — do exercicio de 1895, para pagamento das custas do processo, à vista dos accordãos do Supremo Tribunal Federal de 27 de novembro de 1895 e 16 de maio seguinte.

Capital Federal, 31 de março de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2861 — DE 31 DE MARÇO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de cavallaria com a designação de 7ª, composta dos regimentos de ns. 13 e 14, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de março de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2862 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Miguel, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Miguel, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria, com a designação de 9ª e composta dos batalhões sob ns. 25, 26 e 27 do serviço activo e 9ª da reserva, formados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2863 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria com a designação de 10^a, composta dos batalhões 28^o, 29^o e 30^o do serviço activo e 10^o do da reserva, formados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2864 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria, com a designação de 11^a e composta dos batalhões 31^o, 32^o e 33^o do serviço activo e 11^o do da reserva e formados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2365 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina, uma brigada de infantaria com a denominação de 12ª, composta dos batalhões 34º, 35º e 36º do serviço activo e 12º do da reserva, formados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2866 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 57ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 169º, 170º e 171º, e um da reserva, sob n. 57, que se organizarão com guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2867 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Patos, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Patos, Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 52ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo sob as designações de 154ª, 155ª e 156ª, e um do da reserva, sob n. 52, que se organisarão com guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2868 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Fica creada na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 24ª, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo sob os ns. 70, 71 e 72, e de um do da reserva com a designação de 24ª, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2869 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Limeira, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Fica creada na comarca de Limeira, no Estado de São Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 23ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 67, 68 e 69, e de um do da reserva, com a designação de 23ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2870 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Capão Bonito de Paranapanema, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Fica creada na comarca de Capão Bonito de Paranapanema, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 22ª, composta dos batalhões 64ª, 65ª e 66ª do serviço activo, e 22ª do da reserva, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2871 — DE 2 DE ABRIL DE 1898

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado de Goyaz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431. de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado de Goyaz se comporá de um commando superior com séde na respectiva Capital e que se constituirá com uma brigada de cavallaria e 14º de infantaria.

Art. 2.º As referidas brigadas serão organisadas:

A de cavallaria, com os regimentos de ns. 1º e 2º na comarca da Capital.

As de infantaria:

As 1ª e 2ª, com os batalhões 1 a 6 do serviço activo e 1º e 2º do da reserva, na comarca da Capital ;

A 3ª, com os batalhões 7º a 9º do serviço activo e 3º do da reserva, na do Rio Verde ;

A 4ª, com os batalhões 10º a 12º do serviço activo e 4º do da reserva, na de Pyrenopolis ;

A 5ª, com os batalhões 13º a 15º do serviço activo e 5º do da reserva, na de Bomfim ;

A 6ª, com os batalhões 16º a 18º do serviço activo e 6º do da reserva, na de Morrinhos ;

A 7ª, com os batalhões 19º a 21º do serviço activo e 7º do da reserva, na do Rio Paranahyba ;

A 8ª, com os batalhões 22º a 24º do serviço activo e 8º do da reserva, na da Lagoa Formosa ;

A 9ª, com os batalhões 25º a 27º do serviço activo e 9º do da reserva, na da Posse ;

A 10ª, com os batalhões 28º a 30º do serviço activo e 10º do da reserva, na do Rio Tocantins ;

A 11ª, com os batalhões 31º a 33º do serviço activo e 11º do da reserva, na do Rio Paraná ;

A 12ª, com os batalhões 34º a 36º do serviço activo e 12º do da reserva, na de Palma ;

A 13ª, com os batalhões 37º a 39º do serviço activo e 13º do da reserva, na do Alto Tocantins ;

A 14ª, com os batalhões 40º a 42º do serviço activo e 14º do da reserva, na da Boa Vista ;

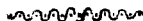
Art. 3.º As referidas brigadas serão formadas com os guardas nacionaes qualificados nos districtos das respectivas comarcas.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2872 — DE 5 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

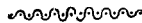
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, uma brigada de cavallaria com a denominação de 2ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 3º e 4º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de abril de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2873 — DE 5 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Potengy, no Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Potengy, no Estado do Rio Grande do Norte, uma brigada de cavallaria com a denominação de 3ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 5º e 6º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de abril de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2874 — DE 11 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria com a denominação de 6ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 16º, 17º e 18º, e um do da reserva, sob n. 6, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2875 — DE 11 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.

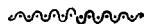
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria, com a denominação de 2ª, a qual se constituirá com os 3º e 4º regimentos, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2876 — DE 11 DE ABRIL DE 1898

Autorisa varias alterações no contracto firmado com a *Amazon Steam Navigation Company*, para a navegação dos rios Amazonas e Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Amazon Steam Navigation Company, Limited*, e usando da attribuição que lhe confere o n. 2, art. 10, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as alterações do contracto firmado em 1 de agosto de 1895 com a referida companhia, constantes das clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 11 de abril de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto n. 2876
desta data**

I

Ficam supprimidas as viagens mensaes da 5^a e 6^a linhas de que trata a clausula 1^a do contracto de 1 de agosto de 1895, com inicio no porto de Manáos, obrigando-se a companhia reservar para as cargas deste porto espaço nos vapores que partirem de Belém.

II

As viagens de Manáos a Iquitos ficam substituidas para todos os effeitos por outras iniciadas em Belém, com escalas por Manáos.

III

Ficam supprimidas quatro viagens do porto de Belém ao rio Araguay, podendo o Governo restabelecel-as, si o entender necessario.

IV

A subvenção, a que se refere a clausula XIX do referido contracto, será reduzida proporcionalmente ás viagens ora supprimidas, continuando em pleno vigor as demais clausulas do alludido contracto.

Capital Federal, 11 de abril de 1898. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2877 — DE 15 DE ABRIL DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio Claro, Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Art. 1.º Ficam creadas duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio Claro, no Estado de S. Paulo, com as designações de 19ª e 20ª.

Art. 2.º As referidas brigadas serão organisadas :

A 19ª, que será composta dos batalhões do serviço activo sob os ns. 55, 56 e 57 e de um batalhão de reserva, com a designação de 19ª, com os guardas qualificados nos districtos do municipio do Rio Claro ;

A 20ª, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 58ª, 59ª e 60ª, e um do serviço da reserva, sob o n. 20º com os guardas qualificados nos districtos do municipio de Annapolis, ambos pertencentes á referida comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 do abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2878 — DE 18 DE ABRIL DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 33:341\$598 para occorrer aos pagamentos das differenças de vencimentos a telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em virtude da authorisação conferida pelo n. 16 do art. 10 da lei n. 490 de 16 de dezembro do anno findo,

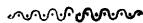
Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 33:341\$598 para occorrer aos pagamentos das differenças que em seus vencimentos soffreram, durante o exercicio de 1897, os telegraphistas de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, constantes da relação annexa.

Capital Federal, 18 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2879 — DE 18 DE ABRIL DE 1898

Concede authorisação ao Banco do Estado do Rio de Janeiro para organizar uma sociedade mutua sob a denominação de Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco do Estado do Rio de Janeiro, devidamente representado, decreta:

Artigo unico. E' concedida authorisação ao Banco do Estado do Rio de Janeiro para organizar uma sociedade mutua sob a denominação de Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense, com os estatutos que a este acompanham e ficando a mesma sociedade obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 18 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Estatutos da Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense

TITULO I

DA SOCIEDADE E SEUS FINS

Art. 1.º Fica instituida e annexa ao Banco do Estado do Rio de Janeiro, com inteira separação dos respectivos capitães, uma sociedade mutua de proprietarios ruraes, denominada Associação Agricola e Commercial Mutualidade Fluminense.

Art. 2.º A sua duração será de 60 annos, contados do dia em que forem iniciadas as suas operações; podendo prorogar-se este prazo, si assim for deliberado pela assemblea geral dos associados.

Art. 3.º A associação estabelecerá a sua sede e fóro juridico na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4.º A associação poderá crear agencias ou succursaes onde lhe convier, mesmo em paizes estrangeiros, e bem assim estabelecer conselhos locais e de referencia com as attribuições que a directoria estabelecer.

Art. 5.º A associação tem por objecto :

1º, receber á consignação quaesquer productos agricolas, creditando em conta ou entregando por ordem de seus mutuarios o producto das remessas; pagando no primeiro caso pelas quantias creditadas o juro da praça;

2º, aviar com toda a promptidão e esmero, e pelo custo do mercado as encomendas que os seus mutuarios fizerem, especialmente machinas agricolas, adubos chimicos, animaes de raça, sementes escolhidas e tudo quanto tenha relação com a lavoura;

3º, realizar todas as operações que, segundo os usos da praça, costumam ser incumbidas pelos committentes ás casas de commissão.

Art. 6.º Na nota de venda dos generos consignados se mencionará, não só o nome do comprador, como tambem o do dono do genero vendido.

Art. 7.º Os generos consignados poderão ser vendidos em volumes apropriados para exportação.

Art. 8.º A associação poderá vender ou comprar os generos de que for encarregada directamente em praças estrangeiras.

Art. 9.º Podem pertencer á associação nacionaes e estrangeiros habéis para contractar, uma vez que se sujeitem, sem reservas, ás disposições destes estatutos e ás prescripções legais; e todo e qualquer contracto por elles celebrado com a associação importa sujeição absoluta por parte dos interessados.

Paragrapho unico. E' condição indispensavel para pertencer á associação ser proprietario rural; podem, entretanto, fazer

parte della os syndicatos agricolas ou associações agricolas e commerciaes de proprietarios ruraes legalmente organisadas.

Art. 10. A admissão de novo associado se effectuará pela apresentação de dous ou mais associados, que se responsabilisem pela sua honorabilidade; competindo á directoria admittil-o ou não.

Art. 11. O associado pôde ser excluido da associação, quando pratique actos que a prejudiquem em seus credits e reputação.

Paragrapho unico. A exclusão do associado pertence á directoria conjuntamente com os directores da associação; devendo, porém, ser sempre submettida á approvação da comissão fiscal.

Dessa resolução haverá recurso para a assembléa geral dos associados.

Art. 12. Todo associado poderá retirar-se da associação quando assim o quizer; subsistindo, porém, sua responsabilidade até a approvação das contas em assembléa geral ordinaria e continuando em vigor os contractos que houver celebrado com a associação.

TITULO II

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 13. A assembléa geral compõe-se dos mutuarios e reunir-se-ha ordinariamente uma vez por anno, no correr do mez de maio, para examinar as contas e relatorio da administração e para as eleições a que se houver de proceder; extraordinariamente sempre que a directoria ou comissão fiscal julgar necessario ou for requerida pelos associados, na forma da lei.

Paragrapho unico. As assembléas serão presididas por uma mesa composta do presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro e dous secretarios por elle designados dentre os associados.

Art. 14. Quando houver empate nas votações, o presidente terá sempre voto de qualidade.

Art. 15. As convocações serão feitas por annuncios com antecedencia de quinze dias, pelo menos, para as assembléas geraes ordinarias e de cinco para as extraordinarias.

Art. 16. A assembléa geral se julgará constituida achando-se representada por si ou por procuradores em numero equivalente a um quarto dos associados.

Paragrapho unico. Quando a assembléa geral não puder funcionar por não se achar representado o numero de associados indicado, far-se-ha nova convocação, deliberando-se com qualquer numero de associados que compareçam.

Art. 17. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos presentes.

Paragrapho unico. Cada associado, por si ou por procuração, terá direito a um voto.

Art. 18. Nas sessões das assembléas geraes só se tratará do assumpto para que forem convocadas; podendo, entretanto, receber indicações e requerimentos sobre objecto differente para serem tratados em outra sessão.

Art. 19. Nas assembléas geraes extraordinarias que tiverem por fim alterar os estatutos sociaes, prorogar a duração da sociedade ou promover a sua liquidação, serão precisos, por si e por seus procuradores, dous terços dos associados para legalmente constituir-se a assembléa.

Paragrapho unico. Na segunda convocação funcçãoará com qualquer numero.

Art. 20. Os associados podem se fazer representar por procuração; devendo, porém, o procurador ser igualmente associado.

TITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 21. A associação será administrada pela directoria do Banco do Estado do Rio de Janeiro, que sob sua responsabilidade a exercerá por um director de sua nomeação, ao qual fixará honorario, si porventura não for membro da directoria do Banco.

§ 1.º Por conveniencia do serviço poderá ser elevado a dous o numero dos directores.

§ 2.º No regulamento interno se fixarão suas attribuições.

Art. 22. A directoria da associação incumbe, ouvida a directoria do banco:

- 1º, nomear, suspender e demittir os empregados e fixar-lhes vencimentos;
- 2º, nomear todos os agentes e correspondentes da associação, dando-lhes instrucções precisas para o desempenho de seus deveres;
- 3º, organizar o regulamento interno;
- 4º, administrar todos os negocios da associação;
- 5º, realizar todas as operações que constituem objecto da associação, salvo os casos mencionados no art. 145 do Codigo Commercial;
- 6º, estabelecer contas correntes, marcar-lhes o respectivo juro, acceitar letras e fazer aquisições necessarias á associação;
- 7º, receber os generos consignados á associação e proceder á sua venda;
- 8º, attender ás reclamações dos mutuarios, que não forem contrarias aos presentes estatutos;
- 9º, attrahir o maior numero de mutuarios, empregando para esse fim os meios que mais uteis julgar;
- 10, assignar toda a correspondencia;
- 11, dirigir a escripturação, que será feita com methodo e clareza;

12, superintender todos os serviços da associação, quer internos quer externos;

13, effectuar o pagamento da quota dos lucros que couber annualmente aos mutuários.

Art. 23. Compete mais á directoria da associação:

1º, a estrita observancia destes estatutos;

2º, depositar diariamente na thesouraria do Banco do Estado do Rio de Janeiro, ou em suas agencias, os fundos que tiverem entrado para os cofres da associação;

3º, remetter á directoria do banco boletim diario, mencionando todas as operações realizadas e as occurencias havidas;

4º, enviar mensalmente á mesma directoria um balancete detalhado de todas as operações;

5º, coordenar as contas, balanços semestraes e relatorios annuaes, que a directoria deverá submeter ao exame da commissão fiscal e á approvação da assembléa geral ordinaria;

6º, abrir toda a correspondencia dirigida á associação;

7º, representar a associação em todos os actos administrativos necessarios, conferindo-lhe para isso a directoria todos os poderes, sem re-erva, mesmo os em causa propria;

8º, propor á directoria o que entender conveniente e necessario á boa execução dos estatutos e ao melhor desempenho de seus deveres em relação a tudo quanto for de interesse da associação, sua policia, economia e ordem administrativa interna e externa;

9º, executar as resoluções da directoria e commissão fiscal.

Art. 24. A directoria da associação terá em compartimentos distinctos amostras dos generos que forem consignados á associação com rotulos indicadores da sua qualidade e do nome dos respectivos remettentes, outrosim deverá facultar-as ao exame dos compradores.

Art. 25. A directoria da associação procurará ultimar por meio de arbitros as questões que se suscitarem no manejo dos negocios.

Art. 26. A directoria da associação, sempre que lhe for exigido, submeterá ao exame da directoria e commissão fiscal, não só o estado dos cofres, mas ainda os livros da correspondencia, os generos e todos os objectos pertencentes á associação.

Art. 27. O director da associação perceberá pelo seu trabalho uma porcentagem que não poderá exceder de 2 % sobre os lucros liquidos e que lhe será estipulada pela directoria do banco.

Art. 28. Bando-se qualquer impedimento que inhiba o director da associação continuar em suas funcções, a directoria do banco com urgencia lhe designará substituto.

TITULO IV

DA COMMISSÃO FISCAL

Art. 29. A commissão fiscal será composta de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente pelos associados.

Art. 30. Em caso de vaga ou impedimento de qualquer dos membros da comissão fiscal, os supplentes entrarão em exercício pela ordem da votação.

Art. 31. O exercício da comissão fiscal durará por um anno e a sua eleição, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, se fará nas assembléas geraes ordinarias.

Art. 32. Não pôde ser membro da comissão fiscal nenhum dos directores ou empregados do Banco do Estado do Rio de Janeiro, nem servir cumulativamente nella ascendentes e descendentes ou collateraes.

Art. 33. Os deveres e attribuições da comissão fiscal são os que determina a lei das sociedades anonymas, podendo além disso reclamar a directoria, quando convier, circumstanciada informação sobre a gestão dos negocios sociaes.

Art. 34. A directoria convocara opportunamente uma assembléa geral para eleger a primeira comissão fiscal.

TITULO V

DIVISÃO DOS LUCROS E FUNDO DE RESERVA

Art. 35. Todos os lucros apurados pela associação pertencerão exclusivamente aos mutuarios e serão entre elles rateados proporcionalmente, depois de fechado o balanço em 31 de dezembro.

§ 1.º Os associados que se retirarem da associação antes dessa época perderão em favor do fundo social os lucros a que tiverem direito.

§ 2.º O mutuario que entrar para a associação depois de começado o anno social só terá direito aos lucros que lhe couberem da data da sua inscrição como associado até ao fim do anno social.

Art. 36. Só poderão fazer parte dos dividendos aos associados os lucros provenientes das operações effectivamente concluidas dentro do respectivo anno.

Art. 37. Dos lucros liquidos semestraes se deluzirão 20% no mínimo, que constituirão o fundo de reserva, o qual será applicado unicamente em titulos de divida garantidos pelo Governo do Estado ou da União, *warrants* e immoveis de reconhecida renda.

Paragrapho unico. O producto das rendas do fundo de reserva reforçará o mesmo fundo, sendo na sua applicação observadas as disposições do presente artigo.

TITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 38. O anno social começa em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro. O primeiro exercício, porém, compre-

hende o tempo decorrido entre a constituição da associação e 31 de dezembro de 1899.

Art. 39. A Associação Agrícola e Commercial Mutualidade Fluminense, logo que estejam preenchidas todas as formalidades legais, anunciará o começo de suas operações.

Art. 40. A directoria fica autorizada a requerer e contractar livremente com os Governos da União e dos Estados tudo quanto entender ser de interesse para a associação; e bem assim a fazer aquisição de predios que forem precisos para seu serviço.

Art. 41. A liquidação da associação, antes ou depois de findo o prazo de sua existencia, será feita de conformidade com o que resolver a assemblea geral dos associados, sob proposta da directoria e observadas as disposições legais.

Art. 42. A directoria são concedidos plenos e illimitados poderes, incluídos mesmo os em causa propria, para exercer livre e geral administração e tudo quanto disser respeito aos interesses e direitos da associação.

Art. 43. Compete á directoria, por seu presidente, representar officialmente a associação em todas as suas relações, quer perante o Governo e autoridades administrativas, quer em Juizo ou fóra d'elle, sendo-lhe facultado para todos os effeitos constituir mandatarios.

Art. 44. Como remuneração dos encargos assumidos pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro, perceberá o mesmo banco uma commissão nunca excedente de 20 % sobre os lucros líquidos da associação.

Art. 45. Qualquer reforma nos presentes estatutos não poderá produzir effeitos legais, antes de submettidos á approvação do Governo.

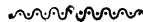
Art. 46. A directoria fica autorizada a contrahir emprestimos pelos modos e condições que julgar mais favoraveis á associação.

Art. 47. Os membros da directoria são responsaveis pelos abusos que praticarem no exercicio de suas funções e bem assim o director ou directores da associação e demais funcionarios.

Art. 48. A associação requererá ao Governo para que este obtenha em favor della das empresas de transporte abatimento nos fretes para os productos que por sua conta ou ordem transmitem nas estradas de ferro pertencentes ás mesmas empresas.

Art. 49. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas leis que regem as sociedades desta natureza.

Petropolis, 11 de março de 1898.— Pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro, *Franklin F. Sampaio*, presidente.



DECRETO N. 2880 — DE 18 DE ABRIL DE 1898

Approva o regulamento para a Secretaria de Estado da Guerra

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 16, paragrapho unico, da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento para a Secretaria de Estado da Guerra, que com este baixa, assignado pelo General de Divisão João Thomaz Cantuaria, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 18 de abril de 1898, 10^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.

Regulamento para execução da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, a que se refere o decreto n. 2880, desta data

CAPITULO I

Art. 1.^o A Secretaria de Estado da Guerra é dividida em : Gabinete e Secretaria, correndo por esta o serviço ordinario do expediente da Guerra, e por aquelle o serviço extraordinario e mais o que o Ministro confiar-lhe.

Secção primeira

DO PESSOAL DO GABINETE

Art. 2.^o O Gabinete será constituido pelo pessoal em seguida especificado, servindo em comissão junto ao Ministro, de quem receberá directamente ordens.

§ 1.^o Esse pessoal será :

- a) um secretario, official superior de um dos corpos especiaes do Exercito ;
- b) quatro ajudantes de ordens, capitães ou subalternos, de qualquer corpo ou arma do Exercito ;
- c) um official de gabinete e os auxiliares necessarios, tirados de qualquer das repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra.

§ 2.º O secretario e os quatro ajudantes de ordens formam o estado-maior do Ministro da Guerra, creado pela lei n. 232, de 7 de dezembro de 1894.

§ 3.º Todo o pessoal do gabinete será da immediata confiança do Ministro.

Secção segunda

DA SECRETARIA

Art. 3.º A Secretaria será constituida por uma directoria com duas secções, assim denominadas :

1.ª Secção de exame.

2.ª Secção de expediente.

Art. 4.º Compete ás secções :

A' primeira :

a) exame de todos os papeis que tenham de subir a despacho, instruindo-os convenientemente, de modo a melhor esclarecer o assumpto e a habilitar o Ministro a resolver com justiça ;

b) lançamento em livros especiaes de todos os actos expedidos pelo Ministerio ;

c) serviço de protocollo de entradas.

A' segunda :

a) o serviço de expediente ;

b) o extracto ou cópia dos actos que tenham de ser enviados á imprensa official para serem publicados ;

c) o resumo das resoluções do Supremo Tribunal Militar ;

d) o registro dos decretos, avisos e portarias.

Art. 5.º O pessoal da Secretaria constará de :

a) um director, com a graduação de coronel, de provada capacidade ;

b) dous chefes de secção, com a graduação de major ;

c) cinco primeiros officiaes, idem de capitão ;

d) seis segundos ditos, idem de tenente ;

e) seis amanuenses, idem de alferes ;

f) um porteiro ;

g) quatro continuos ;

h) os serventes necessarios para a limpeza do edificio, a juizo do Ministro.

§ 1.º Esses empregados usarão, durante o expediente, do uniforme de honorarios, com o distinctivo creado pelo decreto de 25 de novembro de 1892.

§ 2.º Taes graduações serão inherentes ao exercicio dos cargos.

§ 3.º Cada secção terá um chefe, dous primeiros officiaes, tres segundos ditos e tres amanuenses.

§ 4.º O archivo ficará a cargo de um primeiro official, auxiliado por um dos amanuenses, directamente subordinado ao director.

CAPITULO II

DA NOMEAÇÃO DO PESSOAL

Art. 6.º Serão nomeados por decreto: o director, os chefes de secção e os primeiros e segundos officiaes.

Todos os outros empregados serão nomeados por titulo do Ministro da Guerra.

§ 1.º O director e os chefes de secção serão de livre escolha do Governo.

§ 2.º As nomeações dos primeiros e segundos officiaes são sujeitas ao accesso, mas não a antiguidade, excepto em caso de igualdade de merecimento.

§ 3.º O Governo, no caso de não haver na Secretaria empregados que satisfaçam as condições exigidas, poderá preencher os logares de director e de chefe de secção com pessoas estranhas ao quadro.

Art. 7.º Os logares de amanuenses serão providos por concurso, que versará sobre as seguintes disciplinas: calligraphia, linguas portugueza, franceza e ingleza; arithmetica, algebra até equações do 2º grão, e geometria plana; geographia e historia, especialmente do Brazil; noções de direito publico e administrativo; redacção official.

§ 1.º Esses concursos serão prestados perante commissões examinadoras, compostas de tres membros nomeados pelo Ministro da Guerra.

§ 2.º Haverá para taes exames tres commissões, a saber: uma para linguas, outra para mathematicas e outra para geographia, historia, noções de direito publico e administrativo, redacção official; devendo fazer parte da ultima o director e um dos chefes de secção da Secretaria.

§ 3.º As provas prestadas pelos candidatos serão escripta e oral, marcando-se para du'ação desta o tempo de duas horas e para o daquella de uma, no maximo.

§ 4.º Os concursos serão annunciados, com antecedencia de 60 dias, no *Diario Official* e nos jornaes de maior circulação da Capital Federal; cumprindo que, nesse prazo os concurrentes apresentem seus requerimentos de inscripção, convenientemente instruidos com documentos em que provem ser maiores de 18 annos e ter boa conducta.

§ 5.º Terminadas as provas oracs, reunir-se-hão, sob a presidencia geral do director da Secretaria, as commissões examinadoras, para a classificacão dos concurrentes, a submeter á consideração do Ministro.

§ 6.º Para escolha, em identidade de condições moraes e intellectuaes, serão preferidos os candidatos que exhibirem certidão de outros preparatorios e attestados de serviços publicos, especialmente militares.

CAPITULO III

DAS ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 8.º O secretario é o consultor technico e o chefe do estado-maior do Ministro da Guerra, e como tal incumbem-lhe:

- a) dirigir, sob a immediata fiscalização do Ministro, os trabalhos do gabinete, no que disser respeito a assumptos militares;
- b) instruir com seu parecer as questões militares que subirem da Secretaria á consideração do Ministro;
- c) prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe forem exigidos pelo Ministro, sobre assumpto technico profissional;
- d) organizar o serviço, distribui-lo pelo pessoal, fiscalizar sua execução no que se referir a assumptos militares e minutar o respectivo expediente.

Art. 9.º Ao official de gabinete incumbem:

- a) a abertura, distribuição e direcção da correspondencia recebida pelo gabinete;
- b) minutar a correspondencia official que não exija conhecimentos especiaes militares;
- c) preparar os papeis de sua competencia, que tenham de ser submettidos a despacho, esclarecendo com sua informação os que, porventura, não venham convenientemente instruidos;
- d) auxiliar o Ministro nos trabalhos que este lhe confiar;
- e) expedir a correspondencia urgente do gabinete;
- f) remetter diariamente á Secretaria não só os papeis despachados pelo Ministro, como as minutas da parte do expediente ordinario, feito no gabinete e que convenha registrar;
- g) instruir os papeis a seu cargo que tenham de ser submettidos a despacho, ampliando, si assim julgar conveniente, as informações prestadas pela Secretaria.

Art. 10. Os ajudantes de ordens servem junto á pessoa do Ministro e o acompanham aos actos publicos, cumprindo mais encarregarem-se: um do serviço de telegrammas, outro das cartas officiaes, e outros dous de quaesquer trabalhos que lhes forem confiados.

Art. 11. Ao pessoal civil do gabinete compete, por designação do official de gabinete, encarregar-se: um do protocollo e outro do registro de actos que, por sua natureza, não devam passar do gabinete.

Art. 12. Ao director é subordinado todo o pessoal da Secretaria e cabe-lhe na qualidade de chefe:

a) promover, dirigir e fiscalizar todo o trabalho, não só da Secretaria a seu cargo, como da portaria e outras dependencias do Ministerio;

b) preparar e ministrar os dados para a confecção do relatorio que o Ministro tem de apresentar ao chefe do Estado;

c) cumprir as ordens e instruções que o Ministro lhe der sobre assumpto de serviço da repartição;

d) corresponder-se directamente, de ordem do Ministro, com as diversas repartições da Guerra, sobre assumpto do expediente, solicitando das mesmas as informações e pareceres que julgar necessários para esclarecimento de qualquer questão;

e) receber e distribuir toda a correspondencia, levando immediatamente ao conhecimento do Ministro os assumptos importantes ou urgentes que reclamem especial attenção ou prompta providencia;

f) verificar não só que seja protocollada a entrada e sahida de toda a correspondencia official recebida ou expedida, como registrados, em dia, os avisos e portarias expedidos, de modo a ser em no principio de cada mez enviadas as respectivas minutas ao archivo;

g) inspecionar o ponto dos empregados, encerrando-o á hora regulamentar;

h) rever todo o expediente que tiver de ser submettido á consideração do Ministro, lançando o seu *visto* nas informações em que encontrar perfeitamente estudado e elucidado o assumpto, e instruindo, com seu parecer, as que julgar omissas e precisarem de esclarecimentos;

i) assignar as folhas das despesas, os annuncios officiaes e as certidões, assim como authenticar os papeis que forem expedidos pela Secretaria de Estado e exigirem esta formalidade;

j) fallar ás partes, e communicar ao Ministro o que estas tiverem de dizer ou requerer verbalmente, quando o Ministro não puder dar audiencia;

k) mandar passar, quando não houver inconveniente, certidões de documentos ostensivos, existentes na Secretaria, relativos aos interessados que as requererem;

l) visar as cópias ou extractos dos actos que tenham de ser publicados;

m) deferir o compromisso legal e dar posse aos empregados da Secretaria de Estado;

n) transferir de uma para outra secção, segundo as exigencias do serviço, os empregados, dando immediatamente parte ao Ministro, cuja approvação solicitará;

o) levar ao conhecimento do Ministro as faltas e transgressões commettidas pelos empregados, cuja punição escape á competencia de sua autoridade;

p) organizar e submeter á approvação do Ministro instruções regulando o melhor processo e economia na direcção do serviço;

g) designar um empregado da Secretaria de Estado para auxiliar do seu gabinete.

Art. 13. Ao chefe de secção compete:

a) fornecer ao director os dados de que carecer para confecção do relatório;

b) dirigir, fiscalizar e promover os trabalhos da respectiva secção;

c) prestar a outra secção todos os esclarecimentos que lhe forem pedidos sobre objecto de serviço;

d) fiscalizar o serviço de sua secção de modo a ser feito com clareza e em tempo, evitando, pelos meios a seu alcance, atraso na escripturação;

e) propôr ao director as medidas que entender necessarias á boa ordem e regularidade do serviço a cargo de sua secção;

f) legalizar as cópias e documentos que tenham de ser autenticados pelo director.

Art. 14. Os officiaes e amanuenses são directamente subordinados ao chefe da secção onde servirem e delle receberão as ordens que lhes cumpre executar, relativas ao serviço.

Art. 15. Ao archivista, que será designado pelo director de entre os primeiros officiaes, incumbe:

a) manter na melhor ordem e asseio todo o archivo, classificando e guardando pela maneira mais conveniente todos os livros e papeis a seu cargo;

b) organizar o catalogo dos livros e o indice dos papeis, cartas, memorias, orçamentos, mappas, folhetos e outros documentos existentes no archivo;

c) passar certidões e cumprir as ordens do director, quanto aos documentos que estejam sob sua guarda;

d) fornecer, mediante recibo, qualquer livro, papel ou documento exigido pelo gabinete ou Secretaria para o serviço da repartição;

e) conservar convenientemente escripturado e em dia o livro carga do archivo.

Art. 16. E' da attribuição do porteiro:

a) abrir e fechar a Secretaria;

b) cuidar da segurança, do asseio da repartição e da conservação dos moveis e mais objectos pertencentes á Secretaria;

c) dar destino á correspondencia official, expedida pela Secretaria e gabinete;

d) lançar os despachos no livro da porta e tel-o sob seu cuidado;

e) sellar os titulos que houverem de ser expedidos;

f) distribuir e fiscalizar os serviços dos continuos, participando, em tempo opportuno, ao director as faltas ou abusos que qualquer dos ditos empregados commetter;

g) comprar os objectos necessarios para o serviço da Secretaria e que lhe forem indicados pelo director;

h) executar as ordens que lhe forem dadas pelo director.

Art. 17. Os continuos são directamente subordinados ao porteiro, mas cumprirão as ordens dos chefes junto aos quaes servirem.

Art. 18. Tanto o porteiro como os continuos devem regularmente se achar na Secretaria uma hora antes da designada para o começo do expediente e extraordinariamente, sempre que assim lhes for ordenado.

CAPITULO IV

DAS PENAS E RECOMPENSAS

Art. 19. O empregado que deixar o exercicio de seu cargo pelo de qualquer comissão extranha ao Ministerio da Guerra, mesmo com licença, perderá todo o vencimento.

§ 1.º Ao que faltar ao serviço se imporá:

- a) a perda total dos vencimentos, si a falta não for justificada;
- b) a perda da gratificação, si a falta for justificada.

§ 2.º São faltas justificadas as motivadas por molestia provada com attestado medico, o nojo e a gala de casamento.

§ 3.º Ao empregado que, por motivo de força maior, a juizo do director, comparecer depois de encerrado o ponto, mas dentro da primeira hora que seguir á fixa para o começo dos trabalhos, se descontará metade da gratificação.

O mesmo desconto soffrerá o empregado que, por motivos justificaveis e permissão do director, se retirar uma hora antes de encerrar-se o expediente. O comparecimento depois de encerrado o ponto, sem motivo justificado, ou sahida antes de findar-se o expediente, sem permissão do director, importa na perda total dos vencimentos.

§ 4.º O desconto por faltas interpoladas será relativo sómente aos dias em que se derem; mas, si forem successivas, se attenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, estiverem comprehendidos no periodo das mesmas faltas.

§ 5.º Nenhum desconto soffrerá em seus vencimentos o empregado que, por motivo de serviço gratuito e obrigatorio por lei, faltar á Secretaria.

Art. 20. As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas por motivo de molestia, até seis mezes, com ordenado por inteiro, e dahi em diante até um anno, com a metade do ordenado.

Paraphlo unico. As licenças, por motivo que não seja o de molestia do empregado, podem ser concedidas com o desconto da quarta parte do ordenado, até tres mezes; da metade por mais de tres até seis; das tres quartas partes, por mais de seis até nove, e de todo o ordenado dahi por diante.

Art. 21. A licença, mesmo por motivo de molestia, poderá ser concedida sem ordenado, a juizo do Ministro.

Art. 22. Fica sem effeito a licença em cujo goso não entrar o empregado no prazo de um mez, contado da data de sua publicação.

Art. 23. A aposentadoria e montepio dos empregados serão regulados pelas disposições em vigor.

Art. 24. Os empregados que se desviarem do cumprimento de seus deveres ou que se mostrarem desobedientes, tornar-se-hão passíveis das seguintes penas:

- a) simples advertencia;
- b) reprehensão;
- c) suspensão até quinze dias, com perda de todos os vencimentos.

§ 1.º Estas penas serão impostas pelo director, podendo também as duas primeiras ser applicadas pelo chefe de secção.

§ 2.º A suspensão do empregado, por prisão, cumprimento de pena que impeça o exercicio das funcções, pronuncia em crime de responsabilidade ou como medida preventiva, só poderá ser determinada pelo Ministro.

Art. 25. O effeito da suspensão é a perda de todos os vencimentos, excepto quando se tratar de pronuncia em crime de responsabilidade ou de medida preventiva.

Nestas hypotheses, o empregado perderá a gratificação, e na de pronuncia ficará privado, além disso, de metade do ordenado, até ser afinal condemnado ou absolvido, restituindo-se, dada a absolvição, a outra metade.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 26. Os trabalhos da Secretaria começarão invariavelmente, em todos os dias uteis, ás 10 horas da manhã e encerrar-se-hão ás 3 1/2 da tarde, salvo o caso de serviço extraordinario e urgente, que exija prorrogação do tempo do expediente, ou mesmo trabalhar se em dias feriados.

Art. 27. Os empregados assignarão o livro do ponto, durante o primeiro quarto de hora que se seguir á marcada para o começo dos trabalhos, e findo o expediente, ao retirarem-se.

Paragrapho unico. O director, ao encerrar o ponto, lançará as notas que servirão de base para justificação de qualquer falta, que poventura se der no correr do mez.

Art. 28. Em suas faltas ou impedimentos serão substituidos :

O director, pelo chefe de secção mais antigo, salvo designação do Ministro; os chefes de secção, pelos primeiros officiaes mais antigos das respectivas secções; o archivista, pelo primeiro official que o director designar; e o porteiro, pelo continuo que o director também designar.

Art. 29. De 15 de dezembro de cada anno até 15 de fevereiro subsequente, o director geral poderá dividir o respectivo pessoal em turmas para o gozo de 15 dias de férias.

Art. 30. O empregado que exercer interinamente cargo vago perceberá todo o vencimento deste.

Art. 31. Os empregados da Secretaria perceberão os vencimentos marcados pelo decreto n. 254, de 8 de março de 1890.

Paragrapho unico. Os auxiliares do gabinete terão direito ás gratificações correspondentes ás suas graduações, estabelecidas pela lei n. 232, de 7 de dezembro de 1891, para o estado-maior do Ministro.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 32. O chefe da secção extinta em virtude da presente reforma, fica addido á Secretaria, até que possa ser aproveitado.

Art. 33. O Ministro resolverá sobre os casos omissos no actual regulamento, applicando as disposições dos anteriores; na falta destes, os da Secretaria de Estado da Marinha.

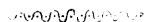
Art. 34. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de abril de 1898.—*João Thomas Cantuaria*.

Tabella a que se refere o decreto n. 2380 desta data

EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Director.	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
Chefe de secção	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
Primeiro official	3:800\$000	1:200\$000	5:000\$000
Segundo official	3:000\$000	1:000\$000	4:000\$000
Amanuense.	2:200\$000	800\$000	3:000\$000
Porteiro.	2:200\$000	800\$000	3:000\$000
Continuo.	1:200\$000	400\$000	1:600\$000

Capital Federal, 18 de abril de 1898.—*João Thomas Cantuaria*.



DECRETO N. 2881 — DE 18 DE ABRIL DE 1898

Approva o regulamento para os Institutos militares de ensino

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pela lei n. 463, de 25 de novembro do anno proximo passado, resolve approvar o regulamento para os Institutos militares de ensino que com este baixa, assignado pelo General de Divisão João Thomaz Cantuaria, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 18 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.

Regulamento para os Institutos militares de ensino, a que se refere o decreto n. 2881 desta data

TITULO I

DOS INSTITUTOS MILITARES DE ENSINO

Art. 1.º A instrucção militar, theorica e pratica comprehende: o ensino elementar ou primario, o ensino secundario ou preparatorio e o ensino superior technico e profissional.

§ 1.º Essa instrucção será dada, aos orphãos de militares, nos collegios militares, e aos officiaes e praças do Exercito, nos seguintes estabelecimentos:

- a) escolas regimentaes ;
- b) escolas preparatorias e de tactica ;
- c) Escola Militar do Brazil.

§ 2.º Estes institutos serão sujeitos á disciplina militar, ficando subordinadas as escolas regimentaes aos commandos de districto e as demais ao Ministro da Guerra.

§ 3.º As escolas preparatorias e de tactica terão suas sèdes no Realengo, Districto Federal, e na cidade do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul ; a Escola Militar do Brazil onde o Governo determinar.

TITULO II

DISPOSIÇÕES PRIVATIVAS A CADA UM DOS INSTITUTOS
MILITARES DE ENSINO

CAPITULO I

DAS ESCOLAS REGIMENTAES

Art. 2.º As escolas regimentaes são destinadas a ministrar a instrução elemental ás praças de pret. do Exército, de modo a melhor habilitar-as para a profissão das armas e preparar inferiores para o serviço dos corpos arregimentados.

Art. 3.º O ensino nestas escolas comprehenderá:

1.º Ensino elemental theorico: leitura, escripta, operações sobre numeros inteiros e fraccionarios, inclusive os decimaes, metrologia, principios de desenho linear, noções de cousas, factos da nossa historia e ligeiros conhecimentos de hygiene militar.

2.º Ensino elemental profissional: deveres militares, tanto na paz como na guerra, para as praças até o posto de sargento; disciplina, valor, abnegação e patriotismo, com exposição de exemplos notaveis.

3.º Ensino profissional pratico: instrução da respectiva arma, manejo, nomenclatura e escripturação de companhia, bateria ou esquadrão.

Art. 4.º Cada corpo terá uma escola regimental regida por um professor, offleial subalterno de reconhecida aptidão intellectual e moral, auxiliado por um ou dous adjuntos, praças de pret, graduadas ou não, com as precisas habilitações.

Paragrapho unico. Si não exceder de trinta o numero de alumnos, haverá um só adjunto.

Art. 5.º O curso será de um anno, não podendo nenhuma praça frequentar-o por mais de dous.

Art. 6.º O Governo mandará organizar opportunamente, ouvido o conselho de instrução do Collegio Militar, a relação dos livros e do material adequado ás escolas regimentaes.

Art. 7.º Haverá em cada corpo um conselho de instrução regimental, formado do major, dos commandantes de companhia, bateria ou esquadrão e do professor, sob a presidencia do commandante.

Art. 8.º Ao conselho de instrução regimental incumbe:

1.º Fixar no mez de janeiro de cada anno o numero de praças que devem frequentar a escola regimental, attendendo a força do corpo e às exigencias do serviço.

2.º Propôr as medidas que julgar convenientes ao ensino.

3.º Fiscalisar a exacta observancia das disposições contidas no presente regulamento sobre a escola regimental.

4.º Organisar, de accordo com o regimento interno e programma adoptado pelo Governo, a tabella da distribuição do tempo, marcando horas apropriadas, de modo a conciliar as necessidades do ensino com as exigencias do serviço.

5.º Indicar as praças que devam frequentar a escola regimental, preferindo sempre as que estiverem nas melhores condições moraes e intellectuaes.

Art. 9.º O professor será nomeado pelo commandante do districto, sob proposta do conselho de instrucção regimental e o adjunto pelo commandante do corpo, precedendo proposta do professor.

Paragrapho unico. O professor será substituido em seus impedimentos por quem o conselho de instrucção regimental designar, com approvação do commandante do districto.

Art. 10. Aos professores das escolas regimentaes se abonará a gratificação mensal de 50\$ e a cada adjunto a de 20\$000.

Paragrapho unico. Tanto o professor, como os adjuntos das escolas regimentaes serão dispensados do serviço externo ao quartel.

Art. 11. Os exames dos alumnos das escolas regimentaes serão feitos annualmente, no correr do mez de dezembro, perante uma commissão presidida por um delegado do commando do districto.

Art. 12. As praças que tiverem o curso regimental serão preferidas nas promoções aos postos de cabo de esquadra, furiel e 2º sargento.

Art. 13. O alumno mais distincto de cada uma das escolas regimentaes terá preferencia á matricula nas escolas preparatorias e de tactica, satisfazendo, porém, as exigencias regulamentares.

CAPITULO II

DO COLLEGIO MILITAR DA CAPITAL FEDERAL

Art. 14. O Collegio Militar da Capital Federal tem por fim proporcionar educação e instrucção :
gratuitamente :

I aos orphãos, filhos de officiaes effectivos e reformados do Exercito e da Armada e honorarios por serviços de guerra ;

II aos filhos dos officiaes das classes acima designadas ;

III aos filhos das praças de pret mortas em combate ;
e, mediante contribuição pecuniaria — a menores procedentes de outras classes sociaes.

Art. 15. Será internato, mas admittirá alumnos externos, os quaes serão alimentados pelo estabelecimento e só se retirarão depois de findos os trabalhos theoricos e praticos do dia.

Tendo por fim iniciar os alumnos na profissão das armas, dirigirá sua educação e instrução, de modo que, ao terminarem o curso, estejam aptos a proseguir em seus estudos nas Escolas Militar do Brazil e Naval.

Art. 16. Os alumnos gratuitos, que completarem o curso, serão obrigados a prestar serviço no Exército ou na Armada, de accordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade physica, ou de indemnisação das despesas com elles feitas.

Art. 17. O ensino do Collegio Militar será ministrado em dous cursos : um, primario, destinado aos alumnos que, por sua tenra idade, precisarem de certos cuidados para sua educação intellectual e moral ; outro, secundario, para os alumnos que, estando habilitados no primeiro curso, se destinarem ás Escolas Militar do Brazil e Naval.

SECÇÃO I

PLANO DE ENSINO

Art. 18. O curso primario será dividido em tres series, de um anno de duração cada uma, não sendo obrigatorio para os alumnos que se mostrarem habilitados nas materias que o constituem.

Art. 19. As doutrinas a ensinar neste curso serão :

Leitura e escripta ;
 Ensino pratico da lingua portugueza ;
 Contas e calculos ;
 Elementos de arithmetica pratica ;
 Systema metrico, precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria) ;
 Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil ;
 Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e naturaes ;
 Elementos de musica vocal ;
 Instrução moral e civica.

Paragrapho unico. O ensino destas materias será feito de conformidade com o programma que acompanhou o decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, com as modificações que a experiencia aconselhar.

Art. 20. Para este ensino haverá : dous professores para lingua portugueza, um para historia e geographia, dous para arithmetica e geometria pratica, um para lições de cousas e sciencias physicas e naturaes, um para desenho, tres aljuntos e um mestre de musica.

Art. 21. O plano do ensino primario a ministrar em outros collegios militares que, porventura, forem creados, será o mesmo do Collegio Militar da Capital Federal.

Art. 22. O curso secundario, que constará das doutrinas espcificadas no art. 61 do presente regulamento, será de quatro

annos, não podendo nenhum alumno frequental-o por mais de seis.

Paragrapho unico. Essas doutrinas serão assim distribuidas pelos quatro annos do curso :

1.º Portuguez, francez, geographia, arithmetica e desenho.

2.º Portuguez, francez, geographia, arithmetica e desenho.

3.º Portuguez, francez, inglez ou allemão, geographia, historia e chorographia, algebra, geometria e cosmographia, elementos de historia natural precedidos de noções de physica e chimica e desenho.

4.º Portuguez, francez, inglez ou allemão, geographia, historia e chorographia, algebra, geometria e cosmographia, elementos de historia natural precedidos de noções de physica e chimica e desenho.

Art. 23. Para a regencia das aulas haverá os professores e adjunctos mencionados nos arts. 63 e 64 do presente regulamento.

Art. 24. Os casos que não forem previstos especialmente para este collegio serão regulados segundo os preceitos estabelecidos para os cursos das escolas militares.

Art. 25. Além das materias acima especificadas, o curso do collegio comprehenderá o ensino pratico das seguintes :

Educação moral do soldado ;

Noções de disciplina, economia e administração militar ;

Nomenclatura e manejo das armas em uso ;

Tiro ao alvo ;

Escrima e evoluções militares das tres armas, desde a escola do soldado até a de batalhão, esquadrão e bateria ;

Natação e gymnastica.

Paragrapho unico. Este ensino será ministrado de accordo com o disposto no art. 67 e seu paragrapho, tendo-se em attenção a idade e desenvolvimento dos alumnos.

SECÇÃO II

MATRICULA

Art. 26. O candidato à matricula deverá satisfazer às seguintes condições :

1.ª Ter idade maior de 8 annos e menor de 15, referida ao dia 1 de janeiro do anno da matricula ;

2.ª Ter sido vaccinado.

Paragrapho unico. Os requerimentos para a matricula, dirigidos ao Ministro da Guerra e instruidos com os documentos comprobatorios das condições supra, serão apresentados até 28 de fevereiro de cada anno ao commandante do collegio, que os remetterá informados à Secretaria da Guerra na 1ª quinzena de março.

Art. 27. As matriculas se effectuarão na 2ª quinzena de março, não sendo permittida a admissão de alumnos depois de abertas as aulas.

Art. 28. Por occasião das matriculas, os novos alumnos serão subnnettidos a exame para classificação, perante uma commissão de tres docentes, observando-se o disposto nos arts. 50, 51 e seus paragraphos.

Paragrapho unico. Serão incluídos na 2ª ou 3ª serie do curso primario os alumnos que se mostrarem habilitados nas materias da serie anterior, e no 1º anno do curso secundario os que se mostrarem habilitados nas disciplinas da 3ª serie.

Art. 29. Os candidatos maiores de 12 annos só serão admittidos, si estiverem em condições de frequentar as aulas do primeiro anno do curso secundario.

Art. 30. A admissão dos alumnos gratuitos ficará sujeita á seguinte ordem de preferencia:

1.º Orphãos de pae e mãe :

- a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada ;
- b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada ;
- c) filhos de officiaes honorarios do Exercito e da Armada, por serviços de campanha.

2.º Orphãos de pae, filhos de officiaes das mesmas classes e na mesma ordem.

3.º Filhos de officiaes dessas classes, guardada sempre idêntica ordem de precedencia.

4.º Filhos de praças de pret mortas em combate.

Art. 31. Terão preferencia, em cada um dos grupos de que trata o artigo anterior:

- a) Os filhos de militares de qualquer classe, mortos em combate, em acto de serviço ou por effeito deste ;
- b) Os filhos de officiaes inutilizados ou feridos em combate ou em serviço ;
- c) Os filhos de officiaes com serviços de campanha ;
- d) Os candidatos que não puderem matricular-se no anno seguinte, por excederem a idade regulamentar.

Art. 32. O numero de alumnos será fixado de accordo com a lotação do estabelecimento, cabendo $\frac{2}{3}$ dos logares aos gratuitos e $\frac{1}{3}$ aos contribuintes.

§ 1.º O preenchimento dos logares destinados aos gratuitos será regulado pela seguinte disposição:

Cada official do grupo n. 3 do art. 30 só terá direito á matricula gratuita de um filho. Não haverá, porém, limitação quando se tratar de orphãos que forem irmãos germanos ou consanguineos.

§ 2.º Si não houver vagas para a inclusão de todos os candidatos no caso da 1ª parte do paragrapho supra, poderão alguns dos excedentes ser admittidos como contribuintes até que possam passar para a categoria dos gratuitos.

Esta transferencia, porém, só terá logar na época das matriculas e em concorrência com os demais candidatos, de modo que sejam observadas em todos os casos as preferencias estabelecidas nos arts. 30 e 31.

Art. 33. Os alumnos contribuintes internos pagarão, adeantadamente e de uma só vez, no acto da matricula, a joia de 100\$ e a pensão annual de 1:000\$ em quatro prestações trimensaes.

Os externos pagarão a joia de 80\$ e a pensão annual de 800\$, também em quatro prestações.

Estas contribuições poderão ser pagas em prestações mensaes, quando os alumnos forem filhos de militares ou de empregados do Ministerio da Guerra ou da Marinha.

Serão obrigados também a entrar com o enxoval, que será annualmente renovado, e que constará da tabella B, ficando a cargo do collegio a lavagem e engommado da roupa.

Art. 34. Os alumnos gratuitos, cujos paes pertencerem ao quadro effectivo do Exercito ou da Armada, e bem assim os filhos de officiaes reformados e honorarios, que perceberem vencimentos dos cofres publicos, serão obrigados a entrar com todo o enxoval marcado para os contribuintes, menos os artigos constantes da tabella C.

Art. 35. Aos alumnos gratuitos, exceptuados os de que trata o artigo antecedente, serão fornecidos, por conta do collegio, os livros necessarios.

Os alumnos contribuintes deverão entrar, no principio de cada anno, com os livros adoptados, sendo-lhes fornecido gratuitamente pelo estabelecimento papel, pennas, tinta e mais objectos necessarios para o trabalho das aulas.

Art. 36. O alumno que attingir aos 15 annos de idade, sem haver completado o curso do collegio, passará a externo.

Paragrapho unico. Si for gratuito, poderá ser transferido para a Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, si assim o requerer.

SECÇÃO III

DISCIPLINA ESCOLAR

Art. 37. Os alumnos do Collegio Militar serão distribuidos por companhias, attendendo-se á idade e ao desenvolvimento physico de cada um.

Art. 38. Os alumnos internos, em regra geral, poderão ter sahida aos sabbados e vespersas dos dias feriados, depois das aulas, devendo recolher-se ao collegio no dia e hora que lhes forem determinados.

Art. 39. Os alumnos só poderão sahir acompanhados por seus paes ou encarregados, ou por pessoas que os mesmos indicarem, salvo authorisação especial delles e consentimento expresso do commandante.

Art. 40. Os alumnos só poderão ser visitados durante as horas de recreio, sendo que essa visita só será feita por seus paes, ou por pessoas competentemente autorisadas.

Art. 41. No intuito de desenvolver o gosto pela carreira militar, os alumnos serão graduados, por merecimento, nos diversos postos, desde o de cabo de esquadra até o de commandante, usando dos competentes distinctivos.

Art. 42. Os alumnos assim graduados assumirão as funcções de seus postos nos exercicios geraes e nas formaturas sollemnes da corporação de alumnos, mas sempre sob a direcção de officiaes do collegio.

Art. 43. Na abertura das aulas, em cada anno, os alumnos assim distinguidos deporão suas insignias, attm de serem dellas investidos os que as houverem conquistado no anno anterior.

Art. 44. Excepto as faxinas, ou qualquer outra faina incompativel com a idade e condição dos alumnos, todo o serviço militar ou collegial será feito por elles, segundo suas graduações, contanto que dahi não provenha prejuizo para os seus estudos.

Art. 45. As penas disciplinares, sempre proporcionadas á gravidade das faltas, serão as seguintes:

- 1.º Notas más nos livros das aulas ;
- 2.º Exclusão momentanea da aula ou do campo de exercicio ;
- 3.º Privação de recreio com ou sem trabalho de escripta ;
- 4.º Privação de sabida nos dias determinados ;
- 5.º Reprehensão particular ou em ordem do dia ;
- 6.º Prisão na sala do estado-maior ;
- 7.º Exclusão do collegio por tres a seis dias ;
- 8.º Baixa definitiva das graduações ;
- 9.º Expulsão attenuada ;
10. Expulsão ostensiva.

§ 1.º As duas primeiras penas disciplinares serão applicadas pelos professores, instructores e mestres ; as sete seguintes pelo commandante do collegio, e a de n. 10 pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do mesmo commandante.

§ 2.º A exclusão temporaria consistirá em enviar-se o alumno ao pae ou tutor, para ser corrigido. A expulsão attenuada significa que, resolvida a retirada do alumno, será permittido á pessoa que legitimamente o representar requerer sua exclusão do collegio.

Art. 46. A distribuição do tempo no collegio será feita de modo que para os alumnos haja mais ou menos nove horas para o somno, sete para o trabalho e oito para refeições e recreio.

SECÇÃO IV

RECOMPENSAS

Art. 47. As recompensas conferidas aos alumnos serão :

- 1.ª Boas notas nos livros das aulas ;
- 2.ª Licenças excepcionaes para passeio ;

- 3.^a Elogio em ordem do dia regimental ;
- 4.^a Promoção aos diversos postos da corporação de alumnos ;
- 5.^a Inscrição no quadro de honra ;
- 6.^a Medalhas de ouro denominadas : Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez do Herval, Visconde de Inhaúma, Conde de Porto-Alegre e Marechal Floriano. Além destas, serão creadas mais, para taes recompensas, quatro medalhas de ouro, denominadas : Marechal Carlos Machado, symbolo do dever militar ; General Polydoro, symbolo da disciplina militar ; Dr. Thomaz Coelho, symbolo da gratidão militar ao instituidor do collegio, e Marquez de Tamandaré, symbolo das virtudes militares.

Paragrapho unico. As recompensas do n. 1 serão da attribuição dos professores ; as dos ns. 2, 3 e 4, do commandante ; a do n. 5, do conselho de instrucção ; e a do n. 6, do Ministro da Guerra, sob proposta do conselho de instrucção.

Art. 48. As medalhas de que trata o n. 6 do artigo antecedente serão conferidas, no fim do curso, aos alumnos que houverem sido classificados nos dous primeiros logares e que tenham notas de bom procedimento.

A distribuição dessas medalhas se realizará em sessão solenne, presentes o commandante do collegio, os ajudantes e os membros do corpo docente.

Os alumnos que obtiverem as referidas medalhas de ouro poderão usal-as em todos os actos da vida publica.

SECÇÃO V

PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 49. Para o regimen administrativo do Collegio Militar haverá o seguinte pessoal :

- 1.^o Commandante, coronel ou tenente-coronel que tenha o curso das tres armas ;
- 2.^o Um ajudante do pessoal, official superior que tenha o curso das tres armas ;
- 3.^o Um ajudante do material, idem ;
- 4.^o Um secretario, official do Exército que tenha o curso de sua arma ;
- 5.^o Um sub-secretario, idem ;
- 6.^o Um official de ordens, capitão ou subalerno do Exército ;
- 7.^o Um escripturario, official subalerno ou civil ;
- 8.^o Tres amanuenses ;
- 9.^o Quatro auxiliares de escripta ;
10. Um bibliothecario ;
11. Um quartel-mestre, official subalerno do Exército ;
12. Um agente, idem ;
13. Pessoal para as companhias de alumnos e o necessario para o serviço de saude ;
14. Um porteiro.

Paragrapho unico. Haverá mais para o serviço do collegio o seguinte pessoal auxiliar:

Oito guardas;

Oito inspectores de alumnos;

Dous fleis;

Um roupeiro;

Um feitor;

Dous continuos;

Serventes em numero necessario ao serviço do estabelecimento, a juizo do commandante.

Os inspectores fis alisarão de perto o procedimento e a applicação dos alumnos, inspirando-se nos principios da boa educação e usando de moderação e delicadeza.

O roupeiro será encarregado de todos os trabalhos relativos ao enxoval dos alumnos.

SECÇÃO VI

EXAMES

Art. 50. Os exames da 1.^a e da 2.^a series do curso primario constarão de provas oraes, havendo sómente uma prova escripta de portuguez, a qual versará sobre um dictado de extensão razoavel, extrahido de um dos livros adoptados.

Paragrapho unico. A passagem dos alumnos, de uma para outra classe das duas primeiras series do referido curso, se fará de conformidade com as notas dos respectivos professores, uma vez que taes notas aboem os mesmos alumnos em todas as classes da serie em que se acharem matriculados.

Art. 51. Os exames das materias da 3.^a serie constarão de provas escripta e oral, feitas em dias differentes.

§ 1.^o A prova escripta constará de um exercicio de redacção sobre assumpto facil, com elementos fornecidos pela commissão julgadora; duas questões de arithmetica pratica; uma de elementos de geographia; uma de geometria pratica (tachymetria) e uma de elementos de historia.

§ 2.^o A prova oral constará de leitura expressiva e analyse elemental de um trecho de livro adoptado em classe e questões sobre assumpto estudado entre as materias indicadas para lições de cousas (elementos de sciencias physicas e historia natural).

§ 3.^o A prova oral durará 30 minutos, no maximo, para cada examinando, podendo este ser arguido tambem sobre o assumpto da sua prova escripta.

Art. 52. As commissões examinadoras do curso primario serão de tres membros do respectivo magisterio.

Art. 53. Os exames no curso secundario serão de sufficiencia para a passagem de um anno para o seguinte, e final ou de madureza ao terminar o curso.

Art. 54. Os exames de sufficiencia serão vagos e feitos de accordo com o que se acha estabelecido para os exames das escolas preparatorias e de tactica.

Art. 55. Os alumnos approvados em todos os exames de sufficiencia deverão prestar no fim do curso exame final ou de madureza, para verificar si possuem ou não a cultura intellectual indispensavel.

§ 1.º Este exame será feito por um programma cuidadosamente organ'zado pelo conselho de instrucção.

§ 2.º A commissão julgadora desses exames finais ou de madureza compor-se-ha dos professores das respectivas secções, sob a presidencia do commandante do collegio.

§ 3.º O exame final ou de madureza constará de provas escriptas e oraes, feitas em dias alternados, sobre as materias constitutivas do curso, assim divididas:

- a) linguas;
- b) mathematica ;
- c) sciencias physicas e historia natural ;
- d) historia e geographia ;
- e) instrucção moral, civica e especialmente a militar ou technica.

§ 4.º Para cada prova escripta o examinando terá o prazo maximo de quatro horas.

§ 5.º Haverá ainda, conjunctamente com os exames theoricos, provas praticas sobre geographia, noções de sciencias physicas e de historia natural.

Art. 56. O julgamento dos exames de cada uma destas secções será feito pela apreciação das notas de conta de anno, da prova escripta e da prova oral, entendendo-se por conta de anno a média das notas em todas as aulas componentes da mesma secção.

Art. 57. O julgamento definitivo do exame final ou de madureza será feito pela média dos resultados em todas as secções.

Art. 58. O alumno reprovado em uma secção será considerado reprovado no exame final ou de madureza, e sómente será admittido a prestar esse exame depois de haver frequentado novamente as aulas do 4º anno do collegio.

Paragrapho unico. O que for reprovado duas vezes no exame final ou de madureza será desligado do collegio.

Art. 59. Do resultado do exame final ou de madureza lavrar-se-ha um termo, que será assignado pelo commandante, pela commissão examinadora e pelo secretario do collegio.

CAPITULO III

DAS ESCOLAS PREPARATORIAS E DE TACTICA

Art. 60. As escolas preparatorias e de tactica são destinadas a ministrar o ensino theorico e pratico exigido para a matricula no primeiro anno da Escola Militar do Brazil.

Parágrapho unico. O curso será de tres annos, não podendo nenhum alumno frequental-o por mais de quatro.

SECÇÃO I

PLANO DE ENSINO

Art. 61. As doutrinas a ensinar neste curso serão : linguas portugueza, franceza e ingleza ou allemã; historia universal, com especialidade a do Brazil e chorographia patria; geographia geral, principalmente a da America do Sul; arithmetica; algebra; geometria elementar com seu complemento trigonometrico e cosmographia; elementos de historia natural, precedidos de noções de physica e chimica; desenho linear e de aquarella; geometria pratica; escripturação militar até a de batalhão ou regimento, inclusive; instrucção pratica das tres armas, equitação, gymnastica, esgrima e natção; noções de balistica, pratica do tiro e do serviço de campanha.

Art. 62. As doutrinas do ensino theorico serão divididas em duas secções, assim constituidas :

1.^a Portuguez; francez; inglez; allemão; geographia; historia e chorographia;

2.^a Arithmetica; algebra; geometria e cosmographia; elementos de historia natural, precedidos de noções de physica e chimica; desenho.

Parágrapho unico. Essas doutrinas serão assim distribuidas pelos tres annos do curso:

1.^o Grammatica portugueza; grammatica franceza, com leitura e versão facil; geographia, especialmente a da America do Sul; arithmetica; desenho linear.

2.^o Estudo complementar da lingua vernacula; idem da lingua franceza; grammatica ingleza ou allemã, seguida de leitura e versão facil; algebra; desenho de aquarella.

3.^o Estudo complementar da lingua ingleza ou allemã; historia universal, especialmente do Brazil e chorographia patria; geometria elementar com seu complemento trigonometrico e cosmographia; elementos de historia natural, precedidos de noções de physica e chimica.

Art. 63. Para a regencia das aulas haverá 11 professores, sendo: um para cada lingua, um para arithmetica, um para algebra, um para geometria elementar e cosmographia, um para elementos de historia natural precedidos de noções de physica e chimica, um para historia e chorographia patria, um para geographia e um para desenho.

Parágrapho unico. A primeira secção terá quatro adjuntos e a segunda dous.

Art. 64. Os professores e adjuntos serão officiaes do Exercicio com o curso das três armas e, na falta absoluta destes, civis que tenham as necessarias habilitações.

Art. 65. Os adjuntos auxiliarão o serviço das aulas de sua secção e substituirão os respectivos professores em seus impedimentos e faltas.

Art. 66. O ensino pratico constará de : instrucção elemental das tres armas combatentes até a escola de batalhão ou regimento; estudo descriptivo do armamento e munições de guerra; curso experimental do tiro; noções de balística e serviço de campanha; escripturação militar até a de batalhão ou regimento; preceitos de subordinação; honras e precedencias militares; esgrima de bayoneta; escolas de lança e espada; equitação, gymnastica e natação; geometria pratica.

Art. 67. Este ensino será dado por seis instructores e dous mestres, competindo ao commandante distribuil-os como mais convier á instrucção.

Paraphrasis unico. Os instructores serão officiaes effectivos do Exercito, que tenham o curso das tres armas.

Art. 68. O alumno que tiver approvação em algumas materias de um anno do curso, não ficará adstricto a estudar unicamente as que lhe faltarem para completar esse anno: poderá frequentar aulas de annos differentes, a juizo do commandante, guardada a dependencia que existe entre certas materias.

SECÇÃO II

MATRICULA

Art. 69. O candidato á matricula deverá satisfazer ás seguintes condições:

- 1.^a Ser brasileiro nato ou naturalizado e ter licença do pae ou tutor e do Ministro da Guerra;
- 2.^a Ser maior de 15 e menor de 21 annos;
- 3.^a Ter sido approvado no exame de admissão;
- 4.^a Ter sido vaccinado;
- 5.^a Ter boa conducta civil ou militar;
- 6.^a Ter a necessaria robustez, provada em inspecção de saude, a que será submettido na escola.

Art. 70. Os candidatos que satisfizerem ás condições antecedentes serão classificados em dous grupos — militares e civis.

§ 1.^o Metade das vagas existentes será preenchida com militares, preferindo-se:

- 1.^o Os mais graduados;
- 2.^o Os mais antigos;
- 3.^o Os que houverem deixado de matricular-se no anno antecedente, por motivo justificado.

§ 2.^o No preenchimento da outra metade das vagas, attender-se-ha ao maior numero de preparatorios, preferindo-se em igualdade de condições:

- 1.^o Os militares;
- 2.^o Os filhos dos officiaes do Exercito e da Armada.

Art. 71. Os candidatos civis não poderão matricular-se sem que previamente assentem praça no Exército.

Art. 72. Os candidatos militares deverão ser submettidos, nos corpos em que se acharem, a exame medico e a uma prova escripta, perante uma comissão nomeada pelo commandante dentre os membros do conselho regimental, a qual versará sobre as materias constantes do § 1.º do art. 71 do presente regulamento.

O attestado medico, a prova escripta e a certidão de assentamentos do candidato instruirão seu requerimento de matrícula.

Paragrapho unico. Esta prova escripta não isenta o candidato do exame de admissão.

SECÇÃO III

PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 73. Para o regimen administrativo de cada escola haverá o seguinte pessoal:

1.º Um commandante, general ou coronel que tenha o curso das tres armas ;

2.º Um ajudante do pessoal, official superior que tenha o curso das tres armas ;

3.º Um ajudante do material, idem ;

4.º Um secretario, official do Exército que tenha o curso de sua arma ;

5.º Um sub-secretario, idem ;

6.º Um official de ordens, capitão ou subalterno do Exército ;

7.º Um escriptuario, official subalterno ou civil ;

8.º Tres amanuenses ;

9.º Quatro auxiliares de escripta ;

10. Um bibliothecario, militar ou civil ;

11. Um quartel-mestre, official subalterno do Exército ;

12. Um agente, idem ;

13. Pessoal para as companhias de alumnos e o necessario para o serviço de saude ;

14. Um porteiro.

Paragrapho unico. Haverá mais para o serviço da escola o seguinte pessoal auxiliar:

Dez guardas ;

Quatro fleis ;

Um feitor ;

Dous continuos ;

Serventes em numero necessario ao asseio do estabelecimento, a juizo do commandante ;

Uma banda de musica com 25 figuras, praças do Exército, e o respectivo mestre ;

Uma banda, composta de um mestre, oito cornetas, quatro clarins e seis tambores ;

Dez praças do Exercito, para limpeza do armamento, percebendo cada uma a gratificação de 15\$ mensaes.
Doze conductores, praças do Exercito.

SECÇÃO IV

EXAMES

Art. 74. O exame de admissão terá logar na primeira quinzena de março e será prestado perante uma commissão de tres professores ou adjuntos, nomeada pelo commandante e presidida pelo mais graduado.

§ 1.º Este exame constará do conhecimento pratico das quatro operações sobre numeros inteiros, leitura e escripta do portuguez.

§ 2.º Cada examinador avaliará essas provas por quotas de 0 a 10 e se tomará a média. A média inferior a 2 ou 0 em qualquer das provas inhabilitará o candidato.

§ 3.º Serão dispensados das provas de admissão os candidatos que apresentarem certidões de approvação em arithmetica e portuguez, de accordo com o preceito do art. 76 e seu paragrapho unico.

Art. 75. O exame pratico dos alumnos que terminarem o curso será prestado perante commissões de tres membros, presididas pelo de posto mais elevado.

§ 1.º Haverá uma commissão para o exame de cada arma, assim como uma para o de gymnastica e natação e outra para o de escripturação.

§ 2.º O grão — 0 — em qualquer destes exames ou o grão 3 ou inferior na média de todos, inhabilitará o alumno.

Art. 76. Serão acceitas certidões de exames preparatorios passadas pelo Gymnasio Nacional ou por institutos similares.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os exames de mathematica, cujos attestados só serão acceitos quando passados pelas Escolas Polytechnica, Naval e de Minas de Ouro Preto.

Art. 77. Por occasião da abertura das aulas, o commandante da escola poderá permittir exames vagos para os alumnos que, tendo estudado em institutos particulares de ensino, julgarem-se habilitados em alguma doutrina do curso preparatorio.

Paragrapho unico. No acto de cada exame, o candidato pagará 10\$ em estampilhas, que serão colladas na prova escripta.

CAPITULO IV

DA ESCOLA MILITAR DO BRAZIL

Art. 78. A Escola Militar do Brazil é destinada a ministrar aos officiaes e praças do Exercito, não só os conhecimentos relativos

às tres armas combatentes, como os peculiares ao estado-maior e engenharia militar.

§ 1.º O ensino nesta escola constará de dous cursos: um geral, comprehendendo o estudo theorico e pratico das tres armas do Exercito; outro especial, destinado ao estudo das materias inherentes ao estado-maior e à engenharia militar.

§ 2.º O curso geral será de tres annos e o especial de dous, não podendo nenhum alumno frequentar o primeiro por mais de quatro annos e o segundo por mais de tres.

SECÇÃO I

CURSO DE ENSINO

Art. 79. As doutrinas que constituem o ensino theorico desses cursos serão assim distribuidas:

Curso geral

1º anno

1ª cadeira — Geometria algebrica, differencial e integral.

2ª cadeira — Physica experimental; noções de meteorologia.

Aula — Geometria descriptiva; planos cotados.

2º anno

1ª cadeira — Mecanica; ballistica.

2ª cadeira — Chimica; metallurgia.

3ª cadeira — Tactica; estrategia e historia militar.

Aula — Topographia; desenho topographico.

3º anno

1ª cadeira — Artilheria, comprehendendo o estudo e fabrico da polvora, substancias explosivas, artificios de guerra, bocas de fogo, armas de guerra portateis, reparos, viaturas, projectis, metralhadoras, foguetes de guerra e torpedos — tudo precedido do conhecimento das madeiras de construcção, bem como das indispensaveis noções sobre resistencia dos materiaes.

2ª cadeira — Fortificação; minas militares.

3ª cadeira — Direito internacional, com applicação às relações de guerra, precedendo noções de direito publico; Constituição da Republica; Direito militar; Justiça militar.

Aula — Perspectiva e sombra; desenho de fortificação e machinas de guerra.

Curso especial

1º anno

1ª cadeira — Astronomia, precedida da revisão da trigonometria espherica ; geodesia.

2ª cadeira — Preparação do Exército para a guerra, no que concerne à missão do estado-maior.

3ª cadeira — Mineralogia ; geologia ; botanica.

Aula — Theoria e desenho das cartas geographicas.

2º anno

1ª cadeira — Resistencia dos materiaes; estabilidade das construcções ; graphostatica ; mecaunica applicada ás machinas.

2ª cadeira — Hydraulica ; pontes ; estradas, principalmente em relação a arte da guerra.

3ª cadeira — Administração militar, precedida de noções de economia politica e direito administrativo.

Aula — Architectura ; desenho correspondente ; stereotomia.

Art. 80. As cadeiras do que se compoem os cursos desta escola formarão cinco secções, comprehendendo :

1.ª As primeiras cadeiras dos 1º e 2º annos do curso geral e a primeira do 1º do curso especial ;

2.ª As segundas cadeiras dos 1º e 2º annos do curso geral e a terceira do 1º do curso especial ;

3.ª A terceira cadeira do 2º anno e a primeira e a segunda do 3º do curso geral ;

4.ª A terceira cadeira do 3º anno do curso geral, a segunda do 1º e a terceira do 2º do curso especial ;

5.ª A primeira e a segunda cadeiras do 2º anno do curso especial.

Art. 81. Para a regencia das cadeiras haverá 14 lentes. Haverá tambem seis substitutos, sendo dous para a 1ª secção e um para cada uma das outras.

Paragrapho unico. Haverá mais, para a 2ª secção, tres preparadores-conservadores e para a 5ª um conservador.

Art. 82. As aulas formarão duas secções, abrangendo :

1.ª As tres aulas do curso geral ;

2.ª As duas aulas do curso especial.

Art. 83. Para a regencia das aulas haverá cinco professores. Haverá tambem dous adjuntos, sendo um para a 1ª secção e um para a 2ª.

Art. 84. O ensino pratico comprehenderá :

1.ª O ensino pratico commun aos cursos geral e especial ;

2.ª Ensino pratico peculiar ao curso geral ;

3.ª Ensino pratico peculiar ao curso especial.

O 1.^o constará da instrução pratica completa das tres armas, para batalhão ou regimento; esgrima de espada e bayoneta; equitação; regimen e policia dos corpos, quartéis, acampamentos, bivaques e acantonamentos; serviço de guarnição das praças de guerra e povoações.

O 2.^o constará do serviço de pontoneiros; hippologia; composição, attribuições e forma de processo dos diversos conselhos militares; descripção e uso dos instrumentos de topographia; levantamentos planimetricos e altimetricos; confecção de plantas, planos e cartas topographicas, itinerarios, memorias descriptivas e levantamentos expeditos; construcção dos entrincheiramentos improvisados e passageiros; organização interior e exterior desses entrincheiramentos; pratica dos demais trabalhos de guerra, precedida da descripção dos instrumentos empregados nesses trabalhos; manipulações pyrotechnicas.

O 3.^o constará da descripção e uso dos instrumentos astronomicos e geodesicos; reconhecimentos de estado-maior; manejo dos foguetes de guerra; estudo descriptivo dos materiais de construcção e tecnologia das profissões elementares; organização de projectos de obras; applicações de tactica e estrategia; applicações militares da photographia, aerostação, telephonia e telegraphia.

Art. 85. Este ensino será dividido nas seguintes secções:

1.^a Infantaria: pratica do tiro, instrução de batalhão, esgrima de espada e bayoneta; serviço de pontoneiros;

2.^a Cavallaria: pratica do tiro, instrução de regimento; equitação; hippologia;

3.^a Artilharia: pratica do tiro, manobras e evoluções; manipulações pyrotechnicas;

4.^a Descripção e uso dos instrumentos de topographia; levantamentos planimetricos e altimetricos; confecção de plantas, cartas e planos topographicos, de memorias descriptivas e itinerarios; levantamentos expeditos;

5.^a Construcção dos entrincheiramentos improvisados e passageiros; organização interior e exterior desses entrincheiramentos; pratica dos demais trabalhos de guerra, precedida da descripção dos instrumentos empregados nesses trabalhos;

6.^a Reconhecimentos de estado-maior; applicações de tactica e estrategia; manejo dos foguetes de guerra; applicações militares da photographia, aerostação, telephonia e telegraphia;

7.^a Composição, attribuições e forma de processo dos diversos conselhos militares; preccitos de subordinação; regimen e policia dos quartéis e acampamentos; serviço de guarnição das praças de guerra e povoações; honras e precedencias militares;

8.^a Descripção e uso dos instrumentos de astronomia e geodesia; estudo descriptivo dos materiais de construcção; tecnologia das profissões elementares; organização de projectos de obras.

Art. 86. Para o ensino destas secções haverá oito instructores, officiaes effectivos do Exercito, devendo os das 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e

5.^a ter o curso geral e os das 6.^a, 7.^a e 8.^a o curso especial, e um mestre para esgrima de espada e bayoneta.

Art. 87. A approvação em todas as materias dos tres primeiros annos do curso geral, habilitará o alumno com o curso das tres armas, e a approvação em todas as doutrinas dos cinco annos habilita-o-ha com o curso de estado-maior e engenharia militar.

Art. 88. Durante o periodo dos exercicios praticos, os alumnos visitarão : os que estudarem o curso geral, os Arsenaes de guerra e marinha da Capital Federal, as fabricas de armas, de polvora e de cartuchos, a Escola de Minas de Ouro-Preto e algumas das minas em exploração. Os que estudarem o curso especial : o Observatorio Astronomico, as Repartições militares, as principaes officinas que entenderem com o exercicio das profissões elementares da engenharia, as Repartições telegraphica e telephonica e as mais importantes obras de engenharia, já constituídas ou em construcção.

Dessas visitas, os alumnos apresentarão relatorios minuciosos, que serão tomados em consideração nos exames praticos.

Art. 89. Os lentes, substitutos e professores serão officiaes do Exercito, que tenham o curso especial. Exceptuam-se os professores do curso geral, que poderão ter unicamente este curso.

SECÇÃO II

MATRICULA

Art. 90. A approvação em todas as doutrinas do curso preparatorio e de tactica habilitará o alumno á matricula no 1.^o anno do curso geral.

Art. 91. Para a matricula no curso geral exigir-se-ha, além da licença do Ministro da Guerra, que o official tenha menos de 34 annos e a praça menos de 25, preferindo-se :

- 1.^o Os candidatos de boa conducta ;
- 2.^o Os mais graduados ;
- 3.^o Os que, já tendo tido licença, deixaram, por motivo justificado, de aproveitar-se della.

Art. 92. O candidato que, de accordo com o art. 76 e seu paragrapho, exhibir certidões de exames de todas as doutrinas theoricas do curso preparatorio, só poderá ser admittido á matricula no curso geral, depois de frequentar por um anno alguma das escolas preparatorias, afim de se habilitar na pratica correspondente.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os militares que tiverem pelo menos dous annos de serviço nos corpos, os quaes poderão matricular-se no curso geral, devendo, porém, antes dos exames deste, ser submettidos ao exame da pratica do curso preparatorio.

Art. 93. Para matricular-se no curso especial será preciso que o alumno tenha approvação plena em todo o curso geral.

§ 1.º O alumno que, concluido o curso geral, tiver uma unica approvação simples, poderá, por uma só vez, prestar exame vago, afim de melhorar essa approvação.

§ 2.º Em caso algum, será permittido melhorar approvação no curso especial.

Art. 94. Não será permittida matricula em nenhum anno do curso, sem que o alumno haja obtido approvação em todas as materias do anno antecedente.

SECÇÃO III

ALFERES-ALUMNO

Art. 95. A approvação plena em todas as materias de dous annos quaesquer do curso geral dara direito ao titulo de alferes-alumno.

Art. 96. O commando da escola organizará a relação dos alumnos que estiverem no caso de obter o premio a que se refere o artigo antecedente, para ser submettida á consideração do Governo.

Art. 97. Os alferes-alumnos com o curso geral serão preferidos ás praças de prete com o mesmo curso, para o preenchimento das vagas de alferes da infantaria e cavallaria e de 2º tenente de artilharia, contando antiguidade de official desde a data de sua nomeação e perceberão vencimentos do primeiro posto de official de infantaria.

SECÇÃO IV

REGIMEN ADMINISTRATIVO

Art. 98. Para o regimen administrativo e disciplinar da Escola Militar do Brazil haverá o seguinte pessoal :

- 1.º Um commandante, general ou coronel que tenha o curso especial ;
- 2.º Um ajudante do pessoal, official superior, idem ;
- 3.º Um ajudante do material, idem ;
- 4.º Um secretario, idem ;
- 5.º Um sub-secretario, capitão ou subalterno que tenha o curso de sua arma ;
- 6.º Um official de ordens, capitão ou subalterno ;
- 7.º Um escriptuario, official subalterno ou paisano ;
- 8.º Tres amanuenses ;
- 9.º Quatro auxiliares de escripta ;
- 10.º Um bibliothecario ;

11. Um quartel-mestre, official subalterno do Exercito ;
12. Um agente, idem ;
13. Pessoal para as companhias de alumnos e o necessario para o serviço de saude ;
14. Um porteiro.

Paragrapho unico. Haverá mais para o serviço da escola o seguinte pessoal auxiliar:

- Dez guardas ;
- Dous fieis ;
- Um feitor ;
- Quatro continuos ;
- Serventes, em numero necessario ao asseio do estabelecimento, a juizo do commandante ;
- Uma banda de musica com 25 figuras, praças do Exercito, e o respectivo mestre ;
- Uma banda composta de um mestre, oito cornetas, quatro clarins e seis tambores ;
- Cinco praças do Exercito, para limpeza do armamento, percorrendo cada uma a gratificação de 15\$ mensaes ;
- Doze conductores, praças do Exercito.

TITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES COMMUNS AOS INSTITUTOS MILITARES DE ENSINO SECUNDARIO E SUPERIOR

Art. 99. A bem da unidade do ensino, o conselho de instrução da Escola Militar do Brazil harmonisará os programmas que devam ser adoptados nas outras escolas.

Paragrapho unico. Os programmas serão triennaes e só terão execução depois de approvados pelo Governo, podendo ser durante esse periodo modificados, si assim o aconselhar a experiencia.

Art. 100. O ensino será gradual e successivo, não podendo nenhum alumno passar á instrucção immediatamente superior sem ter provado suas habilitações nas precedentes.

Art. 101. A distribuição do tempo para o ensino theorico e pratico será regulada pela tabella que for annualmente organizada pelo conselho de instrucção.

Art. 102. As aulas abrir-se-hão no primeiro dia util de abril e encerrar-se-hão no ultimo de novembro.

Paragrapho unico. Funcionário em dias alternados, e, no maximo, durarão hora e meia, salvo as de desenho, que poderão durar duas horas, bem como os exercicios e trabalhos praticos.

Art. 103. O Governo, sob proposta do commandante, ouvido o conselho de instrucção, poderá nomear, para coadjuvar o ensino, officiaes do Exercito que tenham as necessarias habilitações.

Art. 104. Essa nomeação se fará com designação da secção.

Art. 105. Os officiaes do Exercito só poderão servir no magisterio dos institutos militares até a patente de coronel, inclusive.

Art. 106. Cada companhia terá, no maximo, 100 alumnos internos.

Art. 107. O numero de duas companhias poderá ser augmentado desde que o de alumnos internos exceda a 200.

Art. 108. Todos os empregados civis das escolas ficarão sujeitos ao regimen militar.

Art. 109. Os empregados das escolas serão responsaveis pelos objectos a seu cargo e delles prestarão contas annualmente.

Art. 110. O individuo que assentar praça com destino as escolas perderá o direito á gratificação de voluntario.

§ 1.º A praça que já estiver percebendo esta gratificação e vier a matricular-se, tambem a perderá, enquanto estiver matriculada.

§ 2.º A gratificação de engajado cessará sómente durante o tempo em que a praça estiver matriculada.

Art. 111. As praças que tiverem frequentado as escolas militares só poderão ter baixa depois de haverem servido o tempo legal nas fileiras do Exercito.

Art. 112. O Governo proporcionará aos commandantes das escolas residencia condigna, nas immedições do estabelecimento.

Art. 113. E' absolutamente prohibida a residencia de familias no recin o da escola.

Art. 114. O Governo, ouvidos os commandantes das escolas, fixará annualmente o numero de alumnos que devam ser admittidos á matricula.

Art. 115. Nas aulas não haverá distincção quanto ao tratamento dos alumnos, qualquer que seja sua graduação ou posto.

Art. 116. Além das forças de que trata o art. 250, não poderão servir na escola, quer á disposição do commandante, quer addidos ás companhias de alumnos, officiaes ou praças do Exercito.

E' igualmente vedado que officiaes matriculados exerçam cargos na administração.

Art. 117. Haverá em cada escola, nos mezes de março e setembro, exames praticos das tres armas para os officiaes da guarnição que quizerem prestal-os.

Art. 118. O commandante da escola fará opportunamente requisição dos officiaes e praças que, tendo tido licença, devam ser matriculados.

Art. 119. Por occasião dos exercicios praticos geraes de fim de anno formar-se-ha um corpo escolar, que será composto:

Dos instructores, mestres e coadjuvantes do ensino pratico; do pessoal das companhias de alumnos e dos contingentes dos corpos, que, por ordem do Governo, forem postos á disposição da escola para tomar parte em taes exercicios.

Commandará esse corpo o commandante da escola que, sempre que os exercicios tiverem logar fóra do estabelecimento, o considerará como força em campanha e designará pessoal para seu estado-maior.

Art. 120. O pessoal, docente, administrativo e auxiliar, das escolas perceberá os vencimentos constantes da tabella A, annexa ao presente regulamento.

Art. 121. São applicaveis aos docentes as disposições do Código de Ensino Superior, relativas á accumulção de cargos e gratificações correspondentes.

Paragrapho unico. Os docentes que forem designados para reger turmas de alumnos, resultantes do parcellamento de cadeiras ou aulas, com autorisação do Ministro da Guerra, perceberão, além dos respectivos vencimentos, uma gratificação de 1:200\$ annuaes.

A gratificação será de 2:400\$ annuaes, si essa regencia for incumbida a pessoa extranha á corporação docente.

Art. 122. Aos officiaes do Exercito será permittido fazer, nas escolas militares, exames vagos das materias que constituem os cursos preparatorio e geral; podendo tambem aquelles que ora teem o curso tecnico de artilharia prestar exame das doutrinas theoricas e praticas que lhes faltarem para completar o curso especial instituido pelo presente regulamento.

Paragrapho unico. Estes exames serão feitos no mez de março, perante commissões nomeadas pelos respectivos commandantes e regulados pelas disposições relativas aos exames finaes.

Art. 123. A ninguem será permittido estudar na escola o mesmo anno ou a mesma materia mais de duas vezes.

Paragrapho unico. O alumno que incidir na disposição deste artigo será desligado.

Art. 124. O alumno que for desligado da escola por ter perdido o anno duas vezes, poderá, passado um anno, fazer exame vago das materias do anno perdido.

Paragrapho unico. Do mesmo modo, todo aquelle que tiver incidido na disposição do paragrapho unico do art. 60 e na do § 2º do art. 78 deste regulamento, poderá ser admittido a exame vago das materias que lhe faltarem para proseguir em seus estudos; esse exame, porém, tanto em um, como em outro caso, só poderá ser prestado um anno depois do desligamento.

CAPITULO V

PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 125. O commandante da escola é a primeira autoridade do estabelecimento; suas ordens são obrigatorias para todos os empregados; exerce inspecção sobre o cumprimento dos programmas de ensino e da tabella de distribuição do tempo escolar e sobre os exames; fiscaliza todos os mais ramos de serviço da escola; regula e determina o que pertencer á mesma escola e não for especialmente confiado ao conselho de instrucção.

Art. 126. O commandante da escola é responsavel pela fiel execução deste regulamento e o unico órgão para as communicações do estabelecimento com o Ministro da Guerra.

Art. 127. Além destas attribuições, incumbe ao commandante :

1.º Corresponder-se directamente, em objecto de serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade civil ou militar ;

2.º Prestar auxilio ás autoridades legaes, para a manutenção da ordem publica, sem prejuizo da segurança do estabelecimento ;

3.º Propôr ao Governo as pessoas que julgar idoneas para os empregos da administração da escola, quando não lhe competir a nomeação ;

4.º Nomear, dentre os empregados da administração, na falta ou impedimento de qualquer delles, quem os substitua provisoriamente, dando logo parte desse acto ao Governo, si o provimento do lugar não for de sua competencia ;

5.º Dar, por motivo justo, licença aos empregados da escola, sem perda do vencimentos, contanto que esta não exceda de 15 dias ;

6.º Informar annualmente ao Governo sobre o comportamento e modo por que desempenham seus deveres todos os empregados da escola ;

7.º Apresentar ao Governo, durante o mez de fevereiro, um relatório abreviado do estado da escola, nos seus tres ramos — doutrinal, administrativo e disciplinar, comprehendendo os trabalhos do anno findo e o orçamento das despesas para o immediato e propondo os melhoramentos ou reformas convenientes á boa administração e disciplina do estabelecimento ;

8.º Designar um dos medicos do estabelecimento para fazer semanalmente duas preleções sobre hygiene militar, a que deverão comparecer todos os alumnos e pelas quaes percebera o prelector a gratificação mensal de 100\$000.

Art. 128. Para que possa exercer tão efficazmente como convem a sua elevada autoridade, poderá o commandante da escola desligar della qualquer alumno ou empregado da administração, que commetter falta grave contra a disciplina, moralidade, ordem e subordinação que devem reinar no estabelecimento, dando parte motivada desse acto ao Governo.

Art. 129. Em seus impedimentos o commandante da escola será substituido, tanto nos actos da administração, como nos do ensino, pelo official effectivo mais graduado do estabelecimento.

Art. 130. O ajudante do pessoal exerce as funções de fiscal das companhias de alumnos, incumbindo-lhe :

1.º Applicar todo seu zelo e esforço para que os alumnos procedam com a mais rigorosa correcção e sejam sollicitos no cumprimento de seus deveres, dentro ou fóra do estabelecimento ;

2.º Receber e transmittir as ordens do commandante e detalhar todos os serviços da escola, quer ordinarios, quer extraordinarios ;

3.º Verificar e rubricar todos os documentos de receita e despesa da escola, que deverão ser submittidos ao exame do commandante antes de levados ao conselho economico ;

4.º Partecipar, diariamente, ao commandante tudo quanto occorrer no estabelecimento, com os alumnos ou com os empregados ;

5.º Apresentar ao commandante as petições dos alumnos e mais papeis sobre os quaes não possa por si resolver ;

6.º Fiscalisar a disciplina escolar, de accordo com as instrucções organisadas para esse effeito ;

7.º Informar sobre a conducta dos alumnos e dos empregados da escola, para o que deverá conservar sempre em dia o livro de castigos ;

8.º Policiar o estabelecimento e suas dependencias, para que o serviço se faça de accordo com o presente regulamento e as ordens do commandante ;

9.º Receber as partes dos guardas e leval-as ao conhecimento do commandante, com as precisas informações.

Art. 131. O ajudante do material fiscaliza o material, incumbindo-lhe :

1.º Dirigir o serviço de limpeza, conservação dos edificios, recinto e dependencias do estabelecimento ;

2.º Fiscalizar os trabalhos de nivelamento e conservação da linha e do campo de tiro ;

3.º Fiscalizar todo o material de guerra existente na escola ;

4.º Inspeccionar o serviço das viaturas, das cavallariças, a distribuição das forragens e o tratamento dos animaes ;

5.º Fiscalizar o trabalho das offleinas, respectiva materia prima e o plantio da forragem, onde possa ser cultivada ;

6.º Apresentar ao commandante, no principio de cada trimestre, um mappa dos animaes, com declaração do estado de cada um ;

7.º Auxiliiar os instructores na preparação do material de instrucção, fiscalizar o emprego e o consumo das munições de guerra ;

8.º Fiscalizar a escripturação da carga e descarga geral da escola e verificar si a de todo o material é feita com regularidade, nas suas diversas dependencias.

Art. 132. Ao secretario incumbem :

1.º Preparar a correspondencia diaria, de conformidade com as instrucções que receber do commandante ;

2.º Distribuir, dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretaria ;

3.º Preparar e instruir, com os necessarios documentos, todos os negocios que subirem ao conhecimento do commandante, fazendo succinta exposição delles, com declaração do que a respeito houver occorrido, e interpondo o seu parecer nos que versarem sobre o interesse das partes, quando lhe for determinado pelo commandante ;

4.º Escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada ;

5.º Lançar no livro respectivo os termos dos exames e lavrar as actas das sessões do conselho de instrução ;

6.º Preparar os esclarecimentos que devam servir de base aos relatórios do commandante ;

7.º Propôr ao commandante as medidas necessarias ao bom andamento dos trabalhos da secretaria ;

8.º Escripturar o livro de assentamentos do pessoal docente e administrativo ;

9.º Escripturar o livro de matriculas.

Art. 133. Ao sub-secretario incumbio :

1.º Auxiliar o secretario nos trabalhos da respectiva secretaria e substitui-lo em seus impedimentos ;

2.º Escripturar o livro-mestre dos alumnos e confeccionar as respectivas certidões de assentamentos ;

3.º Apurar e apresentar ao commandante, opportunamente, o numero de pontos de cada alumno ;

4.º Lavrar todos os contractos que devam ser assignados pelo commandante.

Art. 134. O official de ordens serve junto á pessoa do commandante da escola, cujas determinações cumprirá fielmente.

Art. 135. Ao escriptuario incumbio :

1.º Fazer a escripturação relativa á contabilidade e lavrar os termos do conselho economico ;

2.º Fazer diariamente o ponto dos empregados e extrahir, no fim do mez, um resumo para os fins convenientes ;

3.º Fazer as folhas de vencimentos do pessoal administrativo e docente da escola ;

4.º Auxiliar em tudo o serviço da secretaria.

Art. 136. Aos amanuenses cumpre executar os trabalhos de expediente, que lhes forem distribuidos pelas autoridades sob cujas ordens servirem e conservar em dia a escripturação a seu cargo.

Art. 137. A um dos amanuenses incumbio, além disso :

1.º Fazer annualmente o indice das deliberações do commandante e dos conselhos que contiverem disposições permanentes ;

2.º Lançar no livro da porta os despachos proferidos sobre as petições das partes ;

3.º Inventariar todos os objectos pertencentes á secretaria e suas dependencias.

Art. 138. Os outros dous amanuenses serão encarregados — um do archivo da Secretaria, outro do expediente da casa da ordem, conforme as instrucções que receberem respectivamente do secretario e do ajudante do pessoal.

Art. 139. Aos auxiliares de escripta incumbio :

1.º Registrar, sob a inspecção do secretario, a correspondencia do commandante da escola ;

2.º Fazer qualquer outro trabalho que lhe for distribuido.

Art. 140. Ao bibliothecario incumbê:

1.º A guarda e conservação dos livros, mappas, globos, quadros e desenhos de qualquer natureza, bem como das memorias e mais papeis impressos ou manuscritos ;

2.º A organização do catalogo methodico da bibliotheca ;

3.º A escripturação da entrada de livros e mais objectos por compra, donativo ou retribuição ;

4.º Propôr ao commandante a compra de livros que interessarem ao ensino da escola.

Paragrapho unico. A bibliotheca terá um regimento interno que será organizado pelo commandante da escola.

Art. 141. Ao quartel-mestre incumbê:

1.º Receber quaesquer quantias pertencentes á escola, assim como, nas estações competentes, os objectos pedidos para o serviço do estabelecimento e suas dependencias ;

2.º Ter sob sua guarda e responsabilidade o material, fardamento, equipamento, armamento e utensilios que não estiverem distribuidos ;

3.º Ter em dia a escripturação de seus livros de carga e descarga ;

4.º Fazer as folhas do pessoal auxiliar e o pret geral dos alumnos ;

5.º Receber os vencimentos e effectuar o pagamento do pessoal existente na escola ;

6.º Apresentar, no fim de cada anno, ao ajudante do material um mappa demonstrativo de todo o material a seu cargo, com declaração do estado em que se achar.

Art. 142. O agente é especialmente encarregado do rancho dos alumnos ; é immediato fiscal da despesa, dos serviços do refeitório, da cozinha e do asseio dessas dependencias do estabelecimento ; faz as compras de tudo quanto for preciso para o rancho e a cozinha e lhe for ordenado pelo commandante da escola.

Art. 143. O commandante poderá encarregar qualquer empregado da escola de algumas das compras a fazer-se.

Art. 144. O agente terá um livro de carga e descarga dos objectos que estiverem sob sua guarda e responsabilidade.

Art. 145. Ao porteiro incumbê:

1.º A guarda, cuidado e fiscalização da limpeza das aulas e de todas as dependencias da secretaria ;

2.º O recebimento dos papeis e requerimentos das partes ;

3.º A distribuição dos guardas para o serviço das aulas e exercicios ;

4.º A expedição da correspondencia que lhe for entregue pelo secretario e que protocollará ;

5.º O registro diario do ponto dos alumnos.

Art. 146. Os continuos coadjuvarão o porteiro no exercicio de suas funções e cumprirão as ordens que lhes forem dadas, em objecto de serviço, pelo secretario.

Art. 147. O feitor será encarregado do asseio do estabelecimento e terá sob sua immediata direcção todos os serventes.

Art. 148. Os fleis serão incumbidos da arrecadação dos generos, armazens de artilharia, depositos de armas portateis e paços de munições de guerra e da conservação do arreamento e das linhas de tiro.

Art. 149. Os guardas farão a chamada das aulas, zelarão pelo seu material e cumprirão as ordens sobre o serviço, que lhes forem dadas pelas autoridades do estabelecimento.

CAPITULO VI

PESSOAL DOCENTE

Art. 150. Ao lente incumbem:

1.º Dar aula nos dias e horas marcados na tabella de distribuição do tempo escolar, mencionando na respectiva parte o assumpto da lição ;

2.º Exercer a fiscalização immediata de sua aula ;

3.º Interrogar ou chamar á lição os alumnos, quando julgar conveniente, para bem ajuizar do seu aproveitamento ;

4.º Marcar recordações e habilitar os alumnos, por meio de dissertações escriptas, a semelhante genero de provas para os exames ;

5.º Comparecer ás sessões do conselho de instrucção e aos demais actos escolares, nos dias e horas marcados pelo commandante ;

6.º Satisfazer as exigencias que forem feitas pelo commandante, a bem do serviço, ou para fornecer informações á autoridade superior ;

7.º Dar ao commandante, para ser presente ao conselho de instrucção, na época competente, o programma de ensino da sua cadeira, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programma anterior ;

8.º Requisitar do commandante os objectos necessarios ao ensino da sua cadeira.

Art. 151. Ao substituto incumbem :

1.º Repetir a cadeira de sua secção, mencionando na respectiva parte o assumpto da lição ;

2.º Observar restrictamente as instrucções dadas pelo lente da cadeira que estiver repetindo ;

3.º Substituir os lentos das respectivas secções em suas faltas ou impedimentos.

Art. 152. O professor dirigirá o ensino da sua aula, segundo o programma approved, exercendo funcções analogas ás do lente.

Art. 153. Os adjuntos exercem funcções analogas ás dos substitutos.

Art. 154. Ao preparador-conservador incumbem :

1.º Conservar em boa ordem o gabinete ou laboratorio que estiver a seu cargo ;

2.º Fazer as experiencias e manipulações que lhe forem indicadas ;

3.º Assistir ás aulas respectivas e organizar pedidos, que serão rubricados pelo lente, dos objectos necessarios aos trabalhos ;

4.º Demorar-se no gabinete ou laboratorio o tempo que exigir o trabalho ordenado pelo lente ou substituto.

Paragrapho unico. Em cada gabinete ou laboratorio haverá um livro de carga e descarga do respectivo preparador-conservador.

Art. 155. Os instructores e mestres observarão os programas do ensino pratico e mencionarão nas respectivas partes o assumpto da lição ou exercicio.

Farão serviço de dia por escala e poderão ser encarregados de quaesquer outros compatíveis com o exercicio das respectivas funções.

Paragrapho unico. Tanto os instructores, como os mestres, terão livros de carga e descarga dos objectos a seu cargo e concernentes ao ensino de que estiverem encarregados.

Art. 156. Na falta ou impedimento de docentes, os coadjuvantes do ensino theorico poderão exercer provisoriamente as funções de lente, substituto, professor ou adjunto, competindo ao commandante fazer a conveniente designação.

Paragrapho unico. Os coadjuvantes só tomarão parte nos conselhos de instrucção, quando se tratar de assumpto de ensino referente ás cadeiras ou aulas que estiverem regendo.

Art. 157. Os coadjuvantes do ensino pratico poderão substituir os instructores ou mestres em seus impedimentos, competindo ao commandante fazer a designação.

Paragrapho unico. Estes coadjuvantes farão serviço de escala.

Art. 158. Os logares de lentes, professores, substitutos e adjuntos serão providos por commissão, que durará, no maximo, cinco annos, podendo o serventuario ser reconduzido, por igual periodo, sob proposta do conselho de instrucção.

Paragrapho unico. Ficam resalvados os direitos á vitaliciedade dos actuaes lentes e professores.

CAPITULO VII

NOMEAÇÃO DO PESSOAL

Art. 159. O commandante será nomeado por decreto.

Os lentes, substitutos, professores e adjuntos, também por decreto, precedendo proposta do commandante ouvido o conselho de instrucção.

As demais nomeações serão feitas por portaria do Ministro da Guerra.

§ 1.º As nomeações de preparador-conservador serão feitas pelo commandante, sob proposta do lente da cadeira.

§ 2.º Os inspectores de alumnos, auxiliares de escripta, guardas, continhos, fleis, roupeiro e feitor serão de livre nomeação do commandante.

CAPITULO VIII

EXAMES

Art. 160. Para os alumnos de todos os cursos haverá, em julho e outubro, exames parciaes das diversas cadeiras e aulas, perante comissões de tres membros, nomeadas pelo commandante e presididas pelo mais graduado.

§ 1.º Esses exames constarão da materia dada; as provas serão escriptas e os pontos para ellas tirados á sorte, não podendo o alumno recorrer a livros ou apontamentos.

§ 2.º As provas serão avaliadas por quotas de — 0 — a — 10 — e se tomará a média dessas quotas e das notas conferidas nas sabbatinas e lições anteriores, avaliadas estas do mesmo modo.

§ 3.º A média — 3 — ou inferior, apurada desses dous elementos, ou sómente a média — 0 — em qualquer das provas escriptas, inhabilitará o alumno.

§ 4.º Si a inhabilitação for no 1º exame parcial, o alumno será desligado e mandado apresentar á autoridade competente; si, porém, for no 2º, só poderá o alumno prestar exame final na segunda quinzena de março do anno seguinte. Reprovado neste exame, em qualquer materia, será então desligado da escola e só poderá matricular-se novamente, caso não incida nas disposições do art. 123 deste regulamento.

Art. 161. Encerrados os trabalhos do anno lectivo e reunido o conselho de instrucção, no dia e hora marcados pelo commandante, cada lente ou professor submeterá á approvação do referido conselho os pontos para os exames da respectiva cadeira ou aula e apresentará os grãos da conta de anno de seus alumnos, tendo em consideração as lições, sabbatinas e exames parciaes, avaliados por quotas de — 0 — a — 10 — e cuja média será a conta de anno.

Paragrapho unico. Na mesma sessão, o commandante nomeará as comissões examinadoras e determinará a ordem que se deverá seguir nas provas, quer escriptas, quer oraes, das diferentes cadeiras e aulas.

Art. 162. A comissão examinadora das doutrinas de cada cadeira ou aula será composta de tres membros, sendo um delles o respectivo lente ou professor.

Paragrapho unico. Quando a conveniencia do serviço o exigir, poderá o commandante completar as comissões examinadoras com os coadjuvantes do ensino theorico.

Art. 163. Os exames finais constarão de duas provas, uma escripta, outra oral.

Art. 164. Para a prova escripta o ponto será tirado á sorte, na mesma occasião da prova, por um dos examinandos.

Sobre esse ponto a commissão examinadora formulará questões iguaes para todos os alumnos.

Art. 165. A commissão examinadora deverá tomar todas as precauções para que os examinandos, durante a prova escripta, não recebam qualquer auxilio que lhes facilite a solução das questões, ou se sirvam uns dos trabalhos dos outros.

Art. 166. É vedado aos alumnos servirem-se, no acto do exame, para qualquer fim que seja, de papel, notas, livros e outros objectos não distribuidos ou permittidos pela commissão examinadora.

O papel distribuido será rubricado pela commissão examinadora.

Art. 167. Não poderão permanecer na sala, em que os examinandos estiverem fazendo a prova escripta, pessoas estranhas ás commissões examinadoras.

Art. 168. O tempo concedido para a solução das questões da prova escripta não excederá de tres horas, e, finalizado este prazo, os alumnos entregarão as respectivas provas no estado em que se acharem, assignando cada um o seu nome em seguida á ultima linha que houver escripto.

Art. 169. O examinando que assignar em branco, confessar-se inhabilitado, ou que, terminado o prazo, não tiver dado começo á solução das questões, será considerado reprovado.

§ 1.º O alumno que faltar a qualquer prova de exame será considerado reprovado, salvo motivo justificado perante o commandante, que marcará outro dia para a realização dessa prova.

§ 2.º O alumno que, tendo comparecido, negar-se a prestar qualquer prova de exame, será considerado reprovado.

Art. 170. O alumno que entregar á commissão examinadora sua prova escripta, concluida ou não, deverá se retirar immediatamente da sala do exame.

Art. 171. Logo que a commissão examinadora tiver recebido todas as provas escriptas, encerral-as-ha em uma capa lacrada e rubricada pelos membros da commissão.

Art. 172. Entre a prova escripta e a oral de cada cadeira ou aula decorrerão, pelo menos, 48 horas.

Art. 173. As turmas para a prova oral serão organisadas conforme determinar o commandante da escola, ouvido o respectivo lente ou professor, não devendo cada uma ser menor de quatro alumnos, excepto a ultima.

Art. 174. O ponto para a prova oral das aulas de mathematica e das cadeiras será dado com 24 horas de antecedencia, e para as demais aulas com a de uma hora, no maximo, a juizo da commissão examinadora.

Paragrapho unico. Incumbirá ao secretario da escola dar o ponto para a prova oral.

Art. 175. A prova oral começará às 10 horas e só terminará depois que forem examinados todos os alumnos da turma do dia.

Paragrapho unico. Cada examinador não poderá arguir por mais de 20 minutos ao mesmo alumno.

A arguição será feita, pelo menos, por dous dos membros da comissão examinadora.

Art. 176. O alumno que, tendo começado a prova oral ou escripta, adoecer repentinamente, de modo a não poder proseguir no exame, será apresentado ao medico de serviço que, depois de o ter inspecionado, dará, por escripto, parecer a respeito do seu estado. No caso de molestia, que haja impossibilitado o alumno de terminar a prova, fará outra em época oportuna, a juizo do commandante da escola.

Art. 177. Terminados os exames de cada dia, a comissão examinadora tomará em consideração não só as provas escriptas e oraes que cada um de seus membros avaliará por quotas de —0— a —10—, mas também os grãos de conta de anno, que a Secretaria remetterá.

§ 1.º A média apurada destes dados exprimirá o resultado do exame, sendo considerados: approvados com distincção os alumnos que obtiverem a média 10; plenamente os que obtiverem média de 6 a 9 inclusive; simplesmente os que obtiverem média de $3\frac{1}{2}$ a 6; reprovados os que obtiverem média inferior a $3\frac{1}{2}$.

§ 2.º A fracção $\frac{1}{2}$ ou as superiores a esta serão computadas como uma unidade na apreciação das médias.

§ 3.º O grão —0— em qualquer prova de exame reprova o alumno.

Art. 178. Terminados os exames oraes de cada aula ou cadeira, a comissão examinadora fará a classificação, por ordem de merecimento, dos alumnos approvados.

Art. 179. Do resultado dos exames de todos os alumnos da mesma cadeira ou aula, a comissão examinadora lavrará termo especial, que será lançado no livro respectivo e subscripto pelo secretario da escola.

Art. 180. As provas escriptas, assim como os trabalhos graphicos dos alumnos, depois de julgados pelas comissões examinadoras, serão authenticatedos pelos respectivos membros, fechados e entregues á Secretaria para serem archivados.

Art. 181. Concluido o julgamento de todas as cadeiras e aulas, reunir-se-ha o conselho de instrucção para organizar o programma dos exercicios praticos geraes.

Esses exercicios durarão por tempo não excedente de 40 dias e poderão realizar-se fóra do local das escolas.

Art. 182. Os exames praticos começarão logo depois de terminados os respectivos exercicios.

Art. 183. As comissões examinadoras da pratica serão de tres membros, instructores e mestres, e presididas pelo mais graduado, podendo o commandante da escola, para completal-as, nomear coadjuvantes do ensino pratico ou officiaes da administração, que tenham as precisas habilitações.

Art. 184. Cada alumno será arguido por tempo que não exceda de 20 minutos em cada materia pratica.

Quando se tratar de trabalhos em que os alumnos possam mostrar-se habilitados sem ser arguidos, o tempo consagrado ao exame ficará a juizo da commissão examinadora.

Art. 185. No julgamento dos exames praticos e respectiva classificação, observar-se-ha, tanto quanto possível, o estabelecido neste regulamento para os exames theoricos.

Art. 186. O resultado dos exames theoricos e praticos será publicado em ordem do dia da escola e do Exercito e nas folhas de maior circulação.

Art. 187. O alumno que, depois de concluir os estudos theoricos de qualquer dos cursos, for reprovado nos exames praticos respectivos, poderá praticar por mais um anno, afim de poder, mediante novo exame, completar o curso, caso não incida na disposição do paragrapho unico do art. 60 e na do § 2º do art. 78 deste regulamento.

Art. 188. Considerar-se-ha inhabilitado para o exame da pratica, relativa a qualquer dos cursos, o alumno que, durante os exercicios geraes, houver commettido 10 faltas não justificadas, assim como o que tiver sido reprovado em qualquer cadeira ou aula.

Art. 189. O alumno que, por motivo justificado perante o commandante da escola, deixar de prestar exame no fim do anno, poderá fazel-o na época das matriculas.

Art. 190. O alumno reprovado nos exames finaes em alguma cadeira ou aula, que seja a unica que lhe falte para matricula em novo anno, poderá prestar exame vago por occasião da abertura das aulas.

Art. 191. Concluidos os exames finaes theoricos e praticos, o commandante da escola reunirá o conselho de instrucção para propôr ao Governo os alumnos que devam estudar os cursos geral e especial.

Art. 192. Não serão aceitos attestados de exames prestados por alumnos perante mesas extranhas á escola.

CAPITULO IX

MATRICULAS

Art. 193. As matriculas serão escripturadas em livro especial, rubricado pelo commandante da escola, devendo os respectivos termos ser assignados pelo secretario e matriculando.

Paragrapho unico. As matriculas effectuar-se-hão na 2ª quinzena de março.

CAPITULO X

CONSELHOS

Art. 194. Haverá dous conselhos, um de instrucção e outro administrativo ou economico.

Art. 196. Ao conselho de instrucção incumbem tudo quanto diz respeito ao ensino.

Paragrapho unico. Este conselho compôr-se-ha:

Quando se tratar de assumpto do ensino theorico — dos professores e adjuntos nas escolas preparatorias e de tactica e no Collegio Militar ; dos leaes, substitutos e professores, na Escola Militar do Brazil ;

Quando se tratar de assumpto do ensino pratico — dos instructores e mestres, em todos esses estabelecimentos.

Num e noutro caso, o conselho será presidido pelo commandante do estabelecimento.

Art. 196. Ao conselho de instrucção compete mais :

1.º Emittir, quando for consultado, parecer sobre o ensino da escola ;

2.º Propor ao Governo as medidas, que forem aconselhadas pela experiencia, para melhorar o ensino ;

3.º Organisar triennalmente os programas de ensino.

Art. 197. O conselho se reunirá sempre que o commandante da escola o ordenar.

Art. 198. As deliberações do conselho, que contiverem disposições permanentes para o ensino escolar, não terão effeito sem approvação do Governo.

Art. 199. O conselho de instrucção não poderá exercer suas funções sem que se reuna a maioria absoluta de seus membros, em effectivo serviço no magisterio.

Art. 200. O conselho economico compor-se-ha: do commandante da escola, como presidente, dos ajudantes do pessoal e material, do encarregado da enfermaria, dos commandantes de companhias de alumnos e do subalerno que servir de thesoureiro.

Art. 201. O thesoureiro será eleito pelo conselho, dentre os commandantes de companhias de alumnos ou subalternos das mesmas e servirá por um anno.

Além do thesoureiro, serão clavicularios do cofre os dous ajudantes.

Art. 202. Este conselho reger-se-ha, no que for applicavel, pelo regulamento que baixou com o decreto n. 2213 de 9 de janeiro de 1896, cumprindo-lhe organisar semestralmente as tabellas de etapas e diarias, não só para os alumnos, como para as praças dos contingentes em serviço ou exercicio na escola.

CAPITULO XI

DOS ALUMNOS

Art. 203. Os estabelecimentos de ensino serão internatos,

Art. 204. Para o regimen administrativo os alumnos formarão em cada unidade escolas e no Collegio Militar duas ou mais companhias denominadas — companhias de alumnos.

Paragrapho unico. Cada companhia de alumnos terá a seguinte organização:

Um commandante, capitão ou tenente ;
Dous subalternos ;
Um 1º sargento.

Art. 205. As companhias de alumnos serão subordinadas ao commandante da escola, que dará suas ordens, por intermedio dos ajudantes.

Art. 206. Os alferes-alumnos serão effectivos das companhias e os demais officiaes alumnos addidos ás mesmas.

Art. 207. Os alumnos praças de pret serão arranchados.

Paragrapho unico. O commandante da escola poderá permittir que arranchem com os alumnos os empregados militares do estabelecimento, uma vez que contribuam com as importancias das respectivas diarias, bem como que desarranchem os alumnos casados, que, por seu comportamento, se tornarem dignos desse favor.

Art. 208. Cada companhia terá seis alumnos sargenteantes, que servirão durante seis mezes, sem prejuizo dos estudos, sendo nomeados pelo commandante da escola, sob proposta do da companhia.

Paragrapho unico. A sargenteação será designada por escala.

Art. 209. As companhias de alumnos serão armadas a infantaria.

Art. 210. O alumno só usará o uniforme da escola ; uma vez desligado, porém, não poderá usal-o.

Art. 211. Os alumnos praças de pret, que estudarem o 1º e o 2º annos do curso geral, terão vencimentos de 2º sargento e os que estudarem o 3º e outros annos superiores, os de 1º sargento.

Paragrapho unico. Esses alumnos, depois de desligados da escola, por haverem concluido qualquer dos cursos, continuarão, nos corpos, a perceber os mesmos vencimentos, e usarão das respectivas divisas, sujeitos, entretanto, ás disposições do regulamento disciplinar.

Art. 212. Os soldos, etapas e diarias serão pagos mensalmente á vista dos prets e folhas, organizados pelas companhias de alumnos, de conformidade com os modelos adoptados.

Art. 213. As praças de pret graduadas, ao matricularem-se na escola, perderão os respectivos postos.

Art. 214. Semestralmente serão, pelo conselho economico da escola, propostas, ao Ministerio da Guerra, as diarias dos alumnos.

Estas diarias, que comprehenderão as etapas, serão recebidas e recolhidas ao cofre do conselho, para occorrer ás despesas com a alimentação dos alumnos e com os copeiros e serventes do rancho, de accordo com a tabella que o conselho organizar.

Si se verificarem saldos, estes serão empregados em beneficio do estabelecimento e do rancho dos alumnos.

Art. 215. Os alumnos que adoecerem serão tratados na enfermaria da escola, quando as molestias não forem conta-

gias ou de maior gravidade, casos em que terão baixa para os hospitaes competentes.

Segundo, porém, as circumstancias, poderá qualquer delles, com prévia licença do commandante da escola, tratar-se particularmente em casa de sua familia, tendo aliás direito a medicamentos fornecidos pela escola.

Art. 216. Aos sabbados e nas vesperras dos dias feriados, concluidos os trabalhos escolares, o commandante da escola poderá licenciar os alumnos que o quizerem, os quaes comparecerão, no primeiro dia útil, à revista da manhã.

Art. 217. Os officiaes que estudarem nas escolas, assim como os alferes-alumnos, serão externos e desarranchados ; deverão, porém, comparecer diariamente ao estabelecimento para as aulas e demais trabalhos, assim como para qualquer serviço ordinario ou extraordinario, que lhes for determinado.

CAPITULO XII

FREQUENCIA

Art. 218. A presença nas aulas será verificada pelos guardas.

Art. 219. O docente poderá mandar marcar ponto ao alumno que se retirar da aula ou exercicio sem licença.

Art. 220. Ao alumno que, por motivo justificado, faltar a uma ou mais aulas ou trabalhos no mesmo dia, se marcará um unico ponto.

Art. 221. A justificação das faltas commettidas pelos alumnos, no correr do mez, será feita perante o commandante da escola.

Art. 222. O alumno, que tiver mais de 30 pontos, perderá o anno e o commandante da escola o mandará desligar, dando-lhe o conveniente destino.

Paragrapho unico. Tambem perderá o anno todo o alumno que pedir suspensão de matricula depois de iniciados os trabalhos lectivos.

Art. 223. Por uma falta não justificada, marcar-se-hão tres pontos. O alumno que commetter 10 faltas não justificadas, perderá o anno e será desligado da escola, na forma do artigo antecedente.

CAPITULO XIII

SERVICO DE SAUDE

Art. 224. Cada escola terá o pessoal necessario para seu serviço de saúde e a respectiva pharmacia para fornecimento dos medicamentos.

Paragrapho unico. Esse pessoal será subordinado ao commandante da escola, sob a direcção do mais graduado, que será

o encarregado da enfermaria ; fazendo os demais medicos o serviço por escala.

Art. 225. O pessoal do serviço de saúde constará de :

- 1.º Tres medicos ;
- 2.º Um pharmaceutico ;
- 3.º Dous praticos de pharmacia ;
- 4.º Um agente ;
- 5.º Um amantense ;
- 6.º Quatro enfermeiros e os necesarios serventes, a juizo do commandante da escola.

Paragrapho unico. Para o Collegio Militar da Capital Federal este pessoal poderá ser reduzido, a juizo do Ministro da Guerra.

Art. 226. Nenhuma alteração se fará no pessoal medico da escola, sem authorisação do Ministerio da Guerra.

Art. 227. Aos medicos incumbe :

- 1.º Tratar os alumnos que se acharem doentes na enfermaria ;
- 2.º Prestar os soccorros de sua profissão, não só aos empregados civis e militares do estabelecimento, como ás familias destes que residirem a pequena distancia ;
- 3.º Inspeccionar os individuos que o commandante da escola designar ;
- 4.º Revaccinar os alumnos e as praças destacadas na escola ;
- 5.º Examinar a qualidade das drogas que entrarem na composição do receptuario, bem como as dietas dos doentes, dando immediatamente parte ao commandante de qualquer falta que encontrar ;
- 6.º Examinar, não só os generos que tiverem de entrar para a arrecadação do rancho, como as refeições diarias dos alumnos.

Art. 228. Ao medico encarregado da enfermaria incumbe mais :

- 1.º Fiscalizar todo o serviço medico, pedindo immediatamente as providencias que forem necessarias para que o serviço da enfermaria e pharmacia se faça do melhor modo possivel ;
- 2.º Apresentar ao commandante da escola, no primeiro dia de cada mez, um mappa pathologico dos individuos tratados na enfermaria, durante o mez antecedente, com as respectivas observações ;
- 3.º Participar immediatamente ao commandante da escola qualquer indício de molestia contagiosa ou epidemica que se manifeste no estabelecimento, indicando os meios convenientes para debellar o mal ;
- 4.º Dar instruções, por escripto, aos enfermeiros sobre a applicação dos remedios, dietas e o mais que convier ao tratamento dos doentes ;
- 5.º Visitar as dependencias do estabelecimento, indicando, quando preciso, aquellas que devam ser saneadas.

CAPITULO XIV

DEPENDENCIAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 229. Cada escola terá sua enfermaria, com as accomodações indispensaveis ao tratamento dos alumnos que adoecerem.

Art. 230. Para que o ensino seja ministrado em todas as suas partes, com o necessario desenvolvimento, haverá :

1.º Uma bibliotheca, contendo livros, revistas, collecção de leis e regulamentos e quaesquer publicações que possam interessar ao ensino ;

2.º Sala para estudos geographicos militares, estrategicos e tacticos, na qual se reúnem cartas, mappas, plantas, descripções, dados estatísticos e memorias, especialmente sobre a America do Sul e particularmente sobre o Brazil ;

3.º Um musco, contendo tudo quanto possa interessar ao ensino ;

4.º Sala de armas, contendo os objectos que forem precisos para o ensino de esgrima de bayoneta, espada e florete ;

5.º Campo de exercicio e linha de tiro ;

6.º Picadeiro ;

7.º Apparelhos necessarios para os exercicios de tiro, de gymnastica e de natção ;

8.º Ferramenta e utensilios precisos para os trabalhos de guerra ;

9.º Armamento e equipamento para os exercicios das tres armas ;

10. Cavallos e muares para os exercicios, além dos precisos para o serviço do estabelecimento ;

11. Peças de arreiamento e penso dos animaes ;

12. Uma bomba e mais apparelhos imprescindiveis para o serviço de extincção de incendios.

Paragraphe unico. Haverá mais :

Para a Escola Militar do Brazil :

1.º Gabinete de physica ;

2.º Laboratorio pyrotechnico ;

3.º Dito de chimica ;

4.º Gabinete de geologia, botanica e mineralogia ;

5.º Dito de photographia, telegraphia, telephonia e aerostação ;

6.º Trem de pontes ;

7.º Instrumentos, apparelhos e mais material necessario para os trabalhos topographicos e geodesicos.

Para as escolas preparatorias :

1.º Um gabinete e laboratorio para o estudo de noções de sciencias physicas e historia natural ;

2.º Apparelhos para conhecer a densidade e a força balistica da polvora ;

- 3.º Um paiol para deposito de polvora e munições de guerra;
- 4.º Chronographos e maisapparelhos para a pratica do tiro.

Para o Collegio Militar:

- 5.º Gabinete e laboratorio para o estudo de noções de sciencias physicas e historia natural;
- 6.º Material para os jogos athleticos;
- 7.º Material para o ensino, de accordo com os preceitos da pedagogia moderna.

CAPITULO XV

PENAS E RECOMPENSAS

Art. 231. As penas correccionaes a impôr aos alumnos, conforme a gravidade das faltas, serão as seguintes:

- 1.ª Reprehensão particular;
- 2.ª Reprehensão motivada em ordem do dia da escola;
- 3.ª Prisão, por um a 25 dias, no quartel dos alumnos, no estado-maior dos corpos ou em fortaleza;
- 4.ª Exclusão.

Paragrapho unico. Estas penas serão impostas pelo commandante da escola.

Art. 232. Os alumnos presos no recinto da escola serão obrigados aos trabalhos escolares.

Art. 233. Os lentes, substitutos, professores, adjuntos, instructores e mestres poderão impôr aos alumnos, por faltas commettidas durante a lição ou exercicio, as seguintes penas:

- 1.ª Reprehensão particular;
- 2.ª Reprehensão na presença dos alumnos;
- 3.ª Retirada da aula ou exercicio, marcando-se-lhe ponto.

Si a falta commettida pelo alumno exigir maior castigo, será levada, por escripto, ao conhecimento do commandante da escola, que providenciará como no caso couber.

Art. 234. O alumno, que faltara a qualquer aula ou exercicio, incorrerá, além do ponto, nas penas disciplinares deste regulamento, conforme o motivo da falta.

Art. 235. Si a uma aula ou exercicio faltarem, sem motivo justificado, todos os alumnos ou a maior parte delles, a cada um se marcarão cinco pontos, além de outras penas em que possam incorrer.

Art. 236. O commandante da escola é revestido da jurisdicção necessaria para impôr, correccional ou administrativa-mente, as penas de reprehensão simples ou em ordem do dia da escola e suspensão ou prisão de um a 25 dias, aos empregados sobre os quaes não houver disposição especial a esse respeito no presente regulamento.

Art. 237. Toda a damnificação de qualquer parte dos edificios das escolas ou dos instrumentos, machinas, moveis, e, em

geral, dos objectos da Fazenda Nacional, será reparada á custa de quem a tiver causado, sendo, além disso, o autor passível de alguma das penas comminadas no presente regulamento, conforme a gravidade das circumstancias.

Art. 238. Todos os empregados serão responsaveis pelas faltas que commetterem no exercicio de suas funcções, bem como pelas que deixarem que seus subordinados commettam em prejuizo do serviço e da Fazenda Nacional.

Art. 239. Todo empregado do magisterio que faltar ao cumprimento de seus deveres escolares, será advertido em particular pelo commandante da escola; si commetter segunda falta, será advertido perante o conselho de instrucção; si commetter terceira, será reprehendido em ordem do dia da escola; si, finalmente, commetter outra, será o facto levado ao conhecimento do Governo, que poderá suspender ou demittir o delinquente, ou applicar-lhe qualquer outra pena.

Art. 240. O comparecimento dos empregados do ensino para o serviço das aulas ou exercicios 15 minutos depois da hora marcada na tabella da distribuição do tempo escolar, será contado como falta, e, do mesmo modo, o não comparecimento ás sessões do conselho de instrucção e a qualquer dos actos a que são sujeitos pelo presente regulamento.

Art. 241. As faltas commettidas em cada mez só poderão ser justificadas perante o commandante da escola. Quanto ao desconto pelas faltas commettidas, proceder-se-ha de accordo com oCodigo das disposições communs ás instituições de ensino superior.

Art. 242. O anno de frequencia do alumno, com approvação em todas as cadeiras e aulas e nos exercicios praticos, será contado como tempo de serviço effectivo para todos os effeitos, menos para baixa ou demissão; será inteiramente perdido, si o alumno for reprovado em mais de metade das materias, em que estiver matriculado.

Art. 243. O Governo, sobre proposta do conselho de instrucção, poderá estabelecer premios, que serão distribuidos, no fim de cada anno lectivo, aos alumnos que mais se distinguirem nas diversas cadeiras ou aulas e exercicios praticos.

Art. 244. O impedimento, embora justificado, por mais de seis mezes em um biennio, de qualquer empregado que não for militar, dara á autoridade competente o direito de exonerar-o.

Art. 245. O pessoal docente só perceberá vencimentos quando em effectivo exercicio de suas funcções ou em casos de impedimento por serviço publico, obrigado por lei, e duas faltas por mez, a juizo do commandante da escola.

Art. 246. As licenças com ordenado por inteiro, fóra do tempo das férias, só poderão ser concedidas por motivo de molestia; quaesquer outras nunca o serão com mais de metade do ordenado, nem por tempo excedente a tres mezes em cada anno.

Paragrapho unico. Com permissão do Governo, poderão os docentes gosar as férias fóra da séde da escola, sem perda de vencimentos.

Art. 247. A qualquer empregado do ensino, que tomar parte nos exercicios praticos, abonar-se-ha uma diaria de 5\$, quando esses exercicios se fizerem em local distante da escola mais de 12 kilometros.

O dobro dessa diaria será abonado ao commandante da escola.

Essas diarias serão consideradas ajudas de custo.

Art. 248. Qualquer membro do magisterio que escrever tratados, compendios e memorias sobre as doutrinas ensinadas na escola, terá direito á impressão de seu trabalho por conta dos cofres publicos, si, pelo conselho de instrucção, fôr a obra considerada de utilidade ao ensino, e mais a uma gratificação pecuniaria proporcional á importancia do escripto, marcada pelo conselho de instrucção e dependente de approvação do Governo.

Art. 249. O lente, substituto, professor e adjunto que, completando cinco annos, for reconduzido, perceberá um augmento de 5 % do respectivo ordenado e gratificação.

CAPITULO XVI

CONTINGENTES

Art. 250. Poderá aquartelar um batalhão de linha em cada uma das escolas para o serviço do estabelecimento, especialmente da linha de tiro.

Paragrapho unico. Essa força ficará subordinada ao commandante da escola.

CAPITULO XVII

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 251. Promulgado este regulamento, o Governo, consultando o interesse publico, aproveitará o pessoal docente e administrativo segundo suas aptidões e direitos adquiridos, podendo na mesma occasião preencher as vagas que porventura restarem com pessoal de reconhecida competencia intellectual e moral, independentemente de qualquer formalidade.

§ 1.º Os lentes, substitutos e professores, quer civis quer militares, com direito á vitaliciedade, que excederem ás novas necessidades do ensino militar, serão aproveitados, os militares em commissões militares e os civis em outras funções publicas, ou postos em disponibilidade, percebendo, neste caso, seus ordenados, até que sejam contemplados nas vagas que se derem no magisterio.

§ 2.º Os lentes, substitutos e professores que não forem vitalicios serão dispensados.

§ 3.º Os actuaes membros do magisterio que tiverem novo decreto de nomeação ficarão isentos do pagamento do respectivo sello.

Art. 252. Os docentes, ora ausentes de suas cadeiras, que não se apresentarem dentro de seis mezes da data do presente regulamento, para reassumirem o respectivo exercicio, considerar-

se-hão como tendo renunciado seus direitos, salvo os que exercerem cargos de eleição popular, missões diplomaticas ou com-missões scientificas.

Art. 253. Só será permittida a matricula de officiaes nas es-colas preparatorias e de tactica, durante tres annos, contados da data da promulgação deste regulamento.

Paragrapho unico. Os officiaes que pretenderem se matri-cular durante este periodo devem ter licença do Ministro da Guerra e idade menor de 30 annos, ficando dispensados do exame de admissão.

Art. 254. Quanto aos alumnos que cursavam as escolas mili-tares sob o regimen do regulamento de 12 de abril de 1890, serão observadas as seguintes disposições:

a) Os que tiverem o curso preparatorio poderão se matri-cular no 1º anno do curso geral da Escola Militar do Brazil.

b) Os que tiverem o 1º anno do curso de estado-maior ou o 1º anno do curso de engenharia, poderão concluir os seus es-tudos em um unico anno lectivo.

c) Os que tiverem o curso das tres armas com approvações plenas em todas as materias, poderão proseguir em seus estudos.

d) Os que tiverem o 3º ou o 4º anno do curso geral poderão matricular-se na 3ª cadeira do 2º anno do curso geral deste regulamento e no 3º anno do mesmo curso, sendo-lhes minis-trado, pelo lente da 2ª cadeira deste anno, o ensino da balística no meio resistente.

e) Os que tiverem o 1º ou o 2º anno do curso geral poderão matricular-se na 2ª cadeira do 1º anno do curso geral deste regulamento e no 2º anno do mesmo curso.

Art. 255. Os alumnos do Collegio Militar, com approvação no 2º anno do curso secundario, poderão proseguir em seus estudos pelo regulamento de 20 de agosto de 1894.

Art. 256. Enquanto não houver officiaes que satisfaçam as condições exigidas no presente regulamento, quanto aos cursos ora creados, para occuparem cargos do ensino theorico ou pratico e da administração, o Governo lançará mão daquelles que, tendo um ou mais dos cursos conferidos pelos regulamentos ante-riores, estiverem habilitados a desempenhar esses cargos.

Art. 257. Para as prelecções a que se refere o n. 8º do art. 127 do presente regulamento serão aproveitados os pro-fessores, que ficarem em disponibilidade, das extinctas aulas de hygiene militar e hippologia do regulamento de 1890.

Art. 258. Ficam supprimidas as escolas Superior de Guerra, Preparatoria do Ceará, de Sargentos da Capital Federal e o curso geral da Escola Militar de Porto Alegre, voltando o curso daquella primeira escola, convenientemente alterado, a ser pro-fessado na Escola Militar do Brazil.

Art. 259. A Escola Militar do Brazil funcionará no estabe-lecimento da Praia Vermelha, enquanto o Governo não resolver mudal-a para outra localidade.

Art. 260. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de abril de 1898.— *João Thomaz Cantuaria.*

**A — TABELLA dos vencimentos a que se refere o art. 120
do presente regulamento**

EMPREGOS	VENCIMENTO ANNUAL		TOTAL	OBSERVAÇÕES
	Ordenado	Exercício		

Pessoal da administração

Commandante		2:400\$000	2:400\$000	Exercício de commando de divisão para as escolas Militar do Brazil e Preparatorias e de Tactica, e comissão activa de engenheiros, como chefe, para o Collegio Militar da Capital.
Ajudante do pessoal.				Commissão activa de engenheiros, como chefe.
Ajudante do material.				Idem.
Secretario				Idem.
Sub-secretario				Commissão activa de engenheiros.
Official de ordens				Idem.
Escriptuario	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	Si for militar, commisso de estado-maior de 1ª classe.
Amanuense	1:440\$000	720\$000	2:160\$000	
Auxiliar de escripta.	800\$000	400\$000	1:200\$000	
Bibliothecario	2:600\$000	1:000\$000	3:000\$000	Si for militar, commisso de estado-maior de 1ª classe.
Quartel-mestre.				Commissão activa de engenheiros.
Agente do rancho.				Idem.
Medico				Vencimento que lhe competir pelo regulamento sanitario do Exercito.
Pharmaceutico.				Idem.
Ajudante da pharmacacia				Idem.
Agente da enfermaria				Commissão de estado-maior de 2ª classe.
Commandante de companhia.				Commissão activa de engenheiros.
Subalterno				Commissão de residencia.
Porteiro	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	

Pessoal do magisterio

Lente.	O que competir aos lentes das escolas superiores da Republica.
Substituto ou professor	O que competir aos substitutos e professores das escolas superiores da Republica.
Adjunto	2:400\$000	1:200\$000	3:000\$000	
Coadjuvante do ensino.	Commissão activa de engenheiros.
Instructor	Idem.
Mestre.	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	Si for militar, commissão de estado-maior de 1ª classe.
Preparador-conservador, ou conservador	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	

Pessoal auxiliar

Inspector de alumnos.	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	
Contínuo.	960\$000	960\$000	
Coupeiro.	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	
Enfermeiro	Vencimento que lhe competir pelo regulamento sanitario do Exercito.
Foitor.	Uma diaria que não exceda de 4\$000.
Fiel	Idem.
Guarda	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	
Servente	Uma diaria que não exceda de 3\$000.

O pessoal docente militar, além dos vencimentos consignados na presente tabela, perceberá mais soldo, etapa e criado e o administrativo vencimentos militares, inclusive criado.

Capital Federal, 18 de abril de 1898.— *João Thomaz Cantuaria.*

13 — Collegio Militar — Tabella da distribuição das peças de fardamento e enxoval dos alumnos.

ÉPOCA DE DISTRIBUIÇÃO	TEMPO DE DURAÇÃO																																		
	Tres mezes	Quatro mezes	Seis mezes								Um anno												Indeterminado												
	Colthurnos (par).	Botinas (par).	Camisas com collarinhos.	Ceroulas de cretone.	Escova para dentes.	Gravatas de seda preta.	Lençãos brancos.	Pares de meias.	Blusas de brim pardo.	Calças de brim branco.	Calças de brim pardo.	Calças de panno garance.	Calção para banho.	Camisas de moirim para dormir.	Chinelas de couro (par).	Dolman de panno marrom com patilhas	Frontais lisos.	Cintos de brim pardo com cinta garance.	Guardanapos.	Kepi com emblema.	Lençãos de cretone.	Pente fino.	Pente de alisar.	Sapatos de corda.	Tesoura para unhas.	Toalhas felpudas para banho.	Toalhas felpudas para rosto.	Almofada.	Coleiras brancas.	Calças de chita.	Cinto para gymnastica.	Colchao.	Cobertor de lã encarnada.	Capote de panno.	
Na occasião da matricula e durante o anno.....	1	1	6	6	1	2	6	6	3	2	3	1	1	3	1	1	4	2	3	1	4	1	1	1	1	2	4	1	2	1	2	1	1	1	1
OBSERVAÇÕES																																			

OBSERVAÇÕES

As peças sem tempo determinado só serão substituidas quando forem julgadas inserviveis.

As peças de enxoval que, na época da distribuição, estiverem em condições de servir, só mais tarde serão substituidas, a juizo do commandante do Collegio.

Capital Federal, 18 de abril de 1898. — *Joo Thomaz Cantuaria.*

C—Collegio Militar—Relação das peças de enxoval que são fornecidas aos alumnos gratuitos, de accordo com a tabella de distribuição.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Blusas de brim pardo	3
Batinas, pares.	3
Calças de brim branco	2
Calças de brim pardo	3
Calça de panno garanco	1
Capote de panno	1
Cobertor de la encarnada	1
Cothurnos, pares.	4
Dolman marrom com platinas.	1
Gorros de brim pardo	2
Gravatas de seda	4
Kepi com emblema	1

Capital Federal, 18 de abril de 1898. — *José Thomas Cantuaria.*

Escolas Preparatorias e de Tactica e Militar do Brazil

D — Tabella do fardamento que deve ser distribuido aos alumnos e primeiros sargentos

ÉPOCAS DE DISTRIBUIÇÃO

PEÇAS DE FARDAMENTO

DURAÇÃO	Gra-tuito	Vencido													
			Blusas de brim pardo	Bolinas de couro liso (pares)	Calças de brim branco	Calças de brim pardo	Calças de flanela azul ferrete	Calças de panno garrance com listras azul turqueza	Capas de brim branco para kepis	Capotes de panno azul finos	Dolmans de panno azul turqueza	Kepis com capa garrance e cinta azul turqueza.	Kepis com capa azul ferrete e cinta garrance.	Mantas de lã encarnadas	Tunicas de flanela azul ferrete
	Na occasião da matricula.....		2	1	1	1	1	1	1	1
	Após o primeiro exame parcial.....		1	1	1	1	1
	A 31 de março de cada anno.....		1
	A 30 de junho de cada anno.....		1	1	1	1	1
	A 30 de setembro de cada anno....		1
	A 31 de dezembro de cada anno....		1	1	1	1	1	1	1	1
	No fim de cada dous annos, a contar do primeiro recebimento.....		1	1	1	1	1

Observações

1.ª Não tem os alumnos direito, desde que forem desligados, ás peças que, porventura, não hajam recebido, e nem destas se lhes passará titulo de divida.

2.ª A'quelles que, por qualquer circumstancia, forem desligados, se fornecerá pelo corpo no qual forem incluídos, o fardamento de que precisarem para se uniformisarem, não se lhes fazendo carga do fardamento recebido na escola.

3.ª Os musicos, clarins, cornetas e as mais praças que fizerem parte do pessoal effectivo das escolas, vencerão fardamento pela tabella geral do Exercito, como sendo da arma de infantaria e terão na gola do dolman, tunica e kepi, as letras E. M. os da Escola Militar do Brazil, E. P. os das Escolas Preparatorias e de Tactica

4.ª Os 1.ºs sargentos das companhias receberão uma divisa com a duração da tunica.

Capital Federal, 18 de abril de 1898.— João Thomas Cantuaria.

Sr. Presidente da Republica — Submetto ao vosso exame o incluso projecto de decreto regulando a execução do art. 9º, n. 4, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1896.

Dentre suas disposições, cumpre destacar, para as justificar, asque manteve autonomas as Caixas Economicas dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, S. Paulo e Rio Grande do Sul; e a que reduz a 1/2 % a somma destinada á administração das Caixas.

São as que constam do art. 1º, paragrapho unico, e final do art. 7º.

Não convem, desde já, annexar ás Delegacias fiscaes as Caixas dos referidos Estados, pelo grande movimento do serviço, quer nas Delegacias, quer nas Caixas.

Além disto, a despeza resultante da conservação é insignificante, muito compensada pela vantagem de não complicar neste momento os trabalhos dessas repartições.

Accresce ainda a circumstancia do aproveitamento de empregados extintos, diminuindo a despeza de tal forma que autorisa a disposição do final do art. 7º, reduzindo de 1 a 1/2 %, a somma destinada á manutenção das caixas.

Saude e fraternidade. — *Bernardino de Campos.*

DECRETO N. 2382 — DE 19 DE ABRIL DE 1898

Annexa As Delegacias fiscaes as Caixas Economicas em alguns Estados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento dos arts. 6º e 9º, n. 4, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, decreta:

Art. 1.º As Caixas Economicas existentes nos Estados passam para as Delegacias fiscaes e funcionarão administradas pelos respectivos delegados, aos quaes ficam competindo as attribuições que o regulamento n. 9738, de 2 de abril de 1887, confere aos conselhos fiscaes e gerentes. Os seus serviços serão desempenhados por uma secção especial composta do thesoureiro da Delegacia e de dous escripturarios designados pelo Ministro da Fazenda, de entre os empregados de repartições extintas que não tiverem sido aproveitados.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição as Caixas Economicas dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, S. Paulo e Rio Grande do Sul, as quaes, como a da Capital Federal, continuam sob o regimen até agora vigente, segundo o respectivo regulamento.

Art. 2.º Logo que estejam devidamente installadas as Delegacias, receberão do conselho fiscal e gerentes das Caixas Economicas os saldos existentes, os livros e moveis pertencentes ás mesmas.

Art. 3.º Os saldos dos depositos feitos nas Caixas Economicas autonomas serão recolhidos ás Delegacias fiscaes.

Art. 4.º As Caixas Economicas poderão receber do mesmo depositante, abonando-lhe os competentes juros, até a quantia de 10:000\$000.

Art. 5.º Os vencimentos dos empregados das Caixas Economicas annexas ás Delegacias serão os constantes das tabellas juntas. Os das Caixas autonomas continuarão a ser os já determinados.

Art. 6.º A despesa que consistir em vencimentos dos empregados e na compra de moveis e objectos para o expediente, correrá por conta da importancia resultante da differença entre os juros abonados pelo Governo aos depositos daquela origem e os que as Caixas satisfazem aos depositantes (decreto n. 9738, de 2 de abril de 1887, art. 11).

Os delegados remetterão á Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, em outubro de cada anno, o orçamento da despesa a fazer-se com a Caixa Economica no exercicio seguinte, afim de que se lhes conceda o necessario credito.

Art. 7.º A liquidação das despesas das Caixas Economicas será regulada pelas instrucções n. 37, de 4 de abril de 1887, arts. 3.º a 5.º.

Fica revogado o decreto n. 661, de 15 de agosto de 1890, e restabelecido, quanto ás Caixas Economicas nos Estados, o disposto no art. 11 do decreto n. 9738, de 2 de abril de 1887.

Art. 8.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de abril de 1898, 10.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Tabella das gratificações dos empregados das Caixas Economicas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Matto Grosso e Santa Catharina, annexas ás Delegacias fiscaes.

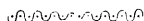
NUMEROS		GRATIFICAÇÃO
1	Delegado	1:200\$000
2	Escripturarios a 720\$000.....	1:440\$000
1	Thesoureiro	1:200\$000
		3:840\$000

Capital Federal, 19 de abril de 1898. — *Bernardino de Campos.*

Tabella das gratificações dos empregados das Caixas Economicas nos Estados do Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Goyaz, e nas Delegações Especias.

NUMEROS		GRATIFICAÇÃO
1	Delegado.....	1:000\$000
2	Escripturarios a 600\$000.....	1:200\$000
1	Thesoureiro	1:000\$000
		3:200\$000

Capital Federal, 19 de abril de 1898.—*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2383—DE 25 DE ABRIL DE 1898

Declara caducos o privilegio, garantia de juros e mais favores, concedidos para a construção da Estrada de Ferro do Ribeirão ao Bonito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a Empresa da Estrada de Ferro do Ribeirão ao Bonito deixou de concluir a respectiva estrada de ferro no prazo prorogado pelo decreto legislativo n. 212, de 23 de outubro de 1894, incorrendo assim na pena de caducidade imposta pela clausula 3.^a das que baixaram com o decreto de concessão n. 471, de 7 de junho de 1890;

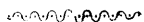
Decreta:

Artigo unico. Ficam declarados caducos, de accordo com as clausulas 32.^a e 37.^a das que baixaram com o decreto n. 471, de 7 de junho de 1890, o privilegio, garantia de juros e mais favores concedidos pelo referido decreto, para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro do Ribeirão ao Bonito, no Estado de Pernambuco.

Capital Federal, 25 de abril de 1898, 10.^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2884 — DE 25 DE ABRIL DE 1898

Concede autorização á *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil* para funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil* para funcionar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas e ficando a mesma companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 25 de abril de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2884 desta data**

I

A *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil* é obrigada a ter um representante na Republica com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo da União ou dos Estados, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus Tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorisação para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

IV

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$000).

Capital Federal, 25 de abril de 1898. — *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda*.

Eu abaixo assignado, J. J. Fernandes da Cunha Filho, traductor publico das linguas allemã, franceza, ingleza e hespanhola, escriptorio á rua Primeiro de Março n. 41, primeiro andar.

Certifico pela presente em como me foi apresentado um documento escripto na lingua franceza, afim de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio, e litteralmente vertido diz o seguinte:

TRADUÇÃO

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA DOS ACCIONISTAS DA
«COMPAGNIE AUXILIAIRE DES CHEMINS DE FER AU BRÉSIL» (SOCIÉDADE ANONYMA).

Em papel que trazia o sello do valor de um franco e trinta contesimos, do formato Zegel, para a dimensão do papel, e outro emblematico, estampado a secco, ambos do Reino da Belgica.

Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil (sociedade anonyma). (Companhia Auxiliar de Estradas de Ferro no Brazil) Sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas.

Acta da assembléa geral extraordinaria dos accionistas, lavrada immediatamente depois da constituição da sociedade, por (perante) Mestre Victor van der Stegen de Putte, tabellião de Bruxellas, hoje, tres de março de mil oitocentos e noventa e oito (3 de março de 1898), na sêde da sociedade geral para favorecer a industria nacional estabelecida em Bruxellas, á rua Montagne du Parc (n. 3) numero tres.

Abriu-se a sessão sob a presidencia do Sr. Ferdinand Baeyens, governador da sociedade geral para favorecer a industria nacional em Bruxellas, proprietario, domiciliado nesta cidade.

Estão presentes ou se acham representados todos os accionistas da sociedade, a saber:

I. A Companhia Geral de Caminhos de Ferro Auxiliares (Secundarios), sociedade anonyma, tendo a sua sêde em Bruxellas, boulevard Bischoffsheim (n. 25) numero vinte e seis, representado pelo Sr. Armand Focquet, lero aqui depois qualificado, um dos seus administradores, em virtude dos poderes

que lhe foram confiados pelo conselho de administração desta sociedade, aos vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa e oito (25 de fevereiro de 1898).

2. A Sociedade Geral para favorecer a industria nacional, estabelecida em Bruxellas, aqui representada pelo Sr. Ferdinand Baeyens, logo após em seguida qualificado, acompanhado do do Sr. Edouard de Brabander, secretario da Sociedade, domiciliado em Bruxellas, em virtude de uma procuração do conselho da direcção dessa sociedade com data de (25) vinte e cinco de fevereiro ultimo.

3. O Banco Parizense, Sociedade Anonyma estabelecida em Pariz, à rua Chauchat (ns. 5 e 7) numeros cinco e sete, aqui representado pelo Sr. Frédéric de Frondeville, um dos seus administradores, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração dessa sociedade aos (26) vinte e seis de fevereiro do anno presente.

4. O Banco Francez do Brazil, sociedade anonyma estabelecida em Pariz, à rua Lafitte (n. 9) numero nove, aqui representado pelo Sr. Frédéric de Frondeville, abaixo qualificado, um dos seus administradores, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração dessa sociedade aos (17) dezesete de fevereiro do presente anno.

5. A Mutualidade Financeira, sociedade anonyma, estabelecida em Pariz, à rua Chauchat (ns. 5 e 7) numeros cinco e sete, aqui representada pelo Sr. Frédéric de Frondeville, abaixo qualificado, um dos seus administradores, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração dessa sociedade, aos (17) dezesete do presente anno.

6. O Sr. Ferdinand Baeyens, governador da Sociedade Geral para favorecer a industria nacional, domiciliado em Bruxellas à Avenida Louise (n. 139) numero cento e trinta e nove, em seu proprio nome.

7. O Sr. Frédéric de Frondeville, proprietario, domiciliado em Pariz, à rua Daru (n. 13) numero treze, em seu proprio nome.

8. A casa bancaria «F. M. Philippson», em Bruxellas, rua de l'Industrie (n. 44) numero quarenta e quatro, representada pelo seu titular o Sr. Frany Philippson, banqueiro, domiciliado em Bruxellas.

9. A Sociedade Geral para favorecer o desenvolvimento do commercio e da industria em França, sociedade anonyma que tem a sua sede social em Pariz (ns. 54 e 56) numeros cincoenta e quatro e cincoenta e seis, à rua de Provence, aqui representada pelo Sr. Franz Philippson, pre-qualificado, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos por esta sociedade, a (1) um de março do corrente mez por dois actos.

10. A Companhia Belga dos Caminhos de Ferro reunidos, sociedade anonyma estabelecida em Bruxellas (n. 33) numero trinta e tres, à rua du Congrès, aqui representada pelo Sr. François Empain, em seguida qualificado, um dos seus administradores, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pelo

conselho de administração desta sociedade aos (25) vinte e cinco de fevereiro do presente anno.

11. A Companhia geral de trilhos de bitola estreita (*Compagnie Générale de Railways à voie étroite*), sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas á rua de l'Enseignement (n. 91) numero noventa e um, aqui representada pelo Sr. François Empain, aqui em seguida qualificado, um dos seus administradores, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade aos (25) vinte e cinco de fevereiro do presente anno.

12. O Sr. Edouard Empain, banqueiro, domiciliado em Bruxellas, á rua du Congrès (n. 33) numero trinta e tres, aqui representado pelo Sr. François Empain, em seguida qualificado, em virtude de uma procuração datada do (1º) primeiro de março do presente anno.

13. O Sr. François Empain, doutor em direito, domiciliado em Bruxellas, á rua du Congrès (n. 33) numero trinta e tres, em seu proprio nome.

14. L'Union des Tramways, sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas, á rua des Minimes (n. 27) numero vinte e sete, aqui representada pelos Srs. Paul Mayer, banqueiro, domiciliado em Bruxellas e Charles Vidrequin, general pensionista do Estado (com pensão), sem profissão, domiciliado em Saint Josse ten-Node, ambos administradores da referida sociedade, conforme procuração desta sociedade datada de (1º) primeiro de março do presente anno.

15. A casa bancaria Cassel et Compagnie, de Bruxellas, á rua du Marais (n. 56 A), cincoenta e seis A, sociedade em simples commandita, aqui representada pelo Sr. Léon Cassel, banqueiro, domiciliado em Bruxellas, á rua de la Loi (n. 31) vinte e um, sendo elle um dos socios commanditarios que usa da firma social.

16. O Sr. João Teixeira Soares, engenheiro, domiciliado no Rio de Janeiro (Brazil) á rua da Quitanda (n. 7º) setenta e oito, aqui representado pelo Sr. Frédéric Nonnenberg, abaixo qualificado, que responde por elle.

17. A casa bancaria Sulzbach frères (Gefröder Sulzbach) de Franckfort sobre o Meno, aqui representada pelo Sr. Alphonse Spée, em seguida qualificado, em virtude de uma procuração datada de vinte e oito de fevereiro de mil oitocentos e noventa e oito (28 de fevereiro de 1898).

18. O Sr. Hector Legren, banqueiro, domiciliado em Pariz, rua Louis le Grand (n. 11) numero onze, aqui representado pelo Sr. Franz Philippson, pre-qualificado, em virtude de uma procuração datada de (1º) primeiro de março do presente anno.

19. A casa bancaria E. Nathan & Compagnie, de Antuerpia, rua d'Arenberg (n. 16) dezesseis, aqui representada pelo Sr. Emile Nathan, banqueiro, domiciliado em Antuerpia, á rua d'Arenberg (n. 16) numero dezesseis, seu titular.

20. O Sr. Mauricio Sulzbach, banqueiro, domiciliado em Pariz, á rua Saint-Georges (n. 3) numero tres, representado pelo Sr. Alphonse Spée, em seguida qualificado, em virtude de uma

procuração datada de (26) vinte e seis de fevereiro do presente anno.

21. O Sr. Josse Allard, banqueiro, domiciliado em Bruxellas, à rua de la Chancellerie (n. 24) numero vinte e quatro, representado pelo Sr. Alphonse Spée, em seguida qualificado, em virtude de uma procuração datada de (26) vinte e seis de fevereiro de mil oitocentos e noventa e oito (26 de fevereiro de 1898).

22. O Sr. Adolphe Oppenheim, banqueiro, domiciliado em Pariz, à rua Tailbout (n. 11) numero onze, representado pelo Sr. Franz Philippson, pre-qualificado, em virtude de uma procuração datada de (1º) primeiro de março do corrente mez.

23. A casa bancaria Paul Mayer & Compagnie, sociedade em simples commandita, que tem a sua sede em Bruxellas, aqui representada pelo Sr. Paul Mayer, banqueiro, domiciliado em Bruxellas, à rua de l'Association (n. 18) numero dezoito, um dos socios commanditarios que pôde usar da firma social.

24. O Sr. Arnould Focquet, engenheiro, domiciliado em Ixelles, à rua du Trône (n. 190) numero cento e noventa, em seu proprio nome.

25. O Sr. Alphonse Spée, engenheiro, domiciliado em Ixelles, à rua du Trône (n. 182) numero cento e oitenta e dous, em seu nome proprio.

26. O Sr. Frédéric Nonnenberg, engenheiro, domiciliado em Saint-Josseton Noode, à rua Potagère (n. 87) numero oitenta e sete, em seu nome proprio.

27. O Sr. Pierre Liénart, engenheiro, domiciliado em Ixelles.

As procurações supramencionadas ficaram annexadas ao contracto constitutivo da sociedade, lavrado pelo tabellião abaixo assignado na data de hoje.

Deliberando de conformidade com os artigos treze e quarenta e oito (arts. 13 e 48) dos estatutos, a assemblea fixa para a primeira vez em nove o numero dos administradores e por unanimidade dos votos nomeia para essas funcções :

1. O Sr. Jean Cousin, engenheiro, domiciliado em Saint-Gilles les-Bruxelles.

2. O Sr. Edouard Empain, banqueiro, domiciliado em Bruxellas.

3. O Sr. Arnould Focquet, engenheiro, domiciliado em Ixelles.

4. O Sr. Frédéric de Frondeville, proprietario, domiciliado em Pariz.

5. O Sr. Charles Janssen, advogado, domiciliado em Bruxellas.

6. O Sr. Franz Philippson, banqueiro, domiciliado em Bruxellas.

7. O Sr. João Teixeira Soares, engenheiro, domiciliado no Rio de Janeiro.

8. O Sr. Alphonse Spée, engenheiro, domiciliado em Ixelles.

9. O Sr. Louis Dorizon, banqueiro, domiciliado em Pariz.

Continúa a sessão.

D) que tudo o referido tabellião Van der Stegen de Putte, lavrou a presente acta, com a mesma data e no mesmo lugar como ficam acima declarados.

Em presença dos Srs. Jean Coosmans e Florimond Meunier, ambos ultimamente em Bruxellas, testemunhas obrigatorias.

Feita a leitura, os membros da assembléa assignaram com as testemunhas e o tabellião.—(Assignados) *F. Baeyens*.—*A. Focquet*.—*E. de Brabander*.—*P. de Frondeville*.—*F. M. Philippon*.—*F. Empain*.—*Paul Meyer*.—*Ch. Vidrequin*.—*Capel & Comp.*.—*F. Nannenbergh*.—*E. Nathan & Comp.*.—*Alf. Spée*.—*P. Liénart*.—*F. Coosmans*.—*P. Meunier*.—*V. van der Stegen de Putte*.

2.40—Registrado em Bruxellas-sul, aos quatro de março de mil oitocentos e noventa e oito (4 de março de 1898), volume novecentos e trinta e sete (vol. 937) folhas vinte e oito verso tres (fls. 28, v.3), tres paginas e duas chamadas. Recbidos: dous francos e quarenta centesimos (fr. 2.40).

O recebedor interino.—(Assignado) *Hollignon*.

Por copia conforme.—(Assignado) *V. van der Stegen de Putte*.

Achava-se apposto infra o sello do tabellião de Bruxellas, o Sr. Victor van der Stegen de Putte.

N. 6.163—0.25—Visto por nós, presidente do Tribunal de Primeira Instancia com sêde em Bruxellas, para a legalização da assignatura do Sr. V. van der Stegen de Putte, tabellião em Bruxellas.

Bruxellas, sete de março de mil oitocentos e noventa e oito (7 de março de 1898).—(Assignado) *G. van Moorsel*.

Achava-se ao lado apposto o sello do Tribunal de Primeira Instancia em Bruxellas.

Visto no Ministerio da Justiça para a legalização da assignatura do Sr. van Moorsel, qualificado acima.

Bruxellas, sete de março de mil oitocentos e noventa e oito (7 de março de 1898).—(Assignado) O director delegado, *F. François*.

Achava-se affixado ao lado o sello do Ministerio da Justiça do Reino da Belgica, em Bruxellas.

Visto para legalização da assignatura do Sr. François, apposta acima.

Bruxellas, sete de março de mil oitocentos e noventa e oito (7 de março de 1898).—Pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—(Assignado) O director-geral, *Alfred van der Bulcke*.

Estavam appostos dous sellos do Ministerio de Estrangeiros do Reino da Belgica, trazendo um delles escripta no centro a palavra—*Gratis*.

Visto para a legalização da assignatura do Sr. Alfred van der Bulcke, apposta do outro lado.

Bruxellas, 7 de março de 1898.—Pelo vice-consul, o agente commercial, *Lechien*.

Achavam-se colladas duas estampilhas do valor colectivo de 3\$, devida e competentemente inutilizadas pelo carimbo do Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Bruxellas, apposto sobre as mesmas.

Vinha escripto duplamente sobre as mesmas, ambos os dizeres

de igual teor, datas e assignaturas, o seguinte : Aumale, 7 de março de 1898.—*Lechien*.

As folhas do original vinham atadas por fita azul e amarella, presas por laço vermelho sobre o qual vinha impresso o sello do referido Consulado brasileiro.

Reconheço verdadeira a assignatura retro do Sr. Lechien, agente commercial do Brazil em Bruxellas.

Sobre quatro estampilhas do valor colectivo de 550 réis, devidamente inutilizadas, estava datado.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1898.—Pelo director geral, *L. P. da Silva Rosa*.

Achava-se o sello da Secretaria das Relações Exteriores do Brazil.

Sobre tres estampilhas valendo juntas 1\$900, vinha-as inutilizando devidamente o carimbo da Recebedoria da Capital Federal, datado de 30 de março e do mesmo anno como acima.

Nada mais continha o documento supra, que do proprio original em francez verti litteral e o mais fielmente possivel. Em fé do que passei a presente que assigno, appondo-lhe o sello do meu officio, nesta cidade, aos 31 de março de 1898.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1898.—*Joaquim Ferreira Fernandes da Cunha Filho*, traductor publico.

Reconheço a firma supra.—Rio, 2 de abril de 1898.—Em testemunho da verdade, *Dario Teixeira da Cunha*.

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial nomeado pela Junta Commercial desta praça á rua de S. Pedro n. 14, sobrado, certifico pelo presente em como me foi apresentado os estatutos da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*, escriptos em lingua franceza, afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e, litteralmente vertido, dizem o seguinte:

Tradução—Aos 3 de março de 1898, perante mestre Victor van der Stegen de Putte, tabellião, residente em Bruxellas, na presença das testemunhas abaixo mencionadas compareceram:

1º, a *Compagnie Générale des Chemins de fer secondaires*, sociedade anonyma, tendo a sua séde em Bruxellas, Boulevard Rischoffsheim n. 26, representada pelo Sr. Arnould Foquet, abaixo qualificada, um dos seus administradores, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade, em 25 de fevereiro de 1898;

2º, a *Société Générale pour favoriser l'industrie nationale*, estabelecida em Bruxelas, aqui representada pelo Sr. Ferdinand Baoyens, abaixo qualificado, seu director, acompanhado do Sr. Edouard de Brabander, secretario da sociedade, morador em Bruxellas, em virtude de uma procuração do conselho da directoria desta sociedade, em data de 25 de fevereiro de 1898;

3º, o *Banque Parisienne*, sociedade anonyma estabelecida em Pariz, rua Chauchat ns. 5 e 7, aqui representada pelo Sr. Frédéric de Frondeville, um dos seus administradores, em vista dos

poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade, em 26 de fevereiro do corrente anno ;

4º, a *Banque Française du Brésil*, sociedade anonyma estabelecida em Pariz, rua Laflitte n. 9, aqui representada pelo Sr. Frédéric de Frondeville, abaixo qualificado, um dos seus administradores, em vista dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade, em 17 de fevereiro do corrente anno ;

5º, a *Mutualité française*, sociedade anonyma estabelecida em Pariz, rua Chauchat ns. 5 e 7, aqui representada pelo Sr. Frédéric de Frondeville, acima mencionado, um dos seus administradores, em vista dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade, em 19 de fevereiro do corrente anno ;

6º, o Sr. Ferdinand Baeyens, director da sociedade *Société Générale e pour favoriser l'industrie nationale*, morador em Bruxellas, Avenue Louise n. 139, em nome pessoal ;

7º, o Sr. Frédéric Frondeville, proprietario, morador em Pariz, rua Daru n. 13, em nome pessoal ;

8º, a casa bancaria F. M. Philippson, em Bruxellas, rua de l'Industrie n. 44, representada pelo seu chefe, o Sr. Franz Philippson, banqueiro, morador em Bruxellas ;

9º, a *Société Générale pour favoriser le développement du commerce et de l'industrie en France*, tendo a sua sede social em Pariz, rua de Provence ns. 54 e 56, aqui representada pelo Sr. Franz Philippson, acima qualificado, em vista dos poderes que lhe foram conferidos por esta sociedade em 1º de março do corrente anno por dous instrumentos ;

10, a *Compagnie Belge des Chemins de fer réunis*, sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas, rua du Congrès n. 33, aqui representada pelo Sr. François Empain, abaixo qualificado, um dos seus administradores, em vista dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade, em 25 de fevereiro do anno corrente ;

11, a *Compagnie Générale de railways à voie étroite*, sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas, rua l'Enseignement n. 91, aqui representada pelo Sr. François Empain, abaixo qualificado, um dos seus administradores, em vista dos poderes que lhe foram conferidos pelo conselho de administração desta sociedade, em 25 de fevereiro do anno corrente ;

12, o Sr. Edouard Empain, banqueiro, morador em Bruxellas, rua du Congrès n. 33, aqui representado pelo Sr. François Empain, abaixo qualificado, em vista de uma procuração datada do 1 de março do anno corrente ;

13, o Sr. François Empain, doutor em direito, morador em Bruxellas, rua du Congrès n. 33, em nome pessoal ;

14, *L'Union des Transways*, sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas, rua des Minimes n. 27, aqui representada pelos Srs. Paul Mayer, banqueiro, morador em Bruxellas, rua de l'Association n. 18 e Charles Pidreguin, general reformado, sem profissão, morador em Saint-Josseton Noole, ambos administra-

dores da dita sociedade, segundo procuração desta sociedade, datada de 1 de março do anno corrente;

15, a casa bancaria *Cassel & Compagnie* em Bruxellas, rua du Marais n. 56, sociedade em commandita simples, aqui representada pelo Sr. Léon Cassel, banqueiro, morador em Bruxellas, rua de la Loi n. 21, um dos socios commanditarios, com direito á assignatura social;

16, o Sr. João Teixeira Soares, engenheiro, morador no Rio de Janeiro (Brazil), n. 78, rua da Quitanda, aqui representado pelo Sr. Frédéric Nonnenberg, abaixo qualificado, que responde por si;

17, a casa bancaria *Sulzbach frères* (*Gebrüder Sulzbach*) em Franckfort sobre o Meno, aqui representado pelo Sr. Alphonse Spée, abaixo qualificado, em vista de uma procuração datada de 28 de fevereiro;

18, o Sr. Hector Legru, banqueiro, morador em Pariz, rua Louis le Grand n. 11, aqui representado pelo Sr. Franz Philippson, acima qualificado, em virtude de uma procuração datada de 1 de março do corrente anno;

19, a casa bancaria E. Nathan & Comp., em Antuerpia, rua d'Arenberg n. 16, aqui representada pelo Sr. Emile Nathan, banqueiro, morador em Anvers, rua d'Arenberg n. 16, seu chefe;

20, o Sr. Maurice Sulzbach, banqueiro, morador em Pariz n. 3, rua de S. Jorge, representado pelo Sr. Alphonse Spée, abaixo qualificado, em virtude de uma procuração datada de 26 de fevereiro do corrente anno;

21, o Sr. Josse Albard, banqueiro, morador em Bruxellas, rua de la Chancellerie n. 24, representado pelo Sr. Alphonse Spée, abaixo qualificado, em virtude de uma procuração datada de 26 de fevereiro de 1898;

22, o Sr. Adolphe Oppenheim, banqueiro, morador em Pariz, rua Tailbout n. 11, representado pelo Sr. Franz Philippson, acima qualificado, em virtude de uma procuração datada de 1 de março do corrente anno;

23, a casa bancaria Paul Mayer & Comp., sociedade em commandita simples, tendo a sua séde em Bruxellas, rua Royale n. 168, representada pelo Sr. Paul Mayer, morador em Bruxellas, rua de l'Association n. 18, um dos socios commanditarios com direito á assignatura social;

24, o Sr. Arnould Focquet, engenheiro, morador em Ixelles n. 190, rua do Trône, em nome pessoal;

25, o Sr. Alphonse Spée, engenheiro, morador em Ixelles, rua do Trône n. 192, em nome pessoal;

26, o Sr. Frédéric Nonnenberg, engenheiro, morador em Saint Josseten-Noodes, rua Pat gere n. 85, em nome pessoal;

27, O Sr. Pierre e Liénart, engenheiro, morador em Ixelles, rua des Drapiers n. 12.

As procurações acima mencionadas ficaram annexas aos presentes.

Os quaes convencionaram com Legus, nos estatutos da sociedade anonyma, cujo objecto vae aqui em seguida determinado.

TITULO I

DENOMINAÇÃO, OBJECTO, SÉDE E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º Fica formada pelos presentes estatutos uma sociedade anonyma sob a denominação de *Compagnie Auxiliaire des Chemins de fer au Brésil*.

Art. 2.º A sociedade tem por fim a exploração da rede de caminhos de ferro ditos de Porto Alegre a Uruguayana; prolongamentos e ramaes, no Estado do Rio Grande do Sul (Brazil) pertencentes aos Estados Unidos do Brazil.

Esse direito de exploração foi concedido pelo Governo do Brazil ao Sr. Alphonse Spée, engenheiro em Bruxellas, em 8 de setembro de 1897 e em 14 de novembro de 1897.

O Sr. Spée faz entrada desse direito para a sociedade presentemente constituida, de conformidade com as condições enunciadas no art. 12 dos presentes estatutos. A sociedade fará tudo quanto for necessario para a execução do contracto de concessão; poderá ainda construir e explorar todas as linhas que lhe forem concedidas ou dadas em arrendamento no Estado do Rio Grande do Sul, bem como as installações maritimas, fluviaes e outras, destinadas a effectuar e facilitar os transportes, encarregar-se, por conta de outros concessionarios, da construção ou da exploração de quaesquer linhas, adquirir, explorar concessões de caminhos de ferro, tomar arrendamento a exploração dos mesmos; entrar, para outras sociedades com as suas concessões ou arrendamentos de exploração; ceder total ou parcialmente o seu haver social; tomar interesse em outras sociedades semelhantes; e em uma palavra, fazer tudo quanto se referir á industria dos transportes, mas sómente no Estado do Rio Grande do Sul e nos Estados limitrophes. Poderá fazer quaesquer operações, escripturas e contractos commerciaes, financeiros e industriaes referindo-se directa ou indirectamente ao fim da sociedade e principalmente á construção, compra, venda e locação de material, machinas, utensilios, ferramentas e materiaes quaesquer, concernentes á industria dos transportes.

Art. 3.º A séde da sociedade é estabelecida em Bruxellas ou em um dos seus suburbios.

A sociedade terá uma representação official no Brazil.

Art. 4.º A duração da sociedade é fixada em 30 annos a datar de hoje. A sociedade poderá ser prorogada ou dissolvida antecipadamente por uma assembléa geral que delibere nas condições determinadas pela lei para as modificações dos estatutos.

Póde tomar compromissos por um prazo que exceda do termo social.

TITULO II

CAPITAL

Art. 5.º O capital social é fixado em quatro milhões e quinhentos mil francos, dividido em nove mil acções privilegiadas

de quinhentos francos cada uma, amortisaveis a seiscentos francos.

Ficam ainda creadas doze mil acções de dividendo sem designação de valor.

O numero das acções de dividendo só poderá ser augmentado em conformidade com a segunda alinea do art. 6º seguinte.

Art. 6.º O numero de acções privilegiadas fixado no artigo precedente pôde ser augmentado por decisão da assembléa geral que delibere nas condições previstas pelo art. 5º, 3ª, 4ª e 5ª alíneas da lei sobre sociedades. Sendo caso disso, a assembléa geral poderá crear acções de dividendo, mas somente na proporção de uma acção de dividendo por acção privilegiada nova.

Art. 7.º As nove mil acções privilegiadas são subscriptas como segue :

1. A <i>Compagnie Générale de Chemins de fer Secondaires</i> , duas mil acções.....	2.000
2. A <i>Société Générale pour favoriser l'industrie nationale</i> , estabelecida em Bruxellas, quinhentas acções.....	500
3. A <i>Banque Parisienne</i> , quinhentas acções.....	500
4. A <i>Banque Française du Brésil</i> , quinhentas acções.....	500
5. A <i>Mutualité Française</i> , quatrocentas acções....	400
7. O Sr. Ferdinand Baeyens, cincoenta acções....	50
7. O Sr. Frédéric de Frondeville, cincoenta acções.....	50
8. O Banco F. M. Philippson, setecentas acções...	700
9. A <i>Société Générale pour favoriser le développement du commerce et de l'industrie en France</i> , mil acções.....	1.000
10. A <i>Compagnie Belge des Chemins de fer Réunis</i> seiscentas acções.....	600
11. A <i>Compagnie Générale de Railways, a voie étroite</i> , quatrocentas acções.....	400
12. O Sr. Edouard Empain, cento e cincoenta acções.....	150
13. O Sr. François Empain, cincoenta acções.....	50
14. A <i>Union Tramways</i> , quinhentas acções.....	500
15. A <i>Banque Cassel & Compagnie</i> , duzentas acções.....	200
16. O Sr. João Teixeira Soares, duzentas acções...	200
17. A <i>Banque Sulzbach Frères</i> , duzentas acções...	200
18. O Sr. Victor Legru, duzentas acções.....	200
19. A <i>Banque C. Nathan & Compagnie</i> , duzentas acções.....	200
20. O Sr. Maurice Sulzbach, cem acções.....	100
21. O Sr. Josse Allard, cem acções.....	100
22. O Sr. Adolphe Oppenheim, cem acções.....	100
23. A <i>Banque Paul Mayer & Compagnie</i> , cem acções.....	100
24. O Sr. Arnould Focquet, cincoenta acções.....	50
25. O Sr. Alphonse Spée, cincoenta acções.....	50
26. O Sr. Frédéric Nonnenberg, cincoenta acções...	50
27. O Sr. Pierre Liénart, cincoenta acções.....	50
Total.....	9.000

Sobre cada uma destas acções foi feito, na presença do tabellião e das testemunhas abaixo assignadas, um pagamento em dinheiro de dez por cento, isto é, no total, quatrocentos e cinquenta mil francos.

O saldo deverá ser pago em 5 de março corrente.

Art. 8.º Na falta de pagamento no prazo acima fixado, fica devido o juro à razão de 6 % ao anno.

Este juro corre de pleno direito e sem espera do dia da exigência até o dia do pagamento. O conselho de administração pôde à sua opção, ou proceder contra o accionista para cumprimento dos seus compromissos, ou pronunciar a perda depois de uma simples espera que seja sem resultado durante o prazo de 15 dias. Elle poderá desistir do processo para o pagamento para recorrer á perda.

Toda a acção assim sujeita á perda é vendida com a nota de desempenho do Banco de Bruxellas, por intermedio da administração. O preço proveniente da venda se lançará, feita a deducção das despesas sobre o que for devido, á sociedade pelo accionista em falta. Este continua a dever a differença, si houver deficit, mas terá o excellento caso exista.

Art. 9.º As acções ficam nominativas até a sua completa integralização ; a sua cessão se opera por uma declaração de transferencia, datada e assignada pelo cedente e pelo cessionario ou pelos seus procuradores e inscriptas no registro de transferencias.

A sociedade só intervem para regularizar a transferencia no registro dos accionistas em nome. Ella não responde nem pelas consequencias da transferencia, nem pela individualidade ou capacidade das partes contractantes e de seus procuradores.

As despesas de transferencia dos titulos nominativos em titulos ao portador e reciprocamente são a cargo dos possuidores.

Art. 10. As acções integralizadas poderão ser postas ao portador, a sua cessão opera se pela simples entrega do titulo.

Todo proprietario de acções ao portador pôde depositar os seus titulos na caixa social.

Recebe em troca um recibo nominativo, não transferivel.

O conselho de administração determina as condições e as despesas desse deposito.

Art. 11. Poderão ser creadas obrigações por decisão de uma assemblea geral extraordinaria.

Art. 12. O Sr. Alphonse Spée, engenheiro, entra para a sociedade presentemente creada, que accêita, com a concessão que lhe foi dada pelo Governo brasileiro, segun'lo aviso que lhe foi dado verbalmente em 14 de novembro de 1897, do accêite do seu compromisso de 8 de setembro de 1897.

Elle receberá por preço dessa entrada tres mil acções de dividendo, que elle repartirá entre os seus co-participantes e elle.

As 9.000 acções de dividendo restantes serão entregues aos subscriptores das acções privilegiadas, á razão de uma acção de

dividendo por uma acção privilegiada e isto depois da integralização e no momento da entrega dos titulos definitivo e ao portador, de acções privilegiadas.

TITULO III

ADMINISTRAÇÃO E INSPECÇÃO

Art. 13. A sociedade é administrada por um conselho composto de cinco administradores, pelo menos, e nove no maximo.

Art. 14. O conselho de administração, nos limites dos estatutos e de conformidade com elles, é revestido dos poderes mais amplos para administrar e gerir a sociedade.

Tudo que não for expressamente reservado á assembléa geral pelos estatutos ou pela lei é da competencia do conselho.

Póde, por conseguinte, sem que esta enumeração tenha um caracter limitativo, praticar todos os actos que fazem parte do objecto da sociedade, conceder desembargos, renunciar a quaesquer direitos reaes, fazer compras e vendas de immoveis, compromissos e transacções, consentir e acceitar hypothecas e titulos novos, tudo sem ser obrigado a fazer constar de algum pagamento.

O conselho nomeia e revoga os empregados e os agentes da sociedade e fixa os seus honorarios.

Art. 15. O conselho de administração elege um presidente entre os seus membros; no caso de impedimento o presidente pode ser substituido por um administrador designado pelo conselho.

Art. 16. O conselho de administração reúne-se á convocação do presidente, sempre que o interesse da sociedade o exigir.

Este deve ser convocado quando tres administradores pelo menos o pedirem. As reuniões do conselho teem logar em Bruxellas. Ellas poderão ter logar em uma outra cidade ou no estrangeiro.

Art. 17. O conselho não póde deliberar sem que esteja presente maioria dos seus membros, as resoluções são tomadas pela maioria dos votos do conselho si não for, entretanto, o caso que, em virtude do art. 50 da lei sobre as sociedades, um ou mais administradores se deverão abster de tomar parte na deliberação; neste caso as resoluções são tomadas pela maioria dos outros membros.

Art. 18. As deliberações do conselho serão lavradas em actas assignadas pelo presidente e, pelos membros que tenham tomado parte na deliberação e inscriptas em um registro especial escripturado na sede da sociedade.

Art. 19. As copias ou extractos são assignados pelo presidente e por um dos membros do conselho e, no caso de impedimento do presidente, pelo membro do conselho que o substituir. Poderá ser creada no seio do conselho uma commissão permanente

de administração composta de tres membros. O conselho de administração pôde, sob sua responsabilidade, delegar todos ou parte dos seus poderes á commissão permanente. O conselho pôde confiar a gestão dos negocios diarios a um director escolhido do conselho ou de fóra d'elle.

Art. 20. O conselho de administração pôde delegar temporariamente para os actos e operações no Brazil ou em outros paizes estrangeiros, todos ou parte dos seus poderes a um ou mais dos seus membros ou mesmo a uma ou mais pessoas extranhas á sociedade e constituir um ou mais procuradores para este fim.

Pôde-lhe conceder remunerações especiaes, regulares ou temporarias que serão levadas a despezas geraes. O conselho de administração pôde tambem encarregar um ou mais dos seus membros de missões especiaes e marcar os emolumentos referentes ao cumprimento desses mandatos e levá-los a despezas geraes.

Art. 21. Todas as actas que obrigarem a sociedade, a não serem actas de serviço diario, serão assignadas por um administrador, bem como pelo director.

O conselho de administração pôde delegar uma ou outra destas assignaturas.

Em caso de impedimento do director, esta assignatura é substituída pela de um segundo administrador.

Art. 22. As intimações e notificações judiciaes e extra-judiciaes são feitas e as acções judiciaes são intentadas e proseguidas no nome da sociedade, diligencias do presidente do conselho, daquelle que o substituir ou de um membro do conselho permanente.

Art. 23. As operações da sociedade são inspecionadas por tres commissarios, pelo menos, e cinco no maximo.

Art. 24. Os administradores e os commissarios são nomeados e revogaveis pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 25. Cada anno um administrador e um commissario são submettidos á reeleição. Si o conselho for composto de mais de seis membros, sahirão dous delles annualmente, depois do segundo anno. A ordem de sahida é determinada pela sorte.

No caso de vaga no conselho ella poderá ser preenchida provisoriamente pelo conselho de administração e o collegio dos commissarios reunidos, até a primeira assembléa geral que resolverá sobre a nomeação.

Art. 26. Como caução de sua gestão os membros do conselho de administração são obrigados a depositar cada um 25 acções privilegiadas da sociedade, e os commissarios 10.

Em caso de reembolso (art. 40) das acções privilegiadas e depositadas, estas poderão ser substituídas por acções de gozo.

A caução só pode ser restituída ou considerada livre depois de exoneração dada pela approvação da balança do exereleto durante o qual as funcções de administrador ou de commissario tiverem fim.

Art. 27. Além do *antifimo* dos beneficios mencionado no

art. 40, os administradores, os membros da commissão permanente e os commissarios poderão receber indemnizações fixadas pela assemblea geral.

TITULO IV

ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 28. A assemblea geral regularmente constituida representa a universalidade dos accionistas.

As suas decisões são obrigatorias para todos, mesmo para os ausentes.

Art. 29. A assemblea se compõe de todos os possuidores ou portadores de acções privilegiadas, de acções de dividendo, bem como de acções de goso que substituirão as acções privilegiadas amortisadas.

Art. 30. Para assistir á assemblea os accionistas deverão fazer conhecer, cinco dias antes, á administração o numero e a quantidade dos titulos pelos quaes elles pretendem tomar parte no voto; além disto, os possuidores de titulos ao portador deverão, cinco dias antes, deposital-os na sede social ou em outros estabelecimentos designados pelo conselho. Os procuradores deverão ainda ter uma procuração cuja formula poderá ser determinada pelo conselho de administração.

Art. 31. A começar de 1899, a assemblea se reúne de direito no primeiro dia não feriado depois de 1 de julho de cada anno, ás 10 horas da manhã, na sede da sociedade, salvo si outro local for designado nas convocações.

Nesta reunião procede-se á reeleição ou substituição dos administradores e dos commissarios que sahem.

Nesta reunião se dará communicação do balanço da sociedade e do relatorio sobre as operações do exercicio findo.

Depois do relatorio dos commissarios a assemblea resolve sobre o balanço.

Art. 32. A assemblea geral pôde ser convocada extraordinariamente pelo conselho de administração e pelo conselho dos commissarios.

E' convocada extraordinariamente, a pedido escripto de 10 accionistas que representem o quinto do capital social.

Art. 33. O presidente do conselho de administração, ou na sua falta o administrador delegado pelo conselho, preside a assemblea geral; elle designa o secretario.

Os dous mais fortes accionistas, si acceptarem, são de direito escrutadores. As actas são assignadas pelo presidente, pelo secretario e pelos dous escrutadores. As copias a entregar-se a terceiros são assignadas pelo presidente e um administrador.

Art. 34. Cada accionista tem tantos votos quantas acções elle possuir, privilegiadas, de dividendo e de goso; nenhum poderá tomar parte em votação por um numero de acções que exceda a

quinta parte do numero total dessas acções existentes ou os dous quintos das acções pelas quaes elle toma parte na votação.

Art. 35. A votação tem logar por chamado nominal, por maioria absoluta dos suffragios. Todavia as eleições e as revogações de administradores e de commissarios tem logar por escrutinio secreto da mesma forma para qualquer outro objecto si o escrutinio secreto for requerido por cinco accionistas pelo menos.

Em caso de eleição, si a maioria não for obtida no primeiro escrutinio, far-se-ha um sorteio entre os dous candidatos que tiverem obtido mais votos.

Em caso de empate de votos, é proclamado o mais idoso.

O escrutinio secreto tem logar por meio de boletins de mil, de cem, de dez e de um voto que são entregues aos accionistas até a importancia do numero de votos ao qual cada um delles tem direito.

Art. 36. A assemblea geral delibera sobre todas as propostas que lhe são feitas pelo conselho de administração ou pela maioria dos commissarios.

Nenhuma proposta feita por accionistas será posta em deliberação si não for assignada por accionistas que representem a quinta parte pelo menos do capital social e si não for communicada ao conselho de administração um mez antes pelo menos.

Art. 37. Si em uma assemblea extraordinaria reunida em seguida a uma primeira convocação para modificar os estatutos, a metade dos titulos não estiver representada, far-se-ha dentro de 30 dias uma segunda convocação com a mesma ordem do dia, e a nova assemblea pôde então deliberar sobre os assumptos em ordem do dia, qualquer que seja o numero dos titulos representados.

Tanto em um como em outro caso, as decisões para serem validas devem reunir os tres quartos dos votos.

TITULO V

BALANÇO—REPARTIÇÃO—RESERVA

Art. 38. Em 31 de dezembro de cada anno, e pela primeira vez em 31 de dezembro de 1898, as contas da sociedade são encerradas e a administração organisa o balanço de conformidade com a lei.

Art. 39. O balanço e os documentos de prova são entregues antes de 1 de maio aos commissarios, que tem um mez para examinal-os e fazer o relatorio.

Art. 40. O beneficio é formado pelo excedente favoravel do balanço, feita a deducção das despesas geraes, dos encargos especiaes e das amortisações pelo minimo valor, que forem decididas pelo conselho de administração.

Deste beneficio se levantará :

1.º Cinco por cento para a formação do fundo de reserva legal.

2.º A somma necessaria para pagar as acções privilegiadas amortisadas e não amortisadas, um primeiro dividendo de seis por cento da importancia chamada e paga dessas acções.

Si os resultados de um exercicio forem insufficientes para dar ás acções privilegiadas este primeiro dividendo de seis por cento, o que faltar será recuperado, sem juros de móra, sobre os exercicios ultteriores, antes de toda a distribuição ás acções de dividendo.

O dividendo de seis por cento relativo ás acções privilegiadas amortisadas entrará para o fundo de amortisação de que se trata na alinea 3.ª, que se segue.

3.º A somma necessaria para perfazer as annuidades que exige o reembolso das acções privilegiadas de conformidade com a tabella de amortisação a estabelecer-se.

Esta somma e o producto dos *coupons* das acções privilegiadas amrtisadas constituirão o fundo de amortisação das acções privilegiadas reembolsaveis a seiscentos francos em 60 annos, por meio de sorteio.

Cada acção privilegiada amortisada será substituida por uma acção de goso.

Os levantamentos previstos nas alineas 2.ª e 3.ª do presente artigo cessarão a começar da época em que todas as acções privilegiadas tiverem sido reembolsadas.

4.º Dez por cento do excedente para o conselho de administração e o collegio dos commissarios, a repartir entre elles, segundo as suas convenções particulares.

5.º A somma necessaria para pagar um dividendo até a quantia de trinta francos a cada acção de dividendo.

6.º O saldo será repartido igualmente entre todas as acções privilegiadas não amortisadas, todas as acções de dividendo e todas as acções de goso que substituirem as acções privilegiadas amortisadas, tendo cada titulo direito a uma somma igual.

Art. 41. A applicação do fundo de reserva é regulada pelo conselho de administração.

Logo que este fundo tiver attingido dez por cento do capital não será mais obrigado á retenção. Si o fundo for affectado, a retenção é de novo feita até que elle se complete.

Art. 42. Todos os dividendos que não forem recebidos dentro de cinco annos de sua declaração são prescriptos e ficam propriedade da sociedade, e servirão para augmentar o fundo de reserva.

LIQUIDAÇÃO

Art. 43. A assembléa geral que resolver a dissolução nomeará os liquidantes e determinará os seus poderes.

Art. 44. No caso de dissolução o haver social será affectado em primeiro logar ao reembolso a seiscentos francos de todas as

acções privilegiadas ainda não amortisadas, assim como dos seus dividendos em vigor e não prescriptas ; cada uma destas acções privilegiadas amortisadas em liquidação será substituída por uma acção de goso.

O excedente servirá primeiro para a amortisação das acções e dividendo até a quantia de quinhentos francos por titulo; do resto será repartido igualmente entre as acções de dividendo e as acções de goso, tendo cada titulo direito a uma somma igual.

TITULO VII

ELEIÇÃO DE DOMICILIO E COMPETENCIA

Art. 45. Cada accionista é obrigado a communicar á sociedade o domicilio por elle eleito na Belgica, onde todas as notificações, intimações e citações poderão ser-lhe validamente dirigidas.

Deixando de fazer essa communicação, as notificações, intimações e citações poderão ser feitas na sede da sociedade.

TITULO VIII

ATTRIBUIÇÃO DE JURISDIÇÃO

Art. 46. Os presentes estatutos fazem attribuição de jurisdição nos Tribunaes do Brazil para todas as operações feitas pela sociedade naquelle paiz.

TITULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 47. São nomeados para a primeira vez para as funcções de commissarios, os Srs. Marcel Baeyens, proprietario em Bruxellas, Avenue Louiso n. 169 ; Henri de Wandre, advogado em Bruxellas, rua de l'Activité n. 42 ; Charles Horn, banqueiro, morador em Anvers.

Art. 48. Uma assembléa geral que se realizará immediatamente após a constituição da presente sociedade procederá á primeira fixação do numero dos administradores e a sua nomeação ella poderá determinar igualmente as remunerações dos administradores, aos membros da commissão permanente e aos commissarios por applicação do art. 27 dos presentes estatutos e regulará sobre tudo o que for util em fazer parte de sua ordem do dia. Em fé do que foi feito o presente sobre projecto fornecido e na mesma occasião restituído, e passado em Bruxellas, na sede da sociedade geral, Montagne du Parc n. 3.

Na presença dos Srs. Jean Coosemans, negociante alfaiate, e Ferdinand Meunier, botequineiro, ambos morando em Bruxellas, testemunhas instrumentaes, requisitadas.

Feita a leitura assignaram os comparecentes com as testemunhas e com o tabellião. — *A. Focquet.* — *F. Baeyens.* — *E. de Brabander.* — *F. M. Philippson.* — *F. de Frondeville.* — *F. Empain.* — *Paul Mayer.* — *Ch. Pedriquin.* — *Cassel & C.* — *P. Lienart.* — *J. Coosemans.* — *F. Meunier.* — *V. Van der Stegen de Putte.*

Registrada em Bruxellas-sul, em 4 de março de 1898, volume 927, folio 27, recto 2, oito folhas de papel sellado e cinco emendas. Recebi sete francos. — O recebedor interino, *Colignon.*

Para cópia conforme. — *V. Van der Stegen de Putte*, tabellião publico. (Sello do tabellião.)

Visto por nós, Presidente do Tribunal de primeira Instancia, para legalisação da assignatura de mestre Van der Stegen de Putte, tabellião em Bruxellas.

Bruxellas, 7 de março de 1898. — *G. Van Noorsel.* (Sello do Tribunal.)

Visto no Ministerio da Justiça para legalisação da assignatura do Sr. Van Noorsel, exarada do outro lado.

Bruxellas, 7 de março de 1898. — O director delegado, *E. François.* (Sello do Ministerio.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. François, acima exarada.

Bruxellas, 7 de março de 1898. Pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — O director geral, *Alfred Van den Butcke.* (Sello do Ministerio.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Alfred Van den Butcke, acima exarada.

Bruxellas, 7 de março de 1898. — Pelo vice-consul. O agente commercial, *Lechien.* (Sello do Vice-Consulado.)

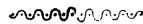
Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Lechien, agente commercial do Brazil em Bruxellas.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1898. — Pelo director geral (sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis), — *L. P. da Silva Rosa.*

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e quatro estampilhas, no valor de 7\$800, inutilizadas pela Recebedoria.)

Nada mais continham os ditos estatutos, que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 31 de março de 1898. — *Affonso H. C. Garcia*, traductor publico.



DECRETO N. 2885 — DE 25 DE ABRIL DE 1898

Approva o regulamento para a fiscalização das estradas de ferro concedida pela União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do art. 10, n. 3, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta: :

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento que a este acompanha para a fiscalização das estradas de ferro concedidas pela União, subvencionadas ou não, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 25 de abril de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Regulamento para a fiscalização das estradas de ferro, a que se refere o decreto n. 2885 desta data

CAPITULO I

DA FISCALISAÇÃO

Art. 1.º A fiscalização do Governo Federal sobre as estradas de ferro delle dependentes será exercida por engenheiros de nomeação do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. Entende-se por estradas dependentes do Governo Federal aquellas cujas concessões delle dimanam, as que gosam de garantia de juros ou fiança de qualquer especie, subvenção, auxilio ou favor por elle concedidos, ou as declaradas de interesse geral.

Art. 2.º A Directoria Geral de Obras e Viação incumbê transmittir aos engenheiros fiscaes as ordens superiores, providenciar como convier para a boa execução do serviço e indicar ao Ministro os fiscaes que não estejam nas condições de bem servir.

Art. 3.º A fiscalização das estradas de ferro em que o Governo Federal houver empenhado interesse pecuniario, por garantia de juros, subvenção ou fiança da garantia de juros de qualquer modo concedidos, será ampla, assim no tocante a despesas,

receita, tarifas, rendas da estrada, como no que respeita à conservação desta, suas dependencias e material, policia, segurança e circulação, de accordo com os decretos ns. 1930 de 26 de abril de 1857, 5561 de 28 de fevereiro de 1874, 6995 de 10 de agosto de 1878 e 7959 de 29 de dezembro de 1880, e instrucções e decisões consequentes, além do que especialmente estatuirem os respectivos contractos.

Art. 4.º Sempre que se tratar dos interesses referidos no artigo precedente, poderão os fiscaes assistir às assembléas dos accionistas, mediante communicacão prévia à Directoria da empresa ou companhia respectiva, e levarão ao conhecimento do Governo o que nellas occorrer digno de nota ou providencia.

Art. 5.º Nas empresas não subvencionadas por qualquer modo, a fiscalizacão se reduzirá ao exame das obras e da conservacão do leito, material fixo e rodante e ao que concerne à segurança, regularidade e commodidade do transito nas respectivas estradas; incidindo tambem, para aquellas que gosam de privilegio de zona, nas tarifas, sobre as quaes deverão os fiscaes prestar as necessarias informacões, quando tenham de ser sujeitas à approvacão do Governo.

Art. 6.º Os engenheiros fiscaes são agentes da administração publica junto das estradas de ferro fiscalizadas e como taes os intermediarios das administrações das respectivas empresas e do Governo, incumbindo-lhes a vigilancia assidua e permanente dos interesses publicos, por todos os meios que lhes facultam as leis em vigor, devendo levar ao conhecimento do Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas quanto dizer possa com aquelles interesses na parte do serviço que lhes é confiado e sendo, finalmente, responsaveis para com o Governo por quaesquer omisões no exercicio de suas funcções.

CAPITULO II

DOS ENGENHEIROS FISCAES, SUA NOMEACÃO, SÊDE E TRANSFERENCIAS

Art. 7.º Os engenheiros fiscaes serão nomeados em commissão por portaria do Ministro da Industria, Viacão e Obras Publicas, sem direito a montepio nem aposentadoria, nos termos do art. 10 n. 6 da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897, e distribuidos por estrada, zona, districto ou grupo de estradas a fiscalizar, segundo a importancia das fiscalizações ou das estradas e como convier ao serviço.

Art. 8.º Residirão em sedes marcadas pelo Ministro, das quaes não poderão se ausentar sinão em desempenho das suas funcções e dentro dos limites da sua jurisdicção ou mediante licença especial.

Art. 9.º Poderão ser removidos da fiscalizacão de umas para a de outras estradas, conforme o exigir a conveniencia do serviço.

Art. 10. A determinação das sedes será feita em portaria do Ministro, assim como as remoções, podendo estas ser propostas pela Directoria Geral de Obras e Viação.

Art. 11. Nenhum engenheiro fiscal poderá entrar em exercício antes de registrado o seu título na Secretaria de Estado, em cumprimento do que preceitua a lei n. 3001, de 9 de outubro de 1880.

CAPITULO III

DEVERES E ATTRIBUIÇÕES DOS ENGENHEIROS FISCAES

Art. 12. São attribuições dos engenheiros fiscaes :

§ 1.º Zelar pelo exacto cumprimento dos contractos relativos ás concessões das estradas de ferro que fiscalizarem e respectivas disposições regulamentares.

§ 2.º Examinar todas as questões que se prendam ás estradas de ferro fiscalizadas pela União e sobre ellas apresentar parecer.

§ 3.º Acompanhar pessoalmente os trabalhos no campo, afim de verificar si a directriz é a que melhor satisfaz ás condições dos contractos, ás de segurança e economia e aos interesses da região a servir, informando detalhadamente e justificando, por exclusão fundamentada dos outros, o traçado adoptado ou propondo modificações e variantes.

§ 4.º Autenticar a planta e o perfil do reconhecimento, a indicação do traçado adoptado e dos que forem abandonados.

§ 5.º Apresentar, depois de concluido o reconhecimento ou os estudos preliminares ou definitivos da estrada e independentemente dos relatorios da empreza, um relatorio seu, com a descripção dos terrenos atravessados pela estrada e da zona mais directamente interessada, a estatística approximada da população e da produção, o trafego provavel e mais esclarecimentos ou dados convenientes.

Quando reconhecer a conveniencia de se alterar o traçado geral das linhas em estudos, deverá nesse sentido representar ao Governo, acompanhando cuidadosamente não só os trabalhos e operações de campo, como os de escriptorio, relativos aos mesmos estudos, enviando um relatorio circunstanciado a esse respeito até o fim de cada um dos mezes de janeiro, abril, julho e outubro.

§ 6.º Acompanhar os trabalhos de locação e construcção das linhas, verificando si são executados de accordo com os projectos approvados, e indicar as modificações que redundem em economia de capital ou em maior solidez das obras.

§ 7.º Colligir as notas relativas aos alinhamentos, nivelamentos e secções transversaes, á medida que se forem executando os trabalhos de campo, de modo a poder com elles conferir as cadernetas, as plantas e os perfis que posteriormente hajam de ser apresentados pelas emprezas.

§ 8.º Examinar os projectos do traçado, a conveniencia, estabilidade e resistencia dos typos de côrtes, tunneis, obras de arte, material fixo e rodante apresentados pelas empresas, verificando os calculos de quantidade de obras, classificação, preços de unidade e orçamentos.

§ 9.º Exigir das empresas os detalhes de obras de arte, as plantas, os perfis transversaes e o longitudinal da linha, com indicação de rampas e contra-rampas, pontos de curvas e de tangentes, raios de curvatura e a posição das obras de arte, tunneis, estações, caixas d'agua, desvios, etc., tudo referido ás estacas do alinhamento.

§ 10. Examinar os alinhamentos e nivelamentos da linha locada (que deverão ser submettidos á sua approvação pelas empresas antes de se iniciarem as obras de construcção), a posição, vão e vassão das pontes, pontilhões ou boeiros, os projectos definitivos de obras de arte, estações e mais edificios, o systema das fundações a empregar, não permittindo encetarem-se as obras sem approvação dos respectivos projectos.

Todos estes documentos deverão estar rubricados pelo engenheiro-chefe da construcção.

§ 11. Approvar, sendo o seu acto submettido ao juizo do Governo:

a) pequenas modificações do traçado, em planta e perfil, desde que ellas acarretem economia e melhores condições technicas relativas aos raios de curvatura e ás declividades;

b) modificações dos projectos de obras de arte, uma vez que não seja compromettida a segurança e haja economia na construcção da nova obra.

Nestes casos as empresas deverão enviar aos fiscaes projecto e orçamento da nova obra que demonstre a economia realizada.

§ 12. Examinar a planta dos terrenos a desapropriar e propor ao Governo sua approvação ou modificação, de modo que sejam desapropriados sómente os que forem precisos.

§ 13. Verificar si as empresas subvencionadas, antes de encetar-se a construcção, pagaram as indemnisações por desapropriação, e si as escripturas foram passadas em fôrma legal, devendo ser-lhe entregue, para o archivo da fiscalização, um traslado de cada uma dellas.

§ 14. Examinar a qualidade dos materiaes empregados, recusando os que não julgar convenientes e fazendo-os remover, dentro de 48 horas, do logar das obras.

Este prazo será contado da communicação feita a quem representar a empresa junto á obra.

§ 15. Ordenar a modificação dos taludes dos côrtes, conforme a natureza do terreno, affin de evitar excesso de excavação ou desmoronamento.

§ 16. Exigir da empresa o estaqueamento da linha e execução do nivelamento e das secções transversaes dos côrtes e aterros, antes de assentar a superstructura.

§ 17. Examinar e determinar a lista das madeiras para dormentes, e rejeitar os de qualidades excluidas.

§ 18. Enviar, até o fim de cada um dos mezes de janeiro, abril, julho e outubro, um relatório circunstanciado do estado e andamento das construcções, fazendo-os acompanhar de perfis.

§ 19. Examinar si o material de tracção e de transporte é de boa qualidade e satisfaz ás condições do contracto e ás especificações que devem ser approvadas antes da acquisição. O material adquirido só poderá entrar nas contas quando examinado e acceto pelo engenheiro fiscal, antes de entrar em circulação.

§ 20. Acompanhar, verificar e authenticar as medições mensaes e finaes e as classificações, verificar si as suas avaliações estão de accordo com os pregos dos contractes, fazendo as glosas necessarias.

§ 21. Visar os documentos comprobatorios da receita e despeza e do emprego de capital da construcção, em que tem de se basear o calculo das prestações semestraes de juros ou das subvenções ás empresas.

§ 22. Assistir e dirigir as experiencias de resistencia das pontes e pontilhões, lavrando a acta, que será assignada por quem na occasião representar a empresa e na qual mencionarão as provas a que houverem sido submettidas essas obras.

§ 23. Autorisar o transito sobre pontes e pontilhões, quer a superstructura seja provisoria, quer definitiva, mas sómente depois das provas de resistencia.

§ 24. Aceitar provisoriamente, por trechos ou em globo, com autorisação do Ministerio sobre sua informação e depois do competente exame, a estrada e suas dependencias, e propor ao Governo a sua acceitação definitiva.

A esta proposta juntará o engenheiro fiscal a relação, com indicação das estacas dos eixos, das obras de arte, estações, desvios, caixas de agua e outras dependencias da estrada, o resultado das experiencias, exames e provas a que houver procedido, dirigido ou assistido, o quadro das locomotivas que devem fazer o serviço de tracção e outro dos carros adquiridos.

§ 25. Examinar os horarios propostos pelas administrações das vias ferreas, approvando-os provisoriamente e submettendo-os á approvação definitiva do Ministro.

§ 26. Zelar pela exacta e uniforme applicação das tarifas.

§ 27. Informar sobre os projectos de tarifas, instrucções regulamentares da estrada e quadros do pessoal, sujeitos á approvação do Governo, propondo e justificando as modificações que entenderem convenientes.

§ 28. Rever as tarifas e instrucções regulamentares nos prazos estabelecidos pelo contracto, com audiencia das empresas, quando a revisão não for feita por estas.

§ 29. Propor a alteração das tarifas e instrucções regulamentares quando, devido á omissão ou má interpretação dos empregados das empresas, houver onus para a União com o pagamento de garantia de juros.

§ 30. Percorrer ao menos uma vez por mez as linhas em tráfego, verificando as condições de conservação das linhas e mais

dependencias, inspecionando o serviço das estações, o material de tracção e transporte, linha telegraphica e cerca.

§ 31. Propor todas as medidas tendentes a reduzir os encargos da União, ou a melhorar as condições de segurança, commodidade e policia das vias ferreas.

§ 32. Examinar e rubricar as relações de materiaes que tenham de ser importados isentos de impostos, passando os certificados, que serão remettidos ao Ministerio da Fazenda.

§ 33. Exercer fiscalização directa sobre os serviços financeiros das empresas que gosam de favores pecuniarios da União e particularmente sobre a emissão e amortisação de titulos, collocação de fundos ou compra de valores. Para o exercicio desta fiscalização compete-lhes:

a) tomar conhecimento de todas as decisões da administração das empresas sobre operações financeiras pelo exame dos livros de escripturação, registros, correspondencias e de todos os documentos necessarios para verificar o activo e o passivo da empresa;

b) assistir ás assembléas geraes dos accionistas quando nellas tenham de ser votados assumptos que interessem ao Estado, observando o que preceitua o art. 4º;

c) exigir das empresas os balanços semestraes de seu activo e passivo, acompanhado das contas de lucros e perdas, logo após a organização desses documentos;

d) examinar os contractos lavrados para a aquisição do material rodante e do material destinado à linha em trafego.

Serão previamente enviadas aos engenheiros fiscaes as especificações concernentes a encomendas de qualquer especie de material no estrangeiro;

e) communicar á Directoria de Obras e Viação as observações que lhes suggerirem as operações diversas realizadas pelas empresas.

§ 34. Tomar semestralmente as contas das empresas que gosarem de garantias de juros ou que, ainda não gosando desse favor, sejam forçadas a prestal-as por disposições dos seus contractos, regulando-se nesse sentido pelas instrucções especiaes para esse fim expedidas.

§ 35. Organisar methodicamente todas as informações e dados para a historia das estradas de ferro de sua fiscalização.

§ 36. Examinar todas as folhas de pagamentos, notas de expedição, despachos, boletins, documentos relativos à conservação da linha, pedidos de material, quaesquer documentos e communicações referentes ao serviço da estrada, fazendo extrahir cópias ou resumos para organização de mappas estatísticos.

§ 37. Providenciar, nos casos urgentes, sobre as occurrencias do serviço, sujeitando o seu acto à approvação do Ministro.

§ 38. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos existentes ou que venham a ser publicados.

§ 39. Providenciar nos casos omissos neste regulamento, acautelando os interesses da União e do publico em geral, sujei-

tando os actos, que nesse sentido praticar e que terão character provisório, á approvação do Ministro.

§ 40. Fazer retirar do serviço os carros e locomotivas que, pelo seu máo estado, não offereçam a necessaria segurança.

§ 41. Dar andamento ao processo das reclamações por demora, perdas e avarias das mercadorias rejeitadas.

§ 42. Impor ás empresas as multas em que incorrerem por infracções de disposições dos contractos ou dos regulamentos vigentes, submettendo-as immediatamente, para se tornarem effectivas, á approvação do Ministro.

§ 43. Apresentar ao Ministro relatorios semestraes sobre as linhas em trafego, fazendo acompanhar o relatorio do segundo semestre de uma segunda parte com a estatistica completa do anno findo.

Para organização da segunda parte deste relatorio, além dos dados que os engenheiros fiscaes requisitarem, as empresas deverão remetter-lhes, sempre que forem exigidos, todos os elementos necessarios de accordo com os modelos annexos ao presente regulamento.

§ 44. Apresentar, até o dia 1 de março impreterivelmente, um relatorio circumstanciado dos serviços das estradas de ferro da sua fiscalização, acompanhados dos quadros estatísticos organizados de accordo com os modelos annexos a este regulamento e bem assim o orçamento da despeza a effectuar-se com a fiscalização e a garantia de juros ás mesmas estradas, exigindo da administração da empresa os dados e esclarecimentos que reputarem necessarios.

§ 45. Corresponder-se directamente com as administrações das empresas sob sua fiscalização, sobre todos os assumptos relativos ás respectivas estradas, resolvendo os casos de sua alçada e levando ao conhecimento do Governo, devidamente informados, os que dependerem de deliberação deste.

Art. 13. Os engenheiros fiscaes requisitarão das empresas todas as informações e documentos que julgarem necessarios ao bom desempenho da fiscalização.

Art. 14. Verificando-se qualquer accidente na linha ou nas estações, como choques de trens, descarrillamentos, attentados contra a empresa, o chefe de serviço que levar ao conhecimento da administração das empresas esses accidentes, deverá tambem communicar-os, ao mesmo tempo, ao engenheiro fiscal, sciencificando-o da hora de partida do trem de soccorro.

Si a natureza do accidente apresentar gravidade, o engenheiro, fiscal dirigir-se-ha ao respectivo local para verificar qual a causa e providenciar de accordo com o regulamento approved pelo decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

Art. 15. Os engenheiros fiscaes poderão corresponder-se com o Ministerio pelo telegrapho nacional, mas sómente em caso de urgencia e em assumpto de serviço, ficando responsaveis pecuniariamente pelas infracções deste artigo.

CAPITULO IV

ESTATISTICA — INFORMAÇÕES — DEVERES DAS EMPRESAS

Art. 16. Todas as empresas de estradas de ferro dependentes do Governo Federal são obrigadas a observar as disposições dos decretos ns 1930 de 26 de abril de 1857, 5561 de 28 de fevereiro de 1874, 6995 de 10 de agosto de 1878 e 7959 de 29 de dezembro de 1880, e as do presente regulamento que não forem expressamente contrarias ás dos decretos ou contractos das suas concessões.

Art. 17. As referidas empresas são obrigadas a apresentar mensalmente ao respectivo engenheiro fiscal, com relação à estrada em trafego:

- § 1.º O total da receita do mez anterior;
- § 2.º O total da despeza;
- § 3.º O numero total dos viajantes transportados;
- § 4.º O peso total das mercadorias despachadas a peso;
- § 5.º O volume total das mercadorias despachadas por volumes;
- § 6.º O numero de animaes transportados;
- § 7.º O numero de carros transportados;
- § 8.º O numero de telegrammas transmittidos;
- § 9.º O percurso de viajantes, bagagens, encomendas, mercadorias, carros e animaes;
- § 10. O numero de viajantes, bagagens, encomendas, mercadorias, carros e animaes;
- § 11. O numero e percurso total dos trens;
- § 12. A receita média de viajantes, encomendas, bagagens, mercadorias, carros e animaes;
- § 13. A extensão da estrada em trafego, e, em relação à estrada em construção, o relatorio sobre o estado dos trabalhos acompanhado dos perfis de progresso.

Art. 18. Todas as empresas com garantia de juros ou subvenção são obrigadas, além disso, a apresentar semestralmente ao engenheiro fiscal:

- § 1.º Relatorio circunstanciado do estado dos trabalhos em construção e a estatistica do trafego, abrangendo as despesas de custeio convenientemente especificadas;
- § 2.º O peso, volume, natureza e qualidade das mercadorias que transportarem, com declaração das distancias médias por ellas percorridas;
- § 3.º Receita de cada uma das estações;
- § 4.º Estatistica de passageiros, devidamente classificados;
- § 5.º Quadros demonstrativos e estatisticos organizados conforme os modelos a este regulamento annexos sob ns. 1 a 16.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 19. Competem aos engenheiros fiscaes os vencimentos que lhes forem marcados pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, na tabella competente.

Art. 20. Poderão ser concedidas licenças aos engenheiros fiscaes nas mesmas condições em que o são aos funcionarios da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, cabendo ao engenheiro que substituir o licenciado a gratificação que este deixar de perceber.

Art. 21. Para os effeitos do artigo precedente será considerada gratificação a terça parte dos vencimentos do licenciado.

Art. 22. Não será concedida licença antes de ter o empregado um mez de exercicio das suas funcções, nem por prazo maior do que o tempo decorrido desde a expiração da ultima licença por elle obtida.

Paragrapho unico. No caso de remoção ou transferencia de fiscalização, entender-se-ha por destituição voluntaria ou renuncia do cargo a não entrada em exercicio do novo cargo no prazo de 30 dias, contado da data da respectiva communicação por despacho telegraphico.

Art. 23. Concedida a licença, o Ministerio providenciará para que a fiscalização não fique interrompida por mais de 15 dias, designando substituto.

Art. 24. Para o trabalho da estatistica e outros relativos ás estradas de ferro, poderão funcionar em commissão na Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas dous ou mais engenheiros fiscaes, sempre que o Ministro o julgue necessario.

Capital Federal, 25 de abril de 1898.— *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

Annexo n. 1

ESTRADA DE FERRO DE.....

Discriminação e classificação das despesas
e receitas

I DIVISÃO

Despesas de primeiro estabelecimento (conta do capital com
garantia de juros, subvenção ou flanga do Estado)

TITULO I		
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E DIRECÇÃO GERAL		
Capitulo I — <i>Conselho da administração</i>		
Art. 1.º Honorarios da directoria da companhia.....	\$	
» 2.º Despesas com a secretaria geral.....	\$	
Capitulo II — <i>Direcção geral</i>		\$
Art. 1.º Honorarios do director geral, superintendente, gerente ou representante da companhia.....	\$	
» 2.º Honorarios do pessoal da secretaria, contadoria e caixa.....	\$	
» 3.º Salarios de serventes.....	\$	
Capitulo III — <i>Despesas gerais</i>		\$
Art. 1.º Honorarios do engenheiro fiscal ou quotas para a fiscalização.....	\$	
» 2.º Contencioso.....	\$	
» 3.º Contabilidade e caixa.....	\$	
» 4.º Despesas de escriptorio, porte de cartas, annun- cios e impressos.....	\$	

	Transporte. . .	\$	
Art. 5.º	Mobilia e objectos a inventariar.....	\$	
» 6.º	Gratificações, ajudas de custo e despesas diversas.....	\$	
» 7.º	Sello de contratos.....	\$	
» 8.º	Impostos.....	\$	
» 9.º	Seguros e fretes.....	\$	
» 10.º	Despezas judiciais.....	\$	
» 11.º	Ambulancia e serviço medico.....	\$	
» 12.º	Estudos preliminares.....	\$	
» 13.º	Fardamento.....	\$	
» 14.º	Differenças de cambio.....	\$	
» 15.º	Despezas diversas.....	\$	\$
TITULO II			
CONSTRUÇÃO			
Capítulo IV — <i>Serviço geral</i>			
Art. 1.º	Honorarios do engenheiro em chefe e do pessoal do escriptorio central de construção.....	\$	
» 2.º	Gratificações, ajudas de custo e despesas diversas.....	\$	
» 3.º	Despezas de escriptorio.....	\$	
» 4.º	Estudos definitivos e locação.....	\$	
» 5.º	Impressos.....	\$	
» 6.º	Fardamento.....	\$	
» 7.º	Mobilia, instrumentos, objectos e utensilios diversos a inventariar.....	\$	\$
Capítulo V — <i>Pessoal e despesas diversas</i>			
Art. 1.º	Honorarios do pessoal do serviço do campo...	\$	
» 2.º	Gratificações, ajudas de custo e despesas diversas.....	\$	

	Transporte....	\$	
Art. 3.º	Despesas de escriptorio.....	\$	
» 4.º	Mobilia, instrumentos e mais objectos a inventariar.....	\$	\$
Capitulo VI — <i>Acquisição e occupação de terrenos</i>			
Art. 1.º	Acquisição de terrenos, inclusive a indemnisação de predios e bemfeitorias.....	\$	
» 2.º	Indemnisação por occupação temporaria e exploração do solo.....	\$	
» 3.º	Demarcação de terrenos adquiridos.....	\$	\$
Capitulo VII — <i>Excavação e aterros</i>			
Art. 1.º	Trabalhos por empreitada.....	\$	
» 2.º	Trabalhos por administração.....	\$	
» 3.º	Material e ferramentas para o serviço por administração e mais objectos a inventariar.....	\$	
» 4.º	Despesas diversas.....	\$	\$
Capitulo VIII — <i>Obras de arte</i>			
Art. 1.º	Viaductos, pontes e pontilhões.....	\$	
» 2.º	Boeiros, drains e mais obras de esgoto.....	\$	
» 3.º	Tunneis.....	\$	
» 4.º	Muralhas, revestimentos, etc	\$	
» 5.º	Material, ferramentas e utensilios a inventariar.....	\$	
» 6.º	Despesas diversas.....	\$	\$
Capitulo IX — <i>Via permanente, desvios e linhas de serviço</i>			
Art. 1.º	Trilhos e seus accessorios.....	\$	
» 2.º	Dormentes e mais peças de madeira.....	\$	
» 3.º	Aguilhas, corações, chaves de desvios e seus accessorios.....	\$	

	Transporte...	56	
Art. 4.º	Giradores e carretões (chariots).....	57	
» 5.º	Lastro.....	56	
» 6.º	Transporte do material.....	56	
» 7.º	Material e ferramentas para o assentamento..	56	
» 8.º	Assentamento da via permanente, desvios e linhas de serviço.....	56	
» 9.º	Despezas diversas.....	56	56
Capítulo X — Cercas, muros divisorios, cancellas e muros			
Art. 1.º	Cercas vivas.....	56	
» 2.º	Cercas diversas.....	56	
» 3.º	Muros divisorios.....	56	
» 4.º	Cancellas.....	56	
» 5.º	Marcos kilometricos e postes indicadores.....	56	56
Capítulo XI — Linha telegraphica ou telephonica			
Art. 1.º	Postes.....	56	
» 2.º	Fios e isoladores.....	56	
» 3.º	Apparelhos e utensilios para as estações....	56	
» 4.º	Assentamento das linhas.....	56	56
Capítulo XII — Estações, edificios, accessorios e dependencias			
Art. 1.º	Edificios para estações, armazens e mais depen- dencias.....	56	
» 2.º	Edificios e abrigos para officinas, material rodante e almoxarifado.....	56	
» 3.º	Caixas, canalisação e aparelhos fixos e mo- veis para alimentação de agua ás machinas e edificios.....	56	

	Transporte....	\$	
Art. 4.º	Casas de guarda, alojamentos e guaritas.....	\$	
» 5.º	Mobilia, utensilios e mais objectos a inventariar.	\$	
» 6.º	Trapiches, pontes de desembarque e guindastes.	\$	\$
TITULO III			
MATERIAL DE TRACÇÃO E DE TRANSPORTE			
Capitulo XIII — <i>Material de tracção</i>			
Art. 1.º	Locomotivas para trens de viajantes.....	\$	
» 2.º	Locomotivas para trens de mercadorias.....	\$	
» 3.º	Locomotivas para trens mixtos.....	\$	
» 4.º	Tender de sobressalentes.....	\$	
» 5.º	Machinas fixas.....	\$	
» 6.º	Utensilios,apparelhos e sobressalentes.....	\$	\$
CAPITULO XIV — <i>Carruagens para viajantes</i>			
Art. 1.º	Carruagens de 1ª classe.....	\$	
» 2.º	Carruagens de 2ª classe.....	\$	
» 3.º	Carruagens de 3ª classe.....	\$	
» 4.º	Carruagens mixtas.....	\$	\$
Capitulo XV — <i>Vagões especiaes</i>			
Art. 1.º	Vagões-correio	\$	
» 2.º	Vagões de bagagem.....	\$	
» 3.º	Vagões-buffets.....	\$	
» 4.º	Vagões de soccorro.....	\$	
» 5.º	Vagões-estrebria.....	\$	
» 6.º	Vagões para gado grando.....	\$	
» 7.º	Vagões para gado miudo.....	\$	
» 8.º	Vagões de lastro.....	\$	\$
Poder Executivo 1898			32

Transporte....	\$	
Capitulo XVI — <i>Vagões para mercadorias</i>		
Art. 1.º Vagões fechados.....	\$	
» 2.º Vagões abertos.....	\$	
» 3.º Vagões-plataformas	\$	
» 4.º Vagões para madeira.....	\$	
» 5.º Vagões para carvão.....	\$	
» 6.º Vagões para pólvora e materiais inflammaveis.	\$	\$
Capitulo XVII — <i>Armação do material</i>		
Art. 1.º Armação das locomotivas.....	\$	
» 2.º Armação das machinas fixas.....	\$	
» 3.º Armação das carruagens e vagões.....	\$	\$
TITULO IV		
MATERIAL DE OFFICINAS E DEPOSITOS		
Capitulo XVIII — <i>Machinas, material e utensilios das officinas de reparação</i>		
Art. 1.º Machinas motrizes.....	\$	
» 2.º Machinas uteis.....	\$	
» 3.º Ferramentas e utensilios.....	\$	
» 4.º Transmissões	\$	
» 5.º Installação das machinas e transmissões.....	\$	
» 6.º Mobilia e utensilios a inventariar.....	\$	\$
Capitulo XIX — <i>Material e utensilios dos depositos</i>		
Art. 1.º Motores.....	\$	
» 2.º Ferramenta, utensilios,apparelhos de soccorro, etc.....	\$	
» 3.º Mobilia, instrumentos e mais objectos a inventariar.....	\$	\$

II DIVISÃO

Receita da estrada em tráfego

TITULO V		
RECEITA DA ESTRADA EM TRÁFEGO		
Capitulo XX — <i>Passagens e frêtes</i>		
Art. 1.º Viajantes.....	\$	
» 2.º Mercadorias.....	\$	
» 3.º Bagagens e encomendas.....	\$	
» 4.º Animaes.....	\$	
» 5.º Carros.....	\$	
» 6.º Aluguel de carruagens e trens.....	\$	\$
Capitulo XXI — <i>Rendas diversas</i>		
Art. 1.º Telegrapho ou telephone.....	\$	
» 2.º Armazenagens.....	\$	
» 3.º Multas.....	\$	
» 4.º Seguro.....	\$	
» 5.º Concerto de envolucros.....	\$	
» 6.º Entrega a domicilio.....	\$	
» 7.º Aluguel de carruagens e vagões ás estradas de ferro em correspondencia e tráfego mutuo....	\$	
» 8.º Aluguel de buffets.....	\$	
» 9.º Rendas e lucros eventuaes.....	\$	\$

III DIVISÃO

Despeza da estrada em trafego

TITULO VI		
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E direcção GERAL		
Capitulo XXII — <i>Conselho de administração</i>		
Art. 1.º Honorarios da Directoria da companhia.....	\$	
» 2.º Despezas com a Secretaria Geral.....	\$	\$
Capitulo XXIII — <i>Direcção geral</i>		
Art. 1.º Honorarios do director geral da estrada, superintendente, gerente ou representante da companhia.....	\$	
» 2.º Honorarios do pessoal da Secretaria, Contadoria e Caixa.....	\$	
» 3.º Salario de serventes.....	\$	\$
Capitulo XXIV — <i>Despezas gerais</i>		
Art. 1.º Honorarios do engenheiro fiscal ou quota para a fiscalização.....	\$	
» 2.º Contencioso.....	\$	
» 3.º Contabilidade e Caixa.....	\$	
» 4.º Despezas do escriptorio, portes de cartas, annuncios e impressos.....	\$	
» 5.º Mobilia e objectos a inventariar.....	\$	
» 6.º Gratificações, ajudas de custo e despezas diversas.....	\$	
» 7.º Sello de contractos.....	\$	
» 8.º Impostos.....	\$	

Transporte....	\$	
Art. 9.º Seguros e fretes.....	\$	
» 10.º Despezas judicarias.....	\$	
» 11.º Ambulancia e serviço medico.....	\$	
» 12.º Fardamento.....	\$	
» 13.º Estudos autorisados para modificação da linha já construida.....	\$	
» 14.º Diferença de cambio.....	\$	
» 15.º Despezas diversas.....	\$	\$
Capitulo XXV — <i>Telegrapho ou telephone</i>		
Art. 1.º Honorarios do pessoal.....	\$	
» 2.º Conservação das linhas.....	\$	
» 3.º Mobilia e utensilios a inventariar.....	\$	
» 4.º Renovação do material.....	\$	\$
Capitulo XXVI — <i>Almozarifado</i>		
Art. 1.º Honorarios do pessoal.....	\$	
» 2.º Mobilia e utensilios a inventariar.....	\$	
» 3.º Depreciação dos objectos em deposito.....	\$	
» 4.º Materiaes, utensilios, combustivel e objectos em ser, até que sejam descarregados dessa repartição para serem fornecidos ás outras repartições da estrada.....	\$	
» 5.º Despezas diversas.....	\$	\$
TITULO VII		
TRAFFEGO		
Capitulo XXVII — <i>Serviço central</i>		
Art. 1.º Honorarios do pessoal do escriptorio central, inclusive do trafego.....	\$	
» 2.º Gratificações, ajudas de custo e despesas diversas.	\$	\$

	Transporte....	\$	
Art. 3.º	Despesas de escriptorios.....	\$	
» 4.º	Impressos e annuncios	\$	
» 5.º	Mobilia e objectos a inventariar.....	\$	
» 6.º	Fardamento.....	\$	\$
Capitulo XXVIII — <i>Serviço dos trens</i>			
Art. 1.º	Honorarios do pessoal.....	\$	
» 2.º	Gratificação e despesas diversas.....	\$	
» 3.º	Iluminação e lubrificação dos vagões e carruagens.....	\$	
» 4.º	Utensilios e mais objectos a inventariar.....	\$	\$
Capitulo XXIX — <i>Serviço das estações e armazens</i>			
Art. 1.º	Honorarios do pessoal.....	\$	
» 2.º	Gratificações e despesas diversas.....	\$	
» 3.º	Despesas de escriptorio.....	\$	
» 4.º	Iluminação e signaes.....	\$	
» 5.º	Manobras, cargas, descargas e baldações.....	\$	
» 6.º	Mobilia e objectos a inventariar.....	\$	\$
TITULO VIII			
SERVIÇO COMMERCIAL			
CAPITULO XXX — <i>Serviço central</i>			
Art. 1.º	Indemnisação, por prejuizos, extravios, accidentes e atrazo.....	\$	
» 2.º	Despesas com o transporte a domicilio.....	\$	
» 3.º	Aluguel de carruagens e vagões de outras estradas de ferro em trafego mutuo.....	\$	
» 4.º	Fabricação de bilhetes, guias, etiquetas e recibos.....	\$	
» 5.º	Concerto de envolveres.....	\$	\$

	Transporte....	\$	
TITULO IX			
LOCOMOÇÃO			
Capitulo XXXI — <i>Serviço central</i>			
Art. 1.º	Honorarios do pessoal, inclusive do chefe da locomoção.....	\$	
»	2.º Gratificação e despesas diversas.....	\$	
»	3.º Despesas de escriptorio.....	\$	
»	4.º Impressos.....	\$	
»	5.º Fardamento	\$	
»	6.º Mobilia e objectos a inventariar.....	\$	
			\$
Capitulo XXXII — <i>Tração</i>			
Art. 1.º	Honorario de machinistas, foguistas e serventes.	\$	
»	2.º Gratificações e despesas diversas.....	\$	
»	3.º Premios de tracção.....	\$	
»	4.º Despeza de escriptorio.....	\$	
»	5.º Mobílias e utensilios.....	\$	
»	6.º Combustivel.....	\$	
»	7.º Graxa, oleo e estopa.....	\$	
»	8.º Illuminação das locomotivas.....	\$	
			\$
Capitulo XXXIII — <i>Offoínas e depositos</i>			
Art. 1.º	Salario de mestre e contramestres.....	\$	
»	2.º Reparação de machinas.....	\$	
»	3.º Reparação de tenders.....	\$	
»	4.º Reparação de carruagens e vagões.....	\$	
»	5.º Reparações e construcções por conta da direcção geral. Construcção, trafego e conservação.....	\$	

	Transporte....	\$	
Art. 6.º	Trabalhos por conta de particulares.....	\$	
»	7.º Conservação do material de oficinas e depósitos.....	\$	
»	8.º Renovação e augmento do material rodante....	\$	
»	9.º Despezas de escriptorio.....	\$	
»	10.º Despezas diversas.....	\$	\$
TITULO X			
CONSERVAÇÃO DA VIA PERMANENTE, EDIFICIOS E DEPENDENCIAS			
Capitulo XXXIV — <i>Serviço central</i>			
Art. 1.º	Honorarios do pessoal, inclusive do chefe da conservação.....	\$	
»	2.º Gratificações e despezas diversas.....	\$	
»	3.º Despezas de escriptorio.....	\$	
»	4.º Impressos.....	\$	
»	5.º Fardamento.....	\$	
»	6.º Mobilia e utensilios.....	\$	\$
Capitulo XXXV — <i>Policia da via permanente</i>			
Art. 1.º	Honorario e salario do pessoal.....	\$	
»	2.º Gratificações e despezas diversas.....	\$	
»	3.º Illuminações e signaes.....	\$	\$
Capitulo XXXVI — <i>Conservação da via permanente e suas dependencias</i>			
Art. 1.º	Salario do mestre de linha, feitores e trabalhadores.....	\$	
»	2.º Salarios de officiaes de officio.....	\$	
»	3.º Material e ferramenta.....	\$	

	Transporte....	\$	
Art. 4.º	Substituição de dormentes.....	\$	
»	5.º Substituição de trilhos e seus accessorios.....	\$	
»	6.º Substituição de peças de desvios, pontes e de accessorios da linha.....	\$	
»	7.º Construcção de obras novas do leito e da via permanente.....	\$	
»	8.º Obras de consolidação.....	\$	\$
	Capitulo XXXVII — <i>Edifícios e dependências</i>		
Art. 1.º	Conservação de edificios.....	\$	
»	2.º Conservação de trapiches, pontes de desembarque e guindastes.....	\$	
»	3.º Conservação de caixas, encanamentos e aparelhos para abastecimento de agua.....	\$	
»	4.º Construcções navaes.....	\$	\$
	RESUMO		
I Divisão:			
	Titulo I.....	\$	
	Titulo II.....	\$	
	Titulo III.....	\$	
	Titulo IV.....	\$	\$
II Divisão:			
	Titulo V.....	\$	
III Divisão:			
	Titulo VI.....	\$	
	Titulo VII.....	\$	
	Titulo VIII.....	\$	
	Titulo IX.....	\$	
	Titulo X.....	\$	\$

Data.....
Assignatura.....

ESTRADA DE FERRO DE...

Linha em tráfego (extensão...)

CLASSIFICAÇÃO E ESTADO DO MATERIAL RODANTE

em...de.....de 189...

LOCOMOTIVAS

VEHICULOS

[illegible]

DESTINAÇÃO	PROCEDENCIA	SERIE	LOTAÇÃO DE CADA VEHICULO	PESO MORTO DE CADA VEHICULO	NUMERO		
					Em estado de serviço	Em reparação	Total
Carruagens especiais							
Carruagens de 1ª classe							
Carruagens de 2ª classe							
Carruagens de 3ª classe							
Carruagens mixtas							
Vagões para correio e bagagens							
Vagões para animais							
Vagões para mercado- rias							
Vagões de lastro.							

Annexo n. 3

ESTRADA DE FERRO DE...

Linha em trafego (extensão...)

Percurso totaes do material rodante no... semestre de 189...

DESIGNAÇÕES	SERVIÇO ORDINARIO		SERVIÇO ESPECIAL		SERVIÇO DO LASTRO	
	Numero	Percurso total em kilometros	Numero	Percurso total em kilometros	Numero	Percurso total em kilometros
Locomotivas						
Carruagens de 1ª classe						
» de 2ª »						
» de 3ª »						
» mixtas						
Vagões de cargas e bagagens						
» de animaes						
» de lastro						
Trens expressos						
» de cargas						
» mixtos						
» especiaes						
» de lastro						

Percurso total das locomotivas nos diversos serviços

PERCURSOS DIVERSOS	NUMERO DE LOCOMOTIVAS	PERCURSO TOTAL EM KILOMETROS
Locomotivas que percorreram até 10.000 kilometros		
Locomotivas que percorreram de 10.000 a 20.000 kilometros		
Locomotivas que percorreram de 20.000 a 30.000 kilometros		
Locomotivas que percorreram de 30.000 a 40.000 kilometros		
Locomotivas que percorreram de 40.000 a 50.000 kilometros		
Locomotivas que percorreram mais de 50.000 kilometros		
Totaes		

ESTRADA DE FERRO DE.....

Linha em tráfego (extinto....)

Consumo de combustível, lubrificantes e estopa no... semestre de 193...

No serviço de tráfego ordinário, especial e extraordinário.

Total

Total

No serviço do lastro.

DESTINAÇÃO	COMBUSTÍVEL	GRAXA	ÓLEOS	ESTOPA
	Quantidade em kilogrammas Valor em réis	Quantidade em kilogrammas Valor em réis	Quantidade em litros Valor em réis	Quantidade em kilogrammas Valor em réis
Locomotivas, Veículos.				
Total no semestre anterior.				
Diferença relativa ao semestre anterior: Para mais. Para menos.				

Por locomotiva-kilometro e veículo-kilometro.

DESTINAÇÃO	COMBUSTÍVEL	GRAXA	ÓLEOS	ESTOPA
	Quantidade em kilogrammas Valor em réis	Quantidade em grammas Valor em millesimos de real	Quantidade em millimetros Valor em millesimos de real	Quantidade em grammas Valor em millesimos de real
Locomotiva-kilometro, Idem no semestre anterior.				
Diferença relativa ao semestre anterior: Para mais. Para menos.				
Veículo-kilometro, Idem no semestre anterior.				
Diferença relativa ao semestre anterior: Para mais. Para menos.				

Proble. Econ. n. 128 — Par. 208

DESTINAÇÃO	COMBUSTÍVEL	GRAXA	ÓLEOS	ESTOPA
	Quantidade em kilogrammas Valor em réis	Quantidade em kilogrammas Valor em réis	Quantidade em litros Valor em réis	Quantidade em kilogrammas Valor em réis
Locomotivas, Veículos.				
Total no semestre anterior.				
Diferença relativa ao semestre anterior: Para mais. Para menos.				

Por locomotiva-kilometro e veículo-kilometro.

DESTINAÇÃO	COMBUSTÍVEL	GRAXA	ÓLEOS	ESTOPA
	Quantidade em kilogrammas Valor em réis	Quantidade em grammas Valor em millesimos de real	Quantidade em millimetros Valor em millesimos de real	Quantidade em grammas Valor em millesimos de real
Locomotiva-kilometro, Idem no semestre anterior.				
Diferença relativa ao semestre anterior: Para mais. Para menos.				
Veículo-kilometro, Idem no semestre anterior.				
Diferença relativa ao semestre anterior: Para mais. Para menos.				

ESTRADA DE FERRO DE...

Linha em trafego (extensão.....)

Despeza com a tracção e conducção de trens durante o..... semestre de 189...

DESIGNAÇÕES	TRACÇÃO		TRAFEGO		TOTAL	TOTAL NO SEMESTRE ANTERIOR	DIFFERENÇA EM RELAÇÃO AO SEMESTRE ANTERIOR	
	Pessoal	Material	Pessoal	Material			para mais	para menos
Totaes.....								
Por trem kilometro.....								
Por locomotiva-kilometro.....								
Por vehiculo-kilometro.....								
Por 100 viajantes-kil. (1ª classe)								
Por 100 viajantes-kil. (2ª classe)								
Por 100 viajantes-kil. (3ª class e)								
Por tonelada-kilometro.....								

ESTRADA DE FERRO DE.....

Linha em tráfego (extensão.....)

Utilização dos veículos e trens no..... semestre de 189...

DESIGNAÇÕES	NO SEMESTRE	NO SEMESTRE ANTERIOR	DESIGNAÇÕES	NO SEMESTRE	NO SEMESTRE ANTERIOR
Numero de viajantes embarcados	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Numero de animais embarcados		
Numero de viajantes transportados a um kilometro	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Numero de animais transportados a um kilometro		
Percurso kilometrico médio de um viajante	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Percurso kilometrico médio de um animal		
Numero médio de viajantes por trem-kilometro	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Toneladas de bagagens e encomendas despachadas		
Numero médio de viajantes por vehiculo - kilometro (contados por 2 vehiculos os grandes de 8 rodas)	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Toneladas de bagagens e encomendas transportadas a um kilometro		
Percurso dos logares offerecidos	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Percurso kilometrico médio de uma tonelada de bagagens e encomendas		
Relação % entre o percurso dos logares occupados e o percurso dos logares offerecidos	1ª classe 2ª classe 3ª classe Das tres classes		Numero de toneladas embarcadas	Total Excluindo os transportes em serviço da estrada	
			(Mercadorias em geral)		
			Numero de toneladas transportadas a um kilometro	Total Excluindo os transportes em serviço da estrada	
			(Mercadorias em geral)		
			Percurso kilometrico médio de uma tonelada	Total Excluindo os transportes em serviço da estrada	
			(Mercadorias em geral)		
			Numero médio de toneladas de mercadorias	Por vagão-kilometro Por trem-kilometro	
				Entre o percurso dos vagões de cargas vazios e o percurso total	
			Relações %	Entre o numero de toneladas-kilometro de mercadorias e a capacidade dos vagões (vazios ou cheios)	

Annexo n. 7

ESTRADA DE FERRO DE.....

Linha em trafego (extensão.....)

Substituição do material da via permanente e telegrapho durante o.... semestre de 189...

DESIGNAÇÕES	DURAÇÃO MÉDIA DO MATERIAL RETIRADO	PESO EM KILOGRAMMAS DO MATERIAL SUBSTITUIDO			QUANTIDADE DO MATERIAL SUBSTITUIDO		
		Por metro corrente	Por peça	Total	Em metros correntes	Em metros cubicos	Em numero
Trilhos			X	—			—
Accessorios de trilhos		—	—		—	—	—
Agulhas		—		—	—	—	—
Corações		—		—	—	—	—
Accessorios de desvios		—	—		—	—	—
Dormentes (de...X...X...)		—		—	—	—	—
Lastro ordinario	—	—	—	—	—		—
Lastro de pedra quebrada	—	—	—	—	—		—
Postes telegraphicos		—		—	—	—	—
Fios telegraphicos			X	—	X		—
Isoladores		—		—	—	—	—
Apparelhos telegraphicos		—	—	—	—	—	—

ESTRADA DE FERRO DE...

Linha em tráfego (extensão...)

Demonstração do movimento e receita de viajantes no... semestre..., de 189...

ESTAÇÕES DE PROCEDENCIA	CLASSE DOS LOGARES	ESTAÇÕES DE DESTINO																TOTAL POR ESTAÇÃO DE PROCEDENCIA	
		H		G		F		E		D		C		B		A		Número	Produto em réis
		Número	Produto em réis	Número	Produto em réis	Número	Produto em réis	Número	Produto em réis	Número	Produto em réis	Número	Produto em réis	Número	Produto em réis				
A	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
B	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
C	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
D	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
E	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
F	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
G	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
H	{ 1. ^a 2. ^a 3. ^a																		
Totais por estação de destino {		Número	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		Produto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Nota — Este quadro terá as dimensões precisas para abranger todas as estações.
 Poder Executivo 1898 — Pag. 512 — 1

ESTRADA DE FERRO DE...

Linha em trafego (extensão....)

Demonstração do movimento e receita de bagagens e encomendas despachadas no.....
semestre de 189...

ESTAÇÕES DE PROCEDENCIA	ESTAÇÕES DE DESTINO												TOTAES POR ESTAÇÃO DE PROCEDENCIA	
	G		F		E		D		C		B		A	
	Peso em kilos	Productos em réis	Peso em kilos	Productos em réis	Peso em kilos	Productos em réis	Peso em kilos	Productos em réis	Peso em kilos	Productos em réis	Peso em kilos	Productos em réis	Peso em kilos	Productos em réis
A	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
B	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
C	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
G	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totales por esta- ções de destino	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Observação — As bagagens e encomendas despachadas por volume são incluídas neste quadro á razão de 1.000 kilos por metro cubico.

Poder Executivo 1898 — Pag. 512 — 2

Nota — Este quadro terá as dimensões precisas para abranger as estações.

ESTRADA DE FERRO DE.....

Linha em trafego (extensão....)

Demonstração do movimento e receita de animaes despachados durante o..... semestre de 189.....

ESTAÇÕES DE PROCEDENCIA	ESTAÇÕES DO DESTINO												TOTAES POR ESTAÇÃO DE PROCEDENCIA	
	G		F		E		D		C		B		A	
	Numero	Product o em réis	Numero	Product o em réis	Numero	Product o em réis	Numero	Product o em réis	Numero	Product o em réis	Numero	Product o em réis	Numero	Product o em réis
A	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
B	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
C	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
G	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totaes por estação de destino	Numero	Product o	Numero	Product o	Numero	Product o	Numero	Product o	Numero	Product o	Numero	Product o	Numero	Product o

Nota — Este quadro terá as dimensões precisas para abranger todas as estações.

ESTRADA DE FERRO DE.....

Linha em trafego (extensão)

Demonstração do movimento e receita de carros despachados durante o..... semestre de 189.....

ESTAÇÕES DE PROCEDENCIA	ESTAÇÕES DE DESTINO												TOTAES POR ESTAÇÃO DE PROCEDENCIA	
	G		F		E		D		C		B		A	
	Numero	Productos em réis	Numero	Productos em réis	Numero	Productos em réis	Numero	Productos em réis	Numero	Productos em réis	Numero	Productos em réis	Numero	Productos em réis
A	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
B	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
C	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
G	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totales por esta- ção de destino	Numero	Productos	Numero	Productos	Numero	Productos	Numero	Productos	Numero	Productos	Numero	Productos	Numero	Productos

Nota— Este quadro terá as dimensões precisas para abranger todas as estações.

ESTRADA DE FERRO DE....

Linha em trafego (extensão.....)

Demonstração do movimento e receita de mercadorias despachadas no.... semestre de 189...

ESTAÇÕES DE PROCEDENCIA	ESTAÇÕES DO DESTINO										TOTAES POR ESTAÇÃO DE PROCEDENCIA	
	F		E		D		C		B		A	
	Peso em kilos	Producto em réis	Peso em kilos	Producto em réis	Peso em kilos	Producto em réis	Peso em kilos	Producto em réis	Peso em kilos	Producto em réis	Peso em kilos	Producto em réis
A	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
B	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
C	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totaes por estação { do destino. } Producto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Observação — As mercadorias despachadas a volume são incluídas neste quadro na razão de 1.000 kilos por metro cubico.
Poder Executivo 1898 — Pag. 512 — 5

Nota — Este quadro terá as dimensões precisas para abranger todas as estações.

ESTRADA DE FERRO DE....

Linha em trafego (extensão....)

Demonstração da receita das estações no.... semestre de 189....

ESTAÇÕES	PASSAGENS E FRETES						RENDAS DIVERSAS						TOTAL NO SEMESTRE	TOTAL NO SEMESTRE ANTERIOR
	Viajantes	Bagagens e encomendas	Animaes	Carros	Mercadorias	Aluguel de trens e vehiculos	Telegrapho	Armazenagem	Multas	Seguro	Concerto de involucros	Entrega a domicilio		
A														
B														
C														
D														
E														
F														
G														
H														
I														
J														
K														
L														
M														
N														
O														
P														
Q														
R														
S														
T														
U														
V														
W														
X														
Y														
Z														
Totacs....														

Annexo n. 13

ESTRADA DE FERRO DE....

Custo do primeiro estabelecimento da linha aberta
ao tráfego com a extensão de...

TITULO I			
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E DESPESAS GERAES			
Capitulo I — <i>Administração superior</i>			
Art. 1.º Honorarios da Directoria da companhia.	\$		
» 2.º Pessoal, material e despesas diversas do escriptorio central da companhia.....	\$	\$	
Capitulo II — <i>Despesas geraes</i>			
Art. 1.º Honorarios do engenheiro-fiscal ou quota para fiscalização.....	\$		
» 2.º Organização da companhia, aquisição de privilegios e despesas geraes.....	\$	\$	
TITULO II			
CONSTRUÇÃO			
Capitulo III — <i>Despesas geraes</i>			
Art. 1.º Desapropriação, indemnização e occupa- ção temporaria de terrenos.....	\$		
» 2.º Estudos, projecto e locação.....	\$		
» 3.º Despesas com os escriptorios.....	\$		
» 4.º Engenheiros, auxiliares e despesas di- versas.....	\$	\$	
Capitulo IV — <i>Preparação do leito</i>			
Art. 1.º Trabalhos preparatorios.....	\$		
» 2.º Excavações e aterros.....	\$		
» 3.º Despesas diversas.....	\$	\$	

Transporte...	\$		
Capítulo V— <i>Obras de arte</i>			
Art. 1.º Obras de alvenaria e cantaria.....	\$		
» 2.º Obras de ferro.....	\$		
» 3.º Obras de madeira.....	\$		
» 4.º Despezas diversas.....	\$	\$	\$
Capítulo VI— <i>Via permanente, terreno e linha de serviço</i>			
Art. 1.º Telhados e acessórios.....	\$		
» Dormentes e mais peças de madeira...	\$		
» Material metálico para de vias.....	\$		
» Giradores.....	\$		
» Lastro e assentamento da via permanente, etc.....	\$		
» Despezas diversas.....	\$	\$	\$
Capítulo VII— <i>Aluguer, cercas e pontes</i>			
Art. 1.º Cercas, cercas e pontes.....	\$		
Capítulo VIII— <i>Linha telegraphica ou telephonica</i>			
Art. 1.º Material.....	\$		
» 2.º Assentamento.....	\$		
» 3.º Despezas diversas.....	\$	\$	\$
Capítulo IX— <i>Estações e mais edifícios e dependências</i>			
Art. 1.º Estações, armazéns e depósitos.....	\$		
» 2.º Edifício para officina e depósitos.....	\$		
» 3.º Casas de guarda, guarita, e casa para empregados.....	\$		

Transporte....	\$		
Art. 4.º Caixas e canalisação de agua.....	\$		
» 5.º Mobília, utensílios eapparelhos para as estações, armazens e trapiches.....	\$	\$	\$
TITULO III			
MATERIAL DE TRACÇÃO E DE TRANSPORTE			
Capitulo X — <i>Material</i>			
Art. 1.º Locomotivas.....	\$		
» 2.º Carruagens para viajantes.....	\$		
» 3.º Vagões.....	\$		
» 4.º Troleys	\$	\$	\$
Capitulo XI — <i>Armação e despesas diversas</i>			
Art. 1.º Armação de locomotivas e vehiculos....	\$		
» 2.º Despesas diversas.....	\$	\$	\$
TITULO IV			
MATERIAL DE OFFICINAS E DEPOSITOS			
Capitulo XII — <i>Material</i>			
Art. 1.º Motores e transmissores.....	\$		
» 2.º Machinas uteis e ferramentas.....	\$		
» 3.º Utensílios e apparelhos.....	\$	\$	\$
Capitulo XIII — <i>Installação</i>			
Art. 1.º Installação das machinas.....	\$		
» 2.º Despesas diversas.....	\$	\$	\$
Total.....		\$	\$

Linha em trafego (extensão.....)

Balanco da receita e despesa da linha em trafego no... semestre de 189....

RECEITA

DESPEZA

Passagens e fretos :				Administração e direcção geral :			
Viajantes	<div> <div>1ª classe</div> <div>2ª classe</div> <div>3ª classe</div> </div>	\$	\$	Honorarios da Directoria da companhia.....	\$	\$	
Mercadorias	<div>Por</div> <div>Peso</div> <div>Volume</div>	\$	\$	Secretaria geral da companhia. <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
Bagagens e encomendas.....		\$	\$	Direcção geral e despesas geraes. <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> <div>Despesas diversas..</div> </div>	\$	\$	
Animaes.....		\$	\$	Telegrapho ou telephone.. <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
Carros.....		\$	\$	Almoxarifado..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> <div>Materiaes em ser..</div> </div>	\$	\$	
Aluguel de trens ou vehiculos.....		\$	\$				
<i>Rendas diversas</i>				<i>Trafego :</i>			
Telegraphos ou telephone.....		\$	\$	Serviço central..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
Armazenagem.....		\$	\$	Serviço dos trens..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
Multas.....		\$	\$	Serviço das estações..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
Seguro.....		\$	\$				
Concertos e envolveros.....		\$	\$	<i>Serviço commercial :</i>			
Entrega a domicilio.....		\$	\$	Serviço central..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> <div>Diversas despesas..</div> </div>	\$	\$	
Aluguel de buffets.....		\$	\$				
Aluguel de vehiculos ás outras estradas de ferro em correspondencia.....		\$	\$	<i>Locomoção :</i>			
Rendas e lucros eventuaes.....		\$	\$	Serviço central..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
Saldo a corrigir, á vista dos documentos de despesas com a sede da companhia em paiz estrangeiro e dos remettidos directamente da companhia ao Governo..		\$	\$	Tracção..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				Officinas e deposito..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				<i>Via permanente e edificios :</i>			
				Serviço central..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				Policia da via permanente. <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				Conservação de edificios.. <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				Obras novas da linha..... <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				Obras novas de edificios.. <div> <div>Pessoal.....</div> <div>Material.....</div> </div>	\$	\$	
				Deficit a corrigir, como no caso de saldo			
				Réis.....			

DECRETO N. 2886 — DE 29 DE ABRIL DE 1898

Crea um Consulado no Rosario de Santa Fé, Republica Argentina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado no Rosario de Santa Fé, Republica Argentina.

Capital Federal, 29 de abril de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionysio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2887 — DE 29 DE ABRIL DE 1898

Crea um Consulado em Bruxellas

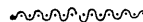
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Bruxellas.

Capital Federal, 29 de abril de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2888 — DE 30 DE ABRIL DE 1898

Abre o credito de 600:000\$ ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

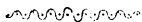
Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de seiscentos contos de réis (600:000\$), para indemnisar a Companhia Brasileira

de Phosphato de Cal dos prejuizos, perdas e damnos resultantes da rescisão do contracto celebrado a 23 de abril de 1887 e de accordo com o termo assignado na Secretaria de Estado do referido Ministerio em 28 do corrente mez.

Capital Federal, 30 de abril de 1893, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2889 — DE 2 DE MAIO DE 1893

Approva o typo de trilhos e respectivos accessorios que tem de ser empregados nos novos planos inclinados na Serra do Mar, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

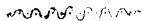
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o typo dos trilhos e respectivos accessorios, que tem de ser empregados nos novos planos inclinados na Serra do Mar, da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, cujos desenhos com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de maio de 1893, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2890 — DE 2 DE MAIO DE 1893

Concede autorisação á *The Faria Gold Mining Company of Brazil, limited* para continuar a funcionar na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Faria Gold Mining Company of Brazil, limited*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á *The Faria Gold Mining of Brazil, limited*, para continuar a funcionar na Republica com as alterações feitas nos seus estatutos, sob as mesmas

clausulas que acompanharam o decreto n. 2508, de 4 de maio de 1897, e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 2 de maio de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Eu, abaixo-assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial nomeado pela Junta Commercial desta praça (escriptorio, rua de S. Pedro n. 14, sobrado) :

Certifico pela presente em como me foi apresentado um folheto contendo um certificado de incorporação e *memorandum* da associação e dos estatutos da *The Faria Gold Mining of Brasil Company, limited*, escripto na lingua ingleza, affirm de o traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão de meu officio e, litteralmente vertido, diz o seguinte :

Traducção

A. Certificado de incorporação de uma companhia.

Certifico pelo presente que *The Faria Gold Mining of Brasil Company, limited*, foi incorporada de accordo com as leis sobre companhias, de 1862 a 1893, como companhia limitada, aos 10 dias de fevereiro de 1898.

Passado pelo meu punho em Londres, aos 12 de março de 1898.—(Assignado) *Ernest Cleave*, ajudante do registrador de companhias anonymas.

Memorandum de associação da «The Faria Gold Mining of Brasil Company, limited»

1. O nome da companhia é *The Faria Gold Mining of Brasil Company, limited*.

2. O escriptorio registrado da companhia será sito na Inglaterra.

3. Os fins da companhia são :

a) Adquirir, por compra ou por outra forma, quaesquer minas, terras metalliferas, direitos, dominios e terras de mineração na America do Sul ou outra qualquer parte, e em particular, adquirir certas minas de ouro, bens, terras, dominios e direitos actualmente ou outrora de propriedade de uma companhia

conhecida, como minas de ouro de Faria, hoje em liquidação, juntamente com o seu archivo e effeitos e com vistas a isso celebrar e levar a effeito, com ou sem modificações, um contracto que já foi preparado e expresso ser feito entre *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited* (nelle mencionada por antiga companhia, da primeira parte, (Henry Warth liquidante da antiga companhia), da segunda parte), e *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited* (nelle mencionada como a nova companhia), da terceira parte.

b) Reabrir na America do Sul ou outra qualquer parte os negocios da exploração e trabalho de ouro, quartzo aurifero e outros metaes e mineraes, preparal-os para o mercado, extrahir e preparar metaes e productos mineraes e dispor delles, e em geral realizar as operações de proprietarios de minas, metallurgistas, negociantes e trabalhadores em metal.

c) Melhorar, govir, desenvolver, tirar vantagem, cultivar e realizar operações de cultivadores das terras e propriedades da companhia e de preparadores e negociantes do producto do cultivo das terras e propriedades da companhia.

d) Construir ou adquirir, na America do Sul ou em outra qualquer parte, edificios, obras, machinismos, plantas e ferramentas, construir obras para esgotamento ou desenvolvimento de propriedades mineraes, para irrigação ou desenvolvimento de propriedades agricolas ou para deposito, manufactura, embarque, compra ou disposição de generos, fazer estradas (com ou sem trilhos), canaes, aqueductos, cursos de agua e outros trabalhos para quaesquer fins que tenham relação com os negocios da companhia, dispor e tirar vantagem desses edificios, machinismos, plantas e utensilios ou qualquer interesse em quaesquer dessas obras e alquirir e explorar materias rodantes, barcos, navios e meios de transporte, quer para disposição dos bens da companhia, quer como fonte independente de lucro.

e) Comprar ou por outra forma adquirir quaesquer bens moveis ou immoveis e quaesquer direitos, vantagens, privilegios, concessões ou licenças que possam ser necessarios ou convenientes para quaesquer dos negocios da companhia.

f) Adquirir direitos de patentes e privilegios de igual natureza, no Reino Unido ou em outro qualquer paiz, colonia ou Estado, para qualquer systema de manufactura, de qualquer maneira, em relação com quaesquer operações da companhia e tirar proveito disso, manufacturando, conferindo licenças ou de outra forma.

g) Subscrever para qualquer empreza ou auxilial-a, quando offereça vantagens para os fins da companhia e comprar e possuir acções ou interessar em qualquer companhia ou sociedade que offereça essas vantagens.

h) Vender, alugar, dispor de qualquer propriedade mineral ou outra da companhia, quer a uma outra companhia ou outro comprador e quer por meio de venda ou arrendamento ou por outros quaesquer termos.

i) Fundir-se com qualquer companhia, corporação, firma

ou pessoa, que tenha fins semelhantes ou faça operações identicas a qualquer das desta companhia, ou celebrar qualquer ajuste para participar dos lucros ou para cooperarem ou para auxiliarem-se mutuamente.

j) Empregar e emprestar os dinheiros da companhia que não sejam immediatamente precisos, da maneira que ella julgar conveniente.

k) Adquirir toda ou qualquer parte dos bens ou negocios de qualquer companhia ou associação que tenha fins identicos a qualquer dos desta companhia.

l) Levantar e tomar a emprestimo dinheiro, da maneira que lhe parecer conveniente e hypothecar ou onerar, absoluta e condicionalmente, toda ou qualquer parte dos bens moveis ou de raiz ou outro activo da companhia, incluindo chamadas por pagar ou capital não pago; tambem tomar a emprestimo qualquer importancia ou importancias de dinheiro, por titulos, letras de cambio, notas promissorias, *bonus de debentures*, ou outros, como possa ser considerado conveniente ou vantajoso para a companhia, segundo possam os seus directores determinar.

m) Promover qualquer outra companhia para adquirir todos ou qualquer parte dos bens e realizar qualquer dos compromissos da companhia, ou emprehender quaesquer negocios ou operações que possam auxiliar a companhia, e para esse fim pagar, dos fundos da companhia, todas as despesas da ou incidentes á formação de qualquer dessas companhias e da emissão de seu capital, inclusive corretagem e comissões para angariar pedidos de acções ou para passal as.

n) Distribuir quaesquer acções, *debentures*, garantias ou outros bens, entre os membros da companhia em especie.

o) Fazer tudo o mais que seja incidental ou que leve ao conseguimento dos fins supraditos de qualquer delles.

4. A responsabilidade dos membros é limitada.

5. O capital da companhia é de 60.000 (sessenta mil) libras esterlinas, dividido em 60.000 (sessenta mil) acções de uma libra esterlina cada uma, com poderes para augmental-o ou reduzi-lo e de forma que o capital da companhia (original ou augmentado) possa ser dividido em diferentes classes, possuido nos termos prescriptos pelos estatutos e resoluções especiaes da companhia e de forma que as respectivas classes de acções possam ter o estejam sujeitas ás preferencias e restricções (si houverem) que possam ser prescriptas pelos estatutos e resoluções especiaes.

Qualquer parte do capital pôde ser emittido em fundo ou em acções, o qual será considerado ou creditado como parcial ou totalmente pago ou em garantas de acções ao portador, para acções totalmente pagas e poderão ser pagos a quaesquer accionistas os juros que possam ser convencionados sobre todas as importancias pagas em adiantamentos de chamadas.

Nês, as diversas pessoas cujos nomes e residencias se acham subscriptas, desejando nos formar em uma companhia, de conformidade com este *memorandum* de associação, respectivamente

concordamos tomar o numero de acções no capital da companhia, expresso ao lado dos nossos respectivos nomes :

Numero de acções tomadas por cada escriptor

Nomes, residencias e qualidades dos subscriptores :

Ernest William Mantle, 21 Glassyn Road, Croerke End, N. Empregado do commercio.....	1
Benjamin Washington Green, 118—Barry Road, East Dul- wick, S. E. Emprag do do commercio.....	1
Walter de Costa Keyes, 21 Chapels Road—Stanford Hill N. Empregado do commercio.....	1
Rowland John Jones, 13 Bickdale Road, Catford. Con- tador.....	1
Dermott Gabriel O'Neill, 45, The Gardens, East Dulwick S. E. Empregado do commercio.....	1
Robin Bawtree, Lyndhurst, Carshalton Grove, Sutton. Empregado do Commercio.....	1
Arthur James Larkman, 11 White H Gardens, Gummors- bury. Contador.....	1

Datado de nove de fevereiro de mil oitocentos e noventa e oito.
Testemunha das assignaturas acima. — (Assignado *George
Handel Wells*, 10 Durlston Road—Hupper Clapton. Contador.

Estatutos da « The Faria Gold Mining Company of Brasil,
Limited

As disposições da tabella A, da lei sobre companhias, de 1862, não terão applicação á companhia, porém em seu lugar vigorarão os estatutos da companhia que serão como se segue :

INTERPRETAÇÃO

1.º Na comprehensão destes estatutos, as palavras que se acham no numero singular incluirão o plural, as que se acham no plural incluirão o singular, as que se acham no genero masculino incluirão o feminino, as palavras designando pessoas incluirão corporações, e escriptes incluirão impressões, lithographias e outros substitutos usuaes da escripta ; *mez* entender-se-ha mez do calendario ; o *registro* significará o registro de membros exigido pela lei de companhias de 1862.

NEGOCIOS

2.º O escriptorio da companhia será sito no lugar, em Inglaterra, que os directores possam a todo tempo designar.

Os directores poderão tambem estabelecer escriptorios filiaes nos logares que a todo tempo julgarem necessarios para o efficaz funcionamento dos negocios da companhia.

A companhia, agindo pelos directores, poderá exercer todos os poderes da lei de 1864, sobre sellos da companhia.

3. A companhia poderá encetar operações, não obstante não estar distribuída ou subscripta qualquer parte do capital.

4. As primeiras transacções da companhia serão adoptar por sua parte o contracto mencionado na clausula 3^a § a do *memorandum* de associação, com ou sem modificações ou alterações que os directores julgarem convenientes e as outras partes do dito contracto sujeitarem-se, e executar os negocios de mineração e outros sobre os ditos bens.

5. Os directores não serão responsaveis pela validade legal de qualquer contracto de mineração ou outros direitos de propriedade dos vendedores das terras mencionadas no *memorandum* de associação, porém poderão aceitar o direito dos vendedores a ellas; e com relação a direitos de mineração em qualquer parte das ditas terras, sobre as quaes exista qualquer duvida, os directores poderão aceitar esses direitos de mineração como os vendedores os possuem.

CAPITAL

6. Os directores poderão, sujeitos ás disposições da lei sobre companhias de 1867, emittir quaesquer acções integral ou parcialmente, pagas como pagamento ou parte de pagamento de qualquer propriedade adquirida pela companhia ou de obra feita para ella, e podem, com relação a quaesquer acções (incluindo acções em lugar de acções cahidas em commissão ou entregues) que a todo tempo ficarem por emittir (depois de promoverem a aquisição das terras mencionadas no *memorandum* de associação), podem emittil-as ás pessoas e nos termos que elles julgarem convenientes.

7. Si estiverem duas ou mais pessoas registradas como possuidoras de qualquer acção, qualquer uma dellas poderá passar recibos validos por qualquer dividendo a pagar por essa acção.

8. A companhia não será obrigada a reconhecer interesse parcial, equitativo, futuro ou contingente em qualquer acção, nem responsabilidade collectiva ou dividida referente a qualquer acção, nem qualquer outro interesse ou responsabilidade a respeito de qualquer acção, a não ser o interesse e a responsabilidade do possuidor registrado na acção.

9. Todo membro terá direito a um certificado com o sello commun da companhia, especificando as acções que elle possuir, com os respectivos numeros e as importancias que por elle tiver pago.

10. Si se estragar ou perder-se esse certificado, poderá elle ser renovado sob o pagamento de um schilling ou menor somma e com a indemnisação ou nos termos quanto á prova, ou de outra forma que os directores possam determinar.

11. Sujeitos a qualquer disposição em contrario, que possa ser feita pela assembléa que sancionar o augmento de capital, todas as acções novas serão dispostas da maneira por que os directores julgarem de mais vantagem para a companhia.

12. Sujeito a quaesquer direitos especiaes, privilegios, prioridades ou vantagens que possam ser inherentes a quaesquer acções novas, qualquer capital levantado pela criação de novas acções será considerado como acções ordinarias e como parte do capital original e essas novas acções serão sujeitas ás mesmas disposições com referencia ao pagamento de chamadas e ao confisção de acções por falta de pagamento de chamadas e por outra fórma, como si essas novas acções tivessem feito parte do capital original.

13. Qualquer privilegio ou incidentes especiaes ligados a qualquer classe especial de acções podem, para o fim de desistir-se desses privilegios ou incidentes especiaes no todo ou em parte, ser alterados por meio de resolução especial subsequente, comtanto que os possuidores de tres quartos dessa classe especial de acções consintam por escripto em tal resolução especial, ficando entendido que os possuidores de acções ordinarias não serão considerados de classe especial para os fins deste artigo e todas as acções da companhia serão consideradas emitidas e possuidas nos termos expressos neste artigo.

14.—A companhia pode a todo tempo reduzir o capital ou subdividir acções, por meio de resolução especial, da maneira e com qualquer dos incidentes prescriptos ou conferidos pelas leis de companhias de 1867 e 1877.

CHAMADAS

15. Os directores podem, com relação a quaesquer acções não emitidas como realisadas integral ou parcialmente para a compra de propriedades, exigir que essa quantia seja paga sob applicação e distribuição da acção que elles julgarem conveniente e podem a todo tempo fazer as chamadas a respeito de dinheiros por pagar por essas acções, como julgarem conveniente. Comtanto que (salvo ajustado por outra forma como parte do contracto para tomada de acções) se dê aviso de sete dias para cada chamada e que nenhuma chamada exceda de uma quarta parte da importancia da acção ou seja pagavel antes de decorridos dous mezes depois do dia em que a ultima chamada prévia se tornou pagavel; cada membro será obrigado a pagar a importancia da chamada ás pessoas e na época e logar designados pelos directores. As prestações que tiverem de ser pagas por quaesquer acções emitidas em termos que prescrevam que os pagamentos deverão ser feitos em datas fixas serão consideradas como chamadas feitas de accordo com estes estatutos, e os supraditos pagamentos serão feitos como e quando determinados por esses termos.

16. A responsabilidade de accionistas collectivos, possuidores de uma acção, com relação ás chamadas sobre essa acção, será tanto separada como collectiva.

17. Será considerada ter sido feita a chamada na época em que foi passada a resolução dos directores autorizando-a.

18. Si a chamada ou prestação a pagar-se por qualquer acção não for paga antes ou no dia designado para o seu pagamento, o possuidor de então dessa acção será obrigado a pagar juros sobre as referidas chamadas em atraso, á taxa que os directores determinarem, não excedendo a de 10% ao anno, desde o dia designado para o seu pagamento até a data do pagamento effectivo.

19. Os directores podem, si julgarem conveniente, receber de qualquer accionista que queira adeantá-la, toda e qualquer parte das importancias por pagar sobre as acções que elle possuir, além da somma actualmente chamada, e a importancia assim paga adiantada ou tanto quanto della estiver todo o tempo em adiantamento de chamadas dará ao possuidor direito aos juros pela taxa e nos termos que o accionista que adeantou a somma e os directores convencionarem.

TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

20. O instrumento de transferencia de qualquer acção da companhia poderá ter a forma geralmente usada e será passado tanto pelo transferente como pelo transferido e o transferente será considerado ficar possuidor dessa acção até que o nome do transferido seja respectivamente lançado no registro.

21. Antes do registro de qualquer transferencia, o instrumento de transferencia será deixado no escriptorio da companhia juntamente com o certificado das acções que teem de ser transferidas e com qualquer outra prova que os directores possam exigir para provar-se o direito do transferente, e a transferencia será de então por deante guardada pela companhia.

22. Pagar-se-ha pelo registro de qualquer transferencia ou transmissão de acções uma quantia não excedente a dous schillings e seis pence, que os directores a todo tempo marcarem.

23. Os directores podem, dando ou não a razão, recusar o registro de transferencia de acções não integralizadas a qualquer pessoa não approvada por elles, ou feita conjuntamente ou só por qualquer accionista devedor á companhia ou obrigado para com a companhia ou qualquer transferencia de acções feita por menores ou pessoa insana.

24. Os livros de transferencia poderão estar fechados durante o tempo que os directores possam determinar, comtanto que não o sejam por mais de trinta dias em cada anno.

25. Os testamenteiros ou inventariantes de um accionista fallecido, que na época de seu fallecimento era o unico possuidor de quaesquer acções, serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo direito a essas acções, e os sobreviventes.

tes de quaesquer accionistas conjuntamente habilitados a quaesquer acções serão as unicas pessoas reconhecidas como tendo direito ás acções assim conjuntamente possuidas.

26. Qualquer pessoa interessada em uma acção em razão de morte, fallencia ou insolvibilidade de qualquer accionista, ou de casamento de qualquer mulher-accionista ou por quaesquer outros meios legais, a não ser por transferencia, de conformidade com estes regulamentos, pôde, apresentando as provas que os directores julgarem sufficientes, ser ella mesma registrada como possuidora dessa acção ou pôde, apresentando essas provas e fazendo uma transferencia de accordo com estes regulamentos, fazer registrar o transferido como esse possuidor, ficando entendido que os directores terão o mesmo arbitrio de recusar o registro de um transferido como no caso de transferencias por membros registrados.

27. Pessoa nenhuma reclamando um titulo para uma acção por transmissão terá direito a respeito de tal acção, excepto o de ser registrado ou fazer registrar o seu transferido, de accordo com os regulamentos da companhia, e um direito de receber dividendos (si houverem) actualmente declarados antes da morte ou outra transmissão de interesses.

COMMISSO DE ACÇÕES

28. Si qualquer accionista deixar de pagar qualquer chamada ou prestação no dia marcado para o seu pagamento, os directores podem em qualquer tempo depois, durante o tempo em que a chamada ou prestação estiver por pagar, mandar-lhe um aviso para pagar essa chamada ou prestação, juntamente com juro não excedendo a 10 % ao anno, e quaesquer despesas que tenham provindo por essa falta de pagamento, e declarando que no caso de não pagamento no dia e no lugar (quer no escriptorio da companhia, quer em um banco) designado no dito aviso, a acção ficará sujeita a commisso.

29. Si as exigencias de qualquer aviso como dito acima não forem attendidas, a acção, a cujo respeito tenha sido dado esse aviso, poderá ser em qualquer tempo depois confiscada por uma resolução dos directores para este fim e o possuidor della deixará dahi em diante de ter qualquer interesse nella, e o seu nome será riscado do registro como possuidor; mas será, não obstante o confisco, responsavel pelo pagamento á companhia de todas as chamadas ou prestações devidas pelas acções na data do confisco e do respectivo juro, si houver.

RESIGNAÇÃO DE ACÇÕES

30. Si, por qualquer causa que seja, os directores julgarem conveniente, elles poderão acceptar a resignação de qualquer acção nos termos que julgarem convenientes, comtanto que

parte nenhuma do activo da companhia seja empregada na compra das suas proprias acções ou em empréstimos sobre as garantias das mesmas.

VENDA E CANCELLAÇÃO E RE-EMIÇÃO DE ACÇÕES CONFISCADAS
OU ENTREGUES

31. Os directores podem vender qualquer acção confiscada ou resignada, como julgarem conveniente, e registrar o comprador como o seu possuidor.

32. Os directores podem cancelar qualquer acção adquirida por confisco ou resignação, e emittir uma nova em lugar daquelle.

DIREITO DE PENHOR SOBRE ACÇÕES

33. A companhia terá um primeiro e primordial direito de penhor sobre as acções não integralizadas de qualquer accionista que estiver em divida para com a companhia, e sobre todos os dividendos e beneficios que lhe couberem em virtude dessas acções, para o pagamento das dividas vencidas ou por qualquer contracto por cumprir e esse direito de penhor existirá por dividas devidas por esse membro, quer só, quer conjuntamente com qualquer outra pessoa, e por quaesquer dividas que se tornem devidas antes de um registro actual de uma transferencia, si os directores tiverem recusado esse registro por qualquer das razões já mencionadas e se estenderá ao interesse absoluto em qualquer acção pertencente a um membro conjuntamente com outra qualquer pessoa.

34. A companhia terá o direito de effectuar esse penhor por venda ou confisco e emissão das acções ou pela retenção de todos os dividendos e lucros relativos a ellas, ou por qualquer combinação dos mesmos meios.

DIREITO A ACÇÕES

35. Afim de levar-se a effeito uma venda de qualquer acção adquirida pela companhia por confisco ou entrega que os directores possam preferir vender a cancelar e re-emittir, ou uma venda de qualquer acção, a cujo respeito exista tal penhor, os directores podem executar sob o sello da companhia uma transferencia dessa acção ao seu comprador, e essa transferencia conferirá os mesmos direitos ao transferido como si ella tivesse sido executada pelo accionista em cujo nome a acção tiver sido registrada; ficando entendido que a venda de qualquer acção a respeito de um penhor não terá logar sem aviso prévio de um mez ao seu possuidor registrado.

36. O recurso de qualquer accionista por qualquer irregularidade em qualquer confisco de acção ou na excussão de

penhor, ou penhor allegado sobre qualquer acção, será somente por damnos, e o registro será prova concludente de direito a uma acção contra qualquer pessoa que reclame como ou por possuidor primitivo de uma acção que os directores tenham tencionado confiscar, cancellar ou dispor, segundo os regulamentos da companhia.

CONVERSÃO DE ACÇÕES EM CAPITAL

37. Os directores podem, com a sanção da companhia, previamente dada em assemblea geral, converter quaesquer acções integralizadas em capital.

38. Quando quaesquer acções forem convertidas em capital, os diversos possuidores desso capital podem desde então transferir os seus respectivos interesses nelle ou qualquer parte desses interesses, da mesma maneira e sujeito aos mesmos regulamentos, como e sujeitos aos quaes quaesquer acções no capital da companhia possam ser transferidas, ou tanto quanto as circumstancias o admittam; porém, de maneira que os directores poderão crear regulamentos quanto á importancia minima de capital que póde ser transferido e sobre que partes de uma libra (si houver) póde ser transferido.

39. Os diversos possuidores do capital terão direito de participação nos dividendos e lucros da companhia, conforme a importancia de seus respectivos interesses em tal capital e esses interesses conferirão, em proporção á sua importancia, aos seus respectivos possuidores os mesmos privilegios e vantagens para votarem em assemblea da companhia, e para outros fins, como si tivessem sido conferidos por acções de importancia igual no capital da companhia, porém de forma que nenhum desses privilegios ou vantagens, excepto a participação nos dividendos e lucros da companhia, será conferido por qualquer parte aliquota de capital consolidado, como não seriam, si existindo em acções, conferidos esses privilegios ou vantagens.

GARANTES DE ACÇÕES

40. A companhia póde emittir garantes nos e sujeitos aos termos, condições e disposições aqui adeante contidos com referencia a acções ou capital nelle especificados; esse garante terá effeito de conformidade com as disposições da lei de companhias de 1867 e ou qualquer outra lei em vigor a elles applicavel.

41. Os garantes de acções serão emittidos com o sello da companhia, assignados por dous directores e rubricados pelo secretario ou por outro qualquer empregado no lugar do secretario, para isso nomeado pelos directores.

42. Cada garante de acção conterá o numero de acções ou a importancia do capital e será no idioma e forma que os directores julgarem conveniente.

O numero originalmente lançado em cada acção será declarado no garante de acção.

43. Será annexado aos garantes de acções coupons pagaveis ao portador do numero que os directores julgarem proprio, providenciando para os pagamentos dos dividendos ou juros sobre ou a respeito das acções ou capital nelles incluidos.

44. Os directores providenciarão da maneira que elles julgarem a todo tempo conveniente, para a emissão de novos coupons aos portadores de então de garantes de acções, quando os coupons a elles annexos tiverem acabado.

45. Cada coupon se distinguirá pelo numero do garante de acção ao qual elle pertence e por um numero designando o logar que elle occupa na série de coupons pertencentes áquelle garante. Os coupons não exprimirão serem pagos em nenhum periodo particular, nem conterão declaração alguma sobre a importancia que tiver de ser paga. Elles serão pagos no logar ou logares e serão em outros respeitos na lingua e forma que os directores a todo tempo julgarem conveniente.

46. O portador de então de um garante de acções, sujeito, porém, aos regulamentos da companhia que na occasião sejam applicaveis ás acções ao portador e até a extensão sómente e sob as condições previstas, será um accionista da companhia a respeito das acções ou capital especificados no dito garante de acção, mas não terá o direito de votar por procuração em assumptos relativos ás acções ou ao capital nelle incluido.

47. Depois de declarado pagar-se dividendos ou juros sobre acções ou capital especificado em qualquer garante de acção, os directores publicarão um aviso em um jornal diario, publicado em Londres e em outros jornaes da Inglaterra ou fóra (si houver) que elles julgarem conveniente, declarando a importancia por acção ou por cento a pagar-se, a data do pagamento e o numero de série do coupon que tem de ser apresentado; e dahi qualquer pessoa que apresentar ou entregar um coupon daquelle numero de série no logar ou em um dos logares declarados no coupon ou no dito annuncio, terá direito a receber á expiração desse numero de dias (não excedendo a cinco), depois da entrega que os directores a todo tempo marcarem, o dividendo ou juro por pagar-se por todas as acções ou capital especificadas no garante de acção, ao qual pertenceu o referido coupon, de conformidade com o aviso que tiver sido assim dado por annuncio.

48. A companhia, não obstante qualquer aviso ou conhecimento que ella possa receber ou ter, não será responsavel por nem obrigada a reconhecer qualquer direito legal ou de equidade, titulo ou interesse em ou a respeito de quaesquer acções ou capital representados por um garante de acções, exceptuando os seguintes direitos:

a) um direito absoluto ao portador de então de qualquer acção, assim avisado, como acima dito, para pagamento da importancia de dividendo ou juro sobre o garante de acção ao qual pertence

o dito coupon que tiver sido como acima declarado pagavel á apresentação e entrega daquelle coupon.

Este direito, porém, absolutamente cessará e finalizará, si o dito portador de qualquer maneira perder ou extraviar o dito coupon, ou si este de alguma maneira se destruir ;

b) um direito absoluto ao portador de então ás acções ou capital incluídos no referido garante e todos os benefícios nelle, além do dividendo ou juro que for, como acima dito, pagavel pelas ditas acções ou capital. Este direito, porém, cessará e terminará absolutamente si o dito portador de qualquer maneira perder ou extraviar o dito garante de acção e coupons não annunciados, ou qualquer delles, ou si os mesmos ou qualquer um delles de qualquer forma se destruir.

49. Pessoa nenhuma, como portadora de um garante de acção terá o direito ou lhe será permittido de assistir ou votar ou exercer qualquer dos direitos de accionistas em qualquer assemblea geral da companhia a respeito das acções ou capital especificados no garante de acções, salvo si, com antecedencia de sete dias pelo menos, antes do dia marcado para a reunião, tiver depositado o dito garante de acção no escriptorio ou em qualquer logar que os directores a todo tempo determinarem, juntamente com uma declaração por escripto de seu nome e residencia, e si o dito garante de acção ficar assim depositado até depois que a assemblea geral tiver tido logar.

Os nomes de mais de uma pessoa como proprietarios collectivos de um garante de acção não serão recebidos. Entregar-se-ha ao portador, que assim depositar um garante de acção, um certificado declarando o seu nome e residencia, e o numero de acções ou a importancia de capital especificado no garante de acção, assim depositado por elle, o qual certificado lhe dará direito de assistir e votar na assemblea geral, da mesma maneira (porém não mais) como si elle fosse accionista registrado a respeito das acções ou capital especificados no dito certificado, sob entrega deste certificado, a elle dado, sendo-lhe devolvido o garante de acção do qual tenha sido dado.

50. Pessoa nenhuma, como portadora de um garante de acção, terá direito de exercer, a respeito das acções ou capital nelle especificados, o direito conferido aos accionistas pelo art. 63, de assignar um requerimento para a convocação de uma assemblea geral extraordinaria ou o direito a elles dado pelo art. 65 para convocar essa assemblea, sem que antes que o dito requerimento seja deixado no escriptorio da companhia ou que o aviso pelos accionistas que convocarem a assemblea seja publicado (segundo possa ser o caso), elle tenha depositado o dito garante da acção no escriptorio da companhia, juntamente com uma declaração por escripto do seu nome e residencia, e em qualquer destes casos o referido garante de acção ficará depositado até depois que tenha logar a assemblea.

51. Pessoa nenhuma, como portadora de garante de acção, terá direito de exercer qualquer dos direitos de um accionista, não serem os mencionados nos arts. 49 e 50, sem declarar o seu

numero e residencia e apresentar o referido garante de acções (si os directores o exigirem), permittir que seja feito nelle um endosso do facto, data, fim e consequencia de sua apresentação.

52. O exercicio de todos os poderes da companhia com referencia ás acções ao portador e á emissão de garantas de acções será conferido aos directores.

Não serão, porém, os directores obrigados a exercer os poderes de emittir garante de acções, quer geralmente, quer em qualquer caso particular, a menos que em sua absoluta discreção elles julgarem conveniente assim fazer, e esta discreção não ficará sujeita a revisão ou interferencia de qualquer tribunal de justiça ou de equidade sob motivo nenhum.

53. Sujeito a uma resolução dos directores em contrario nenhum garante de acções será passado sem um pedido por escripto assignado pela pessoa que na occasião esteja inscripta no registro de accionistas da companhia, como possuidor de acção ou capital, a cujo respeito tiver de se passar o garante de acção.

54. O pedido será na fôrma e authenticado da maneira por que os directores a todo tempo determinarem, e será guardado no escriptorio e os certificados das acções ordinarias, então fôrma, a respeito das acções ou capital que se pretender incluir nos garante que se tem de passar serão ao mesmo tempo entregues aos directores para serem cancellados, salvo si elles, no exercicio de sua discreção e sob as condições que julgarem convenientes, dispensarem essas entregas e cancellações.

55. Qualquer accionista registrado que pedir que lhe sejam passados garantas de acção, a respeito de quaesquer acções ou capital, pagará, na occasião de fazer o pedido, aos directores, si estes julgarem conveniente exigir, o direito do sello que na occasião for imposto por lei nos garantas de acção, bem como uma despesa não excedendo um shilling por cada garante de acção, como os directores a todo tempo fixarem.

56. Si o portador de então de um garante de acção entregal-a aos directores para ser cancellado e pagar o sello imposto para a emissão de um novo garante de acção, e a despesa que não exceda de um shilling por cada garante de acção, segundo determinarem os directores, a todo tempo, si julgarem conveniente, poderão passar-lhe novos garantas de acção pela acção ou acções ou capital especificados no garante de acções, assim entregue para ser cancellado; porém, em circumstancia nenhuma, elles passarão novo garante de acção por qualquer acção ou capital para os quaes tiver sido previamente passado garante de acção e sem que o garante de acção previamente passado tenha sido primeiramente entregue a elles para ser cancellado.

57. Si o portador de um garante de acção entregal-o afim de ser cancellado e no mesmo tempo deixar no escriptorio uma declaração escripta, assignada por elle, na fôrma e authenticada na maneira por que os directores a todo tempo determina-

rem, pedindo para ser registrado como accionista, relativamente ás acções ou capital especificados no dito garante e lançando na dita declaração o seu nome, appellido, e estado ou occupação e residencia, elle terá direito que seja o seu nome inscripto como accionista registrado da companhia pelas acções ou capital especificados no garante de acção assim entregue.

Ficando, porém, entendido que si os directores receberem aviso de qualquer reclamação por qualquer outra pessoa sobre o dito garante de acção, elles podem a seu arbitrio recusar registrar a pessoa que entregar o mesmo garante, como accionista, em relação ás ditas acções ou capital, elles não serão, porem, obrigados a assim recusar, nem sujeitos a responsabilidade alguma para com qualquer pessoa por não recusarem.

EMPRESTIMOS DE DINHEIRO

58. Os directores poderão a todo o tempo tomar dinheiros a empréstimo, para os fins da companhia e podem garantir o repagamento do empréstimo por uma hypotheca ou onus sobre todos ou quaesquer dos haveres da companhia, quer contidos em debentures, representando as importancias emprestadas, ou em qualquer outro título ou documento e podem emittir debentures para garantir o reembolso das importancias tomadas a empréstimo juntamente com os juros, sendo esses debentures perpetuos ou terminavos e reembolsados por sorteio ou por outra forma, de maneira, porém, que a importancia total do dinheiro—principal emprestado e que exista a qualquer tempo sob a garantia desses debentures não exceda á quantia de £ 20.000 (vinte mil libras esterlinas).

Os directores podem tambem (sujeitos aos direitos dos possuidores de debentures que forem emittidos como acima dito) tomar a empréstimo quaesquer sommas que não excedam do total, a qualquer tempo, de £ 10.000 (dez mil libras esterlinas) para os fins provisorios da companhia.

59. Pessoa nenhuma que emprestar dinheiro ou que der credito á companhia será obrigada a indagar para que fim é o dinheiro pedido.

ASSEMBLÉAS GERAES

60. A primeira assembléa geral terá lugar na época, que não excederá de quatro mezes depois do registro da companhia e no lugar que os directores podem determinar.

61. As assembléas geraes subsequentes terão lugar na época e no local que possam ser marcados pela companhia em assembléa geral, e si não for marcada outra época ou lugar, será realizada uma vez por anno na data e lugar que possam os directores designar.

62. As supramencionadas assembléas geraes serão chamadas assembléas ordinarias. Todas as demais serão chamadas extra-ordinarias.

63. Os directores podem, sempre que julgarem conveniente e quando houver requerimento feito por escripto e assignado por nunca menos de 10 accionistas da companhia, possuindo no todo £ 10.000 (dez mil libras esterlinas) de capital de acções nominaes, convocar uma assembléa geral extraordinaria.

64. Qualquer requerimento feito pelos accionistas exprimirá o fim da assembléa que se propõe convocar e deverá ser deixado no escriptorio registrado da companhia.

65. Ao receberem este requerimento, os directores convocarão immediatamente uma assembléa geral extraordinaria. Si não o fizerem dentro de quatorze dias da data do requerimento, os requerentes ou quaesquer outros accionistas que possuirem noconjuncto acções no valor nominal de £ 10.000 (dez mil libras esterlinas) poderão, elles proprios, convocar uma assembléa geral extraordinaria.

66. Oito dias (pelo menos) antes, dar-se-ha aos accionistas aviso por escripto, especificando o lugar, dia e hora da assembléa, e no caso de negocios especiaes, a natureza geral desses negocios e es-e aviso devera outrosim especificar o lugar designado pelos directores para o deposito de garante de acções e reclarções, segundo o art. 49; porém a falta de recebimento desse aviso por qualquer accionista, ou a omissão accidental de ser elle dado a qualquer accionista, não annullará os actos de qualquer assembléa geral.

PROCEDIMENTO DAS ASSEMBLÉAS GERAES

67. Todos os negocios serão considerados especiaes quando passados em uma assembléa geral extraordinaria, e serão também considerados especiaes quando passados em uma assembléa ordinaria, com excepção da reeleição de directores que se retirarem, nomeação de contadores, sancção de dividendos e o exame das contas, balanços e o relatorio ordinario dos directores.

68. Negocio nenhum será tratado em assembléa geral sem que na occasião em que a assembléa tiver de funcionar esteja presente, em pessoa ou por procuração, um *quorum* de cinco accionistas.

69. Si dentro de meia hora da hora marcada para a assembléa não houver *quorum*, será ella dissolvida si tiver sido convocada por accionistas, segundo os poderes supraditos; em outro qualquer caso ficará ella adiada para o mesmo dia da praxe na semana, na mesma hora e no mesmo lugar, ou para qualquer outro dia, hora ou lugar que os accionistas, então, presentes determinarem.

70. Em qualquer assembléa geral originalmente convocada pelos directores, com ou sem requisigão dos accionistas presentes, qualquer que seja o seu numero, terão a faculdade de resolver todos os assumptos que deveriam ter sido resolvidos na assembléa, cujo adiamento teve lugar, si nella tivesse havido *quorum*.

71. A pessoa (si houver) nomeada neste caso pela directoria para presidente, presidirá nesta qualidade as assembleas geraes da companhia.

72. Si não for nomeado esse presidente, ou si em alguma assemblea elle não estiver presente dentro de 15 minutos depois da hora marcada para ter logar a assemblea, os accionistas presentes escolherão um dentre si para presidente.

73. O presidente pôde, com o consentimento da assemblea, adiar qualquer assemblea a todo tempo e para qualquer logar; porém, em uma assemblea adiada não se poderá tratar de outro negocio que aquelle que ficou por ser decidido ou ficou incompleto na assemblea em que teve logar o adiamento.

74. Em qualquer assemblea geral, salvo si for pedida a votação por escripto, assignada por 10 accionistas, pelo menos, quer em pessoa ou cujos nomes estejam affixados por um procurador convenientemente constituido, uma declaração pelo presidente de que passou uma resolução ou não foi approvada, ou que passou por uma maioria particular ou não passou assim, e um lançamento a este respeito nos livros (protocollos), de actos da companhia, serão prova sufficiente do facto, sem prova do numero ou proporções dos votos dados a favor ou contra a dita resolução.

75. Não se pedirá votação alguma na nomeação de presidente ou em questão de adiamento.

76. Si for pedida uma votação como acima dito, ella será tomada da maneira por que o presidente determinar e o resultado della será considerado como uma resolução da companhia em assemblea geral.

No caso de empate de votos (quer por meio de levantamento de mãos, quer por escrutinio em qualquer assemblea geral), o presidente terá direito a um segundo voto de desempate.

VOTOS

77. Cada accionista terá um voto por cada accção registrada no seu nome, porém nenhum terá direito de votar sem que tenha pago á companhia todas as importancias que a ella dever.

78. Si um accionista se tornar mentecapto, o seu curador poderá votar em refereneia ás suas accções, porém de outra forma voto nenhum será acceto a respeito de accções registradas no nome de uma pessoa legalmente impedida.

79. Si duas ou mais pessoas tiverem conjunctamente direito a quaesquer accções, a pessoa cujo nome figurar em primeiro logar no registro como um dos possuidores das ditas accções, e não outra, terá direito de votar relativamente ás mesmas.

80. Os votos de accionistas, a não serem os possuidores de garantas de accções, podem ser dados pessoalmente ou por procuração.

O instrumento nomeado procurador será por escripto assignado pelo outorgante, ou, sendo esta corporação, conterá o respectivo sello social.

81. Pessoa nenhuma será nomeada procurador ou funcionará como tal em qualquer assembléa, sem que na época da nomeação seja accionista e qualificado a votar, nem sem que o instrumento de nomeação seja depositado no escriptorio registado da companhia, nunca menos de 48 horas antes da hora marcada para a assembléa ou para qualquer adiamento della, em que o accionista nomeado pretende votar.

Instrumento nenhum nomeando procurador terá validade depois da expiração de 12 mezes da data de sua execução, excepto para qualquer adiamento da assembléa para a qual foi elle primitivamente passado, e ainda quando qualquer accionista, residindo no estrangeiro, tenha depositado no escriptorio da companhia um instrumento de procuração (competentemente sellado para este fim), válido para todas as assembléas, durante essa residencia no estrangeiro e até revogação.

82. Todo instrumento de procuração será da fôrma seguinte:

« The Faria Gold Mining Company of Brasil, Limited.

Eu.... de.... accionista da companhia acima, pela presente nomeio.... de.... também accionista da mesma companhia, meu procurador na assembléa geral ordinaria (especial ou adiada) da companhia, que terá logar no.... do mez proximo ou em qualquer afiamento da mesma, e para votar por mim e no meu nome sobre todas as questões tratadas nessa assembléa.

Em testemunho do que assigno aos.... de.... de 18..»

83. Si em uma assembléa geral forem dados ou contados votos que depois se verifique terem sido incompetentemente dados ou contados, elles não affectarão a validade de qualquer resolução ou assumpto passado ou feito na referida assembléa, salvo si a contestação desses votos for apresentada na mesma assembléa e nem neste caso sem que o presidente então e alli mesmo decida si o erro é de importancia sufficiente a affectar essa resolução ou assumpto.

DIRECTORES

84. O numero de directores não será de mais de cinco nem de menos de tres. Si o numero for reduzido abaixo de tres, será o primeiro dever dos directores de preencher, a vaga porém os actos dos directores não serão tidos por nulos durante a vaga.

85. As habilitações para director serão a posse de acções da companhia do valor nominal de £ 250 (duzentas e cincoenta libras esterlinas).

Um primeiro director poderá exercer o cargo antes de adquirir a sua habilitação, mas deverá em todo caso adquiril-a dentro de um mez depois da sua nomeação e, quando não o faça, será considerado ter concordado tomar as ditas acções da companhia e ellas lhe serão consequentemente desde logo distribuidas.

86. As seguintes pessoas serão os primeiros directores : *Edmundo Alfredo Pontifex*, de 72, Cornwall Gardens, Londres, *John Taylor*, de 6 Queen Street Place, Londres, *Emile de Wael*, de 68, Lombard Street, Londres, *Louis Maichain*, de 64, rua de la Chaussée d'Antin, Pariz, e *Jacques Lédan*, de 86, na rua d'Amsterdam, Pariz.

87. Os directores podem nomear dentre si qualquer um para a qualquer tempo servir de director-gerente ou gerente com os deveres para qualquer parte dos negocios da companhia que elles julgarem conveniente, e poderão eximil-o. durante o seu tempo de funcções, de retirar-se por meio de turno, de accordo com estes estatutos e pagar-lhes a remuneração que julgarem conveniente.

88. Na assembléa ordinaria do anno de 1893, e na assembléa ordinaria de cada anno subsequente, dous dos directores se retirarão do cargo, e (salvo os directores convencionarem de outra fórma) os dous que se teem de retirar serão os dous que ha mais tempo estiverem em funcções ou no caso da primeira retirada e outras occasiões em que não existam dous que estejam neste caso, serão designados por sorte, de fórma que a escolha seja feita entre os que tiverem estado mais tempo no cargo.

89. A companhia, na assembléa geral em que se retirem quaesquer directores da maneira supradita, preencherá os cargos vagos pela escolha de accionistas devidamente habilitados.

90. Um director que se retire poderá ser reeleito e será considerado offerecer-se para a reeleição, salvo si tiver dado aviso á companhia, por escripto, de sua intenção em contrario.

91. Ninguém, a não ser um director que se retire ou uma pessoa proposta pelos directores, poderá ser eleito para occupar o logar de director que se retira por meio de turno em qualquer assembléa, sem que, quatorze dias, pelo menos, antes e não mais de um mez antes do dia da assembléa, se tenha dado aviso á companhia da intenção de o propor.

92. Si os logares vagos de directores não forem preenchidos ou na assembléa em que deveria ter logar a eleição ou em qualquer do seu adiamento, os directores que vagarem ou aquelles dentre elles que não tenham os seus logares preenchidos continuarão no cargo até a assembléa ordinaria do anno seguinte, e assim por diante até serem preenchidos os seus logares.

93. Qualquer vaga casual que se dê na directoria póde ser preenchida pelos directores pela escolha de um accionista devidamente habilitado, porém pessoa nenhuma assim escolhida se conservará no cargo sinão pelo tempo em que o director que deixou o logar teria de occupal-o si não se dêsse a vaga.

94. Os directores que continuarem poderão funcionar, não obstante qualquer vaga em seu corpo.

95. A remuneração dos directores que não forem gerentes será de £ 600 (seiscentas libras esterlinas) por anno a cada um.

Além da remuneração acima, os directores receberão cada anno uma quantia igual a 10 % dos lucros divididos da com-

panhia de cada anno, pagos de qualquer restante, depois de pagar £ 15 (quinze libras esterlinas) por cento aos accionistas, correspondentes ao mesmo anno, podendo os directores continuar entre elles a divisão da importancia total dessa remuneração.

PERDA DE HABILITAÇÃO PARA DIRECTORES

96. O cargo de director vagará:

Si deixar de possuir o numero de acções exigido para a sua habilitação ;

Si occupar qualquer emprego remunerado pela companhia, a não ser o de director-gerente, gerente ou agente mercantil, devidamente nomeado pelos directores ;

Si vier a fallir ou tornar-se devedor em liquidação ou fizer concordata com os seus credores ;

Si for declarado alienado ou tornar-se insano de espirito ;

Si ausentar-se das reuniões dos directores por mais de seis mezes, sem o consentimento da directoria ;

Si se interessar ou participar dos lucros de qualquer contracto feito com a companhia, sem que tenha declarado aos directores o facto do seu interesse antes de fazer esse contracto.

Ficando entendido que, salvo o caso de perda de habilitação por falta de acções, por insanidade de espirito ou por fallencia, a vaga do cargo não terá effeito sem que os directores aproveem uma resolução de que o director perdeu a sua habilitação e se acha o cargo vago.

PODERES DOS DIRECTORES

97. Os negocios da companhia serão dirigidos pelos directores que poderão, si julgarem conveniente, pagar todas as despesas incorridas em formar e registrar a companhia, ou em quaesquer negociações, avaliações e ajustes relativos ao contracto de compra, e por outra forma incorridas na contemplação da companhia ou annuncios de outras causas preliminares á distribuição das acções, e poderão exercer todos os poderes da companhia que não forem pelos presentes, ou pelas leis de companhias de 1862 a 1890, exigidos pela companhia em assembléa geral ; e regulamento nenhum feito pela companhia em assembléa geral invalidará acto algum anterior dos directores, que teria sido valido, si esse regulamento não tivesse sido feito.

98. Os directores podem delegar quaesquer dos seus poderes (a não serem o de fazer chamadas, de emittir ou confiscar acções ou poderes para os negocios financeiros da companhia) a um director-gerente ou gerentes, e podem delegar quaesquer dos seus poderes a comissões de dous ou mais membros do seu seio.

99. Acto nenhum, assumpto ou cousa dentro dos poderes da companhia em assembléa geral, feitos pelos directores ou qual-

quer commissão e adoptados pelos directores, que receberem depois o consentimento expresso ou implicito da companhia em assembléa geral, serão depois impedidos por qualquer motivo que seja.

100. Em particular, sem prejuizo da generalidade dos ultimos artigos precedentes, os directores podem, na direcção dos negocios da companhia, sujeitos ás restricções aqui contidas, sem mais outros poderes ou autorisação dos accionistas, immediatamente á incorporação da companhia, e não obstante tenha sido só em parte subscripto o capital nominal, encetar os negocios e fazer as seguintes cousas no nome e por parte da companhia:

a) effectuar, da maneira por que julgarem, todos e quaesquer dos fins da companhia, conforme se acha descripto no *memorandum* de associação;

b) pagar á sua discreção qualquer propriedade ou direitos adquiridos pela companhia ou serviços a ella prestados, total ou parcialmente, em dinheiro ou em acções, titulos (*bonds*), *debentures*, ou outras garantias da companhia, e taes acções poderão ser emitidas, quer como integralmente pagas, quer como tal importancia creditada como paga, sobre ellas, segundo possa ser convencionado, e esses *bonds*, *debentures* ou outras garantias poderão ser especificadamente carregados sobre todos ou qualquer parte dos bens da companhia e seu capital ainda por chamar, ou não oneradas;

c) garantir o cumprimento de quaesquer contractos ou ajustes celebrados pela companhia, por *hypotheca* ou onus de todos e quaesquer dos bens da companhia e do seu capital por pagar na occasião ou da maneira por que possam julgar conveniente;

d) nomear, e á sua vontade, demittir ou suspender um gerente geral e outros gerentes, secretarios, banqueiros, solicitadores, engenheiros, empregados, caixeiros, agentes e criados para serviços permanentes, provisórios ou especiaes, como possam a todo tempo julgar conveniente, e investilos dos poderes que julgarem convenientes, indicar os seus deveres, fixar-lhes os salarios ou emolumentos e exigir garantia nos casos e da importancia que julgarem proprios;

e) nomear qualquer pessoa ou pessoas para aceitar e guardar em confiança para a companhia quaesquer bens que a ella pertençam ou em que ella esteja interessada, executar e fazer os actos e cousas precisas para empregar e investir na referida pessoa ou pessoas os ditos bens;

f) si julgarem conveniente, nomear e mandar provisoria ou effectivamente para qualquer parte do mundo um ou mais dos directores como director-gerente ou directores-gerentes, ou quaesquer pessoas como empregados da companhia, quer como chefes ou outros gerentes ou como agentes geraes ou locais ou como inspectores ou em outra qualquer capacidade que a directoria possa julgar opportunamente para qualquer das operações ou negocios da companhia, e com os poderes e instrucções, e sujeitos ás condições e restricções e com a remuneração por salarios e commissões, parte de lucros e outras que os directores acharem

convenientes, e a todo tempo suspender ou revogar essas nomeações ;

g) providenciar sobre a direcção dos negocios da companhia no Brazil e França e em outra qualquer parte, nomeando directorias locais ou conselheiros locais gerentes ou de qualquer outro modo que elles julgarem conveniente ;

h) delegar a qualquer directoria local, conselheiros ou gerentes locais ou outros empregados assim nomeados, os poderes e a authorisação aqui conferidos aos directores como possam delles julgar precisos, para execução dos negocios da Companhia ou de qualquer parte delles ;

i) dar todos os passos necessarios para registrar ou fazer com que a companhia seja incorporada ou reconhecida no Brazil, e fazer todos os actos e aceitar todas as condições que possam ser precisas para habilitar ou permittir á companhia de funcionar no Brazil ou em outra qualquer parte ;

j) intentar, dirigir, defender, compôr ou abandonar processos legais pela ou contra a companhia ou os seus empregados ou de outra forma, concernente aos seus negocios bem como concordar ou conceder tempo para pagamento ou satisfação de dividas e de quaesquer reclamações ou demandas pela ou contra a companhia ;

k) sujeitar quaesquer reclamações e demandas pela ou contra a companhia a arbitramento, e observar e cumprir as decisões ;

l) passar e dar recibos, quitações e outras desonerações—por dinheiro pago á companhia, e pelas reclamações e demandas da companhia ;

m) proceder pela companhia em todos os assumptos relativos a fallencias e individualidades ;

n) exercer os poderes da companhia conforme a lei de sellos da companhia de 1834, e fazer regulamentos quanto ao uso de qualquer sello estrangeiro da companhia ;

o) empregar quaesquer dinheiros da companhia que não forem immediatamente exigidos para os fins della, sob garantias e da maneira por que julgarem conveniente, sujeito á clausula 30^a, e a todo tempo variar e realizar esses empregos ; variar e revogar regulamentos internos para direcção dos negocios da companhia, seus empregados e criados, ou accionistas da companhia ou qualquer secção della ;

p) a todo tempo fazer celebrar as negociações e contractos, rescindir-os e variar-os, executar e fazer os instrumentos, escripturas e outras cousas no nome e pela companhia, como possam julgar conveniente ou para ou em relação a qualquer dos assumptos supraditos ou de outra forma para os fins da companhia.

101. Podem geralmente os directores (sujeitos ás restricções aqui contidas) em sua absoluta discreção praticar e fazer qualquer acto e cousa que elles julgarem necessario ou conveniente, afim de executar os negocios da companhia, excepto qualquer

acto ou cousa que pelos presentes ou pelos regulamentos forem prohibidos, contando que, si toda vez que pelos presentes estatutos ou regulamentos for exigida a sancção de uma assembléa, elles não procederão sem essa sancção.

PROCEDIMENTO DOS DIRECTORES

102. Os directores pôdem determinar o modo e regra do seu procedimento, e nomear o seu proprio presidente e dar-lhe os poderes (inclusive o exercicio de um voto de desempate em actos da directoria), como julgarem conveniente e marcarem o *quorum* para reuniões dos directores, ficando entendido que a não ser por outra fórma determinado dous formarão um *quorum*.

103. Toda commissão se conformará com o modo de proceder e com os regulamentos que os directores possam fazer a este respeito, e sujeito a isso, poderá determinar e regular o proprio procedimento da mesma maneira como possam fazer os directores.

104. Todos os actos feitos por qualquer reunião dos directores ou por qualquer pessoa funcionando como director, não obstante se descubra depois que houve erro em qualquer nomeação de director, ou que esse director ou pessoa não estava habilitado, serão tão válidos como si esse director ou pessoa tivesse sido devidamente nomeado e habilitado.

105. Os directores lavrarão competentes minutas (protocollos) dos procedimentos e todos os actos praticados de conformidade com qualquer cousa que conste das ditas minutas terem sido resolvidos ou autorizados pelos directores, serão considerados como actos destes, comprehendidos no espirito destes regulamentos.

NOMEAÇÃO E PODERES DE GERENTES

106. A companhia empregará os Srs. John Taylor, Frank Taylor, Robert Taylor e Edgar Taylor, presentemente associados como engenheiros civis em Queen Street Place n. 6, em Londres, sob a razão ou firma de John Taylor & Sons, como engenheiros consultores e gerentes da companhia e emquanto cada um dos ditos actuaes socios como membro da dita firma, e esta quizer servir á companhia como gerente, a dita firma será empregada como seus engenheiros-consultores e gerente. Fica entendido que o emprego da dita firma poderá ser determinado por uma resolução extraordinaria da companhia em assembléa geral, e que, não obstante esse emprego, qualquer membro da dita firma poderá ser director da companhia.

107. Qualquer dos gerentes poderá resignar o seu cargo, mas neste caso o gerente que continuar no cargo, será tido como gerente, para todos os fins destes artigos.

108. Os negocios ordinarios da companhia serão sob a direcção e fiscalisação dos directores, tratados pelos gerentes, que no curso de taes negocios ordinarios e para os fins d'elle terão poder de fazer e rescindir qualquer contracto ou contractos por parte da companhia, bem como fazer, acceitar e endossar, no nome e por parte da companhia, qualquer saque, nota promissoria ou letra de cambio, e poderão nomear e demittir o secretario, o superintendente e todos os agentes, caixeiros, operarios e criados da companhia.

109. A remuneração dos gerentes será fixada pelos directores.

Indemnisação dos empregados

110. Todos os empregados da companhia, inclusive os directores, serão indemnizados pela companhia de todos os prejuizos e despesas feitas respectivamente por elles no desempenho dos respectivos deveres, excepto quando provenientes dos seus proprios actos e culpa voluntarios.

111. Todos os dinheiros da companhia serão recebidos pelas pessoas que os directores a todo tempo nomearem, e serão depositados nas mãos dos banqueiros da companhia, e nenhum dinheiro será pago pelo banco a não ser sobre um cheque assignado por dous directores, ou de outra forma que a directoria determinar, ficando sempre entendido que este artigo não será tomado no sentido de fiscalisar a conducta dos negocios da companhia, quando devidamente exercida fóra da Inglaterra.

112. Nenhum director ou empregado será responsavel por um outro director ou empregado ou por co-participação em qualquer recibo, ou outro acto de conformidade, ou por qualquer defeito de titulo relativo a qualquer propriedade comprada, tomada por hypotheca ou de outro modo adquirida, nem pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia sob a qual quaesquer dinheiros da companhia forem empregados, ou por qualquer prejuizo ou damno resultante das mesmas, nem por outros prejuizos ou despesas que resultam a companhia, excepto quando provenientes dos seus proprios actos e culpa voluntaria.

DIVIDENDO E LUCROS

113. O lucro liquido da companhia, sujeito aos direitos dos possuidores de accções emittidas em termos especiaes, será dividido por meio de dividendo entre os accionistas, em proporção a importancia paga sobre as suas respectivas accções, e os directores podem a todo tempo declarar dividendos de conformidade.

114. Os directores podem ao seu proprio arbitrio pagar aos accionistas antecipadamente a um dividendo cuja declaração é esperada na expiração de qualquer anno, e por conta desse dividendo, um ou mais dividendos interinos.

115. Nenhum dividendo será pago, a não ser tirado dos lucros da companhia resultantes dos negocios, excepto um dividendo interino que pôde ser tirado dos lucros estimados.

116. A expressão «lucros» se entenderá para os fins destes estatutos o producto liquido da companhia, segundo for certificado pelos contadores da companhia.

117. Das sommas a aproveitar para dividendos, os directores tirarão para um fundo de reserva a somma que elles julgarem conveniente, e o excedente será applicado ao pagamento de dividendos; porém os directores podem transportar para conta nova qualquer somma que em sua opinião, em razão de sua insignificancia ou outra causa, não seja de conveniencia dividir.

118. Os directores podem empregar qualquer fundo de reserva para fazer face a contingencias ou para igualar dividendos ou para adquirir mais propriedades, para pagamentos de dinheiros tomados a emprestimo pela companhia ou para renovar ou conservar propriedades que interessem aos negocios da companhia, e os directores podem empregar a somma assim posta de parte como fundo de reserva e empregos que elles possam escolher (a não serem acções da companhia) sem serem responsaveis por qualquer prejuizo ou depreciação resultantes desses empregos, quer os mesmos sejam usuaes ou autorizados, em fundo de confiança ou não.

119. Os directores podem deduzir dos dividendos a pagar-se a qualquer accionista as importancias que por este possam ser a qualquer tempo devidas á companhia por conta de chamadas ou por outra causa.

120. Dar-se-ha a cada accionista, da maneira aqui adeante mencionada, aviso do dividendo que tiver sido declarado, e dividendo nenhum vencerá juros contra a companhia.

CONTAS

121. Os directores farão escripturar contas fieis de todas as receitas, creditos, pagamento, activos e compromissos da companhia, e de todos os outros assumptos necessarios para demonstrar o verdadeiro estado e condições da companhia, e as contas serão lançadas em livros e de tal maneira que os directores julgarem conveniente e á satisfação dos contadores.

122. Os livros da contabilidade serão escripturados no logar ou logares que os directores designarem, e sujeitos a quaesquer restricções razoaveis quanto ao tempo e maneira de serem examinados que possam ser impostos pelos directores, serão expostos á inspecção de membros durante as horas de negocios.

123. Os directores apresentarão á companhia, uma vez pelo menos por anno, em assembléa geral, um balanço feito até uma data nunca superior a seis mezes antes da assembléa, da renda

e despesas da companhia desde o fim do ultimo balanço, ou no caso do primeiro balanço, desde o começo da companhia, e a esse balanço será appenso um relatorio dos directores sobre o estado e condições da companhia.

124. Annualmente se extrahirá um balanço que será apresentado á companhia em assembléa geral e conterá um sumario do activo estimado e dos compromissos avaliados da companhia, feito até a mesma data e arranjado sob cabeçalhos convenientes.

Sete dias, pelo menos, antes da assembléa geral será entregue ou remetida pelo Correio ao endereço registrado de cada accionista uma cópia impressa do relatorio acompanhado do balanço e demonstração das contas, e ao mesmo tempo serão remetidas duas cópias destes documentos ao secretario do *Share and Loan Department Stock Exchange*, em Londres.

EXAME DE CONTAS

125. As contas da companhia serão annualmente examinadas e a exactidão do balanço verificada por um ou mais contadores que serão eleitos pela companhia na assembléa ordinaria de cada anno.

126. O primeiro contador será nomeado pelos directores e continuará no cargo até a segunda assembléa ordinaria da companhia.

127. Si for nomeado só um contador, todas as disposições aqui contidas relativas a contadores terão applicação a elle.

128. Accionistas da companhia podem ser contadores, porém nenhum director ou outro empregado da companhia poderá ser eleito contador emquanto no exercicio do seu cargo, e nenhuma outra pessoa interessada por outra fórma a não ser como accionista em qualquer transacção da companhia, será elegivel contador durante o tempo que continuar o seu interesse. A remuneração ao primeiro contador será marcada pelos directores e a dos contadores subsequentes será marcada pela companhia em assembléa geral.

129. Um contador que se retira poderá ser reeleito.

130. Dada qualquer vaga no cargo de contador nomeado pela companhia, os directores nomearão immediatamente um contador para funcionar até a proxima assembléa ordinaria da companhia.

131. Si não for, como acima dito, feita a eleição de contador, a Junta do Commercio (*board of trade*) pôde, a pedido de nunca menos de cinco accionistas da companhia, nomear um contador para o anno corrente e marcar a remuneração que pelos serviços lhe deverá pagar a companhia.

132. Todo contador terá uma lista, que lhe será entregue, de todos os livros escripturados pela companhia, e a todo tempo razoavel poderá examinar os livros e contas da companhia, elle pôde (salvo sendo o contador profissional) e a expensas da com-

panhia, empregar guarda-livros e outras pessoas para o auxiliarem no exame dessas contas e pôde, com relação a essas contas, examinar os directores ou qualquer empregado da companhia.

133. Os contadores certificarão a exactidão do balanço e das contas e farão um relatório sobre ellas, o qual será lido juntamente com o relatório dos directores na assemblea ordinaria.

AVISOS

134. Os avisos serão mandados pela companhia a qualquer accionista registrado, quer pessoalmente, quer deixados ou mandados pelo correio, em conta com porte pago, dirigida ao accionista a sua residencia registrada.

135. Os avisos destinados aos accionistas, quando disserem respeito a qualquer acção, á qual tenham direito collectivamente mais de uma pessoa, serão mandados áquella que estiver inscripta em primeiro logar no registro dos accionistas e o aviso assim dado será sufficiente para todos os possuidores da mesma acção.

136. Qualquer aviso, si remetido pelo Correio, será considerado ter sido enviado na data em que a carta que o continha tiver sido posta no Correio em Londres, e tendo de provar-se essa remessa, basta provar que a carta que continha o aviso foi competentemente endereçada e lançada no Correio.

137. Um aviso dado a qualquer accionista será obrigatorio para todas as pessoas que á morte desse accionista apresentar qualquer reclamação ou por qualquer transmissão dos seus interesses e um aviso dirigido a qualquer accionista fallecido e cujo fallecimento a Companhia não tenha tido noticia, será considerado como tendo sido bem remetido ás pessoas que reclamarem por elle ou por transmissão depois de fallecido.

138. Nenhum accionista terá direito de receber avisos de qualquer procedimento; nem de votar, sem que tenha communicado á companhia o seu nome e endereço pare serem registrados e nenhum accionista que tiver mudado o seu nome ou logar de residencia, ou que (sendo mulher) se casar, e nenhum marido dessa accionista terá direito de receber dividendos nem de votar, antes de terem communicado á companhia a mudança de nome, de endereço ou de estado, afim de ser registrado, e de terem fornecido a prova da mesma aos directores, si estes a exigirem.

LIQUIDAÇÃO

Si em qualquer época for feita venda ou proposto ajuste, de accordo com o art. 161 da lei de companhias, de 1862 ou com qualquer modificação della, o preço a pagar pelo interesse de qualquer accionista dissidente será a importancia que os liquidantes possam obter, vendendo as acções, capital ou outra propriedade, á qual o accionista dissidente teria direito na reali-

zação da venda ou do ajuste, si elle não se tivesse declarado em dissidencia.

140. Com a sancção de uma resolução extraordinaria dos accionistas qualquer parte do activo da companhia, inclusive quaesquer acções ou titulos de outras companhias, pôde ser dividida entre os contribuintes da companhia, em especie, ou empregada em fidei-commissos a beneficio desses contribuintes, e a liquidação da companhia pôde ser encerrada e esta dissolvida.

Nomes, residencias e profissões dos subscriptores :

Ernest William Mantle, 21 Glassyn Road, Croucho End. N. empregado do commercio. *Benjamin Washington Green*, 118 Barry Road, East Dulwick. S. E. empregado commercial. *Walter De' Costa Keyes*, 21 Chapels Road, Stamford Hill. N. empregado do commercio. *Rowland John Jones*, 13 Brookdale Road, Catford. contador. *Dermott Gabell O'Neill*, 45 The Gardens, East Dulwick S. E. empregado commercial. *Robin Bawtree*, Lynd hourst, Carshalton Grove, Sutton, empregado do commercio. *Arthur James Larkman*, 11, Whitchall Gardens, Gumpersbury, contador.

Datado de 9 de fevereiro de 1898.

Testemuha de todas as assignaturas acima:

George Handel Wells, 10 Durlston Road, Hupper Clapton, contador.

A todos quantos o presente virem, eu, John William Peter Jauralde, da cidade de Londres, tabellião publico, devidamente nomeado e juramentado, certifico que a assignatura *Ernest Cleave*, exarada por baixo do certificado da incorporação da *The Faria Gold Mining Company of Brasil, limited*, aqui annexa, marcada «A» é verdadeira e genuina de Ernest Cleave, ajudante do registrador de companhias anonymas. E outrosim certifico que o impresso aqui tambem annexo marcado «B» é a cópia verdadeira do *memorandum* de associação e dos estatutos originaes da dita companhia e que esses *memorandum* e estatutos se acham registrados na repartição de registros de companhias anonymas.

Em fé e testemunho do que, assignei o presente e o sellei com o meu sello de officio.

Datado em Londres aos 14 de março do anno de Nosso Senhor de 1898. — *J. W. P. Jauralde*.

(Assignatura do tabellião)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John William Peter Jauralde, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que liguei com os documentos ns. 1 e 2, rubricado por mim e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 15 de março de 1898. — *Luiz Augusto da Costa*, vice-consul.

(Sello do Consulado.)

Pod. Executivo. 1898.

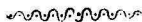
Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1898. — Pelo director geral (sobre 5 estampilhas no valor de 550 réis), *L. P. da Silva Rosa*.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e 6 estampilhas no valor colectivo de \$800, inutilizadas pela Recebedoria.)

Nada mais continham os ditos certificados de incorporação, memorandum de associação e estatutos que fielmente vorti dos proprios originaes aos quaes me reporto.

Em fê do que passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 15 de abril de 1898. — *Afonso H. C. Garcia*, traductor publico.



Sr. Presidente da Republica — O decreto legislativo n. 486, de 11 de dezembro do anno proximo passado, autorizou o Governo a pagar ao tenente reformado do Exercito José Severo Fialho o soldo de sua reforma desde a data em que deixou de recebê-lo, abrindo para esse fim o necessario credito.

Achando-se processada a divida de que se trata, na importancia de 8:294\$272, venho submeter á vossa assignatura o incluso decreto, abrindo para aquelle fim, ao Ministerio da Guerra, um credito especial da referida quantia.

Capital Federal, 2 de maio de 1898. — *João Thomas Cantuaria*.

DECRETO N. 2891 — DE 2 DE MAIO DE 1898

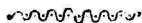
Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 8:294\$272 para pagamento, ao tenente reformado do Exercito José Severo Fialho, do soldo de sua reforma.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo decreto legislativo n. 486, de 11 de dezembro de 1897, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 8:294\$272 para pagamento, ao tenente reformado do Exercito José Severo Fialho, do soldo de sua reforma, desde a data em que deixou de recebê-lo.

Capital Federal, 2 de maio de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomas Cantuaria.



DECRETO N. 2892 — DE 7 DE MAIO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria ¹de Guardas Nacionais na comarca de Iguape, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896 :

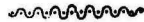
Decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Iguape, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 25^a, composta dos 73^o, 74^o e 75^o batalhões de infantaria do serviço activo e do 25^o batalhão da reserva, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de maio de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2893 — DE 9 DE MAIO DE 1898

Concede à Escola Polytechnica da Bahia o titulo de Escola Livre, com todos os privilegios e garantias de que goza a Escola Federal, congengere.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a Escola Polytechnica da Bahia, creada e mantida pelo Instituto Polytechnico do mesmo Estado, acha-se modelada pela Escola congengere desta Capital;

Considerando que pela Directoria do mesmo Instituto foi satisfeita a alteração exigida no regulamento approved pela referida Directoria em sua sessão de 16 de dezembro de 1896, com a eliminação da parte final do art. 10;

Tendo em vista não só as informações prestadas pelo delegado do Governo Federal, mas tambem os documentos apresentados pela Directoria do mesmo Instituto :

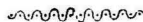
Resolve conceder à mesma Escola, de accordo com o art. 311 do Codigo das disposições communs às Instituições de ensino superior, approved pelo decreto legislativo n. 230, de 7 de

dezembro de 1894, o titulo de Escola Livre, com todos os privilegios e garantias de que goza a Escola Federal congenera, ficando, porém, sujeita ás disposições do mesmo Codigo.

Capital Federal, 9 de maio de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2894 — DE 9 DE MAIO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:028\$523 para pagamento do lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. José Joaquim Seabra e das custas do processo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o disposto no § 5º do art. 70 do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve, usando da autorisação conferida pelo art. 23 n. 8 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:028\$523, sendo 7:744\$453 para completar o pagamento de vencimentos devidos ao Dr. José Joaquim Seabra, na qualidade de lente cathedratice da Faculdade de Direito do Recife, relativamente ao periodo de 1 de janeiro de 1894 a 14 de novembro de 1895, a saber: 6:000\$, do vencimento integral do anno de 1894 e 1:744\$453, da gratificação referente ao tempo decorrido de 1 de janeiro a 14 de novembro de 1895, os quaes doixou de receber em virtude do decreto de 12 de abril de 1892, que o exonera, e lhe competem á vista do decreto de 14 de novembro de 1895, que revogou aquelle, reintegrando-o no referido logar; e 284\$070 das custas do processo, de conformidade com a sentença do juiz seccional do Districto Federal, de 30 de julho de 1897.

Capital Federal, 9 de maio de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

DECRETO N. 2895 — DE 9 DE MAIO DE 1898

Approva o projecto de melhoramento entre as estações Central e de S. Diogo, da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a área occupada pela Estrada de Ferro Central do Brazil, desde a estação Central até a de S. Diogo, é insufficiente ás exigencias do trafego normal dessa estrada de ferro ;

Considerando que a escassez de área para o serviço simultaneo de chegada e sahida dos trens e das manobras necessarias traz embaraços á regularidade do movimento de trens e origina accidentes ;

Considerando que a experiencia tem demonstrado a impossibilidade de regularisação do serviço do trafego, sem dar-se-lhe maior capacidade de linhas, o que só se conseguirá pelo alargamento do leito da estrada na parte em que mais sensível é a sua escassez e pela convergencia do ramal da estação maritima da Gambôa directamente para a linha principal, de modo a tornar-se o serviço da estação Central independente do deste ramal ;

Considerando, finalmente, que para a realização destes melhoramentos acha-se o Poder Executivo habilitado com os recursos consignados na lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta :

Artigo unico. Fica approvedo o projecto de alargamento da área occupada pela Estrada de Ferro Central do Brazil, desde a estação Central até a de S. Diogo, incluindo o melhoramento da ligação com o ramal da Gambôa, de conformidade com a planta que com este baixa, rubricada pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas e em substituição aos que foram approva'los pelo decreto n. 2939, de 9 de março de 1896.

Capital Federal, 9 de maio de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2896 — DE 9 DE MAIO DE 1898

Transfere à *The Leopoldina Railway Company, Limited* as concessões, privilégios, garantia de juros e demais favores de que gosava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em referencia ás vias ferreas abaixo mencionadas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Leopoldina Railway Company, Limited*, na qualidade de continuadora dos negocios da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, decreta:

Artigo unico. São transferidos à *The Leopoldina Railway Company, Limited*, mediante as condições constantes das clausulas que a este acompanham, as concessões, privilégios, garantia de juros e outros favores de que pelos respectivos decretos e contractos gosava a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina em relação ás vias-ferreas de Campos a Carangola com os seus ramacs de Itaperuna a Poço Fundo e Murundú a Santo Eduardo, de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemirim, Central de Macahé, Prolongamento da do Barão de Araruama, Leopoldina com o ramal do Sumidouro e *Norte Railway*.

Capital Federal, 9 de maio de 1898, 10^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 2896, desta data.**

I

A Companhia *Leopoldina Railway* submeterá ao exame e approvação do Governo o quadro e a tabella dos vencimentos do seu pessoal, visto ter duas administrações, uma em Londres e outra no Brazil, sendo aceitas, para determinação do quociente kilometrico das despesas de administração superior, thesouraria, contabilidade, contadoria, inspectorias do trafego, linha e locomoção para as estradas subvencionadas, sómente as despesas feitas no Brazil e que tenham sido autorisadas.

II

A companhia não fica dispensada de pagar a multa de 1 a 2 % por mez sobre as quantias despendidas pelo Governo com o pagamento da garantia de juros, por não ter a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina concluido as obras de construção das estradas Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim, Barão de Araruama e Central de Macahé, nos prazos marcados nos

decretos das concessões respectivas ; pelas transferencias das concessões, privilegios e mais favores das Estradas Carangola, Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, Barão de Araruama e Central de Macahé.

III

A companhia desiste da garantia de juros do trecho da Estrada de Ferro Barão de Araruama, comprehendido entre o Corrego dos Indios e Macuco, o qual poderá ser considerado como um prolongamento da linha de Cantagallo, visto ter sido competentemente dispensada da construção do trecho comprehendido entre a sua actual estação terminal e o referido Corrego dos Indios.

IV

Si, da apuração das contas semestraes para o pagamento da garantia de juros, o Governo verificar que a importancia das obras executadas no semestre vencido é inferior á daquella subvenção a pagar, imporá á companhia a multa igual á differença entre esta ultima quantia e a que represente o valor das referidas obras semestraes e no caso de reincidencia perderá a companhia o direito á alludida garantia de juros para a estrada em que se der tal irregularidade, salvo si a companhia estiver concluindo a construção de sua estrada, porque nesse caso a importancia das obras executadas não poderá deixar de ser inferior á subvenção a pagar.

V

A companhia, além das quotas que tem de recolher ao Thesouro Federal para as despesas de fiscalisação das estradas de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, Barão de Araruama e Central de Macahé, obriga-se a entrar para o mesmo Thesouro, por temestres adeantados, com a quota annual de 12:000\$ para as despesas de fiscalisação de cada uma das Estradas Carangola, Leopoldina, Ramal do Sumidouro e Norte.

VI

Continuam em pleno e inteiro vigor os decretos e contractos concernentes ás concessões das estradas de ferro de que se trata, na parte não alterada pelo presente decreto, bem como os demais decretos que estabelecem bases para taes concessões, obrigando a companhia a cumprir outras disposições de leis applicaveis e quaesquer regulamentos e instrucções que sejam expedidos pelo Governo para a fiscalisação do serviço.

Capital Federal, 9 de maio de 1898.— *Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*



DECRETO N. 2397 — DE 10 DE MAIO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará.

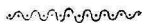
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Porto de Móz, no Estado do Pará, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 30^a, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 88, 89 e 90, e um do da reserva com a designação de 30^o, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de maio de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2398 — DE 10 DE MAIO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Affuá, no Estado do Pará.

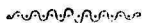
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Affuá, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 31^a, que se comporá dos 7^o, 8^o e 9^o batalhões do serviço activo e 31^o do da reserva, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de maio de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2899 — DE 16 DE MAIO DE 1898

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco da Bolsa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco da Bolsa, representado pela mesa da assembléa geral, decreta: São approvadas as alterações feitas nos estatutos do Banco da Bolsa, como se segue:

Art. 1.^o Onde se lê: «da Bolsa», diga-se: «Economico do Brazil».

Art. 2.^o Accrescente-se: « Paragrapho unico. A circumscripção territorial abrange todos os Estados da Republica, respeitdos os direitos adquiridos, podendo a Directoria estabelecer, quando achar conveniente, agencias ou caixas filiaes. Essa autorisação é extensiva para o estabelecimento de agencias no estrangeiro.»

Art. 4.^o Fica assim redigido: « O capital do Banco é de 5.000:000\$, dividido em 25.000 acções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado até 50.000:000\$, de uma só vez ou em partes, por deliberação da assembléa geral dos accionistas. »

Art. 5.^o Accrescentar no fim do 2.^o periodo: «sendo aberta subscripção publica, com o prazo de 10 dias, pagando o novo subscriptor, no acto de fazer a primeira entrada, somma igual, ou pelo menos, metade do agio que tiverem em bolsa as já em circulação, a qual reverterá para o fundo de reserva.»

Art. 6.^o Substitua-se por: « As actuaes acções de 50 %, assim reduzidas por força desta reforma, completarão tão sómente 75 % do capital nominal, em cinco prestações mensaes de 5 % cada uma, chamadas quando julgar conveniente a Directoria; os restantes 25 % serão integrados ou completados pelo fundo de integralização, de accordo com o art. ... »

As subscriptas quando for augmentado o capital realizarão o capital em tres prestações, a primeira de 50 %, no acto da subscripção, as outras duas de 15 % cada uma com o intervallo de 60 dias, no minimo, entre si; os restantes 20 % serão completados pelo fundo de integralização.»

Paragrapho unico. Passa a ser 2.^o e accrescente-se no fim: «podendo, porém, em qualquer época realizar as entradas em atrazo mediante os juros da móra de 1 % ao mez durante o primeiro anno da última chamada e de 2 % ao mez durante o segundo anno, findo o qual se procederá à acção de commisso, revertendo o producto das entradas verificadas para o fundo de integralização.»

§ 1.^o do art. 6.^o: «Os possuidores de acções que queiram entrar immediatamente no regimen de integradas o poderão fazer: Os das acções actuaes, entrando com 10 % mais de uma só vez, si as acções se acharem com 75 % realizado, ou 30 %, tambem de uma só vez, si ainda estiverem com 50 %; os das acções do augmento de capital, entrando com 10 % mais, si já se acharem

com 80 % ou com 35 % si ainda estiverem com 50 %. Em um e outro caso, essa operação só é permittida isenta de juro no primeiro mez do semestre e nos outros mezes com o juro de 10 % no anno.»

Art. 8.º Fica assim redigido: «As fracções de acções não poderão ser convertidas em ao portador, e quando estejam passario immediatamente a nominavea.»

Art. 9.º Onde se lê: «da Bolsa» supprima-se.

Ns. 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11. Supprimam-se.

N. 12. Depois da palavra «suburbana» accrescente-se — «inscriptas no regimen Torrens».

Accrescente-se: N.º. «Realizar todas as operações bancarias como Banco de depositos e descontos, inclusive as cambiaes, recebendo dinheiro em conta corrente com juros, bem como em letras ao portador ou nominaveas a prazo fixo.»

Art. 37. Diga-se: «maio» em vez de «janeiro».

Art. 38. Accrescente-se: «Até o maximo de 100 votos para cada accionista, sendo esse maximo elevado a 200 votos, com procuração de terceiros, embora parcialmente permittam maior votação.»

Art. 39. Substitua-se por: «A administração do Banco será composta de quatro directores, podendo esse numero ser elevado até seis pela assembléa geral de accionistas.»

Accrescente-se: «Paragraphe unico. Todos os annos no mez de janeiro procederão entre si a eleição de presidente e vicepresidente, que poderão ser reeleitos.»

Art. 41. Substitua-se o final por: «e não poderão tomar posse do cargo, sem que cada director deposite 200 acções integradas do banco.»

Art. 44. Supprima-se.

Art. 45. Accrescente-se no primeiro periodo: «de preferencia um dos membros do conselho fiscal»; accrescente-se no segundo periodo: «preenchendo o eleito o tempo que faltar para expiração do mandato.»

Art. 46. Accrescente-se: «não estando licenciado»; supprima-se: «ou pela assembléa geral».

Art. 48. Supprima-se, no § 1.º: «gerente do banco, assim como os demais»; no § 3.º accrescentar «ouvido o conselho fiscal»; accrescentar: «§ 4.º Determinar as condições e as taxas dos descontos e demais operações do banco.»

Art. 52. Substitua-se por: «Cada director vencerá o honorario annual de 18:000\$. pagos mensalmente, podendo ser elevado até 30:000\$ por deliberação da assembléa geral, mesmo em sessão ordinaria.»

Accrescente-se: «Paragraphe unico. Além do honorario terá cada director uma quota de 2 % sobre o dividendo distribuido, cabendo áquelle que exercer o cargo de presidente mais 1 %.»

Art. 53, § 3.º e § 4.º Supprima-se: «cu com o gerente» e todo o segundo periodo de § 6.º; supprima-se o § 6.º.

Accrescente-se: Art. 54. O director cujo immatrimento for supe-

rior a 60 dias será substituído por um dos membros do conselho fiscal, por simples convite da Directoria, até cessar o impedimento, sem direito á quota do art. 51. paragrapho unico, vencendo, porém, o honorario correspondente ao director.»

Accrescentar: « Art. Para haver sessão da Directoria, faz-se preciso maioria absoluta de seus membros presentes, lavrando-se de tudo quanto for resolvido acta circunstanciada.

Paragrapho unico. Nenhuma negociação será levada a effeito sem o consenso e a assignatura de dous directores, pelo menos, sendo nullo qualquer acto ou transacção effectuada por um só, ainda que esse seja o presidente do Banco.»

Art. 54. Fica assim redigido: « Os membros do conselho fiscal vencerão o honorario de tres contos e seiscentos mil réis, pagos mensalmente. Elles serão em numero de quatro.»

Art. 55. Supprima-se: « nos tres mezes, etc., até segundo semestre »—diga-se: « para o que se reunirão, pelo menos, uma vez por mez em sessão ordinaria »; accrescente-se: « não poderão tomar posse de seus cargos sem que tenham depositado 100 acções integradas do Banco.

Para ser eleito para os cargos de fiscaes e supplentes é necessario que sejam accionistas do Banco por occasião da eleição.»

Accrescente-se: « Art... A nenhum membro do conselho fiscal, salvo licença, será permittido deixar de exercer o cargo por mais de 60 dias, e quando isso se verifique entender-se-ha ter resignado o cargo. São substituídos pelos supplentes na ordem da votação a convite do presidente do conselho.»

Art. 57. Em vez de: « 50 % do capital », diga-se: « até completar o capital social »; supprima-se: « 10 % para o incorporador, etc. »; accrescente-se: « 10 % para o fundo de integralização »; supprima-se o resto.

Paragrapho unico. Substitua-se por: « Quando os lucros do Banco excederem a um dividendo de 15 % do capital realizado, o excesso dividir-se-ha em duas partes, uma de $\frac{3}{5}$ para o fundo de reserva e outra de $\frac{2}{5}$ para o fundo de integralização; estando completo o fundo de reserva, esse excesso se dividirá em duas partes iguaes, uma para o fundo de integralização e outra para um dividendo supplementar; achando-se tambem completo o fundo de integralização, a parte a elle correspondente será levada em partes iguaes a lucros suspensos e a um fundo de reserva especial. »

Accrescente-se: « Art...—Fundo de reserva — As quotas destinadas a este fundo serão immediatamente convertidas em apolices geraes, com inscripção especial na Caixa de Amortização, sendo a Directoria obrigada a apresentar annualmente, appenso ao relatorio, um certificado da Caixa com os numeros dellas.»

Accrescente-se: « Art...—Fundo de integralização — As quotas destinadas a este fundo, deverão ser empregadas em titulos facilmente negociaveis e de primeira ordem, inclusive em letras hypothecarias do Banco. Os juros, dividendos e mais proventos fazem parte dos lucros do Banco.

Paragrapho unico. Nenhuma distribuição será feita para in-

tegralização de acções, sem que isso possa ser feito de uma só vez, salvo o disposto no art. 6º.»

Accrescentar: « Art... Os dividendos do Banco não reclamados no prazo de cinco annos prescrevem em favor do fundo de integralização, salvo motivos justificados e acceitaveis pela Directoria.»

Art. 59. Substitua-se por: « O anno social termina sempre com o civil, sendo considerado primeiro semestre o que decorrer do funcionamento do Banco até 31 de dezembro de 1898.»

Supprimam-se: O paragrapho unico do art. 60 e arts. 61 e 62.

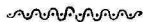
Accrescente-se: « Art... A' primeira Directoria, conselho fiscal e seus supplentes que forem eleitos após a reorganização deste estabelecimento, não é applicavel o disposto no art. 41, primeira parte do primeiro periodo e do art. 55.»

Accrescentar: « Art... A Directoria fica autorizada a acceitar as emendas impostas pelo Governo, desde que não alterem os fins do estabelecimento.»

Capital Federal, 16 de maio de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2900 — DE 18 DE MAIO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

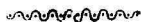
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria, com a denominação de 7ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 19º, 20º e 21º e um do da reserva, sob n. 7, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de maio de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2901 — DE 30 DE MAIO DE 1898

Proroga por dous annos o prazo marcado no contracto de 3 de março de 1893 á Companhia Brasileira Torrens para o inicio das obras do porto da Victoria, Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Brasileira Torrens, concessionaria, por decreto n. 1173, de 17 de dezembro de 1892 e contracto de 3 de março de 1893, das obras de melhoramento do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo, cujos estudos e orçamentos foram approvados pelo decreto n. 2288, de 28 de maio de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por dous annos, a contar de 28 do corrente mez, o prazo estipulado na clausula XIII do decreto n. 1173 de 17 de dezembro de 1892 para o inicio das obras de melhoramento do porto da Victoria.

Capital Federal, 30 de maio de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2902 — DE 1 DE JUNHO DE 1898

Crea mais uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

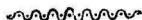
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, mais uma brigada de cavallaria com a designação de 11^a e composta dos 21^o e 22^o regimentos, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2903 — DE 1 DE JUNHO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria/de Guardas Nacionais na comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.

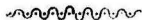
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná, mais uma brigada de infantaria com a designação de 9ª e composta dos 25º, 26º e 27º batalhões de infantaria e 9º da reserva, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2904 — DE 3 DE JUNHO DE 1898

Annexa a Delegacia Fiscal a Caixa Economica do Estado do Pará

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento dos arts. 6º e 9º, n. 4, da lei n. 439, de 15 de dezembro de 1897, decreta:

Artigo unico. A Caixa Economica existente no Estado do Pará passara a funcionar annexa á respectiva Delegacia Fiscal, nos termos do art. 1º do decreto n. 2882, de 19 de abril do corrente anno, ficando assim derogada a excepção do paragrapho unico do referido artigo.

Capital Federal, 3 de junho de 1898, 19ª da Republica.

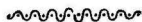
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

**Tabella das gratificações dos empregados da Caixa Economica
no Estado do Pará, annexa á Delegacia Fiscal**

NUMERO	PESSOAL	GRATIFICAÇÃO
1	Delegado.....	1:200\$000
2	Escripturarios a 720\$000.....	1:440\$000
1	Thesoureiro.....	1:200\$000
		3:840\$000

Capital Federal, 3 de junho de 1898. — *Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2905 — DE 6 DE JUNHO DE 1898

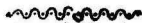
Modifica o regulamento approved pelo decreto n. 2213, de 9 de janeiro de 1896, para o serviço de fornecimento de víveres e forragens aos corpos do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia de fazer-se nas localidades onde haja mais de um corpo uma só concorrência para o fornecimento de rancho das praças de pret e das forragens e ferragens do Exercito, resolve alterar o regulamento approved pelo decreto n. 213, de 9 de janeiro de 1896, affirm de que nessas localidades seja a concorrência feita e presidida na Capital Federal pelo quartel-mestre general, e nas sedes dos districtos e guarnições pelos respectivos commandantes, com assistencia dos commandantes dos corpos, reunidos em conselho, servindo de secretarios capitães ou subalternos que forem designados pelos respectivos presidentes, procedendo-se quanto ao mais como se achá estabelecido no referido regulamento.

Capital Federal, 6 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2906 — DE 10 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Piúma, no Estado do Espírito Santo.

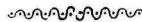
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Piúma, no Estado do Espírito Santo, uma brigada de infantaria, com a designação de 20^a, composta dos 55^o, 56^o e 57^o batalhões de infantaria do serviço activo e do 20^o batalhão da reserva, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2907 — DE 11 DE JUNHO DE 1898

Regula a conversão dos juros de 4 % ouro das apolices da divida publica interna em juros de 5 % papel.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do art. 23, n. 10, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta:

Art. 1.^o São convertidos os juros de 4 % ouro das apolices da divida publica interna, a que se refere o decreto n. 823 A, de 6 de outubro de 1890, em juros de 5 % papel, que serão pagos semestralmente.

Art. 2.^o Os possuidores desses titulos, que annuirem á conversão, receberão em apolices de 5 % dos valores mencionados no art. 36 do decreto n. 9370, de 14 de fevereiro de 1885, 1:250\$ por 1:000\$, e em dinheiro a fracção que não perfizer o valor de uma dessas apolices.

Art. 3.^o Os possuidores, que não acceitarem a conversão, receberão em dinheiro a importancia de 1:000\$, que lhes será embolsada por series e mediante sorteo.

Art. 4.^o Considerar-so-hão como tendo annuido á conversão os possuidores que não reclamarem o embolso dentro dos seguintes prazos:

Dez dias, contados de 15 do corrente, para a Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro; 15 contados da mesma data para os

outros Estados, e, finalmente, 50 dias, a contar da mesma data, para o exterior da Republica.

Art. 5.º Não precisam de autorisação ou de formalidade judiciaria para aceitar a conversão :

1.º Os tutores, curadores, gerentes, administradores e mais representantes legaes ou necessarios do possuidor de apolices.

2.º Os usufructuarios ou herdeiros fiduciarios nos casos de usufructo ou fidei-commisso.

Art. 6.º As reclamações serão dirigidas á repartição, onde se acharem inscriptos os titulos, ou a Delegacia do Thesouro em Londres, si o proprietario estiver em paiz estrangeiro e preferir este alvitro, entregando-se nesse acto os titulos, de que dar-se-ha recibo.

Art. 7.º Logo que for feita a reclamação, cessará o direito de transferencia do titulo, continuando, porém, a ser contados os juros, nos termos do art. 9º, até o dia do resgate.

Art. 8.º Terminado o prazo para a reclamação, a Caixa de Amortisação e as Delegacias do Thesouro enviarão ao mesmo Thesouro duas relações, uma dos possuidores que acceitaram a conversão, e outra dos que não a acceitaram.

O Thesouro dará as providencias para o embolso dos titulos não convertidos e expedirá a cautela das apolices que tiverem de ser emittidas para o pagamento dos 250\$ por 1:000\$, a que tem direito os possuidores das apolices convertidas.

Enquanto não forem trocados pelos titulos definitivos, receber-se-hão os juros semestraes por essas cautelas, que serão transferiveis nos termos das disposições que regem a materia.

Art. 9.º As apolices vencerão os juros de 4% annuo até 30 de junho corrente e 5 % papel, de 1 de julho proximo futuro em diante.

Art. 10. A troca das actuaes apolices pelos novos titulos far-se-ha sem despesas para os acceitantes da conversão, no Thesouro e Delegacias do Thesouro em Londres e nos Estados ; enquanto, porém, não se realizar esta operação, servirão para as transferencias e mais transacções os actuaes titulos, ficando sem effeito a declaração que ahi se fez em relação á taxa dos juros.

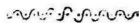
Art. 11. As novas apolices serão em tudo equiparadas ás que tem sido até hoje emittidas.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2908 — DE 13 DE JUNHO DE 1898

Eleva a 16:281\$913 o credito de 8:028\$523, aberto pelo decreto n. 2894, de 9 de maio findo.

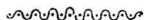
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que expoz o Ministerio da Fazenda em aviso n. 47, de 11 do corrente mez, sobre a insufficiencia do credito de 8:028\$523, aberto pelo decreto n. 2894, de 9 de maio findo, o qual deveria importar em 16:281\$913, abrangendo não só os vencimentos, na somma de 8:253\$390, já recebidos pelo Dr. José Joaquim Seabra, lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife, relativos aos periodos de 12 de abril a 2 de maio e de 13 de novembro a 31 de dezembro de 1892, de 1 de janeiro a 2 de maio de 1893, de 26 de setembro deste ultimo anno a 31 de dezembro de 1894, e sómente o ordenado de 1 de janeiro a 14 de novembro de 1895, mas também os que lhe são devidos, de conformidade com o citado decreto n. 2894, nos periodos ahí mencionados, na importancia de 8:028\$523, resolve abrir mais o credito de igual quantia, 8:253\$390, afim de elevar o referido credito a 16:281\$913 e completar-se o respectivo pagamento.

Capital Federal, 13 de junho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2909 — DE 13 DE JUNHO DE 1898

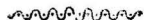
Publica a adhesão do Estado Livre de Orange á Convenção Postal Universal de Washington de 15 de junho de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do Estado Livre de Orange á Convenção Postal Universal assignada em Washington em 15 de junho de 1897, segundo a comunicação da Legação dos Estados Unidos da America de 8 do corrente ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 13 de junho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2910 — DE 15 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo.

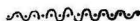
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Itatiba, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 26ª, a qual se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles com a designação de 76º, 77º e 78º e este com a de 26º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2911 — DE 15 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Serra Negra, no Estado de S. Paulo

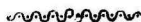
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Serra Negra, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 27ª, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 79º, 80º e 81º e este com a de 27º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2912 — DE 15 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo.

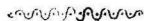
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 28ª, a qual se organisará com tres batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 82ª, 83ª e 84ª, e este com a de 28ª, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2913 — DE 15 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo.

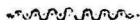
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 29ª, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 85ª, 86ª e 87ª e este com a de 29ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2914 — DE 15 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 30ª, a qual se organizará com tres batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 88ª, 89ª e 90ª e este com a de 30ª, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2915 — DE 16 DE JUNHO DE 1898

Declara caduca a fiança da garantia de juros, concedida para a construção da Estrada de Ferro Central Alagoana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana deixou de cumprir a clausula 8ª das que baixaram com o decreto n. 993, de 8 de novembro de 1890, incorrendo, assim, na pena de caducidade da fiança da garantia de juros, á vista da de n. 4 do decreto n. 6995, de 10 de agosto de 1878, decreta:

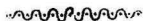
Artigo unico. Fica declarada caduca, de accordo com as clausulas acima referidas, a fiança da garantia de juros de 6 % ao anno, sobre o maximo de 30:000\$ por kilometro, concedida pelo já mencionado decreto de 8 de novembro de 1890, para a construção de uma estrada de ferro que partindo da cidade de Alagoas, vá entroncar-se na via ferrea de Paulo Affonso, com dous ramaes, um que, subindo o valle do rio Cururipe, se dirija á cidade da Palmeira dos Indios, e o outro

que, descendo o valle do rio Taipú ou outro affluente do baixo S. Francisco, vá ter á margem deste rio, no ponto mais conveniente para a ligação das vias ferreas dos Estados das Alagoas e de Sergipe.

Capital Federal, 16 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2916 — DE 20 DE JUNHO DE 1898

Concede autorisação á *Atlas Assurance Company* para funcionar na Republica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Atlas Assurance Company*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á *Atlas Assurance Company*, para estabelecer uma agencia nesta Capital com o fim exclusivo de realizar seguros contra os riscos de fogo, mediante as clausulas que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas e ficando outrossim a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 20 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Clausulas a que se refere o decreto n. 2916 desta data

I

A *Atlas Assurance Company* é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus

tribunaes judiciaes ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

A companhia não poderá funcconar enquanto não depositar no Thesouro Federal a quantia de vinte contos de réis (20:000\$) em apolices da divida publica para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Sor-lhe-ha cassada a autorisação para funcconar na Republica si infringir esta clausula.

VI

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial será punida com a multa de um conto de réis (1:000\$) a cinco contos de réis (5:000\$000).

Capital Federal, 20 de junho de 1898.—*Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.*

Eu abaixo assignado George Frederick Warren, tabellião publico da cidade de Londres, por nomeação real, devidamente juramentado e em exercicio, certifico que o que segue é versão fiel e conforme a lingua ingleza para a portugueza do exemplar certificado annexo das leis e regulamentos da *Atlas Assurance Company*, que é uma companhia devidamente constituida e que tem existencia legal, de conformidade com as leis da Gran-Bretanha, em virtude de cujas leis e regulamentos a dita companhia faz agora os seus negocios em Cheapside n. 92, na cidade de Londres, sendo a exactidão do dito exemplar annexo de leis regulamentos, certificada por Samuel James Pipkin, gerente geral e secretario da referida companhia, do que dou fé eu tabellião.

TRADUÇÃO

Leis e regulamentos da «Atlas Assurance Company»

INDICE

Preliminares

	Secções
Nome.....	1
Responsabilidade dos accionistas.....	2
Garantia dos segurados, etc.....	2
Interpretação.....	3
Objectos e negocios.....	4

Accionistas

Definição.....	5
----------------	---

Capital—Acções

Capital actual.....	6
Registro.....	7
Comproprietarios inscriptos.....	8
Nenhum accionista poderá ter mais de 200 acções.....	9
Só é reconhecido o accionista inscripto.....	10

Titulos de acções

Os titulos assignados, e depois da incorpo- ração sellados.....	11
O accionista tem direito aos titulos gratuita- mente.....	12
Titulos para os accionistas comproprietarios..	12
Dos titulos perdidos.....	12
Mudança de nome ou residencia.....	12

Prestações

Quando devem ser cobradas.....	14
Aviso de um mez.....	15
Os atrasados vencem juros.....	16

Confiscação das acções e direitos de retenção

A falta de pagamento das prestações poderá causar a confiscação das acções.....	17
Venda das acções confiscadas.....	17
Deverá ser dado aviso da confiscação.....	18

Secções

Continúa a responsabilidade, não obstante a confiscação.....	19
A companhia tem o primeiro direito de retenção sobre as acções.....	20

Transferencia e transmissão das acções

Assignatura das transferencias.....	21
Formula de transferencia.....	22
Aviso de intenção de vender acções.....	23
Encerramento dos livros de transferencia....	24
Podem os directores approvar ou desapprovar.	25
Taxa de registro.....	26
Os testamenteiros, etc. ou subrogados podem ser inscriptos.....	27
Os testamenteiros, etc. que desejarem inscrever-se devem dar aviso.....	28
Idem, idem—os seus avisos operarão como transferencias.....	28
Os testamenteiros, etc. que desejarem subrogar-se devem outorgar transferencias....	29
Prova de direito.....	30
Transmissão de acções.....	31
Devem exhibir-se as provas de direito.....	32
Os testamenteiros não tem direito aos dividendos vencidos depois do fallecimento de um accionista.....	33

Aumento de capital

A assembléa geral extraordinaria pôde crear novas acções que serão offerecidas <i>pro rata</i> aos accionistas existentes.....	34
Redução de capital.....	35

Sello social

O sello authenticado por dous directores e o secretario.....	36
A lei de sellos de companhias.....	37

Reuniões de accionistas

Assembléa geral.....	38
Numero sufficiente.....	38
Assembléa geral annual.....	39
Assembléas geraes extraordinarias.....	40
Idem a pedido dos accionistas.....	40
Pormenores das requisitorias, etc.....	41
Faculdade de adiar.....	42

	Secções
Deve dar-se aviso do adiamento das assembléas.	42
Poderes das assembléas geraes.....	43
A assembléa geral extraordinaria poderá remover um director ou conselho fiscal.....	44
A assembléa geral extraordinaria pôde estabelecer novas leis ou emendar, alterar ou variar as leis existentes, etc, mas não de modo a variar a responsabilidade dos accionistas ou diminuir a garantia das pessoas seguradas ou das que possam gozar de annuidades.....	45
Aviso das assembléas geraes.....	46
Deve dar-se aviso de quatorze a vinte e um dias.....	47
De que trabalhos pôde tratar a assembléa geral.....	48
Presidente da assembléa geral.....	49
Actas.....	50

Votação nas assembléas

De quem pôde votar.....	51
Votos dos comproprietarios de acções.....	52
Da maioria para alteração dos regulamentos..	53
Da maioria para os trabalhos geraes.....	53
Escrutinio.....	54
Da nomeação de procuradores.....	55
Entrega de procurações escriptas.....	55
O accionista demente ou idiota poderá votar por intermedio do seu curador.....	56

Directores

Seu numero.....	57
Habilitação.....	58
Aviso de candidato para esse cargo.....	58
O director não pôde ser official de outra companhia que faça os mesmos negocios.....	59
Inhabilitações.....	60
Quaes os directores a vagar.....	61
Eleição de directores.....	62
Como são preenchidas as vagas, excepto as causadas pelos retiros annuaes.....	63
Honorarios de directores.....	64

Reuniões dos directores

Sessões semanaes e outras.....	65
Sessões extraordinarias do conselho de directores.....	66

Secções

Numero sufficiente.....	67
Nomeação de presidente e vice-presidente.....	68
Presidencia do mesmo presidente.....	69

Poderes do conselho de directores

Nomeação e demissão de empregados.....	70
Pensões para os empregados.....	71
Commissões.....	72
Deve inserir-se em todos os contractos uma clausula que limite a responsabilidade.....	73
Pagamento por ordem dos directores.....	74
Os directores administrarão as contas.....	75
Os directores terão a faculdade de aceitar e rejeitar seguros, amortisar annuidades, renunciar e restaurar apolices.....	76

Quem pôde assignar as apolices

Poderes geraes dos directores.....	78
Actas.....	79
Como são decididas as questões.....	80

Conselhos locais

Constituição.....	81
Delegação dos poderes dos directores.....	82
Nomeação de bastantes procuradores.....	83
Subdelegação de poderes.....	84
Escriptorio.....	85

Fidei-commissarios

Os fidei-commissarios serão nomeados e demittidos pelo conselho de directores.....	86
Classes de fidei-commissarios.....	87
Os bens poderão ser depositados em mãos de fidei-commissarios.....	87
Nomeação de novos fidei-commissarios.....	88
Depositos, etc. no estrangeiro para os fins sociaes	89

Conselho fiscal

Numero e habilitação do conselho fiscal.....	90
Retiro annual do conselho fiscal.....	91
Inhabilitação do conselho fiscal.....	92
Preenchimento das vagas, excepto as dadas pelos retiros annuaes.....	93
Avisos dos candidatos.....	94
Honorarios.....	95
O conselho fiscal certifica as contas.....	96

Secções

Contabilidade

Os directores terão contas lançadas.....	97
Emprego de capitaes.....	98
Limitação de responsabilidade.....	99

Fundos e bens

De que consistem os fundos e bens.....	100
Conta capital dos proprietarios.....	101
Fundo de reserva.....	102
Fundo de seguros de vidas.....	103
Emprego do fundo de seguros de vidas.....	104
Outros fundos.....	105
Avaliação e bonus dos seguros de vidas.....	106

Dividendos

Annuaes.....	107
Interino.....	107
Tirados somente dos lucros.....	108
As prestações em atrazo poderão ser contra- postas aos dividendos.....	109
Dividendo extraordinario.....	110
Sua expedição.....	111
Avisos expedidos aos accionistas que residirem fora do Reino Unido.....	112
Renuncia.....	112
Os avisos podem ser expedidos pelo secretario.	113
Aos comproprietarios.....	114
Indemnidade.....	115
Dissolução.....	116

LEIS E REGULAMENTOS DA «ATLAS ASSURANCE COMPANY»

Considerando que a *Atlas Assurance Company*, designada a companhia daqui por deante, foi constituida por escriptura social datada do dia primeiro de setembro de mil oitocentos e oito, celebrada pelas varias pessoas cujos nomes se acham alli subscriptos (excepto John Green, William Gordon, membro do Parlamento, Sir Thomas Turton, George Longman, membro do Parlamento e William Willoughby Prescott) de uma parte e os ditos John Green, William Gordon, Sir Thomas Turton, George Longman e William Willoughby Prescott da outra parte, mediante a qual depois de varias citações das quaes consta que no dia dezenove de dezembro precedente fôr aberta uma subscrição para a formação de uma nova companhia proprietaria de seguros contra incendios, sobre vidas e para o pagamento de

annuidades e que alguns dos assignantes presentes então apresentaram o prospecto de um plano para o estabelecimento da companhia e depois de citar algumas das cousas propostas no dito prospecto e outras materias relativas ao estabelecimento da companhia e especialmente que no dia sete de junho antecedente fôra resolvido, que o referido prospecto fosse entregue ao advogado da companhia e que se lhe pedisse que elle preparasse uma minuta da escriptura de constituição, e que as varias quantias de dinheiro subscriptas para a companhia mencionada, como seu capital, importaram na somma de um milhão e duzentas mil libras, e que os pagamentos alli indicados tinham sido feitos a um dos banqueiros nomeados para recebê-los, por conta das prestações sobre as varias acções de cincoenta libras cada uma subscriptas respectivamente pelos assignantes, como parte do capital unido da companhia e que a escriptura que ora se cita tenha sido elaborada de conformidade com o mencionado prospecto, com as alterações e regulamentos addicionaes que os directores julgaram a proposito fazer e inserir nella, e que ella como então se achava tinha sido approvada por uma assemblea geral dos proprietarios da companhia, celebrada no dia tres de agosto precedente, se declarou que todas e cada uma das partes nella indicadas (excepto os ditos John Green, William Gordon, Sir Thomas Turton, George Longman e William Willoughby Prescott) e tanto quanto se referia a observancia e cumprimento, por elle e ella respectivamente e os herdeiros testamenteiros e administradores d'elle e della respectivamente, das convenções, contractos e declarações, depois expressas ou declaradas e contidas, por elle e ella mesmo e seus herdeiros, testamenteiros e administradores, convieram prometteram e contractaram com e para com os ditos John Green, William Gordon, Sir Thomas Turton, George Longman e William Willoughby Prescott e seus testamenteiros e administradores e todos e cada um dos ditos John Green, William Gordon, Sir Thomas Turton, George Longman e William Willoughby Prescott, em tanto quanto se referia á observancia e cumprimento por si e seus herdeiros testamenteiros e administradores dos factos, contractos e declarações alli mais abaixo expressos ou declarados e contidos, por si, e seus herdeiros, testamenteiros e administradores convieram, prometteram e contractaram com e para com Simon Cock, John Alexander Bannerman e Charles Campbell e seus testamenteiros e administradores pela forma alli indicada, a saber (clausula 32^a), que as varias partes outorgantes da escriptura que ora se cita, todas as quaes foram dalli por deante designadas pelo titulo de accionista e as varias outras pessoas que viessem a ser accionistas como vae alli mais abaixo indicado, constituir-se-hiam e continuariam a ser uma companhia com o nome de *The Atlas Assurance Company* para os fins, nos termos, de conformidade, e com sujeição ás disposições, condições, factos e contractos alli mais abaixo expressos ou declarados e contidos, tocantes e concernentes a ella, e na escriptura que ora se cita achavam-se entre outras cousas nella mesma mais abaixo ex-

pressas ou declaradas e contidas, as clausulas seguintes nos termos e numeradas como seguem, a saber (clausula 33^a):

Que os objectos e negocios da companhia serão o constituir ou effectuar seguros contra perla ou damno causado por incendio sobre casas e outras propriedades e bem assim constituir ou effectuar seguros sobre a vida ou vidas de qualquer pessoa ou quaesquer pessoas e sobre as sobrevivencias e constituir ou effectuar todos os outros seguros (quer connexos com incendios, vidas ou de sobrevivencias quer não) que possam fazer-se de conformidade com as leis e bem assim conceder, comprar e vender annuidades quer vitalicias quer outras e sobre as sobrevivencias (clausula 34^a).

Que os accionistas da dita companhia reunir-se-hão em assembléa pelo menos uma vez por anno e todas as outras vezes que forem devidamente convocados pela forma abaixo mencionada (clausula 37^a).

Que a assembléa geral extraordinaria poderá ser convocada em qualquer época pelo conselho de directores pela forma abaixo indicada (clausula 47^a).

Que a assembléa geral extraordinaria, convocada especialmente para tal fim como abaixo se indica, terá plenos poderes para determinar que o dito capital social de um milhão e duzentas mil libras seja augmentado pela forma abaixo mencionada (clausula 48^a).

Que a assembléa geral extraordinaria convocada especialmente para esse fim terá plenos poderes para fazer novas leis, regulamentos ou disposições para a dita companhia, ou para emendar, alterar, variar ou revogar todas ou quaesquer das leis, regulamentos e disposições da dita companhia, vigentes então, com tanto que as leis, regulamentos ou disposições novas, emendadas, alteradas ou variadas não sejam extensivas a emendar, alterar, variar ou revogar todas ou quaesquer das leis, regulamentos e disposições estabelecidas e estatuidas pela presente escriptura para limitar a responsabilidade individual de cada um dos accionistas da companhia, a importancia de suas acções no seu capital e com tanto que as mesmas leis, regulamentos ou disposições novas emendadas ou alteradas não sejam extensivos a diminuir ou minorar a garantia quer das pessoas seguradas pela companhia ao tempo em que forem feitas, emendadas, alteradas ou revogadas quaesquer leis, regulamentos e disposições que não forem accionistas, quer das pessoas que a esse tempo tenham annuidades na companhia referida, não obstante cousa alguma contida no dito prospecto em sentido contrario por forma alguma (clausula 78^a).

Que si em qualquer época ou épocas futuras parecer vantajoso ou conveniente ao conselho de directores que o dito capital social de um milhão e duzentas mil libras seja augmentado ou amplificado a qualquer quantia adicional ou maior então em todos e cada um de taes casos o conselho de directores fará immediatamente convocar e chamar a assembléa geral extraordinaria e declarará nos annuncios ou cartas mediante os quaes for convocada a assembléa, os fins para os quaes é ella convocada e no caso

da assembléa geral extraordinaria resolver que o dito capital seja augmentado, então o conselho de directores deverá e fica desde agora autorizado a levantar a quantia ou quantias de dinheiro que forem necessarias para augmentar o referido capital até a somma que for deliberada, quer acceitando subscripções de pessoas particulares sejam ou não accionistas da citada companhia (mas dando a preferencia aos accionistas da dita companhia, si assim o quizerem, de modo, porém, que não se augmente o numero de acções de qualquer accionista a mais de 60), que desejarem adiantar o dinheiro para esse fim em acções de cincoenta libras cada uma, ou por quaesquer outros meios e modos, nos termos, nas proporções e pela fórma que a dita assembléa geral melhor entender (clausula 79ª).

Que, si o dito capital social de um milhão e duzentas mil libras for em qualquer época ou épocas futuras augmentado e amplificado em virtude da clausula que immediatamente precede, e si em qualquer época ou épocas successivas parecer vantajoso ou conveniente a duas sessões extraordinarias successivas do conselho de directores, convocado especialmente para tal fim, que o capital assim augmentado ou amplificado seja diminuido ou reduzido, então em todos ou em qualquer de taes casos será licito que o dito conselho de directores, que fica autorizado desde agora (quer retendo e deixando de vender as acções do dito capital que tenham sido confiscadas para a companhia supra-citada, pela fórma abaixo indicada, quer comprando quaesquer acções do dito capital a qualquer accionista ou accionistas pelo preço ou preços que melhor entender, ou por ambos estes modos e meios ou por quaesquer outros modos e meios que elle melhor entender), diminua ou reduza o capital assim augmentado ou amplificado nessa conformidade. Fica, porém, entendido que o dito capital actual de um milhão e duzentas mil libras não se diminuirá em caso algum, mas sómente o seu augmento poderá ser reduzido pela fórma que dito fica, de modo que a companhia terá, a todo o tempo, um capital de, pelo menos, um milhão e duzentas mil libras (clausula 112ª).

Que em todas as assembléas geraes extraordinarias convocadas especialmente com o fim de fazer novas leis, regulamentos e disposições para a companhia, e de emendar, alterar, variar ou revogar todas ou quaesquer das leis vigentes então e regulamentos e disposições da companhia, não menos de cincoenta (subsequentemente no dia quatro de junho de mil oitocentos oitenta e seis, devidamente variado para trinta) accionistas com o direito de votar, devem assistir tanto no principio dos trabalhos que tenham de effectuar-se na mesma assembléa geral e quando tiver lugar uma decisão ou que deveria ter tido lugar por outra fórma sobre todos ou qualquer parte dos mesmos trabalhos, pois de outro modo a assembléa não dará decisão alguma (clausula 113ª).

Que a maioria de, pelo menos, duas terças partes dos votos dos accionistas habilitados da dita companhia que se

acharem presentes na assemblea geral extraordinaria, convocada especialmente para tal fim, e que não se recusarem a votar, será necessaria para fazer novas leis, regulamentos e disposições para a companhia, ou para emendar, alterar, variar ou revogar todas ou quaesquer das leis, regulamentos e disposições da companhia, vigentes então (clausula 161^a).

Que os fundos ou bens sociaes que em qualquer época não tiverem tido applicação ou disposição e que não forem applicaveis para attender a reclamações e pretensões anteriores de conformidade com os fidei-commisos poderes e autorisações consignados na presente escriptura, serão os unicos responsaveis pelas reclamações e pretensões das pessoas que se segurarem na companhia e para com os credores de annuidades della e os directores que assignarem as apolices ou os instrumentos que garantirem as annuidades serão pessoalmente responsaveis as pessoas a quem forem emittidas as apolices ou concedidas as annuidades pela applicação dos ditos fundos ou bens para o pagamento dos valores garantidos por taes apolices e das ditas annuidades, mas não além dahi nem de outro modo e que nem relativamente ás pessoas que fizerem reclamações, de conformidade com as mesmas apolices ou ás pessoas que tenham direito a taes annuidades ou relativamente aos directores que tiverem assignado apolices ou escripturas que garantam annuidades ou quaesquer de seus herdeiros, testamenteiros ou administradores, responderão os accionistas da companhia referida em geral, directa ou indirectamente, além ou de outro modo que não seja de conformidade com as suas respectivas acções, não sujeitas a reclamações ou pretensões anteriores do dito capital social de um milhão e duzentas mil libras, sendo o verdadeiro sentido e intenção da presente escriptura que nenhuma reclamação sobre qualquer apolice ou sobre qualquer instrumento que garantir qualquer annuidade poderá fazer-se valer contra qualquer dos directores seus herdeiros, testamenteiros ou administradores por maior quantia do que os fundos ou bens sociaes, ao tempo de cobrar-se a apolice ou escriptura de garantia de tal annuidade, forem competentes para reembolsal-as e que a pessoa ou pessoas contra quem fizer-se valer qualquer de taes reclamações ou seus testamenteiros ou administradores não terão recurso algum contra qualquer dos accionistas da companhia para o seu reembolso sinão até pelo valor de suas acções, que então não estiverem sujeitas a anteriores reclamações e pretensões sobre o dito capital social ao tempo em que exigir-se tal reembolso, não obstante cousa alguma contida nesta escriptura ou que possa ser obtida, feita, praticada ou executada pelo conselho de directores ou outros empregados ou accionistas da companhia, ou por qualquer assemblea geral da companhia ou por outra qualquer forma em sentido contrario (clausula 186^a).

Que a apolice de cada um dos seguros effectuados ou que venham a ser effectuados pela dita companhia, seja qual for a sua descripção, referir-se-ha ás propostas que serão elaboradas e impressas sob a direcção do conselho de directores, como acima

dito fica e conterá a clausula antes mencionada, contra a responsabilidade individual de qualquer accionista em excesso das suas acções do dito capital social de um milhão e duzentas mil libras ou se effeito.

E pela clausula 67^a, o conselho de director foi instruido para fazer que todas as apolices e escripturas de annuidades concedidas pela companhia contivessem essa referencia e clausula que vão mencionadas na citada clausula 186^a.

Considerando que foi promulgada uma Lei do Parlamento do anno 54^o do rei George III, capitulo 79, denominada «Uma lei para habilitar a *Atlas Assurance Company* a demandar e defender em juizo em nome do seu presidente ou secretario sob certos regulamentos», para os fins indicados e para outros connexos com elles como consta da mesma lei ;

Considerando que de tempos a outros depois da data da dita escriptura de constituição teem sido celebradas assembléas geraes extraordinarias, convocadas especialmente para o mesmo fim em que as leis, regulamentos e disposições da companhia, vigentes então, teem sido, em parte, emendados, alterados, variados e revogados de accordo com a autorisação contida para tal fim na citada escriptura de constituição, e foram feitas novas leis, regulamentos e disposições para a companhia, em substituição das leis, regulamentos e disposições assim emendados, alterados, variados e revogados ;

Considerando que os directores da companhia, de conformidade com as leis, regulamentos e disposições sociaes vigentes nessa época fizeram devida e especialmente convocar a assembléa geral extraordinaria para o dia vinte e tres de julho de mil oitocentos e noventa, para os fins constantes da deliberação que depois segue ;

Considerando que a assembléa geral extraordinaria reuniu-se no dito dia vinte e tres de julho de mil oitocentos e noventa, e que estiveram nella presentes mais de trinta accionistas habilitados, tanto ao começarem os trabalhos da assembléa e quando foram nella emitidos os votos, e ella devidamente deliberou o seguinte, a saber :

« Que todas e cada uma das leis, disposições e regulamentos vigentes da *Atlas Assurance Company*, originalmente contidos na escriptura de constituição do dia 1 de setembro de 1898 ou emendados, alterados ou variados por deliberações votadas por quaesquer assembléas geraes extraordinarias convocadas especialmente para o mesmo fim de accordo com as disposições da citada escriptura de constituição e bem assim todas e cada uma das novas leis, disposições e regulamentos feitos por deliberação approvada por qualquer de taes assembléas geraes extraordinarias (excepto tão somente as leis, disposições e regulamentos existentes para limitar a responsabilidade individual de cada accionista da companhia ao valor das suas acções do capital social), sejam e que os mesmos são desde já revogados. E que em vez delles todas e cada uma das leis, disposições e regulamentos contidos no documento apresentado a esta assembléa que, afim de compro-

var-se-lhe a identidade vae assignado por Sir William John Walter Baynes, Baronet, presidente da assembléa; sejam e os mesmos são desde já adoptados com a lei do anno 54º de George III cap. 79 como as unicas leis, disposições e regulamentos da *Atlas Assurance Company* e daqui por deante as condições e regulamentos da companhia do mesmo modo e com os mesmos incidentes como si de conformidade com a sua respectiva natureza tivessem sido contidos em um contracto social, e estatutos sociaes registrados na fórma da lei de 1862 relativa a companhias »;

Considerando que as exceptuadas leis, disposições e regulamentos existentes para limitar a responsabilidade individual de cada accionista da companhia vão abaixo assignados;

E considerando que as leis, disposições e regulamentos abaixo contidos são as leis, disposições e regulamentos assim adoptados a que se refere a dita deliberação e que o documento assignado como dito fica, foi a presente escriptura. Por tanto saibam todos quantos a presente virem que foi devidamente deliberado, concordado e declarado que a partir do dito dia 23 de julho de 1890 (sujeito a qualquer alteração como abaixo se dispõe) são as seguintes e serão ellas as leis disposições e regulamentos da *Atlas Assurance Company* a saber :

PRELIMINARES

1. O nome da companhia continuará a ser *The Atlas Assurance Company*.

2. Nada do que aqui se contém terá effeito ou será extensivo por fórma tal que altere, varie, emende ou revogue todas ou quaesquer das leis, disposições e regulamentos estabelecidos e estatuidos pela escriptura original de constituição da *Atlas Assurance Company*, datada do dia primeiro de setembro de mil oitocentos e oito ou pela presente escriptura para limitar a responsabilidade pessoal de cada accionista da companhia no valor das suas acções do capital social, nem por fórma que diminua ou minore a garantia de quaesquer pessoas que na data da adopção destas leis e regulamento estavam seguradas na companhia ou tinham direito a annuidades concedidas pela companhia.

INTERPRETAÇÃO

3. Na interpretação desta escriptura as palavras e expressões seguintes, terão os sentidos seguintes, salvo sendo excluidos elles pelo assumpto ou contexto :

- (a) «A companhia» quer dizer a «*Atlas Assurance Company*»;
- (b) «A presente escriptura» significa as leis, disposições e regulamentos da companhia abaixo contidos e quaesquer suas emendas, alterações, variações ou additamentos vigentes em qualquer época;
- (c) «Acção» quer dizer acção do capital social;
- (d) «Deliberação especial» significa uma deliberação que for approvada

por uma maioria de não menos de tres quartas partes dos accionistas da companhia existentes em uma época qualquer com direito a votar e que assistam pessoal ou representativamente, em qualquer assembléa geral de que se der aviso intimando a intenção de propor tal deliberação na devida fórma, sendo tal deliberação confirmada pela maioria dos accionistas existentes em qualquer época, com direito a votar e que se achem presentes pessoalmente ou representados, numa segunda assembléa geral de que se der o devido aviso e que for celebrada com um intervalo de nunca menos de 14 dias nem mais de um mez, a partir da data em que for celebrada a assembléa geral ou o seu adiamento em que fôr antes votada tal deliberação ; (e) «mez» quer dizer mez civil ; (f) «Por escripto» significa escripto ou impresso ou produzido por meios mecanicos ou outros, ou parte de um modo e parte de outro ; (g) As palavras que significarem o numero singular incluem o plural e vice-versa ; (h) as palavras que denotarem o genero masculino incluem o feminino e vice-versa ; (i) Por « pessoas » entendem-se tambem as corporações.

OBJECTOS E NEGOCIOS

4. Os objectos e negocios da companhia serão: (a) constituir, ou effectuar seguros contra perda ou damno causado por incendios, relampagos, tormentas, terremotos ou explosões sobre casas e bens de qualquer natureza ; (b) constituir ou effectuar seguros sobre a vida ou vidas de qualquer pessoa ou quaesquer pessoas e sobre as sobrevivencias e condicionalmente sobre nascimentos ou falta de nascimento de filhos e contra ferimentos pessoas por accidentes quer em união aos seguros sobre vidas quer do outro modo ; (c) constituir ou effectuar todos os seguros incluindo os resseguros, seja da natureza ou especie antes mencionada ou de qualquer outra natureza ou especie que possam ser effectuados de accordo com o direito ; (d) conceder, comprar e vender annuidades quer vitalicias, de sobrevivencia, por um prazo certo, quer outras ; (e) adquirir o negocio de qualquer outra companhia ou pessoa que fizer negocios no todo ou em parte identicos aos da companhia ; (f) e poderá a companhia fazer todos os negocios e praticar quaesquer actos, quer dentro, quer fôr do Reino Unido.

Accionistas

5. Qualquer pessoa cujo nome se achar inscripto em qualquer época no registro de acções como proprietaria, quer por si só, quer em união a qualquer outra pessoa, de quaesquer das acções da companhia, será accionista da companhia. Nenhuma outra pessoa será accionista.

CAPITAL

Acções

6. O capital da companhia é um milhão e duzentas mil libras, dividido em vinte e quatro mil acções de cinquenta libras cada uma, sendo taes acções numeradas consecutivamente de um a vinte e quatro mil. A companhia não poderá comprar nem fazer negocio com as suas proprias acções.

7. O conselho de directores fará escripturar no escriptorio central da companhia em Londres um registro de acções e de accionistas pela forma e contendo os pormenores que elle julgar conveniente de tempos a tempos.

8. Poderá o conselho de directores permittir que mais de uma pessoa seja inscripta no registro com referencia a qualquer uma ou mais acções integraes do capital e as pessoas assim inscriptas serão as comproprietarias de tal acção ou acções, e serão accionistas da companhia com relação a ellas; serão mancomunada e solidariamente responsaveis pelo pagamento de todas as prestações devidas por conta de cada uma de taes acções.

9. Nenhum accionista poderá ser inscripto quer por si só quer em união a outra pessoa ou outras pessoas como proprietario de mais de duzentas acções do capital social.

10. A companhia terá o direito de considerar o accionista ou co-accionista inscriptos de qualquer acção como seu proprietario ou proprietarios absolutos, e nessa conformidade não tem a obrigação de reconhecer qualquer reclamação equitativa ou interesses em tal acção de parte de qualquer outra pessoa.

TITULOS DE ACÇÕES

11. O conselho de directores fará emittir titulos de acções assignados por dous directores e pelo secretario ou outra pessoa nomeada para tal fim pelo conselho de directores, e si em qualquer época futura for a companhia incorporada, os titulos emitidos de então por deante serão sellados com o sello social.

12. Todos os accionistas quando forem inscriptos, terão direito gratuitamente a um titulo por todas as acções inscriptas unicamente em seu proprio nome, ou, si assim optar o conselho de directores, a varios titulos sendo cada um por parte de taes acções.

Um titulo de acções inscriptas em nome de duas ou mais pessoas será lavrado nos nomes unidos de todas essas pessoas e será entregue gratuitamente á pessoa cujo nome é o primeiro inscripto no registro.

Cada um dos titulos especificará o numero ou numeros de acção ou acções a cujo respeito é emittido e a importancia paga ou creditada como paga por conta della.

do capital social. Nenhum accionista, excepto um director que tiver de vagar em ordem de votação, poderá ser capaz de ser eleito director si não houver com a anticipação de não menos de sete dias completos nem mais de dois mezes civis, antes do dia da eleição, dado aviso ao secretario no escriptorio central da companhia em Londres e por escripto, por elle assignado de que tenciona offerecer-se para ser eleito director.

59. Todo o accionista eleito para director que ao tempo de sua eleição for official de outra qualquer companhia ou companhias que façam negocios de fôrma alguma semelhantes aos desta companhia, deverá immediatamente pedir demissão do cargo ou cargos na outra companhia ou companhias, e se deixar ou recusar-se a fazê-lo ou depois de sua eleição for escolhido para ser empregado de tal companhia ou companhias e acceitar o emprego para o qual foi assim escolhido, então é que cada um de taes casos o seu cargo ou cargos nesta companhia vagarão.

60. Vagará um director o seu cargo: (1) si depois de ser eleito deixar de ser o unico proprietario inscripto do numero de acções que o habilitem; (2) si for decretada a nomeação de administrador de seus bens ou si vier a quebrar ou transigir com os seus credores; (3) si perder o juizo ou ficar demente; (4) si se ausentar das sessões do conselho de directores durante um periodo de seis mezes civis sem licença especial do conselho de directores; (5) e si por aviso por escripto ao conselho de directores pedir demissão do cargo.

61. Em todas as assembléas geraes annuaes quatro directores vagarão os seus cargos mas poderão ser reeleitos. Os directores que houverem de vagar serão os que ou escolhidos de entre os que tenham estado em exercicio pelo mais largo tempo depois de sua ultima eleição e quanto aos que tenham exercido o cargo por um praso igual, os directores que hoverem de vagar serão determinados pela sorte faltando accordo entre elles. O director que houver de vagar continuará a exercer o cargo até que tenha logar a eleição.

62. Em todas as assembléas geraes annuaes ou nos adia-mentos dellas em que tenham de vagar os cargos, quaesquer directores como dito fica os accionistas presentes e com direito de votar preencherão os cargos vagos de cada director elegendo alguma pessoa para elles.

63. Todas as vagas que se derem nos cargos de directores mediante remoção, fallecimento, demissão a pedido, inhabilitação ou por qualquer outro motivo que occasionar a vaga (excepto as vagas que se derem em consequencia das retiradas nas assembléas geraes annuaes) serão preenchidas pela assembléa geral extraordinaria que para tal fim será convocada ou pela assembléa geral annual seguinte, segundo determinar o conselho de directores. O director nomeado assim continuará a exercer o cargo sómente pelo periodo que o exercia a pessoa cujo logar elle suppre, si não se tivesse dado a vaga, mas poderá ser reeleito. Os directores que continuarem nos seus cargos poderão obrar não obstante quaesquer vagas no numero de directores.

No caso de perder-se, gastar-se ou deteriorar-se qualquer titulo, poderá a companhia, mediante o pagamento de uma taxa de dous schillings e meio ou qualquer somma inferior que determinar o conselho de directores, emittir novo titulo depois de comprovar-se-lhe o direito, perda ou outro ponto e sob as condições, comprehendendo a entrega de qualquer titulo gasto ou deteriorado, e fornecendo-se as garantias que considerar adequadas o conselho de directores.

13. Todo o accionista que em qualquer época mudar de nome ou de domicilio, ou sendo de sexo feminino vier a casar-se, deverá dar immediatamente aviso por escripto dirigido ao escriptorio central da companhia em Londres e no mesmo aviso deverá indicar o seu nome novo e domicilio ou endereço para serem registralos, e o nome e domicilio de seu marido, sendo do sexo feminino a pessoa que a esse tempo der tal aviso, e será licito que o conselho de directores mediante as provas que considerar sufficientes faça qualquer alteração no nome e designação do accionista inscripto e nos outros pormenores que entender elle conveniente.

PRESTAÇÕES

14. A sessão extraordinaria do conselho de directores convocada especialmente para o fim de cobrar uma prestação poderá de tempos a outros cobrar as prestações que entender dos accionistas, relativamente a todas as quantias não satisfeitas nem creditadas como pagas sobre as acções que respectivamente possuirem, e cada accionista deverá satisfazer a importancia de cada prestação cobrada assim, ás pessoas e nas épocas e logares designados pelo conselho de directores.

Considerar-se-ha cobrada uma prestação ao tempo em que se approvar a deliberação para a cobrança da prestação.

15. Quando a sessão extraordinaria do conselho de directores cobrar uma prestação como dito fica, deverá dar-se aviso de um mez aos accionistas, indicando o tempo e logar do pagamento, e a quem deverá pagar-se tal prestação.

16. Si a importancia devida por conta de qualquer prestação não for paga até ou antes do dia designado para o seu pagamento, o proprietario ou proprietarios da acção dessa época a cujo respeito foi cobrada a prestação, pagarão juros sobre ella na razão de 5 % ao anno, a partir da data designada para o seu pagamento até o tempo do pagamento effectivo.

CONFISCAÇÃO DE ACÇÕES E DIREITO DE RETENÇÃO

17. No caso de deixar ou recusar qualquer accionista da companhia de pagar qualquer de taes prestações até ou antes do dia mencionado para o seu pagamento, no aviso poderá o conselho de directores, em qualquer época posterior emquanto a

prestação estiver por pagar, fazer expedir-lhe aviso exigindo o pagamento da prestação com os juros vencidos em consequencia da dita falta de pagamento.

O aviso indicará um dia (não sendo menos de 14 dias da data do aviso) e um lugar ou logares em que deverão ser pagos a prestação e os juros e declarará também o aviso que no caso de falta de pagamento da prestação e dos juros ao tempo e no lugar nelle indicados poderão ser confiscadas as acções ou acção a cujo respeito fôr cobrada a prestação. Não se satisfazendo as exigencias de tal aviso, poderá o conselho de directores reunido em sessão extraordinaria, convocar-la especialmente para tal fim, declarar que a acção ou acções designadas no aviso ficarão de então em diante confiscadas a favor da companhia e immediatamente depois de tal declaração serão as acções effectivamente confiscadas e o conselho de directores mandará vender immediatamente para o beneficio da companhia todas estas acções confiscadas e, verificada que seja uma tal venda, poderá qualquer director da companhia outorgar uma transferencia das acções a favor do comprador e esta transferencia fará effectivamente transferir as acções ao comprador, não ficando o comprador affectado por qualquer irregularidade da operação.

18. Quando se declarar confiscada qualquer acção deve ser intimado aviso da confiscação ao seu proprietario inscripto e far-se-ha immediatamente no registro um lançamento respectivo á confiscação, mas esta clausula é só para governo.

19. Nenhum accionista ou accionistas que tenham que responder pelo pagamento de qualquer prestação ficarão exonerados de tal responsabilidade em consequencia do conselho de directores, em sessão extraordinaria em virtude do poder que antes lhe é conferido, para tal fim haver declarado confiscadas a favor da companhia a acção ou acções a cujo respeito se cobrou tal prestação, mas a companhia terá direito á prestação e a quaesquer juros vencidos sobre ella em additamento ás acções confiscadas.

20. A companhia terá o primeiro e principal direito de retenção e *onus* sobre todas as acções de que uma pessoa qualquer for proprietaria ou uma de mais co-proprietarias por todas as importancias que dever a companhia quer por si só quer em união a qualquer outra pessoa, seja esta accionista ou não, e no caso de ser uma acção a propriedade de mais de uma pessoa terá a companhia e-se direito de retenção no que diz respeito a todas as importancias que lhe forem assim devidas por todos ou qualquer dos co-proprietarios e poderá a companhia, no caso de falta do devido pagamento durante vinte e oito dias depois da data em que fôr elle cobrado, absolutamente vender e dispor de quaesquer acções cujos proprietarios ou qualquer de cujos co-proprietarios estejam individúados para com a companhia como dito fica e applicar o seu producto enquanto para isso chegar para a satisfação da somma devida e de todos os gastos soffridos pela companhia a seu respeito, e, verificada que seja uma tal venda, poderá qualquer director da companhia outorgar uma transferencia de acções vendidas a favor do seu comprador e a dita

transferencia fará effectivamente transferir as acções, não ficando o comprador affectado por qualquer irregularidade da operação relativa a tal venda e transferencia respectivamente e poderá a companhia então inscrever o comprador como accionista relativamente a taes acções.

TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

21. A escriptura de transferencia de qualquer acção deverá ser assignada pelo cedente e pelo cessionario, tendo o cedente direito á mesma acção até que seja inscripto no registro o nome do cessionario relativamente a ella.

22. Todas as escripturas de transferencia de acções deverão ser segundo o modelo seguinte ou de qualquer outra formula que o conselho director approvar:

Eu (A. B.) morador em..... em consideração da quantia de..... que me foi paga por (C. D.) designado o cessionario, daqui por deante, pela presente transiro ao cessionario, seus testamenteiros, administradores e subrogados todas aquellas... acções do dito (A. B.), do capital da *Atlas Assurance Company*, e todos os beneficios, vantagens, poderes e privilegios a ellas pertencentes para que as ditas acções sejam propriedade do dito cessionario, seus testamenteiros, administradores e subrogados com sujeição ás varias condições em que eu as possuia immediatamente antes desta outorgar. E eu, cessionario, pela presente, contracto acceitar as citadas acções com sujeição ás referidas condições. Em testemunho, etc.

23. Todas as escripturas de transferencia deverão ser entregues no escriptorio central da companhia em Londres, para serem registradas com as provas que o conselho de directores exigir para comprovar o direito do cedente ou o direito que lhe assistir para transferir as acções e, si estas escripturas forem approvadas pelos directores, deverão ellas ser retidas pela companhia.

24. Os livros para o registro de transferencias de acções poderão ficar encerrados durante a época ou épocas que melhor entender o conselho de directores, não excedendo de trinta dias em conjuncto em cada anno.

25. Poderão os directores recusar-se a registrar a transferencia de acções sobre as quaes tem a companhia direito de retenção e poderão recusar-se a registrar a transferencia de acções a uma mulher casada ou a qualquer outro cessionario sem que disso deem razão. Recusar-se-hão a registrar qualquer transferencia mediante a qual o numero de acções possuidas por qualquer pessoa, quer por si só quer de co-propriedade, exceder de duzentas si fosse registrada tal transferencia.

26. A taxa que os directores melhor entenderem mandar que se pague, não passando de cinco schillings por cada escriptura de transferencia entregue para ser registrada, deverá ser paga antes que se a registre.

27. Qualquer pessoa que vier a ter direito a uma acção, em consequencia do fallecimento ou quebra de qualquer accionista ou por operação da lei, e depois de dar as provas de direito que o conselho de directores exigir e sujeito ás disposições da presente escriptura, poderá ou fazer-se inscrever como proprietario de tal acção ou determinar nomear outra pessoa que seja inscripta como cessionaria della.

28. Si a pessoa que vier a ter tal direito optar em fazer-se inscrever, deverá entregar ou mandar á companhia aviso por escripto assignado por si e declarando que deseja isso.

Para todos os effeitos da presente escriptura que digam respeito ao registro de transferencias de acções, um tal aviso será considerado como transferencia e o conselho de directores terá o mesmo poder de recusar dar-lhe efflencia, registrando-a como si a circumstancia que deu logar á transmissão não tivesse occorrido e o aviso fosse transferencia outorgada pela pessoa de quem se deriva o titulo por transmissão.

29. Si a pessoa que vier a ter tal direito optar em fazer inscrever o seu subrogado, deverá comprovar tal escolha outorgando escriptura de transferencia de acção a favor de seu subrogado. O conselho de directores, no que diz respeito a transferencias outorgadas por esta fórma terá o mesmo poder de recusar-lhes o registro como si a circumstancia que deu logar á transmissão não tivesse occorrido e a transferencia fosse uma transferencia outorgada pela pessoa de quem se deriva o titulo por transmissão.

30. Todas as transmissões de acções e os direitos a ellas serão verificados pela fórma que exigir o conselho de directores e poderá o conselho de directores recusar o registro de qualquer de taes transmissões até que sejam elles assim verificados e poderão os directores exigir que todos os testamenteiros que tenham homologado um testamento tomem parte em qualquer aviso de opção ou em qualquer transferencia.

31. O testamenteiro ou administrador de um accionista que haja fallecido e não for um de varios co-proprietarios será a unica pessoa reconhecida como tendo direito ás acções registradas em nome do finado accionista e, no caso do fallecimento de um ou mais de quaesquer co-proprietarios, os sobreviventes ou sobrevivente serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer direito ou interesse em taes acções.

32. Antes que qualquer testamenteiro ou administrador de um accionista que houver fallecido possa vender as acções por elle possuidas em qualquer das ditas qualidades ou possa constituir-se accionista relativamente a taes acções ou possa vir a ter o direito de receber o pagamento de qualquer dividendo ou lucro pagavel por conta dellas, deverá entregar ou mandar entregar no escriptorio central da companhia em Londres o acto de homologação do testamento ou de cartas administrativas, em cuja virtude reclama o direito ás mesmas acções.

33. Os testamenteiros ou administradores de um accionista que houver fallecido não terão o direito de receber os dividendos

ou outros lucros pagaveis depois do fallecimento de tal accionista sobre as acções possuidas por elles em alguma de taes qualidades. Mas depois do fallecimento de um accionista quaesquer dividendos ou outros lucros pagaveis sobre as suas acções, depois do dia em que elle fallecer deverão ficar em suspenso até que uma ou mais pessoas venham a ser accionista ou accionistas relativamente a taes acções, e não serão pagos sinão depois que taes novos accionistas os reclamarem.

AUGMENTO DE CAPITAL

34. A assembléa geral extraordinaria convocada especialmente para tal fim poderá de tempos a outros augmentar o capital, creando novas acções que deverão ser emittidas pelos valores e de modo e nos termos que forem considerados convenientes, mas de forma que antes de emittir quaesquer acções novas, o conselho de directores as offerecerá, em primeiro logar, a todos os accionistas existentes então, na proporção do valor do capital que elles possuirem. Si qualquer accionista, a quem se fizer tal offerecimento, não pôde em consequencia do numero de acções que elle possuir então, tomar todas ou qualquer parte das acções assim offerecidas, ser-lhes-ha facultado nomear uma pessoa que o conselho possa approvar a quem serão ellas adjudicadas ou a parte dellas acima indicada.

REDUCÇÃO DE CAPITAL

35. Poderá a companhia em qualquer época, por deliberação especial, como antes se definiu, reduzir o seu capital pelo valor da totalidade ou de qualquer parte do augmento de seu capital, mas de forma que o capital nominal não seja reduzido a menos de um milhão e duzentas mil libras.

SELLO SOCIAL

36. Si a companhia for incorporada no futuro, o conselho de directores adoptará um sello social e providenciará quanto á sua conservação a salvo. O sello só poderá ser usado mediante autorisação do conselho de directores, dada anteriormente, e na presença de, pelo menos, dous directores que authenticarão o seu carimbo em cada instrumento em que for carimbado o sello, e cada um de taes instrumentos será referendado pelo secretario ou qualquer outra pessoa nomeada para tal fim pelo conselho de directores.

37. Si a companhia for incorporada no futuro, poderá ella exercer todos os poderes conferidos pela lei de 1864, relativa aos sellos das companhias e esses poderes serão da attribuição do conselho de directores.

ASSEMBLÉA DOS ACCIONISTAS

38. A assembléa dos accionistas da companhia, devidamente convocada e celebrada, será denominada assembléa geral. Excepto emquanto for determinado em contrario pela presente escriptura, o numero sufficiente para a assembléa geral será vinte accionistas assistentes em pessoa.

39. A assembléa geral que deverá designar-se a assembléa geral annual, será celebrada no mez de março de cada anno, em qualquer dia que o conselho de directores determinar de tempos a outros, e deverá dar-se aviso prévio da celebração de tal assembléa. Todas as outras assembléas geraes serão chamadas assembléas geraes extraordinarias.

40. O conselho de directores poderá em qualquer época convocar uma assembléa geral extraordinaria, e deverá fazel-o ao receber pedido por escripto assignado por vinte e quatro accionistas que em conjunto possuam não menos de duzentas e quarenta acções do capital social, ficando, porém, entendido que, cada um de taes accionistas deverá ter sido accionista da companhia pelo menos por doze mezes civis.

41. Em cada um de taes pedidos, como dito fica, para uma assembléa geral extraordinaria devem ser declarados plenamente os objectos para os quaes se deseja convocar uma tal assembléa, e si não forem plenamente declarados os objectos poderá o conselho de directores recusar-se a convocar a assembléa, na forma de tal requisitoria. Si por qualquer outro motivo o conselho de directores deixar de convocar a assembléa geral extraordinaria, que deverá celebrar-se dentro de 21 dias depois de depositado o pedido, será lícito que os seus signatarios ou os seus sobre-ventes convoquem a assembléa geral extraordinaria para um dia dentro de 28 dias depois de expirados os supraditos 21 dias.

42. Todas as assembléas geraes annuaes ou extraordinarias poderão ser adiadas para outra hora mais tarde, no mesmo dia ou para um dia futuro. E excepto como se dispõe relativamente a uma deliberação especial no caso em que 20 accionistas que tenham o direito de votar não se reunam e comecem os seus trabalhos dentro de meia hora depois da marcada para o principio dos trabalhos mencionados no aviso de convocatoria de qualquer assembléa geral, ou si não se achar presente pessoalmente tal numero quando qualquer parte dos trabalhos que tiverem de ser tratados por uma assembléa geral exigir uma decisão, ficará adiada a dita assembléa geral para um dia futuro, que será determinado pelo conselho de directores. Quando a assembléa geral tiver sido adiada para um dia futuro, o conselho de directores deverá disso dar aviso.

43. A assembléa geral terá plenos poderes para fiscalizar, regularizar e dominar todos os negocios e assumptos da companhia.

44. Será lícito que as assembléas geraes extraordinarias convocadas especialmente para tal fim por deliberação especial na

fôrma antes definida despeçam ou removam dos seus cargos a qualquer director ou membro do conselho fiscal que recusar-se a cumprir quaesquer dos deveres que lhe são impostos, ou que se occuparem em qualquer empresa ou negocio prejudicial aos interesses da companhia ou que fizerem quaesquer actos nocivos à companhia.

45. Duas assembléas geraes extraordinarias successivas por deliberação especial, como fica antes definido, terão poderes plenos para fazer quaesquer novas leis, disposições ou regulamentos para a companhia, ou para emendar, alterar, variar ou revogar todas ou quaesquer das leis existentes então ou disposições e regulamentos sociaes, comtanto que taes novas leis ou disposições ou regulamentos, ou os emendados, alterados ou variados não sejam extensivos para emendar, alterar, variar ou revogar todas ou quaesquer das leis, disposições e regulamentos estabelecidos e estatuidos pela presente escriptura, para limitar a responsabilidade individual de cada accionista da companhia ao valor de suas acções do capital social, e comtanto que as leis, disposições e regulamentos novos, emendados ou alterados não sejam extensivos para diminuir ou minorar a garantia que das pessoas seguradas pela companhia, ao tempo em que se fizerem, emendarem, alterarem ou revogarem quaesquer leis, disposições e regulamentos, e que não forem accionistas, ou das pessoas que a esse tempo receberem annuidades da companhia. Ficando, porém, entendido que, pelo menos, 30 accionistas que tenham o direito de votar deverão estar presentes em pessoa, tanto ao começarem os trabalhos que tiverem de ser tratados por taes assembléas geraes, como quando tiver logar uma decisão, ou que de outro modo teria tido logar sobre a parte do trabalho que necessitar de tal decisão.

46. Todas as assembléas geraes (sejam annuaes extraordinarias ou adiadas para um dia futuro) serão convocadas dando-se aviso dellas quer por annuncios na *London Gazette* e quaesquer dous jornaes de Londres quer por carta circular, que deverá ser enviada a todos os accionistas da companhia que tenham direito aos avisos, segundo melhor entender o conselho de directores ou as pessoas que as convocarem (conforme for o caso) de tempos a outros, declarando-se a hora e o logar em que deve reunir-se a assembléa geral.

47. Todas as assembléas geraes (sejam annuaes extraordinarias ou adiadas para um dia futuro) serão celebradas a não menos de quatorze dias nem mais de vinte e um dias a contanto em que forem ellas annunciadas pela primeira vez na *London Gazette* ou do em que a carta circular que a convocar tiver sido enviada aos accionistas da companhia.

48. Os trabalhos para os quaes for convocada a assembléa geral extraordinaria e não outros serão tratados pela mesma assembléa e na assembléa geral adiada não se poderá tratar de outros trabalhos sinão os que ficaram por concluir na assembléa geral em que teve logar tal adiamento.

49. A pessoa que deverá tomar o logar de presidente e

presidir as assembleas geraes será o presidente que então o for do conselho de directores ou na ausencia do presidente, o vice-presidente, que então o for do conselho de directores, ou na ausencia ou recusa dos ditos presidente e vice-presidente, um director eleito pelos accionistas presentes e que tenha o direito de votar. Na ausencia ou recusa dos ditos presidente e vice-presidente e de todos os directores, um accionista, com direito de votar, será eleito presidente pelos outros accionistas presentes e com o direito de votar.

50. As actas dos trabalhos de todas as assembleas geraes serão lançadas e escripturadas em um livro e assignadas pelo presidente das taes assembleas geraes.

VOTAÇÃO NAS ASSEMBLÉAS

51. Só poderão votar nas assembleas geraes ou assignar requisitorias de escrutinio os accionistas que possuirem não menos de dez acções do capital social sobre as quaes todas as prestações devidas e pagaveis tenham sido pagas e que tiverem sido accionistas da companhia pelo espaço de seis mezes civis, que immediatamente precedam á época em que tiver de ser celebrada a mesma assemblea geral.

52. Quando se acharem inscriptos comproprietarios de quaesquer acções aquelle dos comproprietarios que assistir á assemblea geral poderá votar a respeito da integridade de taes acções pela mesma forma como si só elle tivesse direito a ellas, mas no caso de acharem-se presentes mais de um de taes comproprietarios aquelle dos presentes cujo nome se acha inscripto no registro relativamente a taes acções antes do nome ou nomes do outro ou de todos os outros presentes será o unico que terá o direito de votar a seu respeito.

53. Excepto o que se determina para o caso de deliberação especial, todas as questões relativas a qualquer trabalho de que tenham de tratar as assembleas geraes serão decididas por uma simples maioria dos votos dos accionistas que tenham o direito de votar e que assistam e votem em pessoa. Todas as questões propostas na assemblea geral serão decididas symbolicamente em primeiro logar pelos accionistas pessoalmente presentes tendo cada accionista não mais que um voto, mas no caso de empate na votação symbolica o presidente da assemblea geral terá um voto preponderante ou de qualidade.

54. Havendo differença de opinião na assemblea geral, dez accionistas com direito de votar e possuidores de trezentas acções em conjunto poderão exigir o escrutinio por escripto assignado por elles e entregue ao presidente dentro de quinze minutos depois de ter este annuciado á assemblea o resultado da votação symbolica e então será permittido o escrutinio, mas si não se exigir o escrutinio, a declaração do presidente, que foi approvada uma deliberação com um lançamento ao mesmo effeito nas actas dos trabalhos da assemblea geral, faz prova do facto. O pedido do escrutinio não impedirá a continuação da

assembléa para trabalhar com os outros negocios que não aquelle sobre o qual foi requisitado o escrutinio. Não se poderá exigir escrutinio na eleição de presidente de assembléa geral nem sobre questão de adiamento. Si for pedido um escrutinio será elle verificado pela fórma e no logar e tempo que determinar o presidente da assembléa geral. Si o escrutinio tiver de verificar-se em dia futuro, os directores deverão dar aviso do logar, dia e hora em que se effectuará o escrutinio, mediante annuncio na *London Gazette* e em quaesquer dous jornaes matutinos de Londres ou por carta circular enviada aos accionistas. No caso de empate no escrutinio, o presidente da assembléa geral, em que foi requisitado o escrutinio, terá voto preponderante. O resultado do escrutinio será considerado a deliberação da assembléa geral. Sujeito ás disposições contidas abaixo, todo o accionista que tiver o direito de votar, terá no escrutinio um voto por dez, e menos de vinte acções, dois votos por vinte, e menos de quarenta acções, tres votos por quarenta, e menos de sessenta acções, quatro votos por sessenta, e menos de oitenta acções, cinco votos por oitenta, e menos de cem acções, seis votos por cem, e menos de cento e vinte cinco acções, sete votos por cento e vinte cinco, e menos de cento e cincoenta acções, oito votos por cento e cincoenta, e menos de cento setenta e cinco acções, nove votos por cento setenta e cinco acções ou maior numero.

55. Os votos no escrutinio podem ser emitidos pelos accionistas quer em pessoa quer mediante procuração. O procurador será nomeado por documento escripto assignado pelo outorgante em qualquer das fórmulas usadas geralmente para tal fim ou approvadas pelo conselho de directores. Não pôde ser nomeado procurador quem não for accionista habilitado a votar. O documento de procuração deve ser entregue no escriptorio central da companhia em Londres pelo menos quarenta e oito horas antes de marcada para o escrutinio em que ella tiver de ser uzada. O voto emitido de accordo com os termos do documento de procuração será valido não obstante o prévio fallecimento do outorgante ou a revogação da procuração ou a transferencia de qualquer acção a cujo respeito se emittir o voto, com tanto que antes do escrutinio não tenha sido recebida no escriptorio central da companhia em Londres intimação escripta do fallecimento, revogação ou transferencia authenticada á satisfação do conselho de directores.

56. Qualquer accionista que for demente ou idiota poderá votar por seu curador e taes votos poderão ser emitidos pelo curador em pessoa ou mediante procurador em escrutinio.

DIRECTORES

57. O numero dos directores da companhia será doze.

58. Nenhuma pessoa será capaz de ser eleito director da companhia, salvo si ao tempo da eleição for accionista da companhia e unico proprietario inscripto de não menos de sessenta acções

Honorarios de directores

64. A assembléa geral annual ou qualquer assembléa geral extraordinaria dará plenos poderes para conceder ao conselho de directores dos fundos ou bens sociaes qualquer somma quer como pagamento periodico quer de outra fôrma em remuneração de seus serviços no passado ou no futuro. Tal somma deverá ser distribuida por entre si pelo modo que determinar o conselho de directores.

Reuniões de directores

65. Reunir-se-hão os directores no escriptorio central da companhia em Londres uma vez por semana e todas as outras vezes e que outros logares, segundo elles melhor entenderem. Todas estas reuniões serão designadas sessão do conselho de directores.

66. Quaesquer tres directores poderão convocar uma sessão extraordinaria do conselho de directores que celebrar-se-ha na época em que elles houverem por bem.

67. O numero de directores necessario para tratar dos seus trabalhos será sete nas sessões extraordinarias de directores e tres em todas as outras reuniões do conselho de directores.

68. O conselho de directores nomeará de tempos a outros de entre o seu proprio gremio o presidente e o vice-presidente do conselho de directores. Na primeira sessão do conselho de directores depois da assembléa geral annual o presidente e o vice-presidente cessarão de funcionar, mas poderão ser reeleitos.

69. O presidente ou na sua ausencia ou recusa o vice-presidente deverá presidir á sessão do conselho de directores. Achando-se ambos ausentes os recusando presidir a qualquer conselho, os directores presentes escolherão um outro director para presidir á sessão.

PODERES DO CONSELHO DE DIRECTORES

70. O conselho de directores a sua direcção e nos termos que melhor entender nomeará e demittirá o secretario actuario e solicitadores da companhia e todos os outros officiaes, agentes, caixeiros e empregados que considerarem necessarios para os negocios da companhia.

71. O conselho de directores poderá conceder e pagar a qualquer pessoa que empregar por conta da companhia, e que, devido a idade ou a qualquer outro motivo, venha a ficar incapacitada de desempenhar os seus deveres, ou a sua viuva ou familia no caso de seu fallecimento, taes pagamentos com os fundos ou bens sociaes que o conselho de directores houver por bem, sendo taes pagamentos á discrição do conselho de directores em uma ou mais quantias ou em sommas periodicas pagaveis sómente em quanto assim aprover ao conselho de directores.

72. O conselho de directores de tempos a outros poderá nomear a quaesquer de seu gremio, como commissão para quaesquer objectos geraes ou especiaes, segundo determinar o conselho de directores de tempos a outros e poderá delegar a taes commissões quaesquer de seus poderes.

Toda a commissão nomeada assim deverá em todos os sentidos conformar-se com quaesquer instrucções ou regulamentos que de tempos a outros lhe forem impostos pelo conselho de directores.

73. O conselho de directores fará consignar a clausula abaixo constante contra a responsabilidade individual de qualquer accionista, além das suas acções no capital social ou uma clausula com o mesmo effeito em todas as apolices, escripturas de annuidade e contractos de seguros.

74. Todos os varios pagamentos pelos quaes forem sujeitos ou responsaveis os fundos ou bens sociaes de tempos a outros serão feitos por ou de ordem do conselho de directores.

75. Todos os numerarios recebidos para ou por conta da companhia e bem assim todos os escriptos de divida e letras pertencentes á companhia, serão de tempos a outros ao passo que forem recebidos elles pagos e entregues á conta da companhia á casa bancaria dos Srs. Prescott & Comp., ou a qualquer outra casa bancaria ou casas bancarias que o conselho de directores nomear ou indicar de tempos a outros e elles ou qualquer parte delles respectivamente só poderão ser retirados de tal casa ou casas bancarias para os fins da companhia e mediante saque ou saques, mandato ou mandatos por escripto assignados pelo menos por um director e referendado pelo secretario ou actuario que então o for ou por outro empregado da companhia nomeado para tal fim pelo conselho de directores.

76. Ficará inteiramente á discreção do conselho de directores o aceitar ou recusar propostas para seguros e annuidades que devam ser effectuados ou concedidos pela companhia e effectuar resseguros que devam ser respectivamente effectuados ou concedidos aos typos nos termos pelos valores e sujeitos ás condições que o conselho de directores melhor entender de tempos a outros com plenos poderes para amortizar e resgatar qualquer annuidade concedida pela companhia, nos termos que lhe parecerem razoaveis e aceitar de qualquer pessoa segurada pela companhia a renuncia de sua apolice, nos termos por compra ou de outro modo que lhe parecerem razoaveis e restabelecer ou restaurar qualquer apolice de seguro que tenha sido confiscada ou annullada, e todos os direitos em virtude della, segundo houver elle por bem.

77. Todas as apolices e escripturas de seguros e contractos de annuidades, emitidas ou concedidas pela companhia serão assignadas, pelo menos, por um director ou outro official ou agente nomeado para tal fim pelo conselho de directores.

78. Sujeito e sem prejuizo dos poderes aqui conferidos, ás assembleas geraes ao conselho de directores, compete a inteira administração e fiscalização dos negocios e assumptos da companhia, e em todos os casos providenciados pela presente escri-

ptura, e que for m providenciados no futuro pelas assembleas geraes deverá elle obrar em estricta conformidade com as leis e regulamentos aqui estabelecidos ou que forem estabelecidos no futuro pelas assembleas geraes. Mas, em todos os casos que em qualquer época não forem providenciados será licito que o conselho de directores obre de tal fórma que lhe pareça mais conveniente para adiantar os negocios da companhia.

79. As actas de todos os trabalhos da sessão do conselho de directores serão lançadas e escriptas em um livro e assignadas pelo presidente da sessão do conselho, a que se referir qualquer acta, ou no caso da sua incapacidade ou recusa serão ellas assignadas por dous outros directores presentes á sessão do conselho a que se referirem ellas.

80. Todas as questões que tiverem de ser decididas em sessão do conselho dos directores serão decididas por simples maioria dos votos das pessoas presentes e que votarem não tendo pessoa alguma mais que um voto, excepto o presidente da sessão, o qual terá um voto decisivo ou preponderante quando houver empate de votos.

Conselhos locais

81. Poderá o conselho de directores de tempos a outros e em qualquer época estabelecer conselhos locais ou agencias, para a administração de qualquer dos negocios da companhia no estrangeiro ou em qualquer localidade especificada dentro do Reino-Unido, pela fórma e com sujeição aos regulamentos que o conselho de directores promulgar de tempos a outros, e poderá o conselho de directores nomear quaesquer pessoas para membros de qualquer de taes conselhos locais, ou quaesquer gerentes ou agentes e poderá fixar-lhes os vencimentos e poderá remover taes pessoas.

82. Poderá o conselho de directores de tempos a outros e em qualquer época delegar a qualquer pessoa nomeada assim quaesquer dos poderes, autorisações e discreções que em qualquer época sejam da attribuição do conselho de directores e poderá autorisar aos membros que então o forem de qualquer de taes conselhos locais, ou a qualquer delles a preencher quaesquer vagas que nelles se deem, e taes nomeações ou delegações poderão ser feitas nos termos, e sujeitas ás condições que houver por bem o conselho de directores e poderá o conselho de directores em qualquer época remover a qualquer pessoa nomeada assim e annullar ou variar qualquer de taes delegações.

83. Poderá o conselho de directores em qualquer época e de tempos a tempos por escriptura, ou por escripto nomear a uma ou mais pessoas para procurador, ou procuradores da companhia para os fins e com os poderes, autorisações e discreções (não excedendo dos que cabem nas attribuições, ou podem ser exercidos pelo conselho de directores, em virtude da

presente escriptura) e pelo periodo, e sujeito ás condições que melhor entender o conselho de directores de tempos a tempos, e poderá qualquer de taes nomeações (si assim o entender o conselho de directores) ser feita a favor dos membros, ou de qualquer dos membros de qualquer conselho local, estabelecido como dito fica, ou a favor do qualquer companhia, ou dos membros, directores subrogados ou gerentes de qualquer companhia, ou firma, ou de outro modo a favor de qualquer corpo fluctuante de pessoas, sejam nomeados elles directa ou indirectamente pelo conselho de directores e qualquer de taes escripturas ou escriptos poderá conter taes disposições para a protecção ou conveniencia das pessoas que tratarem com taes procuradores, segundo melhor entender o conselho de directores.

84. Qualquer de taes delegados ou procuradores como dito fica, poderá de tempos a outros ser autorizado pelo conselho de directores para subestabelecer todos ou quaesquer dos poderes, autorisações e discreções que em qualquer época lhe tiverem sido conferidos pelo periodo e com sujeição ás limitações que melhor entender o conselho de directores.

Escriptorias

85. A companhia sempre terá um escriptorio central em Londres e quaesquer succursaes que julgar conveniente o conselho de directores e deverá o conselho de directores suppril-os de tempos a outros, e para tal fim será licito que o conselho de directores, de tempos a outros e a todo tempo, compre, ou arrende com os fme-los, ou bens sociaes uma ou mais casas, e á sua discreção venda, troque, ou disponha de qualquer outro modo do escriptorio central actual da companhia, cito em Cheapside, ou de qualquer outra casa, ou casas compradas, ou arrendadas como dito fica.

Fidei-commissario

86. Poderá o conselho de directores, de tempos a outros, nomear quaesquer pessoas que melhor entender para fidei-commissarios, quer para os fins geraes da companhia, quer para qualquer fim especial, e poderá, de tempos a outros, remover qualquer pessoa do cargo de fidei-commissario, em virtude do voto de uma sessão extraordinaria do conselho de directores.

Qualquer vaga occasionada por fallecimento, incapacidade, retirada ou demissão entre tres fidei-commissarios, será preenchida quando e como melhor entender o conselho de directores.

87. Para a mais facil e conveniente administração de taes fundos ou bens sociaes, que devam ser depositados nos fidei-commissarios, poderá o conselho de directores, si assim julgar conveniente, dividir os fidei-commissarios, quer geraes, quer especiaes,

em classes das quaes nenhuma classe consistirá de menos de tres fidei-commissarios.

Poderá o conselho de directores, de tempos a outros, e tantas vezes quantas entender fazer, ceder, transferir, revestir ou mudar para os nomes de quaesquer fidei-commissarios da companhia o escriptorio central e succursaes da companhia, existentes em qualquer época, bem como qualquer de seus fundos ou bens. E poderá, segundo melhor entender, distribuir e repartir entre os fidei-commissarios da companhia, os fundos e bens que forem assim empregados e revestidos, e suas accumulações e os seus fundos, titulos e valores respectivamente, e poderá fazer alteral-os, varial-os e transferil-os ou qualquer parte delles, para os valores ou empregos abaixo autorisados.

88. Quando for nomeado qualquer novo fidei-commissario, o conselho de directores poderá fazer depositar os bens de fidei-commisso em nome do novo fidei-commissario em união aos dos fidei-commissarios que então continuarão no cargo, e poderá exigir que o novo fidei-commissario outorgue uma declaração de fidei-commisso, ou facto relativo à administração dos bens, segundo julgar conveniente o conselho de directores.

89. Quando se exigir que a companhia, de conformidade com as leis ou regulamentos de qualquer colonia britannica ou dependencia ou estado estrangeiro, em que a companhia estiver effectuando ou se proponha effectuar quaesquer seguros, faça qualquer deposito ou emprego de fundos como condição para poder fazer os seus negocios dentro de tal colonia, dependencia ou paiz estrangeiro, poderá o conselho de directores fazer tal deposito ou emprego, quer em nome de fidei-commissarios, quer de outra forma, segundo exigirem as leis e regulamentos da mesma colonia, dependencia ou paiz estrangeiro, de tempos a outros, e poderá para tal fim usar e apropriar a parte dos fundos e bens sociaes que determinar o conselho de directores, e poderá dar as direcções para sua administração e gerencia que considerar conveniente, sem ser responsavel por qualquer perda que por isso se der.

Conselho fiscal

90. A assembléa geral nomeará um ou mais contadores publicos ou firmas de contadores publicos, sendo socio ou socios do *Institute of Chartered Accountants* para ser o conselho fiscal.

91. Em todas as assembléas geraes annuaes cessará de funcíonar o conselho fiscal e a mesma assembléa geral, annual, ou qualquer sessão sua adiada e elegerá o novo conselho fiscal em logar do que votar o cargo então.

O conselho fiscal que tiver de vagar o cargo poderá ser re-eleito.

92. Poderá qualquer membro do conselho fiscal vagar o cargo em qualquer época pedindo a sua demissão ao conselho de directores e deverá vagal-o si quebrar ou si se decretar a admi-

nistração de seus bens ou si transigir com os seus credores ou si perder o juízo ou vier a ficar demente ou si recusar os deveres do cargo depois de ser intimado para fazel-os.

93. Quando em consequencia de fallecimento, demissão ou por outro motivo, der-se vaga no conselho fiscal (excepto as vagas causadas pelos retiros na assembléa geral annual), o conselho de directores convocará immediatamente a assembléa geral extraordinaria afim de preencher a vaga.

94. Pelo menos com a antecedencia de 14 dias completos, antes do da assembléa geral em que tiver de ser eleito um membro do conselho fiscal, deve dar-se aviso por escripto ao secretario no escriptorio central da companhia em Londres, do nome de qualquer pessoa, a não ser um membro do conselho fiscal que houver de retirar-se, que se tencione propor para ser eleito com uma declaração escripta, assignada pela mesma pessoa, estabelecendo que deseja exercer o cargo.

O aviso deve especificar o nome, endereço, signaes e numero de acções (havendo-as) possuidas por cada candidato, a não ser um membro do conselho fiscal que tenha de retirar-se para a convocatoria da assembléa geral em que deverá ter lugar tal eleição.

95. Os honorarios que tiverem de ser pagos ao conselho fiscal pela companhia serão determinados de tempos a outros pela assembléa geral.

96. O conselho fiscal deverá de tempos a outros verificar e examinar os livros da contabilidade da companhia, e uma vez em cada anno antes da assembléa geral annual, deverá examinar e certificar as contas annuaes, fazendo sobre ellas qualquer relatorio que lhe parecer conveniente.

Tal certidão e relatorio (si algum houver) serão assignados pelos membros do conselho fiscal ou um ou mais delles e apresentados á assembléa geral annual.

CONTABILIDADE

97. O conselho de directores fará escripturar contas plenas e exactas de todas as sommas de dinheiro, recebidas ou gastas pela companhia, e dos assumptos a que se referirem taes receitas e despesas e dos bens, fundos activos e passivos da companhia e fará balançar as ditas contas até o dia trinta e um de dezembro de cada anno, e as apresentará á assembléa geral annual seguinte.

EMPREGOS

98. No que diz respeito aos fundos ou bens sociaes disponiveis que de tempos a outros não tiverem tido applicação nem disposição depois de responder pelas reclamações que as pessoas seguradas, e as que tenham direito a annuidades tenham contra

a companhia, e os gastos relativos ao andamento e gerencia dos negocios e por todas as outras reclamações contra e gastos da companhia e que não forem precisos immediatamente para o pagamento dos mesmos e no que diz respeito a todos os outros numerarios, que devam ser empregados na fórma das disposições aqui contidas, poderá o conselho de directores empregar-los e pol-os a seu juizo absoluto sobre os valores ou fundos publicos ou valores do Governo do Reino Unido, Gran-Bretanha ou da India, ou qualquer colonia ou dependencia do Reino-Unido, Gran-Bretanha ou India, ou bilhetes do Thesouro, obrigações ou quaesquer valores cujos juros forem garantidos pelo Parlamento ou sobre os valores do Banco da Inglaterra ou do *Metropolitan Board of Yorks* ou do *London County Council* ou sobre as obrigações, valores hypothecarios, hypothecas ou outros valores ou sobre titulos garantidos de preferencia ou ordinarios, ou acções de qualquer companhia ou corpo publico provincial, municipal ou local ou autoridade do Reino-Unido, Gran-Bretanha ou India, ou qualquer colonia ou dependencia do Reino Unido, Gran-Bretanha ou India (excepto as acções de qualquer companhia que não tenham sido integralmente pagas, ou a respeito das quaes ha responsabilidade illimitada ou qualquer outra responsabilidade), ou na compra ou sobre a garantia mediante hypotheca ou de outro modo de quaesquer casas, terras ou bens immobiliarios sitos na Inglaterra, Galles ou Escossia, de propriedade livre de emphyteuses de senhoria ou de arrendamento por qualquer numero de annos, ou sobre qualquer apolice ou apolices de seguros sobre qualquer vida ou vidas ou outro acontecimento ou quaesquer annuidades immediatas ou deferidas ou de qualquer proveito ou interesse em quaesquer bens moveis ou immoveis na Inglaterra, Galles ou Escossia, sejam absolutos de sua propriedade ou contingentes sobre qualquer vida ou vidas ou sob qualquer condição ou acontecimento e poderá mais o conselho de directores emprestar dinheiro sob a garantia pessoal do mutuario nos termos que melhor entender, comtanto que o mutuario segure a sua propria vida na companhia pelo valor que entender o conselho de directores e dê a apolice como caução para o beneficio da companhia e obtenha duas ou mais pessoas approvadas que com elle fiquem por fiadores para o pagamento de todas as sommas pagaveis á companhia e pelo cumprimento de todas as outras obrigações do mutuario para com a companhia, pelo modo e fórma que entender o conselho de directores, e ao effectuar tal compra, hypotheca, emprego ou emprestimo acima mencionados, ou determinar a proporção de qualquer emprestimo pelo valor apreciado da garantia offerecida, o conselho de directores não ficará limitado como ficam limitados os fidei-commissarios, nem de qualquer outra fórma e terá a liberdade de acceitar o titulo ou prova de titulo e emprestar a proporção do valor apreciado de qualquer garantia offerecida e em geral obrar como melhor lhe parecer, sem incorrer responsabilidade alguma por qualquer perda que dahi resulte e a seu juizo terá plenos poderes para de tempos a outros vender qual-

quer parte de taes bens moveis e immoveis e valores e variar todos ou quaesquer de taes empregos.

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

99. Os fundos ou bens sociaes que em qualquer época não tiverem tido applicação nem disposição e que não forem applicaveis a reclamações e direitos antecedentes, de conformidade com os fidei-commissoes, poderes e autorisações contidos na presente escriptura, serão os unicos responsaveis pelos direitos e reclamações das pessoas que se segurarem na companhia e dos seus credores de annuidades, e os directores que assignarem as apolices ou escripturas de garantia das annuidades serão responsaveis pessoalmente para com as pessoas a quem forem emitidas as apolices ou concedidas as annuidades pela applicação dos ditos fundos ou bens para o pagamento do dinheiro garantido por taes apolices e das referidas annuidades e não mais nem de outro modo e que nem a respeito das pessoas que tiverem direitos a reclamar em virtude de taes apolices ou das pessoas com direito a taes annuidades ou a respeito dos directores que tenham assignado taes apolices ou escripturas de garantia de annuidades ou quaesquer de seus herdeiros, testamenteiros ou administradores, os accionistas em geral da companhia serão responsaveis directa ou indirectamente por mais ou de outro modo que não quanto ás suas acções respectivas, que não estiverem sujeitas a direitos ou reclamações anteriores, do dito capital social de um milhão e duzentas mil libras, sendo o verdadeiro fito e sentido da presente escriptura que nenhuma reclamação em virtude de qualquer apolice ou de qualquer escriptura de garantia de qualquer annuidade poderá fazer-se valer contra qualquer dos directores, seus herdeiros, testamenteiros ou administradores por quantia maior do que os fundos ou bens da companhia ao tempo de cobrar-se-lhe o pagamento em virtude de uma tal apolice ou escriptura de garantia de tal annuidade sejam competentes para reembolsal-os e que a pessoa ou pessoas contra quem fizer-se valer qualquer de taes reclamações ou seus testamenteiros ou administradores não terão recurso algum contra qualquer accionista da companhia para o reembolso, excepto até o valor das acções de tal accionista, que então não estiver sujeito a direitos ou reclamações anteriores do dito capital social ao tempo em que procurar-se obter tal reembolso, não obstante causa alguma contida nesta escriptura ou que possa haver-se, fazer-se, obrar-se ou praticar-se de parte do consellho de directores ou outros empregados ou accionistas da companhia ou de parte de qualquer assembléa geral da companhia ou por outra forma em qualquer sentido contrario. A apolice ou outra escriptura ou instrumento de cada seguro effectuado ou que possa ser effectuado pela companhia, seja qual for a sua descripção, deverá conter as disposições desta clausula ou os seus effectos.

FUNDOS E BENS

100. Os fundos e bens da companhia consistirão do capital de um milhão e duzentas mil libras ou da somma para a qual foi elle augmentado como dito fica e de todas as quantias recebidas ou recebíveis pela companhia para o seu uso por qualquer conta o que não tiverem tido applicação nem disposição depois de pagar ou destinar o necessario para todas as obrigações da companhia e incluirão tambem os titulos, valores, bens mobiliarios e immobiliarios nos quaes ou sobre os quaes, de conformidade com os poderes, autorisações e direcções aqui contidos, as ditas sommas ou quaesquer partes dellas respectivamente forem empregadas e postas a render.

101. Dos fundos e bens da companhia que deverão ser empregados e postos a render como dito fica, o conselho de directores deve sempre retirar e pôr de parte do resto uma quantia principal cuja somma seja igual a cinco libras pagas sobre cada uma das acções do capital social a esse tempo com as varias sommas importando em conjuncto em uma libra por acção antes declaradas como *bonus* dos lucros sociaes mas não pagas de contado aos accionistas, as quaes sommas importantes em uma libra por acção serão tratadas como capital e com as ditas sommas de cinco libras acção perfazendo seis libras por acção são aqui designadas como «capital dos proprietarios» e serão levadas a uma conta sobre aquelle titulo e as sommas levadas assim a essa conta serão em qualquer época empregados e postas a render sobre quaesquer das compras ou empregos aqui autorisados, mas de modo que todos os juros, dividendos e productos annuaes resultantes do capital ao credito da conta capital dos proprietarios ou quaesquer compras ou empregos feitos com elles serão levadas á conta de lucros e perdas.

102. Poderá o conselho de directores pôr de parte cada anno qualquer somma ou sommas que entender, quer como um ou mais fundos de reserva quer para augmentar qualquer fundo de reserva existente que será conservado e tratado para os fins que melhor entender o conselho de directores, a seu juizo absoluto, ser do interesse da companhia ou de seus accionistas e todas as sommas levadas a qualquer fundo de reserva serão de tempos a outros empregadas e postas a render pela forma acima autorizada, podendo o conselho de directores tratar de tal fundo ou fundos de reserva como melhor lhe parecer.

103. O conselho de directores fará escripturar uma conta em separado de todas as receitas a respeito de seguros de vidas e de contractos de annuidades da companhia e taes receitas serão levadas e constituirão um fundo separado denominado de seguros de vidas e este fundo será tão absolutamente a garantia dos portadores de apolices de seguros e de annuidades como si elle pertencesse a uma companhia que não se dedicasse a outros negocios sinão os de seguros sobre vidas e não será responsavel por qualquer contracto da companhia pelo

qual não responderia si o negocio da companhia só fosse o de seguros de vidas: com tanto que em additamento aos gastos e despezas incursoes especialmente em fazer os ditos negocios de effectuar seguros sobre vidas e de conceder annuidades e outros seguros de uma tal natureza será lícito que o conselho de directores carregue contra o fundo de seguros de vidas qualquer somma modica que em sua opinião representar o valor que deveria ser descontado para os gastos da administração do ramo de vidas dos negocios da companhia e em compensação da garantia offerecida pelo capital social e a quantia assim deduzida do fundo de seguros de vidas será, a juizo do conselho de directores, applicada para o pagamento ou auxilio dos gastos geraes da companhia ou levada ao credito da conta de lucros e perdas.

104. A parte do dito fundo de seguros de vidas e seus rendimentos que de tempos a outros não for necessaria para pagar reclamações contra o mesmo será empregada e posta a render pelo conselho de directores pela fórma antes autorizada e os dividendos, juros e rendimentos annuaes dos bens e empregos representantes do mesmo fundo de seguros de vidas, serão levados ao credito do dito fundo de seguros de vidas e farão parte delle.

105. Quaesquer dos fundos o bens sociaes que restarem de tempos a outros, depois de por-se de parte o dito «capital dos proprietarios» e o «fundo de seguros de vidas» e quaesquer fundos de reserva ou outros antes mencionados, deverão com as accumulações de quaesquer juros, dividendos e seus rendimentos annuaes ser levados á conta que o conselho de directores determinar conforme entender este, de accordo com as necessidades dos negocios e serão tratados de tempos a tempos, segundo determinar o conselho de directores.

AVALIAÇÕES E BONUS DE SEGUROS DE VIDAS

106. O conselho de directores a intervallos de não mais de cinco annos mandará fazer uma investigação pelo actuario sobre qualquer base que a seu juizo absoluto melhor lhe parecer de tempos a outros relativamente ás responsabilidades da companhia no que diz respeito aos seguros de vidas, annuidades e outros contractos que tenham o primeiro direito sobre o fundo de seguros de vidas e bem assim relativamente ao valor dos activos lançados ao credito ou destinados ao dito fundo e depois destinar o que lhe parecer sufficiente para fazer face a taes responsabilidades e os gastos futuros da companhia que deverem ser pagos pelo referido fundo de seguros de vidas, como acima dito fica, e quaesquer reservas especiaes ou outras que entender em connexão ao fundo de seguros de vidas ou aos seus bens e empregos o conselho de directores declarará qual a quantia do sabido, si algum houver, que demonstrar tal investigação e avaliação, que a seu juizo poderá ser equitativamente dividida como *bonus* entre as pessoas que a elle

tiverem direito e applicará a importancia do saldo assim declarado como *bonus* a favor dos portadores de taes apolices que tenham o direito de participar dos lucros e que estivessem em vigor na data até a qual alcança a investigação do actuario e poderá o conselho de directores pagar ou applicar a proporção assim aquinhoadá a favor de cada portador de apolice quer como *bonus* a reverter, pagamento de contado, redução de premios durante a vida inteira ou qualquer periodo menor, quer de outro qualquer modo em que convierem o conselho de directores e o portador da apolice ; ficando, porém, entendido que a somma total do *bonus* e a somma a que tiver direito qualquer portador de apolice em virtude de qualquer convenção relativa ao modo de applicação serão determinadas pelo conselho de directores cuja decisão sobre isso será concludente e obrigatoria. Entendendo-se tambem que o conselho de directores poderá conceder a qualquer apolice emitida na forma da escala de participação de lucros o que se vencer entre duas avaliações qualquer somma como *bonus* interino ou adjudicado segundo elle melhor entender de tempos a outros. Antes de pagar qualquer *bonus* ou proporção de lucros pagaveis sobre uma apolice de seguro sobre vida a uma pessoa qualquer o conselho de directores poderá, si a seu juizo for isso de desejar nas circumstancias do caso, exigir prova mediante declaração na forma da lei ou de outro modo conforme entender elle do direito que assistir a qualquer pessoa que reclamar que se lhe pague tal *bonus* ou quinhão de lucros e os gastos de incidentes dos exames connexos com a obtenção de tal prova e todas as suas partes que forem occasionadas á companhia serão satisfeitas pelo presidente, salvo determinando os directores o contrario.

DIVIDENDOS

107. Será licito que uma sessão extraordinaria do conselho de directores, convocado especialmente para tal fim, annuncie um dividendo annual a repartir entre os accionistas da companhia : com tanto que seja licito que qualquer conselho de directores convocado especialmente para tal fim, annuncie e pague de tempos a outros aos accionistas da companhia por conta e em anticipação do dividendo annual seguinte qualquer dividendo interino que a seu juizo seja justificado pela posição da companhia. A importancia de cada dividendo que deverá annunciar-se assim como dito fica será á discreção do conselho de directores e será por este annunciada.

108. Não se annunciará nenhum dividendo, excepto o que resultar dos lucros e nenhum dividendo vencerá juros.

109. Se um ou mais accionistas não houverem satisfeito todas as prestações cobradas em quaesquer épocas, sobre as acções que elle, ella ou elles possuírem, poderá a companhia destinar a importancia do dividendo pagavel a tal accionista ou accionistas respectivamente para contrabalançar a somma da prestação ou prestações não satisfeitas.

110. Será lícito que uma sessão extraordinária do conselho de directores com os intervallos que lhe parecerem, annuncie uma somma como dividendo extraordinario, pagavel com os fundos e bens sociaes existentes em qualquer época e que representarem lucros não repartidos, excepto as partes que representarem o «capital dos proprietarios» e os «fundos de seguros de vidas». Um tal dividendo extraordinario será do valor que a sessão extraordinária do conselho de directores considerar justo e conveniente e será repartido entre os accionistas na proporção de seus interesses respectivos no capital social.

AVISOS

111. A companhia poderá fazer intimar um aviso a qualquer accionista, já seja pessoalmente, já enviando-o pelo correio endereçado a elle ou ella no seu domicilio ou ultima residencia registrada nos livros da companhia, o um aviso qualquer expedido assim pelo correio constituirá intimação valida e sufficiente si for lançado no correio vinte e quatro horas antes da necessidade para dar-se tal aviso.

112. Qualquer accionista cuja residencia não for no Reino Unido poderá, de tempos a outros, intimar por escripto ao secretario, no escriptorio central da companhia em Londres, um endereço no Reino Unido que deva ser sua direcção para avisos e os avisos expedidos a tal direcção serão avisos validos e suficientes. Qualquer accionista que não tiver registrado um endereço para a intimação de avisos dentro do Reino Unido, será considerado como si houvesse renunciado a intimação de avisos.

113. Qualquer aviso de parte da companhia ou do conselho de directores será sufficiente si for dado pelo secretario ou outro official devidamente autorizado.

114. No caso do comproprietario de acções a pessoa de cujo nome for o primeiro inscripto no registro será para todos os fins de intimação de avisos considerada como unica proprietaria. Todo o aviso enviado assim a tal pessoa será obrigatorio para outra ou outras inscriptas como comproprietarias e não será necessario expedir aviso algum a qualquer outro dos comproprietarios.

INDEMNISAÇÃO

115. Os directores, conselhos fiscaes, fidei-commissarios e todos os outros officiaes da companhia em exercicio em qualquer época serão indemnizados e ficarão livres de prejuizos com os fundos sociaes a respeito de todos os gastos, damnos e despesas que possam incorrer ou soffrer na execução de seus respectivos cargos ou fidei-commissos, e nenhum nem mais de um delles serão responsaveis ou obrigados por outro ou mais de um outro delles, nem pelos actos, recibos, descuidos ou falta de outro ou dos outros, mas cada um e cada qual delles tão sómente por seus proprios actos, recibos, descuidos e faltas respectivamente e que nem ellos, nem qualquer delles serão obrigados ou res-

ponsaveis por qualquer banqueiro, corretor ou outra pessoa com quem ou em cujas mãos devam ou possam ser depositados ou entregues quaesquer partes dos dinheiros da dita companhia para serem guardados a salvo ou por outro motivo na execução de seus respectivos cargos ou fidei-commissos, e nem elles, nem quaesquer delles serão obrigados ou responsaveis pela insufficiencia de quaesquer garantias, valores ou fundos sobre os quaes forem postos a render ou empregados quaesquer dinheiros da companhia ou a ella pertencentes, nem por qualquer outro infortunio, perda ou damno que possam sobrevir na execução de seus respectivos encargos ou fidei-commissos, ou com relação aos mesmos, salvo no caso de acontecerem elles por ou mediante suas proprias faltas voluntarias respectivamente.

DISSOLUÇÃO

116. No caso de dissolver-se a companhia em qualquer época futura se fará, declarará, exporá e ajustará uma conta e avaliação final e geral por parte do conselho de directores e do conselho fiscal da companhia então em exercicio de todo e cada parte de seu capital, dividas, creditos e mais bens, interesses e efeitos seus, a qual conta e avaliação será apresentada e approvada por uma assembléa geral da companhia que deverá ser devidamente convocada e celebrada para este fim especial, e quando for assim approvada será concludente e obrigatoria para com os varios accionistas da companhia, seus testamenteiros, administradores e subrogados sem ficar sujeita a qualquer adicional ou outra investigação. E ao ajustar-se a tal conta final todos e quaesquer dos bens mobiliarios e immobiliarios e efeitos da companhia (excepto dinheiro e valores representantes de dinheiro) serão vendidos e transferidos quer em hasta publica quer por contracto particular á discreção do conselho de directores então em exercicio e o producto que resultar disso e dos varios numerarios ou valores representantes de numerario, creditos activos e efeitos da companhia com o saldo (si algum houver) que ficarem então em mãos da companhia depois do pagamento e satisfação de todas as reclamações justas, dividas e direitos contra a dita companhia, serão repartidos e pagos apenas for convenientemente possivel entre aos e para o uso e beneficio dos accionistas da companhia existentes a esse tempo, de conformidade com as suas respectivas acções e interesses nelles e no capital social; ficando, porém, entendido que, si se fizer uma conta e avaliação final e venda, e dahi constar que os bens e efeitos da companhia são insufficientes para responder e pagar as varias reclamações contra os mesmos, então e em tal caso a insufficiencia será supprida e fornecida com os bens e efeitos particulares dos varios accionistas da dita companhia, na conformidade e na proporção das referidas suas acções e interesses respectivamente, como dito fica, mas não além delles nem de outro modo. (Assignado) *Wm. J. W. Baynes*, presidente. 23 de julho de 1890.

A seguinte deliberação foi approvada por unanimidade pela assembléa geral extraordinaria celebrada a 28 de março de 1893 e confirmada pela assembléa geral extraordinaria celebrada a 28 de abril de 1893:

« Que o art. 98 das leis e regulamentos desta companhia seja alterado e emendado, accrescentando depois das palavras «ou qualquer outra responsabilidade» as palavras «ou em empréstimos a ou depositos em mãos de qualquer companhia ou firma que faça o negocio de banqueiros no Reino Unido ou em qualquer colonia ou dependencia britannica, ou em qualquer paiz estrangeiro. »

A seguinte deliberação foi approvada por unanimidade pela assembléa geral extraordinaria celebrada a 26 de março de 1897 e confirmada pela assembléa geral extraordinaria celebrada a 23 de abril de 1897:

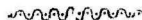
« Que o art. n. 98 das leis e regulamentos vigentes da companhia seja e que o mesmo é desde já alterado e emendado como segue:—Immediatamente depois da palavra « India » onde lê-se a mesma palavra pela segunda vez no dito artigo e immediatamente depois da palavra « India » onde lê-se ella pela quarta vez no dito artigo accrescentem-se as palavras « ou qualquer paiz estrangeiro, incluindo os Estados Unidos da America e todos os seus Estados, Districtos, Territorios ou Protectorados » e que immediatamente depois da palavra « Escossia » accrescentem-se as palavras « ou na India ou em qualquer colonia, dominio ou dependencia britannica ou em qualquer paiz estrangeiro » e que immediatamente depois das palavras « propriedade livre de emphyteurio de senhorio ou de arrendamento por qualquer numero de annos » que se acham em seguida, accrescentem-se as palavras « ou outro feudo ».

E' cópia conforme.—*Samuel J. Pipkin*, gerente geral e secretario.

A traducção que precede é versão fiel e conforme da cópia certificada annexa em cujo testemunho e para os fins de direito passo a presente authenticada com minha assignatura, rubrica e sello, em Londres, aos 31 de dezembro de 1897.—*G. F. Warren*, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de George Frederick Warrew, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que liguei com o livrinho n. 1, rubricado por mim e assignei e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres aos 17 de janeiro de 1898.—*Luiz Augusto da Costa*, vice-consul

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, vice-consul do Brazil em Londres.—Rio de Janeiro, 26 de abril de 1898.—*L. P. da Silva Rosa*.



DECRETO N. 2917 — DE 21 DE JUNHO DE 1898

Approva o regulamento para os serviços de construção e melhoramento de portos, rios e canaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do art. 10, n. 5, da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento, que a este acompanha, para os serviços de construção e melhoramento de portos, rios e canaes, assignado pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 21 de junho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.

Regulamento para os serviços de construção e melhoramento de portos, rios e canaes, a que se refere o decreto n. 2917, desta data

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO DOS SERVIÇOS HYDRAULICOS

Art. 1.º Os diversos serviços hydraulicos para melhoramento de portos, rios, canaes ou abertura destes pelo Governo Federal, comprehendidos directamente ou contractados, serão executados ou fiscalizados pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 2.º Esses serviços effectuar-se-hão:

- a) por concessão;
- b) por empreitadas;
- c) por administração.

Art. 3.º A execução das obras dos melhoramentos referidos, quando promovidos pelo Governo, será feita de preferéncia por contracto de concessão, na conformidade das leis vigentes respectivas.

Art. 4.º A execução ou fiscalisação de taes serviços em um Estado, ou em mais de um, si convier, incumbe directamente, em commissão, a um engenheiro chefe ou engenheiro fiscal, auxiliado pelo pessoal tecnico e administrativo que for indispensavel ao desempenho das respectivas funcções.

Art. 5.º Os diferentes serviços hydraulicos comprehendidos sob a mesma chefia, além de regerem-se por este regulamento geral, poderão ter regulamento e instruções seus, de accordo com as necessidades e circumstancias peculiares de cada um.

Art. 6.º Quando houver em estudo ou execução mais de um melhoramento subordinados a um chefe, ficará incumbido pessoalmente de um delles o engenheiro chefe e á testa de cada um dos outros um engenheiro da categoria conveniente, sob a immediata direcção do engenheiro chefe designado pelo Ministro.

Paragrapho unico. Em casos especiaes, poderão ser separadas as chefias dos serviços hydraulicos maritimos da dos fluviaes, tocando aquelles a um e estes a outro engenheiro.

Art. 7.º Ao engenheiro chefe incumbe a direcção, tanto da parte technica, como da administrativa.

Art. 8.º O Ministro designará as localidades onde as commissões deverão ter a sua sede.

Art. 9.º O director geral de obras e viação poderá requisitar para auxiliar-o nos diferentes serviços technicos, comprehendidos neste regulamento, um desenhista ou auxiliar de qualquer das commissões.

CAPÍTULO II

ATTRIBUIÇÕES DAS COMMISSÕES DE MELHORAMENTOS HYDRAULICOS

Art. 10. As commissões de melhoramentos hydraulicos teem a seu cargo:

§ 1.º Estudar todas as circumstancias e phenomenos que interessarem ao littoral dos Estados e os rios e canaes a ellas incumbidos, e possam servir ao conhecimento completo do seu regimen hydraulico em particular e do da Republica em geral.

§ 2.º Zelar pela conservação dos ancoradouros e estuarios, propondo medidas e providencias applicaveis ás diferentes localidades.

§ 3.º Representar ao Ministerio, ou aos Governadores ou Presidentes dos Estados, quando for preciso brevidade, e pedir-lhes as providencias que o caso exigir, assim como entenderem-se com as autoridades federaes competentes, para que o regimen das aguas não seja perturbado por obras ou impedimento de particularps, ou de emprezas commerciaes, industriaes ou de melhoramentos, embellezamentos, etc., etc.

§ 4.º Apresentar os projectos justificados e seus respectivos orçamentos especificados, os relatorios periodicos e orçamentos annuaes, estudos, observações e noticias, assim technicas como economicas, acerca dos assumptos da sua competencia e nos limites da sua jurisdicção.

§ 5.º Remetter, methodicamente organizados, á Directoria Geral de Obras e Viação informações e dados estatisticos que possam servir ao estudo geral technico e commercial dos portos.

§ 6.º Colligir e organizar os dados e informações necessários à historia technica e commercial do porto ou portos, rios ou canaes de que se acharem incumbidas.

§ 7.º Dirigir os serviços para melhoramento dos portos, rios ou canaes que lhes forem commettidos, observando e fazendo cumprir as respectivas instrucções.

§ 8.º Fiscalizar as obras de melhoramento de portos, canaes ou rios, que, por empreitadas ou concessão, com ou sem garantia de juros ou outros favores do Governo Federal, dependerem do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas e lhes forem incumbidas, fazendo cumprir os respectivos contractos.

§ 9.º Dirigir e manter postos meteorologicos junto aos serviços e em pontos apropriados, de modo que de taes estabelecimentos aufram a navegação e o commercio a maxima vantagem.

§ 10. Auxiliar, sendo possivel e com autorisação superior, os pequenos melhoramentos locais que, não sendo da alçada do Governo Federal, possam ser emprehendidos por conta exclusiva das autoridades ou corporações interessadas.

§ 11. Proceder a sondagens nos portos e estudar os effeitos dos temporaes sobre os fundos dos ancoradouros e do littoral.

§ 12. Dirigir, mediante autorisação do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, as obras publicas federaes, correndo a despeza competente por conta dos respectivos Ministerios.

§ 13. Desempenhar todos e quaesquer serviços da especialidade que lhes forem commettidos pela autoridade competente, dentro dos limites da sua acção.

CAPITULO III

DAS FISCALISAÇÕES

Art. 11. A direcção da fiscalisação dos serviços contractados pelo Governo da União para construcção e melhoramento dos portos, rios e canaes, ou abertura destes, compete igualmente ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 12. São agentes immediatos dessa fiscalisação os engenheiros fiscaes dos serviços hydraulicos.

Art. 13. Junto de cada serviço, ou de mais de um quando for possivel e conveniente, haverá um fiscal, com residencia no lugar dos trabalhos, do qual não poderá ausentar-se sem prévia autorisação.

Art. 14. Os fiscaes poderão ser removidos de uns para outros serviços, conforme for conveniente.

Art. 15. A Directoria Geral de Obras e Viação se corresponderá directamente com os engenheiros fiscaes, transmittindo-lhes as ordens do Governo e podendo propor qualquer das penas que este regulamento commina ao pessoal de nomeação superior.

CAPITULO IV

DO PESSOAL

Art. 16. Para execução do presente regulamento serão nomeados em comissão engenheiros nacionaes que satisfaçam as disposições da lei n. 3001 de 9 de outubro de 1889, sendo sempre preferidos para essas comissões engenheiros que tenham servido na antiga organização dos portos maritimos creada pelo decreto n. 1109 de 29 de novembro de 1890.

Art. 17. Para completar o pessoal tecnico necessario aos serviços hydraulicos haverá pessoal auxiliar, tambem segundo as prescrições da dita lei n. 3001 e outras disposições consequentes quanto a agrimensores.

Art. 18. Além do pessoal tecnico já indicado, poderão os diversos serviços hydraulicos ter o pessoal administrativo necessario, constante da tabella e instrucções especiaes da comissão respectiva.

Art. 19. O pessoal acima designado, organizado para o serviço hyraulico da União, tem em geral os mesmos onus e deveres, direitos e vantagens que vigoram para o da fiscalização das estradas de ferro.

Art. 20. Os engenheiros-chefes serão nomeados por decreto, os engenheiros fiscaes, ajudantes, thesoureiros, secretarios e almoxarifes por portaria do Ministro e o pessoal auxiliar pelo engenheiro-chefe.

Art. 21. O provimento dos logares que vagarem nos quadros será feito, de preferencia, por accesso, observando-se o principio do merecimento, attendida a antiguidade em igualdade de condições.

Art. 22. Haverá na Directoria Geral de Obras e Viação um livro-registro do pessoal, do qual constarão as nomeações, promoções, licenças, serviços prestados, etc., relativos a cada um dos empregados, para todos os effeitos das disposições deste regulamento.

CAPITULO V

DOS ENGENHEIROS-CHEFES

Art. 23. Aos engenheiros-chefes compete:

§ 1.º Dirigir assiduamente todos os serviços, distribuindo-os pelos seus auxiliares e pessoal do escriptorio.

§ 2.º Organisar instrucções para a boa execução, economia e regularidade dos serviços.

§ 3.º Autorisar as despezas dentro da respectiva verba ou consignações orçamentarias, requisitando o pagamento depois de demonstradas por documentos devidamente processados e rubricados.

§ 4.º Requisitar das repartições federaes competentes nos Estados as quantias necessarias para occorrer ás despesas da sua comissão e serviços.

§ 5.º Requisitar directamente das autoridades ou funcionarios competentes providencias que facilitem o cumprimento de ordens recebidas ou a prompta execução dos serviços ao seu cargo, assim como transporte do pessoal e do material para o serviço da comissão.

§ 6.º Celebrar ajustes e contractos, mediante concorrência publica, para fornecimentos, obras e serviços já autorizados, e dentro do exercicio financeiro corrente.

§ 7.º Propor ou effectuar, com autorisação, encomendas de materiaes, e venda em hasta publica, precedendo annuncios, dos materiaes que não puderem ser convenientemente utilizados, e bem assim dosapparelhos, ferramenta, etc., arrecadados a deposito, inserviveis ou sem applicação.

§ 8.º Fixar as diarias, em cada caso, ao pessoal dos serviços ao seu cargo, dentro dos limites marcados.

§ 9.º Admittir e dispensar ou despedir o pessoal jornalheiro segundo as circumstancias do serviço.

§ 10. Representar a respeito de empregados seus subordinados do nomeação superior que não estiverem nas condições de bem servir, ou propor a sua demissão.

§ 11. Examinar todos os dados, plantas, orçamentos e projectos de obras preparados no serviço sob suas ordens, que hajam de ser remettidos para approvação do Ministro.

§ 12. Enviar ao Ministro, no fim do trimestre, um relatorio resumido do andamento dos trabalhos e um quadro da despesa feita nesse periodo.

§ 13. Enviar, até 31 de janeiro de cada anno, um relatorio minucioso do anno anterior, em que exporá circumstanciadamente o estado e andamento dos serviços ao seu cargo, acompanhado da discriminação e justificação das despesas feitas, propondo os melhoramentos ou trabalhos que lhes parecerem convenientes e ministrando dados estatísticos e informações que possam interessar a administração superior.

§ 14. Remetter, com o relatorio a que allude o paragrapho precedente, um detalhado projecto de orçamento das despesas para o anno seguinte, com justificação das diminuições ou augmentos nas verbas respectivas.

§ 15. Promover entre o pessoal technico seu subordinado o estudo de todas as questões que, embora sem utilidade immediata, possam de futuro interessar aos melhoramentos dos portos, estuarios, costas e rios da sua jurisdição, propondo publicação de memorias e plantas originaes.

§ 16. Fixar as horas de trabalho nos diversos ramos do serviço.

§ 17. Justificar as faltas do pessoal de accordo com as disposições regulamentares da Secretaria de Estado.

§ 18. O engenheiro-chefe presidirá, ou visitará o mais frequentemente possível, cada um dos serviços que se estiverem executando sob a sua direcção.

§ 19. Providenciar em todos os casos omissos neste regulamento, quando a urgência do serviço o exigir, levando os factos immediatamente ao conhecimento do Ministro.

CAPITULO VI

DOS ENGENHEIROS FISCAES

Art. 24. Aos engenheiros fiscaes compete:

§ 1.º Fiscalizar assidua e permanentemente as obras e serviços contractados pelo Ministerio e submettidos á sua acção, velando por que todas as clausulas dos respectivos contractos sejam bem e fielmente cumpridas e as obras executadas e conservadas perfeita e devidamente, de accordo com os projectos approvados.

§ 2.º Dar parecer e informar sobre as propostas apresentadas para execução de obras e os projectos que houverem de ser executados pelos contractantes ou alterações por estes propostas no todo ou em parte das obras e os respectivos orçamentos.

§ 3.º Informar sobre tudo o que se relacionar, proxima ou remotamente, com as obras e serviços contractados e suas dependencias.

§ 4.º Informar a Directoria, á medida que forem sendo concluidas as obras parciaes, do custo real das que não possam ter sido completamente previstas e bem assim das que, approvadas ou ordenadas, não estejam, por urgencia ou outras circunstancias, incluídas nos orçamentos approvados.

§ 5.º Registrar em livro especial, á medida da construção, os factos e accidentes das obras e suas fundações, etc., de modo a constituir a historia da obra para seu perfeito conhecimento, conservação e reparos.

§ 6.º Fazer parte da commissão de exame da escripturação e tomada de contas, a que opportunamente se proceder, da receita e despesa das companhias ou empresas, para pagamento de juros garantidos ou alteração das taxas a cobrar para a remuneração e amortisação do capital effectivamente empregado nas obras.

§ 7.º Examinar e dar parecer sobre as notas e quadros economicos e estatisticos que as companhias ou empresas que gozarem de garantia de juros ou subvenção são obrigadas a apresentar trimestralmente e para justificação do pagamento da garantia de juros, propondo as medidas ou alterações que parecerem convenientes á boa economia dos dinheiros publicos.

§ 8.º Informar-se e acompanhar a gestão das ditas companhias ou empresas em tudo que interessar á respectiva garantia de juros ou subvenção.

§ 9.º Passar os certificados e atestações competentes nas listas dos materiaes que houverem de ser importados livres de direitos para os serviços contractados, e outros que couber em virtude dos contractos celebrados.

§ 10. Fiscalisar e verificar o modo de execução dos serviços contractados com as companhias ou empresas, informando o Governo acerca das irregularidades ou inconvenientes que prejudiquem ou embarcem a commodidade e facilidade do movimento e manobras, a guarda, segurança e conservação das mercadorias.

§ 11. Além dos deveres supra mencionados e outros inherentes às funções de fiscaes por parte do Governo, exercerão elles todas as attribuições que cabem aos engenheiros-chefes dos serviços hydraulicos no que respeita á historia do porto e das obras fiscalizadas, informação, relatorios, etc., á economia interna do seu serviço e no que este relacionar-se com os interesses da União e redução dos encargos publicos.

CAPITULO VII

DOS AJUDANTES E PESSOAL AUXILIAR TECHNICO E ADMINISTRATIVO

Art. 25. Aos ajudantes, conductores e auxiliares technicos compete desempenhar fielmente os serviços de que forem incumbidos de accordo com este regulamento e com as instrucções do engenheiro-chefe, assim quanto ás partes technica e administrativa, como á da disciplina e policia nos trabalhos.

Art. 26. Ao pessoal administrativo de cada commissão compete:

§ 1º, o expediente: correspondencia, registro do pessoal, de licenças, etc., redacção dos contractos, conferencia das folhas e das ferias, certificados ou certidões, editaes, etc. etc. ;

§ 2º, a contabilidade: organisação e calculos das folhas, ferias e orçamentos, as contas, o exame de propostas de fornecimento ou de execução de serviços, a escripturação dos livros de despesa, etc. ;

§ 3º, o archivo : classificação methodica e guarda de todos os documentos, papeis findos, buscas, etc. ;

§ 4º, os quadros estatísticos ;

§ 5º, o almoxarifado e depositos de materiaes, aquisição e distribuição destes, como ordenar o engenheiro-chefe.

CAPITULO VIII

DOS VENCIMENTOS, LICENÇAS, DESCONTOS POR FALTAS, ETC.

Art. 27. Competem aos engenheiros, conductores, auxiliares technicos e mais funcionarios de nomeação os vencimentos que lhes forem marcados pelo Ministro da Industria; Viação e Obras Publicas.

Parapho unico. A cada fiscalização será abonada, para despesas do expediente, uma quota annual, igualmente mar cada pelo Ministro em addição á mesma tabella dos vencimentos.

Art. 28. As licenças aos empregados serão concedidas nas mesmas condições em que o são aos funcionarios do Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas, até 15 dias pelo engenheiro-chefe, que avisará ao Ministro, communicando a data em que o empregado houver entrado no goso della, até 30 dias pelo director geral de obras e vição, e as de maior prazo pelo Ministro, precedendo informação do engenheiro-chefe.

Art. 29. Não pôde obter licença o empregado que não tiver 30 dias de exercicio do seu cargo. Podel-o-ha, entretanto, aquelle que ficar impedido, por molestia provada, de assumir o exercicio do logar para que haja sido removido.

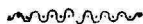
Art. 30. As substituições temporarias far-se-hão por ordem hierarchica e dentro das respectivas classes technica e administrativa.

Quando a substituição não puder ser feita por pessoal da commissão e urgir o serviço a cargo do impedido, o engenheiro-chefe poderá nomear pessoa idonea, submettendo o seu acto á approvação do Ministro.

Art. 31. As substituições que excederem de oito dias darão direito ao substituto de perceber, além do seu proprio vencimento, gratificação igual á differença entre esse e o do logar substituido.

Art. 32. Ficará sem effeito a licença concedida si, decorridos 30 dias após a sua publicação no *Diario Official* e communicação telegraphica á commissão, não houver o licenciado entrado no goso della.

Art. 33. Ficam revogadas as disposições em contrario.—
Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.



DECRETO N. 2018 — DE 22 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

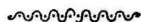
Artigo unico. Fica creada na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 8ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 22ª,

23º e 24º, e este com a de n. 8, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2919 — DE 22 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Obidos, no Estado do Pará.

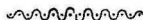
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Obidos, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria com a denominação de 32ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 94ª, 95ª e 96ª e um do da reserva sob n. 32, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2920 — DE 22 DE JUNHO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guarda Nacional na comarca de Cintra, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

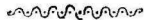
Artigo unico. Fica creada na comarca de Cintra, no Estado do Pará, mais uma brigada de infantaria com a designação de

33^a, composta dos batalhões 97^o, 98^o, e 99^o do serviço activo e 33^o do da reserva, organizada com a Guarda Nacional qualificada nos municípios de Maraquarim e Salinas, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2021 — DE 22 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Grão-Mogol, no Estado de Minas Geraes.

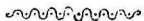
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Grão-Mogol, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 8^a, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo e as designações de 52^o, 53^o e 54^o e um do da reserva sob n. 18, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2022 — DE 22 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

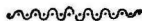
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infan-

taria sob a denominação de 49^a, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, com as designações de 145^o, 146^o e 147^o, e um do da reserva, sob n. 49, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2923 — DE 27 DE JUNHO DE 1898

Crea mais os logares de supplentes de substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes de Santa Thereza e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.^o Ficam creados no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 3.^o § 1.^o da lei n.221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes de Santa Thereza e Paraty, cujos limites serão os das comarcas das mesmas denominações.

Art. 2.^o Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.^o e 5.^o da citada lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 27 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2924 — DE 27 DE JUNHO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o crédito especial de 11:934\$440, para pagamento de vencimentos e custas devidos ao Dr. Cincinato Americo Lopes.

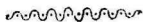
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o Dr. Cincinato Americo Lopes, professor de sciencias naturaes, physica e chimica da Escola Nacional de Bellas Artes,

não se conformando com o decreto de 28 de maio de 1894, que o exonerou desse lugar, intentou acção e obteve do Juizo seccional do Districto Federal sentença, proferida a 29 de abril de 1896, pela qual foi annullado o referido decreto e ordenada a reintegração no dito cargo, verificada esta por decreto de 9 de agosto de 1897, pelo que tem direito, á vista da alludida sentença, não só ao pagamento dos vencimentos relativos ao periodo decorrido de 28 de maio de 1894 a 9 de agosto de 1897, na importancia de 11:525\$805, e sómente do ordenado a contar de 10 de agosto a 24 de setembro do mesmo anno de 1897, dia anterior ao em que reassumiu o exercicio, na de 301\$935, mas tambem das custas do respectivo processo, na de 106\$700, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas: resolve abrir, de accordo com a authorisação concedida pelo n. 8 de art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro do anno passado, o credito especial, na somma total de 11:934\$440, para o indicado fim.

Capital Federal, 27 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2925 — DE 28 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.

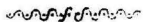
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 58^a, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 172^o, 173^o e 174^o e um do da reserva, sob n. 58, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2926—DE 28 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.

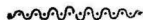
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 59ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 175º, 176º e 177º e um do da reserva, n. 59, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2927 — DE 28 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.

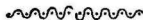
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 60ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 178º, 179º e 180º e um do da reserva, n. 60, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2928 — DE 28 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

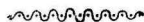
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 11 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Cametá, no Estado do Para, uma brigada de infantaria com a denominação de 34ª, composta dos batalhões ns. 100, 101 e 102 do serviço activo e 34 do da reserva, que serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2929 — DE 28 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. João do Piauihy, no Estado do Piauihy.

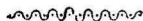
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, do 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. João do Piauihy, no Estado do Piauihy, uma brigada de infantaria com a denominação de 9ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo sob as designações de 25ª, 26ª e 27ª e um do da reserva, com o n. 9, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 1930 — DE 28 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria, com a denominação de 9ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 25º, 26º e 27º e um do da reserva, sob n. 9, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2931 — DE 30 DE JUNHO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda, para o exercicio de 1898, o credito de 9.783:333\$333, ao cambio de 27, para occorrer ao pagamento dos juros e amortisação do emprestimo de £2.000.000 contrahido em 1897 em Londres.

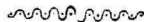
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 2º, n. 4, da lei n. 428 de 10 de dezembro de 1896, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda, para o exercicio de 1898, o credito de nove mil setecentos e oitenta e

tres contos, trezentos trinta e tres mil trescentos trinta e tres réis (9.783:333\$333), ao cambio de 27 dinheiros por 1\$, para occorrer ao pagamento dos juros, amortisação e mais despesas do emprestimo de £ 2.000.000 contrahido em 6 de dezembro do anno passado em Londres.

Capital Federal, 30 de junho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



COLLECÇÃO DAS LEIS
DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
DE
1898

PART E II

VOLUME II



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1900

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1898

(VOLUME II)

	Page.
N. 2932 — FAZENDA — Decreto do 1 de julho de 1898 — Declara de nenhum effeito o decreto n. 2483, de 22 de março de 1897.....	620 a
N. 2933 — GUERRA — Decreto de 4 de julho de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 68:194\$900 para as despesas com a installação da Escola Preparatoria e do Tactica do Realengo.....	620 b
N. 2931 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.....	621
N. 2935 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1898 — Approva a planta o orçamento dos terrenos perto da estação de S. Bernardo, precisos para a duplicação da linha da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaby.....	621
N. 2936 — EXTERIOR — Decreto de 18 de julho de 1898 — Publica a adhesão da Republica Peruana aos accordos concluidos em Vienna a 4 de julho de 1891 relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.....	623
N. 2937 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1898 — Approva as plantas e orçamentos dos terrenos necessarios para captação das	

	Pag.s.
vertentes de agua na estação do Pilar, e das obras para supprimento daquelle liquido ás locomotivas da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.....	623
N. 2038 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1898 — Fixa provisoriamente em 5.769.746\$553 o capital empregado nos trechos comprehendidos entre Cruz Alta ao kilometro 100 e do kilometro 100 a Passo Fundo, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay e ramal de Ijuhy Grande.....	624
N. 2039 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1898 — Concede autorisação a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná.....	625
N. 2040 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Parnahyba, no Estado do Piahy.....	635
N. 2041 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Amarração, no Estado do Piahy.....	635
N. 2042 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Villa-Nova, no Estado de Sergipe.....	636
N. 2043 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo.....	636
N. 2044 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.....	637
N. 2045 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1898 — Approva os estudos definitivos e organogramas das variantes de Pitanguy ao Camambely e de Entre-Rios ao Virá, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.....	637
N. 2046 — MARINHA — Decreto de 25 de julho de 1898 — Manda reverter para o quadro activo da Armada o commissario de 5ª classe José Mariano de Farias Dias, amnistiado pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.....	638
N. 2047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:831\$411, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do tenente da brigada policial Vicente Pinto de Sant'Anna, no periodo de 24 de maio de 1894 a 8 de fevereiro de 1897	638
N. 2048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Reorganisa a Guarda Nacional do Estado das Alagóas.....	639

	Paga.
N. 2949 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Palmeira dos Indios, no Estado das Alagoas.....	640
N. 2950 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Victoria, no Estado das Alagoas.....	640
N. 2951 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Limoeiro, no Estado das Alagoas.....	641
N. 2952 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.....	641
N. 2953 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.....	642
N. 2954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Estancia, no Estado de Sergipe.....	642
N. 2955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Rio Real, no Estado de Sergipe.....	643
N. 2956 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1898 — Aprova o regulamento para a Fabrica de Cartuchos do Realengo.....	643
N. 2957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1898 — Crea uma brigada de cavalaria de Guardas Nacionais na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo.....	662
N. 2958 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Villa Bella, no Estado de Pernambuco.....	662
N. 2959 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Bonito, no Estado de Pernambuco.....	663
N. 2960 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1898 — Revoga o decreto n. 2291, de 28 de maio de 1896.....	663
N. 2961 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 430.000\$ para o pagamento dos ordenados de magistrados aposentados que reverteram a disponibilidade.....	664
N. 2962 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio	

	Pags.
da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 10:816\$550 complementar ao de 138:064\$180 para pagamento á Companhia de Navegação Norddeutscher Lloyd de Bremen.....	664
N. 2963 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1898 — Concede autorisação á Companhia de Seguros «Garantia», da cidade do Porto, para continuar a funcionar, por cinco annos, na Republica.....	665
N. 2964 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Pará.....	666
N. 2965 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.....	666
N. 2966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.....	667
N. 2967 — EXTERIOR — Decreto de 8 de agosto de 1898 — Manda executar o tratado de 10 de abril de 1897, que submete a arbitramento a questão de limites entre o Brazil e a Guyana Franceza.....	667
N. 2968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cunha, no Estado de S. Paulo.....	671
N. 2969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, e extingue-se a 9ª brigada de cavallaria da mesma milicia da referida comarca..	672
N. 2970 — EXTERIOR — Decreto de 15 de agosto de 1898 — Crea um Consulado em Vigo.....	673
N. 2971 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 32.000\$ para pagamento de vencimentos do pessoal addido á Secretaria de Estado do mesmo Ministerio...	673
N. 2972 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1898 — Autorisa o resgate da emissão concedida ao Banco da Bahia pelo decreto n. 2110, de 3 de abril de 1858.....	674
N. 2973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.....	675
N. 2974 — EXTERIOR — Decreto de 23 de agosto de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 815:067\$120 para pagamento das indemnizações concedidas a reclamantes italianos.....	675

Pags.

- N. 2975 — EXTERIOR — Decreto de 23 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito especial de 90:000\$, ao cambio de 27 d., para o fim de solver as despezas com a missão que for encarregado de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guyana Francesa..... 676
- N. 2976 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea um brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo..... 676
- N. 2977 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Paracati, no Estado de Minas Geraes..... 677
- N. 2978 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes... 678
- N. 2979 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Maracás, no Estado da Bahia..... 678
- N. 2980 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Brejo Grande, no Estado da Bahia..... 678
- N. 2981 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia 679
- N. 2982 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia..... 679
- N. 2983 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Caetité, no Estado da Bahia..... 680
- N. 2984 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia..... 680
- N. 2985 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 520.200\$ para occorrer ao pagamento das apolices cujos possuidores não acceitaram a conversão de que trata o decreto n. 2907, de 11 de junho do corrente anno..... 681
- N. 2986 — GUERRA — Decreto de 30 de agosto de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial de 21:150\$ para despezas com a substituição de um fogão e construcção de uma chaminé no edificio da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo..... 681

	Pags.
N. 2037 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1893 — Concede autorização á Companhia de seguros mutuos contra fogo — Provisão — para funcionar.....	682
N. 2033 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.....	691
N. 2039 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, e extingue a 9ª brigada de cavallaria da mesma milicia da referida comarca.....	692
N. 2090 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.....	693
N. 2091 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.....	693
N. 2092 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de União, no Estado das Alagoas.....	694
N. 2093 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.....	694
N. 2094 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.....	695
N. 2095 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1893, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	695
N. 2096 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1893, o credito supplementar de 618:8750, sendo 441:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 177:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.....	696
N. 2097 — EXTERIOR — Decreto de 14 de setembro de 1893 — Manda executar a convenção de 4 de maio de 1897, que regula o exercicio das profissões liberaes entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e a Chile.....	696
N. 2098 — FAZENDA — Decreto de 14 de setembro de 1893 — Da regulamento para a fiscalisação dos i consumo.....	699

	Págs.
N. 2999 — EXTERIOR — Decreto de 14 de setembro de 1898 — Crea um Consulado em Munich.....	708
N. 3000 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.....	708
N. 3001 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Icó, no Estado do Ceará.....	709
N. 3002 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Lavras, no Estado do Ceará.....	709
N. 3003 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.....	710
N. 3004 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Crato, no Estado do Ceará.....	710
N. 3005 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionais na comarca de Barbalha, no Estado do Ceará.....	711
N. 3006 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Quixé- ramolim, no Estado do Ceará.....	711
N. 3007 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.....	712
N. 3008 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no município de Caruarú, no Estado de Pernambuco.....	712
N. 3009 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Valença, no Estado da Bahia.....	713
N. 3010 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.....	713
N. 3011 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Espírito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.....	714
N. 3012 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de	

	Pags.
infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.....	714
N. 3013 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.....	715
N. 3014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Altera algumas das dis- posições dos títulos VI e VII do regulamento da Dire- toria Geral de Saude Publica annexo ao decreto n. 2458, de 10 de fevereiro de 1897.....	715
N. 3015 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Modifica os contra- tos celebrados com a Empresa Viação do Brazil para a navegação dos rios S. Francisco e das Velhas.....	721
N. 3016 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Abre o credito de 600:356\$190, supplementar ás verbas VI, VIII, XI e XII do orçamento da despeza do Ministerio da Fazenda, do corrente exercicio.....	725
N. 3017 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Juiz de Fora, no Estado de Minas Geraes.....	726
N. 3018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:900\$, sup- plementar á verba n. 9 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	726
N. 3019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, sup- plementar á verba n. 14 da lei n. 490, de 16 de de- zembro de 1897, para «Diligencias policiaes».....	727
N. 3020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Crea duas brigadas de Guardas Nacionais na comarca de S. João d'El-Rei, no Estado de Minas Geraes.....	727
N. 3021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.....	728
N. 3022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1898 — Concede á Escola de Enge- nharia do Estado de Pernambuco os privilegios e garan- tias de que goza a Escola federal congenera.....	728
N. 3023 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1898 — Approva a planta o orçamento para a construcção de uma pequena estação no kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.....	729
N. 3024 — FAZENDA — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de dous	

	Pags.
mil oitocentos e quatro contos setecentos trinta e sete mil e quinhentos réis (2.804:737\$500) para o pagamento de despesas oriundas da reversão dos juros de 4 % ouro das apólices da dívida publica interna em juros de 5 % papel.	730
N. 3025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 127:083\$600, supplementar á verba n. 37 do art. 20 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897	731
N. 3026 — GUERRA — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 113:402\$80 para occorrer ao pagamento da etapa correspondente aos respectivos postos do pessoal docente dos institutos militares de ensino.....	731
N. 3027 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Traipú, no Estado das Alagoas.....	732
N. 3028 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Vigosa, no Estado das Alagoas.....	732
N. 3029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Parahyba, no Estado das Alagoas.....	733
N. 3030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo.....	733
N. 3031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavalaria de Guardas Nacionaes na comarca de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.....	734
N. 3032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.....	734
N. 3033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado de Sergipe.....	735
N. 3034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1898 — Autorisa o Instituto Technico Naval a crear, na respectiva séde, um curso livre de ensino profissional para primeiros e segundos pilotos destinados á marinha mercante.....	735
N. 3035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.....	743
N. 3036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in-	

	Pags.
fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Alagôas, no Estado do mesmo nome.....	743
N. 3037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Crato, no Estado do Ceará.....	744
N. 3038 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1898 — Faculta a permuta das apolices ao portador, do emprestimo interno de 1895, por outras, nominativas, do mesmo emprestimo.....	744
N. 3039 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 378:683\$120 para occorrer á despesa com a restituição ao Estado de Minas Geraes dos direitos pagos pela importação dos materiais destinados á construcção da nova Capital do mesmo Estado.....	745
N. 3040 — FAZENDA — Decreto de 19 de outubro de 1898 — Declara quaes os vencimentos que devem perceber os fiscaes do imposto do fumo e bebidas, de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, e os do imposto de phosphoros do municipio de Nitheroy, Estado do Rio de Janeiro..	745
N. 3041 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 152:711\$223 á verba — Socorros publicos — do exercicio de 1898.....	746
N. 3042 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Formiga, do Estado de Minas Geraes.....	750
N. 3043 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.....	750
N. 3044 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.....	751
N. 3045 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Acarahú, no Estado do Ceará.....	751
N. 3046 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ipuá, no Estado do Ceará.....	752
N. 3047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.....	752
N. 3048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in-	

	Pags.
fantaria da Guardas Nacionaes na comarca de S. Benedicto, no Estado do Ceará.....	753
N. 3049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.....	753
N. 3050 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cascavel, no Estado do Ceará.....	754
N. 3051 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará.....	754
N. 3052 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Ceará.....	755
N. 3053 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.....	755
N. 3054 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial da quantia de 20:773\$333, para pagamento dos ordenados dos professores da extincta Escola Militar do Ceará, que ficaram em disponibilidade, e das gratificações especiaes aos commandantes dos institutos militares de ensino.....	756
N. 3055 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1898 — Approva a planta e o orçamento apresentados pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, para augmento de edificios e armazens, na importancia de 18:000\$500, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.....	757
N. 3056 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1898 — Approva o regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal.....	757
N. 3057 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 111:750\$ á verba — Subsidio dos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados.....	763
N. 3058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	764
N. 3059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in-	

	Pags.
fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes.....	764
N. 3060 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Quixerá- mobim, no Estado do Ceará.....	765
N. 3061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Muricy, no Estado das Alagoas.....	765
N. 3062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. José da Lagoa, no Estado das Alagoas.....	766
N. 3063 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Porto de Pedras, no Estado das Alagoas.....	766
N. 3064 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de São Miguel dos Campos, no Estado das Alagoas.....	767
N. 3065 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas.....	767
N. 3066 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de quinhentos oitenta e tres contos quatrocentos ses- senta e seis mil e quarenta e cinco réis (583:466\$45)... ..	768
N. 3067 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1898 — Concede autorisação à <i>Commercial Union Assurance Company, limited</i> para estender suas operações a diversos Estados da Repu- blica.....	768
N. 3068 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de in- fantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.....	769
N. 3069 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.....	769
N. 3070 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de ca- vallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Real, no Estado de Sergipe.....	770
N. 3071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de ca- vallaria de Guardas Nacionaes na comarca da Viosa, no Estado de Minas Geraes.....	770

	Page.
N. 3072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.....	771
N. 3073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Patrocinio, no Estado de Minas Geraes.....	771
N. 3074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. João Baptista, no Estado de Minas Geraes.....	772
N. 3075 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Varginha, no Estado de Minas Geraes.....	772
N. 3076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.....	773
N. 3077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.....	773
N. 3078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.....	774
N. 3079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Patrocinio, no Estado de Minas Geraes.....	774
N. 3080 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1898 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Ceará.....	775
N. 3081 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1898 — Manda observar algumas alterações no plano de uniformes para o corpo da Armada e classes annexas....	776
N. 3082 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1898 — Proroga por mais dous annos o prazo concedido para a conclusão das obras da linha ferrea entre Santo Eduardo e Cachoeiro de Itapemirim.....	778
N. 3083 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas de Guardas Nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.....	778
N. 3084 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1898 — Approva a Consolidação das Leis referentes á Justiça Federal.....	779

	Pags.
N. 3085 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.425:150\$, para occorrer á despesa com a restituição devida á Companhia Luz Stearica	1208
N. 3086 — EXTERIOR — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Publica a adhesão da Republica Dominicana á Convenção Postal Universal de Washington, de 15 de junho de 1897	1209
N. 3087 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Approva o regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé...	1210
N. 3088 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1898 — Modifica as clausulas III e XIX do contracto da Companhia de Navegação a Vapor das Lagoas Norte e Manguaba, a que se refere o decreto n. 2120, de 3 de outubro de 1895.....	1262
N. 3089 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Palmas, no Estado de Minas Geraes.....	1263
N. 3090 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.....	1263
N. 3091 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.....	1264
N. 3092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Tamboril, no Estado do Ceará.....	1264
N. 3093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Lavras, no Estado do Ceará.....	1265
N. 3094 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.....	1265
N. 3095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.....	1266
N. 3096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.....	1266
N. 3097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará.....	1267

	Pags.
N. 3008 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.....	1267
N. 3099 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Cas-cavel, no Estado do Ceará.....	1268
N. 3100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.....	1268
N. 3101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de As-saré, no Estado do Ceará.....	1269
N. 3102 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cra-theis, no Estado do Ceará.....	1269
N. 3103 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.....	1270
N. 3104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Trium-pho, no Estado das Alagoas.....	1270
N. 3105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais nas comarcas de Coru-ripe, Poxim e Piassabussu, no Estado das Alagoas....	1271
N. 3106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.....	1271
N. 3107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Luiz de Quitunde, no Estado das Alagoas.....	1272
N. 3108 — GUERRA — Decreto de 8 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 119:784\$592, para occorrer á despeza com as obras de que necessita uma parte da fachada principal do edificio em que funciona a Escola Militar do Brazil.....	1273
N. 3109 — FAZENDA — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:000\$, supplementar á verba — Thesouro Federal —, parte — material, do corrente exercicio.....	1273
N. 3110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de	

	Pags.
cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo...	1274
N. 3111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.....	1274
N. 3112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará.....	1275
N. 3113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Iguatit, no Estado do Ceará.....	1275
N. 3114 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, de Guardas Nacionaes na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas.....	1276
N. 3115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Iravá (antiga Purificação dos Campos), no Estado da Bahia.....	1276
N. 3116 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.....	1277
N. 3117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.....	1277
N. 3118 — EXTERIOR — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea um Consulado em Dresde.....	1278
N. 3119 — EXTERIOR — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Annulla a criação do Consulado em Munich.....	1278
N. 3120 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes, e extingue a 7ª de cavallaria da mesma Guarda na referida comarca.....	1278
N. 3121 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.....	1279
N. 3122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.....	1279

	Pags.
N. 3124 ⁽¹⁾ — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.....	1280
N. 3125 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 41:400\$, para pagamento das gratificações do pessoal que compõe os estados-maiores do Ministro da Guerra, do Ajudante General e do Quartel-Mestre General.....	1280
N. 3126 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 1.510:516\$, para attender ás despesas com o § 11 — Etapa— do actual exercicio.....	1281
N. 3127 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 7:000\$, para attender a despesas com o expediente da Escola Militar do Brazil e com o asseio e conservação do respectivo edificio.....	1282
N. 3128 — EXTERIOR — Decreto de 19 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, para occorrer ás despesas com a substituição dos marcos na fronteira do Brazil com a Republica do Perú.....	1283
N. 3129 — EXTERIOR — Decreto de 19 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, destinados ás despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina.....	1283
N. 3130 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:700\$, supplementar á verba n. 10 do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1284
N. 3131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1898 — Approva o offçamento do material em serviço de dragagem e desobstrução do porto de Santos, apresentado pela Companhia Docas de Santos.....	1284
N. 3132 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 16:608\$440, para pagar vencimentos devidos ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz.....	1285
N. 3133 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores, e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.....	1285

(1) Com o n. 3123 não houve acto algum.

	Pags.
N. 3134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	1286
N. 3135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1898 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado da Parahyba.....	1287
N. 3140 ⁽¹⁾ — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas, sendo uma de cavallaria e outra de infantaria, de Guardas Nacionaes na comarca de Palmares, no Estado de Pernambuco.....	1288
N. 3141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea duas brigadas, sendo uma de cavallaria e outra de infantaria, de Guardas Nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado de Pernambuco.....	1288
N. 3142 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 330:000\$ á verba — Correios, afim de ser applicado ás diversas sub-consignações da mesma verba, no corrente exercício.....	1289
N. 3143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.....	1289
N. 3144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.....	1290
N. 3145 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de..... 1.098:390\$792, para liquidação de dividas de exercícios findos.....	1290
N. 3146 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 800:000\$, para soccorrer os Estados do Piauhy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte, flagellados pela secca.....	1291
N. 3147 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1898 — Declara caducas varias patentes de invenção.....	1291
N. 3148 — EXTERIOR — Decreto de 9 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 15:000\$, supplementar ao n. 3 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1449

(1) Os decretos ns. 3136, 3137, 3138 e 3139 acham-se em additamento.

	Pags.
N. 3149 — EXTERIOR — Decreto de 14 de dezembro de 1898 — Crea um Consulado em Milão.....	1449
N. 3150 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.....	1449
N. 3151 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.....	1450
N. 3152 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.....	1450
N. 3153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 417:204\$778, supplementar á verba n. 14 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1451
N. 3154 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 21:473\$300, para indemnisar o empreiteiro do trecho de S. Caetano da Raposa a Bello Jardim, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Manoel José Gonçalves Braga, em virtude da rescisão do seu contracto.....	1451
N. 3155 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1898 — Approva a planta e o orçamento para construção da superstrucutura definitiva da ponte provisoria existente no kilometro 49.200 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.....	1452
N. 3156 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 60:000\$, para obras no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.....	1452
N. 3157 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Brejo, no Estado do Maranhão.....	1453
N. 3158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1898 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na capital do Estado do Pará.....	1453
N. 3159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:090\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	1454
N. 3160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da	

	Pags.
Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1893, o credito supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsidio dos senadores, e 461:100\$ á verba — Subsidio dos deputados	1454
N. 3161 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 44:400\$, supplementar á verba 6 ^a , do art. 8 ^o da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para pagamento de vencimentos á mestrança em disponibilidade das officinas dos Arsenaes de Guerra extinctas pela mesma lei.....	1455
N. 3162 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:499\$900, para pagamento de gratificação ao capitão do corpo de estado-maior de 1 ^a classe Luiz Bello Lisboa.....	1456
N. 3163 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:000\$, supplementar á ver ^a a — Exercicios findos, para pagamento de ajudas de custo a empregados de fazenda encarregados de apuração de contas de estradas de ferro.....	1456
N. 3164 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1898 — Approva a planta para construção de uma estação no Alto da Boa Vista, da Estrada de Ferro da Tijuca.....	1457
N. 3166 (1) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 253:077\$840, supplementar ás verbas n. 8 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ns. 11 e 14 do art. 2 ^o da mesma lei.....	1457
N. 3167 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 500:000\$, para pagamento á « Société Generale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille » ..	1458
N. 3168 — EXTERIOR — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Manda executar o accordo sobre permutação de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1898.....	1458
N. 3169 — EXTERIOR — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Manda executar a convenção firmada em 21 de dezembro de 1895 entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e os Paizes-Baixos para a extradicação de criminosos...	1461
N. 3170 — EXTERIOR — Decreto de 23 de dezembro de 1898 — Manda executar os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, de accordo sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do accordo relativo aos vales postaes, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1897.....	1473

(1) Com o n. 3165 não houve acto algum.

Pages.

N. 3171 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Marinha o credito de..... 1.770:950\$936, complementar a diversas verbas do art. 7º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1758
N. 3172 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial da quantia de 69:230\$558, para attender a despezas rela- tivas aos institutos militares de ensino.....	1759
N. 3173 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Crea uma brigada de caval- laria de Guardas Nacionais na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.....	1760
N. 3176 (¹) — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de 7:300\$, para pagamento do transporte de duas lanchas no porto de Santos.....	1760
N. 3178 (²) — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1898— Abre ao Ministério da Guerra o credito complementar de 964:835\$891 ás verbas ns. 15 e 16 do orçamento vigente.	1761
N. 3179 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 959\$ para pagamento de etapa ao Dr. João José Duarte Guimarães.....	1761
N. 3180 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 27:471\$791, para pagamento a professores da Escola e Collegio Militar e a dous commandantes de vapores mercantes em commissão do mesmo Ministerio.....	1762
N. 3181 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 74:075\$960, supplementar ás verbas ns. 7 e 16 do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1763
N. 3182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre o credito de 201:231\$100 supplementar a diversas verbas do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1763
N. 3183 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Dá instrucções provisórias para a eleição de intendentes municipaes do Districto Federal.....	1764
N. 3184 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Autorisa o con- tracto com a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», para a conclusão do prolongamento da Es- trada de Ferro de Porto Alegre á Uruguayana, no trecho de S. Sebastião a S. Gabriel.....	1771

(¹) 3174 não houve acto algum.
3175 não foi publicado.
7 não houve acto algum.

	Pags.
N. 3185 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplemtar de 7'200\$, para pagamento dos vencimentos, no corrente exercicio, dos empregados addidos á Repartição dos Telegraphos, em virtude da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	1781
N. 3186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1898 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de £ 1.098—19—2, para occorrer á despesa com a indemnisação dos prejuizos causados pela occurrencia havida em Santos, com o vapor inglez <i>Stannmore</i>	1781

ADDITAMENTO

N. 3136 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de Guardas Nacionaes na comarca de Lábrea, no Estado do Amazonas.....	3
N. 3137 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Boa-Vista do Rio Branco, no Estado do Amazonas.....	4
N. 3138 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Maués, no Estado do Amazonas.....	4
N. 3139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1898 — Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ilumaytá, no Estado do Amazonas.....	5

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1898

SEGUNDO VOLUME

DECRETO N. 2932 — DE 1.º DE JULHO DE 1898

Declara de nenhum effeito o decreto n. 2483, de 22 de março de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a Companhia Nacional de Seguros de Vida « Auxiliadora », autorisada a funcionar por decreto n. 2483, de 22 de março do anno passado, tem praticado operações prohibidas, e que não se conteem na permissão do art. 3º dos estatutos approvados pelo decreto citado:

Resolve:

Artigo unico. Fica declarado nullo e de nenhum effeito o decreto n. 2483, de 22 de março de 1897; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



Sr. Presidente da Republica — O credito especial de 114:720\$390, aberto pelo decreto n. 2815, de 8 de fevereiro ultimo, para occorrer ás despesas com as obras de adaptação no edificio destinado á Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo foi insufficiente, excedendo taes despesas da quantia de 46:011\$700, já pela necessidade de se realizarem obras que não haviam sido previstas no orçamento que serviu de base á abertura do dito credito, já pela deficiencia da dotação de algumas verbas desse orçamento.

Para attender a despesas com a illuminação electrica da mesma escola, no corrente exercicio, a partir de 1 de maio findo, é necessaria a quantia de 22:483\$200, sendo 6:240\$ para o pessoal e 16:243\$200 para o material.

Em taes condições, venho, depois de ouvido o Tribunal de Contas, de accordo com o preceituado no art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, submitter á vossa consideração o incluso decreto abrindo ao Ministerio da Guerra, em virtude da autorisação conferida pelo art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro do anno proximo passado, um credito especial de 68:494\$900, afim de se poder definitivamente installar a supracitada escola.

Capital Federal, 4 de julho de 1898.—*João Thomaz Cantuaria.*

DECRETO N. 2933 — DE 4 DE JULHO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 68:494\$900 para as despesas com a installação da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando ter sido insufficiente o credito especial da quantia de 114:720\$390, aberto pelo decreto n. 2815, de 8 de fevereiro ultimo, para as despesas com as obras de adaptação no edificio destinado á Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo :

Resolve, usando da autorisação conferida pelo art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, satisfeito o preceito do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de mais 68:494\$900 para identico fim e para as despesas com a illuminação electrica no exercicio corrente, sendo:

Para conclusão das obras de adaptação
no edificio destinado á Escola..... 43:011\$700

Para a illuminação electrica, no actual
exercício, a contar de 1 de maio findo.

Pessoal:

2 encarregados a 300\$ por mez..... 4:800\$000

2 serventes a 90\$ por mez..... 1:440\$000

Material:

Carvão de pedra para as machinas e
outras despezas 16:243\$200

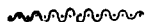
22:483\$200

68:494\$900

Capital Federal, 4 de julho de 1893, 10^o da Republica.

PRULENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 2934 — DE 11 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca
de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para
execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve
decretar :

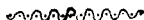
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de
Peçanha, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria,
com a denominação de 63^a, a qual se constituirá de tres bata-
lhões do serviço activo, ns. 187, 188 e 189, e um do da reserva,

sob n. 63, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2935 — DE 11 DE JULHO DE 1898

Approva a planta e orçamento dos terrenos perto da estação de S. Bernardo, precisos para a duplicação da linha da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, e tendo em vista que, por emissão, não foram comprehendidos nas plantas approvadas pelo decreto n. 2338, de 3 de setembro de 1896, os terrenos perto da estação de S. Bernardo, necessarios para a duplicação da respectiva linha, em virtude do contracto de 17 de junho de 1895, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados a planta e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, dos terrenos perto da estação de S. Bernardo, precisos para a duplicação da linha da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, ficando, porém, a respectiva despesa subordinada á disposição do art. 2^o do já referido decreto de 3 de setembro de 1896.

Capital Federal, 11 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2936 — DE 18 DE JULHO DE 1898

Publica a adhesão da Republica Peruana aos accordos concluidos em Vienna a 4 de julho de 1891 relativos á introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão da Republica Peruana aos accordos concluidos em Vienna a 4 de julho de 1891 e relativos a introdução dos certificados de identidade no serviço postal internacional e á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas, segundo a communicação do Conselho Federal Suizo, de 17 de junho proximo passado, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 18 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2937 — DE 18 DE JULHO DE 1898

Approva as plantas e orçamentos dos terrenos necessarios para captação das vertentes de agua na estação do Pilar, e das obras para supprimento daquelle liquido ás locomotivas da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados as plantas e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da

Industria, Viação e Obras Publicas, dos terrenos necessarios para captação das vertentes de agua na estação do Pilar e das obras para o supprimento daquelle liquido ás locomotivas da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

Capital Federal, 18 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2938 — DE 18 DE JULHO DE 1898

Fixa provisoriamente em 5.769:746\$556 o capital empregado nos trechos comprehendidos entre Cruz Alta ao kilometro 100 e do kilometro 100 a Passo Fundo, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay e ramal de Ijuhy Grande.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que preceitua a clausula 32ª, das que baixaram com o decreto n. 1983 A, de 7 de março de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica fixado provisoriamente em cinco mil setecentos sessenta e nove contos setecentos quarenta e seis mil quinhentos cincoenta e seis réis (5.769:746\$556) o capital empregado nos trechos em trafego comprehendidos entre Cruz Alta ao kilometro 100 e do kilometro 100 a Passo Fundo, da Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay e ramal de Ijuhy Grande, de que é cessionaria a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*.

Capital Federal, 18 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2939 — DE 18 DE JULHO DE 1898

Concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Eduardo Augusto Pereira Nunes, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná, com os estatutos que a este acompanham e ficando a mesma sociedade obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 18 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná

ESTATUTOS

TITULO I

DA COMPANHIA, SUA SÉDE, DURAÇÃO E CAPITAL

Art. 1.^o Regida por estes estatutos, depois de approvados pelo Governo Federal, será constituida na forma das leis em vigor uma sociedade anonyma, que se denominará Companhia Credito Agricola e Industrial do Paraná.

Art. 2.^o A companhia tem sua séde na Capital Federal, e estabelecerá succursaes nos Estados do Paraná, Santa Catharina e S. Paulo e tambem na séde da companhia, devendo, para seu vasto desenvolvimento e favorecer seu grande futuro economico, habilitando-a pela sua actividade a colher vantajosos resultados de suas operações, montar na villa de Guaratuba, no Estado do Paraná, de preferencia a outra qualquer parte, estabelecimentos agricolas, industriaes e commerciaes, de accordo com as attribuições definidas e expressas nestes estatutos, e nenhuma

alteração nelles será posta em execução sem prévia autorização do Governo.

Art. 3.º A duração da companhia será de 40 annos, podendo ser prorogada, si nisso convierem os accionistas. Antes desse prazo não poderá ser liquidada ou dissolvida; salvo si se verificarem algumas das hypotheses previstas na lei das sociedades anonymas.

Art. 4.º O capital da companhia é de 2.000:000\$ (dous mil contos de réis) divididos em 20.000 acções de 100\$ (com mil réis) cada uma, podendo esse capital ser augmentado por deliberação da assemblea geral com approvação do Governo.

Art. 5.º O capital será realizado em prestações, sendo a 1.ª de 20 % no acto da subscrição das acções; a 2.ª, tambem de 20 %, 30 dias depois da 1.ª; e todas as outras com intervallo de 60 dias e prévio aviso de quinze.

TITULO II

FINS DA COMPANHIA

Art. 6.º Para melhor servir o consumidor e os accionistas de retalho, quer quanto ao preço, quer quanto á qualidade dos productos, a companhia tem por fim:

1.º, desenvolver o mais que possivel for a agricultura e a industria da villa de Guaratuba e municipio de Paranaguá e outros pontos que melhor convier nos Estados, constantes do art. 2.º destes estatutos;

2.º, montar na Capital Federal um *Centro de Cereaes* e de todos os outros productos do Paraná, S. Paulo e Santa Catharina, tendo sempre em exposição permanente as respectivas amostras;

3.º, explorar o fabrico da cal e de cascas de mariscos existentes nos *sambaguis* da villa de Guaratuba e Paranaguá;

4.º, adquirir por compra ou arrendamento terrenos e edificios necessarios para a agricultura e industria;

5.º, adquirir dous ou mais navios de barra fóra e outros de barra dentro para transportar os productos da companhia;

6.º, comprar, vender, exportar e receber generos á consignação, montar armazens de *comestiveis* e *molhados* e o mais que convier á companhia, para seu interesse e augmento de suas rendas;

7.º, comprar, vender, construir predios e casas para operarios, e colonos, estradas de ferro e de rodagem por conta propria ou alheia;

8.º, solicitar dos Congressos Federal e Estadones, bem como de seus respectivos Governos, Prefeituras e Conselhos Municipaes e com elles contractar tudo quanto possa interessar á companhia;

9.º, comprar, vender e importar machinas e appparelhos para engenhos, officinas e lavoura, bem como ferramentas e accessorios.

TITULO III

DA SECÇÃO BANCARIA

Art. 7.º Funcionará a secção bancaria em um dos compartimentos do estabelecimento da sede da companhia, e será intermediaria desta para todas as operações de credito que se houver de realizar no paiz ou no estrangeiro e tambem a intermediaria desta para todas as operações de credito entre seus committentes e os estabelecimentos da companhia, podendo no desenvolvimento de seu respectivo plano economico:

1º, receber em conta corrente e de movimento desde 2\$ até qualquer quantia, e dar dinheiro a premio em conta corrente, a prazo fixo e de movimento, sob hypothecas de bens moveis, immoveis, semoventes, mercadorias, joias e tudo que representar valor, independente de deposito;

2º, contrahir emprestimos nacionaes e estrangeiros por conta propria ou de terceiros, receber dinheiros em conta corrente ou por letras a prazo fixo;

3º, explorar concessões dos Governos Federal e Estadocaes, municipaes e as que se relacionarem com as partes agricolas e industrias que aproveitem aos interesses da companhia, e sobre o mesmo ponto de vistas auxiliar empresas já estabelecidas e organizar outras participando dos respectivos interesses;

4º, emprestar sob penhor de ouro, prata, pedras preciosas, objectos de valor, apolices, acções e titulos commerciaes, e sobre mercadorias;

5º, descontar letras da terra, de cambio e outras, titulos commerciaes, à ordem, com prazo fixo, bilhetes do Thesouro Federal, cautelas de casas de penhores, ordenados de militares e funcionarios publicos, mediante procurações especiaes e contra-ctos legalizados;

6º, comprar, vender por conta propria ou de terceiros, metaes preciosos, titulos e obrigações commerciaes e receber em deposito titulos de credito, dinheiros e quaesquer objectos, mediante a commissão de 5 a 10 % sobre o valor depositado;

7º, abrir, mediante contracto escripto, conta corrente de movimento de fundos e emprestimos sob fiança mercantil idonea, sob deposito de dinheiros, titulos e valores para garantia e sob caução valiosa de emprestimos;

8º, caucionar titulos e valores para garantia especial dos saques da companhia, no paiz ou no estrangeiro, bem como para quaesquer outras operações de credito, podendo tambem caucionar ou redescantar titulos de sua carteira com ou sem endosso da companhia;

9º, auxiliar a lavoura, a industria e o pequeno commercio de retalho, de molhados e comestiveis, estabelecendo na sede da companhia, além do *Centro de Cereaes*, armazens para outros generos e a elles vender com modica porcentagem a juizo da directoria.

Art. 8.º Findo o prazo estipulado, não sendo o penhor resgatado, será este vendido em publico leilão, ou por corretor da praça, precedendo annuncios por tres dias consecutivos, ficando ao mutuario salvo o direito de resgatal-o até começar o leilão ou a venda da Bolsa, solvendo o respectivo debito e mais despesas.

Paragrapho unico. Realizada a venda em leilão ou na Bolsa, o saldo que houver será entregue a quem de direito pertencer, deduzindo-se o principal, juros e mais despesas, e não tendo o mutuario direito a receber juros pelo tempo em que o referido saldo estiver na secção bancaria.

TITULO IV

SECÇÃO DA CAIXA BENEFICENTE

Art. 9.º A' semelhança de outras companhias congeneres dos Estados Unidos da America do Norte, terá esta companhia uma secção especial denominada « Caixa Beneficente », destinada a socorrer seus empregados e trabalhadores, dando tambem uma pensão a suas viúvas e filhos, paes ou irmãos, descontando-se mensalmente 10 % dos ordenados de cada um, tendo por isso direito, no caso de enfermo, a receber da caixa beneficiaria 30 % de seus ordenados durante sua molestia, tendo, além disso, medico e botica gratuitamente; podendo a companhia pela sua directoria receber, para augmento dos fundos beneficiarios, donativos, beneficios, rendas e quaesquer quantias sem fins especificados, multas dos contribuintes, productos das pensões extintas ou prescriptas, saldos dos que fallecerem e não forem reclamados pelos herdeiros competentemente habilitados, e os demais favores e beneficios que a lei permittir.

O desconto beneficiario dos ordenados dos empregados terá logar desde o primeiro mez de sua entrada, tendo, porém, elles direito à pensão beneficiaria quatro mezes depois de serem admittidos ao serviço da companhia.

O empregado que servir pelo espaço de cinco annos, sempre com dedicação e criterio, não contando faltas e nem interrompendo o seu serviço, e que vier a fallecer no fim desse tempo deixando pobremente mulher, filhos, mãe e irmãos, terá pelos serviços prestados direito a uma pensão mensal de 20 % de seus ordenados, que reverterá em beneficio de sua familia. O que servir pelo tempo de 10 annos terá direito à pensão de 30 % e assim por deante, augmentando sempre 10 % de cinco em cinco annos. Todo e qualquer empregado da companhia receberá da directoria, tres mezes depois de sua admissão, um « titulo » de nomeação, só podendo ser despedido ou exonerado por negligencia, embriaguez habitual, prevaricação, falta de cumprimento de seus deveres, desobediencia a seus superiores, pratica de actos reprovados e sobretudo por prejudicar, ou por decisão e julgamento do conselho director reunido, tendo ainda o accusado o direito de defesa perante a directoria julgadora.

TITULO IV

DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 10. O accionista que não effectuar o pagamento de suas entradas nos prazos fixados pela administração, cabe à sociedade, salva a sua acção de pagamento contra os subscriptores e cessionarios, o direito de fazer vender em leilão as acções por conta e risco de seu dono, à cotação do dia, depois de notificado o accionista mediante uma intimação judicial publicada por 10 vezes durante o mez em duas folhas de maior circulação na sede da companhia.

Quando a venda não se effectuar por falta de compradores, a directoria poderá declarar perdida a acção e apropriar-se das entradas feitas, ou exercer contra o subscriptor e os cessionarios os direitos derivados de sua responsabilidade.

Art. 11. Os productos das multas e das entradas de que a sociedade se apropriar, na forma do artigo precedente, serão levados ao fundo de reserva.

Art. 12. A responsabilidade dos accionistas da companhia é limitada ao valor nominal das acções que subscreverem ou que lhes forem cedidas, e os recibos passados pelos accionistas, pelos seus procuradores ou representantes legaes de qualquer dividendo, ou por outra somma que lhe seja aferente, equivalem para a companhia plena quitação.

Art. 13. Qualquer pessoa ou associação pôde ser accionista. O direito de representação, porém, se apurará pela forma seguinte:

As sociedades anonymas ou corporações, por um dos seus mandatarios; as firmas sociaes, por um de seus socios; as mulheres casadas, por seus maridos; os menores, os fallidos, os interdictos por qualquer motivo, por seus tutores ou representantes legaes; devendo os documentos comprobatorios do mandato ou representação ser apresentados à companhia com tres dias de antecedencia ao da reunião e ser archivados.

Art. 14. O accionista que tiver transferido suas acções conserva o direito de representação nas assembléas geraes, assim como de receber dividendos, salvo estipulação em contrario, que deverá ser communicada à companhia pelos interessados.

Art. 15. A transferencia de acção será feita na sede da companhia e por termo assignado, por cedente e cessionario, ou por seus procuradores com poderes especiaes para o acto.

Art. 16. Cada acção poderá ser subdividida em fracções iguaes, que, reunidas em numero que produza valor equivalente a uma acção, conferem os mesmos direitos desta, podendo o dono de cada fracção alienar e receber dividendos separadamente, de conformidade com o decreto n. 603, de 20 de outubro de 1891.

TITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 17. A administração será exercida por um presidente, secretario, thesoureiro e gerente, eleitos em assembléa geral ordinaria por maioria absoluta de votos, tendo logar na mesma assembléa geral, que eleger a directoria, a eleição de 13 membros do conselho fiscal e tres supplentes, tendo cada um pelo menos 20 acções.

Art. 18. A primeira administração será pelo tempo de seis annos, e todas as outras que se seguirem pelo tempo de quatro annos tão sómente. podendo, tanto os membros do conselho director, como tambem do conselho fiscal e supplentes, serem reeleitos.

Art. 19. Os quatro directores administrarão conjunctamente as operações das secções da companhia e poderão, si necessario for, nomear um sub-gerente, quando o progressivo desenvolvimento da companhia assim o exigir.

Art. 20. Para exercer o cargo do membro do conselho director é necessario ser accionista e depositar na secção bancaria da companhia os titulos de 100 acções cada um.

Paragrapho unico. A caução a que se refere este artigo é feita por termo no livro respectivo, e só pôde ser extincta depois de approvadas pela assembléa geral ordinaria as contas referentes ao periodo em que servia o membro que se retira.

Art. 21. O director que deixar de exercer o cargo por mais de tres mezes é considerado resignatario.

§ 1.º Para preencher as vagas que se derem na administração por mais de 30 dias, o presidente, consultando os demais directores, convidará um dos membros do conselho fiscal que esteja nas condições.

§ 2.º Os que forem chamados, de conformidade com este artigo, servirão até a 1ª reunião ordinaria da assembléa geral, na qual a vaga será definitivamente provida, servindo o eleito pelo tempo que faltar ao substituido, salvo tratando-se de substituição por impedimento menor de tres mezes, cessando nesse caso o exercicio logo que o substituido se apresente.

§ 3.º Os vencimentos respectivos pertencerão a quem exercer as funcções do cargo.

O presidente e os directores serão remunerados com os honorarios fixados pela assembléa geral da constituição da companhia.

Art. 22. São attribuições da administração :

1º, organizar em commum o cadastro da secção bancaria, que deverá ser revisto mensalmente, fazendo as alterações que forem necessarias;

2º, resolver ácerca do commissio das acções, nos termos da lei ;

3º, resolver sobre a fundação das succursaes dirigidas por agentes por conta da companhia, determinando-lhes a natureza e os limites das respectivas operações;

4º, confeccionar os regulamentos internos das secções bancarias, commerciaes e succursaes;

5º, nomear e demittir os empregados da companhia, marcando-lhes seus vencimentos e fazer com elles os contractos que forem necessarios;

6º, resolver acerca das chamadas de capital e da secção beneficente;

7º, tomar conhecimento das transacções, examinar os balanços mensaes e semestraes e proceder a qualquer averiguação que julgar necessaria;

8º, fixar os dividendos e distribuil-os semestralmente.

Art. 23. Ao director-presidente compete :

1º, executar e fazer executar, de accordo com os estatutos, os actos da administração e da assembléa geral e tomar conhecimento diario das operações da companhia nas suas secções commercial e bancaria;

2º, assignar os saques, letras endossadas, os balanços e os creditos que a companhia por sua secção bancaria abrir ou conceder por virtude do seu cadastro, e na sua ausencia estas attribuições poderão ser exercidas por qualquer dos outros directores;

3º, determinar, de accordo com os demais directores, as condições e taxas dos descontos;

4º, presidir e convocar semanalmente as sessões ordinarias da administração e as extraordinarias que julgar convenientes ou lhe forem requeridas por um dos directores;

5º, organisar e apresentar a assembléa geral dos accionistas, nas reuniões ordinarias, o relatorio annual das operações da companhia;

6º, representar a companhia em todas as resoluções, podendo constituir mandatarios para todos os effeitos.

Art. 24. Ao director-secretario compete redigir as actas das reuniões da directoria, considerando todas as deliberações.

Art. 25. Ao director-thesoureiro compete :

1º, receber as entradas de capital dos accionistas e bem assim as quantias por qualquer titulo pertencentes à companhia, recolhendo-as ao estabelecimento de credito escolhido pela directoria;

2º, effectuar os pagamentos sociaes ordenados pela directoria;

3º, assignar com o director-presidente os cheques para retiradas de dinheiros;

4º, ter sob sua guarda e responsabilidade a quantia necessaria para occorrer ás despesas diarias e ordinarias da companhia.

Art. 26. Ao director-gerente compete:

1º, propor ao director-presidente a nomeação dos empregados da companhia para serem pelo presidente nomeados;

2º, nomear e admitir os trabalhadores das secções ou estabelecimentos industriaes e agricolas, marcando-lhes ordenados, suspendel-os e demittir os que não tenham completado o tempo para receber o competente titulo de nomeação, impor-lhes multas pelas faltas que tiverem de seu não comparecimento ao trabalho e outros motivos;

3º, organizar as folhas dos pagamentos mensaes e com os demais directores organizar o regulamento interno das diversas secções da companhia;

4º, apresentar balancetes mensaes demonstrando a receita e despezas de cada secção;

5º, apresentar, seis mezes depois da installação da companhia, uma planta topographica de cada estabelecimento industrial e agricola, comprehendendo engenhos e quedas de agua e vias de communicação com os mercados consumidores.

Art. 27. O mandato da administração é pleno e dentro dos limites dos estatutos e da lei, e nelle se inclue o direito de transigir e autorisar a resolver amigavelmente as questões entre a companhia e seus devedores ou terceiros e o de demandar.

Art. 28. As reuniões ordinarias da directoria terão lugar semanalmente e as extraordinarias quando convocadas, lavrando-se de todas as sessões a competente acta em livro especial, sendo esta assignada pelos directores presentes.

TITULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 29. O conselho fiscal compor-se-ha de tres membros effectivos, que serão substituidos pelos supplentes na ordem da sua votação, e, no caso de igualdade de votos, pelos que possuirem maior numero de acções da companhia.

Art. 30. Compete ao conselho fiscal examinar, no trimestre anterior á reunião ordinaria da assembléa geral, os livros-carteiras e documentos da companhia e verificar o estado dos cofres da companhia, formulando seu parecer para ser publicado conjunctamente com o relatorio da directoria e ser apresentado á assembléa geral dos accionistas, devendo tambem interpor parecer nos assumptos sobre que for consultado pela directoria e convocar extraordinariamente a assembléa geral quando occorram motivos graves e urgentes, si por sua acquisição a directoria não o fizer dentro de 30 dias.

Art. 31. Os membros effectivos do conselho fiscal perceberão a gratificação que lhes for marcada pela assembléa geral da constituição da companhia e se reunirão ao menos uma vez por mez, cumprindo-lhes lavar a correspondente acta.

TITULO VII

DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 32. A assemblea geral é a reunião dos accionistas, cujas acções se achem avorbadadas no registro da secção bancaria da companhia dous mezes antes da data em que a reunião se verificar.

Paragrapho unico. Nos oito dias que antecederem ao da reunião da assemblea geral ordinaria ou extraordinaria, fica suspensa a transferencia de acções, do que se dará noticia aos interessados por meio de annuncios.

Art. 33. As assembleas geraes serão presididas por um accionista aclamado na occasião, servindo de secretarios dous accionistas que o mesmo indicar.

Art. 34. A assemblea geral representa a totalidade dos accionistas, e a sua deliberação, conforme as disposições dos estatutos, obriga a todos, quer ausentes, quer dissidentes, devendo na reunião de accionistas de que trata o art. 32 destes estatutos observar-se as disposições dos arts. 135 e 136 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Art. 35. Os accionistas podem fazer parte da assemblea geral, quer possuam suas acções livres, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Art. 36. Os accionistas que comparecerem ás assembleas, geraes se inscreverão em um livro de presença, declarando o numero de acções que possuem de sua propriedade.

Art. 37. A assemblea geral só póde constituir-se e deliberar achando-se composta de um numero de accionistas que represente pelo menos a quarta parte do capital social.

Art. 38. Si o numero de accionistas já referido não se reunir, far-se-ha nova convocação por meio de annuncios nos jornaes com a declaração de que se deliberará com qualquer numero de accionistas, qualquer que seja o numero de acções que representarem.

Art. 39. Tratando-se da reforma dos estatutos, do augmento de capital e de mais hypotheses, a assemblea só poderá deliberar validamente achando-se presentes, pelo menos, accionistas que representem dous terços do capital social.

Art. 40. Nas votações cada 10 acções dará direito a um voto, e o accionista sempre que queira poderá fazer-se representar por procurador com poderes especiaes.

Paragrapho unico. Os accionistas que possuirem até nove acções poderão assistir e tomar parte nas assembleas geraes, propor o que lhes parecer conveniente e tomar parte nas discussões, mas não tem voto.

Art. 41. Haverá uma sessão da assemblea geral ordinaria em cada anno para tratar dos assumptos que lhe são commettidos pelos presentes estatutos, bem assim dos mais objectos que forem propostos ou apresentados para discussão.

Art. 42. Nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembleia geral relativamente a contas e balanços, si antes não tiver sido apresentado o parecer do conselho fiscal.

Art. 43. Os membros da administração e conselho fiscal não poderão votar nas assembleas geraes para approvarem, aquelles os balanços, contas e inventarios, e estes, seus pareceres.

Art. 44. A approvação das contas apresentadas pela administração em assemblea geral e sob o parecer do conselho fiscal importa plena e geral quitação para a mesma administração.

Art. 45. As votações serão sempre symbolicas, menos as que tratarem de cargos de administração, membros do conselho fiscal e nas questões pessoais, que serão por escrutinio secreto.

TITULO VIII

DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 46. O fundo de reserva é destinado exclusivamente a reparar as perdas que possam verificar-se no capital da companhia e será constituido com porcentagem nunca menor de 10 % sobre os lucros da companhia, verificados em cada semestre, devendo as quantias destinadas para esse fim ser convertidas em titulos da divida publica ou bilhetes do Thesouro, dando-se aos juros a mesma applicação.

Art. 47. Os lucros líquidos provenientes de operações effectivamente concluidas dentro do respectivo semestre, e depois de feitas as deducções determinadas por estes estatutos, serão distribuidos aos accionistas em dividendos, pagos nos mezes de janeiro e julho de cada anno.

Paragrapho unico. Não se fará distribuição de dividendos enquanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas, não for integralisado ou restabelecido.

TITULO IX

DISPOSIÇÕES GERAES TRANSITORIAS

Art. 48. Todos os empregados e trabalhadores da companhia serão della accionistas, possuindo pelo menos uma fracção de accção.

Art. 49. A primeira directoria eleita fica autorisada a solver as despesas inherentes á organização da companhia.

Art. 50. Os empregados da companhia só podem gosar dos favores dispensados pela «Caixa Beneficente», constantes do art. 9º destes estatutos, em quanto estiverem ao serviço della.

Art. 51. Todas as duvidas que se apresentarem em relação à companhia e sua administração, accionistas, direitos e obrigações, e que não constem destes estatutos, serão reguladas e observadas pelo que determinar em relação ao assumpto a lei das sociedades anonymas.

Capital Federal, 23 de outubro de 1897.— O incorporador,
Eduardo Augusto Pereira Nunes.



DECRETO N. 2040 — DE 23 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Parnahyba, no Estado do Piahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Parnahyba, no Estado do Piahy, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 10^a, composta de tres batalhões de infantaria do serviço activo, sob ns. 28, 29 e 30 e um do da reserva com a designação de 10^a, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2041 — DE 23 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Amarração no Estado do Piahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

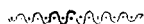
Artigo unico. Fica creada na comarca da Amarração, no Estado do Piahy, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 11^a, que se comporá de tres batalhões do serviço activo, um do da reserva, aquelles com a designação de 31^a,

32º e 33º, e este com a de 11º, os quaes serão organisados com o guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2942 — DE 23 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Villa-Nova, no Estado de Sergipe.

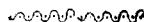
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Villa-Nova, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 6ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 16, 17 e 18 e um do da reserva com a designação de 6º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2943 — DE 23 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

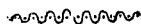
Artigo unico. Fica creada na comarca de Silveiras, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 31ª, a qual se comporá de tres batalhões de

infantaria sob ns. 91, 92 e 93 e um da reserva com a designação de 31º, que serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2944 — DE 23 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a denominação de 2ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 4º, 5º e 6º e um do da reserva, sob n. 2, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de julho de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS..

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2945 — DE 25 DE JULHO DE 1898

Approva os estudos definitivos e orçamentos das variantes de Pitangui ao Carambehy e de Entre-Rios ao Virá, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro de S. Paulo-Rio Grande, decreta:

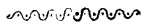
Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos e orçamentos, que com este baixam, rubricados pelo director geral da

Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, das variantes de Pitangui ao Carambehy e de Entre-Rios ao Virá, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, approvadas pelo decreto n. 1963, de 13 de fevereiro de 1895, com a condição, porém, de que as faces superiores das pedras de assento das vigas das pontes fiquem, pelo menos, a 1^m, 5 acima da maxima enchente.

Capital Federal, 25 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2946 — DE 25 DE JULHO DE 1898

Manda reverter para o quadro activo da Armada o commissario de 5^a class José Mariano de Farias Dias, annistiado pelo decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade que lhe foi conferida pelo § 1^o do art. 1^o do decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895:

Resolve mandar reverter do quadro da reserva, em que se acha por força do decreto de 7 de julho de 1894, para o quadro da actividade, o commissario de 5^a classe José Mariano de Farias Dias, que completou em 22 do corrente o prazo de dous annos, estipulado no referido decreto de 1895.

Capital Federal, 25 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.



DECRETO N. 2947 — DE 25 DE JULHO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:831\$111, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do tenente da brigada policial Vicente Pinto de Sant'Anna, no periodo de 21 de maio de 1894 a 8 de fevereiro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando, da autorisação conferida pelo art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, resolve, de accordo com o

Tribunal de Contas, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:831\$111, para occorrer ao pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 24 de maio de 1894 a 8 de fevereiro de 1897, do tenente da brigada policial Vicente Pinto de Sant'Anna, mandado reverter ao quadro effectivo da mesma brigada por decreto de 8 de fevereiro de 1897, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal, annullando por illegal o decreto de 24 de maio de 1894, na parte em que reformou o referido official.

Capital Federal, 25 de julho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2948 — DE 26 DE JULHO DE 1898

Reorganisa a Guarda Nacional do Estado das Alagôas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional do Estado das Alagôas se constituirá com um commando superior com séde na Capital e composto de duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia, além das que forem posteriormente creadas nas demais comarcas do Estado.

Art. 2.º A 1ª brigada de infantaria compor-se-ha dos 1º, 2º e 3º batalhões do serviço activo e 1º do da reserva; a 2ª brigada de infantaria se constituirá com os 4º, 5º e 6º batalhões do serviço activo e o 2º do da reserva; a 1ª brigada de cavallaria dos 1º e 2º regimentos e a 1ª de artilharia com o 1º batalhão de artilharia de posição e o 1º regimento de artilharia de campanha.

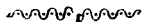
Art. 3.º As referidas brigadas serão organisadas com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma Capital.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de julho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2949 — DE 26 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Palmeira dos Índios, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Palmeira dos Índios, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 3ª, e composta dos batalhões de ns. 7, 8 e 9 do serviço activo e 3 do da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de julho de 1898. 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2950 — DE 26 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Victoria, no Estado das Alagoas.

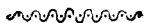
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Victoria, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 4ª e que se comporá dos batalhões ns. 10, 11 e 12 do serviço activo e 4 do da reserva, os quaes se formarão com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de julho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2951 — DE 26 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Limoeiro, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Limoeiro, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 5ª e composta dos batalhões ns. 13, 14 e 15 do serviço activo e 5 do da reserva, que se organisarão com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de julho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2952 — DE 27 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria com a denominação de 7ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 19ª, 20ª e 21ª e um do da reserva sob n. 7, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de julho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2953 — DE 27 DE JULHO DE 1898

uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional na comarca de Itabaiana, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria com a denominação de 8ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 22ª, 23ª e 24ª e um do da reserva sob n. 8, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de junho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

DECRETO N. 2954 — DE 27 DE JUNHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Estancia, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896 resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Estancia, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria com a denominação de 9ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 25ª, 26ª e 27ª e um do da reserva sob n. 9, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de julho de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

DECRETO N. 2955 — DE 27 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Rio Real, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Rio Real, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria com a denominação de 10^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 28^a, 29^a e 30^a e um do da reserva sob n. 10, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2956 — DE 27 DE JULHO DE 1898

Approva o regulamento para a Fabrica de Cartuchos do Realengo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Em execução do disposto no art. 16, paragrapho unico, da lei n. 403, de 24 de outubro de 1896, resolve approvar o regulamento para a Fabrica de Cartuchos do Realengo, que com este baixa, assignado pelo General de Divisão João Thomaz Cantuaria, Ministro da Guerra.

Capital Federal, 27 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.

Regulamento da Fabrica de Cartuchos do Realengo, a que se refere o decreto
n. 2956 desta data.

CAPITULO I

DO ESTABELECIMENTO E SEUS FINS

Art. 1.º A Fabrica de Cartuchos do Realengo tem por fim manufacturar a munição para as armas portateis em uso no Exercito e na Armada.

Paragrapho unico. O estabelecimento ficará sob a autoridade do Ministro da Guerra, que a exercerá ou directamente, nos casos de urgencia do serviço, ou por intermedio da Direcção Geral de Artilharia.

Art. 2.º Para o regimen administrativo e technico, o estabelecimento terá um gabinete e duas secções com o seguinte pessoal:

- 1 director, official superior do Exercito, com o curso especial ;
- 2 ajudantes, officiaes superiores do Exercito ou capitães, com o curso geral ;
- 1 secretario, capitão ou subalerno do Exercito, com o curso geral ;
- 1 preparador ;
- 4 amanuenses ;
- 1 almoxarife ;
- 1 fiel do almoxarife ;
- 1 electricista ;
- 1 ajudante de electricista ;
- 1 apontador geral ;
- 1 guarda geral ;
- 2 guardas de almoxarifado.

Pessoal das officinas :

12 serventes da administração.

Art. 3.º Ao gabinete, que comprehende a secretaria do director, o archivo e a bibliotheca, incumbe o serviço do expediente do director.

Art. 4.º A's secções incumbem:

A.ª primeira :

- a) o fabrico da munição de guerra ;
- b) as experiencias e analyses para verificação da materia prima ;
- c) a distribuição da força motora ás officinas do cartuchame e á usina electrica ;
- d) a conservação de todo o material affecto ás officinas.

A' segunda:

- a) a policia, conservação e asseio do estabelecimento;
- b) a conservação de todo o material existente nos depositos e dependencias do estabelecimento;
- c) o serviço interno e externo de transporte;
- d) a iluminação electrica da fabrica e dos demais estabelecimentos do Ministerio da Guerra, no Realengo.

Art. 5.º O pessoal das officinas será o seguinte:

Um mestre, oito encarregados das officinas principaes, doze operarios de primeira classe, oito de segunda, quatro de terceira, oito aprendizes de primeira classe, oito de segunda e seis serventes.

CAPITULO II

DAS NOMEAÇÕES E DEMISSÕES DOS EMPREGADOS

Art. 6.º Serão nomeados, por decreto, o director e por portaria do Ministro, os ajudantes, o secretario, o preparador, o almoxarife, o fiel do almoxarife, os amanuenses e o guarda geral. Os demais empregados serão nomeados pelo director.

Paragrapho unico. Para a nomeação do secretario deverá prece der proposta do director, e para a do fiel, proposta do almoxarife.

Art. 7.º O preparador deve provar as suas habilitações com titulo passado por qualquer das competentes faculdades ou escolas superiores da Republica.

Art. 8.º O almoxarife prestará uma fiança de seis contos de réis, para garantia de sua carga.

Art. 9.º Os candidatos aos logares de amanuense deverão ter a idade de 20 annos completos, exhibir provas de bom comportamento e mostrar, em concurso, as seguintes habilitações: boa calligraphia, conhecimento da lingua vernacula, de arithmetica até proporções, inclusive, e de escripturação mercantil; preferindo-se, satisfeitas estas condições, os que tiverem serviços militares.

Art. 10. Os empregados militares servirão em commissão e os civis serão conservados em quanto bem servirem, nos termos do art. 41 e seus paragraphos.

CAPITULO III

DOS EMPREGADOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11. O director é o chefe immediato do estabelecimento e, como tal, o unico responsavel pela sua direcção e fiel observancia deste regulamento; incumbindo-lhe:

1.º Executar as ordens e instrucções que lhe forem expedidas pela Direcção Geral de Artilharia, a que fica directamente subordinado;

2.º Regular, por meio de instrucções, a boa marcha do serviço, determinar e inspecionar os trabalhos, providenciando de modo que se façam com presteza, perfeição e economia;

3.º Corresponder-se directamente com as autoridades sobre assumptos da administração a seu cargo;

4.º Nomear, provisoriamente, dentre os seus subordinados, na falta ou impedimento de qualquer empregado, quem o substitua, dando logo disso conhecimento á autoridade competente, para os devidos fins;

5.º Nomear empregados para os logares cujo provimento lhe competir na forma do presente regulamento;

6.º Impôr aos officiaes e praças que servirem no estabelecimento as penas disciplinares do § 1.º art. 31 do regulamento de 8 de março de 1875;

7.º Applicar as penas e recompensas estabelecidas no presente regulamento;

8.º Remetter á Intendencia da Guerra, acompanhados das respectivas guias de expedição, os productos da fabrica, salvo aquelles que tiverem destino especial previamente indicado;

9.º Pedir, a quem de direito, providencias sobre qualquer assumpto que interesse á fabrica e escape á sua iniciativa por força deste regulamento;

10.º Requisitar opportunamente o material preciso para os trabalhos da fabrica;

11.º Mandar passar, quando não houver inconveniente, as certidões que lhe forem pedidas dos livros, documentos e mais papeis pertencentes ao estabelecimento;

12.º Autorisar as despesas mindas, não excedendo á consignação mensal para tal fim estabelecida no art. 66 do presente regulamento;

13.º Mandar organizar annualmente, com discriminação dos valores dos elementos, uma tabella de preço dos artigos manufacturados na fabrica, para servir de base aos preços consignados nas guias de expedição;

14.º Apresentar, até o fim do mez de janeiro, um relatório circumstanciado dos serviços a seu cargo durante o anno anterior, indicando as medidas que julgar convenientes para seu melhoramento;

15.º Organisar o regulamento interno da fabrica, pedindo approvação das medidas que não estiverem em sua alçada adoptar;

16.º Rubricar os livros de escripturação da fabrica, menos os que o devam ser pela Contadoria Geral da Guerra, podendo para isso commissioñar qualquer empregado, que não seja o que tiver de fazer a escripturação;

17.º Propôr as mudanças, alterações ou melhoramentos que em seu entender se devam operar nas officinas, a bem da perfeição e economia dos trabalhos;

18.º Dirigir, com a maior attenção, o serviço tecnico do estabelecimento, fazendo por si e ordenando que se façam as analyses chimicas, ensaios e experiencias indispensaveis para se

conhecer a qualidade da materia prima empregada e dos productos fabricados ;

19.º Remetter opportunamente á Contadoria Geral da Guerra as folhas e folhas mensaes para o pagamento do pessoal da fabrica e bem assim o orçamento da despesa da mesma fabrica para o exercicio financeiro seguinte ;

20.º Communicar immediata e circunstanciadamente as occurrencias extraordinarias que se derem no estabelecimento.

Art. 12. O director terá residencia no estabelecimento.

Art. 13. O ajudante da 1.ª secção é encarregado da direcção e fiscalisação do serviço das officinas, incumbindo-lhe:

1.º Cumprir e fazer cumprir pontualmente as ordens e instrucções que receber do director, com relação aos trabalhos das officinas a seu cargo ;

2.º Propôr ao director as providencias que julgar convenientes para o bom desempenho dos trabalhos das officinas ;

3.º Fiscalisar o ponto dos operarios e a applicação da materia prima para que não haja extravios ou desperdícios ;

4.º Dirigir a escripturação da secção a seu cargo e legalisala com o seu « visto » ;

5.º Rubricar os pedidos de materia prima ou de qualquer objecto necessario á secção, feitos pelo mestre ;

6.º Submetter á approvação do director a proposta dos operarios que mereçam elevação de classe, bem como dos que devam ser despedidos por máo comportamento ou dispensados por falta de trabalho ;

7.º Organisar a folha mensal dos operarios e remetter as respectivas folhas á Directoria da fabrica ;

8.º Velar pela conservação e asseio não só das officinas como das machinas a seu cargo, propondo os melhoramentos que julgar convenientes para aperfeiçoamento dos productos da fabrica ;

9.º Apresentar semestralmente ao director uma indicação dos trabalhos executados e a executar ;

10.º Organisar nos mezes de janeiro e julho, e remetter á Directoria da fabrica, a nota da materia prima necessaria para o semestre ;

11.º Velar para que as machinas da secção funcionem sempre em condições normaes, responsabilizando a quem competir rectificalas e não o houver feito em tempo ;

12.º Recolher ao almoxarifado da fabrica, acompanhado da respectiva guia de remessa, toda a munição prompta ;

13.º Calcular, no fim de cada anno, o preço medio dos artigos manufacturados na secção, afim de servir de base ás guias de remessa do anno seguinte ;

14.º Fiscalisar o serviço dos laboratorios a cargo do preparador, para que as analyses, ensaios e manipulação se façam com a necessaria cautela, de accordo com os preceitos da sciencia e os processos praticos mais efficazes para o rigor dos resultados ;

15.º Assistir ás verificações parciaes do cartuchame nas machinas e apparatus de prova, responsabilizando os encarregados da respectiva officina pelas peças que forem rejeitadas ;

16.ª Regular osapparelhos balísticos e experimentar a munição fabricada, por lotes declarados regulamentares, registando em livros proprios todas as circumstancias que occorrerem, quer quanto á qualidade da pólvora, quer quanto á dos elementos fabricados no estabelecimento; promovendo a responsabilidade do culpado ou culpados pelos defeitos que porventura forem encontrados.

Art. 14. O ajudante da 2ª secção é o fiscal de todos os serviços que não correm pelo gabinete e pelas officinas, incumbindo-lhe:

1.ª Velar pelo policiamento e asseio do estabelecimento e suas adjacencias, communicando ao director as irregularidades que occorrerem no serviço e propondo as providencias que entender conveniente sejam tomadas;

2.ª Fiscalisar a arrumação e boa ordem dos armazens e depósitos de materias primas e productos da fabrica, afim de que tudo se conserve convenientemente acondicionado e em perfeito estado;

3.ª Assistir á sahida da munição com destino á Intendencia ou a qualquer outra repartição da Guerra;

4.ª Organisar a escripturação de sua secção, inspecionar e authenticar a do almoxarife;

5.ª Promover e activar o bom tratamento dos animaes, a guarda das ferragens e meios de transporte, providenciando como for conveniente e requisitando do director o que for necessario para esse fim;

6.ª Impedir que saia da fabrica qualquer objecto sem destino conhecido, não rubricando as guias de sahida sem a competente ordem do director;

7.ª Fiscalisar o serviço da illuminação electrica da fabrica e dos estabelecimentos do Ministerio da Guerra no Realengo, provendo o bom funcionamento das respectivas installações;

8.ª Organisar e assignar os pedidos de material para provimento dos armazens, assistir, com os membros da commissão de que trata o capitulo IV deste regulamento, a entrada desse material e fiscalisar o seu fornecimento ás officinas e mais dependencias da fabrica;

9.ª Fiscalisar o ponto do pessoal civil de categoria de funcionario publico e o do pessoal jornalheiro da sua secção; remetendo no fim do mez á secretaria o extracto do ponto do primeiro pessoal e as ferias do segundo.

Art. 15. O ajudante da 1ª secção terá residencia na fabrica.

Art. 16. Cada um dos ajudantes, para attender ao serviço de escripturação da respectiva secção, será coadjuvado por um dos auxiliares do art. 2º do presente regulamento.

Art. 17. Além dos serviços especificados neste regulamento, os ajudantes, si assim entender o director, poderão ser encarregados de outras commissões que possam desempenhar, segundo suas aptidões.

Art. 18. O secretario é o encarregado do expediente da secretaria; receberá ordens directamente do director e será, no

desempenho de suas funções, auxiliado por dous amanuenses ; incumbindo-lhe :

1.º Distribuir, dirigir e fiscalisar os trabalhos da secretaria, segundo as instruções e ordens do director ;

2.º Lançar ou mandar lançar os despachos nos requerimentos e mais papeis endereçados ao director, segundo as suas indicações e instruções ;

3.º Subscriver as certidões que forem passadas em virtude de despacho do director ;

4.º Conferir e authenticar as cópias que forem tiradas na secretaria ;

5.º Ter em dia o protocollo dos papeis entrados no gabinete da Directoria, o qual será organizado de modo a acompanhar a marcha do processo que soffrerem, até final solução ;

6.º Minutar o expediente de que for incumbido pelo director ;

7.º Escripturar e ter sob sua guarda os livros que forem crendos pela Directoria para os necessarios assentamentos ;

8.º Colleccionar, por ordem chronologica, as minutas originaes do expediente a seu cargo, feitas em papel official, para serem encadernadas opportunamente ;

9.º Fiscalisar a immediata expedição da correspondencia da Directoria ;

10.º Organisar mensalmente a folha de pagamento do pessoal de categoria de funcionarios publicos, para ser remettida á Contadoria Geral da Guerra, juntamente com o extracto do ponto desse pessoal, organizado pelo ajudante da 2.ª secção, para servir de base aos descontos ;

11.º Propor ao director as providencias que lhe parecerem acertadas a bem da regularidade e perfeição do serviço da secretaria ;

12.º Fazer os pedidos dos objectos necessarios para o serviço a seu cargo e fiscalisar a distribuição e consumo dos artigos chamados de escriptorio ;

13.º Inspeccionar frequentemente o serviço do archivo e da bibliotheca, annexos á secretaria, dando parte ao director de qualquer irregularidade que encontrar.

Art. 19. O preparador, que terá a seu cargo o laboratorio geral de chimica e laboratorios especiaes para os trabalhos de preparação do fulminato e de manipulação de mixto fulminante, ficará directamente subordinado ao ajudante da 1.ª secção, incumbindo-lhe :

1.º Fazer as preparações, ensaios e analyses que lhe forem determinados ;

2.º Examinar a qualidade dos acidos, espiritos, reactivos e outras substancias empregadas no laboratorio geral e nos especiaes, assim como rectificar, apurar e concentrar os que não se acharem no grão e estado convenientes ;

3.º Responder pela boa qualidade do fulminato e do mixto fulminante para as capsulas, assim como pelas analyses que fizer das materias finas para acceitação das mesmas ;

4.º Responder pela guarda e conservação dos **apparelhos**, instrumentos, reactivos e mais objectos pertencentes aos laboratorios a seu cargo e fazer a respectiva escripturação ;

5.º Registrar em livro proprio todas as analyses e experiencias chimicas que fizer, quer as consideradas regulamentares na pratica da fabricação de cartuchames, quer as extraordinarias que forem determinadas como estudos para o aperfeiçoamento dos productos da fabrica.

Art. 20. Os amanuenses servirão, dous no gabinete e um em cada escriptorio das duas secções, incumbindo-lhes executar os trabalhos de expediente que lhes forem distribuidos pelos respectivos chefes, e ter em dia a escripturação a seu cargo.

Art. 21. Os dous amanuenses da secretaria encarregar-se-hão: Um do archivo e outro da bibliotheca.

§ 1.º Ao encarregado do archivo incumbem mais :

a) colleccionar por ordem chronologica as minutas originaes do expediente da secretaria e as ordens do dia, organisando os respectivos indices ;

b) fazer o protocollo dos papeis que transitarem pela secretaria ;

c) trazer em boa ordem o archivo, de modo a facilitar a procura de qualquer documento ;

d) responder pelos papeis, livros e documentos archivados.

§ 2.º Ao encarregado da bibliotheca incumbem mais :

a) guardar e conservar os livros, mappaes, quadros, desenhos, memorias, revistas e mais papeis impressos e manuscritos, assim como instrumentos e modelos pertencentes à fabrica ;

b) catalogar os objectos a seu cargo, sendo os livros por materias e autores ;

c) trazer em dia o livro-carga da bibliotheca, escripturando immediatamente as obras entradas.

Art. 22. Ao amanuense do escriptorio da 1.ª secção incumbem mais :

a) escripturar separadamente a receita e despesa de cada uma das officinas, á vista dos documentos legaes que lhe forem apresentados ;

b) fazer a matricula dos operarios e serventes, mencionando a respeito de cada um a graduação ou classe, nome, idade, naturalidade, estado, residencia e qualquer circumstancia relativa ao comportamento e serviço ;

c) organizar e registrar as ferias, á vista do ponto geral o dos especiaes das officinas ;

d) lançar em livro proprio as contas especiaes provenientes dos concertos ou de qualquer obra extraordinaria, executada dentro ou fora do estabelecimento, em virtude de ordem superior.

Art. 23. Ao amanuense do escriptorio da 2.ª secção incumbem mais :

a) assistir ao exame e verificação da entrada do material, cumprindo-lhe lavrar o termo a que se refere o art. 34 § 2.º ;

b) escripturar os livros de receita e despesa do almoxarifado, devendo os documentos justificativos dessa escripturação ser

remettidos á repartição competente, no fim do exercicio financeiro ;

c) organizar e registrar as ferias do pessoal jornaleiro da secção, á vista do ponto geral e do especial do guarda geral ;

d) processar as contas do material fornecido á fabrica, coordenando as terceiras vias, para serem archivadas.

Art. 24. O almoxarife será o responsavel por toda a materia prima, machinas, ferramentas, materiaes e productos da fabrica recolhidos aos armazens e depositos sob sua guarda : incumbindo-lhe :

1.º Manter em perfeito estado de conservação o material sob sua guarda, trazendo os armazens e depositos arrumados e os artigos acondicionados ;

2.º Dar parte immediatamente de qualquer avaria havida em material a seu cargo, para que seja investigada a causa e tomadas as providencias necessarias ;

3.º Pedir opportunamente o material necessario ao consumo ordinario ;

4.º Assistir ao exame e verificação da quantidade e qualidade de tudo que sair e entrar no almoxarifado ;

5.º Satisfazer, com pontualidade, os pedidos que lhe forem apresentalos, convenientemente legalizados ;

6.º Ter um Diario, que lhe será privativo, para lançamento chronologico das entradas e sahidas de todos os artigos que receber ou entregar ;

7.º Fazer a escripturação do livro mappa-carga, que será devidamente rubricado ;

8.º Propôr o fiel e os dous guardas do almoxarifado, que serão de sua confiança.

Art. 25. O fiel receberá directamente as ordens do almoxarife e lhes dará prompta execução.

Art. 26. Os guardas do almoxarifado cuidarão do asseio dos armazens e paços e cumprirão as ordens que receberem relativamente á policia e segurança dos mesmos, e farão os serviços externos que forem necessarios.

Art. 27. Ao apontador incumbem :

1.º Apontar os operarios e serventes á hora estabelecida pelo director ;

2.º Conferir o ponto que tomar com o do mestre das officinas, antes de submittel-o ao « Visto » do ajudante da 1.ª secção ;

3.º Assistir com o mestre ao pagamento dos operarios e serventes ;

4.º Registrar o ponto em livro proprio, depois de conferido pelo ajudante da 2.ª secção.

Art. 28. O guarda geral exercerà as funcções de porteiro do estabelecimento, de zelador dos edificios e de encarregado dos transportes, incumbindo-lhe :

1.º Assistir á entrada e sahida dos operarios ;

2.º Receber e expedir a correspondencia da administração ;

3.º Responder pela conservação dos moveis a seu cargo ;

4.º Receber dos mestres as chaves das officinas e restituil-as no dia seguinte, à hora marcada para o começo dos trabalhos ;

5.º Zelar a conservação e asseio dos edificios, pateos e muros que limitam o estabelecimento e suas adjacencias, solicitando do ajudante da 2ª secção as providencias que julgar acertadas ;

6.º Dirigir o serviço de transportes internos e externos e velar pela guarda e curativo dos animaes ;

7.º Ter a seu cargo a guarda, conservação e distribuição das forragens e ferragens, e bem assim os vehiculos para os transportes ;

8.º Fazer os pedidos da forragem e ferragem e do mais que for necessario para o desempenho de seu cargo, organisando a respectiva escripturação, de modo que, em qualquer momento, se possa verificar o que existe sob sua guarda, o que foi consumido ou se acha inutilisado ;

9.º Fiscalisar os serviços dos serventes, um dos quaes fará o serviço de continuo da secretaria.

Art. 29. Ao electricista, que deve ser um profissional competente, incumbie encarregar-se de todos os trabalhos de instalação, transmissão e conservação da luz electrica da fabrica e dos estabelecimentos do Ministerio da Guerra no Realengo.

Art. 30. O ajudante do electricista auxiliará ao electricista, de quem cumpirá fiel e promptamente as ordens, e o substituirá em seus impedimentos. Será admittido mediante uma prova de habilitação, prestada perante uma commissão examinadora composta do ajudante da 1ª secção, do electricista e do director, como presidente.

Art. 31. O mestre, que será o conductor dos trabalhos das officinas, deve ser um machinista perfeito, sabendo ler, escrever e contar correctamente e conhecendo a technologia das artes e officios elementares da fabrica.

Incumbelhe:

1.º Dirigir os trabalhos das officinas, de accordo com as regras da arte, preceitos da sciencia, ordens e instrucções que receber, fiscalizando o material e a perfeição da mão de obra ;

2.º Indicar ao ajudante da 1ª secção os operarios que, por sua capacidade profissional e sua dedicação ao trabalho, devam ser propostos para encarregados das officinas ;

3.º Distribuir o pessoal operario pelas officinas, attendendo às suas classes, aptidões e às necessidades do serviço, conforme as indicações dos respectivos encarregados ;

4.º Marcar as tarefas diarias das officinas e recebel-as, rejeitando os artigos que não estiverem manufacturados de accordo com os respectivos padrões, dentro da tolerancia regulamentar e promovendo a responsabilidade dos culpados ;

5.º Responder pela boa ordem, disciplina e asseio das officinas, assim como pela boa marcha do serviço das mesmas, conservação das machinas, dos apparatus, utensilios, ferramentas e demais material a seu cargo ;

6.º Ter escriptura-lo em dia o inventario geral do material a seu cargo e o especial de cada officina, para discriminação de responsabilidades;

7.º Verificar frequentemente si as machinas das officinas estão rectificadas em seus órgãos principaes e com a ferramenta em boas condições, para perfeição dos trabalhos, responsabilizando o encarregado de officina que for desleixado no cumprimento desse dever essencial, com effeito regressivo para o operario que incorrer em semelhante falta;

8.º Fazer os pedidos de tudo quanto for necessario ás officinas e passar as guias de expedição dos artigos manufacturados, submettendo-os à rubrica do ajudante da 1ª secção;

9.º Tomar, às horas marcadas, o ponto dos operarios e conferir-o com o do apontador geral, para ser visado pelo ajudante da 1ª secção;

10.º Organisar o balanço annual das officinas e os extraordinarios que forem exigidos pela autoridade superior;

11.º Verificar, pouco antes de encerrarem-se os trabalhos, si as officinas estão em boa ordem e asseio, dando parte dos encarregados que descuidarem desse dever;

12.º Verificar, após a saída dos operarios, si todas as officinas foram effectivamente fechadas pelos respectivos encarregados e guardar todas as chaves sob uma, que será entregue ao guarda geral.

Art. 32. Aos encarregados de officinas, que serão profissionais competentes, incumbe:

1.º Executar e fazer executar pelo pessoal operario da respectiva officina o serviço que for distribuido pelo mestre, respondendo pela perfeição dos trabalhos e economia da materia prima;

2.º Cuidar do asseio das respectivas officinas, assim como da conservação e limpeza das machinas,apparelhos, ferramentas e utensilios a seu cargo;

3.º Ensinar ao pessoal sob sua direcção o meio pratico de realizar os trabalhos com presteza, perfeição e economia;

4.º Distribuir os aprendizes do modo o mais conveniente pelos operarios mais habéis, para serem por estes progressivamente instruidos nos trabalhos respectivos;

5.º Responder pela boa ordem e disciplina das officinas, velando para que os operarios não se distraiam do serviço para se entregarem a palestras ou discussões, não se occupem com trabalhos extranhos à fabrica, não saiam da officina sem a necessaria licença, não fultem com o respeito ao de classe superior, não estejam alcoolizados no serviço ou tragam bebidas alcoolicas para a officina, não commettam faltas consideradas infracção à disciplina no regimen militar, ou finalmente, não pratiquem actos contrarios ás leis e aos bons costumes: devendo, no caso de transgressão de qualquer destes preceitos, dar immediatamente parte ao mestre, para levall-a ao conhecimento do ajudante da 1ª secção;

6.º Trazer a officina sempre asseada e arrumada, fechando-a à hora da sahida dos operarios e entregando a chave ao mestre.

Art. 33. Os operarios executarão os trabalhos que lhes forem designados pelo encarregado da officina.

CAPITULO IV

COMISSÃO DE EXAME E RECEBIMENTO DE MATERIAL

Art. 34. Todo o material que entrar para os armazens e depositos da fabrica será examinado e recebido por uma commissão de tres membros, composta dos ajudantes e almoxarife, sob a presidencia do mais graduado.

§ 1.º No impedimento de qualquer destes membros, o director designará um empregado do estabelecimento para substituil-o.

§ 2.º A commissão lavrará um termo em duplicata, que será escripto pelo amanuense da 2ª secção e assignado pelos tres membros, cumprindo mencionar-se nesse termo o material que for aceito logo e que ficar dependente de analyse e que for rejeitado por não satisfazer às condições exigidas, e bem assim as faltas ou avarias que forem verificadas e a quem toca a responsabilidade.

CAPITULO V

DAS APOSENTADORIAS E DO MONTEPIO

Art. 35. Os empregados com vencimentos annuaes são considerados funcionarios publicos para os effeitos da aposentadoria e do montepio, regulados pelas disposições em vigor.

CAPITULO VI

DO PONTO

Art. 36. O comparecimento do pessoal para o serviço será verificado pelo ponto.

§ 1.º Esse acto de presença será feito : para os empregados civis, com a categoria de funcionarios publicos, no escriptorio do ajudante da 2ª secção, em livro proprio, onde os empregados lançarão seus nomes por extenso; e para os operarios e serventes, pelo apontador geral.

§ 2.º O livro de ponto, um quarto de hora depois da marcação para começo dos trabalhos, será guardado pelo funcionario que o director designar e novamente exposto à assignatura à hora

da retirada; devendo ser encerrado pelo mesmo ajudante, e, no seu impedimento, por quem o director designar.

Art. 37. No fim de cada mez, será remetido á Contadoria Geral da Guerra um extracto do ponto do mez anterior, para servir de base aos descontos que deverão ser feitos.

CAPITULO VII

DAS PENAS E RECOMPENSAS

Art. 38. O empregado que deixar o exercicio de seu cargo pelo de qualquer commissão extranha ao Ministerio da Guerra, mesmo com licença, perderá todo o vencimento.

§ 1.º Ao que faltar o serviço, se imporá :

a) a perda total dos vencimentos, si a falta não for justificada ;

b) a perda da gratificação, si a falta for justificada.

§ 2.º São faltas justificadas as motivadas por molestia, provada com attestado medico, o nojo e a gala de casamento.

§ 3.º Ao empregado que, por motivo de força maior a juizo do director, comparecer depois de encerrado o ponto, mas dentro da primeira hora que se seguir á fixada para o começo dos trabalhos, se descontará metade da gratificação.

O mesmo desconto soffrerá o empregado que, por motivos justificaveis e permissão do director, se retirar uma hora antes de encerrar-se o expediente.

O comparecimento depois de encerrado o ponto, sem motivo justificado, ou sahida antes de findar-se o expediente, sem permissão do director, importa na perda total dos vencimentos.

§ 4.º O desconto por faltas interpoladas será relativo sómente aos dias em que se derem ; mas, no caso de faltas successivas, se attenderá também aos dias que, não sendo de serviço, estiverem comprehendidos no periodo das mesmas faltas.

§ 5.º Nenhum desconto soffrerá em seus vencimentos o empregado que, por motivo de serviço, ordenado pelo director ou gratuito e obrigatorio por lei, faltar ao estabelecimento.

Art. 39. O operario que, no correr dos trabalhos, commetter qualquer das faltas especificadas no § 5º do art. 32, perderá o salario do dia.

Art. 40. Ao operario que faltar, mesmo por motivo de molestia, só se abonará jornal, si, a juizo do director, for considerado muito dedicado ao serviço e zeloso no cumprimento de seus deveres ; esse abono, porém, em caso algum será de mais de oito faltas.

Paragrapho unico. Ao que comparecer depois da primeira hora de trabalho, por motivo justificado, ou sahir duas horas antes da terminação do serviço, com permissão do director, será dada a gratificação.

Art. 41. Os empregados que commetterem faltas tornar-se-ão passíveis :

§ 1.º Si as faltas forem de mera transgressão disciplinar, desvio no cumprimento de deveres, não comparecimento ao serviço sem licença ou pequenas desobediencias, das penas correctioaes :

- a) advertencia verbal ;
- b) reprehensão verbal ;
- c) reprehensão motivada em portaria ou ordem do dia ;
- d) suspensão até 15 dias.

Estas penas serão impostas pelo director ; podendo, porém, as duas primeiras ser applicadas pelos ajudantes ou mestre.

§ 2.º Si, porém, as faltas forem graves, taes como não comparecimento ao serviço, sem licença ou motivo justificado, por mais de oito dias ; perturbação da ordem no estabelecimento ; actos de desobediencia formal, que offendam profundamente a disciplina, ou esquecimento de deveres, com grande prejuizo do serviço publico, então as penas serão :

a) para os empregados que contarem mais de dez annos, suspensão até tres mezes ou demissão mediante processo administrativo ;

b) para os que tiverem menos de dez, si forem de nomeação do Governo, suspensão até tres mezes ou demissão, a juizo do Ministro ; e, si forem de nomeação do director, suspensão até tres mezes ou demissão, mediante conselho de disciplina, que o director poderá attenuar ou aggravar, com recurso, neste ultimo caso, para o Ministro ;

c) para os que contarem menos de cinco annos, as mesmas penas (letra b), a arbitrio do Ministro ou do director, conforme for a nomeação deste ou d'aquelle.

Art. 42. Para os effeitos do § 2º (letra b) do artigo antecedente, haverá na fabrica um conselho de disciplina, que será composto de tres membros, tirados do pessoal de maior categoria, excluido o empregado que der a parte accusatoria, e nomeado pelo director, sempre que se tornar necessario.

Art. 43. O effeito da suspensão é a perda de todos os vencimentos, excepto quando se tratar de pronuncia em crime de responsabilidade ou de medida preventiva.

Nestas hypotheses, o empregado perderá a gratificação, sendo que na pronuncia ficará privado, além disso, de metade do ordenado, até ser afinal condemnado ou absolvido, restituindo-se-lhe a outra metade no caso da absolvição.

Art. 44. As licenças, por motivo de molestia, poderão ser concedidas, com o ordenado por inteiro, até seis mezes e com a metade do ordenado, dahi em diante, até um anno.

§ 1.º Por outro qualquer motivo, as licenças só poderão ser concedidas nas seguintes condições : com desconto de 25 % do ordenado, até tres mezes ; com desconto de 50 %, por mais de tres até seis ; com desconto de 75 %, por mais de seis até nove, e com desconto integral, dahi em diante.

§ 2.º Ficar^á sem effeito a licença em cujo goso não entrar o empregado no prazo de um mez, contado da data de sua publicação.

CAPITULO VIII

DO TEMPO DE TRABALHO

Art. 45. Entender-se-ha por dia de trabalho o tempo de oito horas uteis de serviço.

§ 1.º Todos os empregados da fabrica, desde o director até o servente, são obrigados a esse tempo de trabalho.

§ 2.º Dentro desse tempo, attendendo ás estações, o director marcará a hora do ponto, podendo alteral-a sempre que julgar conveniente.

Art. 46. Os empregados, em geral, não terão direito a vantagem alguma por trabalho que se prolongar além das horas ordinarias, salvo os operarios aos quaos se abonará :

a) metade do vencimento, quando o trabalho se prolongar por mais tres horas;

b) vencimento duplo, quando o serviço se prolongar por cinco a seis horas.

Art. 47. A chamada dos operarios e serventes será feita pelo apontador, sob a fiscalisação do ajudante da 1ª secção.

Art. 48. Quando a urgencia do serviço exigir que se façam transportes de materias primas e productos da fabrica durante a noite, o guarda geral e os serventes que fizerem esse serviço perceberão uma gratificação igual á metade dos respectivos vencimentos.

Art. 49. O director organisará e fará publicar tabellas distributivas dos serviços, comprehendendo o tempo necessario para as refeições dos operarios e para a fachina diaria das officinas, podendo alteral-as sempre que for conveniente ao serviço.

CAPITULO IX

DA POLICIA DO ESTABELECIMENTO

Art. 50. E' prohibida a entrada na fabrica sem permissão do director, salvo as autoridades superiores do Ministerio da Guerra e aos que tiverem licença dada pelo Ministro ou pela Direcção Geral da Artilharia.

Art. 51. As referidas autoridades e todas as pessoas a quem for permitido percorrer a fabrica serão obrigadas ao fiel cumprimento do que dispõe este regulamento para a segurança do estabelecimento.

Art. 52. E' expressamente prohibido fumar e trazer comsigo materias inflamnavéis dentro do recinto da fabrica ; assim como entrar nas officinas de fulminato e nos paioes trazendo peças de ferro ou qualquer metal que possa produzir centelha, ou calçado tacheado.

Art. 53. A' noite, quando não funcionarem as officinas ninguém terá entrada na fabrica, sinão em objecto de serviço e com licença do director e ainda assim acompanhado por empregado do estabelecimento.

Art. 54. As pessoas que tiverem permissão para visitar a fabrica ficarão sujeitas a fazel-o quando e de modo que não perturbem o serviço, considerando-se cassada essa permissão, desde que se recusem a attender ao que lhes for recommendado, de accordo com as disposições deste regulamento.

Art. 55. A fabrica terá uma guarda, que será fornecida pelo corpo que aquartelar no Realengo.

Art. 56. Os empregados que infringirem as disposições relativas á segurança do estabelecimento, si forem civis, serão demittidos, além das penas em que possam incorrer e, si militares, punidos de accordo com a respectiva legislação.

Art. 57. Os empregados demittidos, na forma do artigo antecedente, não poderão ser mais readmittidos na fabrica.

Art. 58. Além do que fica disposto neste capitulo, observar-se-ha na fabrica tudo quanto se contiver, com applicação ao caso, nas instruções para o serviço interno dos depositos de polvora, munições e artefactos bellicos, do 12 de julho de 1884.

CAPITULO X

DOS VENCIMENTOS

Art. 59. Os vencimentos dos empregados serão os constantes das tabellas annexas A e B.

§ 1.º O empregado que exercer interinamente um logar vago perceberá os vencimentos deste, sem accumulção.

§ 2.º Ao substituto caberá, além do respectivo vencimento integral, uma gratificação igual á differença entre este e o do logar substituido; exceptuados os militares cujas substituições seguem as regras da hierarchia militar, percebendo cada qual os vencimentos que forem proprios das suas patentes e tão somente a gratificação do exercicio interino.

Art. 60. Os empregados que forem nomeados pelo Ministerio da Guerra para commissão fóra da Capital Federal, perceberão uma ajuda de custo, arbitrada pelo Ministro.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 61. Além do pessoal permanente, fixado no capitulo I, o Governo nomeará dous officiaes subalternos, com o curso geral, para auxiliarem os ajudantes, quando a fabrica tiver de funcio-

nar com actividade, para produzir em 12 horas, o maximo que comporta a sua installação; e bem assim autorisará ao director a admitir os operarios e serventes necessarios, com os vencimentos marcados na tabella annexa lettra B para os operarios de 3.^a e 5.^a classes, aprendizes de 3.^a e 4.^a e serventes.

Paragrapho unico. Esse pessoal não gosará das vantagens concedidas ao do quadro.

Art. 62. O pessoal do quadro que tiver de ser dispensado por qualquer circumstancia, terá preferencia para ser admittido em outros estabelecimentos do Ministerio da Guerra, para cujo serviço tenha aptidão, ou ficará avulso na falta absoluta de collocação, percebendo a quota correspondente á aposentadoria, si contar o tempo para a mesma, nos termos do capitulo V: esse abono, porém, cessará logo que forem aproveitados seus serviços em qualquer estabelecimento particular, ou que não se apresente ao estabelecimento publico, para que for designado.

Art. 63. A Direcção Geral da Artilharia expedirá instrucções regulando as condições technicas que deve satisfazer a munição confeccionada na fabrica e o acondicionamento regulamentar da mesma, para ser expedida ás estações do Ministerio da Guerra.

Art. 64. Si o Governo, em qualquer tempo, resolver que o trabalho da fabrica seja exclusivamente militar, providenciará sobre o aquartelamento dos artifices necessarios, ficando o respectivo serviço economico a cargo da directoria.

Art. 65. Na hypothese do artigo anterior, a fabrica terá um conselho economico, composto do director, do ajudante da 2.^a secção e do secretario.

Art. 66. Para as despesas miúdas e do prompto pagamento, o director receberá mensalmente a quantia de 500\$. da qual ficará quite logo que apresente contas pagas e legalisadas nesse valor; isto feito, receberá nova mensalidade, a respeito da qual se procederá do mesmo modo.

Art. 67. O director será auxiliado por todos os empregados da fabrica na applicação da verba de que trata o artigo anterior, cumprindo cada qual, conforme a sua aptidão, a commissão que lhe for confiada nesse sentido.

Art. 68. Nenhum operario será admittido no quadro sem passar por um exame que consistirá na execução de um trabalho correspondente ao officio ou arte que professar, determinado pelo director e feito com assistencia do ajudante da 1.^a secção e do mestre respectivo.

Art. 69. Os candidatos a aprendiz deverão ser maiores de 14 annos e ter consentimento de seus paes ou tutores.

Art. 70. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de julho de 1898.— *João Thomaz Cassuarina.*

A

Tabella dos vencimentos a que se refere o art. 59 do presente regulamento

EMPREGOS	VENCIMENTO ANNUAL			OBSERVAÇÕES
	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL	
Director		1:800\$000	1:800\$000	Commissão activa de engenheiro, como chefe.
Ajudante da 1ª secção		1:200\$000	1:200\$000	Commissão activa de engenheiros.
Ajudante da 2ª secção		1:200\$000	1:200\$000	Idem.
Secretario.				Idem.
Preparador	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	Si for pharmaceutico militar, os vencimentos que lhe competirem pelo regulamento do Corpo de Saude do Exercito.
Amanuense	1:140\$000	720\$000	2:160\$000	
Almoxarife	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	
Fiel.	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	
Apontador	1:140\$000	720\$000	2:160\$000	
Guarda geral.	1:440\$000	720\$000	2:160\$000	
Guarda do almoxarifado	800\$000	400\$000	1:200\$000	

Capital Federal, 27 de julho de 1898.— *João Thomaz Cantuaria.*

B

Tabella dos vencimentos a que se refere o art. 59 do presente regulamento

CATEGORIA	VENCIMENTO MENSAL			VENCIMENTO DIARIO		
	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL	JORNAL	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Mestre	266\$666	133\$334	400\$000	—	—	—
Electricista	236\$666	133\$334	400\$000	—	—	—
Ajudante de electricista .	200\$000	100\$000	300\$000	—	—	—
Encarregado de officinas.	8\$000	4\$000	12\$000
Operarios de 1ª classe	5\$334	2\$666	8\$000
» » 2ª »	4\$667	2\$333	7\$000
» » 3ª »	4\$000	2\$000	6\$000
» » 4ª »	3\$334	1\$666	5\$000
» » 5ª »	2\$667	1\$333	4\$000
Aprendizes de 1ª classe.	3\$000	3\$000
» » 2ª »	2\$000	2\$000
» » 3ª »	1\$500	1\$500
» » 4ª »	\$500	\$500
Serventes	3\$000	3\$000

OBSERVAÇÃO

Os operarios que tiverem mais de 20 annos de serviço terão direito a uma gratificação additional de 20 % sobre seus vencimentos.

Capital Federal, 27 de julho de 1898.— *João Thomaz Cantuaria.*



DECRETO N. 2957 — DE 27 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.

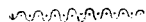
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes com a designação de 6ª, composta de dous regimentos, sob os ns. 11 e 12, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de julho de 1898, 19ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amara Cavalcanti.



DECRETO N. 2958 — DE 28 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no municipio de Villa Bella, no Estado de Pernambuco.

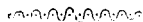
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada no municipio de Villa Bella, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes com a designação de 9ª, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 25, 26 e 27, e de um do da reserva, com a designação de 9ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de julho de 1898, 19ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amara Cavalcanti.



DECRETO N. 2959 — DE 28 DE JULHO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Bonito, no Estado de Pernambuco.

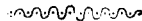
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta.

Artigo unico. Fica creada no municipio de Bonito, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 10^a, que se constituirá com os batalhões de infantaria sob os ns. 28, 29 e 30 e um da reserva sob o n. 10, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em vigor.

Capital Federal, 28 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2960 — DE 28 DE JULHO DE 1898

Revoga o decreto n. 2291, de 28 de maio de 1896

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que, com a suppressão da Alfandega de S. Paulo, cessaram as razões que motivaram a expedição do decreto n. 2291, de 28 de maio de 1896, resolve revogar o mesmo decreto.

Capital Federal, 28 de julho de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2961 — DE 1 DE AGOSTO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 146:000\$ para o pagamento dos ordenados de magistrados aposentados que reverteram á disponibilidade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo art. 239, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, resolve, de accordo com o Tribunal de Contas, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 146:000\$ para pagamento dos ordenados vencidos até 31 do citado mez de dezembro de 1897, por magistrados aposentados pela lei n. 2056, de 25 de julho de 1895 e que, em virtude de accordão do Supremo Tribunal Federal ou de sentenças de juizes seccionaes, confirmadas pelo mesmo Tribunal, reverteram á disponibilidade.

Capital Federal, 1 de agosto de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2962 — DE 1 DE AGOSTO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 10:816\$550 complementar ao de 138:064\$180 para pagamento á Companhia de Navegação Norddeutscher Lloyd de Bremen.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a *Companhia de Navegação Norddeutscher Lloyd de Bremen*, sendo paga da quantia de 134:064\$180, reclama pela differença de cambio e juros da mora entre a data do precatório e a da realização daquelle pagamento ;

Considerando, porém, que a quantia reclamada de 14:816\$550 excede ao saldo verificado no credito de 138:064\$180, autorizado para esse fim pelo decreto legislativo n. 480, de 9 de dezembro de 1897 ;

Considerando, finalmente, que, á vista dos termos da sentença do Supremo Tribunal Federal, procede a reclamação da alludida companhia, e que foi ouvido o Tribunal de Contas em

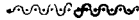
face do art. 70 § 5º do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 10:816\$550 como complementar do anteriormente votado, afim de occorrer ao pagamento reclamado pela *Companhia de Navegação Nord-deutscher Lloyd de Bremen* da differença de cambio e juros da mora no periodo de 11 de maio a 21 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 1 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2963 — DE 1 DE AGOSTO DE 1898

Concede autorisação á Companhia de Seguros «Garantia», da cidade do Porto, para continuar a funcionar, por cinco annos, na Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros «Garantia», da cidade do Porto, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' prorogado por mais cinco annos o prazo concedido á Companhia de Seguros «Garantia», da cidade do Porto, para continuar a funcionar na Republica, podendo estabelecer agencias nos diversos Estados, mediante o deposito de vinte contos de réis (20:000\$000) por cada uma e observando no mais as mesmas clausulas que baixaram com o decreto n. 6834, de 30 de janeiro de 1878.

Capital Federal, 1 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2964 — DE 3 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na Capital do Estado do Pará.

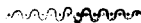
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Capital do Estado do Pará mais uma brigada de infantaria, com a designação de 35ª, composta dos batalhões ns. 103, 104 e 105 do serviço activo e 35 do da reserva, todos com quatro companhias e que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2965 — DE 3 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

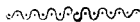
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Baturité, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria, com a denominação de 3ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 7ª, 8ª e 9ª, e de um do da reserva, sob n. 3, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2966 — DE 3 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.

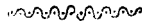
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria, com a denominação de 4.^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 10.^o, 11.^o e 12.^o e de um do da reserva, sob n. 1, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1898, 10.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2967 — DE 8 DE AGOSTO DE 1898

Manda executar o tratado de 10 de abril de 1897, que submette a arbitramento a questão de limites entre o Brazil e a Guyana Franceza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Havendo o Congresso Nacional approvado pela lei n. 474, de 8 de dezembro de 1897, o tratado de 10 de abril do mesmo anno, que submette a arbitramento a questão de limites entre o Brazil e a Guyana Franceza, e tendo sido trocadas as respectivas ratificações nesta Capital Federal em 6 do corrente mez :

Decreta que o mesmo tratado, cujo teor segue, seja inteiramente observado e cumprido.

Capital Federal, 8 de agosto de 1898, 10.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Governo da Republica Franceza, desejando fixar definitivamente as fronteiras do Brazil e da Guyana Franceza, conveem em recorrer para isso á decisão arbitral do Governo da Confederação Suissa.

O arbitro será convidado a decidir qual é o rio Japoc ou Vicente Pinsão e a fixar o limite interior do territorio.

Para a celebração do tratado nomearam os dous Governos os seus plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil nomeou o General de Brigada Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministro do Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da Republica Franceza nomeou o Sr. Stephen Pichon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da mesma Republica no Brazil.

Os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes :

Artigo 1º

A Republica dos Estados Unidos do Brazil pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8º do tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinsão é o Oyapoc, que desagua no Oceano a Oeste do Cabo d'Orange e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

A Republica Franceza pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8º do tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vi-

Le Gouvernement de la République des Etats Unis du Brésil et le Gouvernement de la République Française, désirant fixer définitivement les frontières du Brésil et de la Guyane Française, conviennent de recourir pour cela à la décision arbitrale du Gouvernement de la Confédération Helvétique.

L'Arbitre sera invité à décider quelle est la rivière Japoc ou Vincent Pinçon et à fixer la limite intérieure du territoire.

Pour la conclusion du traité les deux Gouvernements ont nommé comme plénipotentiaires, à savoir :

Le Président de République des Etats Unis du Brésil, le Général de Brigade Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministre d'Etat des Relations Extérieures.

Le Président de la République Française, M. Stephen Pichon, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de ce Gouvernement au Brésil.

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, qui ont été reconnus en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit :

Article 1º

La République des Etats Unis du Brésil prétend que, conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht, le rio Japoc ou Vincent Pinçon est l'Oyapoc, qui se jette dans l'Océan à l'Ouest du Cap d'Orange et qui, par son thalweg, doit former la ligne frontière.

La République Française prétend que, conformément au sens précis de l'article 8 du traité d'Utrecht, la rivière

cente Pinsão é o rio Araguay (Araouary), que desagua no Oceano ao Sul do Cabo do Norte e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

O arbitro resolverá definitivamente sobre as pretensões das duas partes, adoptando em sua sentença, que será obrigatória e sem appellação, um dos dous rios pretendidos ou, si assim entender, algum dos rios comprehendidos entre elles.

Artigo 2º

A Republica dos Estados Unidos do Brazil pretende que o limite interior, parte do qual foi reconhecido provisoriamente pela Convenção de Pariz, de 28 de agosto de 1817, é o parallelo de 2º 24', que, partindo do Oyapoc, vá terminar na fronteira da Guyana Holandesa.

A França pretende que o limite interior é a linha que, partindo da cabeceira principal do braço principal do Araguay, siga para Oeste parallelamente ao rio Amazonas até encontrar a margem esquerda do rio Branco e continue por esta margem até encontrar o parallelo que passe pelo ponto extremo da serra de Acaray.

O arbitro resolverá definitivamente qual é o limite interior, adoptando em sua sentença, que será obrigatória e sem appellação, uma das linhas pretendidas pelas duas partes ou escolhendo como solução intermedia, a partir da cabeceira principal do rio adoptado como sendo o Japoc ou Vincent Pinsão até a fronteira da Guyana Holandesa, a divisão de aguas da bacia do Amazonas, que

Japoc ou Vincent Pinçon est la rivière Araguay (Araouary) qui se jette dans l'Océan, au Sud du Cap Nord et qui, par son thalweg, doit former la ligne frontière.

L'arbitre se prononcera définitivement sur les prétentions des deux parties, adoptant dans sa sentence, qui sera obligatoire et sans appel, l'une des deux rivières enoncées ou, à son choix, l'une de celles qui sont comprises entre elles.

Article 2º

La République des Etats Unis du Brésil prétend que la limite intérieure, dont une partie a été reconnue provisoirement par la Convention du 28 août 1817, est sur le parallèle de 2º 24', qui partant de l'Oyapoc, va se terminer à la frontière de la Guyane Hollandaise.

La France prétend que la limite intérieure est la ligne qui, partant de la source principale du bras principal de l'Araguay, continue par l'ouest parallèlement à la rivière des Amazones, jusqu'à la rencontre de la rive gauche du rio Branco et suit cette rive jusqu'à la rencontre du parallèle qui passe par le point extrême des montagnes de Acaray.

L'arbitre résoudra définitivement quelle est la limite intérieure adoptant dans sa sentence, qui sera obligatoire et sans appel, une des lignes revendiquées par les deux parties, ou choisissant comme solution intermédiaire, à partir de la source principale de la rivière adoptée comme étant le Japoc ou Vincent Pinçon jusqu'à la frontière Hollandaise, la ligne de partage des eaux du

nesta região é constituída em quasi sua totalidade pelas cumiadas da serra Tumucumaque.

bassin des Amazones, qui, dans cette région, est constituée, dans sa presque totalité, par la ligne de faite des monts Tumuc-Humac.

Artigo 3º

Afim de habilitar o arbitro a proferir a sua sentença, cada uma das duas partes deverá, no prazo de oito mezes, depois da troca das ratificações do presente tratado, apresentar-lhe uma memoria contendo a exposição dos seus direitos e os documentos comprobatorios. Estas memorias impressas serão ao mesmo tempo communicadas ás partes contractantes.

Article 3º

Afin de permettre à l'arbitre de prononcer sa sentence, chacune des deux parties devra, dans le délai de huit mois, à partir de l'échange des ratifications du présent traité, lui présenter une mémoire contenant l'exposé de ses droits et les documents s'y rapportant. Ces mémoires imprimées seront en même temps communiquées aux parties contractantes.

Artigo 4º

Terminado o prazo previsto no art. 3º, cada uma das partes terá um novo prazo de oito mezes para apresentar ao arbitro, si julgar conveniente, uma segunda memoria em resposta ás allegações da outra parte.

Article 4º

Passé le délai prévu à l'article 3 chacune des parties aura un nouveau délai de huit mois pour présenter à l'arbitre, si elle le juge nécessaire, une seconde mémoire en réponse aux allégations de l'autre partie.

Artigo 5º

O arbitro terá o direito de exigir das partes os esclarecimentos que julgar necessários e de regular os termos não previstos para o processo do arbitramento e incidentes occurrentes.

Article 5º

L'arbitre aura le droit d'exiger des parties les éclaircissements qu'il jugera nécessaires, et réglera les cas non prévus pour la procédure de l'arbitrage et les incidents qui surviendraient.

Artigo 6º

As despesas do processo arbitral determinadas pelo arbitro serão divididas igualmente entre as partes contractantes.

Article 6º

Les frais du procès arbitral déterminés par l'arbitre seront partagés également entre les parties contractantes.

Artigo 7º

As communicações entre os representantes das partes con-

Article 7º

Les communications entre les représentants des parties

tractantes serão feitas por intermedio da Repartição dos Negocios Estrangeiros da Confederação Suissa.

contractantes auront lieu par l'intermédiaire du Département des Affaires Etrangères de la Confédération Helvétique.

Artigo 8º

Article 8º

O arbitro decidirá dentro do prazo maximo de um anno, a contar da data da entrega das primeiras memorias ou das segundas, si as partes tiverem replicado.

L'arbitre décidera, dans le délai maximum d'un an à compter de la remise des premiers memoires ou des seconds, si les parties ont répliqué.

Artigo 9º

Article 9º

Este tratado, depois de preenchidas as formalidades logaes, será ratificado pelos dous Governos e as ratificações serão trocadas na Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no prazo de quatro mezes, ou antes, si possivel for.

Ce traité, après l'accomplissement des formalités legales, sera ratifié par les deux Gouvernements et les ratifications seront échangées en la Capitale Fédérale des Etats Unis du Brésil, dans le délai de quatre mois ou avant, s'il est possible.

Em fédo que os respectivos plenipotenciarios firmam o dito tratado e lhe poem os seus sellos.

En foi de quoi, les plénipotentiaires respectifs ont signé le dit traité et y ont apposé leurs cachets.

Feito no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1897.

Fait à Rio de Janeiro, le 10 avril 1897.

(L. S.) *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

(L. S.) *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

(L. S.) *S. Pichon.*

(L. S.) *S. Pichon.*



DECRETO N. 2968 — DE 10 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cunha, no Estado de S. Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo
S. Paulo

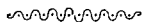
Fica creada na comarca de Cunha, no Estado de
da de infantaria de Guardas Nacionaes, com

a designação de 33ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 97ª, 98ª e 99ª, e este com a de 33ª, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2969 — DE 10 DE AGOSTO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, e extingue-se a 9ª brigada de cavallaria da mesma milicia da referida comarca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Art. 1.º Fica creada na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 43ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 127ª, 128ª e 129ª, e este com a de 43ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Fica derogado o decreto n. 2652, de 27 de outubro de 1897, na parte em que creou na mesma comarca a 9ª brigada de cavallaria, ora extincta.

Capital Federal, 10 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2970 — DE 15 DE AGOSTO DE 1898

Crea um Consulado em Vigo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Usando da autorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei
n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Vigo.
Capital Federal, 15 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2971 — DE 18 DE AGOSTO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito
extraordinario de 32:000\$ para pagamento de vencimentos do pes-
soal addido á Secretaria de Estado do mesmo Ministerio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 498,
de 18 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação
e Obras Publicas o credito extraordinario de 32:000\$, para pa-
gamento de vencimentos, durante o 2º semestre do corrente
anno, do pessoal addido ao mesmo Ministerio, em virtude de
execução da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, art. 10, n. 1.

Capital Federal, 18 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 2972 — DE 18 DE AGOSTO DE 1898

Autorisa o resgate da emissão concedida ao Banco da Bahia pelo decreto n. 2140, de 3 de abril de 1858.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco da Bahia, decreta:

Art. 1.º O Banco da Bahia resgatará as notas que tem em circulação, em virtude da faculdade emissora que lhe foi concedida no art. 10 do decreto n. 2140, de 3 de abril de 1858 e arts. 51 e 52 do decreto n. 8197, de 23 de julho de 1881.

§ 1.º O resgate far-se-ha, sem desconto algum, nos seis mezes que se seguirem á assignatura do contracto no Thesouro, e depois com os descontos e nos prazos marcados no art. 13 da lei n. 3313, de 16 de outubro de 1886.

§ 2.º Os prazos para o resgate serão annunciados por editaes publicados na imprensa das capitaes dos Estados da Bahia e de Sergipe, e no *Diario Official* na Capital Federal.

§ 3.º O Banco recolherá dentro de 30 dias da assignatura do contracto as primeiras prestações para o resgate, sendo de cento e cincoenta contos de réis na Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado da Bahia e cincoenta contos de réis na Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Sergipe, e o resto em prestações equivalentes áquellas, á medida que forem necessarias e as mencionadas Delegacias o exigirem.

§ 4.º As notas apresentadas ao troco serão verificadas e carimbadas em presença do delegado fiscal.

§ 5.º As notas recolhidas serão remettidas ao Thesouro para serem incineradas na repartição que o Ministro da Fazenda designar.

§ 6.º As notas que não acudirem ao resgate até o fim dos prazos estipulados no § 1.º são declaradas prescriptas.

§ 7.º Realizadas as primeiras prestações do resgate em execução deste decreto e do contracto que houver sido lavrado no Thesouro Federal, ficará o Banco liberado da fiscalisação a que está sujeito e dispensado dos onus a ella inherentes.

§ 8.º Findos os prazos do resgate, fará o delegado fiscal lavrar um termo em que far-se-ha menção do numero de notas que houverem acudido ao troco.

Este termo será assignado pelo delegado fiscal, pelos membros da Directoria do Banco e por duas testemunhas, e nelle será declarado que ficam prescriptas as notas não resgatadas, restituindo a Delegacia Fiscal ao Banco o excesso que porventura houver das prestações feitas pelo mesmo Banco, de conformidade com o § 3.º.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2973 — DE 19 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Granja, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Granja, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 5ª, a qual se constituirá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 13º, 14º e 15º, e um do da reserva, sob n. 5, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de agosto de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2974 — DE 23 DE AGOSTO DE 1898

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 815:067\$120 para pagamento das indemnisações concedidas a reclamantes italianos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 499, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 815:067\$120 para pagamento das indemnisações concedidas a reclamantes italianos, de accordo com o protocollo de 12 de fevereiro de 1896, assignado pelos Governos italiano e brasileiro, fazendo-se as necessarias operações de credito e revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2975 — DE 23 DE AGOSTO DE 1898

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 90:000\$, ao cambio de 27 d., para o fim de solver as despesas com a missão que for encarregado de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guyana Franceza.

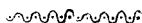
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 500, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 90:000\$, ao cambio de 27 d., para o fim de solver as despesas com a missão que for encarregada de defender o direito da Nação Brasileira na questão de limites com a Guyana Franceza, fazendo-se as necessarias operações de credito e revogando-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de agosto de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 2976 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 32^a, que se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 94, 95 e 96, e um do da reserva, com a designação de 32^o, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2977 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria com a denominação de 61ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 181º, 182º e 183º, e um do da reserva, sob n. 61, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2978 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Arassuahy, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, aquella com a denominação de 62ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo ns. 184, 185 e 186, e um do da reserva, n. 62, e esta com a de 9ª, com dous regimentos, sob ns. 17 e 18, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2979 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Maracás, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Maracás, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 12ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 34, 35 e 36, e um do da reserva, com a designação de 12º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2980 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Brejo Grande, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Brejo Grande, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 13ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 37, 38 e 39, e um do da reserva, com a designação de 13º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2981 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 14ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 40, 41 e 42, e um do da reserva, com a denominação de 14ª, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2982 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria, com as denominações de 15ª e 3ª, constituídas, aquella de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 43ª, 44ª e 45ª, e um do da reserva, sob n. 15, e esta dos 5º e 6º regimentos, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2983 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caetité, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Caetité, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria e uma de cavallaria com as denominações de 16.^a e 4.^a, constituídas, aquella de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 46.^a, 47.^a e 48.^a, e um do da reserva, sob n. 16, e esta dos 7.^a e 8.^a regimentos, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2984 — DE 25 DE AGOSTO DE 1898

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia, duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes, com as designações de 17.^a e 18.^a, compostas cada uma de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 49, 50, 51, 52, 53 e 54, e dous do da reserva, com as designações de 17.^a e 18.^a, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de agosto de 1898, 10.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2985 — DE 26 DE AGOSTO DE 1898

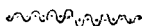
Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 520:200\$ para occorrer ao pagamento das apolices cujos possuidores não acceitaram a conversão de que trata o decreto n. 2907, de 11 de junho do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida no art. 23, n. 10, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, de conformidade com o disposto no art. 2º, § 2º, n. 2, letra C, da lei n. 392, de 8 de outubro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 520:200\$ para, de accordo com o decreto n. 2907, de 11 de junho do corrente anno, occorrer ao pagamento das apolices cujos possuidores não acceitaram a conversão dos juros de 4 % ouro; nos de 5 % papel.

Capital Federal, 26 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 2986 — DE 30 DE AGOSTO DE 1898

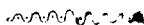
Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 24:159\$ para despesas com a substituição de um fogão e construção de uma chaminé no edificio da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida no art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, resolve, de acordo com o preceito do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo Decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 24:159\$ para os gastos com a substituição de um fogão por outro de maior capacidade e construção de uma chaminé no edificio da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo.

Capital Federal, 30 de agosto de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomas.



DECRETO N. 2987 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1898

Concede autorização á Companhia de seguros mutuos contra fogo —
Providencia — para funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de seguros mutuos contra fogo — Providencia, — devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á Companhia de seguros mutuos contra fogo — Providencia — para funcionar, mediante a ellimação dos numeros quatro a quinze do art. 3º dos respectivos estatutos, e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 5 de setembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

Estatutos da Companhia de seguros mutuos
contra fogo — Providencia

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Com a denominação de Providencia é fundada na Capital Federal uma Companhia de seguros mutuos contra fogo.

A companhia terá sua sede e fóro juridico na Capital Federal e estabelecerá succursaes nos Estados da Republica e agencias no interior.

Art. 2.º Será de 50 annos o prazo da companhia; este prazo poderá ser prorogado por deliberação da assembléa geral e approvação do Governo.

Paragrapho unico. Durante o prazo estabelecido, a companhia só poderá ser dissolvida, dado o caso previsto na legislação em vigor.

CAPITULO II

DOS FINS DA COMPANHIA

Art. 3.º A companhia praticará as seguintes operações que constituem seus fins:

1º, garantir a seus segurados, sob as clausulas e condições estabelecidas nos presentes estatutos, toda e qualquer propriedade, movel e immovel, urbana ou suburbana ou rural, não só contra o fogo accidental ou proveniente de raio ou explosão de gaz, mas tambem contra os danos causados pelas medidas empregadas pelas autoridades competentes para impedir ou atalhar o incendio;

2º, segurar theatros, engenhos de café, canna de assucar e de serra a vapor ou a mão; fabricas, officinas, casas e salas de espectaculos publicos ou particulares, depositos, laboratorios, situados em qualquer logar, a juizo da directoria; assim como mercadorias embarcadas por mar ou terra em via-ferrea para qualquer parte do paiz ou do estrangeiro, as quaes serão garantidas do risco do incendio, naufragio, ou desastre casual;

3º, segurar tambem mobílias, bibliothecas e alfaías, a taes riscos sujeitas.

CAPITULO III

DA DIRECTORIA E SUAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 4.º A companhia será dirigida e administrada por sua directoria composta de um presidente e um gerente.

Art. 5.º A directoria é competente para gerir todos os negocios da companhia e realizar todas as operações de que tratarem os estatutos.

Art. 6.º O director-presidente será o representante legal da companhia em juizo ou fóra d'elle, podendo passar procuração para representar a companhia, e será substituido no caso de impedimento pelo director-gerente no caso que está indicado no art. 5º.

Art. 7.º A directoria terá, além de outros que julgar necessarios, os seguintes auxiliares:

Um agente geral.

Um inspetor de incendios.

Um thesoureiro.

Um advogado.

Um guarda-livros e os mais auxiliares que julgar convenientes ou necessarios.

Estes auxiliares serão nomeados e demittidos pela directoria tendo em vista os interesses da companhia.

Art. 8.º Haverá um conselho fiscal da companhia composto de tres membros annualmente. Este conselho fiscal exercerá as funcções indicadas nestes estatutos e nas leis das sociedades anonymas.

Art. 9.º Compete especialmente ao presidente da companhia:

§ 1.º Representar a companhia em Juizo ou fóra d'elle, ou dar poderes a quem substitua.

§ 2.º Convocar a assembléa geral ordinaria e extraordinaria.

§ 3.º Propor os auxiliares da directoria e marcar-lhes os vencimentos.

§ 4.º Assignar, com o thesoureiro, as apolices de seguro.

§ 5.º Assignar todos os titulos e documentos não especificados, a correspondencia official e o balanço annual.

Art. 10. Ao director-gerente incumbem especialmente:

§ 1.º Crear, de accordo com o presidente, succursaes nos Estados e agencias no interior, nomeando os empregados e fixando-lhes os vencimentos, demittindo-os quando exigirem os interesses da companhia.

§ 2.º Organisar, de accordo com o thesoureiro, os balancetes trimestraes do movimento da companhia.

§ 3.º Examinar e fiscalisar o movimento do escriptorio.

§ 4.º Propor ao presidente e á directoria em sessão todas as medidas necessarias ao bom andamento dos negocios.

Art. 11. Ao thesoureiro da companhia incumbem especialmente:

§ 1.º Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os fundos da companhia, recolhendo-os ao Banco escolhido pela directoria desde que excedam de 3:000\$000.

§ 2.º Apresentar ao presidente para o—pague-se—todas as contas que tenham de ser pagas pelos cofres da companhia.

§ 3.º Pagar as despezas pelo presidente autorisadas.

§ 4.º Apresentar trimestralmente a caixa para ser examinada pela directoria.

§ 5.º Fornecer todos os esclarecimentos pedidos pela directoria e conselho fiscal.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 12. São attribuições do conselho fiscal:

§ 1.º Examinar os balanços e relatorios que o presidente tenha de apresentar á assembléa geral e os balancetes trimestraes que tiverem de ser publicados.

§ 2.º Propor, de accordo com o presidente e director-gerente, as alterações de que precisarem estes estatutos.

§ 3.º Reunir-se todos os mezes em sessão para designar de entre si um membro que em cada semana acompanhe a directoria em seus trabalhos.

§ 4.º Nomear de entre si o seu presidente e secretario.

CAPITULO V

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 13. A assemblea geral de associados é a reunião destes convocada de conformidade com estes estatutos.

Suas sessões serão presididas por um socio aclamado, que convidará dous outros para secretarios.

Art. 14. Achando-se presentes socios que representem a quarta parte de socios segurados de valor nunca inferior a 10:000\$, estará constituida a assemblea geral.

Art. 15. Não se podendo effectuar a reunião por falta de socios, será feita uma convocação pelos jornaes de maior circulação desta Capital, e si ainda desta vez não realizar-se, far-se-ha terceira e ultima convocação e com o numero de socios que comparecer ter-se-ha por constituida a assemblea geral, excepto nos seguintes casos:

1º, quando se tratar de reforma dos estatutos ;

2º, quando se tratar da liquidação voluntaria da companhia. Nestes dous casos será preciso pelo menos um terço (1/3) do capital representado, podendo o comparecimento dos socios ser feito pessoalmente ou mediante autorisação por escripto e firma reconhecida.

Art. 16. A assemblea geral reunir-se-ha uma vez por anno e logo depois que a commissão de contas tiver dado seu parecer.

Art. 17. A assemblea geral compete:

§ 1.º Examinar e approvar as contas annuaes, devendo para isso nomear uma commissão de tres membros.

§ 2.º Eleger o conselho fiscal.

§ 3.º Resolver a liquidação da companhia no caso do art. 2º, nomeando em acto continuo uma commissão de tres membros que acompanhará os actos da directoria.

Art. 18. Todos os segurados da companhia poderão votar e ser votados ; e bem assim os empregados da mesma sendo elles segurados, isso no caso de resolver-se a liquidação da companhia.

Art. 19. Nenhum socio terá mais do um voto na assemblea geral, seja qual for a importancia do seu seguro.

Art. 20. Na assemblea geral extraordinaria só tratar-se-ha de assumptos para que houver sido esta convocada.

CAPITULO VI

DOS PREMIOS, DIVIDENDOS, FUNDOS DE RESERVA E RATEIO

Art. 21. Todos os premios obtidos dos differentes seguros feitos em cada anno social da companhia serão depositados em um Banco da confiança da directoria a juros em conta corrente.

Art. 22. Dos premios arrecadados e juros vencidos deduzir-se-hão em 31 de dezembro de cada anno todos os gastos com o pagamento de sinistros e mais despezas da companhia, liquidadas e vencidas até esse dia.

Paragrapho unico. Do saldo restante tirar-se-ha a terça parte para o — fundo de reserva — e das outras duas partes far-se-ha o dividendo por todos os associados.

Art. 23. Entender-se-ha por despeza da companhia:

- 1º, os honorarios e commissões da directoria ;
- 2º, o vencimento do conselho fiscal e empregados auxiliares ;
- 3º, o aluguel e gastos do escriptorio ;
- 4º, a factura de chapas emblematicas da companhia ;
- 5º, a impressão e contas juridicas ;
- 6º, em geral todas e quaesquer outras despezas que se façam em prol dos interesses da companhia.

Art. 24. O associado que retirar-se da companhia sem que tenha renovado o seu seguro por cinco annos consecutivos, perderá o direito ao dividendo que lhe tiver pertencido até ao anno social anterior ao em que retirou-se, revertendo o seu quinhão em beneficio do fundo de reserva.

Art. 25. Todos os annos, após o balanço, por meio de annuncios publicados em jornaes de maior circulação, far-se-ha o annuncio do pagamento dos dividendos aos associados que até 31 de dezembro do anno correspondente ao balanço estiverem quites com a companhia.

Art. 26. Ficarão fazendo parte do fundo de reserva os dividendos que dentro do prazo de cinco annos (5) a contar da respectiva liquidação não forem reclamados.

Art. 27. O fundo de reserva é applicavel tão sómente ás perdas do capital social ou á sua substituição.

Paragrapho unico. Este fundo de reserva deverá ser representado por apolices da divida publica geral ou dos Estados garantidas pelo Governo Federal, por bilhetes do Thesouro, letras hypothecarias dos Bancos de credito real garantido, hypothecas e letras de associados que offereçam a garantia precisa, a juizo da directoria.

Art. 28. Os dividendos serão pagos nos mezes de janeiro e junho de cada anno, não havendo distribuição dos mesmos, si o capital social tiver sido desfalcado, em quanto não for este integralmente restabelecido.

Art. 29. O fundo de reserva compor-se-ha:

1º, da terça parte da importancia do saldo a dividir annualmente nos termos do art. 22 ;

2º, dos juros que for vencendo e que deym ser capitalizados conforme o disposto nestes estatutos ;

3º, dos dividendos comprehendidos no disposto no art. 24.

Art. 30. Cessará a constituição do —fundo de reserva—logo que atinja elle á cifra de duzentos contos de réis (200:000\$), sendo applicadas ao dividendo todas as parcellas que serviam de constituil-o.

Art. 31. A divisão do—fundo de reserva—só poderá ter logar em qualquer das seguintes hypotheses :

1º, findo o prazo da duração da companhia ;

2º, entrando ella em liquidação ;

3º, quando duas terças partes (2/3) do capital representado disseminar em favor dos associados então existentes.

CAPITULO VII

DOS SEGUROS E SUAS CONDIÇÕES

Art. 32. A Companhia de seguros mutuos contra fogo Providencia, segundo os fins especificados nos diversos paragraphos do art. 3º destes estatutos, segura as fabricas e depositos os que forem de *polvora, fogos de artificio, kerozene, alcool, materias inflammaveis, a juizo da directoria.*

Os segurados ou seguradores poderão deixar de ter as suas propriedades seguras na Companhia Providencia quando lhes aprouver ; para esse fim participarão por escripto trinta dias antes do vencimento do seu contracto e quando não a façam, serão considerados no anno seguinte. A companhia poderá recusar qualquer seguro sem dar o motivo por que o faz.

Art. 33. Os riscos começarão do meio-dia em que forem feitos os contractos ou seguros e terminarão ao meio-dia em que se findar o prazo de sua duração.

Art. 34. Aceita a minuta, que deverá ser assignada pelo segurado e conter todas as declarações em bem da validade do contracto, serão pagos á vista da importancia do seguro, sello, apolice e chapa, si esta importancia não exceder de duzentos mil réis.

Excedendo, acceitará o segurado uma letra a prazo de tres mezes pela importancia do seguro, o que sómente se praticará na Capital Federal.

Art. 35. A falta de pagamento destas letras no seu vencimento, exime a companhia de toda e qualquer responsabilidade no caso de sinistro dos objectos segurados pelas apolices relativas ás ditas letras.

Art. 36. Cessam os effeitos do seguro :

- 1º, por desapparecimento dos objectos garantidos ;
- 2º, por conclusão do periodo fixado na apolice.

Art. 37. Podem ser reduzidos os capitães segurados e os premios annuaes, si no decurso do seguro diminuir a importancia deste, o que participará o segurado á directoria, remettendo-lhe a respectiva apolice, afim de ser feita a differença no premio correlativo.

Art. 38. O associado deve declarar quando assignar a minuta em que character a faz, si de proprietario credor, usufructuario ou arrendatario dos bens garantidos.

Paragrapho unico. O silencio ou falsidade do segurado que tenha de diminuir a damnificação do risco ou trocar a natureza ou objecto della, exclue do mesmo segurado o direito de, em caso de sinistro, receber qualquer indemnisação, ainda mesmo sobre a perda ou damno soffrido pelo segurado em nada tenha influido este silencio ou falsidade.

Art. 39. No caso de se fazerem construcções que augmentem o risco designado na apolice em vigor, de estabelecer nos edificios seguros outros contiguos, fabricas a vapor, industria ou outros objectos que aggravam o perigo do incendio, de serem removidos para outro logar objectos ou remettidos a seguro ou passarem a ser propriedade de outrem ; ao segurado garantir ou já ter garantido por outras companhias no acto de assignar a apolice, os objectos sobre que recahir o seguro e finalmente não cumprir o que se achia estatuido no artigo antecedente, cessará a obrigação desta companhia até que o segurador, possuidor, comprador, usufructuario, herdeiro, credor ou arrendatario informe por escripto á directoria e esta declare entrar novamente em suas obrigações para com quem sejam ellas relativas.

Art. 40. O segurado ou alguem por elle autorizado é obrigado a participar á autoridade competente e a um dos directores na Capital Federal, aos agentes nos suburbios e interior, e dentro das primeiras vinte e quatro horas uteis, o caso do sinistro.

Art. 41. A ninguem é licito tirar vantagem do seguro que não seja a compensação do prejuizo soffrido, de sorte que a companhia não é responsavel sinão pelo valor real e commum que os objectos tenham antes de ser damnificados.

Não acceita de forma alguma a companhia beneficios illicitos, nem entra em outra qualquer condição que não seja a do seguro.

Art. 42. No caso de incendio, á companhia é licito praticar toda sorte de investigações para esclarecimento do facto e exigir do segurado todas as declarações que forem julgadas necessarias.

Paragrapho unico. Dado o sinistro, não é licito ao segurado abandonar total ou parcialmente os objectos garantidos, estejam ou não avaliados, sob pena de não ter direito a indemnisação alguma.

Art. 43. Avaliado por peritos o valor do damno causado depois dos necessarios exames e decidido por arbitros, caso :

consiga a avaliação por accordo das partes, será seu valor pago sem deducção alguma, sendo licito á companhia optar por algum dos seguintes meios de indemnisação:

1º, restabelecer o objecto segurado a seu estado anterior ao sinistro;

2º, pagar em letras a prazo de seis mezes a importancia do damno arbitrado, deduzindo o valor da parte ou pagamento dos objectos ou dos materiaes salvos.

Art. 44. Optando a companhia pela primeira hypothese, si o objecto a restabelecer for algum predio, indemnizará ao segurado dos alugueis que o predio produzia antes do sinistro, deixando de ter logar esta indemnisação logo que termine a reconstrucção. Na segunda hypothese, porém, os alugueis serão pagos até o vencimento do prazo marcado pelos peritos para conclusão das obras.

Art. 45. A importancia arbitrada para pagamento do seguro só será entregue ao associado depois de reconhecido o sinistro pelo conselho fiscal.

Art. 46. Soffre o segurado prejuizo que um só pagamento esgote o fundo de reserva ordinario—ou não seja sufficiente para completar as importancias dos damnos, a directoria recorrerá ao fundo de reserva extraordinario—ou entregará ao segurado letras da quantia arbitrada ou reconhecida ou que faltar para completal-a e mais os juros de 10 % ao anno, prazo nas épocas marcadas pelo conselho fiscal, as quaes não excederão de 12 mezes.

Art. 47. Na dupla qualidade de segurado e segurador, todo associado é responsavel pelos damnos que possam soffrer os demais associados na razão da quantia segurada ou concordancia com o risco que soffrerem os objectos segurados.

Art. 48. Os bens moveis ou immoveis segurados respondem pelo pagamento dos premios do seguro, bem como pelo das quotas a que os segurados são obrigados nos casos de sinistro nos termos do art. 47.

Art. 49. A companhia cabe o direito de, no caso de pagamento do sinistro, qualquer que seja sua importancia, rescindir ou renovar o contracto pagando novo premio o segurado.

Art. 50. A convocação dos arbitros e peritos será feita a apazimento das partes e não chegando ellas a um accordo, nomearão cada uma o seu perito e este o terceiro desempatador.

Art. 51. Si mais de um segurado for interessado na questão, combinar-se-ha na escolha do perito e si não accordarem escolherão á sorte entre elles e os propostos.

Paragrapho unico. Nenhum recurso haverá da decisão dos arbitros, sob pena de perda de metade do valor do objecto questionado em favor do fundo de reserva.

Art. 52. Os arbitros, no character de juizes, julgarão do direito p la verdade sabida e conforme as condições da apolice, independente de formulas e prazo de processo.

Art. 53. E' da competencia dos segurados a satisfação das despesas com os peritos.

Art. 54. No caso de sinistro, o segurado obriga-se a transferir à companhia todo direito e acção que lhe possa competir contra quem de direito for, constituindo-a para isso procuradora em causa própria.

Sem que faça essa caução de direito quando exigida lhe for, não poderá o segurado reclamar indemnisação alguma do sinistro.

Art. 55. No caso de incendio em construcções feitas em terrenos alheios aos que os segurados tratam na qualidade de inquilinos ou arrendatarios e que estejam seguros, a indemnisação que possa corresponder ao damno, segundo as clausulas da apolice, affectará unicamente a reparação ou reconstrucção no mesmo terreno do edificio incendiado. Dada esta hypothese, a companhia pagará os prejuizos até a quantia concordada à proporção que se for verificando a reparação ou construcção e à vista das contas devidamente processadas.

Art. 56. Fica obrigada a companhia tão sómente por estes estatutos especialmente pelas causas geraes e especiaes, impressas e manuscritas na apolice, de modo que para a interpretação desta não se considerará sinão a sua própria letra e com referencia à companhia como outras pessoas sinão as que se mencionam no contracto e seus legitimos herdeiros ou representantes devidamente reconhecidos.

CAPITULO VIII

DAS VANTAGENS DO SEGURO MUTUO

Art. 57. Todos os empregados da companhia para estarem no exercicio dos seus cargos precisam se segurar em valor de 5:000\$ para cima conforme os seus logares, prestarão fiança idonea e serão individualmente responsaveis pelos abusos que nelles commetterem.

Art. 58. As alterações que precisarem estes estatutos só poderão ser feitas por deliberação da assembléa geral e approvação do Governo, á excepção do art. 6º, mediante proposta apresentada em uma reunião extraordinaria e approvada em outra.

Art. 59. A directoria prestará annualmente conta á assembléa geral dos seus actos e sob parecer do conselho fiscal.

Art. 60. O mutuario ou associado segurado nesta companhia gozará das seguintes vantagens:

1ª, ser-lhe pago, no caso do sinistro, prejuizo ou avaria occasionada pelo fogo ou qualquer dos accidentes a que esteja sujeito o seguro;

2ª, receber annualmente um dividendo relativo ao capital realizado.

Art. 61. Os subscriptores associados aceitam estes estatutos, clausulas ou condições e tabellas da apolice de seguros mutuos contra fogo—Providencia—e autorisam a directoria a assignal-os e a pedir a approvação do Governo.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 62. A Companhia de seguros mutuos contra fogo—Providencia—depois de approvados estes estatutos, será considerada installada e constituida para começar suas operações logo que esteja subscripto o capital de 200:000\$; este capital poderá ser elevado a juizo da directoria à somma que o movimento da companhia reclamar.

Art. 63. A primeira directoria e o conselho fiscal serão compostos do seguinte modo:

Presidente, Barão de Moniz de Aragão.

Gerente, Antonio Gurgel.

Conselho fiscal:

Major Francisco Gurgel do Amaral Valente.

Sezino Silva.

Manoel Amaro Silva.

A primeira directoria terá duração de cinco annos.

Art. 64. São incorporadores para os fins de que trata a lei n. 265, de 17 de janeiro de 1890, os seguintes: Barão de Moniz de Aragão e Antonio Gurgel, que ficam autorizados a pedir ao Governo a approvação destes estatutos com ou sem modificações.

São instituidores:

Barão de Moniz de Aragão.

Antonio Gurgel.

Advertencia

A directoria declara que são seus agentes os que mostrarem nomeação com as firmas dos directores reconhecidas por tabellião, afim de evitar qualquer duvida.

Está conforme ao original.— *Barão de Moniz de Aragão, presidente.*



DECRETO N. 2988 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Camisão, no Estado da Bahia, duas brigadas de infantaria de Guardas

Nacionais, com as designações de 10.^a e 11.^a, compostas cada uma de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 23, 29, 30, 31, 32 e 33, e dous da reserva, com as designações de 10.^a e 11.^a, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1898, 10.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2939 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, e extingue a de brigada de cavallaria da mesma milicia da referida comarca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, de reta :

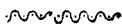
Art. 1.^o Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria, com a designação de 46.^a, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 136.^a, 137.^a e 138.^a e este com a de 46.^a, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.^o Fica revogado o decreto n. 2751, de 22 de dezembro de 1897, que revogava a mencionada comarca a 9.^a brigada de cavallaria.

0 de setembro de 1898, 10.^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2990 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a denominação de 66ª, composta dos batalhões de ns. 196, 197 e 198 do serviço activo e 66 do da reserva, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2991 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes.

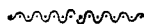
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Tiradentes, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a designação de 65ª, composta dos batalhões ns. 193, 194 e 195 do serviço activo e 65 do da reserva, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Capital Federal, 10 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2992 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de União, no Estado das Alagoas.

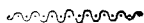
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de União, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria, com a designação de 6ª, composta dos batalhões de ns. 16, 17 e 18 do serviço activo e 6 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2993 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Jardim, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 7ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 19ª, 20ª e 21ª, e um do da reserva sob n. 7 que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2994 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Sobral, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria, com a denominação de 6ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 16ª, 17ª e 18ª, e um do da reserva sob n. 6, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; rovogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2995 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito suplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 23, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito suplementar de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$), sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados —, afim de occorrer ao pagamento das despezas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorogação da actual sessão legislativa até ao dia 2 de outubro proximo futuro.

Capital Federal, 12 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2996 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1898

Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1898, o credito supplementar de seiscentos e dezoito contos setecentos e cincoenta mil réis (618:750\$), sendo 141:750\$ á verba—Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos senadores e deputados, durante a prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até ao dia 2 de outubro proximo futuro.

Capital Federal, 12 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 2997 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1898

Manda executar a convenção de 4 de maio de 1897, que regula o exercício das profissões liberaes entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e a do Chile.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Tendo o Congresso Nacional approved, pelo decreto n. 494, de 22 de julho do corrente anno, a convenção de 4 de maio de 1897, celebrada entre o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o da Republica do Chile, regulando o exercício das profissões liberaes, cujas ratificações foram já trocadas nesta Capital Federal em 13 deste mez :

Decreta que a mesma convenção, que a este acompanha, seja observada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Capital Federal, 14 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.

**CONVENÇÃO ENTRE O BRAZIL E
O CHILE SOBRE O EXERCICIO
DE PROFISSÕES LIBERAES**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Presidente da Republica do Chile, tendo concordado em celebrar uma convenção sobre o exercicio das profissões liberaes, nomearam para esse fim seus plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, o General de brigada Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da Republica do Chile, o Sr. D. Joaquim Walker Martinez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da mesma Republica no Brazil;

Os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida fórma, convieram no seguinte:

Art. 1º

Os cidadãos de qualquer das duas Republicas contractantes poderão exercer livremente no territorio da outra a profissão para a qual estiverem habilitados por diploma ou titulo expedido pela autoridade nacional competente, uma vez que para esse exercicio não seja exigida por lei a qualidade de cidadão brasileiro ou chileno.

Os certificados de estudos preparatorios ou superiores em qualquer dos dous paizes, expedidos em favor de nacio-

**CONVENCIÓN ENTRE BRASIL E
CHILE SOBRE EJERCICIO DE
PROFESIONES LIBERALES**

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la República de Chile, habiendo acordado celebrar una convención sobre el ejercicio de las profesiones liberales, nombraron para ese fin sus plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil al General de brigada Don Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Presidente de la República de Chile a Don Joaquim Walker Martinez, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la misma República en el Brasil;

Los cuales, despues de canjear sus plenos poderes, que hallaron en buena y debida forma, convinieron en lo siguiente:

Artículo 1º

Los ciudadanos de cualquiera de las dos Repúblicas contractantes podrán ejercer libremente en el territorio de la otra la profesion para la cual estuvieren habilitados por diploma ó titulo expedido por la autoridad nacional competente, siempre que para ese ejercicio no sea exigida por la lei la calidad de ciudadano brasileiro ó chileno.

Los certificados de estudios preparatorios ó superiores en cualquiera de los dos paises; expedidos en favor de nacio-

naes de um delles, produzirão no outro os mesmos effeitos que lhes attribuir a lei da Republica de onde emanarem.

Art. 2º

O diploma ou certificado authenticado e o certificado de identidade de pessoa, passado pelo agente diplomatico ou consular da nação que houver expedido o diploma ou certificado, produzirão os effeitos pactuados na presente convenção, depois de registrados no Ministerio das Relações Exteriores, que dará conhecimento do registro ao Ministerio ou repartição a que interessar o exercicio da profissão.

Art. 3º

A presente convenção vigorará por tempo indeterminado, cessando um anno depois que uma das Altas Partes contractantes a houver denunciado á outra.

Será ratificada e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, depois de approvada pelos Congressos das duas Altas Partes Contractantes.

Em testemunho do que, os respectivos plenipotenciarios firmaram e sellaram a presente convenção.

Feita na cidade do Rio de Janeiro aos quatro dias do mez de maio de mil oitocentos noventa e sete.

(L. S.) *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

(L. S.) *J. Walker Martinez.*

naes de uno de ellos, producirán en el otro los mismos efectos que les atribuyere la ley de la Republica de donde emanen.

Artículo 2º

El diploma ó certificado authenticado y el certificado de identidad de persona pasado por el agente diplomatico ó consular de la nación que hubiere expedido el diploma ó certificado, producieron los efectos pactuados en la presente convención, despues de registrados en el Ministerio de Relaciones Exteriores, que dará conocimiento del registro al Ministerio ó repartición a que interessare el ejercicio de la profesion.

Artículo 3º

La presente convención regirá por tiempo indeterminado, cesando un año despues que una de las Altas Partes Contratantes la hubiere denunciado á la ótra.

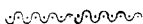
Será ratificada y las ratificaciones canjeadas en Rio de Janeiro, despues de aprobada por los Congressos de las dos Altas Partes Contratantes.

En testimonio de lo que los respectivos plenipotenciarios firmaron y sellaron la presente convención.

Hecha en la ciudad de Rio de Janeiro á los cuatro dias del mes de Maio de mil ochocientos noventa y siete.

(L. S.) *Dionisio E. de Castro Cerqueira.*

(L. S.) *J. Walker Martinez.*



DECRETO N. 2998 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1898

Dá regulamento para a fiscalização dos impostos de consumo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo, no art. 48, n. 1, da Constituição da Republica, resolve que, na fiscalização dos impostos de consumo, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 14 de setembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.

Regulamento para fiscalização dos impostos de consumo a que se refere o decreto n. 2998 desta data

CAPITULO I

DAS FABRICAS DE PRODUCTOS SUJEITOS A IMPOSTOS DE CONSUMO

Art. 1.º Os donos e administradores de fabricas de productos sujeitos a impostos de consumo organizarão escripta em livro especial, de accordo com os modelos dos respectivos regulamentos, por onde se possa ver mensalmente as quantidades produzidas, as sahidas para consumo e bem assim o movimento das estampilhas.

§ 1.º Estes livros serão sellados e rubricados pelas respectivas estações fiscaes e examinados pelos fiscaes do imposto e pelo empregado que o chefe da repartição designar, em suas visitas de inspecção.

§ 2.º A escripturação das fabricas poderá comprehender a dos depositos pertencentes á mesma firma ou razão social; a exactidão da escripta especial poderá ser corroborada pelo exame da escripta geral.

Art. 2.º A escripturação especial, a que se refere o artigo precedente, nas fabricas de sal, indicará precisamente as quantidades entradas e sahidas do genero produzido, o imposto que houver sido pago, e as quantidades expedidas para fóra da localidade, com a numeração das guias que para isso tiverem servido.

Estas guias terão numeração seguida durante o anno.

Art. 3.º As fabricas de phosphoros, além da escripturação a que são obrigadas pelo art. 1.º, terão mais um livro de entrada e consumo das materias primas empregadas na fabricação.

Art. 4.º Todo o fabricante de productos nacionaes sujeitos a imposto de consumo é obrigado a applicar aos seus preparados rotulos com o titulo da fabrica, marca registrada, si a tiver, e o nome do logar onde estiver situado o estabelecimento, ou, quando for simplesmente individual, rotulos com a declaração do nome do fabricante e da rua e numero da casa em que trabalha.

Art. 5.º Não é permittido ás fabricas nacionaes de productos sujeitos a imposto de consumo o uso de rotulos escriptos no todo ou em parte em lingua estrangeira, nem tambem a importação de productos fabricados no exterior, que tragam rotulos no todo ou em parte em lingua portugueza, salvo quando importados de Portugal.

Exceptuam-se os que se acharem nas condições do art. 9.º do decreto n.º 2742, de 17 de dezembro de 1897.

Art. 6.º Nenhuma fabrica terá mais de um fiscal; é licito, porém, grupar sob a responsabilidade de um só fiscal mais de uma fabrica quando a distancia que as separe seja tal que a fiscalização possa ser desempenhada sem o menor prejuizo.

CAPITULO II

DOS FISCAES DOS IMPOSTOS DE CONSUMO, SUA NOMEAÇÃO, VANTAGENS E DEVERES

Art. 7.º A fiscalização dos impostos de consumo será exercida pela Directoria das Rendas Publicas do Thesouro, Recebedoria da Capital Federal, Delegacias Fiscaes, Alfandegas, Mesas de Rendas e Collectorias ou Agencias, por meio de fiscaes especiaes a ellas subordinados.

Art. 8.º Os fiscaes, de que trata o artigo antecedente, se subdividirão em tres grupos: fiscaes dos impostos de consumo do fumo, bebidas e outros semelhantes que se venham a crear, do sal e dos phosphoros.

Art. 9.º Os fiscaes dos impostos de fumo e bebidas serão: na Capital Federal em numero não excedente a 15; em Nitheroy e S. Gonçalo, do Estado do Rio de Janeiro, que continuam subordinados nessa parte á Recebedoria da Capital Federal, a tres; nas Capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo e Rio Grande do Sul, a quatro; e nas outras Capitães e em Ouro Preto a dous, constituindo circumscripções.

Parapho unico. Os Estados serão divididos em circumscripções, attendidas as condições topographicas, de população e meios de communicação, tendo cada uma dellas um fiscal.

Art. 10. Os fiscaes dos impostos dos phosphoros e do sal serão tantos quantas fabricas e salinas existirem em funcção ou em exploração.

Paragrapho unico. Permittindo as condições topographicas e a situação dos logares, sem prejuizo da fiscalisação, no intuito de reduzir despesa, poderão ser duas ou mais fabricas ou salinas entregues á vigilancia de um só fiscal, conforme o disposto no art. 6°.

Art. 11. As disposições dos artigos antecedentes serão executadas—no Districto Federal pela Recebedoria, no Estado do Rio de Janeiro pela Directoria das Rendas Publicas do Thesouro e nos outros Estados pelo; delegados fiscaes.

Art. 12. Compete a nomeação dos fiscaes dos impostos de consumo—no Districto Federal, Nitheroy e S. Gonçalo ao Ministro da Fazenda; no Estado do Rio de Janeiro ao director das Rendas Publicas e nos outros Estados aos delegados fiscaes.

Art. 13. Perceberão os fiscaes dos impostos de fumo e bebidas :

1.º No Districto Federal, a gratificação fixa mensal de 30\$ e mais a quota parte de 5 % da renda effectivamente arrecadada. Esta quota será para cada fiscal a resultante da importancia de 5 % do imposto por elle especialmente fiscalizado, dividida em partes iguaes, quando houver mais de um para cada imposto;

2.º Em Nitheroy e S. Gonçalo e nas Capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Geraes, São Paulo e Rio Grande do Sul, a gratificação fixa mensal de 200\$ e a percentagem conforme a disposição anterior;

3.º Nas Capitães dos outros Estados, a gratificação fixa mensal de 150\$ e a percentagem conforme a disposição do n. 1;

4.º Nas outras circumscripções, unicamente a commissão constante da percentagem a que se refere a 1ª parte deste artigo.

§ 1.º Os vencimentos dos fiscaes poderão ser alterados pelo Ministro da Fazenda, de accordo com a arrecadação verificada.

§ 2.º A Direc'oria de Contabilidade do Thesouro fará escripturar pelas repartições de fazenda a renda dos impostos de consumo, discriminando as quanto aos titulos, circumscripções, fabricas e salinas, de modo a se poder determinar a percentagem dos fiscaes, que lhes será abonada mensalmente, sempre que for possível.

§ 3.º Aos fiscaes que não percebem gratificações fixas poderá ser mensalmente adiantado o minimo da percentagem que a liquidação de dous trimestres indicar, levando-se-lhes em conta de sua percentagem.

Art. 14. Os fiscaes dos impostos de phosphoros e sal perceberão as gratificações fixas mensaes determinadas no art. 13, observada a gradação estabelecida quanto ao Districto Federal, Nitheroy e Capitães dos Estados. Aos das circumscripções que não tiverem por sêde as Capitães e cidades supramencionadas se abonarão as gratificações fixas determinadas no n. 3 do art. 13.

A percentagem a que terá direito cada um desses fiscaes será a de 5 % da renda produzida pela fabrica de phosphoros ou salina sob sua fiscalisação, não podendo, porém, essa percentagem exceder ao valor do duplo da gratificação fixa, excepto para

aquelles que percebem a de 150\$ mensaes, os quaes poderão receber percentagem até 450\$ mensalmente.

Os fiscaes, que não teem gratificação fixa, poderão receber de percentagem até 600\$ mensalmente.

Art. 15. Far-se-ha o calculo da média da arrecadação para servir de base á determinação mensal da quota de percentagem pertencente a cada fiscal, sujeita á liquidação definitiva, afim de operar-se a restituição ou indemnisação, que devida for.

Paragrapho unico. A percentagem da renda do sal será deduzida tanto do imposto arrecadado nas salinas, como do que for cobrado pelas Alfandegas e Mesas de Rendas, que farão a escripturação discriminando a procedencia.

Art. 16. O Ministerio da Fazenda expedirá as instrucções necessarias, regulando o pagamento dos fiscaes.

Art. 17. Todos os actos dos funcionarios da Fazenda, fixando o numero de fiscaes, nomeando-os e arbitrando-lhes gratificações ou percentagens, carecem da approvação do Ministro da Fazenda para produzirem seus effeitos.

Paragrapho unico. Embora dependentes da approvação do Ministro, poderão os fiscaes nomeados entrar em exercicio, quando haja necessidade.

Art. 18. Os fiscaes no gozo de licença para tratamento de saude perdem a metade de suas gratificações a bem de seus substitutos.

Art. 19. Além das vantagens consignadas nos arts. 13 a 15 os fiscaes dos impostos de consumo terão direito:

- a) a 50 % das multas impostas em virtude do seu zelo e effectivamente arrecadadas;
- b) a passes nas estradas de ferro, quando forem da União.

Paragrapho unico. Pelas infracções que verificarem, fóra da fiscalisação dos impostos, que especialmente lhes compete, perceberão os fiscaes a percentagem de que trata a lettra — a — deste artigo.

Art. 20. Os fiscaes dos impostos do sal e phosphoros deverão residir nas proximidades das jazidas, salinas e fabricas, e velar para que não seja distrahida e entre para o consumo, sem pagamento do imposto, porção alguma do genero produzido.

Art. 21. Aos fiscaes dos impostos do sal e dos phosphoros não é vedada a fiscalisação dos demais impostos de consumo, sempre que o possam fazer sem prejuizo do serviço que lhes é proprio; porém aos fiscaes dos impostos de fumo e bebidas corre o dever de fiscalisarem todos os outros, observadas apenas as restricções impostas por este regulamento.

Art. 22. Os principaes deveres dos fiscaes são:

- a) tratar as partes com toda a urbanidade;
- b) examinar si os fabricantes, exploradores, administradores de depositos e mercadores de productos sujeitos a imposto de consumo registraram annualmente, conforme os respectivos regulamentos, suas fabricas, jazidas e casas empregadas no trafego desses generos, visando as respectivas guias;

c) verificar si os donos ou administradores de fabricas e os exploradores de jazidas e salinas teem a sua escripta organizada de accordo com as prescripções regulamentares e si os factos se acham registrados conforme a verdade.

Esta attribuição é privativa dos fiscaes que tiverem as fabricas a seu cargo ;

d) conhecer si os productos expostos á venda e sujeitos a imposto por meio de estampilha estão devidamente sellados e si os regulamentos são executados de um modo completo, lavrando os autos de infracção quando for caso disso e encaminhando-os á repartição a que servirem para os fins de direito ;

e) desempenhar quoesquer outras funcções que se contenham nos limites de suas attribuições, quando lhes forem ordenadas ;

f) apresentar mensalmente, até o dia 10, mappas demonstrativos das infracções verificadas e do movimento das fabricas e, até o dia 15 de janeiro de cada anno, um relatorio attinente ao imposto fiscalizado, indicando as medidas que reputarem necessarias para acautelar os interesses da Fazenda Nacional.

Estes relatorios serão acompanhados de mappas estatísticos do movimento havido na sua circumscripção, e demonstrarão o commercio dos generos sujeitos a imposto de consumo, assim como o resumo das casas registradas e das que não satisfizeram essa exigencia regulamentar.

Estes relatorios e mappas annuaes serão encaminhados á Directoria de Rendas.

Art. 23. Os fiscaes não impoem multas: constataam a infracção, lavram os autos ou termos, precisando bem os casos, e encaminham-n'os á repartição a que servem, a qual, depois de os encapar e numerar por ordem da numeração successiva, os fará apresentar ao chefe para os fins de direito.

Art. 24. Os que desacatarem ou injuriarem por qualquer maneira os fiscaes dos impostos de consumo no exercicio de suas funcções, e os que impedirem por qualquer modo a effectividade do serviço fiscal, serão punidos na forma do Coligo Criminal, para o que o offendido lavrará um auto, com indicação de testemunhas, o qual será pelo chefe da repartição remettido ao Procurador da Republica.

O fiscal, no caso desta disposição, poderá prender o offensor ou infractor, solicitando para o fim o auxilio da força publica ou das autoridades policiaes.

CAPITULO III

DA FISCALISAÇÃO DOS IMPOSTOS DE FUMO, BEBIDAS E PHOSPHOROS

Art. 25. A fiscalisação dos impostos de fumo, bebidas e phosphoros será exercida nas fabricas e em qualquer parte onde se vendam esses productos, sujeitos a imposto.

Art. 26. A fiscalização nas fabricas é privativa dos fiscaes designados para o fim, nos termos do art. 6º e observação à lettra — c — do art. 22; a fiscalização nos depositos, casas de negocio, etc., é commun a todos os fiscaes, de accordo com o disposto no art. 21.

Art. 27. Os fiscaes dos impostos de consumo de fumo e bebidas, além dos deveres que lhes são impostos pelo art. 22, teem mais a seu cargo a fiscalização:

a) do fabrico de rotulos, para verificarem si se prestam á applicação de bebilas ou productos nacionaes, destinados á venda como si fossem de origem estrangeira;

b) da venda de drogas, productos chimicos e pharmaceuticos, para conhecerem si trazem estampada no rotulo a indicação do nome do fabricante, do producto e da procedencia da mercaderia;

c) das mercadorias nacionaes expostas á venda, para verificarem si trazem o rotulo em lingua estrangeira;

d) de outros impostos creados por lei, quando o Governo determinar.

Art. 28. Aos da Capital Federal incumbe ainda a apprehensão de bilhetes:

a) das loterias annunciadas ou postas á venda em contravenção do disposto nos arts. 2º, 5º e 7º do regulamento que baixou com o decreto n. 2418, de 29 de dezembro de 1896;

b) das loterias tambem expostas contra o disposto no mesmo regulamento (arts. 11 e 12 n. 6);

c) das loterias concedidas pelas Camaras ou Intendencias Municipaes (art. 3º, 3ª parte);

d) das loterias estrangeiras (art. 12 n. 7, arts. 14 e 29 do referido regulamento).

Art. 29. As Alfandegas, Mesas de Rendas e Collectorias ou Agencias Fiscaes velarão para que os generos sujeitos a imposto não tenham livre transito sem o pagamento do mesmo imposto.

CAPITULO IV

DA FISCALISAÇÃO DO IMPOSTO DO SAL

Art. 30. A fiscalização do imposto do sal será exercida: na fabrica e nos pontos de sahida e entrada do genero, competindo a primeira aos fiscaes de que trata o art. 22 lettra — c —, e a ultima ás repartições de fazenda habilitadas para o fim.

Art. 31. O sal diariamente produzido nos estabelecimentos de fabricação será depositado em logares seguros, providos de balanças fornecidas pelos exploradores, e de que poderão fazer uso os fiscaes.

Art. 32. O sal não poderá sahir da jazida ou ser empregado antes do nascimento, nem depois do occaso do sol.

Art. 33. A fiscalização das jazidas e salinas poderá ser exercida em qualquer dia e a qualquer hora, dentro ou fóra dos estabelecimentos, sem nenhuma opposição ou embaraço por parte dos respectivos donos, seus empregados ou operarios.

Art. 34. O fabricante que vender o sal em saccos será obrigado a dar a estes uma marca, ou a da fabrica, si tiver.

Art. 35. Nenhuma quantidade de sal poderá sahir da fabrica para consumo local ou para o interior por via terrestre ou fluvial sem o prévio pagamento do imposto.

Este pagamento será feito pelo fabricante na repartição do logar, por meio de guia em duplicata por elle assignada e visada pelo fiscal.

Uma das guias ficará archivada na repartição e a outra acompanhará o producto, para provar o pagamento do imposto correspondente.

Art. 36. Nenhuma repartição de fazenda receberá imposto de sal, sem a exhibição da respectiva guia, competentemente visada pelo fiscal; do mesmo modo nenhuma quantidade de sal transitará sem ser acompanhada de guia, sob pena de apprehensão como mercadoria subtrahida ao pagamento de direitos devidos.

Art. 37. Aos exploradores de jazidas e fabricas, que prestarem caução ou fiança, nos termos da Legislação de Fazenda, se poderá permittir realizarem o pagamento do imposto correspondente a taes guias sessenta dias depois de terminado o mez em que forem ellas extrahidas, si o imposto a pagar não for menor de 1:000\$, nem exceder de 10:000\$ durante o mez. Só obterão esta concessão os fabricantes que provarem ter satisfeito o disposto no capitulo 2º, arts. 3º a 6º, do regulamento que baixou com o decreto n. 2773, de 29 de dezembro de 1897.

Paragrapho unico. Si vencido o prazo de que trata este artigo, o pagamento não for effectuado, a repartição fiscal não admittirá mais o fabricante ou explorador que incorrer nessa falta a gosar do favor.

Art. 38. As estradas de ferro da União e as subvencionadas não desembaraçarão o sal que trafegarem sem a exhibição da guia com a averbação de pagamento do imposto devido.

Paragrapho unico. O Governo se entenderá com as empresas particulares no sentido desta disposição.

Art. 39. O sal destinado a ser embarcado só sahirá da fabrica mediante: licença da repartição fiscal competente, guia de sahida do genero da fabrica, assignatura de termo de responsabilidade pela importancia dos direitos, firmado pelo fabricante o despacho.

A licença de que trata este artigo será passada na propria guia, onde tambem se averburá a existencia do termo de responsabilidade.

Paragrapho unico. A mercadoria será acompanhada com as devidas cautelas até a bordo da embarcação que a tiver de conduzir.

Art. 40. Si o porto de embarque ficar distante da salina, de modo que o transporte do genero tenha de ser feito em vehiculos

menores, a cada um destes acompanhará uma guia especial com todas as especificações necessárias, de forma a se poder saber o numero da guia geral e do despacho a que pertence cada porção do carregamento.

Art. 41. Os vehiculos nas condições do artigo antecedente serão todos endereçados ao chefe da repartição do porto de sahida, para fazer tomar as precisas notas, conferir e embarcar o genero despachado.

Art. 42. E' prohibido o uso de um só despacho para todo o carregamento de um navio, quando esse se compuzer de sal de varias salinas.

Os despachos serão tantos quantas as salinas de que se extrahir o sal preciso para o carregamento.

Art. 43. A's segundas vias das notas de despachos acompanharão cópias authenticas das guias, a que se refere o art. 39.

Estas guias serão devolvidas á repartição fiscal, a cuja jurisdicção pertencer a fabrica, pela que houver arrecadado o imposto, não só a bem da fiscalisação, como do pagamento dos fiscaes. Para este fim se averbará nellas com toda a clareza a quantidade de sal importado e o imposto pago, referentes a cada uma.

Paragrapho unico. Devolvidas as guias, e conferida a exactidão do sal a que ellas se referirem, o chefe da repartição fiscal expedidora procederá *ex officio* á baixa do respectivo termo de responsabilidade.

Art. 44. Os despachos de importação do sal serão organisados de conformidade com as disposições vigentes para o processo ordinario estabelecido na Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, procedendo-se á conferencia do genero com todo o escrupulo e cuidado, affim de evitar abusos.

Art. 45. Nas differenças que forem encontradas na conferencia dos despachos e manifestos, observar-se-hão as disposições do art. 501 da Consolidação das Leis das Alfandegas, alterada, porém, para tres por cento a porcentagem de dez por cento, como prescreve o art. 3º § 2º do regulamento que baixou com o decreto n. 2765, de 27 de dezembro de 1897.

Art. 46. Nos casos de avaria por successos de mar ou de viagem serão observadas as disposições da secção 3ª capitulo III do titulo VIII da dita Consolidação.

Art. 47. O infractor das disposições constantes dos arts. 32 e 33 será punido com a multa de 200\$ e o dobro nas reincidencias.

Art. 48. Quando os navios, que conduzirem sal, tiverem de seguir para outro porto nacional com o mesmo carregamento com que houverem entrado, as repartições fiscaes, depois de preenchidas as formalidades da Consolidação das Leis das Alfandegas, exigidas para esse fim, remetterão, com a respectiva carta de guia ou despacho de re-exportação ou de transito, todos os documentos relativos á mesma carga, que forem necessarios para a arrecadação do imposto no porto do destino.

Art. 49. Si no porto a que se destinar o genero não houver repartição habilitada para o despacho, a cobrança do imposto será feita no de partida, e pago pelo dono, expedidor ou seu consignatario, de conformidade com as declarações dos manifestos, guias, despachos, facturas e conhecimentos que o chefe da repartição exigir.

Art. 50. O sal que, tendo pago o imposto do consumo, haja de sahir para outro porto ou ponto da Republica, será acompanhado de uma guia com essas especificações, expedida pela repartição do ponto de sahida e destinada a evitar, não só a duplicata do imposto, como a apprehensão da mercadoria por contra-venção das leis fiscaes.

Art. 51. A arrecadação do imposto do sal entrado por via maritima ou fluvial nos portos da Republica continuará a ser feita de conformidade com os arts. 7º e 8º do regulamento que baixou com o decreto n. 2773, de 29 de dezembro de 1897.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

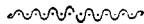
Art. 52. O director das Rendas Publicas, o da Recebedoria e os delegados fiscaes, sempre que julgarem necessario, nomearão um empregado de fazenda para proceder a exame minucioso na escripturação das fabricas e nos depositos, com assistencia do respectivo fiscal, quando haja, pedindo logo ao Ministerio da Fazenda a concessão do necessario credito para o abono de uma gratificação, que não excederá ao vencimento mensal dos fiscaes.

Si dessa fiscalisação resultar culpabilidade para o fiscal, sua exoneração será desde logo proposta ou concedida.

Art. 53. Continuam em vigor os regulamentos que baixaram com os decretos ns. 2773, 2774, 2777 e 2778, de 29 e 30 de dezembro de 1897, em tudo quanto não foi alterado ou revogado pelo presente regulamento.

Art. 54. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1898.—*Bernardino de Campos.*



DECRETO N. 2999 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1898

Crea um Consulado em Munich

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe é Concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Munich.

Capital Federal, 14 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionísio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 3000 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a denominação de 8ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob ns. 22, 23 e 24, e um do da reserva, com a designação de 8', os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3001 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Icó, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a denominação de 9ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 25, 26 e 27, e um do da reserva, com a designação de 9º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3002 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Lavras, no Estado do Ceará.

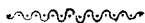
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Lavras, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a denominação de 10ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 28, 29 e 30, e um do da reserva, com a designação de 10º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 do setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3003 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Assaré, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 11ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um da reserva, aquelles com as designações de 31ª, 32ª e 33ª e este com a de n. 11, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3004 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Crato, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Crato, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 12ª, composta de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 34, 35 e 36 e um do da reserva com a designação de 12ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3005 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Barbalha, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Barbalha, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 13^a, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 37, 38 e 39 e um do da reserva com a designação de 13^a, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3006 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 14^a, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 40^a, 41^a e 42^a e este com a de n. 14, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3007 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará.

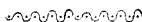
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Inhamuns, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 15ª, composta de tres batalhões do serviço activo sob os ns. 43, 44 e 45 e um da reserva com a designação de 15º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti



DECRETO N. 3008 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Carnarú, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada no municipio de Carnarú, no Estado de Pernambuco, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais com a designação de 11ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um da reserva, aquelles com as designações de 31º, 32º e 33º e este com a de 11º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3009 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Valença, Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria, sob a denominação de 5ª, a qual se constituirá de dous regimentos com as designações de 9ª e 10ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3010 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe.

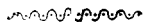
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Riachuelo, no Estado de Sergipe, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 11ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 31, 32 e 33, e um da reserva, com a designação de 11ª, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3011 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Espírito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Espírito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 34ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo e um da reserva, aquelles com as designações de 100ª, 101ª e 102ª, e este com a designação de 34ª, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtes da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3012 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 35ª, que se constituirá com tres batalhões do serviço activo e um da reserva, aquelles com as designações de 103ª, 104ª e 105ª, e este com a de 35ª, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtes da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3013 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Além Parabyba, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

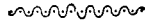
Art. 1.º Fica creada na comarca de Além Parabyba, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a designação de 61ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, sob os ns. 190, 191 e 192, e um do da reserva, sob n. 64, e que será organizada com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3014 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1898

Altera algumas das disposições dos titulos VI e VII do regulamento da Directoria Geral de Saude Publica annexo ao decreto n. 2458, de 10 de fevereiro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em conformidade do que preceitua o art. 69 do regulamento da Directoria Geral de Saude Publica, n. 2458, de 10 de fevereiro de 1897, resolve que, relativamente á fiscalisação do exercicio da medicina e da pharmacia e ás multas e recursos em geral, assumptos de que tratam os titulos VI e VII do mesmo regulamento, se observem as disposições annexas ao presente decreto e nas quaes se acham consolidadas as dos referidos titulos que não foram alteradas.

Capital Federal, 26 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.

Disposições a que se refere o decreto n. 3014 desta data

DA FISCALISAÇÃO DO EXERCÍCIO DA MEDICINA E DA PHARMACIA

Art. 1.º Só é permittido o exercício da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas fórmas:

I. A's pessoas que se mostrarem habilitadas por título conferido pelas Faculdades de Medicina da Republica dos Estados Unidos do Brazil;

II. A's que, sendo graduadas por Escolas ou Universidades estrangeiras officialmente reconhecidas, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na forma dos respectivos estatutos;

III. A's que, tendo sido ou sendo professores de Universidade ou Escola estrangeira officialmente reconhecida, requererem licença a Directoria Geral de Saude Publica, para o exercício da profissão, a qual lhes poderá ser concedida, si apresentarem documentos comprobatorios da qualidade alludida, devidamente certificados pelo agente diplomatico da Republica ou, na falta deste, pelo consul brasileiro;

IV. A's que, sendo graduadas por Escola ou Universidade estrangeira officialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou pharmacologia e requererem a necessaria licença a Directoria Geral de Saude Publica, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro.

§ 1.º As disposições deste artigo serão tambem applicadas ás pessoas que se propuzerem a exercer as profissões de pharmaceutico, de dentista e de parteira.

§ 2.º A pessoa que exercer a profissão medica em qualquer de seus ramos, a de pharmaceutico, de dentista ou de parteira, sem titulo legal, incorrerá nas penas comminadas no art. 156 do Codice Penal.

Art. 2.º Os medicos, pharmaceuticos, dentistas e parteiras da Capital Federal deverão matricular-se na Directoria Geral de Saude Publica, apresentando os respectivos titulos ou licenças, a fim de serem registrados. O registro se fará em livro especial e consistirá na transcripção do titulo ou licença com as respectivas apostillas. Feito o registro, o secretario lançará no verso do titulo ou licença a indicação da folha do livro em que a transcripção tiver sido effectuada, datará, assignará e submeterá ao visto do director.

§ 1.º A Secretaria organizará e publicará uma relação dos profissionais matriculados, a qual será annualmente revista e publicada com as alterações que se tiverem dado.

§ 2.º Os profissionais que não registrarem seus titulos na Directoria Geral de Saude Publica incorrerão na multa de 100\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 3.º As parteiras, no exercício de sua profissão, limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos

recem-nascidos, nos partos naturaes. Em caso de dystocia, deverão, sem demora, reclamar a presença do medico; e, até que este se apresente, empregarão tão sómente os meios conhecidos para prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente ou a do feto.

E'-lhes prohibido o tratamento medico ou cirurgico das molestias das mulheres e das crianças, não podendo tambem formular receitas, salvo de medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves que comprometam a vida da parturiente ou a do feto ou recém-nascido. Taes receitas deverão conter a declaração de — Urrente.

Paragrapho unico. As infracções deste artigo serão punidas com a multa de 100\$, podendo, além disto, a Directoria Geral, conforme a gravidade do caso, suspender a parteira do exercicio da profissão por um a tres mezes.

Art. 4.º Aos dentistas é prohibido: praticar operação que exija conhecimentos de materia cirurgica extra profissional; applicar qualquer preparação para produzir anesthesia geral; prescrever remedios internos; vender medicamentos que não sejam dentifricios analysados e licenciados pela Directoria Geral de Saude Publica.

Paragrapho unico. As infracções deste artigo serão punidas com as mesmas penas do paragrapho anterior.

Art. 5.º O exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia é expressamente prohibido, ainda que o medico possua o titulo de pharmaceutico. Nenhum medico poderá preparar ou fornecer medicamentos, nem ter sociedade ou fazer contracto com pharmaceutico ou droguista para exploração da industria da pharmacia, sob qualquer forma.

Paragrapho unico. O infractor deste artigo será punido com a multa de 50\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 6.º Nenhuma pharmacia allopathica, homeopathica ou dosimetrica será aberta ao publico na Capital Federal, sem prévia licença da Directoria Geral de Saude Publica.

Esta licença só será concedida a pharmaceutico que tenha o titulo registrado nos termos do art. 2º.

§ 1.º Para que a licença seja concedida, é mister que a pharmacia esteja convenientemente provida de drogas, vasilhame, utensis e livros, de accordo com as tabellas publicadas pela Directoria Geral de Saude Publica. A verificação desta exigencia será commettida ao pharmaceutico designado pelo director geral, ao qual o mesmo pharmaceutico comunicará, por ecripto, o que houver verificado; e, attenta a informação prestada, será concedida, ou não, a licença solicitada.

§ 2.º As licenças a que se refere este artigo, bem como as dos casos do art. 18, são pessoas e poderão ser renovadas.

§ 3.º A associação de pharmaceutico com individuo não pharmaceutico, para o estabelecimento de pharmacia, só poderá effectuar-se por commandita, sendo socio solidario o pharmaceutico, unico responsavel do estabelecimento. Os contractos de que trata este paragrapho, o consequentes distratos, deverão ser re-

gistrados na Junta Commercial, depois de visados pela Directoria Geral de Saude Publica.

§ 4.º O pharmaceutico que, sem licença da Directoria Geral de Saude Publica, abrir pharmacia e exercer a profissão incorrerá na multa de 200\$ e ser-lhe-ha fechada a pharmacia até que obtenha a licença.

Art. 7.º Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviadas e as transcreverão textualmente nos rotulos, que devem acompanhar os medicamentos. As vasilhas ou envoltorios, que contiverem os medicamentos, serão lacrados e marcados com o nome e logar da residencia do pharmaceutico; e nos rotulos, que conterão impresso o nome do pharmaceutico, indicar-se-ha, com toda a clareza, o nome do medico, o modo de administrar os remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.

§ 1.º O livro de que trata este artigo será rubricado em todas as folhas pelo secretario ou por um de seus auxiliares. Neste ultimo caso, elle redigirá o termo de abertura, declarando autorisar o referido auxiliar a rubricar.

Só serão validos os livros com estas formalidades.

§ 2.º A infracção deste artigo será punida com a multa de 100\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 8.º Os livros de registro ficarão sujeitos ao exame da autoridade sanitaria, quando for conveniente. Este exame poderá ser feito pelos auxiliares da Directoria Geral de Saude Publica, ou, mediante accordo com a autoridade sanitaria municipal, pelos commissarios de hygiene.

§ 1.º Si a autoridade examinadora dos livros notar entre os nomes dos medicos, cujas receitas tenham sido aviadas, algum que não haja registrado o seu titulo na Directoria Geral de Saude Publica, imporá, tanto ao pharmaceutico como ao medico, a multa de 100\$; o dobro nas reincidencias.

§ 2.º Em multas iguaes incorrerão tanto o pharmaceutico como o dentista ou parteira, no caso de aviamento de receitas destes fóra das condições indicadas nos arts. 3º e 4º.

Art. 9.º A Directoria Geral de Saude Publica organizará mensalmente a lista dos medicos, pharmaceuticos, dentistas e parteiras, cujos titulos tenham sido registrados durante o mez, e mandará publical-a no *Diario Official*, para conhecimento dos interessados.

Art. 10. As tabellas organisadas pela Directoria Geral de Saude Publica, dos remedios e mais accessorios de que toda pharmacia deve achar-se provida, serão revistas todas as vezes que o director geral julgar conveniente.

Os exames a que se refere o § 1º do art. 6º versarão tambem sobre a existencia do determinado nestas tabellas.

Art. 11. Para a confecção dos preparados officinaes seguir-se-ha a pharmacopéa franceza, até que esteja confeccionado o Codigo Pharmaceutico Brasileiro.

Depois de publicada, com autorisação do Governador, a pharmacopéa Brasileira, os pharmaceuticos terão os repara-

dos segundo as formulas della, o que não os inibirá de tel-os segundo as de outras, para satisfazer as prescripções dos facultativos, que poderão receitar como entenderem.

§ 1.º O pharmaceutico que vender remedios alterados ou falsificados, ou fizer preparações de modo differente do prescripto no Código Francez ou na Pharmacopéa Brasileira, quando for publicada, ou, ainda, o que, na confecção dos preparados officinaes, substituir uma droga por outra, será multado em 100\$; o dobro nas reincidencias.

§ 2.º O pharmaceutico que alterar as formulas ou substituir os medicamentos prescriptos nas receitas, ou ainda o que não observar as exigencias das licenças concedidas, será multado em 100\$ e o dobro nas reincidencias, podendo a autoridade sanitaria, no caso de reincidencia, mandar fechar a pharmacia, além das penas em que incorrer segundo a legislação criminal.

Art. 12. São expressamente prohibidos o annuncio e a venda de remedios secretos, bem como a venda de drogas ou preparados medicamentosos em estabelecimentos que não estejam devidamente licenciados ou nas vias e logradouros publicos.

São considerados remedios secretos os preparados officinaes de formula não consignada nas pharmacopéas admittidas e os não licenciados pela Directoria Geral de Saude Publica.

§ 1.º Exceptuados os remedios do uso ordinario e inoffensivo, consignados nas tabellas approvadas pelo Governo, e os preparados officinaes licenciados pela Directoria Geral de Saude Publica, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido pelo pharmaceutico ou fornecido a quem quer que seja, sem receita de medico competentemente habilitado.

§ 2.º Os infractores soffrerão a multa de 100\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 13. Todo pharmaceutico que quizer vender preparados officinaes de invenção alheia, sob denominação especial, deverá, nos respectivos rotulos, indicar a pharmacopéa em que as formulas dos preparados se acharem inscriptas, depois de obtida a necessaria autorisação da Directoria Geral de Saude Publica, que determinará todas as declarações que devam e possam ser impressas nos rotulos e prospectos; sendo considerados remedios secretos, e sujeitos os pharmaceuticos que os venderem ás penas deste regulamento, aquelles em cujos rotulos não estiver expressa a autorisação referida.

Art. 14. O inventor de qualquer remedio, querendo expol-o á venda, deverá requerer licença á Directoria Geral de Saude Publica, apresentando um relatorio, no qual declare a composição do remedio, o modo de fazel-o, o modo de applical-o e as molestias em que a sua administração póde ser proveitosa. Este relatorio poderá ser incluído em involuero lacrado, o qual será aberto pelo director geral, que delle dará conhecimento ao pharmaceutico incumbido de formular parecer a respeito, depois do que será novamente lacrado e depositado no archivo da repartição.

Juntamente com o relatório, o inventor apresentará uma certa quantidade de remédio, que deverá ser remettida ao Laboratorio Nacional de Analyses, afim de emittir seu parecer sobre elle, podendo o director geral, si assim entender conveniente, depois de conhecida a composição chimica do medicamento, ordenar experiencias therapeuticas, que serão praticadas em estabelecimento publico hospitalar ou de ensino.

§ 1.º Da composição da formula o director geral dará reservadamente conhecimento ao chefe do laboratorio respectivo, quando tiver de ser analysada.

§ 2.º Obtida a licença, o inventor poderá expor á venda o remédio, com declaração de ter sido licenciado pela Directoria Geral de Saude Publica; sendo-lhe entretanto absolutamente prohibido annunciar em jornaes, cartazes ou prospectos qualidades therapeuticas do medicamento, que não forem as verificadas ou admittidas pela mesma Directoria.

§ 3.º São considerados remedios novos:

I. Os preparados pharmaceuticos em cuja composição entrar alguma substancia de emprego não conhecido em medicina;

II. Aquelles em que se tiver feito uma associação nova, embora os componentes sejam de acção já conhecida.

Art. 15. Os introductores de melhoramentos em formulas já conhecidas não poderão expor á venda o remedio assim melhorado, sem licença da Directoria Geral de Saude Publica, á qual incumbe verificar si o melhoramento allegado é real; devendo entender-se por — melhoramento — qualquer modificação que torne a formula conhecida mais util, de uso mais facil ou de custo menor.

§ 1.º Concedida a licença para medicamento novo ou melhorado, só poderá este ser exposto á venda por pharmaceutico legalmente habilitado e sob sua responsabilidade.

§ 2.º Sempre que um producto licenciado mudar de proprietario ou manipulador, deverá ser requerida a transferencia da licença concedida, ficando sem effeito a mesma, no caso de não ser observada esta formalidade.

Art. 16. O director geral, sempre que julgar conveniente, ordenará apprehensões para verificar si os productos licenciados se acham de accordo com as formulas archivadas; no caso de violação dellas, poderá cassar as respectivas licenças.

Art. 17. Nenhum pharmaceutico poderá dirigir mais de uma pharmacia, exercer outra profissão ou qualquer emprego que o afaste periodicamente do seu estabelecimento, nem fazer ou permitir em sua pharmacia outro exercicio profissional que não seja o exclusivo da sua profissão.

Em seus impedimentos temporarios, poderá deixar encarregado da administração da pharmacia um pratico de sua inteira confiança, ficando responsavel pelo procedimento do mesmo perante as autoridades sanitarias.

Entender-se-ha por impedimento temporario aquelle em que houver ausencia accidental do pharmaceutico por tempo me-

dias, cumprindo-lhe, si a ausencia se prolongar, deixar encarregado da pharmacia um pharmaceutico legalmente habilitado.

Paragrapho unico. As infracções deste artigo serão punidas com a multa de 50\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 18. Os estabelecimentos publicos, hospitaes, casas de saúde, hospicios, corporações religiosas, associações de soccorros e industriaes que tiverem pessoal numeroso poderão possuir pharmacia destinada ao seu uso particular, comtanto que seja administrada por pharmaceutico legalmente habilitado, a quem compete a direcção effectiva da mesma, em virtude de licença concedida pela Directoria Geral de Saude Publica.

As pharmacias de taes estabelecimentos não poderão vender ao publico medicamentos de qualquer especie.

Paragrapho unico. As infracções deste artigo serão punidas com a multa de 50\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 19. O pharmaceutico que der consultas, fizer curativos, ou applicarapparelhos, salvo nos casos de desastre, accidentes de rua ou outros semelhantes, será multado em 100\$ e o dobro nas reincidencias, além das penas doCodigo Penal applicadas ao exercicio illegal da medicina.

Art. 20. Nenhum laboratorio ou fabrica de productos chimicos ou pharmaceuticos, assim como nenhuma drogaria, poderá funcionar nesta capital, sem licença da Directoria Geral de Saude Publica e ficarão sob a mesma vigilancia que as pharmacias.

A licença de que trata este artigo só será concedida a pessoa idonea.

Paragrapho unico. Serão punidos com a multa de 100\$ e o dobro nas reincidencias os infractores deste artigo.

Art. 21. As drogarias terão por fim o commercio de drogas, preparados officinaes devidamente autorisados, utensis de pharmacia e apparelhos de chimica, sendo-lhes absolutamente interdito:

I. Aviar receitas medicas, manipular formulas magistraes, fazer preparados officinaes, exercer, emfim, qualquer acto que seja privativo da profissão de pharmaceutico;

II. Vender ao publico qualquer substancia toxica, ainda em pesos medicinaes;

III. Vender a particulares, em qualquer dóse, substancias medicamentosas.

§ 1.º Os droguistas só podem vender substancias chimicas a pharmaceuticos e industriaes, exceptuadas as de uso ordinario e inoffensivo, que estão indicadas nas tabellas especiaes, as quaes podem ser vendidas ao publico.

§ 2.º Os droguistas deverão registrar em livro especial, que será rubricado em todas as folhas na Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, conforme o § 1º do art. 7º, as substancias que venderem para fins industriaes, mencionando o nome, residencia e industria do comprador, data da venda e quantidade da substancia vendida.

Só serão validos em Juizo os livros que tiverem essa rubrica.

§ 3.º Nenhum droguista poderá annunciar nem vender preparados officinaes que não tenham sido licenciados pela Directoria Geral de Saude Publica.

§ 4.º Os preparados officinaes importados do estrangeiro não poderão ser vendidos, sem licença da Directoria Geral de Saude Publica.

Cumpre aos droguistas solicitar a respectiva licença, fornecendo a quantidade dos preparados que for necessaria para a analyse e as suas formulas devidamente authenticadas pelo fabricante.

§ 5.º As especialidades pharmaceuticas importadas, que não estiverem devidamente licenciadas, não poderão sahír da Alfandega; competindo aos consignatarios requerer a respectiva licença ou reexportar-as dentro do prazo de tres mezes, findo o qual serão inutilisadas, sem direito a reclamação alguma.

§ 6.º Ao infractor das disposições deste artigo será imposta a pena de 100\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 22. Nenhum estabelecimento, excepto as pharmacias e drogarias, poderá vender medicamentos ou drogas, sob qualquer pretexto, ficando exclusivamente reservada às pharmacias a venda, por prescripção de medico, de soros therapeuticos e liquidos injectaveis; incorrendo os infractores na multa de 50\$; o dobro nas reincidencias.

Art. 23. Para a execução das varias disposições dos artigos precedentes, o Director Geral de Saude Publica solicitará ao Director Geral de Hygiene e Assistencia Publica do Districto Federal o concurso e auxilio dos commissarios de hygiene, até que, por lei, seja definitivamente commettida á Municipalidade a inspecção das pharmacias, drogarias, fabricas de productos chimicos e outros estabelecimentos industriaes congengeres.

Art. 24. O Ministro da Justiça e Negocios Interiores requisitará do da Fazenda a expedição de ordens para que, no Laboratorio Nacional de Analyses, se proceda aos exames e investigações exigidas pela Directoria Geral de Saude Publica, revertendo para o mesmo laboratorio a importancia das taxas que forem arbitradas.

DAS MULTAS E DOS RECURSOS

Art. 25. Os actos definidos nos paragraphos seguintes serão punidos com as multas nelles estabelecidas, cobradas como em seguida se determina:

1.º, faltar á verdade o commandante do navio nas informações que, por occasião da chegada, prestar, relativamente ás occurrencias de bordo — multa de 200\$000;

2.º, sonegar doentes a bordo, de qualquer molestia que seja; remetter-os para hospitaes de terra, sem prévia licença da autoridade sanitaria; chamar medico a bordo, sem a mesma licença — multa de 200\$; e, si a molestia for pestilencial — multa de 500\$ por doente;

3º, não cumprir as medidas de desinfecção e de saneamento ordenadas pela autoridade sanitaria dentro do prazo marcado, ou deixar de effectuar a mudança de ancoradouro determinada—multa de 100\$; o dobro nas reincidencias;

4º, permitir que entrem ou saiam do navio que estiver interdito pessoas estranhas ao serviço sanitario—multa de 200\$, repetida cada vez que se der o facto;

5º, mudar de ancoradouro, sem prévia licença da autoridade sanitaria, o navio que estiver interdito—multa de 200\$000;

6º, effectuar no navio que estiver interdito, sem prévia licença da autoridade sanitaria, qualquer trabalho de descarga ou de carregamento—multa de 200\$000;

7º, não trazer o navio carta de saúde do porto de procedencia ou dos portos de escala, nos termos do art. 27 § 1º — multa de 200\$000;

8º, receber, o administrador de qualquer hospital, doente proveniente de bordo de qualquer navio, sem que tenham sido cumpridas as disposições do art. 33 § 8º — multa de 200\$000;

9º, infringir qualquer medico o disposto no art. 33 §§ 11 e 12 — multa de 200\$000;

10, infringir qualquer navio as condições de alguma licença concedida pela autoridade sanitaria — multa de 200\$000;

11, as multas applicadas a navios que estiverem fundeados em qualquer porto nacional serão cobradas pela Alfandega ou estação de arrecadação respectiva, á qual o director geral, o director de districto ou o inspector de saúde fará a communicação competente; não podendo taes repartições consentir em acto algum de sua jurisdicção, antes de paga a mesma multa;

12, as multas que forem comminadas a embarcações, que estiverem nos ancoradouros dos lazaretos, serão cobradas pelo modo estabelecido no artigo precedente, si o navio tiver de carregar ou descarregar, depois da quarentena, no porto a que pertencer o lazareto; no caso contrario, serão cobradas pelo administrador desse estabelecimento;

13, imposta a multa, na ultima hypothese do artigo antecedente, será sustado todo o serviço de embarque ou desembarque de mercadorias, até que seja ella paga; si o mesmo serviço já estiver terminavel, o medico do lazareto não apostillará a carta de saúde, nem dará o bilhete de livre pratica ao navio, enquanto não for paga a mesma multa;

14, as infracções a que não estiver comminada a multa especial serão punidas com a multa de 20\$ a 50\$ e o dobro nas reincidencias.

Art. 26. Haverá recurso:

1º, dos actos dos ajudantes dos inspectores de saúde para os mesmos inspectores, destes para o director de districto, do director de districto para o director geral e deste para o Ministro do Interior;

2º, dos actos dos commissarios de hygiene, no tocante ás funções resultantes do accordo do art. 23, para o Director Geral de Saúde Publica.

Art. 27. Os recursos serão interpostos, devidamente fundamentados e documentados, dentro de cinco dias, contados da data da intimação da pena.

§ 1.º Os recursos serão apresentados directamente á autoridade competente, para o julgamento, si esta residir no mesmo lugar ; ou á autoridade recorrida, no caso contrario.

§ 2.º Os recursos serão decididos com prévia informação da autoridade recorrida, que a prestará no prazo de oito dias.

§ 3.º Si a autoridade competente para o julgamento residir em lugar diverso, a autoridade recorrida remetter-lhe-ha os papeis do recurso, devidamente informados, pela primeira mala postal que houver, depois de findo o prazo marcado no parographo antecedente.

A remessa dos papeis será feita sob registro.

§ 4.º Os recursos, salvo os casos de imposição de multa ou outra pena e os mais, expressamente exceptuados, não terão effeito suspensivo.

Capital Federal, 26 de setembro de 1898.—*Amaro Cavalcanti.*



DECRETO N. 3015 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1898

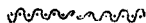
Modifica os contractos celebrados com a Empreza Viação do Brazil para a navegação dos rios S. Francisco e das Velhas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empreza de Viação do Brazil, e usando da autorisação contida no art. 10, n. 18, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, resolve modificar os contractos celebrados com a mesma empreza para a navegação dos rios S. Francisco e das Velhas, na conformidade das clausulas que com este baixam, que são unicamente as consignadas nessa autorisação, assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 26 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 3016 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1898

Abre o credito de 600:356\$190, supplementar ás verbas VI, VIII, XI e XII do orçamento da despesa do Ministerio da Fazenda, do corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que em consequencia da reforma operada nas repartições do Ministerio da Fazenda pelo decreto n. 2807, do 31 de janeiro do corrente anno, resulta no orçamento da despesa do mesmo Ministerio, para o actual exercicio, verba —Alfandegas—, a sobra do credito na importancia de 647:595\$321, resolve, usando da autorisação contida no art. 9º, n. 8, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 e de conformidade com o parecer do Tribunal de Contas, ouvido a respeito, abrir dentro das forças da referida sobra o credito de 600:356\$190, supplementar ás verbas abaixo indicadas em que se verifica insufficiencia de credits no referido exercicio :

VI. Thesouro Federal :

Pessoal.....	148:225\$000	
Material.....	10:000\$000	158:225\$000
		<hr/>

VIII. Recebedoria da Capital Federal :

Pessoal.....	19:710\$000
	<hr/>

XI. Delegacias Fiscaes:

Pessoal.....	287:796\$120	
Material.....	87:357\$070	375:153\$190
	<hr/>	

XII. Mesas de Rendas:

Pessoal.....	27:434\$000	
Material.....	19:834\$000	47:268\$000
	<hr/>	<hr/>
		600:356\$190

Capital Federal, 26 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 30173.— DE 26 DE SETEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes.

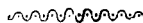
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 4 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes, duas brigadas de infantaria com as designações de 70ª e 71ª, compostas dos batalhões ns. 208, 209, 210, 211, 212 e 213 do serviço activo e 70 e 71 da reserva, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de setembro de 1898, 16ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3018 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1898

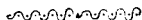
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:900\$, supplementar á verba n. 9 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 504, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:900\$, supplementar á verba n. 9 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 30 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3019 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1898

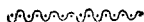
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, complementar á verba n. 14 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para «Diligencias policiaes.»

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 505, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, complementar á verba n. 14 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para «Diligencias policiaes».

Capital Federal, 30 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3020 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas de Guardas Nacionais na comarca de S. João d'El-Rei, no Estado de Minas Geraes.

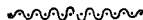
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Ficam creadas duas brigadas na Guarda Nacional da comarca de S. João d'El-Rei, no Estado de Minas Geraes, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, aquella com a denominação de 45ª, que se constituirá com tres batalhões do serviço activo, sob as designações de 133ª, 134ª e 135ª, e um do da reserva n. 45º e esta com a de 7ª, que se comporá de dous regimentos sob ns. 13 e 14 ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3021 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.

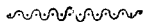
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria com a denominação de 19^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 55^o, 56^o e 57^o, e um do da reserva sob n. 19, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtes da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3022 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1898

Concede á Escola de Engenharia do Estado de Pernambuco os privilegios e garantias de que goza a Escola federal congenere.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a Escola de Engenharia de Pernambuco, creada e mantida pelo Governo daquello Estado, acha-se modelada pela Escola federal congenere ;

Considerando que pelo mesmo Governo foram satisfeitas, pelo decreto de 7 de fevereiro do corrente anno, as alterações que lhe foram exigidas ; e

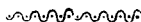
Tendo em vista as informações prestadas pelo delegado do Governo Federal :

Resolve conceder á mesma escola, de accordo com o art. 309 doCodigo das disposições communs ás instituições de ensino superior, approvado pelo decreto legislativo n. 230, de 7 de dezembro de 1894, os privilegios e garantias de que goza a Escola federal congenere.

Capital Federal, 3 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti



DECRETO N. 3023 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1898

Approva a planta e orçamento para a construção de uma pequena estação no kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.

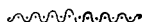
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados a planta e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construção de uma pequena estação no kilometro 65, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, com a condição, porém, de não poder ser levado à conta da despeza da estrada o total fixado no referido orçamento, visto que para tal melhoramento concorrem os proprietarios da localidade não só com o terreno como tambem com o capital necessario.

Capital Federal, 3 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



Sr. Presidente — Levei ao vosso conhecimento, em devido tempo, que, por accordo effectuado com todos os bancos nacionais e estrangeiros desta capital, haviam se encarregado elles da reconversão dos juros de 4 %^o, ouro, das apolices convertidas em 1890, em juros de 5 %^o papel, como determinava o n. 10 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, mediante a commissão de 2 %^o sobre o capital maximo de cento e doze mil contos de réis (112.000:000\$). Havia a pagar em dinheiro o valor das apolices, cujos possuidores não acceitassem a reconversão e o das fracções que não perfizessem o valor de uma apolice, segundo os arts. 2^o e 3^o do decreto n. 2907, de 11 de junho de 1898.

O primeiro não podia ser fixado previamente e o segundo só podia seu liquidado depois de suspensas as transferencias e organizada a lista dos possuidores das apolices reconvertidas.

Tendo-se pago os possuidores que recusaram a reconversão, cumpre presentemente satisfazer os bancos pela sua commissão e, em dinheiro, os possuidores que acceitaram a reconversão das fracções que não possam constituir apolices.

A primeira importancia de dous mil duzentos e quarenta contos de réis (2.240:000\$) representa a despeza da operação de credito autorizada ; a segunda, de quinhentos sessenta e quatro contos setecentos trinta e sete mil e quinhentos réis (264:737\$500) e que pôde deixar saldo na liquidação, representa o valor de apolices que deixam de ser emitidas.

Para habilitar o Thesouro a desempenhar-se destes encargos é necessario abrir o credito de dous mil oitocentos e quatro contos setecentos trinta e sete mil e quinhentos réis (2.804:737\$500) que submetto à vossa approvação.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898.— *Bernardino de Campos.*

DECRETO N. 3024 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de dous mil oitocentos e quatro contos setecentos trinta e sete mil e quinhentos réis (2.804:737\$500) para o pagamento de despezas oriundas da reconversão dos juros de 4 % ouro das apolices da divida publica interna em juros de 5 % papel.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 23, n. 10, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e de accordo com o parecer do Tribunal de Contas, ouvido a respeito ;

Decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito especial de dous mil oitocentos e quatro contos setecentos trinta e sete mil e quinhentos réis (2.804:737\$500) para pagamento aos bancos desta capital da commissão de 2 % sobre a importancia de cento e doze mil contos de réis (112.000:000\$) pelos mesmos posta à disposição do Thesouro para a realização da reconversão dos juros de 4 % ouro das apolices da divida publica interna em juros de 5 % papel de que trata o decreto n. 2907, de 11 de junho do corrente anno, e tambem para o pagamento em dinheiro aos possuidores desses titulos das fracções que não perfilizem o valor de uma apolice, de accordo com o art. 2.º desse decreto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 3025 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 127:083\$600, supplementar á verba n. 37 do art. 20 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 507, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 127:083\$600, supplementar á verba n. 37 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



Sr. Presidente da Republica — O regulamento para os institutos militares de ensino, approved pelo decreto n. 2881, de 18 de abril ultimo, manda abonar ao pessoal docente a etapa correspondente a seus postos.

De accordo com essa disposição, terá o Ministerio da Guerra de despendor no corrente exercicio, por conta da rubrica 11ª, a quantia de 113:402\$880.

Não havendo no orçamento respectivo verba para occorrer a tal pagamento, venho pedir que vos digneis abrir ao mesmo Ministerio o credito especial da referida quantia, tendo já sido ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o disposto no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898. — *João Thomas Cantuária.*

DECRETO N. 3026 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 113:402\$880 para occorrer ao pagamento da etapa correspondente aos respectivos postos do pessoal docente dos institutos militares de ensino.

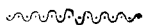
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, e satisfeito o preceito do § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de

dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de cento e treze contos quatrocentos e dous mil oitocentos e oitenta réis (113:402\$886), para occorrer ao pagamento da etapa correspondente aos respectivos postos do pessoal docente dos institutos militares de ensino.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 3027 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Traipú, no Estado das Alagoas.

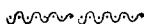
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Traipú, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria, sob n. 7, composta dos batalhões de ns. 19, 20 e 21 do serviço activo e 7 do da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3028 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Viçosa, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

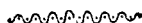
Artigo unico. Fica creada na comarca de Viçosa, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria, com a
a de

8ª, composta dos batalhões ns. 22, 23 e 24 do serviço activo e 8 do da reserva, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3029 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Parahyba, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Parahyba, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 9ª, composta dos batalhões ns. 25, 26 e 27 do serviço activo e 9 do da reserva, que serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3030 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

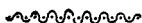
Artigo unico. Fica creada na comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes com a designação de 37ª, a qual se comporá dos batalhões de

infantaria ns. 109, 110 e 111 do serviço activo e do da reserva sob n. 37, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3031 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Gacionaes na comarca de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

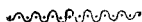
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria com a designação de 8ª, composta dos regimentos ns. 15 e 16, que se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3032 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

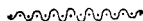
Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Parintins, no Estado do Amazonas, uma brigada de infantaria com a denominação de 4ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo com a designação de 10º, 11º e 12º, e

um da reserva, sob n. 14, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3033 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na Capital do Estado de Sergipe.

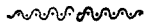
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1898, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da Capital do Estado de Sergipe mais uma brigada de infantaria com a denominação de 12ª, a qual se constituirá com tres batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 31ª, 35ª e 36ª e este com a de n. 12, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3034 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1898

Autoriza o Instituto Technico Naval a crear, na respectiva sede, um curso livre de ensino profissional para primeiros e segundos pilotos destinados á marinha mercante.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a execução do decreto n. 123, de 11 de novembro de 1892, tem demonstrado haver grande falta de pilotos nacionais habilitados para, na falta das leis em vigor, assumirem a

direcção e a responsabilidade das embarcações empregadas no serviço da cabotagem, decreta:

Fica o Instituto Technico Naval autorizado a crear, na respectiva séde, um curso livre de ensino profissional para 1.^{as} e 2.^{as} pilotos destinados á marinha mercante, de accordo com o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 13 de outubro de 1898, 10.^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

Regulamento da Escola Livre de Pilotagem a que se refere o decreto n. 3034, desta data

CAPITULO I

DOS FINS DA ESCOLA LIVRE DE PILOTAGEM

Art. 1.^o A Escola Livre de Pilotagem tem por fim proporcionar a instrucção theorica e pratica a todos os individuos que quizerem seguir a profissão de piloto da marinha mercante nacional, quer de cabotagem, quer de longo curso.

CAPITULO II

DA MATRICULA

Art. 2.^o Ninguém poderá ser admittido á matricula da Escola Livre de Pilotagem sem provar:

§ 1.^o Que é maior de 16 annos.

§ 2.^o Que sabe fallar, ler e escrever correctamente o portuguez, bem como fazer as quatro operações arithmeticas sobre os numeros inteiros.

Art. 3.^o As habilitações de que trata o § 2.^o do art. 2.^o serão comprovadas em exame prestado na propria Escola Livre de Pilotagem.

Art. 4.^o A matricula no curso de pilotagem será feita mediante despacho exarado no requerimento assignado pelo pae, tutor ou correspondente do candidato á matricula, quando este for menor, e pelo proprio ou seu procurador, no caso contrario; devendo o dito requerimento ser acompanhado da certidão de idade ou de documento equivalente.

Art. 5.^o As inscripções para a matricula começarão no primeiro dia util de janeiro e serão encerradas no dia de fevereiro.

Art. 6.º Nenhum candidato será admittido á matricula do 2º anno do curso de pilotagem sem provar já ter exame das materias do 1º anno do mesmo curso, ou ter sido approvado pela Escola Naval nos exames de 2º piloto (de cabotagem).

Art. 7.º Os candidatos que tiverem satisfeito as condições estabelecidas nos artigos anteriores, serão matriculados no curso de pilotagem.

Art. 8.º No caso da matricula os candidatos pagarão a taxa de 50\$ correspondente ao anno lectivo, e ficarão sujeitos ao pagamento mensal de 20\$ durante os mezes em que funcionarem as aulas.

Será considerado nas mesmas condições qualquer candidato ao exame final de cada curso, e neste caso deverá de uma só vez pagar a taxa e as mensalidades do anno lectivo.

Art. 9.º A relação nominal dos alumnos matriculados constará em um livro especial rubricado pelo director da escola.

CAPITULO III

DO CURSO ESCOLAR

Art. 10. O curso da Escola Livre de Pilotagem será feito em dous annos, ficando os alumnos approvados no 1º anno convenientemente preparados para obterem a carta de 2º piloto (de cabotagem) e os approvados no 2º anno do mesmo modo preparados para tirarem a carta de 1º piloto (de longo curso).

1º anno

1ª aula — Noções praticas de arithmetica, de geometria e de trigonometria, indispensaveis ao conhecimento e uso das duas primeiras taboas de Noric. Navegação estimada e uso das cartas.

2ª aula — Apparelho dos navios, manobra dos navios á vela e a vapor. Codigo internacional de signaes e codigo de signaes commum a todas as barras e portos do Brazil.

2º anno

1ª aula — Curso complementar de arithmetica, geometria e trigonometria.

Navegação astronomica, precedida de algumas noções de astronomia.

2ª aula — Codigo commercial maritimo. Roteiros.

Art. 11. Os programmas de ensino das materias que fazem parte do curso de pilotagem, serão organisados pelos respectivos professores, e, depois de acceitos pelo conselho de instrucção, serão approvados pelo Governo.

CAPITULO IV

DA FREQUENCIA DOS ALUMNOS

Art. 12. A frequencia de todos os alumnos será obrigatoria, perdendo o anno aquelle que der 40 faltas.

CAPITULO V

DOS EXAMES FINAES

Art. 13. As aulas serão abertas a 15 de março e encerradas a 15 de novembro.

Art. 14. No dia seguinte ao encerramento das aulas deverá o secretario tornar publico, no estabelecimento, em um mappa rubricado pelo director, contendo a média das notas das sabbatinas mensaes dos alumnos.

Art. 15. Haverá duas épocas de exames, uma logo após o encerramento das aulas, e outra no prazo estipulado para a matrícula.

Art. 16. Os exames constarão de duas provas: uma escripta, que será feita em primeiro logar, e outra oral, devendo ambas ser praticas, referindo-se tudo á materia do ponto tirado de uma urna.

§ 1.º A prova escripta de cada materia será geral para todos os alumnos que concorrerem a exame no mesmo dia, devendo começar logo que for tirado o ponto e nunca exceder de 3 horas.

§ 2.º A prova oral durará no maximo uma hora, sendo 20 minutos para cada examinador.

§ 3.º O ponto para a prova oral será individualmente tirado da urna por cada um dos examinadores e o exame começará meia hora depois de tirado o ponto.

Art. 17. Os pontos para exame serão organizados pelos professores de accordo com o programma adoptado no começo do anno lectivo e approvado pelo conselho de instrucção, um mez antes de encerradas as aulas.

Art. 18. As approvações terão a classificação—com distincção, plenamente e simplesmente.

Art. 19. Os exames começarão ás 10 horas da manhã e terminarão antes das 4 horas da tarde.

Art. 20. A comissão examinadora será composta de tres membros designados pelo conselho de instrucção, devendo sempre fazer parte della o professor que leccionou a materia durante o anno.

Art. 21. Findos os exames, proceder-se-ha diariamente ao julgamento de cada examinando, sobre o que deliberarão os tres examinadores a portas fechadas e em escrutinio secreto perante o secretario da escola, o qual lavrará a competente acta em livro especial.

Art. 22. Serão permittidos exames vagos em qualquer época e de qualquer dos cursos, mediante as condições de pagamento estabelecidas no art. 8º.

Os candidatos reprovados sómente seis mezes depois poderão requerer novos exames, sujeitos ás mesmas taxas.

CAPITULO VI

DO DIREITO DOS ALUMNOS

Art. 23. O alumno que completar o curso receberá o attestado que lhe competir, de accordo com o art. 10.

CAPITULO VII

DAS PENAS A QUE ESTÃO SUJEITOS OS ALUMNOS

Art. 24. Os alumnos estão sujeitos ás penas especiaes seguintes :

- 1º, admoestação ;
- 2º, reprehensão particular ;
- 3º, reprehensão na aula ;
- 4º, retirada na aula ;
- 5º, Expulsão da escola por tempo determinado.

Art. 25. O corpo docente poderá impor aos alumnos, por faltas commettidas durante as lições e os exames, as quatro primeiras penas.

Art. 26. A quinta pena será imposta pelo conselho administrativo do Instituto Technico Naval, sob proposta do director da escola, que exporá os motivos pelos quaes necessita da decretação de tal pena.

Paragraphe unico. O alumno que se julgar punido injustamente, poderá appellar para o Instituto Technico Naval.

CAPITULO VIII

DO PESSOAL DA ESCOLA

Art. 27. Haverá na Escola Livre de Pilotagem o pessoal seguinte:

- 1 Director, que será o 1º vice-presidente do Instituto Technico Naval ;
- 1 Vice-director, que será o 2º vice-presidente ;
- 1 Secretario, que será um dos secretarios do Instituto ;
- 1 Thesoureiro, que será o mesmo do Instituto ;
- 1 Amanuense-archivista.
- 1 Servente-porteiro ;

Art. 28. O director é a primeira autoridade da escola e a ella está subordinado todo o pessoal, inclusive os professores.

Art. 29. Compete ao director:

1º, manter o exacto cumprimento do presente regulamento e inspecionar a fiel execução dos programmes de ensino, dos horarios das aulas e dos exames ;

2º, de accordo com o conselho de instrucção, propor ao presidente do Instituto Technico Naval todas as modificações que forem necessarias ao presente regulamento ;

3º, convocar o conselho de instrucção e presidir os seus trabalhos ;

4º, assignar as certidões de exame dos alumnos ;

5º, fiscalizar as despesas e a escripturação da escola ;

6º, propor ao presidente do Instituto Technico Naval a nomeação ou exoneração dos professores, depois de ouvir o conselho de instrucção ;

7º, informar annualmente ao Instituto Technico Naval sobre o modo pelo qual os alumnos, professores e mais empregados da escola cumprem os seus deveres ;

8º, requisitar do presidente do Instituto Technico Naval todos os objectos necessarios para facilitar o ensino, taes comoapparelhos, modelos, cartas, instrumentos, etc. ;

9º, communicar ao vice-director para que o substitua, logo que esteja impedido por qualquer motivo de exercer as funcções de director.

Art. 30. Ao vice-director compete substituir ao director e tomar parte nas sessões do conselho de instrucção.

Art. 31. Ao secretario compete:

1º, dirigir e fiscalizar o serviço do amanuense-archivista ;

2º, confeccionar e assignar as actas das sessões do conselho de instrucção e de exames, os relatorios annuaes e toda a correspondencia official da escola ;

3º, informar os papeis que tiverem de ser despachados pelo director ;

4º, fechar o ponto dos professores e empregados da escola.

Art. 32. Ao thesoureiro compete receber e passar recibo da importancia da taxa de matricula e das mensalidades de que trata o art. 8º.

Art. 33. Ao amanuense-archivista compete:

1º, substituir o secretario no impedimento deste ;

2º, escripturar, de conformidade com instrucções que receber do secretario, todos os livros necessarios aos assentamentos do pessoal da escola, alumnos e professores ;

3º, ter a seu cargo o archivo da secretaria da escola e todos os objectos a que se refere o § 8º do art. 29 ;

4º, preparar as notas que devem servir de base aos relatorios da directoria, affin de que esta possa tudo informar ao presidente do Instituto Technico Naval, até o dia 31 de dezembro de cada anno ;

5º, tomar o ponto dos professores em livro especial.

Art. 34. Ao servente-porteiro compete:

1º, cumprir as ordens com relação ao serviço de porteiro da escola ;

2º, fazer a limpeza das salas em que funcionarem as aulas.

CAPITULO IX

DO PESSOAL DOCENTE

Art. 35. Haverá no Curso Livre de Pilotagem um professor para cada uma das aulas.

Art. 36. Os professores tem por obrigação :

1º, comparecer ás aulas o dar, com a maxima clareza, as lições nos dias e horas designados pelo horario fixado pelo conselho de instrucção ;

2º, exercer severa fiscalização sobre o procedimento e applicação dos alumnos nas aulas ;

3º, indicar com 24 horas de antecedencia as sabbatinas oraes ou escriptas que entender dar aos alumnos ;

4º, dar pelo menos uma sabbatina em cada mez ;

5º, informar ao director, pelas notas das sabbatinas, o gráo de aproveitamento dos alumnos, de tres em tres mezes ;

6º, requisitar ao director os objectos necessarios ao ensino ;

7º, comparecer aos conselhos de instrucção e aos exames nos dias determinados pelo director.

Art. 37. No impedimento duradouro de qualquer dos professores, o director, de accordo com o conselho de instrucção, nomeará quem o substitua interinamente.

CAPITULO X

DO CONSELHO DE INSTRUCCÃO

Art. 38. Haverá na Escola Livre de Pilotagem um conselho de instrucção composto :

Do director da escola, como presidente ;

Do vice-director, como vice-presidente ;

Do secretario da escola ;

Dos professores.

Art. 39. São attribuições privativas do conselho de instrucção:

1º, estudar e approvar os programmas organizados, de accordo com o art. 10 ;

2º, fixar o horario para as aulas e para os exames ;

3º, nomear as commissões examinadoras, de accordo com o art. 20 ;

4º, designar os compendios provisorios que devam ser adoptados e indicar os meios para organizar-se os definitivos ;

5º, emitir parecer sobre o merito dos compendios que forem organ. dos de accordo com o programma de ensino da escola.

Art. 40. As deliberações do conselho de instrução serão tomadas por maioria de seus membros presentes e em votação nominal, salvo quando se tratar de questões de interesse pessoal, caso em que a votação será por escrutínio secreto.

Art. 41. O director da escola, como presidente do conselho de instrução, terá sómente o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 42. O conselho de instrução não poderá funcionar sem a presença, pelo menos, de tres professores, além do director ou vice-director e do secretario da escola.

Art. 43. O vice-director só terá voto nas deliberações do conselho de instrução, quando não exercer as funções de presidente.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 44. Os professores da Escola Livre de Pilotagem serão nomeados pelo conselho administrativo do instituto, como determina a alinea *h* do art. 31 dos estatutos do Instituto Technico Naval, e de accordo com o § 6º do art. 29 do presente regulamento. Deverá ser sempre participada ao Governo qualquer modificação que se der no pessoal docente.

Art. 45. Todas as pessoas que organisarem compendios, de accordo com o programma de ensino da mesma escola, terão direito a uma remuneração fixada pelo Instituto Technico Naval, podendo ser essa remuneração pecuniaria ou honorifica.

Art. 46. Ao Instituto Technico Naval compete providenciar sobre os casos omissos no presente regulamento.

CAPITULO XII

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 47. Os professores, na organização da Escola Livre de Pilotagem, serão nomeados pelo conselho administrativo do Instituto Technico Naval, como determinam os estatutos deste.

Art. 48. Os vencimentos dos professores e mais empregados remunerados da escola, serão marcados pelo conselho administrativo do Instituto Technico Naval.

Art. 49. As aulas deverão funcionar na séde do instituto.

Art. 50. As aulas poderão começar logo que tiverem cinco alumnos matriculados.

Art. 51. O regimen dos cursos será alterado no que a pratica exigir, para o que ficarão estabelecidos como experiencia um regimen interno escolar e os horarios das aulas.

Capital Federal, 13 de outubro de 1898. — *Manoel José Alves Barbosa.*



DECRETO N. 3035 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria sob a designação de 10ª, composta dos batalhões ns. 28, 29 e 30 do serviço activo e 10ª do da reserva, os quaes serão organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcant



DECRETO N. 3036 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Alagoas, no Estado do mesmo nome.

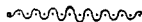
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Alagoas, no Estado do mesmo nome, uma brigada de infantaria com a denominação de 11ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com as designações de 31ª, 32ª e 33ª, e este sob o n. 11, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3037 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Crato, no Estado do Ceará.

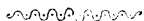
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Crato, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 16^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 46^a, 47^a e 48^a, e um do da reserva sob o n. 16, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3038 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1898

Faculta a permuta das apolices ao portador, do emprestimo interno de 1895, por outras, nominativas, do mesmo emprestimo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os Bancos Commercial do Rio de Janeiro, do Commercio e outros estabelecimentos de credito desta Capital, por si e como representantes de diversos possuidores de apolices geraes do emprestimo interno de 1895, decreta:

Art. 1.^o E' permittido aos possuidores de apolices ao portador, do referido emprestimo, permutal-as por outras nominativas de igual valor.

Art. 2.^o As despezas com as apolices nominativas, que houverem de ser entregues em substituição dos titulos ao portador, correrão por conta dos respectivos possuidores.

Art. 3.^o Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 3039 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 378:683\$420 para occorrer á despesa com a restituição ao Estado de Minas Geraes dos direitos pagos pela importação dos materiaes destinados a construcção da nova Capital do mesmo Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida no art. 33 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 2.º § 2.º n. 2 letra C, do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896, decreta :

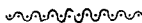
Art. 1.º E' aberto ao Ministerio da Fazenda o credito especial de tresentos e setenta e oito contos seiscentos e oitenta e tres mil e quatrocentos e vinte réis (378:683\$420), para occorrer á despesa com a restituição ao Estado de Minas Geraes dos direitos pagos na Alfandega do Rio de Janeiro, pela importação dos materiaes destinados ás obras de construcção da nova Capital do mesmo Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de outubro de 1898, 10.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 3040 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1898

Declara quaes os vencimentos que devem perceber os fiscaes do imposto do fumo e bebidas, de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, e os do imposto de phosphoros do municipio de Nitheroy, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição conferida ao Poder Executivo, no art. 48, n. 1 da Constituição da Republica, resolve que, na execução do decreto n. 2998, de 14 de setembro ultimo, se observem as seguintes modificações:

Art. 1.º Os fiscaes dos impostos do fumo e bebidas da cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, terão os mesmos vencimentos que os da Capital do mesmo Estado.

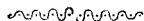
Art. 2.º São igualedos aos que percebem os da Capital Federal os vencimentos dos fiscaes do imposto de phosphoros do municipio de Nitheroy, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 3041 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1898

Abre no Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito supplementar de 152:711\$223 á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que expoz o Ministro da Justica e Negocios Interiores, e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70 § 5º do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir, de accordo com o disposto no art. 23 n. 1 da lei n. 493, de 16 de dezembro de 1897, o credito supplementar de 152:711\$223 á verba—Soccorros publicos—do exercicio de 1898, que se torna n. cessario.

Capital Federal, 19 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amora Capileanti.

Sr. Presidente da Republica — Como nos ultimos exercicios, a lei de orçamento vigente consignou apenas a quantia de 100:000\$ á verba « Soccorros publicos », a cuja conta foi preciso despendir até esta data a de 98:879\$133, observada toda a parcimonia na distribuição das respectivas quotas, attendendo-se a que a média da despesa neste decennio tem sido de mais de dous mil contos de réis.

Não só do quadro demonstrativo junto, organizado na Directoria de Contabilidade desta Secretaria de Estado, mas também da exposição que me fez o director geral de saúde publica, além do informações que foram prestadas pelo engenheiro deste Ministerio, existentes na mesma secretaria, verifica-se que o credito da mencionada verba foi quasi unicamente applicado em medidas quarentenarias por motivo de infecção ou suspeição de alguns

portos asiaticos; na manutenção do Hospital Maritimo de Santa Isabel, cuja dotação tornara-se desde logo insufficiente pela alta dos preços dos generos alimenticios e do carvão; no custeio de hospitaes de isolamento nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, e em estudos bacteriologicos realizados nesta Capital.

Por outro lado, dos mesmos documentos evidencia-se tambem quer a urgencia de providencias, que acarretaram despezas, si bem que de natureza differente, pois que tiveram por objecto sanear alguns edificios deste Ministerio, quer a necessidade de adoptarem-se novos melhoramentos de natureza igualmente sanitaria e inadiaveis, taes como aterros e limpeza de vallas, fornecimento de agua potavel, assentamento deapparelhos therapeuticos, esgoto, etc. em diversos estabelecimentos: o que tudo exige a somma de 153:832\$090, da qual, abatido o saldo de 1:120\$867 da verba orçamentaria, teremos a importancia de 152:711\$223, que reputo indispensavel ao supprimento da verba de que me occupo.

Tenho, pois, a honra de submeter o assumpto á vossa consideração, afim de que vos digneis de resolver como julgardes melhor.

Capital Federal, 18 de outubro de 1898.—*Amaro Cavalcanti*.

Resumo das despesas pagas e por pagar, por conta da verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1898

Despezas pagas.....	98:879\$133
» a pagar.....	153:832\$090
	<hr/>
	252:711\$223
Credito da lei.....	100:000\$000
	<hr/>
Credito preciso.....	152:711\$223

Directoria Geral da Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores. 18 de outubro de 1898.—*José Carlos de Souza Bordini*, director geral.

Quadro demonstrativo das despesas pagas por conta da verba — Soccorros publicos — no exercicio de 1898

Gratificação mensal (1:000\$) mandada abonar ao Dr. Felipe Caldas enquanto occupado nas pesquisas sobre soro anti-varioloso e anti-amarellico, de janeiro a 15 de maio.....	4:483\$870
Indemnização ao Corpo de Bombeiros por uma bomba cedida ao Lazareto da Ilha Grande....	6:000\$000

Vencimentos do semaphorista da fortaleza da barra de Santos, relativos ao periodo de janeiro a 11 de fevereiro.....	208\$028
Curativos de indigentes, á requisição do delegado da 1. ^a circumscripção suburbana no 1. ^o semestre.....	55\$000
Indemnisação á Prefeitura do Districto Federal, por desinfecções effectuadas no Tribunal Civil e Criminal, 4. ^a Pretoria e Casa de Detenção....	31\$750
Folha do interprete da Directoria Geral de Saude Publica, de janeiro a junho.....	300\$000
Fornecimentos extraordinarios á mesma Directoria, de janeiro e fevereiro.....	4:310\$430
Folha da tripulação do vapor <i>Paula Candido</i> , empregado no serviço quarentenario junto ao costão da fortaleza de Santa Cruz, de janeiro a julho.....	15:445\$600
Fornecimento ao mesmo vapor, em abril.....	2:049\$700
Fornecimentos extraordinarios ao Hospital Marítimo de Santa Isabel, de janeiro, março e abril.....	5:127\$250
Despesas com trabalhos de saneamento do mesmo estabelecimento.....	4:641\$640
Aquisição de duas enfermarias(systema Duncker) para o Lazareto da Ilha Grande.....	22:362\$030
Credito concedido á Delegacia do Thesouro na Bahia, para as despesas do Hospital do Bom Despacho.....	6:799\$000
Idem á Alfandega do Rio Grande do Sul para salario de dous guardas do hospital de isolamento, durante o exercicio actual.....	2:160\$000
Idem á Alfandega de Pernambuco para pagamento, durante o exercicio, dos vencimentos do pessoal da fiscalização e conservação das obras do Lazareto de Tamandaré.....	24:000\$000
Idem á Delegacia do Thesouro em Londres para indemnização de despesas de um telegramma sobre a peste em Macao.....	51\$283
Idem, idem, para remunerar medicos inglezes, por trabalhos relativos ao questionario sobre accidentes morbidos denominados <i>Coup de chaleur</i>	841\$752
	<hr/>
	98:879\$133
Credito da verba orçamentaria.....	100:000\$000
	<hr/>
Saldo.....	1:120\$867

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, 12 de setembro de 1898. Director geral, José Carlos de Souza Bordini.

Despezas a pagar

Com o vapor <i>Paula Candido</i> , empregado em serviço quarentenario, junto ao costão da fortaleza de Santa Cruz, de junho até o fim do exercício (pagamento do pessoal e material).....	21:600\$100	
Com o hospital de isolamento do Pina, em Pernambuco.....	4:000\$000	
Com despezas no laboratorio de bacteriologia da Directoria de Saude Publica, accrescidas por causa dos estudos da commissão sobre a descoberta do Dr. Domingos Freire.....	8:000\$000	
Com o Lazareto da Ilha Grande (alimentação de julho a dezembro) e outras.....	16:900\$000	
Com o Hospital Maritimo de Santa Isabel (despezas de custeio, extraordinarias, até dezembro).....	8:800\$000	
Melhoramentos sanitarios em proprios nacionaes annexos ao Hospital de Alienados.....	15:320\$550	
Idem, idem nas colonias da Ilha do Governador, para augmentar o abastecimento de agua á de S. Bento, construcção de poços, installação de machinas e bombas, tubos conductores de agua e de vapor.....	8:361\$000	
Apparelhos therapeuticos para tratamento dos doentes (casa de resguardo, apparelhos de duchas, encanamentos, adaptção, etc.).....	12:128\$000	20:489\$000
Idem na Quinta da Boa Vista, para diversos trabalhos de saneamento no proprio edificio, considerados os mais urgentes.....	16:330\$140	
Para limpeza das vallas e sargetas nas proximidades do edificio, até o fim do exercício.....	15:000\$000	31:330\$140
Melhoramentos sanitarios no Lazareto da Ilha Grande, no Hospital Maritimo de Santa Isabel, e em outros edificios deste Ministerio.....	17:380\$000	
Para occorrer a eventualidades de caracter sanitario, até o fim do exercício na Capital Federal	10:000\$000	
	153:832\$090	

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocio Interiores, 18 de outubro de 1898.— *José Carlos de Souza Cardini* director geral.



DECRETO N. 3042 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Formiga, do Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Formiga, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, com a denominação de 72ª, que se constituirá com tres batalhões do serviço activo ns. 214, 215 e 216, e um do da reserva sob n. 72, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3043 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Santa Isabel, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria, com a denominação de 34ª, composta de tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com a denominação de 100ª, 101ª e 102ª e este com a de 34ª, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3044 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo, uma brigada de infantaria com a denominação de 14ª, a qual se constituirá com tres batalhões do serviço activo e um do da reserva, aquelles com a denominação de 40º, 41º e 42º e este com a de 14º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3045 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Acaralú, no Estado do Ceará.

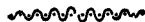
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Acaralú, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 17ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 49º, 50º e 51º, e um do da reserva sob n. 17º os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3046 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ipu, no Estado do Ceará.

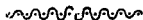
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro do 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Ipu, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 18ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 52º, 53º e 54º, e um do da reserva sob n. 18, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3047 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Maranguape, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 19ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 55º, 56º e 57º, e um do da reserva, sob n. 19, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3048 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionales na comarca de S. Benedicto, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de S. Benedicto, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 20ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 58ª, 59ª e 60ª, e um do da reserva sob n. 20, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3049 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a designação de 21ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 61ª, 62ª e 63ª, e um do da reserva sob o n. 21, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3050 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cascavel, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Cascavel, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 22^a; a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, sob a designação de 64^o, 65^o e 66^o, e um do da reserva sob o n. 22, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3051 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 23^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com a designação de 67^o, 68^o e 69^o, e um do da reserva sob o n. 23, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3052 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na Capital do Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria sob a denominação de 25ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 73º, 74º e 75º, e um do da reserva sob o n. 25, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma Capital; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3053 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Granja, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Granja, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria com a denominação de 26ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo sob as designações de 76º, 77º e 78º, e um do da reserva sob n. 26, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



Sr. Presidente da Republica — A lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, em seu art. 3º, § 1º, declara que os lentes e professores dos estabelecimentos militares de ensino, postos em disponibilidade, perceberão seus ordenados até serem contemplados nas vagas que no futuro se derem, e o regulamento dos institutos militares de ensino, approved pelo decreto n. 2881, de 18 de abril do corrente anno, expedido em execução da citada lei, concede gratificações especiaes aos commandantes dos mesmos institutos.

A lei n. 490, de 16 de novembro daquelle anno, no § 5º do art. 8º supprimiu a Escola Militar do Estado do Ceará e bem assim a verba para pagamento dos vencimentos do respectivo pessoal docente e as gratificações especiaes dos commandantes das escolas militares.

Não havendo, portanto, verba no orçamento vigente para attender a esses pagamentos, venho pedir que vos digneis abrir para esse fim o credito especial da quantia de 20:773\$333, sendo 14:000\$ para pagamento dos ordenados dos professores da extincta Escola Militar do Ceará, que se acham em disponibilidade, e 6:773\$333 para attender ás gratificações especiaes dos commandantes das escolas Militar do Brazil, Preparatorias e de Tactica do Realengo e do Rio Pardo, e do Collegio Militar desta Capital.

Capital Federal, 24 de outubro de 1898.— *João Thomaz Cantuaria*.

DECRETO N. 3054 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial da quantia de 20:773\$333, para pagamento dos ordenados dos professores da extincta Escola Militar do Ceará, que ficaram em disponibilidade, e das gratificações especiaes aos commandantes dos institutos militares de ensino.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 10, da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, e satisfeito o preceito do § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 do dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial da quantia de 20:773\$333, sendo 14:000\$ para occorrer ao pagamento dos ordenados dos professores da extincta Escola Militar do Ceará, que ficaram em disponibilidade, e 6:773\$333 para attender ás gratificações especiaes aos commandantes dos institutos militares de ensino.

Capital Federal, 24 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 3055 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1898

Approva a planta e o orçamento apresentados pela Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, para augmento de edificios e armazens, na importancia de 18:060\$500, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.

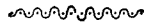
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados o orçamento apresentado e a planta para o augmento de edificios e armazens e que com este baixam, rubricados pelo director geral de obras e viação, sendo a respectiva importancia de dezoito contos sessenta mil e quinhentos réis (18:060\$500) levada à conta do capital garantido; reduzido, porém, o material rodante, provisoriamente dispensado, de modo a não exceder-se o dito capital.

Capital Federal, 24 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 3056 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1898

Approva o regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, dando cumprimento ao disposto no art. 7º § 1º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897, resolve approvar o regulamento que a este acompanha, para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal, o qual vae assignado pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 24 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

Regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal

CAPITULO I

DO SUPPRIMENTO DE AGUA SEGUNDO SUA APPLICAÇÃO

Art. 1.º A agua pôde ser derivada dos encanamentos publicos para os seguintes fins:

- a) para os predios de habitação, com applicação aos usos domesticos e exigencias hygienicas;
- b) para os mesmos predios, com outras applicações além das já mencionadas;
- c) para os estabelecimentos de educação, de beneficencia, hospitaes, congregações civis ou religiosas, casas de saude, habitações em commum, hospedarias, casas de pensão, estalagens, etc.;
- d) para os estabelecimentos industriaes, casas de banho, cocheiras, fabricas, officinas, e, em geral, em todos aquelles casos em que a agua pôde ser considerada como elemento de industria;
- e) para os estabelecimentos publicos custeados pelo Governo Federal: arsenaes, quartéis, hospitaes militares, etc.;
- f) para ser applicada a serviços de caracter publico, custeados directamente pelo Governo ou por empresas por elle contractadas;
- g) para applicações de caracter provisório, obras em construção ou casos analogos.

Art. 2.º Para as diversas applicações indicadas no artigo precedente, o supprimento de agua se fará por meio de ramaes derivados dos encanamentos geraes, com a capacidade necessaria para fornecer o volume de agua exigido.

§ 1.º A natureza, diametro e outras condições, a que devem satisfazer os ramaes de derivação, serão determinados pelos agentes da administração.

§ 2.º Nenhuma derivação poderá ser executada sem autorização da repartição competente, nem o trabalho realizado sem a presença de um funcionario que a represente para exercer a necessaria fiscalização.

§ 3.º A canalisação de agua no interior dos predios ficará sempre sujeita á inspecção dos agentes da administração.

Art. 3.º O supprimento aos predios de habitação, para os usos indicados sob a letra a), de caracter obrigatorio conforme a lei n. 2639 de 22 de setembro de 1875, fica sujeito unicamente á limitação de quantidade que corresponde a uma penna d'agua, isto é, 1,200 litros em 24 horas; quantidade que será regulada por meio de registro de gradação ou qualquer outro aparelho que preencha o mesmo fim, o qual será assentado á entrada

do predio, em situação facil de ser examinado pelos agentes fiscaes, unicos autorisados a proceder a taes exames.

§ 1.º Si, porém, o predio for occupado, em seus diversos pavimentos, por mais de uma familia com economia separada, elle poderá ser supprido com outras pennas d'agua complementares, ou por meio de ramaes distinctos, ou por um só com capacidade correspondente ao numero total de pennas d'agua.

§ 2.º As pennas complementares, a que se refere o paragra-pho precedente, terão o character obrigatorio e exigirão canalisação separada, quando o consumo nos pavimentos inferiores dos predios prejudicar o supprimento aos pavimentos superiores.

Art. 4.º O supprimento dos predios para os fins referidos sob a lettra *b*) fica adstricto á determinação de quantidade, sendo-lhe em tudo applicavel o que prescreve o art. 5.º em relação aos estabelecimentos industriaes, emquanto não for decretada disposição especial.

§ 1.º Si convier ao concessionario, poderá ser feito indistinctamente o supprimento do predio para esses diversos fins, ficando, porém, o supprimento total sujeito ao emprego do appa-relho medidor (hydrometro), de modo a ser applicado, sobre o excesso da penna ou pennas d'agua concedidas para usos domes-ticos, o que fica estabelecido para outras especies de consumo.

§ 2.º Nos predios em que a agua tenha uso domestico e indus-trial, e não existam canalisações distinctas para cada um desses fins, se considerará destinado ao uso domestico o fornecimento equivalente a uma só penna d'agua, e o consumo será sempre determinado por meio do appa-relho medidor.

Art. 5.º O supprimento de agua nos estabelecimentos, nos casos indicados sob as lettras *c*) e *d*), se fará com sujeição ao appa-relho medidor para a determinação da quantidade de consumo, de modo a serem-lhe applicadas, para o respectivo pagamento, as taxas por unidade de consumo, estabelecidas no decreto n. 2794, de 13 de janeiro de 1898.

Paragapho unico. A's mesmas condições fica sujeito o forne-cimento indicado sob a lettra *g*), sendo equiparado ao consumo industrial; porém, para a determinação da quantidade, poderá ser o hydrometro substituido por simples estimativa ou avaliação, conforme as circumstancias.

Art. 6.º Os supprimentos de agua nos casos comprehendidos sob as lettras *e*) e *f*), quando gratuitos e sempre que se verificar esta hypothese, serão regulados pelos meios mais adequados a cada especie de serviço, de modo, entretanto, a permittir que seja graduado ou interrompido o fornecimento, quando necessario.

Si, porém, forem feitos a titulo oneroso, se subordinarão ás regras estabelecidas para casos analogos.

Art. 7.º A construção dos ramaes, para o fornecimento obri-gatorio aos predios de habitação, será feita pela propria admi-nistração até o appa-relho regulador, á entrada dos predios, e nenhuma indemnisação será devida pelo proprietario por esse trabalho, excepto as despesas de acquisição e quaesquer outras provenientes do appa-relho medidor, quando este for applicado.

A distribuição no interior das propriedades poderá ser executada por pessoa da confiança do concessionário, contanto que satisfaça as exigências do art. 9º.

Paraphrasis unico. Por conveniencia de ser mantida a continuidade e a regularidade na distribuição interna, poderá esta, a juizo da administração, ser regulada por um ou mais depósitos ou reservatórios estabelecidos nos predios, cumprindo, porém, que sejam tomadas as necessarias precauções para evitar o desperdicio; neste intuito, antes de se tornar effectivo o supprimento de agua ao predio, será submittido ao exame dos agentes fiscaes todo o systema da distribuição, exame que poderá reproduzir-se sempre que a administração o entender necessario para cohibir abusos ou negligencias, com as resalvas legais.

Em caso algum será permittido o uso de torneiras de jacto continuo ou que não possam interromper o fornecimento destinado a usos domesticos.

Art. 8.º Osapparelhos medidores (hydrometros), que tem de ser applicados sempre que o supprimento é adstricto á determinação de quantidade, serão dos typos approvalos pela administração; e, neste caso, todas as despesas, inclusive o ramal de derivação, correrão por conta dos concessionarios.

Nenhum desses apparelhos poderá ser empregado sem que tenha sido experimentado e aceito pelos agentes administrativos e tomadas as necessarias precauções para evitar abusos.

Art. 9.º Ninguém poderá incumbir-se da execução de quaesquer trabalhos para a distribuição de agua, em qualquer das hypotheses previstas, sem que tenha obtido licença da administração.

Para que esta seja concedida, o pretendente assignará um termo de responsabilidade na repartição competente, obrigando-se a observar as prescrições deste Regulamento e das instrucções que, para a sua execução, forem expedidas. A licença poderá ser cassada, desde que se verificar qualquer abuso.

Art. 10. A derivação de agua dos encanamentos publicos para o supprimento de repartições ou empresas, por cuja conta correrão as respectivas despesas, poderá ser executada por agentes estranhos á repartição incumbida do serviço de aguas, mas sempre sob a fiscalisação desta e mediante as mesmas condições do art. 9º.

Art. 11. Compete á administração a conservação dos ramaes de derivação até os apparelhos reguladores do consumo, correndo sempre as despesas por conta dos concessionarios.

O pagamento das despesas effectuar-se-ha, mediante recibo, na propria Repartição, que fará recolher mensalmente o producto ao Thesouro Federal, por meio de guias especificativas.

Art. 12. A conservação da canalisação de distribuição interna é da competencia exclusiva do concessionario, que é obrigado a mantel-a em bom estado, de modo a evitar o desperdicio de agua.

CAPITULO II

DOS ELEMENTOS PARA A APPLICAÇÃO DAS TAXAS DE CONSUMO

Art. 13. A applicação das taxas de consumo, em todos os casos previstos no presente regulamento, está sujeita ás condições prescriptas no decreto n. 2794, de 13 de janeiro de 1898.

Compete, porém, á administração do serviço fornecer á Repartição arrecadadora todos os elementos necessarios para o computo da contribuição devida em cada caso.

Art. 14. Para o consumo classificado como uso domestico, dependente do valor locativo do predio, serão as respectivas notas remettidas ao Thesouro Federal, á medida que forem sendo feitas as concessões e os ramaes de derivação, com a indicação precisa do numero de pennos d'agua além das de caracter obrigatorio.

Art. 15. Para o consumo industrial, ou de qualquer outra especie sujeito a pagamento proporcional á quantidade, as notas poderão ser tomadas mensalmente, ou por trimestres ou semestres vencidos, e remettidas semestralmente ao Thesouro, de conformidade com o que se acha estatuido no paragrapho unico do art. 4º do decreto já citado, de 13 de janeiro de 1898.

CAPITULO III

DA RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DOS CONCESSIONARIOS

Art. 16. A administração do serviço é responsavel, salvo casos de força maior, pela regularidade do supprimento de agua, e é obrigada a providenciar promptamente quando avisada de que não se acha satisfeita essa condição.

Da falta no cumprimento deste dever, por parte dos agentes administrativos, haverá reclamação para o chefe da Repartição, e para o Ministro da Industria, Viagão e Obras Publicas, si por aquelle não forem tomadas com urgencia as providencias reclamadas.

Art. 17. Os pedidos de concessão de agua, nos quaes se declarará os fins a que for destinada, não poderão ser feitos sinão pelos proprietarios, que, na qualidade de concessionarios, serão os responsaveis, perante o Governo, por todas as obrigações impostas pelos respectivos regulamentos.

Paragrapho unico. Nos supprimentos de agua para uso industrial, é reconhecido aos proprietarios o direito de exigirem a interrupção do fornecimento, quando se verificar insolvencia do locatario para com o proprietario, em relação ao consumo de agua.

Art. 18. O concessionario é responsavel por qualquer abuso commettido com intento de viciar o systema de fornecimento

para defraudar a Fazenda Nacional, e pela má conservação das installações, de que resulte desperdício de agua possível de ser evitado.

Art. 19. Aos concessionarios, que se tornarem contraventores ás disposições do presente regulamento, a administração poderá applicar multas até o maximo de 100\$ e o dobro nas reincidencias.

Em casos extremos, para obviar a permanencia de qualquer abuso ou contravenção, esgotado o recurso das multas, poderá a administração suspender o fornecimento de agua, até que seja attingido o fim desejado.

Art. 20. Além das penalidades estatuidas no precedente artigo, fica o consumidor sujeito ás estabelecidas para os casos de damno contra a propriedade publica.

Art. 21. As multas serão cobradas, mediante recibo, á boca do cofre na Repartição administradora, o seu producto recolhido mensalmente ao Thesouro, mediante guias especificadas.

Art. 22. Da applicação das multas comminadas nos artigos anteriores e da suspensão de fornecimento de agua haverá sempre recurso para o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 23. A rede de distribuição de agua á Capital Federal será completada, estabelecendo-se encanamentos nas ruas que ainda não estejam servidas, de modo a permittir que, em todo o perimetro da cidade abrangido pelo imposto predial, o supprimento seja feito no proprio domicilio, e com a pressão sufficiente para attingir os pavimentos os mais elevados dos predios.

Parapho unico. Serão supprimidas as torneiras publicas nos quarteirões em que se tenha completado os ramos de distribuição de agua para todos os predios, ainda que os proprietarios não tenham mandado estabelecer a distribuição interna nos predios.

Art. 24. Serão estabelecidos, onde convier,apparelhos espeziaes para o serviço de extincção de incendios, irrigação ou lavagem das vias publicas, alimentação de fontes monumentaes e de ornamentação, e bebedouros para animaes.

Nas fontes em que a agua correr perennemente, será ella em seguida encaminhada, por meios apropriados, para as galerias ou encanamentos de esgoto.

Art. 25. É expressamente prohibida a ligação directa dos encanamentos de agua com os receptaculos ou encanamentos de esgoto, seja qual for o local, publico ou particular, e a empreza do serviço de esgotos.

Art. 26. Os casos omissos ou de duvida, que occorrerem na execução do presente regulamento, serão resolvidos pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Art. 27. Enquanto o contrario não for resolvido, a direcção e a fiscalisação do serviço de distribuição de agua derivada dos encanamentos publicos, continuarão a ser exercidas pela Inspecção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, de conformidade com as disposições do presente regulamento.

Capital Federal, 24 de outubro de 1898. — *Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.*



DECRETO N. 3057 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2400, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos Senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos Senadores e Deputados, durante a segunda prorogação da actual sessão do Congresso Nacional, até ao dia 1 de novembro proximo futuro.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3058 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approvado pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 42:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados — assim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a segunda prorrogação da actual sessão legislativa, até o dia 1 de novembro proximo futuro.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3059 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob a denominação de 73ª, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 217ª, 218ª e 219ª, e um do da reserva, sob n. 73, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3060 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

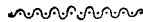
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria com a denominação de 24^a, a qual se constituirá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 70^a, 71^a e 72^a, e um do da reserva, sob n. 24, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3061 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Muricy, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Muricy, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a denominação de 12^a, composta dos batalhões de ns. 34, 35 e 36 do serviço activo e n. 12 do da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3062 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. José da Lage, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. José da Lage, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 13^a, composta dos batalhões ns. 37, 38 e 39 do serviço activo e n. 13 do da reserva, que serão organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3063 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Porto de Pedras, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Porto de Pedras, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 14^a, composta dos batalhões ns. 40, 41 e 42 do serviço activo e n. 14 do da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3064 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Miguel dos Campos, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1893, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Miguel dos Campos, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 15^a, composta dos batalhões ns. 4^o, 44 e 45 do serviço activo e n. 15 do da reserva, que se organisarão com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3065 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas.

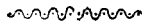
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 16^a, composta dos batalhões ns. 46, 47 e 48 do serviço activo e n. 16 do da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3036 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de quinhentos oitenta e tres contos quatrocentos sessenta e seis mil e quarenta e cinco réis (583:466\$045).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do § 5º do art. 70 do decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de quinhentos oitenta e tres contos quatrocentos sessenta e seis mil e quarenta e cinco réis para pagamento à Baroneza do Serro Azul e seus filhos menores, a titulo de indemnisação dos prejuizos resultantes do acto de caducidade do contracto de burgos agricolas, juros de mora e custas a que foi condemnada a Fazenda Nacional em virtude da sentença do Juizo Seccional do Estado do Paraná, confirmada por accordão do Supremo Tribunal Federal.

Capital Federal, 25 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 3067 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1898

Concede autorisação à *Commercial Union Assurance Company, Limited* para estender suas operações a diversos Estados da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeru a *Commercial Union Assurance Company, Limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação à *Commercial Union Assurance Company, Limited* para estender suas operações aos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Santa Catharina e Minas Geraes, sob as mesmas clausulas que baixaram com o decreto n. 4497, de 26 de março de 1870, e ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 27 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 3038 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.

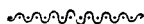
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia, mais uma brigada de infantaria, sob a denominação de 2ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 58ª, 59ª e 60ª, e um da reserva sob n. 20, que se organisarão com os guardas qualificarlos nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3060 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

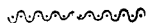
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria sob a denominação de 2ª, a qual se comporá de dous regimentos de cavallaria com as designações de 3ª e 4ª, que se organisarão com os guardas qualificarlos nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3070 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio Real, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Rio Real, no Estado de Sergipe, uma brigada de cavallaria com a denominação de 5ª, a qual se constituirá com dous regimentos, sob as designações de 9º e 10º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3071 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Viçosa, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Viçosa, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria sob a denominação de 11ª, a qual se compoza de dous regimentos, com as designações de 21º e 22º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3072 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada da comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria sob a denominação de 12ª, a qual se comporá de dous regimentos com as designações de 23º e 24º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3073 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Patrocínio, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Patrocínio, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria sob n. 13, a qual se comporá de dous regimentos, com as designações de 25º e 26º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3074 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. João Baptista, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. João Baptista, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob a denominação de 72ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 214º, 215º e 216º, e um do da reserva sob n. 72, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3075 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Varginha, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Varginha, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria, sob a denominação de 73ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 217º, 218º e 219º e um do da reserva sob n. 73, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3076 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob n. 74, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 220º, 221º e 222º, e um do da reserva, sob n. 74, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3077 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes, duas brigadas de infantaria sob as denominações de 75ª e 76ª, as quaes se comporão dos batalhões do serviço activo ns. 223, 224, 225, 226, 227 e 228 e dos da reserva ns. 75 e 76, organisados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3078 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.

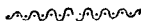
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Dôres da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob a denominação de 77ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 229ª, 230ª e 231ª, e um do da reserva, sob n. 77, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amiro Civilcanti.



DECRETO N. 3079 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Patrocínio, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Patrocínio, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria sob a denominação de 78ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 232ª, 233ª e 234ª, e um da reserva, sob n. 78, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de outubro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3080 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

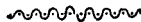
Art. 1.º Ficam creados no Estado do Ceará, nos termos do art. 3.º § 1.º da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das 79 circumscripções federaes em que se dividirá a respectiva secção, das quaes comprehenderá a 1.ª o município de Porangaba, a 2.ª o de Mecejana, a 3.ª o de Soure, a 4.ª o de Maranguape, a 5.ª o de Pacatuba, a 6.ª o de Redempção, a 7.ª o de Aquiraz, a 8.ª o de Guarany, a 9.ª o de Cascavel, a 10.ª o de Beberibe, a 11.ª o de Aracoyaba, a 12.ª o de Baturité, a 13.ª o de Pacoty, a 14.ª o de Mulungú, a 15.ª o de Guarainiranga, a 16.ª o de Coité, a 17.ª o de Guindé, a 18.ª o de S. Francisco, a 19.ª o de Arraial, a 20.ª o de Pentecostes, a 21.ª o de Itapipoca, a 22.ª o de Paracurú, a 23.ª o de Trahiry, a 24.ª o de Quixadá, a 25.ª o de Quixeramobim, a 26.ª o de Senador Pompeu, a 27.ª o de Boa Viagem, a 28.ª o de Pedra Branca, a 29.ª o de Benjamin Constant, a 30.ª o de Aracaty, a 31.ª o de União, a 32.ª o de Russas, a 33.ª o de Limoeiro, a 34.ª o de Morada Nova, a 35.ª o de Riacho do Sangue, a 36.ª o de Cachoeira, a 37.ª o de Jaguaribe-mirim, a 38.ª o de Pereiro, a 39.ª o de Iocó, a 40.ª o de Iguatú, a 41.ª o de Lavras, a 42.ª o de Aurora, a 43.ª o de Varzea Alegre, a 44.ª o de Umary, a 45.ª o de S. Matheus, a 46.ª o de Crato, a 47.ª o de S. Pedro do Crato, a 48.ª o de Barbalha, a 49.ª o de Missão Velha, a 50.ª o de Milagres, a 51.ª o de Jardim, a 52.ª o de Porteiras, a 53.ª o de Brejo dos Santos, a 54.ª o de Sant'Anna de Cariry, a 55.ª o de Araripe, a 56.ª o de Assaré, a 57.ª o de Quixerá, a 58.ª o de Saboeiro, a 59.ª o de Tanhá, a 60.ª o de Arneiros, a 61.ª o de Cratichús, a 62.ª o de Independencia, a 63.ª o de Ipú, a 64.ª o de Ipueiras, a 65.ª o de Campo Grande, a 66.ª o de S. Benedicto, a 67.ª o de Ibiapina, a 68.ª o de Tianguá, a 69.ª o de Viçosas, a 70.ª o de Santa Quitéria, a 71.ª o de Tamboril, a 72.ª o de Entre Rios, a 73.ª o de Sobral, a 74.ª o de Carnocim, a 75.ª o de Palma, a 76.ª o de Granja, a 77.ª o de Sant'Anna, a 78.ª o de Acarajú, a 79.ª o de S. Bento da Amontada, e cujos limites serão os dos municípios que os compoem.

Art. 2.º Em cada uma d'estas circumscripções, conforme os arts. 4.º e 5.º da citada lei, terá o procurador um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 10.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3081 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1898

Manda observar algumas alterações no plano de uniformes para o corpo da Armada e classes annexas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração o que lhe expoz o contra-almirante Ministro da Marinha :

Resolve que o plano de uniforme mandado adoptar pelo decreto n. 2036, de 4 de julho de 1895, para o corpo da Armada e classes annexas, seja observado com as alterações que a este acompanham.

Capital Federal, 31 de outubro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Manoel José Alves Barbosa.

Alteração do plano de uniformes do corpo da Armada e classes annexas, a que se refere o decreto n. 3081 desta data.

PARA OS OFFICIAES DO ESTALO-MAIOR

PRIMEIRO UNIFORME

Casaca e calça com galão, de panno azul ferrete, collete do mesmo panno, dragonas, chapéo armado, talim, espada com fiador, divisas nos punhos, luvas de pellica branca, gravata preta, camisa branca de peito liso com collarinho em pé, fechando direito, sapatos abotinados de verniz liso.

Este uniforme será de rigor em todas as solemnidades militares, nos dias de festa nacional, sendo a casaca sempre desabotoada e o talim por cima do collete.

Em solemnidades civis poderá ser usada a casaca com passadeiras, sem dragonas nem espada, collete branco com gravata branca, ou azul com gravata preta, calça de panno do segundo uniforme e bonnet.

SEGUNDO UNIFORME

Sobrecasaca de panno azul ferrete, abotoada até o quinto botão, calça do mesmo panno ou de brim branco, chapéo armado, espada com fiador, talim, dragonas, divisas nos punhos, luvas de pellica branca, botinas de couro de bezerro lisas, camisa como no primeiro uniforme, gravata preta.

uniforme só será usado em actos officiaes, visitas aos navios de guerra nacionaes ou estrangeiros, apresentações ao Presidente da Republica, Ministro da Marinha, chefe do estado-maior general da Armada e aos chefes das repartições e estabelecimentos militares, recepções do Presidente da Republica ou do Ministro da Marinha quando for a visita annunciada e nas mostras especiaes determinadas pelo chefe de estado-maior general da Armada, commandante da força ou divisão, ou pelo commandante do navio.

TERCEIRO UNIFORME

Sobreorga de panno azul ferrete, abotoada até o quinto botão, calça do panno ou de brim branco, bonnet, passadeiras, divisas nos punhos, espada com fiador, talim, luvas de pellica branca, botinas de couro preto de bezerro lisas, camisa como no primeiro uniforme, gravata preta.

Este uniforme será usado em serviço externo em terra, nas mostras ordinarias passadas pelo commandante do navio, da divisão, força ou pelo chefe do estado-maior general da Armada, estes sem prévio aviso.

Os officiaes geeraes com este uniforme, em vez dos bordados das respectivas patentes, trarão, a meio dos punhos e do lado exterior das mangas da sobrecasaca, os emblemas das dragonas.

Este uniforme sendo usado em passeio, dispensa a espada e o talim, podendo a sobrecasaca ser desabotoada, e nesse caso é obrigatorio o cofete de panno azul ferrete ou de brim branco.

QUINTO UNIFORME

Dolman e calça de flanelle azul ferrete, de brim branco e de brim mescla azul, bonnet ou capacete branco, espada, talim e fiador.

E' o uniforme especial para uso interno nos navios, arsenaes, quartéis e estabelecimentos militares e tambem em serviço externo ás repartições de Marinha, aos navios de guerra nacionaes e nos exercicios fóra dos respectivos navios. Em serviço será usado com espada e fiador, talim, e luvas brancas.

Neste uniforme se usará camisa branca e botinas de couro preto, de bezerro, como do terceiro, ou sapato liso de lona branca, sómente no serviço interior dos navios ou praças de guerra, para a estação calmosa. O dolman e calça branca de brim azul de mescla só serão usados para trabalhos nas torres dos encouraçados, nas machinas, torpedeiras, officinas dos arsenaes e nas flotilhas do Amazonas, Matto Grosso e Pará. O bonnet para os almirantes, neste uniforme, será como o determinado para o terceiro uniforme, sem o bordado, tendo, porém, na frente os emblemas da patente.

Secretaria da Marinha, 31 de outubro de 1898.— *Manoel José Alves Barbosa.*



DECRETO N. 3082 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1898

Proroga por mais dous annos o prazo concedido para a conclusão das obras da linha ferrea entre Santo Eduardo e Cachoeiro de Itape-
mirim.

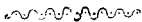
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ^{em}ten-
dendo ao que requereu *The Leopoldina Railway Company, limited*, cessionaria das concessões feitas á extincta Companhia
Estrada de Ferro Leopoldina, e de conformidade com o disposto
no art. 19 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, decreta:

Artigo unico. Fica prorogado por mais dous annos, a contar
da presente data, o prazo concedido para a conclusão das obras
da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itape-
mirim.

Capital Federal, 3 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.



DECRETO N. 3083 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas de Guardas Nacionais na comarca de Ubá,
no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para
execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas duas brigadas na Guarda Nacio-
nal da comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes, sendo uma
de infantaria e outra de cavallaria, aquella com a denominação
de 79^a, que se constituirá com tres battalhões do serviço activo,
sob as designações de 235^a, 236^a e 237^a, e um do da reserva
n. 79, e esta com a de 14^a, que se comporá de dous regimentos
sob ns. 27 e 28, os quaes serão organisados com os guardas
qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as
disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Civalcanti.



DECRETO N. 3084 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1898

Approva a Consolidação das Leis referentes á Justiça Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 87 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1891, resolve approvar a Consolidação systematica de todas as disposições vigentes sobre organização da Justiça e processo federal, mandada elaborar pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, que a subscreve.

Capital Federal, 5 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Caralcanti.

Consolidação das leis referentes á Justiça Federal
a que se refere o decreto n. 3084 desta data

PARTE PRIMEIRA

Organisação e funcções da Justiça Federal

CAPITULO I

JUIZES E TRIBUNAES

Art. 1.º A Justiça da União é administrada pelos seguintes juizes e tribunaes:

Supremo Tribunal Federal;
Juizes seccionaes, substitutos e supplentes;
Tribunaes do Jury.

CAPITULO II

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 2.º O Supremo Tribunal Federal tem a sua sede na Capital da Republica e estende sua jurisdicção sobre todo o territorio nacional. ¹

Art. 3.º Compõe-se de 15 juizes nomeados pelo Presidente da Republica, com approvação do Senado, dentre os cidadãos de notavel saber e reputação, que tenham os requisitos necessarios para senador. ²

Os nomeados na ausencia do Congresso servirão em commissão até que o Senado se pronuncie. ³

Art. 4.º Os membros do Supremo Tribunal Federal elegerão dentre si um presidente e um vice-presidente, que servirão durante tres annos contados da posse do cargo.

O presidente e o vice-presidente são reelegiveis.

Art. 5.º Não se procederá á eleição de que trata o artigo anterior sem a presença, pelo menos, de oito membros do tribunal, nem se considerará eleito o que não obtiver a metade e mais um dos votos, correndo o escrutinio até tres vezes sobre os mais votados e decidindo afinal a sorte entre estes, si nenhum reunir a maioria absoluta dos votos. ⁴

Art. 6.º Os cargos de presidente e vice-presidente são obrigatorios, salvo escusa legitima a juizo do tribunal, ou opção entre os mesmos cargos e o de Procurador Geral da Republica. ⁵

Art. 7.º O tribunal funcionará com a maioria dos seus membros.

Na impossibilidade absoluta, reconhecida pelo tribunal, de haver julgamento em razão de impedimento dos ministros, serão chamados successivamente os juizes

¹ C., art. 55.

² C., art. 56; D. n. 818, art. 5º.

³ C., art. 18, n. 12.

⁴ C., art. 58; D. n. 818, art. 11; R. do S. T., art. 5º.

⁵ R. do S. T., art. 5º, § 1º.

seccionaes mais proximos, aos quaes competirá a jurisdicção plena, emquanto funcionarem como substitutos. ⁷

Art. 8.º O tribunal decidirá as questões de sua competencia, ora em primeira e unica instancia, ora em segunda e ultima, conforme a natureza ou o valor da causa, ora como tribunal de revisão.

Art. 9.º Compete ao tribunal julgar e processar originaria e privativamente :

a) o Presidente da Republica nos crimes communs ;
b) os Ministros de Estado em todos os crimes communs e nos crimes de responsabilidade que não forem connexos com os do Presidente da Republica ;

c) os Ministros diplomaticos nos crimes communs e de responsabilidade ;

d) os membros do Supremo Tribunal Federal nos crimes communs ;

e) os juizes federaes inferiores, inclusive os substitutos e supplentes, nos crimes de responsabilidade ;

f) os membros do Tribunal de Contas nos crimes de responsabilidade ;

g) as causas e conflictos entre a União e os Estados, ou entre estes ;

h) os litigios e as reclamações entre nações estrangeiras e a União ou os Estados, inclusive as homologações das cartas de sentença de tribunaes estrangeiros para serem exequíveis na Republica ;

i) os conflictos dos juizes ou tribunaes federaes entre si, ou entre estes e os dos Estados, assim como os dos juizes e tribunaes de um Estado com os juizes e os tribunaes de outro Estado. ⁸

Art. 10. Compete-lhe originariamente conceder a ordem de *habeas-corpus*, quando o constrangimento ou a ameaça de constrangimento proceder de autoridade, cujos actos estejam sujeitos à jurisdicção do Supremo Tribunal

⁶ R. do S. T., art. 7º.

⁷ D. n. 848, art. 7º ; R. do S. T., art. 12.

⁸ C., art. 57, § 2º e art. 53, I ; D. n. 848, art. 9º ; R. do S. T., art. 15 ; D. n. 221, arts. 22 e 12 § 4º ; D. n. 392, de 8 de outubro de 1896, § 8º.

ou se dirigir contra juiz ou funcionario federal, ou quando tratar-se de crimes sujeitos à jurisdicção federal, ou ainda no caso de imminente perigo de consummar-se a violencia antes de outro tribunal ou juiz poder tomar conhecimento da especie em primeira instancia. ⁹

Art. 11. Como tribunal de segunda e ultima instancia compete-lhe:

a) julgar as appellações civéis interpostas das sentenças proferidas pelos juizes seccionaes nas causas que excederem da alçada destes ou em que não houver alçada, e as appellações criminaes interpostas das sentenças proferidas pelos mesmos juizes ou pelo Jury federal;

b) conhecer dos demais recursos nas causas civéis ou criminaes, interpostos dos despachos recorribeis proferidos pelos juizes seccionaes; ¹⁰

c) conhecer dos recursos interpostos das sentenças que proferirem as juntas eleitoraes das capitães dos Estados e do Districto Federal, annullando ou não o alistamento eleitoral. ¹¹

Art. 12. Como tribunal de revisão, compete-lhe proceder, em beneficio dos réos condemnados, à revisão dos processos criminaes findos, em que houver sentença condemnatoria definitiva, qualquer que tenha sido o juiz ou tribunal julgador. ¹²

Art. 13. Com relação às causas da competencia das justças dos Estados e do Districto Federal, conhece dos seguintes recursos:

I. Os recursos interpostos:

a) das sentenças definitivas, ou com força de definitivas, proferidas sobre espolio de estrangeiro, quando a especie não estiver prevista em convenção ou tratado;

b) das decisões que denegarem o *habeas-corpus*, ainda quando proferidas por juiz de primeira instancia e inde-

⁹ L. n. 221, art. 23.

¹⁰ C., art. 59, II; D. n. 848, art. 9º, II; R. do S. T., art. 15, § 2º; L. n. 221, art. 51.

¹¹ L. n. 181 de 23 de setembro de 1893, art. 5º, paragrapho unico.

¹² C., art. 59, III, e 81; D. n. 848, art. 9, III.

pendentemente de decisão de juiz ou tribunal da segunda instancia ¹³.

II. Os recursos interpostos das sentenças das justiças dos Estados e do Districto Federal proferidas em ultima instancia :

a) quando se questionar sobre a validade ou a applicação de tratados e leis federaes, e a decisão do tribunal local for contra ella ;

b) quando se contestar a validade de leis ou de actos dos Governos dos Estados em face da Constituição ou das leis federaes e a decisão do tribunal local considerar validos esses actos ou essas leis impugnadas. ¹⁴

Art. 14. Pertencem-lhe as seguintes attribuições administrativas:

a) dar posse ao Presidente da Republica, não estando reunido o Congresso ;

b) propor ao Presidente da Republica os cidadãos aptos para a magistratura federal ;

c) remetter no mez de janeiro ao Presidente da Republica um relatorio circumstanciado dos trabalhos do tribunal e do estado da administração da justiça federal, assim como os mappas dos julgados do tribunal que devem ser presentes à repartição de Estatística ;

d) proceder à revisão annual da lista de antiguidade dos juizes federaes e julgar as reclamações sobre a antiguidade destes ;

e) resolver as duvidas que lhe forem submittidas pelo presidente sobre a ordem do serviço do Tribunal e a execução do seu regimento ;

f) censurar ou advertir nas sentenças os juizes inferiores, e multal-os ou condemnal-os nas custas, segundo as disposições vigentes ;

g) advertir os advogados e solicitadores, multal-os nas taxas leaes e suspendel-os do exercicio de suas funções por espaço nunca maior de trinta dias ;

¹³ C., art. 61 ; D. n. 848, art. 9, II, b, IV ; L. 221, art. 23, paragrapho unico.

¹⁴ C., art. 59, III, § 1º ; D. n. 848, art. 9, II, paragrapho unico.

h) remetter cópias authenticas á autoridade judiciaria competente para a formação da culpa, quando em autos ou papeis, de que houver de conhecer, descobrir crime de responsabilidade ou crime commum em que tenha logar a acção publica federal, devendo nos casos de sua competencia ordenar que se dê vista ao Procurador Geral da Republica para formular a denuncia ou requerer o que for de direito ;

i) mandar proceder a exame de sanidade dos juizes federaes, que por enfermidade se mostrarem inhabilitados para o serviço da judicatura e propor ao Presidente da Republica que sejam aposentados os que excederem da idade de 75 annos, nos termos do art. 206 ;

j) organizar o seu regimento interno. ¹⁵

Art. 15. Ao presidente do tribunal compete :

a) substituir o Presidente da Republica nos casos previstos nos arts. 41 § 2º e 43 § 3º da Constituição ;

b) presidir o Senado da Republica quando este houver de deliberar como tribunal de justiça ;

c) dar posse aos membros do tribunal, aos juizes seccionaes e seus substitutos e aos procuradores de secção que se apresentarem para esse fim, recebendo delles a solenne promessa de bem cumprir os seus deveres ;

d) dirigir os trabalhos do tribunal, presidir as suas sessões e fazer executar o seu regimento ;

e) manter a ordem das sessões, podendo mandar retirar os assistentes que as perturbarem, impor multa até 50\$ às partes que faltarem ao devido respeito, e prender os desobedientes, fazendo lavrar o respectivo auto para serem processados ;

f) distribuir os feitos pelos ministros do tribunal e proferir os despachos de expediente ;

g) receber e dar conveniente direcção ás queixas e denuncias contra os funcionarios que são processados e julgados pelo tribunal, e mandar colligir os documentos e provas para verificar-se a responsabilidade e os crimes communs dos mesmos funcionarios ;

¹⁵ C. art. 41; R. do S. T., art. 15 § 5; L. n. 221, art. 22, c.; D. n. 848, art. 361.

h) assignar com os juizes dos feitos as sentenças, e com o relator as cartas de sentença e as rogatorias às justiças dos Estados ou às estrangeiras ;

i) expedir portarias para execução das resoluções e sentenças do tribunal, excepto no que estiver a cargo do juiz relator ;

j) corresponder-se, em nome do tribunal, com o Congresso Nacional, o Presidente da Republica e as demais autoridades ;

k) informar os recursos de graça, interpostos para o dito Congresso ou para o Presidente da Republica, quando a sentença condemnatoria houver sido proferida pelo tribunal, ou este haja della conhecido em grão de recurso, appellação ou revisão ;

l) nomear e empossar os empregados da secretaria do tribunal e do juizo, dar-lhes substitutos na sua falta ou impedimento e demittir-os nos casos em que lh'o faculta a lei ;

m) impor penas disciplinares aos empregados da secretaria do tribunal e do juizo que faltarem ao cumprimento dos seus deveres ;

n) conceder licença aos ministros do tribunal, excepto ao Procurador Geral da Republica, bem como aos juizes e procuradores de secção e empregados da secretaria, nos termos do art. 161 ;

o) mandar proceder á matricula e preparar a revisão annual da antiguidade dos juizes seccionaes. ¹⁶

Art. 16. Compete ao vice-presidente substituir o presidente em seus impedimentos temporarios.

O vice-presidente em seus impedimentos é substituido pelo ministro mais idoso do tribunal, exceptuado o que exercer na occasião o logar de Procurador Geral da Republica. ¹⁷

Art. 17. O cargo de vice-presidente não impede que o ministro seja contemplado na distribuição e funcione

¹⁶ C., arts. 41, § 2, 43, § 3 e 33, § 1 ; D. n. 848, arts. 12, 35 e 36 ; R. do S. T., art. 16.

¹⁷ P., arts. 17 e 18 ; L. n. 221, art. 25.

como juiz, enquanto não exercer a substituição, devendo passar esta ao mais idoso desimpedido, quando o que a exercer, ou for chamado a exercel-a, houver de relatar ou julgar feito que haja visto. ¹⁸

CAPITULO III

DA ORDEM DOS TRABALHOS NO TRIBUNAL

Art. 18. O tribunal se reunirá em sessão ordinaria duas vezes por semana, nas quartas-feiras e sabbados ou nos dias immediatamente anteriores, quando aquelles forem impedidos, podendo haver as sessões extraordinarias que o presidente do tribunal convocar por conveniencia do serviço. ¹⁹

Art. 19. O presidente tem assento no topo da mesa do tribunal; e devem occupar a primeira cadeira, á direita, o mais antigo dos outros ministros e á esquerda o seu immediato, seguindo-se áquelle os de numero impar, e a este os de numero par na ordem da antiguidade entre si.

Regula a antiguidade no tribunal : 1º, a posse ; 2º, a nomeação ; 3º, a idade. ²⁰

Art. 20. As sessões ordinarias começarão ás 10 horas da manhã e durarão quatro horas, sempre que o serviço o exigir, devendo ser prorogadas para a decisão dos processos que não admittam demora.

As sessões extraordinarias começarão á hora designada no acto da convocação e terminarão quando acabar o serviço. ²¹

Art. 21. As sessões e votações serão publicas, salvo nos casos exceptuados no regimento interno ou quando no interesse da justiça ou da moral resolver o presidente,

¹⁸ R. do S. T., art. 19.

¹⁹ R. do S. T., arts. 24 e 25.

²⁰ R. do S. T., art. 4.

²¹ R. do S. T., arts. 26 e 27.

com aprovação do tribunal, que se discuta e vote em sessão secreta. ²²

Art. 22. Os feitos serão distribuidos por classes, tendo cada uma sua numeração distincta, segundo a ordem em que houverem sido apresentados ao tribunal. ²³

Art. 23. O ministro a quem tocar a distribuição é o juiz da instrução que se houver de processar no tribunal, e relator do processo que houver de ser submettido a julgamento. Seu relatorio em mesa é oral, podendo lel-o, si o tiver escripto.

A parte que se considerar aggravada com o despacho do juiz instructor ou relator, poderá requerer, no prazo de cinco dias, que elle apresente o feito em mesa para o despacho ser confirmado ou alterado por sentença do tribunal mediante processo verbal. ²⁴

Art. 24. Fóra dos casos exceptuados no regimento interno, o feito visto pelo relator para julgamento será revisto pelos dous ministros que se lhe seguirem na ordem descendente da antiguidade, incumbindo ao ultimo revisor apresentar o feito em mesa na primeira sessão que se seguir e pedir dia para o julgamento. ²⁵

Art. 25. Feita a exposição em mesa e prestados os esclarecimentos que solicitar qualquer dos outros ministros, o relator e os revisores enunciarão os seus votos, e abrir-se-ha a discussão entre todos os juizes, na qual poderá tambem tomar parte o Procurador Geral da Republica, a quem cabe ainda, antes de encerrada a discussão, apresentar as requisições finaes, que serão mencionadas na sentença ou decisão, si o requerer. ²⁶

Art. 26. Póde o tribunal adiar o julgamento para a sessão seguinte, si algum dos juizes o requerer para ver os autos. ²⁷

²² R. do S. T., art. 29.

²³ R. do S. T., art. 32.

²⁴ R. do S. T., arts. 33 e 30.

²⁵ R. do S. T., art. 40.

²⁶ R. do S. T., arts. 43 e 44.

²⁷ R. do S. T., art. 47.

Art. 27. Encerrada a discussão, o presidente tomará os votos, começando pelo mais moderno dos juizes e seguindo até o mais antigo.

Art. 28. A decisão vence-se por maioria dos votos dos juizes. Em materia criminal o empate equivale á decisão favoravel ao réo. Em materia civil o presidente terá voto para desempate, depois de verificar que, ainda posta em votação separadamente cada uma das questões que motivarem a divergencia, não chega a accordo a maioria dos juizes na decisão final. ²⁸

Art. 29. A sentença deve ser redigida pelo relator, salvo si for vencido, e neste caso o presidente designará para redigil-a um dos juizes, cujo voto for vencedor.

Conterá as conclusões das partes, as requisições finaes do Procurador da Republica, os fundamentos de facto e de direito e as decisões. Será assignada pelo presidente, relator e mais juizes, podendo estes declarar os motivos do seu voto em seguida á assignatura. ²⁹

A sentença será lançada nos autos pelo secretario depois de approvada a redacção e com a data do dia em que for proferida. ³⁰

Art. 30. As actas das sessões serão escriptas em livro proprio, aberto, rubricado, encerrado pelo presidente, e resumirão com clareza quanto se houver passado na sessão.

Lida no começo de cada sessão a acta da anterior, será encerrada com as observações que se fizerem e forem approvadas pelo tribunal, ou sem ellas, quando não as houver ou não forem julgadas dignas de notar-se, e assignada pelo presidente e secretario. ³¹

Art. 31. Os advogados que assistirem ás sessões terão assento dentro dos cancellos. ³²

²⁸ R. do S. T., arts. 45 e 46.

²⁹ R. do S. T., art. 48.

³⁰ R. do S. T., art. 49.

³¹ R. do S. T., art. 51.

³² R. do S. T., art. 30.

CAPITULO IV

DAS AUDIENCIAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 32. O ministro a quem couber a instrucção de algum processo deverá dar as audiencias necessarias para o seu regular andamento. ³³

Art. 33. Quando o serviço publico exigir e o tribunal assim determinar, cada ministro, por escala semanal, dará uma ou duas audiencias. ³⁴

Art. 34. As audiencias poderão ter logar nos mesmos dias das sessões ordinarias, depois destas, ou n'outros dias designados, precedendo intimação ás partes para as especiaes e annuncio para as geraes. ³⁵

Art. 35. A's audiencias deverão estar presentes, comparecendo com a necessaria antecedencia, o secretario, os officiaes de justiça e o porteiro do tribunal. ³⁶

Art. 36. Serão admittidos ás audiencias, tomando assento dentro do recinto do tribunal, os advogados, sollicitadores, partes, testemunhas e quaesquer outras pessoas judicialmente chamadas. ³⁷

Art. 37. Aberta a audiencia pelo porteiro, o juiz fará a publicação das sentenças e despachos que não houverem sido publicados em sessão ; serão accusadas as citações e intimações, e seguir-se-hão os requerimentos verbaes e todos os mais actos e diligencias que possam ter logar em audiencia. ³⁸

Art. 38. Quando houver de depor alguma parte ou de ser inquirida alguma testemunha, poderá, a requerimento dos interessados ou do Procurador Geral da Republica, ser prestado o depoimento ou feita a inquirição em sessão do tribunal. ³⁹

³³ R. do S. T., art. 52.

³⁴ R. do S. T., art. 53.

³⁵ R. do S. T., art. 54.

³⁶ R. do S. T., art. 55.

³⁷ R. do S. T., art. 56.

³⁸ R. do S. T., art. 58.

³⁹ R. do S. T., art. 59.

Art. 39. Si alguma das partes ou o Procurador Geral da Republica não se conformar com o despacho do juiz que assigne termo, conceda dilação ou possa prejudicar direito do reclamante ou da justiça publica, o juiz mandará intimar as partes para comparecerem na primeira sessão do tribunal, que decidirá na forma determinada no art. 23. ⁴⁰

Art. 40. Os empregados, advogados, solicitadores, partes, testemunhas e quaesquer outras pessoas judicialmente chamadas não sahirão do recinto sem licença do juiz e estarão de pé, enquanto fallarem ou fizerem alguma leitura, salvo permittindo o juiz que falem ou leiam sentados. ⁴¹

Art. 41. O juiz manterá a ordem das audiencias de conformidade com as leis em vigor, e pôde mandar retirar os assistentes que a perturbarem, impor penas disciplinares aos empregados e multar até 50\$ as partes que faltarem ao devido respeito, prender e autuar os desobedientes para serem processados. ⁴²

Art. 42. De tudo quanto occorrer nas audiencias deverá tomar nota o secretario. ⁴³

CAPITULO V

DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 43. A secretaria do Supremo Tribunal Federal compõe-se de um secretario, dous officiaes, tres amanuenses, dous continuos e um porteiro. ⁴⁴

Art. 44. O secretario deve ser graduado em direito, e exercerá as suas funcções perante o tribunal e na secretaria. ⁴⁵

⁴⁰ R. do S. T., art. 60.

⁴¹ R. do S. T., art. 61.

⁴² R. do S. T., art. 62.

⁴³ R. do S. T., art. 63.

⁴⁴ D. n. 848, art. 27 ; R. do S. T., art. 125.

⁴⁵ D. n. 848, art. 27, § unico ; R. do S. T., art. 125.

Art. 45. Incumbe ao secretario perante o Tribunal :

a) assistir ás sessões para lavrar as respectivas actas e assignal-as com o presidente, depois de lidas e approvadas ;

b) exercer as funcções de escrivão em todos os feitos da competencia do tribunal e nas audiencias dos ministros ;

c) apresentar ao presidente todos os autos e petições que houverem de ser distribuidos e mais papeis dirigidos ao tribunal ;

d) lavrar as portarias, provisões e ordens, e escrever toda correspondencia que tenha de ser assignada pelo presidente ou pelo juiz relator. ⁴⁶

Art. 46. Compete-lhe na secretaria :

a) dirigir todos os trabalhos de conformidade com o regimento interno e as instrucções do presidente ;

b) ter sob a sua guarda e responsabilidade os autos que forem apresentados ao tribunal ;

c) velar na regularidade da escripturação de todos os livros e registros a que se refere o regimento interno e dos mais que o tribunal crear por conveniencia do serviço ;

d) organizar e conservar na melhor ordem o archivo e cartorio da secretaria e bibliotheca do tribunal ;

e) prestar ás partes interessadas, quando solicitarem, informações verbaes ácerca do estado e andamento dos feitos, salvo sobre assumpto em segredo de justiça ;

f) justificar ou não as faltas dos empregados da secretaria, com recurso para o presidente. ⁴⁷

Art. 47. No impedimento ou falta do secretario por menos de 15 dias servirá o official mais antigo ; sendo por mais tempo, o presidente nomeará quem sirva interinamente o lugar, e deve neste caso o substituto ser graduado em direito. ⁴⁸

⁴⁶ D. n. 848, art. 28 ; R. do S. T., art. 127.

⁴⁷ S. T., art. 128.

⁴⁸ 848, art. 28 ; R. do S. T., art. 129.

Art. 48. Os amanuenses substituem os officiaes de conformidade com o artigo precedente, e uns e outros são auxiliares immediatos do secretario. ⁴⁹

Art. 49. Todos os empregados da secretaria são subordinados ao secretario, que, de accordo com o presidente, distribuirá os serviços entre os officiaes, amanuenses e continuos. ⁵⁰

Art. 50. O porteiro tem a seu cargo a guarda, conservação e asseio do edificio, dos moveis e utensilios existentes, podendo auxiliar-o um ou mais serventes a arbitrio do presidente e sob proposta daquelle funcionario.

No impedimento ou falta do porteiro, servirá o continuo mais antigo. ⁵¹

Art. 51. Os continuos comparecerão todos os dias para o serviço interno da secretaria, e exercerão junto ao tribunal as funções de official de justiça. ⁵²

Art. 52. Os empregados da secretaria que não servirem bem podem ser demittidos pelo presidente do tribunal, salvo os direitos adquiridos á aposentação na conformidade das leis vigentes. ⁵³

Art. 53. Por falta de cumprimento de deveres, segundo a gravidade do caso e a reincidencia, estão sujeitos os empregados da secretaria e serventuarios de justiça, que servirem perante o tribunal, ás seguintes penas disciplinares:

1^a, simples advertencia ;

2^a, reprehensão ;

3^a, suspensão até 60 dias, com perda de todos os vencimentos.

As duas primeiras podem ser applicadas pelo secretario aos seus subordinados, com recurso para o presidente, e por este qualquer dellas.

Paragrapho unico. No caso de falta de respeito ao superior, insubordinação ou prevaricação, quando da omissão

⁴⁹ D. n. 848, art. 29 ; R. do S. T., art. 130.

⁵⁰ R. do S. T., art. 131.

⁵¹ D. n. 848, art. 30 ; R. do S. T., arts. 132 e 133.

⁵² D. n. 848, art. 31 ; R. do S. T., art. 134.

⁵³ R. do S. T., art. 144.

criminosa não se seguir provavelmente prejuizo publico ou particular, mas, a juizo do tribunal, deva ser punida correccionalmente, poderá o presidente impor ao empregado culpado pena de prisão que não exceda de 30 dias. ⁵⁴

CAPITULO VI

JUIZES SECCIONAES

Art. 54. Cada Estado, assim como o Districto Federal, formará uma secção judicial, tendo por séde a respectiva capital com um só juiz. ⁵⁵

Art. 55. Os juizes seccionaes serão nomeados pelo Presidente da Republica, mediante proposta do Supremo Tribunal Federal, observadas as seguintes disposições :

§ 1.º Communicada officialmente a vaga de algum dos logares de juiz seccional, o presidente do Supremo Tribunal Federal fará communicar pelo *Diario Official* e pelos jornaes de maior circulação da capital da Republica, e por despachos telegraphicos, aos governadores e presidentes dos Estados, ter sido marcado o prazo de 30 dias para serem apresentadas na secretaria as petições dos candidatos, devidamente instruidas com documentos que comprovem os seus serviços e habilitações, e nomeadamente, como condições de idoneidade, que se acham habilitados em direito com pratica de quatro annos, pelo menos, de advocacia ou de exercicio da magistratura.

§ 2.º Terminando esse prazo, o presidente do tribunal lerá em mesa as petições e os documentos que as instruem, juntará as informações que houver collido e consultará o tribunal si deve passar a recolher os votos ou si a votação deve ser adiada para sessão a seguinte.

§ 3.º A proposta ao Poder Executivo não poderá conter mais de tres nomes para cada uma das vagas, sendo os propostos classificados em 1º, 2º e 3º logares.

⁵⁴ D. n. 848, art. 364; R. do S. T., art. 145.

⁵⁵ D. n. art. 13.

Si houver duas vagas, a proposta comprehenderá quatro nomes, e a mesma proporção se guardará, havendo mais de duas.

§ 4.º Dentre os candidatos em igualdade de condições pela votação obtida será preferido na classificação :

1º, o que for ou houver sido, ao tempo da publicação do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, magistrado em effectivo exercicio por mais de dous annos ;

2º, o mais antigo no serviço da magistratura ;

3º, o cidadão habilitado em direito que, com pratica de advocacia em dous annos, pelo menos, melhores serviços houver prestado ao Estado e melhores habilitações comprovar com os documentos juntos à sua petição.

§ 5.º Si no primeiro escrutinio para cada logar na lista nenhum candidato obtiver maioria de votos, proceder-se-ha a segundo e ainda a terceiro entre os tres mais votados.

§ 6.º Não sendo approvedo nenhum dos candidatos que tenham requerido, o presidente submeterá na seguinte sessão à consideração do tribunal uma lista contendo os nomes que indicar ou que forem indicados por iniciativa de qualquer dos ministros, de accordo com o disposto no paragrapho antecedente.

§ 7.º A proposta ao Poder Executivo será acompanhada de cópias dos documentos que abonem a idoneidade dos pretendentes contemplados na mesma proposta. ⁵⁶

Art. 56. A antiguidade entre os juizes seccionaes se regulará:

1º, pelo tempo de exercicio nesse cargo ;

2º, pela data da posse ;

3º, pela data da nomeação ;

4º, por antiguidade contada em outra judicatura ;

5º, pela idade. ⁵⁷

Art. 57. Compete-lhes processar e julgar:

a) as causas em que alguma das partes fundar a acção ou a defesa em disposição da Constituição Federal ;

⁵⁶ C., art. 11; L. n. 221, art. 27.

⁵⁷ L. n. 221, art. 7.

b) todas as causas propostas contra o Governo da União ou Fazenda Nacional, fundadas em disposições da Constituição, leis e regulamentos do Poder Executivo, ou em contractos celebrados com o mesmo Governo ;

c) as causas provenientes de compensações, reivindicações, indemnisação de prejuizos, ou quaesquer outras propostas pelo Governo da União contra particulares ou vice-versa ;

d) os litigios entre um Estado e cidadãos de outro, ou entre cidadãos de Estados diversos, diversificando as leis destes ;

e) os feitos entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros ;

f) as acções movidas por estrangeiros e fundadas, quer em contractos com o Governo da União, quer em convenções ou tratados da União com outras nações ;

g) as questões de direito marítimo e navegação, assim no oceano como nos rios e lagos do paiz ;

h) as questões de direito civil internacional ;

i) as causas que se fundarem na lesão de direitos individuaes por actos ou decisões das autoridades administrativas da União ;

j) as causas sobre marcas de fabrica e privilegios de invenção ;

k) os crimes de responsabilidade dos procuradores seccionaes, adjuntos, ajudantes, solicitadores e escrivães ;

l) os crimes de moeda falsa, contrabando, peculato, falsificação de estampilhas, sellos adhesivos, vales postaes e coupons de juro dos titulos da divida publica da União, qualificados nos arts. 221 a 223, 239 a 244, 246, 247 e 265 do Código Penal e do uso de qualquer destes papeis e titulos falsificados, qualificados no art. 250 do mesmo Código.

Paragrapho unico. A competencia do juiz seccional para julgamento dos crimes de contrabando comprehende sómente os casos em que este versar sobre direitos e impostos de importação ou outros cobrados pela União, e para o do crime de peculato, é o mesmo juiz competente

quando o crime versar sobre dinheiros, valores e effeitos pertencentes á Fazenda Nacional. ⁵⁸

Art. 58. Entre as causas de natureza federal em materia civil da competencia dos juizes seccionaes comprehendem-se as que corriam pelo extincto Juizo da Fazenda Nacional, assim contenciosas, como administrativas, as que dellas forem dependentes ou constituirem medidas preventivas e assecuratorias dos direitos da mesma Fazenda. ⁵⁹

Assim, compete aos juizes seccionaes processar e julgar em primeira instancia todas as causas civeis ordinarias ou summarias, em que a Fazenda Nacional for interessada por qualquer modo, e em que houver de intervir por seus procuradores, como autora, rê, assistente ou oppoente.

Comprehendem-se no numero de ditas causas :

1º, o processo para se verificar a desapropriação por utilidade publica geral ;

2º, a incorporação de bens nos proprios nacionaes ;

3º, os inventarios, a que no Districto Federal não se tenha dado começo dentro de 30 dias por outro Juizo, sendo a Fazenda interessada por taxa de herança ou legado ;

4º, a arrematação de objectos de ouro e prata, depositados nos cofres publicos, passado o prazo de cinco annos, não havendo reclamações das partes ;

5º, as habilitações de herdeiros e cessionarios de credores da Fazenda Nacional, e de herdeiros e credores de individuos fallecidos, cujos bens tiverem sido julgados vaccantes e devolutos para o Estado ;

6º, as justificações :

a) do direito ao monte-pio ;

b) de nacionalidade dos proprietarios de embarcação brasileira destinada á navegação no alto mar, no caso de duvida contra a acceitação do registro ;

⁵⁸ C., art. 60, a, b, c, d, e, f, g, h ; D. n. 843, art. 15 ; L. n. 221, art. 12 pr. e § 1º e art. 13 ; L. n. 515 de 3 de novembro de 1898, art. 1º.

⁵⁹ L. n. 221, art. 12 § 2.

c) de perda ou destruição dos coupons ou apolices da divida publica ao portador, para o fim de pagamento ou substituição dos titulos;

d) de sonegação de impostos;

7º, as questões relativas á especialização da hypotheca legal nos processos de fiança dos exactores da Fazenda Nacional;

8º, em geral tudo quanto directa e principalmente possa interessar á Fazenda Nacional, e sobre que se deva ou queira recorrer á autoridade judiciaria. ⁶⁰

Art. 59. Fica pertencendo ao juiz seccional do Districto Federal a competencia conferida pelo art. 5º § 3º da L. n. 3129 de 14 de outubro de 1882 ao Juizo Commercial do mesmo districto para o processo e julgamento das nullidades de patente de invenção, ou certidão de melhoramento, passadas pelo Governo Federal. ⁶¹

Tambem ao mesmo juiz seccional pertence exclusivamente processar as justificações necessarias para habilitação das pessoas, que pretenderem legitimar-se para succederem em tenças ou pensões. ⁶²

Art. 60. Os juizes sectionaes formam culpa e preparam os processos para o julgamento nos crimes sujeitos á jurisdicção do Jury federal, bem como exercem na qualidade de presidente do tribunal do Jury as attribuições enumeradas no art. 82. ⁶³

Art. 61. São competentes para executar ou cumprir :

a) as suas sentenças ;

⁶⁰ L. n. 242 de 29 de novembro de 1841, arts. 2 e 13; Instr. de 12 de janeiro de 1842, art. 2; L. n. 353 de 12 de julho de 1845, art. 11; L. n. 1832 de 9 de setembro de 1870, art. 1, paragrapho unico; L. n. 2639 de 22 de setembro de 1875, art. 1º, § 7º; Instr. de 10 de abril de 1851, art. 21; L. n. 628 de 17 de setembro de 1851, art. 11, § 16; D. n. 2133 de 15 de junho de 1859, art. 52; Cod. Com., art. 469; D. n. 738 de 25 de novembro de 1850, art. 18, § 11; Lei n. 2362 de 9 de outubro de 1875, art. 1º; R. n. 2304 de 2 de julho de 1896, art. 7; D. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 139, § 2; L. n. 3140 de 30 de outubro de 1882, art. 11 e L. n. 149 B de 20 de julho de 1893; D. n. 2708 de 15 de dezembro de 1860, art. 26.

⁶¹ Instr. de 12 de janeiro de 1842, art. 16.

⁶² Instr. de 10 de abril de 1851, art. 26, § 2º.

⁶³ Instr. de 10 de abril de 1851, art. 26, § 1º e art. 15 pr.

b) as sentenças e ordens do Supremo Tribunal Federal, que não tiverem sido attribuidas privativamente a outros juizes, intervindo sómente na execução das sentenças proferidas em grão de recurso extraordinario das decisões dos juizes e tribunaes dos Estados, quando o juiz ou tribunal recorrido recusar cumprir a sentença superior;

c) as cartas de sentença de tribunaes estrangeiros, depois de homologadas pelo Supremo Tribunal Federal, bem como as rogatorias emanadas de autoridades estrangeiras, depois que tiverem o *exequatur* do Governo Federal, sendo exclusivamente competente para o exercicio desta attribuição o juiz seccional do Estado onde tiverem de ser executadas as diligencias deprecadas.⁶⁴

Art. 62. No caso de accusação do Presidente da Republica, si elle se achar ausente da Capital, o decreto de accusação será intimado, em virtude de incumbencia do Presidente da Camara dos Deputados, pelo juiz seccional que tiver jurisdicção no lugar onde se achar o accusado.⁶⁵

Art. 63. O juiz seccional é competente para conceder fiança provisoria ou definitiva aos réos sujeitos á sua jurisdicção ou á do Jury federal, assim como para proceder por si, seu substituto ou supplente em exercicio ao corpo de delicto em todos os casos da competencia da justiça federal, observando em relação a esses actos, assim como a prisões, buscas, apprehensões e outros, as disposições das leis processuaes.⁶⁶

Art. 64. Aos juizes seccionaes dentro da sua jurisdicção compete igualmente conhecer da petição de *habeas corpus*, ainda que a prisão ou a ameaça desta seja feita por autoridade estadual, desde que se trate de crime da jurisdicção federal, ou o acto se dê contra funcionarios da União.⁶⁷

⁶⁴ L. n. 221, art. 12, § 4º, e art. 17.

⁶⁵ L. n. 27, de 7 de janeiro de 1892, art. 11.

⁶⁶ L. n. 221, art. 42, IV.

⁶⁷ L. n. 221, art. 23, 1ª alinea.

Art. 65. Aos juizes seccionaes pertencem ainda as seguintes attribuições :

a) representar ao Governo Federal sobre a criação dos logares dos supplentes do seu substituto, fóra da respectiva s'ide, demonstrando a necessidade da criação e designando os limites das circumscripções ;

b) propor ao Governo Federal os supplentes do seu substituto ;

c) nomear os officiaes do seu Juizo e demittir os que forem demissiveis ;

d) impôr as penas disciplinares de que tratam os arts. 104 e 106 ;

e) resolver as duvidas que se suscitarem sobre a legalidade da extradiegão de criminosos ou sobre a preferencia, no caso de concorrerem pedidos de diversos Estados.

Esta attribuição será exercida pelo juiz seccional do Estado requerido.⁶⁸

Art. 66. A alçada destes juizes é fixada em 2:000\$; mas sempre a excedem as questões de direito criminal, de direito constitucional, de direito internacional publico ou privado, as de divorcio, nullidade ou annullação de casamento, as que se fundarem em convenções ou tratados da União com outras nações, as que derivarem de actos administrativos do Governo Federal e de actos das autoridades administrativas federaes, que offendam direitos individuaes e todas aquellas em que for parte a União ou algum Estado.⁶⁹

CAPITULO VII

SUBSTITUTOS E SUPPLENTES

Art. 67. Haverá em cada secção da justiça federal um juiz substituto, que será nomeado pelo Presidente da Republica para servir durante seis annos.⁷⁰

⁶⁸ L. n. 221, art. 3º, §§ 1º e 2º; D. n. 848, arts. 32, 369, 370, L. n. 39, de 30 de janeiro de 1892, art. 1º, VI, *b*.

⁶⁹ D. n. 848, art. 9º, II, *a*; L. 221, art. 12, § 3º, e art. 13, § 15; D. n. 481 de 24 de janeiro de 1890, art. 113.

⁷⁰ D. n. 848, art. 13.

Art. 68. Compete ao juiz substituto:

a) conhecer e julgar as suspeições postas ao juiz seccional com *appellação* devolutiva tão sómente para o Supremo Tribunal Federal;

b) substituir o juiz seccional em todos os impedimentos deste;

c) auxiliar o juiz seccional nos actos preparatorios dos processos criminaes, civeis e fiscaes de sua jurisdicção, não podendo, porém, proferir sentença definitiva, ou interlocutoria com força de definitiva, nem o despacho de pronuncia ou não pronuncia, salvo o caso de substituição plena em um ou mais feitos;

d) formar culpa nos crimes de que trata o art. 57 letra i.⁷¹

Art. 69. O exercicio do juiz substituto é regulado pelo modo seguinte :

Ao juiz seccional, estando em exercicio, serão sempre feitos os primeiros requerimentos para quaesquer acções ou diligencias judiciais.

Quando, porém, não puderem, por affluencia de trabalho, dar prompto expediente, antes de proferirem qualquer despacho, declararão que — seja presente ao substituto.

Si o juiz effectivo não estiver em exercicio, ao substituto se fará logo o requerimento inicial.

De taes processos assim iniciados pelo substituto, tem o juiz effectivo, voltando ao exercicio, a competencia para continuar o preparo; poderá, porém, declinar, si quando lhe forem apresentados, e antes de proferir qualquer despacho, nelles declarar que — prosiga o substituto.

Salva a disposição especial antecedente, uma vez iniciada a acção ou diligencia judicial perante o substituto, é delle indeclinavel o preparo do processo; pertencendo exclusivamente ao juiz effectivo, quando lhe forem os autos conclusos, ordenar compatíveis rectificações e diligencias e proferir as sentenças definitivas ou

⁷¹ Dec. n. 848, art. 49, letras a e b ; L. n. 221, art. 18 ; L. n. 515 de 3 de novembro de 1898, art. 2º.

com força de definitiva no civil e as sentenças de julgamento e pronuncia no crime.

Outrosim, quando o juiz effectivo tiver iniciado qualquer acção ou diligencia judicial, só por motivo de suspeição superveniente poderá declinar para o substituto a continuação do preparo do processo.

O juiz substituto sómente exercerá a jurisdição plena, quando o juiz effectivo se achar impedido.

Quando o juiz substituto entrar no exercicio da jurisdição plena, é substituido pelo supplente no exercicio dos actos da jurisdição voluntaria ou contenciosa da competencia ordinaria do juiz substituto. ⁷²

Art. 70. Na sêde do juiz seccional terá o seu substituto tres supplentes, e poderão ser creados outros tantos nas circumscripções em que convier.

§ 1.º Fôra da sêde do juiz seccional os logares de supplente do substituto serão creados por decreto do Governo Federal, em virtude da representação de que trata o art. 65, podendo cada uma das circumscripções comprehender mais de dous termos ou comarcas.

§ 2.º Os supplentes do substituto serão nomeados pelo Governo Federal, sobre proposta do juiz seccional, dentre os bons cidadãos que estiverem no gozo dos direitos politicos, com preferencia os graduados em direito, para servirem durante quatro annos.

§ 3.º A portaria de nomeação designará a ordem em que os supplentes devem exercer a substituição. ⁷³

Art. 71. Os supplentes na sêde do Juizo seccional só funcionarão na falta ou impedimento do juiz substituto.

Nas outras circumscripções os supplentes, além de procederem ás diligencias que lhes forem commettidas pelo juiz seccional ou seu substituto, devem nos casos urgentes, não estando presente nenhum destes, tomar e autorisar as medidas assecratorias de direitos ou preventivas de damno ou perigo imminente, como inventarios e arrecadação de salvados, ratificações de protesto de arribada, de processos testemunháveis de si-

⁷² D. n. 4324 de 22 de novembro de 1871, art. 3, § 2 e art. 4.

⁷³ L. n. 221, art. 3º §§ 1, 2 e 3.

nistros, avarias e quaesquer perdas, embargos ou arres-tos, justificações e outras, e igualmente proceder às diligencias criminaes a bem da justiça federal, partici-pando-o immediatamente ao juiz seccional. ⁷⁴

Art. 72. Desde que forem empossados os supplentes do substituto em qualquer circumscripção, cessará ali a competencia provisoriamente dada às justicas locais para tomarem e autorisarem medidas assecutorias de direitos ou preventivas de damno ou perigo imminente, estando ausente a autoridade federal e independentemente de requisição della. ⁷⁵

Art. 73. Para procederem supplentes às diligencias e actos que lhes forem commettidos pelo juiz seccional ou os que lhes competem nos casos urgentes de que trata o art. 71, como os de quaesquer medidas preventivas ou assecutorias, póde a commissão ser dada, na primeira hypothese, e a participação ser feita ao juiz seccional, na segunda, por officio ou telegramma, sendo este confirmado por despacho nos autos ou officio da mesma data. ⁷⁶

CAPITULO VIII

AUDIENCIAS NO JUIZO SECCIONAL

Art. 74. Os juizes seccionaes darão em cada semana uma ou mais audiencias, com attenção à regular affluencia dos negocios. ⁷⁷

Os juizes substitutos darão suas audiencias nos mesmos dias em que as derem os effectivos, antes ou depois destes, conforme for mais conveniente e de accordo combinarem. ⁷⁸

Art. 75. Os juizes farão as audiencias dos feitos civis em diferentes dias daquelles que forem destinados

⁷⁴ D. n. 1120 A, de 21 de fevereiro de 1891; L. n. 221, art. 19.

⁷⁵ L. n. 221, art. 9º.

⁷⁶ L. n. 221, art. 82.

⁷⁷ C. do P., art. 58; D. n. 818, art. 366.

⁷⁸ D. n. 4821, de 1871, art. 77.

para as audiencias dos feitos criminaes, e quando por algum motivo justo se fizerem nos mesmos dias, sempre serão de modo que sejam inteiramente separadas e distinctas umas das outras. ⁷⁹

Art. 76. As audiencias serão feitas em casa publica para ellas destinadas, e, sómente não as havendo, terão logar na casa de residencia do juiz ou em qualquer outra em que possa ser. ⁸⁰

O juiz que, havendo casa publica para esse fim destinada, der audiencia em outra, incorrerá em uma multa de 100\$ a 150\$000. ⁸¹

Art. 77. Todas as audiencias e sessões dos tribunaes e jurados serão publicas, a portas abertas, com assistencia de um escrivão, de um official de justiça ou continuo, em dia e hora certa e invariavel, annuciado o seu principio pelo toque de campainha. ⁸²

Art. 78. Nas audiencias e sessões os espectadores, as partes e os escrivães se conservarão sentados; aquellas, porém, levantar-se-hão, quando fallarem ao juiz, tribunal ou jurados, e todos quando estes se levantarem. ⁸³

Art. 79. As partes que faltarem ao respeito devido ao juiz em qualquer audiencia ou acto judicial poderão ser multadas até a quantia de 50\$, conforme a gravidade do caso.

E quando os excessos forem criminosos, será mais preso o delinquente para se ver processar, lavrando o escrivão o respectivo auto. ⁸⁴

CAPITULO IX

JURY FEDERAL

Art. 80. O Jury federal compor-se-ha de 12 juizes sorteados dentre 48 cidadãos qualificados jurados na

⁷⁹ R. n. 120, de 1842, art. 193.

⁸⁰ C. do P., art. 58; D. n. 848, art. 367.

⁸¹ R. n. 120, de 1842, art. 196.

⁸² C. do P., art. 59.

⁸³ C. do P., art. 60.

⁸⁴ D. n. 848, art. 368.

capital do Estado onde houver de funcçãoar o tribunal e segundo as prescripções e regulamentos estabelecidos pela legislação local.⁸³

Poderá, todavia, haver sessão si comparecerem pelo menos 36 jurados.

Art. 81. A lista dos jurados de cada uma das capitães servirá de base para a composição do Jury federal, devendo ser remettida uma cópia authenticica ao juiz seccional pelo presidente do Jury local.

§ 1.º Poderá, porém, o Procurador da Republica ou qualquer cidadão residente no logar reclamar perante o juiz seccional contra a indevida inclusão ou exclusão dentro de 15 dias, contados do edital, que o mesmo juiz mandará affixar ao receber a lista.

§ 2.º Do despacho do juiz que attender ou não á reclamação, haverá recurso no effeito devolutivo para o Supremo Tribunal Federal, que delle tomará conhecimento na fórma determinada no seu regimento para os agravos.

§ 3.º Além da cópia authenticica da lista dos jurados apurados nas capitães dos Estados e no Districto Federal remettida ao Juizo seccional depois da publicação da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, ser-lhe-ha remettida annualmente uma outra das alterações occorridas em virtude da revisão; devendo essas cópias ser archivadas no cartorio do mesmo Juizo, com todos os documentos relativos ás reclamações, decisões e recursos, a que se refere este artigo.

§ 4.º Em livro proprio, aberto, rubricado, numerado e encerrado pelo juiz, o escriptão transcreverá a relação dos jurados com as alterações constantes dos despachos e sentenças que forem proferidos sobre as reclamações.⁸⁴

Art. 82. O juiz da respectiva secção será o presidente do tribunal do Jury federal, e como tal lhe compete:

a) convocar o Jury ao menos duas vezes no anno, havendo processos preparados e procedendo previamente ao sorteio dos 48 jurados que devem servir em cada sessão judiciaria;

⁸³ D. n. 813, art. 11; L. n. 221, art. 15, I e IV.

⁸⁴ L. n. 221, art. 11.

b) conhecer das escusas dos jurados e das testemunhas, e impor-lhes a multa ou pena em que incorrerem ;

c) manter a ordem e policia das sessões ;

d) proceder ao sorteio dos 12 juizes de facto para cada julgamento, interrogar os accusados, regular a marcha do processo, o debate e a inquirição das testemunhas ;

e) decidir as questões incidentes que forem de direito e de que dependerem as deliberações finaes do Jury ;

f) submeter aos juizes de facto todas as questões occurrentes que forem de sua competencia ;

g) formular os quesitos a que devem responder os jurados ;

h) proferir a sentença de conformidade com a lei e as decisões dos juizes de facto, devendo, si a sentença for absolutoria, pôr immediatamente em liberdade o réo preso, e si for condemnatoria, proporcionar a pena ao crime, conforme as regras estabelecidas no Codigo Penal ;

i) mandar tomar por termo as appellações interpostas para o Supremo Tribunal Federal. ⁸⁷

Art. 83. Compete ao Jury federal julgar :

a) os crimes politicos, e como taes se consideram os definidos no livro 2º, tit. 1º e seus capitulos, e tit. 2º, cap. 1º do Codigo Penal ;

b) a sedição contra funcionario federal ou contra a execução de actos e ordens emanadas de legitima autoridade federal, conforme a definição do art. 118 do Codigo Penal ;

c) a resistencia, desacato e desobediencia á autoridade federal e tirada de presos do poder da justiça federal, segundo as disposições dos capitulos 3 a 5 do tit. 2º do citado livro do Codigo Penal ;

d) os crimes de responsabilidade dos funcionarios federaes que não tiverem fóro privilegiado (Tit. 5 do cit. livro), não comprehendido o de peculato ;

e) os crimes contra a propriedade nacional comprehendidos no cap. 1º do tit. 12 do mesmo livro ;

f) a falsificação de actos das autoridades federaes, de titulos da divida nacional, de papeis de credito e de valo-

⁸⁷ 1

art. 41, 1º alinea ; L. n. 221, art. 15.

res da nação ou de banco autorizado pelo Governo Federal; não comprehendidos os definidos nos arts. 246, 247 e 250 do Codigno Penal;

g) interceptação ou subtracção de correspondencia postal ou telegraphica do Governo Federal (Cap. 4º do Tit. 4º do mesmo livro);

h) os crimes contra o livre exercicio dos direitos politicos nas eleições federaes ou por occasião de actos a ella relativos (Cap. 1º do Tit. 4º do mesmo livro);

i) a falsidade de depoimento ou de outro genero de prova em Juizo federal (Secção 4ª do Cap. 2º do Tit. 6º do mesmo livro);

j) os crimes definidos no Tit. 3º, 1ª parte da lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892. ⁸⁸

Art. 84. Os jurados que faltarem ás sessões, ou que, tendo comparecido, se retirarem antes de ultimada, incorrerão na multa de 10\$ a 20\$ por cada dia de sessão. ⁸⁹

Art. 85. Os juizes seccionaes não poderão relevar, sinão até tres dias depois de encerradas as sessões do Jury, as multas impostas durante ellas. ⁹⁰

Art. 86. Os nomes dos multados, assim como as quantias das multas, serão declarados em editaes do juiz seccional, e o escrivão remetterá uma cópia do termo ou da sentença condemnatoria á Fazenda Nacional para proceder á cobrança e fazel-a publicar pela imprensa.

Igual publicação se fará dos nomes dos jurados que mais assíduos forem em assistir ás sessões. ⁹¹

Art. 87. Os jurados, que comparecerem em uma sessão, não servirão em outra, enquanto não tiverem servido todos os alistados, ou não o exigir a necessidade por falta absoluta de outros. ⁹²

Art. 88. As sessões dos jurados serão todas publicas, e ninguem assistirá a ellas com armas, ainda que não sejam das defesas, de qualquer natureza que forem, sob pena de

⁸⁸ Dec. n. 848, art. 40; L. n. 221, art. 20; L. n. 515 de 3 de novembro de 1898, art. 1º.

⁸⁹ L. n. 261 de 1841, art. 103.

⁹⁰ D. n. 446 de 22 de maio de 1890, art. 1, § 2.

⁹¹ C. do Proc., art. 286.

⁹² C. do Proc., art. 289.

ser preso como em flagrante, e punido com as penas impostas aos que usam de armas defesas. ⁹³

Art. 89. As decisões do Jury, porém, deverão ser dadas em escrutínio secreto, nem se poderá fazer declaração alguma no processo, por onde se conheça quaes os jurados vencidos e quaes os vencedores. ⁹⁴

Quando os jurados se recolherem à sala das suas conferencias, dous officiaes de justiça, por ordem do juiz, serão postados à porta, para não consentirem que saia algum jurado, ou que alguém entre, ou se communique por qualquer maneira com os jurados, sob pena de serem punidos como desobedientes. ⁹⁵

Art. 90. As decisões do Jury serão tomadas por maioria de votos. O empate será em favor do réo. ⁹⁶

Art. 91. O Jury federal, quando convocado, celebrará em dias successivos, com excepção dos domingos, as sessões necessarias para julgar os processos preparados. ⁹⁷

CAPITULO X

DOS SERVENTUARIOS DO JUIZO SECCIONAL E JURY FEDERAL

Art. 92. Junto a cada juiz de secção haverá um es-
crivão e porteiros, continuos ou officiaes de justiça, se-
gundo as exigencias do serviço. ⁹⁸

Art. 93. Estes empregados serão nomeados livremente pelo juiz respectivo e por elle empossados de suas func-
ções, não podendo o escrivão ser destituído sinão em
virtude de sentença e sendo os demais demissiveis *ad
nutum*.

§ 1.º No Districto Federal e nos Estados de S. Paulo,
Minas Geraes e Pernambuco servirão dous escrivães.

⁹³ C. do Proc., art. 288.

⁹⁴ L. n. 261, art. 65; R. n. 120, art. 334.

⁹⁵ C. do Proc., art. 333.

⁹⁶ D. n. 848, art. 42.

⁹⁷ L. n. 221, art. 21.

⁹⁸ L. n. 848, art. 32.

§ 2.º Na falta ou impedimento de algum destes empregados o juiz designará quem o substitua. ⁹⁹

Art. 94. São mantidos os lugares de avaliadores da Fazenda Nacional creados pelo decreto n. 391 de 10 de maio de 1829 para servirem em todas as causas em que for interessada a Fazenda Nacional por taxas de heranças e legados nos inventarios ou na arrecadação de bens de defuntos e ausentes, bem como nas arrecadações fiscaes.

Paraphrasso unico. Serão nomeados pelo Presidente da Republica, e nos casos de impedimento prolongado os procuradores proporão ao Ministro da Fazenda pessoa idonea que os substitua. ¹⁰⁰

Art. 95. O serventuario de justiça deve :

- a) ser cidadão brasileiro, estar no goso dos direitos politicos e ter mais de 21 annos ;
- b) saber ler e escrever correctamente ;
- c) ter e provar a moralidade necessaria.

Para o provimento do logar exhibirão os pretendentes as provas de idoneidade perante a autoridade competente para a nomeação. ¹⁰¹

Art. 96. Incumbe aos escrivães :

- a) ter os seus cartorios perto da casa das audiencias, e a elles comparecer em todos os dias uteis ;
- b) estar presente á hora marcada nas audiencias ;
- c) desempenhar as suas funcções em todos os feitos da competencia do Juizo a que pertencem ;
- d) observar sempre o seu regimento no exercicio de actos do officio ;
- e) ter sob a sua guarda e responsabilidade todos os autos e papeis que lhes tocarem por distribuição, ou que em razão de seu officio lhes forem entregues pelas partes ;
- f) tomar nota da entrada, movimento e estado dos autos em livros especiaes de registro, e organizar indices

⁹⁹ D. n. 818, art. 32.

¹⁰⁰ L. n. 221, art. 83.

¹⁰¹ D. n. 9420 de 1885, arts. 81 e 85.

por ordem da distribuição ou numeração e pela ordem alphabetica dos nomes das partes ;

g) conservar os cartorios regularmente arrumados e com asseio, dividindo os autos e papeis em classes, e organisando cada uma destas pela ordem chronologica das datas de entrada ou distribuição ;

h) promover o pagamento dos autos e emolumentos em estampilhas ou por meio de guia á Recebedoria ;

i) fazer á sua custa as diligencias que se mandarem renovar por erro ou culpa sua, sem embargo das outras penas em que por isso tenham incorrido ;

j) prestar ás partes interessadas, quando solicitarem, informações verbaes ácerca do estado e andamento dos feitos e passar-lhes, independentemente de despacho, as certidões *verbo ad verbum* ou em relatorio que requerem, salvo sobre assumpto em segredo de justiça. ¹⁰²

Art. 97. O escrivão será o contador do Juizo sob a immediata fiscalisação do juiz seccional. ¹⁰³

Art. 98. Nas secções em que houver mais de um escrivão do Juizo, servirão os escrivães em todas as causas por distribuição, que será feita pelo juiz respectivo. ¹⁰⁴

Art. 99. Não prejudicam ás partes os erros dos escrivães. ¹⁰⁵

Art. 100. Os escrivães poderão ter um ou mais escreventes nomeados pelos respectivos juizes sob proposta sua, e prestado o compromisso legal.

§ 1.º Os escreventes escreverão os autos e termos em que não se exija a presença do juiz, devendo sempre os ditos actos ser subscriptos pelos escrivães a quem coadjuvam.

§ 2.º Tem direito á quarta parte da rasa ou a um salario pago pelo respectivo serventuário.

§ 3.º Substituem os serventuários nos impedimentos até 8 dias, e nos impedimentos mais prolongados podem ser designados pelos juizes. ¹⁰⁶

¹⁰² D. n. 1030 de 1890, art. 192 ; D. n. 470 de 1890, art. 1.º

¹⁰³ D. n. 848, art. 360.

¹⁰⁴ D. n. 135 de 1891, art. 4º.

¹⁰⁵ D. de 20 de dezembro de 1830, art. 10.

¹⁰⁶ D. n. 9420 de 28 de abril de 1885, art. 136 e seg.

Art. 101. Incumbe ao porteiro dos auditorios apregoar a abertura e encerramento das audiencias, affixar editaes e fazer citações e prégões em audiencia ou em praça publica.¹⁰⁷

Art. 102. Aos officiaes de justiça incumbe :

a) fazer pessoalmente citações, penhoras, sequestros, prisões e mais diligencias ;

b) executar todas as ordens do seu juiz.

Paragrapho unico. Para a prisão dos delinquentes e para testemunhar qualquer facto de sua competencia poderão os officiaes de justiça chamar as pessoas que para isso forem proprias, e estas obedecerão, sob pena de serem punidas como desobedientes.¹⁰⁸

Art. 103. E' da competencia de quaesquer juizes a nomeação e demissão dos officiaes de justiça, que perante elles servirem, podendo fixar-lhes o numero, segundo as necessidades do serviço.¹⁰⁹

Art. 104. Contra os serventuarios que os juizes acharem em culpa ou omissos, procederão conforme o caso, ou advertindo, ou responsabilizando, ou impondo alguma das penas disciplinares seguintes :

1.^a Advertencia ;

2.^a Multa até 100\$000 ;

3.^a Suspensão até dous mezes.

A pena de suspensão importa a cessação de todos os vencimentos do emprego.¹¹⁰

As penas disciplinares serão impostas independentemente de processo e pela verdade sabida.¹¹¹

Art. 105. Das penas disciplinares não ha recurso algum.¹¹²

¹⁰⁷ Ord. L. 3^a, T. 19, § 4^o, T. 20, § 21, T. 86, § 9.

¹⁰⁸ C. do Proc., arts. 21 e 22; Ord. L. 3^a, T. 1 e 86.

¹⁰⁹ R. n. 9120, de 1885, art. 8^o.

¹¹⁰ D. n. 831, de 2 de outubro de 1851, art. 50; D. n. 1572, de 7 de março de 1855; D. n. 9120, arts. 315, 316 e 317.

¹¹¹ D. n. 848, art. 369.

¹¹² D. n. 824, art. 52.

Art. 106. Não terão logar estas penas disciplinares, quando nos regimentos especiaes houver alguma pena para a omissão de que se trata. ¹¹³

Art. 107. Os juizes na imposição das penas disciplinares de responsabilidade observarão as regras seguintes:

a) não poderão deixar de determinar a responsabilidade e instaurar o processo respectivo nos crimes de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, excesso ou abuso de autoridade ou influencia de emprego;

b) poderão, em vez de responsabilidade, impôr somente as penas disciplinares, conforme a gravidade do caso, nas omissões criminosas previstas pelo Código Penal, quando dessas omissões se não seguir provavelmente prejuizo publico ou particular;

c) poderão impôr nos casos não previstos pelo Código Penal as penas do art. 104, ns. 2 e 3, conforme a gravidade do caso e precedendo comunicação. ¹¹⁴

Art. 108. Aos officiaes omissos pôde ser tambem imposta a pena disciplinar de prisão que não passe de cinco dias. ¹¹⁵

CAPITULO XI

MINISTERIO PUBLICO

SECÇÃO I

Do Procurador Geral da Republica

Art. 109. O Procurador Geral da Republica será nomeado pelo Presidente da Republica dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, e conservado no cargo emquanto bem servir. ¹¹⁶

Art. 110. O cargo de Procurador Geral da Republica é obrigatorio, salvo escusa legitima a juizo do Presidente

¹¹³ L. n. 824, art. 53.

¹¹⁴ L. n. 824, art. 54.

¹¹⁵ Dec., art. 212, § 1º.

¹¹⁶ L. n. 824, art. 21; L. n. 280, de 29 de julho de 1895.

da Republica, ou opção entre os cargos de presidente ou vice-presidente do Supremo Tribunal Federal e o de nomeação do Chefe da Nação. ¹¹⁷

Art. 111. Compete-lhe :

§ 1.º Exercer a acção publica e promover-a até final em todas as causas da competencia do Supremo Tribunal.

§ 2.º Funcionar como representante da União, e em geral officiar e dizer de direito em todos os feitos submettidos à jurisdicção do Supremo Tribunal.

§ 3.º Velar pela execução das leis, decretos e regulamentos, que devem ser applicados pelos juizes federaes.

§ 4.º Defender a jurisdicção do Supremo Tribunal Federal e a dos mais juizes federaes.

§ 5.º Fornecer instrucções e conselhos aos procuradores seccionaes e resolver consultas destes sobre materia concernente ao exercicio da Justiça federal.

§ 6.º Suscitar perante o Supremo Tribunal Federal os conflictos entre o Governo de um Estado e o da União nos casos que pertençam ao conhecimento do referido tribunal.

§ 7.º Prover ás causas que a União houver de propôr contra o Governo ou a Fazenda publica de qualquer dos Estados ou do Districto Federal e defender os direitos da União nas que lhe mover qualquer de seus membros ou nação estrangeira.

§ 8.º Exercer perante os Poderes Supremos da Nação, de conformidade com as leis em vigor, as attribuições de procurador da Soberania e Fazenda Nacional e de promotor da Justiça federal.

§ 9.º Requerer a revisão dos processos findos em materia criminal, quando lhe parecer que cumpre :

a) absolver o condemnado ou attenuar a pena, por ser a sentença condemnatoria contraria a direito expresso ou à evidencia dos autos ;

b) submeter o condemnado a novo processo ou julgamento em razão de nullidade absoluta ou de pleno direito ;

¹¹⁷ R. do S. T., art. 7º.

c) declarar a innocencia do condemnado à vista de novas provas exhibidas.

§ 10. Promover o andamento dos processos em que haja de funcionar e a execução das respectivas sentenças.

§ 11. Dar posse aos Procuradores Seccionaes e nomear quem os substitua em suas faltas e impedimentos temporarios.

§ 12. Requisitar da autoridade competente as diligencias, certidões e quaesquer esclarecimentos necessarios para o regular desempenho de suas funcções. ¹¹⁸

Art. 112. Pertencem-lhe mais as seguintes attribuições :

§ 1.º Representar aos Poderes Publicos o que entender a bem da fiel observancia da Constituição, leis e tratados federaes.

§ 2.º Consultar às Secretarias de Estado, especialmente sobre :

- a) extradicações ;
- b) expulsão de estrangeiros ;
- c) execução de sentença de tribunal estrangeiro ;
- d) autorisação às companhias estrangeiras para funcionarem na Republica ;
- e) concessão e caducidade de privilegios, patentes de invenção, contractos de serviços publicos e quaesquer outros em que for interessada a Fazenda Nacional ;
- f) alienação, aforamento, locação ou arrendamento de bens nacionaes ;
- g) aposentadorias, reformas, jubilações, pensões, montepio dos funcionarios publicos federaes.

§ 3.º Apresentar ao Presidente da Republica annualmente o relatorio dos trabalhos do ministerio publico em geral com as informações recebidas sobre os serviços executados, duvidas e difficuldades occorridas na execução das leis e indicação das providencias necessarias para o regular exercicio de suas funcções e administração da justiça. ¹¹⁹

¹¹⁸ D. n. 848, art. 24 ; L. n. 221, art. 38 ; R. do S. T., art. 20.

¹¹⁹ L. n. 221, art. 33.

Art. 113. O Procurador Geral officiará por escripto em todos os casos expressos em lei, ou quando o requerer ou o tribunal assim resolver, podendo nos outros casos dar o seu parecer ou fazer as requisições verbalmente.

Sempre que sua audiencia for necessaria, deverá constar da sentença que foi ouvido, e quando deva assistir ao julgamento escreverá abaixo das assignaturas dos juizes estas palavras — fui presente; sendo-lhe permitido nesse acto expressar ou rectificar a requisição que haja feito e tenha sido omittida ou imperfeitamente mencionada na sentença, devendo rubricar a sua declaração. ¹²⁰

Art. 114. O Procurador Geral tem o direito de tomar parte na discussão de todos os assumptos que forem submittidos ao tribunal; mas só pôde votar naquelles que não fizerem objecto de julgamento ou decisão judicial. ¹²¹

Art. 115. No impedimento do Procurador Geral, bem como em sua falta, enquanto não tiver sido nomeado e empossado quem, a título de effectivo, lhe succeda no exercicio do cargo, servirá o ministro que for para isso designado pelo presidente do tribunal. ¹²²

Art. 116. As Secretarias de Estado facultarão ao Procurador Geral o exame de todos os papeis e documentos que possam esclarecer o assumpto sobre o qual seja ouvido, e designarão um dos seus empregados para auxiliá-lo no serviço de escripturação de que carecer e registrar os seus pareceres. ¹²³

Art. 117. O Governo de cada Estado providenciara para que seja remettido ao Procurador Geral e ao respectivo procurador seccional um exemplar da Constituição, leis e decretos do mesmo Estado, immediatamente depois de publicado. ¹²⁴

¹²⁰ R. do S. T., art. 21.

¹²¹ R. do S. T., art. 22.

¹²² L. n. 221, art. 41.

¹²³ L. n. 221, art. 39.

¹²⁴ L. n. 221, art. 10.

SECÇÃO II

DOS PROCURADORES DA REPUBLICA, SEUS AJUDANTES E SOLICITADORES
NOS ESTADOS

Art. 118. Em cada secção de justiça federal haverá um procurador da Republica.

Em cada uma das circumscripções, em que forem creados os logares de supplentes de substituto do juiz seccional, haverá um ajudante do procurador da Republica.¹²⁵

Art. 119. Os procuradores da Republica e os seus ajudantes serão nomeados pelo Presidente da Republica, por intermedio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, dentre os doutores e bachareis em direito, sempre que for possível. Os ajudantes serão nomeados sob proposta do Procurador Geral da Republica ou, em sua falta, do presidente do Supremo Tribunal Federal.

Paragrapho unico. A' proposta precederá indicação do procurador da Republica da respectiva secção.¹²⁶

Art. 120. Os ditos funcionarios serão conservados emquanto bem servirem, respeitadas os direitos adquiridos dos procuradores nomeados sob o regimen do art. 33 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890.¹²⁷

Art. 121. No impedimento do procurador da Republica ou, no caso de licença ou de vaga, antes de tomar posse o novo procurador nomeado effectivamente pelo Presidente da Republica ou temporariamente pelo Procurador Geral da Republica, o juiz seccional respectivo nomeará quem o substitua interinamente ou *ad hoc*, conforme o caso, dentre os cidadãos habilitados em direito.¹²⁸

Art. 122. Os logares de solicitador serão creados por proposta do Poder Executivo acompanhada de estatística da Procuradoria e informação do Juizo seccional, e mediante proposta do respectivo procurador da Republica.

¹²⁵ D. n. 848, art. 23; L. n. 221, art. 4.

¹²⁶ L. n. 221, art. 4º, paragrapho unico.

¹²⁷ L. n. 280, de 29 de julho de 1895.

¹²⁸ L. n. 221, art. 8.

Esses solicitadores serão nomeados na fôrma do art. 132, § 1.^o ¹²⁹

Art. 123. O procurador da Republica, auxiliado pelos ajudantes e solicitadores, representa em sua respectiva secção os interesses e direitos da União, quer no Juizo seccional, e no Jury federal, em todas as causas de sua privativa competencia, quer perante as justiças locaes, no que interessar à Fazenda Nacional e à guarda e conservação daquelles direitos e interesses. ¹³⁰

Art. 124. Compete aos procuradores da Republica:

a) promover e exercitar a acção publica, funcionar e dizer de direito em todos os processos criminaes e causas que recahirem sob a jurisdicção da justiça federal;

b) solicitar instrucções e conselhos do Procurador General da Republica nos casos duvidosos;

c) cumprir as ordens do Governo da Republica relativas ao exercicio das suas funcções, denunciar os delictos ou infracções da lei federal em geral, promover o que for a bem dos direitos e interesses da União;

d) promover a execução e officiar nos processos criminaes sujeitos à jurisdicção federal até o seu julgamento final, quer perante os juizes singulares, quer perante o Jury. ¹³¹

Art. 125. Nas attribuições enunmradas no artigo anterior incluemem-se as seguintes perante o Juizo seccional:

1.^o Allegar e defender os direitos da Fazenda Nacional em todas as causas civeis, ordinarias ou summarias, em que for ella autora ou ré ou por qualquer maneira interessada.

2.^o Promover :

a) os processos executivos para a cobrança da divida activa, proveniente de impostos, taxas, multas e outras fontes de receita federal;

b) os de desapropriação por necessidade ou utilidade nacional;

¹²⁹ D. n. 173 B, de 1893, art. 6, alinea 1.

¹³⁰ L. n. 221, art. 23.

¹³¹ D. n. 818, art. 21.

c) os de incorporação de bens nos proprios nacionaes ;
d) os de arrematação de objectos depositados nos cofres nacionaes, quando não sejam levantados dentro do prazo de cinco annos, e a isso não se opponham as partes interessadas.

3.º Requerer as providencias legais assecutorias dos direitos da União e as avocatorias garantidoras da jurisdicção do Juizo.

4.º Officiar nas habilitações e justificações que, perante o mesmo Juizo, tenham de ser processadas, devendo sempre ser ouvido depois de produzida a prova testemunhal.

5.º Interpor os recursos legais das decisões e sentenças proferidas nos processos crimes, civeis ou administrativos, em que lhe compete funcção.

6.º Promover a execução das sentenças em favor dos direitos e interesses da União. ¹³²

Art. 126. Em materia criminal incumbe tambem aos procuradores da Republica requerer no Juizo criminal competente a commutação em prisão da multa ou da indemnisação do damno causado á Fazenda Nacional. ¹³³

Art. 127. Perante as justiças locais compete-lhes:

1.º, assistir e officiar nas arrecadações de bens vagos, de defuntos e ausentes, assim como em todas as acções, justificações e reclamações que a respeito desses bens se levantarem em Juizo, requerer que sejam immediatamente recolhidos aos cofres nacionaes o ouro, prata, pedras preciosas, titulos de divida nacional e qualquer dinheiro que se arrecalar ou for apurado, e promover o processo de vacancia e devolução, desde que houver decorrido um anno contado do acto da arrecadação, si dentro delle não apparecerem interessados a habilitar-se como legitimos donos ou successores;

2.º, officiar nas reduções de testamento, nas contas de testamentarias e de capellas, em que for interessada a Fazenda Nacional, promover a arrecadação dos impostos

¹³² L. n. 221, art. 29.

¹³³ L. n. 221, art. 33.

que lhe forem devidos, e o que for a bem dos seus direitos aos residuos e aos vinculos que vagarem ;

3º, officiar no Juizo das fallencias, quando a Fazenda Nacional for nellas interessada, como credora de dividas de impostos ou de letras e titulos mercantis ;

4º, promover a execução das sentenças proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e em grão de recurso das decisões das justiças locaes, e requerer certidão de todas as peças necessarias do processo para promovel-a perante o Juizo seccional no caso de se recusarem as justiças locaes á devida execução. ¹³⁴

Art. 128. Tambem pertencem aos procuradores seccionaes as seguintes attribuições :

1.ª Interpor, nos casos em que lhes compete funcionar nos Juizos locaes da 1ª instancia, os recursos legaes para as justiças de 2ª instancia dos Estados ou do Districto Federal, e perante ellas defender os direitos e interesses da União ;

2.ª Interpor nos casos do art. 59 § 1º da Constituição Federal os recursos legaes para o Supremo Tribunal Federal ;

3.ª Representar ás competentes autoridades superiores do Estado ou do Districto Federal contra os actos das inferiores, que forem offensivos da Constituição, lei ou tratado federal, ou que redundem em opposição ás sentenças federaes ou denegação de sua devida execução ;

4.ª Participar ao Procurador Geral da Republica todos os actos dessa natureza, de que tiver conhecimento, e as providencias tomadas ; representar-lhe os conflictos de jurisdicção que se derem entre os juizes federaes de 1ª instancia, ou entre estes e os locaes, e os de attribuições entre aquellas e outras autoridades federaes ou locaes da secção, especificando os actos que os constituem e remetendo os documentos comprobatorios ;

5.ª Distribuir os serviços entre os ajudantes, solicitadores e escreventes, devendo funcionar exclusivamente como procurador em todas as causas não executivas

¹³⁴ L. n. 221, art. 32.

que se houverem de processar no juízo seccional, sem prejuízo do direito de exercer pessoalmente qualquer das outras attribuições ;

6.^a Dar instrucções aos seus ajudantes, e transmittir-lhes as que receber do Procurador Geral da Republica. ¹³⁵

Art. 129. Os ajudantes do procurador exercerão todas as funcções deste perante os respectivos juizes supplentes e receberão instrucções do procurador seccional, ou directamente do Procurador Geral da Republica. ¹³⁶

Art. 130. Aos solicitadores compete :

a) accusar as citações, notificações e diligencias nas causas ordinarias e summarias e nos processos em que for interessada a União ;

b) fiscalisar a execução dos mandados entregues aos officiaes de justiça, exigindo delles semanalmente uma relação escripta do serviço desempenhado ;

c) organisar um mappa geral do movimento dos ditos mandados para no principio de cada mez apresental-o ao procurador ou ao seu ajudante ;

d) participar ao procurador ou ao seu ajudante as faltas em que incorrerem os officiaes de justiça ;

e) rubricar as guias expedidas pelo juiz seccional para a solução dos impostos, tomando apontamento em um livro proprio, afim de darem conhecimento ao procurador, si, findo o prazo legal, não houver sido realizado o pagamento. ¹³⁷

SECÇÃO III

DO PROCURADOR DA REPUBLICA, AJUDANTES E SOLICITADORES NO DISTRICTO FEDERAL

Art. 131. Haverá no Districto Federal um procurador da Republica, dous adjuntos sob a designação de 1.^o e 2.^o e dous solicitadores da Fazenda. ¹³⁸

¹³⁵ L. n. 221, art. 35.

¹³⁶ L. n. 221, art. 36.

¹³⁷ L. n. 221, art. 37.

¹³⁸ L. n. 173 B, art. 1.

Art. 132. O procurador da Republica e os adjuntos serão nomeados na fôrma do art. 119.

§ 1.º O solicitador será nomeado pelo Ministerio da Fazenda, mediante proposta do procurador da Republica. ¹³⁹

§ 2.º Estes funcionarios serão conservados nos termos do art. 120. ¹⁴⁰

Art. 133. O procurador e o 1º adjunto, bem como o solicitador, servirão perante a justiça federal; o 2º adjunto representará a Fazenda Nacional perante a justiça local, devendo porém o procurador funcionar perante o Tribunal Civil e Criminal e a Corte de Appellação, salvo o direito de passar ao 2º adjunto o serviço por affluencia de trabalho. ¹⁴¹

Art. 134. O procurador e os adjuntos nas respectivas faltas e impedimentos se substituirão reciprocamente na ordem seguinte: o procurador é substituido pelo 1º adjunto; o 1º adjunto pelo 2º, e o 2º pelo procurador.

§ 1.º Nos casos de licença ou effectivo impedimento o substituto assumirá o exercicio pleno das funcções do substituido durante o tempo da licença ou nos pleitos em que o impedimento occorrer.

§ 2.º Nos impedimentos e faltas occasionaes ou incidentes, a substituição será para o acto a que o substituido não possa comparecer, e se dará, independentemente de qualquer documento escripto, pela simples presença do substituto. ¹⁴²

Art. 135. Nas faltas e impedimentos do solicitador da Fazenda, o procurador proverá a sua substituição, nomeando solicitador interino para o exercicio pleno, ou *ad hoc* para a substituição em um impedimento dado.

No caso da constituição de solicitador interino, o instrumento de nomeação, depois de pago o sello que for devido, será submettido ao visto do juiz federal e assim funcionará o substituto; no caso de constituição de soli-

¹³⁹ L. n. 221, art. 4º, § unico; D. n. 173 B, de 1893, art. 16.

¹⁴⁰ D. n. 173 B, art. 6º.

¹⁴¹ D. n. 1562 de 1893, art. 1º, paragrapho unico; L. n. 221, art. 31.

¹⁴² D. n. 1562, art. 3; L. n. 221, art. 31.

citador *ad hoc* o instrumento de nomeação será junto aos autos respectivos. ¹³³

Art. 136. Junto ao procurador da Republica no Districto Federal haverá um escrevente, que será nomeado por portaria do mesmo procurador. ¹³⁴

Art. 137. Ao procurador da Republica na secção do Districto Federal compete, além das attribuições conferidas aos procuradores em geral, promover nos casos legais a acção de nullidade das patentes de invenção e certidão de melhoramento passada pelo Governo Federal, e assistir ao processo por parte da Fazenda Nacional, quando promovido pelos interessados. ¹³⁵

Art. 138. As funções perante a justiça federal serão assim distribuidas :

a) a cobrança da divida activa da União será igualmente repartida entre o procurador e o 1º adjunto ;

b) os demais pleitos que a Fazenda houver de intentar, bem como os processos criminaes, serão directamente commettidos ao procurador, que poderá passal-os em qualquer termo do processo ao 1º adjunto, conforme a affluencia do serviço.

O procurador passará o serviço ao 1º adjunto por meio de uma portaria, que deverá ser junta aos autos, fazendo disto communicação ao ministerio respectivo, e poderá a todo tempo reassumir o serviço ;

c) O procurador é a pessoa competente para receber intimações iniciais que se promovam contra a Fazenda Nacional, podendo, depois de remetter a contra-fé ao Ministerio respectivo, passar o serviço ao 1º adjunto nos termos da alinea *b* deste artigo e seu paragrapho ;

d) As intimações que houverem de ser feitas no correr do processo serão recebidas pelo procurador ou pelo 1º adjunto, conforme seja este ou aquelle que tenha a seu cargo a questão ;

¹³³ D. n. 1532 de 1893, art. 1.

¹³⁴ L. n. 221, art. 24.

¹³⁵ L. n. 221, art. 31.

e) O serviço do Jury federal será feito privativamente pelo procurador, salvo o caso de substituição por falta ou impedimento. ¹⁴⁶

Art. 139. O solicitador exercerá os actos de seu officio sob a direcção do procurador e do 1º adjunto. ¹⁴⁷

CAPITULO XII

TITULO, COMPROMISSO E POSSE

Art. 140. O Governo dará diplomas de nomeação aos juizes federaes e aos agentes do ministerio publico.

Servirá de diploma ou titulo o proprio decreto de nomeação. ¹⁴⁸

Art. 141. O prazo legal para o empregado entrar em exercicio e tirar o titulo é de um mez no Districto Federal, de dous para o Estado do Rio de Janeiro, de quatro para os de S. Paulo e Espirito Santo, de cinco para todos os outros, com excepção de Matto Grosso, Piauhy e Amazonas, para os quaes será de sete mezes. ¹⁴⁹

Art. 142. O empregado que não entrar no exercicio do emprego para que for nomeado, e não tirar o respectivo titulo nos prazos marcados no artigo anterior, perderá o direito á nomeação.

§ 1.º Verificado na Secretaria da Justiça o lapso do tempo, será por despacho do Ministro julgada sem effeito a respectiva nomeação e a vacancia do logar.

§ 2.º Provando a parte impedimento legitimo antes de expirar o prazo, ser-lhe-ha concedida uma prorrogação por metade do tempo. ¹⁵⁰

Art. 143. Os empregados sujeitos ao Ministerio da Justiça que tiverem vencimentos dos cofres publicos nos Estados, tomarão posse e entrarão em exercicio á vista da comunicação official, independente de titulo.

¹⁴⁶ D. n. 1562 de 1893, art. 2.

¹⁴⁷ D. n. 173 B, de 1893, art. 5.

¹⁴⁸ C. do Proc., art. 50 ; D. n. 4032 de 23 de dezembro de 1863 ; D. n. 4667 de 5 de janeiro de 1871.

¹⁴⁹ D. n. 4302, art. 15.

¹⁵⁰ D. n. 4302, arts. 16, 17 e 18.

§ 1.º Os decretos de nomeação, depois de publicados no *Diario Official*, serão remettidos aos juizes seccionaes afim de serem entregues ás partes logo que apresentarem certidão de exercicio.

§ 2.º Ficará sem effeito a nomeação do empregado, que no prazo marcado no art. 40 não tiver solicitado a entrega do respectivo decreto, na fôrma do disposto na ultima parte do artigo anterior.

Neste caso, o juiz seccional devolverá o decreto à Secretaria de Estado afim de ser novamente provido o emprego respectivo. ¹⁵¹

Art. 144. Ao secretario do Supremo Tribunal Federal, aos empregados da respectiva secretaria e aos empregados e serventuarios em geral da Justiça Federal servirá de titulo o acto ou portaria de nomeação passada pela competente autoridade judiciaria, a qual deverá ser solicitada dentro de um mez a contar da publicação no *Diario Official*.

Art. 145. O pagamento dos direitos é condição essencial, cuja falta equivale à de não ter sido solicitado o titulo dentro do prazo legal, e importa a perda do officio. ¹⁵²

Art. 146. Teem competencia para dar posse e receber a promessa legal do cumprimento de deveres:

1.º O Presidente do Supremo Tribunal Federal a todas as autoridades federaes da ordem judiciaria e agentes do ministerio publico e aos empregados do mesmo tribunal.

2.º O Procurador Geral da Republica a todos os procuradores seccionaes.

3.º Os juizes seccionaes aos seus substitutos, aos suplentes destes, aos officiaes do Juizo; e, nos Estados, a todos os agentes do ministerio publico que com elle servirem. ¹⁵³

Art. 147. O presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal prestarão o compromisso no acto da posse perante o tribunal reunido com qualquer numero

¹⁵¹ D. n. 4667 de 3 de janeiro de 1871.

¹⁵² D. n. 120 de 23 de abril de 1885, art. 280.

¹⁵³ D. n. 120 de 23 de fevereiro de 1891, art. 5º.

de ministros, e todos os outros ministros o prestarão perante quem na occasião presidir o tribunal. ¹⁵⁴

Art. 148. Do compromisso se lavrará termo em um livro e será assignado por quem o prestar e quem o tomar. ¹⁵⁵

Art. 149. O compromisso póde ser prestado por procurador; mas o acto da posse sómente se considera completo para os effeitos legais depois do exercicio. ¹⁵⁶

Art. 150. Incorrerá no art. 135 do Cod. Penal a autoridade competente que á vista do titulo deixar, sem impedimento legitimo, de tomar o compromisso no prazo de tres dias. ¹⁵⁷

Art. 151. Os juizes removidos nos termos dos arts. 201 e 202 não serão obrigados a prestar novo compromisso, nem a tirar novo diploma, servindo-lhes de titulo a cópia dos decretos de remoção, por cuja expedição não pagarão direito nem emolumento algum. ¹⁵⁸

CAPITULO XIII

DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 152. Os juizes e os empregados de justiça não poderão exercer funcções de qualquer outro poder. ¹⁵⁹

Art. 153. Os membros do Poder Judiciario federal não podem ser votados para senador ou deputado ao Congresso Nacional.

Paragrapho unico. Esta incompatibilidade vigora até seis mezes depois de cessarem as funcções dos referidos funcionarios. ¹⁶⁰

Art. 154. Os parentes consanguineos ou affins na linha ascendente e descendente e na collateral até o 2º gráo

¹⁵⁴ L. n. 221, art. 26.

¹⁵⁵ C. do Proc., art. 51.

¹⁵⁶ D. n. 4302, art. 9.º

¹⁵⁷ D. n. 4302, art. 13.

¹⁵⁸ L. n. 559 de 28 de junho de 1850, art. 4º.

¹⁵⁹ C., art. 79; R. do S. T., art. 8º.

¹⁶⁰ L. n. 35 de 26 de janeiro de 1892, art. 30, VIII.

não podem ao mesmo tempo ser membros do Supremo Tribunal Federal. ¹⁶¹

Art. 155. A incompatibilidade se resolve, antes da posse, contra o ultimo nomeado, ou o menos idoso, sendo a nomeação da mesma data; depois da posse, contra o que deu causa à incompatibilidade, ou si esta for imputavel a ambos, contra o mais moderno. ¹⁶²

Art. 156. Os juizes seccionaes que acceitarem cargos extranhos à judicatura ficarão avulsos, sem perceber vencimentos nem contar antiguidade como juiz, devendo considerar-se vago e ser preenchido o seu logar. ¹⁶³

Art. 157. Renuncia o cargo de procurador da Republica o que acceitar outro logar. ¹⁶⁴

Art. 158. E' vedado ao magistrado:

a) Commercial.

Nesta prohibição não se comprehende a faculdade de dar dinheiro a juro ou a premio, comtanto que o magistrado não faça do exercicio desta faculdade profissão habitual de commercio; nem a de ser accionista em qualquer companhia, uma vez que não tome parte na gerencia administrativa da mesma companhia. ¹⁶⁵

b) Advogar ou aconselhar, excepto nas suas causas ou das pessoas a respeito das quaes forem suspeitas. ¹⁶⁶

Art. 159. Os escrivães não podem ser procuradores nem advogados sinão em causas proprias ou de seus familiares. ¹⁶⁷

Art. 160. Cassada a nomeação de um serventuario por incompatibilidade, não póde, cessando o motivo desta, voltar o mesmo serventuario ao exercicio do cargo, sinão em virtude de nova nomeação. ¹⁶⁸

¹⁶¹ Dec. n. 848, art. 5º; It. do S. T., art. 4, paragrapho unico.

¹⁶² D. n. 848, art. 5º; R. do S. T., art. 4º, paragrapho unico.

¹⁶³ L. n. 221, art. 80.

¹⁶⁴ L. n. 221, art. 81.

¹⁶⁵ C. P., art. 233.

¹⁶⁶ Ord. L. 3º, tit. 28, § 2º.

¹⁶⁷ O. 1º, tit. 43, § 21.

¹⁶⁸ : art. 337.

CAPITULO XIV

DAS LICENÇAS

Art. 161. O presidente do Supremo Tribunal Federal poderá conceder licença até quatro mezes com ou sem ordenado aos membros do mesmo tribunal e aos empregados da respectiva secretaria, aos juizes seccionaes, seus substitutos e supplentes, procuradores de secção e adjuntos.

Em qualquer caso, porém, taes licenças não poderão ser prorogadas nem reproduzidas sinão após um anno, contado da primeira concessão. ¹⁶⁹

Art. 162. O presidente do Supremo Tribunal e o Procurador Geral só poderão obter licença do Presidente da Republica, que a concederá, quando solicitada dentro dos limites determinados no artigo antecedente. ¹⁷⁰

Art. 163. Os juizes seccionaes poderão dar licença aos empregados do seu Juizo por quatro mezes, nos termos do art. 161. ¹⁷¹

Art. 164. As licenças excedentes de quatro mezes só poderão ser concedidas aos juizes e funcionarios da justiça federal pelo Congresso Nacional. ¹⁷²

Art. 165. As licenças serão dadas por molestia provada, que inhiba o funcionario de exercer o cargo, ou por qualquer outro motivo justo e attendivel.

A licença em hypothese alguma dará direito á percepção das gratificações de exercicio. ¹⁷³

Art. 166. Toda licença entende-se concedida com a clausula de poder o funcionario gosar-a onde aprouver. ¹⁷⁴

Art. 167. Ficará sem effeito a licença, si o funcionario, que a tiver obtido, não entrar no goso della dentro do prazo de dous mezes de sua concessão.

¹⁶⁹ D. n. 848, art. 35; R. do S. T., art. 16, § 17.

¹⁷⁰ D. n. 848, art. 36.

¹⁷¹ D. n. 848, art. 38.

¹⁷² D. n. 848, art. 37.

¹⁷³ D. n. 6857 de 9 de março de 1878, art. 2º, § 3º.

¹⁷⁴ D. n. 6857, art. 6º.

Nos Estados o prazo correrá do dia que a autoridade competente marcar, tendo em conta as distancias e difficuldades das communicações. ¹⁷³

Art. 168. E' permittido ao funcçionario que entrou no goso de licença renuncial-a pelo resto do prazo, devendo neste caso fazer a respectiva communicação á autoridade competente. ¹⁷⁶

Art. 169. Não se concederá licença ao funcçionario que, tendo sido nomeado ou removido, não houver entrado no effectivo exercicio de seu cargo. ¹⁷⁷

Art. 170. Ainda quando apresente parte de doente, não tem direito a vencimento algum o funcçionario que, depois de findo o prazo de uma licença com ordenado ou sem elle, continúa fóra do exercicio de seu cargo sem haver obtido nova licença. ¹⁷⁸

Art. 171. O disposto nos artigos anteriores terá applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação, considerando-se como ordenado duas terças partes de seus vencimentos. ¹⁷⁹

CAPITULO XV

DOS VENCIMENTOS, PORCENTAGENS E EMOLUMENTOS

Art. 172. Os vencimentos dos juizes federaes, bem como os dos demais funcçionarios, se regularão pela seguinte tabella, sendo dous terços de ordenado e um de gratificação:

Membros do Supremo Tribunal Federal.	24:000\$000
Ao presidente do Supremo Tribunal, mais.	2:000\$000
Ao Procurador Geral da Republica, mais.	1:800\$000

¹⁷³ D. n. 6857, art. 7º.

¹⁷⁶ D. n. 6857, art. 8º.

¹⁷⁷ D. n. 6857, art. 9º.

¹⁷⁸ D. n. 6857, art. 12.

¹⁷⁹ D. n. 6857, art. 10.

JUIZES SECCIONAES

Do Districto Federal	14:000\$000
Dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará	10:000\$000
Dos outros Estados	8:000\$000

JUIZES SUBSTITUTOS

Do Districto Federal.	6:000\$000
Dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará	4:000\$000
Dos outros Estados	3:000\$000

PROCURADORES SECCIONAES DA REPUBLICA

Do Districto Federal.	6:000\$000
Dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará	4:000\$000
Dos outros Estados	3:000\$000
Adjuntos do procurador da Republica no Districto Federal	4:800\$000
Solicitador da Fazenda no Districto Fede- ral	2:400\$000
Solicitadores da Fazenda nas demais se- cções	600\$000

EMPREGADOS DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Secretario.	9:100\$000
Officiaes da secretaria.	5:200\$000
Amanuenses	3:900\$000
Continuos.	2:600\$000
Escrevente junto ao procurador da Repu- blica no Districto Federal.	1:200\$000
Escrivães dos juizes seccionaes	1:50'

Paragrapho unico. Para as despesas do primeiro estabelecimento serão abonados aos membros do Supremo Tribunal Federal 1:500\$ e aos juizes seccionaes 1:000\$ 100. ¹⁸⁰

Art. 173. Os membros do Supremo Tribunal Federal, os juizes seccionaes e substitutos terão sòmente os vencimentos fixados no artigo antecedente, sem outra qualquer retribuição. ¹⁸¹

§ 1.º Os vencimentos dos juizes federaes são fixos, taxados em lei e irreductiveis. ¹⁸²

§ 2.º Os emolumentos e custas que lhes deveriam ser contados na fôrma dos regimentos vigentes serão arrecadados pelos secretarios e escrivães e pagos em sellos da Republica appostos aos autos. ¹⁸³

Art. 174. No Juizo federal serão cobradas as custas judiciais, emolumentos e salarios dos officiaes do Juizo e auxiliares nos termos prescriptos pelo regimento promulgado em o Decr. n. 5737, de 2 de setembro de 1874. ¹⁸⁴

Art. 175. Os escrivães e officiaes do Juizo continuarão a perceber os salarios, custas e emolumentos, que lhes são arbitrados pelo dito regimento, e bem assim as porcentagens estabelecidas para a cobrança das dividas fiscaes. ¹⁸⁵

Da Fazenda Nacional recebem os primeiros a comissão de 1 ½ %, e os segundos a de 1 % sobre a divida arrecadada judicialmente nos processos em que funcionarem. ¹⁸⁶

Embora não tenham direito a haver da Fazenda Nacional emolumentos de qualquer natureza, percebem, quando em serviço fóra da residencia do juiz, a diaria

¹⁸⁰ D. n. 848, art. 33; D. n. 1420 B, de 21 de fevereiro de 1891; D. n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, arts. 8º, 9º, 10 e 12; L. n. 221, art. 3º, § 4º, e art. 6º; D. n. 363, de 6 de janeiro de 1896; L.L. ns. 205 e 266, de 1894.

¹⁸¹ D. n. 848, art. 31.

¹⁸² C. art. 57, § 1º; R. do S. T., art. 10. Art. 16 da lei (orçamentaria) n. 489, de 15 de dezembro de 1897: os juizes federaes perceberão 1% da arrecadação que fizerem da divida activa.

¹⁸³ D. n. 848, art. 34, § 1º, e art. 357.

¹⁸⁴ D. n. 848, art. 356.

¹⁸⁵ D. n. 848, art. 358.

¹⁸⁶ D. n. 12, de 1811, arts. 10, 11 e 16, § 3º; Circ. n. 398, de 1857.

para caminho e estrada por metade nos actos *ex-officio*, e inteira nos contenciosos. ¹⁸⁷

Art. 176. As penas pecuniarias disciplinares impostas aos officiaes do Juizo serão cobraveis em dinheiro, que se consignará ao Thesouro Federal, por guia do escrivão e recibo da repartição, o qual será autuado com o termo respectivo. ¹⁸⁸

Art. 177. O supplente do substituto do juiz seccional pelos actos que praticar fóra do exercicio da substituição plena perceberá os emolumentos taxados no regimento de custas para os juizes da 1ª instancia, segundo a natureza dos actos.

Paragrapho unico. No exercicio da substituição plena o supplente do substituto perceberá os vencimentos que deixar de perceber o substituido. ¹⁸⁹

Art. 178. Os procuradores seccionaes da Republica perceberão, além dos seus vencimentos, a commissão de 2% sobre as sommas por elles arrecadadas e as custas dos actos que praticarem como curadores e advogados nas causas em que a Fazenda for vencedora, repartidamente com o solicitador nos executivos fiscaes. ¹⁹⁰

Art. 179. Ao primeiro adjunto do procurador da Republica do Districto Federal tem applicação a disposição do artigo anterior. ¹⁹¹

Art. 180. O segundo adjunto do procurador da Republica no mesmo districto, além dos seus vencimentos e das custas consignadas no respectivo regimento para advogados e curadores, conforme o caso, perceberá a commissão de 1 % sobre os bens que forem arrecadados nos processos em que funcionarem, nos termos do regulamento n. 2433 de 15 de junho de 1859. ¹⁹²

Art. 181. O ajudante do procurador da Republica perceberá, pelos actos que praticar, os emolumentos e

¹⁸⁷ L. n. 544 de 1848, art. 50; Instr. n. 143 de 1851, arts. 1, 2 e 3.

¹⁸⁸ D. n. 848, art. 350.

¹⁸⁹ L. n. 221, art. 3º, § 4º.

¹⁹⁰ D. n. 473 B, arts. 8 e 13.

¹⁹¹ D. n. 473 B, art. 8º.

¹⁹² L. n. 473 B, art. 9º.

porcentagens estabelecidos para o procurador da Republica a que se refere o art. 177. ¹⁹³

Art. 182. O solicitador da Fazenda perceberá, além dos seus vencimentos e custas, a commissão de $1\frac{1}{2}\%$ das sommas que forem arrecadadas por via executiva fiscal, nos termos do art. 178. ¹⁹⁴

Art. 183. O substituto do solicitador da Fazenda, quer nomeado interinamente, quer *ad hoc*, perceberá os proventos correspondentes ao serviço que houver feito, e, no caso de substituição plena, tambem a gratificação do substituido. ¹⁹⁵

Art. 184. As custas dos actos praticados pelo procurador, 1º adjunto e solicitador nas causas em que a Fazenda for vencedora, se arrecadarão para a receita geral nos termos do art. 4º, § 1º do decreto n. 4556 de 24 de abril de 1869, e serão mensalmente abonadas aos ditos funcionarios, sendo $\frac{2}{3}$ ao procurador ou 1º adjunto respectivamente aos processos em que funcionou um ou outro, e $\frac{1}{3}$ ao solicitador.

§ 1.º Para o fim indicado neste artigo os escrivães do Juizo seccional, quando expedirem as guias de pagamento, contarão sob a denominação de procuratorio a importancia que for devida pelos actos praticados no processo pelo procurador, 1º adjunto e solicitador, de accordo com o decreto n. 5737 de 2 de setembro de 1874 na parte referente aos advogados e solicitadores.

§ 2.º As porcentagens a que tem direito o procurador, o 1º adjunto e o solicitador serão apuradas na Directoria Geral do Contencioso e mensalmente pagas aos funcionarios a quem couberem de direito.

§ 3.º As porcentagens a que tem direito o 1º adjunto sobre os bens que forem arrecadados nos processos em que funcionarem nos termos do regulamento n. 2433 de 1859, ser-lhe-hão pagas finda a arrecadação, depois de feita no Juizo respectivo a necessaria conta. ¹⁹⁶

¹⁹³ L. n. 221, art. 4º.

¹⁹⁴ L. n. 173 B, art. 10 ; D. n. 1692, de 1894.

¹⁹⁵ L. n. 173 B, art. 15 ; D. n. 1562, art. 4º § 2º.

¹⁹⁶ D. n. 62, arts. 5º e 6º.

Art. 185. As quotas de quaesquer porcentagens ou do procuratorio, quando no mesmo processo tiver servido mais de um funcionario, o procurador ou adjuntos ou mais de um solicitador, serão divididas entre elles em partes iguaes.

Paragrapho unico. Estas disposições não se applicam, quando um ou mais funcionarios houverem servido em substituição incidente ou accidental do effectivo. ¹⁹⁷

Art. 186. Todas as vezes que o procurador ou adjunto funcionar ou tiver de fallar nos autos como curador perceberá no acto o emolumento respectivamente taxado no regulamento n. 5737, de 2 de setembro de 1874. ¹⁹⁸

Art. 187. Aos avaliadores de que trata o art. 94 cabem as vantagens estabelecidas pelo regimento de custas. ¹⁹⁹

Art. 188. Os funcionarios que deixarem definitivamente o exercicio das funcções terão direito ás custas dos actos praticados por elles e á metade das porcentagens vencidas nas causas em que tiverem funcionado.

Paragrapho unico. Este direito prescreverá em favor dos cofres da União, decorridos cinco annos depois que o funcionario houver deixado o exercicio. ²⁰⁰

Art. 189. Só se contam os vencimentos do dia da posse e exercicio em diante até aquelle em que o funcionario deixar o cargo. ²⁰¹

A gratificação depende do effectivo exercicio do emprego, não podendo fóra d'elle ser abonada, qualquer que seja o impedimento. ²⁰²

Art. 190. Não tem direito a vencimento algum o funcionario que estiver fóra do exercicio de seu cargo por mais de 30 dias com parte de doente, salvo apresentando licença.

¹⁹⁷ D. n. 1562, art. 7º.

¹⁹⁸ D. n. 1562, art. 8º.

¹⁹⁹ L. n. 221, art. 88, § unico.

²⁰⁰ D. n. 1562, art. 10.

²⁰¹ D. de 11 de março de 1834.

²⁰² L. de 26 de junho de 1850, art. 1º; D. n. 687, de 26 de julho de 1850, art. 2º; L. de 7 de agosto de 1852, art. 3º.

Paragrapho unico. Esses 30 dias devem ser levados em conta no prazo da licença concedida pela autoridade competente.²⁰³

Art. 191. O exercicio das funções é attestado :

a) com relação aos membros do Supremo Tribunal pela folha organizada na respectiva secretaria, competindo ao presidente do mesmo tribunal abonar ou não as faltas dos juizes e do secretario ;²⁰⁴

b) com relação aos empregados da secretaria pelo secretario, a quem cabe abonar-lhes as faltas com recurso para o presidente ;²⁰⁵

c) com relação aos juizes seccionaes, substitutos e supplentes por certidão dos escrivães do respectivo juiz ;

d) com relação ao procurador da Republica pelo juiz seccional ;

e) com relação aos adjuntos, ajudantes e supplentes, solicitador e escrevente na secção do Districto Federal pelo procurador da Republica.

CAPITULO XVI

DA ANTIGUIDADE DOS MAGISTRADOS ; LISTA DE ANTIGUIDADE E RECLAMAÇÕES

Art. 192. Por antiguidade dos juizes só se entenderá o tempo de effectivo exercicio nos seus logares, deduzidas quaesquer interrupções.

Exceptua-se :

a) o tempo em que estiverem com parte ou licença de doente, comtanto que não exceda de seis mezes em cada periodo de tres annos ;

b) o tempo aprazado ao juiz removido para se transportar para outro logar, si não for excedido ;

c) o tempo de suspensão por crime de responsabilidade, de que forem absolvidos.²⁰⁶

²⁰³ D. n. 7086, de 16 de novembro de 1878.

²⁰⁴ R. do S. T., art. 46, § 16.

²⁰⁵ R. do S. T., " " " " § 15.

²⁰⁶ L. n. 557, de 1850, art. 1º.

Art. 193. Será contado para a antiguidade do magistrado o tempo de serviço prestado durante a guerra em Junta de justiça militar. ²⁰⁷

Art. 194. O Supremo Tribunal Federal procederá todos os annos á revisão da relação nominal dos magistrados, organizada em consequencia do regulamento n. 624, de 29 de julho de 1849. ²⁰⁸

Art. 195. A revisão tem por fim :

- a) a inclusão dos magistrados novamente nomeados ;
- b) a exclusão dos aposentados, dos que se houverem demittido ou perdido o cargo e dos fallecidos ;
- c) a deducção do tempo que, conforme o art. 192, não é contado para a antiguidade. ²⁰⁹

Art. 196. A relação, que se fizer em consequencia da revisão, será publicada até o dia 1 de abril, e terá vigor, emquanto não for substituida pela que se organizar na seguinte revisão. ²¹⁰

Art. 197. Publicada a relação, podem contra ella reclamar os magistrados prejudicados, sendo o prazo de dez mezes para o Estado de Matto Grosso e de seis mezes para todos os outros. ²¹¹

Art. 198. Estas reclamações não terão effeito suspensivo, e a relação prevalecerá até ser alterada. ²¹²

Art. 199. Si em razão do tempo for prejudicado o julgamento do tribunal para o anno corrente, será tido em consideração na revisão do anno futuro. ²¹³

Art. 200. As reclamações dos juizes federaes contra a lista de antiguidade serão processadas e julgadas no Supremo Tribunal Federal do seguinte modo :

§ 1.º Apresentada e distribuida a reclamação, será, depois de ouvido o Procurador Geral da Republica,

²⁰⁷ L. n. 2113 de 1 de março de 1873, art. 1º.

²⁰⁸ D. n. 1196, de 20 de dezembro de 1851, art. 1º.

²⁰⁹ D. cit., art. 2º.

²¹⁰ D. cit., art. 3º.

²¹¹ D. cit., art. 4º.

²¹² D. cit., art. 5º.

²¹³ D. cit., art. 7º.

examinada pelo relator e revisores, exposta e discutida no tribunal, que, si não julgar-a desde logo improcedente, por carecer de fundamento, mandará ouvir os magistrados, cuja antiguidade possa ser prejudicada, marcando a cada um o prazo que for razoavel, segundo as distancias e não excedente de 15 dias, para os que estiverem na Capital Federal.

§ 2.º Findos os prazos marcados, com as respostas ou sem ellas, examinado o feito pelo relator e revisores, terá logar o julgamento, como si se tratasse de um conflicto de jurisdicção. ²¹⁴

CAPITULO XVII

DA VITALICIEDADE, APOSENTADORIA E MONTEPIO

Art. 201. Os membros do Supremo Tribunal Federal e os juizes seccionaes serão vitalicios e não poderão ser privados dos seus cargos sinão em virtude de sentença proferida em Juizo competente e passada em julgado.

Parágrafo unico. Poderão, entretanto, os juizes seccionaes, si o requererem, ser removidos de uma para outra secção. ²¹⁵

Art. 202. Os juizes substitutos dos juizes seccionaes servirão durante seis annos e os supplentes durante quatro, não podendo ser removidos, salvo si o requererem, nem perder os logares, a não ser por sentença, de missão a pedido, ausencia por mais de seis mezes sem licença ou incompatibilidade declarada por lei. ²¹⁶

Art. 203. A aposentadoria só poderá ser dada aos juizes e empregados de justiça por invalidez no serviço da Nação. ²¹⁷

Art. 204. E' presumida a invalidez, quando o magistrado completa 75 annos de idade. ²¹⁸

²¹⁴ R. do S. T., art. 121.

²¹⁵ C. art. 57; D. n. 848, art. 2º.

²¹⁶ C. art. 3º, § 2º e § 5º; D. n. 848, art. 18.

²¹⁷ L. n. 372 de 16 de julho de 1896.

²¹⁸ L. n. 372 de 16 de julho de 1896, art. 1º.

Art. 205. Deverão ser aposentados os juizes federaes que por enfermidade se mostrarem inhabilitados para o serviço da judicatura. ²¹⁹

Art. 206. O Supremo Tribunal mandará proceder *ex-officio* ou a requerimento do Procurador Geral da Republica a exame de sanidade dos juizes federaes inhabilitados por enfermidade e proporá ao Presidente da Republica que sejam aposentados os que excederem da idade de 75 annos.

A incapacidade do juiz ou o limite da idade será em todo caso julgado por sentença do tribunal com citação do interessado e audiencia do Procurador Geral da Republica. ²²⁰

Art. 207. Os membros do Supremo Tribunal e os juizes inferiores teem direito á aposentadoria por invalidez após dez annos de serviço com vencimentos proporcionaes ao tempo de exercicio e com todos os vencimentos após vinte annos completos. ²²¹

Parapho unico. O membro do Supremo Tribunal que se aposentar antes de haver decorrido o periodo de dez annos de exercicio no tribunal não terá direito ao augmento de vencimentos fixado no art. 1º do Dec. n. 363 de 6 de janeiro de 1896.

Art. 208. Para a aposentadoria do magistrado federal, computa-se integralmente o tempo de serviço prestado antes da organização dos Estados nos cargos de magistratura ou semelhantes e por metade o tempo de serviço prestado em outros cargos. ²²²

Art. 209. O magistrado que, depois de aposentado, acceitar do Governo Federal ou de Governo estadual emprego ou commissão remunerada, perderá, durante o exercicio, todas as vantagens da aposentadoria. ²²³

²¹⁹ L. n. 221, art. 22, c. V.

²²⁰ L. n. 221, art. 22, c. V.

²²¹ D. n. 818, art. 39 combinado com o art. 9º da L. n. 117, de 4 do novembro de 1892.

²²² D. n. 1420 D, de 21 de fevereiro de 1891; L. n. 413, de 21 do outubro de 1892.

²²³ L. n. 3396, de 21 de novembro de 1888, art. 33.

Art. 210. Os empregados da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e mais empregados de justiça que receberem vencimentos fixos do Thesouro serão aposentados nos termos do Dec. n. 117, de 4 de novembro de 1892. ²²⁴

Os escrivães que se invalidarem terão opção entre a aposentadoria e a vantagem de que trata o art. 212.

Art. 211. O funcionario aposentado na fôrma do Dec. n. 117 é incompativel para qualquer emprego publico, e quando accete emprego ou commissão estadual ou municipal com vencimentos perderá *ipso facto* o vencimento da aposentadoria. ²²⁵

Art. 212. No caso de impossibilidade absoluta ou proveniente de idade avançada, cegueira, demencia ou outra molestia incuravel, segundo o juizo dos medicos, os serventuarios vitalicios deverão requerer a nomeação de successor, provando, além da impossibilidade, o seu bom serviço e a falta de outro meio de subsistencia, para terem direito à terça parte do rendimento do officio, segundo a respectiva lotação.

Em nenhum caso lhe será admittida a nomeação ou indicação do successor. ²²⁶

Art. 213. Si o serventuario não o requerer, serão as mesmas circumstancias verificadas a requerimento do ministerio publico. Ouvido o interessado e á vista das informações, exame medico e mais provas e documentos, o juiz seccional decidirá ou declarando o dito serventuario habil para servir o officio pessoalmente, ou declarando a vacancia deste e nomeando successor.

No caso de demencia do serventuario, será competentemente nomeado curador que seja intimado e ouvido. ²²⁷

Art. 214. Aos magistrados, serventuarios de justiça e empregados da secretaria do Supremo Tribunal

²²⁴ D. n. 117, arts. 1.^o e 9.^o.

²²⁵ D. n. 117, arts. 7.^o e 9.^o.

²²⁶ L. de 11 de outubro de 1827, art. 3.^o; D. de 16 de dezembro de 1853, art. 2.^o; D. n. 9420, de 2.^a de abril de 1885, art. 99 e segs.

²²⁷ D. n. 9420, art. 103.

Federal activos ou aposentados tem applicação o monte-pio obrigatorio creado pelo Dec. n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, que será executado na parte concernente aos ditos funcionarios de accordo com as disposições do Dec. n. 956 de 6 de abril do mesmo anno. ²²⁸

CAPITULO XVIII

DOS ADVOGADOS E PROCURADORES JUDICIAES

Art. 215. Só poderão advogar as pessoas graduadas em direito, ou legalmente autorisadas ao exercicio de advocacia na fôrma das leis estadoaes ou do Districto Federal. ²²⁹

Art. 216. Os solicitadores deverão ser provisionados na fôrma das mesmas leis. ²³⁰

Art. 217. Não podem ser procuradores judiciaes:

- a) os menores de 21 annos ;
- b) os magistrados, tabelliães, escrivães e officiaes de justiça, salvo nos casos declarados no art. 158 b ;
- c) os condemnados por falsidade ;
- d) os que perderem o officio por erro nelle commettido ;
- e) os empregados do Thesouro em negocios que directa ou indirectamente, activa ou passivamente pertençam ou digam respeito à Fazenda Nacional, salvo em negocios de interesse dos ascendentes ou descendentes, irmãos ou cunhados dos mesmos empregados, fôra dos casos de deverem ser por este despachados ou expeditos. ²³¹

²²⁸ D. n. 956, art. 1. Art. 37 da lei (orçamentaria) n. 1480 de 16 de dezembro de 1897 : o Governo suspenderá a admissão de novos contribuintes para o monte-pio desde a data da presente lei, devendo submeter ao Congresso na proxima legislatura um projecto de reforma daquella instituição.

²²⁹ Ord. do L. 1º, Tit. 48, §§ 1 e 4 ; D. n. 5618 de 2 de maio de 1874, art. 14 § 10.

²³⁰ Ord. cit. ; D. n. 5618, art. 14, § 10.

²³¹ Ord., l. 1. t. 48, §§ 20, 23, 24. l. 3, t. 28, §§ 2 e t. 25
l. 1, t. 48, 25 e 26 ; D. n. 736 de 29 de novembro de 66.

Art. 218. O procurador judicial não pôde advogar ou procurar perante juiz que seja seu pai, irmão ou cunhado ²³²

Art. 219. Todas as pessoas habilitadas para os actos da vida civil podem passar procuração por instrumento particular de proprio punho para actos judiciaes com poderes de representação, guardadas as disposições do direito civil sobre a mulher casada.

§ 1.º O instrumento particular deve ser escripto no idioma do paiz e mencionar o lugar, a data, o nome do mandante e do mandatario, o objecto do mandato, a natureza e extensão dos poderes conferidos.

§ 2.º Esta faculdade é concedida :

a) ao cidadão brasileiro que, residindo no estrangeiro, constituir procurador para represental-o no paiz, comtanto que a firma e a identidade de pessoa sejam attestadas pelos respectivos agentes consulares da Republica ;

b) aos funcionarios competentes para a representação das Municipalidades, conforme sua organização, directores, syndicos, administradores de sociedades, congregações, irmandades que estiverem autorisados a represental-as na conformidade de seus estatutos e compromissos.

§ 3.º A procuração deve conter poderes especiaes:

a) para seu substabelecimento ;

b) para confissão ou juramento ;

c) para alienação e hypotheca de bens ;

d) para transacção e renuncia de direitos, ou fianças ;

e) para receber e dar quitação.

§ 4.º O substabelecimento da procuração se fará pelo mesmo modo que esta. ²³³

Art. 220. O menor até a idade de 14 annos e a menor até a de 12 não podem passar procuração, e, depois desta idade, só o podem fazer com autorisação do juiz ou] de seus curadores. ²³⁴

²³² Ord., l. 1, t. 48, § 29.

²³³ L. n. 79 de 23 de agosto de 1892, art. 1. Ord., l. 1, t. 48 §§ 15 e 28, l. 3, t. 43, § 3, l. 4, t. 48, princ.; R. n. 737, arts. 26 e 155; C. Com., art. 145; Ordem n. 89 de 30 de março de 1842, art. 2.

²³⁴ Ord., l. 3, t. 29, § 1, t. 44 § 8.

Art. 221. Para negocios judiciaes as procurações podem ser feitas *apud acta* pelo escrivão da causa em presença do juiz e com assignatura do constituinte. ²³⁵

Art. 222. E' licito ás partes comparecer nas audiencias por si, seus advogados ou procuradores judiciaes, para inquirirem as suas testemunhas, reperguntarem ou contradictarem as da parte contraria e requererem o que julgarem a bem dos seus direitos.

Deverão, porém, ser assignadas por advogado as petições iniciaes das causas e todos os articulados e allegações que se fizerem nos autos, salvo não havendo advogado no auditorio, ou não querendo prestar-se ao patrocínio da causa nenhum dos que houver, ou não sendo elles da confiança da parte. ²³⁶

Art. 223. Além de advogados, nomearão sempre as partes procurador judicial, que será um dos solicitadores do Juizo, salvo as excepções do artigo antecedente, para com elle correr o feito seus termos legais, e ser citado e intimado, quando não for requerida a citação pessoal, sob pena de correr a causa á revelia. ²³⁷

Art. 224. Nas causas criminaes será sempre permitido ás partes chamar os advogados ou os procuradores que quizerem. ²³⁸

Art. 225. O procurador, que aceitar a procuração, fica obrigado a receber todas as citações e intimações referidas no art. 223, e communicar-as ao seu constituinte, a quem responderá por qualquer prejuizo que de sua falta culposa possa a este resultar. ²³⁹

Art. 226. Cessa o officio do procurador sómente por algumas das seguintes causas:

§ 1.º Revogação dos poderes da parte constituinte, intimada judicialmente ao procurador.

§ 2.º Desistencia da procuração requerida pelo procurador e igualmente intimada ao constituinte.

²³⁵ Ord. L. 8ª, t. 48, § 15, l. 3ª, t. 29 prime.

²³⁶ C. do Proc., art. 322.

²³⁷ D. n. 737, art. 704.

²³⁸ D. n. 737, art. 704.

²³⁹ D. n. 737, art. 705; Ord. L. 1ª, T. 48, §§ 8ª, 9ª, 10 e 17; Ord. L. 3ª, T. 27, prime.

§ 3.º Falecimento do constituinte ou transmissão dos direitos deste para outra pessoa, constando legalmente em Juízo. ²¹⁰

Art. 227. A propria parte nos dous primeiros casos e a pessoa a quem forem transferidos os direitos da causa no terceiro deverão fazer nova procuração independente de citação sua até a seguinte audiencia, sob pena de seguir a causa á sua revelia, salvo o caso de ser preciso habilitação incidente. ²¹¹

Art. 228. Presume-se ter o procurador accedido os poderes a elle conferidos, logo que apresenta em Juízo, quer na audiencia por si mesmo, quer em requerimento por elle assignado, a procuração em que é constituido. ²¹²

Art. 229. Depois que o advogado tiver accedido o patrocínio da causa não poderá mais d'elle excusar-se, salvo por motivo justo, fazendo intimar a parte ou seu procurador judicial ou extrajudicial, á sua custa, para nomear outro advogado até a primeira audiencia, sob pena de responder-lhe pelos prejuizos resultantes. ²¹³

Art. 230. Si a parte não nomear outro advogado até a primeira audiencia, seguirá a causa á revelia, sendo a mesma parte lançada sob prégão. ²¹⁴

Art. 231. Só aos advogados poderão os escrivães mandar os autos com vista ou em confiança debaixo de protocollo, sob pena de responderem pelo descaminho ou pelas despesas na cobrança ás partes interessadas, além da pena de suspensão. ²¹⁵

Art. 232. Nenhum advogado poderá, sob qualquer pretexto, refer os autos em seu poder, findo o termo assignado ou legal, pelo qual lhe tiverem ido com vista ou em confiança, sob pena de perdimento para o seu constituinte do direito de que não tiver feito uso no referido termo e de responder-lhe pelo prejuizo que dahi lhe

²¹⁰ D. n. 737, art. 706.

²¹¹ D. n. 737, art. 707.

²¹² D. n. 737, art. 708.

²¹³ D. n. 737, art. 709; Ord., L. 1ª, T. 48, § 8º.

²¹⁴ D. n. 737, art. 710.

²¹⁵ D. n. 737, art. 712; D. n. 848, art. 373.

possa resultar, além de pagar executivamente todas as despesas que para a cobrança dos autos se fizerem. ²⁴⁶

Art. 233. Si os autos forem cobrados por mandado judicial (que só se passará não os entregando o advogado, sendo-lhe pedido com o protocollo, depois de findo o termo assignado ou legal por despacho do juiz, reque-rendo-o a parte contraria), não juntará o escrivão aos autos o articulado ou allegação, com que vier o mesmo advogado, e si alguma cousa nelles estiver escripta, o escrivão riscará de modo que se não possa ler, devolvendo incontinentemente ao mesmo advogado ou à parte, que o tiver constituido, o que assim separar dos autos, ou os documentos que assim vierem Juntos, lavrando de tudo o respectivo termo. ²⁴⁷

Art. 234. Si, porém, o advogado não entregar os autos à vista do mandado, passada a competente certidão, poderá ser multado pelo juiz da causa até 100\$, e si persistir, responsabilisado por crime de desobediencia. ²⁴⁸

Art. 235. Qualquer cota moratoria do advogado, não sendo de molestia, será tomada como resposta directa aos termos da causa, ficando elle responsavel à parte por esta falta, si for culposa. ²⁴⁹

Art. 236. Si, todavia, o advogado allegar molestia, dar-se-lhe-ha por uma vez sómente novo prazo de cinco dias, findo o qual se cobrarão os autos.

A disposição deste artigo só é relativa aos termos das acções ordinarias, não comprehendidos todavia os dos recursos e incidentes respectivos, devendo nestes casos passar os autos ao segundo advogado nomeado ou àquelle que a parte nomear, tudo dentro do mesmo termo e independente de citação da parte. ²⁵⁰

Art. 237. E' vedado ao advogado ou procurador:

a) fazer contracto de *quota-litis*, isto é, para haver

²⁴⁶ D. n. 737, art. 713; D. n. 848, art. 374.

²⁴⁷ D. n. 737, art. 711; D. n. 848, art. 375.

²⁴⁸ D. n. 737, art. 715; D. n. 848, art. 376.

²⁴⁹ D. n. 737, art. 716; D. n. 848, art. 377.

²⁵⁰ D. n. 737, arts. 717 e 718; D. n. 848, arts. 378 e 379.

certa quota do valor da causa no caso de a vencer, pena de suspensão e multa de 6\$000;

b) aconselhar ou requerer contra direito expresso, pena de 6\$000, por cada petição que assim fizer;

c) riscar, accrescentar ou diminuir artigos ou razões depois de offerecidos em Juizo, salvo com licença do juiz e audiencia da parte, si esta puder ser prejudicada;

d) pôr cotas marginaes nos autos, salvo as que o juiz pôde pôr;

e) ir á casa dos julgadores fallar-lhes nos feitos, de que forem juizes, enquanto durar a demanda;

f) advogar, procurar ou aconselhar publica ou secretamente pela outra parte, pena de suspensão, além das penas criminaes em que incorrer.²⁵¹

Art. 238. O executivo que compete aos advogados para cobrança dos seus honorarios comprehende as taxas do regimento de custas ou a importancia certa e liquida dos seus contractos.

§ 1.º Estes contractos, qualquer que seja o seu valor, podem ser feitos por escripto particular, assignado pelo advogado e seu cliente.

§ 2.º Em falta de contracto escripto com a parte, entende-se que o advogado se sujeitou ás taxas do regimento.²⁵²

Art. 239. Não tem logar a acção criminal por offensa irrogada em allegações ou escriptos produzidos em Juizo pelas partes ou seus procuradores. Todavia o juiz que encontrar calumnias ou injurias em allegações de autos, as mandará riscar, a requerimento da parte offendida, quando tiver de julgar a causa, e na mesma sentença imporá ao autor uma multa de 20\$ a 50\$000.²⁵³

Art. 240. Os procuradores judiciaes podem ser disciplinarmente advertidos, multados nas taxas legais e suspensos do exercicio de suas funcções até trinta dias.²⁵⁴

²⁵¹ Ord., l. 1, t. 48, §§ 7º, 11, 12, 13 e 14.

²⁵² D. n. 5737 de 2 de setembro de 1874, art. 202.

²⁵³ C. P., art. 323.

²⁵⁴ D. n. 5618 de 2 de maio de 1874, art. 10, § 6; L. 221, art. 22, c. III.

CAPITULO XIX

DAS CUSTAS JUDICIAES

Art. 241. Em qualquer sentença sempre o vencido deve ser condemnado nas custas do processo, ainda que tivesse justa causa de litigar.

Este preceito é commum ás sentenças definitivas assim como ás interlocutorias decisivas de algum incidente e ainda que as custas não fossem pedidas pela parte vencedora. ²⁵⁵

Art. 242. Pedindo o autor muitas cousas em sua acção ou quantias diversas, e sendo o réo condemnado em parte e absolvido em parte, deverá o juiz condemnar cada um na proporção do vencido.

A sentença deve declarar expressamente a quota das custas, em que cada uma das partes é assim condemnada para o contador poder fazer o rateio. ²⁵⁶

Art. 243. Tanto podem ser condemnados em custas os litigantes principaes, como os oppoentes ou assistentes e os que são chamados á autoria, sendo afinal vencidos. ²⁵⁷

Art. 244. O litigante que desistir da causa em qualquer instancia é condemnado em todas as custas occorridas, e si ambos os litigantes desistirem, pagarão de permeio. ²⁵⁸

Art. 245. No Juizo da appellação se deverá condemnar o vencido nas custas de ambas as instancias. ²⁵⁹

Art. 246. Em regra quem requer em Juizo algum acto que se lhe não impugne, deve ser condemnado nas custas *ex causa*. ²⁶⁰

Art. 247. Exceptuam-se do preceito do art. 241, o ministerio publico em todas as causas e os presos notoriamente pobres ou qualificados como taes nos processos crimes em que forem autores ou réos. ²⁶¹

²⁵⁵ D. n. 848, art. 350.

²⁵⁶ D. n. 848, art. 351.

²⁵⁷ D. n. 848, art. 352.

²⁵⁸ D. n. 848, art. 353.

²⁵⁹ D. n. 848, art. 354.

²⁶⁰ D. n. 848, art. 355.

²⁶¹ R. do S. T., art. 1.

Art. 248. Não poderão os escrivães retardar o andamento, remessa e expedição dos autos, e a extracção e entrega dos traslados, a pretexto de falta de pagamento das custas, sob pena de se lhes fazer effectiva a responsabilidade pelo delicto do art. 207, n. 4 do Codigó Penal. ²⁶²

Art. 249. Tambem não se retardará a expedição e julgamento dos processos criminaes em qualquer instancia por falta de sello e preparo, e, quando findo o processo, alguma quantia se dever do dito sello, o escrivão do feito, como fiscal neste caso, a haverá da parte vencida, e a entregará na estação fiscal respectiva, cobrando o competente conhecimento, que juntará aos autos.

As autoridades, com as quaes servirem os ditos escrivães, ficam encarregadas de fiscalisar a maneira por que elles cumprem esta disposição, e poderão impor-lhes a pena de multa até 100\$, quando forem negligentes naquella cobrança. ²⁶³

Art. 250. Nenhum processo que subir ao Supremo Tribunal em gráo de recurso, será distribuido antes do preparo.

Exceptuam-se : 1º, os pleitos em que forem recorren-tes a União, Estado ou nação estrangeira ; 2º, os conflitos de jurisdicção ; 3º, os feitos criminaes, inclusive o *habeas-corpus*.

O preparo nestes casos será contado em linha de custas para ser pago afinal pelo vencido. ²⁶⁴

Art. 251. Deve ser condemnado nas custas dos autos do processo que forem annullados o funcionario judicial que houver dado causa á nullidade. ²⁶⁵

Art. 252. A parte condemnada em custas de retardamento ou de nullidade deve pagal-as, a seu proprio requerimento, no prazo de cinco dias da intimação, sob pena de não poder ser mais ouvida, emquanto as não houver pago

²⁶² L. n. 261, art. 98 ; R. n. 120, art. 468.

²⁶³ L. n. 261, art. 100 ; R. n. 120, art. 170 ; art. 69 do R. n. 257 de 3 de agosto de 1897.

²⁶⁴ R. do S. T., art. 123.

²⁶⁵ L. n. 221, art. 76.

ou caucionado a importancia equivalente, a juizo da outra parte e do juiz da causa. ²⁶⁶

Art. 253. Os salarios marcados no regimento de custas serão pagos, logo depois de concluidos os actos respectivos, e os escrivães e mais officiaes cotarão á margem a importancia delles, declarando de quem os houveram e rubricando a cota, a fim de que na contagem dos autos seja a mesma importancia debitada ou creditada a quem de direito for.

§ 1.º O escrivão que não cotar o salario pelo modo preciso e formal prescripto neste artigo, perderá o mesmo salario, o qual lhe não será contado, e antes deduzido das custas que lhe forem devidas e contadas. ²⁶⁷

§ 2.º Os salarios marcados no dito regimento para os juizes serão pagos na fórma do art. 173, § 2, e á proporção que os respectivos actos se forem realizando. ²⁶⁸

Art. 254. Os escrivães, sob as penas do art. 252, são obrigados a entregar ás partes recibo das quantias que dellas receberem para emolumentos, sellos e qualquer despeza a seu cargo. ²⁶⁹

Art. 255. Da exigencia ou percepção de salarios indevidos ou excessivos feita pelos escrivães e mais empregados e officiaes, poderá a parte recorrer para o respectivo juiz por uma simples petição, e este, ouvindo o escrivão ou official de quem a parte se queixar, decidirá sem mais formalidade nem recurso algum.

E dos empregados do Supremo Tribunal Federal poderão as partes recorrer para o respectivo presidente do mesmo modo. ²⁷⁰

Art. 256. Os escrivães e mais officiaes, que exigirem ou receberem custas excessivas ou indevidas, ou por causa dellas demorarem a expedição dos autos, termos ou traslados, serão condemnados pelos respectivos juizes ou pelo

²⁶⁶ L. n. 221, art. 77.

²⁶⁷ D. n. 5737 de 2 de setembro de 1874, art. 201.

²⁶⁸ D. n. 848, art. 357.

²⁶⁹ D. n. 5737, art. 204.

²⁷⁰ D. n. 5737, art. 197, R. do C. T., art. 16, § 18.

presidente do Supremo Tribunal Federal nas penas disciplinares seguintes :

Prisão até cinco dias.

Suspensão até 30 dias.

Restituição em tresdobro do que de mais receberam.

E estas penas são independentes da responsabilidade criminal, que no caso couber. ²⁷¹

Art. 257. Ainda sem recurso da parte, o juiz ou o presidente do dito Tribunal que notar nos autos ou papeis, que lhe forem presentes, salarios indevidos ou excessivos, providenciará como determinam os artigos antecedentes. ²⁷²

Art. 258. Os emolumentos, salarios e custas serão cobrados executivamente. ²⁷³

Art. 259. Não tem a prisão por custas. ²⁷⁴

CAPITULO XX

DAS FERIAS DO FÔRO

Art. 260. São feriados, além dos domingos, os dias de festa nacional, os de commemoração declarados taes por decreto e mais os que decorrem de 21 de dezembro até 10 de janeiro. ²⁷⁵

Paraphrasso unico. Consideram-se de festa nacional os dias 1 de janeiro, 21 de fevereiro, 21 de abril, 3 de maio, 13 de maio, 14 de julho, 7 de setembro, 12 de outubro, 2 e 15 de novembro. ²⁷⁶

Art. 261. Durante as ferias suspendem-se as funcções dos juizes e do Supremo Tribunal Federal, devendo ser considerados nulos todos os actos praticados nesse periodo. ²⁷⁷

²⁷¹ D. n. 5737, art. 199.

²⁷² D. n. 5737, art. 200.

²⁷³ D. n. 5757, art. 205.

²⁷⁴ D. n. 5737, art. 206.

²⁷⁵ D. n. 848, art. 381.

²⁷⁶ D. n. 455 B, de 14 de janeiro de 1893, e n. 3 de 28 de fevereiro de 1891.

²⁷⁷ D. n. 848, art. 382.

Art. 262. Podem porém ser tratados durante as férias e não se suspendem pela superveniencia dellas:

a) os actos de jurisdição voluntaria, como testamentos, contractos, posses e todos aquelles que forem necessários para conservação de direitos, ou que ficariam prejudicados, não sendo feitos durante as férias;

b) os arrestos, sequestros, penhoras, depositos, prisões civeis e suspeições;

c) ratificação de protestos, penhor, soldadas, alimentos provisionaes, causas de divorcio, nullidade ou annullação de casamento e interdictos possessorios;²⁷⁸

d) os processos de *habeas-corpus*, fianças, formação de culpa e recursos crimes;

e) os actos de policia administrativa ou judiciaria, as sessões do Jury e preparatorios della.²⁷⁹

Art. 263. Os juizes e os ministros do Supremo Tribunal Federal não podem durante as férias, sem licença, residir em lugar donde não lhes seja possível vir ao tribunal e ás audiencias em 24 horas.²⁸⁰

Art. 264. Uma vez ao menos por semana devem os juizes comparecer no lugar em que costumam despachar, e o secretario do Supremo Tribunal Federal ou quem com licença do respectivo presidente fizer as suas vezes, logo que receber as petições e recursos de que trata o artigo 262, os remetterá ao dito presidente para providenciar sobre a convocação dos ministros, aprazando o dia da sessão.²⁸¹

Art. 265. Os escrivães não gosam das férias, salvo com licença expressa dos respectivos juizes e ficando em seu lugar o substituto legitimo.

O serviço dos officiaes de justiça e empregados dos Juizos será distribuido entre elles para cada semana pelos respectivos juizes.²⁸²

²⁷⁸ D. n. 848, art. 383.

²⁷⁹ D. n. 1285 de 31 de novembro de 1853.

²⁸⁰ D. n. 1285, art. 4º.

²⁸¹ D. cit., art. 5.

²⁸² D. cit., art. 6.

CAPITULO XXI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 266. Na guarda e applicação da Constituição e das leis nacionaes a magistratura federal só intervirá em especie e por provocação de parte. ²⁸³

Art. 267. Os juizes e tribunaes apreciarão a validade das leis e dos regulamentos, e deixarão de applicar aos casos occurrentes as leis manifestamente inconstitucionaes e os regulamentos manifestamente incompativeis com as leis ou com a Constituição. ²⁸⁴

Art. 268. As sentenças e ordens da magistratura federal serão executadas por officiaes judiciarios da União, aos quaes a policia local é obrigada a prestar auxilio. ²⁸⁵

Art. 269. A disposição do artigo anterior não prohibe aos officiaes judiciarios locais a execução das ordens e sentenças do Supremo Tribunal Federal, proferidas em grão de recurso das sentenças das justiças dos Estados ou do Districto Federal, e em grão de revisão dos processos crimes, as quaes serão mandadas cumprir ou executar pelos mesmos juizes locais ou federaes competentes para o julgamento ou execução das sentenças recorridas, salvo a intervenção das autoridades federaes nos termos do art. 6º n. 4 da Constituição. ²⁸⁶

Art. 270. As Justiças dos Estados não podem intervir em questões submettidas aos tribunaes federaes, nem annullar, alterar ou suspender as suas sentenças ou ordens.

E, reciprocamente, a Justiça federal não pôde intervir em questões submettidas aos tribunaes dos Estados, nem annullar, alterar ou suspender as decisões ou ordens destes, exceptuados os casos expressamente declarados na Constituição. ²⁸⁷

²⁸³ D. n. 848, art. 3º.

²⁸⁴ L. 221, art. 13 § 10.

²⁸⁵ C., art. 7º, § 3º, e art. 60, § 2º.

²⁸⁶ L. n. 221, art. 78.

²⁸⁷ C., art. 62.

Art. 271. A intervenção prohibida pelo artigo anterior não comprehende a expedição de avocatorias para o restabelecimento da jurisdicção dos juizes federaes e locais, nem o auxilio reciproco que se devem prestar a Justiça federal e a dos Estados nas diligencias, ainda de natureza executoria, rogadas ou deprecadas por uma à outra, que não excederem das attribuições de qualquer dellas ou não importarem delegação de jurisdicção federal prohibida pelo art. 60 § 1.^o da Constituição. ²⁸⁸

Art. 272. Nos casos em que houver de applicar leis dos Estados, a Justiça federal consultará a jurisprudencia dos tribunaes locais, e, vice-versa, a justiça dos Estados consultará a jurisprudencia dos tribunaes federaes, quando houver de interpretar leis da União. ²⁸⁹

Art. 273. É vedado ao Congresso Nacional commetter qualquer jurisdicção federal ás justicas dos Estados. ²⁹⁰

Art. 274. Os avisos do Poder Executivo não podem versar sobre interpretação de leis ou regulamentos, cuja execução estiver exclusivamente a cargo do Poder Judiciario. ²⁹¹

Art. 275. Para os effeitos das leis sobre a organização judiciaria e o processo judiciario o Districto Federal é equiparado aos Estados. ²⁹²

Art. 276. Continuam no fóro as fórmulas, usos e estylos geralmente observados e legalmente autorizados com as seguintes restricções :

§ 1.^o São abolidos os tratamentos de magestade o senhor que pelo alvará de 20 de maio de 1769 se davam aos tribunaes superiores, e é mantido o de egregio tribunal.

§ 2.^o As cartas de sentença e quaesquer outros actos e documentos judiciais serão passados pelos juizes e tribunaes competentes em seu nome e com a autoridade que

²⁸⁸ L. n. 221, art. 79.

²⁸⁹ D. n. 818, art. 361.

²⁹⁰ C., art. 60, § 1.

²⁹¹ L. n. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 1.º § 2.; D. n. 11.º de 6 de dezembro de 1892, art. 12.

²⁹² D. n. 818, art. 365.

lhes confere a lei, sem dependencia ou invocação de poder extranho à magistratura federal, salvo as requisições do necessario auxilio da força publica ou de providencias administrativas que lhes incumba fazer às autoridades competentes, estabelecidas ou reconhecidas pelo Governo da União.

§ 3.º Nos mandados, alvarás, editaes, precatorias, cartas de sentença e mais actos judiciarios assignados pelo juiz, quer de rubrica, quer com o nome inteiro, os escriptvães não porão outro nome que não o patronimico de que use o juiz e o do officio pelo qual conhece do feito, sem menção de quaesquer outros titulos, condecorações ou dignidades que tenha, conforme determina a Ord. do L. 1, Tit. 70, § 9.

§ 4.º Os escriptvães e mais serventuarios de justiça eliminarão dos seus titulos a phrase — por mercê de sua magestade o imperador, — e não porão nas certidões, publicas-fórmās e mais actos de seus officios outro titulo além do da escriptvania, tabellionato, e em geral do cargo que exercerem. ²⁹³

Art. 277. E' prohibido nos requerimentos, autos e documentos publicos tratamento que não seja concedido por lei ou autorizado pelos estylos do fôro. ²⁹⁴

Art. 278. A denominação, tratamento honorifico e distinctivos dos membros do Supremo Tribunal Federal serão os mesmos dos ministros do extincto Supremo Tribunal de Justiça. ²⁹⁵

O secretario e os empregados do tribunal, quando perante estes houverem de comparecer em serviço, usarão de capa e vestuario pretos.

Os juizes federaes e os procuradores da Republica, no exercicio de suas funcções e solemnidades publicas, usarão do vestuario marcado para os juizes de direito pelo decreto n. 1326 de 10 de fevereiro de 1854, devendo,

²⁹³ D. n. 25 de 30 de novembro de 1880, art. 4.

²⁹⁴ D. cit., art. 2.

²⁹⁵ D. n. 1030 de 14 d

le 1890, art. 222.

porém, a faixa ser de chamalote verde-mar para os juizes e preto para os procuradores.²⁹⁶

Art. 279. O sello do Supremo Tribunal Federal consiste nas armas da Republica com a legenda — Supremo Tribunal Federal.²⁹⁷

Art. 280. O juiz, a quem for presente algum processo, no qual existam papeis que não tenham pago o sello ou a revalidação nos prazos legais, exigirá por despacho no mesmo processo, antes de se lhe dar andamento, que a falta seja supprida.

Os juizes, bem como os tabelliães, escrivães e officiaes publicos, a quem for presente titulo ou papel sujeito á revalidação, ou de onde conste alguma das infracções previstas nos regulamentos do sello, o remetterão ao chefe da estação fiscal do districto, ou a quem competir proceder sobre elle.

As decisões serão dadas por despacho no proprio titulo, no requerimento da parte ou na communicação official.²⁹⁸

Art. 281. As multas por infracção das leis e regulamentos relativos ao processo, ou impostas como penas disciplinares pela Justiça federal, bem como o producto dos quebramentos de fiança, fazem parte da receita geral e serão arrecadadas pelo Thesouro Nacional.²⁹⁹

Para este fim as autoridades judiciarias remetterão, na Capital Federal ao Thesouro e nas Capitães dos Estados ás Alfandegas, as certidões das actas dos tribunaes do Jury e as cópias authenticas das decisões, por que conste a imposição de multa, as quaes terão força de sentença para a cobrança das multas.³⁰⁰

²⁹⁶ R. do S. T., art. 137; D. n. 2522 de 21 de maio de 1897.

²⁹⁷ R. do S. T., art. 136.

²⁹⁸ D. n. 2573 de 3 de agosto de 1897, arts. 42, 46 e 47.

²⁹⁹ D. n. 595 de 19 de julho de 1890; D. n. 416 de 22 de maio de 1890, art. 1.

³⁰⁰ D. n. 1181, de 6 de maio de 1868, art. 1.

PARTE SEGUNDA

Processo criminal

TITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPITULO I

PRECEITOS CONSTITUCIONAES

Art. 1.º Ninguém será sentenciado sinão pela autoridade competente em virtude de lei anterior e na fôrma por ella regulada. ¹

Art. 2.º A' excepção do flagrante delicto, a prisão não poderá executar-se sinão depois de pronuncia do indiciado, salvo os casos determinados em lei e mediante ordem escripta da autoridade competente. ²

Art. 3.º Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvas as excepções especificadas em lei, nem levado á prisão ou nella detido, si prestar fiança idonea nos casos em que a lei admitta. ³

Art. 4.º Aos accusados é permittida plena defesa com todos os recursos e meios essenciaes a ella, desde a nota de culpa entregue em 24 horas ao preso e assignada pela autoridade competente, com os nomes dos accusados e das testemunhas. ⁴

CAPITULO II

DO FÓRO COMPETENTE

Art. 5.º O fóro competente para a formação da culpa e o julgamento dos delictos é em geral o do logar em

¹ C., art. 72, § 15.

² C., art. 72, § 13.

³ C., " 72, § 14.

⁴ " " 2, § 16.

que o delicto foi commettido, podendo, todavia, o queixoso preferir o do lugar onde residir o réo. ⁵

Art. 6.º Os crimes commettidos em alto mar a bordo de navios nacionaes ou nas aguas territoriaes da Republica, bem como os commettidos nos rios e lagos que dividem dous ou mais Estados, e em geral nos logares de absoluta jurisdicção do Governo Federal, quando por sua natureza ou pelas pessoas que os commetterem pertença conhecer delles á Justiça federal, serão processados e julgados respectivamente ás hypotheses acima figuradas pela Justiça seccional do primeiro porto, em que entrar o navio, ou perante a mais proxima do lugar do delicto, onde for encontrado o delinquente, ou perante aquella que haja prevenido a jurisdicção, salvo a competencia originaria e privativa do Supremo Tribunal Federal. ⁶

Art. 7.º Poderão ser processados pela Justiça federal, ainda quando ausentes da Republica, e julgados quando forem presentes, ou por terem regressado espontaneamente ou por extradição conseguida para esse fim, os brasileiros que perpetrarem alguns dos crimes previstos nos capitulos I e II do Tit. I, L. 2, e no Cap. I do Tit. VI do Cod. Penal, bem como os crimes de falsificação de actos das autoridades federaes, de titulos de divida publica, de papeis de credito e valores da nação ou de banco autorizado pelo Governo Federal e os de homicidio e roubo em fronteira, não tendo sido o delinquente punido no lugar onde delinquiru.

§ 1.º A disposição do artigo antecedente poderá ter execução no que for applicavel em relação aos estrangeiros que perpetrarem fóra da Republica quaesquer dos referidos crimes, quando venham ao territorio brasileiro espontaneamente ou por extradição obtida para esse fim.

§ 2.º Nos sobreditos casos as penas applicaveis serão as das leis criminaes brasileiras. ⁷

⁵ C. do Proc., art. 160.

⁶ D. n. 818, art. 15, §§ 1 e 2; C., art. 59, I e art. 60, § I.

⁷ L. n. 2615 de 4 de agosto de 1875, arts. 1, 2 e 4; Cod. art. 5.

Art. 8.º São competentes cumulativamente para a formação da culpa e para o julgamento nos casos do artigo antecedente, princ., o juiz seccional da Capital da Republica e o Juizo seccional do Estado onde o delinquente for domiciliado, ou onde teve o seu ultimo domicilio no Brazil. ⁸

Art. 9.º E' exclusiva a competencia do juiz seccional do Estado fronteiro, quando o delinquente for ali domiciliado ou teve o seu ultimo domicilio na Republica e commetteu o crime no paiz confinante. ⁹

Art. 10. São applicaveis aos casos do artigo antecedente as disposições do art. 15, verificadas as occurrencias previstas em taes disposições. ¹⁰

Art. 11. Si os criminosos de que trata o art. 7º, princ., voltarem ao Brazil antes da culpa formada, serão competentes para instaural-a e para o julgamento o Juizo seccional e o Jury federal do Estado, onde vierem residir ou forem encontrados. ¹¹

Art. 12. Quando os crimes mencionados no art. 7º forem connexos com delictos da mesma natureza commettidos na Republica, prevalecerá para o processo e o julgamento daquelles crimes a competencia do Juizo seccional e do Jury federal, a que incumbe o conhecimento destes ultimos delictos. ¹²

Art. 13. Para processar e julgar os delinquentes, de que faz menção o art. 7º, § 1º, serão competentes os juizes seccionaes dos Estados onde elles residirem ou forem encontrados. ¹³

Art. 14. Si na comarca da sêde do Juizo seccional ou no Estado respectivo tiver apparecido rebellião ou sedição, cujo conhecimento pertença á Justiça federal,

⁸ D. n. 6331 de 8 de junho de 1878, art. 8.

⁹ D. cit., art. 9.

¹⁰ D. cit., art. 10.

¹¹ D. cit., art. 11.

¹² D. cit., art. 1

¹³ D. cit., art

o delinquente será julgado na comarca ou no Estado mais vizinho.¹⁴

Art. 15. Não havendo sessão do Jury na sêde do Juizo federal, o réo poderá ser julgado em outro termo mais vizinho da mesma comarca, si assim o requerer e o ministerio publico ou a parte accusadora convier.

Independentemente de convenção de partes, sempre que não for possível effectuar o julgamento do réo na sêde do Juizo federal, terá logar no Jury do termo mais vizinho, com preferencia o da mesma comarca, o qual será para esse fim convocado pelo juiz seccional.

Verificar-se-ha a impossibilidade, si em tres sessões consecutivas do Jury não puder ter logar o julgamento.

Não ha impossibilidade, quando a falta de julgamento provier do facto providenciado no art. 151, ou quando o réo der causa a ella, offerecendo escusa para provocar o adiamento.¹⁵

Art. 16. Quando aconteça que concorram a formar culpa sobre o mesmo delicto dous ou mais juizes seccionaes, proseguirá aquelle que primeiro tiver começado a tomar conhecimento do delicto.¹⁶

Art. 17. A jurisdicção privativa da Justiça federal em relação aos crimes politicos não comprehende os praticados contra as autoridades dos Estados ou contra a ordem e segurança interna de algum delles por nacionaes ou estrangeiros ahi domiciliados, salvo tratando-se de crimes que forem a causa ou a consequencia de perturbações que, nos termos do art. 6º da Constituição, occasionarem uma intervenção armada federal.¹⁷

Art. 18. O crime commum ou de responsabilidade connexo com o crime politico será processado e julgado pelas autoridades judicarias competentes para conhecer do crime politico, sem prejuizo da competencia

¹⁴ L. n. 261 de 3 de dezembro de 1841, art. 93; R. n. 120 de 1842, art. 243.

¹⁵ L. n. 203 de 20 de setembro de 1871, art. 17, § 6; D. n. 4821 de 22 de novembro de 1871, art. 25.

¹⁶ Reg. n. 120, art. 246, ult. *alinea*.

¹⁷ L. n. 221, art. 83.

do Senado para julgar previamente da capacidade politica do responsavel. ¹⁸

Art. 19. Nos casos em que ao Supremo Tribunal pertence conhecer originaria e priyativamente de crime commum ou de responsabilidade são tambem da sua exclusiva competencia o processo e o julgamento dos crimes politicos, que tenham commettido as mesmas pessoas durante o exercicio de suas funcções publicas, salvo as attribuições da Camara dos Deputados e do Senado da Republica. ¹⁹

Art. 20. Nos crimes de responsabilidade de que conhece o Senado da Republica, tenham ou não caracter politico, o processo da competencia do Juizo seccional e o julgamento da competencia do Jury federal para imposição de outra pena, que não seja a perda do cargo e a incapacidade de exercer qualquer outro, não poderão ser iniciados sinão depois da condemnção do criminoso a uma destas penas, nos termos do art. 53 da Constituição Federal. ²⁰

Art. 21. Tem fôro privilegiado :

a) O Presidente da Republica, os Ministros de Estado e os ministros diplomaticos ;

b) os membros do Supremo Tribunal Federal e os juizes inferiores ;

c) os procuradores da Republica, adjuntos, ajudantes, solicitadores da Fazenda e escrivães ;

d) os membros do Tribunal de Contas.

Art. 22. Serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal :

a) o Presidente da Republica nos crimes communs ;

b) os Ministros de Estado e os ministros diplomaticos nos crimes communs e nos de responsabilidade ;

c) os membros do mesmo Tribunal nos crimes communs ;

d) os juizes seccionaes, substitutos e supplentes nos crimes de responsabilidade ;

¹⁸ L. n. 221, art. 12, § 8.

¹⁹ L. n. 221, art. 12, § 7.

²⁰ L. n. 221, art. 12, § 6.

e) Os membros do Tribunal de Contas nos crimes de responsabilidade. ²¹

Art. 23. Serão processados e julgados pelos juizes seccionaes os procuradores seccionaes da Republica, adjuntos, ajudantes, solicitadores da Fazenda e escrivães nos crimes de responsabilidade. ²²

Art. 24. Os membros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, serão julgados e processados pelo Senado. ²³

Art. 25. O Presidente da Republica nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes connexos com os do Presidente da Republica serão processados e julgados pelo Senado, sem prejuizo da acção da justiça ordinaria, que julgará o delinquente segundo o direito processual e criminal *commum*. ²⁴

Art. 26. Todos os demais funcionarios civis federaes não teem fôro privilegiado, e nos crimes de responsabilidade serão processados pelos juizes seccionaes e julgados pelo Jury federal, observando-se, todavia, na formação da culpa, o disposto no art. 291. ²⁵

Art. 27. Os militares de terra e mar teem o seu fôro especial e privativo mantido pelo art. 77 da Constituição Federal nas causas meramente militares. ²⁶

Art. 28. Si nas rebelliões ou sedições entrarem militares, serão julgados pelas leis e tribunaes militares e assim, achando-os as justicas civis envolvidos nos processos que organisarem, remetterão ás competentes autoridades militares as cópias authenticas das peças, documentos o depoimentos que lhes fizerem culpa. ²⁷

²¹ C. art. 57, § 2. e art. 59, I; L. n. 221, art. 22, a, I e II; L. n. 392 de 8 de outubro de 1896, art. 1º § 2º; D. n. 2499 de 23 de dezembro de 1896, art. 6.

²² L. n. 221, art. 12, § 1, e art. 42.

²³ C., art. 57 § 2º.

²⁴ L. n. 27 de 7 de janeiro de 1892, arts. 1 e 32; L. n. 30 de 8 de janeiro de 1892, art. 2º.

²⁵ D. n. 818, art. 95; L. n. 221, art. 42, I.

²⁶ C. do Proc., arts. 8, 155 e 171, § 1; D. n. 818, art. 95, b.

²⁷ L. n. 261 de 8 de dezembro de 1841, art. 109; R. n. 120 de 1842, art. 245.

Art. 29. Os crimes de que trata o art. 1º, princ., da lei n. 631 de 18 de setembro de 1851, quando commettidos no logar das operações do exercito nacional ou no territorio alliado ou inimigo occupado pelo exercito, serão considerados militares, e aquelles que os commetterem ficarão sujeitos ao julgamento dos conselhos de guerra, ainda que não sejam militares.

Nos demais casos previstos pela mesma lei os paisanos serão processados e julgados pela competente autoridade civil, na forma das leis em vigor. ²⁸

Art. 30. O processo e o julgamento do crime de contrabando, quer tenha havido ou não prisão em flagrante, pertencem à Justiça federal, competindo o processo e julgamento das penas fiscaes às autoridades administrativas, na forma das leis e regulamentos da Fazenda.

O julgado no Juizo criminal em relação á pessoa não influe no julgado administrativo em relação ao objecto da apprehensão e vice-versa. ²⁹

CAPITULO III

DOS CONFLICTOS DE JURISDIÇÃO

Art. 31. Os conflictos de jurisdicção, positivos ou negativos, dos juizes e tribunaes entre si ou entre estes e os dos Estados, assim como os dos juizes e tribunaes de um Estado com os de outro, serão decididos pelo Supremo Tribunal Federal. ³⁰

Art. 32. Tanto os juizes por meio de representação, como o ministerio publico ou qualquer dos interessados por meio de requerimento, podem promover a decisão do conflicto, especificando os actos que o constituem e juntando logo os documentos comprobatorios. ³¹

Art. 33. Distribuido o feito, o relator mandará immediatamente passar ordem para que as autoridades em

²⁸ L. n. 631 de 18 de setembro de 1851, art. 1, princ., §§ 5 e 6.

²⁹ Cons. das leis das Alfanlegas, arts. 531 e 637 § 1º.

³⁰ C., art. 59, e: R. do S. T., art. 107.

³¹ R. do S. T., art. 107, paragrafo unico.

conflicto positivo sobrestejam no andamento dos respectivos processos. ³²

Art. 34. Expedida a ordem ou sem ella, si o conflicto for negativo, o relator mandará dar vista ao procurador geral, e com o parecer deste levará o processo á primeira sessão do tribunal, affin de que este resolva sobre a necessidade de serem ouvidas, dentro de certo prazo, as autoridades em conflicto, si estas não houverem *ex officio*, a requerimento das partes ou do ministerio publico, dado os motivos por que se julgam ou não competentes, ou si forem insufficientes os esclarecimentos e documentos apresentados. ³³

Paragrapho unico. Findo o prazo que houver sido marcado para as respostas dos juizes ou logo que o processo estiver sufficientemente instruido, o relator o passará ao immediato e este ao seguinte, que pedirá dia para o julgamento, no qual o tribunal procederá como nas appellações. ³⁴

CAPITULO IV

DA ACÇÃO PENAL

Art. 35. A acção penal será iniciada por queixa ou denuncia. ³⁵

Art. 36. A queixa compete ao offendido, seu pae ou mãe, tutor ou curador, sendo o offendido menor ou interdito, bem como ao conjuge. ³⁶

Art. 37. Sendo o offendido pessoa miseravel que, pelas circumstancias em que se achar, não possa perseguir o offensor, o ministerio publico, ou qualquer do povo, pôde intentar a queixa e proseguir nos termos ulteriores do processo. ³⁷

³² R. do S. T., art. 108.

³³ R. do S. T., art. 109.

³⁴ R. do S. T., art. 110.

³⁵ D. n. 848, art. 50.

³⁶ C. do Proc., art. 72; D. n. 848, art. 51.

³⁷ C. do Proc., art. 73.

Art. 38. A denuncia compete ao ministerio publico em todos os crimes sujeitos á jurisdicção da Justiça federal. ³⁸

§ 1.º Exceptuam-se:

a) o crime de damno, não tendo havido prisão em flagrante;

b) os crimes especificados nos arts. 279, § 2, e 407 do Cod. Penal, salvos os casos do art. 274 do mesmoCodigo. ³⁹

§ 2.º Admitte denuncia o crime de furto; mas a acção publica só será iniciada sobre representação do offendido, e perime pela desistencia deste, a quem incumbe pagar, neste caso, as custas. ⁴⁰

Art. 39. Qualquer do povo pôde denunciar nos crimes politicos e nos crimes de responsabilidade dos funcçionarios federaes. ⁴¹

Art. 40. Não se admittirá denuncia:

a) do pae contra o filho, do marido contra a mulher ou vice-versa, do irmão contra o irmão;

b) do advogado contra o cliente;

c) do impubere, mentecapto ou furioso;

d) do filho-familias sem autoridade do pae;

e) do inimigo capital. ⁴²

Art. 41. Não se admittirão queixas nem denuncias contra os membros das duas Camaras do Congresso Federal por suas opiniões, palavras e votos no exercicio do mandato. ⁴³

Art. 42. A queixa ou denuncia deve conter:

a) a narração do facto criminoso com todas as suas circumstancias;

b) o nome do delinquente ou signaes caracteristicos, si for desconhecido;

³⁸ D. n. 818, arts. 22 e 21.

³⁹ C. P., art. 407.

⁴⁰ L. n. 3163 de 7 de julho de 1883, arts. 1 a 5; R. n. 21 de 24 de outubro de 1891; L. n. 76 de 16 de agosto de 1896, art. 16; L. n. 121 de 11 de novembro de 1892, arts. 1 e 2.

⁴¹ C., art. 72, § 9; D. n. 818, art. 52.

⁴² C. do Proc., art. 75.

⁴³ C., art. 19.

- c) as razões de convicção ou presumpção ;
- d) a nomeação de todos os informantes e testemunhas ;
- e) o tempo e lugar em que o crime foi commettido. ⁴⁵

Art. 43. As queixas e denúncias devem ser assignadas pelo queixoso e denunciante, e si este não souber ou não puder, por uma testemunha digna de credito. ⁴⁶

Art. 44. Nos crimes de responsabilidade a queixa ou denuncia deve conter : 1º, a assignatura do queixoso ou denunciante, reconhecida por tabellião ou escrivão do Juizo, ou por duas testemunhas ; 2º, os documentos ou justificação, que façam acreditar a existencia do delicto, ou uma declaração concludente da impossibilidade de apresentar alguma destas provas. ⁴⁶

Art. 45. A denuncia, queixa e accusação poderão ser feitas por procurador, precedendo licença do juiz, quando o autor tiver impedimento que o prive de comparecer. ⁴⁷

Art. 46. A queixa ou denuncia, que não tiver os requisitos legais, não será aceita pelo juiz, salvo o recurso voluntario da parte. ⁴⁸

Art. 47. Os juizes devem fazer ao denunciante ou queixoso as perguntas que lhe parecerem necessarias para descobrir a verdade e inquerir sobre ellas testemunhas. ⁴⁹

Art. 48. No caso de flagrante delicto, si o réo obtiver fiança, a queixa ou denuncia será apresentada dentro dos 30 dias da perpetração do delicto.

Si o réo estiver preso, a queixa ou denuncia será offerecida dentro de cinco dias.

Não estando o réo preso nem afiançado, o prazo para a queixa ou denuncia será igualmente de cinco dias, contados da data em que o ministerio publico receber os esclarecimentos e provas do crime ou em que este se tornar notorio. ⁵⁰

⁴⁵ C. do Proc., art. 78; D. n. 848, art. 53.

⁴⁶ C. do Proc., art. 78.

⁴⁶ C. do Proc., art. 152; E. n. 120, art. 391.

⁴⁷ L. n. 261 de 3 de dezembro de 1844, art. 92.

⁴⁸ L. n. 2033 de 20 de setembro de 1871, art. 50.

⁴⁹ C. do Proc., art. 80.

⁵⁰ L. n. 2033, art. 15, §§ 1, 2 e 3.

Art. 49. As autoridades competentes remetterão aos procuradores da Republica, seus adjuntos e ajudantes as provas que obtiverem sobre a existencia de qualquer delicto, affim de que elles procedam na fórma das leis. ⁵¹

Art. 50. Si, esgotados os prazos declarados no art. 48, os procuradores da Republica, seus adjuntos ou ajudantes não apresentarem a queixa ou denuncia, a autoridade formadora da culpa multará o agente do ministerio publico omisso na quantia de 20\$ a 100\$, si não offerecerem motivos justificativos de sua falta. ⁵²

Art. 51. O procurador da Republica, a quem o adjunto deverá communicar a queixa ou denuncia que tiver apresentado e logo que a formular, poderá addicional-a como entender mais justo e proseguir nos termos da formação da culpa.

O additamento será recebido pelo juiz processante, si não houver acabado a inquirição das testemunhas do summario. ⁵³

Art. 52. Nos casos em que ao ministerio publico incumbe denunciar, incumbe igualmente promover a accusação e todos os termos do processo. ⁵⁴

Art. 53. Nos processos por crime em que caiba a acção publica, embora promovidos por accusação particular, pertence tambem ao ministerio publico promover os termos da accusação, additar a queixa ou denuncia e o libello, fornecer outras provas além das indicadas pela parte e interpor os recursos legais, quer na formação da culpa, quer no julgamento.

Outrosim, incumbe-lhe assistir pelo seu competente representante, como parte integrante do tribunal do Jury, a todos os julgamentos, inclusive aquelle em que haja accusador particular e por parte da justiça dizer de facto e de direito sobre o processo e julgamento, bem como será

⁵¹ L. n. 2033, art. 15, § 1.

⁵² L. n. 2033, art. 15, § 5.

⁵³ L. n. 2033, art. 15, § 6; R. n. 1834, art. 23.

⁵⁴ R. n. 1842, art. 222.

ouvido em todos os termos da accusação intentada por queixa.⁵⁵

Art. 54. Em todos os termos da acção intentada por denuncia do ministerio publico poderá intervir a parte offendida para auxilial-o.⁵⁶

Art. 55. Não será accusado o delinquente estando ausente fóra da Republica ou em logar não sabido, nos crimes que não admittem fiança.⁵⁷

Art. 56. Nos casos do artigo antecedente poderão propor-se contra o ausente as acções civeis, que competirem, para haver-se a indemnisação do damno causado com o delicto.⁵⁸

Art. 57. A obrigação de indemnisar o damno será regulada segundo o direito civil.⁵⁹

§ 1.º As indemnisações, em todos os casos, serão pedidas por acção civil. Não se poderá, porém, mais questionar sobre a existencia do facto, e sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no crime.⁶⁰

§ 2.º A amnistia e a remissão das penas por indulto de graça não eximem o agraciado de satisfazer a indemnisação do damno.

§ 3.º A isenção da responsabilidade criminal não importa a da responsabilidade civil.⁶¹

CAPITULO V

DA EXCEPÇÃO DE INCOMPETENCIA

Art. 58. A incompetencia do juiz do summarie poderá ser allegada antes da inquirição das testemunhas ou logo que o réo compareça em Juizo.⁶²

⁵⁵ L. n. 2333, art. 16; D. n. 4334 de 1871, art. 20; D. n. 848, art. 21; C. Pen., art. 408.

⁵⁶ C. Pen., art. 408.

⁵⁷ C. do Proc., art. 233.

⁵⁸ C. do Proc., art. 231.

⁵⁹ C. P., art. 70.

⁶⁰ L. n. 221 de 1811, art. 68.

⁶¹ C. P., arts. 31 e 76.

⁶² D. n. 4821 de 1871, art. 51.

Art. 59. Si o juiz reconhecer a incompetencia, remetterá o feito á autoridade competente para proseguir, a qual o ratificará, procedendo sómente á reinquirição das testemunhas, si houverem deposto na ausencia do accusado e este o requerer. ⁶³

Art. 60. Si não reconhecer a incompetencia, continuará o summario, como si ella não fôra allegada. ⁶⁴

Art. 61. Em todo caso será tomada por termo nos autos a alludida excepção declinatoria, ou seja offerecida verbalmente ou por escripto. ⁶⁵

CAPITULO VI

DAS SUSPEIÇÕES E RECUSAÇÕES

Art. 62. Quando os juizes forem inimigos capitaes ou íntimos amigos, parentes consanguíneos ou affins até o segundo grão de alguma das partes, seus amos, tutores ou curadores, ou forem particularmente interessados na decisão da causa, poderão ser recusados, e deverão dar-se de suspeitos, ainda quando recusados não sejam. ⁶⁶

Art. 63. As disposições do artigo precedente não teem porém logar a respeito dos processos de formação de culpa em que os juizes não podem ser dados de suspeitos. ⁶⁷

Art. 64. O juiz, que se houver de dar de suspeito, o fará por escripto, declarando o motivo da suspeição e immediatamente passará o processo ao juiz a quem competir o seu conhecimento com citação das partes. ⁶⁸

Art. 65. Quando alguma das partes pretender recusar o juiz, deverá declaral-o em audiencia, por escripto por

⁶³ D. cit., art. 51, § 1º.

⁶⁴ D. cit., art. 51, § 2º.

⁶⁵ D. n. 4824 de 1871, art. 5, § 3º.

⁶⁶ C. do Proc., art. 61.

⁶⁷ C. do Proc., art. 66; R. n. 120 de 1842, art. 248.

⁶⁸ D. n. 120, art. 249.

elle assignado, ou por seu procurador, deduzindo as razões de recusação em artigos assignados por advogado e annexando-lhe logo o rol das testemunhas que não poderão ser accrescentadas, mudadas ou substituidas por outras, todos os documentos que tiver e o conhecimento do deposito da quantia de 32\$ como caução. ⁶⁹

Art. 66. Apresentados os artigos, o juiz recusado, suspendendo o progresso da causa, si reconhecer a suspeição, mandará juntar os artigos aos autos, por seu despacho se lançará de suspeito e fará remetter o processo ao juiz que deve substituí-lo.

§ 1.º Si não se reconhecer suspeito, poderá continuar o processo, como si lhe não fôra posta suspeição, e remetterá os ditos artigos ao juiz a quem competir tomar conhecimento delles com a sua resposta ou circunstanciada informação, que dará dentro de tres dias, que se contarão daquelle em que os mesmos artigos forem apresentados.

§ 2.º Não se reconhecendo o juiz suspeito, o escrivão não continuará a escrever no processo sem primeiro declarar, por termo nos autos, o requerimento vocal ou escripto sobre a suspeição e a final resolução do juiz. ⁷⁰

Art. 67. O juiz da suspeição, sem demora; assignará termo, dia e hora para o recusante apresentar as suas testemunhas, não passando de cinco dias, e produzidas estas, lhe assignará mais 24 horas para allegar o mais que lhe convier, e decidirá definitivamente, comprehendendo na sentença, quando for contraria ao recorrente, a perda da respectiva caução. ⁷¹

Art. 68. Quando a parte contraria reconhecer a justiça da suspeição, poder-se-ha, a requerimento seu lançado nos autos, suspender o processo até que se ultime o conhecimento da mesma suspeição. ⁷²

⁶⁹ R. n. 120, art. 250.

⁷⁰ C. de Proc., art. 64; R. n. 120, art. 215.

⁷¹ R. n. 123, art. 252.

⁷² C. de Proc., art. 60; R. n. 120, art. 251.

Art. 69. Das suspeições postas:

a) ao Juiz Seccional conhecerá o seu substituto ou vice-versa, com appellação devolutiva tão sòmente para o Supremo Tribunal Federal; ⁷³

b) a qualquer dos membros do Supremo Tribunal Federal o mesmo Tribunal, na fôrma do art. 187 do processo civil. ⁷⁴

CAPITULO VII

DAS CITAÇÕES E REQUISIÇÕES

Art. 70. As citações nos processos criminaes se farão por mandado ou simples despacho e por precatoria, quando for mister requisitar a intervenção de outro juiz federal ou local. ⁷⁵

Art. 71. O mandado para a citação deve conter: ⁷⁶

a) ordem aos officiaes de justiça da jurisdição do juiz para que o executem;

b) o nome da pessoa que deve ser citada ou os signaes caracteristicos della, si for desconhecida;

c) o fim para que a citação é feita, excepto si o objecto for de segredo, declarando-se isto mesmo;

d) o Juizo, o lugar e tempo razoavel em que a dita pessoa deve comparecer. ⁷⁷

Art. 72. As precatorias serão tão simples como os mandados com a unica differença de serem dirigidas ás autoridades judiciarias em geral, rogando-lhes que as mande cumprir.

Assim os mandados, como as precatorias, serão escriptos pelo escrivão e assignados pelo juiz. ⁷⁸

Art. 73. Não haverá necessidade de extradicação, quando se tratar de individuos indiciados em crimes sujeitos à competencia da Justiça federal.

⁷³ D. n. 848, art. 49, a. e art. 9, I, d.

⁷⁴ D. n. 848, art. 9, I, f, g; R. do S. T., art. 15 § I, l.

⁷⁵ C. do Proc., art. 81.

⁷⁶ C. do Proc., art. 82.

⁷⁷ C. do Proc., art. 82.

⁷⁸ C. do Proc., art. 83.

Nestes casos as autoridades judicarias federaes se limitarão a communicar no Districto Federal ao Ministro da Justiça e nos Estados aos seus governadores ou presidentes a prisão dos criminosos e a sua remessa para o logar da requisição, ainda quando se ache pendente a extradição entre Estados ou entre estes e o Districto Federal.⁷⁹

TITULO II

DA PRISÃO, FIANÇA E BUSCAS

CAPITULO I

DA PRISÃO ANTES DA CULPA FORMADA

Art. 74. Qualquer pessoa do povo pôde, e os officiaes de justiça são obrigados a prender e levar á presença do juiz a qualquer que for encontrado commettendo algum delicto sujeito á jurisdicção federal, ou enquanto foge perseguido pelo clamor publico.

Os que assim forem presos entender-se-hão presos em flagrante delicto.⁸⁰

Art. 75. Não havendo autoridade no logar em que se effectuar a prisão, o conductor apresentará immediatamente o réo áquella autoridade que ficar mais proxima.⁸¹

§ 1.º São competentes os juizes seccionaes, os supplentes nas circumscripções fóra da sêde do Juizo seccional e na falta delles as autoridades locaes.⁸²

§ 2.º Na falta ou impedimento do escrivão servirá para lavrar o competente auto qualquer pessoa que alli mesmo for designada, prestando o compromisso legal.⁸³

Art. 76. Logo que um criminoso preso em flagrante for á presença do juiz, será interrogado sobre as arguições

⁷⁹ L. n. 33 de 30 de janeiro de 1892, art. 1, XI.

⁸⁰ C. do Proc., art. 131.

⁸¹ L. n. 2033 de 1871, art. 12, § 1.º.

⁸² L. n. 221, art. 42, IV, art. 19, 1ª alinea e art. 9.

⁸³ L. n. 2033, art. 12, § 2.º.

que lhe fazem o conductor e as testemunhas que o acompanharem, do que se lavrará termo por todos assignado. ⁸⁴

Art. 77. Resultando do interrogatorio suspeita contra o conduzido, o juiz o mandará pôr em custódia em qualquer lugar seguro que para isso designar, excepto o caso de se poder livrar solto ou ser admissivel a fiança e elle a der; e proceder-se-ha á formação da culpa. ⁸⁵

Art. 78. Quando a prisão for por delicto, a que não estejam impostas penas maiores do que as declaradas no art. 103, o réo livrar-se-ha solto e o official de justiça ou commandante da força que effectuar a prisão, formará o auto de que trata o art. 76, e porá o réo em liberdade, salvo si for vagabundo ou sem domicilio; intimando-o para que se apresente, no prazo que for marcado, á autoridade judicial, a quem o dito auto for remettido, sob pena de ser processado á revelia. ⁸⁶

Art. 79. A excepção do flagrante delicto, a prisão antes da culpa formada só pôde ter lugar nos crimes inafiançaveis por mandado escripto do juiz competente para a formação da culpa ou á sua requisição; neste caso precederá ao mandado ou á requisição declaração de duas testemunhas, que jurem de sciencia propria, ou prova documental de que resultem vehementes indicios contra o culpado ou declaração deste confessando o crime.

Paragrapho unico. A falta porém do mandado da autoridade formadora da culpa, na occasião, não inhibirá as autoridades federaes ou locaes de ordenar a prisão do culpado de crime inafiançavel, quando encontrado em seus respectivos districtos, si para isso houverem de qualquer modo recebido requisição da autoridade competente, ou si for notoria a expedição de ordem regular para a captura, devendo ser immediatamente levado o preso á presença da competente autoridade judiciaria para delle dispor. ⁸⁷

⁸⁴ C. do Proc., art. 132.

⁸⁵ C. do Proc., art. 133.

⁸⁶ L. n. 2033, art. 12, § 3º.

⁸⁷ L. n. 2433, art. 13, §§ 2º e 3º.

Art. 80. Ainda antes de iniciado o processo da formação da culpa o ministerio publico e a parte queixosa poderá representar ácerca da necessidade ou conveniencia da prisão preventiva do réo indiciado em crime inafiançavel, apoiando-se em provas de que resultem vehementes indícios de culpabilidade, ou seja confissão do mesmo réo ou documentos ou declaração de duas testemunhas; e, feito o respectivo autuamento, a autoridade judiciaria competente para a formação da culpa, reconhecendo a procedencia dos indícios contra o arguido culpado e a conveniencia de sua prisão, por despacho nos autos a ordenará, ou expellindo mandado escripto ou requisitando por communicação telegraphica, por aviso geral na imprensa ou por qualquer outro modo que faça certa a requisição.⁸⁸

Art. 81. Independente de requerimento da parte accusadora, poderá do mesmo modo o juiz formador da culpa, julgando necessario ou conveniente, ordenar ou requisitar antes da pronuncia a prisão do réo de crime inafiançavel, si tiver colligido ou lhe for presente aquella prova de que resultem vehementes indícios da culpabilidade do dito réo.⁸⁹

Art. 82. Não poderá ser ordenada ou requisitada nem executada prisão de réo não pronunciado, si houver decorrido um anno depois da perpetração do crime.⁹⁰

CAPITULO II

DA ORDEM DE PRISÃO E SUA EXECUÇÃO

Art. 83. Para ser legal a ordem de prisão é necessario:

- a) que seja dada por autoridade competente;
- b) que seja escripta por escrivão, assignada pelo juiz ou presidente do tribunal que a expedir;

⁸⁸ R. n. 1824 de 1871, art. 20.

⁸⁹ R. n. 1824, art. 29.

⁹⁰ L. n. 2033, art. 43 § 4º; R. n. 1824, art. 29, § 4º.

c) que designe a pessoa que deve ser presa pelo seu nome ou pelos signaes caracteristicos, que a façam conhecida ao official-;

d) que declare o crime ;

e) que seja dirigida a official de justiça.

Art. 84. O mandado de prisão será passado em duplicata. O executor entregará ao preso, logo depois de effectuada a prisão, um dos exemplares com declaração do dia, hora e logar em que effectuou a prisão e exigirá que declare no outro havel-o recebido. Recusando-se o preso, lavrar-se-ha auto assignado por duas testemunhas. Nesse mesmo exemplar o carcereiro passará recibo da entrega do preso, com declaração do dia e hora.

O exemplar do mandado entregue ao preso equivale à nota constitucional da culpa.⁹²

Art. 85. O carcereiro não receberá preso algum sem ordem por escripto da autoridade, salvo nos casos de flagrante delicto, em que por circumstancias extraordinarias se dê impossibilidade de ser o mesmo preso apresentado á autoridade competente.⁹³

Art. 86. Os mandados de prisão são exequiveis na sede do juiz que os expedir. Quando o delinquente estiver em logar onde não possa ter execução o mandado, expedir-se-ha precatória.⁹⁴

Art. 87. O official de justiça encarregado de executar o mandado de prisão deve fazer-se conhecer ao réo e apresentar-lhe o mandado, intimando-o para que o acompanhe.

Observados estes requisitos, entender-se-ha feita a prisão, contanto que se possa razoavelmente crer que o réo viu e ouviu o official.⁹⁵

Art. 88. O preso não será conduzido com ferros, algemas ou cordas, salvo o caso extremo de segurança e deverá ser justificado pelo conductor ; e quando não

⁹² C. do Proc., art. 176.

⁹³ L. n. 2033 de 1871, art. 13 pr.; D n. 4824, art. 28.

⁹⁴ L. n. 2033, art. 13 § 1º.

⁹⁵ C. do Proc., arts. 177 e 178.

⁹⁶ C. do Proc., art. 179.

o justifique, além das penas em que incorrer, será multado na quantia da 10\$ a 50\$ pela autoridade, a quem for apresentado o mesmo preso. ⁹⁶

Art. 89. Si o réo não obedecer e procurar evadir-se, o executor tem o direito de empregar o grão de força necessario para effectuar a prisão; si obedecer, porém, o uso da força é prohibido. ⁹⁷

Art. 90. O executor tomará ao preso toda e qualquer arma, que consigo traga, para apresental-a ao juiz que ordenou a prisão. ⁹⁸

Art. 91. Si o réo resistir com armas, o executor fica autorizado a usar daquellas que entender necessarias para sua defesa e para repellir a aggressão, e em tal conjunctura o ferimento ou morte do réo é justificavel, provando-se que de outra maneira corria risco a existencia do executor. ⁹⁹

Art. 92. As prisões podem ser feitas em qualquer dia util, domingo ou feriado, ou mesmo de noite. ¹⁰⁰

Art. 93. Si o réo si metter em alguma casa, o executor intimará ao dono ou inquilino della para que o entregue, mostrando-lhe a ordem de prisão e fazendo-se bem conhecer; si essas pessoas não obedecerem immediatamente, o executor tomará duas testemunhas, e sendo de dia entrará á força, arrombando as portas, si for preciso. ¹⁰¹

Art. 94. Si o caso do artigo antecedente acontecer de noite, o executor depois de praticar o que fica disposto para com o dono ou inquilino da casa, á vista das testemunhas, tomará todas as sahidas, e proclamará tres vezes incommunicavel a dita casa, e immediatamente que amanheça, arrombará a porta e tirará o réo. ¹⁰²

Art. 95. Si o morador de uma casa recusar-se a en-

⁹⁶ R. n. 4824, art. 2^o.

⁹⁷ C. do Proc., art. 180.

⁹⁸ C. do Proc., art. 181.

⁹⁹ C. do Proc., art. 182; C. P., art. 135.

¹⁰⁰ C. do Proc., art. 184.

¹⁰¹ C. do Proc., art. 185.

¹⁰² C. do Proc., art. 186.

tregar algum criminoso, que nella se acoutou, será levado à presença do juiz para que proceda contra elle por crime de resistencia. ¹⁰³

Art. 96. Toda essa diligencia deve ser feita perante duas testemunhas, que assignem o auto, que della livrar o official. ¹⁰⁴

Art. 97. Os officiaes de justiça do Juizo seccional de um Estado poderão penetrar no territorio de outro, quando forem no encalço de criminosos, devendo apresentar-se á competente autoridade local, antes ou depois de effectuada a diligencia, conforme a urgencia desta. ¹⁰⁵

Art. 98. Entender-se-ha que o official de justiça vae em seguimento de objectos furtados ou de um réo:

a) quando, tendo-os avistado, os for seguindo sem interrupção, embora depois os tenha perdido de vista;

b) quando alguém que deva ser acreditado e com circumstancias verosímeis o informar de que o réo ou taes objectos passaram pelo logar ha pouco tempo e no mesmo dia com tal ou tal direcção. ¹⁰⁶

Art. 99. Quando porém as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas, que nas referidas diligencias entrarem pelos seus districtos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas e declarações necessarias dessa legitimidade, fazendo pôr em custodia e deposito as pessoas e cousas que buscarem. ¹⁰⁷

CAPITULO III

DAS FIANÇAS

Art. 100. O réo poderá livrar-se solto, nem mesmo será conservado na prisão, si nella não estiver, prestando

¹⁰³ C. do Proc., art. 187.

¹⁰⁴ Cod. do Proc., art. 188.

¹⁰⁵ L. n. 37 de 20 de janeiro de 1892, art. 3.

¹⁰⁶ Cod. do Proc., art. 118.

¹⁰⁷ C. do Proc., art. 119.

fiança idonea nos casos não exceptuados no artigo seguinte.¹⁰⁸

Art. 101. A fiança não pôde ser concedida :

a) nos crimes, cujo maximo de pena for prisão celllular ou reclusão por quatro annos;

b) aos que uma vez quebrarem a fiança concedida pelo mesmo crime de que ainda não estejam livres;

c) nos crimes de moeda falsa e de contrabando.¹⁰⁹

Art. 102. Nos casos de tentativa ou cumplicidade, o disposto no artigo antecedente, lettra *a*, só é applicavel, quando a pena do crime, feito o desconto legal da terça parte, se comprehender nas disposições do referido artigo.¹¹⁰

Art. 103. A fiança não é precisa, porque nelles os réos se livram soltos, nos crimes a que não estiver imposta pena maior que a de multa até 100\$000, prisão celllular equivalente a seis mezes de prisão simples, ou reclusão por igual tempo, salvo si os réos forem vagabundos ou sem domicilio.

São considerados vagabundos os individuos que, não tendo domicilio certo, não exercem habitualmente profissão ou officio, nem tem renda nem meio conhecido de subsistencia.

São considerados sem domicilio certo os que não mostrarem têr fixado em alguma parte da Republica a sua habitação ordinaria e permanente, ou que não estiverem assalariados ou aggregados a alguma pessoa ou familia.¹¹¹

Art. 104. A fiança será tomada por termo lavrado pelo escrivão do juiz que a conceder, e assignado pelo mesmo juiz, pelo fiador, pelo afiançado e por duas testemunhas, que subsidiariamente se obriguem.

§ 1.º Este termo será lavrado em livro para esse fim destinado e rubricado, donde se extrahirá certidão para se juntar aos autos.

¹⁰⁸ Cod. do Proc., art. 100.

¹⁰⁹ C. do Proc., art. 101; L. n. 261, art. 38; L. n. 1696 de 15 de setembro de 1869, art. 4; C. P. art. 406; L. n. 515 de 3 de novembro de 1898, art. 13.

¹¹⁰ L. n. 1696, art. 5.

¹¹¹ L. n. 261, art. 37; R. n. 120, arts. 299 e 300; C. P., art. 409.

Nelle se declarará que o fiador fica obrigado até a ultima sentença do tribunal superior a pagar certa quantia (que deve ser assignada), si o réo for condemnado e fugir antes de ser preso ou não tiver a esse tempo meios para indemnisação das custas.

§ 2.^o No termo de fiança os fiadores se obrigarão mais a responder pelo quebramento da fiança, e os afiançados, antes de obterem contra-mandado ou mandado de soltura, assignarão termo de comparecimento perante o Jury, independente de notificação, em todas as subsequentes reuniões até serem julgados afinal, quando não consigam dispensa do comparecimento.

§ 3.^o Não se passará ao réo afiançado contra-mandado ou mandado de soltura, sem que tenha assignado o termo declarado na segunda parte do paragrapho anterior, o qual será lavrado pelo escrivão no mesmo livro e em seguida ao termo de fiança.¹¹²

§ 4.^o As fianças que se houverem de prestar perante o Supremo Tribunal Federal serão processadas pelo juiz relator.¹¹³

Art. 105. Sómente podem ser fiadores os que, tendo a livre administração de seus bens, possuem os de raiz na mesma comarca ou termo, onde se obrigam, e seguram o pagamento da fiança com hypotheca de bens de raiz, livres e desembargados, que tenham o valor da mesma fiança, ou com deposito nos cofres publicos do mesmo valor em moeda, apolice da divida publica, ou trastes de ouro e prata, ou joias preciosas devidamente avaliadas.¹¹⁴

Art. 106. Em logar dos fiadores poderá o mesmo réo fazer a hypotheca ou deposito de que trata o artigo antecedente.¹¹⁵

Art. 107. Quando a mulher casada ou qualquer outra pessoa que viver sob a administração de outrem, como são os orphãos, os desassissados, aquelles a quem por

¹¹² C. do Proc., arts. 102 e 103; L. n. 261, art. 39; R. n. 120, art. 302.

¹¹³ R. do S. T., art. 82, § 5.

¹¹⁴ C. do Proc., arts. 105 e 107; L. n. 261, art. 46; R. n. 120, art. 303.

¹¹⁵ C. do Proc., art. 105; R. n. 120, art. 304.

qualquer motivo está interdita a administração de seus bens, e os filhos-famílias, que tiverem bens propriamente seus, necessitarem de fiança, poderão obtel-a sobre os bens, que legitimamente lhes pertencerem, ficando obrigados aos fiadores.⁴¹⁶

Art. 108. No caso do artigo antecedente os paes, maridos, tutores e curadores ficarão obrigados aos fiadores até a quantia dos bens do afiançado, ainda que não consentam na fiança.⁴¹⁷

Art. 109. Para arbitrar-se a quantia da fiança, calcular-se-ha por dous peritos, nomeados pelo juiz, o valor do danno causado, as custas do processo até os ultimos julgados, e a tudo isto se acrescentará uma quantia proporcionada á pena e possibilidade do criminoso, regulando-se o juiz pelas regras abaixo estabelecidas, não tendo recurso suspensivo o seu arbitrio:

§ 1.º Cada dia de prisão celular será avaliado na quantia de 2\$ a 4\$, cada dia de reclusão no de 800 réis a 2\$, contanto que nenhuma destas penas exceda a um anno.

§ 2.º Sendo por mais de um anno o juiz a augmentará de maneira que nem seja illusoria para o rico, nem impossível para o pobre, o que a lei confia ao seu prudente arbitrio e das pessoas que em tal caso deve consultar.

§ 3.º Si qualquer destas penas trouxer consigo suspensão de direitos civis ou politicos, o juiz porá sobre as quantias acima calculadas outra de 50\$ a 100\$000.⁴¹⁸

Art. 110. Si o juiz tomar por engano uma fiança insufficiente, ou si o fiador no entretanto soffrer perdas taes que o tornem pouco idoneo e seguro, a fiança será reforçada, e para esse fim o juiz mandará vir á sua presença o réo debaixo de prisão, si não obedecer logo que se lhe intimar a ordem. Não reforçando o réo a fiança, será preso.⁴¹⁹

⁴¹⁶ C. do Proc., art. 108; R. n. 120, art. 305.

⁴¹⁷ C. do Proc., art. 108; R. n. 120, art. 306.

⁴¹⁸ C. do Proc., art. 109; C. P., art. 406.

⁴¹⁹ C. do Proc., art. 110; R. n. 120, art. 307.

Art. 111. Aos fiadores serão dados os auxilios necessarios para a prisão do réo, qualquer que seja o estado do seu livramento:

- a) si elle quebrar a fiança ;
- b) si fugir depois de ter sido condemnado; e antes de principiar a cumprir a sentença ;
- c) si notificado pelo fiador para apresentar outro, que o substitua dentro do prazo de 15 dias, assim o não fizer. ¹²⁰

Art. 112. Estes auxilios, quando os requererem os fiadores, lhes serão dados não só pelos juizes, que tiverem formado as culpas e concedido as fianças, e que farão expedir os mandados de prisão, mas também por quaesquer outras autoridades em cujos districtos se acharem os réos, sendo-lhes apresentados os ditos mandados. ¹²¹

Art. 113. A fiança ficará sem effeito e o réo será recolhido á prisão:

- a) si elle não reforçal-a no caso do art. 110 ;
 - b) si, desistindo da fiança, o primeiro fiador não apresentar outro na fórma e no prazo do art. 111, c.
- Nestes casos, porém, não se haverão os fiadores por desobrigados, enquanto os réos não forem effectivamente presos, ou não tiverem prestado novos fiadores. ¹²²

Art. 114. A fiança se julgará quebrada de direito:

- a) quando o réo deixar de comparecer nas sessões do Jury, ao que se obrigará pelo termo de que trata o art. 104, § 2º, não sendo dispensado do comparecimento pelo juiz por justa causa ;
- b) quando o réo, depois de affiançado, commetter delicto de ferimento, offensa physica, ameaça, calúnia, injúria ou damno contra o queixoso ou denunciante, contra o presidente do Jury ou o representante do ministerio publico, sendo por qualquer dos mesmos delictos pronunciado. ¹²³

¹²⁰ L. n. 261, art. 40 ; R. n. 120, art. 338.

¹²¹ R. n. 120, art. 309.

¹²² L. n. 261, art. 41 ; R. n. 120, art. 310.

¹²³ L. n. 261, art. 42 ; R. n. 120, art. 311.

Art. 115. O quebramento da fiança, no primeiro caso do artigo antecedente, será pronunciado pelo juiz seccional, logo que, feita a chamada dos réos afiançados, elles não comparecerem.

Este julgamento se incluirá na acta e o juiz dará logo todas as necessarias providencias para que seja capturado o réo. ¹²⁵

Art. 116. O quebramento da fiança no segundo caso do dito artigo será proferido a requerimento do ministerio publico, da parte ou *ex officio* pelo juiz, perante quem se achar o processo, logo que lhe for apresentada a certidão da pronuncia pelos delictos de que trata o mesmo artigo § 2, procedendo a uma informação sumaria sobre a identidade da pessoa, quando a esse respeito haja alguma duvida. ¹²⁶

Art. 117. Pelo quebramento da fiança o réo perderá a metade daquella quantia que o juiz tiver accrescentado ao arbitramento dos peritos, e ficará sujeito a ser julgado á revelia, si no tempo do julgamento não tiver ainda sido preso. ¹²⁷

Art. 118. O réo perderá a totalidade do valor da fiança, quando, sendo condemnado por sentença que tenha passado em julgado, fugir antes de ser preso. ¹²⁸

Art. 119. O producto do quebramento das fianças nos casos dos artigos antecedentes pertence á Fazenda Nacional, que promoverá a sua cobrança pelos meios competentes, deduzidas primeiramente a importancia da indemnisação da parte e custas. ¹²⁹

CAPITULO IV

DA FIANÇA PROVISORIA

Art. 120. A fiança provisoria tem logar nos mesmos casos em que se dá a fiança definitiva. Os seus effeitos

¹²⁵ R. n. 120, art. 312.

¹²⁶ R. n. 120, art. 313.

¹²⁷ L. n. 261, art. 43; R. n. 120, art. 314.

¹²⁸ L. n. 261, art. 44; R. n. 120, art. 315.

¹²⁹ L. n. 261, art. 45; R. n. 120, art. 316; D. n. 416 de 22 de maio de 1890, art. 1º, § 1º.

durarão por 30 dias, e por mais tantos outros dias quantos forem necessários, para que o réo possa apresentar-se ante o juiz competente para prestar a fiança definitiva na razão de quatro leguas por dia.¹²⁹

Art. 121. Não poderá ser prestada a fiança provisória, si forem decorridos mais de 30 dias depois da prisão.¹³⁰

Art. 122. Não é exequível o mandado de prisão por crime afiançavel, si delle não constar o valor da fiança a que fica sujeito o réo.¹³¹

Art. 123. Em crime afiançavel ninguém será conduzido à prisão, si prestar fiança provisoria por meio de deposito em dinheiro, metaes e pedras preciosas, apolices da divida publica ou pelo testemunho de duas pessoas reconhecidamente abonadas, que se obriguem pelo comparecimento do réo durante a dita fiança sob a responsabilidade do valor que for fixado.

§ 1.º Preso o réo em flagrante delicto, será immediatamente conduzido à presença da autoridade judiciaria federal, que ficar mais proxima, ou mesmo da local na ausencia de autoridade federal; e esta, procedendo de conformidade com a determinação do art. 76, si reconhecer que o facto praticado pelo réo constitue crime afiançavel, e querendo elle prestar fiança, o admittirá logo a depositar ou caucionar o valor que, independente de arbitramento, a mesma autoridade fixar.

§ 2.º Para determinar o valor da fiança provisoria, a autoridade respectiva attenderá ao maximo do tempo de reclusão ou de prisão celllular, acompanhada ou não da multa em que possa incorrer o réo pelo facto criminoso, e dentro dos dous extremos, que marca a tabella abaixo, fixará o valor da fiança, tendo em consideração não só a gravidade do damno causado pelo delicto, como a condição de fortuna e circumstancias pessoas do réo, incluída a importancia do sello.

¹²⁹ L. n. 2033 de 1871, art. 11; R. n. 4824, art. 39.

¹³⁰ R. n. 4824, art. 31.

¹³¹ R. n. 4824, art. 32.

§ 3.º Quando a prisão do réo for determinada por mandado, á vista do valor da fiança nelle designado se regulará o deposito ou caução.¹³²

§ 4.º Não se pagará sello de fiança provisoria, que for substituida pela definitiva; o deposito ou caução, porém, da fiança provisoria garante a importancia do sello devido, si não seguir-se a definitiva.¹³³

Art. 124. Nos logares em que não for logo possível recolher aos cofres da Fazenda Nacional o deposito em dinheiro, metaes ou pedras preciosas e apolices da divida publica, será elle feito provisoriamente em mão de pessoa abonada e, em sua falta, ficará no Juizo, devendo ser removido para os ditos cofres no prazo de tres dias; do que tudo se fará menção no termo da fiança.¹³⁴

Art. 125. O juiz competente para conceder a fiança definitiva pôde cassar a provisoria, si reconhecer o crime por inafiançavel, ou exigir a substituição dos fiadores provisorios, si estes não forem abonados, ou si os objectos preciosos não tiverem o valor sufficiente.

O representante do ministerio publico ou quem suas vezes fizer, sempre que estiver presente, será ouvido nos processos de fiança provisoria; em todo caso, ainda depois de concedida a fiança, terá vista do respectivo processo afim de reclamar o que convier á Justiça publica.¹³⁵

Art. 126. No caso de prisão do réo em flagrante delicto, quando a fiança provisoria for concedida por autoridade, que não seja a competente para a formação da culpa, remetterá a esta, no prazo de 24 horas, o auto do inquerito a que procedeu de accordo com o art. 76, sendo o mesmo inquerito acompanhado do termo da fiança provisoria, e disto se fará declaração no protocollo do escrivão competente, ainda quando se verifique a substituição, de que trata o art. 75, § 2º.

Quando, porém, a fiança provisoria for concedida ao réo preso por virtude de mandado, no verso deste, si houver logar, será lançado, ou a elle addicionado o

¹³² L. n. 2033, art. 14, §§ 1 a 3; R. n. 4824, art. 33, §§ 1 a 3.

¹³³ R. n. 4824, art. 33, § 4.

¹³⁴ R. n. 4824, art. 34.

¹³⁵ R. n. 4824, art. 35.

termo da fiança, e entregue ao mesmo official de justiça encarregado de sua execução para ser apresentado ao juiz da culpa, que o mandará juntar ao respectivo processo e dar o devido seguimento. Far-se-ha igual declaração no protocollo do escrivão. ¹³⁶

Art. 127. Também declarar-se-ha nas sentenças de pronuncia o valor da fiança a que fica o réo sujeito. ¹³⁷

Art. 128. Poderá ser alterado o valor da fiança provisoria ou mesmo ficar ella sem effeito, si o despacho de pronuncia ou de sua confirmação, ou si o julgamento final innovar a classificação do delicto.

A innovação da classificação do delicto pelo despacho de pronuncia produzirá seu effeito, si não estiver pendente de recurso.

A nova classificação pelo julgamento final prevalecerá desde logo, seja ou não interposta appellação do ministerio publico ou da parte. ¹³⁸

Art. 129. A tabella da fiança provisoria annexa ao Dec. n. 4824 de 22 de novembro de 1871 é substituida pela seguinte:

TERMOS		PENAS
Minimo	Maximo	Prisão cellullar ou reclusão por menos de
100\$000	1:500\$000	8 mezes.
200\$000	3:000\$000	1 anno.
300\$000	4:500\$000	1 anno e 6 mezes.
400\$000	5:000\$000	2 annos.
500\$000	6:500\$000	2 annos e 6 mezes.
600\$000	8:000\$000	3 annos.
700\$000	9:500\$000	3 annos e 6 mezes.
800\$000	11:000\$000	4 annos.

¹³⁶ L. n. 2033, art. 14, § 5; R. n. 4824, art. 36.

¹³⁷ L. n. 2033, art. 14, § 5.

¹³⁸ R. n. 4824, art. 37.

Quando a pena de prisão for acompanhada de multa correspondente a uma parte do tempo, serão proporcionalmente augmentados os termos da tabella.

CAPITULO V

DAS BUSCAS E APREHENSÕES

Art. 130. Conceder-se-ha mandado de busca :

a) para apprehensão das cousas furtadas ou tomadas por força com falsos pretextos ou achadas, tratando-se de caso sujeito à jurisdição federal ;

b) para prisão de criminosos ;

c) para apprehensão de instrumentos de falsificação, moeda falsa ou outros objectos falsificados de qualquer natureza que sejam ;

d) para apprehensão de armas e munições preparadas para insurreição ou motim, ou para quaesquer outros crimes sujeitos à jurisdição federal ;

e) para descobrirem-se objectos necessarios à prova de algum crime ou defesa de algum réo. ¹³⁹

Art. 131. O mandado de busca deve :

a) indicar a casa pelo proprietario ou inquilino, ou numero e situação della ;

b) descrever a cousa ou pessoa procurada ;

c) ser escripto pelo escrivão e assignado pelo juiz com ordem de prisão ou sem ella. ¹⁴⁰

Art. 132. O mandado de busca, que não tiver estes requisitos, não é exequivel, e será punido o official que por elle proceder. ¹⁴¹

Art. 133. Para a concessão de um mandado de busca, bastam vehementes indicios ou fundada probabilidade da existencia dos objectos ou do criminoso no logar da busca. ¹⁴²

¹³⁹ C. do Proc., art. 139.

¹⁴⁰ C. do Proc., art. 192.

¹⁴¹ C. do Proc., art. 193.

¹⁴² L. n. 261 de 1841, art. 10.

Art. 134. O mandado deve ser pedido por escripto assignado pela parte, com declaração das razões em que se funda, e porque presume acharem-se os objectos ou o criminoso no lugar indicado; e quando estas não forem logo demonstradas por documentos apoiados pela fama da vizinhança ou notoriedade publica, ou por circumstancias taes que formem vehementes indicios, se exigirá o depoimento de uma testemunha.

O mandado, porém, não deverá conter o nome nem as declarações da testemunha, ainda mesmo quando haja sido passado em virtude do depoimento della. ¹⁴³

Art. 135. No caso de não verificar-se a achada, serão communicadas a quem soffreu a busca as provas em que o mandado se fundou, logo que as exigir. ¹⁴⁴

Art. 136. Aos officiaes de justiça compete a execução dos mandados de exhibição e buscas em casas de morada ou habitação particular. ¹⁴⁵

Art. 137. De noite em nenhuma casa se poderá entrar, salvo nos casos especificados no art. 197 do Cod. Penal. ¹⁴⁶

Art. 138. Os officiaes da diligencia sempre se acompanharão, sendo possivel, de uma testemunha vizinha, que assista ao acto, e o possa depois abonar e depor, si for preciso, para justificação dos motivos que determinaram ou tornaram legal a entrada. ¹⁴⁷

Art. 139. Só de dia podem estes mandados ser executados, e, antes de entrar na casa, o official de justiça encarregado da sua execução os deverá mostrar e ler ao morador ou moradores della, a quem tambem logo intimará para que abram as portas. ¹⁴⁸

Art. 140. Não sendo obedecido, o official tem direito de arrombal-as e entrar á força, e o mesmo praticará com qualquer porta interior, armario ou outra qualquer

¹⁴³ R. n. 120, art. 125.

¹⁴⁴ L. n. 261, art. 10; R. n. 120, art. 127.

¹⁴⁵ C. do Proc., art. 196.

¹⁴⁶ C. do Proc., art. 197.

¹⁴⁷ C. do Proc., art. 198.

¹⁴⁸ C. do Proc., art. 199.

cousa, onde se possa com fundamento supper escondido o que se procura.¹⁴⁹

Art. 141. Finda a diligencia, farão os executadores um auto de tudo quanto houver succedido, no qual também descreverão as cousas, pessoas e logares onde foram achadas, e assignarão com duas testemunhas presenciasaes, que os mesmos officiaes de justiça devem chamar logo que quizerem principiar a diligencia e execução, dando de tudo cópias às partes, si o pedirem.¹⁵⁰

Art. 142. O possuidor ou occultador das cousas, que forem objecto da busca, serão levados debaixo de vara e presença do juiz que a ordenou, para serem interrogados e processados na fôrma da lei, si forem manifestamente dolosos ou si forem cúmplices no crime.¹⁵¹

TITULO III

DAS PROVAS

CAPITULO I

CORPO DE DELICTO

Art. 143. Formar-se-ha auto de corpo de delicto, quando este deixar vestigios que possam ser examinados.¹⁵²

Art. 144. Nos crimes que não deixam vestigios, ou de que se tiver noticia, quando os vestigios já não existam e não se possam verificar ocularmente por um ou mais peritos, poder-se-ha formar o processo independente da inquirição especial para corpo de delicto, inquirindo-se no summario testemunhas não só a respeito da existencia do delicto e suas circumstancias, como também acerca do delinquente.¹⁵³

¹⁴⁹ C. do Proc., art. 200.

¹⁵⁰ C. do Proc., art. 201.

¹⁵¹ C. do Proc., art. 202.

¹⁵² C. do Proc., art. 134.

¹⁵³ L. n. 261 de 1844, art. 47; R. n. 120, art. 257.

Art. 145. Para se fazer auto de corpo de delicto serão chamadas, pelo menos, duas pessoas profissionais e peritas na materia de que se tratar, e, na sua falta, pessoas entendidas e de bom senso, nomeadas pela autoridade que presidir ao mesmo corpo de delicto, e esta, tendo-lhes tomado o compromisso de declararem com verdade o que encontrarem e o que em suas consciencias entenderem, as encarregará de examinar e descrever com todas as suas circumstancias quanto observarem, e de avaliar o damno resultante do delicto, salvo qualquer juízo definitivo a este respeito. ¹⁵⁴

Art. 146. Havendo no logar medicos, cirurgiões, boticarios e quaesquer outros profissionais e mestres de officios que pertençam a algum estabelecimento publico, ou por qualquer motivo tenham vencimentos da Fazenda Nacional, serão chamados para fazer os corpos de delicto de preferencia a outros quaesquer, salvo o caso de urgencia em que não possam concorrer promptamente.

A's pessoas, que sem justa causa se não prestarem a fazer corpo de delicto, será imposta a multa de 30\$ a 90\$ pela autoridade que presidir ao mesmo corpo de delicto. ¹⁵⁵

Art. 147. O juiz mandará colligir tudo quanto encontrar no logar do delicto e sua vizinhança, que possa servir de prova. ¹⁵⁶

Art. 148. O corpo de delicto poderá ser feito de dia ou de noite e em dia feriado; e sempre o será o mais proximamente que for possivel á perpetração do delicto. ¹⁵⁷

Art. 149. O auto de corpo de delicto será escripto pelo escrivão, rubricado pelo juiz e assignado por este, peritos e testemunhas. ¹⁵⁸

Art. 150. Nas diligencias que os juizes, a bem da justiça, tenham de fazer nas repartições subordinadas ao Governo, deverão taes juizes dirigir-se directamente aos

¹⁵⁴ C. do Proc., art. 135; R. n. 120, art. 258.

¹⁵⁵ R. n. 120, art. 259.

¹⁵⁶ C. do Proc., art. 136.

¹⁵⁷ R. n. 120, art. 260.

¹⁵⁸ C. do Proc., art. 137.

respectivos ministros ou governadores, pedindo-lhes dia para ellas se effectuarem, e estes, marcando-o, ordenarão ás repartições que lhe são subordinadas, que a ellas se prestem. ¹⁵⁹

CAPITULO II

DAS TESTEMUNHAS

Art. 151. As testemunhas serão citadas por despacho do juiz, no qual se declarará o fim para que e o lugar e o tempo em que devem comparecer. Si residirem em lugar diverso daquelle em que reside o juiz, este expedirá precatória ao juiz local ou federal, rogando-lhe que as interrogue sobre o facto criminoso e suas circumstancias. ¹⁶⁰

Art. 152. As testemunhas serão obrigadas a comparecer no lugar e tempo que lhes for mandado, não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio algum. ¹⁶¹

Art. 153. As testemunhas que não comparecerem sem motivo justificado, tendo sido citadas, serão conduzidas debaixo de vara e soffrerão a pena de desobediencia.

Esta pena será imposta pela autoridade, que mandou citar, ou por aquella perante a qual devia comparecer. ¹⁶²

Art. 154. As testemunhas que, sendo notificadas, não comparecerem na sessão do Jury, em que a causa deve ser julgada, poderão ser conduzidas debaixo de prisão para deporem, e punidas pelo presidente do tribunal com a pena de 5 a 15 dias de prisão. Além disto si, em razão da falta de comparecimento de alguma ou algumas testemunhas, a causa for adiada para outra sessão, todas as despesas das novas notificações e citações, que se fizerem, e das indemnisações ás outras testemunhas, serão pagas por aquella ou aquellas que faltarem, as quaes poderão ser a isso condemnadas pelo presidente do Jury na de-

¹⁵⁹ Decr. n. 512 de 16 de abril de 1847.

¹⁶⁰ D. n. 848, art. 55.

¹⁶¹ C. do Proc., art. 85; D. n. 848, art. 55.

¹⁶² C. do Proc., art. 95.

cisão que tomar sobre o adiamento da causa, e poderão ser constrangidas a pagar da cadeia. ¹⁶³

Art. 155. Sempre que seja necessaria a presença de algum empregado publico fóra de sua repartição para qualquer acto da justiça, cumpre que o juiz se dirija directamente ao respectivo ministro ou governador do Estado com a competente requisição, para que este dê as providencias necessarias de modo a não soffrer o serviço. ¹⁶⁴

Art. 156. Os militares não podem ser obrigados a vir depor em Juízo, sem terem sido previamente deprecados pelo juiz aos respectivos chefes. ¹⁶⁵

Art. 157. As testemunhas devem fazer a promessa formal de dizer a verdade do que souberem e lhes for perguntado.

Declararão seus nomes, prenomes, idades, profissão, estado, domicilio ou residencia, si são parentes e em que grão; amigos, inimigos ou dependentes de alguma das partes, bem como o mais que lhes for perguntado sobre o objecto. ¹⁶⁶

Art. 158. Não podem ser testemunhas os ascendentes ou descendentes, marido ou mulher, parente até o 2º grão, e o menor de 14 annos; mas o juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa ou denuncia e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes.

Esta informação terá o credito que o juiz entender que lhe deve dar em attenção ás circumstancias. ¹⁶⁷

Art. 159. A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo escrivão; o juiz a assignará com a testemunha que a tiver feito.

Si a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas. ¹⁶⁸

¹⁶³ L. n. 261, art. 53.

¹⁶⁴ D. n. 512 de 16 de abril de 1847.

¹⁶⁵ Alv. de 21 de outubro de 1763 e 16 de março de 1812.

¹⁶⁶ C. do Proc., art. 86.

¹⁶⁷ C. do Proc., art. 89.

¹⁶⁸ C. do Proc., art. 87.

Art. 160. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si; e o juiz providenciará para que umas não saibam ou não ouçam as declarações das outras, nem as respostas do autor ou réo. ¹⁶⁹

Art. 161. Cada vez que duas ou mais testemunhas divergirem em suas declarações, o juiz as reperguntará em face uma da outra, mandando que expliquem a divergencia ou contradicção, si assim lhe for requerido por qualquer das partes. ¹⁷⁰

Art. 162. Quando o réo levado á presença do juiz requerer que as testemunhas inquiridas em sua ausencia sejam reperguntadas em sua presença, assim lhe será deferido. ¹⁷¹

Art. 163. O juiz processante não tem arbitrio para impedir ás partes quaesquer perguntas ás testemunhas, excepto si não tiverem relação alguma com a exposição feita na queixa ou denuncia; devendo porém ficar consignadas no termo da inquirição a pergunta da parte e a recusa do juiz. ¹⁷²

Art. 164. Si o delinquente for julgado em um lugar, e tiver em outro alguma testemunha que não possa comparecer, poderá pedir que seja inquirida nesse lugar, citada a parte contraria ou o representante do ministerio publico para assistir á inquirição. ¹⁷³

Art. 165. Si alguma testemunha houver de ausentar-se ou por sua avançada idade ou por seu estado valetudinario houver receio que ao tempo da prova já não exista, poderá tambem, citados os mencionados no artigo antecedente, ser inquirida a requerimento da parte interessada, a quem será entregue o depoimento para d'elle usar quando e como lhe convier. ¹⁷⁴

Art. 166. As testemunhas da formação da culpa se obrigarão por um termo a communicar ao juiz, dentro de

¹⁶⁹ C. do Proc., art. 88.

¹⁷⁰ C. do Proc., art. 96; D. n. 848, art. 57.

¹⁷¹ C. do Proc., art. 97; D. n. 848, art. 56.

¹⁷² D. n. 4824 de 1871, art. 52.

¹⁷³ C. do Proc., art. 90.

¹⁷⁴ C. do Proc., art. 91.

um anno, qualquer mudança de residencia, sujeitando-se pela simples omissão a todas as penas do não comparecimento.

Art. 167. O escrivão, que escrever o depoimento da testemunha, a intimará logo que acabe de depor para que faça a comunicação mencionada neste artigo debaixo das penas a que se refere, e portará por fô esta intimação no fim do mesmo depoimento.¹⁷⁵

CAPITULO III

DOS DOCUMENTOS

Art. 168. Os documentos, para que possam servir, devem ser reconhecidos verdadeiros pelo juiz ou por tabelião publico.¹⁷⁶

Art. 169. As cartas obtidas por meios criminosos não serão admittidas em Juizo.¹⁷⁷

Art. 170. As cartas particulares não serão produzidas em Juizo sem consentimento de seus autores, salvo si for o destinatario que as produzir em defesa de direitos.¹⁷⁸

CAPITULO IV

DOS INDICIOS

Art. 171. Bastam indicios vehementes para a pronuncia do indiciado; nenhuma presumpção, porém, por mais vehemente que seja, dará logar á imposição de pena.¹⁷⁹

¹⁷⁵ L. n. 261, art. 51; R. n. 120, art. 204.

¹⁷⁶ C. do Proc., art. 92.

¹⁷⁷ C. do Proc., art. 93; C. P., art. 105.

¹⁷⁸ C. P., art. 191.

¹⁷⁹ C. do Proc., art. 145; C. P., art. 67; D. n. 848, art. 63.

CAPITULO V

DA CONFISSÃO

Art. 172. A confissão do réo em Juízo competente, sendo livre e coincidindo com as circumstancias do facto, prova o delicto. ¹⁸⁰

CAPITULO VI

DO INTERROGATORIO

Art. 173. O réo será interrogado pela fôrma seguinte :

- a) Qual o seu nome, naturalidade e residencia ?
- b) Si tem motivo particular a que attribua a queixa ou denuncia ?
- c) Si é ou não culpado ? ¹⁸¹

Art. 174. Não é permittido ao juiz accrescentar outras perguntas ás que ficam indicadas no artigo antecedente; ao réo, entretanto, será licito allegar quanto lhe for conveniente, devendo ser escriptas todas as suas declarações. ¹⁸²

Art. 175. As respostas do réo serão escriptas pelo escrivão, rubricadas em todas as folhas pelo juiz e assignadas pelo réo, depois de as ler e emendar, si quizer, e pelo mesmo juiz.

Si o réo não souber escrever ou não quizer assignar, se lavrará termo com essa declaração; o qual será assignado pelo juiz e por duas testemunhas, que devem assistir ao interrogatorio. ¹⁸³

¹⁸⁰ C. do Proc., art. 94; D. n. 848, art. 60.

¹⁸¹ C. do Proc. art. 98; D. n. 848, art. 58.

¹⁸² D. n. 848, art. 58, paragrapho unico.

¹⁸³ C. do Proc., art. 99.

TITULO IV

PROCESSO ORDINARIO

CAPITULO I

FORMAÇÃO DA CULPA

Art. 176. Apresentada e recebida a queixa ou denuncia com o auto de corpo de delicto ou sem elle, não sendo necessário, o juiz mandará autoar e citar o réo e as testemunhas para a formação da culpa. ¹⁸⁴

Art. 177. Estando o delinquente preso ou afiançado ou residindo no districto, de maneira que possa ser conduzido à presença do juiz, assistirá à inquirição das testemunhas, em cujo acto poderá contestal-as sem as interromper.

Si o delinquente residir em logar diverso daquelle em que reside o juiz ou extranho à sua jurisdição, será intimado na fôrma do art. 72. ¹⁸⁵

Art. 178. Comparecendo o réo em Juizo, ser-lhe-hão lidas todas as peças do processo a que é submettido e reperguntadas as testemunhas, si assim o requerer. ¹⁸⁶

Art. 179. As testemunhas numerarias não poderão exceder de seis. ¹⁸⁷

Art. 180. Além das testemunhas que forem inquiridas por virtude do artigo antecedente, serão inquiridas, sempre que for possível, as pessoas, ás quaes se referirem em seus depoimentos as testemunhas que já houverem deposto.

Igualmente e sem que se contem no numero das testemunhas, serão tomadas as declarações dos informantes na fôrma do art. 158. ¹⁸⁸

¹⁸⁴ C. do Proc., art. 140; D. n. 848, art. 54.

¹⁸⁵ C. do Proc., art. 142; D. n. 848, art. 54.

¹⁸⁶ D. n. 848, art. 56.

¹⁸⁷ D. n. 848, art. 53.

¹⁸⁸ L. n. 261, art. 48; R. n. 120, art. 267.

Art. 181. Quando no crime sobre o qual se proceder a summario for indiciado mais de um delinquente e as testemunhas desse summario não depuzerem contra um ou outro de taes indiciados, a respeito do qual haja vehementes suspeitas, poderão ser inquiridas mais duas ou tres testemunhas, sómente a respeito daquelle indiciado. ¹⁸⁹

Art. 182. No interrogatorio o accusado tem o direito de juntar quaesquer documentos e justificações, processados em outro Juizo, para serem apreciadas como for de direito.

Si allegar com fundamento a necessidade de prazo para isso, ser-lhe-ha concedido até tres dias improrogaveis. ¹⁹⁰

Art. 183. Da inquirição das testemunhas, interrogatorio e informações se lavrará termo, que será escripto pelo escrivão e assignado pelo juiz, testemunhas, parte e informantes, guardada a disposição do art. 158. ¹⁹¹

Art. 184. Si pela inquirição das testemunhas, interrogatorio do indiciado delinquente ou informações, a que tiver procedido, o juiz se convencer da existencia do delicto e de quem seja o delinquente, declarará por seu despacho nos autos que julga procedente a queixa ou denuncia, e obrigado o delinquente á prisão nos casos em que esta tem logar, e sempre a livramento, especificando o artigo da lei em que o julgar incurso. ¹⁹²

Art. 185. Quando o juiz não obtenha pleno conhecimento do delicto ou indicios vehementes de quem seja o delinquente, declarará por seu despacho nos autos que não julga procedente a queixa ou denuncia. ¹⁹³

Art. 186. Procedendo a queixa ou denuncia, o nome do delinquente será lançado no livro para isso destinado, o qual será gratuitamente rubricado pelo juiz, e se passarão as ordens necessarias para a prisão. ¹⁹⁴

¹⁸⁹ L. n. 261, art. 48; R. n. 120, art. 268.

¹⁹⁰ R. n. 4824, art. 53; D. n. 848, art. 61.

¹⁹¹ C. do Proc. art. 143; D. n. 848, art. 62.

¹⁹² C. do Proc., art. 144; R. n. 120, art. 285; D. n. 848, art. 63.

¹⁹³ C. do Proc., art. 145; R. n. 120, art. 286; D. n. 848, art. 64.

¹⁹⁴ C. do Proc., art. 146.

Art. 187. Proceder-se-ha á formação da culpa em segredo sómente quando a ella não assistam o delinquente e seus socios. ¹⁹⁵

Art. 188. A formação da culpa, quando o réo estiver preso, não excederá o prazo de oito dias, depois de offerecida a queixa ou denuncia, excepto quando a affluencia de negocios publicos ou outra difficuldade insuperavel obstar, fazendo-se contudo o mais breve que for possivel.

§ 1.º O juiz formador da culpa, sempre que tenha de concluir processo fóra do prazo deste artigo, declarará no despacho de pronuncia os motivos justificativos da demora.

§ 2.º O juiz ou tribunal superior, quando tiver de tomar conhecimento dos autos, apreciará os motivos allegados e si os achar improcedentes promoverá pelos meios legitimos a responsabilidade do juiz formador da culpa. ¹⁹⁶

Art. 189. A formação da culpa terá logar, emquanto não prescrever o delicto. ¹⁹⁷

Art. 190. Ainda que as autoridades, a quem incumbe a formação da culpa, não obtenham, por meio das informações e diligencias a que houverem procedido, o conhecimento de quem é o delinquente, não deixarão de proceder contra elle por virtude de queixa ou denuncia em qualquer tempo que seja descoberto, não estando o delicto prescripto. ¹⁹⁸

Si findo o processo da formação da culpa e affecto ao Jury, houver noticia de que existem um ou mais criminosos do mesmo delicto, poder-se-ha formar novo processo, emquanto o crime não prescrever. ¹⁹⁹

Art. 191. Os deputados e os senadores desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos nem processados criminalmente, sem prévia licença da sua Camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel. Neste caso, levado o processo até pronuncia

¹⁹⁵ C. do Proc., art. 117.

¹⁹⁶ C. do Proc., art. 118; D. n. 2623 de 25 de maio de 1850, arts. 1º e 2º

¹⁹⁷ C. do Proc., art. 117.

¹⁹⁸ C. do Proc., art. 149; R. n. 120, art. 270.

¹⁹⁹ R. n. 120, art. 270.

exclusive, a autoridade processante remetterá os autos á Camara respectiva para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.²⁰⁰

Art. 192. Os casos de que trata o art. 27 do Codigo Penal são do conhecimento e decisão do juiz formador da culpa, com appellação para o Supremo Tribunal Federal, quando a decisão for definitiva.²⁰¹

E' decisão definitiva a que julgar improcedente o procedimento, por estar o réo incluído em qualquer das especies do citado art. 27.²⁰²

CAPITULO II

DOS EFEITOS DA PRONUNCIA

Art. 193. Pronunciado o réo, ficará desde a data da intimação da sentença e emquanto durarem os seus effeitos:

- a) sujeito á accusação e julgamento ;
- b) suspenso do exercicio de todas as funcções publicas e inhabilitado para ser proposto a outro emprego ou nelle provido, salvo o accesso legal que competir ao empregado pronunciado ;
- c) privado do recebimento de metade do ordenado ou soldo que tiver em razão do emprego, e que perderá todo, não sendo afinal absolvido ;
- d) obrigado á prisão, si o crime for inafiançavel, ou emquanto não prestar fiança nos casos em que a lei a admite.²⁰³

Art. 194. A pronuncia não suspende sinão o exercicio das funcções publicas e o direito de ser votado para cargos que exigem a qualidade de eleitor.²⁰⁴

²⁰⁰ C., art. 20.

²⁰¹ L. n. 2033 de 1871, art. 20.

²⁰² D. n. 4824, art. 84.

²⁰³ C. do Proc., art. 165 ; R. do S. T. art. 82, § 4º.

²⁰⁴ L. n. 2033 de 1871, art. 29.

Art. 195. Si qualquer das partes recorrer do despacho de pronuncia, não deixará este de produzir desde logo todos os seus effeitos, ficando sómente suspenso o preparo do processo perante o Jury até a apresentação do recurso ao juiz *a quo*.²⁰³

Art. 196. Revogada a pronuncia, o réo será immediatamente solto e, si for empregado publico, voltará ao seu emprego e ser-lhe-ha restituída a metade do ordenado que deixou de receber.²⁰⁶

CAPITULO III

DO JULGAMENTO DAS CAUSAS PERANTE O JURY

SECÇÃO I

PREPARATIVOS DA ACCUSAÇÃO

Art. 197. Logo que passar em julgado o despacho de pronuncia, o accusador será notificado para offerecer em Juizo o seu libello accusatorio dentro de 24 horas improrogaveis, sob as penas de revelia e perempção da acção.²⁰⁷

Art. 198. Quando for parte a justiça, o escrivão deverá dar vista dos autos por tres dias ao representante do ministerio publico para offerecer o libello accusatorio, podendo esse prazo ser prorogado por mais 48 horas, quando a affluencia de negocios o exigir.²⁰⁸

Art. 199. Offerecido o libello com o rol das testemunhas e quaesquer documentos que o instruam, serão as ditas peças juntas aos autos, dos quaes só se dará vista ao accusado por 48 horas improrogaveis para contrariar, sendo-lhe permittido offerecer documentos em sua defesa e o rol de suas testemunhas.²⁰⁹

²⁰³ L. n. 261 de 1841, art. 72 ; R. n. 120, art. 415 ; D. n. 848, art. 65.

²⁰⁶ C. do Proc., art. 174.

²⁰⁷ D. n. 848, art. 66.

²⁰⁸ R. n. 120, art. 339.

²⁰⁹ D. n. 848, art. 67.

Art. 200. Si o réo quizer offerecer a sua contrariedade escripta; ser-lhe-ha aceita; mas sómente se dará vista do processo original a elle ou a seu procurador dentro do cartorio do escrivão, dando-se-lhe, porém, os traslados que quizer. ²¹⁰

Art. 201. Sômente serão admittidos aquelles libellos que, além de conterem o nome do réo, especificarem por artigos um facto com mais ou menos circumstancias, e concluirem pedindo a imposição de uma pena estabelecida por lei, que será apontada em algum dos seus grãos, quando a lei estabelecer gradações. ²¹¹

Art. 202. Os procuradores da Republica deverão examinar cuidadosamente, e com a maior antecedencia possível, todos os processos, e extrahir delles as necessarias notas, afim de requerer em tempo que se proceda às diligencias e se procurem os documentos que possam ser necessarios, e tudo quanto for a bem para sustentar a accusação. Para esse fim os juizes seccionaes lhes mandarão entregar os processos, quando o requererem, por um prazo breve ²¹²

Art. 203. A acção criminal será julgada perempta, quando o libello não houver sido offerecido em tempo ou não comparecer no Jury o accusador por si ou por procurador, devidamente autorizado. Em um e outro caso, a sentença de perempção será proferida pelo juiz presidente do tribunal do Jury, independente de reclamação da parte. ²¹³

Art. 204. A acção criminal proseguirá à revelia do accusador nos casos em que couber denuncia. Si a denuncia proceder de pessoa do povo, o procurador da Republica a continuará até os termos finaes; e si este for o revel, nomeará o juiz procurador *ad hoc* para proseguir no feito, seja a revelia procedente de falta de apresentação do libello em tempo opportuno, seja de falta de comparecimento no tribunal do Jury.

²¹⁰ R. n. 120, art. 342.

²¹¹ R. n. 120, art. 340.

²¹² R. n. 120, art. 343.

²¹³ D. n. 818, art. 63.

O procurador da Republica será em um e outro caso sujeito a processo de responsabilidade, como no caso couber, formada a culpa *ex officio* pelo juiz respectivo. ²¹⁵

Art. 205. Quando a accusação for abandonada por qualquer do povo e o procurador da Republica houver de proseguir na acção, será o denunciante condemnado em custas, si as houver, não podendo em caso algum ser contadas a seu favor.

A revelia do procurador da Republica sujeita-o á satisfação do damno causado, que será arbitrado pelo juiz, não tendo sido justificada a falta daquelle funcionario, que, em todo caso, ficará privado dos vencimentos correspondentes aos dias de trabalho do substituto nomeado *ad hoc* e em proveito deste. ²¹⁵

Art. 206. Quando o juiz seccional houver de convocar o Jury, procederá previamente ao sorteio dos 48 jurados que na sessão teem de servir. ²¹⁶

O sorteio deverá ser feito a portas abertas e por um menor, lavrando-se de tudo o que occorrer termo escripto pelo escrivão e especificando-se o nome dos 48 sorteados. As 48 cédulas serão fechadas em urna separada. ²¹⁷

Art. 207. O juiz annunciará logo por editaes a convocação do Jury e o dia em que deverá ter lugar, convidando nomeadamente a comparecer os 48 jurados que as 48 cédulas indicarem, e declarando que estes hão de servir durante a proxima sessão judiciaria, e devem comparecer, assim como todos os interessados, no dia assignado, sob as penas marcadas na lei, si faltarem, bem como expedirá os competentes mandados para serem notificados os jurados, os réos e as testemunhas. ²¹⁸

Art. 208. A notificação ao jurado se entenderá feita, sempre que por official de justiça for entregue na casa

²¹⁵ D. n. 813, art. 62.

²¹⁶ D. n. 818, art. 70.

²¹⁷ L. n. 221, art. 15. I.

²¹⁸ R. n. 120, art. 328.

²¹⁸ R. n. 120, arts. 329 e 330.

de sua residência, uma vez que o mesmo official certifique que o jurado não está fóra do municipio. ²¹⁹

Art. 209. Os jurados, que forem dispensados pelo juiz seccional de comparecer em toda a sessão por terem motivo legitimo, e bem assim os que deixarem de comparecer sem escusa legitima e forem multados, não ficarão isentos de ser sorteados para a seguinte sessão, devendo o escrivão apresentar na occasião do primeiro sorteio as cedulas com seus nomes, para que sejam novamente recolhidas á urna. ²²⁰

Art. 210. Pelo contrario, os que forem chamados para supprir a falta de outros, na fórma do art. 214, serão relacionados pelo escrivão afim de que sejam inutilizadas as cedulas que contem seus nomes, quando sahirem, fazendo disso expressa menção no termo que se lavrar. ²²¹

Art. 211. Si a urna geral se exhaurir, recolher-se-hão nella cedulas novas de todos os jurados apurados. ²²²

Art. 212. Quando no principio do mez de janeiro não se ache exaurida a urna do anno antecedente, sómente entrarão para ella os nomes dos jurados novos e os daquelles que, supposto já tivessem sido apurados, contudo ainda não tenham servido, de modo que não aconteça servir um jurado duas vezes, enquanto outros não tenham servido nenhuma. ²²³

SECÇÃO II

PROCESSO PERANTE O JURY

Art. 213. No dia assignado para a reunião do Jury, achando-se presentes o juiz seccional, o escrivão, os jurados, o procurador da Republica ou adjunto e as partes accusadoras, havendo-as, principiará a sessão pelo toque de campainha. Em seguida o juiz abrirá a urna das 48

²¹⁹ R. n. 120, art. 332.

²²⁰ L. n. 261 de 1811, art. 101; R. n. 120, art. 333.

²²¹ R. n. 120, art. 331.

²²² R. n. 120, art. 335.

²²³ R. n. 120, art. 336.

cedulas e, verificando publicamente que se acham todas, as recolherá outra vez, e será feita logo a chamada dos jurados pelo escrivão, para verificar si se acham presentes em numero legal, que é o de 36 pelo menos. ²²⁴

Art. 214. Feita a chamada e averiguado o numero dos jurados, o juiz tomará conhecimento das escusas dos que faltarem, relevando-os da multa, ou condemnando-os, como for justo ; e quando não se ache completo o numero legal, procederá publicamente ao sorteio de tantos sup-
plentes quantos faltarem para completar o numero de 48 jurados.

§ 1.º As cedulas serão extrahidas por um menor e os sorteados inscriptos segundo a ordem do sorteio na acta respectiva e immediatamente notificados para comparecer de ordem do juiz seccional.

§ 2.º Durante o sorteio estará presente a lista geral dos jurados afim de se não chamarem os que não residirem na cidade em que se reunir o Jury ou dentro de duas leguas, contadas da casa das sessões do tribunal ; e só na falta absoluta destes poderão ser chamados os de maiores distancias.

§ 3.º Concluido o sorteio, o juiz seccional poderá em attenção ás distancias marcar novo dia para reunir-se o Jury, fazendo-o publico por editaes, e declarando-o nas notificações que mandar fazer.

O adiamento não excederá de tres dias.

§ 4.º Si apezar da diligencia acima determinada, no dia novamente aprazado não houver numero sufficiente de jurados, o juiz imporá aos que sem causa justificada tiverem deixado de comparecer a multa correspondente aos 15 dias de sessão, ou aos que faltarem para completal-os, e convocará nova sessão.

Os jurados, que houverem comparecido, ficam comprehendidos no beneficio do art. 212, isto é, não servirão em outra sessão, emquanto não tiverem servido todos os alistados, ou não o exigir a necessidade por falta absoluta de outros.

²²⁴ R. n. 120, art. 337 ; D. n. 848, art. 71.

§ 5.º Os jurados supplentes, depois de comparecerem, só podem ser excluídos do tribunal pela presença dos primeiros sorteados, si comparecerem no mesmo dia.

Quando porém acontecer apresentarem-se estes em dia posterior, de maneira que o numero dos jurados presentes ou promptos exceda de 48, serão excluídos não os supplentes, mas esses primeiros sorteados, que não se apresentaram em tempo, cujos nomes não deixarão por esse tardio comparecimento de ser lançados novamente na urna. ²²⁵

Art. 215. Logo que se tenha reunido o numero legal, deverá o juiz declarar aberta a sessão : quando, porém, depois de uma espera razoavel, não se complete, annunciará as multas que houver imposto aos jurados, que faltaram ou se ausentaram, e levantará a sessão, adiando-a para o dia seguinte, si não for domingo. ²²⁶

Art. 216. Aberta a sessão, o escrivão fará immediatamente a chamada de todos os réos presos, dos que se livram soltos ou afiançados, dos accusadores ou autores e das testemunhas, que constar terem sido notificadas para comparecer naquella sessão, e notará as faltas das que não estiverem presentes. ²²⁷

Art. 217. Salvo por motivo de interesse publico e a requerimento do ministerio publico, não é permittido alterar a ordem do julgamento dos processos determinada: 1º, pela preferencia dos réos presos ou afiançados ; 2º, entre os mesmos presos pela antiguidade da prisão de cada um e em igual antiguidade pela prioridade da pronuncia, prevalecendo tambem essa prioridade entre os réos afiançados. ²²⁸

Art. 218. Si o réo ou o autor, ou ambos juntamente, não comparecerem, mas mandarem escusa legitima, a decisão da causa ficará adiada para a sessão seguinte, si

²²⁵ R. n. 120, art. 315 ; L. n. 558 de 26 de junho de 1850 ; D. n. 693 de 31 de agosto de 1850.

²²⁶ R. n. 120, art. 316.

²²⁷ R. n. 120, art. 318.

²²⁸ D. n. 1821 de 1871, art. 24 § 6º.

não puder ter lugar na actual, por não comparecerem as partes em tempo. ²²⁹

Art. 219. A respeito dos autores ou accusadores que faltarem, observar-se-ha o que está disposto no art. 203 ; a falta de comparecimento do réo, sem escusa legitima, o sujeitará á pena de revelia, isto é, á decisão pela prova dos autos, sem mais ser ouvido.

Esta mesma disposição se guardará na falta de ambas as partes. ²³⁰

Art. 220. A chamada dos autores, réos e testemunhas será feita pelo porteiro á porta do tribunal em altas vozes, e de assim o haver cumprido passará certidão, que se juntará aos autos. ²³¹

Servirá de porteiro do Jury o official de justiça que o juiz nomear para servir esse logar. ²³²

Art. 221. Depois de terem comparecido os autores e os réos ou seus legitimos procuradores, ou tomada a accusação pela justiça, o juiz mandará chamar as testemunhas e recolhê-las em logar donde não possam ouvir os debates nem as respostas umas das outras. ²³³

Art. 222. As testemunhas deverão ser apresentadas em rol pelo accusador e réo, para serem por elles chamadas. ²³⁴

Art. 223. Recollidas as testemunhas na fôrma do art. 221, proceder-se-ha ao sorteio de 12 jurados para a formação do conselho, sendo as cedulas tiradas da urna por um menor, e, á medida que o nome de cada juiz de facto for lido pelo juiz, farão o accusado e o accusador suas recusações, sem as motivar.

O accusado poderá recusar 12, e o accusador, depois d'elle, outros tantos tirados á sorte. ²³⁵

²²⁹ C. do Proc., art. 220.

²³⁰ C. do Proc., art. 221 ; R. n. 120, art. 349.

²³¹ R. n. 120, art. 351.

²³² R. n. 120, art. 352.

²³³ R. n. 120, art. 355.

²³⁴ R. n. 120, art. 356.

²³⁵ C. do Proc., art. 175 ; R. n. 120, art. 357 ; D. n. 848, art. 73.

Art. 224. Si os accusados forem dous ou mais, poderão combinar as suas recusações ; mas não combinando ser-lhes-ha permittida a separação dos processos, e nesse caso cada um poderá recusar até 12. ²³⁶

Art. 225. São inhibidos de servir no mesmo conselho os ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos e cunhados durante o cunhadio.

Destes o primeiro que tiver sahido á sorte é que deve ficar. ²³⁷

Art. 226. Preenchido o numero dos juizes de facto, que effectivamente formarão o Jury, o juiz lhes tomará a promessa solenne e publica de bem e fielmente cumprirem o seu dever. Na prestação do compromisso basta que o primeiro pronuncie a formula, dizendo depois cada um dos outros — assim o prometto. ²³⁸

Art. 227. Todas as questões essenciaes ou incidentes, que versarem sobre factos e de que dependerem as deliberações finaes, serão decididas pelos juizes de facto ; as de direito sel-o-hão pelo juiz seccional. ²³⁹

Havendo duvida si a questão é de facto ou de direito, o juiz seccional decidirá com recurso para o Supremo Tribunal. ²⁴⁰

Art. 228. Formado o conselho e tomado o compromisso dos jurados, o que deverá ser certificado pelo escrivão na respectiva acta, o juiz interrogará o réo pelo modo e fórma estabelecida para a formação da culpa.

Findo o interrogatorio, o escrivão lerá todo o processo e as ultimas respostas que estarão nelle escriptas. ²⁴¹

Art. 229. O advogado do accusador abrirá o Codigo e mostrará o artigo e grão de pena em que pelas circumstancias entende que o réo se acha incurso ; lerá outra vez o libello, depoimentos e respostas do réo no

²³⁶ C. do Proc., art. 176 ; D. n. 848, art. 74.

²³⁷ C. do Proc., art. 217 ; D. n. 848, art. 75.

²³⁸ C. do Proc., art. 278 ; D. n. 848, art. 76.

²³⁹ C. do Proc., art. 281 ; D. n. 848, art. 77.

²⁴⁰ C. do Proc., art. 281 ; L. n. 261 de 1841, art. 71.

²⁴¹ C. do Proc., arts. 259 e 260 ; R. n. 120, art. 358 ; D. n. 848, art. 78.

processo da formação da culpa e as provas em que se firmam. ²¹²

Art. 230. As testemunhas do accusador serão introduzidas na sala da sessão e deporão sobre os artigos do libello, sendo primeiro inquiridas pelo accusador, ou seu advogado ou procurador, e depois pelo réo, seu advogado ou procurador. ²¹³

Art. 231. Findo este acto, o advogado do réo desenvolverá a sua defesa, apresentando a lei, e referindo os factos que mostram a innocencia do réo, deduzidos em artigos succintos e claros. ²¹⁴

Art. 232. As testemunhas do réo serão introduzidas e deporão sobre os artigos da contrariedade, sendo inquiridas primeiro pelo advogado do réo e depois pelo do accusador ou autor. ²¹⁵

Art. 233. O autor e por ultimo o réo, por si ou por seus procuradores, replicarão verbalmente aos argumentos contrarios, e poderão requerer a repergunta de alguma ou algumas das testemunhas já inquiridas. ²¹⁶

Art. 234. No periodo das discussões tomarão os jurados as notas que lhes parecerem ou do processo escripto ou das allegações verbaes, e respostas que ouvirem, rompendo-as logo que lhes não forem necessarias. ²¹⁷

Art. 235. Na occasião do debate, mas sem interromper a quem estiver fallando, pôde qualquer juiz de facto fazer as observações que julgar convenientes, fazer interrogar de novo alguma testemunha, requerendo-o ao presidente do tribunal, e pedir que o Jury vote sobre qualquer ponto particular de facto, que julgar importante.

A estes requerimentos o juiz dará a consideração que merecerem; mas deverá fazel-os escrever no processo, bem como o seu deferimento, para que constem a todo tempo. ²¹⁸

²¹² C. do Proc., art. 261; D. n. 848, art. 79.

²¹³ C. do Proc., art. 262; D. n. 848, art. 80.

²¹⁴ C. do Proc., art. 263; D. n. 848, art. 81.

²¹⁵ C. do Proc., art. 264; D. n. 848, art. 82.

²¹⁶ C. do Proc., art. 265; D. n. 848, art. 83.

²¹⁷ C. do Proc., art. 268.

²¹⁸ R. n. 130, art. 359.

SECÇÃO III

DO JULGAMENTO PELO JURY

Art. 236. Achando-se a causa em estado de ser decidida por parecer aos jurados que nada mais resta para examinar, o juiz proporá por escripto ao conselho as questões relativas ao facto criminoso e suas circumstancias. ²³⁹

Art. 237. A primeira questão será de conformidade com o libello e o juiz a proporá nos seguintes termos :

O réo praticou o facto (referido no libello) com tal e tal circumstancia ? ²³⁹

Art. 238. Quando o juiz, com referencia ao libello, tiver de propor a dita questão, e entender que alguma questão exposta no libello não é absolutamente connexa e inseparavel do facto, de maneira que não possa este existir ou subsistir sem ella, dividirá em duas a mesma questão :

1º, o réo praticou o facto (que consta do libello) ?

2º, o réo praticou o facto mencionado com a circumstancia tal ? ²⁴⁰

Art. 239. Si resultar dos debates o conhecimento de alguma ou algumas circumstancias aggravantes não mencionadas no libello, proporá a seguinte questão :

O réo commetteu o crime com tal ou tal circumstancia aggravante ? ²⁴¹

Art. 240. Nos casos dos arts. 237 e 239 o juiz repetirá a questão tantas vezes quantas forem as circumstancias aggravantes, de que se tiver apresentado revestido o delicto pela maneira seguinte:

1º, o réo commetteu o delicto com tal circumstancia aggravante ?

2º, o réo commetteu o delicto com a circumstancia aggravante tal ?

²³⁹ R. n. 120, art. 366; D. n. 818, art. 81.

²⁴⁰ L. n. 261 de 1841, art. 59; D. n. 818, art. 85.

²⁴¹ R. n. 120, art. 367.

²⁴² L. n. 261, art. 59; D. n. 818, art. 86.

3º, etc. ²⁵³

Art. 241. Si o réo apresentar em sua defesa, ou no debate allegar como escusa um facto, que a lei reconhece como justificativo e que o isente de pena, o juiz proporá a seguinte questão :

O Jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia ?

E o Jury responderá — sim por unanimidade, o Jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia.

Não, por tantos votos, o Jury não reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia. ²⁵⁴

Art. 242. Si o réo for menor de quatorze annos, o juiz fará a seguinte questão :

O réo obrou com discernimento ?

E o Jury responderá : — Sim — por unanimidade, o réo obrou com discernimento.

— Não — por unanimidade, o réo não obrou com discernimento. ²⁵⁵

Art. 243. Quando os pontos da accusação forem diversos, o juiz proporá acerca de cada um delles todos os quesitos indispensaveis e os mais que julgar convenientes.

Neste caso sempre os proporá em proposições simples e bem distinctas, de maneira que sobre cada um delles possa ter lugar sem o menor equivoco ou amphibologia a resposta. ²⁵⁶

Art. 244. Em todo caso o juiz proporá sempre a seguinte questão :

Existem circumstancias attenuantes a favor do réo ? ²⁵⁷

Art. 245. Propostas as questões pelo juiz e por escripto nos autos, os jurados se recolherão á sala das suas conferencias, e ali sós e a portas fechadas principiarão por nomear dentre os seus membros, e em escrutinio se-

²⁵³ R. n. 120, art. 368.

²⁵⁴ L. n. 261, art. 61 ; R. n. 120, art. 369 ; D. n. 848, art. 87.

²⁵⁵ L. n. 261, art. 62 ; R. n. 120, art. 370 ; D. n. 848, art. 88.

²⁵⁶ L. n. 261, art. 63 ; R. n. 120, art. 371.

²⁵⁷ L. n. 261, art. 64 ; D. n. 848, art. 89.

creto, por maioria absoluta de votos, o seu presidente e um secretario; depois do que conferenciarão sobre o processo que for submittido ao seu exame pela maneira seguinte.²⁵⁸

Art. 246. O secretario fará a leitura do libello, da contrariedade, de qualquer outra peça do processo que o presidente julgar conveniente, ou algum dos membros requerer, e das questões propostas pelo juiz.²⁵⁹

Art. 247. Finda a leitura, admittidas as observações que cada um dos juizes de facto tiver para fazer, e ultimada a discussão, o presidente porá a votos, separadamente e pela ordem em que se acharem escriptas, as questões propostas pelo juiz, para o que estará sobre a mesa o escrutinio, e terão os membros do Jury uma porção de pequenos cartões em que estarão escriptas as palavras — Sim — Não.²⁶⁰

Art. 248. Começando o presidente pela primeira questão, declarará que vae submeter á votação :

Si o réo F. praticou tal facto?

E immediatamente lançará no escrutinio, com toda a cautela, o cartão indicativo do seu voto, e o mesmo farão o secretario e todos os mais membros, pelos quaes correrá o escrutinio.²⁶¹

Art. 249. Para responder ao quesito do art. 244, a saber, si existem circumstancias attenuantes, proceder-se-ha da seguinte maneira:

O presidente do Jury lerá o art. 12 do Cod. Penal e depois porá á votação — Si existem circumstancias attenuantes a favor do réo?

Si a resposta for negativa, fará immediatamente escrever a resposta — Não existem circumstancias attenuantes a favor do réo.

Si porém for affirmativa, não a fará escrever, mas irá pondo á votação a existencia de cada uma das cir-

²⁵⁸ C. do Proc., art. 243; R. n. 120, art. 373; D. n. 818, art. 90.

²⁵⁹ R. n. 120, art. 374.

²⁶⁰ C. do Proc., art. 244; R. n. 120, art. 375.

²⁶¹ R. n. 120, art. 376.

cumstancias que aquelle artigo menciona, e quando se decidir que existe alguma fará escrever: Existe a circumstancia attenuante de (por exemplo) não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar. ²⁶²

Art. 250. Quando todos tiverem votado, o presidente tomará o escrutinio, e, verificada a votação pelo conselho, conforme o resultado della, mandará escrever pelo secretario a resposta, por uma das maneiras seguintes:

No caso de ser affirmativa:

O Jury respondeu á 1ª questão:— Sim, por unanimidade, o réo F. praticou tal facto.

O Jury respondeu á 1ª questão:— Sim, por tantos votos, o réo F. praticou tal facto.

No caso de negativa:

O Jury respondeu á 1ª questão:— Não, por unanimidade, o réo F. não praticou tal facto.

O Jury respondeu á 1ª questão:— Não, por tantos votos, o réo F. não praticou tal facto.

No caso de empate:

O Jury respondeu á 1ª questão:— Sim, o réo F. praticou tal facto. — Não, o réo F. não praticou tal facto — Por igual numero de votos. ²⁶³

Art. 251. Da mesma maneira se procederá a respeito de cada uma das outras questões, até que, dadas e escriptas todas as respostas, voltem os jurados á sala das sessões e ali as apresente o presidente da conferencia ao juiz, que na conformidade dellas proferirá a sentença. ²⁶⁴

Art. 252. A resposta a cada um dos quesitos ou questões, depois de declarar o seu numero, como por exemplo: O Jury respondeu á 1ª questão, o Jury respondeu á 2ª questão, etc., — começará sempre pelas palavras — Sim ou Não —seguinto-se depois a declaração do numero de votos vencedores, e depois a repetição das palavras

²⁶² R. n. 120, art. 372.

²⁶³ R. n. 120, art. 377.

²⁶⁴ R. n. 120, art. 378.

do mesmo quesito com o accrescimento unicamente da affirmativa ou negativa, como nos exemplos postos nos artigos antecedentes. ²⁶⁵

Art. 253. As decisões do Jury serão tomadas nos termos do art. 90 da parte 1.^a desta Consolidação, e a sentença deverá ser proferida em seguimento e na mesma sessão pelo juiz seccional. ²⁶⁶

Art. 254. Si a decisão do Jury for negativa, o juiz seccional absolverá o accusado, ordenando immediatamente a sua soltura, si estiver preso. ²⁶⁷

Art. 255. Si a decisão for affirmativa, o juiz seccional condemnará o réo na pena correspondente ao grão, segundo as regras de direito, à vista da decisão do Jury sobre o facto e suas circumstancias. ²⁶⁸

Art. 256. Si a decisão for empatada por igual numero de votos affirmativos e negativos, a sentença será proferida conforme a opinião mais favoravel ao accusado. ²⁶⁹

Art. 257. Si se tratar de crime por abuso de expressão do pensamento, além do que fica disposto, o juiz mandará levantar o sequestro dos impressos, gravuras, etc., ou supprimir as ditas peças, conforme a decisão for negativa ou affirmativa.

Si a decisão for affirmativa só quanto ao abuso, mas negativa quanto a ser criminoso o accusado, o juiz o absolverá, mas ordenará a suppressão das peças denunciadas. ²⁷⁰

Art. 258. Nos logares em que não houver estabelecimento penitenciario, onde a pena de prisão cellular possa ser cumprida como tal ou como prisão com trabalho, a mesma pena será convertida em prisão simples, com augmento da sexta parte do tempo.

A pena de prisão simples, em que for convertida a de prisão cellular, poderá ser cumprida fóra do logar do

²⁶⁵ R. n. 120, art. 379.

²⁶⁶ D. n. 818, art. 92.

²⁶⁷ C. do Proc., art. 271; R. n. 120, art. 380; D. n. 818, art. 92.

²⁶⁸ C. do Proc., art. 272; R. n. 120, art. 381.

²⁶⁹ R. n. 120, art. 382; D. n. 818, art. 42.

²⁷⁰ C. do Proc., arts. 271, 272 e 273; R. n. 120, art. 385.

crime ou do domicilio do condemnado, si nelle não existirem casas de prisão commodas e seguras, devendo o juiz designar na sentença o logar onde a pena terá de ser cumprida.

O cumprimento dessa pena, embora penda recurso voluntario, começará a contar-se do dia em que for proferida a sentença de condemnação. ²⁷¹

SECÇÃO IV

DO INCIDENTE DA FALSIDADE

Art. 259. Si depois dos debates, o depoimento de uma ou mais testemunhas ou um ou mais documentos forem arguidos de falsos com fundamento razoavel, quer pelas partes, quer pelo ministerio publico, o juiz examinará diligente e escrupulosamente o fundamento dessa arguição, e por si só decidirá summaria e verbalmente, fazendo reduzir tudo a um só termo, em que se declare a natureza da arguição, as razões ou fundamentos della, as averiguações, exames e mais diligencias a que se procedeu, e em virtude das quaes se julgou ou não procedente a mesma arguição, e será esse termo assignado pelo juiz e partes. ²⁷²

Art. 260. No caso de entender o juiz, pelas averiguações a que proceder, que concorrem vehementes indícios da falsidade arguida ou de outra qualquer occorrente, proporá como primeiro quesito aos jurados, na mesma occasião em que fizer outros sobre a causa principal, o seguinte:

Póde o Jury pronunciar alguma decisão definitiva sobre a causa principal, sem attenção ao depoimento ou documento arguido de falso? ²⁷³

²⁷¹ C. do P., art. 409.

²⁷² C. do Proc., art. 266; L. n. 261, art. 55; R. n. 120, art. 360.

²⁷³ R. n. 120, art. 361.

Art. 261. Retirando-se os jurados para a sala das suas conferencias, em que devem estar sós, e a portas fechadas, na fôrma do art. 245, examinarão si, no caso de se provar a arguida falsidade do depoimento ou documentos, poderá ella influir sobre a decisão da causa principal, de maneira que essa decisão tenha necessariamente de ser differente nesse ou no caso contrario ; e quando, depois de conferenciarem, decidirem affirmativamente sobre o primeiro quesito, isto é, de certificarem-se de que a questão incidente de falsidade lhes não impede ajuizar e decidir sobre a causa principal, assim o declararão e responderão aos outros quesitos. ²⁷⁴

Art. 262. Si os jurados, porém, resolverem negativamente a questão, logo suspenderão o acto, e nada mais decidirão sobre a causa principal, e apresentarão ao juiz esta sua resolução :

O Jury não pôde pronunciar decisão definitiva sobre a causa principal, sem attenção ao depoimento ou ao documento arguido de falso.

E com isso se haverá o conselho por dissolvido. ²⁷⁵

Art. 263. No caso de que a decisão da causa principal tenha ficado suspensa, o juiz seccional formará a culpa da falsidade, e será ella decidida conjunctamente por novo conselho de jurados, no qual não poderá entrar nenhum dos membros que formaram o primeiro, com a causa da falsidade arguida na mesma sessão do Jury, si chegar a tempo, ou na immediatamente seguinte. ²⁷⁶

Art. 264. No caso de que já tenha sido decidida a causa principal, o juiz seccional formará culpa aos indiciados delinquentes, si a falsidade de que se tráz for crime sujeito à jurisdição federal ou, não o sendo, ⁽¹⁾ remetterá o documento ou depoimento arguido de falso e todos os documentos e esclarecimentos obtidos com os indiciados ao juiz competente para o processo.

²⁷⁴ C. do Proc., art. 261 ; L. n. 261, art. 56 ; R. n. 120, art. 362.

²⁷⁵ L. n. 261, art. 56 ; R. n. 120, art. 363.

²⁷⁶ L. n. 261, art. 57 ; R. n. 120, art. 365.

TITULO V

PROCESSOS ESPECIAES

CAPITULO I

PROCESSO POR CRIME COMMUM OU DE RESPONSABILIDADE DA COMPETENCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 265. A queixa ou denuncia por crime commum ou de responsabilidade, cujo conhecimento competir ao Supremo Tribunal Federal, será apresentada ao presidente do mesmo Tribunal, que a distribuirá, si estiver nos termos do art. 44, ou mandará por seu despacho preencher os pela parte ou pelo procurador geral da Republica, si a denuncia for official. ²⁷⁷

Art. 266. No caso de ser a denuncia ou queixa contra o Presidente da Republica por crime commum, della não tomará conhecimento o Tribunal antes de ser a accusação declarada procedente pela Camara dos Deputados, observado o processo prescripto nos arts. 4 a 10 da lei n. 27 de 7 de janeiro de 1892. ²⁷⁸

Art. 267. O ministro, a quem for distribuida a queixa ou denuncia, mandará autual-a pelo secretario do Tribunal e expedir ordem ao querellado ou denunciado para responder no prazo improrogavel de 15 dias, não se verificando alguma das hypotheses previstas no art. 286. ²⁷⁹

Art. 268. No caso de ser a queixa ou denuncia contra Ministro de Estado e por acto praticado nesta qualidade, si pelos seus termos ou pela resposta do querellado ou denunciado verificar o tribunal que a responsabilidade do Ministro é connexa com a do Presidente da Republica, declarar-se-ha incompetente para della conhecer, e remettera os papeis á Camara dos Deputados.

Sendo porém o crime imputado outro qualquer, que não o de responsabilidade do cargo, a coparticipação attribuida ao Presidente da Republica não impedirá o pro-

²⁷⁷ R. do S. T., art. 79.

²⁷⁸ R. do S. T., art. 79, paragrapho unico.

²⁷⁹ R. do S. T., art. 80.

seguimento do processo contra o Ministro de Estado, posto que contra aquelle não possa proceder o Tribunal antes de decretada competentemente a accusação. ²⁸⁰

Art. 269. A ordem para a audiência será expedida sob a assignatura do relator, e dirigida ao denunciado ou querellado, com a cópia da queixa ou denuncia, documentos que a instruírem e declarações do nome do accusado e das testemunhas. ²⁸¹

Art. 270. Não sendo necessaria a audiência ou findo o prazo marcado com a resposta ou sem ella, o relator ordenará o processo, inquirirá ou fará inquirir pelos juizes seccionaes as testemunhas, e procedendo ás mais diligencias que forem de mister para a verificação do crime, apresentará o processo em mesa com o seu relatorio verbal. ²⁸²

Art. 271. Apresentado e relatado o feito, serão sorteados tres ministros, os quaes, depois de instruídos do processo, passarão em acto successivo, na mesma sessão, a julgar si o denunciado ou querellado deve ser ou não pronunciado. ²⁸³

Art. 272. Este julgamento se fará em sessão publica, si estiver preso o denunciado ou querellado ou quando o crime for afiançavel. Não se verificando alguma destas condições, a sessão se tornará secreta depois do relatorio e sorteio, podendo os tres juizes conferenciar particularmente sobre o feito, comtanto que o julguem na mesma sessão e na presença dos outros ministros e do secretario. ²⁸⁴

Art. 273. Não sendo o réo pronunciado, será immediatamente solto, si estiver preso. ²⁸⁵

Si o réo for pronunciado, ficará desde a data da intimação da sentença sujeito a todos os effeitos da pronuncia nos termos do art. 193. ²⁸⁶

²⁸⁰ R. do S. T., art. 89, paragrapho unico.

²⁸¹ R. do S. T., art. 81.

²⁸² R. do S. T., art. 82.

²⁸³ R. do S. T., art. 82, § 1.

²⁸⁴ R. do S. T., art. 82, § 2.

²⁸⁵ R. do S. T., art. 82, § 3.

²⁸⁶ R. do S. T., art. 82, § 4.

Art. 274. Redigido pelo relator, escripto pelo secretario e assignado pelos tres juizes do feito, o despacho de pronuncia, será o réo notificado para defender-se perante o tribunal no prazo que lhe for marcado pelo presidente, expedindo-se ao mesmo tempo a ordem de prisão, excepto si o réo estiver afiançado ou o crime for daquelles em que se pôde livrar solto. ²⁸⁷

Art. 275. Feitas as diligencias prescriptas no artigo antecedente, o relator dará vista do processo ao Procurador Geral da Republica para que apresente o libello accusatorio.

§ 1.º O Procurador Geral da Republica intervirá sempre na accusação, ainda havendo parte accusadora.

§ 2.º Si houver parte accusadora, será admittida a declarar ou addir o libello no termo de 48 horas. ²⁸⁸

Art. 276. Offerecido o libello com ou sem addições da parte accusadora, o relator dará vista dos autos ao réo ou seu procurador para deduzir a defesa no termo de oito dias, que será prorogado ao prudente arbitrio do juiz do feito. ²⁸⁹

Art. 277. Findo este termo e na primeira sessão do tribunal, presentes o Procurador Geral da Republica, a parte accusadora, o réo e seus advogados ou procuradores, o juiz do feito, mandando ler pelo secretario o libello, a contrariedade e todas as mais peças do processo, procederá em seguida à inquirição das testemunhas que se houverem de produzir, ás quaes poderão tambem o Procurador Geral da Republica e as partes fazer as perguntas que lhes parecerem. ²⁹⁰

Art. 278. Na primeira sessão do tribunal, depois de findas as inquirições e perguntas, o mesmo juiz fará um relatório circumstanciado de todo o processo, que poderá ser rectificado ou esclarecido pelos ministros presentes, pelo procurador geral e pelas partes, quando for inexacto ou não tiver a precisa clareza. ²⁹¹

²⁸⁷ R. do S. T., art. 83.

²⁸⁸ R. do S. T., art. 84.

²⁸⁹ R. do S. T., art. 84, § 3.

²⁹⁰ R. do S. T., art. 85.

²⁹¹ R. do S. T., art. 85, § 4.

Art. 279. Até depois de concluído o relatório, os réos poderão recusar dous juizes e o accusador um, sem motivarem a recusação. Si forem dous os réos, cada qual poderá recusar um juiz; si forem mais de dous, a sorte decidirá, caso não concordem entre si, quaes os dous que hão de exercer este direito; e isto mesmo se observará, quando houver mais de um accusador, com a differença de ser nomeado um só delles para a recusação. ²⁹²

Art. 280. Quando, em consequencia das recusações ou de outros impedimentos, não houver, pelo menos, dous juizes desimpedidos, serão pelo presidente convocados para o julgamento os substitutos necessarios para completar este numero. ²⁹³

Art. 281. Em seguida ao relatório e esclarecimentos sobre elle prestados, estando presentes juizes desimpedidos em numero sufficiente, discutir-se-ha a materia, e, finda a discussão, logo que os ministros declararem que se acham em estado de votar, retirar-se-hão da sala o accusador, o réo, os advogados e procuradores, e o presidente recolherá os votos de todos os juizes presentes. ²⁹⁴

Art. 282. A sentença será escripta nos autos e assignada na conformidade do disposto no art. 29 do livro 1º desta Consolidação. ²⁹⁵

CAPITULO II

PROCESSO DE RESPONSABILIDADE DOS EMPREGADOS PUBLICOS PERANTE O JUIZ SECCIONAL

Art. 283. Os juizes seccionaes conhecerão dos crimes de responsabilidade dos empregados publicos de que trata o art. 57, k, do livro 1º desta Consolidação mediante queixa ou denuncia do ministerio publico ou de qualquer do povo. ²⁹⁶

²⁹² R. do S. T., art. 85, § 2.

²⁹³ R. do S. T., art. 85, § 3.

²⁹⁴ R. do S. T., art. 85, § 4.

²⁹⁵ R. do S. T., art. 85, § 5.

²⁹⁶ C. do Proc., art. 157; R. n. 120, art. 396; D. n. 818, art. 52, b, e art. 95, a; L. n. 221, art. 12, § 1.

Art. 284. A queixa ou denuncia sómente será admit-tida, sendo apresentada com as formalidades especificadas no art. 41.²⁹⁷

Art. 285. Logo que se apresentar uma queixa ou denuncia legal e regularmente formulada, o juiz sec-cional a mandará autuar, e ordenará, por seu despacho, que o querellado ou denunciado seja ouvido por es-crito.²⁹⁸

Art. 286. O querellado ou denunciado não será ou-vido para a formação da culpa:

- a) quando estiver fóra do districto da culpa;
- b) nos crimes em que não tem lugar a fiança;
- c) quando não se souber o logar de sua residencia.²⁹⁹

Art. 287. Para a dita audiencia, o juiz expedirá or-dem ao acusado acompanhada da queixa ou denuncia e documentos com declaração dos nomes do accusador e das testemunhas, afim de que responda no prazo improro-gavel de 15 dias.³⁰⁰

Art. 288. Dada a resposta do acusado ou sem ella, no caso de não a ter dado em tempo ou de não dever ser ouvido na fôrma do art. 286, o juiz ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas e procedendo às dili-gencias ordenadas nos arts. 47 e 177 e às mais que julgar convenientes, pronunciará ou não o acusado, segundo o que achar verificado.³⁰¹

Art. 289. Si o indiciado for pronunciado, o juiz man-dará logo dar vista ao Procurador Geral da Republica para este formar o libello, e, no caso de haver parte accusa-dora, poderá ser admittida a addir ou declarar o libello official, comtanto que o faça no prazo de tres dias.³⁰²

Art. 290. Offerecido o libello em audiencia pelo procurador da Republica com additamento ou sem elle, o juiz mandará notificar o réo ou seu legitimo procura-

²⁹⁷ R. n. 120, art. 397.

²⁹⁸ R. n. 120, art. 398.

²⁹⁹ C. do Proc., art. 160; R. n. 120, art. 398; D. n. 813, art. 96.

³⁰⁰ R. n. 120, art. 399.

³⁰¹ R. n. 120, art. 400; D. n. 813, art. 96.

³⁰² R. n. 120, art. 401.

dor para apresentar a sua contrariedade, produzir os documentos de sua defesa, e nomear testemunhas no termo de oito dias, que poderá ser razoavelmente prorogado. ³⁰³

Art. 291. Findo este termo, na primeira audiência, presentes o procurador da Republica e a parte accusadora, o réo e seus advogados ou procuradores, o juiz, fazendo ler pelo escrivão o libello, contrariedade e mais peças do processo, procederá à inquirição das testemunhas, que tiverem sido apresentadas, às quaes poderão tambem o procurador da Republica e as partes fazer as perguntas que julgarem convenientes. ³⁰⁴

Art. 292. Findas as inquirições, immediatamente se farão os autos conclusos ao juiz, o qual, depois de um bem meditado exame, proferirá a sentença definitiva, condemnando ou absolvendo o réo. ³⁰⁵

Art. 293. Os militares por crime de emprego militar serão accusados no juizo de seu fôro. ³⁰⁶

CAPITULO III

PROCESSOS DOS EMPREGADOS PUBLICOS QUE NÃO TEEM FÔRO PRIVILEGIADO

Art. 294. Apresentada a denuncia ou queixa contra funcionario publico federal, que não tenha fôro privilegiado, achando-se a mesma queixa ou denuncia revestida das formalidades especificadas no art. 44, o juiz a mandará autuar e ordenará que o querrellado ou denunciado seja ouvido por escripto no prazo improrogavel de 15 dias, salvo verificando-se algum dos casos previstos no art. 286. ³⁰⁷

Art. 295. Findo este prazo, com a resposta do denunciado ou sem ella, o juiz dará começo à formação da

³⁰³ R. n. 120, art. 107.

³⁰⁴ R. n. 120, art. 103.

³⁰⁵ R. n. 120, art. 101.

³⁰⁶ C. do Proc., art. 155, § 3º e art. 171, § 1º; D. n. 818, art. 95, c.

³⁰⁷ D. n. 818, art. 96.

culpa, proseguindo em todos os seus termos, segundo o direito *commum*.³⁰⁸

Art. 296. Pronunciado o empregado publico, será julgado pelo Jury, guardadas as formalidades do processo respectivo.³⁰⁹

CAPITULO IV

PROCESSO NOS CRIMES DE MOEDA FALSA, CONTRABANDO, PECULATO E FALSIFICAÇÃO DE ESTAMPILHAS, SELLOS, VALES POSTAES E OUTROS PAPEIS DE CREDITO.

Art. 297. O processo da formação da culpa, nos crimes de que trata o art. 57, *lettra l*, da 1.^a parte desta Consolidação, compete ao substituto do juiz seccional, que, pronunciando ou não pronunciando o réo, remetterá o processo a este Juizo para confirmar ou não o mesmo despacho, com recurso voluntario e suspensivo para o Supremo Tribunal Federal.

Emquanto o despacho depender de confirmação ou de recurso, é exequível a prisão decretada.³¹⁰

Art. 298. A formação da culpa será processada de accordo com os arts. 176 e seguintes, podendo o juiz substituto ser auxiliado pelos seus supplentes no corpo de delicto, exame, buscas, apprehensões e mais diligencias necessarias ao descobrimento do crime e dos seus autores.

Quanto ao contrabando, deve-se observar o disposto no art. 634 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.³¹¹

Art. 299. Decretada a pronuncia, será esta intimada ao réo, si estiver preso ou afiançado, o qual dentro de cinco dias improrogaveis poderá juntar as razões e documentos que julgar necessarios; neste caso, e em igual prazo, o procurador de secção poderá tambem juntar as suas razões e documentos.

³⁰⁸ D. n. 818, art. 96.

³⁰⁹ D. n. 818, art. 95.

³¹⁰ L. n. 515 de 3 de novembro de 1898, art. 2.

³¹¹ L. cit., art. 634. Dec. n. 805, §§ 4.^o e seguintes, de 1890.

Si o réo não estiver preso ou afiançado, o processo subirá ao juiz seccional no prazo de 24 horas improrogaveis, independente de intimação.³¹²

Art. 300. O juiz seccional, recebendo o processo, si neste achar preterição de formalidade legal que induza nullidade ou falta que prejudique o esclarecimento da verdade, ordenará as diligências necessarias para suppril-as, podendo estas ser feitas perante o mesmo juiz seccional ou perante o seu substituto, conforme aquelle julgar mais conveniente.³¹³

Art. 301. O juiz seccional, si não achar necessarias as diligências, ou concluidas estas, deverá em prazo breve, não excedente de 15 dias, dar ou negar provimento ao recurso. No caso de pronunciar ou confirmar a pronuncia, mandará do mesmo despacho dar vista ao procurador seccional para este formar o libello no prazo de 24 horas, e offerecel-o na primeira audiencia. A parte accusadora, si houver, será admittida a addir ou declarar o libello, contanto que o faça na audiencia seguinte.³¹⁴

Art. 302. Offerecido o libello, deverá o escrivão preparar uma cópia do mesmo, do additamento, si houver, dos documentos, e rol das testemunhas, e os entregará ao réo preso, notificando-o ao mesmo tempo para offerecer a sua contrariedade no prazo improrogavel de tres dias. Dessa entrega o escrivão exigirá recibo assignado pelo réo ou por duas testemunhas, si este não souber escrever ou não quizer assignal-o, e o juntará ao processo, passando certidão destes actos.

Si o réo estiver afiançado, deverá igualmente o escrivão entregar-lhe uma cópia do libello com additamento, si o tiver, dos documentos e o rol das testemunhas, si elle ou seu procurador apparecer para recebêl-os, exigindo recibo, que juntará aos autos.³¹⁵

³¹² L. cit., art. 4.º

³¹³ L. cit., art. 5.º

³¹⁴ L. cit., art. 6.º

³¹⁵ L. cit., art. 7.º

Art. 303. E' facultado ao réo apresentar sua contrariedade escripta ; neste caso, só no cartorio será concedida vista do processo originario ao mesmo réo ou seu procurador, dando-se-lhe, porém, os traslados dos documentos que quizer, independentemente de despacho.

Na conclusão do libello, seu additamento e contrariedade, se indicarão as testemunhas que as partes tiverem de apresentar. ³¹⁶

Art. 304. Findo o prazo do art. 302 na primeira audiencia, presentes o juiz seccional, as partes e seus advogados, o juiz fará o escrivão ler todo o processo e, em seguida, procederá ao interrogatorio do réo ; si houver mais de um réo, serão separados de modo que não ouça um as respostas do outro.

Terminados os interrogatorios, serão inquiridas pelo juiz as testemunhas, observando-se a mesma separação, sendo facultado às partes fazerem as perguntas que julgarem convenientes. Os interrogatorios e depoimentos serão escriptos pelo escrivão, assignados pelo juiz, procurador seccional, testemunhas e partes e rubricados pelo mesmo juiz. ³¹⁷

Art. 305. Findas as inquirições, seguir-se-ha a discussão oral, que será iniciada pela accusação feita pelo procurador seccional, e, finda aquella, serão os autos conclusos ao juiz seccional, que proferirá a sua sentença, condemnando ou absolvendo o réo. Esta sentença será publicada em audiencia e intimada às partes pelo escrivão, e della caberá appellação para o Supremo Tribunal, que julgará em ultima instancia. ³¹⁸

Art. 306. Os processos pendentes pelos crimes de que trata este capitulo, em que ainda não houver culpa formada, serão remettidos ao substituto seccional para concluir-os, na fórma dos artigos antecedentes. ³¹⁹

Art. 307. Os processos em que houver culpa formada, mas que não houverem sido ainda submettidos ao

³¹⁶ L. cit., art. 8.

³¹⁷ L. cit., art. 9.

³¹⁸ L. cit., art. 10.

³¹⁹ L. cit., art. 11.

Jury, serão remettidos ao juiz seccional para as diligencias de julgamento, e aquelles em que houver sentença de Jury pendente de appellação, seguirão os termos ultteriores desta ; mas, si o Tribunal Federal mandar proceder a novo julgamento, este terá logar na conformidade dos arts. 297 e seguintes.³²⁰

TITULO VI

DOS RECURSOS

CAPITULO I

RECURSOS EM GERAL

Art. 308. Não haverá outros recursos nem meios de defesa al'ém dos declarados na lei.³²¹

Art. 309. Das decisões, despachos e sentenças nas causas criminaes dão-se os seguintes recursos :

- a) appellação ;
- b) embargos ao accordão ;
- c) protesto por novo julgamento ;
- d) recurso (tomado em sentido estricto) ;
- e) revisão.

Art. 310. Os recursos serão sempre voluntarios.³²²

Art. 311. Não são prejudicados os recursos interpostos pelo ministerio publico, quando expedidos ou apresentados fóra dos prazos fataes ; serão, porém, responsabilisados o Juiz, o representante do ministerio publico ou qualquer official do juizo pelas faltas ou inexactidões que occasionarem a demora.

³²⁰ L. cit., art. 12.

³²¹ C. do Proc., art. 292.

³²² R. n. 120, art. 439 ; D. n. 818, art. 9, IV, art. 43 ; L. art. 59.

Tambem em nenhum caso serão prejudicados os recursos interpostos pelas partes, quando por causa de falta, erro ou omissão do official do Juizo ou de outrem não tiverem seguimento e apresentação em tempo no Juizo *ad quem*.³²³

CAPITULO II

DA APPELLAÇÃO

Art. 312. E' permittido appellar para o Supremo Tribunal Federal :

a) das decisões interlocutorias com força de definitiva proferidas pelos juizes seccionaes nos casos em que lhes compete haver por findo o processo ;

b) das sentenças dos juizes seccionaes nos casos em que lhes compete o julgamento final ;

c) das sentenças proferidas pelo Jury federal.³²⁴

Art. 313. Das sentenças proferidas pelo Jury cabe appellação :

a) quando não tiverem sido guardadas as formalidades substanciaes do processo ;

b) quando o juiz seccional se não conformar com a decisão dos juizes de facto, ou não impuzer a pena declarada na lei ;

c) quando o Jury proferir decisão sobre o ponto principal da causa contraria à evidencia resultante dos debates, depoimentos e provas perante elle apresentadas.³²⁵

Art. 314. As appellações serão interpostas pelas partes dentro de tres dias em audiencia ou por meio de uma simples petição assignada pelo appellante ou seu legitimo procurador, dirigida ao juiz, que proferiu a decisão ou sentença de que se appella, o qual mandará tomar as

³²³ L. n. 2033 de 1871, art. 17, § 3º ; R. n. 4824, art. 56 ; R. do S. T., art. 77.

³²⁴ L. n. 261, art. 78, §§ 2 e 3 ; R. n. 120, art. 450, §§ 2 e 3 ; D. n. 848, art. 43 ; L. n. 221, art. 51, III.

³²⁵ C. do Proc., art. 301 ; L. n. 261, art. 78, § 4º e art. 79 ; R. n. 120, art. 449, § 4º e art. 449, I ; D. n. 848, art. 45 ; L. n. 221, art. 51, I.

appellações por termo nos respectivos autos, sendo interposta em tempo.

O triduo começa a correr do dia em que forem notificadas as decisões ou sentenças ás partes ou seus procuradores. ³²⁶

Art. 315. No mesmo despacho em que o juiz receber a appellação, ordenará logo a expedição dos autos para serem apresentados na superior instancia dentro de seis mezes. ³²⁷

Art. 316. Para a decisão das appellações serão remettidos os proprios autos, quando nelles for comprehendido um só réo, ou quando, sendo mais, forem todos appellantes ou interessados igualmente na decisão da appellação. Quando porém houver no processo mais de um réo, e dever proseguir a respeito dos que ainda não tiverem sido julgados, subirá ao Juizo superior o traslado, dando o juiz do feito todas as providencias para a sua breve extracção e expedição. ³²⁸

Art. 317. A appellação não tem effeito suspensivo, salvo no caso de condemnação do réo, para não se dar á execução a sentença antes de ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, sem prejuizo do disposto no art. 258. ³²⁹

Art. 318. Apresentados os aptos de appellação no Supremo Tribunal Federal, o secretario escreverá nelles, sob sua rubrica, a data do recebimento, e, distribuidos ao juiz a quem tocar, este ordenará as diligencias necessarias.

Si as partes já houverem arrazoado na 1ª instancia, o mesmo juiz relator mandará dar logo vista ao Procurador Geral da Republica.

Si as partes, porém, não tiverem arrazoado na 1ª instancia, mandará dar vista por dez dias improrogavel cada uma, ou seja singular ou collectiva.

³²⁶ R. n. 120, art. 451 ; D. n. 838, art. 93 ; L. n. 221

³²⁷ D. n. 848, art. 310.

³²⁸ R. n. 120, art. 453.

³²⁹ D. n. 818, art. 40 ; L. n. 221, art. 57.

Findos os termos, serão os autos cobrados pelo secretario com razões ou sem ellas, e subirão ao relator que mandará dar vista ao Procurador Geral da Republica. ³³⁰

Art. 319. Com o officio do procurador geral subirão de novo os autos ao relator, que os examinará e, pondo a nota de visto, os passará ao ministro que se lhe seguir na ordem da precedencia, e este ao seguinte, a quem incumbe, depois de os ver, apresental-os em mesa e pedir dia para o julgamento. ³³¹

Art. 320. Na sessão designada, exposta a causa pelo relator e esclarecido o tribunal pelos juizes que viram o feito e pela discussão que se seguirá entre todos os ministros, serão tomados os seus votos e apurado o vencido, de conformidade com o qual se lavrará a sentença, pondo o tribunal em todo caso mandar proceder ás diligencias, que entender necessarias, antes do julgamento definitivo. ³³²

Art. 321. Sendo julgada procedente a appellação por não se terem guardado as formalidades prescriptas, formar-se-ha novo processo na subseguente sessão do Jury com outros jurados ³³³

§ 1.º Si a appellação for julgada procedente por não ser legal a pena imposta, o Supremo Tribunal Federal, reformando a sentença, imporá a que for correspondente ao delicto e suas circumstancias. ³³⁴

§ 2.º No caso da lettra c do art. 314, o Supremo Tribunal, si achar procedentes as razões de appellação, ordenará que a causa seja submettida a novo Jury, no qual não poderão entrar os mesmos jurados que proferiram a primeira sentença. ³³⁵

³³⁰ R. do S. T., art. 92, §§ 1º, 3º, 4º e 5º.

³³¹ R. do S. T. art. 92, § 6º.

³³² R. do S. T., art. 92, § 7º.

³³³ C. do Proc., art. 302.

³³⁴ C. do Proc., art. 303.

³³⁵ L. n. 261, art. 81; R. n. 120, arts. 456 e 457.

CAPITULO III

EMBARGOS AO ACCORDÃO

Art. 322. Às sentenças definitivas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em grão de appellação ou de revisão só podem ser oppostos embargos de declaração. ³³⁶

Art. 323. Estes teem logar:

a) quando houver na sentença alguma ambiguidade ou contradicção ;

b) quando se tiver omittido algum ponto, sobre que deverá haver condemnação. ³³⁷

Art. 324. Taes embargos devem ser apresentados dentro de dez dias depois da intimação ou publicação da sentença por simples petição.

§ 1.º A vista dos autos para embargos será dada por despacho do juiz relator.

§ 2.º Os embargos podem ser articulados e acompanhados de quaesquer documentos.

§ 3.º As partes teem direito á vista para a impugnação e a sustentação dos embargos nos termos legais, e, em todo caso, será afinal ouvido o Procurador Geral da Republica.

§ 4.º Vistos os embargos pelo relator e pelos dous juizes seguintes, o ultimo revisor os apresentará em mesa, pedindo designação do dia para o julgamento.

§ 5.º No dia designado, feito o relatorio e discutida a materia, serão julgados os embargos por todos os juizes presentes, que forem desimpedidos. ³³⁸

Art. 325. As sentenças nas causas criminaes, cujo processo e julgamento pertencem originaria e privativamente ao Supremo Tribunal Federal, podem ser uma só vez embargadas, observando-se o mesmo processo prescripto no artigo antecedente. ³³⁹

³³⁶ R. do S. T., arts. 93 e 103.

³³⁷ R. do S. T., art. 93.

³³⁸ R. do S. T., art. 92.

³³⁹ R. do S. T., art. 86.

CAPITULO IV

PROTESTO POR NOVO JULGAMENTO

Art. 326. O réo, a quem por sentença do Jury for imposta pena de prisão por 30 annos, poderá protestar por julgamento em novo Jury, fazendo este protesto dentro de tres dias, depois de lhe ser notificada a sentença ou publicada na sua presença. ³¹⁰

Art. 327. Neste caso se procederá a novo julgamento em outro Jury formado de maneira que nelle não entre algum dos jurados que proferiram a primeira decisão, e presidido pelo substituto do juiz seccional. ³¹¹

Sómente no caso de impossibilidade de se formar novo Jury no mesmo lugar, se poderá submeter o processo ao mais visinho. ³¹²

Art. 328. Quando o réo condemnado usar do recurso de protesto por novo julgamento, ficará sem effeito qualquer outro recurso. ³¹³

CAPITULO V

DOS RECURSOS PROPRIAMENTE DITOS

Art. 329. Dar-se-ha recurso em sentido estricto das decisões dos juizes seccionaes, quando :

- a) declararem improcedente o corpo de delicto ;
- b) não acceitarem a queixa ou a denuncia ;
- c) pronunciarem ou não pronunciarem o indiciado ;
- d) concederem ou denegarem fiança ou a arbitrarem ;
- e) julgarem perdida a quantia affiançada ;
- f) forem proferidas contra a prescripção allegada ;
- g) commutarem a multa. ³¹⁴

³¹⁰ C. do Proc., art. 308 ; L. n. 261, art. 87 ; R. n. 120, art. 462 ; D. n. 818, arts. 41 e 93.

³¹¹ R. n. 120, arts. 157 e 163.

³¹² R. n. 120, art. 163.

³¹³ L. n. 261, art. 88 ; D. n. 818, art. 41.

³¹⁴ L. n. 261, art. 83, II e art. 49.

Art. 330. Dar-se-ha tambem recurso das decisões proferidas pelos juizes seccionaes ou pelas justicas dos Estados ou do Districto Federal que negarem a ordem de *habeas-corpus* ou a soltura do paciente. ³⁴⁵

Neste caso o recurso cabe ainda que a decisão tenha sido proferida por juiz local da 1ª instancia independentemente de decisão do juiz ou do tribunal de segunda instancia, ou ainda quando o juiz ou o tribunal se tenha declarado incompetente ou abstido por qualquer motivo de conhecer da petição. ³⁴⁶

Art. 331. Os recursos de que tratam os dous artigos antecedentes serão interpostos para o Supremo Tribunal Federal.

Quando porém o despacho recorrible for proferido pelo juiz substituto ou seus supplentes, o recurso será interposto para o juiz seccional. ³⁴⁷

Art. 332. Os recursos de que trata o art. 329 serão interpostos por meio de uma simples petição, assignada pelo recorrente ou seu legitimo procurador e dirigida ao juiz, que proferiu a decisão ou despacho de que se recorre, dentro de cinco dias, e nella se especificarão todas as peças dos autos, de que se pretenda traslado para documentar o recurso. ³⁴⁸

Art. 333. Sendo estas petições apresentadas ao juiz dentro dos cinco dias, o que se verificará por informação do escrivão que a dará á requisição da parte independentemente de despacho, o mesmo juiz ordenará que se tome o recurso por termo nos autos, e se expeçam os traslados pedidos com brevidade, assignando prazo ao escrivão para o fazer, si julgar preciso, ou si lhe for requerido.

Si o prazo dos cinco dias, contados da intimação ou publicação em presença das partes ou seus procuradores, já tiver decorrido, o juiz não admittirá o dito recurso. ³⁴⁹

³⁴⁵ C., art. 61, I; D. n. 818, art. 9, IV.

³⁴⁶ L. n. 221, art. 23, paragrapho unico.

³⁴⁷ L. n. 221, art. 56.

³⁴⁸ L. n. 261, art. 72; R. n. 120, art. 112; L. n. 221, art. 50.

³⁴⁹ R. n. 120, art. 113.

Art. 334. Si dentro dos cinco dias o recorrido pedir vista, ser-lhe-ha concedida por cinco dias, contados daquelle em que findaram os do recorrente, e ser-lhe-ha permitido juntar as razões e traslados que quizer. ³⁵⁰

Art. 335. Com a resposta do recorrido ou sem ella, será o recurso concluso ao juiz *a quo* e dentro de outros cinco dias, contados daquelle em que findar o prazo do recorrido ou do recorrente, si aquelle não tiver pedido vista, poderá o juiz reformar o despacho, ou mandar juntar ao recurso os traslados dos autos que julgar convenientes e fundamentar o seu despacho. ³⁵¹

Art. 336. Os prazos concedidos ao recorrente e ao recorrido para juntar traslados e arrasoados poderão ser ampliados até o dobro pelo juiz, si entender que assim o exige a quantidade e qualidade dos traslados. ³⁵²

Art. 337. A interposição destes recursos não produz effeito suspensivo, e por isso não obstante a sua existencia proseguir-se-ha nos termos posteriores e regulares do processo, como si recurso não houvera, excepto quando for interposto do despacho de pronuncia; porque então se suspenderá a remessa do processo para o Jury até a apresentação do mesmo recurso ao juiz *a quo*. ³⁵³

Art. 338. O recurso deve ser apresentado na superior instancia dentro dos cinco dias seguintes além dos de viagem na razão de quatro leguas por dia, ou entregue na administração do Correio dentro de cinco dias. ³⁵⁴

Art. 339. Apresentado o recurso no Supremo Tribunal Federal, lançada nos autos pelo secretario a data do recebimento e feita a distribuição, o juiz relator, na mesma sessão em que receber os ditos autos, dará vista ao Procurador Geral da Republica, que deverá restituil-os com o seu officio na sessão seguinte.

Examinados os autos, o relator os exporá na primeira sessão, e discutida a materia, o tribunal poderá

³⁵⁰ L. n. 261, art. 73.

³⁵¹ L. n. 261, art. 71.

³⁵² L. n. 261, art. 75.

³⁵³ R. n. 120, art. 415; D. n. 848, art. 65.

³⁵⁴ L. n. 261, art. 76.

ordenar as diligencias que forem necessarias para esclarecimento da verdade e circumstancias do facto, ou proferir a decisão final que se vencerá pela maioria de vot s dos juizes presentes. ³⁵⁵

Art. 340. Os recursos de que trata o art. 330 serão interpostos, processados e julgados na fôrma do art. 372.

Art. 341. Para a apresentação do provimento do recurso ao juiz *a quo*, é concedido o mesmo tempo que se gasta para a sua apresentação na superior instancia, contando-se da publicação do mesmo provimento. ³⁵⁶

CAPITULO VI

DA REVISÃO

Art. 342. Os processos findos, em materia criminal, poderão ser revistos em qualquer tempo, em beneficio dos condemnados, pelo Supremo Tribunal Federal para reformar ou confirmar a sentença.

Nesta disposição tambem se comprehendem os processos militares. ³⁵⁷

Art. 343. Tem logar a revisão :

a) quando a sentença condemnatoria for contraria ao texto expresso da lei penal ;

b) quando no processo, em que foi proferida a sentença condemnatoria, não se guardarem as formalidades substanciaes do processo ;

c) quando a sentença condemnatoria tiver sido proferida por juiz incompetente, suspeito, peitado ou subornado, ou quando se fundar em depoimento, instrumento ou exame julgado falso ;

d) quando a sentença condemnatoria estiver em formal contradicção com outra, na qual foram condemnados como autores do mesmo crime outros réos ;

e) quando a sentença condemnatoria tiver sido proferida na supposição de homicidio, que posteriormente

³⁵⁵ R. do S. T., arts. 74, 75 e 76.

³⁵⁶ L. n. 261, art. 77.

³⁵⁷ C. art. 81, § 3º ; D. n. 848, art. 9, III.

verificou-se não ser real, por estar viva a pessoa que era tida por assassinada ;

f) quando a sentença condemnatoria for contraria á evidencia dos autos ;

g) quando depois da sentença condemnatoria se descobrirem novas e irrecusaveis provas da innocencia do condemnado. ³³⁸

Art. 314. A revisão poderá ser requerida pelo condemnado, por qualquer do povo ou pelo Procurador Geral da Republica. ³³⁹

Art. 345. Recebida, autuada e distribuida a petição de revisão, o relator deve examinar si ella está regularmente instruida.

§ 1.º Si a petição se fundar em ser a sentença contraria a direito expresso, deverá ser instruida com os seguintes documentos :

a) certidão da sentença condemnatoria, dando o escrivão fê de haver passado em julgado ;

b) certidão das peças do processo em que se fundou a sentença para a qualificação ou classificação do facto, applicação da lei ou imposição da pena arguida de injuridica ;

c) informação do juizo ou tribunal da condemnação e quaesquer outros documentos que o tribunal, a parte ou o ministerio publico apresentar.

§ 2.º Si a petição se fundar em nullidade do processo ou do julgamento deverá ser instruida com certidão da sentença condemnatoria passada em julgado, dos actos arguidos de nullos, ou da omissão não sanada ou não supprida de formalidades substanciaes, prova do defeito, vicio ou violação allegada da lei, que não constar das mesmas certidões, e informação do juizo ou tribunal da condemnação com os documentos que se juntarem, segundo o final do paragrapho antecedente.

§ 3.º Si a petição se fundar em ser a sentença contraria á evidencia dos autos, deverão estes, em original ou traslado devidamente concertado, ser presentes ao

³³⁸ L. n. 221, art. 74, § 1.

³³⁹ L. n. 221, art. 74, § 2.

tribunal, com informação do juiz ou tribunal da condenação.

§ 4.º Si a petição se fundar em novas provas obtidas da innocencia do condemnado ou injustiça do seu julgamento, deverá ser instruída de conformidade com o parographo antecedente e acompanhada das ditas provas.

§ 5.º Em todo caso a prova dos factos allegados na revisão deve resultar necessariamente de sentença prejudicial em que taes factos estejam reconhecidos. ³⁵⁰

Art. 346. Não estando a petição instruída com as necessarias peças do processo, o relator por seu despacho mandará que as junte o peticionario.

Sendo offerecida prova de facto ou circumstancia que não conste do processo, o relator a receberá na fórma do artigo antecedente, § 5.º. ³⁵¹

A prova novamente exhibida será sempre confrontada com as que servirem de base á condemnação, para que o tribunal possa apreciar o valor relativo. ³⁵²

Art. 347. No caso de não estar a petição informada pelo juiz ou tribunal da condemnação, ser-lhe-ha remetida por despacho do relator, afim de que, fazendo juntar as certidões e traslados dos processos requeridos, preste os esclarecimentos necesarios, observando-se as duas seguintes disposições:

a) Si a petição for acompanhada de documentos originaes, estes serão remettidos ao juiz ou tribunal informante por cópia, que o secretario authenticará;

b) as certidões e traslados dos autos serão passados gratuitamente, quando requeridos pelo ministerio publico ou pelos réos notoriamente pobres. ³⁵³

Art. 348. Instruido o processo e sobre elle ouvido o Procurador Geral da Republica, serão vistos pelos dous juizes seguintes ao relator, e na sessão do tribunal designada pelo presidente se procederá ao julgamento como nas appellações. ³⁵⁴

³⁵⁰ R. do S. T., art. 101; L. n. 221, art. 71, § 3º.

³⁵¹ R. do S. T., art. 101, §§ 5º e 6º.

³⁵² L. n. 221, art. 71, § 2º.

³⁵³ R. do S. T., art. 101, § 7º.

³⁵⁴ R. do S. T., art. 105,

Art. 349. Si o tribunal verificar que a pena imposta ao condemnado não corresponde ao grão, em que elle se achar incurso, reformará nessa parte a sentença condemnatoria. ³⁶⁵

Art. 350. Si verificar que no processo revisto não foram guardadas as formalidades substanciaes, limitar-se-ha a julgar nullo o mesmo processo.

Neste caso o Procurador Geral da Republica promoverá a renovação do processo no juizo competente, si o crime pertencer ao conhecimento da justiça federal, ou remetterá a sentença do tribunal ao ministerio publico do respectivo Estado, si o crime pertencer á jurisdição local. ³⁶⁶

Art. 351. Na revisão não podem ser aggravadas as penas da sentença revista. ³⁶⁷

CAPITULO VII

DA ORDEM DE HABEAS-CORPUS

Art. 352. Nos casos declarados nos arts. 10 e 64 da parte 1ª desta Consolidação, o Supremo Tribunal Federal ou os juizes seccionaes, conforme competir áquelle ou a estes, farão passar de prompto a ordem de *habeas-corpus* que lhes for solicitada. ³⁶⁸

Art. 353. Dar-se-ha a ordem de *habeas-corpus*, sempre que algum individuo soffrer ou se achar em imminente perigo de soffrer violencia ou coacção por illegalidade ou abuso de poder. ³⁶⁹

Art. 354. Não terá logar, porém, a ordem de *habeas-corpus* :

a) durante o estado de sitio, quando o constrangimento consistir em detenção em logar não destinado aos réos de crimes communs, ou em desterro para outros

³⁶⁵ L. n. 221, art. 74, § 5º.

³⁶⁶ L. n. 221, art. 74, § 6º.

³⁶⁷ C., art. 81, § 2º ; L. n. 221, art. 74, § 7º.

³⁶⁸ D. n. 818, art. 47.

³⁶⁹ C., art. 72, § 22.

pontos do territorio nacional, si taes medidas forem autorisadas pelo Poder Executivo Federal; ³⁷⁰

b) nos casos de jurisdicção militar, quando o constrangimento ou a ameaça de constrangimento se dirigir contra individuos pertencentes á classe militar, ou a classes annexas e sujeitas a regimento militar; ³⁷¹

c) nos casos de prisão administrativa de responsaveis para com a Fazenda Nacional que se acharem alcançados, ou forem remissos ou omissos em fazer as entradas de dinheiro e valores a seu cargo nos prazos legais, salvo si a petição de *habeas-corpus* vier instruida com documento de quitação ou deposito do alcance verificado. ³⁷²

Art. 355. Não se comprehendem na excepção do artigo antecedente, lettra b, os detidos a titulo de recrutamento, nem mesmo os alistados como praças no exercito ou armada em virtude de recrutamento. ³⁷³

Art. 356. Para o effeito do mesmo artigo, lettra c, as prisões administrativas deverão ser ordenadas :

a) pelo Ministro da Fazenda no Districto Federal, e, nos Estados, pelos inspectores das Alfandegas e os chefes ou os directores das Delegacias fiscaes contra os responsaveis por saldos não recolhidos, e provisoriamente contra responsaveis com alcances fixados pelo Tribunal de Contas, até que neste ultimo caso o mesmo tribunal delibere sobre a dita prisão;

b) pelo Tribunal de Contas contra os responsaveis que, estando condemnados ao pagamento do alcance fixado em sentença definitiva do tribunal, ou tendo sido intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo sómente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonando o emprego, a comissão ou serviço de que se acharem encarregados, ou que houverem tomado por empreitada.

O periodo de duração de taes prisões não poderá exceder de tres mezes, findo o qual os documentos,

³⁷⁰ C., arts. 81 e 82; R. do S. T., art. 65, § 3º.

³⁷¹ D. n. 848, art. 47.

³⁷² L. n. 221, art. 11.

³⁷³ L. n. 2063 de 1871, art. 18; U., art. 87, § 3º.

que houverem servido de base á decretação da medida exercida, deverão ser remetidos ao Procurador Geral da Republica para instaurar o processo por crime de peculato. ³⁷⁴

Art. 357. Qualquer pessoa pôde pedir para si ou para outrem uma ordem de *habeas-corpus*. ³⁷⁵

Art. 358. A petição para uma tal ordem deve designar:

a) o nome da pessoa que soffre a violencia ou é ameaçada, e o de quem é della causa ou autor;

b) o contendo da ordem por que foi mettido em prisão, ou declaração explicita de que, sendo requerida, foi denegada, e, em caso de ameaça, simplesmente as razões em que o peticionario se funda para temer o protesto de lhe ser infligido o mal;

c) os motivos da persuasão da illegalidade da prisão ou do arbitrio da ameaça. ³⁷⁶

Art. 359. Independentemente de petição, o Supremo Tribunal Federal e os juizes seccionaes dentro dos limites de sua respectiva jurisdicção podem passar a ordem de *habeas-corpus ex officio* todas as vezes que no curso de um processo chegue ao seu conhecimento por prova de documentos ou ao menos de uma testemunha que algum cidadão, official de justiça ou autoridade publica tem illegalmente alguém sob a sua guarda ou detenção. ³⁷⁷

Art. 360. A prisão julgar-se-ha illegal:

a) quando não houver uma justa causa para ella;

b) quando o réo esteja na prisão sem ser processado por mais tempo do que marca a lei;

c) quando o seu processo estiver evidentemente nullo, não havendo sentença proferida por juiz competente, de que caiba recurso ordinario, ou que tenha passado em julgado;

³⁷⁴ L. n. 392 de 8 de outubro de 1896, art. 3, § 3; Dec. n. 2409 de 23 de dezembro de 1896, art. 71, § 3.

³⁷⁵ C. do Proc., art. 310; C., art. 72 pr. Dec. n. 848, art. 45.

³⁷⁶ C. do Proc., art. 341; Dec. n. 848, art. 46.

³⁷⁷ C. do Proc., art. 341; Dec. n. 848, art. 48.

d) quando a pessoa, publica ou particular, que ordenou a prisão ou a coacção não tenha o direito de o fazer;

e) quando já tem cessado o motivo que justificava a prisão.³⁷⁸

Art. 361. Não se poderá, porém, reconhecer constrangimento ilegal na prisão determinada por despacho de pronuncia ou sentença da autoridade competente, qualquer que seja a arguição contra taes actos, que só pelos meios ordinarios podem ser nullificados.³⁷⁹

Art. 362. A ordem de *habeas-corpus* deve ser escripta por escrivão, assignada pelo juiz, ou presidente do Supremo Tribunal Federal, sem emolumento algum, e nella se deve explicitamente ordenar ao detentor ou carcereiro que em dia e hora e logar determinados venha apresentar perante o juiz ou o tribunal o queixoso e dar as razões do seu procedimento, bem como se exigirão os esclarecimentos necessarios á autoridade que ordenou a prisão.³⁸⁰

Art. 363. Quando da petição e documentos apresentados se inferir contra o responsavel pela detenção tal culpa, que justifique perante a lei a sua prisão, incluir-se-ha na ordem um mandado de prisão contra o detentor.³⁸¹

Art. 364. Si pelos documentos se evidenciar a illegalidade do constrangimento, o juiz ou o tribunal poderá ordenar immediatamente a cessação do mesmo constrangimento, mediante fiança ou deposito equivalente, até que se resolva definitivamente.³⁸²

Art. 365. Si na execução da ordem de *habeas-corpus* se der desobediencia, por não cumpril-a o carcereiro ou detentor do paciente, o juiz ou o tribunal, á vista da certidão ou attestação do official da diligencia, mandará passar ordem de prisão contra o desobediente.³⁸³

Art. 366. O carcereiro ou detentor, depois de preso, será levado á presença da autoridade judiciaria, e si ahi

³⁷⁸ C. do Proc., art. 353; R. do S. T., art. 72.

³⁷⁹ L. n. 2033, art. 48, § 2.

³⁸⁰ C. do Proc., art. 343; R. do S. T., art. 65, §§ 5 e 6.

³⁸¹ C. do Proc., art. 345; R. do S. T., art. 65, § 7.

³⁸² L. n. 2033, art. 48, § 5; R. do S. T., art. 65, § 8.

³⁸³ C. do Proc., art. 348; R. do S. T., art. 70.

se obstinar em não responder ás perguntas que lhe forem feitas a respeito do paciente, será recolhido á prisão para ser processado, conforme a lei.

Neste caso o juiz ou tribunal dará as providencias para que o paciente seja tirado da detenção por meio de busca, estando em casa particular, ou por quaesquer outros meios compatíveis com a lei, si estiver em prisão publica, para que se effectue o seu comparecimento. ³⁸⁴

Art. 367. Nenhum motivo escusará o detentor ou carcereiro de levar o paciente que estiver sob o seu poder perante o juiz ou tribunal, salvo:

a) doença grave, e neste caso o juiz irá ao logar ver a pessoa ;

b) fallecimento, identidade de pessoa e justificação da conducta provada evidentemente ;

c) resposta de que não tem nem jámais teve tal pessoa em seu poder. ³⁸⁵

Art. 338. Obedecendo o detentor ou carcereiro, ou vindo por qualquer outra maneira o paciente perante o juiz ou tribunal, elle o examinará, e achando que de facto está illegalmente detento, ou que seu crime é afiançavel, o soltará ou admittirá á fiança. ³⁸⁶

Art. 369. O paciente poderá apresentar advogado para deduzir o seu direito, e ser-lhe-ha nomeado curador, si for menor. ³⁸⁷

Art. 370. Achando-se solto ou ausente o paciente que obtiver a ordem de *habeas-corpus*, só será dispensado o seu comparecimento pessoal, provado impedimento ou justa causa de ausencia.

No caso contrario, julgar-se-ha prejudicada a ordem. ³⁸⁸

Art. 371. As decisões sobre *habeas-corpus* serão lançadas em fórmula de sentença nos autos.

³⁸⁴ C. do Proc., arts. 349 e 350 ; R. do S. T., art. 70, §§ 1 e 2.

³⁸⁵ C. do Proc., art. 351.

³⁸⁶ C. do Proc., art. 352.

³⁸⁷ R. do S. T., art. 65, § 10.

³⁸⁸ R. do S. T., art. 65, § 12 ; L. n. 221, art. 23 c.

As ordens necessarias para cumprimento das determinações do Supremo Tribunal Federal serão passadas por meio de portaria, em nome e com a assignatura do presidente.³⁸⁹

Art. 372. Os autos dos recursos, que forem interpostos das decisões proferidas pelos juizes seccionaes ou pelas justicas dos Estados sobre *habeas-corpus*, subirão ao tribunal immediatamente depois de lavrado o termo do recurso, com os documentos que o recorrente juntar á sua petição, dentro dos 15 dias concedidos para a interposição do recurso.

O prazo de 15 dias contar-se-ha da data da intimação do despacho que denegar o *habeas-corpus*.³⁹⁰

Art. 373. Recebido e distribuido o recurso, o relator examina a materia na primeira sessão, e seguir-se-ha immediatamente a discussão e julgamento, observadas as regras estabelecidas nos artigos precedentes, conforme se tratar da concessão da ordem de apresentação ou de soltura e cessação de qualquer constrangimento.³⁹¹

O Supremo Tribunal Federal tambem poderá, desde logo, resolver definitivamente sobre a materia do recurso, si, em vista dos autos, forem dispensaveis novos esclarecimentos e o comparecimento ulterior do recorrente.³⁹²

Art. 374. Si o carcereiro, detentor, escrivão ou official do juizo, por qualquer fôrma, embaraçar, demorar ou difficultar a expedição de uma ordem de *habeas-corpus*, a condução e apresentação do paciente ou sua soltura, além das penas em que possa incorrer na fôrma da lei penal, será multado na quantia de 40\$ a 100\$ pelo juiz ou pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.³⁹³

Art. 375. Em todos os casos em que a autoridade, que conceder a ordem de *habeas-corpus*, reconhecer que houve, da parte da que autorizou o constrangi-

³⁸⁹ R. do S. T., art. 66.

³⁹⁰ D. n. 848, art. 49; R. do S. T., art. 67; L. n. 221, art. 55.

³⁹¹ R. do S. T., art. 67, paragrapho unico.

³⁹² L. n. 221, art. 23, paragrapho unico, *d.*

³⁹³ R. do S. T., art. 70, § 3.

mento illegal, abuso de autoridade ou violação flagrante da lei, deverá mandar dar vista dos autos ao ministerio publico para que este offereça a denuncia quando lhe competir, ou represente a quem de direito para se tornar effectiva a responsabilidade da autoridade que assim abusou. ³⁹⁴

Art. 376. A soltura do paciente, pendente o processo de *habeas-corpus*, não prejudica o julgamento da illegalidade da prisão e consequente responsabilidade. ³⁹⁵

Art. 377. A plena concessão do *habeas-corpus* não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter logar em juizo competente. ³⁹⁶

Art. 378. E' reconhecido e garantido o direito de justa indemnisação, e, em todo caso, das custas contadas em tresdobro, a favor de quem soffrer o constrangimento illegal contra o responsavel por semelhante abuso de poder. ³⁹⁷

Art. 379. Si a prisão for em consequencia de processo civil, que interesse a algum cidadão, o juiz ou tribunal não soltará o preso, sem mandar vir essa pessoa e ouvir-a summariamente perante o queixoso. ³⁹⁸

TITULO VII

CAPITULO I

DO MODO DE EXECUÇÃO DA SENTENÇA

Art. 380. As penas de prisão serão cumpridas nos esbalecimentos da União e, onde não os houver, nos estabelecimentos dos Estados, mediante annuencia dos respectivos Governos, e de accordo com as prescripções contidas no liv. 1º, t. 5 do Cod. Penal. ³⁹⁹

³⁹⁴ L. n. 2033, art. 18, § 3; R. do S. T., art. 69.

³⁹⁵ R. do S. T., art. 72.

³⁹⁶ L. n. 2033, art. 18, § 7.

³⁹⁷ L. n. 2033, art. 18, § 6.

³⁹⁸ C. do Proc., art. 351; R. do S. T., art. 73.

³⁹⁹ C., art. 1º, § 3.

Art. 381. O juiz seccional do Estado em que o réo for condemnado dará execução á sentença condemnatoria, logo que ella tenha passado em julgado. ⁴⁰⁰

Art. 382. O juiz ordenará que o réo seja recommendado na cadeia, si já estiver preso, ou que seja recolhido á prisão, quando o dever ser em razão da pena, expedindo para esse fim mandado, e fazendo proceder ás mais diligencias necessarias. ⁴⁰¹

Art. 383. Si a pena imposta pela sentença for prisão cellular, prisão com trabalho ou reclusão, mandará expedir carta de guia á autoridade encarregada da direcção ou administração dos estabelecimentos penitenciarios, industriaes, ou militares destinados para esse fim, existentes no municipio da Capital ou em algum outro do respectivo Estado. ⁴⁰²

A mesma disposição se observará, si a prisão for simples.

Art. 384. As cartas de guia deverão conter especificadamente os nomes e sobrenomes dos réos e os appellidos por que forem conhecidos, a sua naturalidade, filiação, estado, modo de vida, estatura e mais signaes, por que physicamente se distingam, o theor das sentenças contra elles proferidas e todas as mais declarações que as circumstancias exigirem. ⁴⁰³

Art. 385. As autoridades ou empregados, que houverem recebido os réos para o cumprimento das sentenças, deverão passar recibos, nos quaes se designarão os mesmos réos com indicações iguaes ás da guia.

Estes recibos serão entregues pelos conductores dos ditos réos á autoridade que houver feito a remessa e juntos aos respectivos autos. ⁴⁰⁴

Art. 386. Ao juizo em que existir o processo principal communicará a autoridade ou empregado, a que houverem sido remettidos os condemnados, a soltura,

⁴⁰⁰ R. n. 120, art. 407.

⁴⁰¹ R. n. 120, art. 406.

⁴⁰² R. n. 120, art. 410.

⁴⁰³ R. n. 120, art. 412.

⁴⁰⁴ R. n. 120, art. 413.

obito, fuga ou qualquer interrupção que tiverem os mesmos condemnados na execução da pena, e taes communicações serão juntas ao dito processo. ⁴⁰⁵

Art. 387. Quando a comunicação for da soltura do réo, por se haver terminado o tempo de prisão, fazendo-se os autos conclusos ao juiz, este haverá a sentença por cumprida, e mandará dar baixa na culpa, havendo a execução por extincta no caso de fallecimento do réo. ⁴⁰⁶

CAPITULO II

DA LIQUIDAÇÃO E CONVERSÃO DA MULTA EM PRISÃO

Art. 388. O juiz da execução no mesmo despacho, em que mandar cumprir a sentença, ordenará as diligencias necessarias para a liquidação da multa, si a houver. ⁴⁰⁷

Art. 389. Quando a multa for de tantos por cento do valor de qualquer objecto, si este já estiver liquidado e conhecido, o juiz mandará fazer a conta e por ella ficará liquidada a multa.

Quando, porém, o valor desse objecto não for conhecido, o juiz nomeará um arbitrador para liquidar, e ter depois, logar a conta. ⁴⁰⁸

Art. 390. Quando a multa for correspondente a um certo espaço de tempo, deverá o juiz mandar avaliar por um arbitrador quanto póde o condemnado haver em cada dia pelos seus bens, emprego ou industria, para que o contador, regulando-se por este arbitramento, designe a somma correspondente ao tempo marcado na sentença. ⁴⁰⁹

Art. 391. O arbitrador, de que tratam os artigos antecedentes, será nominalmente designado no despacho do juiz que em caso algum deixará sua designação depen-

n. 120, art. 421.

iv. n. 120, art. 422.

⁴⁰⁷ D. n. 595 de 18 de março de 1849, art. 1.

⁴⁰⁸ D. n. 595, art. 2.

⁴⁰⁹ D. n. 595, art. 3.

dente do escrivão, nem de qualquer terceiro, nem mesmo a título de informação.⁴¹⁰

Art. 392. No mesmo dia em que for o despacho entregue ao escrivão ou no dia immediato, será o arbitrador avisado e prestará o compromisso legal, dando logo e em seguida o seu arbitramento fundamentado, por elle escripto e assignado, ou lavrado pelo escrivão e assignado pelo arbitrador.

Si, porém, o arbitramento depender de maior exame, poderá o juiz nomear dous arbitradores, em vez de um, e marcar-lhes um prazo improrogavel, que não exceda de oito dias para ambos conjunctamente.

Sendo advogados, terão vista dos autos; não sendo, poderão examinal-os no cartorio, onde o escrivão lh'os franqueará, enquanto durar o prazo marcado.⁴¹¹

Art. 393. Feito o arbitramento, irá em 24 horas o feito ao contador, independente de novo despacho, e este em 48 horas improrogaveis liquidará a multa e tornará o feito ao cartorio.⁴¹²

Art. 394. Esta liquidação será intimada ao réo, e ao procurador da Republica que poderá, dentro de cinco dias, requerer nova liquidação por arbitradores escolhidos a aprazimento das partes, para o que indicará cada uma dellas tres nomes, dentre os quaes o juiz nomeará um.

Si os dous arbitradores assim escolhidos discordarem, o juiz indicará terceiro, que será obrigado a concordar com algum dos laudos, ou com o primeiro arbitramento.

Quem requerer a segunda liquidação, deve promover as intimações e diligencias necessarias para que se conclua dentro de 20 dias; e só no caso de impedimento alheio á sua vontade, poderá o juiz conceder outros tantos dias, além do prazo necessario para correr qualquer citação edital, ou por precatoria.

Si nos prazos marcados não se concluir a segunda liquidação, subsistirá a primeira.

Si, porém, o juiz entender que a primeira liquidação evidentemente exaggerada ou diminuta, poderá *ex officio*

⁴¹⁰ D. n. 595, art. 4.

⁴¹¹ D. n. 595, art. 5.

⁴¹² D. n. 595, art. 6.

ordenar que se prosiga nas diligencias da segunda, ou mesmo que se proceda á segunda, independentemente de reclamação contra a primeira.⁴¹³

Art. 395. Si algum dos arbitradores escolhidos sobre proposta da parte não der laudo, será processado como desobediente e substituído por outro escolhido pelo juiz, independentemente de audiencia dos interessados.⁴¹⁴

Art. 396. Si contra a primeira liquidação não se reclamar, e passados oito dias contados da intimação o réo não tiver pago a quantia liquidada, será recolhido á prisão, ou nella conservado até prestar fiança idonea, pagar ou cumprir a pena substitutiva da multa.

Si se houver ordenado nova liquidação, os oito dias contar-se-hão da segunda intimação.

Quando, porém, essa nova liquidação houver sido requerida pelo réo, em vez de segunda intimação, basta que *ex officio* o escrivão assigne em audiencia os oito dias que correrão logo, quer tenham estado presentes o réo e seus procuradores, quer não.⁴¹⁵

Art. 397. Concluído o prazo de oito dias, si o réo não tiver pago, o escrivão fará logo nas 24 horas seguintes os autos conclusos ao juiz para reduzir a multa á pena de prisão, segundo as regras seguintes:

§ 1.º Si a multa imposta for correspondente a certo espaço de tempo, a commutação será em prisão com trabalho por esse mesmo tempo.

§ 2.º Quando a multa for sem relação a tempo, o juiz nomeará arbitradores que calculem o tempo de prisão com trabalho necessario ao réo para ganhar a importancia da multa, e nesse tempo lhe será commutada.⁴¹⁶

Art. 398. A commutação da pena de multa que não for correspondente a certo tempo, nunca poderá exceder a tres mezes de prisão com trabalho.⁴¹⁷

⁴¹³ D. n. 595, art. 7.

⁴¹⁴ D. n. 595, art. 8.

⁴¹⁵ Dec. n. 595, art. 10.

⁴¹⁶ Dec. n. 595, arts. 11, 13 e 14.; C. P. art. 59.

⁴¹⁷ 1696 de 15 de setembro de 1863, art. 5.

Art. 399. Quando não houver prisão com trabalho, terá logar a redução desse tempo á prisão simples com o augmento da sexta parte do tempo. ⁴¹⁸

Art. 400. Feita a redução, o réo será immediatamente enviado a cumprir a pena substitutiva da multa, salvo si estiver cumprindo outra pena de maior ou igual intensidade; devendo mesmo neste caso fazerem-se as communicações necessarias para, concluida uma pena, começar logo o cumprimento da outra. ⁴¹⁹

Art. 401. A todo tempo, que o réo ou alguém por elle satisfizer a importancia da multa, ou da parte que lhe faltar para se haver por cumprida a sentença, será posto em liberdade, não estando por al preso. ⁴²⁰

Art. 402. Tambem poderá o juiz admittir fiança idonea ao pagamento em tempo razoavel, que não excederá de um mez nas multas inferiores a 400\$, de tres mezes nas inferiores a 1:000\$, e de seis mezes nas outras. ⁴²¹

Art. 403. Só será admittido a afiançar:

1.º Quem hypothecar bens de raiz, equivalentes á multa, e sitios na mesma comarca, mostrando que os possui livres e desembargados e sob sua livre administração.

2.º Os que depositarem no Thesouro o valor da multa em moeda, apolices da divida publica, de que mostrarem ter a plena propriedade, ou trastes de ouro ou prata devidamente avaliados e que cubram com segurança o valor da multa. ⁴²²

Art. 404. O juiz que admittir fiança, que não tenha estes requisitos, incorrerá na multa de 100\$ a 200\$000.

O escrivão, que não tiver informado ao juiz contra essa falta, incorrerá na multa de 20\$ a 80\$000.

O fiador que, sem ter os meios de fazer effectiva a fiança, assignar, incorrerá em prisão de um a tr

⁴¹⁸ Dec. n. 595, art. 15; C. P., art. 409.

⁴¹⁹ Dec. n. 595, art. 16.

⁴²⁰ Dec. n. 595, art. 17; C. P., art. 59, § unico.

⁴²¹ Dec. n. 595, art. 17.

⁴²² Dec. n. 595, art. 18.

e as testemunhas de abono em prisão de oito dias a um mez. ⁴²³

Art. 405. Ninguém poderá ser recolhido á prisão ou nella conservado a pretexto de multa, enquanto não estiver liquidada. ⁴²⁴

Art. 406. Logo que as multas estiverem liquidadas, os procuradores da Republica ou as partes interessadas poderão requerer contra os bens do multado as providencias necessarias para se fazer effectiva a cobrança. ⁴²⁵

Art. 407. Na liquidação e commutação das multas, são partes o réo e o procurador da Republica.

Si a multa for applicada a beneficio de terceiro, será este ouvido nos termos do art. 394. ⁴²⁶

TITULO VIII

CAPITULO I

DA EXTINÇÃO DA ACÇÃO PENAL E DA CONDENNAÇÃO

Art. 408. A acção penal extingue-se :

- a) pela morte do delinquente ;
- b) pela amnistia ;
- c) pelo perdão do offendido ;
- d) pela prescrição. ⁴²⁷

Art. 409. A condemnação extingue-se por estas mesmas causas e mais :

- a) pelo cumprimento da sentença ;
- b) por indulto do poder competente ;
- c) pela reabilitação. ⁴²⁸

⁴²³ D. n. 595, art. 12.

⁴²⁴ D. n. 595, art. 20.

⁴²⁵ D. n. 595, art. 22.

⁴²⁶ R. n. 120, art. 435 ; D. n. 595, art. 9.

⁴²⁷ C. P., art. 71.

⁴²⁸ C. P., art. 72.

CAPITULO II

AMNISTIA E PERDÃO

Art. 410. A amnistia põe perpetuo silencio ao processo e extingue todos os effeitos da pena, si sobrevier depois da condemnação. ⁴²⁹

Art. 411. As incapacidades pronunciadas pela condemnação cessam em consequencia do perdão. ⁴³⁰

Art. 412. As petições de graça para perdão e commutação de pena serão apresentadas á Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça instruidas na fôrma do decreto n. 2566 de 28 de março de 1860.

Art. 413. Sobre essas petições será ouvido o presidente do Supremo Tribunal Federal, quando as sentenças houverem sido proferidas pelo mesmo tribunal ou este haja dellas conhecido em grão de appellação ou revisão, e nos outros casos o juiz seccional, que proferiu a sentença condemnatoria. ⁴³¹

Art. 414. A informação prestada por aquelle ou por este deve conter essencialmente :

- a) a relação do facto e suas circumstancias ;
- b) o exame das provas constantes dos autos ;
- c) a declaração das formalidades substanciaes, que foram guardadas ou preteridas ;
- d) a exposição da conducta e vida passada do réo e suas circumstancias pessoais. ⁴³²

Art. 415. Quando a informação for prestada pelo juiz seccional, que presidiu o Jury, deverá indicar as provas produzidas e não escriptas, assim como os pontos principaes do debate, si não constarem dos autos. ⁴³³

⁴²⁹ C. P., art. 75.

⁴³⁰ C. P., art. 74.

⁴³¹ D. n. 1158 de 11 de setembro de 1874, arts. 1, 3 e 4; R. do S. T. art. 16, § 11.

⁴³² D. n. 1159, art. 4.

⁴³³ D. n. 1159, art. 5.

Art. 416. A amnistia, o perdão ou a commutação de pena, para surtirem effeito, devem ser previamente julgados conforme á culpa. ⁴³¹

Art. 417. Este julgamento compete:

a) ao juiz ou tribunal, onde pender o processo;

b) ao juiz executor, quando a sentença estiver em execução. ⁴³²

Art. 418. A conformidade consiste na identidade de causa e pessoa.

Todavia no caso de perdão ou commutação de pena, verificando o juiz ou tribunal que houve ob ou subrepcão de alguma circumstancia essencial, que poderá influir para denegação da graça, devolverá o decreto, expondo respeitosaente a mencionada circumstancia. ⁴³³

Art. 419. A fôrma do julgamento será a mesma dos recursos criminaes, e se haverá sempre como negocio urgente. ⁴³⁷

Art. 420. Nos casos de ob ou subrepcão, de que trata o art. 418, decidida pelo poder competente a duvida proposta pelo juiz ou tribunal, será o perdão ou a commutação julgada conforme pelos mesmos juizes que suscitaram a duvida. ⁴³⁸

CAPITULO III

PERDÃO DO OFFENDIDO

Art. 421. Nos crimes, cujo processo depende de queixa, o perdão do offendido extingue a acção penal, mas não fará cessar a execução da sentença, si o condemnado recusar a aceitar-o. ⁴³⁹

Paragpho unico. No crime de adulterio o perdão de qualquer dos conjuges ou sua reconciliação extingue todos os effeitos da accusação e condemnação. ⁴⁴⁰

⁴³¹ D. n. 1450, art. 5.

⁴³² D. n. 1450, art. 7.

⁴³³ D. n. 1450, art. 8.

⁴³⁷ D. n. 1450, art. 9.

⁴³⁸ D. n. 1450, art. 10.

⁴³⁹ C. P., art. 77.

⁴⁴⁰ C. P., art. 281. § unico.

CAPITULO IV

PRESCRIÇÃO

Art. 422. Os prazos para a prescrição da acção e para a prescrição da condemnação são communs, salvo os casos especificados nos arts. 275, 277 e 281 do Cod. Penal. ⁴⁴¹

Art. 423. A prescrição da acção resulta exclusivamente do lapso de tempo decorrido do dia em que o crime foi commettido e interrompe-se pela pronuncia. ⁴⁴²

Art. 424. A prescrição da condemnação começa a correr do dia em que passar em julgado a sentença ou daquelle em que for interrompida por qualquer modo a execução já começada, e interrompe-se pela prisão do condemnado.

Paragrapho unico. Si o condemnado em cumprimento da pena evadir-se, a prescrição começará a correr novamente do dia da evasão. ⁴⁴³

Art. 425. A prescrição da acção e a da condemnação interrompem-se pela reincidencia. ⁴⁴⁴

Art. 426. A acção criminal e a condemnação, nos crimes a que a lei infligir exclusivamente pena pecuniaria, prescreverão em um anno a contar da data do crime ou da condemnação. ⁴⁴⁵

Art. 427. A condemnação a mais de uma pena prescreve no prazo estabelecido para a mais grave.

A mesma regra se observará com relação á prescrição da acção. ⁴⁴⁶

Art. 428. Prescrevem :

Em um anno, a condemnação que impuzer pena restrictiva da liberdade por tempo não excedente de seis mezes ;

⁴⁴¹ C. P., art. 78.

⁴⁴² C. P., art. 79.

⁴⁴³ C. P., art. 80.

⁴⁴⁴ C. P., art. 81.

⁴⁴⁵ C. P., art. 83.

⁴⁴⁶ C. P., art. 84.

Em quatro mezes, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de dous annos;

Em oito annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de quatro annos;

Em doze annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo de oito annos;

Em dezeseis annos, a condemnação que impuzer pena de igual natureza por tempo excedente de doze annos. ⁴⁴⁷

Paragrapho unico. O crime de moeda falsa não prescreve em tempo algum em favor do réo domiciliado ou homisiado em paiz estrangeiro. ⁴⁴⁸

Art. 429. Os réos poderão allegar a prescrição em seu favor em qualquer tempo e acto do processo da formação da culpa ou accusação, com interrupção do processo quanto á causa principal. ⁴⁴⁹

Art. 430. O réo, que tiver de allegar prescrição, o fará por meio de uma petição articulada, na qual indicará todos os seus fundamentos, juntando todos os documentos e provas que tiver. ⁴⁵⁰

Art. 431. Julgando o juiz seccional ou o Supremo Tribunal Federal, conforme o processo correr perante aquelle ou perante este, que é concludente a allegação de prescrição, ouvirá a parte contraria, e, inquiridas sobre os factos, que tiverem allegado, as testemunhas offerecidas, proferirá a sua decisão, que dará logo sem dependencia de prova e audiencia da parte, quando entender que os factos allegados, ainda que provados, não são concludentes. ⁴⁵¹

Art. 432. Quando a decisão for contra a prescrição allegada, proseguirá o processo, sem embargo do recurso interposto pela parte. ⁴⁵²

Art. 433. A prescrição, embora não allegada, deve ser pronunciada *ex officio*. ⁴⁵³

⁴⁴⁷ C. P., art. 85.

⁴⁴⁸ L. n. 515 de 3 de novembro de 1893, art. 41.

⁴⁴⁹ R. n. 120, art. 276.

⁴⁵⁰ R. n. 120, art. 280.

⁴⁵¹ R. n. 120, art. 281.

⁴⁵² R. n. 109, art. 282.

⁴⁵³ C. P., art. 82.

CAPITULO V

DA REHABILITAÇÃO

Art. 434. A reabilitação resulta immediatamente da sentença de revisão passada em julgado, quando o condemnado for declarado pelo Supremo Tribunal Federal innocentado e reintegrado em todos os direitos que houver perdido pela condemnação.

Neste caso, a requerimento da parte, o tribunal reconhecerá o direito do rehabilitado a uma justa indemnisação, que será liquidada na execução por todos os prejuizos soffridos com a condemnação.

A União ou o Estado, cuja justiça tenha condemnado o rehabilitado, é responsavel pela indemnisação.⁴³⁴

Art. 435. Quando já for fallecida a pessoa, cuja condemnação tiver de ser revista, o tribunal nomeará um curador para allegar o que for a bem da defesa, e si pelo exame do processo reconhecer o erro ou injustiça da condemnação, rehabilitará a memoria do condemnado.⁴³⁵

Art. 436. A indemnisação garantida pelo art. 434 não será devida:

a) Si o erro ou injustiça da condemnação do réo rehabilitado proceder de acto ou falta imputavel ao mesmo réo, como a confissão ou a occultação da prova em seu poder;

b) Si o réo não houver esgotado os recursos legaes;

c) Si a accusação houver sido meramente particular.

Paragraphe unico. A União tem em todo caso acção regressiva contra as autoridades e as partes interessadas na condemnação, que forem convencidas de culpa ou dolo.⁴³⁶

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 437. Na primeira occasião em que o réo comparecer perante a autoridade criminal, lhe será perguntado

⁴³⁴ C. P., art. 86.

⁴³⁵ R. do S. T., art. 77, § 4º.

⁴³⁶ R. do S. T., art. 84.

o seu nome, filiação, idade, estado, profissão, nacionalidade, o logar do seu nascimento, e si sabe ler ou escrever, lavrando-se das perguntas e das respostas um auto separado com a denominação de auto de qualificação.

A autoridade criminal, que houver organizado o processo em que faltar semelhante auto, será multada na quantia de 20\$ a 60\$000 pelo tribunal superior, que tomar conhecimento do mesmo processo por meio do recurso ou de apellação.⁴⁵⁷

PARTE TERCEIRA

Processo civil

TITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPITULO I

DAS PESSOAS QUE PODEM ESTAR EM JUIZO

Art. 1.º Podem accionar e ser accionados todos os que não são prohibidos.

Art. 2.º São absolutamente prohibidos o impubere e o louco, devendo ser aquelle representado por seu pae ou tutor e este pelo seu curador.⁴⁵⁸

Art. 3.º A prohibição é sómente relativa quanto :

- a) ao menor pubere ;
- b) á mulher casada ;
- c) ao marido ;
- d) ao prodigo declarado tal por sentença ;
- e) ao fallido, depois de sentença declaratoria da fallencia.

⁴⁵⁷ R. n. 120 de 1842, arts. 171 e 172.

⁴⁵⁸ Ord. l. 3, t. 41, § 8 : 1.º e 3.º

Art. 4.º O menor pubere não poderá estar em juízo por si só. Si for autor, deve ter intervenção propria com assistencia de seu pae ou tutor, e, si for réo, devem ser ambos citados, pena de nullidade do processo. ²

Esta disposição, porém, não se applica aos menores que obtiverem supplemento de idade ou forem casados, tendo a idade de 20 annos, os quaes serão havidos por maiores. ³

Art. 5.º A mulher casada não poderá estar em juízo sem authorisação de seu marido, salvo para pedir o divórcio, a nullidade ou annullação do casamento, ou depois de divorciada, ou para reivindicar bens doados ou transferidos pelo marido à concubina. ⁴

A respeito da mulher commerciante observar-se-ha o disposto no Codigo Commercial. ⁵

Art. 6.º Nas causas sobre bens de raiz ou sobre direitos a elles relativos ou equiparados, o marido não pôde demandar sem exhibir outorga da mulher, e, si for réo, deve ser citado juntamente com a mulher, pena de nullidade do processo, salvo no caso de divórcio. ⁶

Art. 7.º Negando um dos conjuges o seu consentimento ao outro, o juiz poderá suppril-o, a requerimento do prejudicado, conhecida a conveniencia da demanda com citação e audiencia do conjuge que a ella se oppõe. ⁷

Art. 8.º Declarada a fallencia por sentença, todas as acções pendentes que interessarem à massa fallida e as que houverem de ser intentadas posteriormente à fallencia só poderão ser continuadas ou intentadas pelos syndicos e curador fiscal ou contra elles, sendo licito todavia ao fallido intervir como assistente e constituir à sua custa advogado ou procurador. ⁸

² Ord. 1. 3, t. 29, § 1; t. 11, § 8; t. 63, § 5.

³ Ord. 1. 1, t. 88, § 28; 1. 3, t. 42, §§ 1 e 2.

⁴ Ord. 1. 3, t. 47; 1. 1, t. 66; D. n. 181 de 24 de janeiro de 1890, arts. 61 e seg., 89 e 89.

⁵ Cod. do Comm., art. 27.

⁶ Ord. 1. 1, t. 79, § 22; 1. 3, t. 47, princ., §§ 3 e 4; t. 63, §§ 1, 2, 3 e 4; D. n. 181, art. 89.

⁷ Ord. 1. 3, t. 47, § 5 e t. 63, § 4.

⁸ D. n. 181 de 19 de julho de 1890, art. 25, princ. 1º.

A fallencia, porém, não inibe o fallido de figurar activa e passivamente em juizo nas causas que disserem respeito ao seu estado pessoal, poder marital e patrio poder, bem como à administração dos bens proprios e particulares da mulher e dos filhos, nas quaes somente como assistente poderá intervir o curador fiscal. ⁹

Art. 9.º Os presos ou afiançados podem livremente ser citados e demandados por qualquer feito civil. ¹⁰

Art. 10. Ao filho-familias não se concederá venia para citar seu pae, salvo nos casos em que por direito o pôde demandar. ¹¹

Art. 11. Dar-se-ha curador à lide, sob pena de nullidade do processo:

a) ao menor, ainda que tenha pae ou tutor, si o feito for tratado à revelia, e, no caso contrario, o juiz tomará o compromisso ao respectivo procurador; ¹²

b) ao louco ou prodigo interdicto por sentença;

c) ao ausente citado por editaes, que não compareça para defender-se; ¹³

d) ao preso, tenha ou não constituido procurador que o defenda. ¹⁴

Art. 12. Os autores nacionaes ou estrangeiros residentes fóra do paiz, ou que delle se ausentarem durante a lide, sendo requeridos, prestarão fiança às custas do processo, e quando não a prestem, serão os réos absolvidos da instancia.

Esta disposição não comprehende as pessoas miseraveis, que justificarem perante o juiz da causa a impossibilidade, pela sua pobreza, de prestar fiança. ¹⁵

⁹ D. cit., art. 17, §§ 2 e 3, art. 25, § 2º.

¹⁰ L. de 11 de setembro de 1830, art. 1; R. n. 737 de 1850, art. 739; D. n. 818, art. 386.

¹¹ Ord. l. 3, t. 9, §§ 3, 4, 5 e 6.

¹² Ord. l. 3, t. 41, § 9.

¹³ R. n. 737, art. 54.

¹⁴ L. de 11 de setembro de 1830, art. 3; R. n. 737, art. 739; D. n. 818, art. 386.

¹⁵ Res. n. 534 de 10 de julho de 1850; R. n. 737, art. 736.

CAPITULO II

DAS ACÇÕES

Art. 13. As acções serão ordinarias, summarias ou especiaes nos casos para os quaes a lei admitte fórmās especiaes de processo.¹⁶

Art. 14. É permittido accumular entre as mesmas pessoas e na mesma acção diversos pedidos, quando a fórmula do processo para ellas estabelecida for a mesma.

Tambem pôde o réo ser demandado por differentes autores e o autor demandar differentes réos conjunctamente e no mesmo processo, sempre que os direitos e obrigações tiverem a mesma origem.¹⁷

Art. 15. O autor deve vir preparado a juizo e não se lhe concederá tempo para deliberar.¹⁸

Art. 16. Com a acção é o autor obrigado a juntar os documentos em que ella se funda.¹⁹

Esta disposição, todavia, só prevalece:

a) quando sem documentos a lei não admitte acção em juizo;

b) quando os documentos forem mencionados na acção como fundamentos da intenção do autor, salvo si forem existentes em notas publicas, registros ou depositos publicos, e houver impedimento ou demora para se extrahirem por certidão ou publica-fórma ou si estiverem em poder do réo, affirmando o autor esta circumstancia.²⁰

Art. 17. O réo tambem é obrigado a juntar com sua defesa documentos, quando esta nelles se fundar, salvo as mesmas excepções do artigo antecedente.²¹

Art. 18. Ao autor não é permittido mudar ou alterar a substancia da petição inicial, mas poderá desistir da acção com o protesto de renova-la, pagas as custas.

¹⁶ D. n. 763 de 19 de setembro de 1890, art. 1º; L. n. 221, art. 44.

¹⁷ L. n. 221, art. 46.

¹⁸ Ord., l. 3, t. 20, § 2.

¹⁹ R. n. 737, art. 69.

²⁰ R. n. 737, art. 720.

²¹ R. n. 737, art. 720.

Esta disposição não comprehende simples additamentos à petição inicial até a contestação da lide, precedendo despacho do juiz e assignando-se ao réo termo para responder.²²

CAPITULO III

DO FÔRO COMPETENTE

Art. 19. As acções civeis serão em geral propostas no fôro do domicilio do réo.²³

Art. 20. Domicilio é o lugar em que alguém se estabelece com animo de permanencia.²⁴

O domicilio em cada Estado e no Districto Federal será presumido, para os effeitos da competencia e da jurisdicção, pela residencia continua, pelo menos, de um anno, e em qualquer tempo pelo dominio de bens de raiz e propriedade de estabelecimento industrial ou commercial ou outro qualquer facto que induza a intenção de residir.²⁵

Art. 21. Si forem mais de um os réos simultaneamente obrigados e diversos os domicilios, poderão ser todos demandados naquelle que o autor escolher.²⁶

Art. 22. Nas acções civeis dirigidas contra quem possuir dentro de anno e dia, o autor pôde escolher o fôro da situação ou do domicilio do réo.²⁷

Art. 23. Obrigando-se a parte expressamente no contracto a responder em logar certo,ahi será demandada, salvo si o autor preferir o fôro do domicilio.²⁸

A obrigação do fôro do contracto passa para os herdeiros, successores e cessionarios.²⁹

²² Ord. l. 3, t. 1, § 7º, t. 20, § 7º, t. 34, princ.; l. 1º, t. 48, § 44.

²³ R. n. 737, art. 60.

²⁴ Ord. l. 3, t. 11, princ.

²⁵ D. n. 848, art. 17.

²⁶ R. n. 737, art. 61.

²⁷ Ord. l. 3, t. 11, §§ 5 e 6, t. 45, § 10.

²⁸ R. n. 737, art. 62.

²⁹ R. n. 737, art. 64.

Art. 24. Os que administram negocios alheios podem ser demandados no lugar de sua administração por obrigações pessoas della oriundas, embora se achem ausentes e outro seja o fóro do seu domicilio. ³⁰

Art. 25. Achando-se o réo fóra do lugar onde a obrigação foi contrahida, poderá ser citado na pessoa dos seus mandatarios, administradores, feitores ou gerentes, nos casos em que a acção derivar de actos praticados pelos mesmos mandatarios, administradores, feitores ou gerentes. ³¹

Art. 26. Nas acções que nascem de delicto o réo poderá ser demandado no fóro do seu domicilio ou do lugar do delicto à escolha do autor. ³²

Art. 27. O fóro do domicilio do defunto é competente para todas as acções relativas à herança, enquanto esta se conservar indivisa. ³³

Art. 28. Os herdeiros universaes, os cessionarios, os chamados à autoria, os assistentes, os oppoentes responderão no fóro em que corre a causa. ³⁴

Art. 29. O preso ou o afiançado terá a escolha do fóro da prisão ou da fiança ou daquelle a que era sujeito. ³⁵

Si o preso não fizer esta opção, para a qual será previamente intimado, o autor o demandará no fóro que for competente, segundo as regras geraes.

Art. 30. Si alguém se obrigar geralmente a responder perante quaesquer justicas onde o autor o quizer demandar, só poderá ser demandado no lugar onde for encontrado ou no fóro do seu domicilio, embora o renunciasse. ³⁶

Art. 31. Quando dous ou mais juizes federaes forem igualmente competentes para conhecer do mesmo negocio,

³⁰ Ord. l. 3, t. 11, § 3º.

³¹ R. n. 737, art. 48.

³² Ord., l. 1ª, t. 76, § 1, l. 3, t. 6, princ. e § 4; C. do Proc., art. 160.

³³ Ord., l. 3, t. 11, § 2º.

³⁴ R. n. 737, art. 63.

³⁵ L. de 11 de setembro de 1830, art. 4º.

³⁶ Ord., l. 3, t. 6, § 3º.

fica preventa a jurisdição daquelle que primeiro officiar na causa.

Art. 32. Dá-se prorrogação da jurisdição, quando o réo submete-se expressa ou tacitamente á jurisdição de um juiz incompetente.

A prorrogação é tacita, si o réo, antes de contestar a acção, não oppõe a excepção de incompetencia.

Para haver prorrogação porém faz-se mister que o juiz tenha jurisdição que comprehenda o poder de conhecer da causa. ³⁷

Art. 33. Nas reconvenções o autor reconvinado responderá perante o juiz da causa principal. ³⁸

Art. 34. A prorrogação da jurisdição local em relação ás causas federaes só tem logar nos litigios sobre que é licita a transacção das partes e sendo estas habeis para transigir. ³⁹

Não se dará, porém, prorrogação da jurisdição local, si a causa pertencer á justiça federal em razão de sua natureza e não das qualidades das pessoas. ⁴⁰

Art. 35. Quando as causas forem connexas e uma dellas pertencer á justiça federal, prorroga-se a jurisdição desta. ⁴¹

CAPITULO IV

DOS CONFLICTOS DE JURISDIÇÃO

Art. 36. As disposições dos arts. 31 a 34 da parte segunda desta Consolidação tem applicação aos conflictos de jurisdição nas causas civeis. ⁴²

³⁷ Ord. I. 3, t. 33, § 5, t. 40, § 2.

³⁸ Ord. I. 3, t. 33, §§ 2 e 3; R. n. 737, art. 410.

³⁹ L. n. 221, art. 10.

⁴⁰ C. art. 60, § 1º.

⁴¹ C. art. 60, § 1º.

⁴² C., art. 59, I, e R. do S. T., art. 107.

fica preventa a jurisdição daquelle que primeiro officiar na causa.

Art. 32. Dá-se prorrogação da jurisdição, quando o réo submete-se expressa ou tacitamente á jurisdição de um juiz incompetente.

A prorrogação é tacita, si o réo, antes de contestar a acção, não oppõe a excepção de incompetencia.

Para haver prorrogação porém faz-se mister que o juiz tenha jurisdição que comprehenda o poder de conhecer da causa. ³⁷

Art. 33. Nas reconvenções o autor reconvinndo responderá perante o juiz da causa principal. ³⁸

Art. 34. A prorrogação da jurisdição local em relação ás causas federaes só tem logar nos litigios sobre que é licita a transacção das partes e sendo estas habeis para transigir. ³⁹

Não se dará, porém, prorrogação da jurisdição local, si a causa pertencer á justiça federal em razão de sua natureza e não das qualidades das pessoas. ⁴⁰

Art. 35. Quando as causas forem connexas e uma dellas pertencer á justiça federal, prorroga-se a jurisdição desta. ⁴¹

CAPITULO IV

DOS CONFLICTOS DE JURISDIÇÃO

Art. 36. As disposições dos arts. 31 a 34 da parte segunda desta Consolidação tem applicação aos conflictos de jurisdição nas causas civeis. ⁴²

³⁷ Ord. I. 3, t. 33, § 5, t. 40, § 2.

³⁸ Ord. I. 3, t. 33, §§ 2 e 3; R. n. 737, art. 410.

³⁹ L. n. 221, art. 10.

⁴⁰ C. art. 60, § 1º.

⁴¹ C. art. 60, § 1º.

⁴² C., art. 59, I, e R. do S. T., art. 107.

CAPITULO V

DA CITAÇÃO

Art. 37. A citação pôde ser feita por despacho, precatória, editaes ou com hora certa.⁴³

Art. 38. Para a citação requer-se:

a) que o official da diligencia leia á propria pessoa que vae citar o requerimento da parte com o despacho do juiz, dando-lhe contra-fê, embora esta não seja solicitada;

b) que na fê da citação que passar no requerimento declare si deu contra-fê, e bem assim si a parte citada a recebeu ou não quiz receber.⁴⁴

Art. 39. A citação subentende-se feita para a audiência seguinte, nunca para o mesmo dia da citação, e para o logar do costume, si outro não for designado.⁴⁵

Art. 40. A citação deve ser feita, sob pena de nulidade:

a) de dia, isto é, desde o nascer até o pôr do sol;

b) em dia não feriado, salvo nos casos que podem ser tratados durante as ferias.⁴⁶

Art. 41. A citação será feita por despacho, quando for dentro da cidade e arrabaldes.⁴⁷

Art. 42. A citação será feita por precatória, quando a pessoa que tiver de ser citada se achar em logar differente ou em jurisdição alheia á do juiz, perante o qual tem de responder.⁴⁸

Art. 43. A precatória deve conter:

a) o nome do juiz deprecado, anteposto ao do deprecante, excepto si aquelle for inferior a este e sujeito á sua jurisdição;

⁴³ R. n. 737, art. 39; D. n. 848, art. 98.

⁴⁴ R. n. 737, art. 40; D. n. 848, art. 99.

⁴⁵ R. n. 737, art. 41; D. n. 848, art. 100.

⁴⁶ Ord. l. 3. t. 1, §§ 16 e 17.

⁴⁷ R. n. 737, art. 42; D. n. 848, art. 101.

⁴⁸ R. n. 737, art. 50; D. n. 848, art. 108.

b) o lugar donde se expede e para onde é expedida ;

c) a petição e o despacho *verbo ad verbum* ;

d) os termos rogatorios de estylo. ⁴⁹

Art. 44. Cumprida a precatoria pelo juiz deprecado, mandará este citar a parte por despacho nos termos do art. 41, e com hora certa nos do art. 50. ⁵⁰

Art. 45. Oppondo a parte citada embargos à precatoria, serão estes remettidos ao juiz deprecante para delles conhecer, salvo si concluirem evidentemente a incompetencia do juiz deprecante. ⁵¹

Art. 46. Si a parte citada não comparecer no termo assignado na precatoria, observar-se-ha o disposto no art. 65. ⁵²

Art. 47. A citação por editaes tem lugar :

a) quando for incerto ou inacessivel por causa de peste ou guerra o lugar em que se achar o ausente que tem de ser citado ;

b) quando for incerta a pessoa que tem de ser citada ;

c) para a intimação de qualquer protesto judicial ao ausente de que não houver noticia ;

d) em geral quando forem desconhecidos os interessados em qualquer acto ou diligencia judicial que seja necessario intimar às partes. ⁵³

Art. 48. Para a citação edital requer-se :

a) que se justifique a incerteza ou ausencia da pessoa que ha de ser citada, achando-se em parte incerta ou lugar não sabido, ou inacessivel por causa de peste ou guerra ;

b) que os editaes sejam affixados nos logares publicos e publicados pelos jornaes onde os houver, certificando o official no primeiro caso, e juntando-se no segundo aos respectivos autos o jornal ou publica-fôrma do annuncio ;

⁴⁹ R. n. 737, art. 44 ; D. n. 848, art. 102.

⁵⁰ R. n. 737, art. 51 ; D. n. 848, art. 100.

⁵¹ R. n. 737, art. 52.

⁵² D. n. 848, art. 114.

⁵³ R. n. 737, art. 53 ; D. n. 848, art. 110.

c) que os prazos dos editaes sejam marcados pelo juiz, sendo de 30 dias, quando o réo se achar em lugar absolutamente não sabido, ou um prazo razoavel, conforme a distancia, si elle se achar dentro ou fóra do paiz, mas em jurisdição incerta. ⁵⁴

Art. 49. Passado o termo marcado nos editaes, com certidão do official, é havida a parte por citada e nomeando o juiz curador ao ausente, com elle correrá o feito os seus devidos termos. ⁵⁵

Art. 50. A citação com hora certa é subsidiaria da citação pessoal, quando esta não se pôde fazer por occultar-se a pessoa que tem de ser citada, ou seja o réo, ou qualquer dos mandatarios e prepostos de que trata o art. 25. ⁵⁶

Art. 51. Para a citação com hora certa requer-se:

a) que a pessoa que tem de ser citada, tendo sido procurada por tres vezes, se haja occultado para evitar a citação, declarando-se assim na fé que passar o official da diligencia;

b) que a hora certa para a citação seja marcada pelo official para o dia util immediato, podendo-o fazer independente de novo despacho;

c) que a hora certa seja intimada á pessoa da familia ou da vizinhança, não havendo familia ou não sendo encontrada pessoa capaz de receber a citação;

d) que á pessoa assim intimada seja entregue contra-fé, com a cópia da petição, do despacho do juiz, da fé de ter sido a parte devidamente procurada e da hora assignada para a citação;

e) que o official vá levantar a hora certa, e não encontrando a parte, passe de tudo a competente fé, dando-se por feita a citação. ⁵⁷

Art. 52. No caso de ser feita a citação com hora certa, será admittido o procurador que se apresentar v

⁵⁴ R. n. 737, art. 45; D. n. 848, art. 103.

⁵⁵ R. n. 737, art. 51; D. n. 848, art. 111.

⁵⁶ R. n. 737, art. 49; D. n. 848, art. 107.

⁵⁷ R. n. 737, art. 46; D. n. 848, art. 104.

luntariamente para responder á acção, com procuração bastante anterior e especial, e com elle correrá a causa.⁵⁸

Art. 53. Não podem ser citados:

- a) os noivos dentro dos nove dias das bodas;
- b) os paes, filhos, irmãos ou o conjuge do morto dentro dos nove dias do luto;
- c) os enfermos de molestia grave dentro de nove dias, podendo este prazo ser prorogado por igual tempo com attestado de medico;
- d) os que acompanham o cadaver ao enterramento;
- e) os funcionarios publicos no exercicio de seus empregos dentro do respectivo tribunal, audiencia ou estação publica;
- f) os ministros diplomaticos durante o tempo de sua missão, guardando-se o que se achar estabelecido a este respeito nos tratados.⁵⁹

Art. 54. Não havendo estipulação em tratado, o ministro diplomatico estrangeiro somente poderá ser citado na Capital da Republica por contracto que tiver feito depois que ali veio como embaixador e não por contracto feito anteriormente, salvo tratando-se de acções temporaes que poderão ser intentadas para o effeito de ficarem perpetuadas.

Terminada a embaixada e permanecendo o ministro na Capital sem alguma evidente necessidade, passados dez dias, poderá ser citado em geral, como qualquer outra pessoa.⁶⁰

Art. 55. Em todos os casos de embaixadas, legações e commissões ordinarias do Governo Federal, não deve ter logar contra o ausente a citação em começo de demanda, observando-se a este respeito o disposto no artigo antecedente e no art. 212.⁶¹

Art. 56. Não podem ser citados sem venia:

- a) os ascendentes legitimos ou naturaes por qualquer dos seus descendentes;

⁵⁸ R. n. 777, art. 55; D. n. 818, art. 112.

⁵⁹ Ord., art. 112, §§ 8, 9, 10; Av. de 19 de fevereiro de 1835.

⁶⁰ Ord., art. 112, § 11; Av. de 23 de março de 1871.

⁶¹ Alv., art. 112, § 11; Av. de 11 de outubro de 1811, art. 3, § 3.

b) o pai adoptivo, sogro ou sogra, padrasto ou madrastra pelo filho adoptivo, genro ou nora, enteado ou enteada, em quanto durar entre elles a afinidade.

Fazendo-se a citação sem venia no caso da letra *a*, o autor incorrerá na pena de 60\$000 a favor do réo, salvo si desistir da citação antes que este compareça em juizo; e no caso da letra *b* annullar-se-hia o processo a requerimento do réo.⁶²

Art. 57. A citação pessoal só é necessaria no principio da causa e da execução, citando-se tambem a mulher do réo ou do executado, si a questão versar sobre bens de raiz.⁶³

Art. 58. O artigo antecedente não comprehende o caso de haver procurador bastante especial ou geral para receber ou propor acções durante a ausencia de seu constituinte, sendo porém necessaria a citação da mulher do réo ou do executado, si versar a questão sobre bens de raiz, e não houver procuração especial della.⁶⁴

Art. 59. Havendo procurador judicial, será elle citado especialmente:

- a)* para a renovação da instancia suspensa;⁶⁵
- b)* para a remessa dos autos de um para outro juizo;⁶⁶
- c)* para a inquirição das testemunhas;⁶⁷
- d)* para a nomeação de arbitradores;⁶⁸
- e)* para a vistoria, exame ou qualquer diligencia ordenada pelo juiz ou pelo Supremo Tribunal Federal;⁶⁹
- f)* para a extracção ou conferencia da cópia com o documento original;⁷⁰
- g)* para o seguimento da appellação;⁷¹

⁶² Ord., l. 3, t. 9, §§ 1 e 2.

⁶³ R. n. 737, art. 47; D. n. 848, art. 405.

⁶⁴ R. n. 737, art. 56; D. n. 848, art. 413.

⁶⁵ Ord., l. 1, t. 84, § 28. l. 3, t. 1, § 15, t. 27, § 20, t. 82 princ.

⁶⁶ Ord., l. 3, t. 29, § 9, t. 37, § 14.

⁶⁷ Ord., l. 3, t. 1, §§ 43 e 44.

⁶⁸ R. n. 737, art. 492.

⁶⁹ R. de 3 de janeiro de 1833, art. 86.

⁷⁰ R. n. 737, art. 453.

⁷¹ Ord., l. 3, t. 79, § 1, t. 70, § 2, t. 84, § 7.

h) para o julgamento da deserção.⁷²

Art. 60. A' excepção da citação no principio da causa e da execução, todas as outras citações e intimações de sentenças, appellações e quaesquer actos prejudiciaes serão feitos sob prégão em audiencia, não havendo procurador judicial, ou não sendo este encontrado para ser citado ou intimado.⁷³

Art. 61. E' nulla a renuncia da primeira citação, bem como a clausula de não ser o devedor ouvido sem que primeiro deposite penhores.⁷⁴

Art. 62. A citação inicial da causa torna a causa litigiosa, induz a litispendencia, previne a jurisdicção, salvo sendo nulla ou circumducta a citação, interrompe a prescripção e constitue em mora o devedor.⁷⁵

CAPITULO VI

DA REVELIA DO AUTOR E DO RÉO

Art. 63. Não comparecendo o autor por si ou seu procurador para fazer accusar a citação, ficará esta circumducta, sendo o réo absolvido da instancia; e não será novamente citado, sem que o autor mostre haver pago ou depositado as custas em juizo.⁷⁶

Art. 64. Si depois de proposta a acção o autor ausentar-se sem deixar procurador, pôde o réo ou pedir absolvição da instancia, ou proseguir na causa á revelia do autor, assignando-lhe todos os termos como si presente estivesse.⁷⁷

E, ainda quando o réo tenha preferido proseguir na causa á revelia do autor, pôde a todo tempo requerer absolvição da instancia; mas neste caso o autor só será

⁷² R. n. 737, art. 657.

⁷³ R. n. 737, art. 722.

⁷⁴ Ord., l. 4, t. 72; Alv. de 31 de maio de 1774.

⁷⁵ R. n. 737, art. 59.

⁷⁶ R. n. 737, art. 33; D. n. 848, art. 115.

⁷⁷ Ord., l. 3, t. 14, §§ 1 e 2.

condemnado nas custas até o tempo em que se tornou revel. ⁷⁸

Art. 65. Accusada a primeira citação em audiência, si não comparecer a parte citada por si ou seu procurador, seguirá a causa à sua revelia até afinal; mas, em todo caso, comparecendo a parte lançada, será admittida a proseguir no feito nos termos em que este se achar. ⁷⁹

CAPITULO VII

DA INSTANCIA

Art. 66. A instancia começa pela citação e acaba:

- a) pela sentença definitiva;
- b) pela absolvição da instancia, nos casos em que a lei expressamente a admitte. ⁸⁰

Art. 67. Terá logar a absolvição da instancia:

a) si o autor não accusar a citação ou não propuzer a acção na audiência para a qual fez citar o réo; ⁸¹

b) si a petição inicial for notoriamente inepta, isto é, si sua materia for tal que por ella não caiba ao autor acção para demandar o que pede; ⁸²

c) si a procuração do autor não for bastante ou valiosa; ⁸³

d) si o autor se ausentar depois de proposta a acção, salvo requerendo o réo que nella se prosiga à revelia do autor; ⁸⁴

e) si o autor não der fiança às custas no caso do art. 12; ⁸⁵

f) si não juntar com a petição inicial o documento em que a acção se funda; ⁸⁶

⁷⁸ Ord., l. 3, t. 14, § 2.

⁷⁹ R. n. 737, art. 57; D. n. 848, art. 114.

⁸⁰ Ord., l. 3, t. 27, princ.

⁸¹ Ord., l. 3, t. 1, § 48, t. 14, princ. t. 20, § 13; R. n. 737, art. 53.

⁸² Ord., l. 3, t. 20, § 16.

⁸³ Ord., l. 3, t. 20, § 10.

⁸⁴ Ord., l. 3, t. 14, §§ 1 e 2.

⁸⁵ Ord., l. 3, t. 20, § 6; Res. de 10 de julho de 1850.

⁸⁶ Ord., l. 3, t. 20, § 22; R. n. 737, art. 69.

g) si o autor não trouxe procuração de sua mulher ou não fez citar a do réo, versando a questão sobre bens de raiz. ⁸⁷

Art. 68. Citado o réo segunda e terceira vez, e não comparecendo o autor para accusar a citação, pôde o réo pedir perempção da instancia e da acção. ⁸⁸

Tambem terá logar a perempção da instancia e da acção, si o autor reincidir nos casos das lettras *b* e *f* do art. 67. ⁸⁹

Art. 69. E', todavia, permittido ao autor juntar o documento de que faz menção a petição inicial, emquanto o juiz não deferir o requerimento do réo. ⁹⁰

Art. 70. Suspende-se :

a) pela morte de alguma das partes ; ⁹¹

b) pelo lapso de seis mezes sem que se falle no feito, e de um anno, estando o feito concluso em mão do escriptivo. ⁹²

Art. 71. A instancia suspensa pôde renovar-se, emquanto a acção não prescrever :

a) no caso do artigo antecedente, lettra *a*, pela habilitação do herdeiro ;

b) no caso do mesmo artigo, lettra *b*, por meio de citação. ⁹³

CAPITULO VIII

DOS TERMOS E DILAÇÕES

Art. 72. As dilações em geral são continuas, e o seu curso não se interrompe pelas ferias supervenientes, salvo si estas absorverem metade da dilação. ⁹⁴

⁸⁷ Ord., l. 3, t. 47, § 2, l. 63, § 4.

⁸⁸ Ord., l. 3, t. 14, princ.

⁸⁹ Ord., l. 3, t. 20, §§ 17 e 22.

⁹⁰ Ass. de 23 de novembro de 1769.

⁹¹ Ord., l. 3, t. 27, § 2.

⁹² Ord., l. 3, t. 27, § 2 ; l. 1, t. 84, § 28 ; l. 3, t. 1, § 15.

⁹³ Ord., l. 3, t. 1, § 15 ; l. 1, t. 84, § 28 ; R. n. 737, art. 103.

⁹⁴ R. n. 737, art. 727 ; D. n. art. 380.

Art. 73. O juiz só as poderá reformar nos casos em que a lei expressamente o permite. ⁹⁵

Art. 74. Quando a citação ou intimação for feita por prego em audiência, do dia d'elle começarão a correr as dilações e termos respectivos. ⁹⁶

Quando o termo começar do acto mesmo, correrá de momento a momento. ⁹⁷

Art. 75. Não correm os termos e dilações, havendo impedimento do juiz ou obstaculo judicial opposto pela parte contraria. ⁹⁸

Art. 76. Durante a dilação nada se poderá innovar, salvo naquillo sobre que foi dada a dilação. ⁹⁹

Art. 77. Findas as dilações ou termos, as partes e seus procuradores serão havidos por lançados, embora a parte contraria não accuse a sua contumacia. ¹⁰⁰

Art. 78. Os termos de vista para allegar, contestar, replicar, treplicar e em geral para dizer nos autos, só correrão da continuação destes ao advogado, si a parte tiver juntado procuração, e serão improrogaveis, quer haja ou não procuração nos autos, não se dando algum dos casos previstos nos arts. 72 e 75. ¹⁰¹

Si os termos findarem em dia feriado, só no primeiro dia util poderão ser os autos cobrados. ¹⁰²

Art. 79. Todos os termos prejudiciaes, como renuncias, fianças, cauções, louvações, procurações *apud acta*, pactos e convenções que em juizo se fizerem, serão assignados pelas partes, sob pena de nullidade. O escriptão, que não intimar as partes para que os assignem, responderá por todas as perdas e damnos a que der causa a sua negligencia. ¹⁰³

⁹⁵ Ord., l. 3, t. 20, § 41.

⁹⁶ R. n. 737, art. 723.

⁹⁷ Ord., l. 3, t. 60, § 4.

⁹⁸ R. n. 737, art. 728.

⁹⁹ Ord., l. 3, t. 51, § 15.

¹⁰⁰ Ord., l. 3, t. 20, § 41.

¹⁰¹ R. n. 737, art. 724.

¹⁰² R. n. 737, art. 725.

¹⁰³ Ord., l. 1, t. 21, § 21.

Art. 80. Quando os que forem citados para responder a qualquer acção ou já estiverem em juízo forem presos, terão para se defender o dobro dos termos e dilações marcados na lei. ¹⁰¹

CAPITULO IX

DAS SENTENÇAS

Art. 81. A sentença é definitiva ou interlocutoria, conforme julga a causa, decidindo a questão principal, ou ordena simplesmente o processo e decide os seus incidentes.

Art. 82. A sentença interlocutoria tem força de definitiva, quando põe fim ao feito, como a que julga a citação nulla ou que alguém não deve ser citado ou que o autor não é parte legitima para mover a acção. ¹⁰²

Art. 83. Pertencem á ordem das decisões que poem termo ao feito e devem ser proferidas pelo juiz seccional, embora a causa corra perante o juiz substituto, e quer dellas caiba agravo, quer appellação, as sentenças seguintes :

a) de absolvição da instancia, si com ella julga-se perempta a acção ;

b) de rejeição *in limine* de embargos do executado ou do terceiro embargante ;

c) de recebimento de embargos com condemnação na assignação de dez dias ;

d) de denegação do recebimento da appellação ou do recebimento della em um effeito sómente ;

e) de deserção da appellação ;

f) de julgamento sobre a procedencia ou improcedencia do embargo. ¹⁰³

Art. 84. O juiz deve julgar pela verdade sabida, não obstante o erro do processo, quando o erro, embora não tenha sido supprido, não induz nullidade do feito. ¹⁰⁷

¹⁰¹ L. de 11 de setembro de 1830 ; R. n. 737, art. 739 ; D. n. 848, art. 386.

¹⁰² Ord., l. 3, t. 65, princ., e § 1, t. 69, princ.

¹⁰³ D. n. 5467 de 12 de novembro de 1873, art. 4.

¹⁰⁷ Ord., l. 3, t. 63, princ.

Art. 85. Publicada a sentença definitiva, o juiz não poderá mais reformal-a, a não ser por via de embargos nos casos em que a lei o permite.¹⁰⁸

A interlocutoria simples, porém, poderá ser uma só vez reformada pelo juiz *ex-officio* a todo tempo até a definitiva; e a requerimento da parte só o poderá ser dentro de dez dias, si não tiver sido executada, ou si, depois de executada, a outra parte consentir.¹⁰⁹

Art. 86. O juiz da primeira instancia é obrigado a despachar o feito dentro de sessenta dias contados da conclusão, si a sentença for definitiva, e dentro de dez dias nos demais casos.

Far-se-ha carga ao juiz com a sua assignatura em livro proprio do escrivão pelo recebimento dos autos conclusos; e desse livro se darão ás partes as certidões que pedirem. São comprehendidos nesta disposição os juizes da segunda instancia.¹¹⁰

Art. 87. A sentença publicada em audiencia ou em mão do escrivão não produz effeito sem a intimação das partes ou seus procuradores, salvo nos casos do art. 60.¹¹¹

Art. 88. A sentença definitiva produz o effeito de *hypotheca judicial*, si for inscripta, servindo de titulo a carta de sentença.¹¹²

CAPITULO X

DAS NULLIDADES DO PROCESSO E DA SENTENÇA

Art. 89. São nullos os processos:

a) sendo as partes ou alguma dellas incompetentes e não legitimas, como o falso e não bastante procurador,

¹⁰⁸ Ord., l. 3, t. 66, § 6.

¹⁰⁹ Ord., l. 3, t. 65, §§ 2, 3, 6 e 7.

¹¹⁰ L. n. 2033 de 20 de setembro de 1871, art. 27, § 1; R. n. 4824 de 22 de novembro de 1871, art. 72.

¹¹¹ R. n. 737, art. 180.

¹¹² D. n. 169 A de 1890, art. 3, § 11; D. n. 370 de 1890, art. 118, § 2 e 201.

a mulher não commerciante sem outorga do marido, o menor ou pessoas semelhantes sem tutor ou curador ;

b) preterindo-se alguma formalidade que a lei exige, sob pena de nullidade ;

c) faltando alguma fôrma ou termo essencial. ¹¹³

Art. 90. São termos essenciaes :

a) a primeira citação pessoal na causa principal e na execução ;

b) a contestação ;

c) a dilação das provas ;

d) a sentença ;

e) a publicação da sentença ;

f) a exhibição inicial dos instrumentos do contracto nos casos em que a lei a considera essencial para a admissão da acção em juizo ;

g) a citação da mulher, quando a acção ou execução versar sobre bens de raiz ;

h) a penhora ;

i) a liquidação ;

j) a avaliação ;

k) os editaes para a arrematação com o prazo legal e designação do dia da arrematação ;

l) a arrematação em dia e logar annunciados, com publicidade, presidida pelo juiz, sendo feita pelo preço maior que o da avaliação ou adjudicação. ¹¹⁴

Art. 91. As nullidades insuppriveis podem ser allegadas em qualquer tempo e instancia, e annullam o processo desde o termo em que se deram. ¹¹⁵

Art. 92. Consideram-se sómente insuppriveis as seguintes nullidades :

a) a falta de primeira citação ; mas depois da sentença final esta falta só constituirá nullidade sendo invocada pela pessoa contra quem foi proferida a sentença no todo ou em parte, sem ter sido citada, ou pelos seus representantes ;

b) a falta de intervenção do ministerio publico nos processos em que for exigida por lei ou em que não intervier como parte meramente accessoria ;

¹¹³ R. n. 737, art. 672.

¹¹⁴ R. n. 737, art. 673.

¹¹⁵ R. n. 737, art. 674.

c) a falta de competencia do juiz, que houver julgado a acção, si a sua jurisdicção não for susceptivel de prorrogação;

d) o emprego de processo especial para o caso em que a lei não o admitta.

A substituição do processo ordinario ao summario, não sendo impugnada na contestação, em caso algum se considerará nullidade que possa ser invocada pela parte.¹¹⁶

Art. 93. As nullidades suppriveis, salvo as que resultarem da falta de algum termo essencial, reputar-se-hão suppridas, si as partes não as arguirem no momento em que occorrerem, ou quando lhes competir contestar, allegar afinal ou embargar a sentença.¹¹⁷

Art. 94. Deve o juiz ou supprir ou pronunciar a nullidade, logo que as partes as arguirem pelo modo determinado no artigo antecedente.

Serão suppridas as nullidades, quando os actos e termos posteriores são independentes e não ficam prejudicados por ella; devem, porém, ser pronunciadas, quando pelo contrario ellas influem sobre os actos posteriores.¹¹⁸

Art. 95. Si o erro do processo provier da falta de procuração da mulher casada ou de ter intervindo no feito procurador não sufficiente, ou por se ter verificado a hypothese prevista no art. 4, o juiz, antes de proferir sentença, assignará termo dentro do qual serão exhibidas as necessarias procurações.

§ 1.º Si o erro provier de não haver procuração da mulher do réo ou de não ter sido citado o menor, mandará ao autor que faça citar as ditas pessoas, e feitas as citações, procederá no feito, embora as pessoas assim citadas não mandem procurações.

§ 2.º As mesmas nullidades poderão ser suppridas por igual modo ainda na segunda instancia antes de ser dada a sentença.

¹¹⁶ L. n. 221, art. 47, § 1.

¹¹⁷ R. n. 737, art. 675; L. n. 221, art. 47, princ.

¹¹⁸ R. n. 737, art. 676.

§ 3.º Quando, em consequencia de terem sido suppridas taes nullidades, a pessoa de novo citada ou a que trazer procuração sufficiente quizer fazer allegações ou dar testemunhas além das que já foram inquiridas sobre os artigos, poderá a isto ser admittida. ¹¹⁹

Art. 96. As nullidades arguidas, não sendo suppridas ou pronunciadas pelo juiz, importam :

a) a nullidade do processo na parte respectiva, si ellas causaram prejuizo áquelle que as arguiu ;

b) a responsabilidade do juiz. ¹²⁰

Art. 97. Ainda que as nullidades não fossem arguidas no termo competente, e não possam produzir a annullação do processo, deve o Supremo Tribunal Federal pronuncial-as para o effeito sòmente de corrigir o acto e advertir o juiz que o commetteu ou tolerou. ¹²¹

Art. 98. Si as nullidades suppriveis forem em prejuizo de menores e pessoas semelhantes, tem logar a restituição, não obstante o art. 93, e salvo os casos em que a lei expressamente a não admitte. ¹²²

Art. 99. A sentença é nulla :

a) sendo dada por juiz incompetente, suspeito, peitado ou subornado ;

b) sendo proferida contra a expressa disposição da lei.

A illegalidade da decisão, e não dos motivos e enunciados della, constitue esta nullidade :

c) sendo fundada em instrumentos ou depoimentos julgados falsos em juizo competente ;

d) sendo annullado o processo em que ella foi proferida. ¹²³

Art. 100. A sentença pôde ser annullada :

a) por meio de appellação ;

¹¹⁹ Ord.. l. 3, t. 63, §§ 1, 2 e 3.

¹²⁰ R. n. 737, art. 677.

¹²¹ R. n. 737, art. 678.

¹²² P. n. 737, art. 679.

¹²³ P. n. 737, art. 680.

- b) por meio de embargos á execução ;
- c) por meio da acção rescisoria. ¹²⁵

Art. 101. Si o juiz julgar contra o direito da parte, mas não contra direito expresso, a sentença não será por isso nulla. ¹²⁵

Art. 102. A sentença nulla nunca passa em julgado. ¹²⁶

CAPITULO XI

DO BENEFICIO DE RESTITUIÇÃO

Art. 103. Sendo dada contra o menor sentença injusta, embora o processo tenha sido ordenado regularmente, poderá elle pedir e ser-lhe-ha concedida restituição contra a sentença para ser tudo tornado ao estado anterior. ¹²⁷

Art. 104. Si a lesão provier da falta de algum meio de defesa ou prova ou da omissão de algum recurso, o menor será restituído contra a dita falta, e, feita a restituição, emendar-se-ha a sentença, conforme o merecimento dos autos. ¹²⁸

Art. 105. Recebida a petição ou os embargos de restituição, adiar-se-ha a execução da sentença, si já não estiver finda, até que se determine afinal a questão da restituição. ¹²⁹

A execução, porém, não se suspenderá, si a restituição for pedida maliciosamente para protelal-a ou pelo marido por ser a mulher menor. Neste caso a sentença será executada, prestando o exequente caução ou fiança para garantia do menor, si for achado lesão. ¹³⁰

¹²⁴ R. n. 737, art. 681.

¹²⁵ Ord., l. 3, t. 75, § 2.

¹²⁶ Ord. cit., princ.

¹²⁷ Ord., l. 3, t. 41, princ.

¹²⁸ Ord. cit., § 1.

¹²⁹ Ord. cit., § 4.

¹³⁰ Ord. cit., § 5.

Art. 106. Nas acções reaes pôde o menor usar do beneficio de restituição, ainda que o autor já se ache mettido na posse da coisa demandada. ¹³¹

Art. 107. A restituição pôde ser requerida até quatro annos depois da maioridade, e ainda depois, si houve impedimento legitimo. ¹³²

O supplemento de idade e o casamento aos 20 annos equivalem à maioridade. ¹³³

Art. 108. A restituição tem logar em todas as causas ordinarias ou summarias, petitorias ou possessorias, e prevalece ainda contra igual privilegiado. ¹³⁴

Art. 109. Pôde ser pedida por acção ou embargos; mas em caso algum se concederá mais de uma restituição, nem será o menor restituído contra a disposição da lei ou sem verificar-se lesão. ¹³⁵

Art. 110. Tambem gosam do beneficio de restituição :

a) o louco, o prodigo e as pessoas que por direito são equiparadas ao menor; ¹³⁶

b) os ausentes no exercito em tempo de guerra, e por tal motivo impedidos de comparecer no logar para onde são citados;

c) os ausentes em embaixadas, legações e commissões extraordinarias e temporarias, de qualquer natureza que sejam, cuja duração pôde ser de qualquer modo definida. ¹³⁷

A restituição aproveita aos conjuges, uma vez que um delles seja menor de 20 annos, bem como aos litisconsortes no caso de ser o objecto da demanda coisa individa. ¹³⁸

¹³¹ Ord. cit., § 3.

¹³² Ord. cit., § 6.

¹³³ Ord.. l. 1, t. 98, § 23, l. 3, t. 42, §§ 1 e 3.

¹³⁴ Assento de 30 de agosto de 1779.

¹³⁵ Ord. cit., § 7; Ass. de 15 de setembro de 1696; Ass. de 30 de outubro de 1779.

l. 1, t. 3, t. 41, § 4.

de 21 de outubro de 1811, § 4.

l. 3, t. 42, § 4, t. 80, § 3.

Art. 111. Não gosam de tal beneficio:

- a) os ausentes em embaixadas, legações e commissões ordinarias; ¹³⁹
- b) as viúvas. ¹⁴⁰

TITULO II

DOS PROCESSOS PREPARATORIOS, PREVENTIVOS E ASSECURATORIOS

CAPITULO I

DO ARRESTO E SEQUESTRO

Art. 112. O embargo ou arresto tem lugar:

- a) nos casos expressos em lei;
- b) quando o devedor sem domicilio certo intentar ausentar-se ou vender os bens que possui, ou não pagar a obrigação no tempo estipulado;
- c) quando o devedor domiciliario intentar ausentar-se furtivamente, ou mudar de domicilio sem sciencia dos credores;
- d) quando o devedor domiciliario mudar de estado, faltando aos seus pagamentos, e tentando alienar os bens que possui, ou contrahindo dividas extraordinarias, ou pondo os bens em nome de terceiros, ou commettendo algum artificio fraudulento;
- e) quando o devedor possuidor de bens de raiz intentar alienar-os ou hypothecal-os sem ficar com algum ou alguns equivalentes ás dividas, livres e desembaraçados.

A respeito do devedor commerciante observar-se-ha o disposto no art. 12 da quarta parte desta Consolidação. ¹⁴¹

Art. 113. Para a concessão do embargo é necessario:

- a) prova litteral da divida;

¹³⁹ Alv. cit.

¹⁴⁰ Ass. de 23 de março de 1814.

¹⁴¹ R. n. 737, art. 321; D. n. 848, art. 202.

b) prova litteral ou justificação de algum dos casos de embargo referidos no artigo antecedente. ¹⁴²

Art. 114. A justificação prévia dos casos de embargo é dispensavel e pôde ser supprida por protesto formal de prova em tres dias, depois de effectuado o embargo nos casos :

a) em que a lei concede o embargo ;

b) de urgencia ou inefficacia da medida, si fosse demorada. ¹⁴³

A justificação prévia, quando o juiz aconsiderar indispensavel, pôde ser feita em segredo, verbalmente e de plano, reduzidos a termo os depoimentos das testemunhas. ¹⁴⁴

Art. 115. Pagará as custas em decuplo o requerente do arresto, que tendo protestado fornecer prova no triduo não o fizer, havendo sido, entretanto, effectuada a diligencia. ¹⁴⁵

Art. 116. O mandado de embargo não será executado, mas ficará suspenso:

a) si o devedor offerecer pagamento incontinente ;

b) si apresentar conhecimento de deposito da divida ;

c) si der fiador idoneo. ¹⁴⁶

Art. 117. Para o embargo de bens que estão em poder de terceiro deve o embargante declarar-os especificadamente e designar o nome do terceiro e o logar em que se acham, devendo estas declarações ser insertas no mandado. ¹⁴⁷

Art. 118. O embargo só pôde ser feito em tantos bens quantos bastem para a segurança da divida. ¹⁴⁸

Art. 119. Feito o embargo, serão os bens depositados em poder de terceira pessoa, que assignará o auto respectivo como depositario judicial.

¹⁴² R. n. 737, art. 322 ; D. n. 848, art. 203.

¹⁴³ R. n. 737, art. 323 ; D. n. 848, art. 204.

¹⁴⁴ R. n. 737, art. 324 ; D. n. 848, art. 205.

¹⁴⁵ D. n. 848, art. 206.

¹⁴⁶ R. n. 737, art. 325 ; D. n. 848, art. 207.

¹⁴⁷ R. n. 737, art. 326 ; D. n. 848, art. 208.

¹⁴⁸ R. n. 737, art. 327 ; D. n. 848, art. 209.

Si não houver terceira pessoa, será depositario o devedor, si o credor convier, ou o credor ou qualquer pessoa que elle indicar, sob sua responsabilidade, si o devedor consentir. ¹⁴⁹

Art. 120. Si algum terceiro vier com embargos, dizendo que a cousa é sua, serão os embargos admittidos e processados pela fórma determinada no titulo das execuções. ¹⁵⁰

Art. 121. Quando a opposição de terceiro for relativa sómente a alguns bens e não a todos os embargados, será, a requerimento de alguma das partes, separada a opposição para correr em auto apartado, proseguindo o processo de embargo quanto aos outros bens a respeito dos quaes não versem os embargos de terceiro. ¹⁵¹

Art. 122. O embargo ficará de nenhum effeito :

a) si o embargante o não justificar dentro de tres dias depois de effectuado ;

b) si o embargante não propuzer a acção respectiva dentro de 15 dias.

Este prazo será declarado no mandado de embargo. ¹⁵²

Art. 123. A acção principal deve ser propostâ no mesmo juizo em que se fizer o embargo, salvo si for outro o fóro do domicilio ou do contracto ; neste caso o juiz que proceder ao embargo não tomará conhecimento de qualquer opposição, mas feito o embargo remetterá os autos respectivos ao juiz da causa principal.

Fica entendido que ao juiz do embargo é que compete mandar levantar-o nos casos do art. 122. ¹⁵³

Art. 124. Feito o embargo, poderá o embargado oppor-lhe embargos, cujo conhecimento pertence ao juiz da causa principal, que os mandará contestar no prazo de cinco dias. ¹⁵⁴

¹⁴⁹ R. n. 737, art. 323 ; D. n. 848, art. 210.

¹⁵⁰ R. n. 737, art. 329 ; D. n. 848, art. 211.

¹⁵¹ R. n. 737, art. 330 ; D. n. 848, art. 212.

¹⁵² R. n. 737, art. 331 ; D. n. 848, art. 213.

¹⁵³ R. n. 737, art. 332.

¹⁵⁴ R. n. 737, art. 333 ; D. n. 848, art. 214.

Art. 125. Vindo o embargado com os seus embargos, se assignarão dez dias para a prova, e, tendo arrazoado successivamente o embargado e o embargante no termo de cinco dias cada um, dará o juiz a sentença final. ¹³⁵

Art. 126. Posto que o embargo seja julgado pelo juiz da causa principal, todavia será tratado sempre em processo distincto e separado. ¹³⁶

Art. 127. Fica salvo ao embargado o direito de pedir por acção competente as perdas e damnos que dos embargos lhe resultarem, quando o arresto é requerido com má fé. ¹³⁷

Art. 128. Podem ser embargados todos os bens que podem ser penhorados. ¹³⁸

Art. 129. O embargo, sendo procedente, resolve-se em penhora. ¹³⁹

Art. 130. Quando o embargo se fizer em bens do devedor existente em poder de terceiro, será este intimado dentro de 24 horas ou incontinenti, no caso de urgencia, dando-lhe os officiaes da diligencia contra-fé, ou deixando-a entregue em sua casa á pessoa da familia ou da vizinhança, não sendo elle encontrado, o que será declarado no auto de embargo, sob pena de nullidade. ¹⁴⁰

Art. 131. Cessa o embargo:

a) pelo pagamento ;

b) pela novação ;

c) pela transacção ;

d) decahindo o embargante da acção principal. ¹⁴¹

Art. 132. Pendente a lide póde o autor nos mesmos casos em que tem logar o embargo preparatorio requerel-o, procedendo de conformidade com as disposições deste capitulo. ¹⁴²

¹³⁵ R. n. 737, art. 334 ; D. n. 843, art. 214.

¹³⁶ R. n. 737, art. 336.

¹³⁷ R. n. 737, art. 337 ; D. n. 848, art. 215.

¹³⁸ R. n. 737, art. 339.

¹³⁹ R. n. 737, art. 340 ; D. n. 848, art. 217.

¹⁴⁰ R. n. 737, art. 341 ; D. n. 848, art. 218.

¹⁴¹ R. n. 737, art. 342 ; D. n. 848, art. 219.

¹⁴² R. n. 737, art. 410.

Art. 133. O sequestro ou deposito judicial de coisa litigiosa tem logar :

a) como preparatorio da acção nos casos em que a lei o admite, como no executivo fiscal e no executivo hypothecario ;

b) pendente a demanda sobre coisa movel emprestada ou alugada, si algum terceiro se oppõe dizendo ser sua ; ¹⁶³

c) sobre os fructos e rendimentos do immovel reivindicado, si o réo condemnado appellou da sentença e os dissipa pendente a appellação ; ¹⁶⁴

d) sobre a coisa movel, objecto da acção real ou pessoal, si o réo não possuir bens de raiz que valham tanto quanto a coisa demandada e não der, a requerimento do autor, caução ou fiança para segurança da execução.

Art. 134. Nesta ultima hypothese a satisfação ou sequestro não terá logar, si o autor sabia ao tempo do contracto que o réo não possuia bens de raiz.

O sequestro será levantado, si o autor desistir da demanda ou se ausentar sem deixar procurador. ¹⁶⁵

Art. 135. Ainda que o réo appellante não gaste e consuma os fructos e rendimentos do immovel reivindicado, pôde o autor requerer que sejam inventariados annualmente para virem á arrecadação. ¹⁶⁶

CAPITULO II

DA DETENÇÃO PESSOAL

Art. 136. A detenção pessoal tem logar nos casos seguintes:

a) quando o devedor não domiciliario intenta ausentar-se sem pagar a divida ;

b) quando o devedor domiciliario intenta ausentar-se furtivamente ou mudar de domicilio sem sciencia dos credores ;

¹⁶³ Or.l., l. 4, t. 54, § 1.

¹⁶⁴ Or.l., l. 3, t. 73, § 2.

¹⁶⁵ Ord., l. 3, t. 34, princ. §§ 1 e 5.

¹⁶⁶ Ord., l. 3, t. 73, §

c) quando o devedor contrae dividas e empenhos extraordinarios com manifesta má fé, ou commette outro qualquer artificio fraudulento em prejuizo do credor como si puzer os bens em nome de terceiro, ou alienal-os simuladamente, ou escondel-os. ¹⁶⁷

Art. 137. Para a concessão do mandado de detenção é essencial :

a) prova litteral da divida ;

b) prova litteral ou justificação de algum dos casos determinados no artigo antecedente. ¹⁶⁸

Art. 138. A justificação deve ser produzida em segredo, verbalmente e de plano, reduzindo-se a termo os depoimentos das testemunhas. ¹⁶⁹

Art. 139. Si o caso for tão urgente que fique prejudicada a diligencia por não ser logo praticada, o juiz antes de reduzir a termo a inquirição mandará passar o mandado de detenção, continuando successiva e immediatamente o acto da inquirição. ¹⁷⁰

Art. 140. Suspende-se a execução da detenção :

a) si o devedor prestar fiança judicial ou extra-judicial ;

b) si apresentar conhecimento do deposito da divida ;

c) si quizer pagar-a incontinente. ¹⁷¹

Art. 141. Cessa a detenção:

a) pelo pagamento ;

b) pela fiança ou deposito ;

c) pelo decurso de dous mezes de prisão ;

d) não propondo o credor a acção competente dentro de 10 dias contados da detenção ;

e) pela penhora ou embargo de bens equivalentes á divida. ¹⁷²

Art. 142. Resolve-se a detenção em prisão criminal no caso de pronuncia. ¹⁷³

¹⁶⁷ R. n. 737, art. 343 ; L. n. 221, art. 41, paragrapho unico.

¹⁶⁸ R. n. 737, art. 344.

¹⁶⁹ R. n. 737, art. 345.

¹⁷⁰ R. n. 737, art. 346.

¹⁷¹ R. n. 737, art. 348.

¹⁷² R. n. 737, art. 349.

¹⁷³ R. n. 737, art. 350.

CAPITULO III

DAS VENDAS JUDICIAES

Art. 143. Nos casos expressos em lei, e sempre que o generos ou effeitos embargados, depositados ou penhorados forem de facil deterioração, ou estiverem avariados, ou pela demora da demanda se tornar dispendiosa a sua guarda, o juiz ou *ex officio* nos casos em que lhe compete, ou a requerimento do detentor, depositario ou parte interessada, mandará vendel-os por intermedio de agente de leilão. ¹⁷⁴

Art. 144. Effectuada a venda, será o preço respectivo depositado e ficará subrogado em logar da cousa, e para elle transferidas as penhoras, embargos e quaesquer onus a que a cousa estava obrigada. ¹⁷⁵

CAPITULO IV

DA CONSIGNAÇÃO

Art. 145. A consignação ou deposito em pagamento tem logar :

- a) si o credor recusa o pagamento offerecido ;
- b) si o credor não quer passar quitação ou não a passa com a segurança necessaria e por tantas vias quantas convem ao detentor ;
- c) si ha litigio sobre a divida ;
- d) si a divida é embargada em poder do devedor ;
- e) si a cousa comprada está sujeita a algum onus ou obrigação. ¹⁷⁶

Art. 146. Feito o deposito por mandado do juiz, serão citados :

- a) o credor no caso do artigo antecedente, letras *a* e *b*;

¹⁷⁴ R. n. 737, art. 338.

¹⁷⁵ R. n. 737, art. 359.

¹⁷⁶ R. n. 737, art. 361.

b) os litigantes ou contendores no caso do dito artigo, letra *c* ;

c) os credores conhecidos e desconhecidos no caso do dito artigo, letras *d* e *e*, aquelles pessoalmente e estes por editaes. ¹⁷⁷

Art. 147. Effectuado o deposito com citação das pessoas interessadas, ficam desoneradas e remidas as obrigações pessoaes e os onus reaes.

Todavia a citação edital não prejudica o direito dos credores desconhecidos, que tiverem hypotheca na coisa vendida por tempo certo, designado na lei ou no contracto, enquanto este prazo não expirar. ¹⁷⁸

Art. 148. Si o credor, effectuado o deposito, pedir vista para impugnal-o, ser-lhe-ha concedida por cinco dias. ¹⁷⁹

Art. 149. Os embargos do credor sómente podem consistir :

a) em não ter havido recusa de sua parte (art. 145, letras *a* e *b*) ;

b) em ter sido feito o deposito fóra do tempo e logar do pagamento ;

c) em não ser o deposito integral. ¹⁸⁰

Art. 150. Vindo o credor com os embargos no termo fixado, se assignará uma dilação de dez dias para a prova, e arrazoando successivamente o autor e o réo em cinco dias cada um, serão julgados os embargos afinal. ¹⁸¹

Art. 151. Si os embargos forem julgados provados, será o devedor responsavel pelas despesas do levantamento, salario e custas do deposito no caso do art. 149, letra *a*, e se haverá por não feito o pagamento e ficará o devedor sujeito a todas as despesas no caso do art. 149, letras *b* e *c*.

¹⁷⁷ R. n. 737, art. 394.

¹⁷⁸ R. n. 737, art. 395.

¹⁷⁹ R. n. 737, art. 396.

¹⁸⁰ R. n. 737, art. 397.

¹⁸¹ R. n. 737, art. 398.

Nos referidos casos as perdas e danos acontecidos à coisa depositada são por conta e risco do devedor. ¹⁸²

Art. 152. Si forem julgados não provados os embargos, o credor será condemnado nas custas e serão por sua conta e risco os danos acontecidos à coisa depositada. ¹⁸³

Art. 153. O deposito por conta de quem pertencer será também feito a requerimento da parte, por mandado do juiz e com citação edital, e correrão por conta de quem pertencer as despesas, salarios, perdas e danos. ¹⁸⁴

CAPITULO V

DOS PROTESTOS EM GERAL

Art. 154. Os protestos nos casos determinados em lei, ou quando convierem às partes para conservação e reslva de seus direitos, serão interpostos perante o juiz por uma petição, em a qual a parte recontará o facto e exporá os fundamentos do protesto. ¹⁸⁵

Art. 155. Tomado por termo o protesto, será intimado às partes e interessados, ou pessoalmente, si forem conhecidos e presentes, ou por editaes, si forem desconhecidos ou ausentes. ¹⁸⁶

Art. 156. Estes protestos não serão julgados, não admittem contra-protestos e recursos, e podem ser impugnados, quando delles se prevalecer o protestante nas acções competentes. ¹⁸⁷

CAPITULO VI

DAS HABILITAÇÕES INCIDENTES

Art. 157. Fallecendo qualquer das partes litigantes cessa a instancia da causa e não se proseguirá nella

¹⁸² R. n. 737, art. 399.

¹⁸³ R. n. 737, art. 400.

¹⁸⁴ R. n. 737, art. 402.

¹⁸⁵ R. n. 737, art. 399.

¹⁸⁶ " " 737, art. 391.

¹⁸⁷ " " 737, art. 392.

sem que os herdeiros da parte finada se habilitem ou sejam habilitados. ¹⁸⁸

Art. 158. Si ficarem viuva e herdeiros legítimos, ou sómente herdeiros legítimos, basta que estes, fazendo certo por documentos legaes, o obito e a sua qualidade de herdeiros legítimos ou necessarios, juntem nova procuração e façam citar a parte contraria para a renovação da instancia. ¹⁸⁹

Art. 159. Tambem não será necessaria sentença de habilitação, si, offerecidos os artigos respectivos, a parte os confessar por termo nos autos e não houver opposição de terceiro. ¹⁹⁰

Art. 160. Quando os artigos de habilitação forem offerecidos por aquelles que se querem habilitar, será citada a parte contraria ou seu procurador; será, porém, pessoal como primeira a citação daquelles que devem ser habilitados, quando os artigos forem offerecidos pela parte que os quer habilitar. ¹⁹¹

Art. 161. Os artigos serão offerecidos em audiencia, e nella se assignará o termo de cinco dias para a contestação, findo o qual terá logar a dilação das provas por dez dias; com as provas produzidas serão os autos conclusos independentemente de mais allegações. ¹⁹²

Art. 162. O cessionario ou subrogado pôde proseguir na execução sem habilitação, juntando o titulo legal da cessão ou subrogação.

Todavia o cessionario ou subrogado deverá provar sua identidade, quando della se duvidar. ¹⁹³

Art. 163. A habilitação que, por fallecimento de alguma das partes ou por outro motivo for necessaria em

¹⁸⁸ R. n. 737, art. 403.

¹⁸⁹ R. n. 737, art. 404.

¹⁹⁰ R. n. 737, art. 405.

¹⁹¹ R. n. 737, art. 406.

¹⁹² R. n. 737, art. 407.

¹⁹³ R. n. 737, art. 409.

appellação civil pendente do Supremo Tribunal Federal, se processará e julgará pela forma seguinte :

§ 1.º A parte interessada fará petição ao juiz relator do feito declarando o motivo da habilitação, e requerendo a citação de quem for competente em direito para ver offerecer os artigos de habilitação, confessal-os ou contestal-os, e proseguir nos termos ultteriores do incidente.

§ 2.º O secretario, recebendo a petição para cumprir o despacho do juiz relator, cobrará os autos do ministro que os tiver.

§ 3.º Effectuada a citação, serão offerecidos na primeira audiencia do tribunal os artigos de habilitação.

§ 4.º Recebidos os artigos para dar despacho, o juiz relator mandará dar vista por cinco dias à parte contra quem forem offerecidos.

§ 5.º Si esta confessar, o tribunal julgará por sentença a confissão e ficará terminado o incidente.

§ 6.º Si forem contestados os artigos, a parte habilitada terá vista dos autos por cinco dias para a contestação.

§ 7.º Seguir-se-ha a dilação probatoria de dez dias ; e finda esta, irão os autos com vista por cinco dias a cada uma das partes para arrazoarem afinal.

§ 8.º Com as razões ou sem ellas, si não forem apresentadas no prazo legal, o juiz relator passará os autos com o seu *visto* ao primeiro revisor, e este, depois de vel-o, ao segundo.

§ 9.º O ultimo revisor levará os autos à mesa com o seu *visto* e pedido para designação do dia do julgamento.

§ 10. Na sessão designada, feito o relatorio e debattida a causa, será julgada a habilitação por todos os juizes presentes.

§ 11. Julgada a habilitação procedente, proseguir-se-ha no feito para a decisão da materia principal. ¹⁹³

¹⁹³ R. do S. T., art. 119.

TITULO III

DO PROCESSO ORDINARIO

CAPITULO I

DA PROPOSITURA DA ACÇÃO ORDINARIA

Art. 164. A acção ordinaria é competente em todas as causas de valor excedente a 1:000\$, para as quaes não estiver determinada alguma acção especial.¹⁹⁵

Art. 165. A acção ordinaria será iniciada por uma simples petição, que deve conter :

- a) o nome do autor e o do réo ;
- b) o contracto, transacção ou facto de que resultar o direito do autor e a obrigação do réo ;
- c) o pedido com todas as especificações e a estimativa do valor, quando não for determinado ;
- d) a indicação das provas em que se fundar a acção.

Paragrapho unico. As petições iniciaes ou da proposição da acção, bem como as contestações, replicas, embargos, reconvenções, opposições, poderão ser articuladas, quando versarem sobre diversas questões de direito ou factos sobre que devam ser inquiridas testemunhas.¹⁹⁶

Art. 166. Na audiencia, para a qual for o réo citado, deve o autor propôr a acção, offerecendo a mesma petição inicial.¹⁹⁷

Art. 167. Si na seguinte audiencia o autor não propuzer a acção, será o réo absolvido da instancia.¹⁹⁸

Art. 168. Si forem muitos os réos e não puderem ser todos citados para a mesma audiencia, serão accusadas as citações à medida que se fizerem, e a proposição da

¹⁹⁵ R. n. 737, arts. 65 e 719 ; D. n. 848, art. 117.

¹⁹⁶ R. n. 737, art. 65 ; D. n. 848, art. 118.

¹⁹⁷ R. n. 737, art. 68 ; D. n. 848, art. 119.

¹⁹⁸ R. n. 737, art. 71.

acção terá lugar na audiência em que for accusada a ultima citação. ¹⁹⁹

Art. 169. Proposta a acção, na mesma audiência se assignará o termo de dez dias para a contestação. ²⁰⁰

CAPITULO II

DAS EXCEPÇÕES

Art. 170. Nas causas sujeitas à jurisdicção federal só teem lugar as seguintes excepções :

- a) incompetencia;
- b) suspeição. ²⁰¹

Art. 171. As demais excepções dilatorias ou peremptorias constituem materia de defesa e serão allegadas na contestação. ²⁰²

Art. 172. A excepção de suspeição precede à de incompetencia. ²⁰³

Art. 173. Si o réo fizer perante o juiz algum acto por que pareça consentirem sua pessoa, não poderá mais allegar a excepção de suspeição, salvo sobrevindo de novo.

Por pedir vista da petição inicial não se entenderá que o réo consentiu no juizo. ²⁰⁴

Art. 174. O juiz que se reconhecer suspeito em sua consciencia, deverá declarar-se tal, ainda quando não tenha sido recusado. ²⁰⁵

Art. 175. A excepção de suspeição deve ser opposta em audiência e offerecida por advogado. ²⁰⁶

¹⁹⁹ R. n. 737, art. 72; D. n. 848, art. 120.

²⁰⁰ R. n. 737, art. 73; D. n. 848, art. 121.

²⁰¹ D. n. 848, art. 122.

²⁰² D. n. 848, art. 123.

²⁰³ R. n. 737, art. 76; D. n. 848, art. 124.

²⁰⁴ Ord., l. 3, t. 21, princ. §§ 1 e 2.

²⁰⁵ Ord., l. 3, t. 21, § 48.

²⁰⁶ R. n. 737, art. 81; D. n. 848, art. 123.

Art. 176. Si o juiz reconhecer a suspeição, o escrivão officiará ao substituto, declarando-lhe que lhe compete a decisão do feito. ²⁰⁷

Art. 177. Si o juiz não reconhecer a suspeição, ficará o feito suspenso até a decisão della e o escrivão remetterá immediatamente os autos à autoridade competente. ²⁰⁸

Art. 178. Remettidos os autos, e sendo conclusos, decidirá o juiz preliminarmente si é legitima a suspeição. ²⁰⁹

Art. 179. A suspeição é legitima sendo fundada nos seguintes motivos:

- a) inimizade capital ;
- b) amizade intima ;
- c) parentesco por consanguinidade ou afinidade até o segundo grão, segundo o direito civil ;
- d) particular interesse na decisão da causa. ²¹⁰

Art. 180. Não tem logar a suspeição, quando a causa de que procede é procurada de proposito. ²¹¹

Art. 181. As causas de suspeição devem ser concernentes às pessoas do recusado e do recusante, e não basta que se refiram a seus parentes. ²¹²

Art. 182. Não sendo legitima a suspeição, será a parte condemnada nas custas em tresdobro e a causa proseguirá seus termos. ²¹³

Art. 183. Sendo legitima a suspeição, o substituto ouvirá o juiz suspeitado, aprazando-lhe termo razoavel. ²¹⁴

Art. 184. Findo o termo da audiencia, cobrados os autos, sendo mister, seguir-se-ha a dilação das provas, que será de dez dias, e ouvidas as partes no termo de cinco dias, assignados a cada uma dellas, o juiz decidirá definitivamente a suspeição. ²¹⁵

²⁰⁷ R. n. 737, art. 82 ; D. n. 848, art. 129.

²⁰⁸ R. n. 737, art. 83 ; D. n. 848, art. 130.

²⁰⁹ R. n. 737, art. 85 ; D. n. 848, art. 132.

²¹⁰ R. n. 737, art. 86 ; D. n. 848, art. 123.

²¹¹ Ord., l. 3, t. 21, §§ 25 e 26.

²¹² Ord., l. 3, t. 21, § 10.

²¹³ R. n. 737, art. 87 ; D. n. 848, art. 131.

²¹⁴ R. n. 737, art. 88 ; D. n. 848, art. 135.

²¹⁵ R. n. 737, art. 89 ; D. n. 848, art. 136.

Art. 185. Si proceder a suspeição, o juiz pagará as custas e a causa será devolvida ao substituto. Não procedendo a suspeição, proseguirá a causa e a parte pagará as custas. ²¹⁶

Art. 186. Julgada illegitima ou improcedente a suspeição, não poderá a parte vir com outra no mesmo feito, salvo sobrevindo nova causa depois da primeira suspeição. ²¹⁷

Art. 187. A suspeição opposta a algum dos ministros do Supremo Tribunal Federal será processada do seguinte modo:

§ 1.º Si, recusado por alguma das partes, o ministro não se reconhecer suspeito, continuará a officiar no processo, como si não lhe fôra posta suspeição.

O secretario, porém, não continuará a escrever no processo antes de tomar por termo nos autos o requerimento verbal, ou juntar o escripto sobre a suspeição com a final resolução do ministro recusado.

§ 2.º A suspeição opposta por alguma das partes a qualquer dos ministros será deduzida no prazo de cinco dias, a contar da distribuição, por meio de requerimento em que articule especificadamente os factos que forem motivo da suspeição, juntando logo o rol das testemunhas, os documentos que tiver e o conhecimento da respectiva caução.

§ 3.º A suspeição poderá ser opposta depois deste prazo, si a parte justificar que sobrevio de novo.

§ 4.º A suspeição não será admittida, si do processo constar que a parte conhecia anteriormente o fundamento della, ou que depois de conhecida a causa da mesma suspeição, aceitou o ministro recusado.

§ 5.º Autuado e distribuido o requerimento, o relator mandará ouvir o ministro recusado, que responderá no prazo improrogavel de tres dias.

§ 6.º Com a resposta do ministro recusado ou sem ella, quando não for dada no prazo legal, o relator orde-

²¹⁶ R. n. 737, art. 90; D. n. 848, art. 137.

²¹⁷ Ord., l. 3, t. 21, § 12.

nará o processo e inquirirá as testemunhas apresentadas pelo recorrente.

§ 7.º Preenchidas estas formalidades, o relator levará o processo à mesa na primeira sessão, e ali, feito o relatório, discutida a matéria por todos os juizes presentes, decidirão estes à pluralidade de votos, si procede ou não a suspeição.

Durante a discussão e votação o ministro recusado não estará presente à sessão.

§ 8.º Reconhecida a procedencia da suspeição, será nullo o que houver sido processado perante o ministro suspeito e à sua custa reformado.

Não procedendo a suspeição, o recorrente perderá a caução e pagará as custas, que se elevarão ao tresdobro, si não for legitima a causa da recusação.

§ 9.º Quando a parte contraria reconhecer a justiça da suspeição, poderá o tribunal, a requerimento della lançado nos autos, mandar suspender o processo, até que se julgue a suspeição. ²¹⁸

Art. 188. Os escrivães podem ser averbados de suspeitos pelas mesmas causas mencionadas no art. 179.

Posta a suspeição em audiencia, o juiz mandará passar os autos ao seu substituto, e este observará o mesmo processo estabelecido para o conhecimento das suspeições postas aos julgadores, não cabendo, porém, da sentença appellação nem agravo. Tudo o que o escrivão suspeito tiver escripto até lhe ser posta a suspeição será valioso. ²¹⁹

Art. 189. A suspeição não tem logar na execução, salvo a respeito dos embargos de terceiro e das preferencias. ²²⁰

Art. 190. Da excepção de incompetencia se dará vista ao autor por cinco dias para impugnal-a, findos os quaes o juiz a rejeitará ou receberá. ²²¹

²¹⁸ R. do S. T., arts. 112 e segs.

²¹⁹ Ord., l. 3º, t. 23.

²²⁰ R. n. 737, art. 95; D. n. 848, art. 138.

²²¹ D. n. 848, art. 125.

Art. 191. Sendo recebida, será posta em prova com uma dilação de dez dias, depois da qual, conclusos os autos com as provas produzidas e sem mais allegações, o juiz julgará definitivamente.²²²

Art. 192. Sendo rejeitada, se assignará novo termo ao réo para a contestação.²²³

Art. 193. Enquanto pende a excepção de incompetencia, suspende-se todo conhecimento da causa até ser a excepção decidida afinal, ainda que a causa seja summaria e obrigue a deposito.²²⁴

CAPITULO III

DA CONTESTAÇÃO

Art. 194. A contestação deve conter simplesmente a exposição dos motivos e causas que podem illidir a acção.

A ella se devem juntar os documentos em que se funda, salvo as mesmas excepções do art. 16.²²⁵

Art. 195. Na contestação deve o réo inserir, antes da allegação da materia da defesa, a arguição das nullidades de todos os actos e termos que tiverem occorrido até o ponto da contestação.²²⁶

Art. 196. Quando da contestação constar a arguição de nullidade, o juiz, tomando della conhecimento verbal e summario em audiencia, ou mandando que os autos lhe sejam conclusos, supprirá ou pronunciará a nullidade, como for de direito, na fórma do art. 94.²²⁷

Esta disposição tem tambem logar, quando o réo requer absolvição da instancia nos casos do art. 67.²²⁸

²²² D. n. 848, art. 126.

²²³ D. n. 848, art. 127.

²²⁴ Assento de 23 de março de 1786.

²²⁵ R. n. 737, arts. 96 e 721; D. n. 848, art. 132.

²²⁶ R. n. 737, art. 97; D. n. 848, art. 140.

²²⁷ R. n. 737, art. 98.

²²⁸ Ord., l. 3, t. 20, §§ 16, 22 e 24.

Art. 197. Não sendo a contestação offerecida no termo assignado, seguir-se-ha a dilação das provas. ²²⁹

Art. 198. Mas, si o réo allegar legitimo impedimento, será o prazo prorogado por mais cinco dias, findos os quaes pôr-se-ha a causa em prova. ²³⁰

Art. 199. Offerecida a contestação, terá vista por dez dias cada uma das partes, o autor para replicar e o réo para treplicar. ²³¹

Art. 200. Si a contestação, ou replica ou treplica for por negação, a causa ficará logo em prova a requerimento de alguma das partes.

Da mesma fôrma se procederá, quando o autor não replicar ou o réo não treplicar no termo assignado. ²³²

Art. 201. A defesa fundada em litispendencia ou cousa julgada sómente procede, dado o requisito de identidade de cousa, causa e pessoa.

Esta identidade será regulada pelo direito civil.

Considera-se pendente a acção para induzir litispendencia, quando a citação é accusada em audiencia. ²³³

Art. 202. Considera-se a lide contestada depois de offerecidos os artigos de uma e outra parte.

São effeitos da litiscontestação :

a) perpetuar as acções temporaes ; ²³⁴

b) fazer as acções litigiosas, salvo a de dominio, que é litigiosa desde a petição inicial ; ²³⁵

c) sujeitar o réo à condemnação nos fructos e interesses vencidos depois da mesma litiscontestação, ainda que não sejam pedidos. ²³⁶

²²⁹ R. n. 737, art. 99; D. n. 848, art. 141.

²³⁰ R. n. 737, art. 100.

²³¹ R. n. 737, art. 101; D. n. 848, art. 142.

²³² R. n. 737, art. 102.

²³³ R. n. 737, arts. 92 e 93.

²³⁴ Ord., l. 3, t. 4, t. 9 princ., t. 18, § 12.

²³⁵ Ord., l. 3, t. 10, princ. e § 1.

²³⁶ l. 3, t. 66, § 1.

CAPITULO IV

DA RECONVENÇÃO

Art. 203. Si o réo quizer reconvir o autor, proporá a reconvenção simultaneamente com a contestação no mesmo tempo para ella assignado e sem dependencia de prévia citação do autor. ²³⁷

Art. 204. Proposta a reconvenção e offerecida a contestação, se assignará ao autor o termo de quinze dias para a contestação da reconvenção e replica da acção. ²³⁸

Art. 205. Vindo o autor com a referida contestação e replica, se assignará ao réo igual tempo para a replica da reconvenção e treplica da acção, e finalmente dar-se-ha ao autor vista por dez dias para a treplica da reconvenção. ²³⁹

Art. 206. Si o autor ou o réo não offerecer a contestação, replicas e treplicas nos termos assignados, ou ellas forem por negação, seguir-se-ha o que está determinado no capitulo antecedente. ²⁴⁰

Art. 207. Ao autor, allegando legitimo impedimento, se concederá o mesmo favor concedido ao réo no art. 198. ²⁴¹

Art. 208. A reconvenção será julgada conjuntamente com a acção e pela mesma sentença. ²⁴²

Art. 209. A reconvenção induz prorrogação da jurisdicção.

O réo não poderá demandar o autor em juizo diverso daquelle em que é demandado, nem o autor recusar o juiz perante quem demanda o réo. ²⁴³

Art. 210. A reconvenção produzirá sómente o effeito de prorogar a jurisdicção e será processada em auto apar-

²³⁷ R. n. 737, art. 103; D. n. 848, art. 143.

²³⁸ R. n. 737, art. 104; D. n. 848, art. 144.

²³⁹ R. n. 737, art. 105; D. n. 848, art. 146.

²⁴⁰ R. n. 737, art. 106; D. n. 848, art. 146.

²⁴¹ R. n. 737, art. 107.

²⁴² R. n. 737, art. 108; D. n. 848, art. 147.

²⁴³ D. n. 848, art. 148; Ord., l. 30, t. 33, §§ 2 e 3.

tado, si não for intentada com a contestação ou logo depois della e antes da dilação probatoria.²¹¹

Tambem a reconvenção só produzirá o effeito da prorrogação do juizo, si a causa principal for ordinaria e a reconvenção summaria, ou *vice-versa*, devendo cada uma seguir o seu curso proprio, salvo si na segunda hypothese o réo renunciar o privilegio da causa.²¹²

Art. 211. A reconvenção não tem logar nas causas de força, deposito, appellação e nas arbitraes ou executivas.²¹³

Art. 212. O embaixador que demandar outrem durante o tempo da embaixada, poderá ser reconvido pelo réo, salvo :

a) si a demanda for sobre injuria, furto, roubo ou damno que ao embaixador tenha sido feito depois que veio ao paiz ;

b) ou querendo perpetuar a acção temporal.²¹⁴

CAPITULO V

DA AUTORIA

Art. 213. A autoria é o acto pelo qual o réo, sendo demandado, chama a juizo aquelle de quem houve a cousa que se pede.²¹⁵

Art. 214. Compete a autoria sómente aquelle que possuiu em seu proprio nome.²¹⁶

Si o réo possuir em nome alheio, nomeará em juizo a pessoa em cujo nome possuiu, e o autor, querendo proseguir na causa, deverá fazer citar o verdadeiro possuidor, o qual poderá declinar para o juizo do seu fóro.²¹⁷

²¹¹ Ord., l. 3, t. 23, § 1.

²¹² Ord., l. 3, t. 33, § 6.

²¹³ Ord., l. 3, t. 33, §§ 4, 7 e 8.

²¹⁴ Ord., l. 3, t. 4, princ., t. 33, § 5.

²¹⁵ R. n. 737, art. 111 : D. n. 848, art. 149.

²¹⁶ R. n. 737, art. 112 : D. n. 848, art. 150.

²¹⁷ Ord., l. 3, t. 45, § 10.

Art. 215. Si o réo houve a cousa de outrem, requererá a sua citação na audiencia em que for proposta a acção, pena de cessar a responsabilidade do nomeado. ²⁵¹

Art. 216. Si o chamado á autoria morar fóra da séde do juizo, ou em logar incerto, será a causa suspensa até verificar-se a citação pessoal ou edital; si, porém, morar fóra do paiz ou do districto seccional federal, proseguirá a causa, não obstante a expedição da precatoria. O juiz marcará o prazo dentro do qual deve o réo promover essas citações. ²⁵²

Na ultima hypothese, fica salvo ao chamado á autoria o direito de allegar de novo o que lhe convier, quando comparecer em juizo, não lhe prejudicando a sentença, no caso de já estar dada. ²⁵³

Art. 217. Vindo a juizo o chamado á autoria, com elle proseguirá a causa, sem que seja licita ao autor a escolha de litigar com o réo principal ou com o chamado á autoria, e a este declinar do fóro. O chamado á autoria poderá tambem a seu turno chamar a outro, e assim successivamente. ²⁵⁴

Em todo caso, sempre que o feito correr com o réo chamado á autoria, poderá o réo principal ser obrigado a depor aos artigos. ²⁵⁵

Art. 218. O chamado á autoria receberá a causa no estado em que ella se achar, sendo-lhe licito allegar o que convier e juntar documentos. ²⁵⁶

Art. 219. Não vindo a juizo o chamado á autoria no termo que lhe for assignado, será lançado e incumbirá ao réo defender a causa, seguindo-a até a segunda instancia, sob pena de perder o direito de evicção. ²⁵⁷

²⁵¹ Ord., l. 3, t. 45, § 2; R. n. 737, art. 113; D. n. 848, art. 151.

²⁵² R. n. 737, art. 114; D. n. 848, art. 152.

²⁵³ Ord., l. 3, t. 45, princ.

²⁵⁴ Ord., l. 3, t. 44, § 1º, t. 45, § 11; R. n. 737, art. 115; D. n. 848, art. 153.

²⁵⁵ Ord., l. 3, t. 45, § 9.

²⁵⁶ R. n. 737, art. 116; D. n. 848, art. 151.

²⁵⁷ Ord., l. 3, t. 45, § 3.

Art. 220. Si o autor for vencedor, o réo pôde exigir, ou que o chamado á autoria lhe componha a coisa vendida com seu interesse, ou que lhe pague o preço que por ella recebeu, ainda mesmo quando a sentença tenha sido dada injustamente por ignorancia ou malicia do juiz. ²⁵⁸

Não terá logar esta disposição, si o comprador sabia que a coisa vendida era alheia, ou si a coisa pereceu por caso fortuito, ou foi tirada ao comprador ou a qualquer outro possuidor por esbulho, furto ou roubo. ²⁵⁹

No caso de venda mercantil, observar-se-ha o disposto no art. 215 do Cod. Commercial.

Art. 221. A evicção terá logar por acção competente. ²⁶⁰

CAPITULO VI

DA OPPOSIÇÃO

Art. 222. Opposição é a acção do terceiro que intervem no processo para excluir o autor e o réo. ²⁶¹

Art. 223. A opposição corre no mesmo processo simultaneamente com a acção, si é proposta antes de assignada a dilação das provas; si sobrevier depois de assignada a dilação, será tratada em processo separado, sem prejuizo da causa principal. ²⁶²

Art. 224. Para a opposição não é mister citação das partes: o terceiro oppoente, juntando procuração, pedirá vista dos autos, que lhe será continuada por cinco dias, depois da treplica da acção. ²⁶³

Art. 225. Proposta a acção se assignará ao autor e ao réo por seu turno para contestarem e replicarem e ao oppoente para treplicar o termo de dez dias a cada um. ²⁶⁴

²⁵⁸ Ord., l. 3, t. 45, §§ 3 e 5.

²⁵⁹ Ord. cit., § 3.

²⁶⁰ R. n. 737, art. 117.

²⁶¹ R. n. 737, art. 118; D. n. 818, art. 155.

²⁶² R. n. 737, art. 119; D. n. 818, art. 156.

²⁶³ R. n. 737, art. 120; D. n. 818, art. 157.

²⁶⁴ R. n. 737, art. 121; D. n. 818, art. 158.

Art. 226. Afinal arrazoará primeiro o oppoente e depois e successivamente o autor e o réo, e a acção e opposição serão simultaneamente julgadas pela mesma sentença. ²⁶⁷

Art. 227. Si não for recebida a opposição, o oppoente será condemnado nas custas do retardamento em dobro para as partes, posto que tivesse causa de litigar. ²⁶⁸

CAPITULO VII

DO ASSISTENTE

Art. 228. Assistente é aquelle que intervem no processo para defender o seu direito juntamente com o do autor ou réo. ²⁶⁷

Art. 229. Para ser o assistente admittido, é preciso que allegue o interesse apparente que tem na causa, como si é fiador, socio, consenhor da cousa indivisa, vendedor da cousa demandada. ²⁶⁸

Art. 230. O assistente pôde vir a juizo antes ou depois da sentença, mas recebe a causa no estado em que ella se achar, e deve allegar seu direito nos mesmos termos que competem áquelle a quem assiste. ²⁶⁹

Art. 231. O assistente não pôde allegar incompetencia ou suspeição. ²⁷⁰

CAPITULO VIII

DA DILAÇÃO PROBATORIA

Art. 232. Posta a causa em prova, assignar-se-ha na mesma audiencia uma só dilação de vinte dias, e esta dilação correrá independentemente de qualquer citação. ²⁷¹

²⁶⁵ R. n. 737, art. 122; D. n. 848, art. 159.

²⁶⁶ Ord., l. 3, t. 20, § 31.

²⁶⁷ R. n. 737, art. 123; D. n. 848, art. 160.

²⁶⁸ R. n. 737, art. 124; D. n. 848, art. 161.

²⁶⁹ R. n. 737, art. 125; D. n. 848, art. 162.

²⁷⁰ R. n. 737, art. 126; D. n. 848, art. 163.

²⁷¹ R. n. 737, art. 127; D. n. 848, art. 164.

Art. 233. A prova deve ser produzida dentro da dilação probatoria, salvo : ²⁷²

a) nos casos dos arts. 322, 340 e 354 ;

b) em gráo de appellação e nas execuções em que as partes podem juntar documentos, si forem achados de novo. ²⁷³

As partes, porém, não serão admittidas a dar prova de testemunhas na appellação. ²⁷⁴

Art. 234. Si alguma das partes, ou na acção ou na contestação, tiver protestado pelo depoimento da parte contraria, a demora que esta tiver em depôr não prejudica a outra parte. ²⁷⁵

Art. 235. Para ver depôr as testemunhas, serão citadas as partes ou seus procuradores com designação do dia e da hora e bem assim do lugar, si não for o do costume.

Esta citação pôde ser logo feita na mesma audiência em que a causa se põe em prova. ²⁷⁶

Art. 236. O rol das testemunhas com os respectivos característicos será depositado em mão do escrivão 24 horas antes da inquirição, sempre que a parte o requerer. ²⁷⁷

Art. 237. Tendo alguma das partes testemunhas fóra do termo, deverá protestar por carta de inquirição ou na acção ou na contestação, ou em audiência, mas nunca depois de assignada a dilação das provas. Nesse protesto devem ser indicados os artigos ou factos, sobre os quaes serão inquiridas as testemunhas. ²⁷⁸

Art. 238. Na carta de inquirição, além da inserção do protesto e indicação dos artigos ou factos, sobre os quaes deve versar a inquirição, se fará declaração da dilação que o juiz assignar, conforme a distancia e as difficuldades da comunicação. ²⁷⁹

²⁷² Ord., l. 3, t. 54, § 16.

²⁷³ Ord., l. 3, t. 20, § 43, t. 52, § 3, t. 83, § 2, t. 87 princ.

²⁷⁴ Ord., l. 3, t. 83, § 2.

²⁷⁵ R. n. 737, art. 128.

²⁷⁶ R. n. 737, art. 129 ; D. n. 848, art. 165.

²⁷⁷ R. n. 737, art. 130 ; D. n. 848, art. 166.

²⁷⁸ R. n. 737, art. 131 ; D. n. 848, art. 167.

²⁷⁹ R. n. 737, art. 132 ; D. n. 848, art. 168.

Art. 239. A carta de inquirição não pôde ser denegada para dentro ou fóra do paiz sinão nos casos em que a lei não admitte a prova testemunhal. ²⁸⁰

Art. 240. A carta de inquirição para dentro ou fóra do paiz só é suspensiva :

a) havendo accordo das partes por termo nos autos ;

b) quando o contracto ou facto que for objecto principal da demanda tiver acontecido no lugar para o qual se pede carta de inquirição, e ao juiz parecer essa prova necessaria. ²⁸¹

Art. 241. Si a carta de inquirição, quando é suspensiva, não chegar no termo assignado, proseguirá o processo, si a parte o requerer. ²⁸²

Art. 242. Quando a carta de inquirição for suspensiva e vier depois do lançamento, ou quando não for suspensiva, se juntará aos autos com o documento ou com as allegações finaes, ou com as razões de appellação ou com os embargos que forem admissiveis na causa e execução. ²⁸³

Art. 243. Dentro da dilação probatoria serão citadas as partes ou seus procuradores com indicação do dia, hora e lugar para extracção ou conferencia dos traslados e publicas-fôrmas. ²⁸⁴

Art. 244. As dilações para as provas são communs a ambas as partes, excepto nos casos do art. 372 e outros semelhantes. ²⁸⁵

CAPITULO IX

DAS ALLEGAÇÕES FINAES

Art. 245. Na mesma audiencia em que se derem por findas as dilações, a requerimento das partes, assignar-

²⁸⁰ R. n. 737, art. 133.

²⁸¹ R. n. 737, art. 134.

²⁸² R. n. 737, art. 135.

²⁸³ R. n. 737, art. 136.

²⁸⁴ R. n. 737, art. 137 ; D. n. 818, art. 169.

²⁸⁵ R. n. 737, art. 726 ; D. n. 818, art. 331.

se-hão dez dias a cada uma dellas para dizerem afinal por seu advogado, dizendo primeiro o autor e depois o réo. ²⁴⁶

Nas allegações, porém, sobre embargos ou excepções offerecidas pelo réo, fallará este em primeiro lugar e depois o autor. ²⁴⁷

Art. 246. Findo o termo, o escrivão cobrará os autos com razões ou sem ellas, e, sellados e preparados, os fará conclusos ao juiz. ²⁴⁸

Art. 247. Com as razões finaes poderão as partes juntar documentos que não obtiveram durante a dilação, ou aquelles que versarem sobre questões, que de novo tenham occorrido. ²⁴⁹

Neste caso, si os documentos forem apresentados pelo advogado que arrazoou por ultimo, continuar-se-ha vista dos autos ao advogado que primeiro arrazoou para dizer sobre elles.

Art. 248. Nas allegações finaes deverão as partes accumular todos os requerimentos que lhes convierem, e, si requererem deixando de arrazoar, será o feito concluso sem novo termo para as allegações e independente de lançamento. ²⁵⁰

Art. 249. Si houver litisconsortes, dirão afinal todos por um só advogado dentro do mesmo termo. ²⁵¹

Art. 250. Si houver assistente à causa, este fará a sua allegação por advogado no mesmo termo conjuntamente com a parte a quem assiste. ²⁵²

Art. 251. O oppoente terá um termo distincto para allegar. ²⁵³

Art. 252. Ainda que cada uma das partes, autor, réo ou oppoente, tenha constituido dous ou mais advogados,

²⁴⁶ R. n. 737, art. 223 ; D. n. 518, art. 178.

²⁴⁷ Ord., l. 3. t. 20, § 39.

²⁴⁸ R. n. 737, art. 224.

²⁴⁹ R. n. 737, art. 225.

²⁵⁰ R. n. 737, art. 226.

²⁵¹ R. n. 737, art. 227.

²⁵² R. n. 737, art. 228.

²⁵³ R. n. 737, art. 229.

só ser-lhe-ha assignado um termo para as razões finais e não se admittirá mais de um arrazoado por parte de cada uma dellas. ²⁹¹

Art. 253. Concluso, finalmente, o feito, não se abrirá a conclusão a requerimento de alguma das partes, salvo si allegar que houve razão de novo originada depois da conclusão e si tal razão for juridica. Neste caso se lhe assignará o prazo de uma audiencia. ²⁹⁵

CAPITULO X

DO JULGAMENTO

Art. 254. Conclusos os autos para o julgamento, o juiz os examinará e, si entender necessaria alguma diligencia, ainda que não lhe tenha sido requerida nas allegações finais, a poderá ordenar, marcando para isso o prazo conveniente. ²⁹⁶

Art. 255. Entendendo o juiz que a causa se acha em estado de ser decidida, dará a sua sentença definitiva, condemnando ou absolvendo o réo em todo ou parte do pedido, segundo for provado dos autos, devendo a condemnação ser de cousa ou quantia certa, salvo si a quantia, sendo incerta, puder ser liquidada na execução. ²⁹⁷

§ 1.º O juiz julgará segundo o que achar allegado e provado de uma e outra parte, ainda que a consciencia lhe dicte outra cousa, e elle saiba ser a verdade o contrario do que no feito estiver provado. ²⁹⁸

§ 2.º Não julgará quanto ao principal mais do que o pedido pelo autor; deverá, porém, quanto ás custas, fructos e interesses, condemnar no que se mostrar pelo feito que accresceu depois da lide contestada, embora pela parte não lhe seja pedido. ²⁹⁹

²⁹¹ Ord., l. 3, t. 20, § 41.

²⁹⁵ Ord., l. 3, t. 20, § 30.

²⁹⁶ R. n. 737, art. 230; D. n. 818, art. 179.

²⁹⁷ R. n. 737, art. 231.

²⁹⁸ Ord., l. 3, t. 63, princ. e § 1.

²⁹⁹ Ord. cit.

§ 3.º A sentença deve ser clara, summariando o juiz o pedido e a contestação com os fundamentos respectivos, motivando com precisão o seu julgado e declarando, sob a sua responsabilidade, a lei, uso ou estylo em que se funda. ³⁰⁰

§ 4.º A sentença não pôde ser condicional ou alternativa, salvo nos casos em que a lei admitte a alternativa ou a natureza da causa assim o exigir. ³⁰¹

§ 5.º A sentença deve ser escripta e assignada pelo juiz. ³⁰²

Art. 256. O juiz publicará a sua sentença em audiência ou a dará por publicada em mão do escrivão, lavrando este nos autos o termo competente. ³⁰³

Art. 257. Publicada a sentença, o juiz não a poderá mais revogar nos mesmos autos, salvo por meio de embargos de restituição. ³⁰⁴

TITULO IV

DAS PROVAS

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 258. São admissiveis em juizo as provas seguintes:

- a) as escripturas publicas e instrumentos que são como taes considerados pelas leis civis ;
- b) os escriptos particulares ;
- c) a confissão judicial ;
- d) a confissão extrajudicial ;
- e) a promessa ou juramento suppletorio ;
- f) a promessa ou juramento *in litem* ;

³⁰⁰ R. n. 737, art. 232.

³⁰¹ Ord., l. 3, t. 66, § 4. l. 4, t. 13, § 1.

³⁰² Ord., l. 1, t. 1, § 13, t. 6, § 16.

³⁰³ R. n. 737, art. 233.

³⁰⁴ Ord., l. 3, t. 65, princ., t. 66, § 6.

- g) as testemunhas ;
- h) as presumpções ;
- i) os arbitramentos ;
- j) o depoimento da parte ;
- k) a vistoria. ³⁰³

Art. 259. O autor deve provar os factos que servem de base à sua acção, e ordo os factos em que baseia a sua defesa, salvo contestando por negação geral. ³⁰⁴

Art. 260. O que allega direito local, singular, costumeiro ou estrangeiro deve proval-o, mas não o direito commum. ³⁰⁵

Art. 261. Não se pôde provar a negativa de facto ; mas admite prova a negativa que se resolve em affirmativa ou quando é coarctada a certo tempo e lugar. ³⁰⁶

Art. 262. A respeito das provas dos contractos guardar-se-ha o que está disposto nas leis ácerca dos contractos em geral, e de cada um delles em particular. ³⁰⁷

CAPITULO II

DA PROVA DOCUMENTAL

Art. 263. São documentos publicos:

- a) as escripturas feitas por tabelliães ;
- b) os actos judiciaes revestidos das formalidades legais ;
- c) as certidões extrahidas dos autos pelos escrivães, ou dos registres e livros a que as leis dão fô publica pelo official competente ;
- d) os actos authenticos passados em paizes estrangeiros conforme as leis respectivas, competentemente legalisados pelos consules brasileiros. ³⁰⁸

³⁰³ R. n. 737, art. 138 ; D. n. 848, art. 176.

³⁰⁴ Ord., l. 3, t. 53, § 10.

³⁰⁵ Ord., l. 3, t. 53, §§ 7, 8 e 9.

³⁰⁶ Ord., l. 3, t. 53 § 10.

³⁰⁷ R. n. 737, art. 139.

³⁰⁸ Ord., l. 1, t. 78, § 2, l. 3, t. 25, 20 e 50, l. 1, t. 24, § 21, t. 79, §§ 5 e 11, l. 1, t. 96, § 18, l. 3, t. 52, § 18, l. 3, t. 61, t. 25, § 5 ; R. n. 737, art. 140.

Art. 264. Para serem authenticas e solemnes as escripturas publicas devem preencher os seguintes requisitos:

1.º Ser lavradas pelos tabelliães em livros de notas abertos, numerados, rubricados e encerrados pelas autoridades competentes e devidamente sellados;

2.º Ser o instrumento feito no logar em que o tabellião tem o character de official publico e que este se achasse no exercicio de suas funcções;

3.º Conter :

a) o dia, mez e anno em que são feitas;

b) a declaração da cidade, villa ou logar e da casa onde forem passadas;

c) a declaração de conhecer o tabellião as partes ou de conhecer duas testemunhas dignas de fô, que digam que as conhecem e que assignem o instrumento;

d) declaração de ter sido lido o contracto, depois de escripto, perante as partes e duas testemunhas;

e) resalva no fim da nota, antes das assignaturas, das emendas, entrelinhas, palavras riscadas ou de qualquer cousa que duvida faça;

f) assignatura das partes outorgantes e de duas testemunhas, ao menos;

g) não sabendo escrever qualquer das partes, assignatura de mais outra testemunha, além das duas, que declare assignar a rogo da parte ou partes, que não sabem escrever. ³¹⁴

Art. 265. As escripturas poderão ser lavradas por escreventes juramentados, subscrevendo-as os tabelliães sob a sua inteira responsabilidade.

Exceptuam-se as seguintes, que só pelo proprio tabellião devem ser lavradas:

a) as que contiverem disposições testamentarias;

b) as que forem de doação *causa mortis*;

c) em geral, as que houverem de ser lavradas fóra do cartorio. ³¹²

³¹⁴ .

l. t. 78, §§ 4. 5. 6, 7. l. 80, § 7.

³¹² .

lido 22 de novembro de 1871, art. 78.

Art. 266. As certidões extrahidas das notas publicas ou dos autos pelos tabelliães e escrivães não carecem de conferencia. ³¹³

Art. 267. Constituem prova plena absoluta os documentos publicos e os actos que são considerados como escripturas publicas pelas leis civis. ³¹⁴

Art. 268. A presumpção que a prova plena absoluta induz é extensiva aos terceiros, quanto à existencia do contracto e dos factos e actos certificados no instrumento pelo official publico, por se haverem passado na presença d'elle e das testemunhas. ³¹⁵

Art. 269. Constituem prova plena relativa:

a) os escriptos particulares reconhecidos por quem os passou e assignou ou que os assignou somente; ³¹⁶

b) os escriptos de obrigações e compromissos passados e assignados por pessoas habilitadas para os actos da vida civil, com duas testemunhas; ³¹⁷

c) os instrumentos particulares dos contractos commerciaes e os livros commerciaes nos termos do art. 128 da quarta parte desta Consolidação. ³¹⁸

Art. 270. A presumpção que a prova plena relativa induz é restricta ás partes contractantes e seus herdeiros, e comprehende não só a existencia do contracto e dos actos e factos certificados no instrumento pelo official publico, por se haverem passado na presença d'elle e das testemunhas, mas tambem os actos e factos referidos, narrados ou enunciados, si elles tem relação directa com o contracto.

Em todo caso os actos e factos referidos, narrados ou enunciados fazem prova plena contra aquelle que os refere, narra ou enuncia. ³¹⁹

³¹³ R. n. 737, art. 151.

³¹⁴ R. n. 737, art. 110.

³¹⁵ R. n. 737, art. 143.

³¹⁶ Ord., l. 3, t. 25, § 9, t. 52, § 10.

³¹⁷ L. n. 79 de 23 de agosto de 1892, art. 2.

³¹⁸ R. n. 737, art. 141.

³¹⁹ R. n. 737, art. 144.

Art. 271. A prova plena absoluta ou relativa admite prova em contrario. ³²⁰

Art. 272. Os contractos fóra dos casos em que a lei exige escriptura publica para a sua existencia podem ser provados por escriptos particulares passados na fórmula do art. 269, lettra *b*, qualquer que seja o valor da transacção. ³²¹

Art. 273. Os contractos civis feitos por documentos particulares só valem contra terceiros desde a data do reconhecimento da firma, do registro em notas do tabelião, da apresentação em juizo ou repartições publicas ou do fallecimento de algum dos signatarios. ³²²

Art. 274. Quando um instrumento fizer referencia a outro, não se lhe dará fé, sem que o instrumento referido seja apresentado ou venha incorporado no referente, salvo si o tabellião é o mesmo que fez o primeiro instrumento e portar por fé o que nelle se continha. ³²³

Sendo registrados em livro especial as procurações e documentos que as partes apresentarem, na escriptura publica, deve-se fazer declaração e remissão á folha desse livro com as especificações necessarias, a aprazimento das partes. ³²⁴

Art. 275. Não teem fé em juizo os instrumentos publicos ou particulares, e quaesquer documentos cancellados, raspados, riscados, borrados em logar substancial e suspeito, salvo provando-se que o vicio foi feito pela parte interessada nelle. ³²⁵

Tambem não produzirão effeito os instrumentos publicos ou particulares e quaesquer documentos emendados ou entrelinhados em logar substancial e suspeito, não sendo a emenda competentemente resalvada. ³²⁶

³²⁰ R. n. 737, art. 142.

³²¹ L. n. 79 de 23 de agosto de 1892, art. 2.

³²² L. n. 79 de 1892, art. 3.

³²³ Ord., l. 3, tit. 60, princ.

³²⁴ R. n. 4821 de 22 de novembro de 1887, art. 79, § 3.

³²⁵ R. n. 737, art. 145.

³²⁶ R. n. 737, art. 146.

Art. 276. Si a escriptura publica for suspeita, por ser suspeita a parte que a exhibiu, ou o tabellião que a passou, em razão de ter sido achado em alguma falsidade, não merecerá fé, não sendo corroborada pelas testemunhas nella assignadas, e si estas forem mortas ou estiverem ausentes, por outras testemunhas dignas de confiança ou por outras escripturas publicas. ³²⁷

Art. 277. Si a parte, contra quem for offerecida em juizo alguma escriptura publica, a arguir de falsa, declarando a razão da falsidade e mais circumstancias, o juiz inquirirá o tabellião que fez o dito instrumento, bem como as testemunhas instrumentarias; e, querendo a parte dar mais prova além dessa diligencia, lhe assignará dilação, como o caso for.

Allegando a parte que não póde formar os seus artigos sem ver primeiro o livro de notas, o juiz ordenará o exame no dito livro, ou expedirá carta precatoria para esse fim, si o livro não estiver no districto de sua jurisdicção. ³²⁸

Art. 278. Não merecerá fé o instrumento que contiver proposições contradictorias, nem os instrumentos que forem entre si contrarios, quando offerecidos pela mesma parte, não se podendo conciliar-os com alguma distincção razoavel.

Si, porém, os instrumentos entre si contrarios forem offerecidos por partes diversas, dar-se-ha fé ao que foi feito por notario de mais credito e tenha testemunhas mais fidedignas. ³²⁹

Art. 279. Juntado-se copia, publica-fôrma ou extracto de algum documento original feito sem citação da parte, não farão prova, salvo sendo conferidos com o original na presença do juiz pelo escrivão da causa, ou por outro que for nomeado para tal fim, citada a parte ou seu procurador, lavrando-se termo da conformidade ou differenças encontradas.

Si a parte interessada convier em que seja dispensada

³²⁷ Ord., l. 3, tit. 60, § 3.

³²⁸ Ord., l. 3, t. 60, § 5.

³²⁹ Ord., l. 3, t. 60, § 7.

a conferencia, a cópia, publica-fôrma ou extracto valerá contra ella, mas não contra terceiro. ³³⁰

Nos logares, em que existir um só tabellião de notas, a conferencia e o concerto dos traslados poderão ser feitos com o escrevente juramentado. ³³¹

Art. 280. Perdida uma escriptura publica, a parte interessada poderá fazer extrahir novo traslado do livro de notas, precedendo despacho do juiz e citada a outra parte. ³³²

Art. 281. São inadmissiveis em juizo quaesquer escriptos de obrigações contrahidas no territorio brasileiro, que não forem exarados no idioma do paiz, salvo sendo estrangeiros todos os contractantes, e neste caso deverão ser apresentados competentemente traduzidos em lingua nacional. ³³³

Art. 282. A traducção será feita por interprete publico, e, na sua falta ou impedimento, por um interprete nomeado pelo juiz a aprazimento das partes.

A traducção assim feita tem fé publica. ³³⁴

Art. 283. O original de cópias authenticas, traducções, certidões extrahidas de notas publicas ou autos será exhibido, logo que alguma das partes requerer. ³³⁵

Art. 284. As disposições dos artigos antecedentes são extensivas aos actos authenticos, escriptos de obrigações passados em paiz estrangeiro e a quaesquer documentos e livros escriptos em diversa lingua. ³³⁶

CAPITULO III

DA CONFISSÃO

Art. 285. A confissão sómente cabe, sendo livre, certa, com expressa causa, versando sobre o principal, e não

³³⁰ R. n. 737, art. 153 ; D. n. 848, art. 177.

³³¹ R. n. 4824 de 22 de novembro de 1871, art. 80.

³³² Ord., l. 3, t. 60, § 6.

³³³ R. n. 737, art. 147.

³³⁴ R. n. 737, arts. 148 e 149.

³³⁵ R. n. 737, art. 150 ; D. n. 848, art. 177.

³³⁶ R. n. 737, art. 157.

sobre o accessorio, sendo feita pela parte em pessoa ou por procurador bastante e com poderes especiaes. ³³⁷

Art. 286. E' indivisivel para não ser acceita em parte e rejeitada em parte, si outra prova não houver. ³³⁸

Art. 287. Constitue prova plena relativa, e só pôde ser retractada por erro de facto. ³³⁹

Art. 288. Sana e rivalida o erro da acção e do processo, salvo o prejuizo de terceiro. ³⁴⁰

Art. 289. Não pôde supprir a escriptura publica e particular, quando ella é da essencia ou substancia do contracto. ³⁴¹

Art. 290. Só pôde ser feita pela pessoa que está na livre administração dos seus bens. ³⁴²

Art. 291. Sómente prejudica ao confidente, aos seus herdeiros, e não a terceiro, ainda que seja co-herdeiro, co-obrigado ou socio. ³⁴³

Art. 292. Aquelle que, sendo chamado a depor sob pena de confesso, não comparecer, será havido por tal. ³⁴⁴

Art. 293. A confissão tem logar ou por termo nos autos ou em depoimento ou nas respostas ao juiz. ³⁴⁵

A confissão em artigos só pôde fazer prova, si o advogado apresentar as informações escriptas e assignadas pela parte ou por procurador bastante. ³⁴⁶

Art. 294. A confissão feita por termo nos autos deve ser assignada pela parte que confessa, e, não querendo a parte assignar, suppre-se essa falta, depondo duas ou tres testemunhas sobre a verdade do que no termo se contém, pena de nullidade. ³⁴⁷

³³⁷ R. n. 737, art. 155.

³³⁸ R. n. 737, art. 156.

³³⁹ R. n. 737, art. 157.

³⁴⁰ R. n. 737, art. 158.

³⁴¹ R. n. 737, art. 159.

³⁴² R. n. 737, art. 160.

³⁴³ R. n. 737, art. 161.

³⁴⁴ Ord., l. 3, t. 53, § 13.

³⁴⁵ R. n. 737, art. 162.

³⁴⁶ Ord., l. 1^a, t. 48, § 15, l. 3, t. 50, § 1.

³⁴⁷ Ord., l. 1^a, t. 24, §§ 19 e 20, l. 23, § 5.

Art. 295. Tomada por termo a confissão, o confitente deve ser condemnado por mandado de solvendo.³⁴⁸

Art. 296. A confissão extrajudicial, sendo verbal, só é admissivel nos casos em que a lei não exige a prova litteral. O juiz lhe dará a fé que, conforme o direito, ella merecer.³⁴⁹

Art. 297. A confissão extrajudicial por escripto terá a mesma fé que compete ao instrumento em que for feita.³⁵⁰

Art. 298. Sendo a confissão vaga e equívoca, o juiz mandará que a parte a declare e explique, e, si recusar, será interpretada contra ella.³⁵¹

CAPITULO IV

DO DEPOIMENTO DA PARTE

Art. 299. O depoimento prova plenamente contra quem o faz, mas não a favor, e sómente podem depôr aquelles que estão na livre administração de seus bens.³⁵²

Art. 300. A parte será citada com a comminação de confessa. Si não comparecer ou comparecer e não quizer depôr, será havida por tal.³⁵³

Morrendo, porém, a parte que deve depôr antes de julgar-se a pena comminada, esta não passará a seus herdeiros.³⁵⁴

Art. 301. Para que a parte seja obrigada a depôr é essencial:

a) que os artigos sejam claros, precisos e não contradictorios, não criminosos, não diffamatorios nem meramente negativos;

³⁴⁸ Ord., l. 3, t. 66, § 9.

³⁴⁹ R. n. 737, art. 163.

³⁵⁰ R. n. 737, art. 164.

³⁵¹ R. n. 737, art. 165.

³⁵² R. n. 737, art. 206.

³⁵³ R. n. 737, art. 207.

³⁵⁴ Ord., l. 3, t. 53, § 13.

b) que os artigos versem sobre materia de facto e sobre cousa certa, e pertencente ou connexa com a causa. ³⁵⁵

Art. 302. A parte não pôde ser obrigada a depôr mais de uma vez na mesma causa. ³⁵⁶

Art. 303. Versando o artigo ou artigos sobre facto alheio, a parte poderá pedir tempo razoavel para informar-se e deliberar, e, não se informando sufficientemente, lhe é licito dizer que não sabe. ³⁵⁷

Art. 304. Poderá tambem pedir tempo para deliberar, si se tratar de facto proprio, mas antigo ou muito intrinca-do. ³⁵⁸

CAPITULO V

DA PROMESSA OU JURAMENTO SUPPLETORIO

Art. 305. A promessa ou juramento suppletorio é sómente admissivel nos casos expressos em lei ou nas demandas, cujo valor não exceder a 400\$000. ³⁵⁹

Art. 306. Não pôde ser deferido sinão pelo juiz. ³⁶⁰

Art. 307. Não tem logar ou quando a prova é plena, ou quando não ha prova alguma. ³⁶¹

Art. 308. A recusa da promessa ou juramento importa perempção da acção ou excepção. ³⁶²

Art. 309. Só pôde ser deferido a pessoa conceituada e que tenha razão de saber do facto. ³⁶³

Art. 310. E' susceptivel de impugnação e o juiz pôde rejeital-o. ³⁶⁴

³⁵⁵ R. n. 737, art. 208.

³⁵⁶ Ord., l. 3, t. 53, § 12.

³⁵⁷ Ord., l. 3, t. 53 princ.

³⁵⁸ Ord., l. 3, t. 55, § 1.

³⁵⁹ R. n. 737, art. 166.

³⁶⁰ R. n. 737, art. 167.

³⁶¹ R. n. 737, art. 168.

³⁶² R. n. 737, art. 169.

³⁶³ Ord., l. 3, t. 52, § 2; R. n. 737, art. 170.

³⁶⁴ R. n. 737, art. 171.

Art. 311. Poderá ser revogada a sentença proferida por virtude delle, si apparecer posteriormente escriptura publica que prove a sua falsidade. ³⁶⁵

CAPITULO VI

DA PROMESSA OU JURAMENTO « IN LITEM »

Art. 312. A promessa ou juramento *in litem* tem lugar, quando o réo deixa de restituir ou de apresentar o depositado ou o penhor, ou quando aliena coisa litigiosa, e só pôde ser prestado pela propria parte.

O juramento pôde tambem versar sobre o valor de affeição da coisa maliciosamente alienada pelo executado. ³⁶⁶

Art. 313. O juiz, previamente informado por peritos, fixará a taxa até a qual sómente pôde ser crido o autor ou moderará o valor de affeição, se lhe parecer excessivo. ³⁶⁷

Art. 314. O juramento *in litem* quanto ao valor da coisa não terá lugar, si esse valor já se achar estimado na sentença. ³⁶⁸

CAPITULO VII

DAS TESTEMUNHAS

Art. 315. Podem ser testemunhas todas as pessoas de um e outro sexo que a lei expressamente não prohibe. ³⁶⁹

Art. 316. Não podem ser testemunhas os ascendentes, descendentes, marido, mulher, parente consanguineo ou affim por direito civil até o segundo grão, bem como o menor de 14 annos, o louco e o surdo-mudo. ³⁷⁰

³⁶⁵ Ord., l. 3, t. 52, § 3.

³⁶⁶ Ord., l. 3, t. 83, § 16.

³⁶⁷ R. n. 737, art. 173; Ord., l. 3, t. 83, § 16.

³⁶⁸ Ord., l. 3, t. 83, § 16.

³⁶⁹ Ord., l. 3, t. 56, princ.

³⁷⁰ R. n. 737, art. 177.

Art. 317. O juiz não inquirirá a testemunha que estiver comprehendida em algum dos casos do artigo anterior, e poderá admitir a parte a dar prova a este respeito. ³⁷¹

Todavia o pae ou a mãe podem ser inquiridos em questão relativa á idade do filho, posto que sejam suspeitos. ³⁷²

Art. 318. As testemunhas, embora defeituosas por falta de boa fama, como os condemnados por crime de falsidade, ou suspeitas de parcialidade, como os amigos e inimigos da parte, as suspeitas de peita, como os que recebem dadia ou promessa de dadia para irem depôr, não deixarão de ser inquiridas; mas poderão ser contradictadas e o juiz lhes dará o credito que merecerem. ³⁷³

Art. 319. A parte, que der alguma pessoa por testemunha em seu feito, não a poderá reprovar nesse feito, nem em outro, salvo si allegar razão sufficiente, que de novo houvesse; poderá, porém, impugnar o depoimento, arguindo-o de falso, querendo provar a falsidade. ³⁷⁴

Art. 320. As testemunhas farão a promessa solemne de dizer o que souberem e lhes for perguntado. ³⁷⁵

Art. 321. Devem declarar seus nomes, prenomes, idade, profissão, estado, domicilio ou residencia, si são parentes, em que grão, amigas, inimigas ou dependentes de alguma das partes. ³⁷⁶

Art. 322. Si alguma testemunha houver de ausentar-se, ou por sua avançada idade ou estado valetudinario houver receio de que ao tempo da prova já não exista, poderá, citada a parte, ser inquirida a requerimento dos interessados, aos quaes será entregue o depoimento para delle se servirem quando e como lhes convier.

A requerimento do réo a inquirição pôde ter lugar, ainda fóra destes casos. ³⁷⁷

³⁷¹ Ord., l. 3, t. 56, § 8.

³⁷² Ord., l. 3, t. 56, § 1.

³⁷³ Ord., l. 3, t. 56, § 10. t. 58, princ. §§ 5, 6, 7, 8 e 9.

³⁷⁴ Ord., l. 3, t. 55, § 12.

³⁷⁵ R. n. 737, art. 175.

³⁷⁶ R. n. 737, art. 176.

³⁷⁷ Ord. l. 3, t. 55, §§ 7 e 8. R. n. 737, art. 178.

Art. 323. As testemunhas podem comparecer independentemente de citação; mas, si forem citadas e não comparecerem, serão conduzidas debaixo de vara e o juiz procederá contra ellas conforme o art. 151 da segunda parte desta Consolidação. ³⁷⁸

Art. 324. As testemunhas serão perguntadas ou reperguntadas sobre os factos allegados na acção, contestação, replica e treplica e suas circumstancias, e sòmente sobre esses factos podem depôr. ³⁷⁹

Art. 325. Serão inquiridas de viva voz e publicamente, cada uma de per si, pelas proprias partes que as produzirem ou por seus advogados ou procuradores e reperguntadas e contestadas pela parte contraria, ou por seus advogados ou procuradores; os depoimentos serão escriptos pelo escrivão e rubricados pelo juiz, que assistirá á inquirição para deferir o compromisso ás testemunhas e manter a ordem.

No acto da inquirição poderá o juiz fazer ás testemunhas as perguntas que julgar convenientes. ³⁸⁰

Art. 326. Devem individuar todas as circumstancias principaes do facto, como o logar, o modo, o tempo, e dar a razão de sua sciencia; si são de vista, devem declarar tambem as pessoas que viram, e si são de ouvida a quem ouviram. ³⁸¹

Art. 327. As pessoas que morarem em comarca que não for a séde do juizo serão inquiridas perante o juiz do seu fóro em virtude de carta precatoria. ³⁸²

As pessoas legitimamente impedidas poderão depôr em suas casas. ³⁸³

Art. 328. A obrigação de depôr não dispensa a parte de pagar as despesas de vinda, estada e volta, requerendo a testemunha. ³⁸⁴

³⁷⁸ R. n. 737, art. 180.

³⁷⁹ R. n. 737, art. 179.

³⁸⁰ R. n. 737, art. 181.

³⁸¹ Ord., l. 1, t. 86, § 1.

³⁸² Ord. cit., § 1.

³⁸³ Ord., l. 1, t. 78, § 3, t. 81 e 10.

³⁸⁴ Ord., l. 1, t. 11, § 2, t. 1, 3, t. 86, § 5, t. 55, § 6.

Art. 329. As testemunhas não poderão exceder a 15 para cada artigo, ou a 20, quando for um só artigo ou muitos da mesma substancia. Os depoimentos excedentes serão riscados, de modo que não se possam ler. ³⁸⁵

Art. 330. É inadmissivel a prova testemunhal para prova de contractos que, conforme a lei, só podem ser provados por escripto, ou cujo valor exceder a 400\$000. ³⁸⁶

Art. 331. Qualquer que seja a quantia do contracto, a prova testemunhal é admissivel como subsidiaria ou complementar de outra prova por escripto. ³⁸⁷

Excedendo a quantia do contracto a 400\$, não fica o credor dispensado de satisfazer a exigencia deste artigo com dividir a quantia para pedir sómente a que não excede á taxa legal. ³⁸⁸

Art. 332. A prova testemunhal é tambem admissivel, quando se trata de provar a simulação do contracto. ³⁸⁹

CAPITULO VIII

DAS PRESUNÇÕES

Art. 333. As presumpções legaes são absolutas ou condicionaes. ³⁹⁰

Art. 334. São presumpções legaes absolutas os factos ou actos que a lei expressamente estabelece como verdade, ainda que haja prova em contrario, como a coisa julgada. ³⁹¹

Art. 335. Presumpção legal condicional é o facto ou acto que a lei expressamente estabelece como verdade, enquanto não ha prova em contrario. Estas presumpções

³⁸⁵ Ord., l. 3, t. 55, §§ 2 e 5.

³⁸⁶ R. n. 737, art. 182, § 1.

³⁸⁷ R. n. 737, art. 183.

³⁸⁸ Ord., l. 3, t. 59, § 21.

³⁸⁹ Ord. cit., § 25.

³⁹⁰ R. n. 737, art. 181.

³⁹¹ R. n. 737, art. 185.

dispensam do onus da prova áquelle que as tem em seu favor.³⁹²

Art. 336. Presumpções communs são aquellas que a lei não estabelece, mas se fundam naquillo que ordinariamente acontece.

Estas presumpções devem ser deduzidas pelo juiz, conforme as regras do direito e com prudencia e discernimento.³⁹³

Art. 337. As presumpções communs são admissiveis nos mesmos casos em que o é a prova testemunhal.³⁹⁴

CAPITULO IX

DO ARBITRAMENTO

Art. 338. O arbitramento terá logar nos casos expressos em lei, ou quando o facto do qual depende a decisão final carece do juizo, informação ou avaliação dos homens de arte ou peritos.³⁹⁵

Art. 339. Quando ás partes convier o arbitramento, devem requerel-o na acção, contestação ou allegações finais.³⁹⁶

Art. 340. Proceder-se-ha ao arbitramento na dilação probatoria, sendo anteriormente requerido pelas partes, ou nos casos em que a lei o exige; terá, porém, logar afinal, quando for decretado pelo juiz ou *ex-officio* ou a requerimento das partes.³⁹⁷

Art. 341. A louvação será feita na audiencia aprazada, nomeando cada uma das partes os seus arbitradores em numero igual. Este numero será marcado pelo juiz, salvo si as partes accordarem em um só.³⁹⁸

³⁹² R. n. 737, art. 186.

³⁹³ R. n. 737, art. 187.

³⁹⁴ R. n. 737, art. 188.

³⁹⁵ R. n. 737, art. 189.

³⁹⁶ R. n. 737, art. 190.

³⁹⁷ R. n. 737, art. 191.

³⁹⁸ R. n. 737, art. 192.

Art. 342. Na mesma audiência nomearão as partes o terceiro arbitrador, e, si não accordarem, será a nomeação feita pelo juiz dentre as pessoas propostas por ellas em numero igual.

No caso de revelia de alguma das partes, a nomeação do terceiro se fará sem dependencia de proposta. ³³⁹

Art. 343. Ao juiz compete a nomeação dos arbitradores ou a revelia das partes, ou quando o arbitramento for *ex-officio* ou quando houver segundo arbitramento por divergencia dos tres arbitradores. ³⁴⁰

Art. 344. No mesmo acto e audiencia, depois da louvação das partes ou nomeação do juiz, podem as mesmas partes averbar de suspeito o arbitrador ou arbitradores, louvados ou nomeados.

A suspeição só pôde fundar-se nos motivos declarados no art. 179. ³⁴¹

Art. 345. O juiz na mesma audiencia ou até a seguinte tomará conhecimento verbal e summario da questão, reduzindo a termo a suspeição, interrogatorios, inquirição e mais diligencias a que proceder e dará a sua decisão, da qual não haverá recurso. ³⁴²

Art. 346. Os tres arbitradores consultarão entre si, e o que resolverem por pluralidade de votos será reduzido a escripto pelo terceiro arbitrador, cumprindo ao vencido declarar expressamente as razões de divergencia. ³⁴³

Art. 347. Si nenhum accordo houver e forem os tres arbitradores de opinião diversa, cada um escreverá o seu laudo como entender, dando as razões em que se funda e impugnando os laudos contrarios. ³⁴⁴

Art. 348. O arbitramento, no caso de accordo, ou os laudos, havendo divergencia, serão escriptos em termos claros e precisos, e conforme aos quesitos propostos.

³³⁹ R. n. 737, art. 193.

³⁴⁰ R. n. 737, art. 194.

³⁴¹ R. n. 737, art. 195.

³⁴² R. n. 737, art. 196.

³⁴³ R. n. 737, art. 197.

³⁴⁴ R. n. 737, art. 198.

Os quesitos dos advogados serão apresentados na audiência da louvação, e os do juiz virão insertos ou mencionados no despacho pelo qual for o arbitramento decretado ou aprazado. ⁴⁰⁵

Art. 349. O juiz não é adstricto ao arbitramento, e pôde mandar proceder a segundo no caso de divergencia dos tres arbitradores. ⁴⁰⁶

A requerimento de alguma das partes que mostre ser lesada pelo menos na sexta parte do justo valor da cousa avaliada, o juiz poderá diminuir ou augmentar o arbitramento. ⁴⁰⁷

Art. 350. Nomeados os arbitradores, serão notificados para prestar o compromisso legal.

Si não acceitarem a nomeação, proceder-se-ha a novo arbitramento. ⁴⁰⁸

Art. 351. Prestado o compromisso, si não comparecerem no dia e logar designados ou não derem o laudo, ou concorrerem para que o arbitramento não seja feito no termo assignado, que o juiz prorogará razoavelmente, serão multados de 50\$ a 100\$, e pagarão as custas do retardamento e despesas do novo arbitramento, ao qual se procederá, nomeando o juiz o arbitrador ou arbitradores em logar dos que faltarem. ⁴⁰⁹

Art. 352. Todavia será transferido o dia do arbitramento ou prorogado o termo para elle assignado e não haverá logar a disposição do artigo antecedente, si a parte contraria concordar na transferencia ou prorrogação. ⁴¹⁰

Art. 353. O juiz deve denegar o arbitramento, quando o facto depende sómente do testemunho commum, e não do juizo especial de peritos, ou quando delle não depende a decisão da causa. ⁴¹¹

⁴⁰⁵ R. n. 737, art. 199.

⁴⁰⁶ R. n. 737, art. 200.

⁴⁰⁷ Ord., l. 3, t. 17, §§ 3 e 6.

⁴⁰⁸ R. n. 737, art. 201.

⁴⁰⁹ R. n. 737, art. 202.

⁴¹⁰ R. n. 737, art. 204.

⁴¹¹ R. n. 737, art. 205.

CAPITULO X

DA VISTORIA

Art. 354. A vistoria tem logar ou sendo requerida pelas partes, como no arbitramento, ou *ex-officio* ou nos casos prescriptos em lei.⁴¹²

Art. 355. Si a vistoria depender de arbitramento, proceder-se-ha a elle na fôrma indicada nos arts. 338 a 353, com as differenças seguintes :

a) o arbitramento ou os laudos divergentes serão escriptos no auto da vistoria pelos arbitradores ;

b) além dos quesitos escriptos poderão o juiz e as partes dirigir aos arbitradores no acto da vistoria as perguntas convenientes.⁴¹³

Art. 356. A vistoria não tem logar :

a) quando o facto for sômente susceptivel do juizo de peritos ;

b) quando a inspecção ocular for impraticavel em razão da natureza transeunte do facto ;

c) quando ella for desnecessaria á vista das provas ;

d) quando for inutil em relação á questão.⁴¹⁴

Art. 357. O juiz, além das testemunhas do acto, chamará *ex-officio*, ou a requerimento da parte, as testemunhas de facto ou informadoras.⁴¹⁵

Art. 358. A vistoria será reduzida a auto assignado pelo juiz, partes, advogados, arbitradores e testemunhas.⁴¹⁶

⁴¹² R. n. 737, art. 202.

⁴¹³ R. n. 737, art. 210.

⁴¹⁴ R. n. 737, art. 213.

⁴¹⁵ R. n. 737, art. 214.

⁴¹⁶ R. n. 737, art. 215.

TITULO V

DOS PROCESSOS ESPECIAES

CAPITULO I

DA ACÇÃO SUMMARIA

Art. 359. A acção summaria é admissível em todas as causas de valor não excedente a um conto de réis, quando para taes causas não estiver determinada outra acção especial. ⁴¹⁷

Art. 360. A acção summaria será iniciada por uma petição que deve conter além dos nomes do autor e do réo:

a) o pedido com todas as especificações e estimativa do valor, quando este não for determinado, bem como o contracto, transacção ou facto, de que resulte o direito e a obrigação ;

b) a indicação das provas em que se funda a demanda. ⁴¹⁸

Art. 361. Na audiencia para a qual for o réo citado, presente elle, ou apregoado e à sua revelia, o autor ou seu advogado lerá a petição inicial e fê da citação e exhibindo o escripto do contracto e documentos exporá de viva voz a sua intenção e depositará o rol das testemunhas. ⁴¹⁹

Art. 362. Em seguida o réo ou seu advogado fará a defesa oral ou por escripto, exhibindo os documentos que tiver e o rol das testemunhas. ⁴²⁰

Art. 363. Depois da defesa terá logar a inquirição das testemunhas, a qual será concluida na mesma audiencia, salvo impossibilidade ou força maior, podendo o juiz em tal caso marcar audiencia extraordinaria para esse fim.

⁴¹⁷ D. n. 848, art. 181.

⁴¹⁸ R. n. 737, art. 237 ; D. n. 848, art. 182.

⁴¹⁹ R. n. 737, art. 238 ; D. n. 848, art. 183.

⁴²⁰ R. n. 737, art. 239 ; D. n. 848, art. 184.

Os depoimentos das testemunhas serão escriptos por inteiro, podendo as partes perguntal-as e reperguntal-as. ⁴²¹

Art. 364. Findas as inquirições, arrazoando ou requerendo as partes o que lhes convier verbalmente ou por escripto, o juiz fará reduzir a termo circunstanciadamente as allegações e requerimentos oraes, e, autuado esse termo, com a petição inicial, documentos e allegações escriptas, será immediatamente concluso ao juiz. ⁴²²

Art. 365. Conclusos os autos, o juiz procederá, *ex-officio* ou a requerimento das partes, ás diligencias necessarias para julgar afinal, devendo a sentença ser proferida na audiencia seguinte á conclusão do processo, ou das diligencias que houverem sido decretadas.

Si a sentença for de absolvição do pedido, e só houver condemnação de custas para executar, não será necessario extrahir sentença, mas passar-se-ha mandado de penhora para o pagamento dellas. ⁴²³

Art. 366. Esta forma de processo é extensiva a qualquer acção, si as partes assim convencionarem expressamente. ⁴²⁴

Art. 367. Terão o curso summario as causas de sol-dadas, alimentos e de nullidade do casamento e a acção civil para indemnisação de perdas e damnos causados ao autor de obra contrafeita, quando pertença á justiça federal dellas conhecer.

I. Esta ultima acção será demandada no fôro civil, haja ou não procedimento criminal e haja ou não condemnação do contrafactor. No caso de condemnação, o autor fica, porém, dispensado da prova de contrafacção e a acção civil se limitará á liquidação das perdas e damnos. ⁴²⁵

II. As causas de divorcio e de annullação do casamento serão sempre processadas ordinariamente. ⁴²⁶

⁴²¹ R. n. 737, art. 230; D. n. 848, arts. 185 e 188.

⁴²² R. n. 737, art. 241; D. n. 848, art. 186.

⁴²³ R. n. 737, arts. 242 e 244; D. n. 848, art. 187.

⁴²⁴ R. n. 737, art. 245.

⁴²⁵ Ord., l. 3, t. 18, § 6º, t. 3), § 2º; D. n. 181 de 24 de janeiro de 1890, art. 76; L. n. 496 de 1 de agosto de 1898, art. 23.

⁴²⁶ D. n. 181, art. 113.

CAPITULO II

DA ACÇÃO DECENDIAL

Art. 368. Consiste esta acção na assignação judicial de dez dias para o réo pagar, ou dentro delles allegar e provar os embargos que tiver. ⁴²⁷

Art. 369. Compete esta acção ás escripturas publicas e instrumentos que são como taes considerados pelas leis civis, bem como ás sentenças passadas em julgado, quando se demandar por via de acção que nasça dessas sentenças. ⁴²⁸

Art. 370. A acção decendial é incompetente para por ella se demandarem instrumentos illiquidos, ou cujas obrigações são dependentes de factos e condições que carecem de provas além das mesmas escripturas, salvo si esses factos e condições puderem ser provados immediatamente por documentos ou confissão da parte. ⁴²⁹

Art. 371. A acção decendial só tem lugar entre as proprias partes contractantes, e não entre pessoas que succedam em seus direitos, posto que sejam herdeiras. ⁴³⁰

Art. 372. Na audiencia seguinte á citação do réo lhe serão assignados dez dias para pagar ou para dentro delles allegar por via de embargos as excepções e defesa que lhe assistirem. ⁴³¹

Art. 373. As excepções de suspeição e incompetencia do juiz suspendem a assignação de dez dias, a qual sómente terá logar depois de serem as mesmas excepções decididas. ⁴³²

Art. 374. Oppostas as excepções de suspeição e incompetencia, serão julgadas como determinam os arts. 175 e seguintes. ⁴³³

⁴²⁷ R. n. 737, art. 246.

⁴²⁸ Ord., l. 3^a, t. 25, § 28; R. n. 737, art. 247.

⁴²⁹ R. n. 737, art. 248.

⁴³⁰ Ord., l. 3^a, t. 25, § 10; R. n. 737, art. 267.

⁴³¹ R. n. 737, art. 249.

⁴³² R. n. 737, art. 253.

⁴³³ R. n. 737, art. 254.

Art. 375. A proposição da acção rescisoria do contracto não induz litispendencia para a acção de dez dias proveniente do mesmo contracto.

Todavia, havendo já alguma sentença pronunciado a nullidade do contracto, o autor não poderá levantar a importância da execução sem prestar fiança. ⁴³⁵

Art. 376. Findos os dez dias, o escrivão passará certidão de haverem decorrido, e fará os autos conclusos, sellados e preparados com os embargos e provas ou sem elles, si não forem produzidos nos dez dias. ⁴³⁶

Art. 377. Conclusos os autos, si o réo não oppuzer embargos, ou os embargos que oppuzer forem improcedentes por sua materia, o juiz o condemnará, e a sentença será executada, não obstante quaesquer recursos. ⁴³⁶

Art. 378. Si o réo oppuzer embargos relevantes e os provar cumpridamente nos dez dias assignados, o juiz os receberá para dar logar á discussão. ⁴³⁷

Art. 379. Sendo relevantes os embargos oppostos, mas não provados cumpridamente nos dez dias, o juiz os receberá, mas não obstante condemnará o réo, e a sentença será executada, prestando o autor fiança.

Não prestando o autor fiança, será a cousa depositada. ⁴³⁸

Art. 380. Recebidos os embargos com condemnação e extrahida a sentença respectiva ou recebidos sem condemnação, se dará vista ao autor para contestal-os, e proseguirá desde esse termo a causa ordinariamente, conforme o processo estabelecido no título III, capítulo III. ⁴³⁹

Art. 381. Tambem compete esta acção aos escriptos particulares não referidos no art. 369, si forem previamente reconhecidos em juizo pela parte que os tiver escripto e assignado ou sómente assignado. ⁴⁴⁰

⁴³⁵ R. n. 737, art. 255.

⁴³⁶ R. n. 737, art. 256.

⁴³⁷ R. n. 737, art. 257.

⁴³⁸ R. n. 737, art. 258.

⁴³⁹ Ord., l. 3^a, t. 25, princ.; R. n. 737, art. 259.

⁴⁴⁰ R. n. 737, art. 260.

⁴⁴¹ R. n. 737, art. 261.

Art. 382. Si a parte citada para reconhecer em juízo a sua assignatura não comparecer na audiência para que foi citada, ficará esperada para a immediatamente seguinte, e, não comparecendo, será reconhecida a sua assignatura à revelia e logo no mesmo acto assignados os dez dias. ⁴⁴¹

Art. 383. Si a parte comparecer por si ou seu procurador e negar a assignatura, será absolvida da instancia e o autor usará da acção ordinaria ou daquella que lhe competir, depositando previamente as custas da instancia. ⁴⁴²

Art. 384. Si a parte ou seu procurador reconhecer a assignatura, mas negar a obrigação, terá logar, não obstante e no mesmo acto, a assignação de dez dias. ⁴⁴³

Art. 385. Assignados os dez dias, seguir-se-hão quanto aos referidos escriptos, o mesmo processo estabelecido desde o art. 371, para os escriptos referidos no art. 369. ⁴⁴⁴

Art. 386. A' parte citada para reconhecer o escripto particular é licito, antes do reconhecimento, oppôr as excepções de suspeição e incompetencia. ⁴⁴⁵

CAPITULO III

DA ACÇÃO DE DEPOSITO

Art. 387. A acção de deposito é competente somente contra o depositario e não contra seus herdeiros e successores, e para a restituição e entrega do deposito. ⁴⁴⁶

Art. 388. A petição inicial deve consistir em requerer o autor que o réo em 48 horas, que correrão no cartorio e da intimação judicial, entregue, sob pena de prisão, ou o deposito, cuja quantidade e qualidade serão declaradas

⁴⁴¹ R. n. 737, art. 262.

⁴⁴² R. n. 737, art. 263.

⁴⁴³ R. n. 737, art. 264.

⁴⁴⁴ R. n. 737, art. 265.

⁴⁴⁵ R. n. 737, art. 266.

⁴⁴⁶ R. n. 737, art. 263.

circumstanciadamente ou o seu equivalente estimado pelo autor, si não estiver declarado no contracto. ⁴⁵⁷

Art. 389. A petição inicial para ser admissivel será instruida com a escriptura ou escripto de deposito. ⁴⁵⁸

Art. 390. O juiz, previamente informado por peritos, estabelecerá a taxa até a qual poderá ser acceita a declaração do autor, e mandará passar mandado de notificação com o dito prazo e comminação. ⁴⁵⁹

Art. 391. O réo não pôde ser ouvido sem o effectivo deposito do equivalente. ⁴⁶⁰

Art. 392. Effectuado o deposito do equivalente, o réo poderá allegar no termo de cinco dias sómente os seguintes embargos:

a) falsidade;

b) roubo ou perecimento do deposito por caso fortuito ou força maior, succedidos antes da móra. ⁴⁶¹

Art. 393. Vindo o réo com seus embargos, assignar-se-ha uma dilação de dez dias para as provas, finda a qual e depois de arrazoarem o autor e o réo dentro de cinco dias cada um, serão os autos conclusos e o juiz iulgará afinal. ⁴⁶²

Art. 394. Si o réo nada allegar dentro das 48 horas, atuada a petição inicial com a escriptura ou escripto de deposito, fê da citação, declaração do equivalente, nos casos em que tem lugar, e certidão do escrivão de haverem decorrido as 48 horas sem contestação, serão os autos conclusos, e o juiz mandará passar mandado de prisão, ao qual nada obsta sinão o deposito do equivalente. ⁴⁶³

Art. 395. E' licito ao réo, depositado o equivalente, oppôr ao mandado de prisão os embargos do art. 392. ⁴⁶⁴

⁴⁵⁷ R. n. 737, art. 269.

⁴⁵⁸ R. n. 737, art. 270.

⁴⁵⁹ R. n. 737, arts. 173 e 271.

⁴⁶⁰ R. n. 737, art. 272.

⁴⁶¹ R. n. 737, art. 273.

⁴⁶² R. n. 737, art. 274.

⁴⁶³ R. n. 737, art. 275.

⁴⁶⁴ R. n. 737, art. 276.

Art. 396. Julgando o juiz improcedentes os embargos oppostos á notificação, ou o mandado de prisão ou lançado o réo dos embargos por não vir com elles no termo assignado, será entregue ao autor o equivalente depositado por simples mandado, não obstante quaesquer recursos, procedendo-se quanto ás custas como prescreve o art. 365.⁴⁵⁵

Art. 397. Não pôde o depositario reter o deposito a titulo de despesas ou não pagamento da retribuição nem allegar qualquer compensação que não se funde em titulo de deposito.⁴⁵⁶

Art. 398. Si o depositario duvidar da legitimidade da pessoa que pede o deposito por não ser o proprio, mas procurador insufficiente ou herdeiro ou successor não habilitado e legitimo, não pôde todavia reter o deposito; mas requererá a sua transferencia para o deposito publico, citados os interessados.⁴⁵⁷

Art. 399. Aos depositarios tem applicação o art. 141 letra c.

CAPITULO IV

DA REMISSÃO E DA EXCUSÃO DO PENHOR

Art. 400. Depositado o preço da divida por mandado do juiz e com citação do réo, o autor, juntando o conhecimento do deposito e a escriptura ou escripto do contracto, requererá a entrega do penhor.

O processo que compete a esta acção é o mesmo do deposito; mas além dos embargos do art. 392 pôde o réo allegar tambem que a divida não está inteiramente paga.⁴⁵⁸

Art. 401. Vencida a divida a que o penhor serve de garantia, não a pagando o devedor ou não convindo que a venda se faça de commun accordo, terá logar a excusão do penhor.⁴⁵⁹

⁴⁵⁵ R. n. 737, art. 277.

⁴⁵⁶ R. n. 737, art. 278.

⁴⁵⁷ R. n. 737, art. 279.

⁴⁵⁸ R. n. 737, art. 281.

⁴⁵⁹ R. n. 737, art. 282; D. n. 763 de 13 de setembro de 1890, art. 1, paragrapho unico; L. n. 221, art. 11.

Art. 402. O autor, juntando a escriptura do contracto, requererá que seja o réo citado para a avaliação e arrematação do penhor, que será para esse fim depositado. ⁴⁶⁰

Art. 403. Na audiencia para a qual for o réo citado proporá o autor a sua acção, offerecendo a petição inicial e certidão do deposito do penhor; ao réo se concederá vista por cinco dias para a contestação, que sómente pôde consistir em falsidade, pagamento, compensação, novação e transacção. ⁴⁶¹

Art. 404. Findos os cinco dias, serão os autos conclusos e o juiz receberá ou rejeitará *in limine* os embargos. ⁴⁶²

Art. 405. Si forem recebidos, se assignará uma dilação de dez dias para a prova, depois da qual, arrazoando o autor e o réo dentro de cinco dias cada um, serão julgados afinal. ⁴⁶³

Si forem rejeitados *in limine* ou julgados a final não provados, ou si o réo não comparecer na audiencia para a qual foi citado, ou não contestar no tempo assignado, proceder-se-ha á venda do penhor por intermedio do agente de leilões, expedindo-se para esse fim mandado do juiz, do qual deve constar a avaliação. ⁴⁶⁴

Art. 406. Si o preço da venda não bastar para as custas, passar-se-ha mandado de penhora nos termos do art. 365. ⁴⁶⁵

Art. 407. Si o penhor tiver sido constituido com a clausula de ficar vendido ao credor pelo seu justo preço, o credor, vencida a divida, fará citar o devedor para a nomeação de louvados que estimem o preço.

Escolhidos os louvados por ambas as partes e feita a avaliação, o credor ficará com o penhor pelo preço em que for estimado.

⁴⁶⁰ R. n. 737, art. 283.

⁴⁶¹ R. n. 737, art. 284.

⁴⁶² R. n. 737, art. 285.

⁴⁶³ R. n. 737, art. 286.

⁴⁶⁴ R. n. 737, art. 287.

⁴⁶⁵ R. n. 737, art. 288.

E' nullo o penhor, si entre as partes for accordado que fique vendido ao credor pelo preço que este estimar. ⁴⁶⁶

Art. 408. Vencida a divida, no caso de ter o credor a faculdade de vender o penhor, sendo este de grande preço e a divida pequena ou não querendo o credor receber o pagamento, pôde o devedor impedir por intimação judicial a venda do penhor, offerecendo-se a pagar incontinente. E si o credor vender o penhor apesar da intimação judicial, o juiz tornará tudo ao estado anterior. ⁴⁶⁷

CAPITULO V

DAS ACÇÕES POSSESSORIAS

Art. 409. Compete a acção de força espoliativa ao possuidor que foi esbulhado da posse de cousa movei ou immovel, ou aos seus herdeiros contra o autor do esbulho, para que seja condemnado a restituir a cousa e nas perdas e interesses.

Si a acção for intentada dentro de anno e dia contados daquelle em que o esbulho foi commettido, será processada summariamente, segundo as disposições do capitulo I do tit. V ; no caso contrario, seguirá o curso ordinario.

Em um e outro caso não se admite reconvenção nem defesa fundada em dominio. ⁴⁶⁸

Art. 410. Ao esbulhado é permittido recuperar por autoridade propria a sua posse, comtanto que o faça logo, e o juiz apreciará segundo as circumstancias, si o desforço foi ou não immediato. ⁴⁶⁹

Art. 411. Si o esbulhado demandar a pena imposta ao esbulhador, a acção será processada ordinariamente. ⁴⁷⁰

⁴⁶⁶ Ord., l. 4, t. 56, princ., § 1.

⁴⁶⁷ Ord., l. 3, t. 78, § 7.

⁴⁶⁸ Ord., l. 3, t. 78, § 3, l. 4, t. 58, princ., l. 3, t. 33, § 1. 49, § 2, t. 48, princ. e § 1.

⁴⁶⁹ Ord., l. 4, t. 58, § 2.

⁴⁷⁰ Ord., l. 3, t.

Art. 412. Compete a acção de manutenção ao possuidor que é perturbado na sua posse mansa e pacifica contra o autor da turbacção para que della desista e indemnisse o damno causado, comminando-se-lhe pena para o caso de nova violencia.

Tem applicação a esta acção o disposto no 1.^o e no 2.^o *alinea* do art. 109.³⁷¹

Art. 413. O que receia que outrem o queira offender em sua pessoa ou tomar ou occupar as suas cousas, pôde pedir segurança ao juiz por via de mandado prohibitorio que imponha preceito ao autor da ameaça para della abster-se, e lhe commine pena pecuniaria para o caso de desobediencia.³⁷²

Art. 414. Embargado o mandado, o preceito se converterá em citação e a causa seguirá o curso ordinario ou summario, segundo as regras geraes.

CAPITULO VI

DO EMBARGO DE OBRA NOVA

Art. 415. Tem logar o embargo de obra nova, quando alguem construe obra nova que prejudique a servidão de outrem.³⁷³

Art. 416. E' licito ao prejudicado, si o caso for urgente, fazer o embargo extrajudicialmente, lançando pedras na obra : e neste caso recorrerá immediatamente ao juiz para que o ratifique.³⁷⁴

Art. 417. Na petição inicial o autor, declarando qual a obra começada e a servidão que por ella ficará prejudicada, si for concluida, pedirá que o juiz suspenda a edificação, até que conheça do caso e mande demolir o que estiver feito.

O juiz expedirá o mandado de embargo, que será executado por officiaes de justiça á vista da obra, la-

³⁷¹ Ord., l. 3, t. 48.

³⁷² Ord., l. 3, t. 78, § 5.

³⁷³ Ord., l. 1, t. 68, §§ 23 e 25.

³⁷⁴ Ord., l. 3, t. 78, § 4.

vrrando-se auto do estado della, sendo intimados os operarios e o dono para mais não continuarem, sob pena de desobediencia.

Art. 418. Si, antes de ser levantado o embargo, o denunciado proseguir na obra, o juiz, a requerimento do denunciante, mandará desfazer tudo o que de mais se edificou, e tornadas as cousas ao estado anterior tomará então conhecimento do litigio. ⁴⁷⁵

Art. 419. Accusada na primeira audiencia a notificação do mandado e offerecidos es artigos de nunciação, a acção seguirá o curso summario.

Art. 420. Ouvido o denunciante e precedendo as informações necessarias, pôde o juiz conceder licença ao denunciado para continuar a obra, prestando caução de a demolir.

Prestada a caução, expede-se mandado de levantamento do embargo, seguindo a causa os seus termos. ⁴⁷⁶

Art. 421. Julgar-se-ha improcedente o embargo, si a acção não for intentada ou seguida dentro de tres mezes. ⁴⁷⁷

CAPITULO VII

DA ACÇÃO EXECUTIVA

Art. 422. Compete esta acção :

- a) ás custas dos escriptvães e officiaes de justiça ; ⁴⁷⁸
- b) aos honorarios dos advogados e procuradores judiciais ; ⁴⁷⁹
- c) aos honorarios dos medicos e cirurgiões e dividas dos boticarios ; ⁴⁸⁰

⁴⁷⁵ Ord., l. 1, t. 68, § 23, l. 3, t. 78, § 1.

⁴⁷⁶ Regim. de 24 de julho de 1713 ; L. de 22 de setembro de 1828, art. 2, § 1.

⁴⁷⁷ Ord., l. 1, t. 68, § 42.

⁴⁷⁸ Ord., l. 3, t. 24, § 41, t. 24, § 3 ; D. n. 5737 de 2 de setembro de 1871, art. 205.

⁴⁷⁹ D. cit., art. 202.

⁴⁸⁰ Alv. de 22 de janeiro de 1810, § 31 ; L. de 30 de agosto de 1828, art. 5.

d) aos alugueis de casas. ¹⁸¹

Art. 423. Para ser concedido o mandado executivo é essencial que a petição seja instruída com os documentos seguintes :

a) sentença ou despacho que mande pagar as custas e a conta feita pelo contador no caso do artigo anterior, letra a ; ¹⁸²

b) a sentença ou o contracto nos termos do art. 238 da parte 1ª desta Consolidação no caso do artigo anterior, letra b ; ¹⁸³

c) o conhecimento da decima no caso do mesmo artigo, letra c ; ¹⁸⁴

d) nas dividas dos boticarios, as receitas assignadas pelas partes ou pelos facultativos que as fizerem, com declaração do nome do enfermo ou dono da casa para onde foram os medicamentos ; ¹⁸⁵

e) nas dividas dos medicos o arbitramento judicial dos seus honorarios. ¹⁸⁶

Art. 424. Os medicos e cirurgiões, antes que intentem o executivo, requererão a citação do devedor para louvar-se em profissionaes que arbitrem os seus honorarios.

Os referidos arbitradores se regularão não só pelo numero das visitas, sinão tambem pela qualidade da enfermidade e difficuldade do curativo, tempo da cura, trabalho e incommodo do medico, maior ou menor possibilidade do enfermo, usos do logar e mais circumstancias que possam influir na estimativa do honorario.

O recurso interposto da sentença que julgar o arbitramento não suspenderá o executivo. ¹⁸⁷

Art. 425. O mandado executivo deve determinar que o réo pague incontinenti ou que se proceda á penhora nos

¹⁸¹ Ord., l. 4, t. 23, § 3, t. 24, § 1; Alv. de 24 de julho de 1793, § 2.

¹⁸² D. n. 5737, art. 205.

¹⁸³ D. n. 5737, art. 202.

¹⁸⁴ Reg. n. 7051 de 18 de outubro de 1878, art. 37.

¹⁸⁵ Alv. de 22 de janeiro de 1810, § 34.

¹⁸⁶ Alv. cit., § 34.

¹⁸⁷ Alv. cit., § 34.

bens que elle offerecer ou lhe forem achados tantos quantos bastem para pagamento da divida e custas. ⁴⁸⁸

Art. 426. Accusada a penhora, serão assignados seis dias ao réo para allegar seus embargos. ⁴⁸⁹

Art. 427. Si dentro de seis dias o réo não allegar embargos, será a penhora julgada por sentença e se proseguirá nos termos ulteriores, como na execução da sentença.

Todavia, poderá o réo appellar da referida sentença. ⁴⁹⁰

Art. 428. Dentro dos seis dias assignados poderá o réo produzir testemunhas e protestar pelo depoimento da parte. ⁴⁹¹

Art. 429. Com os embargos, documentos e prova testemunhal, si a houver, serão os autos conclusos ao juiz, que receberá ou rejeitará os embargos. ⁴⁹²

Art. 430. Si forem recebidos os embargos, o juiz assignará ao autor cinco dias para contestal-os; depois da contestação, terá logar a dilação das provas, que será de dez dias, e arrazoando o autor e o réo dentro de cinco dias cada um, será a causa julgada afinal. ⁴⁹³

Art. 431. Si forem rejeitados, se procederá na fórma do art. 427. ⁴⁹⁴

Art. 432. Si o réo appellar, não poderá o autor sem fiança receber o pagamento. ⁴⁹⁵

Art. 433. Na acção por aluguel de casa se começará logo pela penhora, a qual recahirá sobre os moveis que na casa existirem e se destinarem á commodidade e uso da habitação. ⁴⁹⁶

⁴⁸⁸ R. n. 737, art. 310 ; D. n. 848, art. 192.

⁴⁸⁹ R. n. 737, art. 311 ; D. n. 848, art. 193.

⁴⁹⁰ R. n. 737, art. 313 ; D. n. 848, art. 193.

⁴⁹¹ R. n. 737, art. 312 ; D. n. 848, art. 194.

⁴⁹² R. n. 737, art. 314.

⁴⁹³ R. n. 737, art. 315; D. n. 848, art. 195.

⁴⁹⁴ R. n. 737, art. 316.

⁴⁹⁵ R. n. 737, art. 317.

⁴⁹⁶ Ord., l. 4, t. 23, § 3º ; Alv. de 24 de julho de 1793, § 2.

Art. 434. A mesma disposição tem lugar, si a casa se achar habitada por outrem que não a pessoa a quem o dono a alugou, não sendo pago o aluguel. ⁴⁹⁷

Art. 435. Provando o réo que já havia pago o aluguel no todo ou em parte, o autor será condemnado a pagar em tresdobro o que for achado não lhe ser devido e serão restituídos ao réo os bens penhorados, bem como a casa para nella morar, querendo, pelo tempo correspondente ao tresdobro. ⁴⁹⁸

CAPITULO VIII

DAS CAUSAS DE DESPEJO DE CASA

Art. 436. A acção de despejo de casa será processada summariamente. ⁴⁹⁹

Art. 437. Na petição inicial, que será instruída com o conhecimento da respectiva decima urbana, o autor requererá, com declaração do motivo, que o réo seja intimado para despejar a casa em 24 horas ou outro termo, pena de ser o despejo effectuado judicialmente.

Art. 438. Intimado o mandado de despejo ao réo, si este não o cumprir em 24 horas, ou no prazo que lhe for marcado, será a notificação julgada por sentença. ⁵⁰⁰

Art. 439. Pedindo o réo vista para embargos á notificação, no caso de estar findo o tempo do contracto, ser-lhe-ha dada em auto apartado, salvo si o réo provar incontinentemente que fez bemfeitorias com o expresso consentimento do senhorio. ⁵⁰¹

Art. 440. Não se admittirá, porém, vista com suspensão do mandado, ainda mesmo que o contracto não se ache findo e o réo tenha feito bemfeitorias autorisadas pelo senhorio nos seguintes casos :

a) si o inquilino não pagar o aluguel no prazo conven-
cionado ou segundo o costume do logar ;

⁴⁹⁷ Ord., l. 4, t. 23, § 3.

⁴⁹⁸ Ord. cit.

⁴⁹⁹ Ord., l. 3, t. 30, § 3.

⁵⁰⁰ Ord., l. 3, t. 30, § 3, l. 4, t. 23, princ., t. 24, § 1.

⁵⁰¹ Ass. de 23 de julho de 1811.

b) si o inquilino usar mal da casa, damnificando-a ou servindo-se della para fins illicitos e deshonestos ;

c) si o dono a quizer renovar ou fazer reparos necessarios, que não possam ser feitos convenientemente, morando nella o inquilino ;

d) quando o dono, por caso novo e que não podia prever ao tempo do contracto, precisar da casa para sua residencia ou de seu filho ou irmão. ⁵⁰²

CAPITULO IX

DA REMISSÃO DO IMMOVEL HYPOTHECADO

SECÇÃO 1ª

DA FORMA DA REMISSÃO

Art. 441. Si o adquirente do immovel hypothecado quizer evitar a excussão, deve notificar para a remissão os credores hypothecarios. ⁵⁰³

Art. 442. Esta notificação deve fazer-se no fóro civil. ⁵⁰⁴

Art. 443. Só é admissivel a dita notificação nos 30 dias posteriores á transcripção. ⁵⁰⁵

Art. 444. O adquirente, denunciando na sua petição inicial a aquisição, e declarando o preço da alienação ou outro que estimar, requererá que se notifiquem os credores hypothecarios para em 24 horas dizerem o que lhes convier sobre a remissão, mediante o preço proposto. ⁵⁰⁶

Art. 445. A notificação effectuar-se-ha no domicilio inscripto, ou por editos, si o credor nelle se não achar. ⁵⁰⁷

⁵⁰² Orl., l. 4, t. 24, princ.; Ass. de 8 de junho de 1816.

⁵⁰³ L. n. 161 A, de 19 de janeiro de 1890, art. 10, § 4; R. n. 370, de 2 de maio de 1890, art. 257.

⁵⁰⁴ R. n. 370, art. 258.

⁵⁰⁵ R. n. 370, art. 259.

⁵⁰⁶ L. n. 161 A, art. 10, § 4; R. n. 370, art. 260.

⁵⁰⁷ L. n. 161 A, art. 10, § 4; R. n. 370, art. 261.

Art. 446. Si os credores não comparecerem ou comparecerem e nada oppuzerem ao preço proposto, o juiz julgará a remissão por sentença, para produzir os seus effectos. ⁵⁰⁸

Art. 447. Comparecendo porém o credor e requerendo que o immovel seja licitado, o juiz mandará proceder á licitação no dia que designar, annuciado por tres editaes consecutivos. ⁵⁰⁹

Art. 448. São admittidos a licitar :

Os credores hypothecarios ;

O adquirente. ⁵¹⁰

Art. 449. A licitação não poderá exceder o quinto da avaliação proposta pelo adquirente. ⁵¹¹

Art. 450. O adquirente será preferido em igualdade de circumstancias. ⁵¹²

Art. 451. A remissão dar-se-ha, ainda não sendo vendida a divida. ⁵¹³

Art. 452. As hypothecas legaes especializadas são resgataveis como as hypothecas especiaes, figurando, pela Fazenda Publica, pela mulher casada e pelo menor ou interdito o procurador da Republica. ⁵¹⁴

Art. 453. A acção de remissão não é necessaria e applicavel, quando o preço da alienação bastar para pagamento da divida hypothecaria, e o credor outorgar e assignar, com o comprador, a escriptura de venda do immovel. ⁵¹⁵

Art. 454. Julgada a remissão, e á vista da sentença della, da qual deve constar o pagamento do preço respectivo, o immovel ficará livre da hypotheca, remida esta e cancellada a inscripção. ⁵¹⁶

⁵⁰⁸ R. n. 370, art. 262.

⁵⁰⁹ L. n. 161 A, art. 40, § 5 ; R. n. 370, art. 263.

⁵¹⁰ L. n. 161 A, art. 40, § 6 ; R. n. 370, art. 264.

⁵¹¹ L. n. 161 A, art. 40, § 9 ; R. n. 370, art. 265.

⁵¹² R. n. 370, art. 266.

⁵¹³ L. n. 161 A, art. 40, § 10 ; R. n. 370, art. 267.

⁵¹⁴ L. n. 161 A, art. 40, § 10 ; R. n. 370, art. 268.

⁵¹⁵ R. n. 370, art. 269.

⁵¹⁶ R. n. 370, art. 270.

SECÇÃO 2ª

DA ACÇÃO DO CREDOR HYPOTHECARIO CONTRA O ADQUIRENTE

Art. 455. Si o adquirente do immovel hypothecado não tratar da remissão deste nos 30 dias depois da transcrição, fica sujeito:

- 1.º Ao sequestro e á execução da acção de que tratam os arts. 113 e seguintes da parte 4ª desta Consolidação.
- 2.º A's custas e despezas judiciais de desapropriação.
- 3.º A' differença do preço da avaliação e alienação.
- 4.º A' acção de perdas e damnos pela deterioração do immovel. ⁵¹⁷

Art. 456. O immovel será penhorado e vendido por conta do adquirente, ainda que este queira pagar, ou depositar o preço da venda ou avaliação, salvo:

- 1.º Si o credor consentir.
- 2.º Si o preço da venda ou avaliação bastar para pagamento da hypotheca.
- 3.º Si o adquirente pagar integralmente a hypotheca. ⁵¹⁸

Art. 457. A avaliação nunca será inferior ao preço da alienação. ⁵¹⁹

Art. 458. Não havendo lançador, será o immovel adjudicado ao adquirente pelo preço da avaliação, qualquer que tenha sido o preço da alienação. ⁵²⁰

Art. 459. Não é licito ao adquirente oppor ao sequestro ou execução da sentença contra elle pronunciada a excepção de excussão ou beneficio de ordem.

Esta disposição é applicavel ao terceiro que constituir hypotheca a favor do devedor. ⁵²¹

⁵¹⁷ L. n. 169 A de 19 de janeiro de 1890, art. 40, § 3; R. n. 370, art. 271.

⁵¹⁸ L. n. 169 A, art. cit.; R. n. 370, art. 272.

⁵¹⁹ L. n. 169 A, art. cit.; R. n. 370, art. 273.

⁵²⁰ R. n. 370, art. 274.

⁵²¹ R. n. 370, art. 275.

Art. 460. Também não é lícito ao adquirente largar ou entregar o immovel; antes responderá sempre pelo resultado da excussão judicial. ⁵²²

Art. 461. Tem acção regressiva contra o vendedor o adquirente:

- 1.º Que soffrer a desapropriação do immovel;
- 2.º Que pagar a hypotheca;
- 3.º Que pagal-a por maior preço que o da alienação por causa da adjudicação, ou da licitação;
- 4.º Que supportar custas e despesas judiciais. ⁵²³

CAPITULO X

REFORMA DE AUTOS PERDIDOS

Art. 462. Declarada a perda dos autos por aquelle em cujo poder se desencaminharam, o escrivão passará certidão dos termos delles em vista do protocollo; e com essa certidão a parte interessada deduzirá os artigos de reforma, citada a outra parte.

Havendo contestação, os artigos serão processados summariamente.

Art. 463. Si os autos se perderam ou queimaram antes de terem sido sentenciados, caberá somente agravo da sentença que os julgar ou não reformalos.

Si ainda não havia sentença definitiva, caberá appellação da sentença de reforma. ⁵²⁴

Art. 464. A petição para a reforma de autos extra-viados no Supremo Tribunal Federal ou na sua secretaria, será apresentada ao presidente do tribunal, e distribuida ao mesmo relator que o tiver sido no feito perdido.

§ 1.º O juiz relator preparará o novo processo até o ponto de dever julgar-se reformado o feito perdido.

§ 2.º No exame do processo pelo relator e revisores, no relatorio, discussão e julgamento se observará o que

⁵²² R. n. 370, art. 276.

⁵²³ L. n. 169 A, art. 10, § 8; R. n. 370, art. 277.

⁵²⁴ Ass. de 23 de maio de 1758.

está prescripto a respeito das appellações, com a differença que julgarão todos os juizes do tribunal, si a ultima decisão do processo reformado for daquellas em que tem voto o tribunal pleno, ou sómente os ministros, que intervieram na ultima sentença do mesmo processo, si a decisão for daquellas em que julgue numero limitado de juizes. ⁵²⁵

Art. 465. Os autos reformados substituirão os originaes, produzindo os seus effeitos legaes. ⁵²⁶

Art. 466. Prevalecerão os originaes, si apparecerem. ⁵²⁷

Art. 467. Os autos serão reformados à custa da parte ou de quem houver dado causa ao extravio. ⁵²⁸

Art. 463. O escrivão, que fizer entrega de autos sem o competente termo no protocollo, perdendo-se os autos, não será admittido a provar que os entregou, e responderá pelas perdas, damnos e custas a que o extravio do feito der logar. ⁵²⁹

DISPOSIÇÃO COMMUN ÀS ACÇÕES SUMMARIAS E ESPECIAES

Art. 469. São extensivas a estas acções as disposições sobre as citações, suspeição, dilação probatoria, provas, allegações finaes e sentenças. ⁵³⁰

TITULO VI

DA EXECUÇÃO

CAPITULO I

DA EXTRACÇÃO DA SENTENÇA

Art. 470. Só será dada à execução a sentença que passou em julgado.

⁵²⁵ R. do S. T., art. 120, princ., §§ 1 e 2.

⁵²⁶ R. do S. T., art. cit., § 3.

⁵²⁷ R. do S. T., art. cit., § 4.

⁵²⁸ R. do S. T., art. cit., § 5.

⁵²⁹ Ord., l. 1, t. 24, §§ 25 e 26.

⁵³⁰ R. n. 737, art. 320.

A sentença appellada, porém, pôde ser executada, quando a appellação só tiver o effeito devolutivo ou for julgada deserta.⁵³¹

Art. 471. A carta de sentença sòmente é necessaria quando a causa excede à alçada do juiz seccional.

Si a causa cabe na alçada, não se extrahe sentença, mas mandado executivo, no qual deve ser inserta a sentença.⁵³²

Art. 472. Tambem não é necessaria a carta de sentença :

a) quando a parte vencida se conforma com a sentença e quer satisfazer a condemnação ;⁵³³

b) nas condemnações de preceito ;⁵³⁴

c) quando a condemnação for só nas custas ;

d) nas causas de suspeição.⁵³⁵

Em todo caso é indispensavel que no mandado expedido para a execução seja transcripta a sentença condemnatoria.⁵³⁶

Art. 473. A carta de sentença será assignada pelo juiz que proferiu a sentença ou pelo que o substituir.⁵³⁷

Si a sentença for do Supremo Tribunal Federal, a respectiva carta será assignada pelo presidente com o relator, competindo ao mesmo presidente o exame e a contagem della e tambem dos traslados, os quaes serão levados à sua presença para este fim.⁵³⁸

Art. 474. Si a sentença for da 1ª instancia, a carta conterá :

a) a autuação ;

b) a petição inicial ;

⁵³¹ Ord., l. 3, t. 25 princ. §§ 1 e 2, t. 73, § 1, l. 3, t. 68, § 3, t. 69, § 5.

⁵³² R. n. 737, art. 476 ; D. n. 848, art. 241.

⁵³³ D. n. 737, art. 477 ; D. n. 848, art. 241.

⁵³⁴ Ord., l. 3, t. 66, § 9, t. 96, § 27 ; D. n. 9549 de 23 de janeiro de 1886, art. 4.

⁵³⁵ Ord., l. 3, t. 21, §§ 20 e 21.

⁵³⁶ D. n. 5737 de 2 de setembro de 1874, art. 70 ; D. n. 9549, art. 4.

⁵³⁷ Ord., l. 1, t. 1, § 13, l. 3, t. 66, § 10, t. 87, § 7.

⁵³⁸ D. n. 5737, art. 68.

- c) a fé da citação ;
- d) a contestação ;
- e) a replica e treplica nas acções ordinarias ;
- f) a sentença e os documentos em que ella se fundar. ⁵³⁹

Art. 475. Nas causas especiaes, nos embargos de terceiro, nos artigos de preferencia, a carta de sentença deverá conter :

- a) o auto de penhora, quando houver ;
- b) os embargos, artigos de preferencia e contestações ;
- c) a sentença e os documentos em que ella se fundar. ⁵⁴⁰

Art. 476. Si a sentença for em grão de appellação, a carta de sentença conterá, além das peças mencionadas :

- a) a interposição da appellação ;
- b) o accordão do Supremo Tribunal Federal e os documentos em que se fundar, si não forem os mesmos em que se fundou a sentença appellada. ⁵⁴¹

Art. 477. Si a sentença for obtida em grão de revisão, sendo denegado o recurso, a carta sómente conterá :

- a) a interposição do recurso ;
- b) o accordão que não o admittiu. ⁵⁴²

Art. 478. Admittido o recurso e confirmada a sentença recorrida, si desta já se houver extrahido sentença antes da remessa dos autos para o Supremo Tribunal Federal, a carta sómente conterá :

- a) a interposição do recurso ;
- b) o accordão do Supremo Tribunal, e os documentos em que se fundar, si forem diversos daquelles em que se fundou a sentença recorrida. ⁵⁴³

Art. 479. Não se tendo extrahido sentença ou sendo reformada a sentença recorrida, a carta conterá, além das peças mencionadas no art. 476:

- a) a interposição do recurso ;

⁵³⁹ D. n. 737, art. 479 ; D. n. 848, art. 242.

⁵⁴⁰ D. n. 848, art. 243.

⁵⁴¹ D. n. 737, art. 481.

⁵⁴² D. n. 737, art. 482.

⁵⁴³ D. n. 737, art. 483.

b) o accordão do Supremo Tribunal e os documentos em que se fundar, si forem diversos daquelles em que se fundou a sentença recorrida. ⁵⁴⁵

Art. 480. Quando as sentenças forem embargadas, a sobre-sentença conterá os embargos e a sentença do desprezo dos mesmos com os documentos a que ella se referir, si forem diversos dos já transcriptos nas sentenças. E si os embargos tiverem sido recebidos, conterá mais a contestação. ⁵⁴⁶

Art. 481. Em qualquer caso, havendo habilitação incidente, a carta deverá tambem conter os artigos de habilitação e a sentença que os julgar com os documentos em que ella se fundar. ⁵⁴⁶

Art. 482. Além das peças mencionadas nos artigos antecedentes, podem as partes juntar como documentos as certidões de outras quaesquer peças que lhes convierem. ⁵⁴⁷

Art. 483. Apresentada a carta de sentença ao juiz competente, este porá o *cumpra-se*, não tendo sido por elle proferida, e será o executado pessoalmente citado para a execução. ⁵⁴⁸

Art. 484. A citação inicial para a execução comprehende todos os actos della até a arrematação. ⁵⁴⁹

CAPITULO II

DO JUIZ E PARTES COMPETENTES PARA A EXECUÇÃO

Art. 485. E' competente para a execução o juiz da causa principal ou o seu successor. ⁵⁵⁰

Art. 486. Si o executado não tem bens na s'ide do juiz da causa principal ou os que tem são insufficientes, expedir-se-ha carta precatória executoria, dirigida ao juiz

⁵⁴⁵ R. n. 737, art. 484.

⁵⁴⁶ R. n. 5787, art. 431.

⁵⁴⁶ R. n. 737, art. 487.

⁵⁴⁷ R. n. 737, art. 488.

⁵⁴⁸ R. n. 737, art. 489.

⁵⁴⁹ Ord., l. 2, t. 53, § 1, l. 3, t. 86, princ., §§ 14, 27 e 28, t. 89, princ.

⁵⁵⁰ R. n. 737, art. 490; D. n. 848, art. 244.

seccional ou local do logar onde forem os bens situados para proceder á penhora, avaliação e arrematação delles. ⁵⁵¹

Art. 487. As cartas executorias deverão conter a autuação, sentença, petição e despacho que a ordena e procuração, tendo o formato das precatorias. ⁵⁵²

Art. 488. Si o executado possui bens no districto seccional da causa principal e em outro, a execução delles não será simultanea, mas successiva, executando-se primeiramente uns e depois outros, salvo si os bens existentes em um e outro districto forem manifestamente insufficientes. ⁵⁵³

Art. 489. Os embargos á execução, em qualquer caso, não poderão ser oppostos sinão perante o juiz da mesma execução. ⁵⁵⁴

Art. 490. A execução compete :

- a) á parte vencedora ;
- b) aos seus herdeiros ;
- c) ao embargado, cessionario e successor singular. ⁵⁵⁵

Art. 491. E' competente a execução contra :

- a) a parte vencida ;
- b) os herdeiros ou successores universaes ;
- c) o fiador ;
- d) o chamado á autoria ;
- e) o successor singular, sendo a acção real ;
- f) o comprador ou o possuidor de bens hypothecados, segurados, alienados em fraude da execução, e em geral contra todos os que recebem causa do vencido, como o comprador da herança ;
- g) todos os que detem os bens em nome do vencido, como o depositario, o rendeiro, o inquilino quanto a esses bens somente ;
- h) o socio ;

⁵⁵¹ R. n. 737, art. 500 ; D. n. 848, art. 249.

⁵⁵² D. n. 5737 de 1874, art. 139.

⁵⁵³ R. n. 737, art. 502 ; D. n. 848, art. 250.

⁵⁵⁴ R. n. 737, art. 501 ; D. n. 848, art. 251.

⁵⁵⁵ R. n. 737, art. 491 ; D. n. 848, art. 245.

c) a mulher casada nos casos em que por direito a sua meação ou os seus bens pessoaes estão sujeitos ás dividas do casal.⁵⁵⁶

A respeito dos bens da mulher casada e do menor commerciante, guardar-se-hia o direito commercial.

Art. 492. A execução da sentença proferida contra o menor se fará nos bens do tutor ou curador que, por sua negligencia, der causa á mesma sentença.

Si o tutor ou curador não tiver bens em que se possa fazer a execução, ella se fará nos bens do juiz que nomeou o dito tutor ou curador.

E si o juiz ou seus herdeiros não tiverem bens, a execução se fará nos bens do menor, ficando a este salvo o direito de haver reparação do damno ou do tutor ou curador, ou do juiz ou seus herdeiros.⁵⁵⁷

Art. 493. Consideram-se alienados em fraude da execução os bens do executado:

a) quando são litigiosos ou sobre elles pende demanda;

b) quando a alienação é feita depois da penhora ou proximaente a ella;

c) quando o possuidor dos bens tinha razão para saber que pendia demanda, e outros bens não tinha o executado por onde pudesse pagar.⁵⁵⁸

Art. 494. São bens litigiosos aquelles sobre que se mover acção real desde a citação inicial ou acção pessoal reipersecutoria, depois da contestação.⁵⁵⁹

Art. 495. Inscriptas as cartas de sentença no registro hypothecario, ficará constituida a hypotheca judicial, a qual recahirá nos immoveis do devedor condemnado, existentes na posse d'elle ou alienados em fraude da sentença que o exequente designar nos respectivos extractos.⁵⁶⁰

⁵⁵⁶ R. n. 737, art. 492; D. n. 818, art. 216.

⁵⁵⁷ Ord., I. 3, t. 41, § 9.

⁵⁵⁸ R. n. 737, art. 494; D. n. 818, art. 217.

⁵⁵⁹ Ord., I. 4, t. 10, princ., §§ 2, 3, 5 e 7.

⁵⁶⁰ D. n. 169 A, de 1890, art. 3, § 11; D. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 201.

Art. 496. Sendo o fiador executado, pôde offerecer à penhora os bens do devedor, si os tiver desembargados ; mas, si contra elles apparecer embargo ou opposição, ou não forem sufficientes, a execução correrá nos próprios bens do fiador até effectivo e real embolso do executado. ⁵⁶¹

Art. 497. No caso de ser executado o fiador, ficará elle subrogado em todos os direitos e acções do exequente contra o devedor para deste haver o que houver pago com todas as custas, interesses e perdas que por causa da fiança tiver recebido. ⁵⁶²

Art. 498. Os bens particulares dos socios não podem ser executados por divida da sociedade, sinão depois de executados todos os bens sociaes. ⁵⁶³

Art. 499. O credor particular de um socio só pôde executar os fundos liquidos, que o devedor possuir na companhia ou sociedade, não tendo este outros bens desembargados, ou si depois de executados, os que tiver não forem sufficientes para o pagamento. ⁵⁶⁴

Art. 500. Tambem não pôde ser executado nenhum navio na sua totalidade por dividas particulares de um comparte ; mas a execução terá logar no valor do quinhão do devedor, sem prejuizo da livre navegação do mesmo navio, prestando os mais compartes fiança idonea. ⁵⁶⁵

CAPITULO III

DAS SENTENÇAS ILLIQUIDAS

Art. 501. A sentença, sendo illiquida, não pôde executar-se sem prèvia liquidação. ⁵⁶⁶

⁵⁶¹ R. n. 737, art. 496 ; D. n. 343, art. 248.

⁵⁶² Ord., l. 3, t. 92.

⁵⁶³ R. n. 737, art. 497.

⁵⁶⁴ R. n. 737, art. 498.

⁵⁶⁵ R. n. 737, art. 499.

⁵⁶⁶ Ord., l. 3, t. 86, § 1.

Art. 502. A liquidação tem lugar :

a) quando a sentença versa sobre fructos e cousas que consistem em peso, numero e medida ;

b) quando a sentença versa sobre interesses, perdas e damnos ;

c) quando a acção é universal ou geral. ⁵⁶⁷

Art. 503. Sendo a sentença illiquida, a primeira citação do executado será para ver offerecer os artigos de liquidação á primeira audiencia do juiz. ⁵⁶⁸

Art. 504. Offerecidos os artigos na audiencia aprazada, o réo contestará no termo de cinco dias, findos os quaes seguir-se-ha a dilação das provas, que será de dez dias, e arrazoando depois e successivamente o liquidante e o liquidado no termo de cinco dias cada um, serão os artigos julgados afinal, devendo o juiz previamente *ex-officio* ou a requerimento das partes proceder ás diligencias necessarias. ⁵⁶⁹

Art. 505. Si na liquidação da sentença se tornar necessario o arbitramento, proceder-se-ha a este de conformidade com o disposto nos arts. 338 e seguintes. ⁵⁷⁰

Art. 506. O juiz executor é obrigado na execução a regular-se pela sentença que se liquida, sem a alterar ou interpretar com offensa do seu genuino sentido. ⁵⁷¹

Art. 507. Proferida a sentença de liquidação, proseguirá a execução, sem dependencia de nova citação pessoal, procedendo-se á penhora e termos ulteriores, como está determinado para as sentenças liquidas. ⁵⁷²

CAPITULO IV

CITAÇÃO PARA A EXECUÇÃO E TEMPO PARA SATISFAZER O JULGADO

Art. 508. No começo da execução o réo deve ser novamente citado, sob pena de nullidade, e esta citação

⁵⁶⁷ R. n. 737, art. 503 ; D. n. 818, art. 2.

⁵⁶⁸ R. n. 737, art. 504 ; D. n. 818, art. 253.

⁵⁶⁹ R. n. 737, art. 505 ; D. n. 818, art. 251.

⁵⁷⁰ D. n. 9519 de 23 de janeiro de 1886, art. 6.

⁵⁷¹ Ass. de 21 de março de 1753.

⁵⁷² R. n. 737, art. 506 ; D. n. 818, art. 255.

considerar-se-ha como feita para todos os termos e actos da execução até à arrematação. ⁵⁷³

Art. 509. A citação inicial deve ser feita ao proprio executado, bem como à sua mulher, si for casado, e a execução versar sobre bens de raiz. ⁵⁷⁴

Art. 510. Quando o réo for condemnado por sentença a entregar coisa certa, deve ser citado para no prazo de dez dias entregar o objecto da condemnação. ⁵⁷⁵

Art. 511. Passado o dito termo, si o executado não entregar a coisa, o juiz mandará passar mandado ou carta de posse em favor do exequente. ⁵⁷⁶

Querendo porém o executado oppor embargos dentro dos dez dias, observar-se-ha o disposto no art. 603.

Art. 512. Si o réo dentro em dez dias não entregar a coisa, por ter sido alienada depois de litigiosa, a sentença será executada contra o terceiro, de cujo poder se tirará a coisa, sem que seja ouvido antes de ser ella depositada. ⁵⁷⁷

Art. 513. E' licito ao exequente em lugar de executar a sentença contra o terceiro, executar o condemnado pelo valor della, si já se achar estimado na sentença, ou requerer o compromisso ou juramento *in litem*, que será prestado e regulado conforme os arts. 312 a 314. ⁵⁷⁸

Art. 514. Si o vencido não tiver com que pague a estimação da coisa que alienou em fraude da execução, será preso até pagar ou até um anno, si antes não pagar. ⁵⁷⁹

Art. 515. Nas acções sobre quantidade de dinheiro ou sobre coisa que se costuma contar, pesar ou medir, sendo a sentença liquida, será o executado citado para

⁵⁷³ Ord., l. 3, t. 86, princ. e § 27; R. n. 737, arts. 47 e 72; D. n. 848, art. 105.

⁵⁷⁴ Ord. cit. § 27; R. n. 737, art. 47; D. n. 848, art. 105.

⁵⁷⁵ R. n. 737, art. 571; D. n. 848, art. 298.

⁵⁷⁶ Ord., l. 3, t. 86, § 15.

⁵⁷⁷ R. n. 737, art. 572; D. n. 848, art. 299.

⁵⁷⁸ R. n. 737, art. 573; D. n. 848, art. 299.

⁵⁷⁹ Ord., l. 3, t. 86, § 15, art. 571; D. n. 848, art. 299.

pagar ou nomear bens á penhora nas 24 horas seguintes á citação. ⁵⁸⁰

Art. 516. A nomeação feita pelo executado não vale, salvo convindo o exequente:

a) si não é feita, conforme a gradação estabelecida para a penhora;

b) si o executado deixa de nomear os bens especialmente hypothecados ou consignados para o pagamento;

c) si o executado nomeia bens situados em outro termo, tendo-os no termo da execução;

d) si os bens nomeados não são livres e desembargados, havendo aliás outros bens nestas circumstancias;

e) si os bens nomeados são manifestamente insufficientes para o pagamento da divida. ⁵⁸¹

Art. 517. Sendo a nomeação feita conforme as disposições do artigo antecedente e por termo nos autos, consideram-se os bens penhorados, e serão depositados, como se dispõe no capitulo seguinte. ⁵⁸²

CAPITULO V

DA PENHORA

Art. 518. Si o executado dentro das 24 horas não pagar, ou não nomear bens á penhora, ou fizer a nomeação contra as regras do art. 516, proceder-se-ha effectivamente á penhora, passando-se mandado. ⁵⁸³

Art. 519. Os officiaes de justiça devem fazer a penhora dentro em cinco dias, sob pena de suspensão ou de prisão, ou de responsabilidade, conforme as circumstancias.

⁵⁸⁰ R. n. 737, art. 597; D. n. 848, art. 256.

⁵⁸¹ R. n. 737, art. 598; D. n. 848, art. 257.

⁵⁸² R. n. 737, art. 599; D. n. 848, art. 258.

⁵⁸³ R. n. 737, art. 510; D. n. 848, art. 259.

Os escrivães passarão certidão á parte do dia e hora em que os mandados de penhora foram dados aos officiaes de justiça.⁵⁸⁴

Art. 520. Póde-se fazer penhora em qualquer lugar em que se achem os bens do executado, ainda que seja dentro das repartições publicas, precedendo precatoria rogatoria ao chefe respectivo, e guardadas as formalidades prescriptas no decreto n. 841 de 12 de outubro de 1851 e no decreto n. 2647 de 1860, arts. 208 e 209, ou as que o Governo pelo Ministerio da Fazenda houver de prescrever.⁵⁸⁵

Art. 521. Si as portas da casa se acharem fechadas, os officiaes não procederão ao abrimto sem expresso mandado do juiz.⁵⁸⁶

Art. 522. Expedido o mandado para o abrimto judicial, os officiaes, na presença de duas testemunhas, abrirão ou arrombarão as portas, gavetas, armarios ou moveis, onde se presume estarem os objectos penhoraveis. Deste procedimento se fará menção no auto de penhora, que deverá ser assignado pelas testemunhas.⁵⁸⁷

Art. 523. No caso de resistencia, ou quando for ella de receiar, lavrado o auto respectivo no primeiro caso, e precedendo inquirição verbal e em segredo no segundo, o juiz requisitará da autoridade local competente a força necessaria para auxiliar aos officiaes de justiça na penhora e prisão do resistente, si tiver havido ou houver resistencia.

O resistente com o auto respectivo e rol das testemunhas será remetido á autoridade competente.⁵⁸⁸

Art. 524. O executado que esconder os bens para não serem penhorados, ou deixar de possuil-os por dolo, será preso até que entregue os bens, ou o seu equivalente, ou até um anno, si antes não entregar.

⁵⁸⁴ Ord., l. 3ª, t. 86, § 21; R. n. 737, art. 511.

⁵⁸⁵ R. n. 737, art. 520.

⁵⁸⁶ R. n. 737, art. 515; D. n. 848, art. 263.

⁵⁸⁷ R. n. 737, art. 516; D. n. 848, art. 263.

⁵⁸⁸ R. n. 737, art. 517; D. n. 818, art. 264.

Para prova da occultação dolosa de bens, o exequente dará, com citação do executado, justificação perante o juiz da execução.

Parapho unico. A pena decretada neste artigo é applicavel ao executado que, não possuindo bens para segurar o juizo, dispõe de quantias recebidas em pagamento de dividas não vencidas. ⁵⁸⁹

Art. 525. A penhora deve ser feita em tantos bens quantos bastem para o pagamento, sob responsabilidade dos officiaes de justiça.

Os officiaes que procederem maliciosamente, não guardando a ordem determinada, incorrem em pena de suspensão. ⁵⁹⁰

Art. 526. Póde ser feita em quaesquer bens do executado, guardada a ordem seguinte :

- a) dinheiro, ouro, prata e pedras preciosas ;
- b) titulos de divida publica e quaesquer papeis de credito do Governo ;
- c) moveis e semoventes ;
- d) bens de raiz ou immoveis ;
- e) direitos e acções.

Entre os immoveis comprehendem-se as embarcações. ⁵⁹¹

Art. 527. A penhora comprehende tambem os rendimentos da coisa penhorada. ⁵⁹²

Art. 528. Não podem ser absolutamente penhorados :

- a) os bens inalienaveis ;
- b) os ordenados e vencimentos dos magistrados e empregados publicos ;
- c) os soldos e vencimentos dos militares ;
- d) as soldadas da gente de mar e salarios dos guardalivros, feitores, caixeiros e operarios ;
- e) os equipamentos dos militares ;

⁵⁸⁹ R. n. 737, art. 525; D. n. 9519 de 23 de janeiro de 1886, art. 13; D. n. 818, art. 268.

⁵⁹⁰ Ord., l. 3^a, t. 86, § 10; R. n. 737, art. 513; D. n. 848, art. 262.

⁵⁹¹ R. n. 737, art. 512; D. n. 818, art. 261.

⁵⁹² Ord., l. 3^a, t. 86, § 1.

os utensilios e ferramentas dos mestres e officiaes de officios mecanicos, que forem indispensaveis ás suas occupações ordinarias ;

g) os materiaes necessarios para as obras ;

h) as pensões, tenças e montepios, inclusive o dos servidores do Estado ;

i) os fundos sociaes pelas dividas particulares do socio ;

j) o que for indispensavel para a cama, vestuario do executado e de sua familia, não sendo precioso ;

k) as provisões de comida que se acharem na casa do executado ;

l) os immoveis, accessorios, material fixo e rodante das estradas de ferro separadamente. ⁵⁹³

Art. 529. São sujeitos á penhora, não havendo absolutamente outros bens :

a) o vestuario que os empregados publicos usam no exercicio das suas funcções ;

b) os livros dos juizes, professores, advogados e estudantes ;

c) as machinas e instrumentos destinados ao ensino, pratica ou exercicio das artes liberaes e das sciencias ;

d) as sementes, animaes e instrumentos dos lavradores, destinados á agricultura ;

e) os fructos e rendimentos de bens inalienaveis ;

f) os fundos liquidos que o executado possuir na companhia ou sociedade commercial a que pertencer ;

g) as letras hypothecarias. ⁵⁹⁴

Art. 530. As apolices da divida publica podem ser penhoradas:

a) por expressa nomeação dos respectivos possuidores ;

b) quando, tendo sido caucionadas, faltarem os possuidores á clausula da caução ;

c) quando tendo sido dadas em garantia do Estado para fiança de exactores e responsaveis da Fazenda Publica.

⁵⁹³ R. n. 737, art. 529; D. n. 848, art. 269; L. n. 169 A de 19 de janeiro de 1890, art. 2º, § 1º, *in fine*.

⁵⁹⁴ Ord. 1. 3, t. 88, § 21; R. n. 737, art. 530; D. n. 848, art. 270, D. n. 169 A de 1890, art. 17 e D. n. 370, art. 333.

Paragrapho unico. Estão sujeitas à penhora as apolices adquiridas em fraude de credores.⁵⁹⁵

Art. 531. E' applicavel ás letras hypothecarias a disposição do ultimo alinea do artigo antecedente, quando também adquiridas em fraude de credores.⁵⁹⁶

Art. 532. Não são sujeitos à penhora os bens da União, dos Estados ou das Camaras Municipaes, bem como as suas rendas, os quaes só devem ser despendidos de accordo com os respectivos orçamentos.⁵⁹⁷

Art. 533. Os bens especificados sob as letras *a* e *b* só podem ser penhorados, verificadas as clausulas ali declaradas :

a) os bens particulares dos socios por dividas da sociedade, depois de executados primeiramente todos os bens sociaes ;

b) os navios, guardadas as disposições das leis commerciaes.⁵⁹⁸

Art. 534. Para que se faça penhora em dinheiro do executado existente em mão do terceiro, é preciso que este o confesse no acto da penhora.⁵⁹⁹

Art. 535. Si o devedor confessar no acto da penhora, assignando o auto respectivo, será havido como depositario, a cuja pena e responsabilidade fica sujeito, si dentro em tres dias, que lhe serão assignados, o não entregar ou depositar.⁶⁰⁰

Art. 536. Si o devedor depositar ou entregar a quantia confessada, se considerará desobrigado.⁶⁰¹

Art. 537. Os devedores do executado serão demandados pelas acções competentes, precedendo arrematação ou adjudicação do direito ou acção penhorada.

Paragrapho unico. E' permittido ao credor exequente requerer que lhe fique salvo o direito de executar directa-

⁵⁹⁵ R. n. 9549 de 23 de janeiro de 1886, art. 9.

⁵⁹⁶ R. cit., art. 10, § unico.

⁵⁹⁷ R. cit. arts. 7 e 11.

⁵⁹⁸ R. n. 737, art. 531.

⁵⁹⁹ R. n. 737, art. 521 ; D. n. 848, art. 266.

⁶⁰⁰ R. n. 737, art. 522 ; D. n. 848, art. 267.

⁶⁰¹ R. n. 737, art. 523 ; D. n. 848, art. 268.

mente os devedores do executado por meio das acções competentes, nas quaes ficará subrogado, ou que os direitos e acções do mesmo executado, que forem penhorados, sejam avaliados e arrematados para o pagamento da execução.⁶⁰²

Art. 538. Feita a penhora, serão os bens depositados pela maneira seguinte:

a) no deposito publico, ou no geral onde não houver publico, o dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas e papeis de credito ;

b) no deposito geral os bens de raiz e os moveis ou semoventes, não havendo depositario particular ;

c) no deposito particular os semoventes e os moveis de difficil conducção ou de guarda dispendiosa e arriscada.⁶⁰³

Art. 539. Contra os depositarios se procederá como determina o capitulo 3º do tit. 5º.⁶⁰⁴

Art. 540. São extensivas á penhora as disposições dos arts. 118 e 119 relativas ao embargo.⁶⁰⁵

Art. 541. E' prohibido aos juizes e empregados de justiça constituir-se directa ou indirectamente depositarios de bens ou dinheiro, que tenham de ser depositados.⁶⁰⁶

Art. 542. O auto de penhora deve conter :

a) o dia, mez, anno e logar em que é feita ;

b) a descripção dos bens penhorados com todos os caracteristicos necessarios para a verificação da identidade ;

c) entrega feita ao depositario, que deve assignar, ou por elle duas testemunhas, com os officiaes da diligencia.⁶⁰⁷

Art. 543. Si a penhora for validamente feita, sómente se procederá á segunda :

a) si o producto dos bens primeiramente penhorados não chegar para o pagamento ;

⁶⁰² L. de 20 de junho de 1774 ; R. n. 737, art. 521 ; D. n. 9549 de 23 de janeiro de 1886, art. 12.

⁶⁰³ R. n. 737, art. 526.

⁶⁰⁴ R. n. 737, art. 527.

⁶⁰⁵ R. n. 737, art. 528.

⁶⁰⁶ Ord., l. 4, t. 49.

⁶⁰⁷ R. n. 737, art. 511 ; D. n. 848, art. 260.

b) si o exequente desistir da primeira penhora. ⁶⁰⁸

Art. 541. Não será necessaria nova citação do executado, si este, tendo bens, não os quiz dar à penhora, ou si os occultou para não serem penhorados, ou si deutaes que não satisfizeram ao executor e, arrematados, não bastaram para o pagamento. ⁶⁰⁹

Art. 545. O exequente sómente pôde desistir da primeira penhora, quando os bens apprehendidos e penhorados forem litigiosos ou estiverem embargados e obrigados a outrem. ⁶¹⁰

CAPITULO VI

DA AVALIAÇÃO

Art. 546. Accusada a penhora, e decorridos os seis dias sem embargos, proceder-se-ha à avaliação. ⁶¹¹

Art. 547. Quando os bens forem situados fóra da séde do juizo, a avaliação será requisitada por meio de precatoria dirigida aos juizes locaes ou ao juiz seccional do logar da situação delles. ⁶¹²

Art. 548. Os bens penhorados serão avaliados por peritos idoneos, nomeados em audiencia a aprazimento das partes ou à sua revelia. ⁶¹³

Art. 549. Oppondo-se suspeição aos avaliadores, será decidida conforme os arts. 344 e 345. ⁶¹⁴

Art. 550. A avaliação será feita de accordo com as seguintes regras :

a) o valor dos predios rusticos será estimado no que importarem os rendimentos de 20 annos, calculados pelo que derem ao tempo da avaliação, deduzidas as despesas da cultura ;

⁶⁰⁸ R. n. 737, art. 518; D. n. 848, art. 265.

⁶⁰⁹ Ord., l. 31, t. 86, § 14.

⁶¹⁰ R. n. 737, art. 519; D. n. 848, art. 265, b.

⁶¹¹ R. n. 737, art. 532.

⁶¹² D. n. 848, art. 271.

⁶¹³ D. n. 848, art. 271.

⁶¹⁴ R. n. 737, art. 535.

b) o valor dos predios urbanos no que importarem os rendimentos de 20 annos, deduzidas as despesas dos concertos e tendo-se em attenção sua situação, estado e rendimentos que dão e podem dar ;

c) nos predios emphyteuticos, o dominio directo será avaliado em 20 annos de fôros e um laudemio ;

d) os moveis de valor intrinseco, como peças de ouro, prata, diamantes e outras, avaliam-se pelo seu intrinseco valor, tendo-se em attenção metade dos feitos ;

e) os moveis de valor incerto e mudavel pelo preço que os peritos arbitrarem, segundo a geral e commum estimação. ⁶¹⁵

Na avaliação da propriedade se devem comprehender as suas pertenças e partes integrantes. ⁶¹⁶

Art. 551. Não se procede à avaliação, quando os bens forem de tão pequeno valor que não excedam a 30\$. Neste caso serão arrematados pelo preço que ao juiz parecer justo. ⁶¹⁷

Art. 552. Não se repete a avaliação, salvo provando-se que a primeira foi irregular, excessiva ou lesiva, ou quando antes da arrematação se descobrir algum onus que diminua o valor da coisa avaliada. ⁶¹⁸

CAPITULO VII

D O S E D I T A E S

Art. 553. Feita a avaliação, se passarão editaes, que serão affixados na casa das audiencias, e impressos em os jornaes do dia da affixação e da arrematação.

⁶¹⁵ Alv. de 14 de outubro de 1773, § 1º ; L. de 20 de junho de 1774, §§ 8, 10, 11, 17, 21 e 23; Alv. de 25 de agosto de 1774, § 30; D. de 17 de julho de 1778; Alv. de 23 de fevereiro de 1771 e D. de 7 de dezembro de 1772.

⁶¹⁶ R. n. 737, art. 537.

⁶¹⁷ Alv. de 22 de fevereiro de 1779.

⁶¹⁸ R. n. 737, art. 536; D. n. 818, art. 272.

As despesas da impressão se comprehenderão nas custas. ⁶¹⁹

Art. 554. Os editaes devem conter:

- a) o preço da avaliação ;
- b) a qualidade dos bens e as suas confrontações, sendo de raiz ;
- c) o dia da arrematação. ⁶²⁰

Art. 555. Entre a affixação dos editaes e a arrematação mediarão tres dias, si os bens forem moveis, e nove, si forem de raiz, independentemente de prêgões. Si tiverem sido penhorados bens moveis e immoveis, não serão arrematados sinão depois de decorrido o termo que compete a cada uma destas especies de bens. ⁶²¹

Art. 556. Convidando ao executado e partes interessadas, e havendo especial outorga da mulher, em bens de raiz, pôde a arrematação ser feita sem o espaço exigido no artigo antecedente. ⁶²²

Art. 557. A arrematação de navios, além do edital, será publicada por tres annuncios insertos, com o intervallo de oito dias, nos jornaes do logar, que habitualmente publicarem annuncios ; e, não os havendo, nos do logar mais vizinho. ⁶²³

Art. 558. A arrematação deve ter logar impreterivelmente no dia annunciado ; si por algum motivo ponderoso não for possível nesse dia, será transferida, annunciando-se por editaes e pela imprensa a transferencia e o dia novamente designado. ⁶²⁴

Art. 559. Si por sobrevir a noite não for concluida a arrematação no mesmo dia, continuará no dia seguinte, sendo indispensavel o edital, como determina o artigo antecedente, si ficar para outro dia que não seja o seguinte. ⁶²⁵

⁶¹⁹ R. n. 737, art. 538 ; D. n. 848, art. 273.

⁶²⁰ R. n. 737, art. 539 ; D. n. 848, art. 274.

⁶²¹ R. n. 737, art. 540 ; D. n. 848, art. 273 ; Ord., l. 3, t. 86, § 26.

⁶²² R. n. 737, art. 541.

⁶²³ R. n. 737, art. 542.

⁶²⁴ R. n. 737, art. 543 ; D. n. 848, art. 275.

⁶²⁵ R. n. 737, art. 544 ; D. n. 848, art. 276.

Art. 560. Será suspenso por um mez ou multado na quantia de 50\$ a 100\$, conforme a culpa, o depositario, escrivão ou porteiro que concorrer para a transferencia da arrematação, não comparecendo ou não avisando opportunamente o seu impedimento. ⁶²⁶

Art. 561. E' licito ao executado, seu conjuge ou herdeiros remir ou dar lançador a todos ou a alguns dos bens penhorados até á assignatura do auto de arrematação ou publicação da sentença de adjudicação, sem que seja necessario citação do executado para dar lançador. ⁶²⁷

Art. 562. Para que possa o executado, seu conjuge ou herdeiros remir ou dar lançador a todos ou a alguns dos bens penhorados, é preciso que offereça preço igual ao da avaliação até á primeira praça, e nas outras ao maior que nellas for offerecido. ⁶²⁸

Art. 563. Nenhuma das pessoas mencionadas poderá remir ou dar lançador a algum ou alguns bens, havendo licitante que se proponha a arrematar todos os bens, offerecendo por elles o preço que na occasião tiverem, sendo superior ou igual á avaliação na primeira praça, e nas outras superior ou igual ao maior lanço offerecido. ⁶²⁹

Art. 564. Si a penhora for em dinheiro, se affixarão editaes marcando o prazo de dez dias aos credores incertos para poderem requerer preferencia ; si não comparecerem estes ou os credores certos, que serão citados pessoalmente, passar-se-ha mandado de levantamento. ⁶³⁰

São considerados credores certos, para que tenha logar a citação pessoal, aquelles que, por titulo legitimo, se houverem apresentado a requerer na execução promovida contra o devedor commum. ⁶³¹

⁶²⁶ R. n. 737, art. 545.

⁶²⁷ R. n. 737, art. 546 ; D. n. 848, art. 277.

⁶²⁸ R. n. 9549 de 23 de janeiro de 1886, art. 20.

⁶²⁹ R. cit. art. 21.

⁶³⁰ R. n. 737, art. 547 ; D. n. 848, art. 278.

⁶³¹ R. n. 9549, art. 22

CAPITULO VIII

DA ARREMATACÃO

Art. 565. A arrematação será feita publicamente no dia e lugar annunciados, presentes o juiz, escrivão e porteiro, e expostos os objectos que devem ser arrematados, sendo possível. ⁶³²

Art. 566. E' admittido a lançar todo aquelle que está na livre administração de seus bens.

Exceptuam-se :

a) o juiz, escrivão, depositario, avaliadores e officiaes do juizo ;

b) o tutor, curador e testamenteiro ;

c) a pessoa desconhecida, sem fiança idonea ou procuração da pessoa por quem comparece ;

d) o credor, salvo com licença do juiz. ⁶³³

Art. 567. A arrematação só pôde ser feita :

a) a quem offerecer maior lance, que cubra o preço da avaliação ;

b) com dinheiro à vista ou com fiança por tres dias. ⁶³⁴

Art. 568. Si o arrematante for o mesmo credor exequente, será obrigado a depositar o preço da arrematação sómente nos casos em que não pôde levantar-o. ⁶³⁵

Art. 569. Quando o arrematante for o credor exequente, é dispensado de depositar o preço da arrematação, prestando fiança nos casos em que, sem prestal-a, não pôde levantar o mesmo preço. ⁶³⁶

Art. 570. Quando houver mais de um licitante, será preferido aquelle que se propuzer a arrematar englobadamente todos os bens levados à praça, comtanto que

⁶³² R. n. 737, art. 513 ; D. n. 813, art. 279.

⁶³³ R. n. 737, art. 519 ; D. n. 813, art. 280.

⁶³⁴ R. n. 737, art. 550.

⁶³⁵ R. n. 737, art. 551 ; D. n. 813, art. 281.

⁶³⁶ R. n. 737, art. 552 ; D. n. 813, art. 232.

offereça na primeira preço pelo menos igual ao da avaliação, e nas outras duas ao maior lanço offerecido. ⁶³⁷

Art. 571. Não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltarão os bens á praça com intervallo de oito dias e com o abatimento de 10 %. Si nesta ainda não encontrarem lanço superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irão a terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %. Neste caso serão arrematados na fôrma do art. 567, sem que em hypothese alguma seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie.

Para estes abatimentos não ha necessidade de contas, que serão feitas uma só vez para os effeitos da arrematação ou da adjudicação. ⁶³⁸

Art. 572. Não havendo lançador que cubra o preço da avaliação, ou abatido este na fôrma acima prescripta, si não apparecer lançador na terceira praça, mas sómente quem cubra o preço da adjudicação, a arrematação será feita por este preço. ⁶³⁹

Art. 573. Si o arrematante ou seu fiador não pagar o preço da arrematação nos tres dias seguintes ao acto da arrematação, será preso o arrematante até que o pague, e contra o fiador se procederá executivamente. ⁶⁴⁰

Art. 574. Na adjudicação de rendimentos, sendo os de um anno bastantes para a satisfação da divida em vista das declarações que fizerem os rendeiros ou inquilinos, não ha necessidade de avaliação e mais solemnidades que devem preceder á adjudicação dos outros bens.

Quando, porém, os rendimentos das propriedades penhoradas não cheguem para pagamento da divida e seja necessario adjudicarem-se os rendimentos por mais annos para a sua total extincção, observar-se-hão as formalidades legais e, não havendo arrematante, os ditos rendimentos serão adjudicados ao exequente. ⁶⁴¹

⁶³⁷ R. n. 9549 de 23 de janeiro de 1836, art. 23.

⁶³⁸ D. n. 848, art. 233.

⁶³⁹ D. n. 848, art. 233.

⁶⁴⁰ R. n. 737, art. 555.

⁶⁴¹ Ass. de 23 de março de 1736.

Art. 575. O preço da arrematação não pôde ser levantado sem fiança:

- a) pendendo embargos ou appellação;
- b) pendendo acção de nullidade;
- c) quando do registro do navio arrematado constar que elle está obrigado por algum credito privilegiado.

O fiador se obrigará a restituir o dito preço, independentemente de citação do devedor e sem figura ou ordem de juizo. ⁶¹²

Art. 576. O preço da arrematação não pôde ser levantado, havendo embargo ou protesto de preferencia e rateio por parte de outro credor. ⁶¹³

Art. 577. Não se faz mister para o levantamento do preço da arrematação a citação de credores certos ou incertos. ⁶¹⁴

Art. 578. A arrematação solemnemente feita não se retracta, ainda havendo quem offereça maior lanço. ⁶¹⁵

Art. 579. A arrematação, porém, resolve-se, quando a sentença dada à execução for revogada no todo ou em parte pelo provimento dos recursos que houverem sido interpostos. ⁶¹⁶

Art. 580. No caso do artigo anterior, os bens arrematados serão restituídos ao executado, si o requerer dentro de um mez, a contar do dia em que a sentença passou em julgado, e o arrematante será embolsado do preço da arrematação e das respectivas despesas, à custa do exequente ou do seu fiador.

Sendo a sentença revogada sómente em parte, o exequente e o executado contribuirão proporcionalmente para o embolso das despesas da arrematação.

Si o executado não exigir do arrematante a coisa arrematada no prazo acima mencionado, só tem direito de haver o preço pelo depósito ou pelo vencedor na primeira sentença, si o recebeu, ou por seu fiador. ⁶¹⁷

⁶¹² R. n. 737, art. 556; D. n. 818, art. 285; Ord. I. 3, t. 86, § 3.

⁶¹³ R. n. 737, art. 557; D. n. 818, art. 286.

⁶¹⁴ R. n. 737, art. 558.

⁶¹⁵ R. n. 737, art. 551.

⁶¹⁶ Ord., I. 3, t. 83, § 4, t. 84, § 14.

⁶¹⁷ Ord., I. t. 86, § 4.

Art. 581. O arrematante, que restituir os bens arrematados, não tem obrigação de restituir os fructos ou rendimentos percebidos, e fica salvo ao executado o direito de indemnizar-se pelos bens do exequente. ⁶⁴⁸

Art. 582. Si o arrematante tiver feito bemeifeitorias na coisa arrematada, ser-lhe-hão pagas pelo executado e compensadas com os rendimentos. ⁶⁴⁹

Art. 583. A arrematação extingue os onus pessoaes da coisa arrematada que fica sempre salva ao comprador, só podendo recahir sobre o preço as reclamações dos credores que concorrerem antes ou depois della. ⁶⁵⁰

Art. 584. A arrematação solemne e valida tem a força de venda, e todos os seus effeitos, bem como as questões relativas aos fructos da coisa arrematada, serão decididas conforme o direito civil. ⁶⁵¹

Art. 585. Sendo o immovel emphyteutico, embora no contracto se prohiba a sua alienação, poderá ser arrematado com todo o seu fôro e encargo; feita, porém, a arrematação, o senhorio directo será intimado para optar, querendo, e se lhe assignará o prazo legal, pena de se haver por firme a venda e passar-se a carta respectiva. ⁶⁵²

Art. 586. As cartas de arrematação conterão:

- a) a autuação;
- b) a sentença exequenda;
- c) a penhora;
- d) a avaliação;
- e) a declaração do numero de praças que correram;
- f) o custo da arrematação;
- g) o conhecimento do pagamento dos direitos;
- h) a quitação ou deposito;
- i) as procurações. ⁶⁵³

⁶⁴⁸ Ord. cit.

⁶⁴⁹ Ord. cit., § 5.

⁶⁵⁰ Ord., l. 4, t. 6, §§ 2 e 3.

⁶⁵¹ Ord., l. 3, t. 83, princ., e § 4, t. 91, princ., t. 93, princ. e §§ 1 e 3; R. n. 737, art. 559.

⁶⁵² Ord., l. 3, t. 93, § 3.

⁶⁵³ D. n. 5737 de 2 de setembro de 1871, art. 137.

CAPITULO IX

DA ADJUDICAÇÃO

Art. 587. O preço da adjudicação é o da avaliação na terceira praça, com os seguintes abatimentos:

a) decima parte, si os bens são moveis, e teem valor intrinseco;

b) quarta parte, si são moveis, mas não teem valor intrinseco;

c) quinta parte, si são immoveis. ⁶⁵²

Art. 588. Não havendo lançador que cubra o preço da adjudicação, serão os bens adjudicados ao credor. ⁶⁵³

Art. 589. O credor não pôde ser compellido a restituir qualquer excesso, no caso de ser o valor dos bens adjudicados superior à importancia da divida, salvo si a differença entre um e outro for tal que atinja à somma igual a um terço do montante da execução e neste caso o exequente consignará em juizo o excesso, descontando em proveito proprio um terço de dito excesso. ⁶⁵⁴

Art. 590. Ao credor adjudicatario é applicavel a disposição do art. 573, sempre que se verificar o excesso da adjudicação previsto no artigo antecedente. ⁶⁵⁷

Art. 591. A adjudicação se fará sem abatimento:

a) si o devedor não tem bens, ou não tem bastantes para o pagamento da divida;

b) si os bens penhorados chegam pela sua avaliação para o pagamento da divida. ⁶⁵⁸

Art. 592. Si os bens adjudicados na forma do art. 588 não derem para o pagamento da divida, o credor poderá haver o resto pelos outros bens do executado na concurrente quantia sem mais abatimento. ⁶⁵⁹

⁶⁵² D. n. 848, art. 289.

⁶⁵³ D. n. 848, art. 289.

⁶⁵⁴ D. n. 848, art. 290.

⁶⁵⁷ D. n. 9549, art. 28.

⁶⁵⁸ R. n. 737, art. 562.

⁶⁵⁹ L. de 2) de junho de 1774, § 23.

Art. 593. Para a adjudicação não se faz mister que sejam citados ou ouvidos os demais credores, aos quaes fica salvo o direito de disputar preferencia ou por artigos, si acudirem a juizo antes de assignada a carta de adjudicação ou por acção ordinaria, si comparecerem depois. ⁶⁶⁰

Art. 594. Si os bens são indivisos e o seu valor excede o dobro da divida, não se arremata ou adjudica a propriedade delles, mas adjudicam-se ao credor sem abatimento algum, excepto o dos juros legaes, os rendimentos por tantos annos quantos bastem para o pagamento total da execução.

Esta disposição, porém, não se observará:

a) si os bens penhorados não produzem rendimento algum;

b) si o executado tem outras dividas accumuladas, as quaes excedem á metade do valor dos bens penhorados;

c) si o executado nomeou á penhora esses bens, tendo outros de menor valor. ⁶⁶¹

Art. 595. Ao credor adjudicatario imputam-se os rendimentos, que por negligencia deixou de cobrar. ⁶⁶²

Art. 596. Serão levadas em conta ao credor adjudicatario as despesas necessarias que elle fizer e os onus reaes que pagar. ⁶⁶³

Art. 597. A adjudicação dos rendimentos não impede a arrematação da propriedade por virtude de execuções supervenientes, mas o adjudicatario será conservado durante o tempo de sua adjudicação. ⁶⁶⁴

Art. 598. E' licito ao credor exequente requerer o seu pagamento pelos rendimentos dos bens, no caso mesmo em que elles podem ser arrematados. ⁶⁶⁵

Art. 599. As acções exigiveis, correspondendo á divida que se executa, serão adjudicadas na sua liquida e

⁶⁶⁰ R. n. 737, art. 563.

⁶⁶¹ R. n. 737, art. 564, D. n. 818, arts. 291 e 292.

⁶⁶² R. n. 737, art. 565; D. n. 818, art. 293.

⁶⁶³ R. n. 737, art. 566; D. n. 818, art. 293.

⁶⁶⁴ R. n. 737, art. 567; D. n. 818, art. 294.

⁶⁶⁵ R. n. 737, art. 568; D. n. 818, art. 295.

verdadeira importancia, e com ellas se haverá a execução por finda.

Si excederem, porém, á importancia da divida, se adjudicarão na sua mesma quantia aquellas somente que bastarem para o pagamento, abatendo-se as despesas da execução, depois de liquidadas e contadas, as quaes o credor poderá haver nas acções na sua concurrente quantia.⁶⁶³

Art. 600. A adjudicação deve preceder :

a) a conta da importancia da execução, comprehendidos os juros, despesas e onus reaes do predio;

b) o calculo dos annos que são necessarios para o pagamento da divida;

c) a avaliação dos rendimentos, salvo si o predio estiver alugado ou arrendado, porque neste caso a adjudicação será calculada pelo aluguel ou renda que forem declarados pelo inquilino ou constarem dos recibos do proprietario e lançamento da decima.

Póde, porém, o credor, allegando fraude ou conluio entre o inquilino e o executado, requerer avaliação dos rendimentos, e neste caso não será o inquilino conservado.⁶⁶⁷

Art. 601. As cartas de adjudicação, além das peças mencionadas no art. 586, conterão :

a) a certidão de não haver lançador;

b) a sentença.⁶⁶⁸

CAPITULO X

DOS EMBARGOS Á EXECUÇÃO

Art. 602. Os embargos á execução só poderão ser offerecidos nos termos seguintes:

a) depois de feita a penhora dentro dos seis dias seguintes ;

⁶⁶³ L. de 20 de junho de 1774, arts. 27 e 28.

⁶⁶⁷ R. n. 737, art. 569.

⁶⁶⁸ D. n. 5737 de 2 de setembro de 1874, art. 137.

b) depois do acto da arrematação, mas antes da assignatura da carta de arrematação ou adjudicação. ⁶⁶⁹

Art. 603. Nas execuções das acções reaes os embargos sómente teem logar dentro dos dez dias assignados para a entrega da cousa, mas seguro o juizo com dinheiro, ouro, prata, pedras preciosas ou titulos e papeis de credito equivalentes. ⁶⁷⁰

Art. 604. São admissiveis na execução com suspensão della e propostos conjunctamente nos seis dias seguintes á penhora os embargos:

a) de nullidade do processo e sentença com prova constante dos autos ou offerecida incontinente;

b) de nullidade e excesso da execução até á penhora;

c) de moratoria;

d) de concordata;

e) de compensação;

f) de declaração de fallencia;

g) de pagamento, de novação, transacção e prescrição supervenientes depois da sentença, ou não allegados e decididos na causa principal;

h) infringentes do julgado com prova incontinente do prejuizo, sendo oppostos pelo menor e pessoas a quem compete o beneficio de restituição, pelo revel e pelo executado, offerecendo este documentos obtidos depois da sentença. ⁶⁷¹

Art. 605. São tambem admissiveis na execução com suspensão della e propostos conjunctamente depois do acto da arrematação, e antes de assignada a carta de arrematação ou adjudicação os seguintes embargos:

a) de nullidade, desordem ou excesso da execução depois da penhora até ás assignaturas das cartas de arrematação ou adjudicação;

b) de pagamento, novação, transacção, compensação, prescrição, moratoria, concordata, declaração de fallencia, supervenientes depois da penhora;

⁶⁶⁹ R. n. 737, art. 575; D. n. 848, art. 300.

⁶⁷⁰ R. n. 737, art. 576; D. n. 848, art. 301.

⁶⁷¹ R. n. 737, art. 577; D. n. 848, art. 302.

c) de restituição. ⁶⁷²

Art. 606. São admissíveis na execução das acções reaes os seguintes embargos :

a) de nullidade do processo e sentença com prova constante dos autos, ou produzida incontinente ;

b) de nullidade e excesso de execução ;

c) de retenção de bemfeitorias ;

d) infringentes do julgado com prova produzida incontinente e oppostos pelo menor e pessoas a quem compete a restituição, pelo chamado à autoria e pelo executado com documentos havidos depois da sentença. ⁶⁷³

Art. 607. Não são admissíveis embargos de materia identica à que já fôra allegada e desprezada na causa.

O advogado, que offerecer embargos consistentes em materia velha, será suspenso e incorrerá na multa de 12\$000. ⁶⁷⁴

Art. 608. A nullidade do processo sómente pôde ser allegada por embargos na execução, si for preterida alguma formula ou termo substancial do processo. ⁶⁷⁵

Art. 609. A nullidade da sentença sómente pôde ser allegada por embargos na execução, si ella é nulla conforme o art. 99. ⁶⁷⁶

Art. 610. Excede-se o modo da execução :

a) quando a execução se faz em cousa diversa daquella que é declarada na sentença ;

b) quando se faz em maior quantia do que se contém na sentença. ⁶⁷⁷

Art. 611. Quaesquer outros embargos, que não forem os dos arts. 604 a 609, correrão em autos apartados sem prejuizo da execução. ⁶⁷⁸

⁶⁷² R. n. 737, art. 578 ; D. n. 848, art. 303.

⁶⁷³ R. n. 737, art. 579 ; D. n. 848, art. 304.

⁶⁷⁴ Ord., l. 3, t. 87, §§ 1º, 5º, 7º e 10.

⁶⁷⁵ R. n. 737, art. 580 ; D. n. 848, art. 305.

⁶⁷⁶ R. n. 737, art. 581, § 1.

⁶⁷⁷ Ord., l. 3, t. 76, § 2.

⁶⁷⁸ R. n. 737, art. 582.

Art. 612. Si a sentença for do Supremo Tribunal Federal, os embargos infringentes do julgado ou de nulidade, depois das allegações finais, serão remettidos ao mesmo tribunal. ⁶⁷⁹

Art. 613. A declaração de fallencia suspende as execuções das sentenças, proferidas em acções pessoais, que se moverem contra o fallido, até à verificação dos créditos, não excedendo de 30 dias, sem prejuizo de quaesquer medidas conservatorias dos direitos e acções dos credores privilegiados ou hypothecarios.

Si a execução, porém, descender de reivindicação, proseguirá sem suspensão com os syndicos e o curador fiscal.

Achando-se já em praça com dia definitivo para a arrematação, fixado por editaes, far-se-ha a arrematação dos bens, mas o producto entrará para a massa. ⁶⁸⁰

Art. 614. A suspensão das execuções em razão das concessões de moratoria não comprehende as que procederem de credits não chirographarios nem aproveitará aos coobrigados ou fiadores do devedor. ⁶⁸¹

Art. 615. A concordata obriga a todos os credores, salvo os de dominio, separatistas privilegiados e hypothecarios. ⁶⁸²

Art. 616. São sómente attendiveis as bemfeitorias permanentes que augmentem o valor do predio.

Estimam-se as bemfeitorias não pelo que custaram, mas pelo augmento do valor que causam e no estado em que se acham. ⁶⁸³

Art. 617. No caso de evicção, si o comprador auferir proveito da depreciação por elle causada, o vendedor tem o direito para reter a parte do preço que for estimada por arbitadores.

Tambem tem o direito de retenção o comprador que tiver feito bemfeitorias na coisa vendida, que augmen-

⁶⁷⁹ R. n. 737, art. 583.

⁶⁸⁰ D. n. 917 de 1890, art. 26.

⁶⁸¹ D. n. 917, art. 116.

⁶⁸² D. n. 917, art. 45.

⁶⁸³ R. n. 737, art. 534.

tem o seu valor ao tempo da execução, si esta se vencer. ⁶⁸⁴

Art. 618. O beneficio de ordem pôde ser invocado pelo fiador ou socio nos termos dos arts. 498 a 500. ⁶⁸⁵

Art. 619. O beneficio de divisão pôde ser invocado pelo devedor, socio ou herdeiro por meio dos embargos do art. 604 *b*. ⁶⁸⁶

Art. 620. E' licito á mulher (não commerciante) pre-
valer-se do beneficio de exoneração. ⁶⁸⁷

Art. 621. Nas causas de alimentos, deposito, força, roubo, furto, ou qualquer outra em que alguma coisa alheia vá ao poder de outrem por artificio ou engano, não se poderá oppor compensação de divida que não derive de titulo semelhante ou comprehendido no numero dos que são acima mencionados. ⁶⁸⁸

Art. 622. Offerecidos os embargos dentro dos seis dias da penhora serão conclusos ao juiz, que os receberá ou desprezará *in limine*. ⁶⁸⁹

Art. 623. Si forem recebidos, assignar-se-ha o termo de cinco dias para a contestação, findos os quaes terá logar a dilação das provas, e depois arrazoando successivamente o embargante e o embargado no prazo de cinco dias cada um, serão os embargos julgados afinal. ⁶⁹⁰

Art. 624. Da sentença que julgar provados os embargos haverá appellação em ambos os effeitos; e da sentença que os julgar não provados a appellação será sómente no effeito devolutivo. ⁶⁹¹

Art. 625. Independentemente de embargos, pôde qual-
quer das partes requerer ao juiz da execução a emenda do erro de conta das quantias exequendas, ou das quantias liquidas ou das custas, e o juiz desde logo poderá, á

⁶⁸⁴ R. n. 737, art. 585.

⁶⁸⁵ R. n. 737, art. 591.

⁶⁸⁶ R. n. 737, art. 592.

⁶⁸⁷ R. n. 737, art. 593.

⁶⁸⁸ Ord., l. 4, t. 78, §§ 1º, 2º, 3º e 6º.

⁶⁸⁹ R. n. 737, art. 586; D. n. 848, art. 305; Ord. l.

⁶⁹⁰ R. n. 737, art. 587; D. n. 848, art. 305.

⁶⁹¹ R. n. 737, art. 588.

vista da petição junta aos autos, com informação do es-
crivão e ouvida a outra parte, deferir como julgar con-
veniente. ⁶⁹²

Art. 626. Mas si o juiz entender que deve haver mais
ampla discussão poderá mandar que a parte forme os
seus embargos no termo de tres dias, e delles se dará
vista á outra parte para a contestação, que será apresen-
tada em termo igual, findo o qual o juiz proferirá a
sentença final. ⁶⁹³

Art. 627. Do despacho do art. 625 ou da sentença do
artigo antecedente só cabe agravo que subirá nos pro-
prios autos. ⁶⁹⁴

CAPITULO XI

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 628. Os embargos de terceiro sómente podem ser
opostos nos termos marcados no art. 602. ⁶⁹⁵

Art. 629. Vindo algum terceiro com embargos á ex-
ecução, porque a coisa penhorada lhe pertence por
título habil e legitimo, e tendo a posse natural ou civil
com effeitos de natural, ser-lhe-ha concedida vista para
allegar e provar os seus embargos dentro de tres dias. ⁶⁹⁶

Art. 630. Provando o terceiro embargante nos referidos
tres dias os seus embargos por documentos ou por teste-
munhas, serão recebidos e se concederá ao embargado o
prazo de cinco dias para contestar. ⁶⁹⁷

Art. 631. Findos os cinco dias, e vindo o embargado
com a sua contestação, terá logar a dilação das provas,
que será de dez dias, e arrazoando o embargante e o em-
bargado no termo de cinco dias cada um, serão os embar-
gos julgados afinal. ⁶⁹⁸

⁶⁹² R. n. 737, art. 539 ; D. n. 848, art. 306.

⁶⁹³ R. n. 737, art. 590.

⁶⁹⁴ R. n. 737, art. 595.

⁶⁹⁵ R. n. 737, art. 596.

⁶⁹⁶ R. n. 737, art. 597 ; D. n. 848, art. 307.

⁶⁹⁷ R. n. 737, art. 593 ; D. n. 848, art. 308.

⁶⁹⁸ R. n. 737, art. 598 ; D. n. 848, art. 309.

Art. 632. Si os embargos não forem oppostos a todos os bens, mas sómente a alguns delles, correrão em separado, proseguindo a execução sómente quanto aos bens não embargados. ⁶⁹⁹

Art. 633. Recebidos os embargos, mandará o juiz passar mandado de manutenção a favor do terceiro embargante, que prestará fiança. ⁷⁰⁰

Art. 634. Si o exequente, sendo recebidos os embargos de terceiro, desistir da penhora nos bens embargados e requerer outra penhora, cessará a discussão dos embargos, e a penhora dos bens embargados será levantada. ⁷⁰¹

Art. 635. Não offerecendo ou não provando o embargante no triduo, ou si forem manifestamente calumniosos, serão rejeitados *in limine*, e a execução proseguirá por diante. ⁷⁰²

Art. 636. Não são admissiveis na execução embargos de terceiro, que não seja ao mesmo tempo senhor e possuidor, ficando ao terceiro prejudicado direito salvo sobre o preço da arrematação. ⁷⁰³

Todavia, em quaesquer execuções promovidas por credores chirographarios contra o devedor commum, poderá o credor hypothecario defender, por via de embargos, os seus direitos e privilegios para o fim de obstar a venda do immovel ou immoveis hypothecados. ⁷⁰⁴

TITULO VII

DO CONCURSO DE CREDITORES E DAS PREFERENCIAS

Art. 637. E' competente para instaurar o concurso de preferencia o juizo onde se procedeu á arrematação dos bens. ⁷⁰⁵

⁶⁹⁹ R. n. 737, art. 600.

⁷⁰⁰ R. n. 737, art. 601 ; D. n. 848, art. 310.

⁷⁰¹ R. n. 737, art. 602 ; D. n. 848, art. 311.

⁷⁰² R. n. 737, art. 603 ; D. n. 848, art. 312.

⁷⁰³ R. n. 737, art. 604.

⁷⁰⁴ L. n. 169 A, de 1890, art. 16.

⁷⁰⁵ R. n. 737, art. 605.

Art. 638. A preferencia deve ser disputada no mesmo processo da execução, e versará ou sobre o preço da arrematação, ou sobre os proprios bens, si não foram arrematados. ⁷⁰⁶

Art. 639. Não se pôde disputar a preferencia sinão depois do acto da arrematação. ⁷⁰⁷

Art. 640. Só tem logar o concurso de preferencia:

a) quando o devedor commum não tem bens para o pagamento de todos os credores;

b) quando o devedor não é commerciante;

c) quando os credores veem a juizo antes de entregue ao exequente o preço da arrematação ou antes de extrahida e assignada a carta de adjudicação.

Vindo depois dos ditos termos, os credores prejudicados usarão da acção ordinaria. ⁷⁰⁸

Art. 641. Em qualquer termo da execução até a entrega do preço da arrematação ou extracção e assignatura da carta de adjudicação, podem os credores fazer o protesto de preferencia, e requerer que o preço não seja levantado, ou não se passe carta de adjudicação, sem que primeiro se dispute a preferencia.

Este protesto não é necessario no caso do art. 575 c. ⁷⁰⁹

Art. 642. Para ser o credor admittido a concurso é essencial que se apresente no juizo da preferencia munido de escriptura publica ou titulo de divida, a que compete a assignação de dez dias, ou sentença obtida contra o executado, sem dependencia de penhora. ⁷¹⁰

A sentença simplesmente de preceito, porém, não habilita o credor chirographario para ser contemplado nos rateios. Fica entendido que não se considera simplesmente de preceito a sentença que, além da confissão, se fundar em instrumento publico ou particular. ⁷¹¹

⁷⁰⁶ R. n. 737, arts. 606 e 607; D. n. 848, art. 318.

⁷⁰⁷ R. n. 737, art. 608; D. n. 848, art. 318.

⁷⁰⁸ R. n. 737, arts. 609 e 610.

⁷⁰⁹ R. n. 737, art. 611; D. n. 848, art. 319.

⁷¹⁰ R. n. 737, art. 612; D. n. 848, art. 320.

⁷¹¹ R. n. 737, art. 633.

Art. 643. Para a preferencia devem ser citados os credores conhecidos com a comminação de perderem a prelação que lhes compete, salvo aos desconhecidos o direito de disputarem por acção ordinaria a preferencia que lhes competir. ⁷¹²

Art. 644. Citados os credores e accusada a citação, serão propostos os artigos de preferencia pelo credor que promoveu o concurso, e aos demais credores se assignará o prazo de cinco dias a cada um para successivamente formarem os seus artigos. ⁷¹³

Art. 645. Offerecidos todos os artigos, assignar-se-ha a cada um dos credores o termo de cinco dias para contestarem na mesma ordem em que articularam. ⁷¹⁴

Art. 646. Concluida a contestação, seguir-se-ha a dilação das provas, que será de vinte dias, e, finda a dilação e arrazoando os credores successivamente cada um no termo de cinco dias, serão os autos conclusos, e o juiz julgará a preferencia a favor de quem competir, ou mandará que se proceda a rateio, no caso de não haver credores privilegiados ou hypothecarios. ⁷¹⁵

Art. 647. A disputa entre os credores pôde versar não sómente sobre a preferencia que cada um allega, sinão tambem sobre nullidade, simulação, fraude e falsidade das dividas ou contractos. ⁷¹⁶

§ 1.º A disputa, porém, entre credores, dos quaes algum tenha hypotheca inscripta em primeiro logar e sem concurrencia, não poderá versar sinão sob o ponto restricto da preferencia.

§ 2.º Os credores chirographarios e os credores por hypotheca, não inscriptas em primeiro logar e sem concurrencia, só por via de acção ordinaria de nullidade ou rescisão poderão invalidar os effeitos da primeira hypo-

⁷¹² R. n. 737, art. 613; D. n. 848, art. 321.

⁷¹³ R. n. 737, art. 614; D. n. 848, art. 322.

⁷¹⁴ R. n. 737, art. 615; D. n. 848, art. 323.

⁷¹⁵ R. n. 737, art. 616; D. n. 848, art. 324.

⁷¹⁶ R. n. 737, art. 617; D. n. 848, art. 325.

thea, a que compete a prioridade pelo respectivo registro. ⁷¹⁷

Art. 648. Verificada a antichrese de uma sociedade de credito real, não poderá o devedor antichretico ser executado por nenhum outro credor, qualquer que seja a natureza do seu titulo.

§ 1.º A antichrese devidamente julgada não pôde invalidar-se, a não ser mediante sentença obtida em acção ordinaria pelo devedor hypothecario.

§ 2.º No caso de sequestro do immovel hypothecado, os fructos e rendimentos, como accessorios, ficam sujeitos ao pagamento da annuidade com privilegio sobre quaesquer privilegios. ⁷¹⁸

Art. 649. Sômente se consideram onus reaes:

- o penhor ;
- a servidão ;
- o uso ;
- a habitação ;
- a antichrese ;
- o usufructo ;
- o fôro ;
- o legado de prestações ou alimentos consignado no immovel.

§ 1.º Os outros onus, que os proprietarios impuzerem aos seus predios, se haverão como pessoaes, e não podem prejudicar os credores hypothecarios.

§ 2.º Os referidos onus reaes não podem ser oppostos aos credores hypothecarios, si os titulos respectivos não tiverem sido transcriptos antes das hypothecas.

§ 3.º Os onus reaes passam com o immovel para o dominio do comprador ou successor.

§ 4.º Ficam salvos, independentemente de transcripção e inscripção, e considerados como onus reaes, a decima e outros impostos respectivos aos immoveis.

§ 5.º A disposição do § 2º só comprehende os onus reaes instituidos por actos *inter vivos*, assim como as servidões

⁷¹⁷ D. n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, art. 19, §§ 1 e 2 ; R. n. 370 de 2 de maio de 1890, arts. 395 e 396.

⁷¹⁸ L. n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, art. 19, §§ 3 e 5 ; R. n. 370 de 2 de maio de 1890, arts. 342, 343 e 345.

adquiridas por prescrição, sendo a transcrição neste caso por meio de justificação julgada por sentença ou qualquer outro acto judicial declaratorio. ⁷¹⁹

Art. 650. As preferencias no caso de insolvabilidade do devedor civil, havendo ou não concurso de credores commerciantes, será regulada conforme os artigos seguintes. ⁷²⁰

Art. 651. Os credores serão divididos em cinco classes:

- a) credores de dominio;
- b) credores separatistas;
- c) credores privilegiados;
- d) credores hypothecarios;
- e) credores chirographarios. ⁷²¹

Art. 652. Pertencem à primeira classe:

a) o dono da coisa adquirida pelo devedor de quem não era o proprietario;

b) o dono da coisa em poder do devedor por titulo de deposito, penhor, antichrese, administração, arrendamento, aluguel, commodato, usufructo, uso e habitação;

c) o dono da coisa, embora fungivel, em poder do devedor por effeito de mandato, inclusive dinheiro, effeitos de commercio ou titulos a elles equiparados, endossados sem transferencia de propriedade, ainda não pagos ou em poder de terceiro em nome do devedor;

d) o dono de coisa furtada, roubada, extorquida ou obtida por falsidade, estellionato ou outras fraudes;

e) o dono de titulos ao portador, que forem perdidos, furtados, roubados, extorquidos ou obtidos por falsidade, estellionato ou outras fraudes, si o devedor for quem os achou ou obteve por esses meios ou os recebeu, sabendo a origem viciosa da posse;

f) o vendedor de bens immoveis, embora feita a tradição, ainda não pago do preço da venda, salvo si a venda tiver sido feita a credito;

⁷¹⁹ L. n. 163 A, art. 5; R. n. 370, arts. 233 a 242.

⁷²⁰ R. n. 737, art. 618.

⁷²¹ R. n. 737, art. 619; D. n. 917 de 24 de outubro de 1890, art. 62.

g) o vendedor antes da entrega da coisa vendida a credito, si reservou o dominio até ser pago ou si foi induzido á venda a credito por dolo do comprador ;

h) a mulher casada, pelos bens :

1º, dotaes, estimados para qualquer effeito ;

2º, paraphernaes ;

3º, incommunicaveis sob o regimen da communhão ;

4º, que não respondam por dividas anteriores ao casamento ;

5º, pelas arrhas e doações ante-nupciaes feitas pelo futuro marido, quando insinuadas ;

i) os filhos menores, legitimados ou reconhecidos pelos bens caströenses, quasi-caströenses e adventicios ;

j) os tutelados e curatelados pelos bens que lhes pertencerem, e, quanto ás cousas adquiridas pelo tutor ou curador em seu proprio nome com bens ou producto de bens dos mesmos tutelados ou curatelados ;

k) os herdeiros e legatarios pelos bens da herança ou legado ;

l) os que tiverem feito remessas para um fim determinado. ⁷²²

Art. 653. Pertencem á segunda classe :

a) os credores que estiverem com o devedor commum em relações de co-propriedade ou em sociedade para que pelos bens que formam a co-propriedade ou a sociedade sejam pagos de seus creditos ;

b) os credores e os legatarios da pessoa de quem o devedor commum é herdeiro sobre os bens da herança, para que por elles sejam pagos com exclusão dos outros credores, salvo si convieram por qualquer modo no juizo do inventario ou fóra d'elle em que lhe fossem adjudicados bens com o encargo de pagar as dividas do *de cuius*. ⁷²³

Art. 654. Pertencem á terceira classe :

I. Com privilegio sobre todo o activo :

a) os credores de despezas com a molestia e os funeraes do devedor commum ;

⁷²² R. n. 737, art. 620; D. n. 917, art. 68.

⁷²³ D. n. 917, art. 69.

b) os feitores, agentes e domesticos do devedor commum vencidas no anno immediatamente anterior à data em que foi instaurado o concurso de preferencia ;

c) as gentes de mar, por soldadas e salarios que não estiverem prescriptos. ⁷²⁴

II. Com privilegio sobre determinados moveis ou immoveis:

a) o proprietario e o sublocador nos moveis de uso pessoal que se acharem dentro da casa para pagamento dos alugueis vencidos, e nos fructos pendentes a respeito da renda ou fôro dos predios rusticos ;

b) os operarios, artistas, fabricantes e empreiteiros sobre os objectos que fabricarem ou concertarem e dos quaes estão de posse, para pagamento dos seus salarios, fornecimentos de material e mais vantagens estipuladas;

c) os credores pignoraticios e antichresistas e os que tem direito de retenção na cousa dada em penhor ou antichrese, e na cousa retida ;

d) na cousa salvada quem a salvou, pelas despesas com que a fez salvar ;

e) no navio e fretes da ultima viagem, a tripulação ;

f) no navio os que concorreram com dinheiro para a sua compra, concerto, aprestos ou provisões ;

g) nas fazendas carregadas, o aluguel ou frete, as despesas e avaria grossa ;

h) no objecto sobre que recahiu o emprestimo maritimo, o valor do dinheiro a risco ;

i) os que possam invocar em seu favor qualquer dos arts. 108, 156, 189, 577, 565 e 632 do Codigo Commercial ;

j) os hoteleiros, pelas despesas do hotel sobre os objectos do devedor que estiverem retidos ;

k) sobre o valor das bemfeitorias, os que emprestaram dinheiro ou concorreram com os materiaes ou a mão de obra para a edificação, reparação ou reedificação do predio, bem como para se abrirem ou arrotearem terras incultas ;

⁷²⁴ R. n. 737, art. 621; D. n. 907, arts. 67, b e 70.

b) em geral os credores por bemfeitorias sobre o aumento de valor que com ellas deram ao objecto ainda em seu poder. ⁷²⁵

Art. 655. Gozarão de privilegio, para se pagarem precipuamente do producto da colheita e preferindo aos proprietarios do solo, os que fornecerem sementes e anteciparem dinheiro para as despesas della.

§ 1.º Serão pagas, outrosim, precipuamente pelo producto da safra os credores por fornecimento de adubos fertilisantes, e bem assim do gado indispensavel á cultura, si o proprietario, judicialmente intimado pelo arrendatario, não se oppuzer no prazo de 15 dias.

§ 2.º Manifestada, porém, opposição do proprietario, este preferirá a esses credores, mas só quanto ás rendas vencidas nos dous annos immediatamente anteriores á divida pignoratícia, assim como quanto ás que se vencerem no anno da colheita e no da primeira subsequente, salvo o seu direito á indemnisação por perdas e danos, que se lhe reconhecer em acção competente.

§ 3.º Este privilegio do proprietario cessará, si o emprestimo houver sido feito em commum ao arrendatario e a elle. ⁷²⁶

Art. 656. Pertencem á quarta classe os que teem os seus credits garantidos por hypothecca legal ou convencional inscripta. ⁷²⁷

Art. 657. Pertencem á quinta classe todos os credores não contemplados nas quatro classes referidas nos artigos antecedentes. ⁷²⁸

Art. 658. Os credores, salvo os hypothecarios, a respeito dos quaes se guardará o disposto no art. 631, preferem uns aos outros pela ordem em que são classificados, e na mesma classe preferem pela ordem de sua enumeração. ⁷²⁹

⁷²⁵ D. n. 917, art. 70, II ; D. n. 848, art. 330, b.

⁷²⁶ R. n. 370, art. 377.

⁷²⁷ R. n. 737, art. 622.

⁷²⁸ R. n. 737, art. 623.

⁷²⁹ R. n. 737, art. 624.

As custas do processo da execução e arrematação preferem a todos os créditos privilegiados.

Art. 659. Não se offerecendo duvidas sobre os credores de dominio, nem sobre os privilegiados, o juiz poderá mandar entregar logo a coisa aos primeiros e aos segundos a importancia reclamada.

A coisa será entregue na mesma especie em que houver sido recebida, ou naquella em que existir, tendo sido subrogada; na falta da especie, será pago o seu valor.

O reivindicante pagará à massa as despesas a que a coisa reivindicada ou seu producto tiver dado lugar.⁷³⁰

Art. 660. Os privilegiados só poderão ser pagos pelo producto dos bens em que tiverem privilegio até onde chegar somente e quanto ao mais por via de rateio.⁷³¹

Art. 661. As preferencias dos credores privilegiados prevalecem tanto a respeito dos bens moveis, semoventes e immoveis não hypothecados, como a respeito do preço dos immoveis hypothecados, depois de pagas as dividas hypothecarias.⁷³²

O credor hypothecario tem sobre o immovel hypothecado preferencia a quaesquer créditos, salvo os que provem das despesas e custas judicias feitas para a excussão do immovel.

Assim, deduzidas as sobreditas despesas e custas judicias, o preço do immovel será precipuamente destinado ao pagamento da hypotheca, e só depois do pagamento della pôde ser applicada aos outros créditos na ordem que lhes compete.⁷³³

Art. 662. O cessionario do credito hypothecario ou a pessoa nelle validamente subrogada, depois de averbada a cessão ou subrogação, exercerá sobre o immovel os mesmos direitos que competem ao cedente ou subrogante.⁷³⁴

⁷³⁰ R. n. 737, art. 625; D. n. 917, art. 68, § 4.

⁷³¹ R. n. 737, art. 626; D. n. 917, art. 70, § 3.

⁷³² D. n. 169 A. de 1890, art. 5, § 2.

⁷³³ D. n. 169 A. art. 5º, § 1º; R. n. 370 de 1890, arts. 220 e 221.

⁷³⁴ L. n. 169, art. 13; R. n. 370, art. 225.

c) os terrenos adquiridos pelo devedor e incorporados expressa ou tacitamente ao immovel hypothecado, quando o devedor readquire as partes de um immovel hypothecado, mas posteriormente fraccionado por divisão ou partilha. ⁷³⁸

Art. 667. Quando acontecer que o credor hypothecario nada receba dos bens hypothecados, por serem absorvidos por outro que deva preferir na mesma hypotheca, entrará no rateio com os credores chirographarios. ⁷³⁹

Art. 668. Teem applicação ao penhor agricola as disposições dos artigos anteriores sobre os creditos hypothecarios. ⁷⁴⁰

Art. 669. Comprehende o penhor agricola, além dos bens no contracto especificados :

a) o valor do seguro que, no caso de sinistro, dever o segurador ao segurado ;

b) a indemnisação por que for responsavel aquelle que tiver sido causa da perda ou deterioração dos bens empenhados ;

c) o preço da desapropriação nos casos de necessidade ou utilidade publica.

Paragrapho unico. O penhor agricola por quantia superior a cinco contos de réis para produzir os seus effeitos contra terceiros, depende essencialmente de sua transcripção no registro geral, observando-se tudo quanto se achia estabelecido para a transcripção dos onus reaes, Tem como devem ser averbadas no registro geral as cessões e subrogações do penhor dessa quantia.

Dispensa-se a transcripção no registro hypothecario do penhor agricola até a quantia de cinco contos, registrando-se nesse caso o contracto no livro especial destinado a esse serviço no logar da situação do objecto penhorado. ⁷⁴¹

⁷³⁸ R. n. 370, arts. 137 e 138.

⁷³⁹ R. n. 737, art. 629.

⁷⁴⁰ R. n. 737, art. 636.

⁷⁴¹ R. n. 370, arts. 368, 369 e 370.

Art. 663. As hypothecas legaes ou convencionaes sòmente se regulam pela prioridade, ou sejam entre si mesmas ou concorrendo as legaes com as convencionaes.

A prioridade em todos os casos se determina exclusivamente pela inscripção.⁷³³

Art. 664. Aparecendo duas hypothecas com o mesmo numero de ordem, os credores hypothecarios entrarão em rateio entre si.⁷³⁶

Art. 665. Os credores hypothecarios, a respeito dos quaes não se der contestação, serão embolsados pelo producto da venda dos bens hypothecados; a sobra, havendo-a, entra na massa, e pela falta ou differença concorrem em rateio com os credores chirographarios.⁷³⁷

Art. 666. A hypotheca abrange:

a) o immovel com todas as suas pertenças e servidões activas;

b) os accessorios hypothecados com o mesmo immovel;

c) todas as bemfeitorias que accrescerem ao immovel depois de hypothecado;

d) todas as accessões naturaes, que sobrevierem, nas quaes se consideram incluídos os fructos pendentes, das propriedades ruraes e agricolas, bem como os alugueis dos predios;

e) o preço que, no caso de sinistro, é devido pelo segurador ao segurado, não sendo applicado às reparações do immovel hypothecado;

f) a indemnisação em virtude de desapropriação por necessidade ou utilidade publica, ou por effeito de perda ou deterioração.

Paragrapho unico. Na generica disposição deste artigo se subentendem:

a) os novos edificios construídos no solo hypothecado;

b) a consolidação de um dominio com outro, quando os immoveis forem emphyteuticos;

⁷³³ D. n. 169 A. art. 2º, § 9º; R. n. 370, arts. 112 e 113.

⁷³⁶ R. n. 370, art. 43; R. n. 737, art. 623.

⁷³⁷ R. n. 737, art. 629.

Art. 670. As letras hypothecarias teem por garantia :

- a) os immoveis hypothecados ;
- b) o fundo social da sociedade que os emittiu ;
- c) o fundo de reserva.

A letra hypothecaria prefere a qualquer titulo da divida chirographaria ou privilegiada.⁷⁴²

Art. 671. As companhias anonymas que emittirem obrigações ao portador (*debentures*) poderão abonar-as especialmente com hypothecas, antichreses e penhores, ficando fóra do commercio neste caso os bens especificados em garantia dessas operações.⁷⁴³

Art. 672. Os credores que tiverem garantias por fianças serão contemplados na massa geral dos credores chirographarios, deduzindo-se as quantias que tiverem recebido do fiador, e este será considerado na razão das quantias que tiver pago em descarga do devedor commum.⁷⁴⁴

Art. 673. Todos os credores chirographarios teem direitos iguaes para serem pagos em rateio pelos remanescentes que ficarem depois de satisfeitos os credores das outras classes.⁷⁴⁵

Art. 674. A preferencia comprehende os juros vencidos até o concurso : quanto aos que decorrerem posteriormente, só terá logar a preferencia havendo sobras.⁷⁴⁶

Art. 675. Das sentenças de preferencia haverá appellação com effeito devolutivo sómente.⁷⁴⁷

Art. 676. No caso de insolvabilidade do devedor commerciante, observar-se-hão as leis sobre a fallencia.

Art. 677. O concurso de preferencia com a Fazenda Nacional soffre as modificações declaradas no titulo 2º, capitulo 2º, n. IV, da parte quinta desta Consolidação.

⁷⁴² L. n. 169 A, arts. 17 e 331 ; R. n. 370, arts. 327, 328 e 332.

⁷⁴³ R. n. 737, art. 374.

⁷⁴⁴ R. n. 737, art. 631 ; D. n. 197, art. 70, IV, § 1º.

⁷⁴⁵ R. n. 737, art. 632.

⁷⁴⁶ R. n. 737, art. 637.

⁷⁴⁷ R. n. 737, art. 635.

TITULO VIII

DOS RECURSOS

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 678. Têm logar no processo civil os seguintes recursos:

- a) embargos à sentença ;
- b) appellação ;
- c) agravo ;
- d) recurso extraordinario ;
- e) carta testemunhavel.

Art. 679. Não é licito ás partes usar ao mesmo tempo de dous recursos contra a mesma decisão ; mas poderão variar de recurso dentro do termo legal. ⁷²⁸

Art. 680. O recurso de embargos interposto por uma das partes precede no julgamento, e interrompe o seguimento dos termos da appellação interposta pela outra parte. ⁷²⁹

Art. 681. Não se admittirão embargos antes da sentença final de quaesquer despachos ou sentenças interlocutorias, comprehendidos os lançamentos e as decisões sobre agravos.

Não se consideram recurso os embargos que nas causas summarias servem de contestação da acção.

Além dos embargos que esta Consolidação menciona nenhuns outros serão admittidos. ⁷³⁰

CAPITULO II

DOS EMBARGOS A' SENTENÇA

Art. 682. Dentro de dez dias depois da intimação da sentença, poderão as partes oppôr embargos à sentença

⁷²⁸ R. n. 737, art. 734.

⁷²⁹ R. n. 737, art. 733.

⁷³⁰ Desp. Prov., art. 11; Decr. de 15 de março de 18, art. 33; L. n. 221, art. 53.

da 1ª ou da 2ª instancia, sòmente si forem de simples declaração ou de restituição. ⁷⁵¹

Art. 683. Os embargos de declaração só terão logar quando houver nas sentenças alguma obscuridade, ambiguidade ou contradicção, ou quando se tiver omittido algum ponto sobre que devia haver condemnação.

Em qualquer destes casos requererá a parte por simples petição que se declare a sentença, ou se expresse o ponto omittido da condemnação.

Junta a petição aos autos, e dada vista às partes para a impugnação e sustentação dos embargos nos termos legais, decidirá o juiz ou o tribunal, sem fazer outra mudança no julgamento. ⁷⁵²

Art. 684. Os embargos de restituição só serão admitidos, quando os embargantes não tiverem sido partes desde o principio da causa, ou tiver corrido a causa á revelia. ⁷⁵³

Art. 685. Estes embargos serão deduzidos nos proprios autos, pedindo-se para isto vista ao juiz, que a dará por cinco dias, tendo além disto cada uma das partes igual prazo para a impugnação e sustentação dos mesmos embargos. ⁷⁵⁴

Art. 686. Si a materia destes embargos depender de factos, que só possam ser provados por testemunhas, o juiz poderá conceder uma só dilação para as provas, a qual não excederá de dez dias. ⁷⁵⁵

Art. 687. No Supremo Tribunal Federal, os embargos de declaração ou de restituição serão vistos pelo relator e revisores, e ouvido o Procurador Geral da Republica. ⁷⁵⁶

⁷⁵¹ R. n. 737, art. 639; D. n. 848, art. 332; R. do S. T., art. 93.

⁷⁵² R. n. 737, arts. 641, 642 e 643; D. n. 848, art. 333; R. S. T., art. 86.

⁷⁵³ R. n. 737, art. 640; D. n. 848, art. 334.

⁷⁵⁴ R. n. 737, art. 644; D. n. 848, art. 335.

⁷⁵⁵ R. n. 737, art. 645; D. n. 848, art. 336.

⁷⁵⁶ R. do S. T., art. 94, §§ 6 e 7.

CAPITULO III

DAS APPELLAÇÕES

Art. 688. Tem logar a appellação para o Supremo Tribunal Federal nas causas que excederem de 2:000\$ ou que não tiverem alçada (art. 66 da parte 1^a), quando a sentença for definitiva ou tiver força de definitiva.⁷³⁷

Art. 689. Podem appellar:

a) as partes litigantes ou seus procuradores;

b) os terceiros prejudicados pela sentença, como o legatario a respeito da sentença proferida contra o herdeiro testamentario, o fiador a respeito da sentença proferida contra o devedor ou o fiador do vendedor a respeito da que foi proferida contra o comprador, ainda que o vendedor e o comprador nella consintam.⁷³⁸

Consideram-se terceiros prejudicados somente os que ficariam privados de direitos, si a sentença passasse em julgado.

Art. 690. Os procuradores podem appellar da sentença, ainda que não tenham poderes para seguir a appellação.⁷³⁹

Art. 691. Não pôde appellar o que aquiesceu à sentença expressa ou tacitamente, como pedindo prazo para pagar ou fazendo algum acto pelo qual mostrasse ter nella consentido, ou transigiu sobre a sentença.⁷⁴⁰

Art. 692. O recurso de appellação é commum a ambas as partes, e por elle o Supremo Tribunal Federal tanto pôde prover ao appellante como ao appellado, salvo si este aquiesceu à sentença.⁷⁴¹

Art. 693. Com a mesma limitação a appellação nas causas communs aproveita a todos os litisconsortes embora só um delles tenha appellado.⁷⁴²

⁷³⁷ R. n. 737, art. 646; D. n. 848, art. 337.

⁷³⁸ Ord., l. 3, t. 27, princ. t. 81; R. n. 737, art. 738.

⁷³⁹ Ord., l. 3, t. 27, princ.

⁷⁴⁰ Ord., l. 3, t. 70, princ. t. 79, § 2, t. 8, § 2.

⁷⁴¹ Ord., l. 3, t. 72.

⁷⁴² Ord., l. 3, t. 80.

A restituição *in integrum* porém concedida a um litis-consorte não aproveita aos outros, salvo si a causa, objecto da demanda, for individual. ⁷⁶³

Art. 694. Si o appellante desistir da appellação, o tribunal *ad quem* não poderá mais tomar conhecimento do feito, si a outra parte também não tiver appellado.

Art. 695. A appellação pôde ser interposta em audiencia ou por despacho escripto do juiz e termo nos autos, intimada a outra parte ou seu procurador. ⁷⁶⁴

Art. 696. Esta interposição deve ser feita dentro de 10 dias continuos contados da publicação da sentença, estando as partes presentes ou seus procuradores na audiencia ou da intimação, estando ausentes.

Este prazo corre de momento a momento e não se interrompe pelas ferias supervenientes. ⁷⁶⁵

Art. 697. Interposta a appellação na fôrma dos artigos antecedentes, será a causa avaliada em quantia certa por arbitros nomeados pelas partes ou pelo juiz á revelia dellas. ⁷⁶⁶

Art. 698. Não terá logar a avaliação da causa, quando houver pedido certo, ou quando as partes concordarem no seu valor expressa ou tacitamente, deixando o réo de impugnar na contestação a estimativa do autor. ⁷⁶⁷

Art. 699. Na avaliação da causa se attenderá sómente ao valor da causa ou quantia demandada, sem as custas do feito, salvo si forem em dobro ou tresdobro.

Nas causas possessorias avalia-se a posse na metade do que valer a propriedade. ⁷⁶⁸

Art. 700. Sendo recebida a appellação sem prévia avaliação, nos casos em que esta tem logar, o juiz e o escrivão pagarão ambos as custas que, por não se ter avaliado a causa, se fizerem posteriormente. ⁷⁶⁹

⁷⁶³ Ord., l. 3, t. 72, § 1.

⁷⁶⁴ R. n. 737, art. 647; D. n. 848, art. 338.

⁷⁶⁵ R. n. 737, art. 648; D. n. 848, art. 338.

⁷⁶⁶ R. n. 737, art. 649; D. n. 848, art. 339.

⁷⁶⁷ R. n. 737, art. 650; D. n. 848, art. 339.

⁷⁶⁸ Ord., l. 3, t. 70, §§ 6 e 9; Ass. de 24 de janeiro de 1615; Ord., l. 3, t. 70, § 10.

⁷⁶⁹ Ord., l. 3, t. 70, § 11.

Art. 701. No mesmo despacho em que o juiz receber a appellação ordenará logo a expedição dos autos para serem apresentados na superior instancia dentro do prazo de seis mezes, e mandará que o escrivão tire o traslado sem detença.

Si o escrivão for negligente, poderá o juiz impor-lhe a pena que lhe parecer justa. ⁷⁷⁰

Art. 702. Os effeitos da appellação serão suspensivos e devolutivos ou somente devolutivos.

O effeito suspensivo compete ás acções ordinarias e aos embargos oppostos na execução pelo executado ou por terceiro, sendo julgados provados ; o devolutivo compete em geral a todas as sentenças proferidas nas demais acções. ⁷⁷¹

Art. 703. Expedem-se para a instancia superior os autos originaes, ficando o traslado no juizo inferior. ⁷⁷²

Art. 704. Sejam quaes forem os effeitos da appellação, a remessa dos autos não se fará sem que fique traslado no cartorio. ⁷⁷³

Art. 705. O prazo para a apresentação dos autos de appellação na instancia superior decorrerá do despacho do recebimento da appellação, é commum a ambas as partes, competindo á que tiver interesse no seguimento do feito promover a extracção do traslado e apparelhar a remessa e não se interrompe pela superveniencia das ferias. ⁷⁷⁴

Art. 706. Recebida e atempada a appellação, o escrivão entregará ou remetterá os autos pelo Correio ao secretario do Supremo Tribunal Federal, e juntará ao traslado o conhecimento da remessa ou o recibo do secretario. ⁷⁷⁵

Art. 707. Recebida a appellação no effeito suspensivo, o juiz nada mais pôde innovar, salvo o disposto no ar-

⁷⁷⁰ R. n. 737, art. 651; D. n. 848, art. 310; Ord. cit., § 2.

⁷⁷¹ R. n. 737, art. 652; D. n. 848, art. 311; L. n. 221, art. 59.

⁷⁷² Ord., l. 3, t. 69, § 5; L. de 18 de agosto de 1747; Ass. de 22 de maio de 1783.

⁷⁷³ D. n. 848, art. 312.

⁷⁷⁴ R. n. 737, art. 655; D. n. 848, art. 313.

⁷⁷⁵ Reg. de 3 de janeiro de 1831, art. 49.

tigo seguinte. Todo acto em contrario é attentado e deve ser revogado na instancia superior.⁷⁷⁶

Art. 708. O juiz não póde restringir o prazo de seis mezes, mas a elle compete julgar deserta e não seguida a appellação, si, findo o prazo legal, não tiverem sido os autos remettidos para a instancia superior.⁷⁷⁷

Art. 709. Para o julgamento da deserção deverá ser citado o appellante ou seu procurador para dentro de tres dias allegar embargos de justo impedimento.⁷⁷⁸

Art. 710. Só poderá obstar o lapso de tempo para o seguimento da appellação, molestia grave e prolongada do appellante, peste ou guerra que impeçam as funcções dos juizes e tribunaes.⁷⁷⁹

Art. 711. Ouvido o appellado sobre a materia dos embargos por 24 horas, si o juiz relaxar da deserção o appellante, lhe assignará de novo para a remessa dos autos outro tanto tempo quanto for provado que esteve impedido.⁷⁸⁰

Art. 712. Si o juiz não relevar da deserção o appellante, ou si, findo o novo prazo, não tiverem sido ainda remettidos os autos para a instancia superior, será a sentença executada.⁷⁸¹

Art. 713. Apresentados os autos ao secretario do Supremo Tribunal Federal, seguir-se-ha ahi o mesmo processo determinado para o julgamento das appellações criminaes nos arts. 319 a 321 da parte 2ª desta Consolidação.⁷⁸²

CAPITULO IV

DOS AGGRAVOS

Art. 714. Os agravos admissiveis no juizo civil são somente os de petição, que subirão nos proprios autos ou em separado.⁷⁸³

⁷⁷⁶ Ord., l. 3, t. 73, princ.

⁷⁷⁷ R. n. 737, art. 656; D. n. 848, art. 344.

⁷⁷⁸ R. n. 737, art. 657; D. n. 848, art. 345.

⁷⁷⁹ R. n. 737, art. 658; D. n. 848, art. 346.

⁷⁸⁰ R. n. 737, art. 659; D. n. 848, art. 347.

⁷⁸¹ R. n. 737, art. 660; D. n. 848, art. 348.

⁷⁸² R. do S. T., art. 92.

⁷⁸³ L. n. 506, art. 62.

Art. 715. Os aggravos sômente se admittirão nos seguintes casos:

a) da decisão sobre materias de competencia, quer o juiz se julgue competente, quer não;

b) das sentenças de absolvição de instancia;

c) da sentença de não admissão do terceiro assistente ou que vem oppor-se à causa ou à execução ou que appella da sentença que o prejudica;

d) das sentenças nas causas de assignação dez de dias ou de seguro, quando por ellas o juiz não condemna o réo, porque provou seus embargos, ou lhe recebe os embargos e o condemna por lhe parecer que não os provou;

e) do despacho que concede ou denega carta de inquirição, ou que concede grande ou pequena para dentro ou fóra do territorio da Republica;

f) do despacho que ordena a prisão do executado no caso do art. 514;

g) das sentenças que julgam ou não reformados os autos perdidos ou queimados em que ainda não havia sentença definitiva;

h) dos despachos de recebimento ou denegação de appellação ou pelo qual se recebe a appellação em ambos os effeitos ou no devolutivo sômente;

i) da sentença que releva ou não da deserção o appellante ou julga deserta e não seguida a appellação;

j) das decisões sobre erros de contas ou custas;

k) da absolvição ou condemnação dos advogados nos casos em que as leis do processo lhes comminam multa, suspensão ou prisão;

l) dos despachos pelos quaes: 1º, se concede ou denega ao executado vista para embargos nos autos ou em separado; 2º, se manda que os embargos corram nos autos ou em separado; 3º, são recebidos ou rejeitados *in limine* os embargos oppostos pelo executado ou pelo terceiro embargante;

m) das sentenças de liquidação de exhibição e de habilitação;

n) dos despachos interlocutorios que conteem damno irreparavel nos termos do art. 717;

o) do despacho pelo qual se manda proceder a sequestro nos casos determinados em lei;

p) do despacho pelo qual se concede ou denega a detenção pessoal ou o embargo;

q) da sentença que julga procedente ou improcedente o embargo;

r) do despacho que indefere a petição inicial;

s) em qualquer outro caso, em que o embargo for admittido por lei.⁷⁸⁴

Art. 716. A sentença interlocutoria contém damno irreparavel, quando o damno que a parte recebesse em razão da execução da interlocutoria não possa ser reparado pela sentença definitiva ou pela appellação que della se interponha.⁷⁸⁵

Art. 717. Dos agravos interpostos dos despachos proferidos pelos substitutos do juiz seccional e pelos seus supplentes, como auxiliares do juiz, nos autos preparatorios ou preventivos e nas diligencias que lhes competem ou forem commettidas, conhece o juiz seccional.⁷⁸⁶

Art. 718. Dos agravos interpostos dos despachos do juiz seccional conhece o Supremo Tribunal Federal.⁷⁸⁷

Art. 719. O agravo será tomado por termo nos autos, assignado pela parte ou seu procurador dentro do prazo de cinco dias e precedendo despacho do juiz.⁷⁸⁸

Não se tomará o agravo, sem que o aggravante declare o artigo de lei que o permite.⁷⁸⁹

Art. 720. O agravo sobe nos proprios autos com suspensão do processo somente nos casos seguintes:

a) quando, em razão da distancia ou do serviço, houver possibilidade de chegarem os autos à instancia superior no prazo de 48 horas;

b) quando interposto de decisão sobre materia de competencia, quer o juiz se julgue competente, quer não;

⁷⁸⁴ R. n. 737, art. 669; L. n. 221, art. 54, VI.

⁷⁸⁵ Ord., l. 3. t. 63, princ. e § 1; L. n. 221, art. 54, VI, n.

⁷⁸⁶ D. n. 4120 A, de 21 de fevereiro de 1831; l. n. 221, art. 61.

⁷⁸⁷ L. n. 221, art. 61.

⁷⁸⁸ L. n. 221, art. 60.

⁷⁸⁹ L. n. 221, art. 60.

c) quando interposto de despacho que ordene a prisão (não do despacho que concede a detenção pessoal).⁷⁹⁰

Art. 721. Fora dos casos declarados no artigo antecedente, o agravo subirá em separado, sem prejuízo do andamento do processo.

O agravo poderá, porém, ser suspensivo no caso de concessão de embargo ou de detenção pessoal, si o agravante garantir em juízo, com depósito ou caução, o valor total da condenação.⁷⁹¹

Art. 722. Sempre que o agravo tiver de subir em separado, o agravante apontará no termo as peças do processo com que pretende instruir o recurso, e só destas se lhe passará certidão.

§ 1.º A certidão conterá o termo de agravo e a petição em que se houver requerido o despacho, o termo da publicação ou da intimação.

§ 2.º Nas certidões guardar-se-ha a ordem do processo.⁷⁹²

Art. 723. Tomado o termo de agravo, será intimado no prazo de 24 horas a outra parte e ao ministerio publico si este intervier no processo.⁷⁹³

Art. 724. Quando o agravo subir nos proprios autos, deverá o agravante, no prazo de 48 horas, a contar da interposição do recurso, apresentar no cartorio a petição de agravo com os seus documentos.

O agravado poderá em igual prazo, a contar da intimação da interposição do recurso, juntar quaesquer allegações ou documentos.⁷⁹⁴

Art. 725. Si o agravo tiver de subir em separado, deverá o agravante, no prazo de oito dias, a contar da interposição do recurso, apresentar no cartorio a sua petição de agravo instruida com a certidão do processo e outros quaesquer documentos.

⁷⁹⁰ L. n. 221, art. 62.

⁷⁹¹ L. n. 221, arts. 62 e 63; R. n. 737, arts. 347 e 669, § 17; R. n. 5467 de 12 de novembro de 1873, art. 7.

⁷⁹² L. n. 221, art. 64.

⁷⁹³ L. n. 221, art. 65.

⁷⁹⁴ L. n. 221, art. 65, § 2.

O aggravado poderá em igual prazo, a contar da intimação, apresentar no cartório qualquer allegação e as certidões do processo ou documentos que quizer juntar.⁷⁹³

Art. 726. Durante os prazos marcados nos artigos antecedentes o escrivão facilitará o processo no seu cartório ás partes ou aos seus procuradores para tomarem os apontamentos necessários, e passará a certidão apontada pelo aggravante e qualquer outra que a parte contraria pedir, preferindo este a outro serviço.⁷⁹⁶

Art. 727. Findos os prazos referidos, o escrivão juntará ao processo a petição de agravo, a allegação da outra parte e quaesquer documentos apresentados, quando o agravo subir nos proprios autos, ou autuara a petição de agravo, a allegação da outra parte e as respectivas certidões e documentos, quando o agravo subir em separado, e fará tudo concluso ao juiz para em 48 horas sustentar o seu despacho ou reparar o agravo.

§ 1.º Sendo o aggravado revel, poderá o juiz, quando contraminutar o agravo, que deve subir em separado, mandar juntar as certidões do processo que entender necessárias para sustentação do seu despacho.

§ 2.º Si o juiz reparar o agravo, cabe novo agravo deste despacho; mas o juiz não poderá alteral-o, e para a decisão do ultimo agravo subirá o processo em que se tiver proferido o despacho de que foi elle interposto.

§ 3.º Quando, na hypothese do paragrapho antecedente, o novo despacho tiver sido lançado no processo em separado do primeiro agravo, juntar-se-ha ao processo principal uma certidão desse despacho para ser executado.⁷⁹⁷

Art. 728. Findas as 48 horas, o escrivão cobrará o processo com resposta ou sem ella.⁷⁹⁸

Art. 729. Nas 24 horas seguintes, o aggravante pagará as custas do agravo e fará o preparo necessario

⁷⁹³ L. n. 221, art. 65, § 1.

⁷⁹⁶ L. n. 221, art. 66.

⁷⁹⁷ L. n. 221, art. 67.

⁷⁹⁸ L. n. 221, art. 68.

para as certidões que o juiz tiver mandado passar e para expedição do recurso.⁷⁹⁹

Art. 730. O escrivão apresentará o processo no Correio ou no tribunal no prazo de 24 horas depois de feito o preparo, podendo comtudo o juiz prorogar este prazo até cinco dias, quando a prorrogação for absolutamente indispensavel para se passarem as certidões no caso do art. 727, § 1.⁸⁰⁰

Art. 731. Aggravando ambas as partes, cada uma pagará metade do preparo, e, si o deixar de fazer, será o recurso julgado deserto, quanto a ella, e a outra parte deverá satisfazer todo o preparo nas 24 horas seguintes, sob igual pena.⁸⁰¹

Art. 732. O escrivão é obrigado a apresentar o processo dentro do prazo referido e archivará o certificado da entrega, que lhe passará o Correio, ou o recibo do secretario, a quem deve entregar-o na sede do tribunal.⁸⁰²

Art. 733. A apresentação do agravo, para se conhecer que foi feita em tempo, será certificada pelo termo da mesma apresentação e recebimento que lavrar o secretario do tribunal.⁸⁰³

Art. 734. O escrivão convencido de negligencia, malicia ou dolo, seja não facilitando os autos no seu cartorio, seja não extrahindo com promptidão as certidões, ou não cobrando e apresentando o processo do agravo nos prazos designados, será suspenso até seis mezes, depois de ouvido, para o que se lhe marcará o prazo de 48 horas.⁸⁰⁴

Art. 735. Todos os termos de interposição dos agravos deverão ser assignados pelas partes ou por seus procuradores, e as petições das minutas não serão acceitas sem que sejam assignadas com o nome inteiro do advogado

⁷⁹⁹ L. n. 221, art. 69, § 1.

⁸⁰⁰ L. n. 221, art. 68, § 2.

⁸⁰¹ L. n. 221, art. 68, § 3.

⁸⁰² L. n. 221, art. 68, § 4.

⁸⁰³ L. n. 221, art. 68, § 5.

⁸⁰⁴ L. n. 221, art. 68, § 6.

constituído nos autos ; o que igualmente se observará a respeito das respostas ou contestações dos agravados. ⁸⁰⁵

Art. 736. Quando os agravos forem interpostos de despachos e sentenças não compreendidos nos que ficam especificados no art. 716, o juiz *a quo* declarará por seu despacho que os não admite por illegaes, condemnará as partes nas custas do retardamento e imporá aos advogados que tiverem assignado as petições e minutas a multa de 20\$ a 50\$000. ⁸⁰⁶

Art. 737. O mesmo juiz não admittirá que os agravantes, nos termos de interposição do agravo, annexem o protesto de que do caso se conheça por appellação, quando não seja de agravo, ou lhes fique o direito salvo para a interpor, si do agravo se não conhecer, e, caso tal protesto se faça, será nullo e de nenhum effeito. ⁸⁰⁷

Art. 738. Quando o agravo subir nos proprios autos com suspensão do processo, não ficam prejudicadas as medidas preventivas e de segurança, salvo estando o juizo seguro com penhora, deposito ou caução. ⁸⁰⁸

Art. 739. Os juizes seccionaes, logo que lhes forem apresentados os agravos, cujo conhecimento lhes compete, sem mais audiencia ou arrazoados das partes proferirão a sua sentença, confirmando ou revogando os despachos de que se houver aggravado. ⁸⁰⁹

Art. 740. Distribuidos os autos de agravo no Supremo Tribunal Federal, o ministro, a quem tocar, os apresentará em mesa na conferencia seguinte á distribuição. ⁸¹⁰

Art. 741. Exposta a materia pelo relator, seguir-se-ha a discussão por todos os ministros presentes e, conforme o vencido, será lançada a sentença, concedendo ou negando provimento. ⁸¹¹

⁸⁰⁵ Disp. Prov., art. 25; L. n. 221, art. 71.

⁸⁰⁶ Disp. Prov., art. 26; L. n. 221, art. 72.

⁸⁰⁷ Disp. Prov., art. 27.

⁸⁰⁸ L. n. 221, art. 73.

⁸⁰⁹ Disp. Prov., art. 28.

⁸¹⁰ R. do S. T., art. 95.

⁸¹¹ R. do S. T., art. 96.

Art. 742. Publicada e intimada a sentença, serão no prazo de cinco dias devolvidos os autos ao juízo *a quo*, si o agravo subir nos proprios autos. Subindo em separado, extrahir-se-ha carta de sentença, que se entregará á parte, que a solicitar, para a devida execução na instancia inferior. ⁸¹²

Art. 743. O agravo, que não for preparado dentro de cinco dias, contados de sua entrada na secretaria do tribunal, considera-se renunciado e deserto, sem dependencia de mais intimação. ⁸¹³

CAPITULO V

OS RECURSOS EXTRAORDINARIOS DAS SENTENÇAS DAS JUSTIÇAS DOS ESTADOS E DO DISTRICTO FEDERAL

Art. 744. Os recursos extraordinarios só poderão ser interpostos das sentenças definitivas ou que tiverem força de definitiva proferidas em ultima instancia pelas justiças dos Estados ou do Districto Federal nos casos expressos no art. 13, I *a*, e II, *a* e *b* da parte I desta Consolidação.

Art. 745. Serão interpostos e apresentados dentro dos mesmos prazos marcados nos arts. 696 e 701, e só terão effeito devolutivo.

O prazo para a apresentação contar-se-ha da data do termo da interposição do recurso. ⁸¹⁴

Art. 746. Interposto o recurso, as partes arrazoarão por escripto no prazo de 15 dias sem novos documentos, e juntas as razões aos autos, serão estes remettidos ao secretario do Supremo Tribunal Federal. ⁸¹⁵

Art. 747. Ao tribunal devem subir os autos originaes, em que o recurso for interposto ; mas, si a apresentação delles for impossivel ou obstada, o tribunal conhecerá do

⁸¹² R. do S. T., art. 97.

⁸¹³ R. do S. T., art. 98.

⁸¹⁴ L. n. 224, art. 58.

⁸¹⁵ R. do S. T., art. 99.

feito à vista do respectivo traslado, uma vez que esteja devidamente conferido e concertado. ⁸¹⁶

Art. 748. Distribuido e processado o recurso na conformidade do art. 713, o tribunal verificará preliminarmente si occorre algum dos casos previstos expressamente em que o mesmo recurso é facultado.

Decidida a preliminar pela negativa, não tomará conhecimento delle. No caso contrario, julgará o feito, mas o seu accordão, quer confirme quer reforme a sentença recorrida, será restricto à questão federal controvertida, sem estender-se a qualquer outra, porventura comprehendida no julgado. ⁸¹⁷

Art. 749. A simples interpretação ou applicação do direito commum, embora as leis civis obriguem em toda a Republica como leis geraes, não basta para legitimar este recurso. ⁸¹⁸

Art. 750. A disposição do artigo antecedente não prejudica a plenitude da jurisdicção do tribunal no julgamento dos recursos interpostos das sentenças sobre espolio de estrangeiros. ⁸¹⁹

Art. 751. No caso de ser julgado deserto o recurso extraordinario, si o requerente provar que o seguimento foi obstado por autoridade local, o Supremo Tribunal poderá releval-o da deserção e assignar-lhe novo prazo, conforme o disposto no art. 711. ⁸²⁰

Art. 752. Si, julgados os recursos, for por qualquer modo obstada ou impedida a execução das sentenças do Supremo Tribunal, o ministerio publico apresentará denuncia contra o oppositor ou oppositores pelo crime definido no art. 111 do Código Penal, e tanto o ministerio publico como as partes interessadas poderão promover a execução das mesmas sentenças perante o Juizo Federal, caso se recuse o juizo local. ⁸²¹

⁸¹⁶ R. do S. T., art. 101; L. n. 221, art. 58, § 2.

⁸¹⁷ R. do S. T., art. 102; L. n. 221, art. 24.

⁸¹⁸ L. n. 221, art. 21.

⁸¹⁹ R. do S. T., art. 102, paragrapho unico.

⁸²⁰ L. n. 221, art. 58, § 4.

⁸²¹ L. n. 221, art. 58, § 3.

CAPITULO VI

DAS CARTAS TESTEMUNHAVEIS

Art. 753. Si o juiz indeferir o requerimento de agravo ou obstar que o agravo seja escripto, a parte poderá, no prazo de 48 horas, requerer ao escrivão que lhe passe carta testemunhavel, copiando-se nella as peças que indicar. ⁸²²

Art. 754. O escrivão é obrigado a dar o instrumento á parte, sob sua responsabilidade, no prazo maximo de 10 dias, havendo documentos a copiar e dentro de 48 horas, não os havendo. ⁸²³

Art. 755. Outrosim dará á parte recibo do pedido de carta testemunhavel e perderá o officio, si não der o instrumento, sob qualquer pretexto, nos prazos do artigo anterior.

Negando-se o escrivão a dar o recibo, a parte poderá fazer attestar por testemunhas a entrega do requerimento. ⁸²⁴

Art. 756. A perda do officio do escrivão no caso do artigo anterior será decretada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal em vista da reclamação da parte, devidamente documentada e ouvido o serventuario, que terá para responder o prazo de cinco dias. ⁸²⁵

Art. 757. Distribuida no Supremo Tribunal Federal a carta testemunhavel, será processada, como o agravo. ⁸²⁶

Art. 758. Si o tribunal tomar conhecimento da carta testemunhavel, mandará escrever o agravo ou tomará logo conhecimento da materia, si o instrumento estiver instruido de modo que a isto o habilite independentemente de outros esclarecimentos. ⁸²⁷

⁸²² L. n. 221, art. 69.

⁸²³ L. n. 221, art. 69, § 1.

⁸²⁴ L. n. 221, art. 69, § 2.

⁸²⁵ L. n. 221, art. 69, § 3.

⁸²⁶ R. do S. T., arts. 95 e seguintes.

⁸²⁷ L. n. 221, art. 70.

Art. 759. Si as justiças dos Estados ou do Districto Federal não receberem o recurso extraordinario, a parte prejudicada ou o ministerio publico poderá solicitar do escriptão do feito ou de qualquer tabellião do logar a expedição de carta testemunhavel, e, ratificando-a mediante protesto no juizo seccional do Estado ou districto; apresentará os dous instrumentos ao Supremo Tribunal Federal, que, á vista delles, mandará ou não, que seja tomado por termo o recurso e que subam os autos, conforme for do direito. ⁸²⁸

Art. 760. A carta testemunhavel por denegação do recurso extraordinario será processada no Supremo Tribunal, como o mesmo recurso extraordinario.

CAPITULO VII

DAS CUSTAS NAS CAUSAS CIVEIS

Art. 761. Além das disposições contidas no capitulo XXI da primeira parte desta Consolidação que forem applicaveis ás causas civeis, se observarão as seguintes.

Art. 762. Sempre que o réo for absolvido da instancia e condemnado o autor nas custas, não poderá este renovar a demanda, sem que primeiro pague as custas em que foi condemnado. ⁸²⁹

Art. 763. São custas de retardamento as que proveem do offerecimento de artigos, cujo fim não é para a absolvição ou condemnação do réo, e que não são recebidos ou, recebidos, não são julgados provados.

Devem ser pagas logo, não podendo o vencido ser ouvido sem as pagar; a parte que as vencer não é obrigada a indemnisa-las, ainda que depois seja vencida na questão principal. ⁸³⁰

Art. 764. O autor, que pedir maliciosamente mais do que lhe é devido, pagará em tresdobro as custas relativas

⁸²⁸ L. n. 221, art. 53, § 1.

⁸²⁹ Ord., l. 3, tit. 14, § 3.

⁸³⁰ Ord., l. 3, tit. 20, § 37.

à parte em que o réo for absolvido, salvo si, antes da contestação da lide, desistir do excesso do pedido.

§ 1.º Si o autor demandar antes do vencimento da divida ou do implemento da condição, será condemnado nas custas em dobro, e a não tornar a accionar o réo sinão passado o dobro do tempo que faltava quando accionou, pagas as custas da primeira demanda.

§ 2.º Demandando o autor por divida que já lhe foi paga no todo ou em parte, será condemnado a tornar ao réo, em dobro, o que d'elle recebeu com as custas tambem em dobro, salvo si desistir do excesso do pedido antes da contestação da lide, pagando neste caso somente as custas em dobro até a época da desistencia.

Tendo o autor declarado quantia certa no seu pedido, não o exime da pena do dobro o protesto de levar em conta o que o réo mostrar ter pago.⁸³¹

Art. 765. Em geral, havendo malicia da parte do vencido, pôde este ser condemnado, a arbitrio do julgador, nas custas em dobro ou tresdobro.⁸³²

Art. 766. O juiz deve ser condemnado nas custas:

a) quando procede na causa depois de lhe ter sido posta suspeição;

b) quando recebe a appellação, cabendo a causa em sua alçada;

c) quando procede no feito sem procurações legitimas das partes;

d) quando não recebe a appellação interposta de sentença definitiva;

e) quando não suppre os erros do processo.

O Supremo Tribunal, mandando supprir nullidades que deviam ter sido suppridas pelo juiz da primeira instancia, o condemnará nas custas que essa falta occasionar.⁸³³

⁸³¹ Ord., l. 3, tit. 34 princ., tits. 35 e 36.

⁸³² Ord., l. 3, tit. 67, § 1.

⁸³³ Ord., l. 3, tit. 21, § 4; l. 1, tit. 6, § 20; l. 3, tit. 20 § 10, tit. 47, § 2; l. 3, tit. 70, § 7; l. 3, tit. 63, § 2.

TITULO IX

DO JUIZO ARBITRAL

Art. 767. O juizo arbitral será sempre voluntario, e pôde ser instituido antes ou na pendencia de qualquer causa e em primeira ou segunda instancia. ⁸³¹

Art. 768. O juizo arbitral só pôde ser instituido mediante o compromisso das partes. ⁸³²

Art. 769. Podem fazer compromisso todos os que podem transigir. ⁸³³

Art. 770. O compromisso é judicial ou extra-judicial. ⁸³⁷

Art. 771. O compromisso judicial pôde ser feito durante a demanda perante o juiz ou tribunal onde ella pender e por termo nos autos. ⁸³⁸

Art. 772. O compromisso extrajudicial pôde ser feito por escriptura publica ou por escripto particular assignado pelas partes e duas testemunhas. ⁸³⁹

Art. 773. O compromisso deve conter, sob pena de nullidade :

- a) os nomes, prenomes e domicilios dos arbitros;
- b) o objecto da contestação sujeito á decisão dos arbitros. ⁸⁴⁰

Art. 774. A clausula de compromisso, sem a nomeação dos arbitros, ou relativa a questões eventuaes, não vale sinão como promessa, e fica dependente para sua perfeita execução de novo e especial accordo das partes, não só sobre os requisitos do art. 773, como tambem sobre as declarações do artigo seguinte. ⁸⁴¹

⁸³¹ D. n. 3900 de 26 de junho de 1857, art. 2.

⁸³² D. cit., art. 3.

⁸³³ D. cit., art. 4.

⁸³⁷ D. cit., art. 5.

⁸³⁸ D. cit., art. 6.

⁸³⁹ D. cit., art. 7.

⁸⁴⁰ D. cit., art. 8.

⁸⁴¹ D. cit., art. 9.

Art. 775. Além dos requisitos essenciaes do art. 773, podem as partes accrescentar no compromisso as seguintes declarações:

a) o prazo em que os arbitros devem dar a sua decisão ;

b) si a decisão dos arbitros será executada sem recurso ;

c) a pena convencional que pagará á outra parte aquella que recorrer da decisão arbitral, não obstante a clausula sem recurso, não podendo a pena convencional ser maior que o terço do valor da demanda ;

d) autorização para os arbitros julgarem por equidade, independentemente das regras e formas de direito ;

e) autorização para nomeação de terceiro arbitro. ⁸¹²

Art. 776. A pena convencional estipulada no compromisso será demandada quando e como determinam os arts. 831 e 834. ⁸¹³

Art. 777. As partes devem no compromisso nomear um ou dous arbitros e tambem os respectivos substitutos, si isto lhes aprouver. ⁸¹⁴

Art. 778. E' tambem livre ás partes nomear o terceiro arbitro para o caso de divergencia, ou autorisar aos dous arbitros para essa nomeação. ⁸¹⁵

Art. 779. Si as partes não tiverem nomeado o terceiro arbitro, nem autorizado a sua nomeação, a divergencia dos dous arbitros extingue o compromisso. ⁸¹⁶

Art. 780. Podem ser arbitros todas as pessoas que merecerem a confiança das partes.

Exceptuam-se :

a) os surdos-mudos ;

b) os cegos ;

c) os menores ;

d) as mulheres ;

⁸¹² D. cit., art. 10.

⁸¹³ D. cit., art. 11.

⁸¹⁴ D. cit., art. 12.

⁸¹⁵ D. cit., art. 13.

⁸¹⁶ D. cit., art. 14.

- e*) os interdictos ;
- f*) o analfabeto ;
- g*) o estrangeiro que não souber a lingua nacional ;
- h*) o inimigo capital ;
- i*) o amigo intimo ;
- j*) o parente por consanguinidade ou afinidade até o segundo grão, contado por direito civil ;
- k*) o que tiver particular interesse na decisão da causa, como o socio, o advogado, o procurador e o dependente de qualquer das partes. ⁸¹⁷

Art. 781. Todavia podem ser arbitros as pessoas designadas nos paragraphos seguintes, não obstante a razão da suspeição, sendo esta razão conhecida pelas partes e expressamente declarada no compromisso :

- a*) o amigo commum ;
- b*) o parente entre parentes. ⁸¹⁸

Art. 782. Podem tambem ser nomeados arbitros :

- a*) o juiz de primeira instancia ;
- b*) qualquer membro dos tribunaes superiores. ⁸¹⁹

Art. 783. Tem logar a disposição do artigo antecedente, ainda que pelo compromisso os arbitros tenham poder para julgar independentemente das regras e fórmulas de direito. ⁸²⁰

Art. 784. Instituido o juizo arbitral por compromisso judicial ou extra-judicial, começará a causa perante os arbitros nomeados. ⁸²¹

Art. 785. Si já a lide estiver pendente, junto aos autos o compromisso judicial ou extra-judicial, ou assignado o termo pelos compromittentes, o juiz do feito ordenará ao escrivão que devolva os autos ao juizo arbitral sem dependencia da intimação das partes. ⁸²²

⁸¹⁷ D. cit., art. 15.

⁸¹⁸ D. cit., art. 16.

⁸¹⁹ D. cit., art. 17.

⁸²⁰ D. cit., art. 18.

⁸²¹ D. cit., art. 19.

⁸²² D. cit., art. 20.

Art. 786. Si a causa se achar na segunda instancia, será a petição para juntar o compromisso dirigida ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que mandará autoar o compromisso e mais papeis, ordenando que os autos sejam devolvidos ao juiz competente para ter logar o juizo arbitral. ⁸⁵³

Art. 787. Não havendo tempo marcado para os arbitros darem a sua decisão, será este de dous mezes, a contar da acceitação expressa ou tacita dos mesmos arbitros. ⁸⁵⁴

Art. 788. O prazo legal ou convencional para a decisão arbitral pôde ser prorogado por expresso consentimento das partes, comtanto que a prorrogação tenha logar antes de expirado o primeiro prazo, sendo junto aos autos o documento respectivo. ⁸⁵⁵

Art. 789. Os arbitros nomeados acceitarão ou se recusarão dentro de oito dias, depois que lhes for notificada a nomeação, e si nesse prazo nada disserem julgar-se-ha terem acceitado. ⁸⁵⁶

Art. 790. Fica extinto o compromisso:

a) divergindo os arbitros, si no compromisso as partes não tiverem nomeado terceiro arbitro ou autorizado a sua nomeação;

b) escusando-se qualquer dos arbitros antes de acceitar, não havendo no compromisso substituto nomeado;

c) fallecendo ou impossibilitando-se por qualquer modo, antes da decisão, algum dos arbitros, si no compromisso não houver substituto nomeado;

d) sendo julgada procedente a recusação de algum dos arbitros, não havendo no compromisso substituto nomeado;

e) tendo expirado o prazo convencional ou legal;

f) fallecendo alguma das partes, sendo algum dos herdeiros menor. ⁸⁵⁷

⁸⁵³ D. cit., arts. 21 e 22.

⁸⁵⁴ D. cit., art. 23.

⁸⁵⁵ D. cit., art. 24.

⁸⁵⁶ D. cit., art. 25.

⁸⁵⁷ D. cit., art. 26.

Art. 791. Em qualquer dos casos do artigo antecedente reverterão os autos ao juízo ordinario, si já houver causa pendente para proseguir nos termos ulteriores, ou proporão às partes as acções que julgarem competir-lhes. ⁸⁵⁸

Art. 792. Depois de acceita a nomeação expressa ou tacitamente, não poderão os arbitros escusar-se ao encargo que receberam. ⁸⁵⁹

Art. 793. Terminado o prazo marcado para a decisão da causa, poderá o juiz punir com multa de 1 a 5 % do valor da causa e prisão de 8 a 20 dias o arbitro que for convencido de conluio com uma das partes para demorar a decisão ou frustrar o compromisso. ⁸⁶⁰

Art. 794. Este julgamento será summario: ouvido o accusado por escripto sobre a petição e documentos da parte, dentro de tres dias improrogaveis, inquiridas verbalmente as testemunhas, si as houver, o juiz proferirá a sua sentença por escripto, como de direito for.

Desta sentença compete agravo de petição ou de instrumento. ⁸⁶¹

Art. 795. Feita a nomeação dos arbitros, só por commun accordo das partes poderá ser revogada. ⁸⁶²

Art. 796. Só poderão os arbitros ser recusados pelas partes por causa legal posterior ao compromisso, salvo si dellas não tinham conhecimento, e affirmarem ter chegado a sua noticia depois da nomeação. ⁸⁶³

Art. 797. São causas legaes de recusação dos arbitros todas as enumeradas no art. 80, e proposta por escripto será julgada na fôrma do art. 345. ⁸⁶⁴

Art. 798. Aceita a nomeação, os arbitros nomeados ordenarão por despacho que as partes deduzam sua intenção nos termos que serão marcados, segundo a

⁸⁵⁸ D. cit., art. 27.

⁸⁵⁹ D. cit., art. 28.

⁸⁶⁰ D. cit., art. 29.

⁸⁶¹ D. cit., art. 30.

⁸⁶² D. cit., art. 31.

⁸⁶³ D. cit., art. 32.

⁸⁶⁴ D. cit., art. 33.

difficuldade e complicação do negocio, não podendo exceder de 10 dias para cada uma. ⁸⁶⁵

Art. 799. O escrivão fará os autos com vista ao advogado de cada uma das partes, e findo o termo o cobrará com razões ou sem ellas. ⁸⁶⁶

Art. 800. Quando alguma das partes não tenha advogado, poderá no prazo marcado apresentar assignadas as suas allegações com os documentos respectivos, independentemente de vista dos autos. ⁸⁶⁷

Art. 801. Si alguma das partes não allegar ou não juntar os seus documentos nos prazos marcados, irá por deante a causa; e não se juntarão depois, salvo si nisso convier a outra parte. ⁸⁶⁸

Art. 802. Quando a causa precisar de maior discussão, ou o réo com a sua contestação juntar novos documentos, de que o autor não tenha feito menção, poderá conceder-se ao autor para replicar e ao réo para treplicar novo prazo, que nunca excederá de cinco dias. ⁸⁶⁹

Art. 803. Terminados os prazos, si as partes ou alguma dellas protestou por prova testemunhal, será marcada para isso uma só dilação, que não poderá ser maior de dez dias. ⁸⁷⁰

Art. 804. As testemunhas serão inquiridas pelas partes que as produzirem, seus advogados ou procuradores na presença dos arbitros, no dia, logar e hora marcados pelo escrivão, com intimação das partes ou seus procuradores. ⁸⁷¹

Art. 805. No juizo arbitral serão admittidas todas as provas admissíveis no juizo ordinario. ⁸⁷²

Art. 806. Findo o termo probatorio, serão os autos confiados aos arbitros em commun por cinco dias para

⁸⁶⁵ D. cit., art. 34.

⁸⁶⁶ D. cit., art. 35.

⁸⁶⁷ D. cit., art. 36.

⁸⁶⁸ D. cit., art. 37.

⁸⁶⁹ D. cit., art. 38.

⁸⁷⁰ D. cit., art. 39.

⁸⁷¹ D. cit., art. 40.

⁸⁷² D. cit., art. 41.

os examinar, findos os quaes declararão por cota si os acham em estado de ser julgados. ⁸⁷³

Art. 807. Si qualquer dos arbitros entender que a questão não está sufficientemente esclarecida, poderá mandar proceder ao exame ou diligencia que julgar conveniente e mesmo que se tome o compromisso de algumas das partes para ajuda de prova. ⁸⁷⁴

Art. 808. Qualquer destas diligencias pôde tambem ser feita a requerimento das partes, si alguma dellas o requerer até encerrar-se o termo probatorio. ⁸⁷⁵

Art. 809. Si os arbitros entenderem que a causa se acha em termos de ser julgada, assim o declararão por despacho, mandando que, sellados os autos, se lhes façam conclusos para a sentença final. ⁸⁷⁶

Art. 810. Os arbitros julgarão de facto e de direito, conforme a lei e as clausulas do compromisso, salvo si neste as partes as autorisarem para julgar por equidade, independentemente das regras e fôrmas de direito. ⁸⁷⁷

Art. 811. Quando os arbitros tiverem poderes para julgar por equidade, independentemente das regras e fôrmas de direito, poderão prescindir do processo estabelecido nos artigos antecedentes, e darão a sua decisão, ouvindo verbal e summariamente as partes e testemunhas, reduzindo a termo os depoimentos das testemunhas, e admittindo os memoriaes que as partes offerecerem. ⁸⁷⁸

Art. 812. A sentença dos arbitros será datada e assignada em commum, si concordarem, ou separadamente, si discordarem. ⁸⁷⁹

Art. 813. Si concordarem em parte e em parte discordarem, poderão na mesma sentença declarar aquillo em que concordam. ⁸⁸⁰

⁸⁷³ D. cit., art. 42.

⁸⁷⁴ D. cit., art. 43.

⁸⁷⁵ D. cit., art. 44.

⁸⁷⁶ D. cit., art. 45.

⁸⁷⁷ D. cit., art. 46.

⁸⁷⁸ D. cit., art. 47.

⁸⁷⁹ D. cit., art. 48.

⁸⁸⁰ D. cit., art. 49.

Art. 814. Si occorrer divergencia entre os arbitros, e no compromisso as partes não tiverem nomeado terceiro arbitro, ou autorizado a sua nomeação, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz para declarar extinto o compromisso. ⁸⁸¹

Art. 815. Si pelo compromisso estiverem os arbitros autorizados para nomeação de terceiro arbitro, o escrivão fará os autos conclusos aos mesmos arbitros para a nomeação do terceiro arbitro. ⁸⁸²

Art. 816. Os arbitros, conferenciando entre si, declararão por despacho datado e assignado em commum, ou a nomeação do terceiro arbitro, ou a sua discordancia sobre sua nomeação. ⁸⁸³

Art. 817. Dada a discordancia entre os arbitros sobre a nomeação do terceiro arbitro, o escrivão procederá nos termos do art. 814. ⁸⁸⁴

Art. 818. Havendo terceiro arbitro nomeado pelas partes ou pelos arbitros, o escrivão lhe fará os autos conclusos para desempatar. ⁸⁸⁵

Art. 819. O terceiro arbitro será sempre obrigado a conformar-se com a opinião de um dos arbitros, podendo, todavia, si a decisão versar sobre questões diversas, adeptar em parte a opinião de um ou outro sobre cada um dos pontos divergentes. ⁸⁸⁶

Art. 820. Para decidir deverá o terceiro arbitro conferenciar com os outros discordantes, que para isso serão notificados, e somente decidirá por si não se reunindo os arbitros no prazo marcado para a conferencia. ⁸⁸⁷

Art. 821. Nestas conferencias poderão os arbitros discordantes modificar a sua opinião no todo ou na parte

⁸⁸¹ D. cit., art. 50.

⁸⁸² D. cit., art. 51.

⁸⁸³ D. cit., art. 52.

⁸⁸⁴ D. cit., art. 53.

⁸⁸⁵ D. cit., art. 54.

⁸⁸⁶ D. cit., art. 55.

⁸⁸⁷ D. cit., art. 56.

em que discordarem, e do que se vencer entre elles á pluralidade se lavrará sentença por todos assignada. ⁸⁸⁸

Art. 822. O terceiro arbitro dará a sua decisão na fôrma determinada nos artigos antecedentes dentro do prazo de 20 dias, contados da publicação da sentença dos outros arbitros, si não houver outro prazo marcado para este fim no compromisso, ou si não for renovado por mutuo accordo das partes. ⁸⁸⁹

Art. 823. A sentença arbitral só pôde ser executada depois de homologada. ⁸⁹⁰

Art. 824. A sentença arbitral proferida pelo juiz da 1.^a instancia ou por qualquer membro de tribunal superior, quer como arbitro unico e commum das partes, quer intervenha qualquer delles sómente como arbitro nomeado por uma dellas, será executada independentemente de homologação. ⁸⁹¹

Art. 825. A sentença arbitral não aproveita nem prejudica a terceiro, que não assignou o compromisso; mas os herdeiros e successores dos que o assignaram respondem pelos seus resultados, e são obrigados a cumprir tudo a que seriam obrigados aquellés a quem succedem, ainda que sejam menores, ou outras quaesquer pessoas sujeitas á curatela. ⁸⁹²

Art. 826. Si o compromisso não contiver a clausula — sem recurso, appellando algumas das partes, será a causa decidida em 2.^a instancia pela fôrma e modo por que são julgadas as causas da jurisdicção ordinaria. ⁸⁹³

Art. 827. E' livre ás partes, sob sua responsabilidade, appellar da sentença arbitral, não obstante a clausula — sem recurso. ⁸⁹⁴

⁸⁸⁸ D. cit., art. 57.

⁸⁸⁹ D. cit., art. 58.

⁸⁹⁰ D. cit., art. 59.

⁸⁹¹ D. cit., art. 60.

⁸⁹² D. cit., art. 61.

⁸⁹³ D. cit., art. 62.

⁸⁹⁴ D. cit., art. 63.

Art. 828. Ao Supremo Tribunal compete decidir si o caso é de appellação, não obstante a clausula — sem recurso.⁸⁹⁵

Art. 829. A clausula — sem recurso — não obsta a appellação:

a) sendo nullo ou estando extincto o compromisso;

b) excedendo os arbitros os poderes conferidos pelo compromisso;

c) preterindo os arbitros as fórmass essenciaes do processo.⁸⁹⁶

Art. 830. Decidindo o Supremo Tribunal que não houve algum dos casos referidos no artigo antecedente, não tomará conhecimento da appellação.⁸⁹⁷

Art. 831. Decidindo, porém, que o compromisso é nullo ou extincto, julgará nulla a decisão arbitral, e mandará que se proceda na fórmula do art. 791.⁸⁹⁸

Art. 832. Outrosim, decidindo o Supremo Tribunal que os arbitros excederam os seus poderes, julgará nulla a decisão arbitral, e mandará que os arbitros decidam de novo a causa, salva a disposição dos arts. 788 e 790 e.

Assim se procederá também, quando o tribunal decidir que houve preterição de fórmass essenciaes do processo.⁸⁹⁹

Art. 833. Em qualquer dos casos dos arts. 831 e 832 a pena convencional ficará sem effeito.⁹⁰⁰

Art. 834. A pena convencional, no caso do art. 830, será demandada por acção de dez dias.⁹⁰¹

Art. 835. Si a causa já pender em juizo ordinario, continuará a escrever no juizo arbitral o escrivão que era do feito.⁹⁰²

⁸⁹⁵ D. cit., art. 61.

⁸⁹⁶ D. cit., art. 65.

⁸⁹⁷ D. cit., art. 66.

⁸⁹⁸ D. cit., art. 67.

⁸⁹⁹ D. cit., art. 68.

⁹⁰⁰ D. cit., art. 69.

⁹⁰¹ D. cit., art. 70.

⁹⁰² D. cit., art. 71.

Art. 836. Si a causa começar logo no juizo arbitral, escreverá no feito qualquer dos escrivães do civil, a quem tocar por distribuição, a requerimento do autor. ⁹⁰³

Art. 837. Ao juiz que presidir o juizo arbitral compete:

- a) proceder ás diligencias que lhe forem requeridas para instituição do juizo arbitral ;
- b) impor a pena marcada no art. 793 ;
- c) tomar conhecimento da recusação dos arbitros ;
- d) homologar e executar as sentenças arbitraes ;
- e) providenciar sobre todos os incidentes que dependerem de jurisdicção. ⁹⁰⁴

Art. 838. O juiz seccional do domicilio das partes compromittentes ou de uma dellas, quando for diverso, qual for por ellas escolhido, será o competente para presidir ao juizo arbitral. ⁹⁰⁵

TITULO X

DAS PRESCRIÇÕES DAS ACÇÕES

Art. 839. As acções reaes sobre immoveis prescrevem não sendo intentadas dentro de dez annos entre presentes e dentro de vinte entre ausentes, contados do dia em que a cousa veio ao poder do possuidor.

§ 1.º São requisitos desta prescripção, além do lapso do tempo, o justo titulo e a boa fé do possuidor.

§ 2.º E' justo titulo todo aquelle que, segundo as regras geraes do direito, reputa-se apto para a transferencia do dominio ou de direitos reaes.

Dispensa-se o justo titulo na prescripção trintanaria.

§ 3.º O possuidor de má fé não prescreve em tempo algum.

⁹⁰³ D. cit., art. 72.

⁹⁰⁴ D. cit., art. 73.

⁹⁰⁵ D. cit., art. 74.

§ 1.º Consideram-se presentes o credor e o possuidor, quando ambos são moradores na mesma comarca, e ausentes no caso contrario.⁹⁹⁶

Art. 840. Não estão sujeitas á regra geral sobre o prazo:

1.º A acção da mulher casada para haver bens transferidos pelo marido á concubina, a qual pôde ser intentada, enquanto o marido e a mulher conviverem.

Morto o marido ou estando a mulher separada delle, a acção pôde ser proposta dentro de quatro annos contados da morte ou separação.

Morta a mulher em vida do marido, e ficando-lhe filhos ou outros descendentes ou ascendentes, podem elles propor a acção até quatro annos a contar do dia do fallecimento.⁹⁹⁷

2.º As acções sobre servidões urbanas, pertencentes ao antigo juízo da almotaceria, que prescrevem, não sendo intentadas ou seguidas dentro de tres mezes.⁹⁹⁸

Art. 841. As acções pessoais prescrevem não sendo propostas dentro de trinta annos a contar do dia em que a obrigação é exigivel.⁹⁹⁹

Exceptuam-se:

1.º As acções por lesão enorme, que prescrevem no prazo de quinze annos contados do dia em que os contractos foram concluidos.¹⁰⁰⁰

2.º As acções summarias possessórias, que prescrevem não sendo intentadas no anno e dia da data da turbação ou esbulho.¹⁰⁰¹

3.º Os salarios dos advogados, procuradores e escriptivães, que prescrevem dentro de tres mezes da sentença final.¹⁰⁰²

⁹⁹⁶ Ord., l. 4º, t. 3, § 4, t. 79, § 3, t. 58, § 4, l. 3, t. 40, § 3, l. 53, § 5; R. n. 1318 de 30 de janeiro de 1851, art. 25.

⁹⁹⁷ Ord., l. 4, t. 66.

⁹⁹⁸ Ord., l. 4, t. 68, § 12.

⁹⁹⁹ Ord., l. 4, t. 79, princ.

¹⁰⁰⁰ Ord., l. 4, t. 13, § 5.

¹⁰⁰¹ Ord., l. 3, t. 48.

¹⁰⁰² Ord., l. 4, t. 79, § 18, t. 81, § 30, t. 92, § 18.

4.º As acções por vícios rhedibitorios que prescrevem no fim de um mez ou de dous mezes a contar do dia da entrega da cousa, conforme as partes estiverem ou não no mesmo lugar, feito neste ultimo caso o protesto judicial pelo comprador.

Si o vendedor estiver fóra da Republica, o comprador, interposto o seu protesto, poderá demandal-o dentro de um mez depois que elle voltar. ⁹¹³

5.º As acções de soldadas dos criados, que prescrevem dentro de tres mezes ou de tres annos contados do dia em que deixaram a casa dos amos, conforme servirem por mez ou por mais tempo.

Sendo os criados menores, o prazo começará a correr da maioridade. ⁹¹⁴

Art. 842. A prescripção não corre :

a) contra os que se acharem servindo na Armada ou no Exercito em tempo de guerra, enquanto a guerra durar e um anno depois ; ⁹¹⁵

b) contra menores de 14 annos.

Depois desta idade, a prescripção corre, mas o menor pôde ser contra ella restituído, tendo havido legitimo impedimento. ⁹¹⁶

Art. 843. A prescripção interrompe-se :

a) fazendo-se novação da obrigação ou renovando-se o titulo primordial della ;

b) por via de citação judicial ;

c) por meio de protesto judicial, intimado pessoalmente ao devedor ou por editos ao ausente de que não se tiver noticia ;

d) por qualquer outro modo admittido por direito.

A prescripção interrompida principia a correr de novo : no primeiro caso, da data da nomeação ou reforma do titulo ; no segundo, da data do ultimo termo judicial que

⁹¹³ Ord., l. 4, t. 17, § 7.

⁹¹⁴ Ord., l. 4, t. 32, princ., e § 1.

⁹¹⁵ Cod. Com., art. 452.

⁹¹⁶ Ord., l. 4, t. 79, § 2.

se praticar por effeito da citação ; no terceiro, da data da intimação do protesto. ⁹¹⁷

Art. 844. Aquelle que possui por seus agentes, pre-postos ou mandatarios, pais, tutores ou curadores, entende-se que possui por si.

Quem provar que possuía por si ou por seus ante-possuidores, ao tempo do começo da prescrição, presume-se ter possuido sempre sem interrupção. ⁹¹⁸

PARTE QUARTA

Processo commercial

CAPITULO I

DA JURISDICÇÃO COMMERCIAL

Art. 1.º Pertencem á jurisdicção commercial da justiça da União :

a) as questões de direito maritimo e de navegação, assim no oceano como nos rios e lagos do paiz ;

b) as questões de direito internacional privado, que se rejam pelas leis e usos commerciaes ;

c) as causas commerciaes em razão dos actos e das pessoas, ou sómente em razão dos actos que devam ser sujeitas á justiça federal, por verificar-se alguns dos casos previstos no art. 57 da 1ª parte desta Consolidação. ¹

Art. 2.º São causas commerciaes em razão dos actos e das pessoas todas as que derivarem de direitos e obrigações sujeitas ás disposições das leis commerciaes, comtanto que uma das partes seja commerciante ou auxiliar do commercio. ²

⁹¹⁷ Cod. Com., art. 453 ; Ord..l. 4, t. 79, § 1.

⁹¹⁸ Cod. Com., art. 455.

¹ C., art. 60.

² C. Com., t. unico, art. 13 ; R. n. 737, art. 10, art. 11, § 2.

Art. 3.º Não basta para determinar a competência da jurisdição commercial que ambas as partes ou alguma dellas seja commerciante, mas é essencial que a divida seja tambem commercial. Outrosim não basta que a divida seja commercial, mas é essencial que ambas ou uma das partes seja commerciante. ³

Art. 4.º A parte não commerciante é sujeita à jurisdição commercial, ou interviesse no contracto, ou seja herdeira, successora, cessionaria, subrogada, possuidora de titulos e papeis de credito commerciaes, possuidora de bens por penhor ou hypotheca obrigados a divida commercial, possuidora de bens alienados em fraude de dividas commerciaes ou vendedora no caso de evicção. ⁴

Art. 5.º As questões de bens de raiz, com excepção daquellas que occorrerem nas execuções ou derivarem de hypothecas, não pertencem ao juizo commercial. ⁵

Art. 6.º São causas commerciaes em razão sómente dos actos, embora não intervenha pessoa commerciante :

a) as questões entre particulares sobre titulos de divida publica e outros papeis de credito do Governo ;

b) as questões de companhias e sociedades, qualquer que seja a sua natureza e objecto ;

c) as questões que derivarem de contractos de locação por tempo e preço certos (cap. 8º da 1ª parte do Cod. Com.), exceptuadas sómente as que forem relativas á locação de predios rusticos e urbanos ;

d) as questões relativas a letras de cambio e da terra, seguros, riscos e fretamentos, privilegios industriaes e marcas de fabrica. ⁶

Art. 7.º São sujeitos à jurisdição commercial todos os signatarios de effeitos commerciaes. ⁷

³ R. n. 737, art. 11.

⁴ R. n. 737, art. 12.

⁵ R. n. 737, art. 13.

⁶ Cod. Com., art. 19 ; R. n. 377, art. 20 ; L. n. 3129 de 14 de outubro de 1882, art. 5, § 3 ; L. n. 3316 de 14 de outubro de 1887, art. 22.

⁷ L. n. 169 A. de 19 de janeiro de 1890, art. 20 ; R. n. 370, art. 380.

Art. 8.º Todo juiz ou tribunal que conhecer de negócios e causas commerciaes, todo arbitro ou arbitrador, experto ou perito, que tiver de decidir sobre objectos, actos ou obrigações commerciaes, é obrigado a fazer applicação da legislação commercial aos casos occurrentes.

§ 1.º Constituem legislação commercial as leis commerciaes e subsidiariamente os usos commerciaes e as leis civis.

§ 2.º Os usos commerciaes preferem ás leis civis sómente nas questões sociaes e nos casos expressos no Cod. Com. *

Art. 9.º As leis e usos dos paizes estrangeiros, no direito commercial como no civil, regulam :

I. As questões sobre o estado e a capacidade dos estrangeiros residentes no Brazil.

Todavia os contractos não serão nulos, provando-se que reverteram em utilidade do estrangeiro.

II. A forma dos contractos ajustados em paiz estrangeiro, salvo os casos exceptuados no Cod. Com. e os contractos exequiveis no Brazil, sendo celebrados por brasileiros nos logares em que houver consul brasileiro. ⁹

Os contractos ajustados em paiz estrangeiro, mas exequiveis no Brazil, serão regulados e julgados pela legislação brasileira. ¹⁰

Art. 10. Além da jurisdição contenciosa, cabe aos juizes seccionaes, como juizes do commercio :

a) processar e julgar a justificação que o capitão de navio deve fazer para tomar dinheiro a risco e vender mercadorias da carga ;

b) nomear depositario para receber os generos e pagar os fretes devidos, quando está ausente o consignatario, ou não se apresenta o portador do conhecimento, à ordem ;

c) providenciar no caso de naufragio sobre a salvação da gente, navio e carga, e proceder ao inventario, guarda ou venda dos objectos salvados, no caso de faltar o capitão ou não apparecer o dono ou alguém por elle ;

* Cod. Com., art. 21 ; R. n. 737, arts. 1º e 2º.

⁹ R. n. 737, art. 3º.

¹⁰ R. n. 737, art. 4º.

- d) autorisar a descarga do navio arribado;
- e) proceder aos exames, diligencias, arbitramentos e vistorias, liquidação e repartição no caso de avaria grossa e dar providencias sobre os effeitos avariados. ¹¹

CAPITULO II

DO PROCESSO EM GERAL

Art. 11. São applicaveis ao processo, julgamento e execução das causas commerciaes em geral as disposições da parte 3ª desta Consolidação sobre o processo civil, com os complementos e alterações constantes dos capitulos seguintes. ¹²

CAPITULO III

DOS PROCESSOS PREPARATORIOS, PREVENTIVOS E ASSECURATORIOS

SECÇÃO I

DO EMBARGO OU ARRESTO

Art. 12. Sendo o devedor commerciante, o embargo ou arresto tem lugar, quando o devedor cessa os seus pagamentos e não se apresenta; intenta ausentar-se furtivamente ou desviar todo ou parte do seu activo; fecha ou abandona o seu estabelecimento; occulta seus effeitos e moveis da casa; procede a liquidações precipitadas; põe os bens em nome de terceiros; contrae dividas extraordinarias ou simuladas. ¹³

Art. 13. O embargo das embarcações só tem lugar nos seguintes casos :

1.º Emquanto durar a responsabilidade da embarcação por obrigações privilegiadas, pôde esta ser embargada e

¹¹ R. n. 737, art. 21, §§ 3, 4, 5, 6 e 7.

¹² D. n. 763 de 19 de setembro de 1890, art. 1.

¹³ R. n. 737, art. 321, § 5º.

detida; a requerimento de credores que apresentarem títulos legaes, em qualquer ponto da Republica onde se achar, estando sem carga, ou não tendo recebido a bordo mais da quarta parte da que corresponder à sua lotação; o embargo porém não será admissivel, achando-se a embarcação com os despachos necessarios para poder ser declarada desimpedida, qualquer que seja o estado da carga, salvo si a divida proceder de fornecimentos feitos no mesmo porto e para a mesma viagem.

2.º Nenhuma embarcação pôde ser embargada ou detida por divida não privilegiada, salvo não porto de sua matricula; e mesmo neste, unicamente nos casos em que os devedores são por direito obrigados a prestar caução em juizo, achando-se previamente intentadas as acções competentes.

3.º Nenhuma embarcação, depois de ter recebido mais da quarta parte da carga correspondente à sua lotação, pôde ser embargada ou detida por dividas particulares do armador, excepto si estas tiverem sido contrahidas para apromptar o navio para a mesma viagem, e o devedor não tiver outros bens com que possa pagar; mas mesmo neste caso se mandará levantar o embargo, dando os mais compartes fiança pelo valor de seus respectivos quinhões, assignando o capitão termo de voltar ao mesmo lugar, finda a viagem, e prestando os interessados na expedição fiança idonea à satisfação da divida, no caso de não voltar a embarcação por qualquer incidente; ainda que seja de força maior.

4.º Os navios estrangeiros surtos nos portos do Brazil não podem ser embargados nem detidos, ainda mesmo que se achem sem carga, por dividas que não forem contrahidas no territorio brasileiro em utilidade dos mesmos navios ou da sua carga; salvo provindo a divida de letras de risco ou de cambio, sacadas em paiz estrangeiro e vencidas em algum lugar da Republica.

5.º Nenhum navio pôde ser detido ou embargado por dividas particulares de um comparte. ⁴⁵

⁴⁵ C. cod., arts. 479 a 483; R. n. 737, art. 338.

SECÇÃO II

DA DETENÇÃO PESSOAL

Art. 14. A detenção pessoal tem lugar :

a) quando qualquer commerciante, matriculado ou não, intenta ausentar-se furtivamente, abandona o seu estabelecimento ou se occulta;

b) quando contráe dividas e empenhos extraordinarios com manifesta má fé em tempo proximo ao fallimento, para retirar-se do lugar, ou commette outro qualquer artificio fraudulento em prejuizo do credor, como si puzer os bens em nome de terceiro, ou alienal-os simuladamente ou escondel-os. ¹⁵

Art. 15. A detenção resolve-se em prisão criminal no caso de pronuncia, não só por estellionato, como por banca rota. ¹⁶

SECÇÃO III

DOS PROTESTOS DE LETRAS

Art. 16. Os protestos das letras de cambio (art. 405 do Codigo), da terra (art. 425 do Codigo), de risco (arts. 635 e 661 do Codigo), conhecimentos de fretes passados á ordem e endossados (art. 587 do Codigo), apolices de seguro endossadas (art. 675 do Codigo), notas promissorias endossadas (art. 426 do Codigo) serão regulados pelo titulo XVI, capitulo I, secção VI, parte I, do Cod. Com. ¹⁷

Art. 17. O protesto é necessario :

§ 1.º No caso de não acceite (art. 373 do Codigo).

§ 2.º No caso de não ser encontrado, ou estar em lugar distante, ou occultar-se o acceitante (art. 374 do Codigo).

¹⁵ R. n. 737, art. 343, §§ 3 e 5.

¹⁶ R. n. 737, art. 350.

¹⁷ R. n. 737, art. 370.

§ 3.º No caso de recusar o acceitante a entrega da letra que lhe foi apresentada para acceitar ou pagar (art. 412 do Código).

§ 4.º No caso de ser desconhecido ou de não poder-se descobrir o domicilio daquelle que deve acceitar ou pagar a letra (art. 411 do Código).

§ 5.º No caso de acceite condicional ou restricto (art. 375 do Código).

§ 6.º No caso de não pagamento (art. 376 do Código).

§ 7.º No caso de quebra (art. 390 do Código).

§ 8.º No caso de intervenção (arts. 397, 403 e 413 do Código).

§ 9.º Quando o acceite da letra, passada a dias ou mezes de vista, não for datado pelo acceitante (art. 395 do Código). ¹⁸

Art. 18. O protesto não é necessario :

§ 1.º Nas notas promissórias, conhecimentos de frete, apolices de seguro que não teem endosso.

§ 2.º Contra o sacador, si a letra não foi acceita, ou si deixou de ser paga porque elle, ou o terceiro, por cuja conta a sacou, não fizeram a provisão de fundos ao tempo do vencimento (arts. 366, 368 e 381 do Código).

§ 3.º Contra o acceitante, si a letra não é paga (art. 381 do Código).

§ 4.º Contra o terceiro por conta de quem a letra é sacada, si elle não fez provisão de fundos (art. 367 do Código).

§ 5.º Contra o garante do sacador ou sacado nos mesmos casos em que contra elles é desnecessario o protesto (art. 258 do Código). ¹⁹

Art. 19. São competentes para interpôr e tirar o protesto :

§ 1.º O portador (art. 381 do Código).

§ 2.º O possuidor (arts. 277 e 387 do Código). ²⁰

¹⁸ R. n. 737, art. 374.

¹⁹ R. n. 737, art. 372.

²⁰ R. n. 737, art. 373.

Art. 20. As letras devem ser protestadas :

§ 1.º No domicilio do sacado, acceitante ou da terceira pessoa designada na letra ou no acceite (art. 411 do Código).

§ 2.º No domicilio do pagamento, quando as letras foram sacadas ou acceitas para serem pagas em outro domicilio que não for o do sacado ou acceitante, ou quando o que dever acceitar ou pagar a letra for desconhecido ou se não puder descobrir o seu domicilio (art. 411 do Código). ²¹

Art. 21. E' competente para tomar o protesto o escrivão privativo dos protestos ou qualquer tabellião do logar na conformidade da legislação estadual. ²²

Art. 22. Si acontecer que o sacado ou acceitante, tendo ficado em seu poder com a letra (sujeita á jurisdicção federal) para acceitar ou pagar, se recuse a entregal-a a tempo de poder ser levada ao protesto, será este tomado sobre outra via ou em separado, si a não houver, com esta declaração, e poderá proceder-se á prisão do sacado até que effectue ou entregue a letra. ²³

Art. 23. Para ordenar-se a prisão, deverá o portador da letra dirigir ao juiz uma petição, requerendo que se que justificar que a letra foi entregue ao sacado, e que, sendo-lhe pedida, não a entregara. ²⁴

Art. 24. O juiz procederá incontinentemente verbalmente e de plano á inquirição das testemunhas, reduzindo a termo os seus depoimentos e as respostas do portador, e mandará passar mandado de prisão, ao qual nada obsta sinão a entrega da letra ou a fiança, si a letra ainda não estava acceita, ou o deposito, si já estava acceita. ²⁵

Art. 25. A fiança ou deposito sómente serão levantados, ou depois de sentença irrevogavel na acção ordinaria, que o portador propuzer contra o sacado, ou si o

²¹ R. n. 737, art. 731.

²² R. n. 737, art. 375.

²³ R. n. 737, art. 376.

²⁴ R. n. 737, art. 377.

²⁵ R. n. 737, art. 378.

portador, dentro de 15 dias depois de prestada a fiança ou depósito, não propuzer a referida acção.²⁶

Art. 26. O apontamento e o acto do protesto serão tomados pela forma estabelecida nos arts. 406, 408, 409 e 410 do Cod. Com.²⁷

Art. 27. Toda letra que houver de ser protestada por falta de acceite ou pagamento deve ser levada ao escrivão dos protestos no mesmo dia em que devia ser aceita ou paga antes do sol posto (art. 407 do Codigo).

Quanto ao vencimento, serão observados os arts. 356, 357 e 358 do Codigo (art. 407, do Codigo).²⁸

Art. 28. O protesto deve ser tirado dentro de tres dias uteis precisos, sob pena de nullidade e responsabilidade do escrivão (arts. 407 e 414, do Codigo).²⁹

Art. 29. Dentro dos sobreditos tres dias uteis é o escrivão obrigado a fazer por escripto as intimações necessarias ás pessoas a quem competir, si morarem no termo, pena de nullidade e de responsabilidade (arts. 377, 406, § 3º, 407, 409 e 414 do Codigo).³⁰

Art. 30. Si a pessoa de quem o portador recebeu a letra morar fôra do logar, ao portador incumbe o aviso e remessa da certidão do protesto pela primeira via opportuna que se lhe offerecer, pena de ficar extincta toda acção que podia ter para haver o seu embolso do sacador e endossantes (arts. 371 e 377, do Codigo). A prova da remessa pôde ser o conhecimento do seguro da carta respectiva; para esse fim a carta será levada aberta ao Correio, onde verificando-se a existencia do aviso e certidão do protesto se declarará no conhecimento e talão respectivo o conteúdo ou objecto da carta segura.³¹

Art. 31. Todos os endossados são obrigados a transmittir o protesto recebido e na mesma dilação (art. 377 do Codigo) aos seus respectivos endossadores, pena de serem

²⁶ R. n. 737, art. 379.

²⁷ R. n. 737, art. 380.

²⁸ R. n. 737, art. 381.

²⁹ R. n. 737, art. 382.

³⁰ R. n. 737, art. 383.

³¹ R. n. 737, art. 384.

responsaveis pelas perdas e damnos que da sua omissão resultarem (art. 378 doCodigo).³²

Art. 32. Si o que dever acceitar ou pagar a letra for desconhecido ou não se puder descobrir o seu domicilio, a intimação será feita por denunciação do escrivão affixada nos logares publicos e publicada nos jornaes (art. 411 doCodigo).³³

Art. 33. Por igual e conforme ao artigo antecedente se fará a intimação, quando o acceitante não é encontrado, ou está ausente, ou se occulta, devendo o escrivão, quando a parte interpuzer o protesto por algumas das referidas razões encarregar a intimação a official de justiça, que procedendo como está determinado para a citação com hora certa (art. 46), passará a competente certidão que será inserta no acto do protesto, ou na denunciação edital.³⁴

Art. 34. O escrivão que por omissão ou prevaricação for causa da nullidade de algum protesto (arts. 407, 408 e 409 doCodigo), será obrigado a indemnisar as partes de todas as perdas, damnos e despesas legaes que dessa nullidade resultarem, e perderá o officio á vista da sentença que o condemnar nas referidas perdas, damnos e despesas legaes (art. 414 doCodigo).³⁵

Art. 35. As duvidas que o escrivão oppuzer por serem as letras apresentadas ou por pessoa incompetente, ou fôra de tempo, serão decididas pelo juiz seccional (art. 6º), e a decisão será escripta no acto do protesto.³⁶

SECÇÃO IV

DA EXHIBIÇÃO

Art. 36. A exhibição dos livros e escripturação commercial por inteiro ou de balanços geraes de qualquer casa commercial pôde ser requerida como preparatoria da

³² R. n. 737, art. 385.

³³ R. n. 737, art. 386.

³⁴ R. n. 737, art. 387.

³⁵ R. n. 737, art. 388.

³⁶ R. n. 737, art. 389.

acção competente pelas pessoas ás quaes esse direito é concedido pelo art. 133.³⁷

Art. 37. Citada a pessoa a quem os livros pertencem, ou em cujo poder estão, para exhibil-os dentro do prazo e no lugar designados com comminação de prisão, será esta citação accusada em audiencia.³⁸

Art. 38. Accusada a citação, si o réo pedir vista, lhe será concedida por cinco dias para contestar, findos os quaes terá lugar a dilação das provas por dez dias, e arrazoando o autor e o réo successivamente no termo de cinco dias, o juiz julgará afinal.³⁹

Art. 39. A contestação só pôde versar sobre o interesse legitimo que o autor tem na exhibição.⁴⁰

Art. 40. Si o juiz julgar procedente a acção, mandará passar mandado para a exhibição, que terá lugar incontinentemente, sob pena de prisão, que será logo executada, si o réo não cumprir o mandado.

Quanto ás custas, se passará para o seu pagamento mandado de penhora.⁴¹

Art. 41. A exhibição dos protocollos dos corretores, dos livros dos agentes de leilão e de quaesquer officiaes publicos, se fará independentemente de acção ou requerimento da parte interessada, e por despacho do juiz, que procederá contra os officiaes, que recusarem, como desobedientes e mandando-os prender.⁴²

SECÇÃO V

PROTESTOS FORMADOS A BORDO

Art. 42. O protesto ou processo testemunhavel formado a bordo consistirá:

a) no relatorio circumstanciado do sinistro, devendo referir em resumo a derrota até o ponto do mesmo sinistro e declarar a altura em que elle succedeu ;

³⁷ R. n. 737, art. 351 ; D. n. 848, art. 220.

³⁸ R. n. 737, art. 352 ; D. n. 848, art. 221.

³⁹ R. n. 737, art. 353 ; D. n. 848, art. 222.

⁴⁰ R. n. 737, art. 354.

⁴¹ R. n. 737, arts. 355 e 356 ; D. n. 848, art. 223.

⁴² R. n. 737, art. 357.

b) na exposição motivada da determinação do capitão, na qual se declarará si a ella precedeu deliberação das pessoas competentes, e si a deliberação foi contraria ou conforme. ⁴³

Art. 43. O protesto ou processo testemunhavel será escripto pelo escrivão ou piloto, e em falta delles por pessoa que o capitão nomear, dictado e assignado pelo mesmo capitão e por aquelles que tomaram parte na deliberação, aos quaes é licito declararem-se vencidos. ⁴⁴

Art. 44. Os officiaes e pessoas que farão parte da junta para a deliberação são os pilotos, contramestres, peritos e marinheiros mais intelligentes e antigos no serviço do mar. ⁴⁵

Art. 45. A junta se reunirá e a deliberação será tomada na presença dos interessados no navio ou na carga, si algum se achar a bordo, os quaes todavia não teem voto.

O voto do capitão é de qualidade, podendo elle obrar independentemente da deliberação tomada sob a sua responsabilidade, sempre que julgar conveniente. ⁴⁶

Art. 46. O protesto ou processo testemunhavel formado a bordo não dispensa a acta da deliberação, na qual, além do facto e circumstancias occurrentes, se devem declarar os fundamentos da deliberação e dos votos vencidos, assim como os motivos da determinação do capitão, quando for contraria.

A acta procederá ao protesto que a ella se deve referir, e o juiz não admittirá a ratificação do mesmo protesto, si do diário da navegação não constar a referida acta. ⁴⁷

Art. 47. O protesto e o processo testemunhavel devem ser ratificados nas primeiras 24 horas uteis da entrada. ⁴⁸

⁴³ R. n. 737, art. 360; D. n. 848, art. 224.

⁴⁴ R. n. 737, art. 361; D. n. 848, art. 225.

⁴⁵ R. n. 737, art. 362; D. n. 848, art. 226.

⁴⁶ R. n. 737, art. 363; D. n. 848, art. 226.

⁴⁷ R. n. 737, art. 364; D. n. 848, art. 227.

⁴⁸ P. 37, art. 365; D. n. 848, art. 228.

Art. 48. O capitão entregará dentro do dito prazo ao juiz seccional o referido protesto e processo testemunhavel, e o diario da navegação. ⁴⁹

Art. 49. Notificados os interessados, si forem conhecidos e presentes, procederá o juiz á ratificação, interrogando e inquirindo o capitão e as pessoas que assignaram o protesto sobre o sinistro e suas circumstancias. ⁵⁰

Art. 50. Concluida a inquirição serão os autos conclusos, sellados e preparados, e o juiz julgará por sentença a ratificação, dando instrumento á parte para usar delle como e quando lhe convier. ⁵¹

Art. 51. A ratificação não é susceptivel de embargos, recursos e contra-protestos : vale como prova plena absoluta, mas pôde ser illidida e impugnada por provas em contrario nas acções competentes. ⁵²

SECÇÃO VI

VISTORIA DAS FAZENDAS AVARIADAS

Art. 52. Havendo presumpção de que as fazendas foram damnificadas, roubadas ou diminuidas, o capitão é obrigado, e o consignatario e quaesquer outros interessados teem direito a requerer que sejam judicialmente visitadas e examinadas, e os damnos estimados a bordo antes da descarga ou dentro em vinte e quatro horas depois ; e ainda que este procedimento seja requerido pelo capitão, não prejudicará os seus meios de defesa. ⁵³

Art. 53. Si as fazendas forem entregues sem o referido exame, os consignatarios teem direito de fazer proceder a exame judicial no preciso termo de quarenta e oito horas depois da descarga, e, passado este prazo, não haverá mais logar a reclamação alguma.

⁴⁹ R. n. 737, art. 366; D. n. 848, art. 228.

⁵⁰ R. n. 737, art. 367; D. n. 848, art. 229.

⁵¹ R. n. 737, art. 368; D. n. 848, art. 230.

⁵² R. n. 737, art. 369.

⁵³ C. Com., art. 618.

Todavia, não sendo a avaria ou diminuição visível por fóra, o exame judicial poderá validamente fazer-se dentro de dez dias depois que as fazendas passarem ás mãos dos consignatarios, nos termos do art. 211 do Cod. Commercial⁵⁴

CAPITULO IV

ACÇÕES SUMMARIAS E ESPECIAES

SECÇÃO I

DAS ACÇÕES SUMMARIAS

Art. 54. Além das acções de pequeno valor ou não excedentes a 1:000\$000, são summarias no juizo commercial e processadas conforme as disposições do tit. V capitulo I da 3^a parte desta Consolidação :

a) as acções relativas ao ajuste e despedida dos individuos da tripulação, guarda-livros, feitores e caixeiros ;

b) as acções para pagamento de salarios, commissões, alugueis ou retribuições devidas aos depositarios, guarda-livros, feitores e caixeiros, trapicheiros e administradores de armazens de depositos, e fiadores ;

c) as acções relativas ao fornecimento de victualhas e mantimentos para os navios ;

d) as acções que derivarem da conducção e transporte ou deposito de mercadorias, salva a excepção do art. 101 § 2^o.⁵⁵

SECÇÃO II

DA ASSIGNAÇÃO DE DEZ DIAS

Art. 55. Compete tambem esta acção :

a) ás letras de cambio e áquellas que, conforme as leis commerciaes, teem a mesma força e acção;

⁵⁴ C. Com. art. 618.

⁵⁵ R. n. 936.

- b) aos conhecimentos de frete ;
- c) ás apolices ou letras de seguro para haver o segurador o premio do seguro ;
- d) ás facturas e contas de generos vendidos em grosso, não reclamadas no prazo legal, sendo assignadas pela parte ;
- e) aos instrumentos de contractos commerciaes, ás notas promissorias ou escriptos de transacções commerciaes. ⁵⁶

Art. 56. A's letras de cambio, da terra ou notas promissorias sòmente se podem oppôr os seguintes embargos:

- a) falsidade ;
- b) nullidade ;
- c) pagamento ;
- d) novação ;
- e) prescripção ;
- f) letra prejudicada ou endossada depois do vencimento. ⁵⁷

Art. 57. Aos conhecimentos de fretes sòmente se podem oppôr os seguintes embargos:

- a) falsidade ;
- b) quitação ;
- c) embargo, arresto ou penhora e deposito judicial ;
- d) perdimento dos effeitos carregados por causa justificada. ⁵⁸

Art. 58. A's letras de risco se podem oppôr, além dos embargos do art. 56, todos aquelles que, conforme o Código Commercial (tit. VI, parte 2ª), excluem ou perimem a obrigação do tomador. ⁵⁹

Art. 59. A acção de assignação de dez dias só tem logar entre as proprias partes contractantes e endossadores de letras e papeis de credito commerciaes. ⁶⁰

⁵⁶ R. n. 737, art. 247, §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º.

⁵⁷ R. n. 737, art. 250.

⁵⁸ Cod. Com., art. 588 ; R. n. 737, art. 251.

⁵⁹ R. n. 737, art. 252.

⁶⁰ R. n. 737, art. 267.

SECÇÃO III

DAS SOLDADAS

Art. 60. Esta acção compete aos individuos da tripulação ou aos seus herdeiros. ⁶¹

Art. 61. Sómente é admissivel para as soldadas vencidas, e não para aquellas que forem devidas no caso de rompimento da viagem ou de despedida por causa não justa. ⁶²

Art. 62. Não pôde ser proposta pelos individuos da tripulação sinão tres dias depois da descarga. ⁶³

Art 63. A petição inicial deve conter, além dos nomes do autor e do réo :

a) o contracto ou ajuste com as especificações necessarias, como o tempo e o preço das soldadas;

b) a quantia das soldadas vencidas ;

c) a indicação das provas em que se funda a demanda.

Nesta petição deve o autor requerer que o réo seja citado para ver jurar ou afirmar sob compromisso as soldadas vencidas, e pagal-as. ⁶⁴

Art. 64. A petição inicial deve ser instruida com a nota do capitão (art. 543 deCodigo Commercial), si não for elle que propuzer a acção. ⁶⁵

Art. 65. Na audiencia para a qual for o réo citado, presente elle ou apregoadado e á sua revelia, o autor prestará o juramento ou compromisso.

O réo não é ouvido sem depositar a quantia assim affirmada. ⁶⁶

Art. 66. Quando o individuo da tripulação deixar de juntar a nota a que se refere o art. 64, allegando que o capitão lh'a recusara, o juramento ou compromisso

⁶¹ R. n. 737, art. 289.

⁶² R. n. 737, art. 290.

⁶³ R. n. 737, art. 291.

⁶⁴ R. n. 737, art. 292.

⁶⁵ R. n. 737, art. 293.

⁶⁶ R. n. 737, art. 294.

inicial deve versar não só sobre as soldadas vencidas, como também sobre a recusa. ⁶⁷

Art. 67. Depositada a quantia, assignar-se-ha ao réo o termo de cinco dias para contestar, findos os quaes seguir-se-ha a dilação das provas, que será de dez dias, e depois de arrazoarem o autor e o réo em cinco dias cada um, será a causa julgada afinal. ⁶⁸

Art. 68. Si o réo for condemnado na quantia pedida, independentemente de sentença, e não obstante a appellação, por simples mandado levantará o autor o deposito.

Si o autor for o capitão e a sua conta tiver sido condemnada, não pôde levantar o deposito sem fiança. ⁶⁹

Art. 69. Quanto ás custas, proceder-se-ha como determina o art. 365 da 3ª parte desta Consolidação. ⁷⁰

SECÇÃO IV

DOS SEGUROS

Art. 70. Esta acção é sómente competente para a indemnisação do sinistro. ⁷¹

Art. 71. Na petição inicial pedirá o autor que o réo seja condemnado a pagar a indemnisação do sinistro em quinze dias, que lhe serão assignados em audiencia, ou allegar e provar dentro delles os embargos que tiver.

Na mesma petição pôde o autor requerer que se lhe tome por termo o abandono nos casos em que tem logar, e que seja intimado o réo ao mesmo tempo da citação da acção. ⁷²

Art. 72. A petição inicial deve ser instruida com a apolice ou minuta do seguro, conta e documentos re-

⁶⁷ R. n. 737, art. 295.

⁶⁸ R. n. 737, art. 296.

⁶⁹ R. n. 737, art. 297.

⁷⁰ R. n. 737, art. 298.

⁷¹ R. n. 737, art. 299.

⁷² R. n. 737, art. 301.

spectivos, prova litteral das clausulas do art. 671 do Codigo Commercial e do tempo da viagem, e todos os documentos necessarios, como denuncias, reclamações. ⁷³

Art. 73. Tomado por termo o abandono, será o réo intimado e citado para a acção. ⁷⁴

Art. 74. Na audiência para a qual for o réo citado lhe serão assignados quinze dias para pagar ou dentro delles allegar e provar os seus embargos. ⁷⁵

Art. 75. O réo pôde allegar nos quinze dias todos os embargos que tiver como:

- a) nullidade;
- b) fraude;
- c) falsidade;
- d) não responsabilidade (art. 711 do Codigo Commercial);
- e) omissão culposa da denuncia e reclamação (arts. 719 e 721);
- f) avaliação fraudulenta (art. 700);
- g) falta de declaração na apolice do valor do navio segurado (art. 692);
- h) incompetencia do abandono (art. 753). ⁷⁶

Art. 76. Findos os quinze dias, serão os autos conclusos ao juiz e proceder-se-ha quanto aos embargos, progresso e forma desta acção pelo mesmo processo estabelecido para a assignação de dez dias. ⁷⁷

Art. 77. Não tendo sido o objecto do seguro avaliado na apolice, será a avaliação feita na execução conforme as regras seguintes:

1.º Sendo o seguro sobre fazendas, será este determinado pelo preço da compra das mesmas fazendas, augmentado com as despesas que estas tiverem feito até o embarque, e mais o premio do seguro e a commissão de se effectuar, quando tiver sido paga, por fórma que, no

⁷³ R. n. 737, art. 302.

⁷⁴ R. n. 737, art. 303.

⁷⁵ R. n. 737, art. 304.

⁷⁶ R. n. 737, art. 305.

⁷⁷ R. n. 737, art. 307.

caso de perda total, o segurado seja embolsado de todo o valor posto a risco ;

2.º Na apolice de seguro sobre frete, será este determinado pela carta de fretamento ou pelos conhecimentos e pelo manifesto ou livro da carga, cumulativamente em ambos os casos ;

3.º O valor do seguro sobre dinheiro a risco prova-se pelo contracto original, e o do seguro sobre despesas feitas com o navio ou carga durante a viagem com as respectivas contas competentemente legalisadas ;

4.º O valor de mercadorias provenientes de fabricas, lavras ou fazendas do segurado será avaliado pelo preço que outras taes mercadorias poderiam obter no lugar do desembarque, sendo ali vendidas, augmentado na forma do n. 1 ;

5.º As fazendas adquiridas por troca estimam-se pelo preço que poderiam obter no mercado do lugar da descarga aquellas que por ellas se trocaram, augmentado na forma do n. 1 ;

6.º A avaliação em seguros feitos sobre moeda estrangeira faz-se reduzindo-se esta ao valor da moeda corrente na Republica pelo curso que o cambio tenha na data da apolice. ⁷⁸

Art. 78. O segurador em nenhum caso pôde obrigar o segurado a vender objectos do seguro para determinar o seu valor. ⁷⁹

Art. 79. Si o segurador allegou que a cousa segura valia ao tempo do contracto um quarto menos, ou dahi para cima, do preço em que o segurado a estimou, será admittido a reclamar a avaliação incumbindo-lhe justificar a reclamação pelos meios de prova admissiveis em juizo. Para este fim, e em ajuda de outras provas, poderá o segurador obrigar o segurado á exhibição dos documentos ou das razões em que se fundara para o calculo da avaliação que dera na apolice ; e se presumirá ter havido dolo da parte do segurado, si elle se negar a esta exhibição. ⁸⁰

⁷⁸ C. Com., arts. 694 a 698 ; R. n. 731, art. 306.

⁷⁹ C. Com., art. 699.

⁸⁰ C. Com., art. 693.

Art. 80. Sempre que se provar que o segurado procedeu com fraude na declaração do valor constante da apolice ou na que posteriormente se fizer no caso de não ter sido feito no acto do contracto, o juiz, reduzindo a estimação do objecto segurado a seu verdadeiro valor, condemnará o segurado a pagar ao segurador o dobro do premio estipulado. ⁸¹

Art. 81. A clausula inserta na apolice — *valha mais ou valha menos* — não releva o segurado da condemnação por fraude, nem pôde ser valiosa, sempre que se provar que o objecto seguro valia menos de um quarto do preço fixado na apolice. ⁸²

SECÇÃO V

DA ACÇÃO DE NULLIDADE DOS PRIVILEGIOS DE INVENÇÃO

Art. 82. Serão nullas as patentes de invenção e certidões de melhoramento, provando-se :

1º, que na concessão houve infracção de alguma das prescripções da lei n. 3129 de 14 de outubro de 1882, art. 1º, §§ 1º, 2º e 3º ;

2º, que a prioridade da invenção não pertence ao concessionario ;

3º, que no relatorio descriptivo da invenção faltou-se á verdade ou occultou-se materia essencial :

a) quanto á natureza da invenção ;

b) quanto ao seu objecto ou fim ;

c) quanto ao modo de usal-a ;

d) quanto aos caracteres constitutivos do privilegio ;

4º, que a denominação da invenção é, com fim fraudulento, diversa do seu objecto real ;

5º, que o melhoramento não tem a relação indispensavel com a invenção ou industria principal, e pôde constituir invenção ou industria separada ;

6º, que o privilegio de melhoramento foi concedido com preterição da preferencia estabelecida pela

⁸¹ C. Com., art. 700.

⁸² C. Com., art. 701.

lei a favor do inventor ou seus legítimos successores durante o primeiro anno do privilegio da invenção principal.⁸³

Art. 83. A nullidade pôde ser absoluta ou relativa a uma parte determinada da invenção.⁸⁴

Art. 84. São competentes para promover a nullidade :

1º, o procurador da Republica e seus adjuntos nos casos do art. 82, n. 1 ;

2º, os interessados com assistencia daquelle funcionario ou seus adjuntos nos demais casos.

Consideram-se interessados os inventores ou seus legítimos representantes, cujos direitos forem offendidos pelo privilegio concedido, e qualquer pessoa com capacidade civil que se julgue prejudicada, como consumidor dos productos da industria privilegiada.⁸⁵

Art. 85. Quando o procurador da Republica e seus adjuntos funcionarem como assistentes, serão ouvidos *ex-officio* sobre os termos do processo, e especialmente sobre qualquer accordo, composição ou transacção, que ponha termo á acção particular, competindo-lhe continual-a, si a conveniencia publica o exigir.

O mesmo procedimento haverá no caso de abandono da acção particular em qualquer termo do processo ou instancia da causa.⁸⁶

Art. 86. O julgamento das nullidades pertence ao juizo seccional da Capital da União, mediante o processo summario dos arts. 359 a 365 da 3ª parte desta Consolidação, com as seguintes modificações:

a) o requisito do § 1 do art. 359 será satisfeito com certidões ou cópias authenticas das patentes e certidões de melhoramento, dos relatorios descriptivos e peças depositadas, dos relatorios dos examinadores, quando

⁸³ L. n. 3129 de 11 de outubro de 1882, art. 5; R. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882, art. 52.

⁸⁴ R. n. 8820, art. 53.

⁸⁵ L. n. 3129, art. 5, § 3; R. n. 8820, art. 54.

⁸⁶ R. n. 8820, art. 55.

tiver havido exame prévio, e quaesquer documentos de que resultem os direitos do autor e as obrigações do réo, de conformidade com a lei n. 3129 de 14 de outubro de 1882;

b) todas as excepções, salva a de suspeição, constituem materia de defesa e serão allegadas na occasião desta;

c) a inquirição das testemunhas não passará do prazo de duas audiencias ordinarias, além da inicial, correndo as extraordinarias que o juiz marcar dentro desse prazo.⁸⁷

Art. 87. Iniciada a acção de nullidade nos casos do art. 1.^o e § 1, ns. 1 e 2 da lei n. 3129 de 14 de outubro de 1882 ficarão suspensos, até final decisão, os effeitos da concessão do privilegio e o uso da invenção.⁸⁸

Art. 88. Si a patente não for annullada, o respectivo concessionario será restituído ao gozo della com a integridade do prazo do privilegio.⁸⁹

SECÇÃO VI

DAS ACÇÕES REFERENTES A MARCAS DE FABRICAS

Art. 89. E' nullo o registro de marcas de fabrica ou de commercio que constituirem ou consistirem em :

a) armas, brazões, medalhas ou distinctivos publicos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros, quando para seu uso não tenha havido autorisação competente;

b) nome commercial ou firma social de que legitimamente não possa usar o dono da marca;

c) indicação de localidade determinada ou estabelecimento que não seja o da proveniencia do objecto;

d) palavras, imagens ou representações que envolvam offensa individual ou ao decoro publico;

⁸⁷ L. n. 3129, art. 5, § 3; R. n. 8820, art. 56.

⁸⁸ L. n. 3129, art. 5, § 3; R. n. 8820, art. 57.

⁸⁹ L. n. 3129, art. cit.; R. n. 8820 art. cit.

e) reprodução de outra marca já registrada para objecto da mesma especie;

f) imitação total ou parcial de marca já registrada para objecto da mesma especie;

g) marcas de productos nacionaes, que tenham rotulos ou dizeres em lingua estrangeira.

§ 1.º Considerar-se-ha verificada a possibilidade de erro ou confusão sempre que as differenças das duas marcas não possam ser reconhecidas sem exame attento ou confrontação.

§ 2.º Qualquer nome, denominação necessaria ou vulgar, firma ou razão social, lettra ou cifra pôde servir de marca de fabrica e, como tal, ser admittida a registro, contanto que revista forma distinctiva.⁹⁰

§ 3.º Não se comprehendem na prohibição sob a lettra g:

1º, os nomes de bebidas e outros que não tenham correspondentes em portuguez, contanto que os rotulos contenhão as indicações da lei;

2º, os nomes do autor, fabricante, inventor, etc., quando forem estrangeiros.⁹¹

Art. 90. Além do aggravo, poderão intentar acção de nullidade do registro as pessoas mencionadas no art. 196 e nos casos respectivamente ali previstos.⁹²

Art. 91. Ao dono de nome commercial ou firma social compete acção contra o concorrente na mesma especie de industria, que tenha direito a nome ou firma identico ou semelhante, para obrigar a modificál-os de modo que não possa haver erro ou confusão, provada a posse anterior para uso commercial ou industrial.

§ 1.º Esta acção tem logar, ainda que o autor não tenha registrado o nome ou firma, e não haja reprodução integral, mas com accrescentamentos, omissões ou alterações, contanto que se dê possibilidade de erro ou confusão.

⁹⁰ L. n. 3346 de 14 de outubro de 1887, art. 8; R. n. 9828 de 31 de dezembro de 1887, art. 9.

⁹¹ R. n. 2548 de 17 de julho de 1897, art. 11; R. n. 2742 de 17 de dezembro de 1897, art. 9.

⁹² L. n. 3346, art. 11; R. n. 9828, art. 26.

§ 2.º Nem a falta de interposição de recurso de que trata o art. 196 nem o seu indeferimento dirime o direito, que a outrem assista, de propôr a dita acção, bem como a de nullidade do registro.⁹³

Art. 92. Movendo-se duvida sobre o uso ou posse da marca, a Junta Commercial, si lhe parecer procedente, mandará que os interessados liquidem a questão perante o juizo seccional, fazendo-se o registro na conformidade do julgado.⁹⁴

Art. 93. No caso de simultaneidade do registro de marcas identicas ou semelhantes em juntas diversas, qualquer dos interessados poderá recorrer ao juizo competente, que decidirá qual deva ser mantido, tendo em vista o disposto no art. 9 da lei n. 3346 de 14 de outubro de 1887.⁹⁵

Art. 94. O fóro competente para as acções de que tratam os arts. 89, 90, 91 e 92 é o do domicilio do réo ou do lugar em que forem encontradas mercadorias revestidas das marcas prohibidas e praticar-se a usurpação do nome. O seu processo é o dos arts. 359 a 365 da 3ª parte desta Consolidação.⁹⁶

Art. 95. As acções referentes aos factos previstos no art. 89 lettras e / não podem ser intentadas sem exhibição de certidão do registro e de sua publicação, salvo, quanto a esta, versando sobre factos occorridos dentro do prazo concedido para a inserção do documento na folha official.⁹⁷

Art. 96. Fica salvo ao prejudicado pela apropriação da marca de que anteriormente usasse, sem fazel-a registrar, o direito de pedir, por meio de acção competente, indemnisação do damno que houver soffrido.⁹⁸

⁹³ L. n. 3346, arts. 11 e 14 n. 7, § 2; R. n. 9828, art. 27.

⁹⁴ L. n. 3346, art. 9, n. 2; R. n. 9828, art. 19.

⁹⁵ L. n. 3346, art. 9, n. 3; R. n. 9828, art. 20.

⁹⁶ L. n. 3346, art. 24; R. n. 9828, art. 28.

⁹⁷ L. n. 3346, arts. 22 e 23; R. n. 9828, art. 29.

⁹⁸ L. n. 3346, art. 23; R. n. 9828, art. 31.

Art. 97. As garantias da marca devidamente registrada, depositada e publicada, além da sanção penal, fazem-se também effectivas por meio de :

a) busca ou vistoria para verificar-se a existencia de marcas falsificadas, imitadas ou de mercadorias que as contenham ;

b) apprehensão e destruição de marcas falsificadas ou imitadas nas officinas em que se prepararem, ou onde quer que sejam encontradas antes de utilizadas para fins criminaes ;

c) destruição das marcas falsificadas ou imitadas nos volumes ou objectos que as contiverem, antes de serem despachados nas repartições fiscaes, ainda que estragados fiquem os envolveros e as proprias mercadorias ou productos ;

d) apprehensão e deposito de mercadorias ou productos revestidos de marca falsificada, imitada ou que indicar falsa proveniencia ;

e) indemnisação do damno causado. ⁹⁹

Art. 98. As diligencias do artigo antecedente, letras a a d, serão ordenadas pelo juiz seccional ou por elle requisitadas aos chefes das repartições ou estabelecimentos publicos onde existam as mercadorias ou productos a ellas sujeitos, sempre que a parte as requerer, exhibindo certidão do registro da marca, guardadas as seguintes disposições:

a) no caso de busca serão cumpridas as formalidades dos arts. 13 e seguintes da 2ª parte desta Consolidação ;

b) a apprehensão e deposito só tem logar como preliminares da acção ou no correr della, ficando de nenhum effeito, si não for intentada no prazo de 30 dias ou ficar paralyzada por falta do autor durante mais de 15 dias ;

c) os objectos apprehendidos serão recolhidos ao deposito publico, precedendo nas repartições fiscaes o pagamento de todos os direitos devidos á Fazenda Nacional, por quem houver requerido a diligencia ;

d) os mesmos objectos servirão de garantia á effectividade da multa e indemnisação da marca, para o que serão

⁹⁹ L. cit., art. 21 ; R. cit., art. 32.

vendidos em hasta publica no correr da acção, si facilmente se deteriorarem, ou na execução. ¹⁰⁰

Art. 99. Antes de ordenar as diligencias do art. 97 poderá o juiz, si o julgar conveniente, exigir da parte caução, que arbitrará. ¹⁰¹

Contra a importancia do arbitramento poderá a mesma parte aggravar para o Supremo Tribunal Federal. ¹⁰²

Art. 100. Não é necessaria a certidão do registro, sempre que tratar-se de marcas, mercadorias ou productos nas condições do art. 89, letras *a* a *d*, a todos os quaes são applicaveis as garantias do art. 97, letras *a* a *d*. ¹⁰³

SECÇÃO VII

DAS ACÇÕES EXECUTIVAS

Art. 101. Compete esta secção:

§ 1.º Aos fretes de navios (Titulo VI, Parte II, Cod. Com.)

§ 2.º Aos fretes e alugueis de transporte por agua (Cap. VI, Tit. III, Parte I, Cod. Com.)

§ 3.º A's despesas e commissão de corretagem (art. 64, Cod. Com.) ¹⁰⁴

Art. 102. Para ser concedido o mandado executivo é essencial que a petição que o requer seja instruida com os documentos seguintes:

§ 1.º Com a carta de fretamento ou conhecimento de frete e recibo de descarga e entrega, no caso do § 1º do art. 101.

§ 2.º Com a cautela e recibo respectivo (arts. 100 e 109, Cod. Com.)

¹⁰⁰ L. cit., arts. 21 e 22; R. cit., art. 33.

¹⁰¹ R. cit., art. 34.

¹⁰² R. cit., art. 34.

¹⁰³ L. cit., art. 22; R. cit., art. 35.

¹⁰⁴ R. n. 737, art. 308; D. n. 848, art. 189.

§ 3.º Com as facturas ou minutas das negociações ou certidões extrahidas dos livros dos corretores, no caso do § 3º do art. 101. ¹⁰⁵

Art. 103. O mandado executivo deve determinar que o réo pague incontinento, ou se proceda á penhora nos bens que elle offerecer ou lhe forem achados, tantos quantos bastem para pagamento da divida e custas. ¹⁰⁶

Art. 104. Accusada a penhora, serão assignados seis dias ao réo para allegar seus embargos. ¹⁰⁷

Art. 105. Si dentro dos seis dias o réo não allegar embargos será a penhora julgada por sentença, e se proseguirá nos termos ulteriores, como na execução da sentença.

Todavia poderá o réo appellar da referida sentença. ¹⁰⁸

Art. 106. Dentro dos seis dias assignados poderá o réo produzir testemunhas e protestar pelo depoimento da parte. ¹⁰⁹

Art. 107. Com os embargos, documentos e prova testemunhal, si a houver, serão os autos conclusos ao juiz, que receberá ou rejeitará os embargos. ¹¹⁰

Art. 108. Si forem recebidos os embargos, o juiz assignará ao autor cinco dias para contestal-os; depois das contestação terá lugar a dilação das provas, que será de dez dias, e arrazoando o autor e o réo, dentro de cinco dias cada um, será a causa julgada afinal. ¹¹¹

Art. 109. Si forem rejeitados, se procederá na fôrma do art. 105. ¹¹²

Art. 110. Si o réo appellar, não poderá o autor sem fiança receber o pagamento. ¹¹³

¹⁰⁵ R. n. 737, art. 309.

¹⁰⁶ R. n. 737, art. 310; D. n. 848, art. 192.

¹⁰⁷ R. n. 737, art. 311; D. n. 848, art. 193.

¹⁰⁸ R. n. 737, art. 312; D. n. 848, art. 193.

¹⁰⁹ R. n. 737, art. 313; D. n. 848, art. 194.

¹¹⁰ R. n. 737, art. 314.

¹¹¹ R. n. 737, art. 315; D. n. 848, art. 195.

¹¹² R. n. 737, art. 316.

¹¹³ R. n. 737, art. 317.

Art. 111. Quando a penhora executiva for para pagamento de fretes, será feita nas mercadorias que tiverem os fretes sómente nos casos seguintes:

§ 1.º Si tiverem sido previamente embargadas, ou depositadas a requerimento do capitão ou pelo commissario ou conductor.

§ 2.º Si ainda se acharem em poder do dono ou consignatario dentro ou fóra das estações publicas. ¹¹⁵

Art. 112. Si as mercadorias depositadas ou embargadas tiverem sido vendidas por serem de facil deterioração ou de guarda arriscada e dispendiosa, a penhora se fará de preferencia no preço dellas. ¹¹⁵

SECÇÃO VIII

EXECUTIVO HYPOTHECARIO

Art. 113. A acção executiva, regulada pelos arts. 103 e seguintes, compete tambem ao credor por titulo hypothecario contra o devedor ou contra terceiros detentores, quer seja intentada pelo credor originario quer pelo cessionario. ¹¹⁶

Art. 114. Será iniciada a acção pela expedição do mandado para que o réo pague incontinente, e na falta de pagamento, se proceda á penhora no immovel ou immoveis hypothecados, dispensando-se o sequestro como preparatorio da acção. ¹¹⁷

Art. 115. Achando-se ausente ou occultando-se o devedor, ao ponto de tornar-se impossivel a prompta intimação do mandado executivo, poderá o credor requerer que se proceda a sequestro do immovel ou immoveis hypothecados, como medida assecuratoria de seus direitos.

¹¹⁵ R. n. 737, art. 318.

¹¹⁵ R. n. 737, art. 319.

¹¹⁶ D. n. 169 A de 19 de janeiro de 1830, art. 14; D. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 382.

¹¹⁷ R. n. 370, art. 383.

O sequestro, assim feito, resolver-se-ha em penhora, quando pela effectiva intimação do mandado for posta a acção em juizo. ¹¹⁸

Art. 116. Realizado o sequestro, produzirá desde logo todos os seus effectos juridicos, sem que sejam contra elle admissiveis recursos de especie alguma. ¹¹⁹

Art. 117. A jurisdicção será commercial, e o fôro competente o do domicilio, o do contracto ou o da situação dos bens hypothecados, á escolha do credor. ¹²⁰

Art. 118. Para a concessão do mandado executivo ou do mandado de sequestro, nos casos em que este é admissivel, faz-se mister a exhibição da escriptura de hypotheca, devidamente revestida das formalidades legais, instruindo a petição em que taes diligencias forem requeridas. ¹²¹

Art. 119. Dado o caso de ser a acção intentada contra os herdeiros ou successores do originario devedor, basta que a intimação do mandado executivo seja feita áquelle que estiver na posse e cabeça do casal, ou na administração do immovel ou immoveis hypothecados, para com elle, como pessoa legitima, correr a acção todos os seus termos. ¹²²

Art. 120. A intimação dos demais interessados, estejam presentes ou ausentes, poderá effectuar-se mediante editaes affixados nos logares publicos e publicados pela imprensa, onde a houver, com o prazo de 30 dias, estando presentes no Estado, e de 90 dias, estando fóra delle ou da Republica, para que venham a juizo requerer o que entenderem a bem do seu direito, sob pena de revelia. ¹²³

Art. 121. A intimação, no caso do artigo antecedente, será posterior á penhora, e esta só será accusada na mesma audiencia em que for accusada a intimação, depois de decorrido o prazo designado nos editaes, ficando logo assignados os seis dias da lei para os embargos. ¹²⁴

¹¹⁸ D. n. 169 A, art. 14, § 8; R. n. 370, art. 384.

¹¹⁹ R. n. 370, art. 385.

¹²⁰ D. n. 169 A, art. 14, § 10; R. n. 370, art. 391.

¹²¹ D. n. 169 A, art. 14, § 9; R. n. 370, art. 386.

¹²² D. n. 169 A, art. 14, § 7; R. n. 370, art. 387.

¹²³ D. n. 169 A, art. 14, § 7; R. n. 370, art. 388.

¹²⁴ R. n. 370, art. 389.

Art. 122. Os bens penhorados levar-se-hão à praça pelo mesmo valor por que tiverem sido hypothecados às sociedades de credito real, dispensada nova avaliação, à qual só se procederá por accordo expresso das partes, ou dada a alteração daquelle valor, para mais ou para menos, por effeito do longo tempo decorrido após o contracto, ou de qualquer causa superveniente.¹²³

Art. 123. Os bens hypothecados podem ser arrematados ou adjudicados, qualquer que seja o seu valor e a importancia da divida, abolida a adjudicação obrigatoria.

§ 1.º Si os bens penhorados não encontrarem na primeira praça lance superior à avaliação, irão à segunda, guardado o intervallo de oito dias, dispensados os prêgões, com abatimento de 10 %, e, si nesta ainda não encontrarem lance superior ou igual ao valor dos mesmos bens proveniente do referido abatimento de 10 % irão à terceira com igual abatimento de 10 % e nella serão vendidos pelo maior preço que for offerecido, ficando salvo ao exequente, em qualquer das praças, o direito de lançar, independente de licença do juiz, ou de requerer que os mesmos bens lhe sejam adjudicados.

§ 2.º Quando nas execuções houver mais de um licitante, será preferido aquelle que se propuzer arrematar englobadamente todos os bens levados à praça, comtanto que offereça na primeira praça preço, pelo menos, igual ao da avaliação, e nas outras duas preço pelo menos igual ao maior lance offerecido.

§ 3.º E' licito, não só ao executado, mas tambem a sua mulher, ascendentes e descendentes, remir ou dar lançador a todos ou a alguns dos bens penhorados até à assignatura do auto de arrematação, sem que seja necessaria a citação do executado.

§ 4.º Para que o executado, sua mulher, ascendentes ou descendentes, possa remir ou dar lançador a todos ou a alguns de seus bens, é preciso que offereça preço igual ao da avaliação na primeira praça e nas outras ao maior que nellas for offerecido.

¹²³ R. n. 370, art. 300.

§ 5.º Nenhuma das pessoas acima indicadas poderá remir ou dar lançador a algum ou alguns bens, havendo licitante, que se proponha arrematar todos os bens, offerecendo por elles os preços que na occasião tiverem. ¹²⁶

Art. 124. Ao executado não é licito oppôr às escripturas e hypothecas celebradas e inscriptas na fôrma dos arts. 135, 136 e 137 do regulamento n. 3453 de 26 de abril de 1865 outros embargos que não os de nullidade de pleno direito, e os expressamente admittidos pela legislação hypothecaria, taes como :

a) constituição de hypotheca convencional por outro meio que não seja escriptura publica ;

b) hypotheca não especial ou especialisada ;

c) constituição de hypotheca para garantia de dividas contrahidas antes da data da escriptura nos 40 dias precedentes à época legal da quebra ;

d) falta de designação da divida garantida pela hypotheca ;

e) cessão de hypotheca inscripta sem ser por escriptura publica ou termo judicial. ¹²⁷

Art. 125. Os credores chirographarios, bem como os credores por hypotheca não inscripta em primeiro logar e sem concorrência, só por via de acção ordinaria de nullidade ou rescisão, poderão invalidar os effeitos da primeira hypotheca, a que compete a prioridade pelo respectivo registro. ¹²⁸

Art. 126. Em quaesquer execuções promovidas por credores chirographarios contra o devedor commum, poderá o credor hypothecario defender, por meio de embargos, os seus direitos e privilegios para os fins de obstar a venda do immovel ou immoveis hypothecados. ¹²⁹

¹²⁶ D. n. 163 A, art. 14, §§ 1 a 5 ; R. n. 370, art. 303.

¹²⁷ D. n. 169 A, art. 15 ; R. n. 370, art. 394.

¹²⁸ D. n. 163 A, art. 19, § 1 ; R. n. 370, art. 395.

¹²⁹ D. n. 169 A, art. 16 ; R. n. 370, art. 396.

SECÇÃO IX

ACÇÃO DE DEPOSITO

Art. 127. Esta acção é extensiva a todos aquelles que, conforme o Cod. Com., são considerados depositarios, como os trapicheiros e administradores de armazens de depositos, conductores ou commissarios de transporte. ¹³⁰

CAPITULO V

DAS PROVAS

Art. 128. Constituem prova plena os livros commerciaes, que se acharem com as formalidades legaes, sem vicio nem defeito, escripturados em fórma mercantil, e em perfeita harmonia uns com os outros :

a) contra as pessoas que delles forem proprietarios, originariamente ou por successão ;

b) contra commerciantes com quem os proprietarios, por si ou por seus antecessores, tiverem ou houverem tido transacções mercantis, si os assentos respectivos se referirem a documentos existentes que mostrem a natureza das mesmas transacções, e os proprietarios provarem tambem por documentos que não foram omissos em dar em tempo competente os avisos necessarios, e que a parte contraria os recebeu ;

c) contra pessoas não commerciantes, si os assentos forem comprovados por algum documento que só por si não possa fazer prova plena. ¹³¹

Paragrapho unico. Os referidos livros não podem produzir prova alguma naquelles casos em que as leis commerciaes exigem que ella só possa fazer-se por instrumento publico ou particular. ¹³²

¹³⁰ R. n. 737, art. 230.

¹³¹ C. Com., art. 23 ; R. n. 737, art. 141 § 3.

¹³² C. Com., art. 24.

Art. 129. Illide-se a fé dos mesmos livros nos casos comprehendidos sob a lettra *b* do art. 128, por documento sem vicio, por onde se mostre que os assentos contestados são falsos ou menos exactos; e quanto aos casos comprehendidos na disposição sob a lettra *c* do mesmo artigo, por qualquer genero de prova admittida em commercio. ¹³³

Art. 130. Achando-se o livro da receita e despeza do navio conforme a matricula e escripturado com regularidade, fará inteira fé para a solução de quaesquer duvidas que possam suscitar-se sobre as condições do contracto das soldadas; quanto, porém, ás quantias entregues por conta, prevalecerão, em caso de duvida, os assentos lançados nas notas, que o capitão é obrigado a dar ás pessoas da tripulação, quando o exigirem. ¹³⁴

Art. 131. Entre os escriptos particulares, que servem de prova no juizo commercial, ou por si sós ou acompanhados de outras provas, comprehendem-se tambem:

a) os escriptos de transacções commerciaes e notas promissórias;

b) as contas commerciaes, balanços, facturas, minutas de contractos e negociações, ou não reclamadas ou escriptas ou assignadas pelas partes contra as quaes se produzem;

c) as notas do capitão do navio, o rol da equipagem ou matricula. ¹³⁵

Art. 132. O conhecimento feito em fôrma regular tem força de escriptura publica; faz inteira prova entre todas as partes interessadas na carga e frete e entre ellas e os seguradores, ficando salva a estes e aos donos do navio a prova em contrario.

Paragrapho unico. Nenhuma acção entre o capitão e os carregadores ou seguradores será admissivel em juizo si não for logo acompanhada do conhecimento original,

¹³³ C. Com., art. 25.

¹³⁴ C. Com., arts. 543 e 544; R. n. 737, art. 141 § 3.

¹³⁵ R. n. 737, art. 152. §§ 2, 5 e 6.

cuja falta só pôde ser supprida pelos recibos provisórios da carga nos casos previstos no art. 589 do Cod. Com.¹³⁶

Art. 133. A exhibição judicial dos livros de escripturação commercial por inteiro, ou de balanços geraes de qualquer casa de commercio, só pôde ser ordenada a favor dos interessados em questão de successão, communhão ou sociedade, administração ou gestão mercantil por conta de outrem, e em caso de quebra.¹³⁷

Art. 134. Todavia o juiz que conhecer de uma causa poderá, a requerimento da parte, ou mesmo *ex-officio*, ordenar, na pendencia da lide, que os livros de qualquer ou de ambos os litigantes sejam examinados na presença do commerciante a quem pertencerem e debaixo de suas vistas, ou na de pessoa por elle nomeada, para delles se averiguar e extrahir o tocante á questão.¹³⁸

Em nenhum caso os referidos livros poderão ser transportados para fóra do domicilio do commerciante a quem pertencerem, ainda que elle nisso convenha.¹³⁸

Art. 135. Si algum commerciante recusar apresentar os seus livros, quando judicialmente lhe for ordenado nos casos do art. 133 será compellido á sua apresentação debaixo de prisão, e nos casos do art. 134 será deferida a promessa ou juramento suppletorio á outra parte.

Si a questão for entre commerciantes, dar-se-ha plena fé aos livros do commerciante a favor de quem se ordenar a exhibição, si forem apresentados em forma regular.¹³⁹

Art. 136. A prova dos usos commerciaes dos paizes estrangeiros deve consistir:

a) em certidão extrahida da secretaria da Junta Commercial, si do livro competente constar algum assento sobre o uso allegado;

b) em algum acto authenticico do paiz ao qual se refere o uso competentemente legalisado pelo consul brasileiro.¹⁴⁰

¹³⁶ C. Com., arts. 586, 587 e 583.

¹³⁷ C. Com., art. 18.

¹³⁸ C. Com., art. 19.

¹³⁹ C. Com., art. 20.

¹⁴⁰ R. n. 737, art. 216.

Art. 137. Contra o assento da junta só é admissivel algum acto authenticico do paiz ao qual se refere o uso. Illide-se tambem a prova do acto authenticico, provando-se que elle não é authenticico conforme a lei do paiz em o qual foi passado. ¹³¹

Art. 138. Nos casos que, conforme as leis commerciaes, são regulados pelos usos commerciaes das praças do Brazil, devem esses usos ser provados ou por assento da Junta Commercial, tomado conforme o respectivo regimento, ou, em falta de assento, por um attestado da mesma junta sobre informação da praça. ¹³²

Art. 139. Quando sobre o uso allegado houver assento da junta, a certidão respectiva basta para proval-o, e contra elle é inadmissivel qualquer contestação, que não seja sobre a identidade do caso. Contra o attestado é admissivel qualquer prova. ¹³³

Art. 140. Não se considera como uso commercial o costume que houver em algum Estado, em que não ha praça de commercio, e neste caso regerão os usos da praça vizinha. ¹³⁴

Art. 141. Nos casos que as leis commerciaes mandam que sejam regulados pelo costume geral, será este provado por qualquer genero de prova. ¹³⁵

Art. 142. O juiz ou tribunal que julgar provado algum uso commercial remetterá cópia da sentença ou decisão à junta. ¹³⁶

Art. 143. Só podem ser admittidas como usos mandados guardar peloCodigo Commercial as praticas commerciaes a favor das quaes concorrerem copulativamente os dous seguintes requisitos essenciaes:

a) serem conformes aos sãos principios da boa fé o maximas commerciaes, e geralmente praticadas entre os commerciantes do logar onde se acharem estabelecidas;

¹³¹ R. n. 737, art. 217.

¹³² R. n. 737, art. 218.

¹³³ R. n. 737, art. 219.

¹³⁴ R. n. 737, art. 220.

¹³⁵ R. n. 737, art. 221.

¹³⁶ R. n. 737, art. 222.

b) não serem contrarias a alguma disposição das leis commerciaes. ¹⁴⁷

Art. 144. Suscitando-se questão no juizo commercial sobre a profissão habitual do commerciante matriculado, será a contestação decidida á vista de attestados da Junta Commercial, sob informação da praça, e contra esse attestado é inadmissivel qualquer prova ou contestação. ¹⁴⁸

Contestando-se a qualidade de commerciante não matriculado, será a contestação decidida conforme as regras geraes da prova. ¹⁴⁹

CAPITULO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO

SECÇÃO I

DA APPREHENSÃO DE EMBARCAÇÃO

Art. 145. Provando-se que algum navio registrado como nacional obteve o registro subrepticamente, ou que perdeu, ha mais de seis mezes, as condições precisas para poder continuar a ser considerado nacional, a autoridade fiscal competente do logar em que se houver realizado o registro ou onde se verificar a infracção dos preceitos legais, procederá á apprehensão do navio e pol-o-ha immediatamente á disposição do juiz seccional do Estado onde se realizar a apprehensão. ¹⁵⁰

Art. 146. E' da competencia das autoridades fiscaes a apprehensão do contrabando e o processo administrativo, inclusive a applicação das multas. ¹⁵¹

Art. 147. Enquanto o juiz não nomear depositario, exercerá tal função a autoridade do logar a quem competia o registro, procedendo-se ao arrolamento e inven-

¹⁴⁷ R. n. 738 de 25 de novembro de 1850, art. 25.

¹⁴⁸ R. n. 737, art. 17.

¹⁴⁹ R. n. 737, art. 18.

¹⁵⁰ D. n. 2301, art. 12.

¹⁵¹ D. n. 2301, art. cit.

tario de tudo quanto existir a bordo ; do que se lavrará termo assignado pelo capitão ou mestre da embarcação, si o quizer assignar. ¹⁵²

Art. 148. As mercadorias encontradas a bordo do navio serão consideradas para todos os effeitos como contrabando. ¹⁵³

Art. 149. O juiz julgará por sentença a apprehensão e mandará proceder á venda em hasta publica, cabendo da sentença recurso voluntario de appellação com effeito suspensivo. ¹⁵⁴

Art. 150. Effectuada a venda e deduzidas as despesas, inclusive a percentagem dos depositarios, interinos ou effectivos, a qual será arbitrada pelo juiz com recurso de agravo, depositar-se-ha o saldo para ser levantado por quem de direito. ¹⁵⁵

SECÇÃO II

JUSTIFICAÇÃO PARA A TOMADA DE DINHEIRO A RISCO OU VENDA DE MERCADORIAS

Art. 151. Para poder o capitão tomar dinheiro a risco sobre o casco e pertencas do navio e remanescentes dos fretes depois de pagas as soldadas ou mesmo para vender mercadorias da carga na falta de outro recurso, é indispensavel :

a) que prove falta absoluta de fundos em seu poder pertencentes á embarcação ;

b) que não se ache presente o proprietario da embarcação, ou mandatario seu ou consignatario, e na sua falta algum dos interessados na carga, ou que, estando presentes, se dirigiu a elles e não providenciaram ;

c) que a deliberação seja tomada de accordo com os officiaes da embarcação, lavrando-se no diario da navegação termo da necessidade da medida tomada. ¹⁵⁶

¹⁵² D. n. 2304, art. cit.

¹⁵³ D. n. 2304, art. cit.

¹⁵⁴ D. n. 2304, art. cit.

¹⁵⁵ D. n. 2304, art. cit.

¹⁵⁶ Cod. Com., art. 516.

Art. 152. A justificação destes requisitos será feita perante o juiz seccional do porto onde se tomar o dinheiro a risco ou se venderem as mercadorias e por elle julgada procedente. ¹⁵⁷

SECÇÃO III

DEPOSITO POR CONTA DE QUEM PERTENCER

Art. 153. Quando por ausencia do consignatario ou por não se apresentar o portador do conhecimento à ordem, o capitão ignorar a quem deva competentemente fazer a entrega, solicitará do juiz federal, e, onde o não houver, da autoridade local que nomeie depositario para receber os generos e pagar os fretes devidos por conta de quem pertencer. ¹⁵⁸

Art. 154. Constando ao capitão que ha diversos portadores das differentes vias de um conhecimento das mesmas fazendas, ou tendo-se feito sequestro, arresto ou penhora nellas, é obrigado a pedir deposito judicial por conta de quem pertencer. ¹⁵⁹

Art. 155. Nenhuma penhora ou embargo de terceiro, que não for portador de alguma das vias de conhecimento, pôde, fóra do caso de reivindicação (Cod. Com., art. 874, 2), privar o portador do mesmo conhecimento da faculdade de requerer o deposito ou venda judicial das fazendas no caso sobredito, salvo o direito do exequente ou de terceiro oppoente sobre o preço da venda. ¹⁶⁰

Art. 156. O capitão pôde requerer o deposito judicial todas as vezes que os portadores de conhecimento se não apresentarem para receber a carga immediatamente que elle der principio à descarga e nos casos em que o consignatario esteja ausente ou seja fallecido. ¹⁶¹

¹⁵⁷ Cod. Com., art. 546.

¹⁵⁸ Cod. Com., art. 528.

¹⁵⁹ Cod. Com., art. 583.

¹⁶⁰ Cod. Com., art. 584.

¹⁶¹ Cod. Com., art. 585.

Art. 157. Não admittindo o navio concerto, e não podendo o capitão fretar outro ou outros dentro de 60 dias depois que o navio for julgado innavegavel, ou não sendo o concerto praticavel, o capitão deverá requerer o deposito judicial da carga e interpôr os competentes protestos para a sua resalva. ¹⁶²

Art. 158. O deposito por conta de quem pertencer será tambem feito a requerimento da parte, por mandado do juiz e com citação edital, e correrão por conta de quem pertencer as despezas, salarios, perdas e damnos. ¹⁶³

SECÇÃO IV

ARRIBADA FORÇADA

Art. 159. Dentro das primeiras 24 horas uteis d^a entrada no porto de arribada, deve o capitão apresenter-se á autoridade competente para lhe tomar o protest^o de arribada, que justificará perante a mesma autoridade. ¹⁶⁴

Art. 160. São causa justa para arribada forçada :

- a) falta de viveres ou aguada ;
- b) qualquer accidente acontecido á equipagem, carga ou navio, que impossibilite este de continuar a navegar ;
- c) temor fundado de inimigo ou pirata. ¹⁶⁵

Art. 161. Todavia não será justificada a arribada :

- a) si a falta de viveres ou aguada proceder de não haver-se feito a provisão necessaria, segundo o costume e uso da navegação, ou de haver-se perdido e estragado por má arrumação ou descuido, ou porque o capitão vendesse alguma parte dos mesmos viveres ou aguada ;
- b) nascendo a innavegabilidade do navio de máo concerto, de falta de aperecebimento ou equipação, ou de má arrumação da carga ;

¹⁶² Cod. Com., art. 614.

¹⁶³ Cod. Com., art. 402.

¹⁶⁴ Cod. Com., art. 743.

¹⁶⁵ Cod. Com., art. 711.

c) si o temor de inimigo ou pirata não for fundado em factos positivos que não deixem duvida. ¹⁶⁶

Art. 162. Só pôde autorisar-se a descarga no porto de arribada, sendo indispensavelmente necessaria para concerto do navio ou reparo de avaria da carga. ¹⁶⁷

Art. 163. Si o navio arribado em porto não alfandegado ou não habilitado necessitar de concerto para continuar a viagem, e não o puder effectuar sem descarregar parte ou toda a carga, ou quanto for indispensavel para reparar as avarias da mesma carga, poderá ser logo, por mandado do juiz seccional competente, effectuada a referida descarga em logar idoneo, com assistencia do empregado ou autoridade fiscal do districto, correndo a respectiva despesa, bem como a de guarda e beneficiamento das mercadorias, por conta do capitão ou consignatario do navio ou dos interessados, que a requererem.

Neste caso deverá o mesmo juiz comunicar á Alfandega ou Mesa do rendas mais vizinha o occorrido, para que esta de prompto faça verificar e fiscalisar o desembarque, deposito ou reembarque por empregados de sua confiança, devendo fazer conduzir a mesma carga, si assim o exigirem os interesses da Fazenda Nacional, ou dos interessados, e á custa desto, para deposito regular e procedendo contra os extraviadores, si os houver, conforme as leis fiscaes. ¹⁶⁸

Art. 164. As providencias do artigo antecedente são extensivas aos casos : 1º, do capitão do navio arribado e que for julgado innavegavel, ou for abandonado, nos termos de direito, requerer deposito da carga, baldeação ou transferencia desta para outro navio ; 2º, da necessidade da descarga ou baldeação para alliviar o navio que encalhar em algum baixio ou banco dentro dos mares territoriaes. ¹⁶⁹

¹⁶⁶ Cod. Com., art. 712.

¹⁶⁷ Cod. Com., art. 716.

¹⁶⁸ Consolidação das Leis das Alfandegas, art. 279.

¹⁶⁹ Consol. cit., art. 280.

Art. 165. Nas hypotheses dos artigos antecedentes, sendo necessaria, para pagamento das despezas de concerto, descarga, deposito, reembarque e semelhantes, a venda de mercadorias pertencentes á carga do navio arribado, ou para compra de objectos para seu concerto, ou preparo para a navegação, o juiz seccional, não havendo estação fiscal no lugar, concederá a licença para a alludida venda na conformidade do art. 115 do Cod. Com., exigindo, porém, caução ao pagamento dos direitos respectivos, e cumprindo-lhe communicar o facto á respectiva Alfandega ou Mesa de rendas, e dar de tudo conta ao Ministro da Fazenda. ¹⁷⁰

Paragrapho unico. A disposição deste artigo é extensiva á venda de mercadorias avariadas que não puderem ser beneficiadas, na forma do art. 747 do Cod. Com. ¹⁷¹

Art. 166. Nos portos alfandegados ou habilitados, os actos a que se referem os arts. 163 a 165 poderão ter lugar precedendo licença ou autorisação do chefe da repartição fiscal competente e independente da intervenção de qualquer autoridade judiciaria.

Paragrapho unico. As duvidas e questões sobre a entrega das mercadorias ou do seu producto, onde não houver agente consular da nação com quem a Republica tenha celebrado convenção, são da competencia exclusiva da autoridade judiciaria, a quem os interessados poderão requerer o que for a bem dos seus direitos, ainda quando tenha precedido a licença ou autorisação da autoridade administrativa, nos termos do presente artigo. ¹⁷²

SECÇÃO V

ABRECAÇÃO DOS SALVADOS

Art. 167. Logo que constar ao juiz seccional do respectivo districto que algum navio tem naufragado

¹⁷⁰ Consol. cit., art. 231.

¹⁷¹ Consol. cit., art. 232.

¹⁷² Consol. cit., art. 283

ou se acha em perigo de naufragar, passará sem demora ao lugar do naufragio, e empregará todas as diligencias que forem praticaveis para a salvação da gente, navio e carga; e, faltando o capitão ou quem suas vezes faça, ou não apparecendo neste acto o dono, consignatario ou posseia por elles, mandará proceder ao inventario dos objectos salvados e os fará pôr em boa e segura guarda.¹⁷³

O juiz seccional é obrigado a participar tal successo à Alfandega ou à autoridade fiscal mais proxima.¹⁷⁴

Art. 168. A nenhuma diligencia, no caso de naufragio, se procederá para arrecadação, inventario e deposito dos salvados sem assistencia ou consentimento do capitão ou mestre do navio ou do seu immediato e preposto, consignatario ou representante, e estando presente, si for possivel, o empregado fiscal do districto, enquanto não chegarem aquelles e sem para este fim a repartição fiscal competente com commissão.¹⁷⁵

Art. 169. A respeito dos objectos salvados se observarão as seguintes disposições :

1.^a, serão, depois de arrecadados e inventariados, provisoriamente depositados em lugar idoneo, para serem depois transportados e depositados nos armazens da Alfandega competente, sendo immediatamente beneficiados os que forem disto susceptiveis;

2.^a, ficarão sob a guarda do capitão do navio naufragado ou de quem suas vezes fizer, dos agentes fiscaes e da força publica que for para esse fim reunida á requisição do juiz seccional ou da Alfandega;

3.^a, as mercadorias e objectos arruinados ou que não forem susceptiveis de beneficiamento, depois de reconhecerem o seu estado ou avaria, serão, a requerimento ou com audiencia do capitão ou de quem de direito for, no mesmo lugar ou na povoação mais proxima, vendidos em hasta publica, com assistencia do empregado fiscal e autorisação do juiz seccional, o qual intervirá no

¹⁷³ Cod. Com., art. 732.

¹⁷⁴ Consolidação das Leis das Alfandegas, art. 281.

¹⁷⁵ Consol. cit., art. 290; Cod. Com., art. 731.

processo, salvo convenção consular que o contrario haja disposto, devendo o producto das ditas mercadorias e objectos ser posto em deposito ;

4ª, comparecendo o capitão ou consignatario do navio, o dono ou consignatario das mercadorias, e na sua falta o respectivo agente consular, a elle competirá tomar conta e dispôr dos salvados, satisfeitas as despezas e pagos os direitos devidos ;

5ª, na ausencia ou falta do capitão ou de pessoa que o represente ou no caso de não ser ella conhecida, ou com presteza notificado ou avisado, si a salvação das mercadorias, sua conservação e interesse fiscal exigirem, serão feitas as diligencias e actos de que tratam as disposições antecedentes à sua revelia, por conta de quem de direito for ;

6ª, a venda dos salvados, em cujo numero se comprehendem os objectos ou fragmentos do navio naufragado, não poderá ser feita judicialmente sem assistencia de um empregado fiscal ;

7ª, do producto da venda das mercadorias e objectos arrecadados deduzir-se-hão: 1º, as despezas que se tiverem effectuado em proveito das mesmas mercadorias e objectos ou de seus donos, taes como as de salvamento, condução, beneficiamento, guarda e venda em hasta publica, as quaes teem preferencia, na fôrma do art. 654, II, d, da 3ª parte desta Consolidação ; 2º, da metade da ajuda de custo abonada aos empregados fiscaes, não excedendo a importancia daquellas despezas reunida aos direitos de consumo a 50 % do referido producto ; 3º, as custas judiciais.

Não se deduzirá daquelle producto o soldo da força publica, nos casos em que esta for empregada para guarda dos salvados ;

8ª, o producto liquido ficará em deposito à disposição do juizo seccional para ser levantado por quem de direito for, ou pelo consul respectivo, dando-se ao capitão ou consignatario do navio e a quaesquer interessados neste e na carga todos os esclarecimentos, informações e documentos que a bem dos seus direitos requererem ;

9ª, suscitando se duvidas e questões sobre a entrega

dos salvados ou de seu producto, observar-se-ha o disposto no art. 166, § unico.¹⁷⁶

Art. 170. O salario que vencerem as pessoas empregadas no serviço do salvamento do navio ou carga, e bem assim os premios que se deverem nos casos em que estes puderem ter logar, serão regulados por arbitros, tendo-se em consideração o perigo e a natureza do serviço, a promptidão com que este for prestado, e a fidelidade com que as pessoas nelle empregadas houverem feito entrega dos objectos salvos.¹⁷⁷

Art. 171. O capitão e pessoas da tripulação que salvarem ou ajudarem a salvar o navio, fragmentos ou carga, além das suas soldadas pela viagem, tem direito a uma gratificação correspondente ao seu trabalho e aos perigos que tiverem corrido.¹⁷⁸

Art. 172. Si alguém puder salvar o navio, fragmento ou carga abandonados no alto mar ou nas costas, entregando tudo immediatamente e sem desfalque ao juiz seccional, haverá um premio de dez a vinte por cento de seu valor; deixando de fazer a entrega, incorrerá nas penas criminaes impostas aos que não entregam a coisa alheia perdida.¹⁷⁹

Art. 173. As autoridades que não acudirem logo ao naufragio ou não o participarem á repartição, posto ou registro fiscal proximo, incorrerão em uma multa de 100\$ até 1:000\$ imposta pelo Ministro da Fazenda.¹⁸⁰

SECÇÃO VI

DA LIQUIDAÇÃO, REPARTIÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DA AVARIA GROSSA

Art. 174. A regulação, repartição ou rateio das avarias grossas far-se-ha mediante arbitramento, sendo

¹⁷⁶ Cod. Com., arts. 733 e 734; Consol. cit., art. 291.

¹⁷⁷ Cod. Com., art. 736.

¹⁷⁸ Cod. Com., art. 737.

¹⁷⁹ Cod. Com., art. 735.

¹⁸⁰ Consol. cit., art. 292.

os arbitros nomeados por ambas as partes, a instancias do capitão.

Si o capitão for omisso em fazer effectuar o rateio das avarias grossas, pôde a diligencia ser promovida por qualquer interessado.

Os contribuintes para a avaria grossa deverão ser citados por editaes, não sendo conhecidos os seus procuradores.¹⁸¹

Art. 175. O capitão tem direito para exigir, antes de abrir as escotilhas do navio, que os consignatarios da carga prestem fiança idonea ao pagamento da avaria grossa, a que suas respectivas mercadorias forem obrigadas no rateio da contribuição commum.

Recusando-se os consignatarios a prestar a fiança exigida, pôde o capitão requerer deposito judicial dos effeitos obrigados à contribuição até ser pago, ficando o preço da venda subrogado para se effectuar por elle o pagamento da avaria grossa, logo que o rateio tiver logar.¹⁸²

Art. 176. A regulação e repartição das avarias grossas deverá fazer-se no porto da entrega da carga. Todavia, quando, por damno acontecido depois da sahida, o navio for obrigado a regressar ao porto da carga, as despezas necessarias para reparar os danos da avaria grossa podem ser neste ajustadas.¹⁸³

Art. 177. Liquidando-se as avarias grossas ou communs no porto da entrega da carga, hão de contribuir para sua composição :

- a) a carga, inclusive o dinheiro, prata, ouro, pedras preciosas e todos os mais valores que se acharem a bordo ;
- b) o navio e mais pertenças pela sua avaliação no porto da descarga, qualquer que seja o seu estado ;
- c) os fretes por metade do seu valor tambem.

Não entram para a contribuição o valor dos viveres que existirem a bordo para mantimento do navio, a bagagem do capitão, tripulação e passageiros que for do seu

¹⁸¹ Cod. Com., art. 783 ; R. n. 737, art. 53, § 3.

¹⁸² Cod. Com., arts. 526, 619 e 781.

¹⁸³ Cod. Com., art. 738.

uso pessoal, nem os objectos tirados do mar por mergulhadores à custa do dono. ¹⁸⁴

Art. 178. Quando a liquidação se fizer no porto da carga, o valor da mesma será estimado pelas respectivas facturas, augmentando-se no preço da compra as despesas até o embarque; e quanto ao navio e frete, se observarão as regras estabelecidas no artigo antecedente. ¹⁸⁵

Art. 179. Quer a liquidação se faça no porto da carga, quer no da descarga, contribuirão para as avarias grossas as importancias que forem resarcidas por via da respectiva contribuição. ¹⁸⁶

Art. 180. Os objectos carregados sobre o convez, os que tiverem sido embarcados sem conhecimentos assignados pelo capitão e os que o proprietario ou o seu representante, na occasião de risco de mar, tiverem mudado do lugar em que se achavam arrumados sem licença do capitão, contribuem pelos respectivos valores chegando a salvamento; mas o dono, no segundo caso, não tem direito para a indemnisação reciproca, ainda quando fiquem deteriorados ou tenham sido aliados a beneficio commun. ¹⁸⁷

Art. 181. Salvando-se qualquer coisa em consequencia de algum acto deliberado de que resultou avaria grossa, não pôde quem soffreu o prejuizo causado por este acto exigir indemnisação alguma por contribuição dos objectos salvados, si estes por algum accidente não chegarem ao poder do dono ou consignatario, ou si, vindo ao seu poder, não tiverem valor algum, salvo os casos dos arts. 651 e 764, ns. 12 e 19 do Cod. Commercial. ¹⁸⁸

Art. 182. No caso de alijamento, si o navio se tiver salvado do perigo que o motivou, mas, continuando a viagem, vier a perder-se depois, as fazendas salvas do segundo perigo são obrigadas a contribuir por avaria

¹⁸⁴ Cod. Com., art. 757.

¹⁸⁵ Cod. Com., art. 788.

¹⁸⁶ Cod. Com., art. 789.

¹⁸⁷ Cod. Com., art. 790.

¹⁸⁸ Col. Com., art. 791.

grossa para perda das que foram aliçadas na occasião do primeiro.

Si o navio se perder no primeiro periodo e algumas fazendas se puderem salvar, estas não contribuem para indemnisação das que foram aliçadas na occasião do desastre que causou o naufragio. ¹⁸⁹

Art. 183. A sentença que homologa a repartição das avarias grossas com indemnisação de cada um dos contribuintes tem força de definitiva e pôde executar-se logo, ainda que della se recorra. ¹⁹⁰

Art. 184. Si, depois de pago o rateio, os donos recobrem os effeitos indemnizados por avaria grossa, serão obrigados a repôr *pro rata* a todos os contribuintes o valor liquido dos effeitos recobrados. Não tendo sido contemplados no rateio para a indemnisação, não estão obrigados a entrar para a contribuição da avaria grossa com o valor dos generos recobrados depois da partilha em que deixaram de ser considerados. ¹⁹¹

SECÇÃO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA AVARIA A CARGO DO SEGURADOR

Art. 185. Para que o damno soffrido pelo navio ou carga possa considerar-se avaria a cargo do segurador, é necessario que elle seja examinado por dous arbitadores peritos, que declarem : 1º, de que procedeu o damno ; 2º, a parte da carga que se achá avariada e por que causa, indicando as suas marcas, numeros ou volumes ; 3º, tratando-se do navio ou das mais pertencas, quanto valem os objectos avariados, em quanto poderá importar o seu concerto ou reposição.

Todas estas diligencias, exames e vistorias, serão determinadas pelo juiz seccional e praticadas com citação dos interessados, por si ou seus procuradores, podendo o

¹⁸⁹ Cod. Com., art. 792.

¹⁹⁰ Cod. Com., art. 793.

¹⁹¹ Cod. Com., art. 794.

juiz, no caso de ausencia das partes, nomear de officio pessoa intelligente e idonea que os represente.

As diligencias, exames e vistorias sobre o casco do navio e suas pertencas, devem ser praticadas antes de dar-se principio ao seu concerto, nos casos em que este possa ter logar.¹⁹²

Art. 186. Os effectos avariados serão sempre vendidos em publico leilão, a quem mais der, e pagos no acto da arrematação, e o mesmo se praticará com o navio, quando elle tenha de ser vendido, segundo as disposições deste artigo; em taes casos, o juiz, si assim lhe parecer conveniente, ou si algum interessado o requerer, poderá determinar que o casco e cada uma de suas pertencas se venda separadamente.¹⁹³

Art. 187. A estimação do preço para o calculo da avaria será feita sobre a differença entre o respectivo rendimento bruto das fazendas sãs e o das avariadas, vendidas a dinheiro, no tempo da entrega; e em nenhum caso pelo seu rendimento liquido, nem por aquelle que demorada a venda ou sendo a prazos, poderiam vir a obter.¹⁹⁴

Art. 188. Si o dono ou consignatario não quizer vender a parte das mercadorias sãs, não pôde ser compellido; e o preço para o calculo será, em tal caso, o corrente que as mesmas fazendas, si vendidas fossem ao tempo da entrega, poderiam obter no mercado, certificado pelos preços correntes do logar, ou na falta destes, attestados debaixo de juramento ou compromisso por dous commerciantes acreditados de fazendas do mesmo genero.¹⁹⁵

Art. 189. O segurador não é obrigado a pagar mais de dous terços do custo do concerto das avarias que tiverem acontecido ao navio segurado, por fortuna do mar, com tanto que o navio fosse estimado na apolice por seu verdadeiro valor e os concertos não excedam de tres

¹⁹² Cod. Com., art. 772.

¹⁹³ Cod. Com., art. 773.

¹⁹⁴ Cod. Com., art. 774.

¹⁹⁵ Cod. Com., art. 775.

quartos desse valor no dizer de arbitradores expertos. Julgando estes, porém, que pelos concertos o valor real do navio se augmentaria além do terço da somma que custara, o segurador pagará as despesas, abatido o excedente valor do navio. ¹⁹⁶

Art. 190. Excedendo as despesas a tres quartos do valor do navio, julga-se este declarado innavegavel a respeito dos seguradores; os quaes, neste caso, serão obrigados, não tendo havido abandono, a pagar a somma segurada, abatendo-se nesta o valor do navio damnificado ou dos seus fragmentos, segundo o dizer de arbitradores expertos. ¹⁹⁷

Art. 191. Tratando-se da avaria particular das mercadorias, e achando-se estas estimadas na apolice por valor certo, o calculo do damno será feito sobre o preço que as mercadorias avariadas alcançarem no porto da entrega e o da venda das não avariadas no mesmo lugar e tempo, sendo de igual especie e qualidade, ou si todas chegarem avariadas, sobre o preço que outras semelhantes não avariadas alcançaram ou poderiam alcançar, e a differença, tomada a proporção entre umas e outras, será a somma devida ao segurado. ¹⁹⁸

Art. 192. Si o valor das mercadorias se não tiver fixado na apolice, a regra para achar-se a somma devida será a mesma do artigo precedente, com tanto que primeiro se determine o valor das mercadorias não avariadas; o que se fará accrescentando á importancia das facturas originaes as despesas subsequentes. E tomada a differença proporcional entre o preço por que se venderam as não avariadas e as avariadas, se applicará a proporção relativa á parte das fazendas avariadas pelo seu primeiro custo e despesas. ¹⁹⁹

Art. 193. Contendo a apolice a clausula de pagar-se avaria por marcas, volumes, caixas, saccas ou especies, cada uma das partes designadas será considerada como

¹⁹⁶ Cod. Com., art. 776.

¹⁹⁷ Cod. Com., art. 777.

¹⁹⁸ Cod. Com., art. 778.

¹⁹⁹ Col. Com., art. 779.

um seguro separado para a fôrma da liquidação das avarias, ainda que essa parte se ache englobada no valor total do seguro. ²⁰⁰

Art. 194. Qualquer parte da carga, sendo objecto susceptível de avaliação separada, que se perca totalmente, ou que por algum dos riscos cobertos pela respectiva apolice, fique tão damnificada que não valha coisa alguma, será indemnizada pelo segurador como perda total, ainda que relativamente ao todo ou à carga segura seja parcial, e o valor da parte perdida ou destruída pelo damno se ache no total do seguro. ²⁰¹

Art. 195. Si a apolice contiver a clausula de pagar avarias como perda e salvados, a differença para menos do valor fixado na apolice, que resultar da venda líquida que os generos avariados produzirem no lugar onde se venderam, sem attenção alguma ao producto bruto que tenham no mercado do seu porto do destino, será a estimação da avaria. ²⁰²

CAPITULO VII

AGGRAVOS

Art. 196. Do despacho de Junta ou Inspectoria Commercial que negar ou admittir registro de marca de industria e de commercio poderá interpor agravo com effeito suspensivo para o Supremo Tribunal Federal:

a) no primeiro caso, quem tiver requerido o registro ;

b) no caso de admissão do registro :

1º, o procurador da Republica, nos casos sob as letras *a* a *d* do art. 89 ;

2º, o dono do nome commercial ou firma social de que legitimamente não possa usar quem registrar a marca, conforme a letra *b* do citado artigo ;

²⁰⁰ Cod. Com., art. 780.

²⁰¹ Cod. Com., art. 781.

²⁰² Cod. Com., art. 782.

3º, qualquer industrial ou commerciante de genero similar, que resida no logar falsamente indicado como proveniencia do objecto, conforme a lettra *c* ;

4º, o dono do estabelecimento tambem falsamente indicado como proveniencia do objecto, conforme a mesma lettra *c* ;

5º, o offendido no caso da lettra *d*, primeira parte ;

6º, o interessado em marca registrada nos casos das lettras *e* e *f*. ²⁰³

Art. 197. Cabe aggravo no caso do n. 2 do artigo antecedente, ainda que o dono do nome ou firma commercial não os tenha registrado, não seja integral a reproducção e haja accrescentamentos, omissões ou alterações, desde que verifique-se possibilidade de erro ou confusão. ²⁰⁴

Art. 198. O prazo para a interposição do aggravo será de cinco dias, a contar da publicação do despacho ; não residindo, porém, a parte no logar em que ella se fizer nem tendo ali procurador especial, começa a correr trinta dias depois. ²⁰⁵

Art. 199. A Junta Commercial justificará o despacho dentro de 24 horas contadas da 1ª sessão que se seguir á apresentação da minuta do aggravo, si não lhe der provimento. ²⁰⁶

Art. 200. Os termos de aggravo serão tomados pelo empregado que tiver servido de escrivão no feito, e ao secretario das juntas incumbe a remessa dos autos para o tribunal. ²⁰⁷

Art. 201. Cabe tambem aggravo do despacho do juiz seccional que arbitrar a caução no caso do art. 99 ou que arbitrar a porcentagem no caso do art. 150. ²⁰⁸

²⁰³ L. n. 3346 de 1887, arts. 10 e 17 ; R. n. 9828, art. 22.

²⁰⁴ L. cit., arts. 10, 11 e 14, n. 7, § 2 ; R. cit., art. 22, paragrapho unico.

²⁰⁵ L. cit., art. 10 ; R. cit., art. 23.

²⁰⁶ R. cit., art. 24.

²⁰⁷ R. cit., art. 25.

²⁰⁸ R. cit., art. 34 ; D. n. 2301, art. 12.

CAPITULO VIII

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Art. 202. A sentença não é exequível contra o terceiro que possui bens do commerciante fallido, alienados em fraude dos credores; mas é essencial contra o mesmo terceiro acção competente e directa. ²⁰⁹

CAPITULO IX

DA PRESCRIÇÃO

Art. 203. Todas as acções fundadas sobre obrigações commerciaes contrahidas por escriptura publica ou particular, prescrevem não sendo intentadas dentro de vinte annos. ²¹⁰

Art. 204. As acções provenientes de letras prescrevem no fim de cinco annos, a contar da data do protesto, e na falta deste, da data do seu vencimento, nos termos do art. 381 do Cod. Comm. ²¹¹

Art. 205. As acções de terceiro contra socios não liquidantes, suas viúvas, herdeiros ou successores, prescrevem no fim de cinco annos, não tendo já prescripto por outro titulo, a contar do dia do fim da sociedade, si o distracto houver sido lançado no Registro do Commercio, e si se houverem feito os annuncios determinados no art. 337 do Cod. Comm., salvo si taes acções forem dependentes de outras propostas em tempo competente.

As acções dos socios entre si reciprocamente e contra os liquidantes prescrevem, não sendo a liquidação reclamada dentro de dez dias depois da sua communicação. ²¹²

Art. 206. As dividas provadas por contas correntes dadas e acceitas, ou por contas de vendas de commerciante a commerciante presumidas liquidas, prescrevem no fim de quatro annos da sua data. ²¹³

²⁰⁹ R. n. 737, art. 495.

²¹⁰ Cod. Com., art. 412.

²¹¹ Cod. Com., art. 443.

²¹² Cod. Com., art. 444.

²¹³ Cod. Com., art. 445.

Art. 207. O direito para demandar o pagamento de mercadorias fiadas sem título escripto, assignado pelo devedor, prescreve no fim de dous annos, sendo o devedor residente no mesmo Estado do credor ; no fim de tres annos, si for morador em outro Estado ; e passados quatro annos, si residir fóra da Republica.

A acção para demandar o cumprimento de qualquer obrigação commercial que se não possa provar sinão por testemunhas, prescreve dentro de dous annos. ²¹⁵

Art. 208. As acções resultantes de letras de dinheiro a risco ou seguro marítimo prescrevem no fim de um anno a contar do dia em que as obrigações forem exequiveis, sendo contrahidas dentro da Republica, e no fim de tres, tendo sido contrahidas em paiz estrangeiro. ²¹⁵

Art. 209. As acções de salarios, soldadas, jornaes ou pagamento de empreitadas contra commerciantes prescrevem no fim de um anno, a contar do dia em que os agentes, caixeiros ou operarios tiverem sahido do serviço do commerciante, ou a obra da empreitada for entregue. Si, porém, as dividas se provarem por títulos escriptos, a prescripção seguirá a natureza dos títulos. ²¹⁶

Art. 210. Prescrevem igualmente no fim de um anno :

1. As acções entre contribuintes para avaria grossa, si a sua regulação e rateio se não intentar dentro de um anno, a contar do fim da viagem em que teve logar a perda ;

2. As acções por entrega da carga, a contar do dia em que findou a viagem ;

3. As acções de frete e primagem, estadias, e sobrecstadias, e as de avaria simples, a contar do dia da entrega da carga ;

4. Os salarios e soldadas da equipagem, a contar do dia em que findar a viagem ;

5. As acções por mantimentos suppridos a marinheiros por ordem do capitão, a contar do dia do recebimento ;

6. As acções por jornaes de operarios empregados em construcção ou concerto de navio, ou por obra de em-

²¹⁵ Cod. Com., art. 446.

²¹⁵ Cod. Com., art. 447.

²¹⁶ Cod. Com., art. 448.

preitada para o mesmo navio, a contar do dia em que os operarios foram despedidos, ou a obra se entregou.

Em todos os casos prevenidos no n. 3 e seguintes, si a divida se provar por obrigação escripta assignada pelo capitão armador ou consignatario, a prescrição seguirá a natureza do titulo escripto. ²¹⁷

Art. 211. As acções de que tratam o art. 90 relativas aos factos previstos no art. 89, *b, c, d*, 1ª parte (offensa individual) e o art. 91, prescrevem não sendo intentadas dentro de seis mezes depois do registro da marca. ²¹⁸

Art. 212. A respeito da acção hypothecaria observar-se-hão as seguintes disposições :

a) a prescrição da hypotheca não pôde ser independente e diversa da prescrição da obrigação principal e só pôde provar-se por sentença judicial que a declare e devidamente averbada;

b) a extinção das hypothecas só começa a ter effeito depois de averbada no competente registro e não pôde ser attendida em juizo sinão á vista da certidão de averbamento ;

c) a inscripção valerá por trinta annos e só depende de renovação, findo este prazo, salvo a inscripção da hypotheca da mulher casada e interdicto, a qual subsistirá por todo o tempo do casamento ou interdicção, e a das sociedades de credito real, que durará por todo o tempo da sua existencia legal ;

d) a prescrição de 10 e 20 annos não pôde valer contra a hypotheca inscripta, si o titulo desta prescrição não estiver transcripto, e só da data da transcripção do titulo começa a correr o lapso do tempo. ²¹⁹

Art. 213. Não corre prescrição a favor de depositario nem de credor pignoratício; opera-se a prescrição, porém, a favor daquelle, que, por algum titulo legal, succeder na cousa depositada ou dada em penhor, no fim de trinta

²¹⁷ Cod. Com., art. 449.

²¹⁸ D. n. 9828 de 1887, art. 30.

²¹⁹ L. n. 169 A de 1890, art. 9º, § 2, art. 11, § de 1890, arts. 227, 231 e 232.

annos a contar do dia da posse do successor, não se provando que é possuidor de má fé. ²²⁰

Art. 214. O capitão de navio não pôde adquirir por titulo de prescrição a posse da embarcação em que servir, nem de cousa a ella pertencente. ²²¹

Art. 215. A citação ou intimação de protesto feita a devedor do herdeiro commum não interrompe a prescrição contra os mais co-rêos da divida. Exceptuam-se os socios contra os quaes ficará interrompida a prescrição sempre que um dos socios for pessoalmente citado ou intimado do protesto. ²²²

Art. 216. Todos os prazos marcados no Cod. Com. para dentro delles se intentar alguma acção ou protesto, ou praticar algum outro acto, são fataes e improrogaveis sem que contra a sua prescrição se possa allegar reclamação ou beneficio de restituição, ainda que seja a favor de menores. ²²³

PARTE QUINTA

Processo nas causas civeis de ordem publica ou administrativa

TITULO I

PROCESSO DE ORDEM PUBLICA

CAPITULO I

DOS CONFLICTOS E LITIGIOS INTERNACIONAES E DOS ESTADOS ENTRE SI OU COM A UNIÃO OU NAÇÃO ESTRANGEIRA

Art. 1.º O ministro do Supremo Tribunal Federal, a quem for distribuida alguma reclamação ou qualquer

²²⁰ Cod. Com., art. 450.

²²¹ Cod. Com., art. 451.

^{21*} Cod. Com., art. 454.

²¹⁸ Cod. Com., art. 441.

²¹⁶ Cod. Com., art.

causa entre nação estrangeira e a União, ou algum dos seus Estados, é competente para todos os termos do processo ordinario até o julgamento.

Incumbe-lhe :

a) ordenar as citações, notificações, intimações legalmente requeridas ;

b) dar vista para a contestação ;

c) assignar os termos e dilações legais ;

d) processar as questões incidentes ;

e) admitir as provas que as partes quizerem produzir ;

f) proceder ou mandar proceder aos exames, vistas, inquirições e mais diligencias ou deprecal-as, conforme for de direito e requisitadas em forma legal ;

g) mandar ouvir o Procurador Geral da Republica, sempre que for necessario, e, em todo caso, depois das allegações finais das partes. ¹

Art. 2.º Instruido o feito, deverá o relator passal-o aos dous juizes seguintes com o seu visto, e o ultimo revisor pedirá designação de dia para o julgamento. ²

Art. 3.º Na sessão designada, depois de feito o relatorio e de esclarecido o tribunal pelos tres juizes que viram os autos, será discutida a questão por todos os membros presentes, e, tomados em seguida os seus votos, se lavrará a sentença de accordo com o vencido, podendo o tribunal ordenar qualquer diligencia antes do julgamento definitivo. ³

Art. 4.º A sentença não admite outro recurso sinão embargos de declaração, que serão offerecidos, processados e julgados de conformidade com o art. 325 da 2ª parte desta Consolidação. ⁴

Art. 5.º Na execução se guardará o que for determinado em lei federal, tratado, convenção ou compromisso das partes. ⁵

¹ R. do S. T., art. 87.

² R. do S. T., art. 88.

³ R. do S. T., art. 89.

⁴ R. do S. T., art. 90.

⁵ R. do S. T., art. 91.

Art. 6.º Aos conflictos entre a União e os Estados, ou destes entre si, tem applicação o processo estabelecido para os conflictos de jurisdicção entre os tribunaes. ⁶

CAPITULO II

DA HOMOLOGAÇÃO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS

Art. 7.º As cartas de sentença de tribunaes estrangeiros não serão exequíveis sem prévia homologação do Supremo Tribunal Federal com audiencia das partes e do Procurador Geral da Republica. ⁷

Art. 8.º As sentenças estrangeiras, civeis ou commerciaes, só poderão ser homologadas, concorrendo os seguintes requisitos :

1.º Que venham revestidas das formalidades externas necessarias para tornal-as executórias, segundo a legislação do respectivo Estado.

2.º Que tenham sido proferidas por juiz competente, citadas as partes ou legalmente verificada a sua revelia, segundo a mesma legislação.

3.º Que tenham passado em julgado.

4.º Que estejam devidamente authenticadas pelo consul brasileiro.

5.º Que sejam acompanhadas da traducção em vulgar por interprete. ⁸

Art. 9.º Não obstante concorrerem os requisitos do artigo antecedente, as ditas sentenças não serão homologadas, si contiverem decisão contraria à ordem publica ou ao direito publico interno da União. ⁹

Art. 10. No processo da homologação observar-se-ha o seguinte :

1º, distribuida a sentença estrangeira, o relator mandará citar o executado para em oito dias contados da

⁶ L. n. 221, art. 49, paragrapho unico.

⁷ L. n. 221 de 1894, art. 12, § 4.

⁸ D. n. 6932 de 27 de julho de 1878, art. 1º ; L. n. 221, art. 12, § 4º, b.

⁹ D. n. 6932, art. 2º ; L. n. 221, art. cit.

citação deduzir por embargos a sua opposição, podendo o exequente em igual prazo contestal-os.

2º, pôde servir de fundamento para a opposição :

a) qualquer duvida sobre a authenticidade do documento ou sobre a intelligencia da sentença ;

b) a falta de algum dos requisitos enumerados nos arts. 8 e 9.

Em caso algum é admissível a producção de provas sobre o fundo da questão julgada ;

3º, em seguida à contestação, ou findo o prazo para ella destinado, terá vista o Procurador Geral da Republica e com o parecer deste irá o processo ao relator e successivamente aos dous revisores, na fórma estabelecida para as appellações ;

4º, confirmada a sentença, extrahir-se-ha a competente carta a que se addicionará a sentença homologada para ser executada no juízo seccional a que pertencer ;

5º, si a execução da sentença estrangeira for requisitada por via diplomatica, sem que compareça o exequente, o tribunal nomeará *ex-officio* um curador, que represente a este e promova em seu nome todos os termos do processo.

Igual procedimento guardar-se-ha em relação ao executado, si não comparecer, estiver ausente ou for menor ou interdito. ¹⁰

Art. 11. O processo da execução e seus diversos modos e incidentes serão regulados pelas leis, estylos e praticas que vigoram na Republica para a execução das sentenças nacionaes da mesma natureza.

A interpretação, porém, da sentença e seus effeitos immediatos serão determinados pela lei do paiz onde tal sentença foi proferida ¹¹.

Art. 12. Nos seis dias que se seguirem á penhora nas acções pessoaes e nos dez dias para a entrega da cousa nas reaes, é permittido ao executado oppor á sentença

¹⁰ L. n. 221, art. cit.

¹¹ D. n. 6982, arts. 6 e 7.

embargos que não sejam de nullidade ou infringentes do julgado.¹²

Art. 13. Quando a sentença for julgada inexecutable, os papeis, documentos e mais provas em que ella se fundar poderão ser exhibidos nas acções que pelo mesmo objecto se intentarem na Republica, e serão acceitos pelo que em direito valerem.¹³

Art. 14. Carecem de homologação para serem executadas :

- a) as sentenças estrangeiras de partilhas ;
- b) as sentenças estrangeiras meramente declaratorias, como são as que julgam questões de estado das pessoas ;
- c) as sentenças arbitraes homologadas por tribunaes estrangeiros.¹⁴

Art. 15. Não são susceptiveis de execução no Brazil as sentenças estrangeiras que declararem a fallencia de commerciante aqui domiciliado, sendo brasileiro.¹⁵

Art. 16. As sentenças estrangeiras, que abrirem fallencia a commerciantes que tenham domicilio no paiz onde foram proferidas, produzirão na Republica depois de homologadas os effeitos por direito inherente ás sentenças de declaração de fallencia, salvo as seguintes restricções :

1.º Independentemente da homologação e só com a exhibição da sentença o do acto da nomeação, em forma authentica, os syndicos, administradores, ou outros curadores ou representantes legaes da massa terão qualidade para, como mandatarios, requererem na Republica diligencias conservatorias dos direitos da massa, cobrar dividas, transigir, si para isso tiverem poderes, e intentar acções, sem obrigação de prestar fiança ás custas.

2.º Todos os actos que importarem execução de sentença, taes como a arrecadação e arrematação dos bens do

¹² D. n. 6982, art. 8 combinado com o art. 42, § 1, letra b, da lei n. 221.

¹³ D. n. 6982, art. 9.

¹⁴ D. n. 6982, arts. 10, 11 e 13.

¹⁵ D. n. 6982, art. 21 ; Dec. n. 917 de 21 de outubro de 1899, art. 106.

fallido, não poderão ser praticados sinão depois que a sentença se tornar executória pela homologação e mediante autorisação do juiz brasileiro, guardando-se as formulas do direito patrio.

3.º Não obstante haver sido declarada executória a sentença estrangeira de abertura de fallencia, os credores domiciliados na Republica, que tiverem hypotheca sobre bens aqui situados, não ficam inhibidos de demandar os seus creditos e manter os bens hypothecados.

4.º Aos credores chirographarios, domiciliados na Republica, que tiverem, na data da homologação, acções ajuizadas contra os fallidos, é licito proseguir nos termos ultteriores do processo e executar os bens do fallido sitos na Republica.¹⁶

Art. 17. A sentença estrangeira que abrir fallencia a commerciante que tenha dous estabelecimentos, um no paiz do seu domicilio e outro distincto e separado na Republica, sendo homologada, não comprehenderá em seus effeitos o estabelecimento existente na Republica.¹⁷

Art. 18. As concordatas e os modos de prevenir e obstar a declaração de fallencia, homologadas por tribunaes estrangeiros, ficam sujeitos á homologação nos termos dos artigos anteriores e só serão obrigatorios para os credores residentes no Brazil que houverem sido citados para nellos tomarem parte.¹⁸

Art. 19. No caso de haver tratado ou convenção regulando a execução das sentenças estrangeiras, observar-se-ha o que a este respeito se achar estipulado.¹⁹

Art. 20. As rogatorias emanadas de autoridades estrangeiras não precisam ser homologadas, e serão cumpridas depois que obtiverem o *exequatur* do Governo Federal, competindo o respectivo cumprimento exclusivamente ao juiz seccional do Estado onde tiverem de ser executadas as diligencias deprecadas.²⁰

¹⁶ D. n. 6982, arts. 44, 45, 46, 47 e 48; D. n. 917, arts. 93, 94, 95, 96 e 97.

¹⁷ D. n. 6982, art. 43; D. n. 917, art. 98.

¹⁸ D. n. 6982, art. 20; D. n. 917, art. 102.

¹⁹ D. n. 6982, art. 22; D. n. 917, art. 105; L. n. 221, art. 12, § 4º.

²⁰ L. n. 221, art. 12, § 1º.

CAPITULO III

DA ACÇÃO DE NULLIDADE DE ACTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 21. As causas que se fundarem na lesão de direitos individuaes por actos ou decisões das autoridades administrativas da União, correrão no juízo seccional do Estado ou do Districto Federal onde tiver sua séde a autoridade de quem emanou o acto ou onde este é dado à execução. ²¹

Art. 22. A acção sómente compete ao offendido, seus representantes legaes ou successores. ²²

Art. 23. A autoridade administrativa, de quem emanou a medida impugnada, será representada no processo pelo ministerio publico. ²³

Art. 24. Poderão intervir no processo os terceiros que tiverem interesse juridico na decisão da causa. ²⁴

Art. 25. A petição inicial conterá, além dos nomes das partes, a exposição circumstanciada dos factos e as indicações das normas legaes ou principios juridicos, donde o autor conclua que seu direito subjectivo foi violado por acto, medida ou decisão da autoridade administrativa. ²⁵

Art. 26. A petição inicial indicará também as testemunhas e as demais provas em que o autor se basça e deverá ser desde logo instruida com a prova documental, salvo demora imputavel às partes interessadas. ²⁶

Art. 27. A acção poderá ser desprezada *in limine*, si for manifestamente infundada, si não estiver devidamente instruida, si o autor for parte illegitima, ou si houver decorrido um anno da data da intimação ou publicação do acto que for objecto do litigio. ²⁷

²¹ L. n. 221, art. 13, princ.

²² L. n. 221, art. 13, § 1º.

²³ L. n. 221, art. 13, § 2º.

²⁴ L. n. 221, art. 13, § 2º.

²⁵ L. n. 221, art. 13, § 3º.

²⁶ L. n. 221, art. 13, § 4º.

²⁷ L. n. 221, art. 13, § 5º.

Art. 28. Recebida a acção, serão citados o procurador da Republica e demais interessados, assignando-se-lhes o prazo de 10 dias para a contestação.

Este prazo poderá ser prorogado até o dobro a requerimento de qualquer dos interessados. ²⁸

Art. 29. A requerimento do autor, a autoridade administrativa que expediu o acto poderá suspender a sua execução, si a isto não se oppuzerem razões de ordem publica. ²⁹

Art. 30. Findo o prazo de que trata o art. 28 seguir-se-ha o processo determinado nos arts. 36 e seguintes da parte 3ª desta Consolidação. ³⁰

Art. 31. Verificando o juiz que o acto é illegal, o annullará no todo ou em parte para o fim de assegurar o direito do autor.

§ 1.º Consideram-se illegaes os actos ou decisões administrativas em razão da não applicação ou indevida applicação do direito vigente. Em sua sentença o juiz fundar-se-ha em razões juridicas, abstendo-se de apreciar o merecimento de actos administrativos sob o ponto de vista de sua conveniencia ou oportunidade.

§ 2.º A medida administrativa, tomada em virtude de uma faculdade ou poder discricionario, sómente será havida por illegal em razão da incompetencia da autoridade respectiva ou do excesso de poder. ³¹

Art. 32. A sentença passada em julgado obrigará às partes e à administração em relação ao caso sómente que fez objecto do litigio.

A violação do julgado por parte da autoridade administrativa induz responsabilidade civil e criminal. ³²

Art. 33. Decahindo o autor da acção e verificando-se ter sido esta maliciosamente intentada, poderá ser con-

²⁸ L. n. 221, art. 13, § 6.

²⁹ L. n. 221, art. 13, § 7.

³⁰ L. n. 221, art. 13, § 8.

³¹ L. n. 221, art. 13, § 9.

³² L. n. 221, art. 13, §§ 11 e 12.

demnado nas custas em dobro ou tresdobro, a arbitrio do juiz. ³³

Art. 34. A Fazenda Nacional terá acção regressiva contra o funcionario publico para haver a importancia das custas que pagar. ³⁴

TITULO II

CAUSAS DA FAZENDA NACIONAL

(JURISDIÇÃO CONTENCIOSA)

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 35. As acções propostas pela Fazenda ou contra a Fazenda correm perante o juízo seccional, e nellas se observarão as regras geraes do processo commum, salvas as excepções consagradas por disposições expressas. ³⁵

Art. 36. A Fazenda deve ser citada directamente para juizo na pessoa do seu procurador, independentemente de qualquer licença prévia. ³⁶

Art. 37. Nas causas que se moverem contra a Fazenda ou contra a União os prazos e dilações concedidas ao procurador da Republica para responder, arrazoar ou dar provas serão o triplo dos determinados no processo commum. ³⁷

Art. 38. Nos casos de chamamento à autoria, opposição e assistencia, a causa pôde ser avocada para o juizo do fôro da Fazenda. ³⁸

³³ L. n. 221, art. 13, § 13.

³⁴ L. n. 221, art. 13, § 14.

³⁵ C., art. 69, *a* e *b*; L. n. 242 de 29 de novembro de 1841, arts. 2, 3 e 11; Instr. do Cont. de 10 de abril de 1851; L. n. 221, art. 12, § 2; D. n. 9385, de 1888, art. 45.

³⁶ Instr. do Cont. de 1851, art. 40.

³⁷ L. n. 221, art. 51.

³⁸ Ord., l. 2, t. 1, § 11, l. 3, t. 45, § 11.

Art. 39. Quando o fallido for o devedor contra o qual se promover a cobrança de divida de origem fiscal, o procurador da Fazenda reclamará administrativamente no juizo da fallencia o seu pagamento, intentando previamente o processo executivo pelo juizo seccional, bem como o sequestro, si for necessario. Caso não produza effeito a reclamação, proseguirá no juizo seccional o executivo até real embolso da Fazenda.³⁹

Art. 40. Das sentenças proferidas contra a Fazenda deve o juiz appellar *ex-officio* para o Supremo Tribunal Federal, qualquer que seja a natureza dellas, excedendo o valor de 2:000\$000, comprehendendo-se nesta disposição as justificações e habilitações de que trata o art. 149, sem o que serão inexequíveis.

Não se entendem porém contra a Fazenda as sentenças que se proferirem em causas particulares, a que os procuradores da Fazenda sómente tenham assistido, porquanto destas só se appellará por parte da Fazenda, si os procuradores della o julgarem preciso.⁴⁰

Art. 41. Sendo a Fazenda condemnada por sentença a algum pagamento, estão livres de penhora os bens nacionaes, os quaes não podem ser alienados sinão por acto legislativo.

A sentença será executada, depois de haver passado em julgado e de ter sido intimado o procurador da Fazenda, si este não lhe offerecer embargos, expedindo o juiz precatoria ao Thesouro para effectuar-se o pagamento.⁴¹

Art. 42. A venda ou arrematação em hasta publica na execução dos particulares não extinguirá o onus dos bens obrigados á Fazenda.⁴²

Art. 43. O Thesouro é a unica autoridade competente para dar moratorias aos devedores da Fazenda e admittil-os a pagar os seus debitos por prestações ; mas, em taes casos, não se suspenderão as execuções, e só-

³⁹ D. n. 9885 de 29 de fevereiro de 1883, art. 42.

⁴⁰ L. n. 242 de 1841, art. 13 ; D. n. 9885, art. 36 ; L. n. 173 B de 1893, art. 14.

⁴¹ Instr. do Cont. de 1851, art. 14.

⁴² D. n. 9885, art. 43.

mente a arrematação dos bens penhorados, salvo ordem expressa do Thesouro.

Findo o prazo concedido, ou não tendo sido paga a primeira prestação, dentro de tres dias, será annunciada a arrematação, independente de citação do executado.⁴³

Art. 44. A pendencia do pedido de moratoria ou da reclamação administrativa a que se refere o art. 66, não suspenderá o andamento do processo.⁴⁴

Art. 45. A Fazenda goza do beneficio de restituição *in integrum*, e pôde allegar-o nos mesmos casos em que este beneficio cabe aos menores.⁴⁵

Art. 46. Os procuradores da Fazenda podem dar de suspeitos os juizes e escrivães sem serem obrigados a caucionar.⁴⁶

Art. 47. Não podem ser dados de suspeitos; mas elles mesmos se poderão declarar suspeitos ou inhibidos de funcionar nas causas em que forem partes seus inimigos capitaes, intimos amigos, parentes por consanguinidade ou affins até o segundo grão e em que elles forem particularmente interessados na decisão.

Todavia, não obstante estas razões de suspeição, elles requererão as primeiras citações das partes e perpetuarão as causas em juizo, quando da demora possa vir prejuizo à Fazenda Nacional, e, quando assim o tiverem feito, se darão por suspeitos para o seguimento.⁴⁷

Art. 48. Não assignarão termo algum de desistencia ou confissão nos processos da Fazenda Nacional, e, si só assignarem, taes termos não terão effeito algum.

Outrosim, não poderão comprometter-se por parte da Fazenda em juizes arbitros para o julgamento de suas causas, salvo quando for ordenado por acto legislativo ou ordem do Thesouro.⁴⁸

⁴³ D. n. 9885, art. 33.

⁴⁴ D. n. 9885, art. 39.

⁴⁵ Ord., l. 3, t. 41; Instr. do Cont. de 1851, art. 17.

⁴⁶ Instr. do Cont., art. 21.

⁴⁷ Instr. do Cont., art. 22.

⁴⁸ Instr. do Cont. arts. 18 e 19.

Art. 49. Poderão exigir de qualquer tribunal, repartição publica e cartorio de escrivão ou tabellião os documentos que julgarem precisos ou convenientes para a defesa da Fazenda, os quaes lhes serão subministrados sem despezas. ⁴⁹

Art. 50. São responsaveis á Fazenda Nacional pelos prejuizos que lhes causem. ⁵⁰

Art. 51. Toda a materia ou correspondencia relativa aos processos judiciaes será remettida directamente pela Directoria Geral do Contencioso ao procurador da Republica. ⁵¹

CAPITULO II

DO EXECUTIVO FISCAL

I — FORMA DO PROCESSO

Art. 52. Compete á Fazenda Nacional a via executiva para cobrança das dividas activas do Estado, que forem certas e liquidas, provenientes :

- a) dos alcances dos responsaveis ;
- b) dos tributos, impostos, contribuições lançadas e multas ;
- c) dos contractos ou de outra origem, posto que não seja rigorosamente fiscal, quando disposição expressa de lei ou contracto assim o autorisar.

Paragrapho unico. O pagamento das multas, quer amigavelmente, quer pelo meio executivo, não obsta á restituição de parte ou de toda a importancia, no caso de relevação ou redução decretadas pelas autoridades competentes administrativas ou judicarias.

Estas autoridades transmittirão logo ás estações fiscaes a cópia authentica das decisões, contendo relevação ou

⁴⁹ Instr. do Cont., art. 7.

⁵⁰ Ord., l. 1, t. 48, §§ 10 e 17, l. 2, t. 26, § 24; D. n. 160 de 9 de maio de 1842, art. 27.

⁵¹ Inst. do Cont., art. 39; L. n. 221, art. 52.

redução das multas, para effectuar-se a restituição ou proceder-se como de direito for. ⁵²

Art. 53. Considerar-se-ha a divida liquida e certa, para o effeito da Fazenda Nacional entrar em juizo com sua intenção fundada de facto e de direito, quando consistir em somma fixa e determinada e se provar pela conta corrente do alcance julgada definitivamente, por certidão authentica extrahida dos livros respectivos, donde conste a inscripção da divida de origem fiscal, por documento incontestavel, nos casos em que as leis permitem a via executiva quanto ás dividas que não tem origem rigorosamente fiscal. ⁵³

Art. 54. O processo é summarissimo, de plano e pela verdade subida, assim pelo que pertence á Fazenda Nacional, como pelo que toca á defesa das partes. ⁵⁴

Art. 55. Procede o executivo fiscal :

- a) contra o devedor ;
- b) contra os herdeiros, cada um *in solidum*, dentro das forças da herança ;
- c) contra o fiador ;
- d) contra qualquer possuidor de bens hypothecados á Fazenda Nacional ;
- e) contra os socios e interessados do devedor nos contractos de vendas de bens e arrematação de direitos, celebrados com a Fazenda Nacional, cada um *in solidum* ;
- f) contra o devedor do devedor, quando a divida tem origem fiscal, ou, ainda que não tenha, si aquelle, no acto da penhora, confessa a divida e assigna o auto ;
- g) contra o successor no negocio pela divida do antecessor, quando a ella for obrigado.

Paragrapho unico. Pôde ser tambem o executivo directamente intentado contra as seguintes pessoas, como representantes legaes, que são :

- a) contra o curador fiscal e syndicos da massa fallida por divida do fallido ;

⁵² D. n. 9885, art. 1 ; D. n. 818, art. 189, e D. n. 4181 de 6 de maio de 1868, art. 4.

⁵³ D. n. 9885, art. 2 ; D. n. 818, art. 190.

⁵⁴ D. n. 9885, art. 3.

b) contra o curador ou o consul, no caso de bens dos ausentes ou das heranças jacentes ;

c) contra o tutor ou curador do menor ou interdicto ;

d) contra o director, gerente ou administrador ou um delles, sendo mais de um, quando se tratar de sociedade ou companhia. ⁵⁵

Art. 56. As contas correntes, certidões e documentos serão especiaes, isto é, um para cada devedor, juntando-se, porém, a uma só petição para serem ajuizados todos os que forem relativos a um só devedor, comtanto que a divida seja de origem identica.

Paragrapho unico. As contas, certidões e documentos, embora ajuizados, podem ser emendados ou substituidos por novos, que forem para esse fim enviados pelo Thesouro. ⁵⁶

Art. 57. Com o documento comprobatorio da divida, o procurador da Republica iniciará o processo, requerendo a expedição de mandado executivo, pelo qual o devedor ou quem de direito seja intimado para, no prazo de 24 horas, que correrão em cartorio da data da intimação, pagar a quantia pedida e custas, ou dar bens á penhora, ficando logo citado para os termos da execução até final julgamento, nomeação e approvação dos lousados, avaliação e arrematação dos bens penhorados, e remil-os ou dar lançador.

Nenhum official de justiça, sob pena de suspensão, poderá conservar em seu poder, por mais de 15 dias, sem lhe dar execução, o mandado executivo que lhe for entregue para diligencia. ⁵⁷

Art. 58. Si a divida for de alcance, ou si se fizer necessaria medida de segurança, não só nos casos de insolvabilidade e mudança de estado, mas ainda no de impossibilidade de prompta intimação do mandado, por estar o devedor ausente ou não ser encontrado, será requerido desde logo mandado de sequestro nos bens do devedor.

⁵⁵ D. n. 9835, art. 4 ; D. n. 848, art. 191.

⁵⁶ D. n. 9885, art. 5.

⁵⁷ D. n. 9885, arts. 6 e 41 ; D. n. 848, art. 196.

O sequestro para segurança da Fazenda Nacional será concedido sobre todos os bens do devedor, independentemente de justificação. ⁵⁸

Art. 59. Não sendo encontrado o devedor para citação pessoal, será intimado o procurador ou socio.

Si se occultar, será citado com hora certa; e si estiver ausente da sede do juízo, em lugar incerto, sem ter deixado procurador ou socio, o que se justificará summarissimamente por testemunhas, será a citação feita por editaes, publicados nas folhas diarias, e findos os dias marcados, correrá o prazo. ⁵⁹

Art. 60. O edital para a citação do ausente será de 10 dias, quando o devedor estiver em lugar incerto, dentro da jurisdição do juiz, e de 30 a 90 dias, a arbitrio deste, quando o devedor estiver em lugar ignorado, em outro Estado que não seja o da jurisdição do juiz, ou fóra do paiz. ⁶⁰

Art. 61. Decorridas as 24 horas, si o réo não comparecer para pagar ou se defender, proceder-se-ha á penhora na forma da lei, e seguir-se-ha a execução á revelia do réo, assignando-se-lhe em audiencia 10 dias para embargos, findos os quaes será a penhora julgada por sentença, com condemnação no pedido e custas. ⁶¹

Art. 62. Quando o processo começar por sequestro, será este intimado ao réo juntamente com o mandado executivo, e, si elle não comparecer nas 24 horas, resolvido *ipso facto* o sequestro em penhora, seguir-se-hão os termos do artigo anterior. ⁶²

Art. 63. Comparecendo o réo para se defender, antes de feita a penhora, não será ouvido sem primeiro segurar o juizo, salvo si exhibir documento authenticico do pagamento da divida ou annullação desta. ⁶³

⁵⁸ D. n. 9835, art. 6, §§ 1 e 2; Dec. n. 848, art. 197.

⁵⁹ D. n. 9885, art. 7.

⁶⁰ D. n. 9885, art. 7, § 3.

⁶¹ D. n. 9835, art. 8.

⁶² D. n. 9885, art. 9; D. n. 848, art. 193.

⁶³ D. n. 9885, art. 10; D. n. 848, art. 199.

Art. 64. Findos os 10 dias assignados, o escrivão assim o certificará e fará os autos conclusos com os documentos e allegações que houver recebido.

Concorrendo justa causa, poderá o juiz conceder ao réo, para prova e sustentação da sua defesa, um prazo que não exceda de 10 dias continuos, successivos e improrogaveis.

Findo o prazo e cobrados os autos, o escrivão os fará com vista ao procurador da Fazenda para arrazoar afinal, e seguir-se-ha o julgamento. ⁶⁴

Art. 65. A materia da defesa, estabelecida a identidade do réo, não pôde consistir sinão na prova da quitação, na nullidade do processo executivo ou prescrição da divida. ⁶⁵

Paragrapho unico. O contribuinte que for intimado para pagar divida de imposto a que não se julgar obrigado ou de que não puder, por qualquer motivo, exhibir a respectiva quitação, deverá representar immediatamente à repartição arrecadadora competente. Caso esta reconheça a justiça da reclamação, assim mencionará no proprio documento da intimação, para que, junto aos autos, se considere extincta a execução. ⁶⁶

Art. 66. Não se admittirão em juizo liquidações, compensações ou encontro de dividas. Quando os executados entenderem ter direito a taes liquidações, compensações ou encontros, deverão allegal-o perante o Thesouro e apresentar em juizo as decisões que lhes forem favoraveis com a reforma das contas ajuizadas. ⁶⁷

Art. 67. Fallecendo o executado devedor, proseguirá a execução independentemente de habilitação contra o cabeça do casal ou qualquer herdeiro que esteja na posse dos bens, ainda que a partilha se tenha feito. ⁶⁸

⁶⁴ D. n. 9885, art. 11; D. n. 848, art. 200.

⁶⁵ D. n. 9885, art. 12; D. n. 848, art. 201.

⁶⁶ D. n. 9885, art. 12, § unico.

⁶⁷ D. n. 9885, art. 40.

⁶⁸ D. n. 9885, art. 41.

II — EXECUÇÃO

Art. 68. No executivo fiscal, qualquer que seja o valor da causa, não é necessaria a carta de sentença : proseguirá a execução nos proprios autos, salvo quando, no caso do art. 64, rejeitados os embargos oppostos pelo executado, houver appellação. ⁶⁹

Art. 69. Na execução para a cobrança dos impostos relativos a immoveis, far-se-ha penhora nos rendimentos do immovel, si estiver alugado ou arrendado, assignando o inquilino ou rendeiro termo de deposito dos rendimentos futuros, para recolhel-os á estação fiscal á proporção que se forem vencendo, e até a quantia necessaria para pagamento do imposto, da multa accrescida e custas.

Não estando o immovel arrendado, e não dando o devedor outros bens á penhora, far-se-ha esta no mesmo immovel.

Sendo usufructuario o devedor, executar-se-ha o usufructo, e só no caso de não haver lançador, será executida a propriedade plena. ⁷⁰

Art. 70. A sentença que julgar a penhora passará em julgado no prazo de dez dias, contados da publicação, e não haverá nova citação para a execução, prevalecendo a primeira. ⁷¹

Art. 71. Sendo a penhora em dinheiro e não havendo credores que se tenham apresentado a disputar preferencia, far-se-ha o levantamento a bem da Fazenda. ⁷²

Art. 72. Levados á praça os bens penhorados, si na terceira praça não apparecer lançador, poderá ser requerida a adjudicação com o abatimento da quarta parte do valor da avaliação ou o pagamento pelos rendimentos dos ditos bens. ⁷³

⁶⁹ D. n. 9885, art. 14.

⁷⁰ D. n. 9885, art. 13, § unico.

⁷¹ D. n. 9885, art. 15.

⁷² D. n. 9885, art. 17.

⁷³ D. n. 9885, art. 20.

Art. 73. Feita a adjudicação, si o executado, seu conjugue ou herdeiros não se apresentarem espontaneamente para remir a execução no prazo de oito dias, serão de novo os bens levados à praça sobre o valor da adjudicação, e caso ainda não haja lançador, levar-se-ha em conta do debito fiscal o preço da adjudicação, ou resolver-se-ha sobre a incorporação dos bens, sendo immoveis, aos proprios nacionaes.

Qualquer excesso que alcançarem nesta praça os bens adjudicados acima do preço da adjudicação, ainda superior à divida e custas, accresce em proveito da Fazenda. ⁷⁴

Art. 74. Só se admitte novo lançaço, depois da arrematação, concorrendo as tres seguintes condições:

- a) ser o novo lançaço de mais da terça parte ;
- b) não estar ainda consummada a arrematação com a entrega do preço e a posse da cousa arrematada ;
- c) não haver mais bens por onde a Fazenda possa ser plenamente paga. ⁷⁵

Art. 75. Nem os empregados de Juizo por si ou por interposta pessoa, nem o executado ou seus herdeiros, poderão ser admittidos a lançar na arrematação dos bens penhorados, salvo ao executado, seu conjugue ou herdeiros o direito de remil-os ou dar lançador. ⁷⁶

III — EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 76. Nas execuções fiscaes o executado poderá oppor embargos modificativos ou infringentes do julgado, ou relativos ao modo da execução. ⁷⁷

Art. 77. Os ditos embargos só suspenderão a execução nos casos seguintes:

- a) si forem de nullidade procedente de falta da primeira citação ;

⁷⁴ D. n. 9885, art. 21.

⁷⁵ D. n. 9885, art. 24.

⁷⁶ D. n. 9885, art. 23.

⁷⁷ D. n. 9885, art. 25 ; D. n. 818, art. 313.

b) si forem de nullidade do processo da arrematação provada incontinentem na petição em que a vista for requerida. ⁷⁸

Nos casos não especificados neste artigo não poderão os embargos ser admittidos sinão em auto apartado, sem prejuizo da execução. ⁷⁹

Art. 78. Os embargos admittidos, quer nos autos, quer em apartado, serão processados nos termos do art. 64. ⁸⁰

Art. 79. Em qualquer periodo da execução até a assignatura da carta de arrematação ou adjudicação, serão os terceiros senhores e possuidores admittidos a embargar com suspensão da execução, contanto que se legitimem desde logo, apresentando titulos de dominio e posse. ⁸¹

Em tal caso o juiz assignará ao embargante o prazo de 10 dias improrogaveis, que correrão desde logo, independentemente de intimação, para serem exhibidos os embargos e os titulos e as provas de sua legitimidade.

Findo o prazo, o escrivão fará os autos com vista ao procurador da Fazenda, seguindo-se o julgamento definitivo. ⁸²

Art. 80. Si os embargos forem julgados provados, será levantada a penhora; no caso contrario, será o embargante condemnado nas custas, proseguindo a execução nos seus termos. ⁸³

IV — CONCURSO DE CREDORES

Art. 81. O concurso de preferencia com a Fazenda será promovido por meio de petição ao juiz, na qual o credor preferente legitime a sua qualidade, produzindo logo todos os titulos e razões. ⁸⁴

⁷⁸ D. n. 9885, art. 25; D. n. 848, art. 314.

⁷⁹ D. n. 9885, art. 25, § 2.

⁸⁰ D. n. 9885, art. 25, § 3.

⁸¹ D. n. 9885, art. 26; D. n. 848, art. 315.

⁸² D. n. 9885, art. 26, § 4; D. n. 848, art. 316.

⁸³ D. n. 9885, art. 26, § 3; D. n. 848, art. 317.

⁸⁴ D. n. 9885, art. 27; D. n. 848, art. 326.

Art. 82. Autoada a petição, terá vista o procurador da Fazenda e depois da sua resposta seguir-se-ha o julgamento. ⁸⁵

Art. 83. Reconhecida a legitimidade da pretensão do preferente, suspender-se-ha a execução e levantar-se-hão os sequestros ou penhoras que se houverem feito; no caso contrario será excluído, e, junta a petição aos autos da execução, nella se proseguirá até integral pagamento da Fazenda. ⁸⁶

Art. 84. Não terá logar o concurso de preferencia:

a) quando houver bens sufficientes do devedor commum, incumbindo ao credor preferente a prova da insolvabilidade;

b) depois de entregue o preço da arrematação ou de julgada a adjudicação. ⁸⁷

Art. 85. São títulos de preferencia contra a Fazenda, provando-se serem anteriores á divida fiscal:

a) as hypothecas legaes ou convencionaes especializadas e inscriptas na fôrma da lei;

b) o direito sobre o valor das bemfeitorias, quanto ao credor que emprestou dinheiro ou concorreu com os materiaes ou mão de obra para a edificação, reparação ou reedificação do predio, bem como para se abrirem ou arrotearem terras incultas. ⁸⁸

Art. 86. A Fazenda, no juizo fiscal, não chama credores, nem se apresenta como articulante, e só tem que disputar os artigos do preferente. ⁸⁹

Art. 87. No caso de ter a Fazenda de allegar preferencia nas execuções que se moverem pelo juizo commum, será a causa, mediante requerimento do respectivo procurador, devolvida ao juizo seccional, e ahi correrá até final, de conformidade com o art. 8^o e seguintes. ⁹⁰

⁸⁵ D. n. 9385, art. 27, § 1^o; D. n. 848, art. 327.

⁸⁶ D. n. 9385, art. 27, § 2^o; D. n. 848, art. 328.

⁸⁷ D. n. 9385, art. 28; D. n. 848, art. 329.

⁸⁸ D. n. 9385, art. 29; D. n. 848, art. 330.

⁸⁹ D. n. 9385, art. 30; D. n. 848, art. 331.

⁹⁰ D. n. 9385, art. 30, § unico.

V — DOS RECURSOS

Art. 88. No executivo fiscal os embargos à sentença, qualquer que seja o embargante, só poderão ser de declaração, deduzidos por meio de simples petição dentro de cinco dias, continuos e improrogaveis, contados da publicação da sentença.

Junta a petição aos autos, della se dará vista immediatamente ao procurador da Fazenda, e, com a sua resposta, irão os autos conclusos ao juiz para decidir. ⁹¹

Art. 89. Da sentença proferida a favor da Fazenda, poderá a parte appellar, mas a appellação só será recebida no effeito devolutivo. ⁹²

Art. 90. O recurso de agravo será admittido nos mesmos casos em que o é no processo commum. ⁹³

VI — DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO

Art. 91. Considerar-se-ha extincta a execução, sem mais necessidade de quitação nos autos, ou de sentença ou termo de extinção, juntando-se em qualquer tempo ao feito :

a) documento authenticico de haver sido paga a respectiva importancia na repartição fiscal arrecadadora ;

b) certidão de annullação da divida passada pela repartição fiscal arrecadadora na forma do art. 65, paragrapho unico ;

c) requerimento do procurador da Fazenda, pedindo o archivamento do processo, em virtude de ordem transmittida pelo Thesouro. ⁹⁴

Art. 92. O escrivão, quando der guias para o pagamento, passal-as-ha em duplicata, assim de que uma dellas seja devolvida ao cartorio pela repartição arrecadadora convenientemente averbada, para ser junta aos autos como quitação da divida fiscal, caso a parte não se apresente

⁹¹ D. n. 9885, art. 35.

⁹² D. n. 9885, art. 36.

⁹³ D. n. 9885, art. 37.

⁹⁴ D. n. 9885, art. 31.

com o respectivo conhecimento, por preferir guardal-o para sua resalva.

As guias serão datadas e rubricadas por um dos sollicitadores do juizo. Passados tres dias, não serão mais acceitas na estação fiscal, cumprindo que sejam de novo apresentadas em cartorio, para se contarem os juros e custas accrescidos.⁹⁵

Art. 93. Não se extinguirá a execução pela prova de haver sido feito o pagamento a qualquer empregado do juizo. E si este não tiver entrado para os cofres publicos com o dinheiro recebido, será processado criminalmente, além da suspensão em que ficará incurso.⁹⁶

Art. 94. Em qualquer estado da causa será o devedor admittido a pagar a divida ; para o que se lhe darão as respectivas guias. Si o executivo já tiver sido intentado, serão contados os juros accrescidos, si a divida os vencer, e as custas.⁹⁷

TITULO III

DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA DO JUIZO DOS FEITOS

CAPITULO I

DESAPROPRIAÇÃO

I — DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE PUBLICA

Art. 95. Tem logar a desapropriação por necessidade publica nos casos seguintes :

- a) defesa do Estado ;
- b) segurança publica ;
- c) soccorro publico em tempo de fome ou outra extraordinaria calamidade ;
- d) salubridade publica.⁹⁸

⁹⁵ D. n. 9885, art. 32.

⁹⁶ D. n. 9885, art. 33.

⁹⁷ D. n. 9885, art. 34.

⁹⁸ L. de 9 de setembro de 1826, art. 1.

Art. 96. A requerimento do procurador da Republica e com audiencia do proprietario, o juiz seccional do domicilio deste declarará por sentença si está ou não verificada a necessidade que determina a desapropriação.⁹⁹

Art. 97. Decretada a desapropriação, proceder-se-ha á avaliação da propriedade para a indemnisação por meio de arbitres nomeados pelo procurador da Republica e pelo proprietario.

O valor da propriedade será calculado, tendo-se em attenção não só o valor intrinseco da mesma propriedade, como a sua localidade e o interesse que della tira o proprietario.¹⁰⁰

Art. 98. Antes do proprietario ser privado de sua propriedade será indemnizado do valor della.

Si o proprietario recusar receber o valor arbitrado, será este levado ao deposito publico, e juntando-se aos autos o conhecimento do deposito, se haverá a posse por emittida.¹⁰¹

Art. 99. No caso de perigo imminente, como de guerra ou commoção, cessarão todas as formalidades, e poder-se-ha tomar posse do uso quanto baste, ou mesmo do dominio da cousa, quando seja necessario para emprego do bem publico, logo que seja liquido o seu valor e cumprida a disposição do artigo anterior, reservados os direitos para se deduzirem em tempo opportuno.¹⁰²

Art. 100. Da sentença que decreta a desapropriação podem as partes interpor os recursos legais.¹⁰³

II — DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PUBLICA

Art. 101. Tem logar a desapropriação por utilidade publica federal nos seguintes casos :

a) construcção de edificios e estabelecimentos publicos de qualquer natureza ;

⁹⁹ L. cit., art. 3.

¹⁰⁰ L. cit., art. 4.

¹⁰¹ L. cit., arts. 5 e 6.

¹⁰² L. cit., art. 8.

¹⁰³ L. cit., art. 7.

b) fundação de povoações, hospitaes e casas de caridade ou de instrução ;

c) abertura, alargamento ou prolongamento de vias de comunicação ;

d) construção de pontes, fontes, aqueductos, portos, diques, caes, e de quaesquer estabelecimentos destinados á commodidade ou servidão publica ;

e) construcções ou obras destinadas á decoraçào ou salubridade publica. ¹⁰⁴

Art. 102. Approvados os planos das obras por decreto do Poder Executivo, entende-se verificado o bem publico para se exigir o uso ou emprego das propriedades comprehendidas nos ditos planos. ¹⁰⁵

Art. 103. O juiz seccional pronunciará a desapropriação, preenchidos os seguintes requisitos :

a) lei ou decreto que autorise algumas das obras ou estabelecimentos declarados no art. 101 ;

b) decreto que approve definitivamente os planos das ditas obras ;

c) plantas de cada uma das propriedades particulares comprehendidas no plano, com indicação dos nomes dos proprietarios ;

d) certidão de se haverem praticado todas as formalidades exigidas para a approvação definitiva dos planos ;

e) citação dos proprietarios e suas mulheres.

Esta decisão será intimada aos proprietarios, e della se dará agravo, no qual só haverá provimento, quando faltar algum dos requisitos exigidos neste artigo, ou a decisão não for conforme a elles. ¹⁰⁶

Art. 104. No processo de indemnisação se observará o que se acha determinado no art. 108 e seguintes, com esta modificação :

O quinto arbitro, a que se refere o art. 109, será nomeado pelo juiz e não pelo Governo. ¹⁰⁷

¹⁰⁴ L. n. 353 de 12 de julho de 1815, art. 1.

¹⁰⁵ L. n. 353, art. 9.

¹⁰⁶ L. cit., art. 11.

¹⁰⁷ L. n. 221 de 1834, art. 50.

Poder Executivo 1898

Art. 105. A desapropriação será promovida pelo procurador da Republica ou outro agente do Poder Executivo para isso designado, quando as construcções, obras e estabelecimentos, que derem logar à desapropriação, se fizerem á custa do Thesouro Nacional. ¹⁰⁸

Art. 106. Si a necessidade ou utilidade publica exigir a vulgarisação de uma invenção ou o seu uso exclusivo pelo Estado, poderá a respectiva patente ser desapropriada de conformidade com as disposições anteriores.

A desapropriação abrangerá a invenção principal, os melhoramentos respectivos garantidos com patente e toda a industria privilegiada ou em effectivo exercicio. ¹⁰⁹

III — DESAPROPRIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS DE FERRO

Art. 107. Pela approvação das plantas por decreto entender-se-hão desapropriados, em favor dos empresarios ou companhias incumbidas da construcção das estradas de ferro, todos os predios e terrenos comprehendidos total ou parcialmente nos planos e plantas das respectivas estradas, que forem necessarios para sua construcção, estações, serviço e mais dependencias.

Nenhuma autoridade judiciaria ou administrativa poderá admittir reclamação ou contestação contra a desapropriação resultante da approvação das plantas por decreto.

A emissão na posse, porém, só se effectuará depois de verificada a indemnisação. ¹¹⁰

Art. 108. No caso de não verificar-se accordo extrajudicial com os proprietarios, os agentes dos empresarios ou companhia promoverão o processo de indemnisação perante o juiz seccional do Estado onde estiverem situados os immoveis, o qual poderá deprecar aos juizes supplentes,

¹⁰⁸ L. n. 353, art. 10.

¹⁰⁹ L. n. 3129 de 11 de outubro de 1882, art. 1, § 4; R. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882, art. 20.

¹¹⁰ R. n. 1661 de 27 de outubro de 1855, arts. 2 e 3.

e não os havendo, ás autoridades locais as necessarias diligencias. ¹¹¹

Art. 109. Para ser iniciado o processo, os agentes do empresario ou companhia requererão ao juiz em separado a citação de cada um dos proprietarios ou de seus tutores ou curadores, no caso de serem menores, para o fim de nomearem dous arbitros, que com os dous nomeados pelo empresario ou companhia e com o designado pelo Governo, procederão á avaliação do predio ou terreno, caso não queiram aceitar a quantia que o empresario ou companhia deverá offerecer para essa indemnisação.

O requerimento deverá ser instruido com os seguintes documentos: 1º, cópia do decreto, que approvou o plano das obras; 2º, cópia da planta especial do terreno ou do predio; 3º, attestado de um engenheiro designado pelo Governo, certificando ser o terreno ou predio, de que se tratar, comprehendido no plano approved por decreto do Poder Executivo, e ser exacta a planta, que d'elle se apresentar; 4º, declaração dos dous arbitros que nomearem para, com os do proprietario e o designado pelo Governo, procederem á avaliação da indemnisação, si a offerta não for aceita.

Si se tratar de indemnisação de predio urbano, certidão da decima que tiver sido paga no 2º semestre do ultimo anno financeiro, e no caso de não se ter pago decima nesse semestre, por não ser devida, certidão da ultima anterior, e da primeira posterior que se houver pago. ¹¹²

Art. 110. Os proprietarios ou seus tutores ou curadores, a quem for feita a citação, serão obrigados, sob pena de revelia, a declarar dentro de cinco dias, depois da citação, si aceitam ou não a indemnisação offerecida e, no caso de não aceitarem, declararão a quantia que pretendem e nomearão logo os dous arbitros, que deverão proceder com os do empresario ou companhia e o designado pelo Governo, á avaliação da indemnisação, si o empresario ou companhia não se conformar com o pedido feito pelo proprietario.

¹¹¹ R. cit., art. 3.

¹¹² R. cit., art. 4.

Nos casos de revelia, o juiz nomeará os arbitros que competiria ao proprietario nomear. ¹¹³

Art. 111. Os tutores e curadores dos proprietarios, que os tiverem, serão autorisados por simples despacho da autoridade competente a acceitar as offertas de indemnisação que acharem uteis aos seus tutelados ou curatelados. ¹¹⁴

Art. 112. Si o offerecimento do empresario ou companhia ou o pedido do proprietario for acceito, recebida por este a quantia ou depositada, si recusar ou não puder recebel-a, o juiz mandará passar em favor do empresario ou companhia mandado de posse, que será executado sem embargo de quaesquer embargos e servirá de titulo ao empresario ou companhia. ¹¹⁵

Art. 113. Si nem o offerecimento do empresario ou companhia nem o pedido do proprietario for acceito, os arbitros nomeados se reunirão sob a presidencia do juiz no dia e hora fixados por este, e em sua presença farão a avaliação da indemnisação devida, observadas as regras dos arts. 117 e 118. ¹¹⁶

Art. 114. Feita a avaliação e recebida pelo proprietario a sua importancia ou depositada, si recusar ou não puder recebel-a, mandará o juiz passar mandado de posse na fôrma do art. 112. Si as indemnisações não excederem as offertas do empresario ou companhia, as partes que as tiverem recusado pagarão as custas do processo; si porém forem superiores, será o empresario ou a companhia condemnado nas custas. ¹¹⁷

Art. 115. As pessoas que forem nomeadas arbitros não poderão recusar o encargo, salvo sendo empregados publicos ou interessados na desapropriação. ¹¹⁸

Art. 116. Os arbitros que não forem escusos pelo juiz e que não comparecerem no dia fixado para a avalia-

¹¹³ R. cit., art. 5.

¹¹⁴ R. cit., art. 6.

¹¹⁵ R. cit., art. 7.

¹¹⁶ R. cit., art. 8.

¹¹⁷ R. cit., art. 9.

¹¹⁸ R. cit., art. 10.

ção dos predios e terrenos desapropriados poderão ser compellidos a cumprir o seu dever com multa até 50\$ e prisão até oito dias. Estas penas serão ordenadas pelo juiz administrativamente. ¹¹⁹

Art. 117. Para proceder á avaliação das indemnisações dos terrenos que não forem quintas das casas sujeitas ao pagamento da decima, os arbitros observarão as seguintes regras:

a) as indemnisações não poderão ser em caso algum inferiores ás offertas do empresario ou agentes da companhia, nem inferiores ás exigencias dos proprietarios ;

b) si os terrenos ou predios, que houverem de ser desapropriados sómente em parte, ficarem reduzidos a menos de metade em sua extensão, ou ficarem privados das serventias necessarias para o uso e gozo dos terrenos e predios não comprehendidos na desapropriação, ou ficarem muito desmerecidos do seu valor pela privação de obras e bemfeitorias importantes, serão desapropriados e indemnizados no seu todo, si assim requererem os seus proprietarios ;

c) serão fixadas indemnisações em favor de cada uma das partes, que as reclamarem sob titulos differentes.

No caso de usufructo, porém, uma só indemnisação será fixada em attenção ao valor total da propriedade, e o usufructuario e o proprietario exercerão seus direitos sobre a quantia fixada ;

d) os arbitros attenderão á localidade, ao tempo e ao valor em que ficar o resto da propriedade, ao damno que provier da desapropriação, e a quaesquer outras circumstancias que influam no preço ; mas as construcções, plantações e quaesquer bemfeitorias feitas na propriedade depois de conhecido o plano das obras e com o fim de elevarem a indemnisação, não deverão ser attendidas ;

e) as partes ou seus procuradores poderão apresentar suas observações resumidamente e os arbitros poderão ouvir os peritos que julgarem convenientes, fazer vistorias

¹¹⁹ R. cit., art. 11.

nos logares ou delegar para este fim um ou algum de seus membros.¹²⁰

Art. 118. Para a avaliação das indemnisações dos predios sujeitos á decima serão observadas as seguintes regras :

a) Nenhuma indemnisação poderá ser menor do que o valor de 20 annos do rendimento do predio, devendo ser calculado este rendimento pela decima que houver pago no ultimo semestre immediato áquelle em que houver de verificar-se a desapropriação ; e no caso de não ter pago decima neste semestre, pela certidão da que pagou do semestre anterior. Si não houver pago decima no referido semestre, regular-se-ha o preço sómente pela ultima decima paga, salvo o caso de se haverem feito no predio obras importantes depois desse pagamento.

b) Nenhuma indemnisação será elevada a maior quantia do que importarem os ditos 20 annos de rendimento calculado pela decima e mais 10 % dessa importancia, si o referido predio estiver alugado, e os proprietarios forem maiores ; si porém forem menores ou morarem nos predios que tiverem de ser indemnizados ou forem corporações de mão morta, ou os predios estiverem no caso da regra sob a letra a, a indemnisação poderá ser elevada até 20 % acima dos 20 annos de rendimento calculado pela decima.

Si os predios forem de corporações que não paguem decima, ou pertencerem á União e não forem terrenos devolutos, a avaliação se fará no primeiro caso sobre a base do aluguel do predio com a porcentagem devida, a juizo dos peritos, não excedendo a 20 %, e no segundo caso será a avaliação feita por estimativa, precedendo informação de dous engenheiros e dous mestres de obras designados pelo juiz.

c) A indemnisação dos predios, que estiverem situados em localidades não sujeitas ao imposto da decima, será feita, segundo a avaliação a que se proceder, sobre a base do seu aluguel com a porcentagem devida, a juizo dos arbitros, não excedendo a 20 %.

¹²⁰ R. cit., art. 12.

d) A indemnisação daquelles a que por seu destino especial não puderem ser applicadas as regras dos paragraphos anteriores será feita segundo as regras estabelecidas para os terrenos no art. 117.¹²¹

Art. 119. Os proprietarios dos terrenos e predios, pelos quaes devam passar as estradas de ferro autorisadas pelo Congresso e concedidas a emprezarios ou companhias pelo Governo da União, não poderão impedir que esses terrenos ou predios sejam examinados e percorridos pelos engenheiros encarregados do levantamento dos planos e plantas das estradas.

Os emprezarios ou companhias e seus engenheiros poderão recorrer ás autoridades administrativas ou policiaes no caso de recusa dos proprietarios.

Fica, porém, entendido que terão os ditos proprietarios o direito de ser indemnizados do valor de quaesquer bemfeitorias, que tenham sido destruidas ou damnificadas por esses exames.¹²²

IV — DESAPROPRIAÇÃO DE AGUAS

Art. 120. E' applicavel á desapropriação de aguas para serviços a cargo da administração federal o processo estabelecido nos arts. 108 e seguintes com estas modificações :

1.º Os arbitros serão dous, nomeado um por quem promover a desapropriação e o outro pelo proprietario, desempatando o juiz no caso de não accordarem sobre o preço da indemnisação.

2.º O valor das aguas a indemnisar será o que corresponder ao volume ou força motora de que effectivamente utilizar-se o proprietario ao tempo da desapropriação.

3.º A indemnisação não excederá á exigencia do proprietario nem será inferior :

a) á offerta previamente approvada pelo Ministerio da Viação ;

¹²¹ R. cit., art. 43.

¹²² R. cit., art. 44.

b) a 6 % do valor da propriedade que constar do inventario ou contracto de aquisição, revestido das formalidades legais, anteriores à decretação da obra, e, em falta de inventario ou contracto, do valor que estimarem os arbitros. ¹²³

Art. 121. Quando o abastecimento exigir construções em terrenos proximos ou adjacentes aos mananciaes, será devida indemnisação pelos que para esse fim forem desapropriados, observando-se em tal caso, na estimação do valor, as regras prescriptas nos arts. 117 e 118. ¹²⁴

Art. 122. Possuindo o proprietario estabelecimento que fique prejudicado com a desapropriação, por não permittir o interesse publico que, na forma do artigo seguinte, lhe seja fornecida quantidade de agua sufficiente para a respectiva exploração, será tambem desapropriado o mesmo estabelecimento, regulando-se a indemnisação pelo disposto nos ditos arts. 117 e 118. ¹²⁵

Art. 123. Além da indemnisação, é garantida ao proprietario a quantidade de agua necessaria ao consumo domestico, fazendo-se para este fim a conveniente derivação. ¹²⁶

Art. 124. Quando as obras do abastecimento houverem de ser feitas administrativamente, promoverá a desapropriação o procurador da Republica. ¹²⁷

CAPITULO II

ESPECIALISAÇÃO DA HYPOTHECA LEGAL DOS EXACTORES DA FAZENDA

Art. 125. Compete ao juiz seccional a especialisação da hypotheca legal nos processos de fiança dos exactores da Fazenda, com audiencia do seu procurador. ¹²⁸

¹²³ L. n. 3326 de 24 de novembro de 1888, art. 21.

¹²⁴ L. cit., art. 22.

¹²⁵ L. cit., art. 23.

¹²⁶ L. cit., art. 24.

¹²⁷ L. cit., art. 25.

¹²⁸ R. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 439, § 2.

Art. 126. A especialisação deve ser requerida :

- a) pelos responsáveis ou seus fiadores ;
- b) pelo empregado que o Ministerio da Fazenda designar. ¹²⁹

Art. 127. Solicitada a especialisação mediante requerimento em que a parte deve designar e estimar o immovel ou immoveis que hão de ficar especialmente hypothecados, o juiz mandará logo proceder á avaliação do immovel ou immoveis designados. ¹³⁰

Art. 128. Não carece de arbitramento o valor da responsabilidade da hypotheca, que será o mesmo da fiança prestada pelos responsáveis. ¹³¹

Art. 129. A dita petição será instruida com a relação dos immoveis, que o responsavel possua, si outros tiver além dos indicados na petição. ¹³²

Art. 130. A avaliação dos immoveis designados far-se-ha por peritos nomeados pelo juiz a aprazimento das partes. ¹³³

Art. 131. Feita a avaliação, o juiz ouvirá as partes, concedendo a cada uma 48 horas para dizerem o que lhes convier sobre a qualidade, sufficiencia e avaliação dos immoveis designados. ¹³⁴

Art. 132. O procurador da Fazenda exigirá, logo que se lhe der vista, a exhibição, além de quaesquer outros esclarecimentos que entender necessarios :

- a) dos titulos de propriedade ;
- b) de certidão negativa do Thesouro e outras repartições a respeito de obrigações para com a Fazenda ;
- c) de certidão negativa de inscripção ou transcripção no registro geral ;
- d) de certidão que prove que os immoveis estão livres e desembaraçados de penhora, embargo ou outro onus judicial ;

¹²⁹ R. n. 370, art. 141.

¹³⁰ R. n. 370, art. 141.

¹³¹ R. n. 370, art. 148.

¹³² R. n. 370, art. 145.

¹³³ R. n. 370, art. 146.

¹³⁴ R. n. 370, art. 152.

e) de certidão do livro das tutelas e curatelas do juízo competente;

f) de declaração do responsável ou seu fiador a respeito do regimen matrimonial, ou de outros factos donde possa resultar hypotheca legal. ¹³⁵

Art. 133. Logo que as partes allegarem o seu direito, o juiz homologará ou corrigirá a avaliação, e, si achar livres e sufficientes os bens designados, mandará que se proceda á inscripção da hypotheca legal (tal), pelo valor (tal), sobre o immovel (tal) ou immoveis (taes) do responsável (tal).

O juiz é obrigado a especificar na sua sentença a denominação, a situação e os característicos dos immoveis que vão ser inscriptos. ¹³⁶

Art. 134. Si o juiz achar que os immoveis designados não são livres ou não são sufficientes e o responsável tiver outros immoveis além dos designados, mandará proceder á avaliação delles. ¹³⁷

Art. 135. Sendo o immovel insufficiente e não tendo o responsável outros, o juiz julgará a especialisação, reduzindo a hypotheca ao valor do immovel existente, salvos os privilegios sobre os outros bens do devedor, não susceptiveis de hypotheca. ¹³⁸

Art. 136. Quando algum dos immoveis designados for situado fóra do logar, onde se procede á especialisação, o juiz, por via de precatoria, requisitará a avaliação d'elle ao juiz do logar, e, vindo elles, procederá de conformidade com os arts. 131 e seguintes. ¹³⁹

Art. 137. Do despacho do juiz que, (a) homologa ou corrige a avaliação, (b) julga ou não livres ou sufficientes os immoveis, cabe agravo de petição ou instrumento. ¹⁴⁰

¹³⁵ Instr. do Cont. n. 164 de 27 de abril de 1896, art. 5.

¹³⁶ R. n. 370, arts. 153 e 154.

¹³⁷ R. n. 370, art. 155.

¹³⁸ R. n. 370, art. 160.

¹³⁹ R. n. 370, art. 161.

¹⁴⁰ R. n. 370, art. 156.

Proceder-se-ha porém a avaliação, não obstante o agravo. ¹⁴¹

Art. 138. Concluida a especialisação, dar-se-ha á parte sentença della.

Esta sentença será simples e não poderá conter sinão a sentença ou sentenças de que tratam os arts. 133 e 134, assim como a decisão do agravo. ¹⁴²

Art. 139. São applicaveis ás hypothecas legaes da Fazenda, logo que forem especialisadas, as disposições relativas ás hypothecas convencionaes ou especiaes. ¹⁴³

Art. 140. Assim tornando-se insufficientes os immoveis inscriptos para garantia da hypotheca especialisada, pôde-se requerer o reforço della. ¹⁴⁴

Art. 141. No caso do artigo antecedente, justificado o facto, proceder-se-ha á designação de outro ou outros immoveis do responsavel pela forma determinada neste capitulo. ¹⁴⁵

Art. 142. E' abolida a prenotação das hypothecas especialisadas. ¹⁴⁶

CAPITULO III

DA INCORPORAÇÃO DE BENS NOS PROPRIOS NACIONAES

Art. 143. O procurador da Fazenda, apresentando em juizo as escripturas ou titulos originaes da aquisição do immovel, requererá que se mande dar posse do bem adquirido para a Fazenda e que, tomada esta, se julgue o mesmo bem incorporado nos proprios nacionaes. ¹⁴⁷

Art. 144. Proferida a sentença de incorporação, extrac-se a respectiva carta para ser remettida á reparação em que deve fazer-se o assentamento. ¹⁴⁸

¹⁴¹ R. n. 370, art. 157.

¹⁴² R. n. 370, arts. 162 e 163.

¹⁴³ R. n. 370, art. 167.

¹⁴⁴ R. n. 370, art. 168.

¹⁴⁵ R. n. 370, art. 169.

¹⁴⁶ R. n. 370, art. 170.

¹⁴⁷ Instr. do Cont. de 10 de abril de 1851, art. 4.

¹⁴⁸ Instr. cit., art. 34.

CAPITULO IV

ARREMATACÃO DE OBJECTOS DEPOSITADOS NOS COFRES PUBLICOS

Art. 145. Os objectos de ouro, prata e joias, que se achem em deposito nos cofres publicos e não tenham sido levantados dentro do prazo de cinco annos, pôde o Governo mandal-os reduzir a dinheiro, si a isso não se oppuzerem as partes interessadas. ¹⁴⁹

Art. 146. No caso de haver reclamação no prazo de 30 dias, marcado por annuncios repetidos, separar-se-ha toda a prata e ouro, que puder ser convertida em moeda, e a que não for susceptivel de tal conversão, será vendida em leilão ante o juizo seccional, recolhendo-se o producto ao cofre respectivo, com todas as declarações precisas para conhecimento de sua origem e da pessoa a quem pertence, não devendo deduzir-se desse producto quantia alguma sob qualquer pretexto que seja. ¹⁵⁰

Art. 147. No leilão de que trata o artigo antecedente, jámais deverá o ramo ser entregue por menor valor do que o constante da avaliação feita ao tempo da entrada do objecto em deposito. ¹⁵¹

Art. 148. Não havendo lançador, levam-se aquelles objectos de novo á praça com outros que estejam no caso de serem vendidos, e com as mesmas solemnidades até que sejam arrematados, prevalecendo sempre a primitiva avaliação. ¹⁵²

CAPITULO V

HABILITAÇÕES E JUSTIFICAÇÕES

Art. 149. Sendo necessaria a habilitação judicial de herdeiros e cessionarios de credores da Fazenda Nacio-nal, para a cobrança das dividas passivas desta, deve o

¹⁴⁹ L. n. 628 de 17 de setembro de 1851, art. 11, § 16.

¹⁵⁰ Ord. n. 11 de 11 de janeiro de 1851, art. 2.

¹⁵¹ Ord. cit., art. 3.

¹⁵² Ord. de 27 de agosto de 1855.

interessado promovel-a no juizo seccional, com citação do procurador da Fazenda, juntando desde logo:

a) documento authenticico da respectiva repartição de Fazenda, que demonstre a existencia da divida de quantia certa, devidamente liquidada;

b) certidão de obito do credor da Fazenda.

A prova da legitimidade e identidade de pessoa deve ser feita por meio de documentos originaes e authenticicos e por testemunhas fidedignas.

Excedendo a divida de 2:000\$ ha appellação *ex-officio* da sentença que julgar provada a habilitação.

Os processos ultimados dos habilitantes lhes serão entregues independentemente de traslado.¹⁵³

Art. 150. Julgados vacantes e devolutos á União os bens de defuntos intestados, cessa a competencia do juizo da arrecadação, e desde então as habilitações dos herdeiros e as reclamações de dividas activas e passivas ás mesmas heranças, bem como quaesquer outros processos que com ellas entendam, terão logar no juizo seccional.

§ 1.º As habilitações dos herdeiros serão feitas conforme as leis existentes com audiencia do procurador da Fazenda.

Não se admittem justificações por quantias excedentes a 2:000\$; em taes casos as dividas serão cobradas por meio de acção, appellando o juiz *ex-officio* das sentenças que der a favor dos credores.

§ 2.º Os fundos das heranças jacentes e bens vagos recolhidos ao Thesouro Nacional serão entregues aos legitimos herdeiros ou a quem de direito pertencerem á vista das deprecadas legaes, acompanhadas das habilitações originaes, ficando o traslado dellas nos respectivos cartorios.

As deprecadas legaes serão substituidas por simples officio do juiz sempre que o valor da herança não exceder de 2:000\$, sem emolumento algum.

¹⁵³ Instr. do Cont. de 10 de abril de 1851, art. 28; Ord. n. 510 de 6 de novembro de 1861; L. n. 242, de 29 de novembro de 1891, art. 13; L. de 1 de outubro de 1891, art. 90.

A apresentação dos autos originaes não é extensiva aos processos e sentenças relativos a dividas passivas da herança, a respeito das quaes se procederá nos termos da legislação em vigor.

Nenhum precatório ou officio, em virtude do qual se requirite o levantamento de dinheiros ou bens pertencentes a heranças jacentes ou bens vagos, será expedido sem que conste o pagamento prévio do imposto de transmissão de propriedade *causa mortis*, o que não será extensivo aos credores, bem como a intimação da sentença a quem de direito for, e que nenhuma opposição houve do curador ou fiscaes da Fazenda, ou tendo havido, que se satisfizeram as diligencias requeridas ou se proseguiu nos termos ultteriores do processo. ¹⁵⁴

Art. 151. As declarações feitas pelo contribuinte do montepio sobre as pessoas que constituem a sua familia e inscriptas no livro respectivo habilitam a entrar no goso da pensão, independentemente de mais provas, as pessoas que a ella tiverem direito.

Na ausencia de taes declarações ou quando não tenham sido feitas regularmente, as ditas pessoas, por morte do contribuinte, terão de habilitar-se nos termos do decreto n. 3609 de 10 de fevereiro de 1866 para entrarem no goso da pensão.

Neste caso somente se justificarão no juizo seccional as circumstancias que dependem de prova testemunhal, não sendo os habilitandos obrigados a apresentar ahi documento algum. As justificações serão feitas com audiencia do procurador da Fazenda, e da sentença que as julgar não haverá appellação *ex-officio*, devendo entregar-se ás partes o respectivo processo, independentemente de traslado. ¹⁵⁵

Art. 152. A prova de fallecimento de qualquer official de terra ou mar para habilitação ao meio soldo e montepio poder-se-ha produzir perante os auditores de guerra ou, na falta daquelles, perante os juizes seccionaes, mediante testemunhas, sendo o processo julgado por sentença.

¹⁵⁴ D. n. 2133 de 15 de junho de 1859, arts. 46, 48, 52, 58, 59, 60 e 61.

¹⁵⁵ D. n. 912 A de 31 de outubro de 1890, art. 27, § 6 e art. 28.

Essa justificação em original constituirá prova plena e servirá de base ao processo para habilitação dos herdeiros do official ao montepio e meio soldo a que porventura tenham direito.

Não havendo testemunhas em numero sufficiente, quer presenciasaes, quer de ouvir dizer, que constituam prova do fallecimento, a certidão negativa de haver o official, que se presume morto, deixado de receber durante um semestre seus vencimentos nas repartições fiscaes da União, no lugar ou Estado em que residia, completará a justificação a que este artigo se refere. ¹⁵⁶

Art. 153. Os processos de justificação dos que se pretenderem legitimar para a successão de tenças ou pensões correrão pelo juizo seccional do Districto Federal, e deverão consistir na prova da legitimidade e identidade das pessoas por documentos originaes e authenticos e testemunhas dignas de fé, devendo mais exhibir-se certidão do assentamento dos immediatos antecessores dos justificantes, pena de nullidade. ¹⁵⁷

Art. 154. Quaesquer justificações, que interessem directamente á Fazenda ou tenham de ser produzidas perante as repartições fiscaes, e por isso devam ser feitas com audiencia do procurador da Fazenda, serão processadas e julgadas no juizo seccional:

Da sentença não cabe appellação ou qualquer outro recurso, e os autos serão entregues ás partes sem ficar traslado. ¹⁵⁸

CAPITULO VI

ARRECAÇÃO DE BENS DE ESTRANGEIROS

Art. 155. Pertencem ao juizo seccional a arrecadação, inventario e partilha do espolio de estrangeiro, quando a

¹⁵⁶ L. n. 288 de 29 de julho de 1895 ; D. n. 471 de 1 de agosto de 1891 ; D. n. 785 de 1 de abril de 1892 ; D. n. 1054 de 20 de setembro de 1892.

¹⁵⁷ Instr. do Cont. de 10 de abril de 1851, art. 26, § 2 e art. 29.

¹⁵⁸ L. n. 242 de 29 de novembro de 1841, arts. 2 e 13 ; D. n. 4324 de 2 de novembro de 1871, art. 66.

especie estiver prevista em convenção ou tratado internacional.

Não tendo sido estipuladas regras especiaes, serão observadas, depois que por decreto do Governo Federal for mandado guardar o accordo, as seguintes disposições.¹³⁹

Art. 156. Tem logar a arrecadação :

a) quando fallecer um estrangeiro domiciliado no Brazil, intestado, que não tenha presentes na terra conjuges ou herdeiros reconhecidamente taes, aos quaes, conforme o direito, pertença ficar em posse e cabeça de casal para proceder a inventario e dar partilha ;

b) quando o estrangeiro domiciliado no Brazil morrer com testamento, si forem estrangeiros os herdeiros e estiverem ausentes, e ausentes tambem os testamenteiros.¹⁴⁰

Art. 157. Em taes casos o juiz seccional procederá com o agente consular da nação do fallecido á arrecadação da herança, cuja guarda será confiada ao mesmo agente, e em sua presença dará logo principio ao inventaria *ex-officio* e proseguirá até final.¹⁴¹

Art. 158. Não terá porém logar a ingerencia dos agentes consulares, quando algum herdeiro, reconhecidamente tal, for cidadão brasileiro, ainda que esteja ausente.¹⁴²

Art. 159. Concluido o inventario, serão os bens da herança confiados á administração e liquidação do agente consular, que não poderá dispor dos mesmos ou de seu producto, nem devovel-os aos seus legítimos herdeiros, até se reconhecer, precedendo annuncios publicados nos jornaes, immediatamente depois da arrecadação, que não comparece, dentro de um anno, credor algum á mesma herança, ou enquanto pender alguma questão judicial sobre ella, ou não forem pagos os direitos a que esteja sujeita pelas leis do Brazil.

¹³⁹ C., art. 61 ; D. n. 855 de 8 de novembro de 1851, art. 21.

¹⁴⁰ D. n. 855, art. 2.

¹⁴¹ D. n. 855, art. 2.

¹⁴² D. n. 855, art. 2.

Para se verificar si tem ou não logar o pagamento de direitos, deverá o agente consular mostrar por documentos sufficientes e devidamente legalizados qual o grão de parentesco entre o fallecido e seu herdeiro ou herdeiros.¹⁶³

Art. 160. Decorrido o anno, de que falla o artigo antecedente, não pendendo questão judiciaria sobre a herança, pagos os direitos fiscaes, ou verificado que não tem logar o seu pagamento, o agente consular poderá dispôr da mesma herança e remetter o seu producto a quem de direito segundo as instrucções que tiver, sendo então considerado pelos tribunaes do paiz como representante do herdeiro ou herdeiros, para com os quaes será o unico responsavel.¹⁶⁴

Art. 161. Si apparecerem dividas ou penderem questões que affectem sômente uma parte da herança, poderá, decorrido o anno, e cumpridos os requisitos do art. 157, executar-se a disposição do artigo antecedente a respeito da parte liquida e desembaraçada da herança, feito o deposito publico de quantia correspondente á importancia da divida ou questão pendente, ou reservado o objecto da mesma questão.¹⁶⁵

Art. 162. Si fallecer algum estrangeiro domiciliado no Brazil, nas circumstancias do art. 156, em logar onde não exista agente consular de sua nação, o juiz seccional procederá á arrecadação e ao inventario da herança em presença de duas testemunhas fidedignas da nacionalidade do finado e, na falta destas, em presença de dous negociantes ou proprietarios de confiança, sendo aquellas ou estas os administradores e liquidadores da herança até que se proveja sobre o destino do producto liquido e não controvertido della.¹⁶⁶

Art. 163. No caso do artigo antecedente, deverá o juiz remetter dentro de 15 dias, depois que tiver noticia de que falleceu algum estrangeiro em seu districto nas

¹⁶³ D. n. 855, art. 3.

¹⁶⁴ D. n. 855, art. 4.

¹⁶⁵ D. n. 855, art. 5.

¹⁶⁶ D. n. 855, art. 6.

circunstancias do art. 156, ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, com a certidão de obito, uma informação sobre a idade, residencia, lugar do nascimento, profissão e o que constar acerca dos bens e parentes do mesmo estrangeiro, afim de que o dito Ministro se entenda com a legação ou o agente consular respectivo sobre o destino do liquido da herança. ¹⁶⁷

Art. 164. Nem o agente consular, nem os administradores no caso do art. 162 poderão pagar divida alguma do defunto, sem autorização do juiz, que não ordenará pagamento sem audiencia do agente consular ou dos administradores. ¹⁶⁸

Exceptuam-se as despesas do funeral, as quaes serão logo autorisadas pelo mesmo juiz, sendo possivel, ou pela autoridade policial do districto, com attenção ás forças da herança. ¹⁶⁹

Art. 165. Quando o estrangeiro fallecido tiver sido socio de alguma sociedade commercial, ou tiver credores commerciantes de quantias dignas de attenção, proceder-se-ha na fórma dos arts. 309 e 310 do Cod. Com. Ao juizo seccional e respectivo agente consular sòmente competirá arrecadar a quota liquida que ficar pertencendo á herança. Poderá porém o agente consular, nos termos dos ditos artigos, requerer o que for a bem da mesma. ¹⁷⁰

Art. 166. Nos casos em que, segundo o art. 162, forem nomeados administradores ás heranças jacentes de estrangeiros, perceberão elles, si o requererem, a porcentagem que as leis tiverem estabelecido para os curadores de taes heranças e os emolumentos dos officiaes do juizo serão contados do mesmo modo. ¹⁷¹

Art. 167. Quando fallecer um agente consular estrangeiro, a sua herança será arrecadada pelo mesmo

¹⁶⁷ D. n. 855, art. 7.

¹⁶⁸ D. n. 855, art. 8.

¹⁶⁹ D. n. 855, art. 8.

¹⁷⁰ D. n. 855, art. 9.

¹⁷¹ D. n. 855, art. 10.

modo pelo qual o são as dos membros do corpo diplomatico, excepto si o agente consular tiver exercido alguma industria no paiz, porque neste caso proceder-se-ha segundo a regra geral.¹⁷²

CAPITULO VII

PERDA DE APOLICES

Art. 168. O proprietario de apolices da divida publica ao portador que dellas for desapossado por motivo extranho á sua vontade e á disposição da lei, poderá obter novos titulos e impedir que a outrem seja pago o capital e os juros, observadas as seguintes disposições, não havendo outras especiaes :

1.º Perante o juizo seccional do Districto Federal, o proprietario exporá em petição as circumstancias em que foi desapossado, declarando a quantidade, valor nominal e numeração dos titulos, e a época e o lugar em que os adquirira e em que recebera os ultimos juros, e concluirá pedindo a intimação :

a) da Fazenda, para que não pague o capital ou os juros ;

b) do presidente da Junta dos Corretores, para que não sejam admittidos os titulos em negociação na praça ;

c) do detentor dos titulos, ou de quem interessado for, para allegar o que lhe convier.

2.º O juiz mandará immediatamente fazer as intimações e expedir edital, marcando aos terceiros interessados o prazo de um anno para dizerem sobre o seu direito.

3.º Decorrido o prazo de um anno sem opposição, poderá o requerente ser autorizado a receber os juros vencidos e que se forem vencendo, e o capital que se tornar exigivel, mediante caução.

Esta representará o capital e a importancia das annuidades vencidas, sendo a do ultimo anno computada em

¹⁷² D. n. 855, art. 11.

dobro, e não será julgada sem audiência do procurador da Fazenda.

4.º Nove annos depois da autorisação pôde ser levantada a caução.

Si se tratar sómente de *coupons* destacados dos titulos, o prazo será de dous annos contados da autorisação.

5.º Si o requerente não puder ou não quizer prestar caução serão depositados os juros e o capital exigíveis, os quaes só poderão ser levantados depois de decorridos os prazos do numero antecedente. ¹⁷³

Art. 169. Os pagamentos feitos de accordo com estas disposições importam quitação da Fazenda, e os terceiros que se julgarem prejudicados só terão acção contra aquelle que, sem justa causa, se tiver apresentado como proprietario desapossado. ¹⁷⁴

Art. 170. Si os titulos denunciados forem apresentados a alguma repartição publica, serão apprehendidos e o Ministro da Fazenda communicará a occurrencia ao juiz. ¹⁷⁵

Art. 171. Si um terceiro se apresentar em juizo como portador dos titulos denunciados, terá vista para contestar, ficando suspensa qualquer autorisação concedida para o recebimento dos juros ou do capital. ¹⁷⁶

Art. 172. E' nulla a negociação de titulos furtados ou extraviados, feita depois da intimação á Junta dos Corretores ou da publicação do edital, e o adquirente só terá acção contra o vendedor e o corretor que tiver intervindo na operação. ¹⁷⁷

Art. 173. Si não houver contestação no prazo de tres annos, contados da publicação do edital, poderá o juiz ordenar que ao proprietario desapossado sejam passadas duplicatas dos titulos reclamados. ¹⁷⁸

¹⁷³ L. n. 149 B de 20 de julho de 1893, arts. 1 a 9.

¹⁷⁴ L. cit., art. 10.

¹⁷⁵ L. cit., art. 11.

¹⁷⁶ L. cit., art. 12.

¹⁷⁷ L. cit., art. 13.

¹⁷⁸ L. cit., art. 14.

Art. 174. Independentemente de despacho, poderá o proprio interessado, por si ou por official de justiça, fazer ao devedor e á Junta dos Corretores a intimação do art. 168, por meio de notas em duplicata, em um de cujos exemplares será lançado o sciente dos intimados ou certidão do official. Taes intimações porêm deverão ser judicialmente ratificadas dentro de seis dias, sob pena de nullidade. ¹⁷⁹

CAPITULO VIII

DA PRESCRIÇÃO

Art. 175. As dividas passivas da União prescrevem no prazo de cinco annos.

Esta prescrição comprehende :

a) o direito que alguém pretenda ter a ser declarado credor da União, sob qualquer titulo que seja ;

b) o direito que alguém tenha a haver pagamento de uma divida já reconhecida, qualquer que seja a natureza della. ¹⁸⁰

Art. 176. Todos aquelles que pretenderem ser credores da Fazenda Nacional por ordenados, soldos, gratificações e outros vencimentos de empregos, por pensões, tenças, meio-soldo e monte-pio, por preço de arrematações e contractos de qualquer natureza, e pagamento de despesas feitas e serviços prestados e por quaesquer reclamações, indemnisações e restituições, si não requererem o reconhecimento e liquidação de suas dividas, a expedição dos despachos, ordens e titulos para o pagamento e para fazer-se o assentamento das que o precisarem dentro dos cinco annos, perderão o direito a esse pagamento. ¹⁸¹

Art. 177. Todos aquelles que, depois de haverem os seus despachos correntes para o pagamento, tiverem feito o assentamento ou estiverem lançados na folha, não re-

¹⁷⁹ L. cit., art. 15.

¹⁸⁰ D. n. 857 de 12 de novembro de 1851, arts. 1º e 2º.

¹⁸¹ D. cit., art. 3.

quererem que effectivamente se lhes pague o que lhes for devido dentro dos cinco annos, perderão o direito a esse pagamento, em virtude da prescripção a favor da Fazenda. ¹⁸²

Art. 178. Quando o pagamento que se houver de fazer for dividido por prazo de mezes, trimestres, semestres ou annos, e se der negligencia da parte dos mesmos credores, a prescripção se irá verificando a respeito daquelle ou daquelles pagamentos parciaes que se forem comprehendendo no lapso de cinco annos; de sorte que, por se ter perdido o direito a um pagamento mensal, trimestral, semestral ou annual, não se perde o direito aos seguintes a respeito dos quaes ainda não tiver corrido o tempo da prescripção. ¹⁸³

Art. 179. Os cinco annos não correm para a prescripção :

a) contra aquelles que dentro delles não puderem requerer nem por si nem por outrem, como os menores, os desassisados e quaesquer outros que, privados da administração de suas pessoas e bens, estão sujeitos á tutela ou curadoria;

b) quando a demora for occasionada por facto do Thesouro ou repartições a que pertença fazer a liquidação e reconhecimento das dividas e effectuar o pagamento. ¹⁸⁴

Art. 180. A prescripção dos cinco annos é extensiva ás letras do Thesouro, começando a correr o prazo da data do vencimento, nos termos do art. 204 da 3ª parte desta Consolidação. ¹⁸⁵

Art. 181. A prescripção de quarenta annos opera a completa desonerção dos devedores da Fazenda Nacional do pagamento das dividas que incorrem na mesma prescripção, de maneira que, passados os quarenta annos, não pôde haver contra elles penhora, execução ou outro qualquer constrangimento. ¹⁸⁶

¹⁸² D. cit., art. 4.

¹⁸³ D. cit., art. 5.

¹⁸⁴ D. cit., art. 6.

¹⁸⁵ D. cit., art. 7.

¹⁸⁶ D. cit., art. 9.

Art. 182. Os quarenta annos para a prescripção da divida activa começam a correr desde o ultimo dia do prazo estabelecido para o pagamento por lei, regulamento ou contracto, uma vez que passem continuada e seguidamente sem interrupção. ¹⁸⁷

Art. 183. O curso dos quarenta annos interrompe-se, impedindo-se a prescripção :

- a) pela citação, penhora ou sequestro feito aos devedores para se haver o pagamento ;
- b) por qualquer outro procedimento judicial ou administrativo havido contra elles para o mesmo fim ;
- c) pela concessão de espaço aos devedores, sendo admittidos a pagar por prestações.

Os que quizerem segurar o seu direito obstando que corra para a prescripção o tempo consumido por demora e embaraço das repartições, poderão requerer e se lhes dará um certificado da apresentação do requerimento e documentos com especificada declaração do dia, mez e anno. ¹⁸⁸

Art. 184. Os dinheiros de ausentes, cujo pagamento não for reclamado dentro de trinta annos contados do dia em que houverem entrado nos cofres da União, prescreverão em beneficio della, salvo si, por qualquer dos meios em direito admittidos, tiver sido interrompida a prescripção. ¹⁸⁹

Art. 185. Prescrevem no prazo de um anno :

- a) as dividas militares provenientes de vendas de generos e de quaesquer fornecimentos á tropa, a contar da data da transacção ou contracto ; ¹⁹⁰
- b) as acções para annullação de actos administrativos nos termos do art. 27 ;
- c) o direito a reclamação por extravio ou avarias de mercadorias, bagagens e encomendas transportadas por

¹⁸⁷ D. cit., art. 10.

¹⁸⁸ D. cit., art. 11.

¹⁸⁹ L. n. 623, de 17 de setembro de 1851, art. 32.

¹⁹⁰ L. n. 369, de 18 de setembro de 1815, art. 51.

estradas de ferro da União, bem como por excesso de frete cobrado por qualquer motivo, contando-se o prazo na forma do art. 419, § 2º, do Cod. Com.; ¹⁹¹

d) o direito a reclamar valores confiados ao Correio, que tenham sido perdidos ou extraviados, começando a correr o prazo da data da entrega; ¹⁹²

e) o direito de propriedade do remetente, a contar do edital convidando-o para receber a sua correspondencia e valores calidos em refugo.

O producto liquido da venda das encomendas, deduzidas as quantias devidas á Fazenda Nacional, ficará durante um anno á disposição de quem de direito for, e findo este prazo será escripturado como receita extraordinaria da União. ¹⁹³

Capital Federal, 5 de novembro de 1898.— *Amaro Cavalcanti*.



DECRETO N. 3085 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.425:150\$, para occorrer á despesa com a restituição devida á Companhia Luz Stearica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 23, n. 8, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na conformidade do art. 2º, § 2º, n. 2 letra G — da lei n. 392, de 8 de outubro de 1896

Decreta :

Art. 1.º E' aberto ao Ministerio da Fazenda um credito na importancia de 1.425:150\$, para liquidación do direito da Companhia Luz Stearica á restituição de direitos aduaneiros, juros

¹⁹¹ D. n. 2334, de 31 de agosto de 1896, art. 98; D. n. 2417, de 28 de dezembro de 1896, art. 82.

¹⁹² D. n. 2230, de 10 de fevereiro de 1890, art. 10, § 1.

¹⁹³ D. n. 2230, arts. 153 e 154.

da móra e custas, a que foi condemnada a Fazenda Nacional por accordão do Supremo Tribunal Federal de 20 de março de 1897.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 3086 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1898

Publica a adesão da Republica Dominicana á Convenção Postal Universal de Washington, de 15 de junho de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão da Republica Dominicana á Convenção Postal Universal assignada em Washington em 15 de junho de 1897, segundo a communicação da Legação dos Estados Unidos da America de 26 de outubro proximo passado ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Corqueira.

TRADUCÇÃO — Legação dos Estados Unidos da America — Petropolis, 26 de outubro de 1898.

Sr. Ministro — De conformidade com as instrucções do meu Governo, tenho a honra de informar a V. Ex. que o Sr. Wosy Gil, Encarregado de Negocios da Republica Dominicana nos Estados Unidos da America, notificou formalmente em 26 de setembro de 1898, de ordem do seu Governo, a adesão da Republica Dominicana á Convenção Postal Universal, assignada em Washington a 15 de junho de 1897, nos termos do art. IV do Protocollo final.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha alta consideração. — *Charles Page Bryan.*

A S. Ex. o Sr. General Dionisio E. de Castro Corqueira, Ministro das Relações Exteriores.



DECRETO N. 3087 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1898

Approva o regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o regulamento e tarifas de transporte e serviço telegraphico, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, que com este baixam, assignados pelo director geral da Directoria de Obras e Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898, 10^o da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

Regulamento e tarifas de transporte e serviço telegraphico, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, approvados pelo decreto n. 3087, desta data

TARIFA N. 1

VIAJANTES

Art. 1.^o A tarifa n. 1 applica-se ao transporte de viajantes, divididos em duas classes.

Art. 2.^o Os meninos menores de oito annos pagarão meia passagem, ficando, porém, á administração salvo o direito de accommodar no mesmo logar dous, nestas condições, embora não da mesma familia.

Os menores de tres annos de idade, conduzidos ao collo, terão passagem gratuita.

Art. 3.^o Os viajantes só teem entrada nos carros com bilhetes ou passes em forma, dados por funcionario da estrada, para isso autorisado.

Art. 4.^o A venda dos bilhetes começa meia hora e cessa cinco minutos antes da hora marcada para a partida do trem, e dous minutos antes da mesma hora fecha-se a porta de entrada para a plataforma de embarque.

Art. 5.^o Os bilhetes e passes devem ser apresentados na entrada para a plataforma das estações e conservados para serem entregues ou exhibidos sempre que o exigirem os empregados da estrada.

Art. 6.º A entrada nas plataformas das estações é vedada ás pessoas não munidas de bilhetes ou passes.

Art. 7.º O viajante que recusar-se a exhibir o bilhete ou passe, quando isso for exigido pelos empregados da estrada, é considerado embarcado sem bilhete e como tal sujeito ás penas comminadas no art. 11, embora venha a exhibir mais tarde o seu bilhete ou passe.

Art. 8.º Os bilhetes e passes só dão direito á passagem no trem, dia, classe e até á estação nelles indicados.

Art. 9.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada não são transferíveis; seus portadores não podem viajar em carro de classe superior á nelles designada, ainda que pague a differença correspondente.

Art. 10. A administração tem o direito de tomar qualquer dos passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentados por outras pessoas que não sejam as nelles indicadas, cobrando o duplo do preço da passagem e arrecadando os passes.

Art. 11. Os viajantes encontrados no trem sem bilhete, ou que não o apresentarem á chegada, pagarão o preço de sua viagem, augmentada de 20 %, contada da estação inicial da partida do trem, si não puderem provar em que estação embarcaram; no caso contrario pagarão o preço da viagem augmentada tambem de 20 %, a contar da estação em que tiverem embarcado.

Os que forem encontrados no trem com bilhete não carimbado ou prescripto pagarão o preço de sua viagem como acima, e no caso de terem procedido de má fé ficarão sujeitos á multa de 10\$ a 20\$000.

Art. 12. Os viajantes que excederem o trajecto a que tiverem direito, ou viajarem em carro de classe superior á indicada em seus bilhetes, pagarão a differença de sua passagem augmentada de 20 %.

Nos casos previstos no presente artigo o conductor do trem é obrigado a dar um bilhete que indique a somma percebida. Os conductores não poderão emittir bilhetes de ida e volta.

Art. 13. O viajante que ficar em qualquer ponto aquem do designado em seu bilhete ou passe deve entregar este ao chefe da estação, e perde o direito ao resto da viagem, que só poderá effectuar comprando novo bilhete ou apresentando novo passe.

BILHETES DE IDA E VOLTA

Art. 14. Nas estações do Rio Grande e Pelotas se emittirão bilhetes de ida e volta de 1ª classe para qualquer das estações, desde o Rio Grande até Piratiny inclusive e bem assim nestas para o Rio Grande e Pelotas.

Estes bilhetes gosarão do abatimento de 25 % sobre os preços ordinarios e darão direito a volta em qualquer trem regular de passageiros, até o dia seguinte ao em que forem emittidos. Nos sabbados, porém, esse prazo será prolongado até as segundas-feiras.

BILHETES DE ASSIGNATURA

Art. 15. Os bilhetes de assignatura são mensaes e dão direito a uma viagem de ida e volta por dia nos trens ordinarios de passageiros.

Estes bilhetes não são transferiveis, salvo os de 2ª classe para criados de uma mesma pessoa, declarando esta ao tomar a assignatura e inscrevendo-se no bilhete os nomes dos que delle tiverem de servir-se.

O preço dos bilhetes de assignatura é calculado á razão de vinte e cinco passagens ordinarias, excepto para as estações abaixo mencionadas, que será regulado pela tabella seguinte:

DA ESTAÇÃO MARITIMA OU RIO GRANDE A	1ª CLASSE	2ª CLASSE	DA ESTAÇÃO DE PELOTAS A	1ª CLASSE	2ª CLASSE
Quinta.....	20\$000	14\$000	Quinta.....	40\$000	28\$000
Povo Novo.....	40\$000	28\$000	Povo Novo.....	20\$000	14\$000
Pelotas.....	60\$000	40\$000	Capão do Leão...	20\$000	14\$000
Capão do Leão...	70\$000	50\$000	Passo das Pedras	40\$000	28\$000
Passo das Pedras.	80\$000	60\$000	Piratiny.....	50\$000	40\$000
Piratiny.....	90\$000	70\$000	—	—	—

A administração tem o direito de apprehender os bilhetes de assignatura quando apresentados por pessoas que delles não se devam servir, cobrando destas o duplo das passagens; nestes casos os bilhetes apprehendidos serão considerados de nenhum valor, não tendo o assignante direito a reclamação alguma.

ALIENADOS

Art. 16. Os alienados devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem, e só podem ser transportados em carros separados, pagando a lotação total dos mesmos, com um abatimento de 50 %.

DOENTES

Art. 17. Os doentes que viajarem deitados, ou aquelles cujo estado de enfermidade possa incommodar aos demais passageiros, deverão ir sempre acompanhados, e só podem viajar em carros separados, nas mesmas condições do artigo precedente.

Os doentes de molestias contagiosas não serão transportados.

CADAVERES

Art. 18. Os cadáveres são transportados em vagões cobertos, pelo preço dos carros de 2ª classe, com o abatimento de 30 %.

Cadáveres de molestias contagiosas não são transportados.

CARROS RESERVADOS

Art. 19. Os pedidos de aluguel de carros devem ser feitos com antecedencia de duas horas na estação central e de 24 horas em qualquer das outras estações.

O aluguel das carros é pago adiantado, e não será restituído quando a viagem não for effectuada por vontade ou negligencia dos que os tiverem requisitado.

Art. 20. Um carro, embora integralmente alugado, não póde levar mais viajantes do que comportar a respectiva lotação, e a bagagem destes está sujeita ás mesmas condições que a bagagem de qualquer viajante ordinario.

Art. 21. O aluguel dos carros é calculado segundo a lotação respectiva com o abatimento de 50 %.

GRUPO DE VIAJANTES

Art. 22. Collegios, companhias lyricas, equestres, dramaticas, clubs, bandas de musica, *pick-nicks*, etc., quando viajarem em 1ª classe em numero pelo menos de 20 pessoas, terão o abatimento de 50 % na importancia das passagens e do frete da respectiva bagagem.

TRENS DE EXCURSÃO

Art. 23. A administração poderá formar trens de excursão a preços reduzidos.

PASSES PREDIAES

Art. 24. A administração poderá conceder por espaço de dez annos uma passagem gratuita de ida e volta para Rio Grande e Pelotas nos trens ordinarios de passageiros, por cada casa de moradia que for construída dentro da distancia radial de um kilometro contado das estações da Quinta, Povo Novo, kilometro 65, Capão do Leão, Passo das Pedras, Cerrito e Piratiny.

As concessões destas passagens serão subordinadas ás seguintes condições :

1ª, as casas só poderão ser construídas depois de prévia approvação da respectiva planta pelo director geral da companhia;

2ª, as casas de custo de 8:000\$ dão direito á concessão de uma passagem de 1ª classe e as de menor custo a uma passagem de 2ª classe;

3ª, poderão usar das passagens concedidas o proprietario ou inquilino enquanto residir no predio construído;

O proprietario, porém, só poderá transferir a dita passagem ao inquilino quatro vezes durante o anno, por trimestre completo, devendo dar disso sciencia ao director geral para ser inscripto no respectivo passe o nome da pessoa que delle tiver de usar ;

4ª, a pessoa que estiver no goso de uma destas passagens não poderá viajar em classe superior á indicada no respectivo passe, salvo pagando o preço total da passagem ;

5ª, quando algum desses passes for encontrado em mão de outra pessoa que com elle procure viajar indevidamente, será cassado por uma vez, si na occasião o usufructuario for o proprietario, e por todo o tempo em que residir no predio, si for o inquilino ;

6ª, em tudo o mais que não estiver aqui especificado, ficarão os possuidores destes passes sujeitos ás disposições do regulamento da estrada de ferro, como qualquer outro passageiro ;

7ª, estas condições serão revistas em janeiro de cada anno, para serem alteradas si assim for conveniente, sem prejuizo, porém, das concessões já feitas.

DISPOSIÇÕES POLICIAES

Art. 25. E' expressamente prohibido a qualquer viajante :

1º, viajar em classe superior á que designar seu bilhete, salvo pagando a differença da passagem ;

2º, passar de um para outro carro estando o trem em movimento ;

3º, viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra ;

4º, viajar nos carros de 1ª classe, estando descalço ou apenas de chinellos ou tamancos ;

5º, entrar ou sair dos carros, estando o trem em movimento ;

6º, puxar a corda de signal collocada no interior dos carros, quando não houver accidente grave que exija a parada do trem na linha ;

7º, sair em qualquer logar, que não seja nos pontos de estação, pela plataforma e porta para esse fim designadas ;

8º, fumar nas salas das estações, enquanto ali permanecerem senhoras ;

9º, de qualquer modo incommodar aos demais viajantes ;

10º, entrar nos carros, embora com bilhete, em estado de embriaguez, indecentemente vestido, ou levando consigo cães ou qualquer objecto que aos outros incommode, materias inflamaveis, armas de fogo carregadas ou quaesquer outras.

O final desta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo.

Art. 26. O viajante que, infringindo qualquer das disposições do artigo anterior, depois de advertido pelos empregados da estrada, persistir na infração, será obrigado a retirar-se da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção for commettida durante a viagem, o viajante incorrerá na multa de 20\$ a 50\$; e no caso de recusar-se a pagal-a, ou si depois desta paga não corrigir-se, o conductor do trem o entregará ao chefe da estação mais proxima para remetel-o á autoridade policial, de conformidade com o regulamento de 26 de abril de 1857.

Si o viajante não tiver dinheiro para pagamento da multa em que tenha incorrido, ou do preço de passagem, o conductor poderá exigir delle como penhor algum objecto de valor, passando recibo.

TARIFA N. 2

BAGAGENS, ENCOMMENDAS, ETC.

Art. 27. A tarifa n. 2 applica-se ao transporte de bagagens e objectos que não excederem de 100 kilogrammas de peso ou um metro cubico de volume, e que devam ser transportados pelos trens de passageiros.

Os pequenos volumes de encomendas, porém, pagarão até dous kilogrammas a taxa uniforme de 500 réis por volume para qualquer estação. Estas encomendas devem trazer nos involucros os nomes dos consignatarios e da estação destinataria.

Art. 28. Cada viajante só poderá levar consigo, livre de frete, e sob sua unica responsabilidade, um pequeno volume com roupa ou artigos para seu uso durante o trajecto, devendo o volume ser de dimensões taes que possa ficar sob os bancos dos carros, sem inconveniente para os demais viajantes, a juizo do conductor do trem.

Art. 29. Uma familia ou grupo de pessoas, viajando juntas, não poderá, allegando esta circumstancia, augmentar as dimensões do volume cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro; assim, em nenhum caso, será admittido no carro um volume cujas dimensões excedam ás do vão livre debaixo do assento concedido a cada passageiro.

Art. 30. Não podem, outrosim, ser conduzidos nos carros de passageiros, objectos perigosos ou que, a juizo do conductor, possam incommodar os demais viajantes.

A conducção de objectos perigosos nos carros de passageiros sujeita o portador ás penas do art. 91.

Art. 31. A demais bagagem de qualquer ordem será despachada e conduzida em carro especial.

Art. 32. Ovos, leite, manteiga fresca, peixe fresco, carne fresca, verduras, fructas, gelo, caça, quando transportados pelos trens de passageiros, pagarão o frete pela 1ª classe da tarifa n. 3.

Art. 33. Os volumes que tenham de ser transportados pelas condições da tarifa n. 2 devem ser apresentados a despacho: os de encomendas e mercadorias até 30 minutos e os de bagagem até 15 minutos antes da hora marcada para a partida do trem.

Os que o forem depois desse prazo só serão expedidos pelo trem seguinte.

Art. 34. Os objectos expedidos pelas condições da tarifa n. 2, assim como as encomendas, devem ser retirados até o meio-dia do dia immediato ao de sua chegada á estação destinataria. Os que não forem reclamados naquella dia ficarão na estação por conta e risco de quem pertencerem, pagando armazenagem de conformidade com o art. 86.

Os volumes que, a pedido ou por negligencia do expeditor, deixarem de ser registrados no dia de sua entrega na estação, ficam sujeitos ás mesmas condições de armazenagem.

VALORES

Art. 35. Os objectos preciosos, taes como: joias, dinheiro, ouro, etc., só são transportados pelos trens de passageiros, e pagam, além do frete da tarifa n. 2, mais $1/4\%$ *ad valorem*.

Estes objectos só serão despachados em involucros perfeitamente fechados e lacrados, que no acto do despacho serão carimbados pelo chefe da estação expeditora.

A responsabilidade da administração cessa com a entrega desses involucros em perfeito estado de inviolabilidade; si, porém, verificarem-se no acto da entrega signaes de violação, o receptor terá o direito de exigir a abertura do involucro e a administração, neste caso, será responsavel pela falta que se encontrar até a importancia do valor declarado.

No caso de perda de um desses volumes, a administração é responsavel pelo valor declarado.

FRETE

Art. 36. Os fretes dos objectos expedidos pelas condições da tarifa n. 2 são pagos no acto da inscrição.

MERCADORIAS

Art. 37. A tarifa n. 3 comprehende os objectos classificados na pauta annexa que serão transportados nos trens de mercadorias.

As mercadorias transportadas pelas condições da tarifa n. 3 se dividem em cinco classes, e seus fretes são cobrados de conformidade com os quadros annexos A, B, C, D e E.

Art. 38. As expedições que não excederem 100 kilogrammas de peso pagarão pela 1ª classe da tarifa n. 3; as que excederem esse peso, mas forem inferiores a uma tonelada, pagarão o frete por fracção indivisivel de 100 kilogrammas segundo a classe a que pertencerem.

Art. 39. As mercadorias abaixo declaradas, bem como o material de construcção, machinismo e materia prima para os estabelecimentos industriaes ou agricolas que se crearem ao longo da linha, de Bagé ou acima de Bagé ou productos dos mesmos, qualquer que seja o seu peso, pagarão conforme a

classe a que pertencerem, o frete total dos vagões que occuparem, com os seguintes abatimentos:

Para distancias de.....	30	a	60	kil.	20	%
Idem idem de.....	61	a	100	»	30	%
Idem idem de.....	101	a	150	»	40	%
Idem idem acima de.....			151	»	50	%

MERCADORIAS QUE GOSAM DOS ABATIMENTOS ACIMA

Areia, argilla, asphalto, crina, cal do paiz, calcareos, canna de assucar, carvão vegetal ou mineral, cascas de arvores para cortume, cimento nacional, cinza, chifres, coke, fuchina, ferro velho, forragens em geral, garras, guano, instrumentos e machinas agricolas, lenha, malleira em bruto, lavrada ou taboado, minereos, ossos, pedras, em bruto ou de cantaria, telhas, tijolos e trigo.

Art. 40. As mercadorias abaixo declaradas, quando despachadas do Rio Grande para Pelotas ou vice-versa, pagarão 3\$ por tonelada, a saber:

Aguardente, arañe para cereas, arroz, assucar, café em grão, feijão, farinha de trigo ou de mandioca, kerozena, milho, productos de xarqueadas, sal grosso ordinario em grão ou pedra, vinho em pipas ou barris, vinagre em pipas ou barris.

Art. 41. No caso de construcção de alguma estrada de ferro, a administração poderá contractar o transporte de material respectivo mediante convenio especial.

Art. 42. Si uma mesma expedição contiver mercadorias de diversas classes, o frete total será cobrado pela taxa da classe mais elevada.

Entende-se por expedição um ou mais volumes provenientes de um só expeditor e endereçados a um só destinatario.

Art. 43. A companhia póde recusar o transporte de qualquer expedição nos seguintes casos:

1º, si contiver volumes tão mal acondicionados que haja probabilidade de não chegarem ao seu destino sem perda ou avaria ;
2º, si reconhecer-se no acto do despacho que ha volumes deteriorados ;

3º, si verificar-se que o peso é inferior ao indicado na nota ou que a marca e numero são inexactos ;

4º, si houver falta de volumes ;

5º, si os volumes não estiverem legivelmente marcados e endereçados ;

6º, si o expeditor recusar-se a pagar os volumes ou a satisfazer qualquer das disposições do presente regulamento.

Art. 44. As mercadorias devem ser despachadas : dentro de seis horas da sua chegada nas estações do Rio Grande e Pelotas ; de 18, na de Bagé ; e de 36, nas do interior.

Findos que sejam estes prazos, pagarão armazenagem de conformidade com o art. 86.

Ignal armazenagem pagarão também as mercadorias transportadas, que dentro daquelles prazos não forem retiradas das estações destinatárias.

A administração não responde pelas mercadorias antes de despachadas, nem pelas que permanecerem nas estações destinatárias, depois de expirados os prazos acima mencionados.

NOTAS DE EXPEDIÇÃO

Art. 45. Todas as mercadorias remetidas para as estações para serem despachadas devem ser acompanhadas de uma nota de expedição, em duplicata, que indique exactamente:

- 1ª, a data da apresentação;
- 2ª, os nomes do expeditor e destinatário;
- 3ª, a natureza e peso bruto da mercadoria e numero de volumes;
- 4ª, a marca e acondicionamento;
- 5ª, assignatura do expeditor.

Cada nota constitue uma só expedição.

Art. 46. Em uma mesma nota de expedição não podem ser incluídas:

- 1ª, mercadorias de classes differentes ou que não sejam susceptíveis de serem carregadas sem inconveniente no mesmo vagão;
- 2ª, mercadorias cujo carregamento ou descarga tiver de ser feita pelo expeditor e destinatário com outras que não estejam naquellas condições.

Art. 47. Os expedidores devem declarar nas notas de expedição si as mercadorias são frageis, ou si devem ser preservadas da humidade, e, nos casos facultados pelo presente regulamento, si o frete deve ser pago ou a pagar.

Art. 48. As notas de expedição escriptas a lapis, as que contiverem emendas ou razuras não ressalvadas pela parte e aquellas cujas declarações não estiverem de accordo com os volumes apresentados, serão recusadas.

PESAGEM

Art. 49. As mercadorias apresentadas a despacho devem ser pesadas antes do despachadas, excepto as taxadas por vagão completo, das quaes, a estrada, si julgar conveniente, poderá pesar só os volumes, a seu juizo, necesarios para evitar que seja excedida a lotação dos vagões que as mesmas occuparem.

Art. 50. Os expedidores ou destinatários teem direito de exigir que as suas mercadorias sejam repesadas; porém, si essa pesagem suplementar não revelar erro em prejuizo dos mesmos, terão de pagar a taxa adicional de 500 réis até 100 kilogrammas e pelo excedente 200 réis por fracção indivisivel de 100 kilogrammas.

Art. 51. A disposição precedente não comprehende mercadorias taxadas por vagão completo; entretanto, a administração, sem prejuizo do serviço, poderá pesal-as, si o exigirem, cobrando o duplo da taxa acima mencionada.

CARREGAMENTO E DESCARGA

Art. 52. A administração cobrará, além do frete, a taxa de 200 réis por fracção indivisível de 100 kilogrammas pelo carregamento e descarga das mercadorias nas estações, salvo das de 5ª classe, cujos expeditores ou destinatarios se queiram incumbir desse serviço e o effectuem dentro de seis horas de dia da chegada da mercadoria à estação.

Expirado este prazo, a administração terá o direito de mandar proceder a carga ou descarga dessas mercadorias, cobrando a taxa de 100 réis por cada um desses serviços.

Art. 53. As mercadorias, de qualquer classe, que tenham de ser recebidas ou entregues fóra das estações, serão carregadas ou descarregadas pelos respectivos expeditores ou consignatarios, polendo a administração da estrada de ferro, quando as conveniências de seu serviço assim reclamarem, exigir a carga ou descarga dentro de seis horas de dia após a chegada dos vagões, sob pena de serem estes retirados e descarregados na estação mais proxima por conta e risco dos consignatarios os que contiverem mercadorias, cobrando a administração, neste caso, a taxa de 100 réis acima mencionada.

CARROS, LOCOMOTIVAS, VAGÕES, ETC.

Art. 54. Os carros de passeio, os funebres e as carroças pagam o frete dos vagões que occuparem, na razão de cinco toneladas por vagão, cobrando-se o daquelles pela 4ª classe e o destas pela 5ª classe da tarifa n. 3, com o abatimento de 20 %.

Art. 55. Os expeditores dos carros e carroças devem apresentar-os na estação da procedencia pelo menos meia hora antes da partida do trem pelo qual se tiver de fazer a remessa.

Art. 56. As locomotivas, tenders, carros e vagões desarmados são taxados pela 4ª classe da tarifa n. 3.

Quando rebocados, rodando sobre os eixos, pagarão: as locomotivas, tenders, carros e vagões 500 réis por kilometro a percorrer.

Art. 57. Os vehiculos transportados não podem conter bagagem ou quaesquer outros objectos além dos que lhes pertencerem.

FRETES

Art. 58. As mercadorias transportadas pelas condições da tarifa n. 3 pagarão o respectivo frete no acto da inscripção, salvo as despachadas para o Rio Grande, Pelotas ou Bagé, que podem ser pagas na estação da procedencia ou destinataria, á vontade do expeditor.

Esta excepção não comprehende as expedições de que tratam os arts. 68 e 69, nem as mercadorias sujeitas a se deteriorarem, ou de pouco valor, as quaes pagarão sempre no acto da inscripção.

VOLUMES VÁRIOS EM RETORNO

Art. 59. Os saccos, capoeiras, barris, barricas e caixões desmanchados, jacás, cestos e latas para leite vãos, que tenham servido e sejam destinados ao transporte de generos pela estrada de ferro, o que em caso de duvida será attestado pelo chefe da estação, serão expedidos pelos trens de mercadorias mediante a taxa uniforme de 200 réis por volume, não excedendo este de 250 decímetros cubicos.

Estes volumes quando demorados nas estações estão sujeitos á armazenagem.

EXPLOSIVOS

Art. 60. O transporte de polvora ou outra substancia explosiva, inflammavel e de grande perigo, não é obrigatorio e, quando permittido, só poderá ser effectuado em trens de mercadorias ou especiaes.

Estas substancias devem ser convenientemente acondicionadas em duplos involucros de madeira ou cobre hermeticamente fechados, trazendo em tolas as faces no exterior, em caracteres bem legiveis, indicação do seu conteúdo, e pagarão o duplo do frete da 1ª classe da tarifa n. 3, qualquer que seja o seu peso.

MERCADORIAS NÃO CLASSIFICADAS

Art. 61. As mercadorias que não se acharem incluídas na pauta annexa ou que não forem de natureza semelhante, poderão ser transportadas por convenio, devendo a administração classificar-as logo depois, ouvindo para isso o engenheiro fiscal do Governo.

TARIFA N. 4

ANIMAES

Art. 62. A tarifa n. 4 regula o transporte de animaes, divididos em quatro classes, de conformidade com os quadros annexos F, G, H e I.

Art. 63. Os animaes podem ser conduzidos nos trens de passageiros, contanto que o seu numero não exceda á lotação dos vagões dos mesmos trens para este fim destinados. As expedições que excederem áquella lotação se effectuarão em trens especiaes ou de mercadorias.

Art. 64. O frete dos vagões de pavimento duplo para o transporte de animaes pequenos (3ª classe) será de 50 % mais sobre os preços da 4ª classe desta tarifa.

Art. 65. Os animaes que tiverem de ser expedidos devem ser apresentados na estação pelo menos 20 minutos antes da partida do trem que deve transportal-os, si for este de passageiros, a meia hora sendo de mercadorias.

Art. 66. As expedições de animais feitas pelas condições da tarifa n. 4, que comprehenderem 10 ou mais vagões, poderão ter um abatimento até 20 % sobre os preços da 4.^a classe desta tarifa, e uma passagem gratuita de ida e volta será concedida até tres conductores dos animais; em taes casos a presença daquelles será exigida.

Art. 67. Os animais de montaria ou de tiro devem ser apresentados encabrestados, os cães açaimados e acorrentados e os demais animais devidamente seguros, salvo nas expedições por vagão completo que poderão ser transportados soltos, por conta e risco de quem pertencerem.

Art. 68. Os perús, galcos, patos, marrecos, gallinhas, pavões, araras, papagaios e quaesquer outras aves domesticas ou silvestres; gatos, leitões, porcos da India, coelhos, macacos, kagados, pacas, tatus, cotias, quatis, etc., e quaesquer outros animais pequenos, só serão transportados estando acondicionados dentro de gaiolas, cestos, capoeiras, barricas ou caixões fechados e pagarão pela tarifa n. 2 quando transportados pelos trens de passageiros e pela 1.^a classe da tarifa n. 3 quando forem pelos trens de mercadorias.

A administração não responde por expedições desta natureza.

Art. 69. Os animais ferozes só são transportados nos trens de mercadorias ou especiaes, acondicionados em fortes caixões ou gaiolas de ferro ou madeira, e pagam pela 1.^a classe da tarifa n. 3.

A administração não responde por estas expedições.

Art. 70. O embarque e desembarque de animais são feitos sob os cuidados, responsabilidade e á custa dos respectivos expedidores e destinatarios.

Art. 71. Os animais que não forem retirados logo depois da sua chegada á estação destinataria são remettidos, por conta e risco de quem pertencerem, para alguma cocheira ou deposito de animais, correndo a despeza a que derem logar por conta de seus respectivos donos.

Art. 72. Os fretos dos animais são pagos no acto da inscripção, excepto nas expedições por vagão completo para Rio Grande, Pelotas ou Bagé, que serão pagos nas estações de procedencia ou destinataria, á vontade do expeditor.

TRENS ESPECIAES

Art. 73. Sob a requisição de qualquer pessoa, a administração pôde, sem prejuizo do serviço da estrada de ferro, expedir trens especiaes de passageiros, mercadorias ou animais, mediante as seguintes condições:

1. A taxa dos trens especiaes de passageiros será de 2\$000 por kilometro ou fracção de kilometro que tenham de percorrer, rebocando a locomotiva um só carro de 1.^a classe com o competente carro de freios.

Os demais carros que computarem o tram serão pagos conforme suas respectivas lotações, com o abatimento de 50 %.

bagagem transportada nos trens especiaes de passageiros, e que não se achar nas condições do art. 28, pagará o seu frete pela tarifa n. 2.

2. Os trens especiaes de mercadorias e animaes, além do frete dos vagões, que será cobrado conforme a taxa da tarifa respectiva e com o abatimento a que tiverem direito, pagarão 2\$000 por kilometro ou fracção de kilometro que tenham de percorrer.

3. Para cobrança das taxas acima mencionadas, o percurso desses trens especiaes é contado do ponto de partida da locomotiva que tiver de rebocal-os.

4. Os trens especiaes, na sua volta para as officinas ou depósitos, podem ser alugados com o abatimento de 50 % sobre todos os preços acima estipulados, para qualquer estação que não se ache além das mesmas officinas ou depósitos.

5. A demora dos trens especiaes nas estações é contada á razão de 10\$ por hora ou fracção de hora superior a 15 minutos.

Nenhum trem especial é expedido por menos de 50\$, qualquer que seja a distancia que tenha de percorrer. Todas as taxas acima serão elevadas a 50 % mais, si os referidos trens tiverem de ser expedidos depois das 6 horas da tarde.

Esse augmento será tambem cobrado sobre o percurso que tiver de ser effectuado depois daquella hora pelos trens cuja partida for antes das 6 horas da tarde, calculada a velocidade na razão de 30 kilometros por hora.

Art. 74. A importancia dos fretes dos trens e carros especiaes é paga no acto da requisição.

A administração não restitue a importancia destes transportes quando não se effectuarem por vontade ou negligencia dos que os tiverem requisitado.

TRANSPORTES POR CONTA DO GOVERNO

Art. 75. As malas do Correio e seus conductores serão transportadas gratuitamente e bem assim os dinheiros do Thesouro Nacional ou estadual, por conta e risco do Governo.

Art. 76. São transportados com abatimento de 50 %:

1^a, as autoridades, escoltas policiaes e respectiva bagagem, quando forem em diligencia ;

2^a, munição de guerra e qualquer numero de soldados do Exercito e da Guardia Nacional ou da Policia com seus officiaes, a respectiva bagagem, quando mandados a serviço do Governo a qualquer parte da linha, dada a ordem para tal fim pelo mesmo Governo ;

3^a, as sementes e plantas enviadas pelo Governo para serem gratuitamente distribuidas aos lavradores ;

4^a, todos os generos de qualquer natureza que sejam pelo mesmo Governo enviados para attender aos soccorros publicos exigidos pelas secas, inundações, peste, guerra ou outra calamidade publica.

Todos os demais passageiros e carga do Governo, acima não especificados, serão transportados com abatimento de 15 %.

TRANSPORTE DE COLONOS

Art. 77. Os colonos e immigrants, suas bagagens, ferramentas, utensilios e instrumentos aratorios, terão o abatimento de 50 % sobre as respectivas passagens e fretes.

A administração, entretanto, si julgar conveniente, poderá conceder esses transportes gratuitamente aquelles que vierem se estabelecer em qualquer ponto da zona desta estrada de ferro.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 79. Todo despacho de mercadorias, bagagens, encomendas, dinheiro, joias, valores, animaes, etc., é feito mediante um conhecimento dado ao expeditor e exigido no acto da entrega dos objectos.

Em falta de conhecimento, o consignatario, verificada a sua identidade, poderá receber os seus objectos, passando recibo em impresso fornecido pela estrada.

Estes recibos estão sujeitos a taxa de 200 réis cada um e annullam os conhecimentos que substituem.

Nas expedições por vagão completo é dispensavel o endereço nos volumes, mas imprescindivel a marca.

ACONDIIONAMENTO, MARCAS, ETC.

Art. 79. Os volumes apresentados a despacho devem trazer marca e nome da estação destinataria legivelmente indicados nos respectivos involucros e estar acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

TRANSPORTE POR VAGÃO

Art. 80. Desde que um expeditor necessitar de vagões para carga completa de suas mercadorias ou animaes, deverá requisital-os com antecedencia de 24 horas, si for um só vagão, ou de 48 horas, si for mais de um.

O chefe da estação deve prevenir ao expeditor do dia e hora em que os vagões estarão á sua disposição.

O expeditor fica sujeito á multa de 10\$ por vagão si a expedição completa não for apresentada na estação a tempo de ser carregada no dia convencionado, podendo o chefe da estação no dia immediato dispor dos vagões.

Art. 81. Os volumes que não puderem ser misturados com outros, sem que os danifiquem, serão taxados pelo frete de vagão completo.

Art. 82. Toda expedição que necessitar de um ou mais vagões, qualquer que seja o peso da mercadoria, pagará o frete total do que forem empregalos, tendo-se em vista os abatimentos inherentes á natureza da expedição e numero de vagões.

Art. 83. Sob pretexto algum deverá ser excluida a lotação dos vagões.

Art. 84. Em relação ao volume, a carga dos vagões alertos não deve exceder a altura dos mesmos, nem a das plataformas a altura dos respectivos fueiros.

Art. 85. Os expedidores e destinatários são responsáveis por qualquer avaria causada pelos seus agentes aos vehiculos da estrada.

ARMAZENAGEM

Art. 86. A bagagem, encomendas, mercadorias, etc., depositadas nas estações ou dependencias, quer sob coberta, quer ao ar livre, e que não forem retiradas ou despachadas nos prazos indicados nos arts. 31 e 44, pagarão por dia de demora 100 réis por freção indivisível de 100 kilogrammas, não podendo a taxa, em caso algum, ser inferior a 500 réis.

Na cobrança da armazenagem de mercadorias não são contados os dias de chegada, entrega ou despacho, nem tão pouco os domingos e feriados quando elles expirar o prazo da estadia a que as mesmas tiverem direito.

A requerimento dos interessados, poderá o director geral da estrada dispensar o pagamento total ou parcial da taxa acima mencionada, si julgar attendiveis os motivos allegados.

MASSAS INDIVISIVEIS

Art. 87. O transporte de massas indivisíveis de peso superior a 1.000 kilogrammas ou de volume excedente a tres metros cubicos, ou que necessitarem o emprego de material especial, não é obrigatorio.

Os preços e as condições de transporte, si a estrada se encarregar de taes operações, são regulados por mutuo accordo.

RECEBIMENTO DE MERCADORIAS, ANIMAES, ETC.

Art. 88. Nas estações intermediarias só serão recebidas mercadorias e animaes nos trens que nellas pararem.

Os dias e horas das passagens dos trens estarão affixados nas estações.

OBJECTOS NÃO RECLAMADOS OU RECUSADOS

Art. 89. Os volumes que no fim de 90 dias não forem retirados das estações ou suas dependencias serão vendidos em hasta publica, por conta e risco de quem pertencerem.

Exceptuam-se os objectos sujeitos a deterioração, que a administração tem o direito de vender no fim de oito dias, ou mesmo antes, si julgar indispensavel.

O producto da venda, depois de indemnizada a estrada do que lhe for devido, será recolhido ao Deposito Publico.

FALSA DECLARAÇÃO

Art. 90. Os agentes da estrada tem o direito de abrir qualquer volume, antes ou depois de despachado, todas as vezes que suppuzerem falsa a declaração do seu conteúdo.

Art. 91. Toda declaração falsa será sujeita á multa de 10\$ a 50\$, além do pagamento do frete duplo do objecto fraudado.

Si, porém, esses objectos forem dos mencionados no art. 60, a multa será de 200\$ a 1:000\$, a juizo da administração.

Art. 92. Em caso de accidente, além das multas do artigo precedente, o expeditor tem de indemnisar a estrada do damno causado, sem prejuizo de responsabilidade criminal em que incorrer, segundo as leis em vigor.

EXPEDIÇÕES SUJEITAS A MULTAS

Art. 93. A administração tem o direito de reter as expedições sujeitas ás multas impostas por este regulamento.

Si os volumes retidos contiverem materias explosivas ou por qualquer forma perigosas, serão estas inutilisadas, si não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 94. Não sendo as multas pagas no prazo de 15 dias, a administração poderá mandar vender em hasta publica os objectos retidos.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, o restante será cobrado judicialmente.

CALCULO DE FRETES, ETC.

Art. 95. No calculo de fretes e taxas accessorias, as fracções de 100 réis são arredondadas para 100 réis.

Art. 96. Os objectos que pesarem menos de 250 kilogrammas por metro cubico, pagarão 50 % sobre a respectiva tarifa.

Art. 97. Os fretes são cobrados sobre o peso bruto dos volumes, e nenhum despacho se fará por menos de 500 réis, excepto dos volumes vazioes em retorno de que trata o art. 59.

Art. 98. Calcula-se o peso:

Da madeira, multiplicando-se o comprimento em decimetros (consideradas as fracções destes como unidade) pela altura e depois pela largura, estas em centimetros, dividindo-se o producto por 100 e tomando-se o resultado como indicação do peso em kilogrammas;

De tijolos, telhas, parallelipipedos e outros artigos semelhantes a granel, pelo peso de 10 dos de maiores dimensões;

De carvão, areia, barro e outros artigos semelhantes a granel, na razão do peso de um decalitre dos mesmos artigos.

RESTITUIÇÃO DE FRETES

Art. 99. A administração restitue o frete que se verificar ter sido cobrado de mais, e tem o direito de haver executivamente, antes ou depois da entrega da mercadoria, o que se verificar ter sido cobrado de menos no acto do despacho.

RESPONSABILIDADES

Art. 100. A administração não é responsável por perda ou avaria, nos seguintes casos:

1º, quando provierem de caso fortuito, força maior ou vício próprio, tal como putrefacção, diminuição ordinária do peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação, vasamento, ferrugem, etc.

2º, quando não tiverem sido verificadas á chegada ou retirada da mercadoria pelo destinatário;

3º, quando não houver nos involucros estrago conhecido proveniente de negligencia de seus empregados;

4º, quando forem ulteriores á recusa da mercadoria pelos destinatários;

5º, quando estiver coberta por declaração de irresponsabilidade mencionada no conhecimento respectivo;

6º, quando o carregamento ou descarga forem feitos pelo expeditor ou destinatário.

Art. 101. A administração não responde igualmente:

1º, pelos danos resultantes do perigo que o transporte na estrada de ferro ou demora da viagem acarretem para os animais vivos, nem tão pouco pela avaria ou morte dos animais no caso de haver sido excedida a lotação do vagão, quando estes forem carregados pelo expeditor;

2º, pelos riscos inherentes ao transporte que, por ajuste com o expeditor ou por força do regulamento da estrada, tiver de ser effectuado em carro aberto;

3º, pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes.

Art. 102. A administração responsabilisa-se pelo peso das mercadorias pesadas em suas estações até sua final entrega aos destinatários ou seus prepostos, salvo os casos previstos neste regulamento.

Art. 103. Os expeditores e viajantes toem a faculdade de declarar no acto de despacho o valor segundo o qual quizerem ser indemnizados em caso de perda ou avarias de suas mercadorias, encomendas, bagagens ou animais.

Neste caso, além do frete, cobrar-se-ha sobre o valor declarado, as seguintes taxas:

Mercadorias	1/2 %
Encomendas e bagagens	1 %
Animaes	2 %

A importancia do valor declarado será paga em caso de perda ou avaria total; quando, porém, estas forem parciaes, a indemnisação será apenas proporcional ao prejuizo verificado.

Art. 104. Quanto aos objectos que não se acharem nas condições do artigo precedente, a administração só é responsável até as quantias abaixo declaradas, sem que em caso algum a

indemnisação possa ser superior ao valor do objecto perdido ou avariado, a saber:

Mercadorias.....	500 réis por kilo
Bagagem e encomendas.....	1\$000 » » »

ANIMAES

Burros, cavallos e semelhantes.....	50\$000 cada um
Bois, vaccas e vitellos.....	30\$000 » »
Bezerros, cabras, carneiros e porcos.	5\$000 » »
Aves e animaes pequenos.....	1\$000 » »

Si a indemnisação for paga por avaria total, os objectos ficarão pertencentes á administração da estrada.

Art. 105. A limitação de responsabilidade estabelecida neste regulamento não poderá ser invocada pela administração si se provar culpa ou dolo por parte do pessoal da estrada ou defeito de seu serviço.

Neste caso as indemnisações serão, na falta de accordo, reguladas por arbitramento, de conformidade com o Código Commercial e mais leis em vigor.

TARIFAS MOVEIS

Art. 106. Toda vez que o cambio a 90 dias sobre Londres for inferior a 20 d. por mil réis, addicionar-se-ha aos actuaes fretes de mercaderias e animaes 6 % por cada dinheiro abaixo de 20 até 10 d, desprezadas as fracções.

Para o calculo destas taxas tomar-se-ha por base o cambio médio bancario sobre Londres a 90 dias de vista durante o mez que terminar no dia 25 daquelle em que se tiver de fixar a taxa, a qual vigorará do dia 1 do mez seguinte.

Ficam exceptuados os seguintes generos alimenticios de primeira necessidade :

Carne fresca, farinha de mandioca, batatas, milho e feijão.

RECLAMAÇÕES

Art. 107. Toda reclamação relativa a taxas indevidamente percebidas, perda ou avaria, deve ser immediatamente dirigida ao chefe da estação.

Da decisão do dito chefe poderá o reclamante appellar para a administração, no prazo de tres dias, findo o qual não será attendido.

ADEANTAMENTO DE DINHEIRO

Art. 108. A administração pôde nas estações do interior fazer adeantamentos de dinheiros sobre os generos destinados ás estações do Rio Grande ou Pelotas, mediante 1 % sobre a somma adeantada, comtanto que o valor da mercadoria exceda pelo menos o duplo da mesma somma.

GUINDASTES A VAPOR

Art. 109. As mercadorias que necessitarem, para o seu carregamento ou descarga, de guindastes a vapor pagarão, além do frete, uma taxa convencional pelo uso dos mesmo guindastes.

PARADAS

Art. 110. A administração pôde estabelecer provisoriamente pontos de paradas para passageiros e cargas, cobrando os preços da estação que, segundo a procedencia ou destino de transporte, ficar immediatamente além da mesma parada.

EMBARGOS OU PENHORAS

Art. 111. O embargo ou penhora em objectos depositados nas estações serão regulados pelas disposições das leis em vigor que lhe forem applicaveis.

Art. 112. Os objectos embargados ou penhorados não podem ser retirados das estações sem ter sido a estrada indemnizada do que lhe for devido por frete, armazenagem e por mais despesas.

Art. 113. Quando o embargo ou penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão estes ficar depositados nas estações.

CERTIDÕES

Art. 114. A administração pôde passar certidões de despachos ou outros assumptos relativos ao serviço da estrada, cobrando a taxa de 2\$ de busca por mez civil corrente, ou decorrido entre a data do pedido da certidão e a do objecto da mesma, e 1\$ por pagina ou fração de pagina escripta.

QUEIMA DE DOCUMENTOS

Art. 115. No fim de cada anno serão queimados os bilhetes recolhidos, conhecimentos e mais documentos concernentes ao expediente do trafego do anno anterior ao biennio findo.

DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 116. Os empregados da estrada de ferro devem ministrar aos expeditores todas as informações necessarias para intelligencia e cumprimento das presentes instrucções, e não poderão exigir outros fretes ou retribuições de qualquer natureza que não se achem especificados neste regulamento e de accordo com as tarifas annexas.

TELEGRAPHO

APRESENTAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS TELEGRAMMAS

Art. 117. Os telegrammas serão aceitos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos dias uteis, como nos feriados, durante as horas do serviço.

Art. 118. Os telegrammas deverão :

1º, ser escriptos pelo proprio punho do expeditor, com tinta preta, de modo que possam ser lidos letra por letra ;

2º, não conter abreviaturas, rasuras, palavras inutilizadas ou emendas por meio de riscos ;

3º, indicar o nome da estação do destino, e o nome e residência (rua e numero, si for em povoado) do destinatario.

Art. 119. E' prohibida a aceitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica e offensivo á moral e aos bons costumes, ou aos interesses da estrada.

E' igualmente prohibido o uso de cifras secretas.

Art. 120. Os telegrammas urgentes devem ter esta declaração assignada pelo expeditor.

Art. 121. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados, para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 122. Muitos telegrammas successivos do mesmo expeditor só podem ser aceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 123. A administração poderá aceitar despachos para transmittirem-se cópias por outras linhas, preferindo a linha cuja taxa for mais favoravel, salvo si o expeditor tiver designado expressamente outra.

Art. 124. A administração se reserva o direito de interromper as communicações telegraphicas para serviço de particulares, por tempo indeterminado, no caso em que o julgar conveniente, em vista de urgencia de serviço da estrada ou do Governo.

Art. 125. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes, que representam a ordem da transmissão :

- 1, telegrammas urgentes em serviço da estrada ;
- 2, do Governo Federal ;
- 3, dos Governos Estaduaes ;
- 4, de outras autoridades ;
- 5, urgente particular ;
- 6, ordinario em serviço da estrada ;
- 7, ordinario particular.

Os desta ultima classe serão transmittidos, segundo a ordem de apresentação, salvo o disposto nos arts. 121 e 122.

PAGAMENTO DAS TAXAS

Art. 126. A taxa dos telegrammas compõe-se da taxa fixa de 400 réis e mais 100 réis por palavra, e deverá ser paga adiantada ;

Os telegrammas com a declaração de URGENTE pagarão taxa dupla.

Art. 127. O communicante poderá exigir da estação de destino a repetição integral do seu telegramma, pagando nova taxa.

Si quizer simples aviso da recepção, pagará 10 % da taxa.

Art. 128. O telegramma antes de começar a transmissão pôde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10 %; si, porém, a transmissão tiver sido começada nenhuma restituição será feita.

Art. 129. O expeditor poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras antes da assignatura, e escrevendo a declaração de RESPOSTA PAGA... PALAVRAS.

Art. 130. Si o numero de palavras da resposta paga previamente for maior, o excesso será pago pelo respondente, como um novo telegramma; si for menor, não haverá restituição.

Art. 131. A resposta para ser transmittida deverá ser apresentada dentro dos tres dias que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario; fóra deste prazo terá de pagar nova taxa.

CONTAGEM DAS PALAVRAS

Art. 132. Tudo quanto o communicante escrever para ser transmittido entrará na contagem das palavras, observando-se as seguintes regras:

- I. Conta-se como uma palavra :
 - a) qualquer palavra até 15 letras ;
 - b) toda a palavra composta, escripta de modo que só forme uma ;
 - c) qualquer numero até cinco algarismos.
2. Contar-se-hão como duas, as palavras maiores de 15 letras e as que se acharom sublinhadas.
3. Qualquer character alphabetico, ou numero isolado, assim como qualquer particula seguida de apostrophe, serão taxados como outras tantas palavras.
4. Entram na contagem das palavras os pedidos de repetição para conferencia, de aviso de recepção e as palavras *resposta paga para... palavras*.
5. As palavras compostas, escriptas quer separadamente, quer reunidas por traços de união, pagarão por tantas palavras quantas sejam as partes de que se componham.
6. Os algarismos escriptos por extenso serão contados pelo numero de palavras empregadas para exprimi-l-os.
7. Os signaes de accentuação não são contados.

ENTREGA DOS TELEGRAMMAS E SERVIÇO DOS ESTAFETAS

Art. 133. Mediante a taxa de 400 réis, que será paga na estação de partida, se remetterão os telegrammas por estafetas,

com a possível brevidade, ao legar a que se destinarem, dentro de um kilometro a contar da estação; para maiores distancias, a taxa será previamente ajustada.

Não serão, porém, sujeitos a essa taxa os que se destinarem a pontos comprehendidos no perimetro das cidades do Rio Grande, Pelotas e Bagé.

Art. 134. O telegramma poderá ficar na estação de destino á disposição do destinatario, ou ser expedido pelo Correio á vontade do expeditor, mediante o pagamento do porte e competente declaração escripta no telegramma.

Em falta de taes declarações, o telegramma será retido na estação destinataria e só entregue a pessoa competente.

Art. 135. O empregado incumbido da condução do telegramma não deverá encarregar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir, nem receber a respectiva taxa.

Art. 136. Na ausencia do destinatario, os telegrammas serão entregues á pessoa da familia, empregados, criados ou hospedes, salvo si o communicante designar na minuta pessoa especial; em todo caso o recibo deverá ser passado em nome do destinatario.

RESTITUIÇÃO DAS TAXAS DOS TELEGRAMMAS

Art. 137. O communicante terá direito á restituição da taxa, si o telegramma não chegar a seu destino por falta do serviço do telegrapho, ou quando estiver alterado, a ponto de não satisfazer o fim destinado.

Art. 138. O agente da estação poderá certificar-se da identidade do communicante por meio de testemunhas ou de outras provas sufficientes.

SEGREDO DOS TELEGRAMMAS

Art. 139. Os empregados da estrada serão obrigados a guardar o maior segredo sobre os telegrammas, e estarão sujeitos, pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação do conteúdo, as leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao Correio e á segurança do seu transporte.

Art. 140. Os originaes dos telegrammas serão conservados durante 18 mezes, queimando-se mensalmente aquelles que entrarem no 19º mez.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898.—C. Cesar de Campos, director geral.

Estrada de Ferro Southern Brazilian Rio Grande do Sul

(RIO GRANDE A BAGÉ)

PAUTA

(TARIFA N. 3)



	Classe
Alanos de pennas.....	2
Alitos de palha.....	3
Aliboras.....	4
Acidos não classificados (art. 60).....	1
Accessorios de trilhos.....	4
Aço em barra, chapa ou verga.....	4
Atuelas.....	3
Agua.....	4
Ditas mineraes ou medicinaes.....	3
Agua-raz.....	3
Aguardente.....	3
Agulha ou ferro esmaltado (artigos não classificados)....	2
Aldeiro em bruto.....	4
Ditas em obras não denominadas.....	2
Alambiques e pertences.....	4
Alavilhas.....	2
Alcool.....	3
Alentão, pixo, etc.....	4
Alfafa.....	5
Algodão em rama ou caroço.....	4
Dito cru, riscado ou zuarte.....	3
Alhos.....	3
Ditos do interior.....	4
Almeçadas.....	2
Almofarizes.....	3
Alpiste.....	3
Alumínio.....	2
Alvado.....	3
Amendoim.....	3
Amido.....	3
Ancoras e ancorelas.....	3
Aniagem.....	4
Anil.....	3
Animaes empalhados ou embalsamados, qualquer que seja o seu peso.....	1
Animaes ferozes.....	1
Ditos em caixões ou cestos.....	1
Apparelhos do chimica ou physica.....	2
Ditos de mesa, porcellana, crystal, louça, etc.....	2
Ditos telegraphicos.....	2

Classe

Arados e instrumentos de utilidade á lavoura, não denominados	5
Arame de latão e semelhantes.....	2
Dito de ferro para cerca.....	5
Dito galvanizado.....	4
Dito de zinco, ferro ou aço.....	4
Araruta.....	3
Arbustos vivos.....	3
Archotes.....	3
Arco de ferro ou madeira.....	4
Ardosias.....	4
Areia.....	5
Argilla.....	5
Armações para chapéus de sol	2
Ditas para igreja.....	2
Ditas para loja.....	2
Armas.....	2
Arreios para carro ou montaria.....	2
Arroz.....	4
Dito do interior.....	5
Artigos de armarinho.....	2
Ditos de desenho.....	2
Ditos de escriptorio.....	2
Ditos de folha de Flandres.....	3
Ditos de luxo ou de phantasia.....	2
Ditos de pacotilha não denominados.....	2
Asphalto.....	4
Assucar.....	4
Ataúdes.....	2
Aveia.....	4
Dita do interior.....	5
Aves em capoeiras ou jacás.....	1
Ditas empalhadas.....	1
Azarcão.....	3
Azeite doce.....	3
Dito de substancias do paiz.....	3
Azeitonas.....	3
Azulejos.....	3

B

Bacalhão.....	3
Bacias de latão, agatha ou semelhantes.....	2
Ditas de ferro ou Flandres.....	3
Baceta, baetilha ou baetão	3
Bagagens (volumes de) pelos trens de carga.....	2
Bagatelas.....	2
Balhus vãos.....	2
Balaços.....	2
Balanças de metal e pertences.....	2

	Classe
Balanças de ferro ou madeira e pertences.....	3
Balões.....	2
Bambús.....	5
Balieiras.....	4
Bancos de ferro ou madeira.....	3
Bandejas.....	2
Banha.....	4
Barbante.....	3
Barricas e barris vazios.....	3
Barrilha.....	3
Barro.....	5
Bastidores de theatro.....	2
Batatas alimenticias.....	4
Ditas do interior.....	5
Bebidas espirituosas não denominadas.....	3
Beijús.....	3
Bengulas.....	2
Berços.....	2
Bigornas.....	3
Bitume.....	4
Bilhares.....	2
Biscoutos.....	3
Bolachas.....	4
Bolças de viagem.....	2
Bombas.....	3
Bolos de qualquer qualidade.....	3
Bonnets.....	2
Borras de azeite, vinho ou vinagre.....	4
Borracha, artigos não denominados.....	2
Botijas e boides vazios.....	3
Breu.....	4
Brinquedos.....	2
Brins.....	3
Brochas para calar ou pintar.....	3
Bronze em objectos de arte.....	2
Ditos em bruto.....	4
Bustos.....	2

C

Cabeçadas.....	2
Cabello.....	2
Calos de arame, canhamo, linho ou outros de qualquer qualidade.....	3
Ditos de ferramenta, vassouras, etc.....	3
Cabriolets.....	4
Caça morta.....	3
Cachimbos.....	2
Cadeados.....	3
Cadernaes.....	3

Classe

Cadinhos.....	2
Café em grão ou moido.....	3
Caoutchouc bruto.....	3
Dito em obra não denominada.....	2
Caibros.....	5
Caixas vazias de madeira, folha de Flandres ou papelão...	3
Caixilhos com vidros.....	2
Ditos sem vidros.....	3
Cal virgem estrangeira.....	3
Cal do paiz, quer em pó ou pedra.....	5
Calcareos.....	5
Calçado.....	2
Caldeiras.....	4
Caldeirarias (artigos não classificados de).....	2
Camas e pertences.....	2
Ditas usadas.....	3
Camarão.....	3
Campainhas.....	2
Camphora.....	2
Canna da India.....	2
Dita de assucar.....	5
Candieiros, candelabros, lustres, etc.....	2
Candieiros ordinarios de folha de Flandres e sem vidro...	3
Canella.....	3
Cangalhas.....	3
Cangica.....	4
Dita do interior.....	5
Canôas.....	4
Canos de cobre, ferro, chumbo ou zinco.....	3
Ditos de barro.....	4
Capim.....	5
Caranguejos e semelhantes.....	3
Carnaúba.....	3
Carne fresca.....	4
Dita em conserva.....	3
Caroços de algodão.....	5
Carretas e carroças.....	5
Carrinhos de criança.....	2
Carros de mão.....	4
Ditos de passeio.....	4
Carvão animal ou vegetal.....	5
Dito de pedra.....	5
Cascas de arvore para cortume.....	5
Ditas de côco.....	4
Castanhas.....	3
Cebolas e cebolinhos.....	4
Ditas e ditos do interior.....	5
Centeio.....	4
Dito do interior.....	5
Cera em bruto ou velas.....	3

	Classe
Cera em obra não denominada.....	2
Cereaes não denominados.....	4
Ditos não denominados do interior.....	5
Cerveja.....	3
Cevada.....	4
Dita do interior.....	5
Cestos vasillos.....	2
Chá.....	3
Chales, lenços, mantas e semelhantes.....	2
Chaleiras de cobre.....	2
Ditas de ferro.....	3
Chapas de ferro para fogão.....	3
Chapelaria (artigos não denominados de).....	2
Chapéos.....	2
Ditos de sol.....	2
Charutos.....	3
Chifres em bruto.....	4
Ditos em obras não denominadas.....	2
Chitas.....	3
Chocolate.....	3
Chouriços.....	3
Chumbo em bruto.....	4
Ditos em obras não denominadas.....	3
Cigarros.....	3
Cimento.....	5
Cinzas.....	5
Cobertores de lã ou algodão.....	3
Cobre em obras não classificadas.....	2
Cocos seccos ou verdes.....	3
Cochonilha.....	2
Cofres de ferro ou madeira.....	2
Cognac.....	3
Coke.....	5
Colchões e pertences de cama.....	2
Ditos usados.....	3
Colheres de madeira, ferro ou metal ordinario.....	3
Ditas de metal prateado.....	2
Colla.....	3
Colmões.....	2
Columnas de ferro.....	4
Comestiveis não denominados.....	3
Confeitaria (artigos não denominados de).....	3
Conservas alimenticias.....	3
Cordas.....	3
Ditas para instrumentos de musica.....	2
Correntes de ferro.....	4
Ditas de outros metaes.....	3
Cortica em bruto.....	3
Dita em obra não denominada.....	2
Cortinas e cortinados.....	2

	Classe
Couçoeiras.....	4
Couro em obra não denominada.....	2
Ditos seccos.....	4
Ditos curtidos.....	3
Ditos envernizados, marroquinados, pellica e semelhantes.....	2
Ditos verdes ou em salmoura.....	4
Creosoto.....	2
Crina animal ou vegetal.....	3
Crivos de ferro.....	4
Crystal em bruto.....	3
Dito em obra.....	2
Cubas para destillação.....	5
Cubos, pinos e raios para rodas.....	3
Cuias.....	3
Cutellaria (artigos não denominados de).....	2

D

Debulhadores de milho.....	5
Dentes de elephante.....	2
Descaroçadores de café ou arroz.....	5
Despolpadores de café.....	5
Dobradieças.....	3
Doces.....	3
Dormentes de ferro ou madeira.....	4
Drogas.....	2
Dynamite.....	1

E

Eixos.....	3
Embras.....	4
Encerrados ordinarios.....	3
Ditos para mesa, soalho, etc.....	2
Engenhos para estabelecimentos agricolas.....	5
Enxadas.....	4
Enxergas para animaes.....	3
Enxergões.....	2
Enxofre.....	3
Equipamento militar não denominado.....	2
Ervilhas seccas ou frescas.....	3
Ditas do interior.....	4
Escadas.....	3
Escaleres.....	4
Escorias de metaes.....	4
Escovas.....	2
Ditas ordinarias.....	3
Espadas.....	2
Espanadores.....	3
Especiarias não classificadas.....	3
Espelhos.....	2

	Classe
Espermacete.....	3
Espingardas.....	2
Espiritos não denominados.....	3
Esponjas.....	2
Esporas.....	2
Essencias.....	2
Estacas.....	5
Estampas.....	2
Estanho.....	3
Estatuas.....	2
Esteiras da India.....	2
Ditas de paiz.....	3
Estercos.....	5
Estojos de instrumentos de cirurgia, mathematicas, etc...	2
Estopa em bruto ou para saccoes.....	4
Estopim.....	2
Estivas.....	5
Extractos não denominados.....	2

F

Facas, talheres, etc.....	3
Fachina.....	5
Farelo.....	4
Farinaceos não classificados.....	3
Farinha de linhaga ou de mostarda.....	3
Dita de mandioca.....	5
Dita de milho ou trigo.....	4
Dita idem do interior.....	5
Favas.....	4
Ditas do interior.....	5
Fazendas não denominadas.....	2
Fechadura.....	3
Feijão.....	4
Dito do interior.....	5
Feno.....	5
Ferragens não denominadas.....	3
Ferramentas de carpinteiro, cavouqueiro, pedreiro, can- teiro, ferreiro, marceneiro, sapateiro, serralheiro e outros.....	3
Ferraduras para animaes.....	3
Ferro em barra, chapa ou verga.....	4
Ferro velho.....	5
Ferros de engommar.....	3
Fibras textis não denominadas.....	4
Ditas do interior.....	5
Fio de algodão ou lã.....	3
Dito de linho ou seda.....	2
Dito telegraphico.....	4
Flechas.....	3

	Classe
Flores artificiaes.....	2
Ditas naturaes.....	3
Ditas de canna e outras para enchimento.....	3
Ditas medicinaes.....	2
Fogareiros.....	3
Fogões de ferro.....	3
Fogos artificiaes.....	4
Folhas de cobre, chumbo, estanho Flandres ou zinco.....	3
Folles.....	3
Forjas portateis.....	3
Fôrmas para assucar.....	4
Ditas diversas.....	3
Fornalhas e fornos de ferro.....	3
Fouces.....	4
Frascos.....	2
Frutas frescas ou seccas.....	3
Ditas do interior.....	4
Fumo.....	3
Dito do interior.....	4

G

Gaiolas.....	2
Gamellas.....	3
Garrafas de crystal ou vidro fino.....	2
Ditas e garrações vasis.....	3
Ditas de couro.....	4
Gazoiina.....	2
Gelêas.....	3
Gelo.....	3
Gengibre.....	3
Genebra.....	3
Gesso.....	4
Gigos e cascos vasis.....	3
Globo de vidro ou louça.....	2
Ditos geographicos.....	2
Gomma arabica e outras não denominadas.....	2
Dita de mandioca e outras do paiz.....	3
Grades e gradis de ferro ou madeira.....	3
Graxa animal.....	4
Dita para calçado.....	3
Grelhas de ferro.....	3
Grinaldas artificiaes.....	2
Guano.....	5
Guinchos e guindastes.....	4

H

Harpas.....	2
Herva doce.....	3
Herva matte.....	4

	Classe
Herva do interior.....	5
Ditas medicinaes e outras não mencionadas.....	2
Hortalças em conserva ou frescas.....	3
Ditas do interior.....	4

I

Imagens.....	2
Iman.....	2
Impressos.....	2
Incenso.....	2
Inhame.....	4
Instrumentos agricolas não denominados.....	5
Ditos de cirurgia, engenharia, musica, optica e outros de precisão não denominados.....	2
Ipeacuanha.....	2
Isoladores de telegrapho.....	3

J

Jacás vasios.....	3
Jangals.....	4
Jarras de porcellana ou vidro.....	2
Jarros de barro.....	3
Jogos de domino, xadrez, damas, gamão e outros.....	2
Junco da India.....	2
Dito do paiz.....	3

K

Kaolin.....	4
Kerosene.....	3
Kirsch.....	3

L

Lã bruta.....	4
Dita em obras não denominadas.....	2
Lacre.....	2
Ladrilhos de barro.....	5
Ditos de louça, marmore, etc.....	3
Lages aparelhadas.....	3
Ditas brutas.....	5
Lampeões e lanternas com vidros.....	2
Lanchas.....	4
Lanternas magicas.....	2
Lapides para sepultura.....	2
Laranjinha.....	3
Latão velho e em bruto.....	3
Dito em obras não denominadas.....	2
Legumes frescos ou em conserva.....	3
Ditos frescos ou em conserva do interior.....	4

	Classe
Leite fresco ou em conserva.....	3
Lenha.....	5
Limalha de ferro.....	4
Limas de aço.....	3
Linguas frescas, salgadas ou seccas.....	3
Linguicas.....	3
Linha para costura.....	2
Linhaça.....	2
Linho bruto.....	3
Liteiras.....	4
Livros.....	2
Lixa.....	3
Locomoveis.....	4
Locomotivas desarmadas.....	4
Lombo de porco.....	3
Lona.....	3
Louça de barro, em gigos ou barricas.....	3
Louça.....	2
Louza.....	4
Dita para escrever.....	2
Lupulo.....	3
Lustres.....	2
Luvás.....	2

M

Macacos de ferro.....	3
Macarrão e outras massas alimenticias não denominadas	3
Machados.....	4
Machinas aratorias não denominadas.....	5
Ditas a vapor fixas ou locomoveis.....	4
Ditas destinadas ao preparo ou fabrico de productos agri- colas, não denominadas.....	5
Ditas de costura.....	2
Ditas de copiar.....	2
Ditas photographicas.....	2
Ditas grandes não denominadas.....	4
Ditas pequenas não denominadas.....	2
Ditas para esticar arame.....	3
Madeiras em bruto.....	5
Ditas lavradas ou em taboado.....	4
Ditas do interior.....	5
Ditas em obras não denominadas, como portas, janellas, grades, cancellas, caixilhos, etc.....	3
Ditas para tinturaria.....	3
Malas de viagem varias.....	2
Malhos para ferreiro.....	3
Mamona (azeite de).....	3
Dito (baga de).....	4
Mandioca.....	5

	Classe
Mangas de vidro.....	2
Manteiga fresca ou salgada.....	3
Manuscriptos.....	2
Mappas.....	2
Marfim, madreperola em obras não especificadas.....	2
Mariscos.....	3
Marmore bruto.....	5
Dito em obras não denominadas.....	2
Martellos.....	3
Mascaras.....	2
Massas alimenticias.....	3
Material para estradas de ferro.....	4
Dito de construcção não denominado.....	4
Materias explosivas e inflammaveis.....	1
Ditas venenosas.....	2
Medicamentos não denominados.....	2
Mel de abelhas.....	3
Dito de canna, melado ou melaço.....	3
Dito de fumo.....	3
Mercadoria (artigos não denominados).....	2
Mercurio.....	2
Metaes brutos não denominados, excepto os preciosos....	3
Ditos em obras não denominadas, excepto os preciosos...	2
Metalloides não classificados.....	2
Metins.....	3
Millio.....	4
Dito do interior.....	5
Mineraes não denominados.....	4
Minereos de cobre, ferro, chumbo, zinco e outros.....	4
Missangas.....	2
Mobilias.....	2
Dita ordinaria, usada e em mão estado.....	3
Modelos.....	2
Moendas para engenhos.....	5
Moinhas para café e pimenta.....	3
Ditos para lavoura.....	5
Moitões.....	3
Molas para carros.....	2
Moldes.....	2
Molduras.....	2
Molhados não denominados.....	3
Moringues de barro.....	3
Morins.....	3
Mós.....	4
Musicas.....	2

N

Naphta.....	2
Navalhas.....	2

	Classe
Nickel bruto.....	2
Dito em obra não denominada.....	2
Nitro.....	2
Nozes.....	3
Noz muscada.....	3
Dita vomica.....	2

O

Objectos de arte ou manufacturados não classificados....	2
Ditos de marcenaria e carpintaria desmontados.....	3
Obras de cabelleiro não classificadas.....	2
Ditas de segeiro não classificadas.....	3
Obreias.....	2
Oleados.....	3
Oleos de qualquer qualidade não classificados.....	2
Opio.....	2
Oratorios.....	2
Orgãos.....	2
Origones.....	3
Ornamentos para igreja.....	2
Ornamentos de cimento para construcções.....	3
Ossos.....	4
Ostras frescas ou em conservas.....	3
Ovas frescas, seccas ou salgadas.....	3
Ovos.....	3

P

Padiolas.....	3
Paina.....	3
Paio.....	3
Palhas de coqueiro ou palmeira.....	3
Ditas do Chile e outras de valor semelhante para chapéos.	2
Ditas de trigo, milho, canna, etc.....	4
Palitos.....	3
Panellas de cobre e ferro esmaltados.....	2
Ditas de ferro ou barro.....	3
Pannos não denominados.....	2
Pão.....	4
Pãos para tinturaria.....	3
Ditos preparados para tamancos.....	3
Papel para escrever.....	2
Dito para impressão e para embrulho.....	3
Dito mata-borrão.....	2
Dito para forrar casas.....	2
Papelão.....	3
Parafusos.....	3
Parallepipedos para calçamento.....	5
Paramentos ecclesiasticos.....	2
Pás.....	4
Passas.....	3

	Classe
Pastas de papel ou papelão.....	2
Patronas.....	2
Pavios.....	3
Peanhas.....	3
Pecas de artilharia.....	3
Ditas de engenho de assucar, farinha, etc.....	5
Pedra hume.....	2
Dita pomes.....	3
Dita de afiar ou amolar.....	3
Dita de cantaria calcarca e outras para edificações e calça- mentos.....	5
Ditas de filtrar.....	3
Ditas lithographicas.....	2
Peixe fresco, salgado ou secco.....	3
Pelles em bruto.....	4
Ditas preparadas.....	2
Peneiras de arame, cabelo ou seda.....	2
Ditas de palha.....	3
Pennas de ema ou pavão.....	2
Ditas para enchimento.....	2
Pentes.....	2
Perfumarias.....	2
Pesos de metal para balança.....	2
Ditos de ferro.....	3
Petrechos bellicos.....	2
Ditos de caça não denominados.....	2
Petroleo.....	3
Phosphatina.....	2
Phosphoros de segurança.....	3
Photographias.....	2
Pianos.....	2
Piassava.....	4
Picaretas.....	4
Pilhas electricas.....	2
Pimenta.....	3
Pinceis.....	3
Pinhões.....	3
Pipas vasias.....	3
Pistolas.....	2
Pixe.....	4
Plantas medicinaes.....	3
Ditas vivas.....	4
Plombagina.....	4
Plumas.....	2
Polvora e outros artigos inflammaveis.....	1
Polvilho.....	3
Porcellana.....	2
Portas, portões, portadas e janellas de madeira ou ferro.....	3
Pós de sapato.....	3
Ditos para insectos.....	2

	Classe
Postes telegraphicos.....	5
Potassa.....	3
Potes.....	3
Pranchões.....	4
Ditos do interior.....	5
Prateleiras envernizadas.....	2
Ditas ordinarias.....	3
Pregos.....	3
Prelos.....	3
Presuntos	3
Produtos chimicos e pharmaceuticos.....	2
Ditos bovinos não classificados.....	4

Q

Quadros.....	2
Quartinhas.....	3
Queijos.....	3
Quinquilharia, artigos não denominados.....	3

R

Raios para rodas.....	3
Ramos de arvores.....	4
Rapaduras.....	4
Rapé.....	3
Ratoeiras.....	3
Realejos.....	2
Reboto (pedra de).....	3
Redomas de vidro.....	2
Registro de gaz.....	2
Reguas.....	2
Relogios.....	2
Remos.....	3
Rendas.....	2
Resíduos de açougue e cortume.....	4
Resinas não classificadas.....	3
Retratos.....	2
Retroz.....	2
Ripas.....	5
Rodas para carros ou carroças.....	3
Ditos e rodetas para machinas.....	4
Rolhas.....	3
Roupa feita.....	2
Dita usada, velha, trapos.....	3
Dita de uso.....	2

S

Sabão.....	3
Dito ordinario em barra.....	4

	Classe
Sabonetes.....	3
Sabugos de chifre.....	4
Saccos vasillos.....	3
Sagú.....	3
Silames.....	3
Sal grosso ordinario.....	5
Dito moído ou de qualquer outra forma preparado, em saccos ou outros involueros.....	4
Dito refinado em frascos, potes, etc. para mesa.....	3
Salitre.....	3
Sebo.....	4
Seda.....	2
Sellins e pertencas.....	2
Sementes.....	5
Serragens.....	5
Serralheria, artigos não denominados.....	3
Serras e serrotes.....	3
Sinos.....	2
Sipó.....	5
Sirgueiros (artigos não denominados de).....	2
Sodo.....	3
Solas.....	3
Sovelas e instrumentos de sapateiro.....	3

• T •

Tabaco.....	3
Dito do interior.....	4
Taboado.....	4
Dito do interior.....	5
Tachos de metal.....	2
Talha de barro para agua.....	3
Tallheres prateados.....	2
Ditos de ferro ou metal ordinario.....	2
Tamancos.....	3
Tambores de musica.....	3
Ditos para engenho.....	2
Tanques de madeira ou metal para engenho.....	5
Tapetes.....	5
Tapioca.....	3
Tartaruga bruta.....	3
Dita em obra não classificada.....	2
Teares.....	4
Tecidos não classificados.....	2
Tela metallica.....	2
Telhas de barro ou zinco.....	5
Ditas de vidro ou louça.....	2
Terra vegetal.....	5
Tijolos de barro.....	5
Ditos de marmore ou ardósia.....	3

	Classe
Tijolos de limpar facas.....	3
Tintas.....	3
Ditas secas ou em massa.....	3
Dita de escrever.....	2
Torneiras.....	3
Tornos.....	3
Toucinho.....	3
Transparentes para janellas.....	2
Trapos.....	4
Traves e travetas.....	4
Ditas ditas do interior.....	5
Travesseiros.....	2
Trem de cozinha, de cobre ou ferro esmaltado.....	2
Dito idem de ferro, etc.....	3
Trigo.....	5
Trilhos e accessorios.....	4
Tripas.....	4
Tubos de barro.....	4
Ditos de metal.....	3
Ditos de louça ou vidro.....	2
Tumulos.....	2
Typos.....	3

U

Unguentos.....	2
Unhas de animaes.....	4
Urnas.....	2
Utensilios domesticos não denominados.....	3
Uvas frescas ou secas.....	3

V

Vagões desarmados.....	4
Varas.....	4
Varandas de ferro.....	3
Vasseuras.....	3
Velas de sebo.....	4
Ditas stearinas e outras.....	3
Velludo.....	2
Velocipedes.....	2
Venezianas.....	2
Vermelhão.....	3
Vermouth.....	3
Verniz.....	3
Vidros para vidraças.....	3
Vigas.....	4
Vimes.....	3
Vinagre.....	3
Vinho.....	3
Vitriolo.....	1

X

	Classe
Xaropes.....	3
Xarque.....	4

Z

Zabumbas.....	2
Zinco em bruto.....	4
bito em obra não denominada.....	3
Zuarite.....	3

Capital Federal, 7 de novembro de 1898.—*C. Cesar de Campos*,
director geral.

Tarifa n. 1

PASSEIROS

1^a CLASSE

[illegible]

Capital Federal, 7 de novembro de 1898.— *C. Cesar de Campos*, director geral.

Tarifa n. 1

PASSAGEIROS

3.ª CLASSE

	RIO GRANDE	QUINTA	POVO NOVO	PELOTAS	CAPIÃO DO LEÃO	PASSO DAS PEDRAS	PIRATINY	BAZILIO	CERRO CHATO	NASCENTE	PEDRAS ALTAS	CANDIOTA	SANTA ROSA	RIO NEGRO	ITIO
	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida	Ida
RIO GRANDE (Estação Maritima)	8200	8800	18400	28200	38000	48000	48800	58000	78000	88000	98000	11810	128100	128800	148200
RIO GRANDE (Estação Central)...	8200	8800	18200	28000	38000	38800	48600	58000	78000	88000	98000	108000	118000	128000	148000
Quinta.....	8200	8800	18000	28100	38000	38100	48000	58100	78000	88000	98000	108000	118000	128000	148000
Povo Novo.....			8700	18500	28500	38300	48500	58300	78000	88000	98000	108000	118000	128000	148000
Pelotas.....				8800	18800	28800	38800	48800	58800	68800	78800	88800	98800	108800	128800
Capão do Leão.....					18800	28800	38800	48800	58800	68800	78800	88800	98800	108800	128800
Passo das Pedras.....						18800	28800	38800	48800	58800	68800	78800	88800	98800	108800
Piratiny.....							18800	28800	38800	48800	58800	68800	78800	88800	98800
Bazilio.....								18800	28800	38800	48800	58800	68800	78800	88800
Cerro Chato.....									18800	28800	38800	48800	58800	68800	78800
Nascente.....										18800	28800	38800	48800	58800	68800
Pedras Altas.....											18800	28800	38800	48800	58800
Candiota.....												18800	28800	38800	48800
Santa Rosa.....													18800	28800	38800
Itio Negro.....														18800	28800

Capital Federal, 7 de novembro de 1898.— G. Cesar de Campos, Director geral.

Tarifa n. 2

Bagagens e encomendas

Frete por 10 kilogrammas

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Albas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE															
(Maritima ou Central).....	\$080	\$120	\$240	\$300	\$480	\$600	\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Quinta.....		\$120	\$240	\$300	\$480	\$600	\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Povo Novo.....			\$240	\$300	\$480	\$600	\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Pelotas.....				\$300	\$480	\$600	\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Capão do Leão.....					\$480	\$600	\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Passo das Pedras.....						\$600	\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Piratiny.....							\$720	\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Bazilio.....								\$840	\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Cerro Chato.....									\$920	\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Nascente.....										\$1180	\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Pedras Albas.....											\$1230	\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Candiota.....												\$1300	\$13700	\$1580	\$1700
Santa Rosa.....													\$13700	\$1580	\$1700
Rio Negro.....														\$1580	\$1700
Bagé.....															\$1700

Tarifa n. 3

1ª Classe

Mercadorias de qualquer natureza em expedições inferiores a 1.000 kilogrammas

Frete por 10 kilogrammas

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE															
(Estação Maritima).....	\$040	\$050	\$090	\$100	\$110	\$200	\$240	\$310	\$400	\$450	\$480	\$530	\$560	\$580	\$620
Quinta.....		\$050		\$110	\$150	\$210	\$250	\$310	\$470	\$420	\$450	\$510	\$540	\$560	\$590
Povo Novo.....				\$090	\$100	\$160	\$200	\$270	\$440	\$390	\$420	\$480	\$510	\$530	\$570
Pelotas.....					\$090	\$100	\$150	\$210	\$300	\$350	\$380	\$440	\$450	\$500	\$540
Capão do Leão.....						\$050	\$100	\$170	\$260	\$320	\$350	\$410	\$420	\$480	\$520
Passo das Pedras.....							\$040	\$110	\$200	\$280	\$310	\$370	\$410	\$440	\$490
Piratiny.....								\$070	\$160	\$230	\$260	\$320	\$330	\$410	\$460
Bazilio.....									\$030	\$170	\$210	\$290	\$330	\$330	\$410
Cerro Chato.....										\$080	\$120	\$200	\$240	\$240	\$350
Nascente.....											\$040	\$130	\$180	\$230	\$300
Pedras Altas.....												\$050	\$140	\$190	\$260
Candiota.....													\$050	\$100	\$170
Santa Rosa.....														\$050	\$120
Rio Negro.....															\$070

Tarifa n. 3

B

2ª Classe

Frete por 1.000 kilogrammas

	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratyngy	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE														
(Estação Maritima).....	33500	68600	108000	133000	168900	198500	238300	283020	318920	348100	378250	398050	408600	438050
Quinta...	38200	78100	108000	148000	168900	218050	258170	298370	318550	358550	378350	388900	418300	418300
Povo Novo...	38900	68900	108800	138700	188200	238070	288070	298150	338120	358750	378300	398750	398750	398750
Pelotas....	38900	68900	108800	138700	188200	238070	288070	298150	338120	358750	378300	398750	398750	398750
Capão do Leão...	48000	68900	108800	138700	188200	238070	288070	298150	338120	358750	378300	398750	398750	398750
Passo das Pedras...	28900	78100	108800	138700	188200	238070	288070	298150	338120	358750	378300	398750	398750	398750
Piratyngy.....	48500	108400	158900	188500	238150	288050	318520	348020	378250	398050	408600	438050	438050	438050
Bazilio.....	58900	118100	148000	198700	228170	258170	288170	318500	348020	378250	398050	408600	438050	438050
Cerro Chato...	58200	88100	138800	178400	208370	248050	288050	318500	348020	378250	398050	408600	438050	438050
Nascente.....	28900	88600	128200	158400	188500	218050	258170	298370	318550	358550	378350	388900	418300	418300
Pedras Altas...	58700	98300	128100	158600	188700	218050	258170	298370	318550	358550	378350	388900	418300	418300
Candiota....	58600	68700	118600	148600	178600	208600	238600	268600	298600	328600	358600	388600	418600	418600
Santa Rosa...	38100	88000	128100	158100	188100	218100	248100	278100	308100	338100	368100	398100	428100	428100
Rio Negro...	48000	98000	138000	178000	218000	258000	298000	338000	378000	418000	458000	498000	538000	538000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1253

Tarifa n. 3

3ª Classe

Frete por 1.000 kilogrammas

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	
RIO GRANDE															
(Estação Maritima).....	8500	23240	38360	33520	58440	78340	98790	123670	168430	198340	208970	248100	258300	258790	268580
Quinta.....		28050	43540	68400	88360	108820	138780	168890	198800	218420	248180	268750	258250		268020
Povo Novo...			28500	48420	68910	88770	118450	158400	188010	198630	228820	268240	248740		258520
Pelotas.....				18920	48420	68340	98450	123910	158820	178450	208630	228630	248110		248900
Capão do Leão....					28530	48420	78300	118970	148200	158820	188020	218030	228770		248420
Passo das Pedras..						18960	48740	88510	118840	138580	168780	188790	208530		238270
Piratiny.....							28880	68630	98980	118540	138140	178470	188900		218650
Bazilio.....								38780	78400	88950	128610	148950	168780		198130
Cerro Chato....									38330	58480	88830	118140	138080		158820
Nascente.....										18860	58500	78810	98860		128910
Pedras Altas...											38550	58950	78940		118070
Candiota.....												28300	48290		78420
Santa Rosa....													18980		58120
Rio Negro....															38110

Tarifa n. 3

4ª Classe

Frete por 1.000 kilogrammas

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piraty	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE															
(Estação Marítima).....	\$500	\$750	\$3300	\$3160	\$8960	\$8910	\$8440	\$103610	\$135540	\$158020	\$168780	\$188670	\$198210	\$198380	\$208110
Quinta.....		\$1600	\$3550	\$3000	\$8000	\$78000	\$8450	\$108500	\$128920	\$158000	\$168160	\$188700	\$198170	\$198290	
Povo Novo.....			\$1950	\$3450	\$8400	\$8850	\$98100	\$118940	\$138720	\$148880	\$178160	\$188220	\$188600	\$198420	
Pelotas.....				\$18500	\$3450	\$8950	\$78150	\$108080	\$128160	\$138320	\$158600	\$178040	\$188100	\$188840	
Capão do Leão.....					\$2000	\$8450	\$8700	\$8350	\$118000	\$128160	\$14840	\$158880	\$178120	\$188330	
Passo das Pedras...						\$1450	\$3700	\$8050	\$98256	\$108560	\$128340	\$148280	\$158520	\$178140	
Piraty.....							\$2250	\$8200	\$78300	\$98250	\$118680	\$138120	\$148360	\$168320	
Bazilio.....								\$2950	\$58550	\$78000	\$98850	\$118320	\$128500	\$148520	
Cerro Chato.....									\$2600	\$49050	\$68100	\$87000	\$108200	\$128160	
Nascente.....										\$18450	\$4300	\$63100	\$78700	\$108080	
Pedras Altas.....											\$28550	\$4650	\$68200	\$8650	
Candiota.....												\$18800	\$3350	\$58800	
Santa Rosa.....													\$18550	\$48000	
Rio Negro.....														\$2450	

Tarifa n. 3

5ª Classe

Frete por 1.000 kilogrammas

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Page
RIO GRANDE															
Estação Maritima).....	\$500	48310	28470	38400	48520	58990	78110	88700	108170	118170	128200	138060	138510	138900	148510
Quinta.....			18200	28960	38750	58250	68340	78850	98320	108620	118350	128610	138090	138170	148970
Povo Novo...				18160	28590	48050	58110	68820	88520	98820	108550	118170	128690	138070	138690
Pelotas.....					18120	28590	38710	58330	78550	88850	98570	118000	118900	128590	138200
Capão do Leão...						18500	28590	48270	68490	88120	88850	108270	118170	118950	128820
Passo das Pedras...							18030	28770	48990	68140	78850	98270	108170	108950	128170
Piratiny.....								18690	38900	58850	68940	88550	98150	108220	118150
Bazilio.....									28210	48190	58250	78390	88320	98100	108320
Cerro Chato.....										18350	38010	58170	68520	78020	88850
Nascente.....											18030	38220	48570	58770	78550
Pedras Altas.....												28140	38490	48650	68190
Candiota.....													18350	28510	48370
Santa Rosa.....														18160	38000
Rio Negro...															18810

Tarifa n. 4

1ª Classe

Burros, cavallos e semelhantes

POR CABEÇA

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelo as	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratinhy	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE															
(Estação Maritima).....	8500	18400	28600	38200	48100	58200	68400	78000	88400	98600	108200	118000	118400	118800	128300
Quinta.....		18300	28800	38000	48200	58100	68300	78600	88000	98500	108300	118000	118400	118900	118900
Povo Novo.....			18600	28600	38200	48100	58500	68900	78800	88100	98000	108700	118000	118600	118600
Pelotas.....				18200	28800	38200	48300	58400	68100	78200	88300	98200	108600	118100	118100
Capão do Leão.....					18600	28800	38400	48200	58200	68600	78200	88500	98300	108800	108800
Passo das Pedras.....						18200	28000	38000	48000	58600	68300	78300	88400	98100	108200
Piratinhy.....							18800	28100	38100	48700	58600	68300	78500	88500	98600
Bazilio.....								28400	38300	48200	58900	68700	78400	88500	98500
Cerro Chato.....									28100	38200	48100	58200	68100	78200	88200
Nascente.....										28100	38400	48100	58700	68600	78600
Pedras Altas.....											28300	38700	48800	58800	68800
Candiota.....												18100	28700	38500	48500
Santa Rosa.....													18200	28200	38200
Rio Negro.....														18000	28000

Tarifa n. 4

2ª Classe

Bois, vitellos, vaccas e semelhantes

FRETE POR CABEÇA

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Pago
RIO GRANDE															
(Estação Marítima).....	\$500	\$900	\$1100	18800	28300	38000	38500	48200	58100	58800	68300	68900	78300	78500	88000
Quinta.....		\$500	18200	18700	28400	28900	38700	48300	58300	58800	68300	68900	78200	78700	
Povo Novo....			\$600	18400	18800	28100	28100	48100	48800	58300	68100	68100	78000	78400	
Pelotas.....				\$500	18200	18700	28500	38500	48300	58300	68100	68100	78000	78000	
Capão do Leão..					\$700	18200	18900	38600	48300	58300	68300	68100	78000	78000	
Passo das Pedras						\$500	18200	28300	38200	48000	58100	68100	78000	78000	
Piratiny.....							\$700	18700	28700	38200	48000	58100	68100	78000	
Bazilio.....								18000	28400	38400	48000	58100	68100	78000	
Cerro Chato....									18000	28400	38400	48000	58100	68100	
Nascente.....										\$500	18500	28100	38000	48000	
Pedras Altas..											\$500	18500	28100	38000	
Candiota.....												\$500	18500	28100	
Santa Rosa....													\$500	18400	
Rio Negro....															\$800

Tarifa n. 4

3ª Classe

Torneiros, cabras, carneiros, cães, porcos e semelhantes

FRETE POR CABEÇA

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE															
(Estação Maritima).....	\$200	\$200	\$230	\$420	\$510	\$700	\$800	\$940	18120	18280	18350	18140	18480	18500	18569
Quinta.....			\$200	\$280	\$300	\$560	\$680	\$740	18020	18180	18260	18400	18440	18480	18520
Povo Novo.....				\$200	\$250	\$420	\$510	\$570	\$920	18080	18160	18340	18420	18460	18500
Pelotas.....					\$200	\$280	\$300	\$580	\$900	18040	18120	18320	18400	18440	18480
Capão do Leão.....						\$200	\$280	\$300	\$700	\$800	\$860	18140	18240	18320	18360
Passo das Pedras.....							\$290	\$300	\$540	\$710	\$840	18020	18120	18200	18300
Piratiny.....								\$200	\$420	\$520	\$740	\$930	18020	18120	18200
Bazilio.....									\$240	\$410	\$560	\$786	\$900	\$980	18040
Cerro Chato.....										\$320	\$540	\$709	\$829	\$900	\$960
Nascente.....											\$200	\$340	\$480	\$620	\$700
Pedras Altas.....												\$220	\$380	\$500	\$580
Candiota.....													\$230	\$260	\$369
Santa Rosa.....														\$200	\$320
Rio Negro..															\$200

Tarifa n. 4

4ª Classe

Animaes diversos (grandes ou pequenos) — Freto por vagão

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratiny	Pazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
RIO GRANDE															
(Estação Maritima).....	58000	68000	128000	138000	248000	208000	348000	398000	468000	508000	548000	578000	628000	608000	728000
Quinta.....		68000	138000	188000	258000	288000	338000	438000	488000	498000	498000	538000	588000	628000	688000
Povo Novo.....			78000	138000	198000	248000	318000	388000	448000	488000	488000	538000	548000	588000	648000
Pelotas.....				58000	138000	188000	258000	348000	408000	428000	428000	518000	528000	538000	598000
Capão do Leão.....					88000	138000	208000	298000	338000	408000	468000	418000	418000	528000	558000
Passo das Pedras.....						58000	148000	248000	318000	368000	438000	468000	468000	508000	548000
Piratiny.....							88000	188000	288000	318000	388000	448000	468000	468000	508000
Bazilio.....								148000	208000	258000	338000	378000	428000	428000	468000
Cerro Chato.....									98000	158000	248000	248000	318000	318000	408000
Nascente.....										58000	168000	228000	278000	278000	348000
Pedras Altas.....											108000	178000	228000	228000	288000
Candiota.....												78000	128000	128000	208000
Santa Rosa.....													68000	158000	
Rio Negro.....															98000

N. B.— Os fretes acima foram calculados para vagões contendo 20 cabeças de gado ou 80 carneiros. Si os vagões forem de lotação diferente, os fretes serão taxados conforme a lotação do vagão, proporcionalmente aos desta tabella.

Capital Federal, 7 de novembro de 1893.— *C. Cesar de Campos*, director geral.

DISTANCIA ENTRE AS ESTAÇÕES

	Rio Grande	Quinta	Povo Novo	Pelotas	Capão do Leão	Passo das Pedras	Piratyng	Bazilio	Cerro Chato	Nascente	Pedras Altas	Candiota	Santa Rosa	Rio Negro	Bagé
	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k	k
RIO GRANDE															
(Estação Maritima).....	2,8	19,9	35,8	55,3	70,0	89,8	104,4	129,8	156,3	182,2	196,7	225,3	243,2	258,8	283,0
RIO GRANDE															
(Estação Central).....	17,1	33,0	52,5	67,2	87,0	101,6	124,0	153,5	179,4	193,9	222,5	240,4	256,0	280,2	
Quinta.....	15,9	35,1	50,1	69,9	84,5	106,9	136,4	162,3	176,8	205,4	223,3	238,9	253,1	277,7	
Povo Novo....	19,5	34,2	51,0	68,6	91,0	120,5	146,4	160,9	189,5	207,4	223,0	247,2	267,7	293,2	
Pelotas.....	14,7	31,5	49,1	71,5	101,0	126,9	141,4	170,0	187,9	203,5	227,7	253,0	279,6	307,2	
Capão do Leão..	19,8	34,4	55,8	86,3	112,2	126,7	135,3	173,2	188,8	213,0	239,2	267,6	297,6	329,2	
Passo das Pedras.	14,6	37,0	66,5	92,4	106,9	135,5	153,4	169,0	183,8	199,0	216,4	235,0	254,4	274,6	
Piratyng.....	22,4	51,9	77,8	92,3	120,9	138,8	154,4	169,0	183,8	199,0	216,4	235,0	254,4	274,6	
Bazilio.....	29,5	55,4	69,9	98,5	116,4	132,0	146,2	160,7	175,5	190,6	206,0	221,7	237,7	254,0	
Cerro Chato.....	25,9	49,4	69,0	83,9	102,5	126,7	152,4	178,6	205,2	232,1	259,2	286,4	313,6	340,8	
Nascente.....	14,5	43,1	61,0	76,6	100,8	126,0	152,2	178,4	204,6	230,8	257,0	283,2	309,4	335,6	
Pedras Altas.....	28,6	46,5	62,1	86,3	112,5	138,7	164,9	191,1	217,3	243,5	269,7	295,9	322,1	348,3	
Candiota.....	17,9	33,5	57,7	79,8	101,9	124,0	146,1	168,2	190,3	212,4	234,5	256,6	278,7	300,8	
Santa Rosa.....	15,6	39,8	64,0	89,2	114,4	139,6	164,8	190,0	215,2	240,4	265,6	290,8	316,0	341,2	
Rio Negro.....	21,2	47,4	73,6	99,8	126,0	152,2	178,4	204,6	230,8	257,0	283,2	309,4	335,6	361,8	

DECRETO N. 3088 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1898

Modifica as clausulas III e XIX do contracto da Companhia de Navegação a Vapor das Lagôas Norte e Manguaba, a que se refere o decreto n. 2120, de 3 de outubro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia de Navegação a Vapor das Lagôas Norte e Manguaba, resolve modificar as clausulas III e XIX do contracto da mesma companhia, a que se refere o decreto de n. 2120, de 3 de outubro de 1895, de conformidade com as clausulas que a este acompanham assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 3088 desta data**

I

A Companhia de Navegação a Vapor das Lagôas Norte e Manguaba obriga-se a fazer tres viagens redondas por semana.

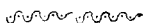
II

Em retribuição dos serviços a seu cargo perceberá a companhia annualmente a importancia de vinte e sete contos (27:000\$) da respectiva subvenção, sendo o pagamento feito em prestações mensaes na Alfândega de Maceió, depois de concluidas as viagens, mediante requerimento seu, recibo das malas do Correio e informação do respectivo fiscal.

III

Ficam em pleno vigor as demais clausulas do contracto a que se refere o decreto n. 2120, de 3 de outubro de 1895.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898.—*Jeronymo R. de Moraes Jardim.*



DECRETO N. 3089 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1893

Crea duas brigadas de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Palmas, no Estado de Minas Geraes.

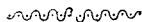
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creados na Guarda Nacional da comarca de Palmas, no Estado de Minas Geraes, duas brigadas de infantaria com as denominações de 67ª e 68ª, as quaes se constituirão de seis batalhões do serviço activo sob as designações de 199º, 200º, 201º, 202º, 203º e 204º e dous do da reserva sob ns. 67 e 68, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3090 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, sob a denominação de 21ª, que se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 61º, 62º e 63º, e um do da reserva sob n. 21, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1893, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3091 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes, sob a denominação de 6ª, que se comporá de dous regimentos com as designações de 11ª e 12ª, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3092 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Tamboril, no Estado do Ceará.

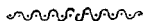
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Tamboril, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, sob a denominação de 27ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 79ª, 80ª e 81ª e um do da reserva sob n. 27, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3093 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Lavras, no Estado do Ceará.

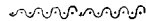
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Lavras, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, sob a denominação de 28ª, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 82ª, 83ª e 84ª e um do da reserva, sob n. 28, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3094 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 29ª, composta de tres batalhões de infantaria do serviço activo, sob os ns. 85, 86 e 87 e um do da reserva com a designação de 29, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3095 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 30ª, composta de tres batalhões de infantaria do serviço activo sob os ns. 88, 89 e 90, e um do da reserva com a designação de 30ª, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3096 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, sob n. 31, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 91ª, 92ª e 93ª, e um do da reserva sob n. 31, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3097 — DE 8 DE NOVENBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, sob a denominação de 32^a, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 94^a, 95^a e 96^a, e um do da reserva, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3098 — DE 8 DE NOVENBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais sob n. 33, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 97^a, 98^a e 99^a, e um do da reserva sob n. 33, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3099 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Cascavel, no Estado do Ceará.

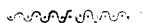
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Cascavel, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais sob n. 34, a qual se comporá dos batalhões do serviço activo com as designações de 100º, 101º e 102º e um do da reserva sob n. 34, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3100 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Jardim, no Estado de Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais sob n. 35, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 103º, 104º e 105º e um do da reserva sob n. 35, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3101 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

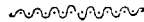
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Assaré, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais sob n. 26, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 106º, 107º e 108º, e um do da reserva sob n. 36, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3102 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cratueús, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Cratueús, no Estado do Ceará, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais sob n. 37, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 109º, 110 e 111º, e um do da reserva, sob n. 37, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3103 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

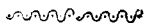
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais sob n. 38, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 112º, 113º e 114º, e um do da reserva, sob n. 38, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3104 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Triunpho, no Estado das Alagôas.

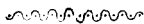
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Triunpho, no Estado das Alagôas, uma brigada de infantaria com a designação de 17ª, composta dos batalhões ns. 49, 50 e 51 do serviço activo e 17 do da reserva, organizados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3105 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais nas comarcas de Coruripe, Poxim e Piassabussú, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Art. 1.º Fica creada nas comarcas de Coruripe, Poxim e Piassabussú, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 18ª, composta dos batalhões de ns. 52, 53 e 54 do serviço activo e 18 do da reserva.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados: o 52º de infantaria, com os guardas nacionais qualificados nos districtos da comarca de Coruripe; o 53º de infantaria, com os alistados nos districtos da de Poxim; o 54º de infantaria, com os dos districtos da de Piassabussú; o 18º da reserva, com os guardas qualificados das referidas comarcas.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3106 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Pilar, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 19ª, composta dos batalhões ns. 55, 56 e 57 do serviço activo e 19 da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3107 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Luiz de Quitunde, no Estado das Alagoas.

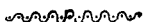
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de S. Luiz de Quitunde, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria com a designação de 20ª, composta dos batalhões de ns. 58, 59 e 60 do serviço activo e 20 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



Sr. Presidente da Republica — O edificio em que funciona a Escola Militar do Brazil está a exigir a execução de obras urgentes que evitem o desmoronamento de uma parte da sua fachada principal, cujas paredes estão sensivelmente desaprumadas em consequencia do movimento de rotação do conjunto da construcção.

Para atalhar e-se desmoronamento, que fatalmente se dará, a Directoria Geral de Obras Militares indica ser conveniente a realização de certas obras, como sejam: arriar a cobertura do edificio, desmanchar as paredes superiores até o respaldo do primeiro pavimento, reforçar os alicerces por meio de massigos de alvenaria, consolidar o terreno e reconstruir a parte arruinada, a começar da base do segundo pavimento.

Conforme vos dignareis verificar do orçamento apresentado pela mesma Directoria, essas obras importarão na quantia de 119:784:592.

Não havendo na lei do orçamento vigente verba para occorrer a tal despesa, este Ministerio, na forma do preceituado no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, consultou o Tribunal de Contas sobre a abertura do necessario credito, usando-se da autorização conferida no art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, e esse Tribunal foi de parecer que pôde o dito credito ser legalmente aberto.

Assim, attendendo aos motivos expostos, venho apresentar á vossa consideração o incluso decreto.

Capital Federal, 7 de novembro de 1898.— *João Thomaz Cantuaria.*

DECRETO N. 3108 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 119:784\$592 para occorrer á despesa com as obras de que necessita uma parte da fachada principal do edificio em que funciona a Escola Militar do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, depois de ouvido o Tribunal de Contas, na forma do disposto no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o Decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 119:784\$592, para occorrer á despesa com as obras urgentes de que necessita o edificio em que funciona a Escola Militar do Brazil.

Capital Federal, 8 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



DECRETO N. 3109 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:000\$, supplementar á verba — Thesouro Federal —, parte — material, do corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que foi insufficiente o credito de 10:000\$, supplementar á consignação — material — da verba — Thesouro Federal, aberto pelo decreto n. 3016 de 26 de setembro ultimo :

Resolve, usando da autorisação contida no art. 9º n. 8 da lei n. 489 de 15 de dezembro de 1897, e de conformidade com o parecer do Tribunal de Contas, ouvido a respeito, abrir, dentro das forças das sobras do credito votado á verba — Alfandegas, no corrente exercicio, o credito de 12:000\$, supplementar á verba — Thesouro Federal, consignação — material.

Capital Federal, 10 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Bernardino de Campos.



DECRETO N. 3110 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo, uma brigada de cavallaria, com a designação de 1ª, composta dos regimentos ns. 1 e 2, organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3111 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.

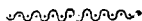
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes, sob a denominação de 6ª, a qual se comporá de dous regimentos, com as designações de 11º e 12º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3112 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Jaguaribe-mirim, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria sob o n. 39, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 115º, 116º e 117º e em um do da reserva sob o n. 39, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3113 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria com a designação de 40ª, composta dos batalhões ns. 118, 119 e 120 do serviço activo e 40 da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3114 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas, sendo uma de infantaria e outra de cavallaria, de Guardas Nacionais, na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas.

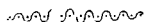
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas, duas brigadas, sendo uma de infantaria com a designação de 21ª, composta dos batalhões de ns. 61, 62 e 63 do serviço activo e 21 do da reserva, e a outra de cavallaria, com a denominação de 2ª, formada com os regimentos sob ns. 3 e 4, organisando-se todos os corpos com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3115 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Irará (antiga Purificação dos Campos), no Estado da Bahia.

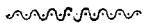
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Irará (antiga Purificação dos Campos), no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, sob n. 22, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações de 64º, 65º e 66º e um do da reserva, sob n. 22, que se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3116 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.

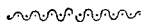
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de infantaria com a designação de 82ª, composta dos batalhões ns. 244, 245 e 246 do serviço activo e 82 do da reserva, organisados com os guardas nacionaes alistados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3117 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.

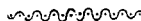
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes, uma brigada de cavallaria, com a designação de 15ª, composta dos regimentos sob ns. 29 e 30, organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtes da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3118 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea um Consulado em Dresde

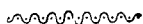
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Dresde.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 3119 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Annulla a criação do Consulado em Munich

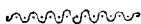
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica sem effeito o decreto n. 2999, de 14 de setembro ultimo, que creou o Consulado em Munich.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dionisio E. de Castro Cerqueira.



DECRETO N. 3120 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes, e extingue a 7ª de cavallaria da mesma Guarda na referida comarca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Art. 1.º Fica creada na comarca de S. João d'El-Rey, no Estado de Minas Geraes, mais uma brigada de infantaria, com o n. 84, composta dos batalhões ns. 150, 151 e 152 do serviço activo e 84 da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca.

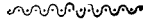
Art. 2.º Fica extinta a 7ª brigada de cavallaria da mesma Guarda da referida comarca, creada por decreto n. 3020, de 30 de setembro ultimo, com os regimentos ns. 13 e 14.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3121 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

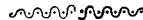
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo, uma brigada de cavallaria, com a designação de 7ª, composta dos regimentos ns. 13 e 14, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3122 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Anadia, no Estado das Alagoas, uma brigada de infantaria, com a designação de 22ª, composta dos batalhões de ns. 64, 65 e 66 do serviço activo e 22 do da reserva, organisados com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3121 (*) — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

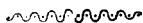
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, resolve decretar:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Baturité, no Estado do Ceará, mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, sob n. 41, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo, com as designações de 121º, 122º e 123º e um da reserva, sob n. 41, que se organizarão com os guardas qualificados nos distritos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Amaro Cavalcanti.



DECRETO N. 3125 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 41:400\$ para pagamento das gratificações do pessoal que compõe os estados-maiores do Ministro da Guerra, do Ajudante General e do Quartel-Mestre General.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi conferida pelo decreto n. 517, de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 41:400\$ para occorrer ao pagamento no actual exercicio das gratificações fixadas na tabella que acompanha a lei n. 232, de 7 de dezembro de 1894, para o pessoal que compõe os estados-maiores do Ministro da Guerra, do Ajudante General e do Quartel-Mestre General, sendo para o do primeiro 16:800\$, para o do segundo 13:800\$ e para o do terceiro 10:800\$000.

Capital Federal, 14 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



(*) Com o n. 3123 não houve acto algum.

Sr. Presidente da Republica — Conforme vos dignareis verificar da inclusa demonstração apresentada pela Contadoria Geral da Guerra, o credito votado para a verba 11ª — Etapas — do orçamento deste Ministerio para o exercicio corrente é insufficiente para attender ás despesas relativas á mesma verba, sendo necessaria a quantia de 1.510:516\$ para a realização de taes despesas.

A insufficiencia indicada provém do facto de ser o numero de praças de pret superior de 2.956 ao numero de 16.000, calculado quando no Congresso Nacional se votou o competente credito.

Esse excesso não pôde ser desde logo annullado:

1ª, porque as circumstancias em que se achou esta Capital nos primeiros mezes do anno eram inteiramente anormais, como se deprehende da necessidade do estado de sitio mais de uma vez prorogado;

2ª, porque a redução do numero de praças excedentes não podia ser posta em pratica sem informações previamente obtidas acerca das que deviam ser de preferencia dispensadas, e não se ignora que essas se achavam exparsas por todo o territorio da Republica.

Assim, venho pedir que, de accordo com o disposto no § 1º do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, vos digneis abrir a este Ministerio o credito da referida quantia, tendo já sido ouvido o Tribunal de Contas, na forma do preceituo no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1895.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898.— *João Thomaz Cantuaria*.

DECRETO N. 3126 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar da quantia de 1.510:516\$ para attender ás despesas com o § 11 — Etapas — do actual exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pela lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, § 1º, art. 7º, e satisfeito o preceito do § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1895, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 1.510.516\$ para attender ás despesas com o § 11 — Etapas — do actual exercicio.

Capital Federal, 14 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Cantuaria.



Sr. Presidente da Republica— Para saldar contas já existentes e que não podem ser satisfeitas, relativas a expediente da Escola Militar do Brazil, e para attender a despesas dessa natureza e ás que se referem a asseio e conservação do respectivo edificio até o fim do corrente exercicio, é necessaria a quantia de 7:000\$, pois a verba destinada a expediente da mesma escola é já insufficiente, e o saldo que existe no cofre do conselho economico, por conta do qual deveriam correr estas ultimas, não deixa margem para isso pela redução do numero de alumnos internos.

O credito para expediente, despesas miudas, aquisição e encadernação de livros e jornaes scientificos da Escola Militar do Brazil, ficou formado, no corrente exercicio, pela fusão dos saldos apurados dos creditos votados para as extinctas Escolas Superior de Guerra e Militar desta Capital, na importancia de 9:931\$800.

Tendo-se pago até hoje a quantia de 9:464\$509, resta um saldo de 467\$291, que não basta para attender ao pagamento de tres contas, já apresentadas, na importancia de 1:683\$738.

O *deficit* já conhecido é, pois, de 1:216\$447, que elevar-se-ha necessariamente com as despesas que occorrerem até 31 de dezembro vindouro.

Estando o Governo autorisado pelo art. 10 da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, a abrir os creditos necessarios para a reorganisação das escolas e estabelecimentos militares de ensino, e sendo necessaria a quantia de 7:000\$, para cobrir o *deficit* de que se trata o prover o pagamento das despesas que até o fim do anno forem effectuadas, venho pedir que vos digneis abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial desta quantia, da qual se destinarão 4:500\$ ao que se refere a expediente e 2:500\$ ao que diz respeito a asseio, conservação do edificio, etc., tendo já sido ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do disposto no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 do dezembro de 1896.

Capital Federal, 12 de novembro de 1898. — *João Thomaz Cantuaria*.

DECRETO N. 3127 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 7:000\$, para attender a despesas com o expediente da Escola Militar do Brazil e com o asseio e conservação do respectivo edificio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pela lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, art. 10, satisfeito o § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da

quantia de 7:000\$, para attender a despesas com o expediente da Escola Militar do Brazil e o asseio e conservação do respectivo edificio.

Capital Federal, 14 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

João Thomaz Coutuaria.



DECRETO N. 3128 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a substituição dos marcos na fronteira do Brazil com a Republica do Perú.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 520, de 17 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, para occorrer ás despesas com a substituição dos marcos arruinados ou que houverem desaparecido na fronteira do Brazil com a Republica do Perú.

Capital Federal, 19 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.



DECRETO N. 3129 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$ destinados ás despesas com a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo art. 1^o do decreto legislativo n. 519, de 17 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$ destinado ás despesas com

a demarcação da fronteira das Missões com a Republica Argentina, conforme o laudo arbitral.

Capital Federal, 19 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.



DECRETO N. 3130 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:700\$ complementar á verba n. 10 do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 521, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:700\$, complementar á verba n. 10 do art. 22 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para complemento do aluguel do predio em que funciona a Alfandega da Uruguayana.

Capital Federal, 22 de novembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 3131 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1898

Approva o orçamento do material em serviço de dragagem e desobstrução do porto de Santos, apresentado pela Companhia Docas de Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos, decreta:

Art. 1.^o Fica approvedo o orçamento do material em serviço de dragagem e desobstrução do porto de Santos, na importância de 3.770:051\$773, apresentado pela referida companhia, deduzida, porém, a de 241:112\$872 relativa á compra, montagem e apparelhamento da draga *S. Paulo*, de seis batelões e do rebocador *Santos*, que ficam fazendo parte do material applicado nas obras de construção.

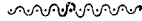
Art. 2.^o E' levada a conta do capital da companhia, de accordo com a clausula VI do decreto n. 2411, de 23 de

dezembro de 1896, a importancia de 3.525:938\$861, valor do material approvado para o serviço de dragagem e desobstrucção do porto de Santos.

Capital Federal, 22 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3132 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1898

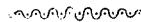
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 16:608\$440, para pagar vencimentos devidos ao Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 522, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de dez e seis contos seiscentos e oito mil quatrocentos e quarenta réis (16:608\$440), para pagar os vencimentos do Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz, correspondentes ao tempo em que esteve privado do exercicio de suas funcções de lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por acto do Poder Executivo, sendo como substituto de 12 de abril de 1892 a 19 de maio de 1895 e como cathedraticeo de 20 deste mez a 17 de novembro do mesmo anno.

Capital Federal, 24 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3133 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores, e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de

Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 28 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de seiscentos e dezoito contos setecentos e cincoenta mil réis (618:759), sendo 141:750\$ à verba — Subsídio dos senadores, — e 477:000\$ à verba — Subsídio dos deputados, — afim de occorrer ao pagamento das despezas com o subsidio aos senadoes e deputados, durante a terceira prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional, até o dia 1 de dezembro proximo futuro.

Capital Federal, 24 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3134—DE 24 DE NOVEMBRO DE 1898

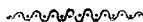
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ à verba — Secretaria do Senado, e 42:500\$ à verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$), sendo 33:700\$ à verba — Secretaria do Senado, — e 42:500\$ à verba — Secretaria da Camara dos Deputados, — afim de occorrer ao pagamento das despezas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a terceira prorrogação da actual sessão legislativa, até o dia 1 de dezembro proximo futuro.

Capital Federal, 24 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3135 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado da Parahyba

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve decretar :

Art. 1.º Ficam creados no Estado da Parahyba, nos termos do art. 3º, § 1º, da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das 35 circumscripções federaes em que se dividirá a respectiva secção, das quaes comprehenderá : a 1ª, o municipio de Santa Rita ; a 2ª, o do Espirito Santo ; a 3ª, o de Areia ; a 4ª, o de Serraria ; a 5ª, o de Alagôa Grande ; a 6ª, o de Alagôa Nova ; a 7ª, o de Mamanguape ; a 8ª, o de Guarabira ; a 9ª, o de Bananeiras ; a 10ª, o de Araruna ; a 11ª, o de Cuité ; a 12ª, o de Itabayana ; a 13ª, o de Pilar ; a 14ª, o de Ingá ; a 15ª, o de Campina Grande ; a 16ª, o de Natuba ; a 17ª, o de Soledade ; a 18ª, o de S. João de Cariry ; a 19ª, o de Cabaceiras ; a 20ª, o de Batalhão ; a 21ª, o de Patos ; a 22ª, o de Santa Luzia de Sabugy ; a 23ª, o de Teixeira ; a 24ª, o de Alagôa do Monteiro ; a 25ª, o de Catolê do Rocha ; a 26ª, o do Brejo da Cruz ; a 27ª, o de Pombal ; a 28ª, o de Piancó ; a 29ª, o de Conceição ; a 30ª, o de Misericordia ; a 31ª, o de Princeza ; a 32ª, o de Souza ; a 33ª, o de S. João do Rio do Peixe ; a 34ª, o de S. José do Piranhas ; a 35ª, o de Cajazeiras ; e cujos limites serão os dos municipios que as compoem.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4º e 5º da citada lei, terá o procurador um ajudante e haverá um logar de sblcitador.

Art. 3.º Fica revogado o decreto n. , de 14 de março do corrente anno.

Capital Federal, 26 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3140 (*) — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas, sendo uma de cavallaria e outra de infantaria, de Guardas Nacionais, na comarca de Palmares, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Palmares, no Estado de Pernambuco, duas brigadas, sendo uma de cavallaria, com a denominação de 4ª, composta dos regimentos ns. 7 e 8, e outra de infantaria, com a designação de 13ª, com os batalhões ns. 37, 38 e 39 do serviço activo e 13 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3141 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea duas brigadas, sendo uma de cavallaria e outra de infantaria, de Guardas Nacionais na comarca de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

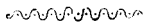
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Ficam creadas na comarca de Nazareth, no Estado de Pernambuco, duas brigadas, sendo uma de cavallaria, com a designação de 3ª, composta dos regimentos ns. 5 e 6, e outra de infantaria, com a designação de 12ª, com os batalhões ns. 34, 35 e 36 do serviço activo e 12 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



(*) Os decretos ns. 3136, 3137, 3138 e 3139 acham-se em publicação.

DECRETO N. 3142 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 330:000\$000 á verba — Correios, atin de ser applicado ás diversas sub-consignações da mesma verba, no corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no artigo unico do decreto legislativo n. 527, de 30 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 330:000\$000 á verba — Correios, atin de ser applicado ás diversas sub-consignações da mesma verba no corrente exercicio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3143 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fic creada na comarca de Gurupá, no Estado do Pará, mais uma brigada de infantaria, com a designação de 37ª, composta dos batalhões de ns. 109, 110 e 111 do serviço activo e 37 da reserva, que serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3144 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Cametá, no Estado do Pará, uma brigada de infantaria, com a designação de 36ª, composta dos batalhões de ns. 106, 107 e 108 do serviço activo e 36 da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3145 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre no Ministerio da Fazenda o credito de 1.098:390\$792, para liquidação de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 534, desta data, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito de 1.098:390\$792, para liquidação de dividas de exercicios findos, dos seguintes Ministerios:

Justiça.....	196:196\$767
Industria, Viação e Obras Publicas, sendo 5:215\$488 para pagamento das despesas feitas pela Commissão de Terras e Colonisação de Blumenau, em Santa Catharina, de julho a dezembro de 1893, de accordo com as ordens de pagamento da respectiva Alfandega.....	247:256\$868
Guerra.....	184:087\$921
Marinha.....	180:672\$858
Fazenda.....	290:176\$678

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim D. Martinho.



DECRETO N. 3146 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1898

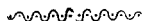
Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 800:000\$, para soccorrer os Estados do Piauhy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte, flagellados pela secca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 532, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda, de conformidade com o art. 5º da Constituição da Republica, o credito especial de 800:000\$, para soccorrer, de accordo com a necessidade de cada um, os Estados do Piauhy, Parahyba, Sergipe e Rio Grande do Norte, flagellados pela secca.

Capital Federal, 3 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 3147 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1898

Declara caducas varias patentes de invenção

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do que dispõe o regulamento que baixou com o decreto n. 8820 de 30 de dezembro de 1892, em seu titulo III, capitulo II, art. 58, § 4º, decreta :

Artigo unico. São declaradas caducas as patentes de invenção, constantes da relação que a este acompanha, assignada pelo Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 7 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.

Relação das patentes de invenção que incorreram na pena de caducidade e ás quaes se refere o decreto n. 3147 desta data

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
27 de janeiro de 1883	Wood Cheveland Dollens e Gustavo Herman Ischech	Melhoramento na machina destinada a colheita da canna, milho e outras plantas.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
10 de fevereiro de 1883.	Franck Gotto	Fabrico de cimento com materias fecas, extrahidas dos tanques de precipitação .	Idem.	
10 » » »	H. Ulique Delforge	Apparelho denominado « Contador Fiscalizador »	Idem.	
24 » » »	Clement Ader	Systema de postes telegraphicos e de aparelhos empregados para este effeito .	Idem.	
24 » » »	Idem	Systema de telephone receptor de polos magneticos	Idem.	
24 » » »	Antonio Gonçalves Teixeira.	Preparação da pedra plastica.	Idem	Transferida á Companhia Pedra Plastica em 13 de março de 1891.
24 » » »	Carlos Bastos	Systema de tramways electricos de conductor subterraneo applicavel ás ruas da cidade.	Idem.	
24 » » »	Chrystian Heinzerling.	Processo de preparar pelles denominado « processo de curtir de Heinzerling ».	Idem.	
24 » » »	H. Ulique Delforge	Machina destinada a catar café — denominada « A industrial »	Idem.	

3 de março de 1883.	Emilio José de Mira.	Apparelhos destinados a preparar por vapor e cortar fibras de piassaba	Idem.	
17 » » » »	Demetrio Isola	Machina denominada «Perseverare», destinada ao fabrico de iluminação	Idem.	
17 » » » »	José e Antonio Machado de Carvalho	Apparelhos para brunir o café, denominado—Machado de Carvalho	Idem.	
31 » » » »	Carl Daniel Ekman, William Bancroft Espent e outro	Methodo destinado a extrahir a materia saccharifera das substancias vegetaes.	Idem.	
31 » » » »	José Joaquim Alves de Barcellos.	Systema de fornalhas alimentadas por ar quente.	Idem.	
16 de junho de 1883.	Joahn Scutlmore Selhn e Ernesto Valckmar	Melhoramentos introduzidos nas baterias galvanicas secundarias	Idem.	
16 » » » »	Augusto Gomes Netto.	Apparelho denominado «Liga» —destinado ao fabrico de cigarros e charutos de fumo especial	Idem.	Transferida a Cornelio de Souza Lima, por escriptura publica passada em 27 de julho de 1885.
16 » » » »	Achille Mariotte, Abel Mariotte e Eugenio Bouffy	Processo destinado a aperfeçoar a moagem do trigo e outros cereaes.	Idem.	
16 » » » »	Joseph Wilson Sewan.	Melhoramentos introduzidos nas lampadas electricas.	Idem.	
16 » » » »	Frederico Morris	Melhoramentos introduzidos na machina denominada «Morris Analgater Setler.	Idem.	Transferida á St. John Del Rey Minning Company, Limited, por escriptura passada em 11 de junho de 1883.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de junho de 1883 . .	José Antonio Pereira Neves . .	Systema de rodas, adaptadas a vehiculos a que denominou « Carros cylindricos Neves »	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do Regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
de julho de 1883 . .	José de Sá Hollanda Cavalcante . .	Apparelho denominado «Preservador Cavalcante». Evitar que os bonds pisem as pessoas ou quaesquer objectos	Idem.	
» » » » . .	Samuel Beaven.	Seccar café e cereaes, por meio de uma machina que denominou «Seccador Multitubular de Beaven»	Idem.	
de agosto de 1883. .	Antonio Lopes Cardozo	Para os melhoramentos de seu processo privilegiada com o qual torna o kerozene petroleo inexplorivo desinfectado e colorido, melhoramentos que consistem em obter pelo mesmo processo oleo especial e outras substancias a que denominou «Petroleotrina»	Idem	Transferida á Companhia Illuminação Domestica, por escriptura passada em 3 de julho de 1885
1 » » » » . .	Eugene Ferdinand Leblond.	Para uma nova machina de fabricar cigarros.	Idem.	
5 de setembro de 1883.	Antonio Alves de Castilhos.	Para o preparo denominado «Tanajuricida» e destinado a matar formigas	Idem.	

de outubro de 1883 .	Lucio José Fialho.	Para auxiliar a escolha do café e ventilar o arroz por meio de um aparelho a que denominou «Ventilador triplice»	Idem.
de novembro de 1883.	Charles François Marie Thérèse Lartingue.	Para o novo systema de transporte sobre um trilho unico.	Idem.
» » » » .	Gilbert Alfred Cawagnes.	Transmissão por um novo processo de signaes intelligíveis pela electricidade, denominado «Stens Telegraphica»	Idem.
» » » » .	James Nicholas Douglas	Economisar a materia illuminante e ao mesmo tempo augmentar-lhe a força, a que denominou «Combustor Douglas» . .	Idem.
» » » » .	Lino Bolfa	Para refrigerar vagões de caminhos de ferro, de modo que permita transportarem-se em bom estado de conservação generos alteraveis em temperatura normal	Idem.
de janeiro de 1884. .	Jean Maurice Emilie Bandot	Systema aperfeiçoado do aparelho telegraphico-impressor.	Idem
» » » » .	Pierre Faure	Para augmentar o rendimento em caldo das cannas de assucar, utilizando as actuaes moendas por meio do aparelho denominado «Desfibrador»	Idem.
de fevereiro de 1884.	The Backman Air Propeller Ventilating Company, Limited. . . .	Ventilador exhauridor ou aspirador destinado a seccar rapidamente cevada, milho e café.	Idem.
» » » » .	Francisco de Góes Pacheco.	Melhorar osapparelhos denominados «Separador tubular de café».	Idem.
» » » » .	Francisco Ortiz.	Para torrar o café, applicando o aparelho denominado «Torrador Ortiz».	Idem.
de maio de 1884 . .	Thomson, Black & C.	Para os fornos de sua invenção, denominados «Forno Thomson».	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
31 de maio de 1884 . .	Thomas Realand Jordan. . .	Para o methodo ou processo aperfeicoado, e apparelho de sua invenção para tratar mineraes e especialmente extrahir delles os metaes pesados e concentrar as substancias pesadas	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
31 » » » » . .	João Gomes da Silva Marques. .	Fabricar papel chimico applicavel á impressão.	Idem.	
14 de junho de 1884 . .	Candido Barata Ribeiro e Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. .	Para a applicação das propriedades physiologicas e therapeuticas do vegetal brasileiro — <i>Leptolobium Elegans</i> —, e suas diversas preparações pharmaceuticas, seu alcaloide e de seus saes.	Idem.	
1 5 de julho de 1884 . .	Gilbert Alfred Cassagnes. . .	Novos processos eapparelhos Stem-telegraphicos.	Idem.	
2 5 » » » » . .	Ellis Carr.	Para fechar latas destinadas a conter biscoitos ou qualquer mercadoria alteravel.	Idem.	Transferida a Peck Frean & C., por escriptura de 13 de abril de 1888.
13 5 » » » » . .	Daniel Pedro Ferro Cardoso. . .	Para as machinas de seccar qualquer objecto ou evaporar liquidos pelo principio barometrico, de sua invenção, ás quaes denominou « Seccadores Prodigios ».	Idem.	

144	12	»	»	»	»	Gilbert Alfred Cassagnes.	Para a transcripção electrica e automatica dos signaes da stenographia em caracteres typographicos.	Idem.
145	22	»	»	»	»	Francisco José de Leão.	Fabricar um producto explosivo a que denominou « Polvora Atlas ».	Idem.
146	22	»	»	»	»	Joanna Manuela Rodrigues Clausen, Claudio Rodi e Gustavo Claussen.	Para o producto a que denominaram « Phosphato-Azoto » obtido pelo processo tambem de sua invenção.	Idem.
						agosto de 1884. José de Mello Freitas.	Para um novo systema de construcção de estradas economicas, sem dormentes e de tracção a vapor.	Idem.
151	16	»	»	»	»	Antonio Ribeiro Chaves e Morris N. Kohn.	Transmissão de signaes ou palavras aos vagões ou a outros vehiculos de transporte em movimento ou paradas, pelo systema a que denominaram « Motu de Telegraphia e Telephonia ».	Idem.
153	19	»	»	»	»	Gustavo Hermann Roeder.	Para os melhoramentos nosapparelhos ingredients e methodos do preparo, fição e tecidura das fibras da ortiga branca.	Idem.
155	26	»	»	»	»	Joaquim e João Manoel da Silva e Francisco Fasce Fontana.	Beneficiar a herva matte por meio de uma machina a que denominou « Fontana ».	Idem.
156	30	»	»	»	»	Josuah Joseph Green.	Novo systema para o tratamento das sementes do algodoeiro.	Idem.
161	20 de setembro de 1884.					Charles E. Chamberland.	Para filtrar, á qual denominou « Filtro-pastoril ».	Idem.
166	23	»	»	»	»	Henry Weston e Joseph Louis Welles.	Para travesseiro, almofada e outros artigos analogos, elasticos e frescos não susceptiveis de aquecimento e com a propriedade de tomar sua posição primitiva desde que deixe de ser comprimido.	Idem.
169	11 de outubro de 1884.					Joseph Kolrer.	Aperfeçoar os apparelhos e linhas telegraphicas.	Idem.

DE ORDEN	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
71	11 de outubro de 1884 .	Joanna Mannela Rodrigues Claus- sen, Claudio Rodi e Gustavo Claussen	Fabricar o producto a que denominaram «Sangue secco»	Por achar-se incurso no art. 58. § 4º, título 3º do regu- lamento de 30 de dezembro de 1882.	Transferida á Com- panhia <i>Brazilian Extract of Meat & Hide Factory, Li- mited.</i> em 6 de no- vembro de 1887.
72	11 » » » .	Samuel Wilkes.	Descascar café por meio de uma machina, a que denominou « Descascador de café Wilkes ».	Idem.	
89	8 de novembro de 1884.	Arsène Baloché.	Para o motor hydraulico Baloché Krahuas, de sua invenção	Idem.	
81	11 » » » .	Marqueza de Quixeramobim	Para o preparado de sua invenção destinado a matar e extinguir a formiga saúva, de- nominado « Formicida Mendonça Paes Leme »	Idem.	
88	29 » » » .	Léon Dathis Filles.	Um novo systema de panificação	Idem.	
99	13 de dezembro de 1884.	Francisco Ortiz.	Para o aparelho denominado « Extrac'or Ortiz »	Idem.	
101	13 » » » .	Idem	Para o aparelho denominado « Separador continuo Ortiz »	Idem.	
102	13 » » » .	Idem	Para o aparelho a que denominou « Fuli- gílogo Ortiz ».	Idem.	

193	27	»	»	»	»	Waldemar Lange	Para chapas secas destinadas á photographia	Idem	
201	10 de janeiro de 1885					Ferdinand Kuehmann	Obter do fructo da palmeira Merity—botões, carvão para a illuminação electrica e outros productos para a industria de torneiro	Idem.	
203	10	»	»	»	»	Maria Emilia Bates	Apertadores aperfeiçoados de porcas de parafuso destinado aos trilhos dos ferrocarris	Idem.	
204	17	»	»	»	»	Hector de Bay e Charles de Rosseti .	Para fornalhas de combustiveis volateis . .	Idem.	
206	24	»	»	»	»	Manoel da Rocha Figueiredo . .	Fabricar esteiras de um só panno — denominadas « Esteiras Brasileiras » . . .	Idem.	
208	14 de fevereiro de 1885.					Dr. Daniel Pedro Ferro Cardoso .	Para destruir formigas, preservar formigueiros de nova habitação e fertilisar as plantas, a que denominou « Insecticida e restaurador dos cafeeiros ».	Idem	Transferida a Antonio José Cardoso e Dr. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, por escriptura passada em 18 de fevereiro de 1885.
209	14	»	»	»	»	John J. Schilinger	Para calçamentos.	Idem.	
215	21 de março de 1885.					João Baptista Ribeiro.	Raspar e cevar mandioca, por meio de machina denominada « Raspadeira circular Mixta-Ribeiro ».	Idem.	
217	11 de abril de 1885.					Bartholomeu Chana	Refinar assucar mediante o emprego da machina denominada « Refinadora Chana ». .	Idem.	
218	18	»	»	»	»	Charles Pagé e Louis Goulliard .	Lubrificadores aperfeiçoados	Idem.	
219	18	»	»	»	»	Francisco Martins Torres	Melhorar o fabrico de manequins. . . .	Idem	Transferida a Emilia Candida Fernandes Torres, em 23 de maio de 1891.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
18 de abril de 1885 . .	Virgil Warren Blanchard . . .	Produzir calor e vapor	Por achar-se incursão no art. 58. § 4º. titulo 3º do regulamento de 31 de dezembro de 1882.	
18 " " " " . .	Antonio da Silveira de Souza . .	Para transportes, a que denominou «Transportes hygienicos»	Idem.	Transferido a Philomena Julia da Costa e Souza, em 22 de dez. de 1892.
218 " " " " . .	Wallace Alexandre Bartlett. . .	Um novo canhão ao qual denominou «Canhão pneumático»	Idem.	
3 25 " " " " . .	Frederick Siemens.	Um systema de lampadas	Idem.	
11 2 de maio de 1885 . .	Charles Julio Ball.	Melhorar as bombas das machinas de drainage	Idem.	
31 2 " " " " . .	Simeão Miller e Antonio Ferreira da Silva Ribeiro.	Evitar accidentes nos bonds por meio do apparelho denominado «Salva-vidas e desastres»	Idem.	
30 2 " " " " . .	Manoel Cosme Pinto	Um novo systema de obturadores. . . .	Idem.	
27 2 " " " " . .	Manoel Antonio Rodrigues Silva.	Tornar o kerozene inexplorivo, desinfectado e colorido.	Idem.	
28 2 " " " " . .	Augusto de Oliveira Cambrala. .	Fabricar casemiras e cobertores de lã estampada, por processo especial. . . .	Idem.	
30 2 " " " " . .	Johannes Brenner	Separador do café Moka Brenner (de sua invenção) destinado á separação do café dos grãos chatos.	Idem.	

231	2	»	»	»	»	Eduardo Maguin	De um apparelho destinado a pesar e medir a carga contida nos vehiculos de molas com applicação á tracção animal, a que denominou « Mologrammetro ».	Idem.
232	16	»	»	»	»	Manoel Gonzalez	Para a sua invenção, denominada «Eureka» destinada ao fabrico de cigarros.	Idem.
233	23	»	»	»	»	Leonel José Antonio Wackernie.	Para o novo systema de filtração mecanica de liquidos, de sua invenção.	Idem.
234	23	»	»	»	»	Louis Sepulchre	Para modificar as lampadas e lanternas de kerozene, destinadas a serem expostas á acção do vento	Idem.
235	6 de junho de 1885 .					Augusto Maria Casal e Francisco Pinto Brandão	Para o restaurador das plantas ou arbustos em geral, destruidor das molestias do café, canna, e videiras e estrume poderoso para as terras muito exploradas	Idem.
236	6	»	»	»	»	Manoel Francisco da Costa Nascimento e Eduardo Maguin.	Para o apparelho destinado a marcar ou registrar a quantidade de passageiros em cada bond, a que denominaram « Contador Trena »	Idem.
237	6	»	»	»	»	Antonio Julio Rodrigues de Azevedo Coutinho	Para a machina destinada a sommar em sentido vertical.	Idem.
238	6	»	»	»	»	Charles Tellier.	Produzir a força motora por meio de um novo systema	Idem.
239	6	»	»	»	»	Victor Dias	Para transmissão por meio de conductores nos trilhos abertos das ferro-vias, de agua, gaz, ar comprimido, fios telephonicos e outras forças electricas.	Idem.
241	20	»	»	»	»	Jules Mallie.	Para o systema de filtro denominado « Escrifiltro »	Idem.
242	20	»	»	»	»	Leopoldo Sellues	Para signaes nocturnos, por meio de um apparelho electrico.	Idem.
243	4 de julho de 1885 .					Emilio Asagne Salvador	Fabricar mosaicos com cipós de diferentes especies	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADECIDADE	OBSERVAÇÕES
4 de julho de 1885 . .	Joaquim Alves de Souza	Para o apparelho denominado « Folle para conduzir gaz portatil »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
4 » » » » . .	Emil Hretzner	Fabricar telhas por um novo processo . .	Idem.	
4 » » » » . .	Kakle & Noellner	Melhoramentos da machina motora das machinas de costura	Idem.	
18 » » » » . .	Antonio Alvares Leite Penteado . .	Para a nova applicação do bagaço de canna de assucar ao fabrico de papel de escrever, de impressão, de embrulho e outros fins industriaes	Idem.	
25 » » » » . .	John Charles Ludwig	Para produzir correntes telegraphicas mais fortes por indução magnetica	Idem.	
1 de agosto de 1885 .	Cyro Decleciano Ribeiro Pessoa Junior	Fabricar cimento destinado ás obras hydraulicas	Idem.	
1 » » » » . .	F. Shweickhart & Comp.	Regular a pressão e o consumo do gaz para a illuminação e para a cozinha e aquecer	Idem.	
8 » » » » . .	Saul Severiano da Silva	Para o patim, a que denominou « Patim Veloz », destinado á patinação em cimento ou madeira	Idem.	
8 » » » » . .	Guilherme Van Vleck Lidgerwood .	Descascar o café despulpado, por meio de uma machina, a que denominou « Descascador de café despulpado »	Idem.	

255	29	»	»	»	»	George Middletan	Descascar o café, mediante o aparelho a que denominou « Descascador de café Londres ».	Idem	Transferida a Victor Van de Putte, por escriptura passada em 14 de outubro de 1885.
256	5 de setembro de 1885.					Marcelin Castelnan e Charles Michelet	Para o novo aparelho de segurança e equilibrio	Idem.	
257	5	»	»	»	»	Basilio Castello Branco	Para os motores hydraulicos	Idem.	
258	12	»	»	»	»	James Charles Morrisson e Robert Smith	Para melhorar os combustores de oleo	Idem.	
259	12	»	»	»	»	Joseph Barba	Para o novo systema de valvulas preservadoras de explosões nas caldeiras a vapor.	Idem.	
260	12	»	»	»	»	Dr. Cesar Augusto Marques.	Para garantir a propriedade publica e particular contra os ataques dos malfetores, denominado « Policia instantanea »	Idem.	
264	26	»	»	»	»	José Maria Ferreira	Para a produção do gaz ao alcance de todos	Idem.	
266	3 de outubro de 1885.					Samuel Wilkes.	Para descascar arroz, a que denominou « Descascador de arroz Wilkes »	Idem.	
267	3	»	»	»	»	Collatino Marques de Souza.	Para o fabrico de pão, biscoitos e bolachas, a que denominou « pão fortificante, biscoitos e bolachas ».	Idem.	
268	3	»	»	»	»	Eugène Loze e Alfonse Helavers	Para filtro de effeito multiplo.	Idem.	
269	3	»	»	»	»	Charles Thomaz Masson Junior	Para a colheita do algodão, por machina.	Idem.	
270	10	»	»	»	»	José Rodrigues Moreira	Para a machina de ventilar e limpar café e outros grãos, a que denominou « Ventilador Aventurenses »,	Idem.	
271	10	»	»	»	»	O mesmo.	Para a machina de descascar café e outros grãos, a que denominou: « Descascador Aventurenses »	Idem.	

NUMERO DE ORDEM	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
272	10 de outubro de 1885	Augusto Julio Duprar.	Beneficiar o café, com o emprego do apparelho denominado « Descascador Duprar »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
273	10 » » »	O mesmo.	Idem. idem denominado « Brunidor Duprar ».	Idem.	
274	17 » » »	Guilherme Wagner.	Extrair o mel virgem sem destruir o favo, mediante a machina a que denominou « Machina extractora Centrifuga » . . .	Idem.	
275	24 » » »	Eduardo Baptista Roquette Franco.	Matar formigas por meio de um apparelho a que denominou « Alambique formicida »	Idem.	
277	24 » » »	José Barrozo Pereira e Antonio Fernandes Lima	Descascar café, arroz e outro qualquer cereal congenere, mediante o emprego da machina a que denominaram « Descascador Barrozo e Lima »	Idem.	
278	24 » » »	Collatino Marques de Souza. . .	Para o processo destinado a preservar as madeiras do cupim.	Idem.	
281	31 » » »	Francisco de Camargo Pinto. . .	Para a machina de quebrar e apparelhar pausinhos de matte.	Idem.	
282	31 » » »	Collatino Marques de Souza. . .	Para os banheiros maritimos denominados « Pontes balnearias »	Idem.	
283	7 de novembro de 1885.	Samuel Bern	Para uma machina de limpar e escolher café e outros grãos.	Idem.	

284	7	»	»	»	»	Louiz Renault e Perennah Palmers.	Para um novo systema a que denominaram « Rodas Palmers »	Idem.
285	7	»	»	»	»	The Colonial Sugar Refining Company.	Extrahir do bagaço de canna o assucar que contiver, por meio de um apparelho de diffusão.	Idem.
286	14	»	»	»	»	João Smetana.	Lavar roupa por meio de uma machina, a que denominou « Lavadeira mecanica ».	Idem.
287	14	»	»	»	»	José Antonio da Silva.	Para a machina de moer sal.	Idem.
288	21	»	»	»	»	Thomaz English.	Para o apparelho de perfuração debaixo d'agua.	Idem.
289	21	»	»	»	»	The Barney Dumpin Boat Company.	Para os batelões, destinados ao serviço da dragagem ou de carregamento de cisco.	Idem.
291	5 de dezembro de 1885.					Charles Achburnham Floyd.	Para os aperfeiçoamentos introduzidos nos vehiculos de duas rodas ou tilburys.	Idem.
292	5	»	»	»	»	John George Stephenst	Para um processo e machina de limpar e separar as materias polposas das fibras das folhas e plantas.	Idem.
293	5	»	»	»	»	Thomaz Otiz Potter.	Para um novo systema de suspensorios.	Idem.
297	5	»	»	»	»	Macedo & Filhos	Para graduar com exactidão os registros de pennas d'agua conforme a pressão existente nos encanamentos geraes, a que denominaram « Tarracha graduadora ».	Idem.
299	12	»	»	»	»	Dr. João Joaquim Pizarro	Para o processo que torna applicavel ás industrias o producto natural denominado « Gomma-Araxina »	Idem.
302	12	»	»	»	»	Guilherme Mac Hardy.	Melhoramentos nas machinas de descascar e brunir café	Idem.
303	19	»	»	»	»	Afonso Lopes Utinguassu e Oscar Pereira da Rocha Paranhos	Para o apparelho destinado a evitar desastres nas linhas ferro-carris urbanas, ao qual denominaram « Preservador Utinguassu »	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MEFIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
5 de dezembro de 1885.	Carlos Fiening Margreaves	Para o processo e machinismo destinado a produzir ar frio por meios mecanicos	Por achar-se incurso no art. 58. § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882 .	Transferida á Companhia Pastoral Mineira, por escriptura publica passada em 22 de setembro de 1890.
2 de janeiro de 1886 .	George Maltby Hathaway	Para os melhoramentos na maneira de suspender a joia ou pingente dos brincos.	Idem.	
2 " " " "	Joaquim Gonçalves Barrozo	Para a machina, a que denominou « Brunider Barrozo », destinada a brunir café	Idem.	
9 " " " "	Nathan Blum	Para o torno mecanico paralelo, ao qual denominou « Forno Universal »	Idem.	
13 " " " "	Percival Everitt	Para os aperfeiçoamentos em balanças ou machinas de pesar.	Idem	Transferida á The Automatics Weighing Machine Company, Limited, em 25 de abril de 1891.
16 " " " "	Charles Mackey Taylor	Para o systema aperfeiçoado de arrolhar garrafas	Idem.	
16 " " " "	Friedrich Carl Glaser.	Para applicar, por meios mecanicos, moldes sobre estopa, tecidos e outros objectos congeneres	Idem.	

2	16	»	»	»	»	Hermann Joseph Georg Moll e José Gonçalves Valle Brandão Filho.	Para o apparelho destinado a dar avisos de incendio, a que denominaram « Avisador de incendio »	Idem.	
3	23	»	»	»	»	Jules Weirich	Para o processo e apparelho destinado á extracção dos metaes existentes nos mineraes e nos residuos auríferos e ouro argentíferos	Idem.	
4	23	»	»	»	»	Claro Ribeiro Marcondes Machado.	Descascar café, por meio da machina denominada « Descascador Economico »	Idem.	
5	6 de fevereiro de 1886					Macedo & Filhos	Apparelho denominado « Caixa automatica brasileira » destinada á lavagem de latrinas de barro e outros vasos de esgotos	Idem.	
6	6	»	»	»	»	Mathias Gonçalves Ferreira.	Para placa de nomenclatura diurna e nocturna para direcção de bonds e annuncios nocturnos	Idem.	
7	6	»	»	»	»	Guilherme M. Hardy.	Melhoramentos introduzidos em machinas de beneficiar café	Idem.	
8	6	»	»	»	»	Marcos de Lacaille	Systema destinado a preparar, no vacuo, café em grão, conservando todas as suas propriedades aromaticas.	Idem.	
9	6	»	»	»	»	Henry Adams e William Adams.	Aperieigoamentos introduzidos nos tubos de tiragem para locomotivas e tambem applicaveis a outros usos	Idem.	
10	6	»	»	»	»	Wilhelm Lorenz	Projectis compostos	Idem	Transferida á Deutsche Metall patronfabrik, em 13 de outubro de 1892.
11	6	»	»	»	»	John Reid	Syphão automatico, destinado a lavagem de encanamentos de esgoto, microrios, etc. a que denominou « Syphão Reid »	Idem.	

DE QUE DIA	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
22	13 de fevereiro de 1886.	Frederick William Branyton . . .	Aperfeiçoamentos nas cercas de arame e no machinismo para fabrical-as . . .	Por achar-se incursão no art. 58 § 4º, título 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	Transferida á Companhia Força e Luz, em 12 de dezembro de 1887.
23	» » » »	Edmond Julien.	Para baterias secundarias electricas. . .	Idem	
24	12 » » » »	Charles Baston e Alexandre Rotherham	Aperfeiçoamentos em combustores de hydro-carbone para lampadas ou fogões . . .	Idem.	
25	13 » » » »	Lucien Hensscken.	Nova combinação explosiva especial para a explosão de minas e pedreiras, a que denominou « Polynitro cellular ». . .	Idem.	
26	13 » » » »	Pedro e Henrique Faber.	Para moer canna, por meio da machina denominada « Moenda do Progresso » .	Idem.	
27	13 » » » »	Drs. Charles Berthrand e Domingos José Freire	Novo systema de distillação dos liquidos alcoolicos, obtendo por meio do ar uma concentração e rectificação do alcoolismo	Idem.	
28	13 » » » »	Henry Renner Cassel.	Para o processo e apparelho destinado á extracção do ouro e outros metaes de seus mineraes e de outras substancias.	Idem.	
29	20 » » » »	Johan Trebentscheck	Systema de aperfeiçoamentos em canetas e lapizeiras.	Idem.	

	"	"	"	"	Collatino Marques de Souza.	Systema de caixas isoladoras, destinadas ao transporte de carnes e peixes congelados, a grandes distancias	Idem.
27	"	"	"	"	Siegfried Sigismund Schindler.	Machina a que denominou « Oleificador continuo de Schindler »	Idem.
6 de março de 1886.					Antonio José do Couto e Manoel da Silva	Forno denominado « Forno Continuo Economico »	Idem.
6	"	"	"	"	José de Freitas Ribeiro	Carros destinados a vender fazendas e objectos de armarinho, aos quaes denominou « Carros de mascateação »	Idem.
13	"	"	"	"	Athanasé Chuchu	Para o systema de espingarda e pistola de guerra a que denominou « Systema Chuchu »	Idem.
13	"	"	"	"	José Moreira Ventura Junior	Apparelho de bater doces de qualquer qualidade, a que denominou « Batedeira mecanica »	Idem.
13	"	"	"	"	O mesmo.	Apparelho denominado « Condor mecanico », destinado a coar frutas para o fabrico de doces	Idem.
20	"	"	"	"	Razina Geovani	Apparelho destinado ao fabrico de acido sulphurico	Idem.
20	"	"	"	"	Victor Van de Putte	Descascador de café em côco, denominado « Descascador Smout »	Idem.
20	"	"	"	"	Eduard Benest Shaw Renest	Apparelho automatico desinfectante, para latrinas, mictorios, etc.	Idem.
27	"	"	"	"	Percival Everitt.	Apparellhos de aperfeiçoamentos de fiscalisação de bilhetes, coupons, tickets	Idem.
3 de abril de 1886 .					João Frick	Apparelho ao qual denominou « Propulsor fluidos »	Idem.
10	"	"	"	"	Adriannes Florus Drousberg	Apparelho para seccar café e outros grãos	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
9 de abril de 1886 . . .	Dr. August Joseph Georg Hernes.	Processo destinado a endurecer resinas e balsamos	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
9 » » » »	Manoel Affonso Martins	Apparelho automatico de lavagem de latrinas	Idem.	
10 » » » »	Francisco Pinto Branlão	Processo destinado ao fabrico de vinho de uvas, passas e outras materias chimicas	Idem.	
17 » » » »	David Rattray Malcolm	Aperfeçoamentos introduzidos nas machinas de tranger	Idem.	
15 de maio de 1886 . . .	Santos Marau & Comp.	Forno destinado a incinerar lixo e residuos de toda a especie de casas particulares, hoteis, estalagens, etc., ao qual denominaram « Forno da Hygiene Domestica ».	Idem.	
15 » » » »	Gustav Behrns	Apparelho destinado a filtrar ar e outros fluidos	Idem.	
15 » » » »	Guilherme Finnie Kemp.	Seccador a vapor destinado a seccar arroz em casca, denominado « Seccador Victorria »	Idem.	
15 » » » »	Edmond Julien.	Systema completo de tracção electrica eapparelhos apropriados	Idem	Transferida á Companhia Força e Luz, em 12 de dezembro de 1887.

15	»	»	»	»	Ernest Lelievre.	Mamadeiras de vidro	Idem.
22	»	»	»	»	Edmund Louiz Zalinski	Espoleta electrica, destinada ás bombas explosivas ou torpedos	Idem.
22	»	»	»	»	Santos Marau & Comp.	Apparelho de limpar chaminés, denominado « Limpador de chaminé »	Idem.
22	»	»	»	»	Bernardo Caymary.	Processo destinado á conservação das materias organicas animaes ao ar livre. . .	Idem.
22	»	»	»	»	Charles Thomaz Marson Junior. .	Aperfeiçoamentos introduzidos em machinas de descarregar algodão.	Idem.
22	»	»	»	»	Santos Marau & Comp.	Fogareiro ao qual denominaram « Fogareiro Economico ».	Idem.
22	»	»	»	»	M. Hipp	Systema de relógio regulador electrico. .	Idem.
22	»	»	»	»	Raul Pierre Pictet.	Aperfeiçoamentos na fabricação e no emprego de liquidos volateis	Idem
22	»	»	»	»	Joseph Ubertin	Processo destinado á fabricação de papel composto de substancias fibrosas, palhas, ferro e madeiras de qualquer especie, cortiças e trapos	Idem.
22	»	»	»	»	Heitor de Cordoville e Luiz Pamplona Corte Real.	Apparelho que denominaram « Repulsor Mecanico », destinado a evitar desastres nas linhas ferro-carris e vias ferreas, applicavel aos bonés e locomotivas. . .	Idem.
22	»	»	»	»	Leonce de Combettes	Apparelho electrico, podendo servir de poste (relais) telephonico e destinado a imprimir os despachos telephonicos sobre uma tira que se desenrola	Idem.

Transferida a Rudloff Gröbs & C.^a, por escriptura passada em Berlim, em 28 de novembro de 1888.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de maio de 1886 .	Dr. Guilherme José Teixeira . . .	Melhorar a hygiene das habitações, a que denominou « Habitações para o calor » .	Por achar-se incursão no art. 53, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
de junho de 1886 .	Richard Herbet Lapage	Aperfeiçoamentos emapparelhos de frio continuo	Idem.	
" " " "	Francisco Xavier Oliveira	Systema de tracção por meio de accumuladores electricos	Idem.	
de julho de 1886 .	Henry Rimer Cassel	Processo e apparelho aperfeiçoados para o tratamento de metaes, ligas e especialmente mineraes auríferos pela electrolyse.	Idem.	
" " " "	José Ferrazo	Melhoramentos do processo de fabricação de marmore artificial, ladrilhos economicos, estatuas e ornamentos de architectura	Idem	Transferido a Francisco Fortunato Ferrazo, em 22 de dezembro de 1891.
21 " " " "	José Guardiola	Um novo e aperfeiçoado descascador de café, com discos circulares.	Idem.	
21 " " " "	Augusto Guattari	Apparelhos e processos de producção de desenhos ou figuras em relevo sobre madeira, imitando a esculptura por ustão, ou pela acção combinada do calor e da pressão	Idem.	

24 » » » »	Eli Fraizer Russell	Um novo aperfeiçoamento no processo e aparelhos de calcinar os mineraes contendo metaes preciosos	Idem.	
24 » » » »	José Guardiola.	Um novo e aperfeiçoado descascador de café, «Cylindro conico».	Idem.	
14 de agosto de 1886.	Henri Theophile Baeschlin	Um novo producto frigorifico.	Idem.	
28 » » » »	Jacintho Monteiro do Nascimento.	Apparelho denominado « Motor automatico»	Idem.	
28 » » » »	Bernard Charles Molloy.	Aperfeiçoamentos em aparelhos para amalgamação do ouro e outros metaes preciosos	Idem.	
28 » » » »	Johannes Spiel.	Aperfeiçoamentos em machinas de petroleo e gaz	Idem.	
28 » » » »	Emile Felix Guerin	Um novo systema de soalhos sem pregos	Idem	Transferida a Alfredo Faller, em 31 de janeiro de 1891.
28 » » » »	José Pollonio	Machina destinada a entalhar madeiras a fogo	Idem.	
4 de setembro de 1886.	José Pedro Alves	Processo destinado a refinação da banha de porco para usos culinarios	Idem	Transferida á Companhia Banha Rio Grandense Alves, por escriptura publica de 25 de julho de 1891.
4 » » » »	Luiz Antonio Comolly.	Processo destinado a utilização do vapor contido nas tinas que servem para a extracção da gordura nas xarqueadas	Idem.	
4 » » » »	José Eduardo Mercadante	Apparelho ao qual denominou « Indicador Urbano », destinado a vulgarisar os annuncios de qualquer especie.	Idem.	
4 » » » »	Francisco Berrini	Novo producto destinado a atear com facilidade o fogo, intitulado « Pyrilampo ». .	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de setembro de 1886.	Henry Judson Chapin	Aperfeiçoamentos emapparelhos e machinismo para tratamento da canna	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
de outubro de 1886 .	Corina Portugal Marques de Campos	Processo destinado á fabricaçaõ da braza chimica	Idem.	
» » » »	Guilherme Greenhalgh	Novo systema de dormentes de ferro, em substituiçaõ aos de madeira empregados actualmente	Idem.	
» » » »	Manoel Pereira de Azevedo Junior	Systema de camisas hygienicas e economicas, para uso da marinha	Idem.	
» » » »	Gerreux Lloyd & Estive	Pilha primaria de longa duraçaõ.	Idem.	
» » » »	Antoine Eduardo Peirussou . .	Aperfeiçoamento nos accumuladores electricos.	Idem.	
» » » »	Howar Devenish	Aperfeiçoamentos em apparelhos hydraulicos para elevar ou comprimir agua ou outros liquidos, ou para comprimir ou esgotar ar ou qualquer outro gaz	Idem.	
16 » » » »	Salvador Troise	Nova applicaçaõ do papelão, denominada —Telhado economico e hygienico. . . .	Idem.	
9 de novembro de 1886.	John Reid	Para um pulsometro automatico, denominado « Pulsometro Reid ».	Idem.	

»	»	»	»	O mesmo	Apparelho destinado á lavagem de receptáculos, encanamentos de esgoto, mictórios, etc. denominado « Lavador Universal »	Idem.	
9	»	»	»	Antoine Blancafort.	Novo processo para decompôr, sem auxilio do ar atmosphérico, os vapores da agua e dos hydrocarburetos reunidos e submettidos á alta temperatura	Idem.	
9	»	»	»	Manoel Antonio Balmaceda.	Machina para torrar café ao ar livre, denominada «Torrefactor Balmaceda» . . .	Idem.	
9	»	»	»	Padre Joaquim Ignacio Ribeiro	Apparelho de direcção dos balões para navegação do ar	Idem.	
9	»	»	»	Carlos Flening Hargreaves	Novo systema de fornos.	Idem	Transferida a Gilson & Bover, por escriptura passada em 1 de setembro de 1887.
9	»	»	»	O mesmo	Novo systema de caldeiras, para evaporação e concentração de qualquer liquido, para impedir transbordamento e fazer circular liquido em ebullicão	Idem	Idem a Coope & Semdstrom, por escriptura passada em 26 de junho de 1887.
9	»	»	»	Manoel Antonio Balmaceda.	Novo descascador de café, denominado « Descascador Balmaceda »	Idem	Idem a Balmaceda & Carvalho. Publica-fôrma da escriptura da sociedade, pelo prazo de cinco annos, principian-do em 1 de março de 1887 e findando em 1 de março de 1892.
9	»	»	»	Simon May	Aperfeicamento na fabricaçào de sapatos e chinellas	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
9 de novembro de 1886.	Francisco Trotta	Systema de monumento funerario . . .	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
9 » » » »	Manoel Pereira de Azevedo Junior.	Bonnet hygienico e economico, destinado ao uso da marinha	Idem.	
27 » » » »	Charles Timothée Maximilien Valérand de Bange.	Systema de obturação hermetica dos canhões de carregar pela culatra. . . .	Idem.	
27 » » » »	O mesmo.	Reparo de canhão sobre estrada a eixo e com freio hydraulico	Idem.	
27 » » » »	O mesmo.	Systema de canhão com reforços biconicos	Idem.	
27 » » » »	Barão Roland Onffrey de Veroz	Systema para tornar as materias combustiveis e preservadas da accção dos insectos nocivos da humidade e outros estragos	Idem.	
7 11 de dezembro de 1886.	José Joaquim de Carvalho Bastos	Machinas e respectivos processos para fabricação do gaz extrahido do carvão de pedra, a que denominou « Gaz hydrocarbonico »	Idem.	
2 24 » » » »	Francisco Marques Teixeira	Purificador economico do gaz illuminante, destinado a purificar a luz do gaz . .	Idem.	
20 24 » » » »	Manoel de Lima Camara.	Tanques collocados em barcos ou chalupas e destinados a conservação do peixe vivo	Idem.	

	»	»	»	»	Manoel Affonso Martins e José Lima de Souza Lobo	Apparelho automatico e com fechador para lavagem de latrinas, mictorios, encanamentos, etc., denominado. «Apparelho Cosmopolita »	Idem.	
23	24	»	»	»	Frank Gotto.	Apparelho de lavagem de latrinas, encanamentos de esgotos, mictorios, etc . .	Idem.	
24	8 de janeiro de 1887.				Percival Everitt	Apparellhos destinados a receber dinheiro para objectos, entregues automaticamente ao comprador	Idem	Transferida á Sociedade Importadora, em commandita, por escriptura passada em 6 de setembro de 1892.
25	8	»	»	»	Guilherme de Almeida Magalhães.	Systema destinado á liquificação e desinfecção das materias contidas nos esgotos	Idem	Foi arrematada em hasta publica por Feliciano José Henriques, em 22 de janeiro de 1891.
26	22	»	»	»	Alfredo Braga	Processo destinado a fabricar presuntos e outras conservas de carne	Idem.	
27	29	»	»	»	Arthur Brin e Leon Quentin Brin.	Aperfeiçoamentos no processo de separar e obter o oxygeno e azoto do ar atmosferico	Idem.	
28	29	»	»	»	O mesmo.	Processo para fabricar oxydo anhydro de bario	Idem.	
29	29	»	»	»	O mesmo.	Apparelho para a fabricação do ozone . .	Idem.	
30	29	»	»	»	Arthur Brin e Leon Quentin Brin.	Aperfeiçoamentos destinados á fabricação do assucar	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1 29 de janeiro de 1887	Francisco Antonio da Silveira.	Apparelho denominado «Thermochronographo-Silveira»	Por achar-se incurso no art. 58 § 4º, título 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
2 29 » » » »	Charles Carrol Gilman	Materia nova appropriada a construcções e do modo de fabrical-a	Idem.	
3 29 » » » »	Castanon Mennendez & Gil	Apparelho denominado «Bomba de embolo especial de duplo effeito»	Idem.	
4 29 » » » »	Jacques Jules Coucheniam	Apparelho denominado «Motor de quedas successivas».	Idem.	
5 29 » » » »	Ernest François Barbier e Maurice Leclanché.	Aperfeiçoamento em pilhas electricas primarias, denominadas «Pilhas Leclanché Barbier».	Idem.	
6 29 » » » »	Macedo & Filhos	Apparelho de funcções automaticas, a que denominaram «Syphon Macedo» adaptado a uma caixa d'agua e destinado a lavar receptaculos de esgotos (latrinas de barro).	Idem.	
7 29 » » » »	Lycurgo Alves da Silveira Gondim	Medicamento a que denominou «Saude do Povo», destinado á cura de hemorroides, molestia de peito, gonorrhéas chronicas, agudas e anemia	Idem.	
8 29 » » » »	Antonio de Souza Moraes	Corneta-clarim brasileira	Idem.	

439	29	»	»	»	»	Arthur Brin e Leon Quentin Brin.	Aperfeiçoamentos no tratamento das pyrites de cobre e de ferro para fabricação do acido sulfúrico e oxydos de cobre e ferro, assim como no tratamento destes ultimos para produzir cobre metallico e oxidos.	Idem.	
440	29	»	»	»	»	Os mesmos	Aperfeiçoamento destinado ao tratamento dos metaes, quer para separal-os de seus mineraes ou os afinar, quer para ligal-os a outros	Idem.	
441	29	»	»	»	»	Arthur Brin e Leon Quentin Brin.	Aperfeiçoamentos na fabricação dos oxydos metallicos.	Idem.	
442	29	»	»	»	»	Emile Brouillet.	Viradores de vapor por meio de um «Avi-sador de segurança»	Idem.	
444	19 de fevereiro de 1887.					Manoel Ignacio.	Systema de Guarda-detritos, destinado á sanitificação da cidade	Idem.	
445	19	»	»	»	»	William White	Aperfeiçoamentos em separadores de mi-neraes.	Idem.	
446	19	»	»	»	»	Joaquim José Pereira.	Systema de fôrma aperfeiçoada, denomi-nada «Fôrma Pereira», para fabri-cação de calçado	Idem	Transferida á Com-panhia Nacional de Calçado para cri-anças, por escri-ptura publica de 19 de dezembro de 1890.
447	19	»	»	»	»	Luiz Pamplona Côrte Real . . .	Chalets volantes, destinados ao serviço de engraxadores de calçado, botequim, ar-marinho, etc., sob a denominação de Toillet Oriental.	Idem.	
449	26	»	»	»	»	Manoel da Silva Vasconcellos . .	Preparado denominado «Febrifugo Cos-mopolita Poly-vegetal»	Idem.	
450	26	»	»	»	»	O mesmo.	Medicamento para applacar dôr de dentes, denominado «Lenitivo-dentario» . . .	Idem.	
451	26	»	»	»	»	O mesmo.	Medicamento denominado «Injecção anti-bleorrhagica vegetal»	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
26 de fevereiro de 1837.	Alberto Leopoldo Ribeiro Guimarães.	Processos de nova applicação do amianto ás artes e industrias.	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1832 .	Transferida a Bernardino José de Souza Carvalho Brandão por escriptura de 2 de fevereiro de 1891.
53 26 " " " "	Izaías Merli.	Reproduzir tachygraphicamente a musica executada ao piano por meio de um apparelho que denominou « Pianographo » .	Idem.	
54 26 " " " "	José da Costa Gama.	Systema de barragem automovel, applicavel á navegação interior	Idem.	
55 26 de março de 1837.	Chichester Alexandre Bell	Systema e apparelho para transmittir, reproduzir e registrar a palavra e outros usos	Idem.	
56 26 " " " "	Fernando Oppita	Apparelho destinado a elevar navios afim de transpor barras perigosas ou de pouca profundidade	Idem.	
57 26 " " " "	Joseph Fonzoletti e Alphonse Ondin	Novo apparelho para tornar os navios insubmersiveis, por meio de boias collocadas no casco.	Idem.	
58 26 " " " "	J. Fernand Dumoulin.	Novo systema de crystallisação rapida dos liquidos assucarados ou salgados e de dessecção das massas humidas e farinhentas.	Idem.	

159	26	»	»	»	»	José Antonio da Rocha Passos.	Apparelho a que denominou : « Apparellho portatil » . destinado á fabricação de sulphureto de carbono	Idem.	
160	26	»	»	»	»	Idem	Apparelho denominado « Gerador de gazes sulpho-carbonico »	Idem.	
161	26	»	»	»	»	Manoel Sylvio Pereira Baptista.	Processo para fabricação, conservação e acondicionamento da goiabada.	Idem	Transferida a Ferraz Sobrinho & Comp., por escriptura passada em 25 de janeiro de 1888.
162	16 de abril de 1887					Leon Cuisinier.	Processos novos e economicos de fabricação industrial de maltose e suas applicações	Idem.	
163	16	»	»	»	»	Luiz Pamplona Corte Real.	Uma cadeira com guarda-sol para lustradores de calçado, a que denominou « Cadeira Americana »	Idem.	
164	16	»	»	»	»	Morris N. Kohn	« Cadeira Engraxador » — destinada ao serviço de engraxadores.	Idem.	
165	8 de janeiro de 1887.					Augusto Cambraia.	Processo destinado a fabricar pannos, morrias e brins de algodão alvejados.	Idem.	
167	7 de julho de 1887 . .					Leopold Plom e Julien Andrimont.	Processo novo e apparelho de preparar as minas para extracção das pedras e rochas.	Idem.	
168	7	»	»	»	»	Frederick Spencer Delves Broughton	Methodo a que denominou « Methodo de fixar porcas de parafusos »	Idem.	
169	7	»	»	»	»	George Martin	Apparelho automatico, destinado a lavagem de receptaculos de latrinas, mictorios, canos de esgoto, etc., denominado « Duplex »	Idem.	
170	7	»	»	»	»	Arthur Brin e Leon Quentin Brin.	Processos denominados—Processos de branqueamento e desinfecção dos oleos e materias gordurentas.	Idem.	

DE ORDEM	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
471	7 de julho de 1887 . .	Companhia Pearey Cane and Corn Harnester	Aperfeiçoamentos em ceifadores de canna e outras plantas	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
472	7 » » » » . .	Carlos Querino Simões	Apparelho mecanico a que denominou «Torrador Simões», destinado a torrar café sem fumaça	Idem.	
473	7 » » » » . .	Alexandre Leslie	Processo destinado á fabricação de saccos sem costuras, trançando ao mesmo tempo o paño	Idem.	
474	7 » » » » . .	Idem	Freio automatico para tecelagem dos fundos de saccos sem costura	Idem.	
475	7 » » » » . .	Firmino Bevilaqua.	Thermometro electrico, destinado a avisar incendios e a outras applicações uteis á sciencia, industria e artes	Idem.	
476	7 » » » » . .	Jean Ferdinand Rodde	Systema para utilização dos conductores de linhas telephonicas para transmissão da hora exacta pelas mesmas linhas.	Idem.	
477	21 » » » » . .	John Reid	Nova bomba a vapor, a que denominou «Bomba Reid».	Idem.	
478	21 » » » » . .	Antonio José Martins, Joaquim Mariano da Silva Junior e Alfredo de Araujo Neves.	Novo apparelho de porteiros para as vias-ferreas e de rodagem.	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
3 de julho de 1887 . .	Charles Timothée Maxilien Valérand de Bange	Novo material rodante destinado a caminho de ferro, e denominado « Systema de Bange »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
23 » » » » . .	Amos Lefever Keepert.	Melhoramento no processo de obter oxidos, etc., dos metaes dos seus minereos em bruto	Idem.	
11 de agosto de 1887. .	John Howard Ross.	Systema aperfeiçoado e os accessorios precisos para a illuminação por meio de candieiros de azeite ou oleo.	Idem.	
11 » » » » . .	Idem	Aperfeiçoamentos na construcção de candieiros e seus accessorios, afim de melhor regular o fornecimento do ar e do oleo para a combustão	Idem.	
11 » » » » . .	Gaston Borerian	Novo systema de leques oscillantes	Idem.	
21 de julho de 1887 . .	Morris N. Kohn e Marcos Rosenvald.	Processo destinado á manipulação e fabricacão da seda, de fios de algodão e de linho, enrolados em carretéis, meadas, novellos, cartões, etc.	Idem.	
» de 1887. .	Armand Mieg e Hugo Brichoff . .	Novo projectil e processo de fabricacão do mesmo	Idem.	
» » » . .	Antonio Vianna	Modelo para carros destinados ao transporte de carnes verdes, com systema facil de ventilação	Idem.	

93	15 de setembro de 1887	New Haven Watch Company	Melhoramento no escapamento e disposição do mecanismo nos relógios de algibeira	Idem.
94	15 » » » »	William Deut Priestman e Samuel Priestman	Aperfeiçoamentos em motores actuaes pela combustão dos vapores — hydro-carbónicos	Idem.
95	22 » » » »	Sydney Austin Grant.	Systema a que denominou « Aperfeiçoamentos em machinas de fabricar enveloppes ».	Idem.
97	29 » » » »	Francisco Meschini	Aperfeiçoamentos introduzidos nas prensas	Idem.
98	29 » » » »	Cecil Noble	Nova machina de costura aperfeiçoada.	Idem.
99	29 » » » »	Costa & C.	Aperfeiçoamentos introduzidos no hydrometro (contador de agua) de Verissimo Alves Pereira	Idem.
100	29 » » » »	Charles Pellier.	Aperfeiçoamentos nas machinas de tracção ou locomotivas para ferro-carris e caminho de ferro.	Idem.
111	6 de outubro de 1887	Luiz de Castilho	Apparelho a que denominou « Filtro de multiplo effeitos », destinado á purificação de liquidos	Idem.
112	13 » » » »	Severiano Antonio de Castilho	Apparelho de escapamento, destinado a içar e arriar escaleres, em qualquer circumstancia de tempo.	Idem.
113	13 » » » »	Elen Moody Boynton	Systema aperfeiçoado de caminho de ferro.	Idem.
115	29 de setembro de 1887	Lidgerwood Manufacturing Company.	Apparelho a que denominou « Moinho e Seccador Universal », destinado a beneficiar o sal, assucar e outras materias	Idem.
116	29 » » » »	Antonio Roux	Apparelho denominado « Broca Roux » e destinado aos trabalhos de excavação	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1 de outubro de 1887	Joaquim Ferreira Romariz . . .	Melhoramentos introduzidos no Formicida Romariz	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
5 de novembro de 1887	Carl Roth	Systema de aperfeiçoamentos introduzidos na produção de explosivos	Idem.	
5 » » »	Michel Leon e Frederick Cuthan.	Aperfeiçoamentos na fabricação de botas e sapatos	Idem.	
5 » » »	Eduardo Ribeiro Mendes. . . .	Nova applicação dos casulos fornecidos pelo saturno aurea para fabricar tecidos de todas as qualidades	Idem.	
5 » » »	Collatino Marques de Souza. . .	Processo e apparelho hydranlico, destinado a transformar em força motora o movimento dos navios de vela, assim de produzir electricidade, frio e outros misteres	Idem.	
5 » » »	Marcolino da Silva Ayres . . .	Apparelho destinado a beneficiar café, denominado « Ventilador Marcolino » . . .	Idem.	
5 » » »	Julio Scheibel	Apparelho, a que denominou « Catador pneumático Excelsior »	Idem.	
5 » » »	Nat Watman Pratt	Pegas de artilharia pneumáticas	Idem.	
5 » » »	Georges Gros e Louis George Poure	Sello em forma de rancho, destinado a tornar os envelopes das cartas absolutamente invioláveis	Idem.	

7	5	»	»	»	»	Claude Theodore James Vautin.	Aperfeiçoamentos no methodo hydro-metalurgico de extrahir ouro e auríferos reduzido a estado de grande divisão . . .	Idem.
8	12	»	»	»	»	Frederick William Cheetham . . .	Aperfeiçoamentos na fabricação de chapéus e outros objectos de feltro e no apparelho para os fabricar.	Idem.
9	5	»	»	»	»	William Strouach Lockhart. . . .	Aperfeiçoamentos em machina de costura de ponto de cadeia.	Idem.
10	26	»	»	»	»	Morris N. Kohn	Melhoramento e aperfeiçoamento, na applicação e collocção de campainhas electricas com pilhas seccas, systema a que denominou « Campainhas vigilantes e de segurança para todo e qualquer fim » .	Idem.
11	3 de dezembro de 1887.					Antonio José Martins.	Apparelho para abrir e fechar automaticamente as agulhas das estradas de ferro, denominado « Apparelho Rocha ». . .	Idem.
12	17	»	»	»	»	João Martins	Novo systema de tear para fabricar tecidos de qualquer natureza e especialmente para fabricar esteiras de palha. . . .	Idem.
13	17	»	»	»	»	João Constantino Janacopulos. . .	Novo processo destinado a destruir formigas e outros insectos	Idem.
14	17	»	»	»	»	José Mattos Duque Estrada. . . .	Systema de dormentes Mattoso, de ferro laminado e de forma apropriada a maior flexão e menor custo, calculado pelo peso de ferro	Idem.
15	17	»	»	»	»	Alexandre Parkes	Aperfeiçoamentos na extracção de ouro, prata e outros metaes, dos mineraes ou compostos que os contem	Idem.
16	17	»	»	»	»	Joaquim Ribeiro da Costa	Apparelho a que denominou « Electrico Hydraulico », destinado a aproveitar a força da agua quando a embarcação está em movimento, a fim de carregar accumuladores electricos para diversos misteres	Idem.

DE QUEM	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
10	17 de dezembro de 1887.	Isaac Shone e Edwin Ault . . .	Novo systema completo e aparelho de esgoto	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
11	24 » » » »	Guilherme Mc Hardy.	Machina destinada a separar pedras e outras cousas estranhas do café em coco e de outros grãos, denominada « Ventilador separador de pedras »	Idem.	
12	24 » » » »	Alberto Leopoldo Ribeiro Guimarães.	Nova lampada contendo um aparelho automatico interno destinado a evitar incendios e explosões, á qual denominou « Lampada Brasileira », para kerozene	Idem	Transferida a Guilherme Trout, por escriptura passada em 3 de março de 1888.
13	24 » » » »	Victor Dieghens	Contador ou registro de diaphragma para liquidos e gazes.	Idem.	
14	24 » » » »	Auguste Charles Theodore Bautin.	Novo systema de freios.	Idem.	
15	24 » » » »	Morris N. Kokn	Novo systema de kiosques ou chalets, metallicos, portateis, economicos e á prova de fogo	Idem.	
16	14 de janeiro de 1888 .	Friedrich Carl Glaser.	Nova polvora e processo para fabrical-a.	Idem.	
17	28 » » » »	Johannes Julius Adolph Kohfahl e Heinrich Jiergen Ernest Jensen.	Aperfeiçoamentos em aparelhos para filtrar.	Idem.	

549	Sede fevereiro de 1888	Alfredo Davis	Apparelho aperfeiçoado, para prevenir e consumir a fumaça e queimar completamente o combustível nas fornalhas de caldeiras de vapor e outras fornalhas	Idem.
551	28 " " " "	Grineu Francisco de Souza e Silva	Processo para fabricar sabão de ossos	Idem.
552	22 " " " "	John Henry Richardson Diasmore	Novos aperfeiçoamentos no fabrico do gaz illuminante e nosapparelhos respectivos	Idem.
553	22 " " " "	Pedro Salati	Aperfeiçoamentos em fornalhas e apparelhos destinados a queimar lagunços e outras materias	Idem.
554	22 " " " "	José Zecchi	Um apparelho destinado a impedir as formigas de subir nas plantas, arvores, objectos de casa e outros	Idem.
559	22 " " " "	Joaquim Ferreira Romariz	Ventilador mecanico Romariz, destinado a extincção das formigas saúvas e a quaesquer outras applicções a que se possa prestar	Idem.
557	20 " " " "	François De Jean	Aperfeiçoamentos na fabricação de ferraduras	Idem.
558	29 " " " "	Luiz Lack Leiba	Um novo processo de fabricação de cimento de Portland, impermeavel, denominado «Cimento Brasileiro»	Idem.
559	29 " " " "	Augusto de Almeida Magalhães	Processo destinado á extracção do amido da mandioca	Idem.
560	20 " " " "	João Sherington	Apparelho a que denominou «Cortume Mecanico», destinado a beneficiar a industria de couros	Idem.
562	21 de março de 1888	Robert Southworth Lawrence	Aperfeiçoamentos em carburadores ou apparelhos para enriquecimento ou produção do gaz	Idem.
563	21 " " " "	Ch. Paverdon e A. L. Paverdon	Systema de motor rotativo	Idem.

SUJEITO DE ORDEN	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
564	24 de março de 1888.	Antonio Franco de Lacerda.	Machina denominada « Machina de seccar café ou outras materias »	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1832.	
565	24 " " " "	Ehrhard Brand.	Apparelho a que denominou « Telephone Brand »	Idem.	
566	24 " " " "	Manoel de Bastos Soares e Martinho Eugenio Lopes Cardoso.	Melhoramento adoptado ao fabrico de brochas de pita e de cabello para pintura e calção.	Idem.	Transferida a Companhia Industrial do Brazil, em 25 de agosto de 1890.
567	24 " " " "	Alfred de Schœnowsky	Nova applicação da cera vegetal da Anumba á fabricação de velas.	Idem.	
	" " " "	Ch. Paverdon e A. H. Paverdon.	Novo processo de fabricação de peças mechanicas	Idem.	
	" " " "	Walter Walker	Novo systema de signaes electricos e automaticos para estradas de ferro	Idem.	
570	24 " " " "	Florindo de Souza Siqueira e Francisco Paula de Oliveira	Um systema de annuncios grandes, denominados « Annuncios illuminadores pela luz electrica »	Idem.	

	1888 . .	Eduardo de Maschek	Apparelho salva-vidas, para bonds ou carros munidos de freios.	Idem.
	1888 . .	Emmanuel Couzet	Novo processo destinado á purificação do álcool.	Idem.
574	11 de abril de 1888 . .	William Henry Stead.	Apparelho aperfeiçoado, para tratamento dos caroços de algodão, além de tiralhes a materia fibrosa.	Idem.
575	9 de maio de 1888 . .	Thurston Gordon Hail	Processo de refinar oleos hydro-carbonetados.	
576	9 » » » » . .	John Henry Neave.	Novo methodo de tratamento de chapéos de feltro durante sua fabricação	Idem.
577	9 » » » » . .	Edward Swinerd	Tubo de escapamento e tiragem de bocca multiplice, com ou sem conductor, para locomotivas e todas as classes de machinas de vapor	Idem.
578	6 de junho de 1888 . .	Antonio José Martins e Alredo Coelho da Rocha	Apparelho para tomar e entregar automaticamente ou manualmente as malas do Correio durante a marcha dos trens da estrada de ferro, apparelho a que denominaram « Auto Postal »	Idem.
579	6 » » » » . .	Louise Martane	Novo xadrez destinado a um jogo matematico.	Idem.
580	6 » » » » . .	Antonio Jacques Janot	Apparelho a que denominou « Engenho Locomovel ».	Idem.
581	13 » » » » . .	Casemiro Henriques Rodrigues.	Apparelho automatico de escapamento maritimo e terrestre	Idem.
582	13 » » » » . .	Geles Artherton.	Apparelhos aperfeiçoados para dar forma aos chapéos de feltro	Idem.

Transferida a José Luiz Fernandes Braga, em 25 de abril de 1891.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
3 13 de junho de 1888.	Meddleton Cawpord	Machinismo aperfeiçoado para tirar a fibra dos caroços de algodão e fins semelhantes	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
4 13 » » » »	Wilhelm Serch e M. Gelinck	Novo panno para enfardamento e saccoes e methodo de fabrical-os	Idem.	
5 13 » » » »	William Orr e Peter Stuart Brown.	Systema aperfeiçoado de construcções com folhas metallicas	Idem.	
6 13 » » » »	Marie Leon Godefroy	Processo de desinfecção das aguas ardentes «flagmas» industriaes pela hydro-oxygenação	Idem.	
67 13 » » » »	Jules Weirick	Processo para tratamento dos mineraes e residuos auríferos e auri-argentíferos	Idem.	
88 13 » » » »	Jonas Crossman.	Nova funda hygienica.	Idem.	
89 13 » » » »	Conchemam & C.	Apparelho denominado « Motor de quedas successivas e continuas ».	Idem.	
90 17 de dezembro de 1887.	Manoel Fernandes Barcellos	Apparelho e processo para fabricar chlorato de sodio e outros congenerees extrahidos da agua do mar	Idem.	
91 27 de junho de 1888.	Frank Trier.	Machina destinada a aplinar pedras	Idem.	

592	20	»	»	»	»	Antonio Gomes dos Reis e João da Gama	Novo systema de fabrico de chapéus de feltro e lã	Idem.	Transferida a Fernandes Braga & C. em 13 de outubro de 1898.
593	4	de	julho	de	1888.	Alberto Kuhlman.	Systema de via-ferrea elevada, a que denominou «Systema Huhlman».	Idem.	
594	4	»	»	»	»	Eduardo Claudio da Silva	Processo para extracção do assucar nas massas cozidas com apparelho competente	Idem.	
595	4	»	»	»	»	Eugenio de Lacerda Franco	Machina denominada «B. Lacerda», destinada a seccar café, cereas, sal, assucar e outros corpos granulados	Idem.	
596	11	»	»	»	»	Walter Marsch Jackson	Systema a que denominou «Propulsores de navios aperfeçoados»	Idem.	
597	11	»	»	»	»	James Sarou Mac Coy	Apparelho pneumatico para mover ferramentas de percussão, podendo servir tambem de motor	Idem.	
598	11	»	»	»	»	Judson Schute	Novo apparelho destinado a transmittir sons por meio da electricidade.	Idem.	
599	11	»	»	»	»	James Edmund Carrol	Apparelho aperfeçoado para aquecer a agua antes da sua introdução na caldeira.	Idem.	
600	11	»	»	»	»	Gregorio de Abreu & Companhia	Processo para a fabricação de chinellas de trança.	Idem.	
601	11	»	»	»	»	Claudio Bodé	Processo destinado a extrahir e preparar, para fins industriaes, a fibra da planta textil denominado «Agave Americana».	Idem.	
602	8	de	agosto	de	1888.	Benedicto Delgado Motta.	Processo novo, destinado ao fabrico da tapioca	Idem.	
603	8	»	»	»	»	Francisco Borralho Reis.	Melhoramento na industria extractiva da borracha por um novo systema e de conservar o leite liquefeito tão puro como sahido da arvore	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
3 de agosto de 1888 . .	Bartholomeu Alves Meira . . .	Systema de placas a que denominou «Gypso-metallicas», destinado a substituir vantajosamente os forros de madeira nas construcções.	Por achar-se incursão no art. 58, § 2º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
8 » » » . .	Lourenço Mondini	Systema a que denominou «Duplo-cinzeiro, systema Mondini», com applicação a qualquer caldeira de cinzeiro commum	Idem.	
18 » » » . .	Dr. Manoel Monte Godinho. . .	Preparado pharmaceutico denominado «Pílulas de Tayuyá compostas», destinadas ao tratamento e cura de prisões de ventre, ictericia, hemorrhoides, etc. . . .	Idem.	
18 » » » . .	Idem	Preparado a que denominou «Unguento de Gurjun», destinado ao tratamento e cura das molestias cutaneas	Idem.	
8 » » » . .	Thomaz Legett Sturtevant . . .	Apparelho a que denominou «Moinhos aperfeiçoados»	Idem.	
8 » » » . .	Marie Charles Alfred Rutlin . .	Processo eapparehos para a purificação das aguardentes, afim de obter a totalidade de alcool ethylico, em estado de alcool de bom gosto	Idem.	

				Dr. Herminio Augusto Moreira Le- mos	Machina a que denominou « Separador de gomma », destinada a extrahir gomma de farinha de trigo	Idem.	
17	»	»	»	Luiz Jacome de Abreu e Souza . .	Machinismo a que denominou « Contador automatico », cujo fim principal é facilitar e garantir a cobrança das passagens em vehiculos de transporte de qualquer na- tureza	Idem.	
8	»	»	»	Domingos José Freire	Melhoramento no processo para obter a conservação das carnes frescas e outros generos alimenticios por meio de um gaz anti-putrido	Idem.	
17	»	»	»	William Ephraim Death	Apparelhos aperfeiçoados para destibrar hastes e folhas de plantas e materias fi- brosas analogas	Idem.	
17	»	»	»	Walter Whitfield Bosturick . . .	Grades, portões, guarda-ventos de janellas e outros objectos analogos, dobradiças aperfeiçoadas	Idem.	Transferida a The Bostwick Gate and Shutter Compa- ny, Limited, em 5 de abril de 1892.
29	»	»	»	Pedro Arrebot	Processo de clarear os couros curtidos por meio do gaz acido sulfuroso	Idem.	
29	»	»	»	Albert Henry Jacques Bergé . . .	Processo de saccharificação de materias amylaceas	Idem.	
29	»	»	»	Henry Appleby	Aperfeiçoamento nos tubos de grande tira- gem e nos meios de se poder regularisar a tiragem que produzem	Idem.	
22 de setembro de 1888.				Charles Tellier	Apparelho aperfeiçoado para empregar os calores perdidos, a fim de produzir uma força motora	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	REMARKS
22 de setembro de 1888.	José Pedro Alves	Machina destinada á solidificação da banha de porco	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	Transferida á Companhia Banha Rio Grandense Alves, por escriptura de 25 de julho de 1891.
22 " " " "	João Cordeiro da Graça e Roberto Law.	Applicação de ingredientes químicos para vitrificarem ou esmaltarem qualquer peça de ferro fundido ou outro, ou de qualquer metal.	Idem.	
4 de outubro de 1888.	Alexandre Jeune	Systema aperfeiçoado de produzir e aquecer vapor	Idem.	
" " " "	Carl Hergaumecher	Machina oscillatoria para peneirar farinha, denominada «Peneira horizontal».	Idem.	
" " " "	William Gadd	Invenção de construcção aperfeiçoada de gazometros	Idem.	
" " " "	Henrique Steven Bresson e Henrique Steven Petet.	Apparelho denominado: «Electro-aviso contra incendio», destinado a avisar automaticamente qualquer principio de incendio.	Idem.	
8 de " " " "	Leffus Perkins	Systema a que denominou «Apparelhos refrigerantes e congeladores aperfeiçoados».	Idem.	

120	"	"	"	"	Antonio George Schmidt	Processo para fabricar óleo extrahido de ossos, denominado «Fine Machine Oil»	Idem.
120	"	"	"	"	Claude Theophile James Vantin	Apparelhos aperfeiçoados para a extracção do ouro	Idem.
120	"	"	"	"	Henrique Osterman e Charles Lucroix	Nova liga metallica anti-magnetica.	Idem.
120	"	"	"	"	Carlos Accioli de Azevedo Bastos	Nova fechadura de segurança com despertador automatico, applicada a portas, gavetas e burras	Idem.
121	"	"	"	"	William Marthew Ducker	Construcções portateis aperfeiçoadas	Idem.
37	3	de novembro de 1888.			Manoel Saddock de Sá	Apparelho denominado «Previdente Saddock» para prevenir e obstar a violação das fechaduras das portas	Idem.
38	3	"	"	"	John D. Gibbs	Novo systema de distribuir electricidade para a producção de luz e força	Idem.
39	3	"	"	"	Henry Bouthillier Beaumont.	Processo de reduzir em plano a esphera terrestre	Idem.
40	3	"	"	"	Honorio Ferreira	Apparelho de serragem transversal das caixas de graxa das locomotivas	Idem.
41	3	"	"	"	Campos & Ventura.	Processo para a preparação de massa de tomates	Idem.
43	3	"	"	"	Augusto Graeniger.	Processos e aparelhos para tingir, limpar e branquear fios em carretel	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	RESERVAÇÕES
3 de novembro de 1888.	José Gualberto da Silva.	Contador e carimbador automatico para a contagem e inutilisação de sellos em cartas.	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
24 " " " "	Valentim Garcia Guedes.	Novo processo de Formicida denominado «Formicida Paulista»	Idem.	
24 " " " "	Conde Eduardo de Rottemmund.	Novo processo aperfeiçoado para extração de ouro, prata e outros metaes de pedras, areias ou residuos	Idem.	
24 " " " "	André Theodore Christoffe	Systema a que denominou «Rectificação aperfeiçoada do alcool»	Idem.	
24 " " " "	Francisco José de Oliveira Bemhesse	Novo systema de bomba de repuxo a que denominou « Bemhesse »	Idem.	
24 " " " "	Ch. Gansset & Comp.	Carimbador mecanico para carimbar cartas, inutilisar sellos e outras applicações semelhantes	Idem.	
" " " "	William Crovker	Systema de aperfeiçoamentos em tratamento de mineraes auriferos e na revivificação das materias empregadas neste tratamento	Idem.	
1 de novembro de 1888.	Marcos Rosenval	Novo processo para fabricação de grinaldas e outros objectos compostos de vidrilhos e missangas	Idem.	

21	14	»	»	»	»	Dr. Paul de Suzini	Invenção de uma força motora ether-hydro-pneumatica	Idem.
3	22	»	»	»	»	João Colli Padini	Novo aparelho postal de carimbar e numerar cartas, a que denominou « O Valenciano »	Idem.
4	22	»	»	»	»	José dos Santos Castro Silva	Processo para fabricação de calçado a que denominou « Calçado impermeavel »	Idem.
5	22	»	»	»	»	Franz Serafecus Koekler.	Processo para fabricar chumbo e balas de metal de toda a especie	Idem.
6	22	»	»	»	»	Adrien Herment	Novo mosqueteiro denominado « Mosqueteiro Joia »	Idem.
7	22	»	»	»	»	Orazes Lugo.	Invenção de machinas dynamo e motores electricos aperfeçoados	Idem.
8	22	»	»	»	»	Valentim José Tavares	Processo de conservação dos corpos e refrigerantes dos loaes pela acção do ar comprimido	Idem.
9	22	»	»	»	»	Alfredo Marques de Souza	Envelope de segurança.	Idem.
10	22	»	»	»	»	Jeronymo Lopes de Castro Souza.	Terreiro portatil aereo destinado a seccar café em côco	Idem.
11	4 de janeiro de 1889					William Segrand Card	Melhoramentos nosapparelhos para eliminar os metaes de suas matrizes ou gangas.	Idem.
12	26	»	»	»	»	Victor Guerinean e Pedro Maria Bisot	Apparelho portatil de gaezificar o ar ambiente para producção da luz, do calor, do movimento e para derreter metaes e mineraes	Idem.
13	1 de fevereiro de 1889					Conrad de Struve	Novo aparelho para purificar o gaz e regular a sua pressão.	Idem.
14	1	»	»	»	»	Henry Forber Julien	Tratamento aperfeçoadado de minerios auríferos e argentiíferos	Idem.
15	1	»	»	»	»	Ludurg Keylin	Processo novo de fabricar chumbo e balas.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1 de fevereiro de 1882.	Bernardo Enzenam	Nova disposição para expedição de telegraphmas em caracteres Morse por meio de correntes voltaicas e com emprego de um relé telegraphico	Por achar-se incurso no art. 53, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
2 de março de 1882.	Archibald Campbell Denton	Processo para fabricação aperfeiçoada de pedras marmores e argamassas	Idem.	
2 " " " "	Frederico Sydow	Secador de café a que denominou «Systema Frederico Sydow»	Idem.	
2 " " " "	John Alexandre Wilson.	Aperfeiçoamentos relativos ás caixas e pescoços das carruagens e outros vehiculos.	Idem.	
2 " " " "	John Henry Richardsen Dinsmore.	Aperfeiçoamentos na fabricação do gaz extrahido do carvão de pedra e nosapparelhos usados para este fim	Idem.	
2 " " " "	Richard Repsold	Apparelho denominado «Secador Repsold» para seccar productos vegetaes por meio do vacuo e do vapor	Idem.	
2 " " " "	Dan Rylande	Methodo aperfeiçoado para fabricar artigos de metal forrados de zinco	Idem.	
3 " " " "	Julio Augusto de Cerqueira Lima.	Preparado pharmaceutico denominado «Peitoral de Uruguayana».	Idem.	
6 de abril de 1882	Antonio José Pinto	Phosphoros—Cigarreira	Idem.	
13 " " " "	Francisco de Góes Pacheco.	Limpador de café em côco.	Idem.	

180	13	»	»	»	»	Oscar William Bergman	Aperfeiçoamento em armas de fogo	Idem.
181	13	»	»	»	»	Jean Cuggia	Nova escada corrediza denominada «Escada ascensor—systema Cuggia»	Idem.
182	13	»	»	»	»	Alexandre Parker	Processo da extracção aperfeiçoada de ouro e prata de seus minereos ou compostos e em dissolventes para os mesmos metaes	Idem.
183	25	de maio de 1889	»	»	»	Salvador Caruso	Processo para fabricar o pão denominado «Napolitano»	Idem.
184	25	»	»	»	»	Levi Franklin Smith	Invenção de batoques de valvula de comunicação aperfeiçoada	Idem.
185	25	»	»	»	»	Richard Herbert Lapare	Aperfeiçoamentos em machinas para locomotivas	Idem.
186	25	»	»	»	»	Camille Auguste Millet	Novo processo e apparelho para curtir couros e peles	Idem.
188	25	»	»	»	»	Octavio Pacheco e Silva	Novo molde de fabricar telhas denominado «Embocadura Telheira»	Idem.
189	25	»	»	»	»	Antonio Alvares Leite Penteado	Nova applicação do papel quadrilhado para a confecção de mappas de cafesaes	Idem.
190	25	»	»	»	»	Henry Francis Parsnos	Apparelhos aperfeiçoados para ligar e manobrar as chaves, os desvios e os signaes de caminho de ferro	Idem.
191	25	»	»	»	»	Charles Chambers	Aperfeiçoamentos no fabrico de sapatos, botas e todos os artigos conhecidos sob a denominação de calçado	Idem.
192	25	»	»	»	»	Horvard Matruves Ashley	Machinismo aperfeiçoado para fabricação mecanica de objectos de vidro ocós, taes como garrafas e outros	Idem.
195	25	»	»	»	»	Societé de Pudateon des Chemins de fer-glossants perfectecomier	Systema aperfeiçoado de caminho de ferro de corrediza com propulsão hydraulica	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
25 de maio de 1889.	James Mactear	Processo aperfeiçoado para preparar e tratar materias vegetaes fibrosas, afim de se aproveitar as suas fibras.	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
25 » » » » .	Meddleton Crassford	Prensas aperfeiçoadas para extracção de liquidos ou materia soluvel de materias solidas compressiveis	Idem.	
25 » » » » .	John Este Keen.	Processo de preparar as pelles dos animaes, para serem posteriormente manufacturadas	Idem.	
25 » » » » .	João J. Helene.	Machina denominada « Descascador Economico », destinada a descascar e beneficiar café	Idem.	
25 » » » » .	Rudloff Grubs & Companhia	Machinas frigorificas aperfeiçoadas.	Idem.	
22 de junho de 1889 .	Charles Henri Theodore Havemann e Albert Berrick Cunningham.	Processo aperfeiçoado de extracção de ouro, prata e chumbo.	Idem.	
22 » » » » .	Charles Teller	Apparelho para filtrar as aguas.	Idem.	
22 » » » » .	Alexandre Connacher	Machina aperfeiçoada de fabricar gelo	Idem.	
22 » » » » .	Niels George Sorensen	Fechaduras aperfeiçoadas	Idem.	
22 » » » » .	John Oldroyd e John William Oldroyd	Caldeiras de vapor e fornalhas aperfeiçoadas.	Idem.	

700	22	»	»	»	»	Antonio Coelho de Magalhães . . .	Processo para preservar as humidades das paredes, granitos e madeiras, denominado «Preservativo Magalhães»	Idem.
710	22	»	»	»	»	Francisco Ortiz	Fogão, a que denominou «Fogão Ortiz», destinado a seccar ou incinerar o lixo de qualquer materia a que se applique.	Idem.
711	22	»	»	»	»	Luiz Manoel de Oliveira Dias	Latrinas sanitarias	Idem.
712	28	»	»	»	»	Ignacio Lopes de Siqueira	Apparelho destinado ao fabrico completo de farinha de mandioca e polvilho, denominado «Machina Siqueira»	Idem.
713	28	»	»	»	»	William Leggrand Cardl	Concentradores seccos aperfeçoados para tratamentos minereos.	Idem.
715	28	»	»	»	»	Corrêa da Silva & Comp.	Nova applicação do material rodante de estradas de ferro a engenhos de beneficiar café	Idem.
716	28	»	»	»	»	Henri Harreson Doty	Aperfeçoamento no tratamento de plantas fibrosas	Idem.
717	28	»	»	»	»	Henri Albert Hughes.	Processos aperfeçoados de preparação da canna e outras materias por diffusão.	Idem.
718	28	»	»	»	»	Francisco Patricio Corrêa de Vasconcellos	Para construcção de carros para o transporte de caixões vãos para enterro	Idem.
719	6 de julho de 1889	»	»	»	»	Dr. Manoel Monte Godinho.	Preparado medicinal a que denominou «Vinho Morrhuol maltinado».	Idem.
720	6	»	»	»	»	Carlos Azevedo de Accioly Bastos.	Novo systema de malas de viagem denominadas «Malas commodas»	Idem.
721	6	»	»	»	»	Fredlick York Walseley	Apparelhos aperfeçoados para tosquiar carneiros, cavallos e outros animaes.	Idem.
722	6	»	»	»	»	Manoel José Machado da Costa.	Novo material rodante para o trafego em vias-férreas de bitolas differentes	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1112 1.º julho de 1889 . . .	Manoel Dias da Cruz	Machina de extracção de loterias denominada «Extractor Loterico Dias da Cruz»	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
1113 » » » » . . .	Eduardo John Hall e Harrison Israh Norton	Colchetes destinados a segurar e reunir em maço, papéis e objectos semelhantes	Idem.	
1120 » » » » . . .	Nels Michaël Strem	Machinismo para encher caixinhas de phosphoros	Idem.	Transferida a Cluñon Bierke, em 16 de dezembro de 1891.
1120 » » » » . . .	K. Andressen, Jorge Esenbach e Adolpho Sulow	Machina para secar café, a que denominaram «Paulista»	Idem.	
1120 » » » » . . .	João Dany Junior	Apparelho destinado a descascamento do café e arroz, denominado «Descascador Dany»	Idem.	
1120 » » » » . . .	Reinhold Handell	Novo instrumento de musica, denominado: «Lithophone»	Idem.	
11120 » » » » . . .	Linabipho José Vieira Ferraz	Serra de recorte -- Hercules	Idem.	
1120 » » » » . . .	Idem	Lubrificador economico	Idem.	
1130 » » » » . . .	Guilherme Mac Hardy	Machina destinada a separar pedras do café, denominada «Espartador do Contador de pedras Mc. Hardy»	Idem.	
11121 » » » » . . .	Dante Xavier	Processo para a conservação do leite puro.	Idem.	

745	30	"	"	"	"	Frederich Adolphe Reiblen	Systema aperfeiçoado de engarrafar bebidas depois de fermentadas	Idem.	
746	3	de agosto de 1889.				Bernhard Ludwig	Systema aperfeiçoado de ornamentação ou decoração de superficies de madeira e outras.	Idem.	
747	3	"	"	"	"	George Fraderick Strawson.	Apparelho aperfeiçoado para distribuição de sementes, adubos e outras substancias solidas ou liquidas.	Idem.	Transferida á Companhia Strawson Limited, de Londres, em 19 de setembro de 1891.
748	3	"	"	"	"	Manoel Lopes de Mattos	Explosivo, succedaneo da polvora e dynamite a que denominou « Selolito »	Idem.	
749	3	"	"	"	"	John Hope	Apparelho aperfeiçoado de fazer paraceros, bonds, etc., com avisador e indicador.	Idem.	
749	3	"	"	"	"	Lacerda Camargo & Comp.	Apparelho para transporte rapido, denominado « Conductor Paulista », para transportar café e outras materias	Idem.	
742	3	"	"	"	"	Charler Tellir	Novo apparelho aperfeiçoado para produção da força motora.	Idem.	
749	3	"	"	"	"	Société Anonyme des Moteurs Thermiques Gardis	Systema aperfeiçoado do motor « Thermico »	Idem.	
744	10	"	"	"	"	Collatino Marques de Souza.	« Poço Hygienico » cujo fim é tornar portaveis as aguas das chuvas ou dos rios	Idem.	
745	10	"	"	"	"	Elehn Thomsons	Machina electrica directa de soldar, forjar e tratar de metaes pela electricidade.	Idem.	
746	10	"	"	"	"	Clemente Augusto de Assumpção e Emilio Silvestre Dias	Aperfeiçoamento no fabrico de gaz e coke.	Idem.	
747	10	"	"	"	"	Elehn Thomsons	Systema aperfeiçoado de soldar por meio da electricidade.	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
10 de agosto de 1889.	Paul Vilhon.	Novo systema de tratamento mecanico das mandiocas e em geral das plantas tuberculentas a fim de extrahir as féculas que ellas contem	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
10 » » » »	Luiz Jacome de Abreu e Souza. .	Apparelho denominado « Sarcophago Inexhalante », que adaptado aos carros funebres, tem por fim impedir as exhalações que se desprendem dos cadáveres. . .	Idem.	
31 » » » »	Jean Baptiste Germain Bermeaud.	Aperfeiçoamento na producção de pinturas e desenhos sobre porcellana, louça e vidro	Idem.	
31 » » » »	Alberto Sedebattom	Systema de caminhos de ferro de sensação para divertimentos.	Idem.	
31 » » » »	Elehn Thomsons	Processo aperfeiçoado de lavar, estampar, cravar e tratar de outro modo o metal por meio da electricidade	Idem.	
31 » » » »	John Reid	Regulador de agua automatico	Idem.	
31 » » » »	Elehn Thomsons	De novos processos para soldar metaes por meio da electricidade e apparelho para este fim	Idem.	
31 » » » »	Effisio Cogleati	De mesas para annuncios	Idem.	
7 31 » » » »	Duvaldestin & Companhia . . .	Novo apparelho pulverizador	Idem.	

			Virgilio do Valle Vianna	Preparado denominado « Vinho Eupetico de Genipapo »	Idem.	
6 de setembro de 1889.			Paul Giffard.	Novo systema geral de balistica de gaz liquefacto	Idem.	Transferido á The International — (Giffard) G. Ordnance Company, Limited, em 19 de dezembro de 1892.
6 » » »			Jeronymo Lopes de Castro Souza	Separador-peneira com duplo fim, destinado a separar café em cereja do secco, paos, pedras e mais corpos extranhos e separar café beneficiado	Idem.	
14 » » »			John Brunan Brosius.	Aperfeiçoamento em machina de costura.	Idem.	
14 » » »			Antonio Luiz Chernaund	Compressor destinado aos estojos de caixas de phosphoros de segurança, denominado « Compressor Chernaund »	Idem.	
28 » » »			Collatino Marques de Souza.	Purificador de agua	Idem.	
28 » » »			Morris N. Kohn	Systema de telephonia interna, portatil e volante, applicavel a todos os fins.	Idem.	
28 » » »			Gustavo Prosper Cardemans	Novo aparelho destinado á producção de gaz fabricado com essencias mineaes	Idem.	
5 de outubro de 1889.			Santos Marau & C.	Carro de mão para conduzir cargas, denominado « Carro Industrial »	Idem.	
5 » » »			Sudring Glaser.	Cartucho de peça de artilharia para manobras	Idem.	
5 » » »			João Martins	Novo systema de fabricação de esteiras de palha continuas, sem emendas nem costuras	Idem.	
5 » » »			Belisaire Marinobitch e Geza Szarady.	Systema de audições telephonicas por meio de um novo aparelho de recepção automatica chamado « Theatrophone »	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
5 de outubro de 1889	Francisco José Ferreira de Rezende	Processo de fabricar vernizes para pintura e decoração em resina Jatahy	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882. . .	Transferida á Companhia Industrial do Brazil em 25 de agosto de 1899.
12 » » » »	Antonio Innocencio Augusto da Cruz.	Processo para a fabricação de aguardente extrahida da fruta denominada — Mamão	Idem.	
12 » » » »	Charles Sangdon Davies.	Novo methodo de geração rythmica de correntes electricas	Idem.	
26 » » » »	Frederico Schmidt.	Machinismo destinado á fabricação do acido carbonico liquido	Idem.	
» » » »	George Joseph Caperrell.	Machinas aperfeiçoadas para fabricar pregos	Idem.	
» » » »	Henry Carrod	Apparelhos aperfeiçoados para a purificação de agua	Idem.	
» » » »	James Holms Polleck.	Processo aperfeiçoado de extrahir ouro de seus mineraes e aparelho para este fim.	Idem.	
22 25 » » » »	Pedro Antonio Sant'Angelo.	Machina para ventilar café descascado denominada « Semi-duplo-ventilador Sant'Angelo »	Idem.	

de 1889.	Dr. Carlos Teixeira e S. Semreg Fog.	Processo para a extracção da cellulose dos vegetaes	Idem.
2 » » » »	Frederick Georg Wenckler . . .	De machinas aperfeçoadas de peneirar farinha	Idem.
9 » » » »	Alfredo Fernandes de Castro Bravo	Preparado denominado « Cognac de al- catrão »	Idem.
9 » » » »	Jean Cateysson e Charles Henri Dethnin	Placas para grudar cartazes-annuncios. .	Idem.
9 » » » »	Luiz Evaristo da Costa Cabral. .	Novo systema de latas para acondicionar doces ou generos analogos	Idem.
9 » » » »	Jules Tayollet	Nova machina para fabricar cigarros e charutos Havanezes	Idem.
9 » » » »	Samuel Beon	Machina para beneficiar café e arroz . .	Idem.
9 » » » »	Amando de Araujo Cintra Vidal .	Carteira para uso de escolas e collegios denominada « Apparelho Mecanico Amando »	Idem.
9 » » » »	Pedro Teixeira Godinho	Preparado denominado « Xarope anti- asthmatico Godinho », destinado ao tra- tamento da asthma	Idem.
21 de dezembro de 1889.	Manoel Dias Campos	Nova goiabada denominada « Goiabada de cacão e baunilha ».	Idem.
21 » » » »	Augusto Maria Coral.	Novo formicida e sua applicação sem auxi- lio da agua, denominado « Formicida Progreço dos Lavradores ».	Idem.
21 » » » »	Leon Seneaux	Apparelho motor hydraulico aperfeçoado .	Idem.
21 » » » »	Corrêa da Silva & C	De terreiros moveis, para seccar café . .	Idem.
21 » » » »	Harriet Ruth Fracy	De machinas aperfeçoadas de coser . . .	Idem.

Transferida a Feli-
ciano de Paula
Freitas em 15 de
julho de 1893.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	RESERVAÇÕES
21 de dezembro de 1889.	Henry Hutchinson.	Tratamento aperfeiçoado de minereos refractarios de ouro e prata e aparelho para este fim	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 31 de dezembro de 1882.	
21 » » » »	William Anderson.	Apparelhos aperfeiçoados para purificar a agua	Idem.	
21 » » » »	Carlo Trattini	Boia ou fluctador, enchendo-se automaticamente, denominado « Fluctador Italiano »	Idem.	
21 » » » »	Joseph Sacco	Apparelho posto em movimento por uma moeda para photographar automaticamente pessoas e objectos, e desenvolver e entregar as photographias assim obtidas.	Idem.	
21 » » » »	Thomaz Gregory	Apparelho de fiscalização de lotação de tramways e diligencias.	Idem.	
21 » » » »	Emilio Zeymer	Forno de effeito continuo e cargas moveis, denominado « Systema Zeymer »	Idem.	Transferida á Companhia Industrial de Olaria em 3 de janeiro de 1891.
» » » » »	Edward Sheardoun e Charles Barker	Processo e aparelho para limpar caroços de algodão	Idem.	
21 » » » »	Kent Hersey Carper	Conductores mecanicos das faiscas ou fagulhas das locomotivas	Idem.	

21	»	»	»	Sewer Brothers.	Processo de fabricação de tetrachlorureto de carbone	Idem.
24	»	»	»	Sewer Brothers.	Processo aperfeiçoado de extracção de azeite, oleo ou graxa	Idem.
24	»	»	»	Luiz Francisco Kuffre	Machina para desfilar e beneficiar a planta denominada « Ramie » (Bouneria Tena-cissima)	Idem.
»	»	»	»	Martin Henri Rumpf.	Machina de coser e bordar.	Idem.
26	»	»	»	Henrich Ostezmann e Aref Trip.	Nova liga metallica anti-magnetica.	Idem.
27	»	»	»	Charles Frederick Hime e John Henry Noad	Processo para preservar e tornar impermeaveis os tecidos e outras substancias.	Idem.
27	»	»	»	Bernardino Alves da Silva	Novo passador de marmelos, goiabas e tomates	Idem.
27	»	»	»	Samuel Bern.	Machina destinada a seccar café e outros grãos denominada « Seccador Bern melhorado »	Idem.
25 de janeiro de 1890.				Luiz Tavares Pinto da Rocha	Preparado denominado « Vinho tonico e digestivo de Tavares »	Idem.
25	»	»	»	Max Hoch	Aperfeiçoamentos nos motores actua-dos pelos hydrocarburetos pesados	Idem.
25	»	»	»	Manoel José da Silva Pinto	Novo systema de portas e janellas vene-zianas com diversos movimentos	Idem.
25	»	»	»	Albert Eduard Woolf.	De laminas de pilhas secundarias	Idem.
25	»	»	»	Bernardino Alves da Silva	Novo mexedor a vapor de goiabas e mar-melos	Idem.
25	»	»	»	John Alves	Da mesa aperfeiçoada de concentração para minereos	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
5 de janeiro de 1890.	John Wesley Hyatt	Processo e apparelho para extrahir de substancias vegetaes desaggregadas seus elementos liquidos e soluveis	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	Transferida a John Hermes Scarloss Junior em 26 de outubro de 1891.
15 » » » »	Carl Steffen.	Apparelho para lixiviar, clarificar e refinar o assucar impuro	Idem	Transferida á Companhia Industrial Assucareira em 8 de março de 1892.
15 » » » »	William Main	Aperfeiçoamentos em baterias secundarias ou accumuladores	Idem.	
3 de fevereiro de 1890.	William Alfred Gibbs	De fornalhas e apparelhos para a produção do ar quente de fumaça para seccar café e outras materias	Idem.	
3 » » » »	José de Souza Barros.	Pendulo—alavanca	Idem.	
3 » » » »	Hermann Johannes Krag e Erik Jorgenson	Aperfeiçoamentos em espingardas de repetição	Idem.	
3 » » » »	Gregorio Innocencio do Couto	Apparelho denominado « Salva-vidas automatico », que tem por fim evitar desastres nos bondes	Idem.	

3	»	»	»	»	Francisco Pio Pedro	Isolador para conductores electricos, a que denominou « Isolador Pio Pedro »	Idem.
3	»	»	»	»	Augusto Amazon	Novo relógio	Idem.
1 de março de 1890.					Joaquim Ferreira Romariz	Processo para fabricar vinagre natural da canna de assucar	Idem.
1	»	»	»	»	Middleton Crawford	Processo aperfeiçoado de effectuar a separação de particulas de diversas gravidades especificas, especialmente para a separação de ouro e outros metaes de minereos triturados ou divididos	Idem.
1	»	»	»	»	Manoel Francisco do Nascimento e Eduardo Magnin.	Apparelho denominado « Refrigerante bitubular », destinado a renovar o ar dos aposentos.	Idem.
1	»	»	»	»	William Maxwell Wood.	Aperfeiçoamento em projectis e no methodo de os fabricar	Idem.
1	»	»	»	»	Adelaide Harriet — Woodall	De machinas de escrever aperfeiçoadas.	Idem.
1	»	»	»	»	Roberto Florante Neuninger.	Novo forno de fusão e de reverbero.	Idem.
1	7	»	»	»	Verissimo Barbosa de Souza	Processo de navegação fluctuante e submarina pela pressão do ar	Idem.
2	7	»	»	»	Leopoldo Silva	Aerostato, a que denominou « Vinte e um de Abril »	Idem.
3	20	»	»	»	Edward Field	Machinas aperfeiçoadas actuaadas por gazes quentes, como ar e productos de combustão, com vapor de agua.	Idem.
5	20	»	»	»	Ricardo Guimarães Filho	Systema de construcção rapida e economica por meio de blocos e argila.	Idem.
6	23	»	»	»	Daniel Bithmont	Geradores aperfeiçoados de vapor a vaporização instantanea	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	RESERVAÇÕES
28 de março de 1890	Elehn Thomsons	Methodo aperfeiçoado de soldar e ligar por meio de electricidade	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
28 " " " "	Luiz Revinius	Descascador de café denominado « Hercules »	Idem.	
28 " " " "	John Burgun.	Caixa automatica para lavar latrinas, micro-rios, etc., denominada « Caixa automatica Burgun »	Idem.	
12 de abril de 1890 . .	Francisco Baptista Castanheda. . .	Novo motor para carris de ferro (bonds), denominado « Systema Castanheda » . .	Idem.	
12 " " " "	William Taylor	Aperfeiçoamentos applicaveis aosapparelhos de gaz de iluminação	Idem.	
12 " " " "	Schneider & C.	Obturador composto para bocca de fogo. .	Idem.	
12 " " " "	Joaquim Jeronymo Barrão e Antonio Leite Monteiro de Barros.	Apparelho denominado « Estufa endosmatica.	Idem.	
26 " " " "	Jacinto Monteiro do Nascimento.	Melhoramento nos vagões destinados á condução de carne verde.	Idem.	
26 " " " "	Hiram Henry Carpenter.	De accumuladores electricos aperfeiçoados	Idem.	
26 " " " "	José de Souza Barros	Bomba denominada « Bomba multipla com duas ou mais embolos »	Idem.	
26 " " " "	Julio Scheibel	Machina destinada ao beneficio de café, denominada « Machina Sangão »	Idem.	

930	»	»	»	»	Trajano Augusto de Carvalho . . .	Dique fluctuante	Idem.
130	»	»	»	»	Adt. Irmãos.	De construcções moveis.	Idem.
2 10 de maio de 1890 . .					Antonio Ferreira Martins Junior . .	De depositos com desinfectadores para guar- dar lixo	Idem.
3 16	»	»	»	»	Dr. Antonio Felicio dos Santos e Antonio Borges de Castro. . .	Novo processo para preparar peptona . .	Idem.
4 16	»	»	»	»	John Edward Richards	Machina aperfeiçoada de enrolar as folhas de fumo ou fumo cortado em fôrma de charutos, cigarros e outros artigos se- melhantes.	Idem.
5 16	»	»	»	»	Jeronymo Lopes de Castro Souza . .	Machina de beneficiar café, denominada « Constituinte »	Idem.
6 3 de junho de 1890. . .					Eugenio de Lacerda Franco.	Apparelho denominado « Lavador Lacerda », destinado a separar do café em cereja a terra, pedra e outras impurezas, sepa- rando o café baio ou murcho do café em cereja	Idem.
7 3	»	»	»	»	Theodoro Guilleaume.	De carreteis aperfeiçoados destinados a re- ceber arame farpado ou outras materias. .	Idem.
8 7	»	»	»	»	Hector Florimond Mœrl, Eduard Stanislans Veadislausvonis Bier- natzki e Luiz Alexandre Rezard. .	De fiação e tecelagem de panno com a fibra da bananeira.	Idem.
9 7	»	»	»	»	Edward Harold Crosby	Pilhas electricas aperfeiçoadas.	Idem.
10 7	»	»	»	»	George Phillips.	De revestimentos aperfeiçoados de constru- ções de madeira	Idem.
11 14	»	»	»	»	Pedro Faber.	Descascador de café denominado « Descas- cador Faber »	Idem.
12 14	»	»	»	»	John Wesley Hyatt	Machinas aperfeiçoadas de desagregar ou desintegrar a canna de assucar ou outras materias	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
14 de junho de 1890.	Parry Lincoln Badall	Ateador de fogo	Por achar-se incurso no art. 53, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
19 » » » » . .	George H. Edwards	De machinas locomoveis aperfeiçoadas . .	Idem.	
19 » » » » . .	George Frederik Bulen	Systema aperfeiçoado de signaes automaticos de alarme em caso de incendio. .	Idem.	
25 » » » » . .	Elijah Beans Cornell	De aperfeiçoamentos relativos ao novo systema de geração de calorico em fornalhas e outras de combustão	Idem.	
25 » » » » . .	William James Slater	Arruelas de metal para juntas de vapor liquido ou gaz	Idem.	
25 » » » » . .	Jorge Pires Ramos e João Marcolino Fragoso	Da applicação de determinadas plantas á fabricação do fio fino	Idem.	
1 de julho de 1890 . .	José Moreira Gomes	Apparelho a que denominou « Ventilador Moreira ».	Idem.	
1 » » » » . .	Augusto Graemiger, William Thomas Whithead, Sam Mason Junior e Erran Arthur Leigh . .	Apparelho de tingir, limpar ou branquear fios em carretéis	Idem.	
1 » » » » . .	Almeida, Azevedo & C.	Nova machina para a fabricação de esteiras, movida a vapor	Idem.	

883	1	»	»	»	»	»	Paul Clement Bosseau, Marie Joseph Dunis, Alexandre de la Baume e Marie Jean de Chanterac	Novo processo de purificação do alcool, fleugmas, vinhos, rum, aguardente de canna, e em geral, todos os liquidos ou bebidas alcoolicas	Idem.
885	1	»	»	»	»	»	Eugenio de Lacerda Franco	Machina denominada « Catador triplo, sistema Lacerda »	Idem.
886	1	»	»	»	»	»	João Lopes Ferreira Pinto	Apparelho a que denominou « Apontador automatico Eslageano »	Idem.
887	1	»	»	»	»	»	Benjamin Franklin de Albuquerque Lima	Carro para tramways de um só trilho.	Idem.
888	19	»	»	»	»	»	Antonio Luiz da Silva	Nova applicação da madeira da arvore denominada « Buragem macho » á fabricação de moveis curvados	Idem.
889	19	»	»	»	»	»	Antonio dos Santos Carvalho	Novo systema de caixas metallicas para depositos de agua denominadas « Caixas federadas »	Idem.
890	19	»	»	»	»	»	Stephen Alley	Apparelhos aperfeçoados para tratar minérios ou compostos metallicos	Idem.
892	19	»	»	»	»	»	Francisco Comas	De um injector de alcatrão e petroleo refinado ou bruto para produzir calorico.	Idem.
893	19	»	»	»	»	»	Ernesto Bazin	Nova applicação do ar comprimido, servindo para distribuir em domicilios a illuminação electrica e o frio, quer junta quer separadamente	Idem.

Transferida á Companhia de Moveis Curvados em 14 de novembro de 1892.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
19 de julho de 1890 . . .	Dionysio da Silva Pinheiro. . . .	Nova applicação da fibra da planta conhecida pelo nome de « Caloptris Gigantea » á fabricação de tecidos, papeis, cordames, etc.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
28 » » » »	Morton Green Bunnell	Machinas aperfeiçoadas de construir e concertar estradas	Idem.	
28 » » » »	José Pacheco Barbosa de Miranda Junior e Benedicto Novella da Silva	Apparelho denominado « Dorna Patente », destinado a fabricar vinho extrahido da uva natural	Idem.	
28 » » » »	Os mesmos	Apparelho para fabricar vinagre de uva natural e de canna	Idem.	
29 » » » »	José Candido da Silva.	Novo meio de fabricação de porcelana branca	Idem.	
1 de agosto de 1890. . .	Jacinto Monteiro do Nascimento.	Processo para fazer crina vegetal. . . .	Idem.	
4 » » » »	Joaquim Manoel Fernandes. . . .	Systema para petrificar o barro	Idem.	
5 » » » »	Walter Robertson.	Novo artigo aperfeiçoado em gela ou solidificado	Idem.	
5 » » » »	Rowland Brotherluod.	Trigonometro aperfeiçoado para uso dos engenheiros e agrimensores.	Idem.	
5 » » » »	Dr. Louis Weigert	Liquido excitante para elementos galvanicos	Idem.	

94	5	»	»	»	»	Gastão Galhardo Madeira	Novo aerostato dirigivel.	Idem.
95	5	»	»	»	»	Alexandre Iwan Hoffmann e Franz Hilmar Aueoswald.	De arreios aperfeiçoados especialmente applicaveis para domar cavallos espantados ou em disparada	Idem.
97	7	»	»	»	»	Manoel Corrêa de Almeida	Machinas para fabrico de farinha e extrahir polvillo da mandioca e diversas tubaras, denominadas « Raspador Almeida, Ralador Almeida e Extranidor Almeida »	Idem.
98	7	»	»	»	»	Luiz Restowitsch	Mobilia a que denominou « Camara Cadeira »	Idem.
99	7	»	»	»	»	Marcellin François Castelnau	Processo aperfeiçoado de tratar varios minérios mixtos ou compostos.	Idem.
10	7	»	»	»	»	Antonio Pereira Soares	Apparelho economico e automatico para lavagem de receptaculos, denominado « Progresso »	Idem.
11	14	»	»	»	»	José Maria Parreira	Novo explosivo denominado « Explosivo Brasileiro »	Idem.
12	14	»	»	»	»	João Caetano de Oliveira e Silva	Applicação nova das pilhas de Erythroxylense braziliensis para dellas extrahir cocaina	Idem.
13	14	»	»	»	»	Frank James Ludington	Machinas aperfeiçoadas de fabricar cigarros.	Idem.
14	14	»	»	»	»	Manoel José de Almeida Carvalho	Apparelhos destinados a fabricar carvão vegetal	Idem.
15	14	»	»	»	»	Frederic Fraget e Jean Carrère.	Processo de tratar as plantas textis para o fim de separar as fibras uteis	Idem.
17	3 de setembro de 1890					Antonio Augusto dos Santos Luzes	Systema balneario fluctuante	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
7 de agosto de 1890.	Antonio Luiz da Silva	Applicação nova da madeira das arvores denominadas « Goiabeira do mato e cultivada, cassuarina, genipapo e arco de pipa ». A fabricação de moveis curvados.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	Transferida por escriptura publica, a Companhia de Moveis Curvados em 14 de novembro de 1890.
27 » » » » .	Frederico Heydtmann.	Processo de tornar impermeaveis os tecidos de todas as qualidades.	Idem.	
28 » » » » .	Joseph Pons.	Novo systema de barris ou baldes fechando hermeticamente	Idem.	
28 » » » » .	Companhia Industrial do Brazil .	Novo cravo de fechaduras denominado « Cravo brasileiro »	Idem.	
28 » » » » .	Garff & Silva	Apparelho denominado « Caixa automatica Garff & Silva », para lavagem de latrinas	Idem.	
13 de setembro de 1890 .	Luiz Jorgensen.	Systema denominado « O Progresso », para fabricar collarinhos e camisas sem collarinho	Idem.	
11 » » » » .	Frederico Antonio Steckel	Systema e preparo denominado « Crystallina Steckel » para forrar tectos e para interiores de edificios	Idem.	

25	11	»	»	»	»	Dr. Guilherme José Teixeira . . .	Carroça hermeticamente fechada para transporte de lixo das habitações . .	Idem.	
26	11	»	»	»	»	Jenetta V. Bohamann e Joseph H. Rankin.	Nova machina de fabricar cigarros . . .	Idem.	
27	11	»	»	»	»	José Teixeira Marques	Novo processo a que denominou: «Ferro esmalte», para esmaltar o ferro batido ou fundido	Idem.	
28	11	»	»	»	»	Luiz Freitas de Sá	Machina de catar café denominada «Auxiliar Catador Sá».	Idem.	
29	11	»	»	»	»	Paulo Theodore Robin	Novo systema de fabricação de cartas de jogar e outros artigos semelhantes. . .	Idem.	Transferido à Companhia de Artes Graphicas do Brazil por escriptura publica de 13 de junho de 1891.
30	11	»	»	»	»	Idem	Novo processo de obter as chapas de metal gravadas, proprias à estamperia . .	Idem.	Idem, idem.
31	5	»	»	»	»	Ludovico Van Vestrand e Richard Wakeham Baxter	Novo apparelho para carregar as retortas a gaz	Idem.	
32	5	»	»	»	»	Thomas Paulo do Bom Successo Galhardo	Apparelho denominado «Travador Paulista», destinado a evitar desastres em carris de ferro	Idem.	
33	5	»	»	»	»	Antonio Luiz da Silva	Applicação nova da madeira das arvores denominadas «jequitibá, ipê, guarapara, pão de agua» e outras, para a fabricação de moveis curvados	Idem.	Transferido à Companhia de Moveis Curvados por escriptura publica de 31 de outubro de 1890.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
5 de setembro de 1890.	Augusto Marques	Novo systema de helice de passo variavel pelo deslocamento angular das abas . . .	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
7 " " " "	Verissimo Barbosa de Souza. . .	Apparelhos destinados á transmissão de cartas por terra e mar pela pressão de ar.	Idem.	
" " " "	Jacintho Monteiro do Nascimento.	Carroça para condução de lixo	Idem.	
10 " " " "	John Normand Spencer Willmand	Apparelhos aperfeiçoados para desagregar ou retalhar a canna de assucar. . . .	Idem.	
13 " " " "	João Gonçalves de Albuquerque e Antonio José Pereira	Apparelho para fabricação de pães para tamancos.	Idem.	Fica pertencendo ao segundo concessionario a parte relativa ao primeiro. Em 24 de março de 1893.
39 13 " " " "	Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchon. . . .	Novo systema de tilburys para duas pessoas, denominados « Tilburys Federaes».	Idem.	
40 13 " " " "	Jacintho Monteiro do Nascimento.	Nova telha de barro para coberta de casas.	Idem.	
44 17 " " " "	Joaquim Leocadio Freire. . . .	De celleiros subterraneos, formando depositos para a conservação de cereaes, generos inflammaveis e outros.	Idem.	

		»	»	Joaquim Leocadio Freire.	De colleiros esphericos subterraneos. de folha, chapas de ferro batido e outras materias, com tira-amstras-injector, for- mando depositos, para a conservação de cereaes e generos de todas as qualidades.	Idem.	
44	17	»	»	»	Companhia Industrial do Brazil	Novo systema de brochas aperfeicoadas para pintura e calção	Idem.
45	17	»	»	»	Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchon.	Novo systema de carroças para transportar moveis, bagagens. etc., denominadas « Carroças Villalba »	Idem.
46	23	»	»	»	Drs. José Mariosa e José Augusto da Rocha Almeida	Novo processo de conservação de carnes e peixes	Idem.
47	23	»	»	»	Gil Carlos de Almeida	Arçamassa denominada « Concerto hydrau- lico e brasileiro e submarino e aereo »	Idem.
48	23	»	»	»	James Mac-Kinlen.	Systema para amadurecer os alcools.	Idem.
49	23	»	»	»	Luiz B. Bittencourt Freire	De carroças vagões para transporte de lixo	Idem.
50	23	»	»	»	Adelardo de Souza.	Lavador mecanico de café em côco	Idem.
51	23	»	»	»	Joaquim Ramos de Azevedo.	Melhoramento de uma galga para triturar e seccar assucar, farinha de mandioca e outros productos	Idem.
52	4	de outubro de 1890.			Arthur Diniz Lagarde.	Systema aperfeicoado para a rapida fabri- cação de fumo em corda.	Idem.
53	4	»	»	»	Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchon.	Novo systema de carroças denominadas « Armazens ambulantes Villalba ».	Idem.
54	4	»	»	»	Carlos Conteville e Luiz Antonio Cosmolli	Forno continuo a gaz, systema Cosmolli & Conteville	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
16 outubro de 1890	Martial Luiz Emile de Saint-Denis.	Novo processo de curtir couro pela electricidade denominado « systema Emile Saint-Denis »	Por achar-se incursão no art. 53. § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
» » » »	Henry Onop	Novo aparelho mergulhador.	Idem.	
» » » »	Julio Ribeiro da Silva Menezes, Manoel José de Barros Penna, Eduardo Augusto da Costa e João Antonio da Silva Pires.	Meio de fiscalisar o recebimento de quaesquer quantias por meio da distribuição de bilhetes denominados — fiscaes	Idem.	Transferida á Companhia Editora Fluminense em 7 de maio de 1892.
» »	Dr. Gastão de Aragão e Mello.	Preparado denominado « Anti-beriberico Indigena »	Idem.	
» »	Francisco Alves Jorge Matta	Systema de preparo e conservação do peixe.	Idem.	
1 » » »	Rodolpho Fechner.	Processo e aparelho para a conservação do leite	Idem.	
11 » » » »	Paulo Theodoro Robin	Novo systema para imprimir e numerar simultaneamente os bilhetes de loterias.	Idem	Transferida á Companhia de Artes Graphicas do Brazil em 13 de junho de 1891.

32	11	»	»	»	»	José de Souza Barros.	Novo systema de bomba centrifuga. . .	Idem.
33	11	»	»	»	»	Joaquim Leocadio Freire e Astolpho Freire	Novo systema de preparação e emprego de ferro esmaltado na construção e ornamentação interna e externa dos edificios. . .	Idem.
34	11	»	»	»	»	François Léonard	Novo systema de ladrilhos e telhas de vidro	Idem.
35	11	»	»	»	»	François Léonard	Novo systema de coloração de vidros com materias vegetaes indigenas.	Idem.
36	11	»	»	»	»	Alfonso de Albuquerque	Novo systema de cigarreiras denominadas « Cigarreira Paulista »	Idem.
37	13	»	»	»	»	Carlos Ezrène Bailly.	Novo systema de publicidade applicado ás caixas de cigarros, charutos e phosphoros.	Idem.
38	13	»	»	»	»	Middleton Crawford	Aperfeiçoamentos emapparelhos de moer, applicaveis mais especialmente ao uso de moer e amalgarmineraes que contenham ouro e prata	Idem.
39	13	»	»	»	»	Edwin David Graff	Freios automaticos aperfeiçoados para trem de caminho de ferro	Idem.
40	13	»	»	»	»	José Garcia Rincon	Novo systema de cercas terrestres e maritimas para a industria de caça e pesca	Idem.
41	13	»	»	»	»	Antonio Salustiano Antunes, Francisco Romão Antunes e Augusto Cesar Vianna.	Applicação nova do fructo da palmeira indigena denominada « Attalea Tuni-fera », como combustivel.	Idem.
42	18	»	»	»	»	Gabriel Ferreira da Cruz e Eduardo Romaguera	Applicação de diversas raizes de arvores ao preparo de rolhas e para outros fins. .	Idem.

DATAS	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CAPACIDADE	OBSERVAÇÕES
23 de outubro de 1890	Charles Eugène Bailly	Novo adubo tendo por base o carvão animal, para fertilisar os terrenos cultivados	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
11 " " " "	O mesmo.	Novo systema de preparação de adubos e sua applicação ás culturas	Idem.	
11 " " " "	Jacob Klaes.	Machina para tecer fumo de corda denominada « Tecedor Klaes »	Idem.	
11 " " " "	Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchon.	Novo systema de açougues volantes, denominados « Açougues volantes systema Villalba ».	Idem.	
11 " " " "	José Candido da Silva	Processo de impressão de calco e lithographia sobre placas de metal	Idem.	
24 " " " "	José Maximo Torres de Freitas.	Processo de conservar a borracha em estado liquido	Idem.	
11 " " " "	Charles Eugène Bailly.	Nova almofada para janellas e saccadas, denominada « Almofada Sul-Americana »	Idem.	
11 " " " "	O mesmo.	Novo systema de transporte de materias organicas em perfeito estado de conservação	Idem.	
11 " " " "	Herbert Lindley e Thomas Browert	Machinas motoras aperfeçoadas de hydrocarbureto liquido	Idem.	

211	»	»	»	»	Hugh Corvan Deans	Novo systema de tubos de ferro laminados e pertences	Idem.
311	»	»	»	»	Emmanuel Couret e Antonio Fernandes dos Santos	Novo systema de adubos fertilisantes.	Idem.
411	»	»	»	»	Manoel Corrêa de Almeida e Adolpho Leyret	De uma invenção a que denominaram «Cidades Fluctuantes Moveis»	Idem.
5	4	de	novembro	de 1899.	Theodore Benjamin Girard.	Carburador a quente de todas as essencias de petroleo ordinario para a fabricação do gaz de illuminação	Idem.
6	4	»	»	»	João Franklin de Alencar Noqueira	Apparelho denominado «Turbina Cearense»	Idem.
7	7	»	»	»	Luiz Felipe Freire Aguiar e Emile Duceux	Nova applicação do bambú para delle extrahir massa para a fabricação do papel e outros artigos semelhantes	Idem.
8	7	»	»	»	Joaquim Teixeira da Fonseca Penaforte	Processo de tornar malleavel e corrozó.	Idem.
9	7	»	»	»	Castanheda & C.	Machina de bordar	Idem.
11	21	»	»	»	Edmundo de Oliveira.	Preparado denominado «Carvão Especial»	Idem.
12	21	»	»	»	Maurice L. Vellier.	Systema de ferro-carris ou tramways aereos	Idem.
13	21	»	»	»	Emile Granmasson	Systema de calçamento hygienico.	Idem.
14	23	»	»	»	Léger Palmer e Paulo Leclerc.	Systema de conservação de cereaes	Idem.
15	23	»	»	»	George Young e Frank Pearn	Mecanismo aperfeçoado para tingir e branquear o algodão, seda, lã e outras materias fibrosas em estado bruto ou manufacturado	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de novembro de 1890.	Davy Levy	Novo systema de forrar casas por um papel metallico, prevenindo a humidade.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
" " " "	Antonio Augusto Machado	Machina para destruir formigas, a que denominou « Machina Insecticida »	Idem.	
" " " "	Carlos Thomaz Pinto.	Processo para fabricar cimento artificial.. . . .	Idem.	
" " " "	H. Ulique Delforge	Processo para conservar cereaes indefinidamente.	Idem.	
" " " "	Agostin Kersonne	Systema de renovar a gravura das peças metallicas pela electricidade	Idem.	
" " " "	Alexandre Vaz Sodré e Eustaquio de Bittencourt Sampaio	Apparelho denominado « Reservatorio explosivel para gaz comprimido ». . . .	Idem.	
" " " "	Joaquim José Pereira.	Forno denominado « Forno-Calcinador », para fabricar cal de pedra calcarea. . .	Idem.	
2 de dezembro de 1890	Fernando de Barcellos Fontenelle.	Aplicação nova do fructo de « Sarantus Americanus », vulgarmente conhecido por herva de passarinho, para delle extrahir borracha.	Idem.	
2 " " " "	João Baptista Gomes	Applicação nova da crina indiana, extraída do Fosterio Oceanico, para enchimento de colchões e almofadas. . . .	Idem.	

8	»	»	»	»	Stephen Wells Wood.	Apparelhos ou machinas aperfeiçoadas de refrigeração e fabricação de gelo.	Idem.
7	»	»	»	»	Luiz Freitas de Sá	Machina de seccar café, denominada « Secador Sá ».	Idem.
6	»	»	»	»	Miguel Angelo Mastro Pietro	Canhão rapido denominado « Defensor »	Idem.
8	»	»	»	»	José Wall	De um ferro carril funicular « aereo e terrestre »	Idem.
8	»	»	»	»	Dr. Ramiro Fortes de Barcellos	Processo para a conservação indefinida do leite	Idem.
9	»	»	»	»	Antonio Salustiano Antunes e os Drs. Francisco Romão Antunes e Augusto Cesar Vianna.	Novo systema e aparelhos economicos para a fabricação rapida de assucar de canna, denominado « Systema Antunes ».	Idem.
9	»	»	»	»	João Domingues Vieira	Preparado denominado « Cognac de Alcatrão e Absynthio ».	Idem.
13	»	»	»	»	Cesario José Luiz Cordeiro.	Preparação de café torrado e moido por um processo denominado « Café des Armes »	Idem.
13	»	»	»	»	George Mallisson	Processo aperfeiçoado de fabricar pedra arenata hydraulica.	Idem.
13	»	»	»	»	Philipp Wallace Mackenzie.	Processo de fabricar gaz para ser empregado como combustivel	Idem.
13	»	»	»	»	O mesmo	Apparelho aperfeiçoado para fabricar gaz de iluminação	Idem.
16	»	»	»	»	Ruben Hallestein	Machinismo para manobrar portas ou alçapões de segurança em casos de incendio.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
16 de dezembro de 1890.	Raphael F. Pereda	Novo systema de cadeiras ou outros assentos, abrindo-se automaticamente por meio de uma moeda.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882 .	Por escriptura de sociedade, lavrada em 17 de janeiro findo, fica esta patente pertencendo em partes iguaes a Raphael F. Pereda e Antonio Luiz da Silva, 29 de fevereiro de 1891.
16 » » » »	Juan Garcia Villaroza	Systema de chalets e estabelecimentos aereos	Idem.	
16 » » » »	Alberto Vaz de Carvalho	Processo para a clarificação do assucar bruto	Idem.	
16 » » » »	Joaquim José de Oliveira.	De ventiladores hygienicos e automaticos.	Idem.	
24 » » » »	Cateysson, Detteum Sergio & C	Novo systema de carros annuncios, denominado « Annunciador Express » . .	Idem.	
24 » » » »	James Augustine Morrel.	Methodos e apparatus aperfeçoados de canforar e concertar soluções	Idem.	
24 » » » »	João Henrique Hatt	Novo systema de balança decimal denominada « São Carlense ».	Idem.	
24 » » » »	Philipp Wallace Mackenzie.	Apparellhos aperfeçoados de fabricação de gaz combustivel e de iluminação	Idem.	
25 » » » »	O mesmo.	Novo apparelho para o fabrico de gaz de iluminação	Idem.	

1	26	»	»	»	»	Adrian Gajardo	Apparelhos aperfeiçoados destinados a registrar o numero de pessoas que entram e sahem dos carros de tramways e outros vehiculos, bem como em edificios, etc.	Idem.
2	26	»	»	»	»	Clemente Lejeime	Novo processo de fabricação de colla de pelles anti-fermentescentes, imputresciveis e seccas	Idem.
3	26	»	»	»	»	Clemente Lejeime	Novo processo de imagem e preparação em massa de tintas e mastiques hydrofuges de todas as cores	Idem.
4	29	»	»	»	»	João Sylvio de Lemos	Systema de barcas vias-ferreas, terrestres e maritimas	Idem.
5	31	»	»	»	»	Zelino Antonio Pinto de Miranda	Applicação nova do papel comprimido á fabricação de novos objectos, como sejam: malas, caixas, barricas, telhas, ferraduras e garrafas	Idem.
6	31	»	»	»	»	José Antonio da Rocha Passos	Apparelho a que denominou «Gerador de gazes acidos sulpho-carbonicos»	Idem.
7	31	»	»	»	»	Theotonio Baptista	Fechadura de segurança a que denominou «Inviolavel»	Idem.
8	31	»	»	»	»	Michele Miscioni	Novo systema de annuncios	Idem.
9	31	»	»	»	»	José Maximo Nogueira Penido e Antonio José Gabina	Invento denominado «Cartão fiel», destinado a servir em companhias de carris urbanos	Idem.
10	6 de janeiro de 1891.					Daniel Pedro Ferro Cardoso	Applicação nova do ar por meio mecanico para a evaporação dos liquidos pelo aparelho a que denominou «Evaporador mecanico»	Idem.
11	6	»	»	»	»	Mancel Martins Gonçalves	Apparelho de ventilação para tirar fumaça ou vapores das fúlas e outras officinas.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
6 de janeiro de 1891.	Jean Gerard van den Elshut . . .	Novo systema de gazogeneo portatil universal para a fabricação dos gazes inflammaveis e explosivos pela carburação do ar atmosferico	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
13 » » » . . .	Alfonso Hasting	Machina destinada a separar o café perfeito do imperfeito e corpos de menor peso que este	Idem.	
13 » » » . . .	Luiz Duppon e Luiz Alexandre Rezard.	Applicação nova das fibras da planta—Sanseveria, do grupo das Hemerocalias, familia das Liliaceas, á fiação e tecelagem de panno.	Idem.	
13 » » » . . .	Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchon.	Novo systema de breaks, denominados « Breaks Villalba ».	Idem.	
19 » » » . . .	Giulio Chiati e Arthur Maria Teixeira de Azevedo	Novo aparelho para-raios para preservar os edificios dos effeitos electricos atmosfericos	Idem.	
19 » » » . . .	Euzebio Maximiano Pires Ferreira	Novo systema de carros frigerificos denominados « Pires Ferreira ».	Idem.	
20 » » » . . .	Guilherme Resta, Antonio Belli de Leonardi e Salvador Spinelli. . .	Novo systema de latrinas publicas . . .	Idem.	

20	»	»	»	»	»	Antonio da Rocha Passos e José Antonio da Rocha Passos.	Apparelho a que denominaram «Taxa-semi-cylindrica», para seccar e clarificar assucar, feculas, etc., e para outras applicações.	Idem.	
20	»	»	»	»	»	Idem.	Melhoramentos introduzidos nas tachas hemisphericas para seccar e clarificar assucar, feculas, etc., e para outras applicações.	Idem.	
20	»	»	»	»	»	Bertrandt Rechfort.	Seccador denominado «Rechfort», destinado a seccar café, cereaes, etc.	Idem.	
24	»	»	»	»	»	Charles Negrier	Novo forno para a concentração do acido sulfurico.	Idem.	
34	»	»	»	»	»	Carlos Accioli de Azevedo Bastos.	Novo systema deapparelhos salva-vidas destinados aos bonds.	Idem.	
44	»	»	»	»	»	George Moreau.	De produção e applicação industriaes do ar comprimido reseccado.	Idem.	
46	»	»	»	»	»	Augusto José Lopes e Mario Gianini, Luiz Sampaio Corrêa e Oscar Gaudio.	Systema de fabricar marmore «Artificial».	Idem.	
47	»	»	»	»	»	José Augusto Quirino dos Santos e William John Sheldon.	Novo systema de motor a gaz ammoniaco, denominado «Motor Excelsior».	Idem.	
58	»	»	»	»	»	F. Wan Kysselbergh.	Systema de distribuição e de gerador hydro-electrico.	Idem.	
59	13	»	»	»	»	Aloys Wirsching	Apparelhos aperfeiçoados de impressões telegraphicas.	Idem.	
60	13	»	»	»	»	José Bittencourt da Silveira.	Machinismo para fabricar qualquer qualidade de tamancos, galochas, etc., pregados por dentro.	Idem.	Transferida á Companhia Fabrica a vapor de fôrmas para calçados, em 29 de março de 1893.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1 13 de fevereiro de 1891 .	Bento Nichols	Systema eapparelhos destinados a permitir a chamada de mensageiros, carros, medicos e bombeiros de um ponto central para qualquer ponto de uma cidade . .	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
2 13 » » » »	Branlino de Aguiar e Carlos João Rolim	Processo de fabricação de marmore artificial, ladrilhos finos e mosaicos . . .	Idem.	
3 13 » » » »	Emile Camps	Processo de fabricação de tijolos e parallepipedos com terra secca	Idem.	
4 13 » » » »	Rudolf Ersilins.	Machinismo para fabricar cravos para feraduras	Idem	Transferida á Companhia Evon e a s Fluminense, por escriptura publica de 4 de setembro de 1891.
5 16 » » » »	John Brucher Archer.	Processo aperfeiçoado de fabricar gaz de illuminação e aquecimento eapparelhos novos para esse fim	Idem.	
6 16 » » » »	Americo Raymundo dos Santos .	Tear para fazer a liga destinada ao fabrico de chinellas	Idem.	
7 16 » » » »	José Xavier de Gouvêa Brum . .	Processo para forrar moveis, denominado « Corriapolis »	Idem.	

069	16	»	»	»	»	João José do Rego Nunes.	Preparado formicida e insecticida para matar formigas.	Idem.
070	16	»	»	»	»	Leger Palmer	Apparelho para excavar, suspender, lavar e dividir a concha destinada ao fabrico da cal.	Idem.
071	16	»	»	»	»	Carl Steffen.	Processo aperfeiçoado de lixiviação ou purificação de assucar.	Idem.
072	16	»	»	»	»	Maniz Aryborger	Lampadas aperfeiçoadas.	Idem.
075	18	»	»	»	»	Ernest Schulze	Machinas aperfeiçoadas de retalhar canna de assucar e materias analogas.	Idem.
076	18	»	»	»	»	Francisco de Góes Pacheco e Leon Boé	Ventiladores denominados « Leon Boé » sendo sem armação de peneiras, para separar o café da casca, depois de descascado	Idem.
077	18	»	»	»	»	Os mesmos	Idem, idem, idem para separar as pedras, folhas e páos do café em côco	Idem.
079	18	»	»	»	»	Os mesmos	Descascador de café, denominado « Descascador Leon Boé »	Idem.
080	18	»	»	»	»	John van Holmer	Novo systema de cadeiras e outros assentos	Idem.
081	18	»	»	»	»	Robert Davy Bowman	Processos e aparelhos aperfeiçoados para a producção do gaz oxygeno	Idem.
082	21	»	»	»	»	Gustavo Hermann Roeder	Machina destinada ao desfibramento das plantas textis, denominada « Systema Roeder »	Idem.
083	21	»	»	»	»	Moda Floriano	Machina destinada ao fabrico do fumo, denominada « Machina Floriano »	Idem.

Transferida á Companhia Industrial Assucareira, por escriptura passada em 8 de março de 1892.

DE ORDEN	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
84	21 de fevereiro de 1891	Louis Deloivre e Charles Golay . .	Apparelhos aperfeiçoados de moer trigo .	Por achar-se incursos no art. 58, § 4º, título 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882. .	
85	21 » » » »	José Baxeres Alzugaray	Aperfeiçoamentos na extracção de metaes, dos mineraes e outras materias metalliferas, bem como nos fornos e apparelhos respectivos	Idem.	
86	21 » » » »	Vicente Polka	Novo forno de camara annullar	Idem.	
87	23 » » » »	Francisco Chiarini	Apparelho escaldador a petroleo para caldeiras a vapor, e relativas cisternas isoladas para deposito de petroleo. . . .	Idem.	
88	23 » » » »	Joaquim Candido da Silva Carvalho	Machina destinada a alisar e engommar palha de milho para a fabricação de cigarros, denominada « Machina Levigadora »	Idem.	
89	18 de março de 1891	Jacintho Paes da Costa	Novo systema de tijolos, denominado « Systema Paes »	Idem.	
90	18 » » » »	Pedro J. Portilho.	Systema de construcção de casas fixas ou portateis, bem como qualquer genero de edificios pelo systema Monier	Idem	Transferida á Companhia Construtora La Cosmopolita de Montevideo, em 12 de março de 1892.

991	18	»	»	»	Fenelon de Castro Souza.	Processo aperfeiçoado de fabricação de chumbo de munição	Idem.
992	18	»	»	»	Hugo Bergamini	Systema refrigerador applicavel ás salas de todos os edificios	Idem.
993	18	»	»	»	Candido Franco de Lacerda.	Novo apparelho e machina de beneficiar café, ventilar-o e clarificar-o e outros grãos, denominado « Ventilador Lacerda »	Idem.
994	18	»	»	»	Antonio Luiz da Silva	Applicação da madeira do fagus silvestres e outras da familia das lupulíferas á fabricação de moveis curvados, conhecidos por austriacos	Idem.
995	18	»	»	»	Companhia Melhoramentos de São Paulo	Processo de fabricação de madeira petrificada	Idem.
996	18	»	»	»	Augusto Candido Gomes.	Isolador anti-hygrometrico.	Idem.
997	19	»	»	»	Alexandre Stanley Elmore	Processo aperfeiçoado de fabricação de tubos, laminas, tiras e fios de cobre por meio de electrolyse, e nos apparelhos empregados nesse processo	Idem.
998	19	»	»	»	Electrolitration Company	Systema aperfeiçoado de tratar as doenças com fios metallicos.	Idem.
999	19	»	»	»	Richard Heathfield	Machinas aperfeiçoadas empregadas para revestir folhas metallicas de metaes ou ligas de metaes.	Idem.
1000	19	»	»	»	Thomaz Ralph Douse.	Apparelho abafador e indicador electrico de incendios.	Idem.
1001	19	»	»	»	Adrian Laan, Cornelio Laan e Dirk Laan.	Novo systema de construcção de vasilhas para encerrar queijos.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
10 de março de 1891.	Paul Philippe François Michéa .	Processo de utilização completa do indicau e seus derivados extrahidos das plantas indigenas para a formação do anil por meio dos carbonatos e hydratos de amonio e outros alcalis, com o auxilio do oxigeneo	Por achar-se incurso no art. 53, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1832.	
3 23 » » » »	José Eduardo Mercadante . . .	Methodo para fabricação de sal, denominado « Systema rapido-continuo » . . .	Idem.	
1 23 » » » »	Emilio Ascagne Salvador. . .	Processo para fabricação da cellulose extrahida das fibras indigenas.	Idem.	
5 23 » » » »	Carlos Poma.	Melhoramentos no systema Monier. de construcções hygienicas de cimento e ferro	Idem.	
6 23 » » » »	Manoel da Costa Carneiro . . .	Nova industria de chapéos de palha por meio de materia prima vegetal de sua descoberta	Idem.	
7 23 » » » »	José Sá Hollanda Cavalcante . .	Apparelho denominado « Combustor de formigas »	Idem.	
18 23 » » » »	José de Paula Queiroz Junior . .	De combinação de saes, denominada « Cevadillo » destinada ao tratamento de animaes	Idem.	

9	24	»	»	»	»	Pedro Pinheiro Ferreira.	Novo vinho denominado « Providencia » .	Idem.
10	24	»	»	»	»	Leon Raimboux.	Recipiente de novo modelo para conservas	Idem.
11	24	»	»	»	»	O mesmo	Novo agglomerado chamado — Combustível Raimboux — destinado ao aquecimento de latas de conservas e a todas as applicações industriaes, artisticas, etc	Idem.
13	24	»	»	»	»	José Canellas.	Novo systema de ornatos de papelão, denominado « Artigos Canellas ».	Idem.
14	24	»	»	»	»	Miguel Velez.	Novo systema de viação aerea equilibrada por meio de vehiculos aerostaticos de estradas aereas, denominado « Trem Velez »	Idem.
15	28	»	»	»	»	T. T. Futtle	Ferro de engommar denominado « Favorito »	Idem.
16	28	»	»	»	»	Alberto Mariatte	Processo de preparar conserva de carne, fructa, etc.	Idem.
17	28	»	»	»	»	Michele Miscioni	Apparelho denominado « Gancho para tracção ».	Idem.
18	28	»	»	»	»	Germano Luiz Maria Vert e Charles Maine	Systema de via-ferrea economica com rampas fortes, dispensando os aterros, assim como obras de arte	Idem.

Transferido a Gil Carlos de Almeida, por escriptura publica passada em 26 de dezembro de 1891.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
28 de março de 1891.	Germano Luiz Maria Vert e Charles Maine	Systema de vias-economicas para transporte das colheitas das madeiras em geral, podendo tambem applicar-se ao transporte de passageiros.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
28 » » » »	Carlos Freire Villalba Alvim e Jorge Alberto Vinchont	Novo systema de carros-salões e de ambulancias, servindo tambem para pessoas idosas ou invalidas, denominado « Systema Villaiba »	Idem.	
28 » » » »	Antonio de Lavandeyra	Novo processo de extracção das fibras vegetaes.	Idem.	
30 » » » »	Manoel Lopes de Mattes.	Polvora denominada « Manoellina »	Idem.	
30 » » » »	Anatole Delphim	Novo systema de publicidade sobre os tramways e bonds	Idem.	
30 » » » »	Pedro Antonio Santogelo.	Melhoramentos feitos na machina « Descascador de café Engelberg »	Idem.	
30 » » » »	Ludwig Mond	Novo processo aperfeiçoado de extrahir nicks e fabricar objectos de nickel ou revestidos do mesmo metal.	Idem.	
30 » » » »	Auguste Wanqueiz Gattets.	Processo mecanico de despallagem de lã, linho, ramie e plantas textis em geral.	Idem.	
30 » » » »	Robert Mauly Cushman	Engradamentos metallicos aperfeiçoados dos diversos vehiculos empregados nas vias-ferreas e nos engastes dos mesmos.	Idem.	

31	30	»	»	»	»	»	Luigi d'Aurie e Henry Martin Robert.	Machinismo aperfeiçoado de bombas a vapor de acção directa não relativa.	Idem	Transferido á firma franceza Philippe Scholoss & Fils, em 24 de agosto de 1891.
32	30	»	»	»	»	»	Paul Kristofforitch.	Novo granito especial denominado « Piro-granyt »	Idem.	
33	4	»	»	»	»	»	Visconde de Carvalhaes	Processo de serrar, aplainar, tornear e polir as pedras graníticas	Idem.	
34	4	»	»	»	»	»	João José do Rego Nunes	Applicação nova das fibras dos vegetaes conhecidos por « Barba de Velho » e curarina	Idem.	
35	4	»	»	»	»	»	José Franklin de Alencar Lima	Producto novo denominado « Farinha brazileira de mandioca »	Idem.	
36	4	»	»	»	»	»	Auguste Bossau.	Novo alambique a vapor de destillação e rectificação simultanea	Idem.	
37	4	»	»	»	»	»	Compagnie de Salubrité	Systema de installação deapparelhospa o saneamento das cidades por canalisação pneumática.	Idem.	
38	4	»	»	»	»	»	Attilio de Petris	De carvão economico artificial	Idem.	
39	4	»	»	»	»	»	Eugen Reverdy.	Machina de descascar bagas de café, arroz, milho e outras frutas ou grãos vegetaes	Idem.	
40	4	»	»	»	»	»	Daniel Bettinut.	Systema de geradores de vapor de vaporisação rapida e de capacidade limitada, mas, sempre certa.	Idem.	
41	8	»	»	»	»	»	João Jorge Ryssoll	Processo para conservação de madeiras em contacto com o ferro e aço, substituindo estes dous metaes o antigo cavername tambem de madeira	Idem.	

N.º	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
2	8 de abril de 1891 . .	Dr. Urias Antonio da Silveira . .	Utensilios culinarios para os fogões denominados « Sul-Americanos »	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
3	8 » » » » . .	O mesmo.	De uma invenção denominada « Fogão Sul-Americano »	Idem.	
4	8 » » » » . .	Henri Barote	Processo eapparellios aperfeiçoados para a producção do extracto secco de café . .	Idem.	
5	11 » » » » . .	Clarindo Vicente Alves	Preparado a que denominou « Banha colorida »	Idem.	
6	11 » » » » . .	José Alves de Araujo Barroso. .	Processo para extrahir alcool da farinha de mandioca	Idem.	
7	11 » » » » . .	O mesmo.	Processo de extrahir da mandioca farinha impalpavel para o fabrico de pão. . .	Idem.	
8	11 » » » » . .	Jayme Carlos da Silva Telles. .	De novissimas applicações do papel comprimido	Idem.	
49	11 » » » » . .	Theotonio Baptista.	De novos processos e machinas para extrahir e applicar as materias fibrosas nos animaes vegetaes e mineraes	Idem.	

1150	15	»	»	»	»	»	Alberto Kuhlmann	Systema de via-ferrea com trilhos de fenda para tramways em ruas calçadas, denominado « Systema Kuhlmann »	Idem.
1151	15	»	»	»	»	»	Adolph Berrenberg e William Emery Nikerson	Novo systema de bombas de operar o vacuo	Idem.
1152	15	»	»	»	»	»	Edward Field	Processo para produzir mistura de vapor de agua e ar sob pressão, para uso de machinas motoras.	Idem.
1153	15	»	»	»	»	»	Cloris Arrault	De caixas ou quartos frigorificos «Arrault» destinadas ao transporte de carne fresca	Idem.
1154	15	»	»	»	»	»	Carl Steffen	Processo aperfeiçoado de fabricar assucar.	Idem
1155	15	»	»	»	»	»	O mesmo.	Processo para obter a quantidade de assucar crystallisavel contido na massa do assucar	Idem.
1156	15	»	»	»	»	»	Raphael F. Pereda	De abano automatico para cadeiras de balanço	Idem.
1157	15	»	»	»	»	»	Arthur Sauer	Processo aperfeiçoado de fabricar tijolos silicados e pedras artificiaes	Idem.
1158	15	»	»	»	»	»	José Cañellas e Gustavo Hastoy .	Novo systema de decorações e scenographias incombustiveis e hygienicas, applicaveis especialmente nos theatros. . .	Idem.
1159	15	»	»	»	»	»	Raphael Louro.	De uma invenção de movimento continuo. .	Idem.

Transferida á Companhia Industrial Assucareira, em 8 de março de 1892.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CAPACIDADE	OBSERVAÇÕES
20 de abril de 1891.	Americo Raymundo dos Santos.	Tear para tecer as chinellas vulgarmente conhecidas pela denominação de — chinellas de liga	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do Regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
20 » » » » .	Antonio José Cardoso.	Novo producto industrial denominado « Pedra sairo ».	Idem.	
20 » » » » .	Manoel Rodrigues da Fonseca . .	De telha com cauda.	Idem.	
20 » » » » .	Francisco Amelio de Figueiredo e João Gonçalves de Albuquerque.	Apparelho denominado « Estativa Ascensor » destinado a substituir as escadas e andaimes na execução da pintura e decorações dos predios	Idem.	
23 » » » » .	José Joaquim Cardoso.	Processo para conservar no estado natural os fructos do tomateiro (<i>lycopersicon esculentum</i>)	Idem.	
23 » » » » .	Clodins Thiorry e Manoel de Barros Taveira	Forno portatil para a carbonisação da madeira em geral, permitindo a obtenção dos sub-productos	Idem.	
23 » » » » .	Adolph Berrenberge William Amerly Nickerson.	Bombas aperfeiçoadas de operar o vacuo.	Idem.	
» » » » .	Luiz Dupont e Domingos Alves Meira	Applicação nova das fibras das plantas achmea, bilbergie, bromelia, karatas, jicarnie e outras da familia das bromeliaceas, á fiação e tecelagem	Idem.	

71	27	»	»	»	»	Charles Fairbairn.	Apparelhos aperfeiçoados destinados a for- jar e acabar objectos malleaveis tendo secções circulares transversaes.	Idem.
72	27	»	»	»	»	Adolpho Berrenberg e William Emery Nickerson	Novo systema de disjunção electrica.	Idem.
73	27	»	»	»	»	Adolpho Berrenberg	Da connexão de bombas de operar o vacuo.	Idem.
74	30	»	»	»	»	Ultime Courbassier.	Novo alambique para distillação economica do systema Courbassier	Idem.
76	30	»	»	»	»	Jean Eugene Emile Berla	Processo de fabricação de briquettes e outros agglomerados, servindo de combustivel	Idem.
77	30	»	»	»	»	William H. Lawrence	Pequenos livros, carteira e memorandum	Idem.
78	30	»	»	»	»	Ernesto Pires da Silva.	Apparelho destinado á fiscalisação do rece- bimento (cobranças) de passagens nos ve- hiculos de transporte de passageiros	Idem.
179	4 de maio de 1891	»	»	»	»	Caetano Theodoro da Silva	Modificações e accessorios feitos no actual apparelho de fabricação de farinha	Idem.
180	4	»	»	»	»	João Gonçalves de Albuquerque e Francisco Aurelio de Figueiredo.	Apparelho denominado « Fiel das Lam- padas » destinado a proteger as chaminés das lampadas de kerosene	Idem.
181	4	»	»	»	»	Os mesmos	Machina denominada « Hydrodynamica », cujo fim é realizar a tracção de vehiculos da natureza dos bonds	Idem.
182	4	»	»	»	»	Jean Van Der Mersch	Processo fabrico do preto de marfim.	Idem.
183	4	»	»	»	»	Johann Harberts	Appliação das fibras das plantas embaiba, embira e outras á fabricação de tecidos.	Idem.

Transferida á Com-
panhia Fabril de
Artefactos de Me-
tal, por escriptura
publica de 19 de se-
tembre de 1891.

	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1	4 de maio de 1891 . .	Johann Harberts	Applicação das madeiras cereja do Brazil, cipó-escada e outras á fabricação de moveis curvados, de vime e artigos semelhantes	Por achar-se incursão no art. 53, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
5	9 " " " " . .	Carlos Alberto de Moraes	Parallepipedo fluctuante denominado «Recreio Amphitritico»	Idem.	
7	9 " " " " . .	Luiz Chrysostomo de Oliveira e Thomaz Helbreu.	Forno aperfeiçoado para cozinhar louça de barro, telhas e tijolos	Idem.	
8	9 " " " " . .	Pedro Antonio Fagundes.	Carro para transporte e venda de carne verde, miudos a domicilios, systema Fagundes, destinado aos suburbios	Idem.	
9	9 " " " " . .	Jules Semonix	Systema de freio de fricção com cabo de secção differencial	Idem.	
	" " . .	José Abate e Gustavo Hastey	Novo ticket (bilhete) para cobrança das passagens dos bondes	Idem.	
	" " . .	Gregorio Yrurzim	Novo systema de motor a petroleo.	Idem.	
	" " " " . .	Francis V. de Coppet.	Processo e apparatus aperfeiçoados de fabricar gelo	Idem.	
103	12 " " " " . .	Emile Camps	Systema e machinismo de fabricar tijolos e outras ceramicas pelo methodo secco.	Idem.	

194	12	»	»	»	»	»	Emmanuel Pouret e Gaspard Paille	Processo de lixiviação e classificação de as- sucres bruto e mascavados.	Idem.
195	12	»	»	»	»	»	Cateysson, Dethesin, Sergio & Com- panhia	Novo aparelho portátil para a publicidade ambulante, denominado «Porta-cartazes»	Idem.
196	12	»	»	»	»	»	Clodins Thierry e Manoel de Bar- ros Taveira	Novo aparelho de classificar os acetatos e outros líquidos impuros	Idem.
197	12	»	»	»	»	»	Arthur Somello e Leopold Quarre	Novo systema de fechamento hermeto-auto- matico para diversas applicações indus- triaes	Idem.
198	13	»	»	»	»	»	Generoso Serramalera.	Carvão de pedra artificial com base de terra	Idem.
199	13	»	»	»	»	»	Bernardo Euzmann	Cobrador automatico paraapparehos tele- phonicos	Idem.
200	18	»	»	»	»	»	Athanazio Chuchu e Durval Vieira de Aguiar.	Novo systema de fabricação de cimento denominado «Cimento Bahiano», com os apparehos para esse fim	Idem.
201	18	»	»	»	»	»	Theotonio Lucio de Mello	Systema de fechaduras de segredo	Idem.
202	25	»	»	»	»	»	Antonio Luiz da Silva.	De tecidos de borracha	Idem.
203	25	»	»	»	»	»	Francisco V. Coppet	Machinas aperfeiçoadas de fabricar gelo	Idem.
204	25	»	»	»	»	»	O mesmo	Systema automatico de encher as fôrmas de machina de fabricar gelo.	Idem.
205	25	»	»	»	»	»	João Nepomuceno Baptista	Isolador de porcelana, com duplo gancho de metal para fixar fios telegraphicos e tele- phonicos, denominado « Isolador Ba- ptista»	Idem.
206	30	»	»	»	»	»	Samuel Figueiredo	Relogio a que deu o nome de «Kontsler»	Idem.
207	30	»	»	»	»	»	Francisco Pinto Brandão.	Systema para desinfectar e purificar caldo de canna de assucar e outros succos de variados fructos, para diversos misteres.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
30 de maio de 1891 . .	Erste Oestew Seifensieder Gewerks Gesellschaft	Novo refrigerante para a distillação dos ácidos sebaceos e de vapores de carbone hydrogenado.	Por achar-se incursão no art. 58. § 4º, ti- tulo 3º do regula- mento de 30 de dezembro de 1882.	
30 » » » » . .	Claudio Solanes.	Machina de fabricar telhas, tijolos, mani- lhas e em geral, todos os productos da argila ou outra substancia plastica, sem o uso da agua e do amassamento	Idem.	
30 » » » » . .	Frederico Carlos da Cunha e João Gonçalves de Albuquerque.	Bonds a vapor accumulado	Idem.	
9 de junho de 1891 . .	Antonio Tiburcio Gomes e Benedicto Novella da Silva.	Preparado para a extincção da formiga sauva. denominado « Formicida Flumi- nense »	Idem.	
29 » » » » . .	Lourenço Gomes Ferreira	Applicação nova dos cipós philodendron- speciosum schott-heteropsisthris e bau- hinia á fabricação de mobílias	Idem.	
313 » » » » . .	Jayme Carlos da Silva Telles	Novas applicações do papel comprimido	Idem.	
413 » » » » . .	Alfredo Eduardo Nogueira e To- bias Becker.	Systema de construcção de habitações	Idem.	
513 » » » » . .	Edwin David Graff	Systema de signaes electricos para caminho de ferro	Idem.	
613 » » » » . .	Antonio Martins da Costa	Nova forma de fabricar calçado de toda a especie, denominada «Fôrma Progresso». . . .	Idem.	

17	16	»	»	»	»	»	Alexandre Mac-Dougall	De construcção aperfeiçoada de navios. . .	Idem.	
18	16	»	»	»	»	»	Schneider & Companhia	Aperfeiçoamento nos mecanismos de fechamento de culatra das boccas de fogo . .	Idem.	
19	16	»	»	»	»	»	James Hills Hartridge.	Novas caixinhas aperfeiçoadas	Idem.	
20	16	»	»	»	»	»	Jean Van Der Mersch.	Nova graxa brilhante, denominada « Estrella do Brazil »	Idem.	
21	16	»	»	»	»	»	Leon Soulerin.	Novo systema de freios « Continuos » . .	Idem.	
22	16	»	»	»	»	»	Jeronymo Lopes de Castro Souza . .	Novo processo de fabricação de carvão e coke artificiaes	Idem	Transferida a Vicente Alves do Socorro, Custodio Coutinho de Miranda Jordão e Marianno Cixero, por escriptura publica de 20 de agosto de 1892.
23	16	»	»	»	»	»	Alberto José de Pimentel Hargreaves	Novo systema de calçamentos impermeaveis ou estanques.	Idem.	
24	20	»	»	»	»	»	Benedicto Novella da Silva	Carros com ventiladores mecanicos, denominados « Açougues ambulantes » . . .	Idem.	
25	20	»	»	»	»	»	Dr. José Roberto da Cunha Salles. .	Processo para preparar a borracha em rolos, pães, tubos, folhas, fios, laminas e para objectos moldados, bem como para vulcanisal-a.	Idem.	
26	30	»	»	»	»	»	Antonio Honestinghel.	Novo aparelho destinado a seccar massas alimenticias ou outras, denominado « Secador Salvatori »	Idem.	
27	30	»	»	»	»	»	John William Mac-Hay	Plantador e semeador combinados . . .	Idem.	
28	30	»	»	»	»	»	Schneider & Companhia.	Aperfeiçoamento dos mecanismos de fechar a culatra dos canhões de tiro rapido. .	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
30 de junho de 1891.	Adolpho Sydow.	Novo systema de chave para estradas de ferro e bonds	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
30 » » » » .	Manoel José Fernandes da Rocha.	Novo motor hydrodynamico, denominado «Motor-Brazil».	Idem.	
30 » » » » .	Francisco Gomes Ferreira de Lyra.	Machina a vapor aperfeiçoada	Idem.	
3 de julho de 1891 .	John Sherrington	Carrinho denominado «Caçamba volante», destinado ao serviço de terreiro para o café	Idem.	
3 » » » » .	Jean Baptiste Arthur Doffoil . .	Aperfeiçoamento nos arções e almofadas de sellins para corridas e outras sellas . .	Idem.	
3 » » » » .	Samuel Van Buren Essick . . .	Aperfeiçoamentos em telegraphos impressores	Idem.	
3 » » » » .	Louis Arsene Desy.	De um novo escavador	Idem.	
3 » » » » .	Julius Alexandre Nicolay Rasnunsen e Franz Marcotty	Pá de cabo extensivo, podendo servir de suporte para espingardas	Idem.	
3 » » » » .	Luiz G. Bordes.	Novo amassador economico para pão, bolachas, rosas e outros productos similares	Idem.	
3 » » » » .	Jorge Cavalcanti Ribeiro Pessoa.	Processo para o fabrico do cimento de pega lenta, composto de calcareo e argila refractaria, destinado ás obras hydraulicas.	Idem.	

241	4	»	»	»	»	»	Agostinho José Soares Brazil	Apparelho denominado « Fumigador hygienico », movido pela tracção animal	Idem.
242	4	»	»	»	»	»	Manoel Moreira Dias	Apparelho denominado « Illapso », para carrinhos tirados á mão.	Idem.
243	4	»	»	»	»	»	Padre José Armani	Apparelho denominado « Motor hydraulico fluctuante », destinado ao aproveitamento, como força motriz, das correntes fluviaes e maritimas.	Idem.
244	4	»	»	»	»	»	João Baptista Gomes de Amorim	Invenção denominada « Pyramide-Cosmos », cujo interior póde ser transformado em casa de negocio.	Idem.
		»	»	»	»	»	Giuseppe Gilelli	Novo descascador mecanico para café	Idem.
245	18	»	»	»	»	»	José Teixeira de Carvalho Junior	Processo de preparar as fibras das plantas guaxima, malva e pita, para serem applicadas de corda e similares	Idem.
247	18	»	»	»	»	»	João José do Rego Nunes	Da applicação nova de fibras vegetaes ás industrias de tecidos, cordoalhas e papel.	Idem.
249	18	»	»	»	»	»	Thomaz Clarkson	De concentradores aperfeiçoados e classificados-centrifugos de mineraes	Idem.
250	18	»	»	»	»	»	Floduardo Santos y Ravaza	Novo systema de estribos de bonds	Idem.
251	25	»	»	»	»	»	Drs. Antonio do Nascimento Silva e Luiz Barboza Madureira Freire	Carro-transporte de lixo, destinado á remoção de restos de alimentação de casas particulares, hotéis, etc	Idem.
252	25	»	»	»	»	»	Gian Dumenico Segui	Systema de telhas para casas	Idem.
253	25	»	»	»	»	»	Castanheda & Companhia	Machina de bordar até tres fios	Idem.
254	25	»	»	»	»	»	Alexandre Francis Garden Brown	Machinas rotativas aperfeiçoadas	Idem.
255	25	»	»	»	»	»	Leger Palmer	Forno continuo para queimar mariscos, conchas ou materias da mesma natureza, com o fim de fabricar cal	Idem.

DE ORDEN	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
6	29 de julho de 1891 . .	Julio Micheli e Luiz Gucci . . .	Systema de calçamento de madeira para ruas	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
8	29 » » » » . .	Francis Edward Elmore e Alexandre Stanley Elmore.	Aperfeiçoamento nosapparelhospara a fabricaçãode tubos metallicos por meio da electrolyse	Idem.	
79	29 » » » » . .	Emilie Chasseraux & C.	Pharol annunciador mecanico	Idem.	
90	29 » » » » . .	Auguste de Meritens	Nova pilha electrica	Idem.	
91	1 de agosto de 1891.	José Eduardo Mercadante	Apparelho destinado a purificar e desinfeccionar a agua, denominado «Hydro Hygienico»	Idem.	
92	1 » » » » . .	O mesmo.	Idem para desinfeccionar, denominado «Hydro-Desinfectante-Automato»	Idem.	
93	1 » » » » . .	O mesmo.	Idem denominado «Observatorio Portatil»	Idem.	
94	1 » » » » . .	João Gonçalves de Albuquerque .	Invenção denominada «Pulsor Hydraulico».	Idem.	
95	1 » » » » . .	Arthur Prado de Queiroz Telles, Aurelio Augusto Vaz, Manoel Vaz e José Pinol	De carvão artificial e respectivos apparelhos.	Idem.	
		Augusto Sconté.	Melhoramentos no fabrico dos relógios denominados « Americanos », de parede e mesa	Idem.	
		Gennaro Manfredi.	Apparelho denominado « Serra Diamantina », destinado a serrar rochas . . .	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
20 de agosto de 1891.	Manoel Corrêa de Almeida e Adolpho Seyret.	Machina para a força motriz das marés, para fazer subir as aguas em grande quantidade para lavagem de esgotos e outros misteres, e mesmo luz electrica e ar comprimido	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
20 » » » » .	José Joaquim Alves de Barcellos .	Nova applicação das leis physicas de dissolução e saturação ao processo actual da fabricação de assucar de canna, denominada « Processo industrial Barcellos ». .	Idem.	
1 de setembro de 1891	John Henry Neave.	Aperfeiçoamentos na fabricação de chapéus eapparehos para este fim	Idem.	
1 » » » » .	Francisco Trotta e José Cavaliere.	Apparelho para ser applicado aos fornos e fogões com o fim de substituir a lenha pelo carvão de pedra	Idem.	
1 » » » » .	Manoel Felipe de Souza Leão. .	Para fabricar banha de porco consistente e hygienica, denominada « Sul-Americana ».	Idem.	
3 » » » » .	Athilio de Petris	Para a fabricação do carvão de pedra artificial	Idem.	
3 » » » » .	Juan Gatell	Systema de portas relativas de aço . . .	Idem.	
3 » » » » .	O mesmo.	Machina distribuidora de perfumarias liquidas pela acção de uma ou varias moedas	Idem.	

»	»	»	»	Manoel Felipe de Souza Leão.	Para a fabricação de manteiga nacional hygienica legitima de nata de leite, denominada « Sul-Americana »	Idem.
3	»	»	»	Samuel Ami Bataillard	Machina para matar formigas. . . .	Idem.
3	»	»	»	Jean Gatell e Alfredo Garcia	Machina de estampar tecidos. . . .	Idem.
12	»	»	»	Syndicato Argentino do Gaz de Agua	Systema de depuração do gaz, agua, carvão de pedra, lenha e fabricação do hydrogeneo directamente, com a eliminação do anhydro-carbonico	Idem.
12	»	»	»	Guilherme Luiz Klier.	De telha aperfeiçoada, systema «Klier»	Idem.
12	»	»	»	George Middleton e William Reid.	Descascador de café aperfeiçoado	Idem.
12	»	»	»	Joseph Backer & Sons	Aperfeiçoamentos em fornos de padaria. . . .	Idem.
12	»	»	»	Nicolas Sucien Le-Turcq dos Rovers e Araham Martin. . . .	Deapparelhose processos aperfeiçoados applicaveis á torrefacção, compressão e empacotamento do café e outros productos similares	Idem.
18	»	»	»	Gabriel Lemoine	Apparelhos destinados a fazer parar instantaneamente qualquer vehiculo, denominado « Breack instantaneo de pedal ». . . .	Idem.
18	»	»	»	Friederizi & Strenitz.	Novo systema de machina para lavar roupa	Idem.
18	»	»	»	Harry Barringer	De geradores thermo-electricos aperfeiçoados.	Idem.
18	»	»	»	Manoel Fernandes Lopes Guedes	Novo ventilador limpador de café, denominado « Ventilador-limpador Guedes ». . . .	Idem.

Transferida a D. Maria Klier, por certidão passada pela 9ª Pretoria, em 8 de agosto de 1892.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
18 de setembro de 1891.	Maurice Elisée Hutin e Charles Leonard Armand Maurice Leblanc	Nova machina dynamo-electrica receptora para correntes alternadas	Por achat-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
18 » » » »	Frederick Charles Miller.	De machinas aperfeiçoadas de enrolar as torcidas de charutos	Idem.	
18 » » » »	Philip Henry Holmes.	Nova composição destinada a formar supports ou mancaes e conductores electricos.	Idem.	
25 » » » »	Arnaldo Soares da Silva.	Novo systema de illuminação de letreiros e disticos para carruagens, vagões de tramways e linhas ferreas e outros vehiculos, bem como para embarcações e edificios, denominada «Lampada-pharol» .	Idem.	
25 » » » »	Ferreira, Moreira & C.	Invenção denominada «Lixa Brasileira».	Idem.	
25 » » » »	Luiz Raspantini e João Antonio da Silva Peres	Producto novo a que denominaram «Asphalto artificial Raspantini»	Idem.	Transferida a Antonio dos Santos Lima Thompson, a parte relativa a João Antonio da Silva Peres, em 16 de março de 1893.

110	25	»	»	»	»	Constantino Pereira da Cruz Magalhães, Antonio Marques Camacho e Antonio José Caetano . . .	Da applicação da palmeira da carnaíba às artes e industrias	Idem.
111	25	»	»	»	»	Waldemar Flohr Mathiessen . . .	De uma invenção denominada «Vendedor automatico».	Idem.
112	30	»	»	»	»	Francisco Trotta	Novo tijolo architectónico	Idem.
113	30	»	»	»	»	Manoel Machado Toledo	De navio submarino e fluctuante a cylindros moveis	Idem.
114	30	»	»	»	»	O mesmo	Idem idem a cylindros fixos	Idem.
115	30	»	»	»	»	O mesmo	De um aerostato	Idem.
116	30	»	»	»	»	Saul Severino da Silva	Apparelho para fabricação de tijolos, denominado «Guanabara»	Idem.
117	10	»	»	»	»	Xavier Santero	De bilhete-carteira-annunciador para bonds, estradas de ferro e espectaculos	Idem.
118	10	»	»	»	»	Juan Garcia Villarrazza, Dr. Xavier Santero e Alfredo Eduardo Nogueira	Novo systema de annuncios	Idem.
119	10	»	»	»	»	Joaquim Magrini	De uma escada mecanica aerea	Idem.
120	17	»	»	»	»	Joseph Philip Wileman	Novo systema de preparação e disposição dos corpos incandescentes, destinados á producção da luz por meio do gaz de agua e hydrogeneo puro	Idem.
121	17	»	»	»	»	Amedéa Victor Derbes	Systema novo de tijolos para paredes ou separações internas das casas	Idem.
122	17	»	»	»	»	Carlos Baptista de Assis Figueiredo, Emile Desray e Fritz Glathardt	Nova preparação do pello e pelle dos animaes amphibios e terrestres para a chapellaria e outras industrias.	Idem.
124	20	»	»	»	»	Borbecker Maschineufabrik — und Giesserei	De novos fornos de padaria	Idem.

DE ORDEN	DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
25	30 de outubro de 1891.	Borbecker Maschinefabrik — und Glesserei	De amassadores de farinha apertigoños.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regula- mento de 30 de de- zembro de 1882.	
26	20 " " " "	Joaquim Abílio Borges e Ascle- piades José Jambreiro	Processo para a fabricação dos novos me- taes denominados «Prata artificial e ouro artificial».	Idem.	
27	20 " " " "	Manoel da Silva Bueno Filho	Apparelho denominado «Corril Fluvial» que tem por fim elevar e dirigir navios na transposição de cachoeiras e baixios.	Idem.	
28	22 " " " "	Afonso Luiz Fernandes da Cunha.	Novo apparelho para evitar desastres nas estradas de ferro	Idem.	
29	7 de novembro de 1891.	Francisco Gonçalves de Siqueira.	Apparelho denominado «Estrada de Ferro nêrea invencível».	Idem.	
30	7 " " " "	Samuel Alves de Azevedo	Melhoramentos introduzidos no fabrico dos phosphoros	Idem.	
31	7 " " " "	Francisco Aurelio de Figueiredo	Novo carro destinado a vender e trans- portar mercadorias, denominado «Mer- cado ambulante».	Idem.	
32	7 " " " "	Caetano da Costa Moreira e Tho- maz Holines	Processo apertigoñado de fabricar cimento.	Idem.	
33	7 " " " "	Luiz Felipe de Aguiar e Carlos Nascentes de Magalhães	Appliação da mica ou malacacheta, como isolador da electricidade, e por conse- guinte, sua applicação para postes tele- graphicos e telephonicos, e a todos os effeitos de isolador e fins semelhantes.	Idem.	

134	18	»	»	»	»	Charles Metad	De uma arandella (bobecheu) metallica luminosa	Idem.
135	18	»	»	»	»	Elisio Cogliati.	Systema de casas de banhos	Idem.
136	18	»	»	»	»	Botelho, Teixeira & Auler . . .	Machina de separar o café das pedras, denominada « Separador de pedras-Teixeira ».	Idem.
137	18	»	»	»	»	Joaquim C. de Oliveira e Silva e Antonio Martins dos Santos . .	Novo systema de tirar amostras do café sem deteriorar os saccos e apparelho para esse fim	Idem.
138	18	»	»	»	»	Manfred Meyer e Jules Martin. .	Novo systema de cartas de jogar, denominado « Baralho Brasileiro »	Idem.
139	19	»	»	»	»	Carl Thomas Blanch Brain . . .	Aperfeiçoamentos nos tramways ou caminhos de ferro electricos, ou outros em que os vehiculos sejam tirados por uma força transmittida de longe	Idem.
140	19	»	»	»	»	Etienne Bussière	Da applicação da bomba, dita « Carneiro hydraulico », ao reservatorio accumulador de pressão	Idem.
141	19	»	»	»	»	Jorge Henrique Klier.	Apparelho denominado « Incinerador Continuo », destinado a incineração do lixo.	Idem.
142	19	»	»	»	»	Samuel Leendert Hiuzer	Seccador para café, cacao e outros productos.	Idem.
143	19	»	»	»	»	Joseph Philip Wileman	De producção economica do hydrogeneo e oxydo de carbone, separada ou conjunctamente na forma de gaz de agua para illuminação e gaz gerador ou Siemens para combustivel	Idem.

Os direitos de Manfred Meyer foram transferidos a João Chenuy e Esprit Martin Junior em 30 de novembro de 1892.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
19 de novembro de 1891.	Daniel Martins Samb.	De nova pilha electrica.	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
19 " " " "	François de Doucker	De um aparelho denominado « Comburente ».	Idem.	
20 " " " "	João Baptista Gustavo Gautier	Novo systema motor rotativo e suas applicações.	Idem.	
20 " " " "	João Machado Nunes.	Apparelho denominado « Couraça de segurança »	Idem.	
20 " " " "	De Morgan Snell & Companhia.	Systema para receber, classificar, pesar, limpar, beneficiar e armazenar café e outrosim ventilar, ensiccar e entregar café á medida que qualquer ou todas essas operações forem precisas.	Idem.	
20 " " " "	Guglielmo Toselli.	Novo processo aperfeiçoado de fabricação de sal marinho	Idem.	
20 " " " "	Frederick Walter	Processo aperfeiçoado de carregar gazes nas garrafas, para expellir os líquidos nellas contidos	Idem.	
20 " " " "	John Suydam	De tubos automaticos de junção ou emparelhamento para carros de caminhos de ferro	Idem.	
20 " " " "	William Robisson.	Novo carro motor electrico.	Idem.	
20 " " " "	Arthur Thomas Collier.	De transmissores telegraphicos aperfeiçoados.	Idem.	

4	20	»	»	»	»	Elmo Eugenio e Felipe Pappadia.	Freio accumulador de força para bonds e vagões de estradas de ferro.	Idem.
5	20	»	»	»	»	Os mesmos	Apresto para obter a luz electrica nos vagões de estradas de ferro.	Idem.
6	20	»	»	»	»	João Gonçalves de Albuquerque e Frederico Carlos da Cunha	Locomovel a gerador de vapor instantaneo e inexplosivel	Idem.
7	20	»	»	»	»	João Baptista Alves de Oliveira.	De tijolos « Progresso ».	Idem.
8	12 de dezembro de 1891.					Leon Julien e Leopoldo Quarré.	Systema de forno economico para cozimento de louça, tijolos, telhas e cimento.	Idem.
9	19	»	»	»	»	Arthur Thomas Collier.	De telephones electro-magneticos aperfeiçoados.	Idem.
10	19	»	»	»	»	Dr. Paul de Susini.	Novo motor de vapor de ether	Idem.
12	19	»	»	»	»	Charles H. Ward.	Novo systema de preparar carvão, com especialidade carvão vegetal e fabrico de combustivel aperfeiçoado, economico e compacto	Idem.
13	19	»	»	»	»	Michels D'Anna	De um berço com movimento automatico.	Idem.
14	26	»	»	»	»	Everard Hesketh e Alexandre Marcet.	Aperfeiçoamento nos meios a empregar referentes a refrigerar ou esfriar carne ou outros artigos	Idem.
15	20	»	»	»	»	Alfredo Fernandes de Castro Bravo.	Aperfeiçoamento de Cognac de seiva de pinheiro e balsamo de tolú.	Idem.
16	20	»	»	»	»	James William Du Laney e Charles Franklyn Du Laney.	Mecanismo de dar corda aos relógios electricamente	Idem.
17	20	»	»	»	»	Dr. Charles Bertrand.	Novo systema de encanamento das aguas mineraes, gazosas, ferruginosas, bicarbonatadas, thermaes e sulfurosas, permitindo conduzi-las a qualquer distancia sem perda de suas propriedades naturaes.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
26 de dezembro de 1891.	Eugenio de Lacerda Franco . . .	Seccador aperfeiçoado apropriado á secção do café e outros corpos granulados, denominado « Novo Seccador Lacerda » . . .	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
26 » » » »	José Augusto de Souza Menezes . .	Processo especial para tornar malleaveis os objectos corneos, chifres e barbatanas de peixe	Idem.	
29 » » » »	Henry Thompson, Samuel Wilkes e Carlos Adens Reed	Novo systema de machinas para descascar café.	Idem.	
29 » » » »	Sigismund Baron	De movimentos mecanicos aperfeiçoados . .	Idem.	
29 » » » »	Frederico Carlos da Cunha e João Gonçalves de Albuquerque	De bonds a vapor instantaneo e inexploravel	Idem.	
3 29 » » » »	Charles H. Ward	Novo processo de moer e comprimir carvão, especialmente vegetal, em combinação com outro qualquer material, formando novo combustivel	Idem.	
71 2 de janeiro de 1892 .	Luiz Ferreira Drummond e Jorge Gomes dos Passos Perdigão	Novo systema de carro fiscal dynamometrico indicando o peso das cargas. . .	Idem.	
75 2 » » » »	Pierre Paulin Franze.	Systema de machinas de descascar a ramie e outras plantas textis	Idem.	
77 2 » » » »	Schneider & Comp.	Systema de aparelho de carga dos canhões dispostos em torrinhas	Idem.	

78	5	»	»	»	»	Os mesmos	Mecanismo de abastecimento automatico e continuo dos canhões collocados em torrinhas.	Idem.
79	5	»	»	»	»	Ernest Jules Pierre Mercadier	Systema de telegraphia multiplex	Idem.
82	5	»	»	»	»	José Agostinho dos Reis	Systema de casas economicas de madeira e amiantho.	Idem.
83	23	»	»	»	»	Eugenio Buffet	Nova pilha electrica denominada «Pilha Buffet»	Idem.
84	23	»	»	»	»	Andres de Chirés de Courmand e Carlos Alberto Ribeiro de Mendonça	Da applicação da casca do café com bebida	Idem.
85	23	»	»	»	»	Antonio Alves da Silva Junior e Euzebio Maximiano Pires Ferreira.	De telha aperfeçoada denominada «Telha Brasileira»	Idem.
86	23	»	»	»	»	Verissimo Barbosa de Souza	Motor de pressão de ar com applicação maritima e terrestre	Idem.
87	30	»	»	»	»	Mamede Ribeiro da Silva Lopes e Rodolpho Joaquim Rodrigues	Processo de preparar as fibras da planta Coroa Bilbergia e da sua applicação ao fabrico de tecidos, cordas, barbantes, lhinhas, etc	Idem.
89	30	»	»	»	»	Percival Everitt	Apparelho destinado a accender e apagar automaticamente as lampadas e combustores publicos de gaz	Idem.
90	30	»	»	»	»	João Pedro Fausto de Alcantara e Luiz Dupont	Applicação nova das fibras das plantas da familia das liliaceas á fiação e tecelagem.	Idem.
91	30	»	»	»	»	Pedro de Oliveira Santos.	De um apparelho denominado «Dynamô Industrial»	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
30 de janeiro de 1892	Pablo Harms e Felicissimo Paulo de Freitas.	De um aparelho denominado «Gravador Instantaneo Harms»	Por não se incurso no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
6 de fevereiro de 1892	Francisco Pinto Brandão	De uma invenção relativa á fabricação do linoleum	Idem.	Transferida ao padre Eliseu Augusto Adames, por declaração reduzida a escriptura publica, em 1 de março de 1892.
4 13 » » » »	Leopold Quarré.	Novo systema de chaminé de aeração e desinfeção	Idem.	
7 13 » » » »	Henri Consandier	Novo processo de extincção das formigas	Idem.	
6 13 » » » »	Francisco Comas	Da utilização industrial dos alcatrões acidos de petroleo e dos petroleos naturais depreciados para a fabricação de gaz de illuminação e briquettes	Idem.	
7 13 » » » »	Edward Selden Farnsend Hennedy	De uma cadeira de vapor de tubo radial ou porcupine.	Idem.	
8 13 » » » »	Walter J. Hammond e Joan Gordon	Grampo ou prego de fôrma melhorada de segurar os trilhos nos dormentes	Idem.	
9 13 » » » »	Herculano de Araujo	Novo systema de estribo articulado . . .	Idem.	

120	»	»	»	»	George Boynton.	Novo systema de diques e armazens fluctuantes combinados	Idem.
120	»	»	»	»	Eugenio de Lacerda Francó. . .	Machina de beneficiar café denominada « Novo Lavador Lacerda »	Idem.
120	»	»	»	»	Joel Gilbert Justin.	De construcção de obuzes para explosivo de grandes peças	Idem.
120	»	»	»	»	Carlos Poma.	Systema de tijolos a areia e cimento, denominado « Excelsior »	Idem.
127	»	»	»	»	Agostinho Maximo Nogueira Pennido.	Processo para preparar o producto denominado « Alfafa Brasileira »	Idem.
127	»	»	»	»	Roberto J. Kinsman Benjamin. .	De annuncios por meio de bilhetes de estradas de ferro.	Idem.
127	»	»	»	»	José Noschese	De um ventilador denominado « Noschese ».	Idem.
15 de março de 1892.					Pedro Casemiro Frederico Gerloz .	Novo processo da applicação da photographia aerea para organização de cartas cadastraes e trabalhos geodesicos.	Idem.
15	»	»	»	»	Jean Mathieu Racamier e Vicente Garcia	Novo meio para fabricar os tecidos elasticos para calçados, suspensorios, cintas, ligas, etc.—Systema Jean Mathieu Racamier e Vicente Garcia	Idem.
15	»	»	»	»	Alfredo Mattos Pinheiro	De terreiros elasticos para seccar café e outros productos	Idem.
15	»	»	»	»	Samuel Burguin	De carrinho-caixa denominado « Box-Cart ».	Idem.
12	»	»	»	»	José Innocencio do Amaral Campos	Machina denominada « Productor Continuo »	Idem.
12	»	»	»	»	Jules Kumemau.	De fermentação rapida dos caldos de melação de cannas	Idem.
119	»	»	»	»	Cecilio D'Alto	Processo de conservação de carnes	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
9 de março de 1892	Antonio Apollinario de Carvalho.	Novo systema de ferraduras aperfeiçoadas.	Por achar-se incursão no art. 5º, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
26 " " " "	George Thomas Belby.	Processo e apparelho novo para a fabricação de cyanueretos	Idem.	
26 " " " "	Franz Beste	Apparelho permittindo effectuar automaticamente a tomada e acabamento completo de photographias	Idem.	
26 " " " "	Uldarique Marga	Novo systema de cartuchos para armas de fogo.	Idem.	
26 " " " "	John Drennan Curtis	Aperfeiçoamento na fabricação de arame farpado	Idem.	
2 de abril de 1892.	Gustave Basse	De leite em fermentação alcoolica, denominada: « Hefyr »	Idem.	
2 " " " "	Uldarique Marga	Aperfeiçoamento em espingardas de repetição	Idem.	
2 " " " "	Samuel H. Brown.	Novo processo para recozer ou adoçar metaes	Idem.	
2 " " " "	Thomas Rodger.	De um arado aperfeiçoado para estender e nivelar o lastro sobre as estradas de ferro	Idem.	
2 " " " "	O mesmo.	Carro distribuidor automatico para deitar lastro nas vias-ferreas	Idem.	

46	9	»	»	»	»	Dr. Alvaro Alberto da Silva . . .	De verniz economico para diluir e melhorar outros vernizes	Idem.
47	23	»	»	»	»	Antonio Luiz da Silva	Nova applicação do bambú-bengala e do massiço á fabricação de moveis curvados, mobilia de fantasia, galeria e molduras.	Idem.
48	23	»	»	»	»	Augusto Garnier	Do papel vegetal	Idem.
49	29	»	»	»	»	Francisco Comas	Novo systema de transportes aereos para cargas de todas as qualidades.	Idem.
50	29	»	»	»	»	O mesmo.	Novo systema de suspensão aerea para canalisações de todas as qualidades.	Idem.
51	29	»	»	»	»	Os mesmos	Novo systema de transportes aereos por cabo sem fim para cargas de todas as qualidades	Idem.
52	29	»	»	»	»	Antonio Ribeirão Ferreira	Processo de conservação dos ovos em perfeito estado	Idem.
53	7 de maio de 1892.					Arnold Wertheimer	Machina destinada a carregar e descarregar carvão e outras materias, denominada « A Victoria ».	Idem.
54	7	»	»	»	»	Guilherme Greenhalgh e Luiz de Castilho	Apparelho para creosotamento de madeiras	Idem.
55	7	»	»	»	»	Os mesmos	Novo systema de fixar o trilho ao dormente na via-ferrea	Idem.
56	7	»	»	»	»	Alberto Henry	Aperfeiçoamento em relógio de dar corda pelo pé	Idem.
57	7	»	»	»	»	Pierre Lamena	Machina hydro-atmospherica de ar comprimido	Idem.
58	7	»	»	»	»	Charles Lampitt.	Idem destinada a separar, limpar e classificar grãos, servindo tambem para outros fins	Idem.
59	14	»	»	»	»	Francisco La-Rotonda.	Melhoramento introduzido na machina denominada « Fichary ».	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de maio de 1892 . . .	José Herculano de Castro . . .	De um apparelho denominado « Motor a vento »	Por achar-se incursão no art. 53, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
1 « » » » . . .	Wilhelm Kohler e Daniel Kégler.	Processo e forno para esmaltar os fundos dos utensilios de cozinha de esmalte. . .	Idem.	
1 « » » » . . .	De Morgan Snell & C.	De um transporte hydraulico	Idem.	
1 « » » » . . .	Matheus Nogueira Brandão. . . .	Isolador cabrestante de tracção, ou esticador, destinado a construcção das grandes linhas telegraphicas coloniaes e a outras canalisações electricas aereas	Idem.	
11 « » » » . . .	Arthur Diniz Lagarde.	Novo combustivel economico, denominado « Carvão Brasileiro »	Idem.	
28 « » » » . . .	João Gonçalves de Albuquerque e Frederico Carlos da Cunha . .	De um gazometro portatil	Idem.	
18 « » » » . . .	Samuel Bern	Melhoramentos na machina denominada « Despolpador Bern »	Idem.	
25 « » » » . . .	O mesmo.	Fornalha consumidora de fumaça	Idem.	
28 « » » » . . .	O mesmo.	Machina denominada « Engenho de café Bern » destinada a limpar, descascar, ventilar, brunir e catar café e descascar arroz	Idem.	

28	»	»	»	»	José Eduardo Mercadante	Apparho para destruir os miasmas dos esgotos, denominado « Miasmeiro Mercadante »	Idem.
28	»	»	»	»	O mesmo.	Apparelho destinado a destruir microbios, denominado « Injector Microcida Mercadante »	Idem.
4	de junho de 1892				Walter John Hammond e John Gordon	De um concentrador de minereos.	Idem.
4	»	»	»	»	John Mc. Carthy	De argolas para caixões funerarios	Idem.
11	»	»	»	»	Jules Pons	Explosivo por meio de reacção sem perigo, consistindo na liga de oxydantes, hydrocarburos e sulphuros	Idem.
11	»	»	»	»	Frederich Henry Heath	Aperfeicoamento em juntas de trilhos	Idem.
14	»	»	»	»	Marcellino José Vaz	Da applicação da fibra da planta denominada asclepias purassaxica de Linné a fabricação de tecidos, cordames, papeis e outros artefactos.	Idem.
18	»	»	»	»	Companhia Industrial do Brazil	Do novo systema de carros de mão com mola, para transporte de cargas, denominado « Carrinho Industrial »	Idem.
18	»	»	»	»	Dr. Charles Berthand	Systema e conjuncto de installação deapparelhos para engarrafamento de aguas mineraes, geyzosas naturais.	Idem.
18	»	»	»	»	Joseph Boykin Winderwood.	Machina para fazer cigarros	Idem.
25	»	»	»	»	Julio Francisco Ramos e João Dias de Almeida	Novo apparelho para apartar as pedras do café em côco.	Idem.
25	»	»	»	»	Daniel Meregaglia.	Processo de fabricação de papelão-pedra.	Idem.

Transferida a Henry Bernard por escriptura publica de 5 de outubro de 1892.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
25 de junho de 1882 . . .	Julio Francisco Ramos e João Dias de Almeida	Novo apparelho de descascar café . . .	Por achar-se incursa no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
25 » » » . . .	Dr. Antonio de Castro Lopes . . .	Novo gaz de iluminação domestica. . .	Idem.	
25 » » » » . . .	Antonio Silveira da Roza . . .	Processo aperfeiçoado de fabricar saltos de madeira para sapatos	Idem.	
25 » » » » . . .	Benedict Pirda	Novo processo de fabricação de carvão coke para fundição	Idem.	
25 » » » » . . .	Léon Julien e Leopoldo Quarre . . .	Novo processo de impressão sobre tecidos de todas as qualidades	Idem.	
25 » » » » . . .	João Franklin de Alencar Lima . . .	Machina denominada « Seccador Alencar Lima »	Idem.	
2 de julho de 1882 . . .	Augusto Alberto Guimarães de Azevedo	Novo systema de encaixotamento economico	Idem.	
2 » » » » . . .	Henry Parkes e Jean Cuninghame Montgomerie	Aperfeiçoamento na extracção de ouro e prata dos minereos ou compostos que os conteem.	Idem.	
2 » » » » . . .	Charles August Riedg.	De novas disposições applicaveis a todas as qualidades de calçado e de qualquer materia	Idem.	
2 » » » » . . .	William Snell Chenhall e William Francis Snell Chenhall.	Aperfeiçoamento na solidificação de oleos mineraes e outros, assim como de fluidos volateis e outros.	Idem.	

	» »	Frederico Carlos da Cunha e João Gonçalves de Albuquerque.	Gerador de vapor instantaneo, portatil e inexplosivel.	Idem.
2	» » » »	John Armstrong Chandler.	Systema de calçamento e modo de construí-lo	Idem.
9	» » » »	José Antonio da Fonseca Rodrigues	Apparelho denominado « Fonseca Rodrigues » destinado ao transporte, a pequenas distinctas, de mercadorias.	Idem.
23	» » » »	Ludwig Banes	Apparelho para descascar café, a que denominou « Universal »	Idem.
30	» » » »	Otto Umland.	De talas (éclisses) de junção para trilhos de caminhos de ferro.	Idem.
30	» » » »	Wallace Ransou Kirk e John Pickett Jackson.	Aperfeiçoamento nos eixos de carros de estradas de ferro ou ferro-carris.	Idem.
30	» » » »	Joseph Lunny & Comp.	De um apparelho combustor	Idem.
30	» » » »	Natali Osnehorski e Alexandre Sigismund Zwierzchowsky.	Processo de fabricação de sabão duro sem desalage	Idem.
30	» » » »	Pedro Fernandes Teixeira & Comp.	Systema de fechar hermeticamente caixas de folha de Flandres	Idem.
30	» » » »	Manoel da Costa Camorim	Aplicação nova dos espiques da palmeira da familia das Dessunacus á fabricação de moveis e varios artefactos.	Idem.
6 de agosto de 1892.		Pedro Caminada	Systema hydraulico applicavel á navegação para vencer grandes differenças de nivel.	Idem.
6	» » » »	Luiz Jacintho Gomes	De um barco submarino.	Idem.
6	» » » »	Fortunato Pereira da Cunha	Novo processo economico hygienico para refinar assucar.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
1 de agosto de 1882.	Benjamin Chamayou	Systema de fabricar cimento	Por achar-se incurso no art. 53 § 4º, titulo 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882. . .	
3 " " " "	Joaquim Estevão Coelho de Magalhães.	Apparelho denominado « Indicador Magalhães », destinado a carros de passageiros nas estradas de ferro, assignalando opportunamente cada uma das estações de parada	Idem.	
20 " " " "	Dr. José Roberto da Cunha Salles.	Preparado denominado « Apperitivo Americano »	Idem.	
19 " " " "	Ernest Hermann e Louis Philippe Cohen	Novo systema de fornalhas para queimar bagaço verde	Idem.	
20 " " " "	Virissimo Barboza de Souza.	Novo systema de balão denominado « Salvas-vidas » para ser applicado a navegação	Idem.	
31 " " " "	Giuseppe Gibelli	Descascador para café e cereaes, « Systema Gibelli »	Idem.	
30 " " " "	Aureliano de Souza Nogueira da Gama	Systema de cartões denominado « Cartões-Fiscaes Beneficentes » para o fim de fiscalisação na cobrança de passagens nos carros de companhia ferro-carril de qualquer especie de motor.	Idem.	
30 " " " "	Leonardo Botelho	Ventilador para café descascado, denominado « Ventilador Botelho ».	Idem.	

5 de setembro de 1892.	Eli Bouchard	Aperfeiçoamento na construção de ferraduras.	Idem.
6 » » » »	Desiré Lachausseé.	Apparelho de salvação em caso de incendio.	Idem.
13 » » » »	Pedro Maly	Processo para fabricação de carvão artificial	Idem.
13 » » » »	Augusto Maria Coral.	Novo processo de manipular o formicida denominado «Formicida instantaneo» e o modo de applicar	Idem.
20 » » » »	Ernesto Brulé Fils.	Systema de construção de casas e edificios de todo o genero por meio do papel comprimido	Idem.
29 » » » »	Prudencio Sans, Santiago Chile, Hermann Joseph Georg Moll e Alberto José da Costa.	De uma polvora a que denominaram «Polvora vegetal»	Idem.
27 » » » »	José de Azevedo Silva.	De caes amoviveis fluctuantes, com applicação aos mesm s effectos de caes fixos para carga e descarga de navios.	Idem.
4 de outubro de 1892.	Dr. Manoel Freitas Paranhos e Henrique Sastre.	De pedras artificiaes para calcamento, denominadas «Pedras mineraes ferreas»	Idem.
11 » » » »	Manoel Francisco dos Santos	Ventiladores aperfeiçoados para ventilar o café descascado separando a palha e a casca, denominado «Ventilador Santos»	Idem.
11 » » » »	Joaquim Gomes Jardim	Novo systema de fornalha economica, denominada «Fornalha Jardim»	Idem. Transferida a Jordão, Jardim & C., por escriptura de 7 de novembro de 1892.
11 » » » »	Francisco Garcia Pereira Leão.	Systema de canalisação destinado a evitar a formação de bancos de areia, na foz dos rios, nas embocaduras dos canaes, nas entradas das buhias	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de outubro de 1882.	James Richards Haskell	Aperfeiçoamento em peças de artilharia	Por achar-se incursos no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
" " " " "	O mesmo	Aperfeiçoamentos em peças de artilharia de carga multipla.	Idem.	
" " " " "	Stefan von Krassay	Motor de agua e de vento.	Idem.	
" " " " "	Henrique Sastré & C.	De uma invenção denominada « Madeira-ferro-nacional ».	Idem.	
" " " " "	Narciso Figueiras	Novo systema de pautados denominados « Pautados calligraphicos metricados ».	Idem.	
" " " " "	Raul de Susini.	Novo motor a vapor de ether sem fogão ou outros liquidos volateis, adicional aos motores a vapor de agua ordinarios	Idem.	
5 " " " " "	O mesmo	Idem a vapor de ether ou outros liquidos volateis.	Idem.	
25 " " " " "	O mesmo.	Motor a vapor de ether ou outros liquidos volateis, utilizando os calores perdidos nos motores a gaz ou similares	Idem.	
25 " " " " "	Carlos Anistetter	De transporte de madeiras por systema hydro-pneumatico	Idem.	
25 " " " " "	Francisco Garcia Castanheda	De salva-vidas e estribos de segurança para bonds, denominado «Systema Castanheda»	Idem.	

128	"	"	"	"	Francis Patrick Martin e John Thomas Martin	Aperfeiçoamento em guarnição de caixas de sobrepostas, ou caixas de estopa para guias, hastes de valvula, hastes de piston e de bomba de locomotivas e de machinas fixas ou outras	Idem.
5	de novembro de 1892.				Carlos Cockrane de Araujo Gondim	De uma invenção denominada « Engate-automatico — systema rapido »	Idem.
8	"	"	"	"	Francis Patrick Martin e John Thomas Martin	Aperfeiçoamento em guarnição metallica de caixas de sobrepostas ou caixas de estopa para guias, hastes de valvula, de piston e de bomba de locomotivas e de machinas fixas ou outras.	Idem.
8	"	"	"	"	Elias Elka Ries	Aperfeiçoamento em pedestaes ou soccos e regulação para lampadas electricas e outrosapparelhos electricos	Idem.
8	"	"	"	"	Luiz da Silva Bruhuns e João Machado Nunes	De um colchão denominado « Colchão automatico hygienico »	Idem.
18	"	"	"	"	José Sanchez	Processo e machinas para a fabricação de crina vegetal, cabos e cordas extrahidos da palha ou folha de butiazeiro	Idem.
21	de dezembro de 1892.				Christiano Junior	Processo aperfeiçoado de fabricar vinho de canna	Idem.
321	"	"	"	"	Gustavo Henoch e Edmond Maurice Comte Exhuans	Systema de classificação dos minereos pelo methodo secco, por meio do ar comprimido	Idem.
121	"	"	"	"	Joaquim Ramos de Azevedo.	Novo forno denominado « Ramos » para torrar café, farinha de mandioca e outros productos que se prestem.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CANCELADA	OBSERVAÇÕES
1 de dezembro de 1882	John Shewington	Machina para separar, catar e pesar café denominada « Catador-separador Shewington »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 31 de dezembro de 1882.	
27 " " " "	Louis Hirschfeld	Novo caderno de papel para cigarros, denominado « L'Automatique »	Idem.	
27 " " " "	José Procopio Machado	Descascador automatico para café e arroz, denominado « Descascador Machado »	Idem.	
27 " " " "	Pedro Lahr	Machina para amassar barro e fazer tijolos prensados sobre mesa rotativa.	Idem.	
27 " " " "	José Simão da Costa	Novo systema de calcamento denominado « Pavimento Sanitario Fluminense », destinado a substituir os actuaes empedramentos das ruas e tambem applicavel a tectos e soalhos.	Idem.	
27 " " " "	Augusto Barbosa	De uma invenção denominada « Poço tubular de ponta movel » applicavel á extracção de aguas do sub-solo para diferentes usos	Idem.	
10 de janeiro de 1893	Antonio Bento de Moura.	Machina destinada a separar as pedras do café em côco, denominada « Catador Moura »	Idem.	Transferida a Vieira, Moura & Irmão, por escriptura de 27 de junho de 1893.

10	»	»	»	»	Frederico Capoue	De um aparelho voador	Idem.
17	»	»	»	»	De Morgan Snell & C.	Systema motor amovivel, applicavel aos navios, saveiros ou qualquer embarcação.	Idem.
17	»	»	»	»	Sociedade anonyma The Stowger Automatic Telephone Exchange.	Aperfeiçoamento nos permutadores automaticos para telephone e outrosapparelhos	Idem.
17	»	»	»	»	João Ridoli	Motor à mão denominado « Motor João Ridoli »	Idem.
17	»	»	»	»	Antonio Borges de Oliveira . . .	Tigelas para receber o leite das seringueiras, feitas de folha branca de uma só e sem solda	Idem.
24	»	»	»	»	Alexander Francis Garden Brown	Aperfeiçoamentos em bombas e ventiladores rotativos	Idem.
24	»	»	»	»	Otto Boock	Melhoramento nos fornos circulares de tijolos	Idem.
24	»	»	»	»	João Gonçalves Ferreira Tito . .	Do aparelho salva-vidas denominado « Limpa-trilhos »	Idem.
24	»	»	»	»	Alfred Humber.	De aperfeiçoamentos relativos á producção de gaz e aparelho para o mesmo fim .	Idem.
24	»	»	»	»	Clement Sejeune	Novo quadro annunciador de estações de estradas de ferro.	Idem.
24	»	»	»	»	O mesmo.	Novo systema de cama portatil para viajantes e officiaes	Idem.
31	»	»	»	»	Gerard Beekman	De colhedores de algodão.	Idem.
31	»	»	»	»	O mesmo.	Aperfeiçoamentos em machinas colhedoras de algodão	Idem.
31	»	»	»	»	Manfred Mayer e José Parie. . .	Apparelho para o escoamento das aguas pluvias denominando « Gargouille » .	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CANCELLEDADE	CONSERVAÇÕES
7 de fevereiro de 1883	Julio Carvey e Pedro Maly . . .	Extractor para a exploração das areias auríferas e diamantíferas	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
7 " " " "	O mesmo.	De uma sonda pneumática para exploração das areias auríferas e diamantíferas . .	Idem.	
10 " " " "	Miguel Vélez.	Novo systema de bicos de gaz, dilatadores economicos e accendedores automaticos, denominados « Bicos de gaz Vélez » . .	Idem.	
10 " " " "	Francisco de Souza Machado . .	Apparelho salva-vidas para bonds ou carros tramways, denominado « Azas oscilantes »	Idem.	
10 " " " "	Eugenio Elmo	De um systema mecanico de reduzir a bitola nos vagões de estradas de ferro. .	Idem.	
17 " " " "	Antonio Borges de Castro . . .	De um producto denominado « Pó nutritivo de Borges »	Idem.	
14 " " " "	Miguel Vélez	Novo systema de machinas e processos aperfeicoados para a fabricação de gaz hydrogeneo de madeira ou qualquer materia vegetal, carburado com petroleo ou qualquer hydro-carbono, para ser empregado como calorico ou como gaz de illuminação, aproveitando-se os productos da carbonisação e distillação da madeira	Idem.	

14	»	»	»	»	João Julio	Novo systema de fornalha economica denominada » Fornalha Economica Paulistana »	Idem.
14 de março de 1893.					Philipp Hartenbach	De um apparelho para seccar café denominado « Seccador de café Hartenbach »	Idem.
14	»	»	»	»	José de Souza Barros	Systema de applicação da pressão exercida pelos líquidos, denominado « Gerador pneumático »	Idem.
	»	»	»	»	Nilo Diodati	De novos carros de baldeação para estrada de ferro de diferentes bitulas	Idem.
					João Fogaça de Souza Freitas	De um catador de café, denominado « Catador de café Fogaça de Freitas »	Idem.
					Jules Cawey e Isidore Haas	Apparelho destinado a impedir a entrada da poeira, fumaça, etc. dentro dos vagões de viajantes e outros vehiculos similares, denominado « Pulvo-Fuge »	Idem.
28	»	»	»	»	Hermann Philipson	Apparelho para apanhar baratas e outros insectos, denominado « Barateira Philipson »	Idem.
28	»	»	»	»	Germano Luiz Maria Vert	De uma invenção denominada « Bond aereo bicyclo »	Idem.
7 de abril de 1893 . .					O mesmo	Idem seringa de papel para pós insecticidas, denominada « Seringa insecticida »	Idem.
7	»	»	»	»	Ludwig Friedrich Reidel	Processo de fabricação do Phenyl-drine thylpyrazolone	Idem.
7	»	»	»	»	Theodor Puskas	De um destruidor de noticias telephonicas	Idem.
7	»	»	»	»	Marcelino José Vaz	Da nova applicação da fibra da planta denominada Yuca-Gloriosa, á fabricação de tecidos, cordames, papel e outros artefactos	Idem.
7	»	»	»	»	Dr. Antonio Jacintho Pereira Nunes	Da applicação do vegetal Vitis-Nili ao tratamento do beriberi	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CAPACIDADE	OBSERVAÇÕES
de abril de 1893 . .	Luiz Serra e Dr. José Ferreira de Souza Aguiar.	De uma ponte pneumática e portátil, denominada « Ponte pneumática e portátil Serra »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
» » » » . .	Elisha Barton Cutten	De processo e aparelho para produzir electrolyticamente soda caustica chloroliquido	Idem.	
» » » » . .	Feliciano Pires de Abreu Sodré . .	Da nova applicação do taquarussá e outros bambus á fabricação de vassouras, escovas e outros artigos semelhantes. . .	Idem.	
» » » » . .	Eugenio Elmo	De um impulsor para bonds	Idem.	
de maio de 1893 . .	Dr. João James Marchant	De um estojo aperfeiçoado denominado « O dentista em casa »	Idem.	
» » » » . .	Dr. Gregorio Guerreiro Laplaza . .	Machina de segar com força animal. . .	Idem.	
» » » » . .	Henrique Mielck	Novo processo de esterilisação de liquidos. .	Idem.	
» » » » . .	Zanello Santo	Novo ventilador descascador para beneficiar o café, denominado « Ventilador Zanello Santo »	Idem.	
» » » » . .	John Dremran Cratis	De um melhoramento do arame farpado. .	Idem.	
» » » » . .	Dr. Carlos Cianconi	Novo systema de forno continuo para a cal. .	Idem.	
» » » » . .	Ricardo Guimarães Filho.	De um fogão economico denominado « Culpe para cozinhar »	Idem.	

1.º de 1892 . . .	Manoel Luiz de Mesquita . . .	De uma invenção denominada « Lavadeira Economica Domestica »	Idem.
5 » » » » . . .	Thomas Beil e John Richardson . . .	Melhoramentos em machinas a petroleo ou outro combustivel liquido, portateis e semi-portateis	Idem.
5 » » » » . . .	Frederick Herbert Prentiss . . .	Melhoramentos em lampadas incandescentes para illuminação electrica	Idem.
16 » » » » . . .	Antonio de Oliveira & Comp. . .	De uma caixa automatica para descarga d'agua, denominada « Caixa Sanitaria » . .	Idem.
16 » » » » . . .	Joaquim Ferreira Dias . . .	De uma machina denominada « Machina rotativa a vapor—Ferreira Dias, » . . .	Idem.
16 » » » » . . .	Dr. A. Buchmüller . . .	De uma lampada electrica de incandescencia, com filamentos de sobressalente . .	Idem.
16 » » » » . . .	Martin Rose Ruble. . .	De um ventilador (Clower) aperfeiçoado . .	Idem.
16 » » » » . . .	Tenente-coronel Henrique de Villeneuve	Da applicação da planta denominada « Typha, » para a fabricação da massa de papel.	Idem.
8 de julho de 1892 . .	Dr. A. Buchmüller . . .	Systema de caixão, favorecendo e accelerando a decomposição dos corpos . . .	Idem.
8 » » » » . . .	Joseph Baker & Sons. . .	Apparelho seccador denominado « Seccador Baker »	Idem.
8 » » » » . . .	Antonio Izidro Gonçalves . . .	Systema de balancins, denominado « Balancim-inquebravel »	Idem.
8 » » » » . . .	O mesmo.	Systema de dormentes metallicos denominados « Dormentes economicos » . . .	Idem.
8 » » » » . . .	O mesmo.	Systema de aldraba denominada « Aldraba segura-hygienica »	Idem.
15 » » » » . . .	Joaquim Leocadio Freire e José Hilario Freire	Catador de pedras Caçapava, para café em côco	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
5 de julho de 1893 . .	Manoel Correa Baptista do Nascimento	Motor mecanico denominado « Nascimento ».	Por achar-se incursa no art. 58, § 4º, titulo 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
11 » » »	Antonio Ribeiro Ferreira	Processo economico e duravel de preparar os rolos para impressão typographica. .	Idem.	
11 » » »	Nicolas e Navazio	Machina «Varazis» para polir, seccar e dar brilho ao café	Idem.	
11 » » »	Dr. N. Gerlier.	De uma invenção sobre o modo de conservação do leite puro.	Idem.	
11 de agosto de 1893.	Elisario Castanho.	Apparelho descascador de café « denominado Descascador Castanho.	Idem.	
11 » » »	Heinrich Meinecke.	Mecanismo regulador para medidor de agua	Idem.	
11 » » »	Walter Charles Church	Melhoramentos em machinas a vapor, ou com relação a ellas e em outras machinas movidas por fluidos.	Idem.	
11 » » »	William Dandas Scott Moncriffe .	Aperfeiçoamentos no tratamento de materias de esgoto e um aparelho destinado a esse fim	Idem.	
	Eugenio Dilermando da Silveira.	Nova telha para cobertura de casas. . .	Idem.	
	Harl Müller.	Processo aperfeiçoado de clarificação . .	Idem.	
12 » » »	Gerard Beekman	Aperfeiçoamento em machinas de colher algodão	Idem.	

29	»	»	»	»	Antonio José Caetano Junior . . .	Apparelho denominado: «The Outlet», destinado a regularisar a partida de annuaes em prados de corridas.	Idem.
				Setembro de 1893 .	Franklin Pierce Hunemel . . .	De uma invenção de movimento mecanico.	Idem.
				»	L. Beligard & E. Fregeac . . .	Aperfeiçoamentos na fabricação de chapéos e uma machina para esse fim	Idem.
11	»	»	»	»	Feliciano Pires de Abreu Sodré. . .	Applicação da planta denominada: «Pajá ou de escoba» á fabricação de vassouras e outros objectos, bem como da utilização das outras partes dessa planta para outro fim.	Idem.
11	»	»	»	»	Max Eleerhardt.	De uma invenção denominada « Composição Eleerhardt», para extincção de incendios.	Idem.
6	de novembro de 1893.				Dr. Antonio de Castro Lopes . . .	Processo para conservar a agua perpetuamente fresca.	Idem.
6	»	»	»	»	George Dixon	Melhoramentos em machinas de vapor.	Idem.
6	»	»	»	»	Leonardo Botelho	De um descascador de café, denominado «Descascador-comico Botelho».	Idem.
6	»	»	»	»	Gierth & Lavagnino	De um aparelho para incinerar lixo, denominado «Incinerador Gierth & Lavagnino»	Idem.
6	»	»	»	»	Nicolas Iseli.	Novo processo de sua invenção de purificação de flegmas ou liquidos aquosos provenientes da fabricação do alcool, dos oleos e materias gordas	Idem.
6	»	»	»	»	Hermillo Alves Francisco Mourão	Systema de telhas chatas denominadas «Telhas Marçaleza»	Idem.
6	»	»	»	»	Alexandre Vaisset.	Apparelho para elevar cargas denominado «Montecharge Alexandre Vaisset»	Idem.
6	»	»	»	»	Christian Hansen	De um balanço ventilador mecanico	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
9 de novembro de 1893.	Agostinho Nogueira da Silva	Descascador duplo para café, denominado « Descascador Nogueira »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
9 » » » »	Frederico Strang	Secador para café e outros productos, denominado « Secador Universal »	Idem.	
9 » » » »	Otto Hoffmann	Melhoramentos emapparelhos destinados a humedecer o ar, ventilar casas, pulverisar, impellir e destruir sob forma de chuvisco qualquer liquido ou fluido	Idem.	
9 » » » »	José Francisco Franco	De carvão artificial, denominado « Carvão-economico »	Idem.	
9 » » » »	Arthur Octareias Wright.	Melhoramentos em serrafos e palhas de taboa, para tecidos, soalhos, divisões e outros fins identicos e nas machinas para fabrical-os	Idem.	
9 » » » »	Manoel Rabello Lobo Guimarães	De uma cama despertadora	Idem.	
9 » » » »	Joaquim Antonio de Oliveira	Processo especial para a fabricação da banha commum destinada ao uso domestico.	Idem.	
25 » » » »	Alexandre Vaisset.	Systema de fechaduras de segurança, denominado « Systema Vaisset »	Idem.	
125 » » » »	John Milton.	De fumeiros para fornalhas de caldeiras	Idem.	
225 » » » »	Robert Bell	Aperfeiçoamentos em meios e apparelhos destinados a aquecer ou ventilar carros de estradas de ferro	Idem.	

33	25	»	»	»	»	Jean Baptiste Vernay.	Machina de fabricar garrafas e quaesquer objectos de vidro soprado denominado «Systema J. Vernay»	Idem.
34	25	»	»	»	»	Alfredo Antonio Cardoso e Bastos.	Apparelhos que se adoptam e teem por motor o machinismo de relógio commum podendo ser applicados conjuncta ou separadamente, denominados « Moenogeno e Telemoto ».	Idem.
35	25	»	»	»	»	Manoel Baldemiro Ferreira	Novo systema de parallelipipedos para calçamento de ruas, praças, etc. a que denominou « Sulcos mosaicos »	Idem.
37	4 de dezembro de 1893.					Georges Antoine Bagé.	Desfibrador aperfeiçoado para a canna de assucar	Idem.
39	15	»	»	»	»	Carlos Grané e Carlos Conti.	Systema de grelha para caldeiras a vapor ou fornalhas de quaesquer fornos denominada: « Grelha Conti ».	Idem.
39	16	»	»	»	»	Charles Lyers	Aperfeiçoamentos nos freios de caminhos de ferro	Idem.
41	26	»	»	»	»	Alener Duell Thomas.	Methodo eapparelhos para limpar caroços de algodão	Idem.
42	27	»	»	»	»	Victor Alinquant	De uma correia mixta de couro e aço destinada a diversas applicações na industria e denominada «Correia de Segurança»	Idem.
43	27	»	»	»	»	Carlos Augusto de Castro e Silva.	Apparelho denominado « Engenho Ambulante ».	Idem.
44	27	»	»	»	»	Robert Hutchison	Aperfeiçoamentos no tratamento, preparação ou formação de compostos de gutta-percha e borracha.	Idem.
45	27	»	»	»	»	Augustin Avrial.	Machina de coser, portatil, de acção, actuada pela pressão da mão ou do pé.	Idem.
46	27	»	»	»	»	Louis Emerson Howard.	Melhoramentos em lampadas de arco electrico	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
2 de janeiro de 1894	Silva & Companhia	De uma ferradura denominada « Ferradura Silva & Companhia »	Por achar-se incurs no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
8 » » » »	Jacintho Pereira da Silva Barros	Descascador de café denominado « Descascador Bidiscolar »	Idem.	
14 » » » »	P. A. Van der Made.	De um seccador ou estufa racional	Idem.	
23 » » » »	Josephina Corrêa de Carvalho e Anna Magalhães Costa.	De um sabão denominado « Sapolio Cruzzeiro do Sul »	Idem.	
6 de fevereiro de 1894	Francisco Cardoso de Paiva.	De uma invenção denominada « Bastidor randa-moderna brasileiro »	Idem.	
7 » » » »	Jean Escole Pellegrini	Novo processo de fabricação, por synthese, do assucar crystallizado	Idem.	
7 » » » »	Carlos Poma.	Systema de molde especial para a fabricação de canos de cimento	Idem.	
» » » » »	G. Stahlberg & C.	Novo aparelho para dar gaz em qualquer lugar onde não existir gazometro, sob a denominação de Apparelho Automatico de gaz.	Idem.	
» » » » »	Charles Theryc & Alfredo Oblasser.	De accumuladores electricos	Idem.	
30 de maio de 1894	Eugenio de Lacerda Franco.	Ventilador para café, systema Lacerda.	Idem.	
23 » » » »	Alessandro Jesia	Processo da fabricação do marmore artificial	Idem.	

5	23	»	»	»	»	Henry Van der Weyde	Processo aperfeiçoado de tornar os blocos de gelo de facil fractura.	Idem.
6	23	»	»	»	»	John Shuwington	Apparelho de seccar café ou qualquer outra materia, denominado « Seccador rapido continuo »	Idem.
8	23	»	»	»	»	Werneck & Sonder.	Novo systema de canos para canalisações e drainagens.	Idem.
9	23	»	»	»	»	Francisco de Souza Pitanga e Marcellino de Araujo Pinna	Systema de lampada para desinfecção	Idem.
10	23	»	»	»	»	Werneck & Sonder	De um novo systema de calçamento	Idem.
11	23	»	»	»	»	Anna de Magalhães Costa e Josephina Correa de Carvalho.	De um saponaceo denominado « Cruzeiro do Sul »	Idem.
12	26	»	»	»	»	Thomas Sexton Crane.	De um methodo de revestir de cobre os cascos de navios e aparelhos para isso.	Idem.
13	26	»	»	»	»	Francisco Ferreira de Moraes	Uma invenção denominada « Combustivel mineral composto »	Idem.
14	30	»	»	»	»	Henry Cecil Fellotres William Robert e Henry Ferguson.	De aperfeiçoamentos na extracção e preparação das fibras da rhea e outras hervas e vegetaes fibrosos	Idem.
15	31	»	»	»	»	Eufrasio Manoel do Couto	Um meio de preparar nas machinas Bousak e Elliot cigarros com duas coberturas	Idem
16	4 de junho de 1894.					Joaquim Cezar da Rosa Peniche	Um separador de café em coco das pedras e areias misturadas com elle, denominado « Apparelho Cezar Peniche ».	Idem.
17	4	»	»	»	»	Carlos Miká de Magalhães	Um processo para fabricar pilhas electricas denominadas « Pilhas Miká ».	Idem.

Transferida á Companhia Nacional de Fumos por escriptura publica de 24 de maio de 1897.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
7 de junho de 1894 . .	Miguel Velez	Novo preparado de cigarros de tabaco com uma mistura de resina balsamica de tolu, denominados « Cigarros balsamicos de tolu »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º, do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
21 » » » » . .	Salathiel Avelino de Moura.	Novo systema de freio para ser applicado aos bonds, denominado « Freio systema Moura »	Idem.	
25 » » » » . .	Ervald Schoneberz.	Aperfeiçoamentos na fabricação de arame farpado para cercas	Idem.	
25 » » » » . .	Miguel Ribeiro Lisboa	Novo processo mecanico para marcar artigos ceramicos	Idem.	
28 » » » » . .	William Tanner Boxwell e John Wilson Hope.	Aperfeiçoamentos nas machinas para limpar caroços de algodão.	Idem.	
» » » » . .	Francisco Garcia Castanheda	Um distribuidor automatico para liquidos frios, quentes ou gelados, denominado « Caixeiro Economico »	Idem.	
» » » » . .	Agostino Ferroni	Nova telha economica, denominada « Telha Paulistana Ferroni »	Idem.	
» » » » . .	Elisario Castanho, Bento Martins e Gabriel de Lima	Apparelho rectificador de alcools, denominado « Rectificador, desinfector, aromatizador brasileiro »	Idem.	

0 5	»	»	»	»	John Shevington	Novo aparelho denominado « Alambique Shevington ».	Idem.
1 11	»	»	»	»	Alfred Senrot	Um processo de fabricação pelo emprego de pavios ou torcidas de papel, para phosphoros, vela de cebo, stearina ou cera e quaesquer outrosapparelhos de illumination e aquecimento, dotados de pavio ou torcida, denominado « Systema Senrot »	Idem.
2 11	»	»	»	»	Euzebio Maximiano Pires Ferreira e Manoel Alves dos Santos	Um balão submarino destinado a suspender do fundo do mar qualquer objecto	Idem.
4 19	»	»	»	»	Nicola João Floriano	Um motor pneumatico destinado a mover qualquer machinismo, quer de terra quer de mar.	Idem.
5 19	»	»	»	»	Manoel P. Castañor	Novo systema de bilhetes para a fiscalisação de passagens nos bonds, estradas de ferro, barcas e outros vehiculos de transporte de passageiros e entrada de divertimentos, denominado « Systema Castañor »	Idem.
6 19	»	»	»	»	Francisco Berrini	Um preparado denominado « Formicida Berrini », destinado á extincção das formigas	Idem.
7 30	»	»	»	»	Romulo Brazone	Uma tinta denominada « Tinta incombustivel ».	Idem.
0 14 de agosto de 1894.					Marcel Bernede	Uma pasta e escrevaninha portatil, denominada « Le Gladiateur ».	Idem.
1 14	»	»	»	»	Peter Henry Van der Weyde e Orazio Lugo	Aperfeiçoamentos na fabricação do asucar	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
24 de agosto de 1894.	Bernardino Corrêa de Mattos . . .	Apparelho para fabricar telha curva vulgarmente chamada « Nacional » para ser applicado a qualquer machina de fabricar tijolos	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
14 » » » »	Candido Francisco Ferreira . . .	Um apparelho para a extinctão da formiga saúva	Idem.	
5 14 » » » »	Manoel Feliciano da Costa . . .	Uma machina de guerra a que denominou « Metralhadora Nitheroy Rapida » . .	Idem.	
3 28 » » » »	Dr. F. W. Dafert & S. Rivinius.	Melhoramentos no processo de dessecamento artificial do café e materias semelhantes e sua applicação na construção dos seccadores	Idem.	
8 28 » » » »	Franklin William Hatch. . . .	Apparelho destinado a seccar café em coco, despulpado, grãos, sementes, folhas e outros productos, denominado « Seccador Franklin »	Idem.	
30 28 » » » »	João Prestes.	Um seccador de café systema Prestes . .	Idem.	
10 28 » » » »	Jean Marie Moret	Umas engrenagens de dentes moveis . .	Idem.	
11 28 » » » »	Julius Peter Jensen e Andreas Joachim Ludwig Treblein.	De mancaes de espheras applicaveis a toda a especie de movimento circular . . .	Idem.	

43	28	"	"	"	"	James Bibley	Aperfeiçoamentos nas machinas destinadas a limpar caroços de algodão	Idem.
44	28	"	"	"	"	John Stewart Mac Arthur	Aperfeiçoamentos na precipitação de metaes preciosos de cyanureto ou soluções semelhantes	Idem.
45	28	"	"	"	"	João Vasques	Um systema de appparelhos para loterias	Idem.
46	28	"	"	"	"	Jorge Luiz Teixeira Leite	De uma invenção denominada « Trilhos-veiculo »	Idem.
47	4 de setembro de 1894.					Joaquim Cesar da Rosa Punche	Um terreiro de seccar café, denominado « Terreiro rapido »	Idem.
48	4	"	"	"	"	Bernardo Pereira de Carvalho	Banco-carteira escolar, systema Carvalho	Idem.
49	4	"	"	"	"	Frederich Harrey	Um systema de torpedos	Idem.
50	4	"	"	"	"	Antonio della Torre	Um motor aperfeiçoado.	Idem.
51	4	"	"	"	"	Alexandre Varsit	Apparelhos para segurança de portas, denominados « Fechos Varsit »	Idem.
55	6 de outubro de 1894.					Ricardo Garcia de Menezes.	Tintas incombustiveis	Idem.
56	6	"	"	"	"	Xisto Banzini e Victorio Banzini.	Novo systema de telhas.	Idem.
57	6	"	"	"	"	Leonardo Botelho	Apparelho denominado « Separador-cata-dor Botelho », destinado a separar e catar caté.	Idem.
58	6	"	"	"	"	Clemente Meneres & Filho	Uma almotolia para transporte de azeite.	Idem.
60	6	"	"	"	"	Emile Javaux, Charles François Gallois e François Dupont	Um processo de purificação dos caldos assucarados pela electricidade.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
6 de outubro de 1894.	James Stinat Cochran e John Wesley Watkins.	Machinas para desembaraçar os caroços de algodão de sua fibra	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
9 » » » »	Adolpho Lacombe	Elevador de liquido automatico	Idem.	
9 » » » »	John Charles Love.	Um systema de ferro-carril electrico e melhoramento no mesmo.	Idem.	
17 » » » »	Fernando Pinheiro Paes Leme.	Um systema de destruição de formigas saivas e outras denominado «Systema Paes Leme» e apparelho para esse fim	Idem.	
17 » » » »	Adolpho Lacombe	Novo ventilador com regulador automatico, denominado « Ventilador hygienico »	Idem.	
17 » » » »	Jean Joseph Pierre Vidal	Apparelho para produção automatica do gaz de iluminação, extrahido do petroleo, denominado « Apparelho Vidal »	Idem.	
» » » »	Luiz Evaristo da Costa Cabral	Um systema aperfeiçoado de tampar latas.	Idem.	
» » » »	João de Souza Assumpção e Eduardo Magrini	Apparelho destinado a indicar o peso da carga contida nos carros ou carroças, denominado « Molagrammetro »	Idem.	

72	20	»	»	»	»	Francisco Couto da Silva e José Justino Barbosa Vianna	Uma invenção denominada «Sauracida Nacional», para matar formigas	Idem.
73	5 de novembro de 1894.					Antonio Alvares Vasques	Apparelho para transportar comida denominado «Porta-comida Vasques»	Idem.
79	6	»	»	»	»	Augusto Barbosa	Um poço tubular de captação e sondagem.	Idem.
80	14	»	»	»	»	Claude Achille Claussat	Um systema aperfeiçoado de braços articulados para toldos	Idem.
81	14	»	»	»	»	Paul Philippe François Michéa.	Cimento hydraulico brasileiro natural	Idem.
82	14	»	»	»	»	Coronel Patricio Alves de Cerqueira	Novo systema e plano de loteria denominado «Loto».	Idem.
83	28	»	»	»	»	Harl Meray Howath	Machina de rotação continua para estancar as matrizes	Idem.
84	28	»	»	»	»	The Miniragand Dredguig Power Company	Aperfeiçoamentos nas bombas a vapor de vacuo	Idem.
85	28	»	»	»	»	O mesmo	Aperfeiçoamentos emapparelhos de drenagem.	Idem.
86	28	»	»	»	»	Karl Hoefelmayer	Um assento hygienico para latrinas.	Idem.
89	17 de dezembro de 1894.					Fernando Sanjenis.	Machina denominada «Prensa-Seringa», e uma massa para matar formigas saúvas.	Idem.
92	20	»	»	»	»	Edmond de Salusse Lulussac	Um apparelho para affixação de annuncios, denominado «Biombo annunciador»	Idem.

Foi transferida a quarta parte dos direitos contidos por esta patente a P. S. Nicholson & C.ª por escriptura publica datada de 1 de fevereiro de 1895.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CAPACIDADE	RESERVAÇÕES
21 de dezembro de 1891.	Florindo de Souza Siqueira e Francisco de Paula Oliveira	Um systema de annuncios grandes illuminados pela luz electrica	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
23 " " " "	Luiz E. Ridone.	Apparelho denominado « Baar Auto » para distribuição mediante a introdução de uma moeda ou uma ficha, de refrescos, licores, agua perfumada, etc.	Idem.	
2 de janeiro de 1895 .	Alberto Kuhlmann.	De um misturador denominado «Misturador Kuhlmann»	Idem.	
4 " " " "	Antonio Ignacio da Fonseca.	Novo systema e apparelho de combinações numericas denominado «Sorteio rapido».	Idem.	
4 " " " "	João Carneiro	Um systema aperfeiçoado de telhas denominadas «Telhas-Carneiro».	Idem.	
7 " " " "	George Henry Croker.	Aperfeiçoamentos nas machinas destinadas a reduzir os caroços de algodão em estado de pó	Idem.	
12 " " " "	Alberto Kuhlmann Junior	Um novo processo de imprimir musicas e outros productos litterarios	Idem.	
" " " "	Conselheiro Francisco Günther.	Um processo para matar formigas e outros animaes que formam habitações subterraneas com comunicação multipla com o ar	Idem.	

8	14	»	»	»	»	José Lagí	Nova disposição deapparelhose linhas para communicações telephonicas . . .	Idem.
		»	»	»	»	Philipp Zuch	Uma composição de metaes para impedir que se sujem os navios e outras embarcações e para muitos outros fins uteis. .	Idem.
		»	»	»	»	Alfredo Bailly	Aperfeiçoamentos em fornalhas	Idem.
12	4 de fevereiro de	1895.				Joseph Peake	Um processo de utilização dos retalhos e artefactos de folha de Flandres para separação dos metaes e ligas que entram em sua composição, bem como para a fabricação de novos productos. . . .	Idem.
14	6	»	»	»	»	Louis Rauené	Apparelho de lavagem	Idem.
16	6	»	»	»	»	Guilherme Santer	Apparelho destinado a caçar formigas, denominado «Caça Formigas». . . .	Idem.
18	14	»	»	»	»	Ciriaco Sacletti & Comp. . . .	Apparelho para carpir os cafesaes ou outra qualquer layoura, denominado «Carpi-deira helica»	Idem.
20	19	»	»	»	»	Carlos Donping e Frederico Guilherme Kemper	Um novo seccador para café.	Idem.
21	20	»	»	»	»	Dr. Richard Ottokar Lorenz. . .	Processo e apparelho para obter zinco e chumbo pela electrolyse dos chloretos fundidos	Idem.
22	20	»	»	»	»	Joaquim T. F. Penaforte . . .	Facil «motus» vehiculo.	Idem.
25	25	»	»	»	»	Eduardo Vicente de Auzac . . .	Descascador de café e arroz, denominado «Descascador Cariacicano».	Idem.
26	28	»	»	»	»	Marques & Ferreira	Apparelho para ventilar e refrescar as salas dos edificios, denominado «Ar Hotel» .	Idem.
28	5 de março de	1895.				Alexandre Ludgero Vaz Sodré e Lourenço Gomes Ferreira. . .	Apparelho denominado «Vassoura mecanica de Alexandre», destinada á lavagem de soalhos, ladrilhos e convez de navios.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
11 de março de 1895	Segismundo Kobler	Aperfeiçoamentos no systema de fechamento de latas sem soldadura	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
24 " " " "	Manoel Alexandre Viveiros.	Um salva-vidas «Viveiros».	Idem.	
24 " " " "	Eduardo de Azevedo	Um segurador automatico	Idem.	
25 " " " "	José Antonio Pereira da Silva Rocha	Um systema de fabricação de caixas de segurança para kerozene.	Idem.	
28 " " " "	Ricardo Ramos.	Um preparado denominado «Vegetalecida»	Idem.	
6 de abril de 1895	José Domingues Mendes	Um systema de fabricação de cimento, em tudo igual ao cimento Portland, ao qual denominou «Cimento Mendes»	Idem.	
15 " " " "	Roberto Tavares	Um verniz preto japonês e um verniz branco japonês	Idem.	
18 " " " "	Alberto Snigrun	Turbinas hydraulicas de injeção centripeta aperfeiçoadas.	Idem.	
18 " " " "	Sebastião Tejo	Processo de preparar papel para cigarros e fumo a que denominou «Sebastião Tejo»	Idem.	

				José de M. Borges, Manoel Joaquim Baptista Cabral e Americo Nunes Duarte da Costa.	Para indicar o excesso de carga de um caminhão, denominado « Dynamoscopia Borges »	Idem.
24	»	»	»	Georg Isaac	Um processo de impressão photo-química.	Idem.
27	»	»	»	Diogo Campbell.	Um capinador mecânico para vias-ferreas.	Idem.
14	de maio	de	1895.	Alberto Chester Ques.	Melhoramentos relativos a mesas de bilhares e artigos semelhantes	Idem.
20	»	»	»	Antonio Gaspar Ferreira e Antonio Marques de Oliveira.	Um coupon — Fiscalizador.	Idem.
21	»	»	»	William F. Hutchinson.	Aperfeiçoamentos na fabricação de varetas e uma machina destinada a preparar a madeira para esse fim	Idem.
21	»	»	»	O mesmo.	Aperfeiçoamento em machinas de cortar madeira	Idem.
21	»	»	»	James Nelson Wood	Aperfeiçoamentos em machinas de fabricar cigarros	Idem.
21	»	»	»	Florencio Basaldúa	Uma machina ceifadora denominada « Euskaria »	Idem.
21	»	»	»	João Fogaça de Souza Freitas	Um aparelho descascador para café denominado «Descascador rapido»	Idem.
21	»	»	»	O mesmo.	Um separador para café	Idem.
21	»	»	»	Francisco Agostinho Ribeiro.	Um aparelho para o fabrico de tijolos de construção e de ladrilhos, denominado «Reproductor de tijolos».	Idem.
21	»	»	»	Francisco José Fernandes	Uma tranca de segurança	Idem.
4	de junho	de	1895.	Pedro Pinheiro Ferreira Paes Leme.	Um aparelho para edificação de muros e paredes de taipa	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONÁRIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADEUCIDADE	OBSERVAÇÕES
13 de julho de 1895	Eduardo Arthur	Novo carvão artificial	Por acharse incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
14 » » » »	Dr. José Roberto da Cunha Salles.	Novo systema de reproducção em cera ou em outra qualquer substancia que se preste, dos vultos dos homens celebres . .	Idem.	
17 » » » »	William Fulton Hutchinson . . .	Melhoramentos em estradas de ferro. . .	Idem.	
18 » » » »	José Moreira de Figueira Vasconcellos	Um producto industrial denominado «Polvilho, farelo e estopa indigenas» . . .	Idem.	
18 » » » »	Charles Euring.	Aperfeiçoamentos no material rodante para ferro-carris de um só trilho.	Idem.	
18 » » » »	Schiawou Agostino.	Um injectore e pulverizador de alcatrão e de todos os líquidos mineraes	Idem.	
18 » » » »	Napoleon Cesar Duarte	Um novo systema de fornos para cal. . .	Idem.	
10 » » » »	Miguel Velez	Um novo processo de carburar hydrogeno traco	Idem.	
10 » » » »	Lawrence Salusse	Um systema adoptivo para affixação de annuncios pintados a oleo no interior destinado dos bonds (tramways), denominado «Cortinador economico»	Idem.	
» » » »	Albert Gideon Marey	Aperfeiçoamentos em combustores de gaz para illuminação	Idem.	
» » » »	James Michael Faulkner.	Aperfeiçoamentos em systema de ferro-carril electrico	Idem.	

16	»	»	»	»	Dr. Fernando Ferreira da Costa.	Um novo producto denominado « Bananina » para tratamento de couros, pelles, pellicas, etc.	Idem.
16	»	»	»	»	Frederico Georges Rangatz . . .	Um novo systema de cabo para chapéus de sol	Idem.
16	»	»	»	»	Eugène Auguste Clement Logranje, Paul Hubert Auguste Hoho, François Gerard Stiel e Leopold Quarre	Aperfeiçoamentos no tratamento electrico de metaes e outros corpos.	Idem.
23	»	»	»	»	John Brice Howe	Melhoramentos em machinas de passar chapéus (processes).	Idem.
24	»	»	»	»	Miguel Velez	Um novo systema de aparelho e fogão gerador de gaz, denominado « Fogão Gazometro Velez ».	Idem.
24	»	»	»	»	John Allison.	Uma machina para imprimir em diversas cores em uma só impressão.	Idem.
30	30	»	»	»	Antonio Ignacio da Fonseca. . .	Aperfeiçoamentos em machinas denominadas « Fichet e systema nelles adoptado »	Idem.
8	8 de agosto de 1895.				James Jones Faulkner.	Aperfeiçoamentos nas machinas de limpar os caroços de algodão.	Idem.
9	8	»	»	»	José Moreira Venuza Lisboa . .	Uma estufa a vapor aperfeiçoada. . . .	Idem.
11	8	»	»	»	Heywich Reinecke	Um ferrolho « automatico »	Idem.
13	8	»	»	»	João de Camargo Barros.	Um catador de pedras para café em côco, denominado « Catador Joaquim Ribeiro de Barros »	Idem.
17	3 de setembro de 1895.				Henry Chevallier Regaud. . . .	Aperfeiçoamentos emapparelhos e processos para a fabricação da cerveja . .	Idem.
19	3	»	»	»	William Fulton Hutchinson . .	Machina para cortar folhas de madeira em palitos para fabricar phosphoros . . .	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
11 de setembro de 1895.	Pasquale Cavalien.	Um novo biscoito denominado « Biscoito Provence »	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, título 3º do regulamento de 3º de dezembro de 1882.	
17 » » » »	Tito L. Carbone	Uma mola-bizagra automatica, denominada « Excelsior »	Idem.	
17 » » » »	William Fulton Hutchinson. . .	Aperfeiçoamentos no processo de juntar palitos de madeira para a fabricação de phosphoros	Idem.	
17 » » » »	O mesmo.	Aperfeiçoamentos nas machinas de fabricar aduelas de madeira	Idem.	
17 » » » »	Société Anonyme des Brevets Etrangers de l'Heliogene (Serradiant a Gaz)	Um systema de irradiador a incandescencia sem mistura prévia do ar	Idem.	
19 » » » »	Carl Friedrich Philipp Stendebach.	Um aparelho de contacto para tracção electrica de caminhos de ferro, com conductor subterraneo e acondicionamento do conductor, secção por secção. . . .	Idem.	
19 » » » »	Vicente Ferreira de Albuquerque Nascimento	Um mosaico « nacional »	Idem.	
» » » »	Figueiredo, Silva & Comp. . .	Uma machina aperfeiçoada de vidro para extrahir loterias e systema para ella adoptado	Idem.	

»	»	»	»	Auros L. Post	Um appparelho para transporte de madeiras por meio da agua, denominado « Post-Fleure »	Idem.	
5	»	»	»	Hermann Hauser e Oscar Bünzli.	Um appparelho para a fabricação de bebidas gazosas	Idem.	
»	»	»	»	José Alves Teixeira	Uma forma encospia aperfeiçoada para calçado	Idem	Transferida a Antonio Martins de Magalhães e Alvaro Pereira de Gouvêa por escriptura publica de 28 de abril de 1896.
1 de outubro de 1895	»	»	»	Eddy Taylor Thomas.	Aperfeiçoamentos em appparelhos de limpar navios e edificios	Idem.	
1	»	»	»	Leopoldo Dias Pinto	Tranca e ferrolhos automaticos para fechamento de portas	Idem.	
1	»	»	»	Baldomero A. Borques	Um systema de bombas para secção de liquidos e infusões denominadas « Bombas hygienicas »	Idem.	
11	»	»	»	Tenente-coronel José Victorino da Rocha	Applicação da planta Begonia Uliginosa ao tratamento de molestas e fins industriaes	Idem.	
15	»	»	»	The Taylor Rise Engineering Company.	Aperfeiçoamentos nas machinas de vapor	Idem.	
23	»	»	»	Pedro de Oliveira Santos.	Travesseiros e almofadas de systema hygienico	Idem.	
23	»	»	»	João Pradatzky.	Novo systema de fornos para incineração de lixo e cremação de cadaveres de animais	Idem.	
24	»	»	»	Alberto Thyerry	Um appparelho denominado « Reprodutor Panssense » destinado a reproduzir instantaneamente qualquer escripta, desenho e trabalhos similares impressos com tinta especial	Idem.	

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
29 de outubro de 1895.	Bento Martins	Um novo alambique aperfeiçoado denominado « Alambique Economico ».	Por achar-se incurso no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
31 " " " "	José Rodrigo Botet.	Um processo para extrahir a oleina da fusão de graxas e sebos animaes.	Idem.	
29 de novembro de 1895.	João Gatell	Um avisador de incendios systema J. Gatell.	Idem.	
3 de dezembro de 1895.	Antonio Joaquim de Mattos	Um sellim aperfeiçoado denominado « Sellim Hygienico Brasileiro »	Idem.	
3 " " " "	Bruno Wesselmann	Aperfeiçoamentos nos instrumentos de ferar ou brocar metaes e outras materias.	Idem.	
10 " " " "	Antonio Martins Rivero.	Aperfeiçoamentos em machinas de plantar cannas de assucar.	Idem.	
16 " " " "	João Auto de Magalhães Castro.	Um novo instrumento proveniente da combinação de diversos grupos de instrumentos, sobre os quaes opera por meio de electricidade produzindo e prolongando todos os sons	Idem.	
17 " " " "	Arnth Kirstein Thun.	Uma nova telha aperfeiçoada	Idem.	
17 " " " "	O mesmo.	Uma telha aperfeiçoada	Idem.	
17 " " " "	O mesmo.	Um systema aperfeiçoado de telha	Idem.	

	»	»	»	O mesmo.	Um novo systema de fabricar artefactos de cimento comprimido	Idem.
17	»	»	»	Jean Elouard Dhelomme.	Um clinometro-stadia	Idem.
24	»	»	»	Luiz Gonzaga Martins	Apparelho de systema continuo de distillação e rectificação de alcool a que denominou «Gonzaga»	Idem.
21	»	»	»	Euchides de Oliveira	Uma carteira aperfeiçoada de gaveta para cigarros	Idem.
24	»	»	»	O mesmo.	Novas carteiras aperfeiçoadas para cigarros.	Idem.
24	»	»	»	Piácido Ignacio da Silva.	Gazometro economico para familia	Idem.
26	»	»	»	Euchides de Oliveira	Carteira aperfeiçoada para cigarros.	Idem.
27	»	»	»	Rodolpho Libeck	Apparelhos agricolas denominados «Arado e grade»	Idem.
27	»	»	»	Francisco Couto da Silva.	Bomba automatica denominada «Couto da Silva», e uma massa denominada «Mata-formigas».	Idem.
9 de janeiro de 1896.				João Luiz Cuneo	Argamassa perpetua.	Idem.
10	»	»	»	Companhia Empire Cotton Gin & Wool Burrel	Aperfeiçoamentos em machinas de descaroçar algodão e limpar lã	Idem.
16	»	»	»	Alfredo Fernandes de Castro Bravo.	Systema de ponte para um estabelecimento balneario, a que denominou «Systema balneario Tiguá»	Idem.
28	»	»	»	Paul Baumert	Um processo para apropriar hydro-carburetos liquidos a poderem absorver qualquer quantidade de agua	Idem.
28	»	»	»	Christovão William Auler	Banco-carteira escolar aperfeiçoado, denominado «Banco Auler»	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	RESERVAÇÕES
1.º de fevereiro de 1896	Miguel Velez	Novo systema de embarcações rotativas denominadas «Barcas-Velez»	Por achar-se incursão no art. 58, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
» » » »	Ricardo Honorato Pereira de Carvalho	Systema de gazificação de aguas mine- raes com o gaz das proprias aguas	Idem.	
» » » »	Manoel Alves Lobo.	Novo systema de transporte para a venda de aves ou qualquer outra criação, como tambem de oves, etc.	Idem.	
» » » »	Bernardo Pereira de Carvalho.	Uma «Escrivaninha escolar systema Car- valho».	Idem.	
» » » »	O mesmo.	Uma espiral dupla com castão para liga- ção de peças de madeira.	Idem.	
1.º de março de 1896	Alfred Spier.	Placas metallicas flexiveis para forrar e decorar casas interna e externamente	Idem.	
» » » »	Antonio Miguel Gonçalves	Aperfeicoamento na fabricação de mane- quins empregados na prova de vestidos, assim como para expol-os	Idem.	
» » » »	Casimir Wurster	Uma lampada de incandescencia a petroleo.	Idem.	
» » » »	Manoel L. P. da Rim.	Um aperfeicoamento emapparelhos para fabricação de gaz para illuminação	Idem.	
» » » »	José Bernardo da Silva Moreira	Um preparado denominado «Agrophilo», des- tinado a exterminar formigas, o cupim, a phyloxera e outros insectos damnhinhos.	Idem.	

»	»	»	»	Alfred Stidham Elliot	Uns bicos para gaz hydro-carbonico.	Idem.
»	»	»	»	Verissimo Barbosa de Souza	Um «Gelador Americano»	Idem.
»	»	»	»	Richard Samb	Um systema aperfeiçoado de tracção para alar objectos pesados	Idem.
de abril de 1896				Francisco Antonio Gallo Junior	Novo systema de fabrico de phosphoros amorphos de cera, fazendo uso na composição da massa de uma droga até hoje não empregada para este fim, e um aparelho denominado « Resfriador »	Idem.
»	»	»	»	Leopold Quarre.	Novo systema de distillação economica e rapida das materias resinosas eapparelhos para este fim	Idem.
»	»	»	»	Miguel Velez	Caixinha para conter cigarros e phosphoros, denominada « Caixa Mixta »	Idem.
3 »	»	»	»	Antonio Silveira da Rosa	Systema aperfeiçoado de fôrma para calçado	Idem.
8 de maio de 1896				Bento Martins	Condensador para alambiques intermitentes, denominado « Condensador simples »	Idem.
1 »	»	»	»	Bernardo Pereira de Carvalho.	Mobilia-portatil systema Carvalho	Idem.
2 de junho de 1896				Clodius Threiry.	Systema aperfeiçoado de forno portatil para carbonisar madeira	Idem.
7 »	»	»	»	José Rodrigo Botel e Antonio Rodrigues de Barros	Apparelhos para esterilisar todas as materias fecaes automaticamente	Idem.
7 »	»	»	»	Capitão Antonio Nunes de Salles.	Mobilia para dormitorio combinada em uma só peça.	Idem.
15 »	»	»	»	Drs. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio e Charles Bonneau	Novo systema de purificação das aguas de exgotto	Idem.
1 de julho de 1896				José Vicente Marella	Apparelho denominado « Marcador Marella », destinado a fiscalisar a renda dos bonds.	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
3 de julho de 1876.	Hermann Bultmann e Sophus Hartmann	Mecanismo para transmissão de força . .	Por achar-se incursão no art. 53, § 4º, titulo 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
3 " " " "	William Herbert Hyatt	Aperfeiçoamento no processo de extrahir ouro eapparelhos para este fim	Idem.	
18 " " " "	José Moreira de Figueiredo Vasconcellos	Carro destinado ao transporte de aves e verduras, denominado « Armicus Populi »	Idem.	
22 " " " "	João Antonio de Magalhães Castro	Novo aerostato perfeitamente dirigivel . .	Idem.	
24 " " " "	Arthur Adolpho de Rezende e Alberto Carlos dos Santos	Porta-cigarros e phosphoros denominado « Carteira-reclame »	Idem.	
26 " " " "	José Rodrigo Botel e Antonio Rodrigues de Barros	Apparelho movido pela electricidade para carga e descarga de navios, denominado « Elevador Electrico »	Idem.	
28 " " " "	James Bosio Polar.	Processo de curtir peles e couros	Idem.	
28 " " " "	Carlos de Andrade Gama	Apparelho destinado á destruição de formigas e outros insectos, denominado « Formicida Americano »	Idem.	
28 " " " "	John Oberg	Systema aperfeiçoado de construção de soalhos, terraços, cobertas, etc. para edificios	Idem.	
7 de agosto de 1896.	Levi H. Moutross	Systema de fabricação de phosphoros e machinismo para este fim	Idem.	

	"	"	"	"	James Frank Honston.	Systema de caixa para descarga de agua.	Idem.
13	"	"	"	"	Dr. Oscar Froelich	Processo aperfeiçoado de extracção de metais de minereos pyriticos, pelo tratamento com o chloro e recuperamento do chloro empregado	Idem.
20	"	"	"	"	Dr. Accacio Teixeira.	Apparelho para destruição de formigas, denominado « Sauvicida Mineiro »	Idem.
21	"	"	"	"	José de Oliveira Gomes Junior.	Apparelho denominado « Filtrador-Purificador Gomes », para filtrar e purificar as aguas destinadas ao geramento do vapor ou a outros fins industriaes. . . .	Idem.
21	"	"	"	"	Verissimo Barbosa de Souza	Apparelho acustico para sondagens no mar, denominado « Consultor nautico » . . .	Idem.
24	"	"	"	"	Dr. Accacio Teixeira.	Preparado para destruição de formigas, denominado « Sauvicida Mineiro » . . .	Idem.
25	"	"	"	"	Albert Meyenberg, Maximilian Wendorf e Siegmund Henlein	Lampada para petroleo de luz incandescente	Idem.
29	"	"	"	"	Charles Tanerne.	Fabricação do gaz acetyleno, obtido com o carbureto de calcio	Idem.
5 de setembro de 1896.					José Rodrigo Botel, Salvador Bar- rada e Antonio Rodrigues de Barros	Novo systema de fabricação da benzina e derivados bensinicos, servindo-se do lignito	Idem.
5	"	"	"	"	Os mesmos	Novo systema de obtenção do gaz de iluminação, servindo-se do lignito	Idem.
5	"	"	"	"	Os mesmos	Applicação completamente nova do lignito ás industrias de marcenaria, tornearia, carpintaria e annexas.	Idem.
10	"	"	"	"	Charles Tanerne	Apparelho denominado « Lucifer », para aquecer geradores, caldeiras e fornos .	Idem.

DATA	NOMES DOS CONCESSIONARIOS	OBJECTO DAS PATENTES	MOTIVO DA CADUCIDADE	OBSERVAÇÕES
de setembro de 1896.	Charles Tenerne	Apparelho denominado «Stella», para fabricar o gaz acetyleno com carbureto de calcio	Por achar-se incursão no art. 58. § 4º, título 3º do regulamento de 30 de dezembro de 1882.	
de outubro de 1896.	Malchus Benhard Martenson	Systema de medir e registrar automaticamente a luz de gaz por meio da fumaça da propria chamma, denominado «Martenson's Registering Pistometer»	Idem.	
» » » »	José Francisco de Navarro	Aperfeiçoamento em fornos para fabricação de cimento.	Idem.	
» » » »	Antonio Rodrigues de Barros e Alvaro da Cunha Bastos.	Apparelho despertador aperfeiçoado.	Idem.	
» » » »	Antonio da Silveira Macedo.	Estrado denominado «Tapete Macedo».	Idem.	
de novembro de 1896.	Alfredo Calainho	Um kiosque destinado a servir de toilette publico, denominado «Kiosque water-closet»	Idem.	
» » » »	Miguel Velez.	Novo systema de iluminação por meio de gaz hydrogeneo acetylenado ou gaz acetyleno hydrogenado comprimido em depositos portateis	Idem.	
» » » »	Manoel Maximino Nogueira Jaguaripe.	Novo meio de produzir gaz incandescente.	Idem.	
» » » »	O mesmo.	Apparelhos de gaz incandescente.	Idem.	

Ministerio da Industria, Viacao e Obras Publicas, 7 de dezembro de 1898. — *Severino Vieira*.

DECRETO N. 3148 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 15:000\$, supplementar ao n. 3 do art. 3º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

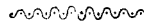
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo artigo unico do decreto legislativo n. 534, desta data, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 15:000\$, supplementar ao n. 3 do art. 3º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 9 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.



DECRETO N. 3149 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea um Consulado em Milão

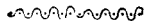
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe é concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta :

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Milão.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.



DECRETO N. 3150 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia, mais uma brigada de infantaria sob n. 25, a qual se compoẽ de tres batalhões do serviço activo com as

designações de 73ª, 74ª e 75ª e um do da reserva sob o n. 25, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3151 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria com a designação de 7ª, a qual se comporá de dous regimentos sob ns. 13 e 14 que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3152 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Bomfim, no Estado da Bahia, uma brigada de infantaria sob n. 24, a qual se comporá de tres batalhões do serviço activo com as designações

de 70º, 71º e 72º, e um do da reserva sob n. 24, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3153 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 417:204\$778, supplementar á verba n. 41 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 541, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 417:204\$778, supplementar á verba n. 41 do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3154 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito especial de 21:473\$300, para indemnisar o empreiteiro do trecho de S. Caetano da Raposa a Bello Jardim, da Estrada de Ferro Central do Pernambuco, Manoel José Gonçalves Braga, em virtude da rescisão do seu contracto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida pelo decreto legislativo n. 535, de 13 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito especial de 21:473\$300, para indemnisar o empreiteiro do trecho de S. Caetano da Raposa a

Bello Jardim, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Manoel José Gonçalves Braga, em virtude da rescisão do seu contracto.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3155 -- DE 20 DE DEZEMBRO DE 1898

Approva a planta e o orçamento para construção da superestrutura definitiva da ponte provisoria existente no kilometro 49.200 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.

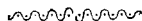
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados a planta e o orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construção da superestrutura definitiva da ponte provisoria existente no kilometro 49.200 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, sendo a respectiva despeza, na importancia de 25:627\$007, levada á conta do custeio da mesma estrada de ferro.

Capital Federal, 20 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3156 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 60:000\$, para obras no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.

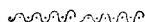
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 540, de 20 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito

extraordinario da quantia de 60:000\$, para as obras indispensaveis no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3157 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca do Brejo, no Estado do Maranhão.

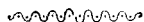
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Brejo, no Estado do Maranhão, mais uma brigada de infantaria, com a denominação de 35ª, composta de tres batalhões do serviço activo sob as designações de 103ª, 104ª e 105ª e um do da reserva, os quaes se organizarão com os guardas qualificados no municipio de S. Bernardo, da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3158 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na capital do Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta :

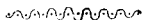
Artigo unico. Fica creada na comarca da Capital do Estado do Pará mais uma brigada de infantaria, com a designação de

38ª, composta dos batalhões ns. 112, 113ª e 114 do serviço activo e 38 do da reserva, organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3159 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 76:200\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado, e 42:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1º, do art. 23, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$), sendo 33:700\$ á verba.—Secretaria do Senado, e 42:500\$ á verba —Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despezas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a quarta e quinta prorogações da actual sessão legislativa, até ao dia 30 de dezembro corrente.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3160 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsídio dos senadores, e 461:100\$ á verba — Subsídio dos deputados.

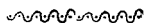
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1º, do art. 23, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ouvido o Tribunal de

Contas, nos termos do art. 70, § 5º, do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1898, o credito supplementar de quinhentos noventa e oito contos cento e vinte e cinco mil réis (598:125\$), sendo: 137:025\$ á verba — Subsidio dos senadores, e 461:100\$ á verba — Subsidio dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos senadores e deputados, durante a quarta e quinta prorrogações da actual sessão do Congresso Nacional, até ao dia 30 de dezembro corrente.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3161 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1898

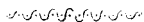
Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 44:400\$, supplementar á verba 6ª, do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para pagamento de vencimentos á mestrança em disponibilidade das officinas dos Arsenaes de Guerra extintas pela mesma lei.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 544, de 24 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 44:400\$, supplementar á verba 6ª, do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para occorrer ao pagamento de vencimentos, no actual exercicio, á mestrança em disponibilidade das officinas de alfaiates, correeiros e latoeiros dos Arsenaes de Guerra, extintas pela citada lei.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Meleiros Mello.



DECRETO N. 3162 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1898

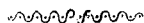
Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:499\$990, para pagamento de gratificação ao capitão do corpo de estado-maior de 1ª classe Luiz Bello Lisboa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 545, de 24 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 2:499\$990, para pagamento ao capitão do corpo de estado-maior de 1ª classe Luiz Bello Lisboa, de gratificação por serviços prestados no periodo de 1 de janeiro de 1895 a 31 de março de 1896.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3163 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:000\$, complementar à verba — Exercícios findos, para pagamento de ajudas de custo a empregados de fazenda encarregados de apuração de contas de estradas de ferro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 1º do decreto legislativo n. 547, de 27 do corrente, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito de 21:000\$, complementar à verba—Exercícios findos, para pagamento das ajudas de custo a que tiverem direito os empregados de fazenda, encarregados, no decurso do anno de 1897, da apuração das contas das estradas de ferro garantidas pela União.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim D. Murtinho.



DECRETO N. 3164 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1898

Approva a planta para construção de uma estação no Alto da Boa Vista, da Estrada de Ferro da Tijuca.

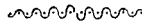
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Tijuca, decreta :

Artigo unico. Fica approvada a planta que com este baixa, rubricada pelo director geral da Directoria de Obras e Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para a construção de uma estação no Alto da Boa Vista, da Estrada de Ferro da Tijuca.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3166 (*) — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 253:077\$840, supplementar ás verbas n. 8 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e ns. 11 e 14 do art. 2º da mesma lei.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 549 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 253:077\$840, abaixo discriminado e supplementar ás seguintes verbas:

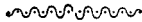
N. 8 do art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.....	245:279\$996
N. 11 do art. 2º da dita lei.....	5:311\$744
N. 14 do art. 2º da dita lei.....	2:486\$100

253:077\$840

Capital Federal, 28 do dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



(*) Com o n. 3165 não houve acto algum.

DECRETO N. 3167—DE 23 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 500:000\$ para pagamento á *Société Generale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo n. 8 do art. 23, da lei n. 490, de 16 de dezembro do anno passado, e consultado o Tribunal de Contas, nos termos do § 5º do art. 70 do regulamento approved pelo decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de quinhentos contos de réis (500:000\$) para effectuar á *Société Generale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille* o pagamento proveniente de premio de transporte de immigrants a que a Fazenda Nacional foi condemnada por accordão do Supremo Tribunal Federal.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3168—DE 23 DE DEZEMBRO DE 1898

Manda executar o accordo sobre permutação de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1898.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Havendo o Congresso Nacional approved, pelo decreto n. 536, de 17 do corrente mez e anno, o accordo sobre permutação de encomendas postaes, sem valor declarado, entre esta Republica e o Reino de Portugal, firmado nesta Capital, em 9 de maio de 1898, decreta que seja observado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olytho de Magalhães.

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Governo de Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, desejando facilitar as relações commerciaes entre seus respectivos paizes, por meio de permutação, por intermedio do Correio, de *encommendas postaes*, sem valor declarado, resolveram concluir com este objecto um accordo especial e autorisaram devidamente para esse fim os abaixo assignados, os quaes concordaram nas seguintes disposições:

Art. 1.º Podem ser permutados volumes, sem declaração de valor, sob a denominação de *encommendas postaes*, entre os Estados Unidos do Brazil, Portugal, Açores e Madeira, até ao peso de tres kilogrammas em cada volume.

§ 1.º Fica reservada ás administrações dos Correios dos dous paizes contractantes a faculdade de mutuamente concordarem na acceitação de *encommendas postaes* de peso superior a tres kilogrammas, logo que as condições do serviço permittirem a adopção desta medida.

§ 2.º O regulamento especial que for combinado entre as direcções geraes dos Correios dos dous paizes contractantes, determinará as outras condições a que devem satisfazer as *encommendas postaes* para poderem ser admittidas a este serviço.

Art. 2.º Cada uma das partes contractantes garante, através do seu territorio, o transitio das *encommendas postaes* permutadas por intermedio dos seus Correios e assume a respectiva responsabilidade dentro dos limites marca-los no art. 9º.

Paragrapho unico. As quantias a abonar aos Correios brasileiro ou portuguez, pelo transitio das *encommendas postaes* a que se refere o presente artigo, serão designados em mappas conformes ao modelo A, annexo ao regulamento para execução deste accordo.

Art. 3.º A franquia das *encommendas postaes* é obrigatoria.

Art. 4.º A franquia das *encommendas postaes* permutadas entre os Estados Unidos do Brazil, Portugal, Açores e Madeira, compõe-se:

a) pelo que respeita a Portugal, Açores e Madeira, de um porte comprehendendo, por cada *encommenda*, a taxa de expedição de 75 centimos, a taxa de transitio maritimo de 2 francos e 50 centimos e a taxa pertencente ao Correio brasileiro, de 75 centimos.

Sendo as *encommendas* procedentes da Ilha da Madeira, addiciona-se ao porte acima indicado a taxa de transitio maritimo de 50 centimos por cada *encommenda*, e sendo procedente da Ilha dos Açores, addiciona-se ao referido porte a taxa de transitio maritimo de um franco por cada *encommenda*;

b) pelo que respeita aos Estados Unidos do Brazil, de um porte comprehendendo, por cada *encommenda*, a taxa de expedição de 75 centimos, a taxa de transitio maritimo de 2 francos e 50 centimos e a taxa pertencente ao Correio portuguez, de 75 centimos, sendo a *encommenda* destinada a Portugal (Continente), de um franco e 25 centimos sendo destinada á Ilha da Madeira, e de um franco e 75 centimos sendo destinada á Ilha dos Açores.

Paragrapho unico. Cada um dos dous paizes fixará a equivalencia do franco na sua moeda respectiva para a cobrança das taxas ou portes das encomendas postaes e poderá modificar essa equivalencia conforme a fluctuação do cambio.

Art. 5.º O paiz de procedencia pôde cobrar do remetente de encomendas pela distribuição das mesmas e pelo cumprimento das formalidades da Alfandega no paiz do destino, um porte adicional, que não pôle exceder de 25 centimos por encomenda, e que reverterá a favor deste ultimo paiz.

Art. 6.º As encomendas a que se refere este accordo não podem ser sujeitas a nenhuma taxa postal, além das indicadas nos arts. 4.º e 5.º e no seguinte art. 7.º.

Art. 7.º A reexpedição das encomendas postaes de um paiz para outro em consequencia de mudança de residencia dos destinatarios, ou a devolução das encomendas cahidas em refugo, dá lugar à cobrança supplemental dos portes fixados no art. 4.º a cargo dos destinatarios ou dos remetentes, conforme o caso, sem prejuizo do reembolso dos direitos de Alfandega pagos.

Art. 8.º É prohibido expedir pelo Correio encomendas postaes contendo cartas, notas com character de correspondencia ou objectos cuja admissão não esteja autorizada pelas leis e regulamentos das Alfandegas ou outros dos dous paizes interessados.

Paragrapho unico. No caso de ser expellida de um para outro dos dous paizes contractantes qualquer encomenda comprehendida em alguma destas prohibições, a administração do paiz do destino poderá em harmonia com as suas leis e regulamentos internos.

Art. 9.º Salvo o caso de força maior, quando uma encomenda se perder, for subtrahida ou soffrer avaria, o remetente, na sua falta ou a pedido deste, o destinatario, tem direito a uma indemnisação correspondente à importancia real da perda ou avaria, sem que, todavia, esta indemnisação possa exceder a quantia de 15 francos.

§ 1.º A obrigação de pagar a indemnisação compete à administração a que pertence a repartição remetente. Fica, porém, reservado a esta administração o recurso contra a administração responsavel, isto é, contra a administração em cujo territorio ou no serviço da qual teve lugar a perda ou avaria.

§ 2.º A responsabilidade pertence, enquanto não houver prova em contrario, à administração que, tendo recebido a encomenda sem fazer observação, não puder comprovar a entrega ao destinatario ou a re-expedição regular para outra administração, conforme o caso.

§ 3.º O pagamento da indemnisação pela administração remetente poderá ser feito dentro do prazo de um anno, contado da data da reclamação. A administração responsavel é obrigada a embolsar sem demora a administração remetente da importancia da indemnisação paga por esta.

§ 4.º Fica entendido que a reclamação sómente poderá ser admittida durante o periodo de um anno, contado da data da

entrega da encomenda ao Correio ; passado este prazo o reclamante não terá direito a indemnisação alguma.

§ 5.º As administrações deixam de ser responsáveis pelas encomendas postaes logo que os interessados as recebam.

Art. 10. A legislação interna de cada um dos paizes contractantes continua a ser applicada em tudo o que não se acha previsto nas estipulações contidas no presente accordo.

Art. 11. As administrações postaes dos dous paizes contractantes indicam as repartições ou localidades autorisadas para a permutação internacional de encomendas postaes, preceituam o modo de transmissão e adoptam todas as medidas regulamentares necessarias para a execução do presente accordo.

Art. 12. A administração postal de cada um dos paizes contractantes pôde, em circumstancias extraordinarias que justifiquem a suspensão da permutação de encomendas, suspender esse serviço, no todo ou em parte, dando immediato conhecimento á outra administração, si preciso for, pelo telegrapho.

Art. 13. O presente accordo começará a vigorar no dia que for fixado pelas duas administrações postaes, e terminará, mediante aviso feito por uma das partes contractantes, com um anno de antecedencia.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, devidamente autorisados para esse fim, assignaram o presente accordo elle appuzeram o sello das suas armas.

Feito em duplicado, na cidade do Rio de Janeiro, aos nove dias do mez de maio de mil oitocentos noventa e oito.

(L. S.) *Dionisio E. de Castro Cerqueira*, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(L. S.) *João Oliveira do S. Camelo Lampreia*, Plenipotenciario de Portugal.



DECRETO N. 3169 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1898

Manda executar a convenção firmada em 21 de dezembro de 1895 entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e os Paizes-Baixos para a extradicação de criminosos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Havendo o Congresso Nacional approvado pelo decreto n. 502, de 12 de setembro deste anno, a convenção firmada em 21 de dezembro de 1895 entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e os Paizes-Baixos para a extradicação de criminosos, e tendo sido

trocadas as respectivas ratificações nesta cidade em 17 do corrente mez, decreta que seja observada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.

Le Président de la République des Etats Unis du Brésil et Sa Majesté la Reine des Pays-Bas et en Son nom Sa Majesté la Reine Régente du Royaume des Pays-Bas, ayant résolu d'un commun accord de conclure une nouvelle convention pour l'extradition des malfaiteurs, ont nommé à cet effet pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Le Président de la République des Etats Unis du Brésil Carlos Augusto de Carvalho, Ministre d'Etat des Relations Extérieures; Sa Majesté la Reine Régente du Royaume des Pays-Bas F. Palm, Chevalier de l'Ordre du Lion Néerlandais, Commandeur de l'Ordre aboli de la Rose du Brésil, des Ordres de la Couronne de Chêne du Luxembourg, de la 1^{re} Classe de St. Olave de Norvège, de N. S. Jésus-Christ du Portugal et du Libérateur de Vénézuëla, Chevalier des Ordres d'Isabelle la Catholique d'Espagne et de la Couronne d'Italie, Consul Général de Sa Majesté la Reine des Pays-Bas au Brésil;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants :

Article 1. Le Gouvernement du Brésil et le Gouvernement des Pays-Bas s'engagent à se livrer réciproquement, d'après les règles déterminées par les articles suivants, à l'exception de leurs nationaux, les individus condamnés ou prévenus à raison d'un des faits ci-après énumérés, commis hors du territoire de l'Etat auquel l'extradition est demandée.

1.^o — Attentat contre la vie ou la liberté du Président de la République des Etats-Unis du Brésil, du Chef d'un des Etats de la dite République, du Roi, de la Reine Régente ou du Régent du Royaume des Pays-Bas, ou entrepris dans le dessein de les rendre incapables de régner ou de tenir le Gouvernement;

b — Attentat contre la vie ou la liberté du vice-président de la République des Etats-Unis du Brésil, du Vice-Président ou Vice-Gouverneur d'un des Etats de la dite République, de la Reine non Régente, de l'héritier présomptif du trône ou d'un membre de la famille souveraine des Pays-Bas;

2.^o Meurtre ou assassinat, meurtre ou assassinat commis sur un enfant;

3.^o Menaces, faites par écrit et sous une condition déterminée, pour autant que les lois des deux pays permettent l'extradition de ce chef;

4.° Avortement, procuré par la femme enceinte ou par d'autres ;

5.° Sévices, ayant occasionné une grave lésion corporelle ou la mort, sévices commis avec préméditation, ou sévices graves ;

6.° Viol ; attentat à la pudeur ; le fait d'avoir, en dehors du mariage, un commerce charnel avec une fille ou une femme au-dessous de l'âge de seize ans, ou avec une femme au-dessus de cet âge lorsque le coupable sait qu'elle est évanouie ou sans connaissance ; actes d'immoralité, lorsque le coupable sait que la personne avec laquelle il les commet, est évanouie ou sans connaissance, ou lorsque cette personne n'a pas atteint l'âge de seize ans ; excitation d'une personne au-dessous de cet âge à commettre ou à subir des actes d'immoralité ou à avoir, en dehors du mariage, un commerce charnel avec un tiers ;

7.° Excitation de mineurs à la débauche et tout acte ayant pour objet de favoriser la débauche de mineurs, punissable d'après les lois des deux pays ;

8.° Bigamie ;

9.° Enlèvement, recel, suppression, substitution ou supposition d'un enfant ;

10. Enlèvement de mineurs ;

11. Contrefaçon ou altération de monnaies ou de papier-monnaie, entreprise dans le dessein d'émettre ou de faire émettre ces monnaies ou ce papier-monnaie comme non contrefaits et non altérés, ou mise en circulation de monnaies ou de papier-monnaie contrefaits ou altérés, lorsqu'elle a lieu à dessein ;

12. Contrefaçon ou falsification de timbres et de marques de l'Etat ou de marques d'ouvrier exigées par la loi, pour autant que les lois des deux pays permettent l'extradition de ce chef ;

13. Faux en écriture et usage fait à dessein de l'écriture fausse ou falsifiée, pour autant que les lois des deux pays permettent l'extradition de ce chef, la détention ou l'introduction de l'étranger de billets d'une banque de circulation fondée en vertu de dispositions légales, dans le dessein de les mettre en circulation comme n'étant ni faux ni falsifiés, lorsque l'auteur savait au moment où il les a reçus, qu'ils étaient faux ou falsifiés ;

14. Faux serment ;

15. Corruption de fonctionnaires publics, pour autant que les lois des deux pays permettent l'extradition de ce chef ; concussion ; détournement commis par des fonctionnaires ou par ceux qui sont considérés comme tels ;

16. Incendie allumé à dessein, lorsqu'il peut en résulter un danger commun pour des biens ou un danger de mort pour autrui ; incendie allumé dans le dessein de se procurer ou de procurer à un tiers un profit illégal au détriment de l'assureur ou du porteur légal d'un contrat à la grosse ;

17. Destruction illégale commise à dessein d'un édifice appartenant en tout ou en partie à un autre ou d'un édifice ou d'une

construction, lorsqu'il peut en résulter un danger commun pour des biens ou un danger de mort pour autrui ;

18. Actes de violence commis en public, à forces réunies, contre des personnes ou des biens ;

19. Le fait illégal commis à dessein de faire couler à fond, de faire échouer, de détruire, de rendre impropre à l'usage ou de détériorer un navire, lorsqu'il peut en résulter un danger pour autrui ;

20. Émeute et insubordination des passagers à bord d'un navire contre le capitaine et des gens de l'équipage contre leurs supérieurs ;

21. Le fait commis à dessein d'avoir mis en péril un convoi sur un chemin de fer ;

22. Vol ;

23. Esququerie ;

24. Abus de blanc-seing ;

25. Détournement ;

26. Banqueroute frauduleuse.

Sont comprises dans les qualifications précédentes la tentative et la complicité, lorsqu'elles sont punissables d'après la législation du pays auquel l'extradition est demandée.

Article 2. L'extradition n'aura pas lieu :

1 — Lorsque le fait a été commis dans un pays tiers et que le Gouvernement de ce pays requiert l'extradition ;

2 — Lorsque la demande en sera motivée par le même fait, pour lequel l'individu réclamé a été jugé dans le pays auquel l'extradition est demandée et du chef duquel il y a été condamné, absous ou acquitté ;

3 — Si, d'après les lois du pays auquel l'extradition est demandée, la prescription de l'action ou de la peine est acquise avant l'arrestation de l'individu réclamé, ou, l'arrestation n'ayant pas encore eu lieu, avant qu'il n'ait été cité devant le tribunal pour être entendu.

Article 3. L'extradition n'aura pas lieu aussi longtemps que l'individu réclamé est poursuivi pour le même fait dans le pays auquel l'extradition est demandée.

Article 4. Si l'individu réclamé est poursuivi ou subit une peine pour une autre infraction que celle qui a donné lieu à la demande d'extradition, son extradition ne sera accordée qu'après la fin de la poursuite dans le pays auquel l'extradition est demandée, et, en cas de condamnation, qu'après qu'il aura subi sa peine ou qu'il aura été gracié. Néanmoins, si d'après les lois du pays qui demande l'extradition, la prescription de la poursuite pouvait résulter de ce délai, son extradition sera accordée, si des considérations spéciales ne s'y opposent, et sous l'obligation de renvoyer l'extradé aussitôt que la poursuite dans ce pays sera finie.

Article 5. L'individu extradé ne pourra être ni poursuivi, ni puni, dans le pays auquel l'extradition a été accordée, pour un fait punissable quelconque non prévu par la présente convention et antérieur à son extradition, ni extradé à un Etat tiers

sans le consentement de celui qui a accordé l'extradition, à moins qu'il n'ait eu la liberté de quitter de nouveau le pays susdit pendant un mois après avoir été jugé, et, en cas de condamnation, après avoir subi sa peine ou après avoir été gracié.

Il ne pourra pas non plus être poursuivi ni puni du chef d'un crime ou d'un délit prévu par la convention, antérieur à l'extradition, sans le consentement du Gouvernement qui a livré l'extradé et qui pourra, s'il le juge convenable, exiger la production de l'un des documents mentionnés dans l'article 8 de la présente convention. Toutefois, ce consentement ne sera pas nécessaire lorsque l'inculpé aura demandé spontanément à être jugé ou à subir sa peine ou lorsqu'il n'aura pas quitté, dans le délai fixé plus haut, le territoire du pays auquel il a été livré.

Article 6. Les dispositions de la présente convention ne sont point applicables aux délits politiques. La personne qui a été extradée à raison de l'un des faits de droit commun mentionnés à l'article 1^{er}, ne peut, par conséquent, en aucun cas, être poursuivie et punie dans l'Etat auquel l'extradition a été accordée, à raison d'un délit politique commis par elle avant l'extradition, ni à raison d'un fait connexe à un semblable délit politique, à moins qu'elle n'ait eu la liberté de quitter de nouveau le pays pendant un mois après avoir été jugé et, en cas de condamnation, après avoir subi sa peine ou après avoir été gracié.

L'extradition sera accordée, alors même que le coupable alléguerait un motif ou un but politique, si le fait pour lequel elle est demandée constitue principalement un délit commun.

Article 7. La remise de l'extradé ne sera rendue effective qu'après audience, au Brésil, du Procureur Général de la République et sans préjudice du recours à l'*habeas-corpus*, et aux Pays-Bas, de l'officier de justice auprès du tribunal de l'arrondissement dans lequel l'individu réclamé a été arrêté.

Article 8. L'extradition sera demandée par la voie diplomatique et ne sera accordée que sur la production de l'original ou d'une expédition authentique, soit d'un jugement de condamnation, soit d'une ordonnance de mise en accusation ou de renvoi devant la justice répressive avec mandat d'arrêt, soit d'un mandat d'arrêt délivré dans les formes prescrites par la législation de l'Etat qui fait la demande, et indiquant suffisamment le fait dont il s'agit, pour mettre l'Etat requis à même de juger s'il constitue, d'après sa législation, un cas prévu par la présente convention, ainsi que la disposition pénale qui lui est applicable.

Article 9. Les objets saisis en la possession de l'individu réclamé seront livrés à l'Etat requérant, si l'autorité compétente de l'Etat requis en a ordonné la remise.

Article 10. En attendant la demande d'extradition par la voie diplomatique, l'arrestation provisoire de l'individu, dont l'extradition peut être requise aux termes de la présente convention, pourra être demandée:

du côté du Brésil :

par le Ministre de la Justice ;

par le Président du Suprême Tribunal Fédéral ;
par le Procureur Général de la République ;
par le Président de la Cour d'Appellation du District Fédéral ;
par le Procureur Général du District Fédéral ;
par les Présidents des Tribunaux Supérieurs des Etats ;
par les chefs du Ministère Public des Etats ;
du côté des Pays-Bas :
par tout officier de justice ou tout juge d'instruction (juge commissaire).

Elle pourra être obtenue, par télégramme collationné en conformité des dispositions du règlement annexé à la Convention Télégraphique Internationale conclue à St. Pétersbourg le 22 juillet 1875.

Article 11. L'étranger arrêté provisoirement, aux termes de l'article précédent, sera, à moins que son arrestation ne doive être maintenue pour un autre motif, mis en liberté, si dans le délai de deux mois après la date du mandat d'arrestation provisoire, la demande d'extradition par la voie diplomatique, avec remise des documents prescrits par la présente convention, n'a pas été faite.

Article 12. Lorsque dans la poursuite d'une affaire pénale non politique un des gouvernements jugera nécessaire l'audition de témoins se trouvant dans l'autre Etat, une commission rogatoire sera envoyée à cet effet par la voie diplomatique, et il y sera donné suite, en observant les lois du pays où les témoins seront invités à comparaître. En cas d'urgence toutefois une commission rogatoire pourra être directement adressée par l'autorité judiciaire dans l'un des Etats à l'autorité judiciaire dans l'autre Etat.

Toute commission rogatoire, ayant pour but de demander une audition de témoins, devra être accompagnée d'une traduction française.

Article 13. Si dans une cause pénale non politique la comparution personnelle d'un témoin dans l'autre pays est nécessaire ou désirée, son gouvernement l'engagera à se rendre à l'invitation qui lui sera faite, et en cas de consentement, il lui sera accordé des frais de voyage et de séjour, d'après les tarifs et règlements en vigueur dans le pays où l'audition devra avoir lieu, sauf le cas où le gouvernement requérant estimera devoir allouer au témoin une plus forte indemnité.

Aucun témoin, quelle que soit sa nationalité, qui, cité dans l'un des deux pays, comparaitra volontairement devant les juges de l'autre pays, ne pourra y être poursuivi ou détenu pour des faits ou condamnations criminelles antérieurs, ni sous prétexte de complicité dans les faits objets du procès où il figurera comme témoin.

Article 14. Lorsque dans une cause pénale non politique la confrontation de criminels, détenus dans l'autre Etat, ou bien la communication de pièces de conviction ou de documents, qui se trouveraient entre les mains des autorités de l'autre pays, sera jugée utile ou nécessaire, la demande en sera faite

par la voie diplomatique, et l'on y donnera suite à moins de considérations spéciales qui s'y opposent, et sous l'obligation de renvoyer les criminels et les pièces.

Article 15. Le transit, à travers le territoire de l'un des Etats contractants, d'un individu livré par une tierce puissance à l'autre partie et n'appartenant pas au pays du transit, sera accordé sur la simple production, en original ou en expédition authentique, de l'un des actes de procédure mentionnés à l'article 8, pourvu que le fait servant de base à l'extradition soit compris dans la présente convention et ne rentre pas dans les prévisions des articles 2 et 6, et que le transport ait lieu, quant à l'escorte, avec le concours de fonctionnaires du pays qui a autorisé le transit sur son territoire.

Les frais du transit seront à la charge de l'Etat requérant.

Article 16. Les gouvernements respectifs renoncent de part et d'autre à toute réclamation pour la restitution des frais d'entretien, de transport et autres, qui pourrait résulter, dans les limites respectifs, de l'extradition des prévenus, accusés ou condamnés, ainsi que de ceux résultant de l'exécution des commissions rogatoires, du transport et du renvoi des criminels à confronter, et de l'envoi et de la restitution des pièces de conviction ou des documents.

L'individu à extraditer sera conduit au port que désignera l'agent diplomatique ou consulaire du gouvernement requérant, aux frais duquel il sera embarqué.

Article 17. La présente convention, laquelle n'est pas applicable aux colonies, entrera en vigueur six semaines après l'échange des ratifications.

A partir de sa mise à exécution la convention du 1^{er} juin 1881 cessera d'être en vigueur et sera remplacée par la présente convention, laquelle continuera à sortir ses effets jusqu'à six mois après déclaration contraire de la part de l'un des deux gouvernements.

Elle sera ratifiée et les ratifications en seront échangées à Rio de Janeiro, aussitôt que possible après l'approbation par le Congrès des Etats-Unis du Brésil.

En foi de quoi les plénipotentiaires respectifs ont signé la présente convention et y ont apposé leurs cachets.

Fait en double expédition à Rio de Janeiro le 21 décembre 1895.

(L. S.) *Carlos Augusto de Carvalho.*

(L. S.) *F. Palm.*

TRADUÇÃO

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil e Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Baixos e em seu nome Sua Magestade a Rainha Regente do Reino dos Paizes-Baixos,

tendo resolvido de commun accordo celebrar uma nova convenção para a extradicação de criminosos, nomearam para esse fim seus Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, Carlos Augusto de Carvalho, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Sua Magestade a Rainha Regente do Reino dos Paizes-Baixos F. Palm, cavalleiro da ordem do Leão Neerlandez, commendador da extincta ordem da Rosa do Brazil, das ordens da Corôa de Carvalho do Luxemburgo, da 1.^a classe de S. Olavo de Noruega, de N. S. Jesus Christo de Portugal e do Libertador de Venezuela, cavalleiro das ordens de Isabel a Catholica de Hespanha e da Corôa de Italia, consul geral de Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Baixos no Brazil;

Os quaes, depois de se communicarem os seus plenos poderes, que acharam em boa e devita forma, convieram nos artigos seguintes:

Art. 1.^o O Governo do Brazil e o Governo dos Paizes-Baixos se obrigam a entregar reciprocamente, de conformidade com as regras estabelecidas nos artigos seguintes, à excepção dos seus nacionaes, os individuos condemnados ou processados por algum dos factos abaixo enumerados, commettidos fóra do territorio do Estado, ao qual a extradicação for pedida.

1.^a a) attentado contra a vida ou a liberdade do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, do chefe de um dos Estados da dita Republica, do Rei, da Rainha Reinante ou da Regente do Reino dos Paizes-Baixos ou praticado com o fim de os tornar incapazes de reinar ou de assumir o governo;

b) attentado contra a vida ou a liberdade do Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, do Vice-Presidente ou Vice-Governador de um dos Estados da dita Republica, da Rainha não Reinante, do herdeiro presumptivo do throno ou de um membro da familia soberana dos Paizes-Baixos;

2.^a homicidio ou assassinato, infanticidio (meurtre ou assassinat commis sur un enfant);

3.^a ameaças feitas por escripto e em condições determinadas, uma vez que as leis dos dous paizes permittam a extradicação por este crime;

4.^a aborto provocado pela mulher grávida ou por outrem;

5.^a sevicias, das quaes resulte grave lesão corporal ou a morte, sevicias commettidas com premeditação, ou sevicias graves;

6.^a estupro; attentado ao pudor; o facto de ter, fóra do casamento, commercio carnal com mulher virgem ou mulher menor de 16 annos, ou com mulher acima dessa idade, desde que o criminoso saiba que ella está privada dos sentidos (qu'elle est évanonié ou sans connaissance); actos de immoralidade, desde que o criminoso saiba que a pessoa com a qual elle os commette está privada dos sentidos (est évanonié ou sans connaissance), ou quando esta pessoa não tenha attingido a idade de 16 annos; excitação de pessoa abaixo dessa idade

para commetter ou prestar-se a actos de immoralidade ou para ter, fóra do casamento, commercio carnal com um terceiro ;

7º, excitação de menores á libidinagem e a todo acto que tenha por fim favorecer a libidinagem de menores, punível segundo as leis dos dous paizes ;

8º, bigamia ;

9º, rapto, occultação, supressão, substituição ou supposição de criança ;

10, rapto de menores ;

11, contrafacção ou alteração de moedas ou de papel-moeda, praticada com o fim de emittir ou fazer emittir essas moedas, ou esse papel-moeda, como não contrafeitos e não alterados, ou introdução na circulação de moedas ou papel-moeda contrafeitos ou alterados, quando ella é feita propositalmente ;

12, contrafacção ou falsificação de carimbos e de cunhos do Estado ou de marcas de industria (marque d'ouvrier) exigidos pela lei, comtanto que as leis dos dous paizes permittam a extradição por este crime ;

13, falsificação de escriptura e uso intencional de escriptura falsa ou falsificada, comtanto que as leis dos dous paizes permittam a extradição por este crime ; a detenção ou importação de bilhetes de banco de circulação fundado em virtude de disposições legais com o fim de os pôr em circulação como não sendo falsos nem falsificados, desde que o autor saiba, quando os recebe, que são falsos ou falsificados ;

14, juramento falso ;

15, corrupção de funcionarios publicos, comtanto que as leis dos dous paizes permittam a extradição por este crime ; concussão, extravio commettido por funcionarios ou por aquelles que são assim considerados ;

16, incendio proposital, desde que possa resultar perigo commum á propriedade ou perigo de morte para outrem ; incendio ateado com o fim de obter para si ou para terceiro proveito illegal com prejuizo do segurador ou do proprietario legal de um contracto de risco maritimo ;

17, destruição illegal, feita propositalmente, de um edificio pertencente no todo ou em parte a outrem ou de um edificio ou de uma construcção, desde que possa resultar perigo commum á propriedade ou perigo de morte para outrem ;

18, actos de violencia commettidos por agrupamentos em publico contra pessoas ou bens ;

19, o facto illegal commettido com o fim de fazer submergir, encalhar, destruir, tornar imprestavel ou deteriorar um navio, desde que possa resultar perigo para outrem ;

20, revolta, insubordinação de passageiros a bordo de um navio contra o capitão e da equipagem contra seus superiores ;

21, o facto commettido com a intenção de pôr em perigo um comboio de estrada de ferro ;

22, roubo ;

23, estellionato (escroquerie) ;

24, abuso de assignatura em branco ;

25, desvio de dinheiros ;

26, bancarota fraudulenta.

Estão comprehendidas nas qualificações procedentes a tentativa e a cumplicidade quando sejam punidas pela legislação do paiz, ao qual a extradicação é solicitada.

Art. 2.º A extradicação não terá logar :

1º, quando o facto for commettido em um terceiro paiz e que o Governo desse paiz requerer a extradicação ;

2º, quando o pedido for motivado pelo mesmo facto, pelo qual o individuo reclamado houver sido julgado no paiz a que a extradicação é solicitada e em virtude do qual foi ali condemnado, absolvido, ou tenha cumprido a sentença ;

3º, si, de conformidade com as leis do paiz ao qual a extradicação é solicitada, estiver prescripta a acção ou a pena antes da prisão do individuo reclamado ou, não se tendo ainda effectuado a prisão, antes de ter sido citado a comparecer perante o tribunal para ser ouvido.

Art. 3.º A extradicação não terá logar emquanto o individuo reclamado estiver sendo processado pelo mesmo facto no paiz, ao qual a extradicação é solicitada.

Art. 4.º Si o individuo reclamado está sendo processado ou cumprindo sentença por uma infracção diversa daquella que motivou o pedido de extradicação, sua entrega não será effectuada sino depois de termino o processo no paiz ao qual a extradicação é solicitada e, no caso de condemnação, sino depois que elle tiver cumprido a pena ou for perdoado.

Entretanto, si de conformidade com as leis do paiz que solicita a extradicação, a prescripção do processo possa resultar dessa demora, sua extradicação será concedida, si considerações especiaes não se oppuzerem a isso e com a obrigação de fazer regressar o individuo entregue, logo que o processo nesse paiz estiver terminado.

Art. 5.º O individuo entregue não poderá ser nem processado, nem punido no paiz ao qual a extradicação for concedida, por qualquer crime não previsto na presente convenção e anterior á sua extradicação, nem entregue a um terceiro Estado sem o conhecimento do que concedeu a extradicação, salvo si tiver tido a liberdade de deixar novamente o dito paiz durante um mez depois de ter sido julgado e, no caso de condemnação, depois de haver cumprido a pena ou de ter sido perdoado.

Não poderá tambem ser processado, nem punido por motivo de um crime ou de um delicto previsto pela convenção, anterior á extradicação, sem o consentimento do Governo que o entregou e que poderá, si julgar conveniente, exigir a produção de um dos documentos mencionados no art. 8º da presente convenção.

Comtudo, este consentimento não será necessario quando o accusado tiver pedido espontaneamente para ser julgado ou para cumprir a pena, ou quando não tiver deixado, no prazo acima fixado, o territorio do paiz ao qual foi entregue.

Art. 6.º As disposições da presente convenção não são applicaveis aos delictos politicos.

O individuo, que for entregue em consequencia de um dos crimes de direito commum mencionados no art. 1.º, não pôde, portanto, em caso algum, ser processado e punido no Estado ao qual a extradicação tiver sido concedida, por um delicto politico, commettido por elle antes da extradicação, nem por crime connexo a semelhante delicto politico, salvo si elle tiver tido a liberdade de deixar novamente o paiz durante um mez depois de haver sido julgado e, no caso de condemnação, depois de ter cumprido a pena ou de ter sido perdoado.

A extradicação será concedida ainda mesmo que o criminoso allegue um motivo ou fim politico, si o facto pelo qual ella é solicitada constituir principalmente um delicto commum.

Art. 7.º A entrega do criminoso não se tornará effectiva sinão depois da audiencia, no Brazil, do Procurador Geral da Republica, sem prejuizo do recurso de *habeas-corpus* e, nos Paizes-Baixos, do official de justiça junto ao Tribunal da circumscripção, na qual o individuo reclamado for preso.

Art. 8.º A extradicação será solicitada por via diplomatica e não será concedida sem a apresentação do original ou de cópia authentica, quer da sentença de condemnação, quer do despacho de pronuncia, quer do mandado de prisão expedido com as formalidades prescriptas pela legislação do Estado que faz o pedido e indicando claramente o crime de que se trata, afim de habilitar o Estado requerido a julgar si elle constitue, segundo sua legislação, um caso previsto pela presente convenção, o bem assim a disposição penal que lhe é applicavel.

Art. 9.º Os objectos encontrados em poder do individuo reclamado serão entregues ao Estado requerente, si a autoridade competente do Estado requerido ordenar a sua entrega.

Art. 10. Enquanto se não fizer o pedido de extradicação por via diplomatica, a prisão provisoria do individuo, cuja extradicação póle ser solicitada nos termos da presente convenção, poderá ser pedida :

por parte do Brazil :
pelo Ministerio da Justiça ;
pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal ;
pelo Procurador Geral da Republica ;
pelo Presidente da Côrte de Appellação do Districto Federal ;
pelo Procurador Geral do Districto Federal ;
pelos Presidentes dos Tribunaes Superiores dos Estados ;
pelos chefes dos Ministerios Publicos dos Estados ;
por parte dos Paizes Baixos :
por qualquer official de justiça ou qualquer juiz de instrucção (juiz commissario).

Ella poderá ser obtida por telegramma authenticado, de conformidade com as disposições do regulamento annexo á convenção telegraphica internacional, concluida em S. Petersburgo em 22 de julho de 1875.

Art. 11. O estrangeiro preso provisoriamente, nos termos do artigo prececlente, será, a menos que a sua prisão deva ser mantida por outra causa, posto em liberdade si, no prazo de

dous mezes, contados da data do mandado de prisão provisoria, não tiver sido feito o pedido de extradicação por via diplomatica, acompanhado dos documentos prescriptos na presente convenção.

Art. 12. Quando no seguimento de uma causa penal, não politica, um dos Governos julgar necessaria a audição de testemunhas que se achem no outro Estado, será para esse fim enviada carta rogatoria por via diplomatica e dar-se-lhe-ha andamento, observando-se as leis do paiz onde as testemunhas forem convidadas a comparecer. Contudo, em casos urgentes, uma carta rogatoria poderá ser directamente dirigida pela autoridade judiciaria de um dos Estados á autoridade judiciaria do outro.

Qualquer carta rogatoria, que tenha por fim pedir audição de testemunhas, deverá ser acompanhada de uma traducção franceza.

Art. 13. Si em uma causa penal, não politica, o comparecimento pessoal de uma testemunha no outro paiz for necessario ou desejado, seu Governo se esforçará para que ella aceite o convite que lhe é feito e, no caso de acquiescencia, ser-lhe-hão concedidos meios para a viagem e para a estadia, de conformidade com as tarifas e regulamentos em vigor no paiz onde a audição deverá realizar-se, excepto quando o Governo requerente entender que deve dar á testemunha maior indemnisação.

Nenhuma testemunha, qualquer que seja a sua nacionalidade, que, citada em um dos dous paizes, comparecer voluntariamente perante os juizes do outro paiz, não poderá ser alli processada ou detida por factos ou condemnações criminaes anteriores, nem sob pretexto de cumplicidade nos factos que constituem o objecto do processo em que elle figurar como testemunha.

Art. 14. Quando em uma causa penal, não politica, a confrontação de criminosos, delictos no outro Estado, ou a communicação de pagas de convicção ou de documentos que se achem em poder das autoridades do outro paiz, for julgada util ou necessaria, o pedido será feito por via diplomatica e será attendido, si considerações especiaes não se oppuzerem a isso e com obrigação de fazer regressar os criminosos e de restituir os documentos.

Art. 15. O transito pelo territorio de um dos Estados contractantes, de um individuo entregue por terceira potencia á outra parte e não pertencente ao paiz do transito, será concedido mediante a simples exhibição, em original ou por cópia authentica, de um dos actos do processo, mencionados no art. 8º, contanto que o facto que servir de base para a extradicação esteja comprehendido na presente convenção e não se ache previsto nas disposições dos arts. 2º e 6º, e que o transporte se effectue, quanto á escolta, com o concurso de funcionarios do paiz que autorizou o transito pelo seu territorio.

As despesas do transito correrão por conta do Estado requerente.

Art. 16. Os dous Governos renunciam reciprocamente a qualquer reclamação para restituição de despesas de manutenção, transporte e outras que resultem, nos limites respectivos, da extradicação dos indiciados, accusados ou condemnados, assim como das provenientes do cumprimento das cartas rogatorias, do

transporte e do regresso de criminosos acareados, e da remessa e da restituição das peças de convicção ou dos documentos.

O individuo entregue será conduzido ao porto que o agente diplomatico ou consular do Governo requerente designar, á custa do qual será embarcado.

Art. 17. A presente convenção, que não é applicavel ás colonias, entrará em vigor seis semanas depois da troca das ratificações.

A contar da data em que ella for posta em execução, a convenção de 1 de junho de 1881 cessará de vigorar e será substituída pela presente, que continuará a produzir seus effeitos até seis mezes depois de declaração em contrario por parte de um dos dous Governos.

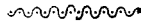
Será ratificada e as ratificações trocadas no Rio de Janeiro, o mais breve possível, depois da approvação pelo Congresso dos Estados Unidos do Brazil.

Em fé do que os respectivos Plenipotenciarios assignaram a presente convenção e nella puzeram seus sellos.

Feito em duplicata no Rio de Janeiro aos 21 de dezembro de 1895.

(L. S.) *Carlos Augusto de Carvalho.*

(L. S.) *F. Palm.*



DECRETO N. 3170 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1898

Manda executar os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, de accordo sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do accordo relativo aos vales postaes, etc., firmados em Washington a 15 de junho de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Havendo o Congresso Nacional approvado, pelo decreto n. 537, de 17 de dezembro do corrente anno, os ajustes constantes da Convenção Postal Universal, do accordo sobre a permuta de cartas e encomendas com valor declarado e do accordo relativo aos vales postaes, bem como os protocolos finais que se referem aos dous primeiros, celebrados em Washington a 15 de junho de 1897, e tendo sido depositada a respectiva ratificação na mesma cidade, em 23 deste mez, decreta que sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contem, os quaes entrarão em vigor em 1 de janeiro de 1899.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Olyntho de Magalhães.

Ajustes a que se refere o decreto precedente

I

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

Conclue entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majore de l'Amérique Centrale, les Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, L'Empire de Chine, la République de Colombie, l'Etat Indépendant du Congo, le Royaume de Corée, la République de Costa Rica, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les Colonies Espagnoles, la France, les Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et diverses Colonies Britanniques, l'Inde Britannique, les Colonies Britanniques d'Australasie, le Canada, les Colonies Britanniques de l'Afrique du Sud, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République d'Hawaï, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, la Norvège, l'Etat Libre d'Orange, le Paraguay, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, le Royaume de Siam, la République Sud-Africaine, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Washington, en vertu de l'article 25 de la Convention Postale Universelle conclue à Vienne le 4 juillet 1891, ont d'un commun accord et sous réserve de ratification, révisé la dite Convention conformément aux dispositions suivantes:

ARTICLE 1

Les pays entre lesquels est conclue la présente Convention, ainsi que ceux qui y adhéreront ultérieurement, forment, sous la dénomination d'Union Postale Universelle, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances entre leurs bureaux de poste.

ARTICLE 2

Les dispositions de cette Convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons

de marchandises originaires de l'un des pays de l'Union et à destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également à l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes, au moins.

ARTICLE 3

1.—Les Administrations des postes des pays limitrophes ou aptes à correspondre directement entre eux, sans emprunter l'intermédiaire des services d'une tierce Administration, déterminent, d'un commun accord, les conditions du transport de leurs dépêches réciproques à travers la frontière ou d'une frontière à l'autre.

2.—A moins d'arrangement contraire, on considère comme services tiers les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de paquebots ou bâtiments dépendant de l'un d'eux, et ces transports, de même que ceux effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services maritimes ou territoriaux dépendant d'un autre pays, sont régis par les dispositions de l'article suivant.

ARTICLE 4

1.—La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2.—En conséquence, les diverses Administrations postales de l'Union peuvent s'expédier réciproquement, par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service postal.

3.—Les correspondances échangées, soit à découvert, soit en dépêches closes, entre deux Administrations de l'Union au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations de l'Union, sont soumises, au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport, aux frais de transit suivants, savoir:

1^o, pour les parcours territoriaux, à 2 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 25 centimes par kilogramme d'autres objets ;

2^o, pour les parcours maritimes :

a) aux prix du transit territorial, si le trajet n'excède pas 300 milles marins. Toutefois, le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles marins est gratuit si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches ou correspondances transportées, la rémunération afférent au transit territorial ;

b) à 5 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, pour les échanges effectués sur un parcours excédant 300 milles marins, entre pays d'Europe, entre l'Europe et les ports d'Afrique et d'Asie sur

la Méditerranée et la mer Noire ou de l'un à l'autre de ces ports, et entre l'Europe et l'Amérique du Nord. Les mêmes prix sont applicables aux transports assurés dans tout le ressort de l'Union entre deux ports d'un même Etat, ainsi qu'entre les ports de deux Etats desservis par la même ligne de paquebots, lorsque le trajet maritime n'excède pas 1.500 milles marins;

c) à 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 1 franc par kilogramme d'autres objets, pour tous les transports ne rentrant pas dans les catégories énoncées aux alinéas a et b ci-dessus. En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets; ces frais sont, le cas échéant, répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4. — Les prix de transit spécifiés au présent article ne s'appliquent, ni aux transports au moyen de services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union; ni aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration, soit dans l'intérêt, soit sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette dernière catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

En outre, partout où le transit, tant territorial que maritime, est actuellement gratuit ou soumis à des conditions plus avantageuses, ce régime est maintenu.

5. — Il est toutefois entendu :

1^o, que les frais de transit territorial seront réduits, savoir:
d) 5 %, pendant les deux premières années d'application de la présente Convention;

de 10 %, pendant les deux années suivantes;

de 15 %, au delà de quatre ans;

2^o, que les pays dont les recettes et les dépenses en matière de transit territorial ne dépassent pas ensemble la somme de 5.000 francs par an et dont les dépenses excèdent les recettes pour ce transit, sont exonérés de tout paiement de ce chef;

3^o, que le prix de transit maritime de 15 francs par kilogramme de lettres et cartes postales prévu à la lettre c du paragraphe 3 précèdent sera réduit, savoir:

à 14 francs, pendant les deux premières années d'application de la présente Convention;

à 12 francs, pendant les deux années suivantes ;

à 10 francs, au delà de quatre ans.

6. — Les frais de transit sont à la charge de l'Administration du pays d'origine.

7. — Le décompte général de ces frais a lieu dans les conditions à déterminer par le Règlement d'exécution prévu à l'article 20 ci-après.

8.— Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, la correspondance officielle mentionnée au paragraphe 2 de l'article 11 ci-après; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine; les objets réexpédiés ou mal dirigés; les rébuts; les avis de réception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal.

ARTICLE 5

1.—Les taxes pour le transport des envois postaux dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires, dans les pays de l'Union où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées comme suit :

1^o, pour les lettres, à 25 centimes en cas d'affranchissement, et au double dans le cas contraire, par chaque lettre et par chaque poids de 15 grammes ou fraction de 15 grammes ;

2^o, pour les cartes postales, en cas d'affranchissement, à 10 centimes pour la carte simple ou pour chacune des deux parties de la carte avec réponse payée ; et au double dans le cas contraire ;

3^o, pour les imprimés de toute nature, les papiers d'affaires et les échantillons de marchandises, à 5 centimes par chaque objet ou paquet portant une adresse particulière et par chaque poids de 50 grammes ou fraction de 50 grammes, pourvu que cet objet ou paquet ne contienne aucune lettre ou note manuscrite ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle, et soit conditionné de manière à pouvoir être facilement vérifié.

La taxe des papiers d'affaires ne peut être inférieure à 25 centimes par envoi, et la taxe des échantillons ne peut être inférieure à 10 centimes par envoi.

2.—Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par le paragraphe précédent :

1^o, pour tout envoi soumis à des frais de transit maritime de 15 francs par kilogramme de lettres ou cartes postales et de 1 franc par kilogramme d'autres objets et dans toutes les relations auxquelles ces frais de transit sont applicables, une surtaxe uniforme qui ne peut pas dépasser 25 centimes par port simple pour les lettres, 5 centimes par carte postale et 5 centimes par 50 grammes ou fraction de 50 grammes pour les autres objets ;

2^o, pour tout objet transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend l'une ou l'autre des surtaxes autorisées par les deux alinéas précédents, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

3.— En cas d'insuffisance d'affranchissement, les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse dépasser celle qui est perçue dans le pays de destination sur les correspondances non affranchies de mêmes nature, poids et origine.

4.— Les objets autres que les lettres et les cartes postales doivent être affranchis au moins partiellement.

5.— Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande; ils ne doivent pas dépasser le poids de 350 grammes, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 20 centimètres en largeur et 10 centimètres en épaisseur ou, s'ils ont la forme de rouleau, à 30 centimètres de longueur et 15 centimètres de diamètre.

6.— Les paquets de papiers d'affaires et d'imprimés ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter, sur aucun de leurs côtés, une dimension supérieure à 45 centimètres. On peut, toutefois, admettre au transport par la poste les paquets en forme de rouleau dont le diamètre ne dépasse pas 10 centimètres et dont la longueur n'excède pas 75 centimètres.

ARTICLE 6

1.— Les objets désignés dans l'article 5 peuvent être expédiés sous recommandation.

2.— Tout envoi recommandé est passible, à la charge de l'envoyeur :

1^o, du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature ;

2^o, d'un droit fixe de recommandation de 25 centimes au maximum, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

3.— L'expéditeur d'un objet recommandé peut obtenir un avis de réception de cet objet, en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 25 centimes au maximum. Le même droit peut être appliqué aux demandes de renseignements sur le sort d'objets recommandés qui se produisent postérieurement au dépôt, si l'expéditeur n'a pas déjà acquitté la taxe spéciale pour obtenir un avis de réception.

ARTICLE 7

1.— Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

Le maximum du remboursement est fixé, par envoi, à 1.000 francs ou à l'équivalent de cette somme en la monnaie du pays de destination. Chaque Administration a toutefois la faculté

d'abaisser ce maximum à 500 francs par envoi ou à l'équivalent de cette somme dans son système monétaire.

2.—A moins d'arrangement contraire entre les Administrations des pays intéressés, le montant encaissé du destinataire doit être transmis à l'expéditeur au moyen d'un mandat de poste, après déduction de la taxe des mandats ordinaires et d'un droit d'encaissement de 10 centimes.

Le montant d'un mandat de remboursement tombé en rebut reste à la disposition de l'Administration du pays d'origine de l'envoi grevé de remboursement.

3.—La perte d'une correspondance recommandée grevée de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par l'article 8 ci-après pour les envois recommandés non suivis de remboursement. Après la livraison de l'objet, l'Administration du pays de destination est responsable du montant du remboursement et doit, en cas de réclamation, justifier de l'envoi à l'expéditeur de la somme encaissée, sauf prélèvement de taxe et droit prévus au § 2.

ARTICLE 8

1.—En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire, a droit à une indemnité de 50 francs.

2.—Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir de ce chef sur l'expéditeur une surtaxe de 25 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

3.—L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

En cas de perte, dans des circonstances de force majeure, sur le territoire ou dans le service d'un pays se chargeant des risques mentionnés au paragraphe précédent, d'un objet recommandé provenant d'un autre pays, le pays où la perte a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si ce dernier se charge, de son côté, des risques en cas de force majeure à l'égard de ses expéditeurs.

4.—Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante. Pour les envois adressés poste restante, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié, suivant les règles en vigueur dans le pays de destination, que ses nom et qualité sont conformes aux indications de l'adresse.

5.—Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai

d'un an à partir du jour de la réclamation. L'Office responsable est tenu de rembourser sans retard, à l'Office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé une année s'écouler sans donner suite à l'affaire. En outre, dans le cas où une Office dont la responsabilité est dûment établie, a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité, il doit prendre à sa charge, en plus de l'indemnité, les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

6.—Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du dépôt à la poste de l'envoi recommandé ; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.—Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

8.—Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison.

ARTICLE 9

1.—L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2.—La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir :

1^o, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée ;

2^o, pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme d'après le tarif ordinaire.

3.—Les dispositions du présent article ne sont pas obligatoires pour les pays dont la législation ne permet pas à l'expéditeur de disposer d'un envoi en cours de transport.

ARTICLE 10

Ceux des pays de l'Union qui n'ont pas le franc pour unité monétaire fixent leurs taxes à l'équivalent, dans leur monnaie respective, des taux déterminés par les divers articles de la présente Convention. Ces pays ont la faculté d'arrondir les fractions conformément au tableau inséré au Règlement d'exécution mentionné à l'article 20 de la présente Convention.

ARTICLE 11

1.—L'affranchissement de tout envoi quelconque ne peut être opéré qu'au moyen de timbres-poste valables dans le pays d'origine pour la correspondance des particuliers. Toutefois,

il n'est pas permis de faire usage, dans le service international, de timbres-poste créés dans un but spécial et particulier au pays d'émission, tels que les timbres-poste dits commémoratifs, d'une validité transitoire.

Sont considérés comme dûment affranchis les cartes-réponse portant des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes et les journaux ou paquets de journaux non munis de timbres-poste, mais dont la suscription porte la mention « Abonnements poste » et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement particulier sur les abonnements aux journaux, prévu à l'article 19 de la présente Convention.

2.—Les correspondances officielles relatives au service postal, échangées entre les administrations postales, entre ces administrations et le Bureau international et entre les bureaux de poste des pays de l'Union, sont exemptées de l'affranchissement en timbres-poste ordinaires et sont seules admises à la franchise.

3.—Les correspondances déposées en pleine mer à la boîte d'un paquebot ou entre les mains des commandants de navires peuvent être affranchies au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays auquel appartient ou dont dépend ledit paquebot. Si le débet à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

ARTICLE 12

1.—Chaque administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution des articles 5, 6, 7, 10 et 11 précédents, sauf la bonification due pour les mandats prévus au paragraphe 2 de l'article 7.

2.—En conséquence, il n'y a pas lieu, de ce chef, à un décompte entre les diverses administrations de l'Union, sous réserve de la bonification prévue au paragraphe 1 du présent article.

3.—Les lettres et autres envois postaux ne peuvent, dans le pays d'origine, comme dans celui de destination, être frappés, à la charge des expéditeurs ou des destinataires, d'aucune taxe ni d'aucun droit postal autres que ceux prévus par les articles susmentionnés.

ARTICLE 13

1.—Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

2.—Ces envois, qui sont qualifiés « exprès », sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à

30 centimes et doit être acquittée complètement et à l'avance, par l'expéditeur, en sus du port ordinaire. Elle est acquise à l'Administration du pays d'origine.

3.—Lorsque l'objet est destiné à une localité où il n'existe pas de bureau de poste, l'Administration des postes destinataire peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixe pour remise par exprès dans son service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

4.—Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires.

ARTICLE 14

1.—Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour le réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

2.—Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux Administrations intermédiaires, pour le transport antérieur des dites correspondances.

3.—Les lettres et les cartes postales non affranchies et les correspondances de toute nature insuffisamment affranchies, qui font retour au pays d'origine par suite de réexpédition ou de mise en rebut, sont passibles, à la charge des destinataires ou des expéditeurs, des mêmes taxes que les objets similaires directement adressés du pays de la première destination au pays d'origine.

ARTICLE 15

1.—Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même pays en station à l'étranger, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres pays.

2.—Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du pays auquel appartiennent les bâtiments.

3.—Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 4.

ARTICLE 16

1.—Il n'est pas donné cours aux papiers d'affaires, échantillons et imprimés qui ne remplissent pas les conditions requises, pour ces catégories d'envois, par l'article 5 de la présente Convention et par le Règlement d'exécution prévu à l'article 20.

2.—Le cas échéant, ces objets sont renvoyés au timbre d'origine et remis, s'il est possible, à l'expéditeur.

3.—Il est interdit :

1^o, d'expédier par la poste :

a) des échantillons et autres objets qui, par leur nature, peuvent présenter du danger pour les agents postaux, salir ou détériorer les correspondances ;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses; des animaux et insectes, vivants ou morts, sauf les exceptions prévues au Règlement de détail ;

2^o, d'insérer dans les correspondances ordinaires ou recommandées consignées à la poste :

a) des pièces de monnaie ayant cours ;

b) des objets passibles de droits de douane ;

c) des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux, mais seulement dans le cas où leur insertion ou expédition serait défendue d'après la législation des pays intéressés.

4.—Les envois tombant sous les prohibitions du paragraphe 3 qui précède et qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou par ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois, les matières explosibles, inflammables ou dangereuses ne sont pas renvoyées au timbre d'origine ; elles sont détruites sur place par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

5.—Est d'ailleurs réservé le droit du Gouvernement de tout pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport ou la distribution, tant des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui régissent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce pays, que des correspondances de toute nature qui portent ostensiblement des inscriptions, dessins, etc., interdits par les dispositions légales ou réglementaires en vigueur dans le même pays.

ARTICLE 17

1.—Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays situés en dehors de l'Union doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de l'Union pour la transmission à découvert,

par leur intermédiaire, de correspondances à destination ou provenant desdits pays.

2.—A l'égard des frais de transit des envois de toute nature et de la responsabilité en matière d'objets recommandés, les correspondances dont il s'agit sont traitées :

pour le transport dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la présente Convention ;

pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

Toutefois, les frais du transport maritime total, dans l'Union et hors l'Union, ne peuvent pas excéder 20 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme l'autre sujets ; le cas échéant, ces frais sont répartis, au prorata des distances, entre les Offices intervenant dans le transport maritime.

Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de l'Union, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre pays de l'Union.

3.—Les frais de transit des correspondances à destination des pays en dehors de l'Union postale sont à la charge de l'Office du pays d'origine, qui fixe des taxes d'affranchissement dans son service des dites correspondances, sans que ces taxes puissent être inférieures au tarif normal de l'Union.

4.—Les frais de transit des correspondances originaires des pays en dehors de l'Union ne sont pas à la charge de l'Office du pays de destination. Cet Office distribue sans taxe des correspondances qui lui sont livrées comme complètement affranchies ; il taxe les correspondances non affranchies au double du tarif d'affranchissement applicable dans son propre service aux envois similaires à destination du pays d'où proviennent les dites correspondances, et les correspondances insuffisamment affranchies au double de l'insuffisance, sans que la taxe puisse dépasser celle qui est perçue sur les correspondances non affranchies de même nature, poids et origine.

5.—Les correspondances expédiées d'un pays de l'Union dans un pays en dehors de l'Union et vice-versa, par l'intermédiaire d'un Office de l'Union, peuvent être transmises, de part et d'autre, en dépêches closes, si ce mode de transmission est admis d'un commun accord par les Offices d'origine et de destination des dépêches, avec l'agrément de l'Office intermédiaire.

ARTICLE 18

Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les mesures nécessaires pour punir l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement de correspondances, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi.

Elles s'engagent également à prendre, ou à proposer à leurs législatures respectives, les mesures nécessaires pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente de colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des pays adhérents.

ARTICLE 19

Le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée, et ceux des mandats de postes, des colis postaux, des valeurs à recouvrer, des livrets d'identité, des abonnements aux journaux, etc., font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

ARTICLE 20

1.—Les Administrations postales des divers pays qui composent l'Union sont compétentes pour arrêter d'un commun accord, dans un Règlement d'exécution, toutes les mesures d'ordre et de détail qui sont jugées nécessaires.

2.—Les différentes Administrations peuvent, en outre, prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui ne concernent pas l'ensemble de l'Union, pourvu que ces arrangements ne dérogent pas à la présente Convention.

3.—Il est toutefois permis aux Administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

ARTICLE 21

1. — La présente Convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette Convention.

2. — Elle ne restreint pas le droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des traités ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

ARTICLE 22

1. — Est maintenue l'institution, sous le nom de Bureau International de l'Union Postale Universelle, d'un Office central qui fonctionne sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, et dont les frais sont supportés par toutes les Administrations de l'Union.

2. — Ce Bureau demeure chargé de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions

litigieuses ; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès ; de notifier les changements adoptés, et, en général, de procéder aux études et aux travaux dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union postale.

ARTICLE 23

1. — En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente Convention ou à la responsabilité d'une Administration en cas de perte d'un envoi recommandé, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

2. — La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

4. — Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les Arrangements conclus en vertu de l'article 19 précédent.

ARTICLE 24

1. — Les pays qui n'ont point pris part à la présente Convention son admis à y adhérer sur leur demande.

2. — Cette adhésion est notifiée, par la voie diplomatique, au Gouvernement de la Confédération Suisse et, par ce Gouvernement, à tous les pays de l'Union.

3. — Elle emporte, de plein droit, accession à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés par la présente Convention.

4. — Il appartient au Gouvernement de la Confédération Suisse de déterminer, d'un commun accord avec le Gouvernement du pays intéressé, la part contributive de l'Administration de ce dernier pays dans les frais du Bureau international, et, s'il y a lieu, les taxes à percevoir par cette Administration en conformité de l'article 10 précédent.

ARTICLE 25

1. — Des Congrès de plénipotentiaires des pays contractants ou de simples Conférences administratives, selon l'importance des questions à résoudre, sont réunis lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers, au moins, des Gouvernements ou Administrations, suivant le cas.

2. — Toutefois, un Congrès doit avoir lieu au moins tous les cinq ans.

3. — Chaque pays peut se faire représenter, soit par un ou plusieurs délégués, soit par la délégation d'un autre pays. Mais

il est entendu que le délégué ou les délégués d'un pays ne peuvent être chargés que de la représentation de deux pays, y compris celui qu'ils représentent.

4. — Dans les délibérations, chaque pays dispose d'une seule voix.

5. — Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du prochain Congrès.

6. — Pour les Conférences, les Administrations fixent les lieux de réunion sur la proposition du Bureau International.

ARTICLE 26

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant le régime de l'Union.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau International ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2. — Toute proposition est soumise au procédé suivant :

Un délai de six mois est laissé aux Administrations de l'Union pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau International, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau International et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau International leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1^o, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 18, 27, 28, et 29 ;

2^o, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la Convention autres que celles des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 18, 26, 27, 28 et 29 ;

3^o, la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention, hors le cas de litige prévu à l'article 23 précédent.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, que le Gouvernement de la Confédération Suisse est chargé d'établir et de transmettre à tous les Gouvernements des pays contractants, et,

dans le troisième cas, par une simple notification du Bureau International à toutes les Administrations de l'Union.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 27

Sont considérés comme formant, pour l'application des articles 22, 25 et 26 précédents, un seul pays ou une seule Administration, suivant les cas :

- 1^o, L'ensemble des colonies allemandes ;
- 2^o, L'Empire de l'Inde Britannique ;
- 3^o, Le Dominion du Canada ;
- 4^o, L'ensemble des colonies britanniques de l'Australasie ;
- 5^o, L'ensemble de toutes les autres colonies britanniques ;
- 6^o, L'ensemble des colonies danoises ;
- 7^o, L'ensemble des colonies espagnoles ;
- 8^o, Les colonies et protectorats français de l'Indo-Chine ;
- 9^o, L'ensemble des autres colonies françaises ;
- 10^o, L'ensemble des colonies néerlandaises ;
- 11^o, L'ensemble des colonies portugaises.

ARTICLE 28

La présente Convention sera mise à exécution de 1^{er} janvier 1890 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé ; mais chaque partie contractante a le droit de se retirer de l'Union, moyennant un avertissement donné une année à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

ARTICLE 29

1.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, toutes les dispositions des Traités, Conventions, Arrangements ou autres Actes conclus antérieurement entre les divers pays ou Administrations, pour autant que ces dispositions ne seraient pas conciliables avec les termes de la présente Convention, et sans préjudice des droits réservés par l'article 21 ci-dessus.

2.—La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Washington.

3.—En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention à Washington, le quinze juin mil huit cent quatre-vingt-dix-sept.

Pour l'Allemagne et les Protectorats Allemands :

FRI-TCH.
NEUMANN.

Pour la Bosnie-Herzégovine :
DR. KAMLER.

Pour le Brésil :
A. FONTOURA XAVIER.

Pour la République Majeure
de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour les Etats-Unis d'Amé-
rique:

GEORGE S. BATCHELLER.

EDWARD ROSEWATER.

JAS. N. TYNER.

A. D. BROOKS.

N. M. HAZEN.

Pour la République Argen-
tine:

M. GARCIA MÉRQU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER

STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour la Bolivie:

T. ALEJANDRO SANTOS.

Pour le Danemark et les
colonies danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Domi-
nicaine:

Pour l'Égypte:

Y. SABA.

Pour l'Équateur:

L. F. CARBO.

Pour l'Espagne et les colo-
nies espagnoles:

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Pour la France:

ANSAULT.

Pour les colonies françaises:

ED. DALMAS.

Pour la Grande-Bretagne et
diverses colonies britanniques:

S. WALFOLE.

H. BUXTON FORMAN.

C. A. KING.

Pour l'Inde britannique:

H. M. KICH.

Pour les colonies britanniques
de l'Australasie:

JOHN GAVAN DUFFY.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour l'Empire de Chine:

Pour la République de Co-
lombie:

CLIMACO CALDERON.

Pour l'Etat Indépendant du
Congo:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour le Royaume de Corée:

CHIM POM YE.

Pour le COLONEL HO SANG
MIN:

JOHN W. HOYT.

JOHN W. HOYT.

Pour la République de Costa-
Rica:

J. B. CALVOS.

Pour la Grèce:

ED. HÖHN.

Pour le Guatemala:

J. NOVELLA.

Pour la République d'Haïti:

J. N. LEGER.

Pour la République d'Hawai:

Pour la Hongrie:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pour le Japon:

KENJIRO KOMATSU.

KWANKICHI YUKAWA.

Pour la République de Li-
béria:

CHAS. HALL ADAMS.

Pour le Luxembourg:

POUR MR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

Pour le Mexique:

A. M. CHAVES.

I. GARFIAS.

M. ZAPATA-VERA.

Pour le Canada :	Pour le Monténégro :
WM. WHITE.	DR. NEUBAUER.
Pour les colonies britanniques	HABBERGER.
de l'Afrique du Sud :	STIBRAL.
S. R. FRENCH.	Pour la Norvège :
SENGER TODD.	THB. HEYERDAHL.
Pour l'Etat libre d'Orange:	Pour la Serbie:
	PIERRE DE SZALAY.
Pour le Paraguay:	G. DE HENNYEY.
JOHN STEWART.	Pour le Royaume de Siam.
	ISAAC TOWNSEND
	SMITH.
Pour les Pays-Bas:	Pour la République Sud-
Pour MR. HAVELAAR:	Africaine:
VAN DER VEEN.	ISAAC VAN ALPHEN.
VAN DER VEEN.	Pour la Suède:
Pour Les colonies néerlandaises :	F. H. SCHLYTERN.
JOHN. J. PERK.	Pour la Suisse:
Pour le Pérou:	J. B. PIODA.
ALBERTO FALCON.	A. STAGER.
Pour la Perse:	C. DELESSERT.
MIRZA ALINAGHI KHAN.	Pour la Régence de Tunis:
MESTCHARUL-VEZAREH.	THIEBAUT.
Pour le Portugal et les colonies portugaises:	Pour la Turquie:
SANTO-THYRSO.	MOUSTAPHA.
Pour la Roumanie:	A. FAHRI.
	Pour l'Uruguay:
C. CHIRU.	PRUDENCIO DE MUR-
R. PREDA.	GUONDO.
Pour la Russie:	Pour les Etats-Unis de Ve-
SÉVASTIANOF.	nezuela :
	JOSÉ ANDRADE.
	ALEZANDRO YBARRA.

II

PROTOCOLLE FINAL

Au moment de procéder à la signature des conventions arrêtées par le Congrès Postal Universel de Washington, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit :

I

Il est pris acte de la déclaration faite par la délégation britannique au nom de son Gouvernement et portant qu'il a cédé aux colonies et protectorats britanniques de l'Afrique du Sud la voix que l'article 27, 5^e de la Convention, attribue à «l'ensemble de toutes les autres colonies britanniques».

II

En dérogation à la disposition de l'article 6 de la Convention, qui fixe à 25 centimes au *maximum* le droit de recommandation,

il est convenu que les Etats hors d'Europe sont autorisés à maintenir ce *maximum* à 50 centimes, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

III

En dérogation aux dispositions de l'article 8 de la Convention, il est convenu que, par mesure de transition, les Administrations des pays hors d'Europe dont la législation est actuellement contraire au principe de la responsabilité, conservent la faculté d'ajourner l'application de ce principe jusqu'au jour où elles auront pu obtenir du Pouvoir Législatif l'autorisation de l'introduire. Jusqu'à ce moment, les autres Administrations de l'Union ne sont pas astreintes à payer une indemnité pour la perte, dans leurs services respectifs, d'envois recommandés à destination ou provenant desdits pays.

IV

La République Dominicaine, qui fait partie de l'Union Postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le protocole lui reste ouvert pour adhérer aux conventions qui y ont été conclues, ou seulement à l'une ou à l'autre d'entre elles.

Le protocole reste également ouvert en faveur de l'Empire de Chine, dont les délégués au Congrès ont déclaré l'intention de ce pays d'entrer dans l'Union Postale Universelle à partir d'une date à fixer ultérieurement.

Il demeure aussi ouvert à l'Etat Libre d'Orange, dont le représentant a manifesté l'intention de ce pays d'adhérer à l'Union Postale Universelle.

V

Le protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention principale, ou un certain nombre seulement des conventions arrêtées par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entre elles.

VI

Les adhésions prévues à l'article IV ci-dessus devront être notifiées au Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le premier octobre 1893.

VII

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux conventions postales signées aujourd'hui à Washington ne ra-

tifieraient pas l'une ou l'autre de ces conventions, cette convention n'en sera pas moins valable pour les États qui l'auront ratifiée.

En loi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessus ont dressé le présent protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement des États-Unis d'Amérique et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Washington, le 15 juin de 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:

FRITZCH.

NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale.

N. BOLET PERAZA.

Pour les États-Unis d'Amérique:

GEORGE S. BATCHELLER.

EDWARD ROSEWATER.

JAS. N. TYNER.

N. M. BROOKS.

A. DE HAZEN.

Pour la République Argentine:

M. GARCIA MEROU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour la Bolivie:

T. ALEJANDRO SANTOS.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour le Brésil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour l'Espagne et les colonies espagnoles:

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Pour la Bulgarie:

IV. STROYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. HARRÁZAVAL.

Pour l'Empire de Chine:

Pour la République de Colombie:

CLIMACO CALDERON.

Pour l'État Indépendant du Congo:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour le Royaume de Corée:

CHIN POM YE.

Pour le COLONEL HO SANG MIN:

JOHN W. HOYT.

JOHN W. HOYT.

Pour la République de Costa-Rica:

J. B. CALVO.

Pour le Danemark et les colonies danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Égypte:

Y. SABA.

Pour l'Équateur:

L. F. CARBO.

Pour l'Italie:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELNATI.

- Pour la France :
 ANSAULT.
 Pour les colonies françaises :
 Ed. DALMAS.
 Pour la Grande-Bretagne et
 diverses colonies britanniques :
 S. WALPOLE.
 H. BUXTON FORMAN.
 C. A. KING.
 Pour l'Inde britannique :
 H. M. KISCH.
 Pour les colonies britanni-
 ques de l'Australasie :
 JOHN GAVAN DUFFY.
 Pour le Canada :
 WM. WAITE.
 Pour les colonies britanni-
 que de l'Afrique du Sud :
 S. R. FRENCH.
 SPENCER TODD.
 Pour la Grèce :
 Ed. HOHN.
 Pour le Guatemala :
 J. NOVELLA.
 Pour la République d'Haïti :
 J. N. LEGER.
 Pour la République d'Hawaï :

 Pour la Hongrie :
 PIERRE DE SZALAY.
 G. DE HENNYEY.

 Pour la Perse :
 MIRZA ALINAGHI KHAN.
 MUSTECHARUL-VERZAREH.
 Pour le Portugal et les co-
 lonies portugaises :
 SANTO-TIHYRSO.
 Pour la Roumanie :
 C. CHIRU.
 R. PREDA.
 Pour la Russie :
 SEVASTIANOF.
 Pour la Serbie :
 PIERRE SZALAY.
 G. DE HENNYEY.
 Pour le Royaume de Siam :
 ISAAC TOWNSEND SMITH.
 Pour la République Sud-
 Africaine :
 ISAAC VAN ALPHEN.
- Pour le Japon :
 KENJIRO KOMATSU.
 KWANKICHI YUKAYA.
 Pour la République de Li-
 béria :
 CHAS. HALL ADAMS.
 Pour le Luxembourg :
 POUR MR. HAVELAAR :
 VAN DER VEEN.
 Pour le Mexique :
 A. M. CHAVES.
 I. GARFAS.
 M. ZAPATA-VERA.
 Pour le Monténégro :
 DR. NEUBAUER.
 HABBERGER.
 STIBRAL.
 Pour la Norvège :
 THB. HEYERDAHL.
 Pour l'Etat libre d'Orange :

 Pour le Paraguay :
 JOHN STEWART.
 Pour les Pays-Bas :
 POUR MR. HAVELAAR :
 VAN DER VEEN.
 VAN DER VEEN.
 Pour les colonies néerlan-
 daises :
 JOBS J. PERK.
 Pour le Pérou :
 ALBERTO FALCON.
 Pour la Suède :
 F. H. SCHLYTERN.
 Pour la Suisse :
 J. B. PIODA.
 A. STAGER.
 C. DELESSERT.
 Pour la Régence de Tunis :
 THIÉBAUT.

 Pour la Turquie :

 MOUSTAPHA.
 A. FAHRI.
 Pour l'Uruguay :
 PRUDENCIO DE MURGUIONDO.
 Pour les Etats-Unis de Ve-
 nezuela :
 JOSÉ ANDRALE.
 ALEJANDRO YBARRA.-

III

REGLÈMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE

Pour l'exécution de la Convention conclue entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majeure de l'Amérique Centrale, les Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, l'Empire de Chine, la République de Colombie, l'Etat Independant du Congo, le Royaume de Corée, la République de Costa-Rica, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les Colonies Espagnoles, la France, les Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et diverses Colonies Britanniques, l'Inde Britannique, les Colonies Britanniques d'Australarie, le Canada, les Colonies Britanniques de l'Afrique du Sud, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République d'Hawai, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, la Norvège, l'Etat Libre d'Orange, le Paraguay, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, le Royaume de Siam, la République Sud-Africaine, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela

Les soussignés, vu l'article 20 de la Convention postale universelle conclue à Washington le 15 juin 1897, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes, pour assurer l'exécution de la dite Convention.

I

DIRECTION DES CORRESPONDANCES

1.—Chaque Administration est obligée d'expédier, par les voies les plus rapides dont elle peut disposer pour ses propres envois, les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration.

2.—Les Administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires, en représentation des frais extraordinaires afférents à certaines voies, sont libres de ne pas diriger par ces voies, lorsqu'il existe d'autres moyens de communication, celles des correspondances insuffisamment affranchies pour lesquelles l'emploi des dites voies n'a pas été réclamé expressément par les envoyeurs.

II

ÉCHANGE EN DÉPÊCHES CLOSES

1.—L'échange des correspondances en dépêches closes, entre les Administrations de l'Union, est réglé d'un commun accord et selon les nécessités du service entre les Administrations en cause.

2.—S'il s'agit d'un échange à faire par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, les Administrations de ces pays doivent en être prévenues en temps opportun.

3.—Il est, d'ailleurs, obligatoire, dans ce dernier cas, de former des dépêches closes toutes les fois que le nombre des correspondances est de nature à entraver les opérations d'une Administration intermédiaire, d'après la déclaration de cette Administration.

4.—En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes établi entre deux Administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'Administration qui a provoqué le changement en donne connaissance aux Administrations des pays par l'entremise desquels cet échange s'effectue.

III

SERVICES EXTRAORDINAIRES

Les services extraordinaires de l'Union, donnant lieu à des frais spéciaux dont la fixation est réservée, par l'article 4 de la Convention, à des arrangements entre les Administrations intéressées, sont exclusivement :

1°, ceux qui sont entretenus pour le transport territorial accéléré de la Malle dite des Indes ;

2°, celui que l'Administration des postes des Etats-Unis d'Amérique entretient sur son territoire pour le transport des dépêches closes entre l'Océan Atlantique et l'Océan Pacifique ;

3°, celui qui est établi pour le transport des dépêches par chemin de fer entre Colon et Panama.

IV

FIXATION DES TAXES

1.—En exécution de l'article 10 de la Convention, les Administrations des pays de l'Union, qui n'ont pas le franc pour unité monétaire, perçoivent leurs taxes d'après les équivalents ci-dessous :

PAYS DE L'UNION	25 centimes	10 centimes	5 centimes
Maurice (île) et dépendances	18 cents de roupie.	8 cents de roupie.	4 cents de roupie.
Chypre.	2 piastres ou 80 paras	1 piastre ou 40 paras	1/2 piastre ou 20 paras.
Ceylan.	15 cents de roupie.	6 cents de roupie.	3 cents de roupie.
Cap de Bonne-Espérance	2 1/2 pence. . . .	1 penny. . . .	1/2 penny.
Zanzibar et Afrique orientale	2 1/2 annas	1 anna	1/2 anna.
Ascension	2 1/2 pence. . . .	1 penny. . . .	1/2 penny.
Australasie	2 1/2 pence. . . .	1 penny. . . .	1/2 penny.
Guatemala	5 centavos. . . .	2 centavos. . . .	1 centavo.
Haiti	5 centavos de piastre. . . .	2 centavos de piastre	1 centavo de piastre.
Hawaï.	5 cents. . . .	2 cents. . . .	1 cent.
Inde Britannique	2 1/2 annas. . . .	1 anna	1/2 anna.
Japon	5 sen. . . .	2 sen. . . .	1 sen.
Libéria.	5 cents	2 cents	1 cent.
Mexique	5 centavos. . . .	2 centavos. . . .	1 centavo.
Monténégro	10 soldi	5 soldi	2 soldi.
Norvège	20 ore. . . .	10 ore. . . .	5 ore.
Portugal	200 reis	100 reis	50 reis.

PAYS DE L'UNION	25 centimes	10 centimes	5 centimes
Allemagne.	20 pfennig . . .	10 pfennig . . .	5 pfennig.
Protectorats allemands:			
Territoire de Cameroun, Compagnie de la Nouvelle-Guinée, Territoire de Togo, Territoire de l'Afrique du Sud-Ouest, Territoire de l'Afrique orientale, Ter- ritoire des Iles Marshall	20 pfennig . . . centavos. . . .	10 pfennig . . . centavos. . . .	5 pfennig. centavos. . . .
Bohème.	10 centavos. . .	4 centavos. . .	2 centavos.
Bosnie-Herzégovine	10 kreuzer . . .	5 kreuzer . . .	3 kreuzer.
Bresil	10 réis	50 réis	25 réis.
Canada.	5 cents	2 cents	1 cent.
Chili.	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
Colombie	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
Congo.	25 francs . . .	10 francs . . .	5 francs.
Costa-Rica	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
Danemark.	20 øre.	10 øre.	5 øre.
Colonies danoises:			
Indes-Danaises	25 øre.	10 øre.	5 øre.

2. — En cas de changement du système monétaire dans l'un des pays susmentionnés ou de modification importante dans la valeur de sa monnaie, l'Administration de ce pays doit s'entendre avec l'Administration des postes suisses pour modifier les équivalents ci-dessus, il appartient à cette dernière Administration de faire notifier la modification à tous les autres Offices de l'Union par l'intermédiaire du Bureau International.

3. — Les fractions monétaires résultant, soit du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies, soit de la fixation des taxes des correspondances échangées avec les pays étrangers à l'Union, ou de la combinaison des taxes de l'Union avec les surtaxes prévues par l'article 5 de la Convention, peuvent être arrondies par les Administrations qui en effectuent la perception. Mais la somme à ajouter de ce chef ne peut, dans aucun cas, excéder la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).

V

EXCEPTIONS EN MATIÈRE DE POIDS

Il est admis, par mesure d'exception, que les Etats qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoir du poids (28,349 grammes) en assimilant une demi-once à 15 grammes et deux onces à 50 grammes, et d'élever, au besoin, la limite du port simple des journaux à quatre onces, mais sous la condition expresse que, dans ce dernier cas, le port des journaux ne soit pas inférieur à 10 centimes et qu'il soit perçu un port entier par numéro de journal, alors même que plusieurs journaux se trouveraient groupés dans un même envoi.

VI

TIMBRES-POSTE

1. — Les timbres-poste, représentant les taxes-types de l'Union ou leur équivalent dans la monnaie de chaque pays, sont confectionnés autant que possible dans les couleurs suivantes:

Les timbres de 25 centimes en bleu foncé;
» » » 10 » en rouge;
» » » 5 » en vert.

2. — Les timbres-poste doivent porter sur leur face l'inscription de la valeur qu'ils représentent effectivement pour l'affranchissement des correspondances d'après le tableau des équivalents inséré à l'article IV précédent.

VII

CORRESPONDANCE AVEC LES PAYS ÉTRANGERS A L'UNION

Les Offices de l'Union, qui ont des relations avec des pays étrangers à l'Union, fournissent aux autres Offices de l'Union la liste de ces pays avec les indications suivantes :

- 1^o, frais de transit maritime ou territorial applicable au transport en dehors des limites de l'Union ;
- 2^o, désignation des correspondances admises ;
- 3^o, affranchissement obligatoire ou facultatif ;
- 4^o, limite, pour chaque catégorie de correspondance, de la validité de l'affranchissement perçu (jusqu'à destination, jusqu'au port de débarquement, etc.) ;
- 5^o, étendue de la responsabilité pécuniaire en matière d'envois recommandés ;
- 6^o, possibilité d'admettre les avis de réception, et
- 7^o, autant que possible, tarif d'affranchissement en vigueur dans le pays en dehors de l'Union par rapport au pays de l'Union.

VIII

APPLICATION DES TIMBRES

1. — Les correspondances originaires des pays de l'Union sont frappées d'un timbre, indiquant le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.

2. — A l'arrivée, le bureau de destination applique son timbre à date au verso des lettres et au recto des cartes postales.

3. — Le timbrage des correspondances déposées sur les paquebots dans les boîtes mobiles ou entre les mains des commandants incombe, dans les cas prévus par le paragraphe 3 de l'article 11 de la Convention, à l'agent des postes embarqué ou, s'il n'y en a pas, au bureau de poste auquel ces correspondances sont livrées. Le cas échéant, celui-ci les frappe de son timbre à date ordinaire et y appose la mention «Paquebot», soit à la main, soit au moyen d'une griffe ou d'un timbre.

4. — Les correspondances originaires des pays étrangers à l'Union sont frappées, par l'Office de l'Union qui les a recueillies, d'un timbre indiquant le point et la date d'entrée dans le service de cet Office.

5. — Les correspondances non affranchies ou insuffisamment affranchies sont, en outre, frappées du timbre T (taxe à payer), dont l'application incombe à l'Office du pays d'origine s'il s'agit des correspondances originaires de l'Union, et à l'Office du pays d'entrée s'il s'agit de correspondances originaires de pays étrangers à l'Union.

6. — Les envois à remettre par exprès sont frappés d'un timbre portant en gros caractères le mot «Exprès». Les Administrations sont toutefois autorisées à remplacer ce timbre par une étiquette imprimée ou par une inscription manuscrite et soulignée en crayon de couleur.

7. — Tout objet de correspondance, ne portant pas le timbre T, est considéré comme affranchi et traité, en conséquence, sauf erreur évidente.

8. — Les timbres-poste non oblitérés, ensuite d'erreur ou d'omission dans le service d'origine, doivent l'être de la manière usuelle par le bureau qui constate l'irrégularité.

IX

INDICATION DU NOMBRE DE PORTS

Lorsqu'une lettre ou tout autre objet de correspondance non affranchi ou insuffisamment affranchi est passible, en raison de son poids, de plus d'un port simple, l'Office d'origine ou d'entrée dans l'Union, suivant le cas, indique, à l'angle gauche supérieur de la suscription, en chiffres ordinaires, le nombre des ports de l'objet.

X

AFFRANCHISSEMENT INSUFFISANT

1. — Lorsqu'un objet est insuffisamment affranchi au moyen de timbres-poste, l'Office expéditeur indique en chiffres, noirs, apposés à côté des timbres-poste, le montant de l'insuffisance en l'exprimant en francs et centimes.

2. — D'après cette indication, le bureau d'échange du pays de destination taxe l'objet au double de l'insuffisance constatée.

3. — Dans le cas où il a été fait usage de timbres-poste non valables pour l'affranchissement, il n'en est tenu aucun compte. Cette circonstance est indiquée par le chiffre zéro (0) placé à côté des timbres-poste.

XI

CONDITIONNEMENT DES OBJETS RECOMMANDÉS

1. — Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon ne sont pas admis à la recommandation.

2. — Aucune condition spéciale de forme ou de fermeture n'est exigée pour les objets recommandés. Chaque office a la faculté d'appliquer à ces envois les règles établies dans son service intérieur.

3.—Les objets recommandés doivent porter une étiquette conforme ou analogue au modèle A annexé au présent Règlement, avec l'indication du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux Administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et de continuer à employer des timbres pour la désignation des objets recommandés.

Il est cependant de rigueur de désigner chaque envoi recommandé par un numéro d'ordre. Si les règlements internes d'un Office réexpéditeur comportent la désignation des envois recommandés par un nouveau numéro d'ordre, cet Office est tenu de biffer le numéro original, tout en ayant soin de le laisser lisible.

4.—Les envois recommandés non affranchis ou insuffisamment affranchis sont transmis aux destinataires sans taxe, mais le bureau qui reçoit un envoi dans ces conditions est tenu de signaler le cas par bulletin de vérification à l'Administration dont relève le bureau d'origine. Le bulletin doit relater très exactement l'origine, la date du dépôt et le numéro de l'envoi.

Cette prescription ne s'applique pas aux envois recommandés qui, par suite de réexpédition, deviennent passibles d'une taxe supérieure.

Ces derniers envois sont traités en conformité des dispositions du § 2 de l'article XXV du présent Règlement.

XII

INDEMNITÉ POUR LA PERTE D'UN ENVOI RECOMMANDÉ

Lorsque l'indemnité due pour la perte d'un envoi recommandé a été payée par une Administration pour le compte d'une autre Administration, rendue responsable, celle-ci est tenue d'en rembourser le montant dans le délai de trois mois après avis du paiement. Ce remboursement s'effectue, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créancier. Lorsque le remboursement de l'indemnité comporte des frais, ils sont toujours à la charge de l'Office débiteur.

XIII

AVIS DE RÉCEPTION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente « Avis de réception » ou l'empreinte d'un timbre portant : A. R.

2.—Ils sont accompagnés d'une formule conforme ou analogue au modèle B ci-annexé ; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur et réunie, au moyen d'un croisé de ficelle, à l'objet auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

Les avis de réception doivent être formulés en français ou porter une traduction sublinéaire en cette langue.

3.—Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule B, la renvoie sous enveloppe et avec recommandation d'office au bureau d'origine.

4.—Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un objet recommandé postérieurement au dépôt de cet objet, le bureau d'origine reproduit sur une formule B, préalablement revêtue d'un timbre-poste représentant la taxe d'avis de réception, la description très exacte de l'objet recommandé (nature de l'objet, bureau d'origine, date de dépôt, numéro, suscription). Cette formule est transmise d'Administration à Administration avec indication de la dépêche dans laquelle l'objet recommandé à rechercher a été livré au service d'échange de l'Office correspondant. Le bureau de destination remplit la formule et la renvoie au bureau d'origine de la manière prescrite par le § 3 précédent.

5.—Si un avis de réception régulièrement demandé par l'expéditeur au moment du dépôt, n'est pas parvenu dans les délais voulus au bureau d'origine, on procède, pour réclamer l'avis manquant, conformément aux règles tracées au § 4 précédent. Toutefois, dans ce dernier cas, au lieu de revêtir la formule B d'un timbre-poste, le bureau d'origine inscrit en tête la mention « Réclamation de l'avis de réception, etc. »

XIV

ENVOIS RECOMMANDÉS GREVÉS DE REMBOURSEMENT

1.—Les envois recommandés grevés de remboursement doivent être revêtus de l'empreinte d'un timbre ou d'une étiquette portant le mot « Remboursement ».

2.—Le montant du remboursement doit être énoncé dans la monnaie du pays de destination sur le recto de l'envoi en caractères latins en toutes lettres et en chiffres, sans rature ni surcharge. L'expéditeur doit indiquer, au-dessous, son nom et son adresse, également en caractères latins.

3.—Si le destinataire ne paye pas le montant du remboursement dans un délai de Lespt jours dans les relations entre pays d'Europe et dans un délai de 15 jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux, à partir du jour qui suit celui de l'arrivée au bureau destinataire, l'envoi est réexpédié au bureau d'origine.

4. — Sauf autre arrangement, la somme recouvrée, de luction faite du droit d'encaissement prévu à l'article 7, § 2, de la Convention et de la taxe ordinaire des mandats de poste, est convertie en un mandat de poste portant en tête du recto la mention « Remb. » et établi pour le surplus en conformité du Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste. Il doit être fait mention, sur le coupon, du mandat, du nom et de l'adresse du destinataire de l'envoi contre remboursement, ainsi que du lieu et de la date du dépôt de cet envoi.

5. — Sauf arrangement contraire, les envois grevés de remboursement peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à ce service sur un autre de ces pays. En cas de réexpédition, l'envoi conserve intacte la demande de remboursement originale telle que l'expéditeur lui-même la formulée. L'Office de la destination définitive doit seul procéder à la conversion dans sa monnaie du montant du remboursement, d'après le taux en vigueur pour les mandats de poste, dans le cas où il n'aurait pas le même système monétaire que celui dans lequel le remboursement est exprimé; il lui appartient aussi de transformer le remboursement en un mandat sur le pays d'origine.

XV

CARTES POSTALES

1. — Les cartes postales doivent être expédiées à découvert et porter, en tête du recto, le titre « Carte postale » exprimé d'une manière apparente en langue française ou avec traduction sublinéaire en cette langue. Ce titre est suivi, autant que possible, des mentions « Union Postale Universelle » « (Côté réservé à l'adresse) ». Le reste du recto est réservé aux timbres d'affranchissement, aux indications relatives au service postal (recommandé, avis de réception, etc.) et à l'adresse du destinataire, laquelle peut être écrite à la main ou figurer sur une étiquette collée n'excédant pas deux centimètres sur cinq.

Lorsque l'expéditeur utilise pour l'étranger une carte postale du service intérieur, on donne cours à cette carte pourvu qu'elle porte soit le titre, imprimé ou écrit, « Carte postale », soit l'équivalent de ce titre dans la langue du pays d'origine.

En outre, l'expéditeur a la faculté d'indiquer au recto son nom et son adresse, soit par écrit, soit au moyen d'un timbre, d'une griffe ou de tout autre procédé typographique.

Des vignettes ou réclames peuvent être imprimées sur le recto. Toutefois elles ne doivent nuire en rien à l'indication claire de l'adresse, ainsi qu'à l'apposition des timbres et notices du service postal.

A l'exception des timbres d'affranchissement et des étiquettes mentionnées au premier alinéa et au paragraphe 4 du présent article, il est interdit de joindre ou d'attacher aux cartes postales des objets quelconques.

2. — Les cartes postales ne peuvent excéder les dimensions suivantes : longueur 14 centimètres, largeur 9 centimètres.

3. — Les cartes postales avec réponse payée doivent présenter, au recto, comme titre sur la première partie : « Carte postale-réponse ». Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple ; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

4. — Il est loisible à l'expéditeur d'une carte postale avec réponse payée d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie « Réponse », soit par écrit, soit en collant une étiquette.

5. — L'affranchissement de la partie « Réponse » au moyen du timbre-poste du pays qui a émis la carte n'est valable que si les deux parties de la carte postale avec réponse payée sont parvenues adhérentes du pays d'origine et si la partie « Réponse » est expédiée à destination de ce pays. Dans les autres cas, elle est traitée comme carte postale non affranchie.

6. — Les cartes postales simples et celles avec réponse payée, émanant de l'industrie privée, sont admises à la circulation internationale pourvu que la législation du pays d'origine le permette et qu'elles remplissent les conditions déterminées dans le présent article pour l'admission au tarif réduit, dans les échanges de pays à pays, des cartes postales émises par les administrations des postes et qu'elles soient conformes, en ce qui concerne le format et la consistance du papier, aux cartes émises par l'Office d'origine.

7. — Les cartes postales ne remplissant pas, quant aux indications prescrites, aux dimensions, à la forme extérieures, etc., les conditions imposées par le présent article à cette catégorie d'envois, sont traitées comme lettres.

Cependant, les cartes postales adressées originellement à l'intérieur du pays d'origine et réexpédiées sur un autre pays sont admises à bénéficier du tarif réduit si elles remplissent les conditions prescrites pour la circulation des cartes postales à l'intérieur du pays d'origine et ne dépassent pas les dimensions fixées au § 2 précédent.

XVI

PAPIERS D'AFFAIRES

1. — Sont considérés comme papiers d'affaires, et admis comme tels à la modération de port consacré par l'article 5 de la Convention, toutes les pièces et tous les documents écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui non pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les pièces de procédure, les actes de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissements, les factures, les différents documents de service des compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'actes sous seing privé écrits sur papier timbré ou non timbré, les partitions ou feuilles de

musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, les devoirs corrigés d'élèves à l'exclusion de toute appréciation sur le travail, etc.

2.—Les papiers d'affaires son soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (article XVIII ci après).

XVII

ÉCHANTILLONS

1.—Les échantillons de marchandises ne sont admis à bénéficier de la modération de port qui leur est attribuée par l'article 5 de la Convention que sous les conditions suivantes :

2.—Ils doivent être placés dans des sacs, des boîtes ou des enveloppes mobiles de manière à permettre une facile vérification.

3.—Ils ne peuvent avoir aucune valeur marchande, ni porter aucune écriture à la main que le nom ou la raison sociale de l'envoyeur, l'adresse du destinataire, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible, ou celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

4.—Les objets en verre, les envois de liquides, huiles, corps gras, poudres sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois d'abeilles vivantes sont admis au transport comme échantillons de marchandises, pourvu qu'ils soient conditionnés de la manière suivante:

1.^o Les objets en verre doivent être emballés solidement (boîtes en métal, en bois, en cuir ou en carton) de manière à prévenir tout danger pour les correspondances et les agents.

2.^o Les liquides, huiles et corps facilement liquéfiables doivent être insérés dans des flacons en verre hermétiquement bouchés. Chaque flacon doit être placé dans une boîte en bois garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse en quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du flacon. Enfin, la boîte elle-même doit être enfermée dans un étui en métal, en bois avec courvecle vissé ou en cuir fort et épais.

Lorsqu'on emploie des blocs perforés ayant au moins 2 1/2 millimètres dans la partie la plus faible, suffisamment garnis à l'intérieur de matières absorbantes et munis d'une courvecle, il n'est pas nécessaire que ces blocs soient enfermés dans un second étui.

3.^o Les corps gras difficilement liquéfiables, tels que les onguents, le savon mou, les résines, etc., dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boîte, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boîte en bois, en métal ou en cuir fort et épais.

4.º Les poudres sèches, colorantes ou non, doivent être placées dans des boîtes en carton, lesquelles elles-mêmes sont enfermées dans un sac en toile ou en parchemin.

5.º Les abeilles vivantes doivent être renfermées dans des boîtes disposées de façon à éviter tout danger et permettre la vérification du contenu.

5.—Sont également admis au tarif des échantillons, les objets d'histoire naturelle, animaux et plantes séchés ou conservés, spécimens géologiques, etc., dont l'envoi n'a pas lieu dans un but commercial et dont l'emballage est conforme aux prescriptions générales concernant les échantillons de marchandises.

XVIII

IMPRIMÉS DE TOUTE NATURE

1.—Sont considérés comme imprimés, et admis comme tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Convention, les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique, les cartes de visite, les cartes-adrresses, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les papiers revêtus de points en relief à l'usage des aveugles, les gravures, les photographies et les albums contenant des photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et, en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique facile à reconnaître, hormis le décalque et la machine à écrire.

Sont assimilées aux imprimés, les reproductions d'une copie-type faite à la plume ou à la machine à écrire lorsqu'elles sont obtenues par un procédé mécanique de polygraphie (chromographie, etc.) ; mais pour jouir de la modération de port, ces reproductions doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt exemplaires parfaitement identiques.

2.—Sont exclus de la modération de port les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

3.—Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés dont le texte a été modifié après tirage, soit à la main, soit à l'aide d'un procédé mécanique, ou a été revêtu de signes quelconques susceptibles de constituer un langage conventionnel.

4.—Comme exception à la règle déterminée par le paragraphe 3 précédent, il est permis :

a) d'indiquer à l'extérieur de l'envoi le nom, la raison de commerce et le domicile de l'expéditeur ;

b) d'ajouter à la main, sur les cartes de visite imprimées, l'adresse de l'expéditeur, son titre, ainsi que des souhaits, fé-

licitations, remerciements, compliments de condoléance ou autres formules de politesse exprimés en cinq mots au maximum ou au moyen d'initiales conventionnelles (p. f., etc.);

c) d'indiquer ou de modifier sur l'imprimé même, à la main ou par un procédé mécanique, la date de l'expédition, la signature ou la raison de commerce et la profession, ainsi que le domicile de l'expéditeur;

d) d'ajouter aux épreuves corrigées le manuscrit et de faire à ces épreuves les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression. En cas de manque de place, ces additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;

e) de corriger les fautes d'impression aussi sur les imprimés autres que les épreuves;

f) de biffer certaines parties d'un texte imprimé pour les rendre illisibles;

g) de faire ressortir au moyen de traits et de souligner les mots ou les passages du texte sur lesquels on désire attirer l'attention;

h) de porter ou de corriger à la plume ou par un procédé mécanique les chiffres sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse, les circulaires de commerce et les prospectus, de même que le nom du voyageur, la date et le nom de la localité par laquelle il compte passer, sur les avis de passage;

i) d'indiquer à la main, sur les avis concernant les départs de navires, la date de ces départs;

k) d'indiquer sur les cartes d'invitation et de convocation le nom de l'invité, la date, le but et le lieu de la réunion;

l) d'ajouter une dédicace sur les livres, papiers de musique, journaux, photographies et gravures, cartes de Noël et de nouvel an, ainsi que d'y joindre la facture se rapportant à l'objet lui-même;

m) dans les bulletins de commande ou de souscription relatifs à des ouvrages de librairie, livres, journaux, gravures, morceaux de musique, d'indiquer à la main les ouvrages demandés ou offerts, et de biffer ou de souligner tout ou partie des communications imprimées;

n) de peindre les images de mode, les cartes géographiques, etc.;

o) d'ajouter à la main ou par un procédé mécanique aux passages découpés des journaux et publications périodiques le titre, la date, le numéro et l'adresse de la publication dont l'article est extrait.

5.—Sauf les exceptions explicitement autorisées par le présent article, sont interdites les additions faites à la plume ou au moyen d'un procédé mécanique qui enlèveraient à l'imprimé son caractère de généralité et lui donneraient celui d'une correspondance individuelle.

6.—Les imprimés doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés

ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit simplement pliés de manière à ne pas dissimuler la nature de l'envoi, soit enfin entourés d'une ficelle facile à dénouer.

7.—Les cartes adresses et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée peuvent être expédiés sans bande, enveloppe, lien ou pli. Le recto est réservé aux timbres d'affranchissement, aux indications relatives au service postal et à l'adresse du destinataire. L'expéditeur a la faculté d'y indiquer son nom, sa profession et son adresse au moyen d'un timbre, d'une griffe ou de tout autre procédé typographique. Les bulletins de librairie peuvent, en outre, porter l'indication imprimée « Bulletin de librairie » ou « Commande de librairie ».

8.—Les cartes portant le titre « carte postale » ne sont pas admises au tarif des imprimés.

NIX

OBJETS GROUPÉS

Il est permis de réunir dans un même envoi des échantillons de marchandises, des imprimés et des papiers d'affaires, mais sous réserve:

1^o, que chaque objet pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant au poids et quant à la dimension;

2^o, que le poids total ne dépasse pas deux kilogrammes par envoi;

3^o, que la taxe soit au minimum de 25 centimes si l'envoi contient des papiers d'affaires, et de 10 centimes s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

XX

FEUILLES D'AVIS

1.—Les feuilles d'avis accompagnant les dépêches échangées entre deux Administrations de l'Union sont conformes au modèle C joint au présent Règlement. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur portant distinctement l'indication : « Feuille d'avis ».

2.—On indique, le cas échéant, à l'angle droit supérieur le nombre des sacs ou paquets détachés composant l'envoi auquel la feuille d'avis se rapporte.

Sauf arrangement contraire, dans les relations par mer qui, bien que périodiques et régulières, ne comportent pas d'échange quotidien ou à jour fixe, les bureaux expéditeurs doivent numéroter les feuilles d'avis à l'angle gauche supérieur, d'après une série annuelle par chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible, au-dessus du numéro, le nom du paquebot ou du bâtiment qui emporte la dépêche.

3.—On doit mentionner, en tête de la feuille d'avis, le nombre total des objets recommandés, des paquets ou sacs renfermant lesdits objets, des objets recommandés en dehors, des envois à faire remettre par exprès en distinguant parmi ces derniers, s'il y a lieu, les objets recommandés.

4.—Les objets recommandés sont inscrits individuellement au tableau n. 1 de la feuille d'avis, avec les détails suivants : le nom du bureau d'origine et le numéro d'inscription de l'objet à ce bureau, ou : le nom du bureau d'origine, le nom du destinataire et le lieu de destination.

Dans la colonne « Observations » la mention A. R. est ajoutée en regard de l'inscription des envois qui font l'objet de demandes d'avis de réception. Dans la même colonne, la mention « Remb. », suivie de l'indication en chiffres du montant du remboursement, est ajoutée en regard de l'inscription des envois recommandés grevés de remboursement.

Les avis de réception en retour sont inscrits au tableau précité soit individuellement, soit en bloc, suivant que ces avis sont plus ou moins nombreux.

5.—Lorsque le nombre des objets recommandés expédiés habituellement d'un bureau d'échange à un autre le comporte, il doit être fait usage d'une ou de plusieurs listes spéciales et détachées pour remplacer le tableau n. 1 de la feuille d'avis.

Le nombre des objets recommandés inscrits sur ces listes, le nombre des listes et le nombre des paquets ou des sacs qui renferment ces objets doivent être portés sur la feuille d'avis.

6.—Au tableau n. II on inscrit, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

7.—Sous la rubrique « Recommandations d'office » on mentionne les lettres de service, ouvertes, les communications ou recommandations divers du bureau expéditeur ayant trait au service d'échange, ainsi que le nombre des sacs vides en retour.

8.—Lorsqu'il est jugé nécessaire, pour certaines relations, de créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, la mesure peut être réalisée d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

9.—Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement d'une feuille d'avis négative.

10.—Quand des dépêches closes sont confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre ou le poids des lettres et autres objets doit être indiqué à la feuille d'avis et sur l'adresse de ces dépêches lorsque l'Office chargé d'assurer l'embarquement des dites dépêches le demande.

XXI

TRANSMISSION DES OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Les objets recommandés, les avis de réception, les envois exprès, et s'il y a lieu, les listes spéciales prévues au § 5 de l'article XX, sont réunis en un ou plusieurs paquets ou sacs distincts, qui doivent être convenablement enveloppés ou fermés et cachetés de manière à en préserver le contenu.

Les objets recommandés sont classés dans chaque paquet d'après leur ordre d'inscription. Quand on emploie plusieurs listes détachées, chacune d'elles est insérée dans le paquet renfermant les objets recommandés auxquels elle se rapporte.

2.—Au paquet d'objets recommandés est attachée extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciale contenant la feuille d'avis. Le paquet est ensuite placé au centre de la dépêche.

3.—La présence, dans la dépêche, d'un paquet d'objets recommandés dont la description est faite sur la liste spéciale mentionnée au paragraphe 1 ci-dessus, doit être annoncée par l'application, en tête de la feuille d'avis, soit d'une annotation spéciale, soit de l'étiquette ou du timbre de recommandation en usage dans le pays d'origine.

4.—Il est entendu que le mode d'emballage et de transmission des objets recommandés, prescrit par les paragraphes 1 et 2 ci-dessus, s'applique seulement aux relations ordinaires. Pour les relations importantes, il appartient aux Administrations intéressées de prescrire, d'un commun accord, des dispositions particulières, sous réserve, dans l'un comme dans l'autre cas, des mesures exceptionnelles à prendre par les chefs des bureaux d'échange lorsqu'ils ont à assurer la transmission d'objets recommandés qui, par leur nature, leur forme ou leur volume, ne seraient pas susceptibles d'être insérés dans la dépêche.

Toutefois, les bureaux d'échange expéditeur indiquent en tête de la feuille d'avis, le cas échéant, le nombre des objets recommandés qui se trouvent dans la dépêche en dehors du paquet ou sac spécial, parmi les correspondances ordinaires, et font figurer sur les listes, dans la colonne « Observations », la mention « en dehors » en regard de l'inscription de chacun de ces objets.

Ceux-ci sont autant que possible réunis en paquets ficelés munis d'une étiquette portant, en caractères apparents, les mots « Recommandés en dehors » précédés d'un chiffre indiquant le nombre d'objets qui contient chaque paquet.

XII

CONFECTION DES DÉPÊCHES

1.—En règle générale, les objets qui composent les dépêches doivent être classés et enfilés par nature de correspondances,

en séparant les objets affranchis des objets non ou insuffisamment affranchis.

Les lettres portant des traces d'ouverture ou d'avarie doivent être munies d'une mention du fait et frappées du timbre à date du bureau qui a constaté ce fait.

2. — Toute dépêche, après avoir été ficelée, est enveloppée de papier fort en quantité suffisante pour éviter toute détérioration du contenu, puis ficelée extérieurement et cachetée à la cire ou au moyen d'un cachet en papier gommé, avec l'impression du cachet du bureau. Elle est munie d'une suscription imprimée portant, en petits caractères le nom du bureau expéditeur et en caractères forts le nom du bureau destinataire: « du..... pour..... ».

3. — Si le volume de la dépêche le comporte, elle est renfermée dans un sac convenablement fermé, cacheté ou plombé et étiqueté.

4. — Les paquets ou sacs renfermant des envois à remettre par exprès doivent porter extérieurement une désignation signalant ces objets à l'attention des agents postaux.

5. — Lorsqu'il est fait usage d'étiquettes en papier, elles doivent être collées sur des planchettes.

6. — Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 40 kilogrammes.

7. — Les sacs doivent être renvoyés vides au bureau expéditeur par le prochain courrier, sauf autre arrangement entre les Offices correspondants.

XXIII

VÉRIFICATION DES DÉPÊCHES

1. — Le bureau d'échange, qui reçoit une dépêche, constate si les inscriptions sur la feuille d'avis et, s'il y a lieu, sur la liste des objets recommandés, sont exactes.

Les dépêches doivent être livrées en bon état. Cependant, la réception d'une dépêche ne peut pas être refusée à cause de son mauvais état. S'il s'agit d'une dépêche pour autre bureau que celui qui en a pris livraison, elle doit être emballée de nouveau, tout en conservant, autant que possible, l'emballage original. Le remballage est préalable de la vérification du contenu, s'il est à présumer que celui-ci n'est pas resté intact.

2. — Lorsque le bureau d'échange reconnaît des erreurs ou des omissions, il opère immédiatement les rectifications nécessaires sur les feuilles ou listes, en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives.

3. — Ces rectifications s'effectuent par le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

4. — Un bulletin de vérification, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, est dressé par le bureau destinataire et

envoyé sans délai, sous recommandation d'Office, au bureau expéditeur. En même temps, un duplicata du bulletin de vérification est envoyé par le bureau destinataire à l'Administration dont relève le bureau expéditeur.

Dans le cas prévu au paragraphe 1 du présent article, une copie du bulletin de vérification est insérée dans la dépêche remballée.

5.—Le bureau expéditeur, après examen, renvoie le bulletin, avec ses observations, s'il y a lieu.

6.—En cas de manque d'une dépêche, d'un objet recommandé, de la feuille d'avis ou de la liste spéciale, le fait est constaté immédiatement dans la forme voulue par deux agents du bureau d'échange destinataire, et porté à la connaissance du bureau d'échange expéditeur au moyen du bulletin de vérification. Si le cas le comporte, ce dernier bureau peut en outre être avisé par télégramme aux frais de l'Office expéditeur du télégramme. En même temps, un bulletin de vérification est envoyé par le bureau destinataire à l'Administration dont relève le bureau expéditeur.

Dès la rentrée d'une dépêche dont l'absence avait été signalée au bureau d'origine ou à un bureau intermédiaire, il y a lieu d'adresser au même bureau un second bulletin de vérification, annonçant la réception de cette dépêche.

7.—En cas de perte d'une dépêche close, les Offices intermédiaires sont rendus responsables des objets recommandés que renfermait la dépêche, dans les limites de l'article 8 de la Convention, à condition que la non-réception de cette dépêche leur ait été signalée aussitôt que possible.

8.—Lorsque le bureau destinataire n'a pas fait parvenir au bureau expéditeur, par le premier courrier après la vérification, un bulletin constatant des erreurs ou des irrégularités quelconques, l'absence de ce document vaut comme accusé de réception de la dépêche et de son contenu, jusqu'à preuve du contraire.

XXIV

DÉPÊCHES ÉCHANGÉES AVEC DES BÂTIMENTS DE GUERRE

1.—L'établissement d'un échange, en dépêches closes, entre un Office postal de l'Union et des divisions navales ou bâtiments de guerre de même nationalité, doit être notifié, autant que possible à l'avance, aux Offices intermédiaires.

2.—La suscription de ces dépêches est rédigée comme suit:

Du bureau de...

Pour { la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à...

{ le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à...

De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à...

Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à...

Pour de bureau de...

(Pays)

3. — Les dépêches à destination ou provenant de divisions navales ou de bâtiments de guerre sont acheminées, sauf indication d'une voie spéciale sur l'adresse, par les voies les plus rapides et dans les mêmes conditions que les dépêches échangées entre bureaux de poste.

Quand les dépêches à destination d'une division navale ou d'un bâtiment de guerre sont expédiées en dehors, le capitaine du paquebot postal qui les transporte, les tient à la disposition du commandant de la division ou du bâtiment destinataire pour le cas où celui-ci viendrait demander au paquebot en route la livraison de ces dépêches.

4. — Si les bâtiments ne se trouvent pas au lieu de destination quand les dépêches à leur adresse y arrivent, ces dépêches sont conservées au bureau de poste, en attendant leur retrait par le destinataire ou leur réexpédition sur un autre point. La réexpédition peut être demandée, soit par l'Office postal d'origine, soit par le commandant de la division navale ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un Consul de même nationalité.

5. — Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention «Aux soins du Consul de...» sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement, à la demande du Consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une autre destination.

6. — Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise au commandant de ce bâtiment de guerre, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un Consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenues à leur adresse, tant qu'elles n'auront pas été délivrées au bâtiment de guerre respectif.

XXV

CORRESPONDANCES RÉEXPÉDIÉES

1. — En exécution de l'article 14 de la Convention, et sauf les exceptions prévues au paragraphe 2 suivant, les correspondances de toute nature adressées, dans l'Union, à des destinataires ayant changé de résidence, sont traitées par l'Office distributeur comme si elles avaient été adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2. — A l'égard, soit des envois du service interne de l'un des pays de l'Union qui entrent par suite de réexpédition dans le service d'un autre pays de l'Union, soit des envois échangés entre deux pays de l'Union qui ont adopté dans leurs relations réciproques une taxe inférieure à la taxe ordinaire de l'Union, mais entrant, par suite de réexpédition, dans le service d'un troisième pays de l'Union vis-à-vis duquel la taxe est la taxe ordinaire de l'Union, soit, enfin, des envois échangés pour leur

premier parcours entre localités de deux services limitrophes pour lesquels il existe une taxe réduite, mais réexpédiés sur d'autres localités de ces pays de l'Union ou sur une autre pays de l'Union, on observe les règles suivantes :

1.—Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont frappés, par l'Office distributeur, de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

2.—Les envois régulièrement affranchis pour le premier parcours et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés, suivant la nature, par l'Office distributeur, d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été perçu si les envois avaient été expédiés primitivement sur la nouvelle destination. Le montant de cette différence doit être exprimé en francs et centimes, à côté de timbres-poste, par l'Office réexpéditeur.

Dans l'un et l'autre cas, les taxes prévues ci-dessus restent exigibles du destinataire alors même que, par suite de réexpéditions successives, les envois reviennent dans le pays d'origine.

3.—Lorsque des objets primitivement adressés à l'intérieur d'un pays de l'Union et affranchis en numéraire sont réexpédiés à un autre pays, l'Office réexpéditeur doit indiquer, sur l'objet, le montant de la taxe perçue en numéraire.

4.—Les objets de toute nature mal dirigés sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

5.—Les correspondances de toute nature, ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyés aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complète ou rectifiée, considérées comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme des nouveaux envois, et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

XXVI

CORRESPONDANCES TOMBÉES EN REBUT

1.—Les correspondances de toute nature qui sont tombées en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyées, aussitôt après les délais de conservation voulus par les règlements du pays destinataire, et au plus tard dans un délai de six mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et de deux mois pour les autres relations, par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs et en une liasse spéciale étiquetée : « Rebuts » et portant l'indication du pays d'origine des correspondances. Les termes de deux mois et de six mois comptent à partir de la fin du mois dans lequel les correspondances sont parvenues au bureau de destination.

2.—Toutefois, les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à destination de ce pays, sauf qu'en regard de l'inscription nominative au tableau n. 1 de la feuille d'avis ou sur la liste détachée la mention « Rebut » est consignée dans la colonne « Observations » par le bureau réexpéditeur.

3.—Par exception, deux Offices correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi de rebuts, ainsi que se dispenser de se renvoyer réciproquement certains imprimés considérés comme dénués de valeur.

4.—Avant de renvoyer à l'Office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, l'Office destinataire doit indiquer d'une manière claire et concise, en langue française, au verso de ces objets, la cause de la non-remise sous la forme suivante : inconnu, refusé, parti, non réclamé, décédé, etc. Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

5.—Si des correspondances mises à la poste dans un pays de l'Union et acheminées à l'intérieur de ce même pays ont pour expéditeurs des personnes habitant un autre pays et doivent, par suite de non-distribution et de mise en rebut, être renvoyées à l'étranger pour être rendus à leurs auteurs, elles deviennent des envois de l'échange international. En pareil cas, l'Office réexpéditeur et l'Office distributeur font application aux dites correspondances des dispositions des §§ 2 et 3 de l'article XXV précédent.

6.—Les correspondances pour les marins et autres personnes adressées aux soins d'un Consul et rendues par celui-ci au bureau de poste local comme non réclamées doivent être traitées de la manière prescrite par le § 1 pour les rebuts en général. Le montant des taxes perçues à la charge du Consul sur ces correspondances doit en même temps lui être rendu par le bureau de poste local.

XXVII

RÉCLAMATION D'OBJETS ORDINAIRES NON PARVENUS

1.—Toute réclamation relative à un objet de correspondance ordinaire non parvenu à destination donne lieu au procédé suivant :

1^o Il est remis au réclamant une formule conforme au modèle E ci-annexé, avec prière d'en remplir, aussi exactement que possible, la partie qui le concerne.

2^o Le bureau où la réclamation s'est produite transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office et sans aucun écrit.

3^o Le bureau correspondant fait présenter la formule au des-

tinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, avec prière de fournir des renseignements à ce sujet.

4° Munie de ces renseignements, la formule est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée.

5° Dans le cas où la réclamation est reconnue fondée, elle est transmise à l'Administration centrale pour servir de base aux investigations ultérieures.

6° A moins d'entente contraire, la formule est rédigée en français ou porte une traduction française.

2.—Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau International, que les réclamations qui concernent son service soient transmises à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné par elle.

XXVIII

RÉCLAMATION D'OBJETS RECOMMANDÉS

1.—Pour les réclamations d'objets recommandés, il est fait usage d'une formule conforme au modèle F annexé au présent Règlement. L'Office du pays d'origine, après avoir établi les dates de transmission des envois en question au service suivant, transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2.—Lorsque l'Office destinataire est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif de l'envoi réclamé, il renvoie cette formule, revêtue des renseignements que le cas comporte, à l'Office d'origine.

3.—Lorsque le sort d'un envoi qui a passé à découvert par plusieurs services ne peut être immédiatement constaté dans le service du pays de destination, l'Office destinataire transmet la formule au premier Office intermédiaire, qui, après avoir établi les données de la transmission de l'objet au service suivant, transmet la réclamation à l'Office suivant et ainsi de suite, jusqu'à ce que le sort définitif de l'objet réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4.—Les formules F sont rédigées en français ou portent une traduction sublinéaire en cette langue. Elles sont transmises sans lettre d'envoi sous enveloppe fermée, et soumises à la formalité de la recommandation. Chaque Administration est libre de demander, par une notification adressée au Bureau International, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, soit enfin directement au bureau de destination ou, si elle est seulement intéressée à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

5.—Les dispositions que précèdent ne s'appliquent pas aux cas de spoliation de dépêche, manque de dépêche, etc., qui comportent une correspondance plus étendue entre les Administrations.

XXIX

RETRAIT DE CORRESPONDANCES ET RECTIFICATION D'ADRESSES

1.—Pour les demandes de renvoi ou de réexpédition de correspondances, ainsi que pour les demandes de rectification d'adresses, l'expéditeur doit faire usage d'une formule conforme au modèle G, annexé au présent Règlement. En remettant cette réclamation au bureau de poste, l'expéditeur doit y justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin du dépôt. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

1^o Si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un fac-similé parfait de l'enveloppe ou suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau de poste destinataire.

2^o Si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire.

2.—A la réception de la formule G ou du télégramme en tenant lieu, le bureau de poste destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique le bureau destinataire se borne à retenir la lettre et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du fac-similé nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'objet a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'objet de correspondance indiqué, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

3.—A' moins d'entente contraire, la formule G est rédigée en français ou porte une traduction sublinéaire en cette langue, et dans le cas d'emploi de la voie télégraphique, le télégramme est formulé en langue française.

4.—Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut aussi être demandée directement au bureau destinataire, c'est-à-dire sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

5.—Toute administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau International que l'échange des réclamations, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise de son administration centrale ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans le cas où l'échange des réclamations s'effectue par l'entremise des administrations centrales il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine aux bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la réclamation de l'Administration centrale.

Les Administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les ajs que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

Le recours à la voie télégraphique est obligatoire lorsque l'expéditeur a lui-même fait usage de cette voie et que le bureau destinataire ne peut pas être prévenu en temps utile par la voie postale.

XXX

EMPLOI DE TIMBRES-POSTE PRÉSUMÉS FRAUDULEUX

Sous réserve des dispositions que comporte la législation de chaque pays, même dans les cas où cette réserve n'est pas expressément stipulée dans les dispositions du présent article, le procédé ci-après est suivi pour la constatation de l'emploi, pour l'affranchissement, de timbres-poste frauduleux:

a) Lorsque la présence, sur un envoi quelconque, d'un timbre-poste frauduleux (contrefait ou ayant déjà servi) est constatée au départ, par un Office dont la législation particulière n'exige pas la saisie immédiate de l'envoi, la figurine n'est altérée d'aucune façon, et l'envoi, inséré dans une enveloppe à l'adresse du bureau destinataire, est acheminé sous recommandation d'office.

b) Cette formalité est notifiée, sans délai, aux Administrations des pays d'origine et de destination, au moyen d'un avis conforme au modèle H annexé au présent Règlement. Un exemplaire de cet avis est, en outre, transmis au bureau de destination dans l'enveloppe qui renferme l'objet revêtu du timbre-poste réputé frauduleux.

c) Le destinataire est convoqué pour constater la contrevention.

La remise de l'envoi n'a lieu que dans le cas où le destinataire ou son fondé de pouvoirs consent à faire connaître le nom et l'adresse de l'expéditeur, et à mettre à la disposition de la poste, après avoir pris connaissance du contenu, l'objet entier s'il est inséparable du corps du délit ou bien la partie de l'objet (enveloppe, bande, portion de lettre, etc.) qui contient la suscription et le timbre signalé comme frauduleux.

d) Le résultat de la convocation est constaté par un procès-verbal conforme au modèle I annexé au présent Règlement et où il est fait mention des incidents survenus, tels que non-comparution, refus de recevoir l'envoi, de l'ouvrir ou d'en faire connaître l'expéditeur, etc. Ce document est signé par l'agent des postes et par le destinataire de l'envoi ou son fondé de pouvoirs; si ce dernier refuse de signer, le refus est constaté aux lieu et place de la signature.

Le procès-verbal est transmis, avec pièces à l'appui et par l'intermédiaire de l'Administration du pays de destination, à l'Ad-

ministration des postes du pays d'origine, qui, à l'aide de ces documents, fait poursuivre, s'il y a lieu, la répression de l'infraction d'après sa législation intérieure.

XXXI

FRAIS DE TRANSIT

1.—La statistique effectuée au mois de mai 1896 pour le décompte de frais de transit sortira ses effets jusqu'à l'expiration de la Convention du 15 juin 1897 et du présent Règlement, sous réserve des dispositions prévues aux paragraphes 2 et 3 suivants.

2.—Dans le cas d'accession à l'Union d'un pays ayant des relations importantes, les pays de l'Union dont la situation pourrait, par suite de cette circonstance, se trouver modifiée sous le rapport du paiement des frais de transit, ont la faculté de réclamer une statistique spéciale se rapportant exclusivement au pays nouvellement entré.

3.—Lorsqu'il se produit une modification importante dans le mouvement des correspondances et pour autant que cette modification affecte une période de six mois, au moins, les Offices intéressés s'entendent pour régler entre eux, au besoin par la voie d'une nouvelle statistique, le partage des frais de transit proportionnellement à la part d'intervention des dits Offices dans le transport des correspondances auxquelles ces frais se rapportent.

4.—Le simple entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot, ne donne pas lieu au paiement de frais de transit territorial au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt.

XXXII

DÉCOMPTÉ DES FRAIS DE TRANSIT

1.—En vue de l'exécution des dispositions des chiffres 1^o et 2^o du § 5 de l'article 4 de la Convention, on procédera comme suit:

a) Chaque Administration de l'Union transmet au Bureau International, sur une formule *ad hoc* que ce dernier lui aura fait parvenir, un relevé des sommes à payer ou à recevoir, sur la base de la statistique de 1896, par chacune des Administrations correspondantes, du chef du transit territorial, à l'exclusion des frais de transit extraordinaires prévus au § 4 de l'article 4 de la Convention et sans tenir compte des réductions prévues au § 5, chiffre 1^o, du même article 4;

b) En cas de différences entre les indications correspondantes de deux Administrations, le Bureau International les invite à se mettre d'accord et à lui communiquer les sommes définitivement fixées;

c) Dans les cas où l'une des Administrations correspondantes n'a pas fourni l'indication dans le délai déterminé par le Bureau International, les indications de l'autre Administration font foi :

d) Aucune réclamation n'est admise de la part des Administrations qui n'ont pas fourni dans le délai déterminé par le Bureau International les indications prévues ci-dessus ;

e) Le Bureau International désigne, sur la base de la statistique de 1896, les pays à exonérer de tout paiement du chef du transit territorial, jusqu'à l'expiration de la Convention de Washington et du présent Règlement, relève le total des sommes que ces pays auraient à payer et en opère la réduction proportionnelle sur le total des créances brutes des autres pays afférentes à ce transit. Il effectue en second lieu la réduction déterminée par le § 5, chiffre 1^{er}, de l'article 4 de la Convention et transmet le résultat définitif à toutes les Administrations, avec indication, pour chacune d'elles, du montant de sa dette ou de son avoir vis-à-vis de chacune des autres Administrations intéressées.

2.—Le soin d'établir les comptes des frais de transit maritime, sur la base des articles 4 et 17 de la Convention principale et avec les réductions prévues au chiffre 3^o du § 5 du premier de ces articles, incombe à l'Office créancier, qui les transmet à l'Office débiteur. Celui-ci les renvoie, acceptés ou avec ses observations, dans le plus bref délai possible. Lorsqu'il ne les aura pas renvoyés dans le délai de six mois, les décomptes seront faits d'après les comptes établis par l'Office créancier.

XXXIII

LIQUIDATION DES FRAIS DE TRANSIT

1.—Le solde annuel résultant de la balance des comptes réciproques entre deux Offices est payé par l'Office débiteur à l'Office créancier, en francs effectifs et au moyen de traites tirées sur une place du pays créancier au gré de l'Office débiteur. Les frais du paiement, y compris les frais d'escompte, restant, le cas échéant, à la charge de l'Office débiteur.

2.—Le paiement des comptes des frais afférents à un exercice doit être effectué dans le plus bref délai possible, et, au plus tard, avant l'expiration du premier semestre de l'exercice suivant. En tout cas, si l'Office qui a envoyé le compte n'a reçu dans cet intervalle aucune observation rectificative, ce compte est considéré comme admis de plein droit. Cette disposition s'applique également aux observations non contestées faites par un Office sur les comptes présentés par un autre Office. Passé ce délai de six mois, les sommes dues par un Office à un autre Office sont productives d'intérêts à raison de 5 pour cent l'an et à dater du jour d'expiration dudit délai.

8.—Est réservée, toutefois, aux Offices intéressés la faculté de prendre d'un commun accord d'autres dispositions que celles qui sont formulées dans le présent article.

XXXIV

RÉPARTITION DES FRAIS DU BUREAU INTERNATIONAL

1. — Les frais communs du Bureau International ne doivent pas dépasser, par année, la somme de 125.000 francs, non compris les frais spéciaux auxquels donne lieu la réunion d'un Congrès ou d'une Conférence.

2. — L'Administration des postes suisses surveille les dépenses du Bureau International, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel, qui est communiqué à toutes les autres Administrations.

3. — Pour la répartition des frais, les pays de l'Union sont divisés en sept classes, contribuant chacune dans la proportion d'un certain nombre d'unités, savoir :

1 ^{re} classe.....	25 unités
2 ^e »	20 »
3 ^e »	15 »
4 ^e »	10 »
5 ^e »	5 »
6 ^e »	3 »
7 ^e »	1 unité

4. — Ces coefficients sont multipliés par le nombre de pays de chaque classe, et la somme des produits ainsi obtenus fournit le nombre d'unités par lequel la dépense totale doit être divisée. Le quotient donne le montant de l'unité de dépense.

5. — Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit, en vue de la répartition des frais :

1^{re} classe : Allemagne, Autriche-Hongrie, États-Unis d'Amérique, France, Grande-Bretagne, Inde-britannique, colonies britanniques de l'Australasie, ensemble des autres colonies et protectorats britanniques, moins le Canada, Italie, Russie, Turquie ;

2^e classe : Espagne ;

3^e classe : Belgique, Brésil, Canada, Égypte, Japon, Pays-Bas, Roumanie, Suède, colonies ou provinces espagnoles d'outre-mer, colonies et protectorats français de l'Indo-Chine et ensemble des autres colonies françaises, Indes néerlandaises ;

4^e classe : Danemark, Norvège, Portugal, Suisse, colonies portugaises ;

5^e classe : Argentine (République), Bosnie-Herzégovine, Bulgarie, Chili, Colombie, Grèce, Mexique, Pérou, Serbie, Tunisie ;

6^e classe : République Majeure de l'Amérique centrale, Bolivie, Costa-Rica, République Dominicaine, Equateur, Guatemala, Haïti, Luxembourg, Paraguay, Perse, Royaume de Siam, Sud-Africaine (République), Uruguay, Venezuela, protectorats allemands, colonies danoises, colonie de Curaçao (ou Antilles néerlandaises), colonie de Surinam (ou Guyane néerlandaise) ;

7^e classe : État indépendant du Congo, Corée, Hawaï, Libéria, Monténégro.

XXXV

COMMUNICATIONS À ADRESSER AU BUREAU INTERNATIONAL

1. — Le Bureau International sert d'intermédiaire aux notifications régulières et générales qui intéressent les relations internationales.

2. — Les Administrations faisant partie de l'Union doivent se communiquer, notamment, par l'intermédiaire du Bureau International :

1^o, l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent par application de l'article 5 de la Convention, en plus de la taxe de l'Union, soit pour port maritime, soit pour frais de transport extraordinaire, ainsi que la nomenclature des pays par rapport auxquels ces surtaxes son perçues, et, s'il y a lieu, désignation des voies qui en motivent la perception ;

2^o, la collection en cinq exemplaires de leurs timbre-poste, avec indication, le cas échéant, de la date à partir de laquelle les timbres-poste des émissions antérieures cesseraient d'avoir cours ;

3^o, l'avis si elles entendent user de la faculté qui est laissée aux Administrations d'appliquer ou de ne pas appliquer certaines dispositions générales de la Convention et du présent Règlement ;

4^o, les taxes modérées qu'elles ont adoptées, soit en vertu d'arrangements particuliers conclus par application de l'article 21 de la Convention, soit en exécution de l'article 20 de la Convention, et l'indication des relations dans lesquelles ces taxes modérées son applicables.

3. — Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des quatre points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

4. — Le Bureau International reçoit également de toutes les Administrations de l'Union deux exemplaires de tous les documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

XXXVI

STATISTIQUE GÉNÉRALE

1. — Chaque Administration fait parvenir, à la fin du mois de juillet de chaque année, au Bureau International, une série aussi complète que possible de renseignements statistiques se rapportant à l'année précédente, sous forme de tableaux conforme ou analogues aux modèles ci-annexés K e L.

2. — Les opérations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3. — Pour toutes les autres opérations il est procédé à un dénombrement, pendant une semaine ou moins pour les échanges

quotidiens, et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens, avec faculté pour chaque Administration de faire un dénombrement séparé pour chaque catégorie de correspondances.

4.—Est réservé à chaque Administration le droit de procéder à ce dénombrement aux époques qui se rapprochent le plus de la moyenne de son trafic postal.

5.—Le Bureau International est chargé de faire imprimer et de distribuer les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il est chargé, en outre, de fournir aux Administrations qui en feront la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer, autant que possible, l'uniformité des opérations de statistique.

XXXVII

ATTRIBUTIONS DU BUREAU INTERNATIONAL

1.—Le Bureau International dresse une statistique générale pour chaque année.

2.—Il rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition, un journal spécial en langues allemande, anglaise et française.

3.—Le Bureau International publie, d'après les informations fournies en vertu des prescriptions de l'article XXXV précédent, un recueil officiel de tous les renseignements d'intérêt général concernant l'exécution de la Convention et du présent Règlement dans chaque pays de l'Union. Les modifications ultérieures sont publiées par suppléments semestriels. Toutefois, dans les cas d'urgence, lorsqu'une Administration demande expressément la publication immédiate d'un changement qui s'est produit dans son service, le Bureau International en fait l'objet d'une circulaire spéciale.

Des recueils analogues concernant l'exécution des Arrangements spéciaux de l'Union peuvent être publiés par le Bureau International sur la demande des Administrations participant à ces Arrangements.

4.—Tous les documents publiés par le Bureau International sont distribués aux Administrations de l'Union dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article XXXIV précédent.

5.—Les exemplaires et documents supplémentaires qui seraient réclamés par ces Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

6.—Le Bureau International doit, d'ailleurs, se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service international des postes, les renseignements spéciaux dont ils pourraient avoir besoin.

7.—Le Bureau International instruit les demandes de modification ou d'interprétation des dispositions qui régissent l'Union.

Il notifie les résultats de chaque instruction, et toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

8.—Le Bureau International opère la balance et la liquidation des décomptes de toute nature entre les Administrations de l'Union qui déclarent vouloir emprunter l'intermédiaire de ce Bureau dans les conditions déterminées par l'article XXXVIII ci-après.

9.—Le Bureau International prépare les travaux des Congrès ou Conférences. Il pourvoit aux copies et impressions nécessaires à la rédaction et à la distribution des amendements, procès-verbaux et autres renseignements.

10.—Le directeur de ce Bureau assiste aux séances des Congrès ou Conférences et prend part aux discussions sans voix délibérative.

11.—Il fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les Administrations de l'Union.

12.—La langue officielle du Bureau International est la langue française.

13.—Le Bureau International est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde, avec une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionnaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le Bureau International jugera convenable.

Le dictionnaire mentionné au présent paragraphe est livré au prix de revient aux Administrations qui en font la demande.

XXXVIII

OFFICE CENTRAL DE COMPTABILITÉ ET DE LIQUIDATION DES COMPTES ENTRE LES ADMINISTRATIONS DE L'UNION

1.—Le Bureau International de l'Union Postale Universelle est chargé d'opérer la balance et la liquidation des décomptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les Administrations des pays de l'Union qui ont le franc pour unité monétaire ou qui se sont mis d'accord sur le taux de conversion de leur monnaie en francs et centimes métalliques.

Les Administrations qui ont l'intention de réclamer, pour ce service de liquidation, le concours du Bureau International, se concertent, à cet effet, entre elles et avec ce Bureau.

Malgré son adhésion, chaque Administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses correspondants, sans employer l'intermédiaire du Bureau International, auquel, à teneur de l'alinéa qui précède, elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

Sur la demande des Administrations intéressées, les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au Bureau International pour entrer dans la compensation des soldes.

Les Administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du Bureau International pour la balance et la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après qu'elles en aurent averti le dit Bureau.

2.—Après que les comptes particuliers ont été débattus et arrêtés d'un commun accord, les Administrations débitrices transmettent aux Administrations créditrices, pour chaque nature d'opérations, une reconnaissance, établie en francs et centimes, du montant de la balance des deux comptes particuliers, avec l'indication de l'objet de la créance et de la période à laquelle elle se rapporte.

Toutefois, en ce qui concerne l'échange des mandats, la reconnaissance doit être transmise par l'Office débiteur des établissements de son propre compte particulier et la réception du compte particulier de l'Office correspondant, sans attendre qu'il ait été procédé à la vérification de détail. Les différences ultérieurement constatées sont reprises dans le premier compte à intervenir.

Sauf entente contraire, l'Administration qui désirerait, pour sa comptabilité intérieure, avoir des comptes généraux, aurait à les établir elle-même et à les soumettre à l'acceptation de l'Administration correspondante.

Les Administrations peuvent s'entendre pour pratiquer un autre système dans leurs relations.

3.—Chaque Administration adresse mensuellement au Bureau International un tableau indiquant son Avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont elle est créditrice envers chacune des Administrations contractantes; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'Office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au Bureau International le 19 de chaque mois au plus tard, sous peine de n'être compris que dans la liquidation du mois suivant.

4.—Le Bureau International constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux Offices intéressés.

Le Doit de chaque Administration envers une autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque Administration est débitrice, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

5.—Le Bureau International réunit les tableaux et les récapitulations en une balance générale indiquant:

- a) le total du Doit et de l'Avoir de chaque Administration;
- b) le solde débiteur ou le solde créiteur de chaque Administration, représentant la différence entre le total du Doit et le total de l'Avoir;
- c) les sommes à payer par une partie des membres de l'Union

à une Administration, ou réciproquement les sommes à payer par cette dernière à l'autre partie.

Les totaux des deux catégories de soldes sous *a* et *b* doivent nécessairement être égaux.

On pourvoira autant que possible à ce que chaque Administration n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux paiements distincts.

Toutefois, l'Administration qui se trouve habituellement à découvert vis-à-vis d'une autre Administration pour une somme supérieure à 50.000 francs a le droit de réclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits, tant par l'Administration créditrice que par l'Administration débitrice, au bas des tableaux à adresser au Bureau International (voir § 3°).

6.—Les reconnaissances (voir § 3) transmises au Bureau International avec les tableaux sont classées par Administration.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation de chacune des Administrations intéressées. Dans cette liquidation doivent figurer :

a) les sommes afférentes aux décomptes spéciaux portant sur les divers échanges ;

b) le total des sommes résultant de tous les décomptes spéciaux par rapport à chacune des Administrations intéressées ;

c) les totaux des sommes dues à toutes les Administrations créditrices pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du Doit qui figure dans la récapitulation.

Au bas de la liquidation, la balance est établie entre le total du Doit et le total de l'Avoir résultant des tableaux adressés par les Administrations au Bureau International (voir § 3). Le montant net du Doit ou de l'Avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créateur porté dans la balance générale. En outre, la liquidation statue sur le mode de liquidation, c'est-à-dire qu'elle indique les Administrations en faveur desquelles le paiement doit être effectué par l'Administration débitrice.

Les liquidations doivent être transmises aux Administrations intéressées, par le Bureau International, au plus tard le 22 de chaque mois.

7.—Le paiement des sommes dues, en vertu d'une liquidation, par une Administration à une autre Administration, doit être effectué aussitôt que possible et au plus tard quinze jours après réception de la liquidation par l'Administration débitrice.

Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les Administrations intéressées soient en rapport mensuel avec le Bureau International. Il est fait mention de ce rapport dans les récapitulations et dans les liquidations pour les Administrations créditrices et débitrices. L'Administration débitrice fait parvenir, les cas échéant, à l'Administration créditrice, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

XXXIX

LANGUE

1.—Les feuilles d'avis, tableaux, relevés et autres formules à l'usage des Administrations de l'Union pour leurs relations réciproques doivent, en règle générale, être rédigés en langue française, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2.—En ce qui concerne la correspondance de service, l'état des choses actuel est maintenu, sauf autre arrangement à intervenir ultérieurement et d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

XL

RESSORT DE L'UNION

1.—Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

1^{re}, les bureaux de poste allemands établis à Apia (îles Samoa) à Shang-Hai, à Tien-Tsin et à Chefoo (Chine), comme relevant de l'Administration des postes d'Allemagne ;

2^e, la principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'Administration des postes d'Autriche ;

3^e, l'Islande et les îles Féroë, comme faisant partie du Danemark ;

4^e, les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val-d'Andorre, les établissements de poste de l'Espagne sur la côte occidentale du Maroc, comme relevant de l'Administration des postes espagnoles ;

5^e, l'Algérie, comme faisant partie de la France ; la principauté de Monaco et les bureaux de poste français établis au Maroc, à Shang-Hai et à Tien-Tsin (Chine); et à Zanzibar, comme relevant de l'Administration des postes de France ;

6^e, les agences postales que l'Administration des postes de Gibraltar entretient à Tanger, Larache, Rabat, Casablanca, Saffi, Mazagan et Mogador (Maroc);

7^e, les bureaux de poste que l'Administration de la colonie anglaise de Hong-Kong entretient à Hoihow (Kiung-Schow), Canton, Swatow, Amoy, Foo-Chow, Ningpo, Shan-Hai e Hankow (Chine);

8^e, les établissements de poste indiens d'Aden, de Mascate, du golfe Persique et de Guadur, comme relevant de l'Administration des postes de l'Inde britannique ;

9^e, la République de Saint-Marin et le bureau italien de Tripoli de Barbarie, comme relevant de l'Administration des postes d'Italie ;

10^e, les bureaux de poste que l'Administration japonaise a

établis à Shang-Haï, à Tientsin et à Chefoo (Chine), à Fusanpo, à Gensanstin et à Jinsen (Corée) ;

11°, le Grand-Duché de Finlande, comme faisant partie intégrante de l'Empire de Russie ;

12°, Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de la colonie du Cap de Bonne-Espérance ;

13°, Walfisch-Bay, comme faisant partie de la colonie du Cap de Bonne-Espérance.

2. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, les Administrations des pays de l'Union qui ouvrent dans des pays étrangers à l'Union des bureaux de poste qui doivent être considérés comme appartenant à l'Union, en font communication aux Administrations de tous les autres pays de l'Union, par l'intermédiaire du Bureau International.

XLII

PROPOSITIONS FAITES DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant les dispositions du présent Règlement.

2. — Toute proposition est soumise au procédé suivant :

Un délai de six mois est laissé aux Administrations pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau International, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau International et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Les Administrations qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau International leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles III, IV, VII, XII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII et XLII ;

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles I, II, V, VI, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXXII, XXXVI, XXXVIII, XXXIX et XL ;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit, soit de la modification des dispositions autres que celles indiquées ci-dessus, soit de l'interprétation des diverses dispositions du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention.

4. — Les résolutions valables sont consacrées par un

notification du Bureau International à toutes les Administrations de l'Union.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XIII

DURÉE DU RÉGLEMENT

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention du 15 juin 1897. Il aura la même durée que cette Convention, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Washington, le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands :

FRI TSCH,
NEUMANN.

Pour les Etats-Unis d'Amérique :

GEORGE S. BATCHELLER.
EDWARD ROSEWATER.
JAS N. TYNER.
N. M. BROOKS.
A. D. HAZEN.

Pour la République Argentine :

M. GARCIA MÉRQU.

Pour l'Autriche :

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
ETIBRAL.

Pour la Belgique :

LICHTERVELDE.
STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour la Bolivie :

T. ALEJANDRO SANTOS.

Pour la Bosnie-Herzégovine :

DR. KAMLER.

Pour le Brésil :

A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie :

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili :

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour l'Empire de Chine :

Pour la République de Colombie :

CILINACO CALDERON.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale :

N. BOLER PERAZA.

Pour le Royaume de Corée :

CHIN POM YE.

POUR LE COLONEL HO SANG MIN:

JOHN W. HOYT.

JOHN W. HOYT.

Pour la République de Costa Rica :

J. B. CALVO.

Pour le Danemark et les colonies danoises :

SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine :

Pour l'Egypte :

Y. SABA.

Pour l'Equateur :

L. F. CARBO.

Pour l'Espagne et les colonies espagnoles :

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Pour la France :

ANSAULT.

Pour les colonies françaises :

ED. DALMAS.

Pour la Grande-Bretagne et diverses colonies britanniques :

S. WARPOLE.

H. BUNTON FORMAN.

C. A. KING.

Pour l'Inde britannique :

H. M. KISCH.

Pour l'Etat Indépendant du
Congo :

LICHTERVELDE.

STERLIN.

A. LAMBIN.

Pour le Canada :

WM. WHITE.

Pour les colonies britanniques
de l'Afrique du Sud :

S. R. FRENCH

SPENCER TODD.

Pour la Grèce :

ED. HÖHN.

Pour le Guatemala :

J. NOVELLA.

Pour la République d'Haïti :

J. N. LEGER.

Pour la République d'Hawai :

Pour la Hongrie :

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie :

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pour le Japon :

KENJIRO KOMATSU.

KWANKICHI YUKAWA.

Pour la République de Li-
beria :

CHAS. HALL ADAMS.

Pour le Luxembourg :

Pour Mr. Havelaar :

VAN DER VEEN.

Pour le Mexique :

A. M. CHAVEZ.

I. GARFAS.

M. ZAPATA-VERA.

Pour la République Sud-Afri-
caine :

ISAAC VAN ALPHEN.

Pour la Suède :

F. B. SCHLYTERN.

Pour la Suisse :

J. B. PIDOA.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pour la Régence de Tunis :

THÉBAUT.

Pour les colonies britan-
niques de l'Australasie :

JOHN GAVAN DUFFY.

Pour le Monténégro :

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Norwège :

THB. HEYERDAHL.

Pour l'Etat libre d'Orange :

Pour le Paraguay :

JOHN STEWART.

Pour les Pays-Bas :

Pour Mr. Havelaar :

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Pour les colonies néerlan-
daïses :

JOHS. J. PERK.

Pour le Pérou :

ALBERTO FALCON.

Pour la Perse :

MIRZA ALINAGHI KHAN.

MUSTECHARUL-VEZAREH.

Pour le Portugal et les colo-
nies portugaises :

SANTO-THYRFO.

Pour la Roumanie :

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pour la Russie :

SÉVASTIANOF.

Pour la Serbie :

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pour le Royaume de Siam :

ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pour la Turquie :

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

Pour l'Uruguay :

PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

Pour les Etats-Unis de Vene-
zuela :

JOSÉ ANDRADE.

ALEJANDRO YBARRA.

ANNEXES

folha original em branco

A

R

LAUSANNE

N. 1460.

B

ADMINISTRATION DE.....

AVIS DE RÉCEPTION

{ d'une lettre avec valeur déclarée de } enregistré au bureau
 { d'un objet recommandé (.....) ¹⁾ } }

de.....le.....sous le n°.....²⁾

et adressé à M.....à.....

e soussigné déclare { qu'une lettre avec valeur déclarée } à l'adresse sus-
 { qu'un objet recommandé } mentionnée

Timbre du bureau
distributeur

et provenant de.....a été dûment

livré.....le.....189.....

Signature ³⁾

du destinataire

du chef du bureau distributeur :

¹⁾ Nature de l'objet (lettre, échantillon, imprimé, etc.)
²⁾ Bureau d'origine : date de dépôt à ce bureau ; n.º d'enregistrement au même bureau.
³⁾ Nota. Cet avis doit être signé par le destinataire ou, si les règlements du pays de destination le comportent, par le chef du bureau distributeur, puis être mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine de l'objet qu'il concerne.

ADMINISTRATION
DES POSTES

C (RECTO)

CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

FEUILLE D'AVIS

d.....

Numéro d'ordre Dépêche (..... envoi) du bureau d'échange d..... Nombre des sacs ou paquets
de la dépêche..... pour le bureau d'échange d..... composant l'envoi.....
expédiée par le paquebot Départ du ISD à du.....
..... Arrivée le ISD à du.....

..... objets recommandés { inscrits au tableau ci-dessous.
..... inscrits sur listes distinctes.

Timbre du bureau paquets ou sacs d'objets recommandés
expéditeur.

Timbre du bureau
destinataire.

..... objets recommandés en dehors des paquets.

..... envoi à remettre par expès.



..... paquets de valeurs déclarées pesant

{ grammes.

{ grammes.



I. LISTE DES ENVOIS RECOMMANDÉS

Numéros d'ordre	Timbre d'origine	Noms des destinataires	Lieux de destination	Observations
1	2	3	4	5
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				

© 2007 The Authors
Journal compilation © 2007 Blackwell Publishing Ltd

II. LISTE DES DÉPÊCHES CLOSES

insérées dans la présente dépêche

Bureau d'origine	Bureaux de destination	Nombre des dépêches closes	Observations

Recommandations d'office

*L'employé du
bureau d'échange créditcur,*

*L'employé du
bureau d'échange destinataire,*

ADMINISTRATION DES POSTES

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d.....

d.....

D

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau
expéditeurTimbre du bureau
destinataire

pour la rectification et la constatation des erreurs et
irrégularités de toute nature reconnues dans la dépêche
du bureau d'échange d.....
pour le bureau d'échange d.....



.....^e expédition du 189....., à h. du

ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'objets recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche
spoliée, lacérée ou en mauvais état, etc.)

À....., '.....

189.....

À....., le..... 189.....

Les employés du b..... change destinataire,

Vu et accepté :

Le chef du bureau d'échange expéditeur,

folha branca original

ADMINISTRATION DES POSTES

Timbre du bureau
expéditeur

D.....

E (RECTO)

BUREAU D.....

RENSEIGNEMENTS À FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN
OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU

I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)

DEMANDES	RÉPONSES
<p>a) Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou paquet de papiers d'affaires).</p> <p>b) Quelle était l'adresse de l'envoi?</p> <p>c) Quelle est l'adresse exacte du destinataire?</p> <p>d) L'envoi était-il volumineux?</p> <p>e) Que renfermait-il? (Signalement aussi exact et complet que possible).</p> <p>f) Date précise ou approximative du dépôt à la poste.</p> <p>g) Nom et domicile de l'expéditeur.</p> <p>h) En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'expéditeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé?</p>	

II. PAR L'EXPÉDITEUR

<p>i) Était-il affranchi et dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés?</p> <p>j) Date et heure du dépôt à la poste.</p> <p>k) Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte? Dans ce dernier cas à quelle boîte?</p> <p>l) Le dépôt a-t-il été effectué par l'expéditeur lui-même ou par un tiers? Dans ce dernier cas, par quelle personne?</p>	
<p>m) Renseignements particuliers du bureau d'origine.</p> <p>n) Renseignements du 1^{er} bureau intermédiaire.</p> <p>o) Renseignements du 2^e bureau intermédiaire.</p>	

La présente formule doit être A.....

ADMINISTRATION DES POSTES

Timbre du bureau
destinataire

D.....

E (VERSO).



BUREAU D.....

III. RENSEIGNEMENTS À FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RECLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU

DEMANDES	RÉPONSES
<p>2) L'envoi est-il parvenu au destinataire ?</p> <p>3) Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées au bureau de poste ou distribuées à domicile ?</p> <p>4) A' qui sont-elles confiées dans le premier cas ?</p> <p>5) Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service ; ou bien déposées dans une boîte particulière ? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée ?</p> <p>6) La perte des correspondances s'est-elle déjà produite souvent ? Dans le cas affirmatif, indiquer d'où provenaient les correspondances perdues.</p> <p>7) Renseignements particuliers du bureau de destination.</p>	

Timbre du bureau
d'origine

ADMINISTRATION DE

BUREAU DE F (RECTO).



RÉCLAMATION

À remplir dans le service d'origine

d'un objet recommandé (.....) (a)
 ou d'un envoi de valeur déclarée de (.....) (b)
 contenant (.....) (c)
 déposé par M le
 sous le N° au bureau de à l'adresse
 suivante :

.....

 (d)
 et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception (e)

L'envoi désigné ci-dessus a été expédié dans la dépêche du bureau d'échange de
 du 18 (..... ° envoi) pour le bureau d'échange de

..... du tableau I de la feuille d'avis.
 Il a été inscrit sous le N°

..... de la feuille d'envoi N°

À remplir dans le service de destination

en cas de distribution
 Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant
 droit le

Timbre du bureau
distributeur*Le chef du bureau distributeur,*

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné
 est encore en instance au bureau de
 a été renvoyé au bureau d'origine le
 a été réexpédié le à
 n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau
de destination*Le chef du bureau de destination,*

(a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.

(b) Lettre ou boîte.

(c) Description du contenu autant que possible.

(d) C'est le cas lorsque l'expédition est adressée par le bureau d'origine.

I^r (VERSO)

A remplir dans les services intermédiaires

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de du 18..... (.....^e envoi) pour le bureau d'échange de.....

Il a été inscrit sous le N. du tableau I de la feuille d'avis.
..... de la feuille d'envoi.

Timbre à date.

Signature



L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de du 18..... (.....^e envoi) pour le bureau d'échange de.....

Il a été inscrit sous le N. du tableau I de la feuille d'avis.
..... de la feuille d'envoi.

Timbre à date.

Signature



L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de du 18..... (.....^e envoi) pour le bureau d'échange de.....

Il a été inscrit sous le N. du tableau I de la feuille d'avis.
..... de la feuille d'envoi

Timbre à date.

Signature



REPOSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

G (RECTO)

ADMINISTRATION DES POSTES DE

DEMANDE DE RETRAIT ou DE RECTIFICATION D'ADRESSE

RÉCLAMATION PAR VOIE POSTALE

(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau de (d'origine)
 pour être remis à l'expéditeur, l (nature de l'objet)
 adressé à votre bureau le 189 et dont la suscription est
 conforme au fac-similé ci-joint.

A , le 189

Timbre du bureau :



Le des postes,

II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer (telle indication)
 à (telle autre indication) sur la suscription
 de l (nature de l'objet) adressé à votre bureau
 le 189 du bureau de et dont la suscription est
 conforme au fac-similé ci-joint.

A , le 189

Timbre du bureau :



Le des postes,

G (VERSO)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

(Télégramme aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT.

Renvoyer à origine..... (tel objet) adressé.....
 (ce jour ou le) à M..... (Adresse exacte du destinataire)
 Griffe:..... (Situation et description)
 Cachet:..... (Description)
 Suscription:..... (Format et couleur de l'envoi)
 Particularité:..... (Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau:



(Signature)

Receveur des postes.

II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

Substituer..... (telle indication) à.....
 (telle autre indication) sur l'adresse de l..... (nature de l'objet)
 expédié..... (ce jour ou le) à votre bureau pour
 M..... (Adresse exacte du destinataire)
 Griffe:..... (Situation et description)
 Cachet:..... (Description)
 Suscription:..... (Format et couleur de l'envoi)
 Particularités:..... (Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau:



(Signature)

Receveur des postes.

(*) N. B. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.

ADMINISTRATION

DES

POSTES

H

BUREAU

d

DÉPARTEMENT ou PROVINCE

d

AVIS DE L'ENVOI,

SOUS RECOMMANDATION D'OFFICE, DE L'OBJET DE CORRESPONDANCE DÉCRIT CI-APRÈS PARAISSANT REVÊTU
D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

Nature de l'objet	Bureau d'origine et date d'expédition	Copie textuelle de l'adresse	Indication du timbre-poste présumé frauduleux (valeur)	Observation
1	2	3	4	5

Timbre du bureau
expéditeur



..... des postes.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1545

I

Timbre à date du bureau de destination

ADMINISTRATION DES POSTES DE.....



PROCÈS-VERBAL

dressé à par application de l'article 18
de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXX du
Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de cette Convention.

EMPLOI D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

L'an mil huit cent quatre-vingt le
Nous soussigné des postes à, agissant
en vertu de l'article 18 de la Convention de l'Union postale universelle
et de l'article XXX du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution
de cette Convention, et assistant à la vérification d'.....
expédié le de à l'adresse
de Mr. à, pesant
et affranchi à raison de, avons constaté que cet
envoi était revêtu d'un timbre-poste présumé frauduleux, ce qui constitue
la contravention prévue par l'article 18 de la Convention précitée.

¹ Nature de
l'envoi (lettre,
échantillon, im-
primé, papiers
d'affaires, etc.)

² Ruler, sui-
vant le cas, l'une
ou l'autre de ces
indications.

³ Nom et
adresse du con-
trovenant (s'il
habite une gran-
de ville, indi-
quer la rue et
le numéro de la
maison).

qu'il refusait de faire connaître l'ex-
péditeur
Le destinataire nous a déclaré ² que l'expéditeur lui est inconnu
que l'expéditeur est Mr.

..... En conséquence,

..... nous lui avons remis

..... nous avons saisi

..... à l'effet de les transmettre à l'Administration des Postes de

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expé-
dition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 18 de la
Convention et à l'article XXX du Règlement susmentionné.

Signature du destinataire
ou du fondé de pouvoirs.

Signature
d

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

K

TABEAU STATISTIQUE

DU SERVICE POSTAL EN

ANNÉE 18.....

I — ORGANISATION

ANNÉE	I		I — ORGANISATION									
	SUPERFICIE en kilo- mètres carrés	NOMBRE des habitants (d'après le recen- sement de...)	NOMBRE DES BUREAUX DE POSTE						Nombre des adminis- trations des postes régio- nales	NOMBRE DES BOITES		
			A L'INTÉRIEUR					à l'é- tran- ger		Total des bu- reaux de poste	établies aux bureaux de poste, dans les villes et localités pourvues d'un bureau de poste	établies dans les communes rurales
			Bureaux chargés de la ré- ception et de la dis- tribution des envois de poste de toute nature	Bureaux dont les attribu- tions de réception et de dis- tribution d'envois de poste sont res- treintes	Autres bureaux établis pour l'ex- pédition de malles	Bureaux ambu- lants, comptés d'après le nombre des con- vois de chaque route accompa- gnés de bureaux de poste						
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	

II — ORGANISATION

ANNEE	RELAIS DE LA POSTE AUX CHEVAUX			CHEVAUX DE TRAIT, ETC.			VOITURES ET TRAINEAUX				
	de l'Etat	privés	Total	de l'Etat	PRIVÉS		Total	de l'Etat	PRIVÉS		Total
					Services gratuits	Services subven- tionnés			Services gratuits	Services subven- tionnés	
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	
	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39

III - SERVICE

ANNÉE	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE						
	LETTRES		CARTES POSTALES		Imprimés	Papiers d'affaires	Echantillons de marchandises
	affranchies	non affranchies	simples	avec réponse payée			
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre
48	49	50	51	52	53	54	55
Service intérieur							
Service international:							
a) Réception.							
b) Expédition.							

DES POSTES

AUX LETTRES A L'USAGE DU PUBLIC				PERSONNEL											
MOBILES, ADAPTÉES AUX VOITURES CIRCULANT SUR DES ROUTES, ETC.			Total des boîtes aux lettres	NOMBRE DES FONCTIONNAIRES ET DES EMPLOYÉS				NOMBRE DES FACTEURS ET AUTRES AGENTS SUBALTERNES				Nombre des maîtres de poste (à l'ex- clusion de ceux qui sont en même temps pro- posés de bu- reaux)	Nombre des postil- lons	Nombre des entre- pre- neurs du trans- port des malles	To- tal des per- son- nel
pa- vées, maca- dami- sées et ordi- naires	fer- rées	mari- times, flu- viales et des lacs		Ser- vice de l'ad- mini- stra- tion cen- trale	Ser- vice des admi- nis- tra- tions régi- onales	Ser- vice des bu- reaux de poste	Total	Ser- vice de l'ad- mini- stra- tion cen- trale	Ser- vice des admi- nis- tra- tions régi- onales	Ser- vice des bu- reaux de poste	Total				
43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58

DES POSTES

ÉTENDUE DES ROUTES POSTALES EXPLOITÉES A L'INTÉRIEUR				NOMBRE DES KILOMÈTRES PARCOURUS ANNUELLEMENT A L'INTÉRIEUR			
sur voies ferrées	sur voies pavées, maca- dami- sées et ordinaires	sur voies maritimes, fluviales et des lacs	Total	sur les voies ferrées	sur les voies pavées, maca- dami- sées et ordinaires	sur les voies mari- times, fluviales et des lacs	Total
Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres
40	41	42	43	44	45	46	47

POSTAL

ENVOIS ADMIS À LA FRANCHISE DE PORT		Totaux des envois inscrits aux colonnes 49 — 57	Envois re- commandés trouvés parmi les corres- pondances inscrites aux colonnes 58 — 59	Dans le nombre des correspon- dances inscrites à la colonne 58 étaient à remettre par express	Dans le nombre des correspon- dances inscrites à la colonne 59 étaient lieu à avis de réception	Colis ordinaires	LETTRES ET BOITES AVEC DÉCLARATION DE VAL	
Lettres	Autres objets						Nombre	Valeu
Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Fran-
53	57		59	60	61	62	63	64

REVENUS						DANS LE DOMAINE DES ENVOIS FACILITÉS AUX COLONNES 72, 73, 74, 75 ET 78 ÉTAIENT		MANÈGES DE POSTE		RECOURS À L'ÉTAT					
Remboursements réfuses		accompagnés d'avais de réception	à remettre par expres	Nombre	Valeur	Nombre	Valeur à encaisser	Son encaissement							
Nombre	Montant	Nombre	Nombre	Franes	Franes	77	Franes	79	Valeur	78	Franes	80	Franes		
71	72	73	74	75	76	77	78	79							

[illegible]

106	Lettres ordinaires et lettres recommandées	Correspondances de l'étranger pour l'étranger qui sont traitées au bureau des profits
107	Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée	
108	Imprimés	
109	Papiers d'affaires	
110	Échantillons	
111	Lettres ordinaires et lettres recommandées	Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées
112	Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée	
113	Imprimés	
114	Papiers d'affaires	
115	Échantillons	
116	Lettres ordinaires et lettres recommandées	Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance
117	Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée	
118	Imprimés	
119	Papiers d'affaires	
120	Échantillons	
121	Lettres ordinaires et lettres recommandées	Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées aux pays d'origine
122	Cartes postales simples et cartes postales avec réponse payée	
123	Imprimés	
124	Papiers d'affaires	
125	Échantillons	

V—RÉSULTAT FINANCIER

RECETTES	POUR L'EXERCICE 18.....	
	Francs	Cts.
1. Produit de la vente des timbres-poste et des formules d'affranchissement.....
2. Recettes effectuées en numéraire.....
3. Taxes perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages.....
4. Bonifications reçues des Administrations étrangères.....
5. Autres recettes diverses.....
Total des Recettes.....

DÉPENSES	POUR L'EXERCICE 18.....	
	Francs	Cts.
1. Traitements et émoluments :		
a) des fonctionnaires et employés.....
b) des facteurs et autres agents subalternes.....
2. Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais.....
3. Frais de transport par les voies ferrées, pavées, macadamisées, maritimes et fluviales (y compris les frais de construction et d'entretien des voitures de poste).....
4. Indemnités pour pertes ou avaries d'envois de poste.....
5. Subventions aux entrepreneurs de relais de poste.....
6. Subventions aux compagnies de navigation.....
7. Bonifications payées aux Administrations étrangères.....
8. Autres dépenses diverses.....
Total des Dépenses.....

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

L

TABEAU STATISTIQUE

DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)

POUR L'ANNÉE 18.....

PAYS	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE							Envois admis à la fran- chise de port
	Lettres		Cartes postales		Im- primés	Papiers d'aff- aires	Echan- tillons de mar- chan- dises	
	affran- chées	non affran- chées	simples	avec réponse payée				
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre				
1	2	3	4	5	6	7	8	9
EUROPE								
Allemagne								
Autriche-Hongrie								
Belgique								
.								
.								
AMERIQUE								
Argentine, Républ.								
Brsil								
Canada								
Chili								
.								
.								
AFRIQUE								
Egypte								
Liberie								
.								
.								
ASIE								
Inde britannique								
Japon								
.								
.								
Totaux								

Totaux des envois aux colonnes 2-9	Envois recom- mandés trouvés parmi les corres- pondances inscrites aux colonnes 2-9	Dans le nombre des corres- pondances inscrites à la colonne 10 étaient à remettre par exprès	Dans le nombre des corres- pondances inscrites à la colonne 11 donnaient lien à avis de réception	Colis ordinaires	Lettres et boîtes(*) avec déclaration de valeur		Colis avec déclaration de valeur	
					Nombre	Valeur Francs	Nombre	Valeur Francs
Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre				
10	11	12	13	14	15	16	17	18

(*) Les mots *et boîtes* ont été omis, par erreur, dans la formule L annexée au Règlement signé.

PAYS	REMBOURSEMENTS				
	Objets de correspon- dance	Colis	Montant total des rembourse- ments	REMBOURSEMENTS REFUSÉS	
				Nombre	Montant Francs
	Nombre	Nombre	Francs		
	19	20	21	22	23
EUROPE					
Allemagne.					
Autriche-Hongrie . . .					
Belgique					
.					
.					
.					
AMÉRIQUE					
Argentine (Républ.) .					
Brsil					
Canada.					
Chili					
.					
.					
.					
AFRIQUE					
Égypte.					
Libéria.					
.					
.					
.					
ASIE					
Inde britannique. . .					
Japon					
.					
.					
.					

folha branca original

IV

ARRANGEMENT CONCERNANT L'ÉCHANGE DES LETTRES ET DES BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majestre de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Espagne, la France, les Colonies Françaises, l'Italie, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE I

1.—Il peut être expédié, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des lettres contenant des valeurs-papier déclarées et des boîtes contenant des bijoux et objets précieux déclarés avec assurance du montant de la déclaration.

La participation au service des boîtes avec valeur déclarée est limitée aux échanges entre ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

2.—Le poids maximum des boîtes est fixé à un kilogramme par envoi.

3.—Les divers Offices, pour leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10.000 francs par envoi, et il est entendu que les diverses Administrations intervenant dans le transport ne sont engagées que jusqu'à concurrence du maximum qu'elles ont respectivement adopté.

ARTICLE 2

1.—Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être grevées de remboursement, aux conditions admises par les §§ 1 et 2 de l'article 7 de la Convention principale. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

2.—La perte, l'avarie ou la spoliation d'un envoi de valeur déclarée, grevé de remboursement, engage la responsabilité du service postal, dans les conditions déterminées par l'article 12 du présent Arrangement. Après la livraison de l'objet, l'Administration du pays de destination est responsable du montant du remboursement et doit pouvoir justifier de l'envoi à l'expéditeur de la somme encaissée, sauf prélèvement des droits et taxe autorisés.

ARTICLE 3

1.—La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents, et la responsabilité des Offices qui participent à ce transport est engagée dans les limites déterminées par l'article 12 ci-après.

Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les Offices des pays adhérents, pourvu toutefois que ces Offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2.—A moins d'arrangement contraire entre les Offices d'origine et de destination, la transmission des valeurs déclarées échangées entre pays non limitrophes s'opère à découvert et par les voies utilisées pour l'acheminement des correspondances ordinaires.

3.—L'échange de lettres et de boîtes contenant des valeurs déclarées entre deux pays qui correspondent, pour les relations ordinaires, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs pays non participant au présent Arrangement, ou au moyen de services maritimes dégagés de responsabilité, est subordonné à l'adoption de mesures spéciales à concevoir entre les Administrations des pays d'origine et de destination, telles que l'emploi d'une voie détournée, l'expédition en dépêches closes, etc.

ARTICLE 4

1.—Les frais de transit prévus par l'article 4 de la Convention principale sont payables par l'Office d'origine aux Offices qui participent au transport intermédiaire, à découvert ou en dépêches closes, des lettres contenant des valeurs déclarées.

2.—Un port de 50 centimes par envoi est payable par l'Office d'origine des boîtes de valeur déclarées à l'Administration du pays de destination et, s'il y a lieu, à chacune des Administrations participant au transport territorial intermédiaire. L'Office d'origine doit payer, en outre, le cas échéant, un port de un franc à chacune des Administrations participant au transport maritime intermédiaire.

3.—Indépendamment de ces frais et port, l'Administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance, envers l'Administration du pays de destination et, s'il y a lieu, envers chacune des Administrations participant au transit territorial

avec garantie de responsabilité, d'un droit proportionnel de 5 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

4.— En outre, s'il y a transport par mer avec la même garantie, l'Administration d'origine est redevable, envers chacun des Offices participant à ce transport, d'un droit d'assurance maritime de 10 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

ARTICLE 5

1.— La taxe des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées doit être acquittée à l'avance et se compose :

1^o pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination, —port et droit acquis en entier à l'Office expéditeur;—pour les boîtes d'un port de 50 centimes par pays participant au transport territorial et, le cas échéant, d'un port de un franc par pays participant au transport maritime ;

2^o pour les lettres et les boîtes, d'un droit proportionnel d'assurance calculé, par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée, à raison de 10 centimes pour les pays limitrophes ou reliés entre eux par un service maritime direct, et à raison de 25 centimes pour les autres pays, avec addition, s'il y a lieu, dans l'un et l'autre cas, du droit d'assurance maritime prévu au dernier alinéa de l'article 4 précédent.

Toutefois, comme mesure de transition, est réservée à chacun des parties contractantes, pour tenir compte de ses convenances monétaires ou autres, la faculté de percevoir un droit autre que celui indiqué ci-dessus, moyennant que ce droit ne dépasse pas 1/2 pour cent de la somme déclarée.

2.—L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé sommaire de son envoi.

3.—Il est formellement convenu que, sauf dans le cas de réexpédition prévu au paragraphe 2 de l'article 10 ci-après, les lettres et les boîtes renfermant des valeurs déclarées ne peuvent être frappées, à la charge des destinataires, d'aucun droit postal autre que celui de remise à domicile, s'il y a lieu.

4.—Ceux des pays adhérents qui n'ont pas le franc pour unité monétaire fixent leurs taxes à l'équivalent, dans leur monnaie respective, des taux déterminés par le paragraphe 1 qui précède. Ces pays ont la faculté d'arrondir les fractions conformément au tableau inséré au Règlement d'exécution de la Convention principale.

ARTICLE 6

Les lettres de valeur déclarée échangées soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le

Bureau International, sont admises à la franchise de port et de droit d'assurance dans les conditions déterminées par l'article 11, § 2, de la Convention principale.

ARTICLE 7

1.—L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées peut, aux conditions déterminées par le § 3 de l'article 6 de la Convention principale en ce qui concerne les objets recommandés, obtenir qu'il lui soit donné avis de la remise de cet objet au destinataire ou demander des renseignements sur le sort de son envoi, postérieurement au dépôt.

2.—Le produit du droit applicable aux avis de réception est acquis en entier à l'Office du pays d'origine.

ARTICLE 8

1.—L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitif, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aussi longtemps qu'il n'a pas été livré au destinataire, aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires et recommandées, par l'article 9 de la Convention principale. Ce droit est limité, en ce qui concerne la modification des adresses, aux envois dont la déclaration ne dépasse pas 10.000 francs.

2.—Il peut de même demander la remise à domicile par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée, aux conditions et sous les réserves fixées par l'article 13 de ladite Convention.

Est toutefois réservée à l'Office du lieu de destination la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même, lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

ARTICLE 9

1.—Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réellement insérée dans une lettre ou dans une boîte est interdite.

En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à l'indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

2.—Il est interdit d'insérer dans les lettres de valeur :

- a) des espèces monnayées ;
- b) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs papier ;
- c) des matières d'or et d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

Il est également interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée des lettres ou notes pouvant tenir lieu de correspon-

dance, des monnaies ayant cours, des billets de banque ou valeurs quelconque au porteur; des titres ou des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires.

Il n'est pas donné cours aux objets tombant sous le coup de cette interdiction.

ARTICLE 10

1.—Une lettre ou boîte de valeur déclarée réexpédiée, par suite du changement de résidence du destinataire, à l'intérieur du pays de destination, n'est passible d'aucune taxe supplémentaire.

2.—En cas de réexpédition sur un des pays contractants autre que le pays de destination, les droits d'assurance fixés par les paragraphes 3 et 4 de l'article 4 du présent Arrangement sont perçus sur le destinataire, du chef de la réexpédition, au profit de chacun des offices intervenant dans le nouveau transport. Quant il s'agit d'une boîte avec valeur déclarée, il est perçu, en outre, le port fixé au § 2 de l'article 4 susvisé.

3.—La réexpédition par suite de fausse direction ou de mise en rebut ne donne lieu à aucune perception postale supplémentaire à la charge du public.

ARTICLE 11

1.—Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou de destination, en ce qui concerne à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2.—Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation, sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre pays participant à l'échange ou renvoyés au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la réexportation, sont répétés d'Office à l'Office pour être recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

ARTICLE 12

1.—Sauf le cas de force majeure, lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire, a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou ne provienne de la nature de l'objet, et sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas la somme déclarée.

En cas de perte, l'expéditeur a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition. Toutefois, le droit d'assurance reste acquis aux Administrations postales.

2.—Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir de ce chef une surtaxe dans les limites tracées par le dernier alinéa du § 1 de l'article 5 du présent Arrangement.

3.—L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le Bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte ou la spoliation a eu lieu.

En cas de perte, de spoliation ou d'avarie dans des circonstances de force majeure, sur le territoire ou dans le service d'un pays se chargeant des risques mentionnés au § 2 ci-dessus, d'une lettre ou d'une boîte de valeur déclarée, le pays où la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si ce dernier se charge, de son côté, des risques en cas de force majeure à l'égard de ses expéditeurs, quant aux envois de valeur déclarée.

4.—Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

5.—Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'Office responsable est tenu de rembourser, sans retard et au moyen d'une traite ou d'un mandat de poste, à l'Office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé une année s'écouler sans donner suite à l'affaire. En outre, dans les cas où un Office dont la responsabilité est dûment établie a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité, il doit prendre à sa charge, en plus de l'indemnité, les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

6.—Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du dépôt à la poste de la lettre portant déclaration ; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.—L'Administration, pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant des valeurs déclarées non parvenues à destination, est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

8.—Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux Administrations en cause supportent le dommage par moitié.

Il en est de même en cas d'échange en dépêches closes, si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire non responsable.

9.— Les Administrations cessent d'être responsables des valeurs déclarées contenues dans les envois dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison.

ARTICLE 13

1.— Est réservé le droit de chaque pays d'appliquer, aux envois contenant des valeurs déclarées à destination ou provenant d'autres pays, ses lois ou règlements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent Arrangement.

2.— Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de l'amélioration du service des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

3.— Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits non postaux dont l'envoi, serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt et obligation de payer, sur la demande du bureau de destination, les sommes indiquées par ce dernier.

ARTICLE 14

Chacune des Administrations des pays contractants peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure suspendre temporairement le service des valeurs déclarées, tant à l'expédition qu'à la réception et d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 15

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale, en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

ARTICLE 16

Les Administrations des postes des pays contractants règlent la forme et le mode de transmission des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées et arrêtent toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 17

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant le service des lettres et des boîtes avec valeur déclarée.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau International ne reçoit pas, au même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 et 18 ;

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autre que celles des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 et 18 ;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 18

1. — Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1899 et il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

2. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers pays contractants ou entre leurs Administrations, pour autant qu'elles ne sont pas conciliables avec les termes du présent Arrangement, et sans préjudice des dispositions de l'article 13 précédent.

3. — Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire

se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Washington.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Washington le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les Pro-
tectorats Allemands:

FRIESEN.
NEUMANN.

Pour la République Majore
de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argen-
tine:

M. GARCIA MÉRQU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIERAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.
STIERLIN.
A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour le Brésil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pour la Bulgarie:

IV. STOYANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour la Norvège:

THB. HEYERDAHL.

Pour les Pays-Bas:

Pour Mr. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.

Pour le Portugal et les Colo-
nies Portugaises:

SANTO THIRSO.

Pour la Roumanie:

C. CHIRU.
R. PREDA.

Pour la Russie:

SÉVASTIANOF.

Pour le Danemark et les
Colonies Danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Domi-
nicaine:

Pour l'Égypte:

Y. SABA.

Pour l'Espagne:

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pour la France:

ANSALUT.

Pour les Colonies Françaises:

ED. DALMAS.

Pour la Hongrie:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour l'Italie:

E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI.

Pour le Luxembourg:

Pour Mr. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.

Pour la Serbie:

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour la Suède:

F. H. SCHLYTERN.

Pour la Suisse:

J. B. PIDDA.
A. STAGER.
C. DELESSEST.

Pour la Régence de Tunisie:

THIÉBAUT.

Pour la Turquie:

MOUSTAPHA.
A. FAHRI.

V

PROTOCOLLE FINAL

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE UNIQUE

En dérogation à la disposition du paragraphe 3 de l'article premier de l'Arrangement, qui fixe à 10,000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que si un pays a adopté dans son service intérieur un maximum inférieur à 10,000 francs, il a la faculté de le fixer également pour ses échanges internationaux de lettres et de boîtes avec valeur déclarée.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Washington, le quinze juin mil huit cent quatre-vingt-dixsept.

Pour l'Allemagne et les Protectorats Allemands:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentinne:

M. GARCIA MEROU.

Pour le Brésil:

A. PONTGARA XAVIER.

Pour la Bulgarie:

IV. STEVANOVITCH.

Pour le Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pour le Danemark et les Colonies Danoises:

C. SVENDSEN.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Belgique:

LICHTERVELDE.

STERFIN.

A. LAMBIN.

Pour la Bosnie-Herzégovine:

DR. KAMLER.

Pour la Norvège:

THB. HEYERDAHL.

Pour les Pays-Bas:

POUR MR. HAVELAAR.

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Pour le Portugal et les Colonies Portugaises:

SANTO-TYRISO.

Pour la République Dominicaine:	Pour la Roumanie:
Pour l'Égypte:	C. CHIRU.
Y. SABA.	R. PREDA.
Pour l'Espagne:	Pour la Russie:
ADOLFO ROZABAL.	SÉVASTIANOF.
CARLOS FLOREZ.	
Pour la France:	Pour la Serbie:
ANSAULT.	PIERRE DE SZALAY.
Pour les Colonies Françaises:	G. DE HENNEYEY.
ED. DALMAS.	Pour la Suède:
Pour la Hongrie:	F. H. SCHLYTERN.
PIERRE DE SZALAY.	Pour la Suisse:
G. DE PENNYEY.	J. B. PIODA.
Pour l'Italie:	A. STAGER.
E. CHARADIA.	C. DELESSERT.
G. C. VINCI.	Pour la Régence de Tunis:
E. DELMATI.	THIÉBAUT.
Pour le Luxembourg:	Pour la Turquie:
Pour Mr. HAVELAAR	MOUSTAPHA.
VANDER VEEN.	A. RHIRA.

VI

RÈGLEMENT DE DÉTAIL ET D'ORDRE POUR
L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT
L'ÉCHANGE DES LETTRES ET DES BOÎTES
AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Majorée de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Espagne, la France, les Colonies Françaises, l'Italie, les Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Russie, la Serbie, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis et la Turquie.

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article 16 de l'Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution dudit Arrangement.

I

1.—Les Administrations postales des pays adhérents qui entretiennent des services maritimes réguliers utilisés pour le transport des correspondances ordinaires, dans le ressort de l'Union, désignent aux Offices des autres pays adhérents ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées, avec garantie de responsabilité.

2.—Les Administrations des pays contractants se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé, savoir:

1^o, la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaires pour le transport des lettres et des boîtes de valeur déclarée ;

2^o, les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois à partir de leur entrée sur leurs territoires ou dans leurs services ;

3^o, le montant, pour chaque destination, des sommes à leur bonifier, à titre de frais de transport, par l'Office qui leur transmet des boîtes ;

4^o, le montant des droits d'assurance qui doivent leur être également bonifiés pour chaque destination, par l'Office qui leur livre des lettres ou des boîtes à découvert.

3.—Les Administrations des pays hors d'Europe et l'Office ottoman ont la faculté de restreindre à certains bureaux le service des envois avec valeur déclarée. Les Administrations qui usent de cette faculté doivent notifier aux autres Offices participants la liste de ceux de leurs bureaux à destination desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée.

4.—Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées et les droits à percevoir sur les expéditeurs, d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

5.—Chaque Administration doit faire connaître directement, au premier Office intermédiaire, quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer à découvert des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées.

II

1.—Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe fermée au moyen de cachets en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier, et appliqués en nombre suffisant pour retenir tous les plis de l'enveloppe. Il est interdit d'employer des enveloppes à bord coloriés.

2.—Chaque lettre doit, d'ailleurs, être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteinte à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3.—Les timbres-poste employés à l'affranchissement doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher les lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas non plus être repliés sur les deux faces de l'enveloppe de manière à couvrir la bordure.

4.—Les bijoux et objets précieux doivent être renfermés dans des boîtes suffisamment résistantes, en bois ou en métal, n'excédant pas 30 centimètres en longueur, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur, les parties des boîtes doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5.—Les boîtes de valeur déclarée doivent être entourées d'un croisé de ficelle solide, sans nœuds, et dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire fine portant une empreinte particulière. Les boîtes doivent, en outre, être scellées, sur les quatre faces latérales, de cachets identiques. Les faces supérieure et inférieure doivent être recouvertes de papier blanc, pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de service.

6.—Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressées sous des initiales, ou dont l'adresse est indiquée au crayon, ne sont pas admises.

III

1.—La déclaration des valeurs doit être exprimée en francs et centimes ou dans la monnaie du pays d'origine et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi en toutes lettres et en chiffres, sans rature ni surcharge, même approuvées.

2.—Lorsque la déclaration est formulée en une monnaie autre que la monnaie de franc, l'Office du pays d'origine est tenu d'en opérer la réduction en cette dernière monnaie en indiquant, par de nouveaux chiffres, placés à côté ou au-dessous des chiffres représentatifs du montant de la déclaration, l'équivalent de celle-ci en francs et centimes. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

3.—Les boîtes de valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes ou analogues au modèle B ci-joint, dans les relations qui comportent l'emploi de semblables déclarations. Il appartient aux Administrations intéressées d'adresser une notification à ce sujet aux Offices correspondants, et de leur indiquer le nombre des déclarations en douane à joindre aux envois.

IV

Les dispositions de l'article 13 de la Convention principale, ainsi que des articles XIII et XXIX de son Règlement de détail et d'ordre sont respectivement applicables en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de réception, de retrait ou de changement d'adresse d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée.

Les dispositions de l'article XIV du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale sont applicables aux lettres ou boîtes de valeur déclarée grevées de remboursement.

V

Lorsque des circonstances quelconques où les réclamations des intéressés viennent à révéler l'existence d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'Administration du pays d'origine, dans le plus bref délai possible, et, le cas échéant, avec les pièces de l'enquête à l'appui.

VI

1.—Le poid exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeurs déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'Office d'origine, à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2.—L'envoi est, en outre, frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt et, le cas échéant, de timbre spécial en usage dans le pays

d'origine pour les lettres ou boîtes contenant des valeurs déclarées.

3.—Le bureau destinataire applique, au verso, son propre timbre à la date de la réception.

VII

1.—La transmission des envois contenant des valeurs déclarées entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'échange que les deux Offices correspondants designent d'un commun accord à cet effet.

2.—Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs services intermédiaires, les lettres et boîtes de valeur déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et être livrées à découvert au premier Office intermédiaire, si cet Office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par l'article I du présent Règlement.

3.—Toutefois, est réservée aux Offices correspondants la faculté de s'entendre, soit pour échanger des valeurs déclarées en dépêches closes au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires et participant ou non à l'Arrangement, soit pour assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission ne comporte pas, par la voie directe, la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

VIII

1.— Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscrites par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spécial, conformes au modèle C, annexé au présent Règlement, avec tous les détails que ces formules comportent.

En regard de l'inscription des envois qui font l'objet de demande d'avis de réception ou qui sont grevés de remboursement, on doit faire respectivement figurer dans la colonne «Observations» soit la mention A. R., soit la mention «Remb», suivie de l'indication en monnaie du pays de destination du montant du remboursement.

Les envois à faire remettre par exprès doivent être mentionnés au tableau I de la feuille d'avis.

2.—Les lettres et boîtes avec valeur déclarée forment, avec cette feuille, un ou deux paquets spéciaux, qui sont ficelés et enveloppés de papier solide, puis ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots «valeurs déclarées» ou lettres de «valeur déclarée» et «boîtes de valeurs déclarées» avec indication au dessous, du poids brut en grammes. Il doivent être insérés au centre de la dépêche.

3.—La présence ou l'absence de tels paquets dans une dépêche susceptible de contenir des envois avec valeur déclarée est constatée, en regard de la rubrique *ad hoc* qui figure au recto de la feuille d'avis, soit par l'indication du nombre et du poids des paquets, soit par la mention «Néant.»

4.—Le paquet ou les paquets de valeur déclarée sont réunis par un croisé de ficelle au paquet des objets recommandés; à ces paquets réunis est attachée extérieurement l'enveloppe spéciale renfermant la feuille d'avis.

5.—Toutes les fois qu'un des deux Offices correspondants réclame la séparation, les boîtes de valeur déclarée doivent être décrites sur des formules C distinctes et être emballées séparément. En pareil cas, les paquets ou sacs renfermant les deux catégories d'envois de valeur déclarée sont réunis au paquet ou sac des objets recommandés.

6.—Les avis de réception des envois de valeur déclarée sont traités conformément aux dispositions des articles XIII, XX et XXI du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de la Convention principale.

7.—Les dispositions du présent article peuvent être modifiées d'un commun accord entre deux Offices correspondants, dans les relations où ces dispositions seraient incompatibles avec le régime particulier de l'un d'eux.

IX

1.—A la réception d'un paquet de valeur déclarée, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent. Il vérifie également le poids brut du paquet.

2.—Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées et, s'il y a lieu, à la constatation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article XXIII du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3.—La constatation soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, est opérée au moyen d'un procès-verbal qui est transmis, accompagné des enveloppes, ficelles et cachets du paquet, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange destinataire. Un double de ce document est en même temps adressé, sous recommandation d'office, à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange expéditeur, indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau.

4.—Sans préjudice de l'application des dispositions du § 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant un

envoi insuffisamment emballé ou avarié doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif. En pareil cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage.

X

1. — Les lettres et les boîtes de valeur déclarée réexpédiées par suite de fausse direction sont acheminées sur leur destination par la voie la plus rapide dont peut disposer l'Office réexpéditeur.

Lorsque la réexpédition entraîne restitution des envois de l'espèce à l'Office expéditeur, les bonifications inscrites à la feuille d'envoi de cet Office sont annulées et le bureau d'échange réexpéditeur livre ces envois pour mémoire à son correspondant, après avoir signalé l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans le cas contraire, et si les droits bonifiés à l'Office réexpéditeur sont insuffisants pour couvrir sa part de ces droits et les frais de réexpédition qui lui incombent, il se crédite de la différence en forçant la somme inscrite à son avoir sur la feuille d'envoi du bureau d'échange expéditeur. Le motif de cette rectification est notifié audit bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2. — Les lettres et boîtes de valeur déclarée réexpédiées, par suite du changement de résidence des destinataires, sur un des pays contractants, sont frappées du timbre T par l'Office réexpéditeur et grevées à charge du destinataire, par l'Office distributeur, d'une taxe représentant le droit revenant à ce dernier Office et, s'il y a lieu, à chacun des Offices intermédiaires.

Dans ce dernier cas, le premier Office intermédiaire qui reçoit une valeur déclarée réexpédiée se crédite du montant de son droit vis-à-vis de l'Office auquel il livre cet envoi, et ce dernier, à son tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète sur l'Office suivant son propre droit cumulé avec celui dont il a tenu compte à l'Office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents Offices participant au transport jusqu'à ce que l'envoi parvienne à l'Office distributeur.

Toutefois, si les droits exigibles pour le parcours ultérieur d'un envoi réexpédié sont acquittés au moment de la réexpédition, cet envoi est traité comme s'il était adressé directement du pays réexpéditeur dans le pays de destination, et remis sans taxe au destinataire.

3. — Toute lettre ou boîte de valeur déclarée dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent Arrangement est renvoyée immédiatement en rébut au pays d'origine, pour être rendue à l'expéditeur, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

4. — Les envois de valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être réciproquement

renvoyés, par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs, aussitôt que possible et, au plus tard, dans les délais fixés par le Règlement d'exécution de la Convention principale. Ces envois sont inscrits pour mémoire sur la feuille spéciale C avec la mention « Rebut » dans la colonne d'observations et compris dans le paquet intitulé « Valeurs déclarées ».

5. — Si des boîtes de valeur déclarée réexpédiées sur un autre pays par suite de changement de résidence du destinataire, ou tombées en rebut, sont grevées de frais accessoires de vérification non remboursables lors de la réexpédition, le montant en est porté au débit de l'Office correspondant, dans la colonne 9 de la feuille d'envoi, avec indication sommaire en regard, dans la colonne 10, de la nature des frais de l'espèce à recouvrer sur le destinataire ou sur l'expéditeur (droit de timbre, frais d'essayage, etc.)

XI

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration que a transmis une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une Administration est déchargée de toute responsabilité par rapport à ces valeurs, si le bureau d'échange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier, à l'Administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

XII

En ce qui concerne les réclamations de lettres et boîtes de valeur déclarée non parvenues à destination, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article XXVIII du Règlement d'exécution de la Convention principale concernant la réclamation des objets recommandés.

XIII

Les prix dus à chaque Office participant, conformément au premier paragraphe de l'article 4 de l'Arrangement, pour le transit territorial ou maritime des lettres avec valeur déclarée, sont calculés dans les conditions fixées par les articles XXXI et XXXII du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

XIV

1. — Chaque Administration fait établir mensuellement, par chacun de ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus des bureaux d'échange d'un seul et même Office, un état, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, des sommes inscrites sur chaque feuille d'envoi, soit à son crédit pour sa part et celle de chacune des Administrations intéressées, s'il y a lieu,

dans les taxes de transport (boîte seulement) et dans les droits d'assurance perçus par l'Office expéditeur ; soit à son débit, pour la part revenant aux Offices intermédiaires, en cas de réexpédition ou de mise en rebut, dans les droits postaux et les frais de vérification à recouvrer sur les destinataires ou sur les expéditeurs.

2.—Les états D sont ensuite récapitulés par les soins de la même Administration dans un compte conforme au modèle E, également annexé au présent Règlement.

3.—Ce compte, accompagné des états partiels, des feuilles d'envoi et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'Office correspondant dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

Le résultat de cet examen est communiqué à l'Office qui a établi le compte mensuel, dans le délai d'un mois au plus tard à partir de la date de réception dudit compte.

4.—Les comptes mensuels, après avoir été vérifiés et acceptés de part et d'autre, sont résumés dans un compte général annuel par les soins de l'Administration créditrice, sauf autre arrangement à prendre par les Offices intéressés.

Le compte annuel doit être établi et transmis à l'Office correspondant au plus tard dans le courant de la première moitié du troisième mois de l'année qui suit celle en cause, et ce dernier Office doit renvoyer le compte, accepté ou avec observations, dans un délai d'un mois au plus après la réception.

5.—Sauf autre arrangement entre les Offices intéressées, le paiement du solde résultant du compte annuel doit être effectué sans frais pour l'Administration créditrice, au plus tard un mois après que ledit compte a été contradictoirement arrêté.

XV

1.—Les Administrations se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau International et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'Arrangement, savoir :

1^o, le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et aux boîtes de valeur déclarée pour chacun des pays contractants, en conformité de l'article 5 de l'Arrangement et de l'article I du présent Règlement ;

2^o, le cas échéant, l'empreinte du timbre spécial en usage dans leur service par les valeurs déclarées ;

3^o, le maximum jusqu'à concurrence duquel elle admettent les valeurs déclarées, par application de l'article premier de l'Arrangement.

2.—Toute modification apportée ultérieurement à l'égard de l'un ou l'autre des trois points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée, sans retard, de la même manière.

XVI

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux

autres administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions pour la modification ou l'interprétation du présent Règlement.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XLI du Règlement de détail et d'ordre de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir savoir :

1^o, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article ou de l'article XVII ;

2^o, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles II, III, VI, VII, VIII, IX, XI et XIII ;

3^o la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau International à toutes les Administrations participantes.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XVII

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement. Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les parties intéressées.

Fait à Washington, le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands :

FRITSCH.
NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale :

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine :

M. GARCIA MEROU.

Pour l'Autriche :

DR. NEUBAUER.
HABBERGER.

STIBRAL.

Pour la Belgique :

LICHTERVELDE.
STERPIN.

A. LAMBIN.

Pour le Danemark et les colonies danoises :

G. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine :

Pour l'Egypte :

Y. SABA.

Pour l'Espagne :

ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.

Pour la France :

ANSAULT.

Pour les colonies françaises :

ED. DALMAS.

Pour la Hongrie :

PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.

Pour la Bosnie-Herzégorine:	Pour l'Italie :
DR. KAMLER.	E. CHIARADIA.
Pour le Brésil :	G. C. VINCI.
A. FONTOURA XAVIER.	E. DELMATI.
Pour la Bulgarie :	Pour le Luxembourg :
IV. STOYANOVITCH.	Pour MR. HAVELAAR :
Pour le Chili :	VAN DER VEEN.
R. L. IRARRÁZAVAL.	Pour la Serbie:
Pour la Norvège:	PIERRE DESZALAY.
THB. HEYERDAHL.	G. DE HENNYEY.
Pour les Pays-Bas:	Pour la Suède:
Pour MR. HAVELAAR:	F. H. SCHLYTERN.
VAN DER VEEN.	Pour la Suisse:
VAN DER VEEN.	J. B. PLODA.
Pour le Portugal et les colo-	A. STAGER.
nies portugaises:	C. DELESSERT.
SANTO-THYRSO.	Pour la Régence de Tunis:
Pour la Roumanie:	THIÉBAUT.
C. CHIRU.	Pour la Turquie:
R. PREDA.	MOUSTAPHA.
Pour la Russie:	A. FAHRI.
SEVASTIANOF.	

folha branca original

ANNEXES

folha branca original

OFFICE EXPÉDITEUR
DU PRÉSENT TABLEAU:OFFICE DESTINATAIRE
DU PRÉSENT TABLEAU:

A

ÉCHANGE DE LETTRES ET BOÎTES

AVEC VALEUR DÉCLARÉE


ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Tableau indiquant les conditions auxquelles peuvent être transmis à découvert à l'Office des postes d....., par l'office des postes d..... des envois contenant des valeurs déclarées à destination de ceux des pays participant à l'Arrangement par rapport auxquels le premier Office est à même de servir d'intermédiaire a second.

PAYS de destination	VOIES de transmission	DÉSIGNATION des pays intermé- diaires et des ser- vices maritimes dont l'emploi entraîne rémunération spéciale avec garantie	TOTAL des taxes de transport pour les boîtes, à bonifier à	TOTAL des droits d'assurance pour les lettres et pour les boîtes, à bonifier à	OBSER- VATIONS
1	2	3	4	5	6

B

DÉCLARATION EN DOUANE

DESIGNATION DU CONTENU	VALEUR DU CONTENU	POIDS		OBSERVATIONS
		BRUT DE LA BOITE	NET DU CONTENU	
1	2	3	4	5
		grammes	grammes	
				Reproduire ci-dessous l'empreinte des cachets.
				

Le 189.....

L'expéditeur,

ADMINISTRATION
DES POSTESCORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

C (RECTO).

d.....

d.....

FEUILLE D'ENVOI

Timbre du bureau
expéditeurDES LETTRES ET BOITES
AVEC VALEUR DÉCLARÉETimbre du bureau
destinataireexpédiées par le bureau d'échange d.....
au bureau d'échange d.....

Départ (° envoi) du..... 189....., à..... h..... m., du.....

Arrivée le..... 189....., à..... h..... m., du.....

Numéros d'ordre	TIMBRE d'ori- gine	NOMS des destina- taires	LIEUX de des- tina- tion	POIDS de chaque lettre ou boîte	MONTANT des valeurs dé- clarées		TAXES de transport à bonifier, pour les boîtes, à l'Office destinataire de l'envoi		DROITS d'assurance à bonifier, pour les lettres et les boîtes, à l'Office destinataire de l'envoi		TAXES de transport (boîtes) et droits d'assurance (lettres et boîtes) à recupérer par l'Office expéditeur de l'envoi	OBSERVATIONS
					6	7	7	8	9	10		
1	2	3	3	5	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												
11												
12												
13												
14												
15												
16												
17												
18												
19												
À reporter												

ADMINISTRATION
DES POSTES

d.....

D

CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE


d.....

ÉTAT MENSUEL

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d
et l'Administration des postes d, à titre de droits d'assurance, pour
les lettres et boîtes avec valeur déclarée livrées par les bureaux d'échange dépendant de la première
Administration au bureau d'échange.....

Mois de..... 189.....

DATES DES FEUILLES D'ENVOI		1. Avoir de l'Office destinataire (Colonnes 7 et 8 de la formule C)						2. Avoir de l'Office expéditeur (Colonne 9 de la formule C)						OBSERVATIONS
		Envoi du bureau de.....		Envoi du bureau de.....		Envoi du bureau de.....		Envoi du bureau de.....		Envoi du bureau de.....		Envoi du bureau de.....		
1.	fr.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	
2.	fr.													
3.	fr.													
4.	fr.													
5.	fr.													
6.	fr.													
7.	fr.													
8.	fr.													
9.	fr.													
10.	fr.													
11.	fr.													
12.	fr.													
13.	fr.													
14.	fr.													
15.	fr.													
16.	fr.													
17.	fr.													
18.	fr.													
19.	fr.													
20.	fr.													
21.	fr.													
22.	fr.													
23.	fr.													
24.	fr.													
25.	fr.													
26.	fr.													
27.	fr.													
28.	fr.													
29.	fr.													
30.	fr.													
31.	fr.													
Totaux par bureaux correspondants														
Total général de chaque Avoir														
Différence au profit de l'Office destinataire														

 Timbre du bureau
d'échange destinataire
 

Le Chef du bureau d'échange destinataire

folha branca original

ADMINISTRATION
DES POSTES

CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

d.....

d.....

E (RECTO)

COMPTE

récapitulatif des états mensuels de feuilles d'envoi des valeurs déclarées adressées par les
bureaux d'échange.....aux bureaux d'échange.....

Mois d.....189.....

Numéros d'ordre	DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire		Numéros d'ordre	DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	
1				21	Report		
2				22			
3				23			
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
	Total à reporter..				Total à reporter..		

E (VERSO)

Números d'ordre	DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	Números d'ordre	DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire
	Report			Report	
	Total à reporter..			Total général...	

VII

ARRANGEMENT CONCERNANT LE SERVICE DES
MANDATS DE POSTE

Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République majeure de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark, et les Colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Égypte, la France, la Grèce, la Guatémala, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Portugal, et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Serbie, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et l'Uruguay.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus dénommés,

Vu l'article 19 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE I

L'échange des envois de fonds par la voie de la poste et au moyen de mandats, entre ceux des pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

ARTICLE 2

1.—En principe, le montant des mandats doit être versé par les déposants et payé aux bénéficiaires en numéraire; mais chaque Administration a la faculté de recevoir et d'employer elle-même, à cet effet, tout papier-monnaie ayant cours légal dans son pays, sous réserve de tenir compte, le cas échéant, de la différence de cours.

2.—Aucun mandat ne peut excéder la somme de 1000 francs effectifs ou une somme approximative dans la monnaie respective de chaque pays.

Toutefois, les Administrations qui ne peuvent admettre actuellement 1000 francs comme maximum ont la faculté de fixer celui-ci à 500 francs, ou à une somme approximative dans la monnaie de chaque pays.

3.—Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant de chaque mandat est exprimé dans la monnaie métallique du pays où le paiement doit avoir lieu. A cet effet, l'Administration du pays d'origine détermine elle-

même, s'il y a lieu, le taux de conversion de sa monnaie en monnaie métallique du pays de destination.

L'Administration du pays d'origine détermine également, s'il y a lieu, le cours à payer par l'expéditeur, lorsque ce pays et le pays de destination possèdent le même système monétaire.

4.—Est réservé à chacun des pays contractants le droit de déclarer transmissible par voie d'endossement, sur son territoire, la propriété des mandats de poste provenant d'un autre de ces pays.

ARTICLE 3

1.—La taxe générale à payer par l'expéditeur pour chaque envoi de fonds effectué en vertu de l'article précédent est fixée, valeur métallique, pour les cent premiers francs, à 25 centimes par 25 francs ou fraction de 25 francs et, au delà des cent premiers francs, à 25 centimes par 50 francs ou fraction de 50 francs, ou à l'équivalent dans la monnaie respective des pays contractants, avec faculté d'arrondir le cas échéant, les fractions.

Sont exempts de toute taxe les mandats d'office relatifs au service des postes et échangés entre les Administrations postales ou entre les bureaux relevant de ces Administrations.

2.—L'Administration qui a délivré des mandats tient compte à l'Administration qui les a acquittés, d'un droit de 1/2 pour cent sur les premiers cent francs et de 1/4 pour cent sur les sommes en sus, abstraction faite des mandats officiels.

3.—Les mandats échangés, par l'intermédiaire d'un des pays participant à l'Arrangement, entre un autre de ces pays non participant, peuvent être soumis, au profit de l'Office intermédiaire, à un droit supplémentaire, prélevé sur le montant du titre et représentant la quote-part du pays non participant.

4.—Les mandats de poste et les acquits donnés sur ces mandats, de même que les récépissés délivrés aux déposants, ne peuvent être soumis, à la charge des expéditeurs ou des destinataires des fonds, à un droit ou à une taxe quelconque en sus de la taxe perçue en vertu du paragraphe 1 du présent article, sauf, toutefois, le droit de factage par le payement à domicile, s'il y a lieu, et le droit supplémentaire prévu par le § 3 ci-dessus.

5.—L'expéditeur d'un mandat peut obtenir un avis de payement de ce mandat, en acquittant d'avance, au profit exclusif de l'Administration du pays d'origine, un droit fixe égal à celui qui est perçu dans ce pays pour les avis de réception des correspondances recommandées.

6.—L'expéditeur d'un mandat de poste peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 9 de la Convention principale, tant que le bénéficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre.

7.—L'expéditeur peut demander également la remise des fonds à domicile, par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée du mandat, aux conditions fixées par l'article 13 de la dite Convention.

8.—Est toutefois réservée à l'Office du pays de destination la faculté de faire remettre par exprès, au lieu des fonds, un avis d'arrivée du mandat ou le titre lui-même, lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

ARTICLE 4

1.—Les mandats de poste peuvent être transmis par le télégraphe, dans les relations entre les Offices dont les pays sont reliés par un télégraphe d'Etat ou qui consentent à employer à cet effet la télégraphie privée; ils sont qualifiés, en ce cas, de mandats télégraphiques.

2.—Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires, et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, de la réponse payée, du collationnement, et de l'accusé de réception, ainsi qu'aux formalités de transmission par la poste ou de la remise par exprès, s'ils sont à destination d'une localité non desservie par les télégraphes internationaux. Ils peuvent, en outre, donner lieu à des demandes d'avis de paiement à délivrer et à expédier par la poste.

Les expéditeurs des mandats télégraphiques peuvent ajouter à la formule réglementaire du mandat des communications pour le destinataire, pourvu qu'ils en payent le montant d'après le tarif.

3.—L'expéditeur d'un mandat télégraphique doit payer:

a) la taxe ordinaire des mandats de poste et, si un avis de paiement est demandé, le droit fixe de cet avis;

b) la taxe du télégramme.

4.—Les mandats télégraphiques ne sont grevés d'aucuns frais autres que ceux prévus au présent article, ou que ceux qui peuvent être perçus en conformité des règlements télégraphiques internationaux.

ARTICLE 5

1.—Par suite du changement de résidence du bénéficiaires, les mandats ordinaires peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à l'Arrangement sur un autre de ces pays. Lorsque le pays de la nouvelle destination a un autre système monétaire que le pays de la destination primitive, la conversion du montant du mandat en monnaie du premier de ces pays est opérée par le bureau réexpéditeur, d'après le taux convenu pour les mandats à destination de ce pays et émanant du pays de la destination primitive. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition, mais le pays de la nouvelle destination touche en tout cas à son profit la quote-part de taxe qui lui

serait dévolut si le mandat lui avait été primitivement adressé, même dans le cas où, par suite d'un arrangement spécial conclu entre le pays d'origine et le pays de la destination primitive, la taxe effectivement perçue serait inférieure à la taxe prévue par l'article 3 du présent Arrangement.

2.—Les mandats télégraphiques peuvent être réexpédiés sur une nouvelle destination aux mêmes conditions que les mandats ordinaires. Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, la réexpédition des mandats télégraphiques est toujours effectuée par la voie postale.

ARTICLE 6

1.—Les Administrations des postes des pays contractants dressent, aux époques fixées par le Règlement ci-après, les comptes sur lesquels sont récapitulées toutes les sommes payées par leurs bureaux respectifs; et ces comptes, après avoir été débattus et arrêtés contradictoirement, sont soldés, sauf arrangement contraire, en monnaie d'or du pays créancier, par l'Administration qui est reconnue redevable envers une autre, dans le délai fixé par le même Règlement.

2.—A cet effet et, sauf autre arrangement, lorsque les mandats ont été payés dans des monnaies différentes, la créance la plus faible est convertie en même monnaie que la créance la plus forte, au pair des monnaies d'or des deux pays.

3.—En cas de non-paiement du solde d'un compte dans les délais fixés, le montant de ce solde est productif d'intérêts, à dater du jour de l'expiration des dits délais jusqu'au jour où le paiement a lieu. Ces intérêts sont calculés à raison de 5 % l'an et sont portés au débit de l'Administration retardataire sur le compte suivant.

ARTICLE 7

1.—Les sommes converties en mandats de poste sont garanties aux déposants jusqu'au moment où elles ont été régulièrement payées aux destinataires ou au mandataires de ceux-ci.

2.—Les sommes encaissées par chaque Administration, en échange de mandats de poste dont le montant n'a pas été réclamé par les ayants droit dans les délais fixés par les lois ou règlements du pays d'origine, sont définitivement acquises à l'Administration qui a délivré ces mandats.

3.—Il est toutefois entendu que la réclamation concernant le paiement d'un mandat à une personne non autorisée n'est admise que dans le délai d'un an à partir du jour de l'expiration de la validité normale du mandat; passé ce terme, les Administrations cessent d'être responsables des paiements sur faux acquits.

ARTICLE 8

Les estipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de

conclure des arrangements spéciaux, ainsi que maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de l'amélioration du service des mandats de poste internationaux.

ARTICLE 9

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des mandats internationaux, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 10

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par l'article 24 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union Postale Universelle.

ARTICLE 11

Les Administrations des postes des pays contractants désignent, chacune pour ce qui la concerne, les bureaux qui doivent délivrer et payer les mandats à émettre en vertu des articles précédents. Elles règlent la forme et le mode de transmission des mandats, la forme des comptes désignés à l'article 6 et toute autre mesure de détail ou d'ordre nécessaire pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 12

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau International, des propositions concernant le service des mandats de poste.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyé par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau International ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 26 de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1^o, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 6 et 13 ;

2^o, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles des articles précités ;

3^o la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 26 de la Convention principale.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 13

1.—Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1899.

2.—Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

3.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers Gouvernements ou Administrations des parties contractantes, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes du présent Arrangement, le tout sans préjudice des droits réservés par l'article 8.

4.—Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Washington.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Washington, le quinze juin mil huit cent quatre-vingt-dix-sept.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:

FRI TSCH.
NEUMANN.

Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:

N. BOLET PERAZA.

Pour la République Argentine :

M. GARCIA MEROU.

Pour l'Autriche:

DR. NEUBAUER.
HARBERGER.
STIRAL.

Pour le Danemark et les colonies Danoises:

C. SVENDSEN.

Pour la République Dominicaine:

Pour l'Egypte:

Y. SABA.

Pour la France:

ANSAULT.

Pour la Grèce:

EO. HOHN.

Pour le Guatemala:

J. NOVELLA.

- | | |
|--|----------------------------|
| Pour la Belgique : | Pour la Hongrie : |
| LICHTERVELDE. | PIERRE DE SZALAY. |
| STERPIN. | G. DE HENNYEY. |
| A. LAMBIN. | Pour l'Italie : |
| Pour la Bosnie-Herzégovine : | E. CHIARADIA. |
| DR. KAMER. | G. C. VINCI. |
| Pour le Brésil : | E. DELMATI. |
| A. FONTOURA XAVIER. | Pour le Japon : |
| Pour la Bulgarie : | KENJIRO KOMATSU. |
| IV. STOYANOVITCH. | KWANKICHI YUKAWA. |
| Pour le Chili : | Pour la République de Li- |
| R. L. IRARRÁZAVAL. | béria : |
| Pour le Luxembourg : | CHAS. HALL ADAMS. |
| Pour MR. HAVELAAR : | Pour la Serbie : |
| VAN DER VEEN | PIERRE DE SZALAY. |
| Pour la Norvège : | G. DE HENNYEY. |
| THB. HEYERDHAL. | Pour le Royaume de Siam : |
| Pour les Pays-Bas : | ISAAC TOWNSEND SMITH. |
| Pour MR. HAVELAAR. | Pour la Suède : |
| VAN DER VEEN. | F. H. SCHLYTERN. |
| VAN DER VEEN. | Pour la Suisse : |
| Pour les Colonies Néerlandaises : | J. B. PIDDA. |
| JOHS. J. PERK. | A. STAGER. |
| Pour le Portugal et les Colonies Portugaises : | C. DELESSERT. |
| SANTO-THYRRO. | Pour la Régence de Tunis : |
| Pour la Roumanie : | THIÉBAUT. |
| C. CHIRU. | Pour la Turquie : |
| R. PREDA. | MOUSTAPHA. |
| | A. FAARI. |
| | Pour l'Uruguay : |
| | PRUDENCIO DE MURGUIONDO. |

VIII

RÈGLEMENT DE DÉTAIL, ET D'ORDRE POUR
L'EXÉCUTION DE L'ARRANGEMENT CONCERNANT
LE SERVICE DES MANDATS DE POSTE

Conclu entre l'Allemagne et les Protectorats Allemands, la République Mojeure de l'Amérique Centrale, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bosnie-Herzégovine, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark et les colonies Danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, la France, la Grèce, le Guatemala, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, la Norvège, les Pays-Bas, les Colonies Néerlandaises, le Portugal et les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Serbie, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Régence de Tunis, la Turquie et l'Uruguay

Les soussignés, vu l'article 19 de la Convention principale et l'article II de l'Arrangement concernant l'échange des mandats de poste, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté d'un commun accord les mesures suivantes pour assurer l'exécution du dit Arrangement.

I

Un récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement des sommes en échange desquelles un mandat de poste international est émis, doit être délivré sans frais au déposant, dans la forme adoptée par chaque Administration.

1.—Les mandats de poste internationaux sont établis sur une formule conforme ou analogue au modèle A annexé au présent Règlement.

2.—Les formules de mandats qui ne sont pas imprimées en langue française doivent porter une traduction sublinéaire dans cette langue et les inscriptions que leur texte comporte doivent être formulées en chiffres arabes et en caractères latins, suivant le cas, sans rature ni surcharge, même approuvées.

3.—Il est interdit de consigner sur les mandats d'autres annotations que celles que comporte la contexture des formules. Par contre, l'expéditeur a le droit d'ajouter, sur le coupon, des communications quelconques destinées au bénéficiaire du mandat.

4.—Les mandats d'office doivent porter en tête le mot « officiel » et le coupon latéral mentionner le motif de l'envoi des titres.

III

1.—Les mandats télégraphiques sont rédigés par le bureau de poste qui a reçu le dépôt des fonds, et adressés au bureau de poste qui doit en opérer le paiement.

2.—Les mandats télégraphiques sont rédigés comme suit:

Indications éventuelles (en toutes lettres ou d'après les abréviations autorisées dans le service télégraphique).

Mandat. (N.º postal d'émission.)

Postes. (Nom du bureau de poste de destination.)

(Avis de paiement, s'il y a lieu.)

(Nom de l'envoyeur)—paye—(montant de la somme transmise exprimé en chiffres et en toutes dans lettres dans la monnaie du pays de destination).

Pour: (désignation exacte du ou de la destinataire, de sa résidence et, s'il est possible, de son domicile).

Les indications qui précèdent doivent toujours figurer dans les formules de mandats télégraphiques dans l'ordre ci-dessus.

Lorsque les mandats télégraphiques sont émis par des bureaux de poste de localités non dotées d'un service télégraphique, le lieu d'émission de ces mandats doit être indiqué dans les télégrammes immédiatement après le numéro postal d'émission, de la manière suivante:

« Mandat..... de »

De même, les mandats télégraphiques originaux de localités pourvues de plusieurs bureaux de poste doivent porter la désignation précise du bureau de poste d'origine, lorsque ce bureau n'est pas chargé du service télégraphique.

3.—Les divers offices, pour leurs services respectifs, ont la faculté d'autoriser les bureaux télégraphiques de localités pourvues d'un ou de plusieurs bureaux de poste à recevoir de l'envoyeur et à payer au lieu de destination le montant des mandats télégraphiques.

4.—La répétition partielle est obligatoire (répétition de bureau à bureau des noms propres et des nombres).

5.—Le bureau de poste expéditeur adresse sous enveloppe, à titre confirmatif et par le plus prochain courrier postal, au bureau de poste destinataire, une copie ou avis d'émission du mandat télégraphique, conforme ou analogue au modèle B annexé au présent Règlement. Cette copie est rattachée, par ce dernier bureau, à l'original acquitté par le bénéficiaire.

IV

1.—Les mandats sont transmis à découvert.

2.—Les mandats à comprendre dans chaque dépêche sont réunis en un seul paquet, après subdivision, s'il y a lieu, en autant de liasses qu'il y a de pays destinataires, et insérés, par les bureaux d'échange, dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche.

V

1.—Lorsqu'un mandat ordinaire est soumis à la réexpédition dont il est fait mention à l'article 5 de l'Arrangement et que le pays de la destination primitive et le pays de la nouvelle destination ont des systèmes monétaires différents; le bureau réexpéditeur biffe d'un trait de plume les indications du montant du mandat y compris l'indication supérieure de la rubrique «Bon pour», de manière, toutefois, à laisser reconnaître les inscriptions primitives. Après avoir réduit d'émission en monnaie du pays de la nouvelle destination, le dit bureau inscrit le montant résultant de la conversion en toutes lettres et à un endroit convenable de la formule du mandat, mais autant que possible immédiatement au-dessus de l'indication primitive de ce montant en toutes lettres. La nouvelle inscription portée sur le mandat est signée par l'agent de service. Ce même procédé doit être suivi en cas de réexpédition ultérieure.

2.—Les mandats télégraphiques peuvent être réexpédiés sur une nouvelle destination aux mêmes conditions que les mandats ordinaires (art. 5, § 2 de l'Arrangement). Dans ce cas ils doivent être accompagnés du titre confirmatif.

3.—Les demandes de réexpédition ou de renvoi sont enregistrées, pour mémoire, par le premier bureau de destination, et, les cas échéant, par les bureaux destinataires ultérieurs. Le bureau qui opère la réexpédition d'un mandat dans les conditions prévues ci-dessus en donne avis au bureau d'émission.

VI

Les dispositions de l'article 13 de la Convention principale et de l'article XXIX du Règlement de détail et d'ordre de cette Convention sont respectivement applicables, en cas de demande, soit de remise par exprès, soit de retrait ou de changement d'adresse d'un mandat de poste.

Toutefois, la reproduction exacte des notes écrites sur le coupon n'est pas requise pour le fac-similé du mandat.

VII

1.— Les mandats de poste dont le paiement n'a pu être effectué pour l'une des causes suivantes :

1^{re}, indication inexacte, insuffisante ou douteuse du nom ou domicile des bénéficiaires ;

2^e, différences ou omissions de noms ou de sommes ;

3^e, ratures ou surcharges dans les inscriptions ;

4^e, omissions de timbres, de signatures ou d'autres indications de service ;

5^e, indication du montant à payer dans une monnaie autre que celle du pays de destination ou, le cas échéant, que la monnaie admise à cet effet par les Administrations correspondantes ;

6^e, emploi de formules non réglementaires ;
Sont régularisés par les soins de l'Administration qui les a émis ;

2. — A cet effet, ces mandats sont renvoyés sous recommandation d'office, le plus tôt possible, au bureau d'origine par le bureau de destination, sauf application, s'il y a lieu, des dispositions du paragraphe 4 ci-après. Les deux Administrations postales en cause doivent être avisées de ce renvoi et de la suite donnée, en tant qu'il y a des irrégularités dont il s'agit soit imputables au service postal.

3. — Les mandats télégraphiques, dont le paiement ne peut être effectué pour cause d'adresse insuffisante ou inexacte, donnent lieu à l'envoi au bureau d'origine d'un avis de service indiquant la cause du non-paiement. Le bureau d'origine vérifie l'exactitude de l'adresse. Si cette adresse a été dénaturée, il la rectifie sur-le-champ par avis de service. Dans le cas contraire, il prévient l'expéditeur, qui est admis à rectifier ou à compléter l'adresse par un avis de service taxé.

Lorsque le paiement est suspendu pour une autre cause, notamment par suite de l'omission de l'une ou de plusieurs formalités prévues par l'article III précédent, et si le destinataire ne profite pas des facilités qui lui sont offertes par les dispositions des §§ 4 et 6 du présent article, la régularisation du mandat est opérée dans la forme prescrite pour les mandats de poste ordinaires. Il est procédé de la même manière à l'égard des mandats télégraphiques dont l'adresse, insuffisante ou inexacte, n'a pas été rectifiée dans un délai normal au moyen d'un avis de service.

4. — Si le destinataire d'un mandat irrégulier, ordinaire ou télégraphique, le désire et offre de payer tous les frais, les irrégularités qui s'opposent au paiement de ce mandat peuvent être régularisées par la voie télégraphique, au moyen d'un avis de service taxé. Le mandat est, dans ce cas, conservé par le bureau de destination, lequel en opère la régularisation à la réception du télégramme rectificatif émanant du bureau d'origine, et joint ce télégramme au mandat régularisé.

5. — Les mandats télégraphiques dont le titre confirmatif seul est parvenu, mais dont le télégramme fait défaut, ne doivent pas être payés au simple vu de la première de ces pièces. Avant tout, il y a lieu de réclamer le télégramme.

6. — Dans le cas où les télégrammes rectificatifs mentionnés au paragraphe 4 ci-dessus ont été motivés par une erreur imputable au service, la taxe de ces télégrammes doit être remboursée à qui de droit.

7. — Les mandats (ordinaires ou télégraphiques) refusés, de même que ceux dont les bénéficiaires sont inconnus ou partis sans laisser d'adresse, sont renvoyés immédiatement, sous recommandation d'office, par le bureau de destination, au bureau d'origine, après avoir été frappés du timbre ou revêtus de l'étiquette dont l'usage est prescrit par l'article XXVI, § 4, au Règlement d'exécution de la Convention principale.

Les télégrammes-mandats renvoyés pour une cause quelconque doivent être accompagnés des avis d'émission y relatifs.

VIII

1.—Les mandats sont valables jusqu'à l'expiration du deuxième mois qui suit celui de leur émission. Ce délai est majoré de quatre mois dans les relations avec les pays hors d'Europe ou de ces pays entre eux, sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés.

2.—Passé ce terme, ils ne peuvent plus être payés que sur un visa pour date donné par l'Administration qui les a émis et à la requête de l'Administration dont dépend le bureau destinataire.

3.—Le visa pour date doit être inscrit sur le titre même, et donne au mandat une nouvelle durée de validité égale à celle prévue au § 1 du présent article.

4.—Les mandats dont le paiement n'a pas été réclamé en temps utile sont renvoyés, aussitôt après l'expiration du délai de validité ordinaire, par l'Administration qui en est dépositaire à l'Administration du pays d'origine.

IX

1.—Les mandats non payés aux destinataires sont remboursés aux envoyeurs aussitôt que l'Administration du pays d'origine est rentrée en possession de ces mandats.

S'il s'agit de mandats télégraphiques, l'Administration du pays d'origine doit être en possession tant du mandat que de l'avis d'émission.

2.—Les mandats égarés, perdus ou détruits peuvent être remplacés, sur la demande de l'envoyeur ou du destinataire, par des autorisations de paiement que délivre l'Administration du pays d'origine, après avoir constaté, d'accord avec l'Administration du pays de destination, que le mandat n'a été ni payé, ni remboursé.

Aucune nouvelle taxe n'est exigée pour les autorisations de paiement.

3.— Lorsque le remboursement d'un mandat égaré, perdu ou détruit est réclamé par l'envoyeur, celui-ci doit fournir, à l'appui de sa demande, son récépissé, bulletin de dépôt ou déclaration de versement.

L'Administration du pays d'origine accorde le remboursement après s'être assurée que l'Office de destination n'a pas payé et ne payera pas le mandat.

X

1.— Le paiement des mandats est régi par les dispositions en vigueur dans le service intérieur de l'Office de destination auquel incombe la responsabilité des paiements sur faux ac

2.— Pour dégager sa responsabilité à l'égard de tout mandat payé par lui, cet Office doit être en mesure d'établir: 1° que ses règlements comportent toutes les garanties nécessaires pour la constatation de l'identité du destinataire; 2° que le paiement a eu lieu dans les conditions prescrites par lesdits règlements.

XI

1.— Lorsque l'expéditeur d'un mandat ordinaire demande à recevoir avis du paiement de ce mandat, le bureau d'origine appose sur le titre le timbre-poste représentant le droit fixe perçu de ce chef. Il annule ce timbre-poste par l'inscription très apparente des mots: « Avis de paiement. »

2.— S'il s'agit d'un mandat télégraphique, le timbre-poste représentant la taxe due de ce chef est appliqué sur la copie ou l'avis d'émission.

3.— Le bureau payeur adresse, sous recommandation d'office, le jour même du paiement, au bureau d'origine, chargé d'en faire la remise au déposant, un avis conforme ou analogue au modèle C annexé au présent Règlement.

4.— Lorsque, ultérieurement à l'émission d'un mandat, l'expéditeur demande à recevoir l'avis du paiement de ce mandat, ledit avis est établi sur une formule conforme ou analogue au modèle C ci-annexé et transmis aux conditions indiquées à l'article XIII du Règlement de la Convention principale. La taxe de 25 centimes au maximum, prévue à l'article 3 de l'Arrangement, peut être appliquée et, le cas échéant, le réclamant l'acquitte en timbres-poste.

XII

1.— Chaque Administration dresse, à la fin de chaque mois, pour chacune des autres Administrations, un compte particulier, conforme au modèle D annexé au présent Règlement, et sur lequel sont récapitulés, autant que possible par ordre chronologique et par ordre alphabétique des noms des bureaux d'émission, tous les mandats payés par ses propres bureaux, pour le compte de l'Office correspondant pendant le mois précédent.

2.— Elle inscrit également sur ce compte le montant du droit qui lui revient, en vertu du § 2 de l'article 3 de l'Arrangement, sur les mandats payés par ses bureaux.

Cette bonification s'opère sur les totaux du compte des mandats payés, abstraction faite des mandats officiels.

3.— Le compte particulier, accompagné des mandats payés et quittances, est transmis le plus tôt possible, mais au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel le compte se rapporte, à l'Administration correspondante.

4.— A défaut de mandats payés, un compte particulier négatif est adressé à l'Administration correspondante.

XIII

1.—Quinze jours, au plus tard, après la vérification et l'acceptation des comptes réciproques, la balance est faite dans un compte général que dresse l'Administration créditrice (sauf autre arrangement entre les Offices intéressés), en se conformant, pour la conversion des monnaies, s'il y a lieu, au § 2 de l'article 6 de l'Arrangement.

2.—Le compte général doit être arrêté dans un délai de deux mois après l'expiration du mois auquel il se rapporte. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays situés hors d'Europe ou de ces pays entre eux.

Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre en vue de dresser le compte général par trimestre, par semestre ou par année.

3.—Sauf arrangement contraire, la différence formant le solde du compte est payée au moyen de traites payables à vue ou à courte échéance sur le capitale ou sur une place commerciale du pays créiteur, en monnaie d'or de ce pays et sans aucune perte pour lui, les frais du paiement restant à la charge de l'Office débiteur.

Ces traites peuvent être exceptionnellement tirées sur un autre pays, à la condition que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

4.—Le paiement doit être effectué, au plus tard, quinze jours après que le compte général a été contradictoirement arrêté. Toute Administration qui se trouve à découvert, vis-à-vis d'une autre Administration, d'une somme supérieure à 50.000 francs, a le droit de réclamer, même avant la clôture du compte, un acompte ou solde provisoire jusqu'à concurrence des trois quarts du montant de sa créance. Le cas échéant, il doit être satisfait à sa demande dans le délai de huit jours.

XIV

1.—Les Administrations des pays contractants doivent se communiquer réciproquement, par l'intermédiaire du Bureau international et trois mois au moins avant la mise à exécution de l'Arrangement, savoir:

1°, le maximum qu'elles adoptent pour l'échange des mandats, en vertu de l'article 2, § 2, de l'Arrangement;

2°, le tarifet, s'il y a lieu, le taux de conversion monétaire ou le cours qu'elles appliquent en exécution de l'article 2 de l'Arrangement;

3°, la nomenclature de ceux de leurs bureaux respectifs qu'elles autorisent à émettre et à payer des mandats internationaux, ou l'avis que tous leurs bureaux participent à ce service;

4°, un exemplaire du mandat qu'elles emploient;

5°, l'orthographe des noms de nombre, de 1 à 500, ou de 1 à

1000, suivant le cas, qui peuvent être écrits en toutes lettres, dans leur langue respective, sur les mandats émis par elles;

6°, la durée des délais après lesquels leur législation respective attribue définitivement à l'Etat le montant des mandats dont le paiement n'a pas été réclamé par les ayants droit;

7°, le cas échéant, l'avis de leur participation à l'échange des mandats télégraphiques;

8°, la liste des pays avec lesquels elles échangent des mandats de poste sur la base de l'Arrangement.

2.—Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des huit points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard de la même manière.

XV

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 25 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant les dispositions du présent Règlement.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par l'article XLI du Règlement du détail et d'ordre de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1°, l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles II, X et XVI du présent Règlement;

2°, les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles, I, III, IV, V, VI, IX et XI;

3°, la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles ou de l'interprétation des diverses dispositions du présent Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 23 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations participantes.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

XVI

1.—Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement.






2.—Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé, d'un commun accord, entre les parties intéressées.

Fait à WASHINGTON, le 15 juin 1897.

Pour l'Allemagne et les protectorats allemands:	Pour le Portugal et les colonies portugaises:
FRITSCH.	SANTO-THYRISO.
NEUMANN.	Pour la Bulgarie:
Pour la République Majeure de l'Amérique Centrale:	IV. STOYANOVITCH.
N. BOLET PERAZA.	Pour le Chili:
Pour la République Argentine:	R. L. IRARRÁZAVAL.
M. GARCIA MÉROU.	Pour le Danemark et les colonies danoises:
Pour l'Autriche:	C. SVENDSEN.
DR. NEUBAUER.	Pour la République Dominicaine:
HABBERGER.	Pour l'Égypte:
STIERAL.	Y. SABA.
Pour la Belgique:	Pour la France:
LICHTERVELDE.	ANSULT.
STIERPIN.	Pour la Grèce:
A. LAMBIN.	ED. HÜHN.
Pour la Bosnie-Herzégovine:	Pour le Guatemala:
DR. KAMLER.	J. NOVELLA.
Pour le Brésil:	Pour la Hongrie:
A. FONTOURA XAVIER.	PIERRE DE SZALAY.
Pour l'Italie:	G. DE HENNYEY.
E. CHIRADIA.	Pour la Roumanie:
G. C. VINCI.	C. CHIRU.
E. DELMATH.	R. PREDA.
Pour le Japon:	Pour la Serbie:
KENJIRO KOMATSU.	PIERRE DE SZALAY.
KWANKICHI YUKAWA.	G. DE HENNYEY.
Pour la République de Libéria:	Pour le Royaume de Siam:
CHAS. HALL. ADAMS.	ISAAC TOWNSEND SMITH.
Pour le Luxembourg:	Pour la Suède:
POUR MR. HAVELAAR.	F. H. SCHLYTERN.
VAN DER VEEN.	Pour la Suisse:
Pour la Norvège:	J. B. PIDA.
THB. HEYERDAHL.	A. STAGER.
Pour les Pays-Bas:	C. DELESSERT.
POUR MR. HAVELAAR:	Pour la Régence de Tunis:
VAN DER VEEN.	THÉBAUT.
VAN DER VEEN.	Pour la Turquie:
Pour les colonies néerlandaises:	MOUSTAFHA.
JOHS. J. PERK.	A. FAHRI.
	Pour l'Uruguay:
	PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

ANNEXES

A (RECTO)

<p style="text-align: center;">COUPON</p> <p>(Peut être détaché par le destinataire)</p> <p>Montant du mandat en chiffres</p> <p>Désignation de l'envoyeur</p> <p>Le 189.....</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px;"> <p style="text-align: center;">ADMINISTRATION DES POSTES</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> d..... <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 150px;"> <p>Cours du change:</p> <p>.....</p> <p>Somme payée</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">(*)</p> </div> </div> </div> <p style="text-align: center; font-weight: bold; font-size: 1.2em;">MANDAT DE POSTE INTERNATIONAL</p> <p>de la somme de.....</p> <p style="text-align: center;">(en chiffres arabes)</p> <hr style="border: 1px dashed black;"/> <p style="text-align: center;">(en toutes lettres et en caractères latins)</p> <p>payable à M.....</p> <p>Lieu de destination:</p> <p>Adresse du destinataire:</p> <p>Pays de destination:</p>
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p style="text-align: center;">Timbre du bureau d'origine</p> <div style="text-align: center; margin: 10px 0;">  </div> </div>
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <div style="display: flex;"> <div style="width: 30%; font-size: 0.8em;"> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Indications de service.</p> </div> <div style="width: 70%;"> <p>Numéro d'émission:</p> <p>Date d'émission:</p> <p>Bureau expéditeur:</p> <p style="text-align: center;">Signature de l'agent qui a dressé le mandat :</p> <p style="font-size: 0.7em; margin-top: 10px;">(*) Indications à remplir par l'Office destinataire, lorsqu'il opère lui-même la conversion ou qu'il fait usage, pour ses paiements, de papier-monnaie déprécié par rapport à la monnaie métallique ayant le cours de l'or. (Arrangement, article 2.)</p> </div> </div> </div>
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p style="text-align: center; font-weight: bold;">Bon pour</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin: 10px 0;">   </div> <p style="text-align: center; margin: 10px 0;">Soit</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin: 10px 0;">   </div> <p style="text-align: center; font-size: 0.8em;">(Monnaie du pays d'origine.)</p> </div>

A (VERSO).

(Cadre réservé aux enlacements, s'il y a lieu.)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE.

Reçu la somme indiquée d'autre part,

Lieu :

Le 189

Signature du destinataire :

REGISTRE D'ARRIVÉE.

N°



Timbre du bureau
payeur.

B

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

AVIS D'ÉMISSION

Copie d'un mandat télégraphique déposé au bureau d.....
 le..... pour le bureau d.....
 (Pays)

Nom de l'envoyeur	Numéro du mandat	Nom, prénoms, qualité et domicile du destinataire	Montant du mandat

A'....., le..... 189.....

Le des postes,

(Signature)



Timbre du bureau
d'origine



Timbre du bureau
de destination

C

ADMINISTRATION DES POSTES

D.

N° du registre:



AVIS DE PAYEMENT

d'un mandat

Le soussigné déclare que la somme de,
 montant du mandat n° émis par le bureau d....., le.....,
 à l'adresse de M....., a été dûment payée
 le..... 18.....



Timbre
du bureau
payeur.

Le..... des postes.

Signature :

(*)

(*) Cet avis doit être signé par le bureau payeur, puis mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine du mandat qu'il concerne.

Nos d'ordre des mandats payés	Numérotation des mandats au- dessus de 100 fr.	Date de l'émission		Bureaux de poste qui ont délivré les mandats	Nos d'émission	MANDATS TAXÉS:				Mandats officiels		Montant du débit de l'Ad- ministration belge	
						jusqu'à 100 fr.		au-dess ^{us} de 100 fr.					
		An. 1899	Mois.			F.	C.	F.	C.	F.	C.	F.	C.
1			Janvier	Arlon	825	99	90						
2	1		Février	»	834			105					
3			»	»	869	46	50						
4	2		Janvier	Bruges	1203			390					
5			»	»	1512	83	40						
6	3		Février	»	1699			561					
7			»	»	1708					215			
8	4		»	Charleroi	210			612					
9			Janvier	Malines	236	45							
10													
etc.													
				Mandats taxés.		274	80	1578				1852	80
				Droit de ½ pour cent sur le total des mandats taxés jusqu'à 100 fr								1	37
				Droit de ½ pour cent sur les premiers cent fr. de 4 mandats au-dessus, soit sur				490				2	
				Droit de ½ pour cent sur le solde, soit sur				1178				2	94
				Mandats officiels						215		215	
				Total général des sommes dues par l'Office de Belgique à l'Office de Suisse.								2074	11

Certifié le présent compte du mois d.....1899 conforme aux mandats des bureaux..... y annexés.

Fait à le

Le Chef d.....

folha branca original

TRADUÇÃO

I

CONVENÇÃO POSTAL UNIVERSAL

Firmada entre a Alemanha e os protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bosnia Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Imperio da China, Republica da Colombia, Estado Independente do Congo, Reino da Coréa, Republica da Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, França, colonias francezas, Grã-Bretanha e diversas colonias britannicas, India britannica, colonias britannicas da Australasia, Canada, colonias britannicas da Africa do Sul, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica do Hawaii, Hespanha e colonias hespanholas, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Estado Livre de Orange, Paraguay, Paizes Baixos, Colonias Neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Reino de Sio, Republica Sul-Africana, Suécia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos da Venezuela.

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos dos paizes acima enumerados, tendo-se reunido em Congresso em Washington, em virtude do art. 25 da Convenção Postal Universal, firmada em Vienna a 4 de julho de 1891, reviram, de commun accordo e sob reserva de ratificação, a dita Convenção, conforme as disposições seguintes :

CONVENÇÃO PRINCIPAL.

ARTIGO 1

Os paizes entre os quaes se firma a presente Convenção, assim como os que a ella adherirem ulteriormente, formam, sob a denominação de UNIÃO POSTAL UNIVERSAL, um só territorio postal para a permutação reciproca das correspondencias entre as respectivas repartições do Correo.

ARTIGO 2

As disposições desta Convenção applicam-se ás cartas, aos bilhetes postaes, simples e com resposta paga, aos impressos de qualquer natureza, aos papeis de negocio (manuscripto) e ás amostras de mercadorias procedentes de um dos paizes da União e com destino a qualquer outro desses paizes. Applicam-se igualmente á permutação postal dos objectos supramencionados entre os paizes da União e os estranhos a ella, sempre que esta permutação se faça mediante os serviços de duas das partes contractantes, pelo menos.

ARTIGO 3

1. — As Administrações dos Correios dos paizes limitrophes ou aptos para se corresponderem directamente entre si, sem se utilizarem dos serviços de uma terceira Administração, determinarão, de commun accordo, as condições de transporte de suas malas reciprocas pela fronteira ou de uma fronteira a outra.

2. — Salvo ajuste em contrario, considerar-se-hão serviços de terceiro os transportes maritimos effectuados directamente entre dois paizes, por meio de paquetes ou embarcações dependentes de um delles, e esses transportes, assim como os que se fizerem entre duas repartições postaes de um só paiz, por meio de serviços maritimos ou territoriaes dependentes de outro paiz, serão regulados pelas disposições do artigo seguinte.

ARTIGO 4

1. — A liberdade de transito é garantida em todo o territorio da União.

2. — Nesta conformidade, as diversas Administrações postaes da União poderão expedir reciprocamente, por intermedio de uma ou mais dentre ellas, não só malas fechadas, como correspondencias a descoberto, conforme as necessidades do trafego e as conveniencias do serviço postal.

3. — As correspondencias permutadas, quer a descoberto, quer em malas fechadas, entre duas Administrações da União por meio dos vehiculos de uma ou varias outras Administrações da União, ficarão sujeitas, em proveito de cada um dos paizes que atravessarem, ou de cujos vehiculos se aproveitarem no transporte, às seguintes despezas de transito:

1º, pelo transito terrestre, 2 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e 25 centimos por kilogramma de outros objectos ;

2º, pelo transito maritimo:

a) os preços do transito terrestre, si o percurso não exceder a 300 milhas maritimas. Todavia, o transito maritimo que não exceder a 300 milhas maritimas será gratuito, si a Administração interessada já tiver direito, pelas malas ou correspondencias que della se utilizarem, á remuneração pertencente ao transito terrestre ;

b) cinco francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e 50 centimos por kilogramma de outros objectos, para as correspondencias, cujo transito exceder a 300 milhas maritimas, entre paizes da Europa, entre a Europa e os portos da Africa e da Asia no Mediterraneo e no mar Negro ou de um para outro desses portos, e entre a Europa e America do Norte. Os mesmos preços serão applicaveis aos transportes effectuados em todo o territorio da União entre dois portos de um mesmo Estado,

assim como entre os portos de dous Estados servidos pela mesma linha de paquetes, quando o percurso marítimo não exceder a 1.500 milhas ;

c) quinze francos por kilogramma de cartas e de bilhetes postaes e um franco por kilogramma de outros objectos para todos os transportes que não figurarem nas categorias mencionadas nos paragraphos *a* e *b* supracitados. Em caso de transporte marítimo effectuado por duas ou mais Administrações, as despesas do percurso total não poderão exceder a 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e a um franco por kilogramma de outros objectos ; estas despesas, em tal caso, serão repartidas entre as Administrações que tomarem parte no transporte, na proporção das distancias percorridas, sem prejuizo de outros ajustes que se possam dar entre as partes interessadas.

4.— Os preços de transito especificados no presente artigo não se applicarão, nem aos transportes por meio de serviços dependentes de Administrações estranhas á União, nem aos transportes na União por meio de serviços extraordinarios especialmente creados ou mantidos por uma Administração, quer no interesse, quer a pedido de uma ou de varias outras Administrações. As condições desta ultima categoria de transportes serão reguladas amigavelmente entre as partes interessadas.

Além disso, em qualquer parte onde o transito, tanto terrestre como marítimo, for actualmente gratuito ou sujeito a condições mais vantajosas, será mantido esse regimen.

5.— Fica todavia entendido:

1º, que as despesas de transito terrestre serão reduzidas do seguinte modo:

de 5 %/, durante os dous primeiros annos da applicação da presente Convenção ;

de 10 %/, durante os dous annos seguintes ;

de 15 %/, depois de quatro annos ;

2º, que os paizes cujas receitas e despesas em materia de transito terrestre não ultrapassarem, conjunctamente, o total de 5.000 francos por anno, e cujas despesas excederem ás receitas, nesse transito, serão exonerados de qualquer pagamento por esse motivo ;

3º, que o preço do transito marítimo de 15 francos por kilogramma de cartas e bilhetes postaes, previsto na letra *c* do § 3º precedente, será reduzido do seguinte modo:

a 14 francos, durante os dous primeiros annos da applicação da presente Convenção ;

a 12 francos, durante os dous annos seguintes ;

a 10 francos, depois de quatro annos.

6.— As despesas de transito ficarão a cargo da Administração do paiz de procedencia.

7.— A conta geral dessas despesas será feita nas condições determinadas pelo Regulamento de execução previsto no art. 20 da presente Convenção.

8.— Serão isentos de quaesquer despesas de transito territorial ou marítimo a correspondencia official mencionada no § 2º

do art. 11 da presente Convenção, os bilhetes postaes de resposta reenviados ao paiz de procedencia, os objectos reexpedidos ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recebimento, os vales postaes e quaesquer outros documentos relativos ao serviço postal.

ARTIGO 5

1.—As taxas pelo transporte de objectos postaes em toda a extensão da União, comprehendida a sua entrega no domicilio dos destinatarios nos paizes da União, onde o serviço de distribuição estiver ou for organizado, são as seguintes:

1º, para as cartas, 25 centimos, em caso de franqueamento, e o dobro no caso contrario, por cada por peso de 15 grammas ou fracção de 15 grammas ;

2º, para os bilhetes postaes, em caso de franqueamento, 10 centimos por bilhete simples ou por cada uma das duas partes do bilhete com resposta paga, e o dobro no caso contrario ;

3º, para os impressos de qualquer natureza, papeis de negocios (manuscriptos) e amostras de mercadorias, 5 centimos por objecto ou maço com endereço particular e por peso de 50 grammas ou fracção de 50 grammas, comtanto que o objecto ou pacote não contenha nenhuma carta ou nota manuscripta com caracter de correspondencia actual ou pessoal, e seja acondicionado de maneira que se possa verificar facilmente.

A taxa de papeis de negocio (manuscriptos) não pôde ser inferior a 25 centimos por maço, e a taxa das amostras a 10 centimos por maço.

2.—Além das taxas e dos mínimos fixados pelos paragraphos precedentes, poder-se-ha cobrar:

1º, por qualquer maço sujeito a despesa de transito maritimo de 15 francos por kilogramma de cartas ou bilhetes postaes e de 1 franco por kilogramma de outros objectos e, em todas as relações sujeitas a taes despesas, uma taxa adicional que não exceda a 25 centimos por porto simples para as cartas, 5 centimos por bilhete postal e 5 centimos por 50 grammas ou fracção de 50 grammas para os outros objectos ;

2º, por qualquer objecto transportado por meio de serviços dependentes de Administrações estranhas á União ou de serviços extraordinarios na União, que occasionem despesas especiaes, uma taxa adicional em relação com essas despesas.

Quando o preço de franqueamento do bilhete postal simples comprehender uma ou outra das taxas additionaes autorizadas pelos dous paragraphos precedentes, esse mesmo preço será applicavel a cada uma das partes do bilhete postal com resposta paga.

3.—Em caso de franqueamento insufficiente, os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão sujeitos, por conta dos destinatarios, a uma taxa dupla da somma da insufficientencia sem que essa taxa exceda a que é cobrada no paiz de destino

pelas correspondencias não franqueadas da mesma natureza, peso e procedencia.

4.—Os objectes que não forem cartas e bilhetes postaes devem ser franqueados pelo menos parcialmente.

5.—Os maços de amostras de mercadorias não podem conter objecto algum com valor mercantil: não devem exceder o peso de 350 grammas, nem apresentar dimensões superiores a 30 centímetros de comprimento, 20 de largura e 10 de espessura, ou, si tiverem a forma de rolo, a 30 centímetros de comprimento e 15 de diametro.

6.—Os maços de papeis de negocios (manuscriptos) e de impressos não podem exceder o peso de dous kilogrammas, nem apresentar, sobre nenhum dos lados, dimensão superior a 45 centímetros. Podem-se admittir, contudo, no transporte pelo correio, maços com a forma de cylindro, cujo diametro não exceda a 10 centímetros e cujo comprimento não ultrapasse de 75 centímetros.

ARTIGO 6

1.—Os objectos designados no art. 5 poderão ser expedidos sob registro.

2.—Todo o objecto registrado está sujeito, por conta do remetente:

1º, ao preço de franqueamento ordinario, segundo a natureza da remessa;

2º, a um premio fixo de registro de 25 centimos, no maximo, inclusive a entrega de um certificado ao remetente.

3.—O remetente de um objecto registrado pode ter aviso do recebimento desse objecto, pagando adeantadamente uma taxa fixa de 25 centimos no maximo.

A mesma taxa poderá ser applicada nos pedidos de informações sobre o destino dos objectos registrados, feitos posteriormente ao deposito, si o remetente já não houver pago a taxa especial para ter direito ao aviso de recebimento.

ARTIGO 7

1.—As correspondencias registradas podem ser expedidas sujeitas á cobrança nas relações entre os paizes a cujas Administrações convenha esse serviço.

Os objectos desta natureza estão sujeitos ás formalidades e ás taxas dos objectos registrados.

O maximo da cobrança será fixado, por objecto, em 1.000 francos ou no equivalente desta quantia na moeda do paiz de destino. Cada Administração terá, contudo, a faculdade de reduzir esse maximo a 500 francos, por objecto, ou ao equivalente desta quantia no seu systema monetario.

2.—Salvo ajuste contrario entre as Administrações dos paizes interessados, a importancia cobrada do destinatario deve ser devolvida ao remetente por meio de um vale postal, depois de

duzida a taxa dos vales ordinarios e um premio de cobrança de 10 centimos.

A importancia de um vale de cobrança cahido em refugo ficará á disposição da Administração do paiz de procedencia do objecto sujeito á cobrança.

3.—A perda de uma correspondencia registrada sujeita á cobrança importa a responsabilidade do serviço postal nas condições determinadas pelo art. 8º seguinte para os objectos registrados não sujeitos á cobrança.

Depois da entrega do objecto, a Administração do paiz de destino será responsavel pela importancia da cobrança e deverá, em caso de reclamação, justificar a quantia cobrada ao remetente pelo objecto, menos a deducção da taxa e do premio previsto no § 2º.

ARTIGO 8

1.—Em caso de perda do objecto registrado e salvo o caso de força maior, o remetente ou, a seu pedido, o destinatario terá direito a uma indemnização de 50 francos.

2.—Os paizes dispostos a se responsabilizarem pelos riscos que possam resultar do caso de força maior ficam autorizados a cobrar do remetente, por esse motivo, uma taxa addicional de 25 centimos no maximo, por cada objecto registrado.

3.—A obrigação de pagar a indemnização competirá á Administração de que depender o Correio remetente. Fica reservado a essa Administração o recurso contra a Administração responsavel, isto é, contra a Administração em cujo territorio ou serviço se tiver dado a perda.

Em caso de perda, em circumstancias de força maior, no territorio ou no serviço de um paiz que se responsabilize pelos riscos mencionados no paragrapho precedente de um objecto registrado originario de outro paiz, o paiz em que se der a perda será responsavel por esta perante o Correio remetente, si este ultimo se responsabilizar, por seu turno, pelos riscos em caso de força maior com relação aos seus remetentes.

4.—Até prova em contrario, a responsabilidade pertencerá á Administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar, nem a entrega ao destinatario, nem, si a tiver effectuado, a transmissão regular á Administração seguinte. Quanto aos objectos dirigidos á « posta restante », a responsabilidade cessará com a entrega a uma pessoa que, segundo as regras em vigor no paiz do destino, houver provado que seu nome e seus titulos estão de accordo com as indicações do endereço.

5.—O pagamento da indemnização pela Administração expedidora deverá effectuar-se o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no prazo de um anno, contado do dia da reclamação. A Administração responsavel será obrigada a pagar sem demora á Administração expedidora a somma da indemnização paga por esta.

A Administração de procedencia ficará autorizada a indemnizar o remetente, por conta da Administração intermediaria ou destinataria que, regularmente avisada, deixar decorrer um anno sem dar andamento á questão. Além disso, quando uma Administração, cuja responsabilidade for devidamente provada, recusar-se desde logo ao pagamento da indemnização, deverá aquella tomar a seu cargo, além da indemnização, as despesas accessorias resultantes da demora não justificada do pagamento.

6. — Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno contado da entrega ao Correio do objecto registrado; passado este termo, o reclamante não terá direito a indemnização alguma.

7. — Si a perda se tiver dado no curso do transporte, sem que seja possível determinar em que territorio se deu o facto, as Administrações interessadas repartirão entre si o prejuizo.

8. — As Administrações cessarão de ser responsaveis pelos objectos registrados, quando os interessados os tiverem recebido e delles passado recibo.

ARTIGO 9

1. — O remetente de um objecto de correspondencia pôde fazer retiral-o do Correio ou modificar-lhe o endereço, uma vez que tal objecto não tenha sido entregue ao destinatario.

2. — O pedido, para este fim formulado será transmittido por via postal ou telegraphica, á custa do remetente, que pagará :

1º, por qualquer pedido por via postal, a taxa applicavel a uma carta simples registrada ;

2º, por qualquer pedido por via telegraphica, a taxa do telegramma, segundo a tarifa ordinaria.

3. — As disposições do presente artigo não são obrigatorias para os paizes, cuja legislação não permite ao remetente dispor de um objecto em via de transporte.

ARTIGO 10

Os paizes da União, que não tiverem o franco por unidade monetaria, fixarão as suas taxas em suas respectivas moedas no equivalente das taxas determinadas pelos diversos artigos da presente Convenção. Terão a faculdade de arredondar as fracções conforme o quadro inserto no Regulamento de execução, mencionado no art. 20 da presente Convenção.

ARTIGO 11

1. — O franqueamento de todo e qualquer objecto só poderá ser effectuado por meio de sellos postaes validos no paiz de procedencia para a correspondencia dos particulares. Todavia, não será permitido fazer uso, no serviço internacional, de sellos creados

com um fim especial e particular no paiz de emissão, taes como os denominados sellos commemorativos, de validade transitoria.

Serão considerados como devidamente franqueados os bilhetes-resposta que tiverem os sellos do respectivo paiz de emissão e os jornaes ou magos de jornaes não sellados, mas cujo endereço tiver a indicação « Assignatura Postal » e que forem expedidos em virtude do accordo particular sobre a assignatura dos jornaes, previsto no art. 19 da presente Convenção.

2.—As correspondencias officiaes relativas ao serviço dos Correios, trocadas entre as Administrações postaes, entre essas Administrações e a Secretaria Internacional e entre as repartições postaes dos paizes da União, serão exceptuadas do franqueamento por meio de sellos ordinarios e as unicas isentas de taxa.

3.—As correspondencias postadas em pleno mar na caixa de um navio, ou entregues em mão dos commandantes de navio, poderão ser franqueadas por meio dos sellos e segundo a tarifa do paiz a que pertencer ou de que depender o navio. Si a entrega a bordo effectuar-se durante a estada nos dous pontos extremos da carreira, ou em uma das escalas intermediarias, o franqueamento só terá valor quando feito por meio de sellos e segundo a tarifa do paiz em cujas aguas achar-se o navio.

ARTIGO 12

1.—Cada Administração reterá por inteiro para si as quantias cobradas em execução dos precedentes arts. 5, 6, 7, 10 e 11, salvo a importancia dos vales previstos no § 2º do art. 7.

2.—Consequentemente, quanto a estas quantias, não haverá contas entre as diversas Administrações da União, excepto no tocante aos vales de que trata o § 1º do presente artigo.

3.—Pelas cartas e outros objectos postaes não pôde, tanto no paiz de procedencia como no de destino, ser exigida dos remetentes ou dos destinatarios taxa alguma ou direito postal, além daquelles que são estabelecidos pelos artigos supra mencionados.

ARTIGO 13

1.—Os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão, a pedido dos remetentes, entregues no domicilio por portador especial, immediatamente depois de chegada, nos paizes da União que consentirem em encarregar-se desse serviço nas suas relações reciprocas.

2.—Esses objectos, que são qualificados «expressos», serão sujeitos a uma taxa especial pela entrega no domicilio. Esta taxa é fixada em 30 centimos e deverá ser paga completa e adeantadamente pelo remetente, além da taxa ordinaria, pertencendo à Administração do paiz de origem.

3.—Quando o objecto for destinado a uma localidade onde não exista agencia de Correio, a Administração dos Correios do destinatario poderá receber uma taxa complementar, até a impor-

tancia do preço fixado para entrega por expresso no seu serviço interno, deduzida a taxa fixa paga pelo remetente ou o seu equivalente na moeda do paiz que receber este complemento.

4.—Os objectos expressos incompletamente franqueados quanto ás taxas que devem pagar adeantadas serão distribuídos pelos meios ordinarios.

ARTIGO 14

1.—Nenhuma taxa supplementar será cobrada pela reexpedição de objectos postaes no interior da União.

2.—As correspondencias cahidas em refugio não darão lugar á restituição dos direitos de transito pertencentes ás Administrações intermediarias pelo transporte anterior das ditas correspondencias.

3.—As cartas e os bilhetes postaes não franqueados e as correspondencias de qualquer natureza insufficientemente franqueadas, que voltarem ao paiz de origem, em consequencia de reexpedição ou por terem cahido em refugio, estarão sujeitas, por conta dos destinatarios ou dos remetentes, ás mesmas taxas que os objectos similares dirigidos directamente do paiz do primeiro destino ao paiz de procedencia.

ARTIGO 15

1.—Poderão ser trocadas malas fechadas entre as repartições postaes de um dos paizes contractantes e os commandantes de divisões navaes ou navios de guerra desse mesmo paiz, estacionados no estrangeiro, por intermedio dos serviços territoriaes ou maritimos dependentes de outros paizes.

2.—As correspondencias de qualquer natureza contidas em tais malas deverão ter o endereço ou ser procedentes dos estados-maiores e das equipagens dos navios destinatarios ou expedidores das malas; as tarifas e as condições de transporte que lhes são applicaveis serão determinadas, segundo os seus regulamentos internos, pelas Administrações dos Correios do paiz a que pertencerem os navios.

3.—Salvo ajuste em contrario entre as repartições interessadas, a repartição postal expedidora ou destinataria das malas de que se trata será devedora, para com as repartições intermediarias, das despesas de transito calculadas conforme as disposições do art. 4.

ARTIGO 16

1.—Não terão curso os papeis de negocios (manuscriptos), amostras e impressos que não preencherem as condições exigidas para estas categorias de objectos pelo art. 5 da presente Convenção e pelo regulamento de execução previsto no art. 20.

2.—Em tal caso, esses objectos serão devolvidos ao Correo de origem e entregues, si for possivel, ao remetente.

3.—E' prohibido:

1º, expedir pelo Correio:

a) amostras e outros objectos que, por sua natureza, possam apresentar perigo para os empregados postaes, sujar ou deteriorar as correspondencias;

b) materias explosivas, inflammaveis ou perigosas, animaes e insectos, vivos ou mortos, salvo as excepções previstas no Regulamento.

2º, inserir nas correspondencias ordinarias ou registradas:

a) moedas com curso corrente;

b) objectos sujeitos a direitos de Alfandega;

c) artigos de ouro ou prata, pedrarias, joias e outros objectos preciosos, mas somente no caso de ser a sua inserção ou expedição vedada pela legislação dos paizes interessados.

4.—Os objectos comprehendidos nas prohibições do precedente § 3, e que erradamente tiverem sido admittidos á expedição, deverão ser devolvidos ao Correio de origem, salvo o caso em que a Administração do paiz do destino esteja autorizada por sua legislação ou por seus regulamentos internos a dispor delles de outro modo.

Todavia, as materias explosivas, ou inflammaveis ou que possam occasionar perigo não serão devolvidas ao Correio de origem; serão destruidas pela Administração que as houver encontrado.

5.—Fica além disso reservado o direito ao Governo de qualquer paiz da União de não effectuar, em seu territorio, o transporte ou a distribuição, quer dos objectos que gosam da redução da taxa, a respeito dos quaes não tiverem sido cumpridas as leis, ordens ou decretos que regulem as condições de sua publicação ou de sua circulação nesse paiz, quer das correspondencias de qualquer natureza que tragam ostensivamente inscrições, desenhos, etc., prohibidos pelas disposições legais ou regulamentares em vigor no mesmo paiz.

ARTIGO 17

1.—As Administrações da União que tiverem relações com paizes situados fóra della deverão prestar seu concurso a todas as outras Administrações para a transmissão a descoberto, por seu intermedio, de correspondencias destinadas aos ditos paizes ou delles procedentes.

2.—Quanto ás despesas de transito das correspondencias de qualquer natureza e da responsabilidade em materia de objectos registrados, taes correspondencias serão tratadas:

Relativamente ao transporte no territorio da União, segundo as estipulações da presente Convenção;

Relativamente ao transporte fóra dos limites da União, segundo as condições notificadas pela Administração da União que servir de intermediaria.

Todavia, as despesas do transporte maritimo total, na União e fóra della, não poderão exceder a 20 francos por kilogramma de

cartas e bilhetes postaes e a um franco por kilogramma de outros objectos; em tal caso, essas despezas serão repartidas, na proporção das distancias, entre as Administrações que tomarem parte no transporte marítimo.

As despezas de transito, territorial ou marítimo, fóra ou dentro dos limites da União, das correspondencias a que se refere o presente artigo, serão verificadas pela mesma forma que as despezas de transito relativas ás correspondencias trocadas entre paizes da União.

3.—As despezas de transito das correspondencias destinadas a paizes fóra da União postal correrão por conta da Administração do paiz de procedencia, que fixará em seu serviço as taxas de franqueamento, sem que essas taxas possam ser inferiores ao preço normal da União.

4.—As despezas de transito das correspondencias procedentes dos paizes fóra da União não correrão por conta da Administração do paiz do destino. Esta Administração distribuirá, sem taxa, as correspondencias que lhe forem entregues como completamente franqueadas; taxará as correspondencias não franqueadas no dobro do preço de franqueamento applicavel em seu proprio serviço aos objectos similares destinados ao paiz de onde procederem as ditas correspondencias, e no dobro da insufficiencia as correspondencias insufficientemente franqueadas, sem que a taxa possa exceder á que é cobrada pelas correspondencias não franqueadas da mesma natureza, peso e procedencia.

5.—As correspondencias expedidas de um paiz da União para um paiz fóra della e vice-versa, por intermedio de uma Administração da União, poderão ser transmitidas, de uma e de outra parte, em malas fechadas, si este modo de transmissão for admittido de commun accordo pelas Administrações de procedencia e de destino das malas, com o consentimento da Administração intermediaria.

ARTIGO 18

As altas partes contractantes se obrigarão a tomar, ou a propor ás suas legislaturas respectivas, as medidas necessarias para punir o emprego fraudulento, na franquia de correspondencias, de sellos falsificados ou já servidos. Ellas se obrigam igualmente a tomar ou a propor ás suas legislaturas respectivas as medidas necessarias para impedir e reprimir as operações fraudulentas de fabrico, venda, troca (*colportage*), ou distribuição de vinhetas e sellos em uso no serviço dos Correios, falsificados ou imitados de tal maneira que possam ser confundidos com as vinhetas e sellos emitidos pela Administração de um dos paizes adherentes.

ARTIGO 19

O serviço das cartas e encommendas com valor declarado e o dos vales postaes, das encommendas, da cobrança de valores,

dos livretes de identidade, das assignaturas de jornaes, etc. constituirão materia de accordos particulares entre os diversos paizes ou grupos de paizes da União.

ARTIGO 20

1.—As Administrações postaes dos diversos paizes que compoem a União serão competentes para estabelecer, de commun accordo, em um regulamento de execução, todos os pormenores que forem julgados necessarios.

2.—As differentes Administrações poderão além disso fazer entre si os accordos necessarios sobre os pontos que não interessarem a toda a União, contando que esses accordos não deroguem a presente Convenção.

3.—E' todavia permittido ás Administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de taxas reduzidas em um raio de 30 kilometros.

ARTIGO 21

1.—A presente Convenção não altera a legislação de cada paiz na parte que não está prevista pelas estipulações nella contidas.

2.—Não restringe o direito, que tem as partes contractantes, de manter e celebrar tratados, assim como de manter e estabelecer uniões mais intimas, tendo em vista a redução das taxas e qual quer outro melhoramento das relações postaes.

ARTIGO 22

1.—Será mantida, sob o nome de *Secretaria Internacional da União Postal Universal*, uma repartição central, que funcionará sob a alta inspecção da Administração dos Correios suissos e cujas despesas serão pagas por todas as Administrações da União.

2.—Esta Secretaria fica encarregada de reunir, coordenar, publicar e distribuir as informações de qualquer natureza que interessem ao serviço internacional dos Correios; de dar parecer, a pedido das partes interessadas, sobre as questões litigiosas; de informar sobre propostas de modificação dos actos dos Congressos; de communicar as concessões adoptadas, e, em geral, de proceder aos estudos e trabalhos que forem necessarios no interesse da União Postal.

ARTIGO 23

1.—Em caso de desacordo entre dous ou mais membros da União relativamente á interpretação da presente Convenção ou a responsabilidade de uma Administração em caso de perda de um objecto registrado, a questão suscitada será resolvida por

juízo arbitral. Para este fim, cada uma das Administrações litigantes escolherá outro membro da União que não seja directamente interessado no litígio.

2.—A decisão dos arbitros será dada por maioria absoluta de votos.

3.—Em caso de empate dos votos, os arbitros escolherão, para decidir, outra Administração igualmente desinteressada no litígio.

4.—As disposições do presente artigo applicar-se-hão igualmente a todos os accordos firmados em virtude do precedente art. 19.

ARTIGO 24

1.—Os paizes que não tomarem parte na presente Convenção serão admittidos a adherir-lhe, si o pedirem.

2.—Esta adhesão será communicada, por via diplomatica, ao Governo da Confederação Suissa, e por esse Governo a todos os paizes da União.

3.—Ella importará, de pleno direito, accessão a todas as clausulas e admissão a todas as vantagens estipuladas pela presente Convenção.

4.—Compete ao Governo da Confederação Suissa determinar de commun accordo com o Governo do paiz interessado a parte contributiva da Administração deste ultimo paiz, nas despesas da Secretaria Internacional e, si preciso for, as taxas que esta Administração possa cobrar em conformidade do precedente art. 10.

ARTIGO 25

1.—Reunir-se-hão Congressos de Plenipotenciarios dos paizes contractantes ou simples conferencias administrativas, conforme a importancia das questões que se devam resolver, sempre que houver pedido feito ou approvado por dous terços, pelo menos, dos Governos ou Administrações, segundo o caso.

2.—Comtudo, dever-se-ha reunir um Congresso, pelo menos, todos os cinco annos.

3.—Cada paiz poderá ser representado, quer por um ou mais delegados, quer pela delegação de outro paiz; mas fica entendido que o delegado ou os delegados de um paiz não poderão ser encarregados sinão da representação de dous paizes, comprehendido o que representarem.

4.—Nas deliberações, cada paiz disporá de um só voto.

5.—Cada Congresso fixará o logar da reunião do proximo Congresso.

6.—Para as conferencias, as Administrações fixarão os logares de reunião, sob proposta da Secretaria Internacional.

ARTIGO 26

1. — No intervalo que decorrer entre as reuniões, qualquer Administração de Correios de um paiz da União terá direito de dirigir ás outras Administrações participantes, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao regimen da União.

Para ser posta em deliberação, cada proposição deverá ser apoiada por duas Administrações, pelo menos, sem contar a Administração que a apresentou. Quando a Secretaria Internacional não receber, ao mesmo tempo que a proposição, o numero necessario de declarações de apoio, ficará a proposta sem nenhum effeito.

2. — Toda a proposta terá o seguinte processo:

A's Administrações da União será dado um prazo de seis mezes para examinarem as propostas e fazerem chegar á Secretaria Internacional suas observações, si for caso para isso. Não serão permittidas as emendas. As respostas serão reunidas pela Secretaria Internacional e communicadas ás Administrações, convidando-as a se pronunciarem pró ou contra. As Administrações que não fizerem chegar seu voto no prazo de seis mezes, a contar da data da segunda circular da Secretaria Internacional, notificando-lhes as observações a respeito, serão consideradas como se tendo absteido de dar o referido voto.

3. — Para se tornarem executórias as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo o dos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 27, 28 e 29;

2º, dous terços de votos, si se tratar da modificação das disposições da Convenção que não sejam as dos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 15, 18, 26, 27, 28 e 29;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições da Convenção, excepto o caso de litigio previsto no precedente art. 23.

4. — As resoluções validas serão confirmadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, que o Governo da Confederação Suissa é encarregado de redigir e a transmittir a todos os Governos dos paizes adherentes; e, no terceiro caso, por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações da União.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será posta em pratica dous mozes, pelo menos, depois da sua notificação.

ARTIGO 27

São considerados como formando, para applicação dos precedentes arts. 22, 25 e 26, um só paiz ou uma só Administração, segundo o caso:

1º, o conjuncto das colonias allemãs;

2º, o imperio da India britannica;

- 3º, o dominio do Canadá ;
- 4º, o conjuncto das colonias britannicas da Australasia ;
- 5º, o conjuncto de todas as outras colonias britannicas ;
- 6º, o conjuncto das colonias dinamarquezas ;
- 7º, o conjuncto das colonias hespanholas ;
- 8º, as colonias e protectorados francezes da Indo-China ;
- 9º, o conjuncto das outras colonias francezas ;
- 10, o conjuncto das colonias neerlandezas ;
- 11, o conjuncto das colonias portuguezas.

ARTIGO 28

A presente Convenção entrará em execução em 1 de janeiro de 1899 e vigorará durante tempo indeterminado ; mas cada parte contractante terá o direito de se retirar da União, mediante aviso dado um anno antes por seu Governo ao Governo da Confederação Suissa.

ARTIGO 29

1.—Serão derogadas, a partir do dia em que a presente Convenção for posta em execução, todas as disposições dos tratados, convenções, accordos ou outros actos firmados anteriormente entre os diversos paizes ou Administrações, as quaes não se conciliem com os termos da presente Convenção, sem prejuizo dos direitos reservados pelo art. 21 precedente.

2.—A presente Convenção será ratificada logo que for possível. Os actos de ratificação serão trocados em Washington.

3.—Em firmeza do que os Plenipotenciarios dos paizes acima enumerados assignaram a presente Convenção em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e pelos protectorados allemães :

FRITSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da America Central :

N. BOLET PERAZA.

Pelos Estados Uuidos da America :

GEORGE S. BATCHELLER.

EDWARD ROSERWATER.

JAS. N. TYNER.

N. M. BROOKY.

A. HAZEN.

Pela Republica Argentina :

M. GARCIA MEROU.

Pela Austria :

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pelo Brazil :

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria :

IYO STOYANOVITCH.

Pelo Chile :

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Imperio da China:

Pela Republica da Colombia:

CLIMACO CALDERON.

Pelo Estado Independente do Congo :

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pelo Reino da Coréa :

CHIN POM YE.

Pelo coronel Ho SANG-MIN:

JOHN W. HOYT.

JOHN W. HOYT.

- Pela Belgica :
 LICHTERVELDE.
 STERPIN.
 A. LAMBIN.
 Pela Bolivia :
 T. ALEJANDRO SANTOS.
 Pela Bosnia-Herzegovina :
 DR. KAMLER.
 Pelo Egypto :
 Y. SABA.
 Pelo Ecuador :
 L. F. CARBO.
 Pela Hespanha e colonias
 hespanholas :
 ADOLPHO ROZABAL.
 CARLOS FLOEZ.
 Pela Franca :
 ANSAULT.
 Pelas colonias francezas :
 Ed. DALMAS.
 Pela Grã-Bretanha e diver-
 sas colonias britannicas :
 S. WALDRE.
 H. BUXTON FORMAN.
 C. A. KING.
 Pela India Britannica :
 H. M. KISCA.
 Pelas colonias Britannicas :
 da Australasia :
 JOHN GAVAN DUFFY.
 Pelo Canada :
 WM. WHITE.
 Pelas colonias britannicas da
 Africa do Sul :
 S. R. FRENCH.
 SPENCER TODD.
 Pela Grecia :
 Ed. PÖHN.
 Pela Guatemala :
 J. NOVELLA.
 Pela Republica do Haiti :
 J. N. LEGER.
 Pelas colonias neerlandezas :
 JOHS J. PERKA.
 Pelo Perú :
 ALBERTO FALCON.
 Pela Persia :
 MIRZA ALIACHI KHAN.
 MUSTECHARUL VEZAREH.
 Pela Republica da Costa
 Rica :
 J. B. CALVO.
 Pela Dinamarca e colonias
 dinamarquezas :
 C. SVENDSEN.
 Pela Republica Dominicana :
 Pela Republica do Hawai :
 Pela Hungria :
 PIERRE DE SZALAY.
 G. DE HENNIÉY.
 Pela Italia :
 E. CHARADIA.
 G. C. VINCI.
 E. DELMATI.
 Pelo Japão :
 KENGIRO KOMATSU.
 KWANKICHI YUKAWA.
 Pela Republica da Liberia :
 CHAS HALL ADAMS.
 Pelo Luxemburgo :
 Pelo Sr. Havelaar :
 VAN DER VEEN.
 Pelo Mexico :
 A. M. CHAVEZ.
 S. GARFAS.
 M. ZAPATA-VERA.
 Pelo Montenegro :
 DR. NEUBAUER.
 HABBEGER.
 STIBRAL.
 Pela Noruega :
 TH. HEYERDAHL.
 Pelo Estado Livre de Orange :
 Pelo Paraguay :
 JOHN STEWART.
 Pelos Paizes Baixos :
 Pelo Sr. Havelaar :
 VAN DER VEEN.
 VAN DER VEEN.
 Pela Republica Sul Africana :
 ISAAC VAN ALPHEN.
 Pela Suecia :
 F. H. SCHLYTER.
 Pela Suissa :
 J. B. PIDDA.

Por Portugal e colonias portuguezas:

SANTO-THYRSO.

Pela Roumania:

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pela Russia:

SÉXASTIANOF.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pelo Reino de Sião:

ISAAC TOWNSEND SMITH.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIEBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

Pelo Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUI-

ONDO.

Pelos Estados Unidos da Venezuela:

JOSÉ ANDRADE.

ALEJANDRO YBARRA.

II

PROTOCOLLO FINAL

No momento de se proceder à assignatura das convenções firmadas pelo Congresso Postal Universal de Washington, os Plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte :

I

Foi tomada por termo a declaração feita pela Delegação Britannica em nome do seu Governo, pela qual estendeu este às colonias e protectorados britannicos da Africa do Sul a designação dada pelo art. 27, 5º da Convenção ao « conjunto de todas as outras colonias britannicas ».

II

Em revogação do disposto no art. 6º da Convenção, que fixa em 25 centimos no maximo a taxa do registro, fica ajustado que os Estados fóra da Europa são autorisados a manter o maximo de 50 centimos, inclusive a entrega de um certificado ao remetente.

III

Em revogação das disposições do art. 8 da Convenção, fica ajustado, como medida transitoria, que as Administrações dos paizes fóra da Europa, cuja legislação é actualmente contraria ao principio da responsabilidade, conservarão a faculdade de adiar a applicação desse principio até a data em que obtiverem do Poder Legislativo a respectiva authorisação.

Até então as outras Administrações da União não serão obrigadas a pagar indemnização pela perda, em seus respectivos serviços, de objectos registrados destinados aos ditos paizes ou delles procedentes.

IV

A' Republica Dominicana, que faz parte da União Postal mas não se fez representar no Congresso, ficará aberto o protocollo afim de adherir às convenções que forem alli firmadas, ou sómente a uma dellas.

O protocollo ficará igualmente aberto em favor do Imperio da China, cujos delegados no Congresso declararam a intenção desse paiz de entrar para a União Postal, a partir de uma data que seria ulteriormente fixada.

Ficará tambem aberto ao Estado Livre de Orange, cujo representante manifestou a intenção deste paiz de adherir á União Postal Universal.

V

O protocollo fica aberto em favor dos paizes cujos representantes só assignaram hoje a Convenção principal ou um certo numero apenas das Convenções aceitas pelo Congresso, afim de que possam adherir as demais convenções firmadas nesta data ou a qualquer dellas.

VI

As adhesões previstas no art. IV precedente deverão ser notificadas ao Governo dos Estados Unidos da America, em forma diplomatica, pelos respectivos Governos. O prazo que lhes é concedido para essa notificação expirará em 1 de outubro de 1898.

VII

Si uma ou algumas das partes contractantes das Convenções Postaes firmadas nesta data em Washington não ratificarem qualquer dessas convenções, tal convenção não deixará por isso de vigorar para os Estados que a tiverem ratificado.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios abaixo assignados lavraram o presente protocollo final, que terá a mesma força e valor como si suas disposições estivessem inseridas no proprio texto das Convenções a que elle se refere, e o firmaram em um exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Estados Unidos da America, e do qual será remettida uma cópia a cada um dos paizes contractantes.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protecto-
rados allemães:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da
America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pelos Estados Unidos da
America:

GEORGE S. BATCHELLER.

EDWARD ROSEWATER.

JAS. N. TYNER.

N. M. BROOKS.

A. D. HAGEN.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉRQU.

Pela Bulgaria:

IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chili:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Imperio da China:

Pela Republica da Colom-
bia:

CLIMACO CALDERON.

Pelo Estado Independente
do Congo:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pelo Reino da Coréa:

CHUN P'OM YE.

Pelo coronel Ho SAY MIN.

JOHN W. HOYT.

- Pela Austria:
DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.
- Pela Belgica:
LICHTERVELDE.
STERPIN.
A. LAMBIN.
- Pela Bolivia:
F. ALEJANDRO SANTOS.
- Pela Bosnia Herzegovina:
DR. KAMLER.
- Pelo Brazil:
A. FONTOURA XAVIER.
- Pela Hespanha e colonias hes-
panholas:
ADOLFO ROZABAL.
CARLOS FLOREZ.
- Pela França:
ANSAULT.
- Pelas colonias francezas:
ED. DALMAS.
- Pela Grã-Bretanha e diversas
colonias britannicas:
S. WALPOLE.
H. BUXTON FORMAN.
C. A. KING.
- Pela India Britannica:
H. M. KISCH.
- Pelas colonias britannicas da
da Australasia:
JOHN GAVAN DUFFY.
- Pelo Canada:
WM. WHITE.
- Pelas colonias britannicas da
Africa do Sul:
S. R. FRENCH.
SPENCER TODD.
- Pela Grecia:
ED. HÖHN.
- Pela Guatemala:
J. NOVELLA.
- Pela Republica do HAITI:
J. N. LEGER.
- Pela Republica do Hawaii:
Pela Hungria:
PIERRE DE SZALAY.
G. DE HENNYEY.
- Pela Persia:
MIRZA ALIJIAGHI KHAN.
MUSTECHARUL VEZEH.
- Pela Republica da Costa
Rica:
J. B. CALVO.
- Pela Dinamarca e colonias
dinamarquezas:
C. SVENDSEN.
- Pela Republica Dominicana:
- Pelo Egypto:
Y. SABA.
- Pelo Equador:
L. F. CARBO.
- Pela Italia:
E. CHIARADIA.
G. C. VINCI.
E. DELMATI
- Pelo Japão:
KENJIRO KOMATSU.
KWANKICHI YUKAWA.
- Pela Republica de Liberia:
CHAS. HALL ADAMS.
- Pelo Luxemburgo:
Pelo SR. HAVELAAR.
VAN DER VEEN.
- Pelo Mexico:
A. N. CHAVEZ.
S. GARFIAS.
M. ZAPATA-VERA.
- Pelo Montenegro:
DR. NEUBAUER.
HABBERGER.
STIBRAL.
- Pela Noruega:
THB. HEYERDAHL.
- Pelo Estado Livre de
Orange:
- Pelo Paraguay:
JOHN STEWART.
- Pelos Paizes Baixos:
Pelo SR. HAVELAAR:
VAN DER VEEN.
VAN DER VEEN.
- Pelas colonias neerlandezas:
JOHN J. PERKD.
- Pelo Perú:
ALBERTO FALCON.
- Pela Suécia:
F. H. SCHUYTERU.

Por Portugal e colonias por- tuguezas:	Pela Suissa :
SANTO THYRSO.	J. B. Pioda.
Pela Roumania:	A. STAGER.
C. CHIRU.	C. DELESSERT.
R. PREDA.	Pela Regencia de Tunis:
Pela Russia:	THIEBAUT.
SÈVASTIANOF.	Pela Turquia :
Pela Servia:	MOUSTAAPHA.
PIERRE DE SZALAY.	A. FAHRI.
G. DE HENNYEY.	Pelo Uruguay:
Pelo Reino de Sião:	PRUDENCIO DE MURGUIONDO.
ISAAC TOWNSED SMITH.	Pelos Estados Unidos de Vene- zuela :
Pela Republica Sul Africana:	JOSÉ ANDRADE.
ISAAC VAN ALPHEN.	ALEJANDRO YBARRA.

III

REGULAMENTO DE DETALHE E DE ORDEM PARA
EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO

Firmada entre a Allemanha e protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Imperio da China, Republica da Colombia, Estado Independente do Congo, Reino da Coreia, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, França, Colonias francezas, Grã-Bretanha e diversas Colonias britannicas, India britannica, Colonias britannicas da Australasia, Canada, Colonias britannicas da Africa do Sul, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica do Havai, Hespanha e colonias hespanholas, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Noruega, Estado Livre de Orange, Paraguay, Paizes Baixos, Colonias neerlandezas, Peru, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Reino de Sio, Republica Sul-Africana, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados, em vista do art. 20 da Convenção Postal Universal, firmada em Washington a 15 de junho de 1897, approvaram de commun accordo as medidas seguintes, para assegurar a execução da dita Convenção.

I

DIRECÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS

1. — Cada Administração é obrigada a expedir, pelas mais rapidas vias de que possa dispôr para as suas proprias remessas, as malas fechadas e as correspondencias avulsas que lhe forem entregues por outra Administração.

2. — As Administrações que usarem da faculdade de cobrar taxas supplementares, que representem despesas extraordinarias inherentes a certas vias, poderão deixar de dirigir por essas vias, quando haja outros meios de comunicação, as correspondencias insufficientemente franqueadas para as quaes o emprego das ditas vias não tenha sido expressamente reclamado pelos remetentes.

II

TROCA EM MALAS FECHADAS

1. — A troca das correspondencias em malas fechadas entre as Administrações da União será regulada de commun accordo

e segundo as necessidades do serviço entre as Administrações interessadas.

2. — Si se tratar de troca que tenha de ser feita por intermedio de um ou mais paizes, as Administrações desses paizes deverão ser prevenidas em tempo opportuno.

3. — E', além disso, obrigatorio, neste ultimo caso, organizar malas fechadas, sempre que o numero das correspondencias for tal que embarace as operações de uma Administração intermedia, segundo a declaração desta Administração.

4. — Em caso de mudança em um serviço de troca de malas fechadas, estabelecido entre duas Administrações, por intermedio de um ou de varios outros paizes, a Administração que provocar a mudança deverá dar conhecimento ás Administrações dos paizes por cujo intermedio ella se effectuar.

III

SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Os serviços extraordinarios da União, que dão lugar ás despesas especiaes, cuja fixação, pelo art. 4 da Convenção, é reservada a accordo entre as Administrações interessadas, são exclusivamente:

1.º Os que são mantidos para o transporte territorial accelerado da mala *das Indias* ;

2.º O que a Administração dos Correios dos Estados Unidos da America mantem em seu territorio para o transporte das mallas fechadas entre o Oceano Atlantico e o Oceano Pacifico ;

3.º O que está estabelecido para o transporte das malas pela estrada de ferro entre Colon e Panamá.

IV

FIXAÇÃO DAS TAXAS

1. Em execução do art. 10 da Convenção, as Administrações dos paizes da União que não tiverem o franco por unidade monetaria cobrarão suas taxas conforme os seguintes equivalentes:

PAIZES DA UNIÃO	25 centimos	10 centimos	5 centimos
Allemanha	20 pfennig. . . .	10 pfennig	5 pfennig.
Protectorados allemães			
Territorio de Cameroun, Companhia da Nova Guiné, Territorio de Togo, Territorio da Africa do Sud-Oeste, Territorio da Africa Oriental e Territorio das Ilhas Marshall	20 pfennig. . . .	10 pfennig	5 pfennig.
Argentina (Republica).	8 centavos	4 centavos	2 centavos.
Austria-Hungria	10 kreuzer. . . .	5 kreuzer	3 kreuzer.
Bolivia.	10 centavos	4 centavos	2 centavos.
Bosnia-Herzegovina	10 kreuzer	5 kreuzer	3 kreuzer.
Brazil	100 réis	50 réis	25 réis.
Canada	5 centavos. . . .	2 cents	1 cent.
Chile	6 cents	2 centavos	1 centavo.
Colombia	5 centavos. . . .	2 centavos	1 centavo.
Corea	25 poon	10 poon	5 poon.
Costa Rica	5 centavos. . . .	2 centavos	1 centavo.
Dinamarca	20 öre	10 öre	5 öre.
Colonias dinamarquezas			
Groenlandia.	20 öre	10 öre	5 öre.
Antilhas dinamarquezas.	5 cents	2 cents	1 cent.
Dominicana (Republica)	5 centavos. . . .	2 centavos	1 centavo.
Egypto.	1 piastre	5 millesimos de libra	2 millesimos de libra.
Equador	5 centavos. . . .	2 centavos	1 centavo.
Estados Unidos da America	5 cents	2 cents	1 cent.
Grã-Bretanha	2 ½ pence. . . .	1 penny	½ penny.
Colonias britannicas			
Antigua, Bahamas (ilhas), Barbadas, Bermudas, Costa de Ouro, Dominica, Falkland (ilhas), Gambia, Granada, Jamaica, Lagos, Malta, Montserrat, Natal, Nevis, S. Christovão, Santa Lucia, S. Vicente, Serra Leoa, Tabago, Trindade, Turcas (ilhas) e Virgens (ilhas).	2 ½ pence. . . .	1 penny	½ penny.
Guyana inglesa, Honduras britannica e Terra Nova	5 cents	2 cents	1 cent.
Hong-Kong, British North Borneo e Labuan.	10 cents de dollar.	4 cents de dollar .	2 cents de dollar .
Sarawak e Straits Settlements.	8 cents de dollar.	3 cents de dollar .	1 cent de dollar .
Mauricia (ilha) e dependencias.	18 cent. de rupia.	8 cent. de rupia .	4 cent. de rupia.

100 millesimos de libra ou 20

PAIZES DA UNIÃO	25 centimos	10 centimos	5 centimos
Colonias britannicas			
Ceylão	15 cent. de rupia.	6 cent. de rupia.	3 cent. de rupia.
Cabo da Boa Esperança	2 ½ pence . . .	1 penny. . . .	½ penny.
Zanzibar e Africa Oriental	2 ½ annas. . . .	1 anna	½ anna.
Ascensão e Santa Helena	2 ½ pence . . .	1 penny. . . .	½ penny.
Australasia	2 ½ pence . . .	1 penny. . . .	½ penny.
Guatemala.	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
Haiti	5 centavos de pi- astra	2 centavos de pi- astra	1 centavo de pi- astra.
Havaí.	5 cents	2 cents	1 cent.
Colonias hespanholas			
Cuba, Porto Rico, ilhas Philippinas e dependencias e estabelecimentos do golpho de Guiné	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
India britannica.	2 ½ annas. . . .	1 anna	½ anna.
Japão	5 sen.	2 sen.	1 sen.
Liberia.	5 cents	2 cents	1 cent.
Mexico.	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
Montenegro	10 soldi	5 soldi	3 soldi.
Noruega	20 öre.	10 öre.	5 öre.
Paraguay	5 centavos de peso	2 centavos de peso	1 centavo de peso.
Paizes Baixos e colonias neerlandezas	12 ½ cents. . . .	5 cents	2 ½ cents.
Perú	10 centavos. . .	4 centavos. . .	2 centavos.
Persia	12 shahis. . . .	5 shahis. . . .	3 shahis.
Portugal e colonias portuguezas, excepto a India portugueza e Macão.	50 réis.	20 réis.	10 réis.
India portugueza	2 tangas	10 réis.	5 réis.
Macão.
Republica Maior da America Central	5 centavos. . .	2 centavos. . .	1 centavo.
Russia.	10 kopeks	4 kopeks	2 kopeks.
São.	10 atts.	4 atts.	2 atts.
Sul Africana (Republica).	2 ½ pence . . .	1 penny. . . .	½ penny.
Suecia	20 öre.	10 öre.	5 öre.
Turquia	40 paras. . . .	20 paras. . . .	10 paras.
Uruguay	5 centavos de pi- astra	2 centavos de pi- astra.	1 centavo de pi- astra.

2.—Em caso de mudança de systema monetario em um dos paizes supramencionados ou de modificação importante no valor do sua moeda, a Administração desse paiz devera entender-se com a Administração dos Correios Suissos para modificar os equivalentes. Compete a esta ultima Administração notificar a modificação a todas as outras Administrações da União por intermedio da Secretaria Internacional.

3.—As fracções monetarias resultantes não só do complemento de taxa applicavel ás correspondencias insufficientemente franquizadas, como da fixação das taxas das correspondencias trocadas com paizes extranhos á União ou das combinações das taxas da União com as taxas addicionaes previstas pelo art. 5 da Convenção, poderão ser arredondadas pelas Administrações que effectuarem a sua cobrança; mas a somma que por esse motivo se acrescentar, em nenhum caso poderá exceder ao valor de um vigesimo de franco (cinco centimos).

V

EXCEPÇÕES EM MATERIA DE PESO

Permitte-se, por excepção, que os Estados que, por causa do seu regimen interno, não puderem adoptar o typo de peso decimal metrico, o sub-tituam pela onça de peso (28,3465 grammas), equiparando uma meia onça a 15 grammas e duas onças a 50 grammas, e que elevem, sendo necessario, o limite do porte simples dos jornaes a quatro onças, mas sob a condição expressa de que, neste ultimo caso, a taxa dos jornaes não seja inferior á taxa de 10 centimos, e que se cobre taxa integral por numero de jornal, ainda quando muitos jornaes se achem reunidos em uma mesma remessa.

VI

SELLOS

1.—Os sellos representando as taxas-typos da União ou o seu equivalente na moeda de cada paiz, serão, o quanto possivel, das seguintes côres:

- os sellos de 25 centimos, azul-euro;
- os de 10 centimos, vermelha;
- os de 5 centimos, verde.

2.—Os sellos deverão trazer no averso a inscripção do valor que representam effectivamente para o franqueamento das correspondencias, segundo o quadro dos equivalentes inserto no art. IV precedente.

VII

CORRESPONDENCIA COM OS PAIZES EXTRANHOS Á UNIÃO

As Administrações da União que tiverem relações com paizes a ella extranhos fornecerão ás outras Administrações da União a lista desses paizes com as indicações seguintes:

- 1º, despesas de transito marítimo ou territorial applicaveis ao transporte fóra dos limites da União ;
- 2º, designação das correspondencias admittidas ;
- 3º, franqueamento obrigatorio ou facultativo ;
- 4º, limite, para cada categoria de correspondencias, da validade do franqueamento cobrado (até o destino, porto de desembarque, etc.) ;
- 5º, extensão da responsabilidade pecuniaria em materia de objectos registrados ;
- 6º, possibilidade de admittir os avisos de recebimento ;
- 7º, tanto quanto possível, o preço do franqueamento em vigor no paiz fóra da União com relação ao paiz da União.

VIII

APPLICAÇÃO DOS CARIMBOS

1.—As correspondencias procedentes dos paizes da União serão marcadas com um carimbo que indique o logar o procedencia e a data em que forem postadas no Correio.

2.—A' chegada das correspondencias, o Correio de destino applicará seu carimbo de data no verso das cartas e na frente dos bilhetes postaes.

3.—A applicação dos carimbos nas correspondencias postadas em paquetes nas caixas moveis ou em mãos dos commandantes incumbirá, nos casos previstos pelo § 3 do art. II da Convenção, ao empregado postal embarcado ou, si não o houver, á repartição do Correio a que as correspondencias forem entregues.

Em tal caso, esta applicar-lhes-ha o seu carimbo de data juntando-lhes a declaração *Paquetot*, quer á mão, quer por meio de carimbo ou sinete.

4.—As correspondencias procedentes dos paizes extranhos á União serão marca-las pelo Correio da União, que as receber, com um carimbo que indique o ponto e a data de entrada no serviço do dito Correio.

5.—As correspondencias não franqueadas ou insufficientemente franqueadas, serão além disso marcadas com o carimbo **T** (taxa a pagar), cuja applicação competirá ao Correio do paiz de procedencia, si se tratar de correspondencias procedentes da União, e ao Correio do paiz de entrada, si se tratar de correspondencias procedentes dos paizes extranhos á União.

6.—Os objectos que tiverem de ser enviados por expresso serão marcados com um carimbo, tendo em grandes letras a palavra « *Express* ». As Administrações são contudo autorisadas a substituir este carimbo por um letreiro impresso, ou por uma inscripção manuscrita e sublinhada por lapis de côr.

7.—Todo o objecto de correspondencia sem o carimbo **T** será considerado como franqueado e tratado nessa conformidade, salvo erro evidente.

8.—Aos sellos não obliterados depois do reconhecido erro ou omissão por parte do Correio de origem, deverá a repartição que verificar a irregularidade obliterar-os da maneira usual.

IX

INDICAÇÃO DO NUMERO DE PORTES

Quando uma carta ou qualquer outro objecto de correspondência não franqueado ou insufficientemente franqueado estiver sujeita, em razão do seu peso, a mais de um porte simples, o Correio de procedencia ou de entrada na União, conforme o caso, indicará, no angulo esquerdo superior do sobrescripto, em algarismos ordinarios, o numero dos portes do objecto.

X

FRANQUEAMENTO INSUFFICIENTE

1.—Quando um objecto estiver insufficientemente franqueado por meio de sellos, o Correio expedidor indicará, em algarismos pretos, postos ao lado dos sellos, o importe da insufficiencia, exprimindo-o em francos e centimos.

2.—Segundo esta indicação, o Correio do paiz destinatario taxará o objecto no dobro da insufficiencia verificada.

3.—Quando os sellos empregados não tiverem valor para o franqueamento, não serão tomados em consideração. Esta circumstancia será indicada pelo algarismo zero (0), posto ao lado dos sellos.

XI

ACONDICIONAMENTO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Os objectos de correspondencia dirigidos sob iniciaes e os que trouxerem endereço escripto a lapis não serão admittidos a registro.

2.—Nenhuma condição especial de forma ou de fechamento se exige para os objectos registrados. Cada Correio terá a faculdade de applicar a essas remessas as regras estabelocidas em seu serviço interno.

3.—Os objectos registrados deverão levar um rotulo conforme ou analogo ao modelo A annexo ao presente Regulamento, com indicação do nome do Correio de procedencia e do numero de ordem sob o qual a remessa for escripta no registro do mesmo Correio.

Todavia, é permittido ás Administrações, cujo regimen interno se oppõe actualmente ao emprego de rotulos, adiar a execução dessa medida e continuar a empregar os carinhos para a designação dos objectos registrados.

Comtudo será de rigor designar cada objecto registrado por um numero de ordem.

Si os regulamentos internos de um Correio reexpedidor empregarem a designação dos objectos registrados por um novo numero de ordem, deverá esse Correio traçar o numero original, tendo, porém, o cuidado de deixal-o bem legivel.

4.— Os objectos registrados, não franqueados ou insufficientemente franqueados, serão remettidos sem taxa aos destinatarios, mas o Correio que receber um objecto em taes condições será obrigado a assignar o caso por um boletim de verificação à Administração de que depender o Correio de procedencia. O dito boletim deverá indicar com toda a exactidão a procedencia, data da entrega ao Correio e numero do objecto.

Esta prescripção não se applicará aos objectos registrados que por motivo de reexpedição se tornarem sujeitos a uma taxa superior. Estes ultimos objectos serão tratados de conformidade com as disposições do § 2º do art. XXV do presente Regulamento.

XII

INDEMNISAÇÃO POR PERDAS E OBJECTOS REGISTRADOS

Quando a indemnisação devida pela perda de um objecto registrado tiver sido paga por uma Administração, por conta de outra tornada responsavel, esta será obrigada a reembolsar a quantia, no prazo de tres mezes, depois de aviso de pagamento. Este reembolso se effectuará quer por meio de um vale postal ou de uma letra, quer em especies que tenham curso no paiz credor. Quando o reembolso da indemnisação comportar despesas, estas correrão sempre por conta do Correio devedor.

XIII

AVISOS DE RECEBIMENTO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Os objectos cujo remettente exigir aviso de recebimento deverão conter a inscripção bem visivel « Avis de réception », ou a impressão de um carimbo contendo : A. R.

2.—Serão acompanhados de uma formula conforme ou analoga ao modelo B annexo, a qual será organizada pelo Correio de procedencia ou por qualquer outro que for designado pelo Correio remettente, e será junta, por meio de barbante amarrado em cruz, ao objecto a que se referir. Si a dita formula não chegar ao Correio de destino, organizará este, *ex-officio*, um novo aviso de recebimento.

Os avisos de recebimento deverão ser formulados em francez ou trazer uma traducção sublinear nessa lingua.

3.—O Correio de destino, depois de ter devidamente preenchido a formula B, reenvial-a-ha encapada e sob registro *ex-officio* ao Correio de procedencia.

4.—Quando o remettente exigir aviso de recebimento de um objecto registrado posteriormente á entrega, ao Correio, de tal objecto, a repartição de procedencia reproduzirá em formula B, previamente revestida de um sello representativo da taxa de aviso de recebimento, a descripção exactissima do objecto registrado (natureza do objecto, Correio de procedencia, data da sua entrega a este, numero, sobrescripto). Esta formula será transmittida de Administração a Administração com indicação da mala em que o objecto registrado que se reclama foi entregue na Administração correspondente.

O Correio de destino preencherá a formula e a reenviará ao Correio de procedencia do modo prescripto pelo § 3 precedente.

5.—Si o aviso de recebimento, regularmente exigido pelo remettente no momento de postar o objecto respectivo, não houver chegado ao Correio de origem nos prazos determinados, proceder-se-ha, para reclamar o aviso em questão, conforme as regras estabelecidas no § 4 precedent. Todavia, neste ultimo caso, em lugar de revestir de um sello a formula B, o Correio de procedencia mencionará no alto: « Reclamação de aviso de recebimento, etc. »

XIV

OBJECTOS REGISTRADOS SUJEITOS Á COBRANÇA

1.—Os objectos registrados sujeitos á cobrança deverão levar a impressão de um carimbo ou de um rotulo com a palavra « Remboursement ».

2.— A importancia da cobrança deverá ser enunciada na moeda do paiz do destino no verso do objecto em caracteres latinos, por extenso e em algarismos, sem emendas nem rasuras. O remettente deverá indicar por baixo seu nome e endereço, igualmente em caracteres latinos.

3.— Si o destinatario não pagar a importancia da cobrança no prazo de sete dias nas relações entre paizes da Europa, e no prazo de 15 dias nas relações dos paizes da Europa com os paizes fora della e destes ultimos paizes entre si, a partir do dia immediato ao da chegada ao Correio destinatario, o objecto será reexpedido ao Correio de procedencia.

4.— Salvo outro ajuste, a somma cobrada, deduzido o premio previsto no art. 7, § 2, da Convenção e a taxa ordinaria dos vales postaes, será convertida em um vale postal contendo no alto do verso a indicação « Remb. » e organizado, no que respeita ao mais, de conformidade com o Regulamento de execução do accordo relativo ao serviço dos vales postaes. Deverão ser mencionados no canhoto do vale o nome e endereço do destinatario do objecto, assim como o logar e a data em que o mesmo objecto foi entregue ao Correio.

5.— Salvo ajuste em contrario, os objectos sujeitos á cobrança poderão ser reexpedidos de um dos paizes que tomarem parte nesse serviço para outro de taes paizes. Em caso de reexpedição,

o objecto conservará intacto o pallido original de cobrança, tal qual foi formulado pelo proprio remettente. A Administração do destino definitivo será a unica que deverá proceder á conversão em sua moeda da importancia da cobrança, segundo a taxa em vigor para os vales postaes, no caso em que não tiver o mesmo systema monetario que aquelle em que é expressa a cobrança; compete-lhe tambem converter a cobrança em um vale contra o paiz de procedencia.

XV

BILHETES POSTAES

1.—Os bilhetes postaes deverão ser expedidos a descoberto e conter, no alto do anverso, a designação « Bilhete Postal » expressa de modo visivel em lingua franceza ou com uma traducção sublinear nessa lingua. Essa designação será seguida, tanto quanto possivel, das indicações « União Postal Universal » (isto reservado ao endereço). O resto do anverso será reservado aos sellos de franqueamento, ás indicações relativas ao serviço postal (registrado, aviso de recebimento, etc.) e ao endereço do destinatario, o qual poderá ser escripto á mão ou figurar em um rotulo collado que não exceda a dous centímetros sobre cinco.

Quando o remettente servir-se para o estrangeiro de um bilhete postal do serviço interno, dar-se-ha curso ao mesmo bilhete, contanto que elle mencione ou o titulo, impresso ou escripto, « Bilhete Postal », ou o equivalente desse titulo na lingua do paiz de procedencia.

Além disso, o remettente terá a faculdade de indicar no anverso o seu nome e endereço, quer por escripto, quer por meio de carimbo, chancellia ou qualquer outro processo typographico.

No anverso poderão ser impressos vinhetas e annuncios (*reclames*). Todavia, taes annuncios e vinhetas não deverão de qualquer forma prejudicar a indicação clara do endereço, nem a apposição dos sellos e dizeres do serviço postal.

A excepção dos sellos de franqueamento e dos rotulos mencionados nos §§ 1 e 4 do presente artigo, será prohibido juntar ou ligar aos bilhetes postaes quaesquer objectos.

2.—Os objectos postaos não poderão exceder as dimensões seguintes : comprimento, 14 centímetros ; largura, 9 centímetros.

3.—Os bilhetes postaes com resposta paga deverão apresentar no anverso, como titulo, na primeira parte: « Bilhete postal com resposta paga »; na segunda: « Bilhete postal resposta. » Cada uma das duas partes deverá, além disso, preencher as outras condições impostas ao bilhete postal simples ; serão dobradas, uma sobre a outra, e não poderão ser fechadas de uma forma qualquer.

4.—Será permittido ao remettente de um bilhete postal com resposta paga mencionar seu nome e endereço no anverso da parte « Resposta », quer por escripto, quer collando nella um rotulo.

5.—O franqueamento da parte «Resposta» por meio do sello do paiz que emittiu o bilhete só será válido, si as duas partes do bilhete postal com resposta paga chegarem adheridas do paiz de procedencia e si a parte «Resposta» for expedida com destino a esse paiz. Nos outros casos elle será tratado como bilhete postal não franqueado.

6.—Os bilhetes postaes simples e os de resposta paga provenientes da industria particular serão admittidos á circulação internacional, contanto que a legislação do paiz de procedencia o permitta, que elles preencham as condições determinadas no presente artigo para a redução de preço, nas permutas de paiz para paiz, a que tem direito os bilhetes emittidos pelas Administrações postaes e que estejam de accordo, no que diz respeito ao formato e consistencia, com os bilhetes emittidos pela Administração de procedencia.

7.—Os bilhetes postaes que não satisfizerem, quanto ás indicações prescriptas, dimensões, forma exterior, etc., as condições impostas pelo presente artigo a essa categoria de objectos, serão tratados como cartas.

Contudo, os bilhetes postaes dirigidos originariamente ao interior do paiz de procedencia e reexpedidos para outros paizes poderão gosar da redução de preço, si preencherem as condições prescriptas para a circulação dos bilhetes postaes no interior do paiz de procedencia e não excederem ás dimensões fixadas no § 2 precedente.

XVI

PAPEIS DE NEGOCIO

(*Manuscriptos*)

1.—São considerados como papeis de negocio (*manuscriptos*) e como taes gosarão da moderação de taxa prescripta pelo art. 5º da Convenção, todas as peças e os documentos escriptos ou desenhados à mão no todo ou em parte, que não tiverem o caracter de *correspondencia actual e pessoal*, como: os autos judiciaes, os actos de qualquer genero lavrados por agentes ministeriaes, as guias de carga ou conhecimentos, as facturas, os differentes documentos de serviço das companhias de seguro, as cópias ou extractos de escripturas particulares passadas em papel sellado ou não sellado, as partituras ou folhas de musica manuscriptas, ou manuscriptos de obras ou de jornaes expedidos isoladamente, os themas corrigidos de estudantes, com exclusão de qualquer apreciação sobre o trabalho, etc.

2.—Os papeis de negocio (*manuscriptos*) estarão sujeitos, no que diz respeito à forma e ao acondicionamento, ás disposições prescriptas para os impressos (art. XVIII seguinte).

XVII

AMOSTRAS

1.—As amostras de mercadorias só gosarão da moderação de taxa que lhes é concedida pelo art. 5.º da Convenção, nas condições seguintes:

8.—Deverão ser collocadas em saccos, caixas ou envoltorios moveis, de maneira que permitta facil verificação.

3.—Não poderão ter valor mercantil, nem levar nota manuscrita que não seja o nome ou a firma social do remetente, o endereço do destinatario, uma marca de fabrica ou de negociante, numeros de ordem, preços e indicações relativas ao peso, à medida e à dimensão, assim como á quantidade disponível, ou as que foram necessarias para precisar a proveniencia ou a natureza da mercadoria.

4.—Os objectos de vidro, os que contiverem liquidos, oleos, corpos gordurosos, pós seccos, colorantes ou não, assim como as remessas de abelhas vivas, poderão ser admittidos ao transporte como amostras de mercadorias, comtanto que sejam acondicionados da seguinte maneira:

1.º Os objectos de vidro deverão ser acondicionados solidamente (caixa de metal, de madeira, de couro ou de papelão) de modo que evitem qualquer risco para as correspondencias e os empregados.

2.º Os liquidos, oleos e corpos de facil liquefacção deverão ser inseridos em frascos de vidro hermeticamente arrolhados. Cada frasco deverá ser collocado em uma caixa de madeira guarnecida de serradura de madeira, de algodão, ou de substancia esponjosa em quantidade sufficiente para absorver o liquido, no caso de quebrar-se o frasco. Finalmente, a propria caixa deverá ser encerrada em um estojo de metal, de madeira, com tampa de parafusos ou de couro forte e espesso.

Quando se empregarem pedaços de madeira perfurados, tendo pelo menos 2 1/2 millimetros na parte mais fragil, sufficientemente guarnecidos no interior com materias absorventes e munidas de tampa, não será necessario que essas peças de madeira sejam encerradas em um segundo estojo.

3.º Os corpos gordurosos de facil liquefacção, taes como unguentos, sabão, resinas, etc., cujo transporte apresenta menores inconvenientes, deverão ser postos em um primeiro envoltorio (caixa, sacco de panno, pergaminho, etc.), o qual será collocado em uma segunda caixa de madeira, metal ou couro forte e espesso.

4.º Os pós seccos, colorantes ou não, deverão ser collocados em caixas de papelão, as quaes, por sua vez, serão collocadas em um sacco de panno ou de pergaminho.

5.º As abelhas vivas deverão ser encerradas em caixas distostas de maneira que evite qualquer perigo e permitta a verificação do conteúdo.

5.— Serão igualmente admittidos á tarifa das amostras os objectos de historia natural, animaes e plantas, seccoos ou conservados, specimens geologicos, etc., cuja remessa não for feita com um fim mercantil e cujo acondicionamento se achar de accordo com as prescripções geraes relativas ás amostras de mercadorias.

XVIII

IMPRESSOS

1.— São considerados como impressos e como taes gosarão da moderação de taxa prescripta pelo art. 5.^o da Convenção: os jornaes e obras periodicas, os livros brochados ou encadernados, as brochuras, os papeis de musica, os cartões de visita, os cartões de endereço, as provas de imprensa, com ou sem os manuscritos a ellas relativos, os papeis com signaes em relevo para uso dos cegos, as gravuras, as photographias e os albuns contendo photographias, as imagens, os desenhos, planos, cartas geographicas, catalogos, prospectos, annuncios e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados ou autographados, e, em geral, quaesquer impressões ou reproduções obtidas sobre papel, pergaminho ou cartão, por meio da typographia, da gravura, da lithographia e da autographia ou de qualquer outro processo mecanico facil de reconhecer, excepto a contraprova e a machina de escrever.

Serão assimiladas aos impressos as reproduções de uma cópia-tipo feita á mão ou á machina de escrever quando forem obtidas por um processo mecanico de polygraphia (chromographia, etc.); mas, para gosarem da moderação de porte, essas reproduções deverão ser postadas no numero minimo de vinte exemplares, perfeitamente identicos.

2.— São excluidos da moderação de taxa os sellos ou formulas de franquia, obliterados ou não, assim como quaesquer impressos que representem um valor.

3.— Não poderão ser expedidos com redução de taxa os impressos cujo texto tenha sido modificado depois da tiragem, quer á mão, quer com o auxilio de um processo mecanico, ou tenha sido revestido de quaesquer signaes constitutivos de uma linguagem convencional.

4.— Como excepção á regra determinada pelo § 3, precedente, será permittido:

a) indicar no exterior da remessa o nome, a firma commercial e o domicilio do remittente;

b) acrescentar á mão, nos cartões de visita impressos, o endereço do remittente, seu titulo, bem como felicitações, cumprimentos, agradecimentos, pezames ou outras formulas de cortezia, expressos em cinco palavras no maximo ou por meio de iniciaes convencionaes;

c) indicar ou modificar no proprio impresso, á mão ou por um processo mecanico, a data da expedição, a assignatura ou a

firma commercial e a profissão, assim como o domicilio do remetente ;

d) acrescentar nas provas corrigidas o manuscrito e fazer nessas provas as mudanças e addições relativas á correção, á forma e á impressão. No caso em que não haja espaço, essas addições poderão ser feitas em folhas especiaes ;

e) corrigir erros de impressão em outros impressos que não forem provas ;

f) riscar certos trechos de um texto impresso para tornal-os illegiveis ;

g) fazer sobresahirem por meio de traços as passagens de um texto para as quaes se deseje chamar a attenção ;

h) mencionar ou corrigir com a penna ou processo mecanico os algarismos das listas de preços correntes, annuncios, cotações da praça, circulares do commercio e prospectos, bem como, nos bilhetes de passagem, o nome do passageiro, a data e o nome da localidade por onde elle pretende passar ;

i) indicar á mão, nos avisos relativos ás sahi'as de navios, a data dessas sahi'as ;

k) indicar nos cartões de convite ou de convocação o nome do convidado, a data, o fim e o logar da reunião ;

l) acrescentar uma delicatoria nos livros, papeis de musica, jornaes, photographias, gravuras, cartões de «boas festas» e bem assim a factura relativa ao proprio objecto ;

m) nos boletins de encomendas ou de assignaturas relativos a obras de livreria, livros, jornaes, gravuras, trechos de musica, indicar á mão as obras pedidas ou offerecidas e riscar ou sublinhar no todo ou em parte as communicações impressas ;

n) pintar figurinos, cartas geographicas, etc. ;

o) acrescentar á mão ou por processo mecanico nos retalhos dos jornaes e publicações periodicas o titulo, data, numero e endereço da publicação da qual houver sido extrahido o artigo.

5.—Salvo as excepções explicitamente autorizadas pelo presente artigo, serão prohibidas addições feitas á penna ou por processo mecanico que tirem ao impresso o character de generalidade e lhe derem o de correspondencia individual.

6.—Os impressos deverão ser, quer cintados ou enrolados e postos entre cartões, em um estojo aberto dos dous lados ou nas duas extremidades, ou em um envoltorio não fechado, quer simplesmente dobrados de modo que não seja dissimulada a natureza do objecto, ou, enfim, ligados por um barbante facil de desatar.

7.—Os cartões de endereço e quaesquer impressos que apresentem a firma e a consistencia de um cartão não dobrado poderão ser expedidos sem cinta, envoltorio, atadura ou dobra. O anverso será reservado ao sello do franqueamento ás indicações relativas ao serviço postal e ao endereço do destinatario. O remetente terá a faculdade de indicar nessa parte seu nome, profissão e endereço por meio de carimbo, chancella ou qualquer outro processo typographico. Os boletins

de livreria poderão, além disso, conter a indicação impressa «Boletins de livreria» ou «Encomenda de livreria».

8.—Os bilhetes que tiverem o titulo «bilhete postal» não serão admittidos á tarifa dos impressos.

XIX

OBJECTOS AGRUPADOS

E' permittido reunir em uma mesma remessa amostras de mercadorias, impressos e papeis de negocio (manuscriptos), mas sob reserva das condições seguintes :

1.^a Que cada objecto tomado isoladamente não exceda os limites que lhe são applicaveis quanto ao peso e quanto á dimensão ;

2.^a Que o peso total não exceda a dous kilogrammas em cada remessa ;

3.^a Que a taxa seja no minimo de 25 centimos, si a remessa contiver papeis de negocios (manuscriptos) e de 10 centimos, si se compuzer de impressos e amostras.

XX

FOLHAS DE AVISO

1.—As *folhas de aviso* que acompanharem as malas trocadas entre duas Administrações da União serão iguaes ao modelo C junto ao presente Regulamento. Serão incluídas em sobrecartas de côr contendo distinctamente a indicação *Feuille d'avis*.

2.—Indicar-se-ha, em tal caso, no angulo direito superior o numero dos saccoes ou dos pacotes separados de que se compuzer a expedição a que se refere a folha de aviso. Salvo ajuste em contrario, nas relações por mar que, embora periodicas e regulares, não admittirem troca quotidiana ou em dia fixo, os Correios expedidores deverão numerar as folhas de aviso no angulo esquerdo superior, em uma serie annual de cada Correio de procedencia e para cada Correio de destino, mencionado, tanto quanto possível, abaixo do numero, o nome do paquete ou do navio que levar a mala.

3.—Dever-se-ha mencionar no alto da folha de aviso o numero total dos objectos registrados, pacotes ou saccoes, que contiverem os ditos objectos, objectos registrados *par fora*; objectos que tenham de ser remettidos por expressos, distinguindo-se entre estes ultimos, si for caso para isso, os objectos registrados.

4.—Os objectos registrados serão inscriptos individualmente no quadro n. 1 da folha de aviso, com os seguintes pormenores : nome do Correio de procedencia e numero de lançamento do objecto nesse Correio, ou : nome do Correio de procedencia, nome do destinatario e logar do destino.

Na columna « Observações » a indicação A. R. será accrescentada em frente do lançamento dos objectos de que houver pedido de aviso de recebimento. Na mesma columna, a indicação « Remb », seguida da indicação em algarismos da importancia da cobrança, será accrescentada em frente do lançamento dos objectos registrados sujeitos à cobrança.

Os avisos de recebimento de volta serão lançados no quadro citado quer individualmente quer em globo, conforme esses avisos sejam mais ou menos numerosos.

5.— Quando o total dos objectos registrados expedidos habitualmente de um para outro Correio o permittir, dever-se-ha fazer uso de uma ou de varias listas especiaes e avulsas para substituir o quadro n. 1 da folha de aviso.

O total dos objectos registrados mencionados nessas listas, o total das listas e o dos pacotes ou saccos que contenhão taes objectos deverão ser mencionados na folha de aviso.

6.— No quadro n. II mencionar-se-hão, com os pormenores que esse quadro permittir, as malas fechadas incluídas na remessa directa a que a folha de aviso se referir.

7.— Sob a rubrica « Recommendations d'office », serão mencionadas as cartas de serviço abertas, as communicações ou recommendações diversas do Correio expedidor relativamente ao serviço de permuta, bem como o total dos saccos vãos devolvidos.

8.— Quando se julgar necessario, para certas relações, crear outros quadros ou rubricas na folha de aviso, esta medida poderá ser realizada de commum accordo entre as Administrações interessadas.

9.— Quando algum Correio não tiver objecto a remetter para outro correspondente, não deixará por isso de enviar-lhe, na fórma ordinaria, mala que se componha unicamente de uma folha de aviso negativa.

10.— Em caso de malas fechadas confiadas por uma Administração a outra, para serem transmittidas por meio de navios mercantes, o total ou o peso das cartas e outros objectos deverá ser indicado na folha de aviso e no endereço dessas malas quando a Administração encarregada de effectuar o embarque das ditas malas o pedir.

XXI

TRANSMISSÃO DOS OBJECTOS REGISTRADOS

1.— Os objectos registrados, os avisos de recebimento, os objectos impressos e, dado o caso, as listas especiaes previstas no § 5 do artigo XX, serão reunidos em um ou varios pacotes ou saccos distinctos, que deverão ser convenientemente envolvidos ou fechados e lacrados de modo que preserve o seu conteúdo.

Os objectos registrados serão collocados em cada pacote pela sua ordem de lançamento. Quando houver diversas listas avulsas,

cada uma dellas será inserida no pacote que contiver os objectos registrados respectivos.

2.—Ao pacote de objectos registrados será ligada exteriormente, por meio de barbante em cruz, a sobrecarta especial contendo a folha de aviso. Em seguida o pacote será collocado no centro da mala.

3.—A existencia na mala, de um pacote de objectos registrados cuja descripção for feita na lista especial, mencionada no precedente § 1, deverá ser annunciada pela applicação, no alto da folha de aviso, ou de uma nota especial, ou do letreiro ou do carimbo de registro em uso no paiz de procedencia.

4.—Fica entendido que o modo de empacotar e transmittir objectos registrados, prescripto pelos precedentes §§ 1 e 2, somente se applica ás relações ordinarias.

Para as relações importantes, cumpre ás Administrações interessadas prescrever, de commun accordo, disposições particulares, sob reserva, em um como em outro caso, das medidas excepçionaes que devam ser tomadas pelos chefes dos Correios de troca, quando tenham de assegurar a transmissão de objectos registrados que, por sua natureza, fórma ou volume, não possam ser incluídos na mala.

Todavia os Correios expedicionarios indicarão, no alto da *folha de aviso*, o numero de objectos registrados que se remetterem na mala por fóra do pacote ou sacco especial, misturados com a correspondencia ordinaria, e farão figurar nas *listas supplementares*, na columna das *observações* as palavras—*En dehors*—(por fóra) em frente de cada objecto.

Esses objectos serão tanto quanto possivel reunidos em pacotes amarrados com barbante, trazendo um letreiro com as palavras, em caracteres bem visiveis «*Recommandés en dehors*», (Registrados por fóra) precedidos de um algarismo indicando o numero dos objectos contidos em cada pacote.

XXII

ORGANISAÇÃO DAS MALAS

1.—Em regra geral, os objectos que compuzerem as malas deverão ser classificados e emmaçados segundo a natureza da correspondencia, separando-se os objectos franqueados dos objectos não ou insufficientemente franqueados.

As cartas apresentando signaes de abertura ou avaria deverão conter uma indicação do facto e levar o carimbo de data do Correio que verificou o facto.

2.—Toda a correspondencia, depois de atada com barbante, será envolvida em quantidade de papel forte sufficiente para evitar qualquer deterioração do conteúdo, atada exteriormente, applicando-se-lhe então o sinete do Correio sobre lacre ou papel gommado. Será munida de um sobrescripto impresso indicando em pequenos caracteres o nome do Correio remetente e, em

caracteres maiores, o nome do Correio destinatario: «*de... pour...*»

3. — Si o volume da correspondencia o admittir, deverá ser esta incluída em um sacco, convenientemente fechado, lacrado o rotulado.

4. — Os pacotes ou saccos que contiverem objectos expressos deverão ter exteriormente uma designação que chame para esses objectos a attenção dos empregados postaes.

5. — Quando se empregarem rotulos de papel, deverão estes ser collocados sobre pranchetas.

6. — O peso de cada sacco não deverá exceder a 40 kilogrammas.

7. — Os saccos deverão ser devolvidos vazioes ao Correio remetente na primeira remessa, salvo outro accordo entre os Correios correspondentes.

XXIII

VERIFICAÇÃO DAS MALAS

1. — O Correio que receber uma mala verificará em primeiro lugar si são exactos os lançamentos feitos na folha de aviso e, dado o caso, na lista dos objectos registrados.

As malas deverão ser entregues em bom estado. Entretanto, o recebimento de uma mala não poderá ser recusado por causa de seu máo estado. Si se tratar de uma mala para outro Correio que não aquelle a que foi entregue, deverá ella ser envolvida de novo, conservando o quanto possível o envoltorio original. Antes de ser a mala novamente envolvida, dever-se-ha verificar o seu conteúdo, si se presumir que este não chegou intacto.

2. — Quando o Correio de destino encontrar erros ou omissões, fará immediatamente as rectificações necessarias nas folhas ou listas, tendo o cuidado de inutilizar as indicações erroneas com um traço de penna, de modo que se possam reconhecer os lançamentos primitivos.

3. — Estas rectificações serão effectuadas por dous empregados em commun. Salvo erro evidente, prevalecerão sobre a declaração original.

4. — Um boletim de verificação, conforme o modelo D, anexo ao presente Regulamento, será organizado pelo Correio destinatario e enviado sem demora, sob registro *ex-officio*, ao Correio expedidor.

Na mesma occasião, uma duplicata do boletim de verificação será enviada pelo Correio destinatario á Administração a que pertencer o Correio expedidor.

No caso previsto no paragrapho 1 do presente artigo, uma cópia do boletim de verificação será incluída na mala que for de novo envolvida.

5. — O Correio expedidor, depois de o examinar, devolverá o boletim com as suas observações, si para estas houver motivo.

6.—Faltando alguma mala, objecto registrado, folha de aviso ou lista especial, o facto será immediatamente testemunhado na forma competente por dous empregados do Correio destinatario e levado ao conhecimento do Correio expedidor por meio do boletim de verificação. Sendo necessario, este ultimo poderá além disso ser avisado por telegramma á custa do Correio que o expedir. Ao mesmo tempo, um boletim de verificação será remetido pelo Correio destinatario á Administração a que pertencer o Correio remetente.

Recentrada que seja uma mala, cuja falta tenha sido communicada ao Correio de prece lencia ou a um Correio intermediario, deverá ser remettido ao mesmo Correio um segundo boletim de verificação communicando o recebimento da dita mala.

7.—Em caso de perda de uma mala fechada, as repartições intermediarias serão responsaveis pelos objectos registrados contidos na mala, nos limites do art.8 da Convenção, sob condição de que lhe tenha sido communicado o mais breve possivel o não recebimento da referida mala.

8.—Quando o Correio destinatario não fizer chegar pelo primeiro Correio á repartição expedidora um boletim de verificação, mencionando quaesquer erros ou irregularidades, a falta desse documento valerá como certificado de recepção da mala e do seu conteúdo, até prova em contrario.

XXIV

MALAS TROCADAS COM OS NAVIOS DE GUERRA

1.—A troca, em malas fechadas, entre uma repartição postal da União e divisões navaes ou navios de guerra da mesma nacionalidade deverá ser notificada, com a maior antecedencia possivel, aos Correios intermediarios.

2.—O subscripto dessas malas será redigido do seguinte modo:
Do Correio de...

Para:

a divisão naval (nacionalidade) de (designação da divisão) em...
o navio (nacionalidade) tal (nome do navio) em...

ou

Da divisão naval (nacionalidade) de (designação da divisão) em...

Do navio (nacionalidade) tal (nome do navio) em...

Para o Correio de...

3.—As malas com destino ou procedentes de divisões navaes ou de navios de guerra serão encaminhadas, salvo indicação de uma via especial no endereço, pelas vias mais rapidas e nas mesmas condições que as malas trocadas entre repartições postaes.

Quando as malas destinadas a uma divisão naval ou a um navio de guerra forem expedidas por fóra, o capitão do navio postal que as transportar pol-as-ha á disposição do commandante da divisão ou do navio de guerra destinatario, para o caso

em que o mesmo commandante venha pedir ao navio em viagem a entrega de taes malas.

4.—Quando os navios não se achem no logar de destino, ao chegarem ali as malas que lhes forem endereçadas, essas malas serão conservadas na repartição postal, aguardando que sejam retiradas pelo destinatario ou reexpedidas para outro ponto. A reexpedição poderá ser pedida, quer pelo o Correio de procedencia, quer pelo commandante da divisão naval ou do navio destinatario, quer finalmente por um consul da mesma nacionalidade.

5.—As malas de quo se trata que tiverem a indicação: «Aos cuidados do consul de...» serão consignadas ao Consulado do paiz da procedencia. Poderão ser ulteriormente, a pedido do consul, readmittidas no serviço postal e reexpedidas para sua procedencia ou para outro destino.

6.—As malas destinadas a um navio de guerra serão consideradas como em transitio até serem entregues ao commandante desse navio de guerra, ainda mesmo que tenham sido primitivamente endereçadas aos cuidados de uma repartição postal ou a um consul encarregado de servir de agente de transporte intermediario; não serão, pois, consideradas como tendo chegado a seu destino, enquanto não tiverem sido entregues ao navio de guerra respectivo.

XXV

CORRESPONDENCIAS REEXPEDIDAS

1.—Em execução do art. 14 da Convenção, salvo as excepções previstas no § 2 do presente artigo, as correspondencias de qualquer natureza dirigidas, na União, a destinatarios que tenham mudado de residencia, serão tratadas pelo Correio distribuidor como si tivessem sido endereçadas directamente do logar da procedencia ao logar do novo destino.

2.—A respeito, quer das correspondencias internas de um dos paizes da União que entrarem em consequencia de reexpedição no territorio de outro paiz da União, quer das correspondencias permutadas entre dous paizes da União que tenham adoptado nas suas relações reciprocas uma taxa inferior á taxa ordinaria da União, mas que entrem, em virtude de reexpedição no territorio de um terceiro paiz da União, para o qual a taxa seja a taxa ordinaria da União, quer, finalmente, das correspondencias permutadas no seu primeiro percurso entre localidades de dous territorios limitrophes, para os quaes existir uma taxa reduzida, mas reexpedidas para outras localidades de taes paizes da União ou para outro paiz a ella pertencente, serão observadas as seguintes regras:

1ª— As correspondencias não franqueadas ou insufficientemente franqueadas no seu primeiro percurso será applicada, pelo Correio distribuidor, a taxa a que estão sujeitas as correspondencias da mesma natureza directamente enviadas do ponto de procedencia do logar ao novo destino.

2.^a—As correspondências, regularmente franqueadas para o primeiro transporte, e cujo complemento de taxa pertencente ao transporte ulterior não tenha sido satisfeito antes da reexpedição, serão sujeitas, segundo a sua natureza, pelo Correio distribuidor, a uma taxa igual à diferença entre o preço de franqueamento já pago e o que teria sido cobrado, si tivessem sido endereçadas primitivamente ao novo destino.

A importância dessa diferença deverá ser expressada em francos e centimos ao lado dos sellos pelo Correio reexpedidor.

Em ambos os casos, as taxas acima previstas deverão ser pagas pelo destinatário, ainda quando, em consequencia de reexpedições successivas, as correspondências voltem ao paiz de procedencia.

3.—Quando objectos primitivamente dirigidos ao interior de um paiz da União e franqueados a dinheiro forem reexpedidos a outro paiz, deverá a repartição indicar, sobre o objecto, a importância da taxa cobrada em numerario.

4.—Os objectos de qualquer natureza mal dirigidos serão, sem nenhuma demora, reexpedidos pela via mais prompta ao seu destino.

5.—As correspondências de qualquer natureza, ordinarias ou registradas, que, tendo um endereço incompleto ou erroneo, forem reenviadas aos expedidores para que o completem ou o rectifiquem, não serão, quando forem de novo postadas com um sobrescripto completado ou rectificado, consideradas como correspondências reexpedidas, porém como novas remessas, e serão, por conseguinte, sujeitas a nova taxa.

XXVI

CORRESPONDENCIAS CAHIDAS EM REFUGO

1.—As correspondências de qualquer natureza cahidas em refugo, por qualquer motivo que seja, deverão ser devolvidas, logo depois dos prazos de espera exigidos pelos regulamentos do paiz destinatario, e, o mais tardar, em um prazo de seis mezes nas relações com os paizes de além-mar e de dous mezes nas relações, por meio dos respectivos Correios e em maço especial com o distico *Rebuts*, levando a indicação do paiz de origem das correspondências. Os prazos de dous a seis mezes contam-se a partir do fim do mez em que as correspondências tenham chegado ao Correio de destino.

2.—Contudo, as correspondências registradas cahidas em refugo serão reenviadas ao Correio de procedencia e como si se tratasse de correspondências registradas com destino a esse paiz, uma vez que, em frente da inscripção nominativa do quadro n. 1 da folha de aviso ou na lista avulsa a menção *Rebuts* seja feita na columna de observações pelo Correio reexpedidor.

3.—Por excepção, duas repartições correspondentes poderão, de commun accordo, adoptar outro modo de devolução de refu-

gos, assim como eximir-se de devolver reciprocamente certos impressos considerados como destituídos de valor.

4.—Antes de devolver ao Correio de procedencia as correspondencias não entregues por qualquer motivo, deverá o Correio destinatario indicar de uma maneira clara e concisa, em lingua franceza, no verso dos mesmos objectos, o motivo da não entrega, sob a forma seguinte: *inconnu, refusé, parti, nonréclamé, décadé*, etc. Esta declaração deve ser feita por meio de um carimbo, ou de um rotulo.

Cada Administração tem a faculdade de acrescentar uma tradução, em sua lingua, do motivo da não entrega e as outras indicações que lhe convierem.

5.—Si as correspondencias postadas em um paiz da União e dirigidas ao interior do mesmo paiz tiverem como remetentes pessoas residentes em outro paiz e, em consequencia da sua não distribuição e de terem cahido em refugio deverem ser devolvidas ao estrangeiro para serem entregues aos seus autores, taes correspondencias serão consideradas como objectos de permuta internacional. Em tal caso, o Correio reexpedidor e o Correio distribuidor applicarão a essas correspondencias as disposições dos §§ 2 e 3 do artigo XXV precedente.

6.—As correspondencias para embarcadicos e outras pessoas, entregadas aos cuidados de um consul e entregues por este ao Correio local por não haverem sido reclamadas, deverão ser tratadas do modo prescripto pelo § 1, relativamente aos refugos em geral. A importancia das taxas cobradas ao consul por essas correspondencias dever-lhe-ha então ser restituída pelo Correio local.

XXVII

RECLAMAÇÃO DE OBJECTOS ORDINARIOS NÃO RECEBIDOS

1.—Toda a reclamação relativa a um objecto de correspondencia ordinaria que não chegue ao seu destino dá lugar ao processo seguinte:

1.º Entregar-se-ha ao reclamante uma formula conforme ao modelo E annexo, pedindo-se-lhe que nella encha, o mais exactamente possível, a parte que lhe diz respeito;

2.º O Correio, onde a reclamação for feita, transmittirá a formula directamente ao Correio correspondente. A transmissão será feita *ex-officio* e sem nenhum escripto;

3.º A repartição correspondente fará apresentar a formula ao destinatario ou ao expedidor, conforme o caso, pedindo-lhe que forneça informações sobre o assumpto;

4.º Munida dessas informações, será a formula reenviada *ex-officio* ao Correio que a tiver organizado;

5.º Quando se reconhecer que a reclamação é fundada, será ella transmittida á Administração Central para servir de base ás investigações ultteriores;

6.º Salvo accordo em contrario, a formula será redigida em francez ou acompanhada de uma traducção franceza.

2.—Qualquer Administração deverá exigir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que as reclamações relativas ao seu serviço sejam transmittidas á sua Administração central ou a um Correio especialmente designado por ella.

XXVIII

RECLAMAÇÕES DE OBJECTOS REGISTRADOS

1.—Para as reclamações de objectos registrados será usada uma formula conforme o modelo F, annexo ao presente regulamento.

A Administração do paiz de procedencia, depois de ter tomado nota das datas de transmissão das correspondencias em questão ao Correio seguinte, transmittirá esta formula á Administração destinataria.

2.—Quando a Administração destinataria puder prestar informações sobre o destino definitivo do objecto reclamado, devolverá á Administração de procedencia a mesma formula, com os esclarecimentos respectivos.

3.—Quando o destino de um objecto que houver transitado a descoberto por diversos Correios não puer ser immediatamente averiguado no Correio do paiz destinatario, a Administração destinataria transmittirá a formula á primeira Administração intermediaria, que, depois de organizar os dados da transmissão, remetterá a reclamação á Administração immediata, e assim por diante até que seja conhecido o destino definitivo do objecto reclamado.

A Administração que effectuar a entrega ao destinatario e que, nesse caso, não tenha realizado essa entrega, nem tão pouco a transmissão regular á outra Administração, certificará o facto na formula e a devolverá á Administração de procedencia.

4.—As formulas F serão redigidas em francez ou conterão uma traducção sublinear nessa lingua.

Essas formulas serão transmittidas sem caracter de correspondencia, em sobrecarta fechada, e sujeitas á formalidade do registro.

Cada Administração terá a faculdade de pedir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que as reclamações relativas a seu serviço sejam transmittidas, ou á sua Administração Central, ou a um Correio especialmente designado, ou, enfim, directamente ao Correio do destino, ou ainda, si ella for unicamente interessada como intermediaria, ao Correio que expedia o objecto.

5.—As disposições precedentes não se applicarão aos casos de expoliação de mala, falta desta, etc., que permittirem uma correspondencia mais extensa entre as Administrações.

XXIX

RETIRADA DE CORRESPONDENCIAS E RECTIFICAÇÃO DE ENDEREÇOS

1.—Para os pedidos de devolução ou reexpedição de correspondencias, assim como para os pedidos de rectificação de endereços, o expedidor deverá servir-se de uma formula, conforme ao modelo G, annexa ao presente Regulamento.

Remettendo essa reclamação á repartição postal, o expedidor deverá justificar a sua identidade e exhibir o certificado do registro, si for caso disso.

Depois da justificação, cuja responsabilidade será assumida pela Administração do paiz de origem, proceder-se-ha da maneira seguinte:

1.º Si o pedido for destinado a ser transmittido por via postal, a formula, acompanhada de *fac-simile* perfeito da sobrecarta ou endereço da remessa, será expedida directamente, sob capa registrada, á repartição destinataria.

2.º Si o pedido tiver de ser feito por via telegraphica, a formula será entregue na estação telegraphica encarregada de transmittir os seus termos á repartição postal destinataria.

2.—Ao receber a formula G ou o telegramma que a substituir a repartição postal destinataria procurará a correspondencia assignalada e dará ao pedido o andamento necessario.

Todavia, si se tratar de uma mudança de endereço, pedida por via telegraphica, a repartição destinataria limitar-se-ha a reter a carta, e esperará, para attender ao pedido, a chegada do *fac-simile* necessario.

Si a busca for infructuosa, si o objecto já tiver sido entregue ao destinatario, ou si o pedido por via telegraphica não for tão explicito que permita reconhecer, com segurança, o objecto de correspondencia indicado, o facto será communicado immediatamente ao Correio de procedencia, que prevenirá ao reclamante.

3.—Salvo accordo em contrario, a formula G será redigida em francez ou conterá uma traducção sublinear nessa lingua e, no caso de se empregar a via telegraphica, o telegramma será redigido em lingua franceza.

4.—Uma simples correcção (sem modificação do nome ou da qualidade do destinatario) poderá tambem ser pedida ao Correio destinatario, isto é, sem o preenchimento das formalidades prescritas para a mudança de endereço propriamente dita.

5.—Qualquer Administração poderá exigir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que a troca das reclamações, no que lhe disser respeito, seja effectuada por intermedio de sua Administração Central ou de uma repartição especialmente designada.

No caso em que a troca das reclamações se effectue por intermedio das Administrações Centraes, deverá tomar-se conhecimento dos pedidos directamente expedidos pelos Correios de procedencia aos Correios de destino, assim de que as respectivas

correspondências não sejam distribuídas até a chegada da reclamação da Administração Central.

As Administrações que usarem da faculdade prevista pela primeira parte do presente paragrapho tomarão a si as despesas que podem ocasionar a transmissão, em seu serviço interno, por via postal ou telegraphica, das comunicações a trocar com o Correio destinatario.

O recurso á via telegraphica será obrigatorio quando o proprio remettente tiver empregado esse meio e o Correio destinatario não puder ser prevenido em tempo util por via postal.

XXX

EMPREGO DE SELLOS PRESUMIDOS FRAUDULENTOS

Sob reserva das disposições pertencentes á legislação de cada paiz, mesmo nos casos em que essa reserva não seja expressamente estipulada nas disposições do presente artigo, o processo abaixo indicado será seguido para a verificação do emprego, no franqueamento, de sellos fraudulentos:

a) Quando a presença, em qualquer remessa, de um sello fraudulento (falsificado ou já servido) for verificada na ocasião da expedição, por um Correio cuja legislação particular não exija a apprehensão immediata do objecto, o referido sello não será alterado de forma alguma e o objecto mettido em uma sobrecarta endereçada ao Correio destinatario, será encaminhado sob registro *ex-officio*;

b) Esta formalidade será communicada, sem demora, ás Administrações dos paizes de procedencia e destino, por meio de um aviso conforme ao modelo II, annexo ao presente Regulamento.

Um exemplar desse aviso será, além disso, transmittido ao Correio de destino na sobrecarta que contiver o objecto com o sello reputado fraudulento;

c) O destinatario será convidado para verificar a contravenção.

A entrega do objecto só será feita no caso em que o destinatario ou quem for por elle investido de poderes para isso, consinta em fazer conhecer o nome e o endereço do remettente, e ponha á disposição do Correio, depois de ter tomado conhecimento do conteúdo, todo o objecto, si este for inseparavel do corpo de delicto, ou a parte do objecto (sobrecarta, cinta, pedaço de carta, etc.), que contenha o endereço e o sello considerado fraudulento;

d) O resultado do convite ao destinatario será documentado por um auto conforme o modelo I, annexo ao presente Regulamento e onde se fará menção dos incidentes sobrevindos, taes como o não comparecimento, recusa em receber o objecto, abri-lo ou fazer conhecer qual o remettente, etc. Esse documento será assignado pelo empregado do Correio e pelo destinatario do

objecto ou seu procurador; si este ultimo recusar-se a assignar, a recusa será certificada no logar competente da assignatura.

O auto será remittido, com documentos comprobatorios e por intermedio da Administração do paiz de destino, á Administração do paiz de procedencia, que, com auxilio desses documentos, fará proceder, si for caso para isso, á repressão da infracção segundo a sua legislação interna.

XXXI

1.—A estatística effectuada no mez de maio de 1896 para a conta das despesas de transito produzirá seus effectos até a expiração da Convenção de 15 de junho de 1897 e do presente Regulamento, sob reserva das disposições, previstas nos §§ 2º e 3º seguintes.

2.—No caso de entrada para a União de um paiz que tiver relações importantes, os paizes da União cuja situação, em consequencia dessa circumstancia, venha a ser modificada com relação ao pagamento das despesas de transito, terão a faculdade de reclamar uma estatística especial relativa exclusivamente ao novo paiz adherente.

3.—Quando se der uma modificação importante no movimento das correspondencias e essa modificação abranger um periodo de seis mezes pelo menos, as Administrações interessadas se entenderão para regularem entre si, por meio de uma nova estatística, si for necessario, a partilha das despesas de transito, proporcionalmente á parte das ditas Administrações no transporte das correspondencias a que essas despesas se referirem.

4.—A simples permanencia, em um porto, de malas fechadas conduzidas por um paquete e destinadas a ser retomadas por outro paquete, não dará logar ao pagamento de despesas de transito territorial em proveito da repartição postal da localidade em que permaneceram taes malas.

XXXII

CONTAS DAS DESPESAS DE TRANSITO

1.—Quanto á execução das disposições dos numeros 1º e 2º do § 5º do art. 4 da Convenção, proceder-se-ha do seguinte modo :

a) Cada Administração da União transmittirá á Secretaria Internacional, em uma formula *ad hoc* que esta lhe houver enviado, um quadro, baseado na estatística de 1896 das quantias a pagar ou a receber, por cada uma das Administrações correspondentes, motivadas pelo transito territorial, com exclusão das despesas de transito extraordinarias previstas no § 5, n. 1º, do mesmo art. 4 ;

b) Em casos de differenças entre as indicações correspondentes de duas Administrações, a Secretaria Internacional as convidará a entrar em um accordo e a informar-lhe quaes as quantias definitivamente fixadas ;

c) No caso em que uma das Administrações correspondentes não tenha remittido indicação no prazo determinado pela Secretaria Internacional, merecerão fé as indicações da outra Administração;

d) Nenhuma reclamação será admittida da parte das Administrações que não prestarem no prazo determinado pela Secretaria Internacional as indicações acima previstas;

e) A Secretaria Internacional designará, baseada na estatística de 1896, os paizes que devam ser exonerados de qualquer pagamento por motivo do transito territorial, até a expiração da Convenção de Washington e do presente Regulamento; glosará o total das quantias que esses paizes teriam de pagar e effectuará a sua deducção proporcional no total dos débitos brutos dos outros paizes, relativos a esse transito. Em segundo logar fará a redução determinada pelo § 5, n. 1º, do art. 4 da Convenção e transmittirá o resultado definitivo a todas as Administrações, com indicação, para cada uma dellas, da importancia de sua dívida ou de seu haver relativamente a cada uma das outras Administrações interessadas.

2.—A organização das contas das despesas do transito marítimo, baseadas nos arts. 4 e 17 da Convenção Principal e com as reduções previstas no n. 3º do § 5º do primeiro destes artigos, incumbirá à Administração credora, que as transmittirá à Administração devedora.

Esta se devolverá, acceitas ou com as suas observações, no menor prazo possível. Quando não houverem sido devolvidas no prazo de seis mezes, essas contas serão feitas de accordo com as organisadas pela Administração credora.

XXXIII

LIQUIDAÇÃO DAS DESPEZAS DE TRANSITO

1.—O saldo annual resultante do balanço das contas reciprocas entre duas Administrações será pago pela Administração devedora à Administração credora, em francos effectivos e por meio de letras sacadas contra uma praça do paiz credor escolhida pela Administração devedora. As despesas de pagamento, inclusive as de descontos, ficarão, em tal caso, a cargo da Administração devedora.

2.—O pagamento das contas de despesas de transito relativas a um exercicio deverá ser effectuado no mais breve prazo possível, e, o mais tardar, antes de expirar o primeiro semestre do exercicio seguinte.

Em todo o caso, si a Administração que enviou a conta não receber nesse intervallo nenhuma observação rectificativa, essa conta será admittida como de pleno direito. Esta disposição applicar-se-ha igualmente às observações não contestadas feitas por uma Administração nas contas apresentadas por outra Administração. Terminado esse prazo de seis mezes as quantias devidas por uma Administração a outra vencerão

juros na razão de 5 % ao anno e a datar do dia em que expirar o dito prazo.

3. — Fica reservado, todavia, ás Administrações interessadas a faculdade de tomarem de common accôrdo outras disposições, além das formuladas no presente artigo.

XXXIV

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPEZAS DA SECRETARIA INTERNACIONAL

1. — As despesas communs da Secretaria Internacional não deverão exceder, por anno, a quantia de 125.000 francos, não comprehendidas as despesas especiaes a que dá logar a reunião de um congresso ou de uma conferencia.

2. — A Administração dos Correios Suissos fiscalizará as despesas da Secretaria Internacional, fará os adiantamentos necessarios e organizará a conta annual, a qual será communicar-la a todas as outras Administrações.

3. — Para a distribuição das despesas, os paizes da União são divididos em sete classes, contribuindo cada uma na proporção de um certo numero de unidades, a saber :

1ª classe.....	25 unidades
2ª »	20 »
3ª »	15 »
4ª »	10 »
5ª »	5 »
6ª »	3 »
7ª »	1 unidade

4. — Estes coëfficientes são multiplicados pelos numeros dos paizes de cada classe, e a somma dos productos assim obtidos fornecerá o numero de unidades pelo qual a despesa total deve ser dividida. O quociênte dá a importancia da unidade da despesa.

5. — Para a distribuição das despesas, os paizes da União são classificados como se segue :

1ª classe : Allemanha, Austria-Hungria, Estados-Unidos da America, França, Gran-Bretanha, India Britannica, colonias britannicas da Australasia, o conjunto das outras colonias e protectorados britannicos (menos o Canadá), Italia, Russia e Turquia ;

2ª classe : Hespanha ;

3ª classe : Belgica, Brazil, Canadá, Egypto, Japão, Paiz s Baixos, Rumania, Suecia, colonias ou provincias hespanholas de além-mar, colonias e protectorados francezes da Indo-China e o conjunto das outras colonias francezas, Indias neerlandezas ;

4ª classe : Dinamarca, Noruega, Portugal, Suissa, colonias portuguezas ;

5ª classe : Argentina (Republica), Bosnia-Herzegovina, Bulgaria, Chile, Colombia, Grecia, Mexico, Perú, Servia, Tunisia ;

6.^a classe: Republica Maior da America Central, Bolivia, Costa Rica, Republica Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Luxemburgo, Paraguay, Persia, Reino de Sião, Sul-Africana (Republica), Uruguay, Venezuela, protectorados allemães, colonias dinamarquezas, Colonia de Curaçao (ou Antilhas Neerlandezas), Colonia de Surinam (ou Guyana Neerlandeza);

7.^a classe: Estado Independente do Congo, Coréa, Hawaï, Libéria, Montenegro.

XXXV

COMMUNICAÇÕES À SECRETARIA INTERNACIONAL

1.—A Secretaria Internacional servirá de intermediaria para as notificações regulares e geraes que interessarem às relações internacionais.

2.—As Administrações que fizerem parte da União deverão reemetter umas às outras, por intermedio da Secretaria Internacional, especialmente:

1.^o A indicação das taxas additionaes que cobrarom pela applicação do art. 5.^o da Convenção, além da taxa da União, quer pelo transporte maritimo, quer por despesas de transporte extraordinario, e a nomenclatura dos paizes em relação aos quaes se cobrarom essas taxas additionaes, e, si for caso para isso, a designação das vias que motivarem a sua cobrança;

2.^o A colleção dos seus sellos em cinco exemplares, com indicação, quando isso se der, da data a partir da qual os sellos das emissões anteriores deixam de ter circulação;

3.^o Si usam da faculdade permittida às Administrações de applicarem ou não certas disposições geraes da Convenção e do presente Regulamento;

4.^o As taxas moderadas que ellas tenham adoptado, quer em virtude de accórdos particulares permittidos pelo art. 21 da Convenção, quer em execução do art. 20 da mesma Convenção, e a indicação das relações em que essas taxas moderadas sejam applicadas.

3.—Qualquer modificação feita ulteriormente, a respeito de um outro dos quatro pontos supra-mencionados, deverá ser notificada da mesma maneira e sem demora.

4.—A Secretaria Internacional receberá igualmente de todas as Administrações da União dous exemplares de todos os documentos que ellas publicarem, tanto sobre o serviço interno como sobre o serviço internacional.

XXXVI

ESTATISTICA GERAL

1.—Cada Administração remetterá, no fim do mez de julho de cada anno, á Secretaria Internacional, uma serie, a mais completa possível, de informações estatisticas, relativas ao

anno precedente, em forma de quadros conformes ou analogos aos modelos aqui annexos K e L.

2.—As operações de serviços que derem logar a registro farão o objecto de extractos periodicos, segundo os lançamentos effectuados.

3.—Pelo que respeita a todas as outras operações, far-se-ha uma relação, durante uma semana, pelo menos, para as trocas quotidianas, e durante quatro semanas para as trocas não quotidianas, tendo cada Administração a faculdade de fazer uma relação separada de cada categoria de correspondencias.

4.—Reserva-se cada Administração o direito de fazer essa relação nas épocas que mais se approximarem da média do seu trafico postal.

5.—A Secretaria Internacional é encarregada de fazer imprimir e distribuir as fórmulas de estatística que cada Administração deverá encher. Fica além disso incumbida de fornecer às Administrações que lhe pedirem todas as indicações necessarias sobre as regras que devem ser seguidas para assegurarem, tanto quanto for possível, a uniformidade das operações de estatística.

XXXVII

ATTRIBUIÇÕES DA SECRETARIA INTERNACIONAL

1.—A Secretaria Internacional organizará uma estatística geral para cada anno.

2.—Redigirá, com o auxilio dos documentos postos á sua disposição, um jornal especial nas linguas allemã, ingleza e franceza.

3.—A Secretaria Internacional publicará, de accordo com as informações prestadas em virtude das prescripções do art. XXXV precedente, uma compilação official de todos os esclarecimentos de interesse geral relativos á execução da Convenção e do presente Regulamento em cada paiz da União. As modificações ultteriores serão publicadas por supplementos semestraes. Todavia, nos casos de urgencia, quando uma Administração pedir expressamente a publicação immediata de uma modificação que se tenha dado em seu serviço, a Secretaria Internacional fará de tal facto objecto de uma circular especial.

Pela Secretaria Internacional, a pedido das Administrações que participarem dos accordos especiaes da União, poderão ser publicadas compilações analogas relativas á execução dos mesmos accordos.

4.—Todos os documentos publicados pela Secretaria Internacional serão distribuidos ás Administrações da União, na proporção do numero de unidades contributivas determinadas para cada uma dellas pelo precedente art. XXII.

5.—Os exemplares e documentos supplementares pedidos por essas Administrações serão pagos á parte e pelo seu custo.

6.—Além disso, a Secretaria Internacional deverá estar sempre à disposição dos membros da União, para lhes fornecer, sobre as questões relativas ao serviço internacional dos Correios, as informações especiaes de que precisarem.

7.—A Secretaria Internacional informará sobre os pedidos de modificação ou de interpretação das disposições que regem a União. Notificará os resultados de cada informação, e nenhuma modificação ou resolução adoptada será executoria sinão dous mezes, pelo menos, depois de notificada.

8.—A Secretaria Internacional fará o balanço e a liquidação das contas de qualquer natureza entre as Administrações da União que declarem querer servir-se do intermedio dessa secretaria nas condições determinadas pelo art. XXXVI seguinte.

9.—A Secretaria Internacional preparará os trabalhos dos congressos ou conferencias. Encarregar-se-ha das cópias e impressões necessarias, da redacção e da distribuição das emendas, actas e outras informações.

10.—O director desta Secretaria assistirá ás sessões dos congressos ou conferencias e tomará parte nas discussões, sem voto deliberativo.

11.—Fará a respeito da sua gerencia um relatorio annual, que será communicado a todas as Administrações da União.

12.—A lingua official da Secretaria Internacional é a franceza.

13.—A Secretaria Internacional será encarregada de publicar um dictionario alphabetico de todas as repartições postaes do mundo, com uma menção especial daquellas de taes repartições encarregadas de serviços que não se achem ainda generalizados.

XXXVIII

REPARTIÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE E DE LIQUIDAÇÃO DAS CONTAS ENTRE AS ADMINISTRAÇÕES DA UNIÃO

1.—A Secretaria Internacional da União Postal Universal será encarregada de proceder ao balanço e liquidação das contas de qualquer natureza, relativas ao serviço internacional dos correios entre as Administrações dos paizes da União, que teem o franco por unidade monetaria ou que estejam de accordo sobre as taxas de conversão de sua moeda em francos e centimos metallicos.

As Administrações que quizerem reclamar, para esse serviço de liquidação, o concurso da Secretaria Internacional, combinarão, nesse sentido, entre si e com a mesma Secretaria.

Não obstante a sua adhesão, cada Administração conservará o direito de organizar à sua vontade contas especiaes para diversos ramos de serviço e de effectuar, como lhe convenha, o modo de regular-as com os seus correspondentes, sem se servir do intermedio da Secretaria Internacional, a qual, nos termos do parographo precedente, limitar-se-ha a indicar para que ramos de serviço e que paizes pediu o seu auxilio.

A pedido das Administrações interessadas, as contas telegraphicas poderão ser também indicadas à Secretaria Internacional para entrarem na compensação dos saldos.

As Administrações que se servirem do intermedio da Secretaria Internacional para o balanço e liquidação das contas poderão deixar de usar desse intermedio tres mezes depois que o tiverem communicado à referida Secretaria.

2.—Depois de verificadas e accritas de common accordo as contas particulares, as Administrações devedoras transmittirão às Administrações credoras, relativamente a cada natureza de operações, um reconhecimento, em francos e centimos, da importancia do balanço das duas contas particulares, com indicação do objecto da divida ao periodo a que esta se referir.

Todavia, no que diz respeito à troca de valores, o reconhecimento deverá ser transmittido pela Administração devedora desde a organização da sua propria conta particular e o recebimento da conta particular da Administração correspondente, sem attender a que se tenha procedido à verificação de detalhe.

As diferenças ulteriormente encontradas serão mencionadas na primeira conta a expedir.

Salvo ajuste em contrario, a Administração que desejar, relativamente à sua contabilidade interior, ter contas geraes, terá que organisal-as por si propria e submetter-as à acceitação da Administração correspondente.

As Administrações poderão entender-se para pôr em pratica outro systema nas suas relações.

3.—Cada Administração enviará mensalmente à Secretaria Internacional um quadro indicando o seu debito em virtude de contas particulares, assim como o total das sommas de que é credora para com cada uma das Administrações contractantes; cada credito que figurar nesse quadro deverá ser justificado por um reconhecimento do Correio devedor.

Esse quadro deverá chegar à Secretaria Internacional a 19 de cada mez o mais tardar, sob pena de só ser admittido na liquidação do mez seguinte.

4.—A Secretaria Internacional verificará, confrontando os reconhecimentos, si es quadros são exactos. Toda a rectificação necessaria será notificada aos Correios interessados.

O debito de cada Administração para com outra será levado a um quadro recapitulativo; afim de conhecer o total de que é devedora cada Administração, basta sommar as diversas columnas desse quadro recapitulativo.

5.—A Secretaria Internacional reunirá os quadros e as recapitulações em um balanço geral indicando:

- a) o total do debito e do credito de cada Administração;
- b) o saldo devedor ou o saldo credor de cada Administração, representando a diferença entre o total do debito e o total do credito;
- c) as sommas a pagar por uma parte dos membros da União a uma Administração, ou reciprocamente as sommas a pagar por esta ultima a outra parte.

Os totaes das duas categorias de saldos designados pelas letras *a* e *b* deverão necessariamente ser iguaes.

Dar-se-hão providencias, o quanto possivel, para que cada Administração não tenha de effectuar, para quitar-se, sinão um ou dois pagamentos distinctos.

Todavia, a Administração que habitualmente dever á outra uma somma superior a 50.000 francos terá o direito de effectuar parcialmente o pagamento.

Esses pagamentos parciaes serão mencionados, tanto pela Administração credora, como pela Administração devedora, embaixo dos quadros que tenham de ser enviados á Secretaria Internacional. (Vide § 3.)

6.— Os reconhecimentos (vide § 3) transmittidos á Secretaria Internacional com os quadros serão classificados por Administração.

Servirão de base para ser procedida a liquidação de cada uma das Administrações interessadas. Nessa liquidação deverão figurar:

a) as sommas relativas ás contas especiaes sobre os diversos serviços ;

b) o total das importancias resultante de todas as contas especiaes relativamente a cada uma das Administrações interessadas;

c) os totaes das importancias devidas a todas as Administrações credoras por cada ramo de serviço, bem como a sua importancia total.

Esse total deverá ser igual ao total do *Debito* que figura na recapitulação.

Em baixo da liquidação, o balanço será escripto entre o total do Debito e o total do Credito resultante dos quadros dirigidos pelas Administrações á Secretaria Internacional. (Vide § 3.)

A somma liquida do Debito ou do Credito deverá ser igual ao saldo devedor ou ao saldo credor transportado para o balanço geral. Além disso, a liquidação estipulará o modo de liquidação, isto é, indicará as Administrações em favor das quaes o pagamento deverá ser effectuado pela Administração devedora.

As liquidações deverão ser remettidas ás Administrações interessadas pela Secretaria Internacional, o mais tardar a 22 de cada mez.

7.— O pagamento das quantias devidas, em virtude de uma liquidação, por uma Administração a outra, deverá ser effectuado logo que for possivel e o mais tardar quinze dias depois de recebida a liquidação pela Administração devedora.

Os saldos devedores ou credores que não excederem a 500 francos poderão ser levados á liquidação do mez seguinte, sob a condição, porém, de que as Administrações interessadas tenham relações mensaes com a Secretaria Internacional. Deste transporte far-se-ha menção nas recapitulações e nas liquidações para as Administrações credoras e devedoras. A Administração devedora fará chegar, quando se der o caso para isso, á Administração credora um reconhecimento da somma devida, para ser levada ao proximo quadro.

XXXIX

LINGUA

1.—As folhas de aviso, quadros, extractos e outras formulas para uso das Administrações da União em suas relações reciprocas deverão, em regra geral, ser redigidas na lingua franceza, salvo si as Administrações interessadas dispuzerem de outro modo por meio de accordo directo.

2.—Pelo que diz respeito á correspondencia de serviço, manter-se-ha o actual estado de cousas, salvo outro ajuste feito ulteriormente e de commun accordo entre as Administrações interessadas.

TERRITORIO DA UNIÃO

1.—São considerados pertencentes á União Postal Universal:

1.º Os Correios allemães estabelecidos em Apia (ilhas Samoa), em Tien-Tsin, em Shang-Hai e em Chefoo (China), como dependentes da Administração postal da Allemanha ;

2.º O Principado de Lichtenstein, como dependente da Administração dos Correios da Austria ;

3.º A Islandia e as ilhas Feróe, como parte da Dinamarca ;

4.º As possessões hespanholas da costa septentrional da Africa, como parte da Hespanha ; a Republica do Valle de Andorra, os estabelecimentos postaes de Hespanha, na costa occidental de Marrocos, como dependentes da Administração dos Correios hespanhóes ;

5.º A Algeria, como parte da França ; o Principado de Monaco e agencias de Correio francezas estabelecidas em Marrocos, em Shang-Hai e em Tien-Tsin (China), em Zanzibar, como dependentes da Administração dos Correios de França ;

6.º As agencias postaes que a Administração dos Correios de Gibraltar mantem em Tanger, Laraiche, Rabat, Casa Blanca, Saffi, Mazagan e Mogador (Marrocos) ;

7.º As agencias postaes que a Administração da colonia ingleza de Hong-Kong mantem em Hoihow (King-Schow), Cantão, Swatow, Amoy, Foo-chow, Ningpó, Shang-Hai e Hankou (China) ;

8.º Os estabelecimentos de Correio indianos de Aden, de Mascate, do Golfo Persico e de Guadur, como dependentes da Administração dos Correios da India britannica ;

9.º A Republica de S. Marino e as agencias italianas de Tripoli e de Barbaria como dependentes da Administração dos Correios da Italia ;

10.º As agencias postaes que a Administração japoneza estabeleceu em Shang-Hai, em Tien-Tsin e em Chefoo (China), em Fusampo, em Genzanshin e em Jinsen (Coréa) ;

11.º O grão-ducado de Finlandia, como parte integrante do Imperio da Russia ;

12.º Basutoland, como dependente da Administração dos Correios da Colonia do Cabo da Boa Esperança ;

13.º Walfisch-Bay, como fazendo parte da Colonia do Cabo da Boa Esperança.

2. — No intervallo que decorrer entre as reuniões, as Administrações dos paizes da União que estabelecerem em paizes a ella estranhos gencias postaes que devam ser consideradas como pertencendo à União deverão communical-o as Administrações de todos os outros paizes da União, por intermedio da Secretaria Internacional.

XL

PROPOSTAS FEITAS NO INTERVALLO DAS REUNIÕES

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões, qualquer Administração dos Correios de um paiz da União terá o direito de dirigir ás outras Administrações co-participantes, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ás disposições do presente Regulamento.

2. — Toda a proposta será sujeita ao processo seguinte:

Será concedido um prazo de seis mezes ás Administrações para examinarem as propostas e para fazerem chegar á Secretaria Internacional, quando for caso para isso, suas observações. As emendas não serão permittidas. As respostas serão reunidas pela Secretaria Internacional e communicadas ás Administrações, afim de que estas se pronunciem a respeito pró ou contra. As Administrações que não fizerem chegar seu voto em um prazo de seis mezes, a contar da data da segunda circular da Secretaria Internacional, communicando-lhes as observações feitas, serão consideradas como se tendo absteido.

3. — Para se tornarem executórias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação do presente artigo e dos arts. III, IV, VII, XII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII e XLII ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições dos arts. I, II, VIII, IX, XI, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII e XXXVIII ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar ou da modificação das disposições que não sejam as acima indicadas, ou da interpretação das diversas disposições do Regulamento, salvo o caso do litigio previsto no art. 23 da Convenção.

4. — As resoluções validas serão sancionadas por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações da União.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executória tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

XLI

DURAÇÃO DO REGULAMENTO

O presente Regulamento começará a ser executado desde o dia em que for posta em vigor a Convenção de 15 de junho de 1897. Terá a mesma duração dessa Convenção, excepto si for renovado de commun accordo pelas partes interessadas.

Feito em Washington aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protecto-
rados allemães:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da Ame-
rica Central:

N. BOLET PERAZA.

Pelos Estados Unidos da Ame-
rica:

GEORGE S. BATCHELLER.

EDWARD ROSEWATER.

JAS. N. TYNER.

N. M. BROOCKS.

A. D. HAZEN.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Imperio da China:

Pela Republica da Colombia:

CLIMACO CALDERON.

Pelo Estado independente do
Congo:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pelo Reino da Coréa:

CHIN POM YE.

Pelo coronel Ao Lang Min :

JOHN W. HOYT.

Pela Republica de Costa Rica :

J. B. CALVO.

Pela Dinamarca e colonias dina-
marquezas :

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana :

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MEROU.

Pela Austria :

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pela Belgica :

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bolivia :

T. ALEJANDRO SANTOS

Pela Bosnia-Herzegovina :

DR. KAMLER.

Pela França:

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Pela Grã-Bretanha e diver-
sas colonias britannicas.

S. WALPCLE.

H. BUXTON FORMAN.

C. A. KING.

Pela India britanica:

H. M. KISCH.

Pelas colonias britannicas
da Australasia:

JOHN GAVAU DUFFY.

Pelo Canada:

WM. WHITE.

Pelas colonias britannicas da

Africa do Sul :

S. R. FRENCH.

SPENCER TODD.

Pela Grecia :

ED. HOHN.

Pela Guatemala :

J. NOVELLA.

Pela Republica do Haiti :

J. N. LEGER.

Pelo Egypto :	Pela Republica do Hawai :
Y. SABA.	
Pelo Equador :	Pela Hungria :
L. F. CARBO.	PIERRE DE SZALAY.
Pela Hespanha e colonias hes-	G. DE HENNYEY.
panholas :	Pela Italia :
ADOLFO ROZABAL.	E. CHIARADIA.
CARLOS FLOREZ.	G. C. VINCI.
	E. DELMATI.
Pelo Japão :	Pela Persia :
KENJIRO KOMATSU.	MIRZA ALINAGHI KHAN.
KWANKICHI.	ABUSTECHARUL-VEGAREH.
YUKAWA.	Por Portugal e colonias por-
Pela Republica da Liberia :	tuguezas :
CHAS. HALL ADAMS	SANTO THYRSO.
Pelo Luxemburgo :	Pela Roumania :
	G. CHIRU.
Pelo Sr. Havelaar :	R. PREDA.
VAN DER VEEA.	Pela Russia :
Pelo Mexico :	SEVASTIANOF.
A. M. CHAVEZ.	Pela Servia :
Y. GARFIAT.	PIERRE DE SZALAY.
M. ZAPATA-VERA	G. DE HENNYEY.
Pelo Montenegro :	Pelo Reino de Sião :
DR. NEUBAUER.	ISAAC TWNSEND SMITH.
HABBERGER.	Pela Republica Sul-Africana :
STIBRAL.	ISAAC VAN ALPHEN.
Pela Noruega :	Pela Suecia :
THE. HEYERDAHL.	F. H. SCHLYTERN.
Pelo Estado Livre de Orang :	Pela Suíssa :
	J. B. PIODA.
Pelo Paraguay :	A. STÄGER.
JOHN STEWART.	C. DELESSERT.
Pelos Paizes Baixos :	Pela Regencia de Tunis :
	THÉBAUT.
Pelo Sr. Havelaar :	Pela Turquia :
VAN DER VEEN.	MOUSTAPHA.
VAN DER VEEN.	A. FAURI.
	Pelo Uruguay :
Pelas Colonias Neerlandezas :	PRUDENCIO DE MURGUIONDO.
JOHN. J. PERK.	Pelos Estados Unidos de Ve-
Pelo Perú :	nezuela :
ALBERTO FALCON.	JOSE' ANDRADE.
	ALEJANDR YBARRA.

ANNEXOS

A

R

AUSANNEL

N. 1460.

B

ADMINISTRATION DE

AVIS DE RÉCEPTION

{ d'une lettre avec valeur déclarée de }
 { d'un objet recommandé (.....) ¹⁾ } enregistré au bureau
 de le sous le n^o ²⁾
 et adressé à M. à

Le soussigné déclare { qu'une lettre avec valeur déclarée } à l'adresse sus-
 { qu'un objet recommandé } mentionnée

Timbre du bureau
distributeur.

et provenant de a été dûment
livré le 189



Signature ³⁾

du destinataire :

du chef du bureau distributeur :

¹⁾ Nature de l'objet (lettre, échantillon, imprimé, etc.).

²⁾ Bureau d'origine ; date de dépôt à ce bureau ; n^o d'enregistrement au même bureau.

³⁾ *Note.* Cet avis doit être signé par le destinataire ou, si les règlements du pays de destination le comportent, par le chef du bureau distributeur, puis être mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine de l'objet qu'il concerne.

ADMINISTRATION
DES POSTES

C(IRECTO)

CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

d.....

FEUILLE D'AVIS

d.....

Numéro d'ordre de la dépêche(...) en voi) du bureau d'échange d. Nombre de sacs ou paquets

dépêche pour le bureau d'échange d..... composant l'envoi.....

expédiée par le paquebot Départ du 189 à h..... m. du.....

..... Arrivée le 189 à h..... m. du.....

..... objets recommandés { inscrits au tableau ci-dessous.
 objets recommandés { inscrits sur liste: distin
 ctes.

Timbre du bureau
expéditeur

..... paquets ou sacs d'objets recommandés.

..... objets recommandés en dehors des paquets.

..... envois à remettre par exprès.

..... paquets de valeurs déclarées pesant { grammes.
 grammes.

Timbre du bureau
destinataire

I. LISTE DES ENVOIS RECOMMANDÉS

Numéros d'ordre 1	Timbres d'origine 2	Noms des destinataires 3	Lieux de destination 4	Observations 5
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				

ADMINISTRATION DES POSTES

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d.....

d.....

D

Timbre du bureau
expéditeur

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau
destinatairepour la rectification et la constatation des erreurs et
irrégularités de toute nature reconnues dans la dépêche

du bureau d'échange d.....

pour le bureau d'échange de.....

..... e expédition du 189..... à h..... du.....

ERREURES OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'objets recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche
spoliée, lacérés ou en mauvais état, etc.)

A....., le 189..... A....., le 189.....

Les employés du bureau d'échange destinataire.

Vu et accepté:

Le chef du bureau d'échange expéditeur

folha branca original

ADMINISTRATION DES POSTES

Timbre du bureau
expéditeurD
BUREAU D

LE (RECTO)

RENSEIGNEMENTS A FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN
OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENUInformações que devem ser fornecidas em caso de reclamação de um objecto de correspon-
dência ordinaria não entregueI. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)
Pelo reclamante (remettente ou destinatario)

DEMANDES Perguntas	RÉPONSES Respostas
<p>a. Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou paquet de papiers d'affaires). Natureza do objecto (carta, bilhete postal, jornal ou outro impresso, amostra ou maço de papeis de negocio, manuscriptos).</p> <p>b. Quelle était l'adresse de l'envoi? Qual era o endereço do objecto?</p> <p>c. Quelle est l'adresse exacte du destinataire? Qual é o endereço exacto do destinatario?</p> <p>d. L'envoi était-il volumineux? O objecto era voluminoso?</p> <p>e. Que renfermait-il? (Sigualement aussi exact et complet que possible.) Que continha? (Convem dar as mais precisas e completas informações.)</p> <p>f. Date précise ou approximative du dépôt à la poste. Data precisa ou approximada da entrega no Correio.</p> <p>g. Nom et domicile de l'expéditeur. Nome e domicilio do remetente.</p> <p>h. En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'envoyeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé? Si as pesquisas tiverem bom exito, a quem se deve enviar o objecto, ao remetente ou ao destinatario?</p>	

II. PAR L'EXPÉDITEUR
Pelo remetente

<p>i. Était-il affranchi et, dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés? O objecto estava franqueado? No caso affirmativo, que valor tinham os sellos nelle appostos?</p> <p>j. Date et heure du dépôt à la poste. Data e hora da entrega no Correio.</p> <p>k. Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte? Dans ce dernier cas, à quelle boîte? O objecto foi lançado na caixa geral ou nas urbanas? Neste ultimo caso em qual dellas?</p> <p>l. Le dépôt a-t-il été effectué par l'envoyeur lui-même ou par un tiers? dans ce dernier cas, par quelle personne? A entrega no Correio foi effectuada pelo proprio remetente ou por outra pessoa? Neste ultimo caso, quem foi essa pessoa?</p> <p>m. Renseignements particuliers du bureau d'origine. Indicações particulares do Correio de procedencia.</p> <p>n. Renseignements du 1^{er} bureau intermédiaire. Indicações do 1^o Correio intermediario.</p> <p>o. Renseignements du 2^e bureau intermédiaire. Indicações do 2^o Correio intermediario.</p>	
---	--

La présente formule doit être renvoyée à
A presente formula deve ser devolvida a

ADMINISTRATION DES POSTES

Timbre du bureau
expéditeur

N°.....

E (VERSO)

BUREAU d.....



III. RENSEIGNEMENTS A FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RECLAMATION D'UN OBJET DE CORRESPONDANCE ORDINAIRE NON PARVENU.

Informações que devem ser fornecidas pelo destinatário em caso de reclamação de um objecto de correspondência ordinaria não entregue.

DEMANDES Perguntas	RÉPONSES Respostas
<p>p. L'envoi est-il parvenu au destinataire ? O objecto chegou ás mãos do destinatário ?</p> <p>q. Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées au bureau de poste ou distribuées à domicile ? A correspondência costuma ser procurada no Correio ou entregue a domicilio ?</p> <p>r. A qui sont-elles confiées dans le premier cas ? No 1º caso quem disso se encarrega ?</p> <p>s. Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service ; ou bien déposées dans une boîte particulière ? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée ? No 2º caso, é ella entregue directamente ao destinatario, a algum empregado seu, ou lançada em caixa particular ? Neste ultimo caso, então, cumpre informar si essa caixa offerece segurança e si é revista com regularidade.</p> <p>t. La perte des correspondances s'est-elle déjà produite souvent ? Dans le cas affirmatif, indiquer d'où provenaient les correspondances perdues. O desaparecimento da correspondência tem-se dado mais de uma vez ? Na affirmativa, cumpre indicar donde provinham os objectos perdidos.</p> <p>u. Renseignements particuliers du bureau de destination. Indicações particulares do Correio de destino.</p>	
<p>La présente formule doit être renvoyée à.....</p> <p>A presente formula deve ser devolvida a.....</p>	

Timbre du bureau
d'origine.

ADMINISTRATION DE

BUREAU DE

N° (RECTO)

RÉCLAMATION

d'un objet recommandé (.....) (a)
 ou d'un envoi de valeur déclarée de (.....) (b)
 contenant (.....) (c)
 déposé par M le
 sous le N° au bureau de à l'adresse
 suivante :

.....

 (d)
 et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception (e)

L'envoi désigné ci-dessus a été expédié dans la dépêche du bureau d'échange de
 du 18 (..... envoi) pour le bureau d'échange de

du tableau I de la feuille d'avis.

Il a été inscrit sous le N°
 de la feuille d'envoi N°

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant
 droit le

Timbre du bureau
distributeur.*Le chef du bureau distributeur,*

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné
 est encore en instance au bureau de
 a été renvoyé au bureau d'origine le
 a été réexpédié le à
 n'est pas parvenu au bureau de destination

Timbre du bureau
de destination.*Le chef du bureau de destination,*

- (a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
 (b) Lettre ou boîte.
 (c) Description du contenu autant que possible.
 (d) Cadre à remplir par l'expéditeur ou à défaut par le bureau d'origine.

À remplir dans le service d'origine

À remplir dans le service de destination

en cas de distribution
en cas de non-distribution

F (VERSO)

A remplir dans les services intermédiaires.

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de du 18..... (.....^e envoi) pour le bureau d'échange de du tableau I de la feuille d'avis.

Il a été inscrit sous le N^o de la feuille d'envoi.

Timbre à date.

Signature



L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de du 18..... (.....^e envoi) pour le bureau d'échange de du tableau I de la feuille d'avis.

Il a été inscrit sous le N^o de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature



L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de du 18..... (.....^e envoi) pour le bureau d'échange de du tableau I de la feuille d'avis.

Il a été inscrit sous le N^o de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature



REPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

(1) (RECTO)

ADMINISTRATION DES POSTES DE.....

DEMANDE DE RETRAIT ou DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

RÉCLAMATION PAR VOIE POSTALE

(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant.)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau de (d'origine)
 pour être remis à l'expéditeur, l' (nature de l'objet)
 adressé à votre bureau le 189 et dont la suscription est
 conforme au fac-similé ci-joint.

À , le 189

Timbre du bureau :



Le des postes,

II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer (telle indication)
 à (telle autre indication) sur la suscription
 de l' (nature de l'objet) adressé à votre bureau
 le 189 du bureau de et dont la suscription est
 conforme au fac-similé ci-joint.

À , le 189

Timbre du bureau :



Le des postes,

(*) Riffer le recto ou le verso, suivant le cas.

(1 (VERSO)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

(Télégramme aux frais du réclamant.)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Renvoyer à origine (tel objet) adressé
 (ce jour ou le) à M (Adresse exacte du destinataire)
 Griffe: (Situation et description)
 Cachet: (Description)
 Suscription: (Format et couleur de l'envoi)
 Particularité: (Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau :



(Signature)

Receveur des postes.

II. DEMANDE DE RECTIFICATION D'ADRESSE (*)

Substituer (telle indication) à
 (telle autre indication) sur l'adresse de l (nature de l'objet)
 expédié (ce jour ou le) à votre bureau pour
 M (Adresse exacte du destinataire)
 Griffe: (Situation et description)
 Cachet: (Description)
 Suscription: (Format et couleur de l'envoi)
 Particularités: (Annotations et signes de toute nature)

Timbre du bureau :



(Signature)

Receveur d.

ADMINISTRATION

DES
POSTES

H

BUREAU

d.....

—
DÉPARTEMENT ou PROVINCE

d.....

AVIS DE L'ENVOI,

SOUS RECOMMANDATION D'OFFICE, DE L'OBJET DE CORRESPONDANCE DÉCRIP CI-APRÈS PARAISSANT REVÊTU
D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

Nature de l'objet	Bureau d'origine et date d'expédition	Copie textuelle de l'adresse	Indication du timbre- poste présumé frau- duleux (valeur)	Observations
1	2	3	4	5

Timbre du bureau
expéditeur.



..... des postes.

I.

Timbre à date du bu-
reau de destination

ADMINISTRATION DES POSTES D.....



PROCÈS-VERBAL

dressé à par application de l'article 18
de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article XXX du
Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de cette Convention.

EMPLOI D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX

¹ Nature de
l'envoi (lettre,
échantillon, im-
primé, papiers
d'affaires, etc.).

L'an mil huit cent quatre-vingt le
Nous soussigné des postes à , agissant
en vertu de l'article 18 de la Convention de l'Union postale universelle
et de l'article XXX du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution
de cette Convention, et assistant à la vérification d'.....¹
expédié le de à l'adresse
de Mr. à , pesant
et affranchi à raison de , avons constaté que cet
envoi était revêtu d'un timbre-poste présumé frauduleux, ce qui constitue
la contravention prévue par l'article 18 de la Convention précitée.

² Biffer, sui-
vant le cas, l'une
ou l'autre de ces
indications.

Le destinataire nous a déclaré ² { qu'il refusait de faire connaître l'ex-
péditeur
que l'expéditeur lui est inconnu
que l'expéditeur est Mr.³

³ Nom et
adresse du con-
trevenant (s'il
habite une gran-
de ville, indi-
quer la rue et
le numéro de la
maison).

..... En conséquence,
.....
nous lui avons remis
.....
nous avons saisi
à l'effet de les transmettre à l'Administration des Postes de

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expé-
dition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 18 de la
Convention et à l'article XXX du Règlement susmentionnés.

Signature du destinataire

ou du fondé de pouvoirs.

Signature d'.....

des postes.

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

K

TABLEAU STATISTIQUE

DU SERVICE POSTAL EN.....

ANNÉE 18.....

ANNEE	I		II — ORGANISATION								
	SUPERFICIE en kilomètres carrés	NOMBRE des habitants (d'après le recensement de...)	NOMBRE DES BUREAUX DE POSTE						NOMBRE DES BOITES		
			A L'INTERIEUR						Nombre des administrations des postes régionales	Établies aux bureaux de poste, dans les villes et localités pourvues d'un bureau de poste	Établies dans les communes rurales
			Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois de poste de toute nature	Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois de poste sont restreintes	Autres bureaux établis pour l'expédition de malles	Bureaux ambulants, comptés d'après le nombre des convois de chaque route accompagnés de bureaux de poste	à l'étranger	Total des bureaux de poste			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

II — ORGANISATION

ANNEE	RELAIS DE LA POSTE AUX CHEVAUX			CHEVAUX DE TRAIT, ETC.			VOITURES ET TRAINEAUX			
	de l'État	privés	Total	de l'État	PRIVÉS		de l'État	PRIVÉS		Total
					Services gratuits	Services subventionnés		Services gratuits	Services subventionnés	
					Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre
	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38

III — SERVICE

ANNEE	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE						
	LETTRES		CARTES POSTALES		Imprimés	Papiers d'affaires	Échantillons de marchandises
	afranchies	non afranchies	Simple	avec réponse payée			
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre
	48	49	50	51	52	53	54
Service intérieur							
Service international:							
a) Réception							
b) Expédition							
c) Transit							

DES POSTES

AUX LETTRES A L'USAGE DU PUBLIC				PERSONNEL											
MOBILES ADAPTÉES AUX VOITURES CIRCULANT SUR DES ROUTES, ETC.			Total des boîtes aux lettres	NOMBRE DES FONCTIONNAIRES ET DES EMPLOYÉS				NOMBRE DES FACTEURS ET AUTRES AGENTS SUBALTERNES				Nombre des maîtres de poste (à l'ex- clusion de ceux qui sont en même temps prés- posés de bu- reaux)	Nombre des postil- lons	Nombre des entre- pre- neurs du trans- port des malles	T I sc
pa- vées, maca- damis- ées et ordi- naires	fer- rées	ma- ri- ti- mes, flu- viales et des lacs		Ser- vice de l'ad- mini- stra- tion cen- trale	Ser- vice des admi- nis- tra- tions régio- nales	Ser- vice des bu- reaux de poste	Total	Ser- vice de l'ad- mini- stra- tion cen- trale	Ser- vice des admi- nis- tra- tions régio- nales	Ser- vice des bu- reaux de poste	Total				
43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	

DES POSTES

ÉTENDUE DES ROUTES POSTALES EXPLOITÉES A L'INTÉRIEUR				NOMBRE DES KILOMÈTRES PARCOURUS ANNUELLEMENT A L'INTÉRIEUR			
sur voies ferrées	sur voies pavées, maca- damisées et ordinaires	sur voies maritimes, fluviales et des lacs	Total	sur les voies ferrées	sur les voies pavées, maca- damisées et ordinaires	sur les voies mari- ti- mes, fluviales et des lacs	Tot
Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilomètres	Kilom
20	41	42	43	44	45	46	47

POSTAL

ENVOIS ADMIS A LA FRANCHISE DE PORT		Totaux des envois inscrits aux colonnes 49 — 57	Envois re- commandés parmi les corres- pondances inscrites aux colonnes 49 — 57	Dans le nombre des correspon- dances inscrits à la colonne 58 étaient à remettre par express	Dans le nombre des correspon- dances inscrits à la colonne 59 donnaient lieu à avis de réception	Colis ordinaires	LETTRES ET BOITES AVEC DECLARATION DE VALEUR	
Lettres	Autres objets						Nombre	Valeur
Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre		Frais
56	57	58	59	60	61	62	63	64

(*) Les mots et boîtes ont été omis, par erreur, dans la formule R annexée au Règlement signé.

V. RESULTAT FINANCIER

RECETTES	POUR L'EXERCICE 18.....	
	Francs	Cts
1. Produit de la vente des timbres-poste et des formules d'affranchissement.....
2. Recettes effectuées en numéraire.....
3. Taxas perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages.....
4. Bonifications reçues des administrations étrangères.....
5. Autres recettes diverses.....
Total des Recettes

DÉPENSES	POUR L'EXERCICE 18.....	
	Francs	Cts
1. Traitements et émoluments:		
a) des fonctionnaires et employés.....
b) des facteurs et autres agents subalternes.....
2. Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais.....
3. Frais de transport par les voies ferrées, pavées, macadamisées, maritimes et fluviales (y compris les frais de construction et d'entretien des voitures de poste).....
4. Indemnités pour pertes ou avaries d'envoi de poste.....
5. Subventions aux entrepreneurs de relais de poste.....
6. Subventions aux compagnies de navigation.....
7. Bonifications payées aux Administrations étrangères.....
8. Autres dépenses diverses.....

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

L

TABEAU STATISTIQUE

DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)

POUR L'ANNÉE 18

PAYS	ENVOIS SOUMIS À LA TAXE							Envois admis à la fran- chise de port
	LETTRES		CARTES POSTALES		Im- primés	Papiers d'af- faires	Échan- tillons de mar- chan- dises	
	affran- chies	non affran- chies	simples	avec réponse payée				
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre				
1	2	3	4	5	6	7	8	9
EUROPE								
Allemagne								
Autriche-Hongrie.								
Belgique								
.								
.								
AMERIQUE								
Argentine(Républ)								
Bresil								
Canada								
Chili.								
.								
.								
AFRIQUE								
Égypte								
Libéria								
.								
.								
ASIE								
Inde Britannique .								
Japon.								
.								
.								
Totaux..								

PAYS	REMBOURSEMENTS				
	Objets de correspon- dances	Colis	Montant total des rembourse- ments	REMBOURSEMENTS REFUSÉS	
				Nombre	Montant
	Nombre	Nombre	Francs		Francs
EUROPE	19	20	21	22	23
Allemagne					
Autriche-Hongrie.					
Belgique.					
.					
.					
.					
AMERIQUE					
Argentine (Républ.)					
Bésil					
Canada					
Chili					
.					
.					
.					
AFRIQUE					
Égypte					
Libéria					
.					
.					
.					
ASIE					
Inde britannique.					
Japon					
.					
.					
.					

IV

ACCORDO RELATIVO À PERMUTAÇÃO DE CARTAS
E ENCOMMENDAS COM VALOR DECLARADO

Firmado entre a Alemanha e os protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chili, Dinamarca e Colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, França e Colonias francezas, Hespanha, Italia, Luxemburgo, Noruega, Paizes Baixos, Portugal e Colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia.

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos dos paizes supra enumerados, em vista do artigo 19 da Convenção principal, de commum accordo e sob reserva de ratificação firmaram o accordo seguinte:

ARTIGO 1

1.—Podem-se expedir, de um dos paizes acima mencionados para outro desses paizes, cartas contendo papel-moeda com valor declarado e encommendas contendo joias e objectos preciosos com valor declarado, mediante seguro da importancia da declaração.

A comparticipação no serviço das encommendas com valor declarado limita-se ás permutas entre os paizes adherentes, cujas Administrações convencionarem em estabelecer esse serviço em suas relações reciprocas.

2.—O peso maximo das encommendas é fixado em um kilogramma por objecto.

3.—As diversas administrações, nas suas relações respectivas, terão a faculdade de determinar um maximo de declaração de valor, que, em nenhum caso, poderá ser inferior a 10.000 francos por objecto, ficando entendido que as diversas Administrações que intervierem no transporte serão obrigadas a indemnizar sómente até ao maximo que adoptaram.

ARTIGO 2

1.—As cartas e encommendas com valor declarado poderão ser sujeitas á cobrança nas condições admittidas pelos §§ 1 e 2 do artigo 7 da Convenção Principal. Estes objectos estarão sujeitos ás formalidades e taxas das correspondencias com valor declarado, da categoria a que pertencem.

2.—A perda, avaria ou expoliação de um objecto com valor declarado, sujeito á cobrança, importará a responsabilidade do serviço postal, nas condições determinadas pelo artigo 12 do presente Accordo. Depois da entrega do objecto, a Administração do

paiz de destino será responsavel pela importancia da cobrança e deverá estar em condições de comprovar a quantia cobrada pelo objecto ao remetente, excepto a deducção do premio e taxa autorizados.

ARTIGO 3.

1.—A liberdade de transito será garantida no territorio de cada um dos paizes adherentes, e a responsabilidade das Administrações que tomarem parte neste transporte limitar-se-ha ao que determina o artigo 12 abaixo mencionado.

O mesmo succederá relativamente ao transporte maritimo effectuado ou garantido pelas Administrações dos paizes adherentes, uma vez que essas Administrações estejam em condições de acceitar a responsabilidade dos valores a bordo dos vapores ou navios de que se servirem.

2.—Salvo accordo em contrario entre as Administrações de origem e de destino, a transmissão dos valores declarados, permutados entre paizes não limitrophes, effectuar-se-ha a descoberto e pelas vias empregadas para remessa das correspondencias ordinarias.

3.—A permutação de cartas e de encomendas com valor declarado entre dous paizes que se correspondem em suas relações ordinarias, por intermedio de um ou de mais paizes que não tomam parte no presente accordo, ou por meio de serviços maritimos isentos de responsabilidades, estará subordinada á adopção de medidas especiaes por estabelecer entre as Administrações dos paizes de origem e de destino, taes como o emprego de uma via indirecta, a expedição em malas fechadas, etc.

ARTIGO 4

1.—As despesas de transito previstas pelo art. 4 da Convenção principal serão pagas pela Administração de procedencia ás Administrações que tomaram parte no transporte intermediario, a descoberto ou em malas fechadas, das cartas com valor declarado.

2.—Pela Administração de procedencia das encomendas com valor declarado será paga uma taxa de 50 centimos por objecto á Administração do paiz de destino, e, si for caso para isso, a cada uma das Administrações que tomaram parte no transporte territorial intermediario. A Administração de procedencia deverá pagar, além disso, si for caso, a taxa de um franco a cada uma das Administrações que tomarem parte no transporte maritimo intermediario.

3.—Independentemente dessas despesas e taxas, a Administração do paiz de procedencia será devedora, a titulo de premio de seguro, á Administração do paiz de destino, e, si for caso para isso, a cada uma das Administrações que tomarem parte no transito territorial com garantia de responsabilidade, de um

premio proporcional de cinco centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos.

4.—Além disso, si houver transporte por mar com a mesma garantia, a Administração de origem será devedora, a cada uma das Administrações que tomarem parte nesse transporte, de um premio de seguro marítimo de 10 centimos por cada somma de 300 francos ou fracção de 300 francos.

ARTIGO 5

1.—A taxa das cartas e das encomendas com valor declarado deverá ser recebida adeantadamente, e compor-se-ha :

1º, para as cartas, de taxa e do premio fixo applicaveis a uma carta registrada do mesmo peso e para o mesmo destino, taxa e premio pagos integralmente á Administração expedidora ; para as encomendas, de uma taxa de 50 centimos por paiz que tomar parte no transporte territorial, e, si for caso para isso, de uma taxa de um franco por paiz que tomar parte no transporte marítimo;

2º, para as cartas e as encomendas, de um premio proporcional de seguro calculado, por 300 francos ou fracção de 300 francos, á razão de 10 centimos para os paizes limitrophes ou ligados entre si por um serviço marítimo directo, e á razão de 25 centimos para os outros paizes ; accrescendo, si houver cabimento, em um e outro caso, o premio de seguro marítimo previsto no ultimo paragrapho do art. 4º precedente. Todavia, como medida de transição, fica reservada a cada uma das partes contractantes, em consideração ás suas conveniencias monetarias ou outras, a faculdade de cobrar outro premio, além do acima indicado, contanto que esse premio não exceda a 1/2 por cento da somma declarada.

2.—O remettente de um objecto com o valor declarado receberá gratuitamente, no momento do deposito, um recibo summario da sua remessa.

3.—Fica formalmente estabelecido que, salvo no caso de re-expedição, previsto no § 2 do art. 10 abaixo mencionado, as cartas e as encomendas contendo valores declarados não poderão ser oneradas, por conta do destinatario, de outra taxa postal que não a da entrega a domicilio, si for caso disso.

4.—Os paizes adherentes que não tiverem o franco por unidade monetaria fixarão as suas taxas no equivalente, em sua moeda respectiva, das taxas determinadas pelo paragrapho 1º precedente. Esses paizes terão a faculdade de arredondar as fracções conforme o quadro inserto no Regulamento de execução da Convenção Principal.

ARTIGO 6

As cartas com valor declarado permutadas, quer pelas Administrações postaes entre si, quer entre essas Administrações e

a Secretaria Internacional, serão admittidas á franquia de porte e de premio de seguro nas condições determinadas pelo art. 11, § 2, da Convenção Principal.

ARTIGO 7

1.—O remettente de um objecto com valor declarado poderá nas condições determinadas pelo § 3º do art. 6 da Convenção Principal, no que diz respeito aos objectos registrados, obter que lhe seja dado um aviso da entrega desse objecto ao destinatario ou pedir informações sobre o destino da sua correspondencia, posteriormente á entrega do Correio.

2.—O producto da taxa applicavel ao aviso de recepção pertencerá, integralmente, á Administração do paiz de origem.

ARTIGO 8

1.—O remettente de um objecto com valor declarado poderá retirar-o do Correio ou fazer modificar-lhe o endereço para re-expedir esse objecto, quer para o interior do primitivo paiz de destino, quer para qualquer dos paizes adherentes, emquanto não tiver sido entregue ao destinatario, nas condições e com as formalidades determinadas para as correspondencias ordinarias e registradas no art. 9 da Convenção Principal. Esse direito limita-se, no que diz respeito á modificação dos endereços, aos objectos cujo valor declarado não exceda a 10.000 francos.

2.—Poderá igualmente pedir entrega no domicilio por portador especial, logo depois da chegada, nas condições e com as formalidades fixadas no art. 13 da dita Convenção.

E', todavia, reservada á repartição do lugar do destino a faculdade de fazer remetter por expresso um aviso de chegada do objecto, em lugar do proprio objecto, quando seus regulamentos internos o autorisem.

ARTIGO 9

1.—E' prohibida qualquer declaração fraudulenta de valor superior ao valor realmente incluído em uma carta ou em uma encomenda.

No caso de declaração fraudulenta desta natureza, o remettente perderá todo o direito á indemnisação, independentemente da acção judicial que a legislação do paiz de origem possa permittir.

2.—E' prohibido incluir nas cartas com valor :

- a) especies monetarias ;
- b) objectos sujeitos a direitos de Alfandega, com excepção dos valores em papel ;
- c) artigos de ouro e prata, pedrarias, joias e outros objectos preciosos.

3.—É igualmente prohibido incluir nas encomendas com valor declarado cartas ou notas com o character de correspondencia, moedas com o curso legal, bilhetes de banco ou quaesquer valores ao portador, titulos e objectos pertencentes á categoria de manuscritos.

Não transitarão pelo Correio os objectos comprehendidos nesta prohibição.

ARTIGO 10

1.—Uma carta ou encomenda com valor declarado reexpedida em virtude de mudança de residencia do destinatario, para o interior do paiz de destino, não estará sujeita a nenhuma outra taxa adicional.

2.—No caso de reexpedição para um dos paizes adhorescentes, que não seja o paiz do destino, os premios de seguro fixados nos §§ 3 e 4 do art. 4 do presente accordo serão cobrados do destinatario, por effeito da reexpedição, a favor de cada uma das Administrações que tomarem parte no novo transporte. Quando tratar-se de uma encomenda com valor declarado, cobrar-se-ha, além disso, a taxa fixada no § 2 do citado art. 4.

3.—A reexpedição por motivo de direcção errada, ou por haver o objecto cahido em refugio, não dará direito a cobrar-se do publico quantia alguma suplementar.

ARTIGO 11

1.—As encomendas com valor declarado estarão sujeitas á legislação do paiz de procedencia ou de destino, no que respeita á exportação, á restituição dos premios de seguro; e, no tocante á importação, ao exercicio da verificação do seguro e da Alfandega.

2.—Os direitos fiscaes e outras despesas, exigiveis pela importação, serão cobrados dos destinatarios na occasião da distribuição. Si por motivo de mudança de residencia, recusa, ou outra causa qualquer, uma encomenda com valor declarado tiver de ser reexpedida para outro paiz que tomar parte na permuta, ou devolvida ao paiz de origem, aquellas das despesas de que se trata que não forem susceptiveis de reembolso, em virtude da reexpedição, serão adicionadas de Correio em Correio, afim de serem cobradas do destinatario ou do remettente.

ARTIGO 12

1.—Salvo caso de força maior, quando uma carta ou uma encomenda com valor declarado perder-se, for subtrahida ou avariada, o remettente, ou, a pedido deste, o destinatario, terá direito a uma indemnisação correspondente á importancia real da perda, subtracção ou avaria, excepto si o prejuizo tiver sido causado por culpa ou negligencia do remettente, ou provenha da natureza do objecto, sem que, contudo, a indemnisação possa exceder em caso algum á importancia declarada.

Em caso de perda, o remetente terá, além disso, direito á restituição das despesas de expedição. Todavia, o premio de seguro ficará pertencendo ás Administrações postaes.

2.—Os paizes dispostos a encarregar-se dos riscos que possam originar-se do caso de força maior ficarão autorizados a cobrar por esse serviço uma taxa adicional nos limites traçados pela ultima *alinea* do § 1º do art. 5 do presente accordo.

3.—A obrigação de pagar a indemnisação caberá á Administração de que depender o Correio remetente. Fica reservado a essa Administração o recurso para a Administração responsavel, isto é, para a Administração em cujo territorio, ou em cujo serviço se houver dado a perda ou a subtração.

Em caso de perda, expoliação ou avaria, em circumstancias de força maior, no territorio ou no proprio serviço postal de um paiz que se encarregar dos riscos mencionados no precedente § 2º, de uma carta ou de uma encomenda com valor declarado, o paiz onde a perda, expoliação ou avaria se houver dado será por ella responsavel perante a Administração expedidora, si esta ultima se encarregar, por seu turno, dos riscos em caso de força maior com relação aos remetentes e quanto aos objectos com valor declarado.

4.—Até prova em contrario, a responsabilidade caberá á Administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar nem a entrega ao destinatario, nem, si for caso disso, a transmissão regular á Administração seguinte.

5.—O pagamento da indemnisação pela administração expedidora deverá effectuar-se o mais cedo possivel, e o mais tardar no prazo de um anno, a contar do dia da reclamação. A Administração responsavel será obrigada a reembolsar, sem demora, e por meio de uma letra, ou de um vale postal, á Administração expedidora, a importancia da indemnisação paga por esta.

A Administração de procedencia ficará autorizada a desonerar o remetente por conta da Administração intermediaria ou destinataria que, regularmente avisada, deixou decorrer um anno sem dar andamento á questão.

Além disso, no caso em que uma Administração, cuja responsabilidade estiver devidamente provada, recusar desde logo o pagamento da indemnisação, a referida Administração de procedencia se encarregará, além da indemnisação, das despesas accessorias provenientes da demora não justificada do pagamento.

6. — Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno, a contar da entrega, ao Correio, da carta com declaração de valor; findo esse prazo o reclamante não terá direito a indemnisação alguma.

7. — A Administração, por cuja conta effectuar se o reembolso da importancia dos valores declarados que não chegarem a seu destino, será subrogada em todos os direitos do proprietario.

8. — Si a perda, subtração ou avaria der-se durante o percurso entre repartições de permuta de dous paizes limitrophes, sem que seja possivel determinar em qual dos dous territorios

succedeu o facto, as duas Administrações respectivas repartirão entre si o prejuizo.

O mesmo será no caso de permuta em malas fechadas, si a perda, subtracção ou avaria realizar-se no territorio ou no recinto de uma repartição intermediaria, não responsavel.

9. — As Administrações deixarão de ser responsaveis pelos valores declarados incluídos em objectos, quando os interessados passem recibo da entrega desses objectos.

ARTIGO 13

1. — Fica reservado a cada paiz o direito de applicar ás remessas com valor declarado destinadas a outros paizes, ou delles procedentes, suas leis ou regulamentos internos, na parte que não for contraria ao presente accordo.

2. — As disposições do presente accordo não restringem o direito das partes contractantes de manter ou celebrar accordos especiaes, bem como de manter e estabelecer uniões mais intimas, com o fim de melhorar o serviço das cartas e encomendas com valor declarado.

3. — Nas relações entre Administrações que tenham concordado neste ponto, os remetentes de encomendas com valor declarado poderão encarregar-se dos direitos não postaes a que o objecto estaria sujeito no paiz de destino, mediante declaração prévia do Correio em que elle foi postado e a obrigação de pagar, a pedido do Correio do destino, as quantias indicadas por este ultimo.

ARTIGO 14

Cada Administração dos paizes adherentes poderá, em circumstancias extraordinarias que justifiquem essa medida, suspender temporariamente o serviço dos valores declarados, tanto para a expedição como para o recebimento de uma maneira geral ou parcial, comtanto que o communique immediatamente, si necessario for pelo telegrapho, á Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 15

Os paizes da União que não tomaram parte no presente accordo poderão a elle adherir, a pedido e na fórma prescripta pelo art. 24 da Convenção Principal, relativamente ás adhesões a União Postal Universal.

ARTIGO 16

As Administrações dos Correios dos paizes adherentes regularão a fórma e o modo de transmissão das cartas e encomendas com valor declarado e estabelecerão todas as outras medidas necessarias para assegurar a execução do presente accordo.

ARTIGO 17

1.—No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção Principal, qualquer Administração postal de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir as outras Administrações que participam do mesmo serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas concernentes ao serviço das cartas e encomendas com valor declarado.

Para ser posta em deliberação, cada proposta deverá ser apoiada por duas Administrações, pelo menos, sem contar a Administração de onde emana a proposta. Quando a Secretaria Internacional não receber, ao mesmo tempo que a proposta, o numero necessario de declarações de apoio, a proposta ficará sem solução alguma.

2.—Toda a proposta será sujeita ao processo determinado pelo § 2º do art. 26 da Convenção Principal.

3.—Para se tornarem executórias, as propostas deverão reunir :

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 e 18 ;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições do presente accordo que não sejam as dos arts. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 e 18 ;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4.—As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no art. 26 da Convenção Principal.

5.—Qualquer modificação ou resolução só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

ARTIGO 18

1.—O presente accordo entrará em vigor em 1 de janeiro de 1899 e terá a mesma duração que a Convenção Principal, independentemente do direito, reservado a cada paiz, de retirar-se deste accordo mediante comunicação feita, com um anno de antecedencia, por seu Governo, ao Governo da Confederação Suissa.

2.—Serão derogadas, a partir do dia em que o presente accordo for posto em execução, todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos paizes contractantes ou entre suas Administrações, as quaes não se conciliem com os termos do presente accordo, e sem prejuizo do precedente art. 13.

3.—O presente accordo será ratificado, logo que for possível. Os actos da ratificação serão trocados em Washington.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios dos paizes supra enumerados assignaram o presente accordo em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protectora- Pela Belgica:
dos allemães :

FRITSCH.
NEUMANN.

LICHTERDVELE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bosnia e Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pela Republica Maior da
America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉROU.

Pela Austria :

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pela Dinamarca e Colonias dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelos Paizes Baixos:

Pelo Sr. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela Hespanha:

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Pela Franca:

ANSAULT.

Pelas colonias francezas:

ED. DALMAS.

Por Portugal e Colonias portuguezas:

SANTO THIRSO.

Pela Roumania:

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pela Russia:

SÉVASTIANOF.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERN.

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pelo Luxemburgo.:

Pelo SR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pela Suissa:

J. B. PIODA.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIEBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

V

PROTOCOLLO FINAL

No momento de procederem á assignatura do Accordo relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado, os Plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte:

ARTIGO UNICO

Em derogação da disposição do § 8º de artigo primeiro do Accordo que fixa em 10.000 francos o limite abaixo do qual o maximo de declaração de valor não pôde em nenhum caso ser fixado, fica estabelecido que, si um paiz fixar em seu serviço postal interno um maximo inferior a 10.000 francos, terá a faculdade de fixar-o igualmente para as suas trocas internacionaes de cartas e encomendas com valor declarado.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios abaixo assignados firmaram o presente protocollo final, que terá a mesma força e valor como si as suas disposições estivessem inseridas no proprio texto do Accordo a que elle se refere, e o assignaram em um exemplar, que ficará depositado nos archivos do Governo dos Estados Unidos da America e do qual será enviada uma cópia a cada paiz interessado.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e protecto-
rados allemães:

FRITSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da
America Central:

N. BOLET PERAZA.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉRQU.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. STOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pela Dinamarca e Colonias
dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pela Belgica:

LICHTERVELD.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bosnia e Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pelo Luxemburgo:

Pelo SR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pelos Paizes Baixos:

Pelo SR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Por Portugal e Colonias por-
tuguezas:

SANTO THYRSO.

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela Hespanha:

ADOLFO ROZABAL.

CARLOS FLOREZ.

Pela França :

ANSAULT.

Pelas Colonias francezas :

ED. DALMAS.

Pela Hungria :

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Italia :

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pela Roumania:

C. CHIRA.

R. PREDA.

Pela Russia:

SEVASTIANOF.

Pela Servia :

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Suecia :

F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa :

J. B. PLODA.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis :

THIEBAUT.

Pela Turquia :

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

VI

REGULAMENTO PARA A EXECUÇÃO DO ACCORDO
RELATIVO A PERMUTAÇÃO DE CARTAS E ENCOM-
MENDAS COM VALOR DECLARADO

Firmado entre a Alemanha e os protectorados allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia e Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca e Colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Hespanha, França, Colonias francezas, Italia, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, Portugal e Colonias portuguezas, Roumania, Russia, Servia, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis e Turquia.

Os abaixo assignados, em vista do art. 19 da Convenção Principal e do art. 16 do Accordo relativo á permutação de cartas e encomendas com valor declarado, acceitaram de commun accordo, em nome de suas respectivas Administrações, as seguintes medidas para assegurarem a execução do mesmo accordo.

I

1.—As Administrações postaes dos paizes adherentes que mantem serviços maritimos regulares para o transporte das correspondencias ordinarias, dentro do territorio da União, designarão aos Correios dos outros paizes adherentes quaes desses serviços que podem ser utilizados no transporte das cartas e encomendas com valor declarado, com garantia de responsabilidade.

2.—As Administrações dos paizes adherentes communicarão umas ás outras, por meio de quadros, conforme o modelo A annexo:

1º, a nomenclatura dos paizes para os quaes ellas podem servir de intermediarias no transporte das cartas e encomendas com valor declarado;

2º, as vias de expedição das ditas remessas, desde a entrada destas nos seus territorios ou nas suas repartições;

3º, a importancia das quantias que lhes deverão ser abonadas como despesas de transporte, pelo Correio que lhes transmittir encomendas, segundo o paiz a que estas se destinem;

4º, a importancia das porcentagens que lhes deverão igualmente ser abonadas pelo Correio que lhes entregar cartas ou encomendas a descoberto, segundo o paiz a que taes objectos se destinem.

3.—As Administrações dos paizes fóra da Europa e o Correio Ottomano teem a faculdade de restringir a certas repartições postaes o serviço dos objectos com valor declarado. As Administrações que usarem dessa faculdade deverão notificar aos outros

Correios, que participarem do mesmo serviço, a lista das suas repartições, a cujo destino seja permittido remetter objectos com valor declarado.

4.—Em vista dos quadros A, recebidos dos Correios correspondentes, cada Administração determinará as vias que empregará para a transmissão dos seus valores declarados e os premios que cobrará dos expedidores, segundo as condições em que effectuar-se o transporte intermediario.

5.—Cada Administração deverá fazer conhecer directamente á primeira Administração intermediaria quaes os paizes para onde ella se encarrega de lhe enviar a descoberto cartas e encomendas com valor declarado.

II

1.—As cartas com valor declarado só serão acceitas em sobre-carta fechada por meio de sinetes applicados sobre lacre, separados, reproduzindo um signal particular e applicados em numero sufficiente para prender todas as dobras da sobre-carta. E' prohibido empregar sobre-cartas com as margens coloridas.

2.—Cada carta deverá, além disso, ser acondicionada de maneira que não possa ser devassado o seu conteudo, sem damnificar-se exterior e visivelmente o envoltorio ou os sinetes.

3.—Os sellos empregados na franquia deverão ser collocados espaçadamente, afim de que não possam encobrir os estragos do envoltorio. Não deverão tambem ser dobrados sobre as duas faces da sobre-carta de maneira que encubram a respectiva borda.

4.—As joias ou objectos preciosos serão encerrados em caixas de madeira, que não excedam a 30 centimetros de comprimento, 10 centimetros de largura e 10 centimetros de altura, e cujas paredes deverão ter, pelo menos, oito millimetros de espessura.

5.—As encomendas com valor declarado deverão ser amarradas com barbante forte, em cruz, sem nós, e cujas duas pontas deverão ser unidas por meio de lacre, onde será applicado um sinete com um signal particular. Além disso, as encomendas serão marcadas nas quatro faces lateraes com sinetes identicos applicados sobre lacre. As faces superior e inferior deverão ser cobertas de papel branco, para receber o endereço do destinatario, a declaração do valor e o signal dos carimbos de serviço.

6.—As cartas e encomendas com valor declarado endereçadas por meio de iniciaes, ou cujo endereço seja escripto a lapis, não serão admittidas.

III

1.—A declaração dos valores deverá ser expressa em francos e centimos ou na moeda do paiz de procedencia, e escripta pelo remettente no sobrescripto do objecto, por extenso e em algarismos, sem rasura nem entre-linhas, embora resalvadas.

2.—Quando a declaração for feita em moeda differente do franco, a Administração do paiz de procedencia será obrigada a reduzi-la a esta ultima moeda, indicando, por meio de novos algarismos collocados ao lado ou abaixo dos algarismos representativos do total da declaração, o equivalente deste em francos e centimos.

Esta disposição não será applicavel ás relações directas entre paizes que tenham uma moeda commun.

3.—As encomendas com valor declarado deverão ser acompanhadas de declarações para a Alfandega (manifesto), conformes ou analogas ao modelo B anexo, nas relações que admittirem o emprego de taes declarações.

Cumpra ás Administrações interessadas dirigir uma notificação a este respeito aos Correios correspondentes e indicar-lhes o numero de taes declarações, que devem acompanhar os mesmos objectos.

IV

As disposições do art. 13 da Convenção Principal, assim como dos arts. XIII e XXIX do seu Regulamento, serão respectivamente applicaveis em caso de pedido, quer de entrega por expresso, quer de aviso de recebimento, retirada ou mudança de endereço de uma carta ou encomenda com valor declarado.

As disposições do art. XIV do Regulamento da Convenção Principal serão applicaveis ás cartas ou encomendas com valor declarado, sujeitas á cobrança.

V

Quando circumstancias quaesquer ou reclamações dos interessados revelarem a existencia de uma declaração fraudulenta de valor superior ao valor real incluído em uma carta ou encomenda, avisar-se-ha no sentido á Administração do paiz de procedencia, com a maior brevidade, e, si possível for, remetendo os documentos comprobativos da fraude.

VI

1.—O peso exacto em grammas de cada carta ou encomenda com valor declarado deverá ser mencionado no objecto, pelo Correio de procedencia, no angulo esquerdo superior do endereço.

2.—Além disso, o objecto será marcado pela repartição de procedencia, do lado do endereço, com o carimbo indicando o lugar e a data da entrega ao Correio, e, si for possível, com o carimbo especial usado no paiz de procedencia para as cartas ou encomendas com valor declarado.

3.—A repartição destinataria applicará no verso do objecto o seu proprio carimbo, com a data da recepção.

VII

1. — A transmissão dos objectos com valor declarado, entre paizes limitrophes ou ligados entre si por meio de um serviço marítimo directo, será feita pelas repartições postaes das que as duas Administrações correspondentes designarem de commum accordo para esse fim.

2. — Nas relações entre paizes separados por um ou mais serviços intermediarios, as cartas e encomendas com valor declarado deverão sempre seguir a via mais directa e ser entregues a descoberto á primeira Administração intermediaria, si esta Administração estiver no caso de effectuar a transmissão nas condições determinadas pelo art. 1 do presente Regulamento.

3. — Fica, todavia, reservada ás Administrações correspondentes a faculdade de se entenderem, quer para permutar valores declarados em malas fechadas, por meio dos serviços de um ou mais paizes intermediarios, que tenham tomado parte ou não neste accordo, quer para effectuar a transmissão a descoberto por vias indirectas, no caso em que este modo de transmissão não offereça, pela via directa, a garantia de responsabilidade em todo o percurso.

VIII

1. — As cartas e encomendas com valor declarado serão lançadas pelo Correio expedidor em facturas especiaes, conformes ao modelo C annexo ao presente Regulamento, com todos os pormenores que estas formulas admittem.

Em frente ao lançamento dos objectos que tiverem direito a aviso de recebimento ou que estiverem sujeitos á cobrança, dever-se-ha declarar respectivamente na columna « Observações », quer a nota A. R., quer a nota « Remb. », seguida da indicação, em moeda do paiz de destino, da importancia da cobrança.

Os objectos que tenham de ser entregues por expressos deverão ser mencionados no quadro 1 da folha de aviso.

2. — As cartas e encomendas com valor declarado formarão com essa factura um ou dous maços especiaes, que serão atados e embrulhados em papel consistente, e depois atados exteriormente e lacerados em todas as dobras com o sinete do Correio expedidor.

Estes maços terão como inscripção as palavras « Valeurs déclarées » ou « Lettres de valeur déclarée » e « Boîtes de valeur déclarée », com a indicação, em baixo, do peso bruto em grammas. Deverão ser collocados no centro da mala.

3. — A presença ou falta de taes maços em uma mala que possa conter objectos com valor declarado será consignada em frente á rubrica *ad hoc* que figura no annexo da folha do aviso, quer pela indicação da quantidade e peso dos maços, quer pela declaração « Nada ».

4.—O maço ou maços de valor declarado serão ligados por meio de um barbaute em cruz ao maço dos objectos registrados; a esses maços assim reunidos será ligada a sobre-carta especial contendo a folha de aviso.

5.—Todas as vezes que uma das duas Administrações correspondentes reclamar a separação, as encomendas com valor declarado deverão ser mencionadas nas formulas C distintas e ser embalhadas separadamente.

Em tal caso, os maços ou saccos contendo as duas categorias de objectos de valor declarado serão ligados ao maço ou sacco dos objectos registrados.

6.—Os avisos de recepção dos objectos com valor declarado serão tratados conforme as disposições dos arts. XIII, XX e XXI do Regulamento para a execução da Convenção Principal.

7.—As disposições do presente artigo poderão ser modificadas de comum accordo entre duas Administrações correspondentes, na parte em que essas disposições sejam incompatíveis com o regimen particular de uma dellas.

IX

1.—Na ocasião do recebimento de um pacote com valor declarado, o Correio destinatario examinará si o dito pacote apresenta alguma irregularidade, quer no seu estado ou organização exterior, quer em observancia das formalidades a que a transmissão está sujeita pelo artigo precedente. Verificará igualmente o peso bruto do pacote.

2.—O mesmo Correio procederá em seguida á verificação particular dos objectos com valor declarado, consignando quaesquer faltas ou irregularidades, quando as haja, e rectificará as facturas, conformando-se com as regras estabelecidas pelo art. XXIII do Regulamento para a execução da Convenção Principal.

3.—A falta de objectos ou qualquer alteração ou irregularidade que possa envolver a responsabilidade das Administrações respectivas serão consignadas em um auto, que será transmitido, acompanhado dos sobrescriptos, barbautes e sinetes do maço, á Administração Central do paiz a que pertencer o Correio destinatario. Uma duplicata desse documento será ao mesmo tempo enviada, sob registro official, á Administração Central a que pertencer o Correio expedidor, independentemente do boletim de verificação, que será remetido immediatamente a este Correio.

4.—Sem prejuizo da applicação das disposições do § 3º, o Correio que receber de um Correio correspondente um objecto insufficientemente embrulhado ou avariado, deverá dar-lhe curso depois de tel-o embrulhado de novo, conservando tanto quanto possível o envoltorio primitivo. Em tal caso, o peso do objecto deverá ser verificado antes e depois de ser novamente embrulhado.

X

1.—As cartas e as encomendas com valor declarado, reexpedidas em virtude de direcção errada, serão encaminhadas ao seu destino pela via mais rápida de que puder dispor a Administração reexpedidora.

Quando a reexpedição der lugar à restituição dos objectos dessa especie á Administração expedidora, annullar-se-hão os abonos lançados na factura desta Administração, e o Correio reexpedidor enviará esses objectos, mencionando-os, para scientificação, depois de ter indicado o engano por meio de um boletim de verificação.

No caso contrario, e si as percentagens abonadas á Administração reexpedidora forem insufficientes para cobrir a parte dessas percentagens e as despesas de reexpedição que lhe pertencem, será ella creditada pela differença, augmentando-se a quantia lançada em seu credito na factura da repartição expedidora. O motivo dessa rectificação será notificado á dita repartição por meio de um boletim de verificação.

2.—As cartas e encomendas com valor declarado, reexpedidas por motivo de mudança de residencia dos destinatarios, para um dos paizes adherentes, serão marcadas com o carimbo T' pela Administração reexpedidora, e sujeitas pela Administração qua as distribuir a uma taxa a cobrar do destinatario, representativa do premio que compete a esta ultima Administração e a cada uma das Administrações intermediarias, si as houver.

Neste ultimo caso, á primeira Administração intermediaria que receber um valor declarado reexpedido se creditará pela totalidade de sua percentagem para com a Administração a que entregar o objecto; e a esta ultima, por sua vez, si apenas servir de intermediaria, creditar-se-ha para com a Administração seguinte pela sua propria percentagem, adicionada com aquella por que foi debitada pela Administração precedente. A mesma operação se repetirá nas relações entre as differentes Administrações que tomarem parte no transporte até chegar o objecto á Administração que o tenha de entregar.

Contudo, si as percentagens que forem exigidas para o percurso ulterior de um objecto reexpedido forem pagas no momento da reexpedição, esse objecto será considerado como si fosse dirigido directamente do paiz reexpedidor para o paiz do destino, e entregue livre de taxa ao destinatario.

3.—Qualquer carta ou encomenda com valor declarado, cujo destinatario tiver partido para um paiz que não tenha tomado parte no presente Accordo, será devolvida immediatamente como refugo ao paiz de procedencia, a fim de ser entregue ao remetente, a não ser que a Administração de primeiro destino esteja no caso de fazel-a chegar ao destinatario.

4.—Os objectos com valor declarado, cahidos em refugo, por qualquer motivo, deverão ser reciprocamente devolvidos, por intermedio das respectivas repartições postaes, logo que for

possível, e o mais tardar, nos prazos fixados pelo Regulamento de execução da Convenção Principal.

Esses objectos serão mencionados, para scientificação, na factura especial *C* com a declaração « Rebutts » na columna das observações e incluídos no maço intitulado « Valeurs déclarées ».

5 — Si as encomendas com valor declarado reexpedidas para outro paiz por motivo de mudança de residência do destinatário, ou cahidas em refugo, estiverem sujeitas a despesas accessorias de verificação, que não tenham sido cobradas na ocasião da reexpedição, a importancia respectiva será levada ao debito da Administração correspondente, na columna 9 da factura, com indicação summaria em frente, na columna 10, da natureza das despesas a cobrar do destinatario ou do remetente (imposto do sello, etc.).

XI

Até prova em contrario, a Administração que transmittir uma carta ou encomenda com valor declarado á outra Administração ficará isenta de qualquer responsabilidade relativamente a esse valor, si a repartição postal a que a carta ou a encomenda for entregue não enviar, na primeira expedição, á Administração remetente um auto consignando a falta ou alteração, quer do maço inteiro dos valores declarados, quer da propria carta ou encomenda.

XII

No que respeita ás reclamações de cartas e encomendas com valor declarado que tenham chegado ao seu destino, as Administrações seguirão as disposições do artigo XXVIII do Regulamento de execução da Convenção Principal, relativamente á reclamação de objectos registrados.

XIII

Os premios devidos a cada Administração, conforme o § 1 do artigo 4 deste Accordo, pelo transitio territorial ou maritimo das cartas com valor declarado, serão calculados segundo as condições estabelecidas pelos artigos XXXI e XXXII do Regulamento da Convenção Principal.

XIV

1. — Cada Administração fará organizar mensalmente em cada uma das suas repartições, relativamente a todos os objectes de correspondencia recebidos das repartições de uma mesma Administração, uma conta, conforme ao modelo *D* anexo ao presente Regulamento, das quantias lançadas em cada factura,

quer a seu credito pela parte que lhe pertencer e pela parte que pertencer a cada uma das Administrações interessadas, si as houver, nas taxas de transporte (encomendas sómente) e nas percentagens recebidas pela Administração expedidora, quer a seu debito pela parte que pertencer ás Administrações intermediarias, em caso de reexpedição ou de refugio, nos premios postaes e despesas de verificação a receber dos destinatarios ou dos remittentes.

2. — As contas *D* serão em seguida recapituladas pela referida Administração em uma conta, conforme ao modelo **IE** igualmente annexo ao presente Regulamento.

3. — Essa conta, acompanhada das contas parciaes, das faturas e dos boletins de verificação, quando os haja, que a ella se referirem, será submettida ao exame da Administração correspondente, no correr do mez seguinte áquelle a que a mesma conta se referir.

O resultado desse exame será communicado á Administração que organisou a conta mensal, no prazo de um mez, o mais tardar, a partir da data do recebimento da dita conta.

4. — As contas mensaes depois de terem sido verificadas e aceitas de parte a parte serão resumidas em uma conta geral annual pela Administração credora, salvo outro accordo estabelecido pelas Administrações interessadas.

A conta annual deverá ser organizada e remittida á Administração correspondente, o mais tardar, no correr da primeira metade do terceiro mez do anno seguinte ao da mesma conta, e esta ultima Administração deverá devolve-la, aceita ou com observações, no prazo maximo de um mez depois do recebida.

5. — Salvo outro ajuste entre as Administrações interessadas, o pagamento do saldo resultante da conta annual deverá ser effectuado sem despesas para a Administração credora, o mais tardar um mez depois que a referida conta tenha sido contradictoriamente liquidada.

XV

1. — As Administrações remetterão umas ás outras, por intermedio da Secretaria Internacional e tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o accordo, o seguinte :

1º, a tabella das percentagens applicaveis em seu serviço ás cartas e encomendas com valor declarado para cada um dos paizes adherentes, de conformidade com o art. 5 do accordo e art. 1 do presente Regulamento ;

2º, o *fic-simile* do carimbo especial, quando o haja, usado em seu serviço para os valores declarados ;

3º, o limite maximo admittido para os valores declarados pela applicação do art. 1º do accordo.

2. — Qualquer modificação feita ultèriormente com relação a qualquer d's tres pontos acima mencionados deverá ser, sem demora, notificada do mesmo modo.

XVI

1. — No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção principal, qualquer Administração dos Correios de um paiz da União terá o direito de dirigir às outras Administrações adherentes, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas para a modificação ou interpretação do presente Regulamento.

2. — Toda a proposta será sujeita ao processo determinado pelo art. XLI do Regulamento da Convenção Principal.

3. — Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1.ª Unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo ou do art. XVII;

2.ª Dous terços dos votos, si se tratar da modificação dos arts. II, III, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII;

3.ª Simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente Regulamento, salvo o caso de litigio, previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4. — As resoluções que forem tomadas serão sancionadas por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações interessadas.

5. — Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

XVII

O presente Regulamento terá execução a contar do dia em que for posto em vigor o Accordo. Terá a mesma duração que esse Accordo, de commun harmonia entre as partes interessadas.

Feito em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Alemanha e protecto-	Pela Republica Argentina:
rados allemães:	M. GARCIA MÉRQU.
FRISCH.	Pela Austria:
NEUMANN.	DR. NEUBAUER.
Pela Republica Maior da	HABBERGER.
America Central:	STIBRAL.
N. BOLET PERAZA.	Pela Republica da Liberia:
Pela Belgica:	CHAS HALL ADAMS.
LICHTERVELDE.	Pelo Luxemburgo:
STERPIN.	Pelo SR. HAVELAAR:
A. LAMBIN.	VAN DER VEEN.
Pela Bosnia e Herzegovina:	Pela Noruega:
DR. KAMLER.	THB. HEYERDHAL.
Pelo Brazil:	Pela Bulgaria:
A. FONTOURA XAVIER.	V. STOYANGVITCH.

Pelo Chile:	Pelos Paizes Baixos :
R. L. IRARRAZAVAL.	Pelo Sr. HAVELAAR.
Pela Dinamarca e Colonias di-	VAN DER VEEN.
namarquezas:	VAN DER VEEN.
C. SVENDSEN.	Por Portugal e Colonias por-
Pela Republica Dominicana :	guezas:
	SANTO THYRSO.
	Pela Roumania :
Pelo Egypto:	R. PREDA.
	C. CHIRA.
	Pela Russia:
Pela Hespanha:	SÉVASTIANOF.
ADOLFO ROZABAL	Pela Servia :
CARLO FLOREZ.	PIERRE DE SZALAY.
Pela França:	G. DE HENNYEY.
ANSAULT.	Pela Suecia:
	F. H. SCHLYTERN.
Pelas Colonias francezas:	Pela Suissa:
ED. DALMAS.	J. B. PODA.
Pela Hungria:	A. STAGER.
PIERRE DE SZALAY.	C. DELESSERT.
G. DE HENNYEY.	Pela Regencia de Tunis:
Pela Italia:	THIEBAUT.
E. CHIARADIA.	Pela Turquia :
G. C. VINCI.	MOUSTAPHA.
E. DELMATI.	A. FAHRI.

folha branca original

ANNEXOS

folha branca original

OFFICE EXPÉDITEUR
DU PRÉSENT TABLEAU:

OFFICE DESTINATAIRE
DU PRÉSENT TABLEAU:

A

ÉCHANGE DE LETTRES ET BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE


ENTRE PAYS NON LIMITOPHES

Tableau indiquant les conditions auxquelles peuvent être transmis à découvert à l'Office des postes d....., par l'Office des postes d....., des envois contenant des valeurs déclarées à destination de ceux des pays participant à l'Arrangement par rapport auxquels le premier Office est à même de servir d'intermédiaire au second.

PAYS de destination	VOIES de transmission	DÉSIGNATION des pays intermé- diaires et des ser- vices maritimes dont l'emploi entraîne rémunération spéciale avec garantie	TOTAL des taxes de transport pour les boîtes, à bonifier à	TOTAL des droits d'assurance pour les lettres et pour les boîtes, à bonifier à	OBSER- VATIONS
1	2	3	4	5	6

B

DÉCLARATION EN DOUANE

DÉSIGNATION DU CONTENU 1	VALEUR DU CONTENU 2	POIDS		OBSERVATIONS
		BRUT DE LA BOÎTE 3	NET DE CONTENU 4	
		grammes	grammes	Reproduire ci-dessous l'empreinte des cachets. 

A le 189.....

L'expéditeur.

C (RECTO).

[illegible]

ADMINISTRATION
DES POSTESCORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

d.....

d.....

D

ÉTAT MENSUEL

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d.....
et l'Administration des postes d....., à titre de droits d'assurance, pour
les lettres et boîtes avec valeur déclarée livrées par les bureaux d'échange dépendant de la première
Administration au bureau d'échange.....

Mois de 189.....

DATES DES FEUILLES D'ENVOI		1. Avoir de l'Office destinataire (Colonnes 7 et 8 de la formule C)						2. Avoir de l'Office expéditeur (Colonne 9 de la formule C)						OBSERVATIONS
		Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	Envoi du bureau de.....	
1.	.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	ct.	fr.	
2.	.													
3.	.													
4.	.													
5.	.													
6.	.													
7.	.													
8.	.													
9.	.													
10.	.													
11.	.													
12.	.													
13.	.													
14.	.													
15.	.													
16.	.													
17.	.													
18.	.													
19.	.													
20.	.													
21.	.													
22.	.													
23.	.													
24.	.													
25.	.													
26.	.													
27.	.													
28.	.													
29.	.													
30.	.													
31.	.													
Totaux par bureaux correspondants														
Total général de chaque Avoir														
Différence au profit de l'Office destinataire														

Timbre du bureau
échange destinataire

Le Chef du bureau d'échange destinataire.

I (verso)

Numéros d'ordre	Désignation des bureaux d'échange destinataire	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	Numéros d'ordre	Désignation des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire
	Report			Report	
	Total à reporter.			Total général...	

ADMINISTRATION
DES POSTESCORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE

d.....

d.....

E (RECTO)

COMPTE

récapitulatif des états mensuels de feuilles d'envoi des valeurs déclarées adressées par les
bureaux d'échange aux bureaux d'échange

Mois de 189

Numéros d'ordre	DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	Numéros d'ordre	DÉSIGNATION des bureaux d'échange destinataires	MONTANT des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire
1			21	Report	
2			22		
3			23		
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
17					
18					
19					
20					
	Total à reporter ..			Total à reporter ..	

VII

ACCORDO RELATIVO AO SERVIÇO DE VALES POSTAIS

Firmado entre a Alemanha e os Protectorados Allemdes, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca e Colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Franca, Grecia, Guatemala, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, Colonias neerlandezas, Portugal e Colonias portuguezas, Roumania, Servia, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Uruguay.

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos dos paizes acima enumerados, em vista do art. 19 da Convenção Principal, firmaram de commun accordo, e sob reserva de ratificação, o seguinte Accordo:

ARTIGO 1

A permuta de fundos por intermedio do Correio e por meio de vales, entre os paizes adherentes, cujas Administrações concordaram em estabelecer este serviço, será regida pelas disposições do presente accordo.

ARTIGO 2

1.—Como regra, a importancia dos vales deve ser entregue pelos tomadores e paga aos destinatarios em numerario; mas cada Administração terá a faculdade de receber e de empregar para esse fim qualquer papel-moeda que tenha curso legal em seu paiz, sob a condição de levar em conta, neste caso, a differença de cambio.

2.—Nenhum vale poderá exceder á importancia de 1.000 francos effectivos ou uma importancia approximada na moeda respectiva de cada paiz.

Todavia, as Administrações que não puderem actualmente admitir o maximo de 1.000 francos terão a faculdade de fixal-o em 500 francos, ou em uma somma approximada na moeda de cada paiz.

3.—Salvo accordo em contrario entre as administrações interessadas, a importancia de cada vale será expressa na moeda metallica do paiz em que o pagamento se deva effectuar. Para este fim, a administração do paiz de origem determinará, si for caso para isso, a taxa de conversão de sua moeda na moeda metallica do paiz de destino.

A administração do paiz de procedencia determinará, igualmente, si houver cabimento, o cambio que o tomador deverá pagar, quando esse paiz e o paiz do destino possuam o mesmo systema monetario.

4.—Fica reservado a cada um dos paizes contractantes o direito de declarar transmissivel, por meio de endosso, em seu territorio, a propriedade dos vales postaes procedentes de outro desses paizes.

ARTIGO 3

1.—O premio goral a pagar pelo tomador por cada remessa de fundos, effectuada em virtude do artigo precedente, será fixado em um valor metallico de 25 centimos por 25 francos ou fracção de 25 francos, para os primeiros 100 francos e para o que exceder desses 100 francos, de 25 centimos por 50 francos ou fracção de 50 francos, ou no equivalente na moeda respectiva dos paizes adherentes, com a faculdade de, em tal caso, arredondarem as fracções.

Serão isentos de qualquer taxa os vales officiaes relativos aos serviços dos Correios e trocados entre as administrações postaes ou entre os Correios que dependerem dessas administrações.

2.—A administração que pagar vales terá direito a haver da administração que os emittiu um premio de 1/2 por cento pelos primeiros 100 francos e de 1/4 por cento pelas quantias excedentes, excepção feita dos vales officiaes.

3.—Os vales trocados por intermedio de um dos paizes que acceitaram o Accordo, entre um desses paizes e outro que não tenha tomado parte no mesmo Accordo, poderão ser sujeitos em beneficio da administração intermediaria a um premio supplementar, deduzido do total do titulo e representando a quota-parte do paiz não adherente.

4.—Os vales postaes e as quitações passadas nesses vales, bem como os certificados entregues aos tomadores, não poderão estar sujeitos por conta dos remittentes ou dos destinatarios de fundos a qualquer premio ou imposto além do premio celebrado em virtude do § 1º do presente artigo, sob a taxa de distribuição domiciliaria (*factage*), si a houver, e o premio supplementar previsto pelo § 3º precedente.

5.—O tomador de um vale postal poderá fazel-o retirar do Correio ou fazer-lhe modificar o endereço nas condições e sob as reservas determinadas para as correspondencias ordinarias pelo art. 9º da Convenção Principal, desde que ao destinatario não tenha sido entregue o titulo ou a sua importancia.

6.—O tomador poderá igualmente pedir a entrega do dinheiro em domicilio, por portador especial, logo depois da chegada do vale, nas condições fixadas no art. 13 da dita Convenção.

7.—Fica, todavia, reservada ao Correio do paiz de destino a faculdade de fazer remetter por expresso, em lugar do dinheiro, um aviso de chegada do vale ou o proprio titulo, quando os seus regulamentos internos o permittam.

ARTIGO 4

1.—Os vales postaes poderão ser transmittidos pelo telegrapho entre os Correios cujos paizes são ligados em suas relações pelo telegrapho do Estado ou que concordem em empregar para esse fim a telegraphia particular; serão denominados, neste caso, vales telegraphicos.

2.—Os vales telegraphicos poderão, como os telegrammas ordinarios e nas mesmas condições que estes ultimos, ser sujeitos ás formalidades de urgencia, resposta paga, verificação, avisos de recebimento, bem como ás formalidades da transmissão pelo Correio ou da entrega por expresso, si forem destinados a localidades não servidas pelos telegraphos internacionaes. Poderá, além disso, ter direito a pedidos de aviso de pagamento a entregar ou expellir pelo Correio.

Os tomadores de vales telegraphicos poderão acrescentar á formula regulamentar do vale communicações para o destinatario, contanto que paguem a importancia respectiva segundo a tarifa.

3.—O tomador de um vale telegraphico deverá pagar:

a) o premio ordinario dos vales postaes, e, si for pedido aviso de pagamento, o preço fixo desse aviso;

b) a taxa do telegramma.

4.—Os vales telegraphicos não serão sobrecarregados de outras despesas além das previstas no presente artigo, ou as que possam ser cobradas de conformidade com os regulamentos telegraphicos internacionaes.

ARTIGO 5

1.—Por motivo de mudança de residencia do destinatario, os vales ordinarios poderão ser reexpedidos de um dos paizes pertencentes ao Accordo para outro desses paizes. Quando o paiz do novo destino tiver outro systema monetario que o primitivo paiz do destino, a conversão da importancia do vale em moeda do primeiro desses paizes será feita pelo Correio reexpedidor, segundo o premio convencionado para os vales destinados a esse paiz e emanados do paiz do primitivo destino.

Não será cobrado nenhum supplemento de premio pela reexpedição, mas o paiz de novo destino perceberá, em todo o caso, em seu beneficio, a quota-parte do premio que lhe caberia, si o vale lhe tivesse sido dirigido primitivamente, mesmo no caso em que, por effeito de um accordo especial celebrado entre o paiz de procedencia e o paiz de primitivo destino, o premio effectivamente cobrado fosse inferior ao premio previsto no art. 3 do presente Accordo.

2.—Os vales telegraphicos poderão ser reexpedidos para um novo destino nas mesmas condições que os vales ordinarios. Salvo ajuste em contrario entre as Administrações interessadas, a reexpedição dos vales telegraphicos será sempre effectuada por via postal.

ARTIGO 6

1.—As Administrações dos Correios dos paizes adherentes formularão, nas épocas fixadas pelo Regulamento junto, as contas em que se acham recapituladas todas as importancias pagas pelas suas respectivas repartições postaes; e essas contas, depois de terem sido verificadas e aceitas reciprocamente, serão salda-las, salvo accordo em contrario, em moeda de ouro do paiz credor, pela Administração devedora, no prazo fixado pelo mesmo Regulamento.

2.— Para esse fim, o salvo ajuste em contrario, quando os vales forem pagos em moedas differentes, o credito menor será convertido na moeda de credito maior, ao par das moedas de ouro dos dous paizes.

3.—No caso de falta de pagamento do saldo de uma conta nos prazos fixados, a importancia d'esse saldo vencerá juros, a contar do dia em que expirarem os ditos prazos até o dia em que se effectuar o pagamento. Esses juros serão calculados na razão de 5 % ao anno e levados ao debito da Administração retardataria na sua conta proxima.

ARTIGO 7

1.—As quantias convertidas em vales postaes serão garantidas aos tomadores, até o momento em que sejam regularmente pagas aos destinatarios ou aos mandatarios destes.

2.—As quantias recebidas por cada Administração, em troca de vales postaes, cuja importancia não tenha sido reclamada pelos interessados nos prazos fixados pelas leis ou regulamentos do paiz do procedencia, ficarão pertencendo definitivamente á Administração que emittiu esses vales.

3.— Fica todavia entendido que a reclamação relativa ao pagamento de um vale a uma pessoa não autorizada só será admittida no prazo de um anno a contar do dia da expiração da validade normal do vale; passado esse tempo, as Administrações cessarão de ser responsaveis pelos pagamentos em virtude de falsos recibos.

ARTIGO 8

As estipulações do presente Accordo não restringem ás partes contractantes o direito de manter e celebrar accordos especiaes, assim como de manter e estabelecer uniões mais intimas no sentido de melhorar o serviço dos vales de Correio internacionaes.

ARTIGO 9

Cada Administração poderá, em circumstancias extraordinarias que justifiquem esta medida, suspender temporariamente o serviço dos vales internacionaes, de um modo geral ou parcial, contanto que communique immediatamente, si necessario for, pelo telegrapho, á Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 10

Os paizes da União que não tomarem parte no presente Accordo serão admittidos a adherir a elle, a seu pedido e na fôrma prescripta pelo art. 24 da Convenção Principal, no que respeita ás adhesões à União Postal Universal.

ARTIGO 11

As Administrações dos Correios dos paizes adherentes designarão, cada um na parte que lhe disser respeito, as repartições que devem emittir e pagar valles a emittir em virtude dos artigos precedentes. Ellas regularão a fôrma e o modo de transmissão dos valles, a fôrma das contas designadas no art. 6 e qualquer outra medida necessaria para assegurar a execução do presente Accordo.

ARTIGO 12

1.—No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 20 da Convenção Principal, qualquer Administração dos Correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras Administrações, que participam do mesmo serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao serviço dos valles postaes.

Para ser posta em deliberação, cada proposta deverá ser apoiada por duas Administrações, pelo menos, sem contar a Administração de onde emana a proposta. Quando a Secretaria Internacional não receber, ao mesmo tempo que a proposta, o numero necessario de declarações de apoio, nenhuma solução terá a mesma proposta.

2.—Toda a proposta será sujeita ao processo determinado no § 2 do art. 25 da Convenção Principal.

3.—Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1^a, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições, ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 1, 2, 3, 4, 6 e 13;

2^a, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições que não sejam as dos artigos precitades;

3^a, simples maioria absoluta, si se tratar da interpretação das disposições do presente Accordo, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4.—As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dous primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a fôrma indicada no art. 26 da Convenção Principal.

5.—Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua notificação.

ARTIGO 13

1.—O presente Accordo entrará em vigor no 1º de janeiro de 1899.

2.—Terá a mesma duração que a Convenção Principal, sem prejuizo do direito reservado a cada paiz de retirar-se deste accordo, mediante communicação feita com um anno de antecedencia, pelo seu Governo ao Governo da Confederação Suissa.

3.—Serão derogadas, a partir do dia em que o presente Accordo for posto em execução, todas as disposições estabelecidas anteriormente entre os diversos governos ou Administrações das partes adherentes, as quaes não se conciliem com os termos do presente Accordo, sem prejuizo, comtudo, dos direitos reservados pelo art. 8.

4.—O presente Accôrdo será ratificado logo que for possível. Os actos de ratificação serão trocados em Washington.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios dos paizes supra enumerados assignaram o presente Accordo em Washington, aos 15 de junho de 1897.

Pela Allemanha e Protecto-
rados Allemães:
FRITSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da Ame-
rica Central:
N. BOLET PERAZA.

Pela Belgica:
LICHTERVELDE.
STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bosnia-Herzegovina:

DR. KAMLER.

Pelo Brazil:

A. FONTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. STROYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRAZAVAL.

Pela Dinamarca e Colonias di-
namarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela França.

ANSAULT.

Pela Republica Argentina:
M. GARCIA MEROU.

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.
STIBRAL.

Pelo Luxemburgo:

Pelo Sr. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pelos Paizes Baixos:

Pelo Sr. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Por Portugal e Colonias por-
tuguezas:

SANTO THYRSO.

Pela Roumania:

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Grecia:

ED. HÖHN.

Pela Guatemala:

J. NOVELLA.

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATI.

Pelo Japão:

KENJIRO KOMATSU.

KWANKICHI YUKAWA.

Pelo Reino de Sião:

ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:

J. B. PIODA.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THIEBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.

A. FAHARI.

Pelo Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUIONDO.

VIII

REGULAMENTO PARA A EXECUÇÃO DO ACCORDO
RELATIVO AO SERVIÇO DE VALES POSTAES

Firmado entre a Allemanha e os Protectorados Allemães, Republica Maior da America Central, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bosnia-Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca e Colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, França, Grecia, Guatemala, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Noruega, Paizes-Baixos, Colonias neerlandezas, Portugal e Colonias portuguezas, Roumania, Servia, Reino de Sião, Suécia, Suissa, Regencia de Tunis, Turquia e Uruguay.

Os abaixo assignados, em vista do art. 19 da Convenção Principal e do art. 11 do Accordo relativo á permutação de vales postaes, acceitaram de commum accordo, em nome das suas respectivas Administrações, as seguintes medidas para assegurar a execução do mesmo Accordo.

I

Pelas quantias entregues para emissão de um vale internacional será dado ao tomador, livre de despesa e segundo a forma adoptada por cada Administração, um recibo, boletim de deposito ou declaração da entrega das ditas quantias.

II

1.—Os vales de Correio internacionaes serão organizados, segundo uma formula identica ou analoga ao modelo A, annexo ao presente Regulamento.

2.—As formulas de vales que não forem impressas em lingua franceza deverão ter uma traducção sublinear nessa lingua, e as indicações manuscriptas feitas no seu texto deverão ser formuladas em algarismos arabes e em caracteres latinos, segundo o caso, sem rasura nem entrelinhas, embora resalvadas.

3.—E' prohibido escrever nos vales outras annotações que não sejam as admittidas pelo texto das formulas respectivas. Comtudo, o tomador terá o direito de accrescentar no talão quaesquer communicações ao destinatario no vale.

4.—Os vales officiaes deverão trazer no alto a palavra « Official » e o respectivo canhoto deverá mencionar o motivo da remessa dos titulos.

III

1.—Os vales telegraphicos serão recolhidos pela repartição postal que tiver recebido as importancias, e remettidos á repartição postal que deve effectuar o pagamento.

2.— Os vales telegraphicos serão redigidos do seguinte modo:
Indicações eventuaes (por extenso ou segundo as abreviaturas autorisadas no serviço telegraphico).

Vale (numero postal de emissão).

Correios (nome da repartição postal do destino).

(Aviso de pagamento, si houver.)

(Nome do remittente) — paga — (importancia da quantia remittida, expressa em algarismos e por extenso na moeda do paiz do destino).

Para: (designação exacta do destinatario ou destinataria, sua residencia e, si for possivel, seu domicilio).

As indicações precedentes deverão figurar sempre nas formulhas dos vales telegraphicos na ordem acima.

Quando os vales telegraphicos forem emitidos por Correios de localidades onde não haja serviço telegraphico, o logar da emissão dos mesmos vales deverá ser indicado nos telegrammas immediatamente depois do numero postal da emissão, da seguinte maneira: «Mandat... de...»

Do mesmo modo, os vales telegraphicos procedentes de localidades que possuam diversas repartições postaes deverão conter a indicação exacta da repartição postal de procedencia quando esta repartição não for encarregada do serviço telegraphico.

3.—As diversas Administrações terão a faculdade de autorisar as repartições telegraphicas de localidades que possuam um ou mais Correios a receber do tomador e a pagar no logar de destino a importancia dos vales telegraphicos.

4.—A conferencia parcial será obrigatoria (repetição de Correo a Correo dos nomes proprios e dos numeros).

5.—Para comprovar a expedição do vale telegraphico a repartição postal emissora remetterá em sobrecarta, e pela mais proxima expedição, á repartição postal destinataria uma cópia ou aviso de emissão do mesmo vale, conforme ou analogo ao modelo **II** annexo ao presente Regulamento. Pela repartição destinataria será junta esta cópia ao original onde se achar o recibo do destinatario.

IV

1.—Os vales serão transmittidos a descoberto.

2.—Os vales que tiverem de ser incluidos em cada mala serão reunidos em um só maço, depois de subdivididos, si para isso houver motivo, em tantos picotes quantos forem os paizes destinatarios, e incluidos, pelas repartições de permutas, na sobrecarta que contiver a folha do aviso que acompanha a mala.

V

1.—Quando um vale ordinario estiver sujeito á reexpedição de que trata o art. 5 do Accordo e o paiz de primitivo destino e o de novo destino tenham systemas monetarios differentes, o Correo

reexpedidor riscará com um traço de penna as indicações da importância do vale, inclusive a indicação superior da rubrica *Bon pour*, de modo, porém, que fiquem visíveis as inscrições primitivas. Depois de ter reduzido o valor da emissão à moeda do paiz de novo destino, o dito Correio escreverá a somma resultante da conversão, por extenso e em um logar conveniente da formula do vale, mas tanto quanto possível immediatamente acima da indicação primitiva da referida quantia por extenso. O novo lançamento feito no vale será assignado pelo empregado do Correio. Este mesmo processo deverá ser seguido nos casos de reexpedições ultteriores.

2.—Os vales telegraphicos poderão ser reexpedidos para um novo destino nas mesmas condições que os vales ordinarios (art.5, § 2º, do Accordo). Neste caso, deverão ser acompanhados do titulo confirmativo.

3.—Os pedidos de reexpedição ou de devolução serão consignados para scienciação, pela primeira repartição destinataria, e pelos Correios destinatarios ultteriores, si o houver. O Correio que effectuar a reexpedição de um vale nas condições acima previstas comunicará o facto ao Correio emissor.

VI

As disposições do art. 13 da Convenção Principal e do art. XXIX do Regulamento da mesma Convenção serão respectivamente applicaveis, em caso de pedido, quer de entrega por expresso, quer de retirada ou mudança de endereço de um vale postal.

Tolerar-se-a reproducção exacta das notas escriptas no talão não será exigida para o *fac-simile* do vale.

VII

1.—Os vales cujo pagamento não se puder effectuar por uma das causas seguintes:

1º, indicação inexacta, insufficiente ou duvidosa do nome ou do domicilio dos destinatarios ;

2º, differenças ou omissões de nomes ou de quantias ;

3º, rasuras ou entrelinhas nas indicações ;

4º, omissões de carimbos, de assignaturas ou de outras indicações de serviço ;

5º, indicação da importancia a pagar em moeda que não seja a do paiz de destino ou, quando se der o caso, a que tenha sido para esse fim admittida pelas Administrações correspondentes ;

6º, emprego de formulas não regulamentares.

Serão regularizados pela Administração que os houver emitido.

2.—Para esse fim, os vales de que se trata serão devolvidos, como correspondencia official, o mais breve possível, ao Correio de procedencia pelo Correio de destino, salvo applicação das dis-

posições do § 4, abaixo mencionado, si for caso para isso. As duas Administrações postaes em questão deverão ser avisadas dessa devolução e da solução dada, si as irregularidades de que se trata forem imputadas ao serviço postal.

3.—Os vales telegraphicos cujo pagamento não puder ser effectuado devido ao endereço insufficiente ou inexacto, terão direito a que seja enviado ao Correio de procedencia um aviso de serviço indicando a causa do não pagamento. O Correio de procedencia verificará a exactidão do endereço. Si esse endereço tiver sido alterado, o mesmo Correio o rectificará immediatamente por meio de aviso de serviço. No caso contrario, o dito Correio prevenirá o tomador, ao qual será permitido rectificar ou completar o endereço por um aviso de serviço taxado.

Quando o pagamento for suspenso por outra causa, principalmente por motivo de omissão de uma ou mais formalidades previstas pelo precedente art. III, e o destinatario não se utilizar das faculdades que lhe são offerecidas pelas disposições dos §§ 4º e 6º do presente artigo, a regularização do vale será feita na forma prescripta para os vales postaes ordinarios. Do mesmo modo se procederá com relação aos vales telegraphicos, cujo endereço, insufficiente ou inexacto, não tenha sido rectificado em um prazo normal por meio de um aviso de serviço.

4.—Si o destinatario de um vale irregular, ordinario ou telegraphico, desejar obtel-o, offerecendo-se para pagar todas as despezas, as irregularidades que se opponham ao pagamento do mesmo vale poderão ser regularizadas por via telegraphica, por meio de um aviso do serviço taxado. O vale, em tal caso, será conservado pelo Correio de destino, o qual effectuará a sua regularização ao receber o telegramma rectificativo enviado pelo Correio de procedencia, juntando esse telegramma ao vale regularizado.

5.—Os vales telegraphicos, dos quaes tenha sido enviado apenas o titulo confirmativo, mas de que falte o telegramma, não deverão ser pagos á simples vista do primeiro de taes documentos. Antes de tudo, cumprirá reclamar-se o telegramma.

6.—No caso em que os telegrammas rectificativos mencionados no § 4º precedente tenham sido motivados por engano devido ao Correio, a taxa dos mesmos telegrammas deverá ser restituída a quem de direito.

7.—Os vales (ordinarios ou telegraphicos) recusados, bem como aquelles cujos destinatarios forem desconhecidos, ou se tenham ausentado sem deixar endereço, serão devolvidos immediatamente como correspondencia official, pelo Correio do destino ao Correio da procedencia, depois de se lhes haver applicado o carimbo ou apposto o rotulo, cujo uso é prescripto pelo artigo XXVI, § 4º do Regulamento de execução da Convenção Principal.

Os telegrammas-vales devolvidos por uma causa qualquer deverão ser acompanhados dos avisos de emissão a elles relativos.

VIII

1. — Os vales serão válidos até a expiração do segundo mez que se seguir ao de sua emissão.

Este prazo será elevado a quatro mezes nas relações com os paizes fóra da Europa ou desses paizes entre si, salvo ajuste em contrario, entre as Administrações interessadas.

2. — Terminado esse prazo, os vales só poderão ser pagos em vista de uma declaração da Administração que os tiver emittido, requisitado pela Administração a que pertence a repartição destinataria.

3. — A declaração deverá ser feita no proprio vale, ao qual conferirá um novo prazo de validade igual ao previsto no § 1.^o do presente artigo.

4. — Os vales, cujo pagamento não for reclamado no tempo devido, serão devolvidos logo depois de terminado o prazo de validade ordinaria pela Administração que delles for depositaria á Administração do paiz de procedencia.

IX

1. — Os vales não pagos aos destinatarios serão reembolsados aos tomadores, logo que a Administração do paiz de procedencia tenha entrado na posse dos mesmos vales.

Si se tratar de vales telegraphicos, a Administração do paiz de procedencia deverá estar de posse, tanto do mandado, como do vale.

2. — Os vales extraviados, perdidos ou destruidos poderão ser substituidos, a pedido do tomador ou do destinatario, por autorisações de pagamento fornecidas pela Administração do paiz de procedencia, depois de verificado, de accordo com a Administração do paiz de destino, que o vale não foi pago, nem reembolsado.

Pelas autorisações de pagamento não será exigida nenhuma nova taxa.

3. — Quando o reembolso de um vale extraviado, perdido ou destruido for reclamado pelo tomador, deverá este apresentar, com o respectivo recibo, boletim de deposito ou declaração de entrega da importancia.

A Administração do paiz de procedencia concederá o reembolso, depois de certificar-se de que a Administração destinataria não pagou nem pagará o vale.

X

1. — O pagamento dos vales será regulado pelas disposições em vigor no serviço interno da Administração de destino, a qual será responsavel pelos pagamentos de vales cujos recibos forem falsos.

2. — Para salvar a sua responsabilidade por qualquer vale por ella pago, a referida Administração deverá achar-se habilitada a declarar :

1.º Que os seus regulamentos contêm todas as garantias necessarias para comprovação da identidade do destinatario.

2.º Que o pagamento effectuou-se nas condições prescriptas pelos ditos regulamentos.

XI

1.—Quando o tomador de um vale ordinario reclamar aviso do seu pagamento, a repartição de procedencia affixará sobre o vale o sello representativo do premio fixo cobrado por este motivo.

O referido sello será obliterado pela inscripção, bem visivel, das palavras : « Avis de payment ».

2.—Si se tratar de um vale telegraphico, o sello que representar o premio devido por este motivo será applicado na copia ou no aviso de emissão.

3.—A repartição que effectuar o pagamento, como correspondencia official, remetterá no mesmo dia deste, á repartição de procedencia, encarregada de entregal-o ao remittente, um aviso conforme ou analogo ao modelo C, annexo ao presente Regulamento.

4.—Quando, ulteriormente á emissão de um vale, o tomador quizer recobrar o aviso do pagamento desse vale, o dito avisor será organizado em uma formula conforme ou analogo ao modelo C annexo e remettido nas condições indicadas no artigo XIII do Regulamento da Convenção Principal. A taxa de 25 centimos no maximo, prevista no artigo 3 do Accordo, poderá ser applicada e, em tal caso, o reclamante pagal-a-ha em sellos.

XII

1.—Cada Administração organizará no fim de cada mez, para cada uma das Administrações, uma conta particular conforme ao modelo D annexo ao presente Regulamento, na qual serão recapitulados, tanto quanto possível, por ordem chronologica e por ordem alphabetica os nomes das repartições emissoras, todos os vales pagos pelas suas repartições, por conta da Administração correspondente, durante o mez anterior.

2.—Mencionará igualmente nessa conta a importancia do premio que lhe couber, em virtude do § 2 do art. 3 do Accordo, pelos vales pagos pelos seus Correios.

Esta bonificação se effectuará sobre os totaes da conta dos vales pagos, excepção feita dos vales officies.

3.—A conta particular acompanhada dos vales pagos com as competentes quitações será remettida á Administração correspondente o mais cedo possível, e, o mais tardar, no fim do mez que seguir-se áquelle a que a conta se refere.

4.—Na falta de vales pagos, uma conta particular negativa será dirigida á Administração correspondente.

XIII

1. — Quinze dias, o mais tardar, depois de verificadas e reciprocamente acceitas as contas, será feito o balanço em uma conta geral organizada pela Administração credora (salvo outro accordo entre as Administrações interessadas), a qual se conformará, para a conversão das moedas, si para isso houver motivo, com o § 2 do art. 6 do Accordo.

2. — A conta geral deverá ser approvada no prazo de dous mezes depois de terminado o mez a que ella se referir. Este prazo será elevado de quatro mezes para as relações com os paizes situados fóra da Europa ou para as relações desses paizes entre si.

Todavia, as Administrações poderão entender-se com o fim de organisarem a conta geral por trimestre, semestre ou por anno.

3. — Salvo accordo em contrario, a differença que formar saldo da conta será satisfeita por meio de letras pagaveis á vista ou a curto prazo na Capital ou em uma praça commercial do paiz credor, na moeda de ouro desse paiz e sem onus algum para elle, ficando as despesas do pagamento a cargo da Administração devedora.

Essas letras poderão ser excepcionalmente sacadas sobre outro paiz, com a condição de que as despesas de desconto fiquem a cargo da Administração devedora.

4. — O pagamento deverá effectuar-se, o mais tardar, quinze dias depois de ter sido reciprocamente approvada a conta geral. Qualquer Administração que for credora de outra por uma quantia superior a 50.000 francos terá o direito de reclamar um pagamento, por conta ou saldo provisório, que não exceda a tres quartos da importancia do seu credito. Quando isto se der, deverá a sua reclamação ser satisfeita no prazo de oito dias.

XIV

1. — As Administrações dos paizes adherentes deverão communicar umas ás outras, por intermedio da Secretaria Internacional da União Postal Universal e tres mezes, pelo menos, antes de entrar em execução o Accordo, o seguinte :

1º, o maximo que adoptarem para a permutação dos vales, em virtude do art. 2º, § 2º do Accordo ;

2º, a tabella e, quando seja caso disso, a taxa da conversão monetaria ou o curso que ellas applicuem em virtude do art. 2º do Accordo ;

3º, a nomenclatura das suas repartições postaes autorizadas a emittir e pagar vales internacionaes, ou o aviso de que todas as suas repartições tomam parte neste serviço ;

4º, um exemplar da formula do vale que empregarem ;

5º, a orthographia dos nomes dos numeros de 1 a 500, ou de 1 a 1.000, segundo o caso, que possam ser escriptos por extenso, na lingua respectiva, nos vales por ellas emittidos ;

6º, a duração dos prazos, findos os quaes a sua respectiva legis-

lação fará entrar definitivamente nos cofres do Estado a importância dos vales cujo pagamento não tiver sido reclamado pelos interessados;

7º, quando apresentar-se o caso, o aviso da sua participação na permutação dos vales telegraphicos;

8º, a lista dos paizes com os quaes trocarem vales de Correio, baseada no Accordo.

2.—Qualquer modificação ulteriormente adoptada, com relação a um ou outro dos oito pontos acima mencionados, deverá ser notificada, sem demora, pela mesma forma.

XV

1.—No intervallo que decorrer entre as reuniões previstas no art. 25 da Convenção Principal, qualquer Administração dos Correios de um dos paizes adherentes terá o direito de dirigir ás outras Administrações que tomarem parte neste serviço, por intermedio da Secretaria Internacional, propostas relativas ás disposições do presente Regulamento.

2.—Toda a proposta será sujeita ao processo determinado pelo art. XLI do regulamento da Convenção Principal.

3.—Para se tornarem executorias, as propostas deverão reunir:

1º, unanimidade de votos, si se tratar da addição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. II, X e XVI do presente Regulamento;

2º, dous terços dos votos, si se tratar da modificação das disposições dos arts. I, III, IV, V, VI, IX e XI;

3º, simples maioria absoluta, si se tratar da modificação dos outros artigos ou da interpretação das diversas disposições do presente Regulamento, salvo o caso de litigio previsto no art. 23 da Convenção Principal.

4.—As resoluções que se tomarem serão sancionadas por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações interessadas.

5.—Qualquer modificação ou resolução adoptada só será executoria tres mezes, pelo menos, depois da sua modificação.

XVI

1.—O presente Regulamento entrará em execução a contar do dia em que o Accordo começar a vigorar.

2.—Terá a mesma duração que o Accordo, salvo si for renovado, de commun harmonia, entre as partes interessadas.

Feito em Washington, aos 15 do junho de 1897.

Pela Allemanha e Protecto-
rados allemães:

FRICTSCH.

NEUMANN.

Pela Republica Maior da Ame-
rica Central:

N. BOLET PERAZA.

Pela Republica Argentina:

M. GARCIA MÉROU.

Pela Austria:

DR. NEUBAUER.

HABBERGER.

STIBRAL.

Pela Belgica:

LICHTERVELDE.

STERPIN.

A. LAMBIN.

Pela Bosnia-Herzegovina:

DR. KAMBER.

Pelo Brazil:

A. FOUTOURA XAVIER.

Pela Bulgaria:

IV. SPOYANOVITCH.

Pelo Chile:

R. L. IRARRÁZAVAL.

Pelo Luxemburgo:

Pelo SR. HAVELAAR.

VAN DER VEEN.

Pela Noruega:

THB. HEYERDAHL.

Pelos Paizes-Baixos:

Pelo SR. HAVELAAR:

VAN DER VEEN.

VAN DER VEEN.

Pelas Colonias neerlandeizas:

JENS. J. PERK.

Por Portugal e Colonias por-
tuguezas:

SANTO-THYRISO.

Pela Rumania:

C. CHIRU.

R. PREDA.

Pela Dinamarca e Colonias
dinamarquezas:

C. SVENDSEN.

Pela Republica Dominicana:

Pelo Egypto:

Y. SABA.

Pela França:

ANSAULT.

Pela Grecia:

ED. HOHN.

Pela Guatemala:

J. NOVELLA.

Pela Hungria:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pela Italia:

E. CHIARADIA.

G. C. VINCI.

E. DELMATH.

Pelo Japão:

KENJIRO KOMATSU.

KWANKICHI YUKAWA.

Pela Republica da Liberia:

CHAS. HALL ADAMS.

Pela Servia:

PIERRE DE SZALAY.

G. DE HENNYEY.

Pelo Reino de Sião:

ISAAC TOWNSEND SMITH.

Pela Suecia:

F. H. SCHLYTERN.

Pela Suissa:

J. B. PLODA.

A. STAGER.

C. DELESSERT.

Pela Regencia de Tunis:

THÉBAUT.

Pela Turquia:

MOUSTAPHA.

A. FAHRI.

Pelo Uruguay:

PRUDENCIO DE MURGUL-

ONDO.

ANNEXOS

folha branca original

A. (VERSO)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu.)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part,

Lieu:

Le

189.....

Signature du destinataire:

REGISTRE D'ARRIVÉE.

N°.....

Timbre du bureau
payeur.

A (RECTO)

ADMINISTRATION DES POSTES

COUPON

(Peut être détaché par
le destinataire.)

d.....

Cours du change:

Somme payée

(*)

Montant du mandat en
chiffres

MANDAT DE POSTE INTERNATIONAL

de la somme de

(en chiffres arabes)

Désignation de
l'expéditeur

(en toutes lettres et en caractères latins)

payable à M

Lieu de destination:

Adresse du destinataire:

Pays de destination:

Timbre
du bureau d'origine

Le 189.....

Indications de
service

Numéro d'émission:

Date d'émission:

Bureau expéditeur:

Signature de l'agent
qui a dressé le mandat:

Bon pour



Soit

(Monnaie du pays
d'origine.)

(*) Indications à remplir par l'Office des-
tinaire, lorsqu'il opère lui-même la con-
version ou qu'il fait usage, pour ses paye-
ments, de papier-monnaie déposé par
rapport à la monnaie nationale, avant le
cours de l'or, conformément, article 2.)

B

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

AVIS D'ÉMISSION

Copie d'un mandat télégraphique déposé au bureau d.....
 le..... pour le bureau d.....

(Pays)

Nom de l'expéditeur	Numéro du mandat	Nom, prénoms, qualité et domicile du destinataire	Montant du mandat

À....., le..... 189.....

Le..... des postes,

(Signature)



Timbre du bureau
d'origine



Timbre du bureau
de destination

C

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

N. du registre:

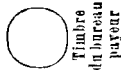
AVIS DE PAYEMENT
d'un mandat

Le soussigné déclare que la somme de,
montant du mandat n°..... émis par le bureau d....., le.....,
à l'adresse de M....., a été dûment payée
le..... 18.....

Le..... des postes.

Signature:

(*)



(-) Cet avis doit être signé par le bureau payeur, puis mis sous enveloppe et envoyé, sous recommandation, par le premier courrier, au bureau d'origine du mandat qu'il concerne.

N ^{os} d'ordre des mandats payés	Numérotation des mandats au- dessus de 100 fr.	Date de l'émission		Bureaux de poste qui ont délivré les mandats	N ^{os} d'émission	MANDATS TAXÉS :				Mandats officiels		Montant du débit de l'Ad- ministration Belge	
		An.	Mois.			jusqu'à 100 fr.		au-dessus de 100 fr.		F.	C.	F.	C.
1		1899	Janvier	Arlon	825	F. 99	C. 90	F.	C.				
2	1		Février	»	831			105					
3			»	»	869	46	50						
4	2		Janvier	Reuges	1203			300					
5			»	»	1512	83	40						
6	3		Février	»	1609			561					
7			»	»	1708					215			
8	4		»	Charleroi	240			612					
9			Janvier	Malines	286	55							
10													
etc.													
				Mandats taxés.		274	80	1578				1852	80
				Droit de 4 pour cent sur le total des mandats taxés jusqu'à 100 fr.								1	37
				Droit de 1/2 pour cent sur les premiers cent fr. de 4 mandats au-dessus, soit sur				400				2	
				Droit de 4 pour cent sur le solde, soit sur.				1178				2	94
				Mandats officiels.						215		215	
				Total général des sommes dues par l'Office de Belgique à l'Office de Suisse.								2074	11
				Certifié le présent compte du mois d	1899								
				Fait à									
				le									
				Le Chef d									

DECRETO N. 3171 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.770:950\$936, supplementar a diversas verbas do art. 7º da lei n. 490 de 16 de dezembro de 1897.

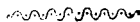
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 551, da presente data, resolve abrir ao Ministerio da Marinha o credito supplementar ás seguintes verbas do art. 7º da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897:

1. Secretaria de Estado.....	7:000\$000
3. Quartel-General.....	6:887\$600
5. Contadoria.....	6:055\$570
6. Commis-ariado Geral.....	812\$064
7. Auditoria.....	173\$000
9. Corpo de infantaria de marinha.....	59:713\$368
10. Corpo de marinheiros nacionaes.....	120:235\$580
12. Arsenaes.....	18:263\$570
13. Capitancias de portos.....	1:500\$000
15. Força naval.....	6:973\$420
16. Hospitaes.....	72:891\$061
17. Repartição da Carta Maritima.....	13:269\$117
18. Escola Naval.....	12:166\$596
21. Material de construcção naval.....	304:049\$184
24. Munições navaes.....	600:000\$000
25. Obras.....	50:000\$000
26. Combustivel.....	415:681\$424
28. Eventuaes.....	75:279\$162

Capital Federal, 29 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Carlos Balthazar da Silveira.



Sr. Presidente da Republica.

Em consequencia da reorganisação dos estabelecimentos militares de ensino, autorisada pela lei n. 403, de 25 de novembro de 1897 e effectuada pelo decreto n. 2881, de 18 de abril seguinte, houve necessidade de se fixarem em 957:314\$500 as despesas relativas á verba 5ª — Instrucção militar — do orçamento deste Ministerio para o exercicio proximo vindouro, quantia superior á de 831:022\$500 votada para identicas despesas no exercicio vigente, por isso que se contemplaram, além de gratificações especiaes para os commandantes dos referidos estabelecimentos,

ordenados para o pessoal docente em disponibilidade do Collegio Militar e das extinctas Escolas Militares desta Capital e dos Estados do Ceará e Rio Grande do Sul.

Tendo começado a 20 de abril ultimo o augmento das despesas provenientes daquelle reorganisação, tornou-se deficiente o credito respectivo, em vigor no presente exercicio, sendo necessario mais a quantia de 69:230\$558, para attender a despesas relativas ao mez de dezembro corrente, conforme se verifica da inclusa demonstração apresentada pela Contadoria Geral da Guerra, pois, pelo decreto n. 3054, de 24 de outubro deste anno, apenas abriu-se credito para occorrer ao pagamento de gratificações especiaes aos commandantes do Collegio Militar e Escolas Militares, e de ordenados ao pessoal docente em disponibilidade da extincta Escola Militar do Estado do Ceará.

Em taes condições, submetto á vossa consideração o incluso decreto, abrindo ao Ministerio da Guerra o credito desta quantia, de accordo com a authorisação conferida pelo art. 10 da citada lei, uma vez que se acha satisfeito o preceituado no § 5º do art. 70, do regulamento que baixou com o decreto n. 1409, de 23 de dezembro de 1896.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1898.— *J. N. de Medeiros Mallet.*

DECRETO N. 3172 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1898

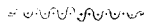
Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 69:230\$558 para attender a despesas relativas aos institutos militares de ensino.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo art. 10, da lei n. 463, de 25 de novembro de 1897, e satisfeito o preceituado no § 5º do art. 70 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 69:230\$558, para occorrer ao pagamento de despesas provenientes da reorganisação por que passaram os institutos militares de ensino, autorisada pela citada lei.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3173 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.

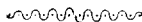
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431, de 14 de dezembro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Condeúba, no Estado da Bahia, uma brigada de cavallaria sob a designação de 8ª, a qual se comporá de dous regimentos, com as designações de 15º e 16º, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3176 (*) — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:300\$, para pagamento do transporte de duas lanchas no porto de Santos.

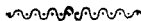
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no artigo unico do decreto n. 548, de 27 do corrente mez, decreta :

Artigo unico. E' aberto ao Ministerio da Fazenda o credito especial de sete contos e tresentos mil réis (7:300\$), para pagamento do transporte de duas lanchas ao porto de Santos; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Joaquim D. Murtinho.



(*) Com o n. 3174 não houve acto algum.
O decreto n. 3175 não foi publicado.

DECRETO N. 3178 (*) — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 961:835\$804
às verbas ns. 15 e 16 do orçamento vigente.

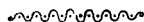
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 555, de 30 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 961:835\$804 às verbas 15 e 16 do art. 8º do orçamento vigente, assim distribuido:

§ 15. Obras militares.....	10:791\$861
§ 15. Material:	
N. 25	39:986\$055
N. 27	57:019\$730
N. 32	654:260\$249
N. 34	100:000\$000
N. 35	58:755\$524
N. 37	21:994\$237
N. 38.....	22:028\$148

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3179 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 956\$ para
pagamento de etapa ao Dr. João José Duarte Guimarães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 552, de 29 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de novecentos e cincoenta e seis mil réis, para ser effectuado o pagamento da divida para com o Dr. João José Duarte Guimarães, proveniente da etapa rela-

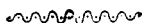
(*) Com o n. 3177 não houve acto algum.

tiva ao periodo em que esteve servindo na commissão telegraphica de Uberaba ao Araguaya, e de accordo com o titulo n. 12.135, que lhe foi passado por aviso do referido Ministerio, de 30 de junho de 1892.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3180 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 27:471\$791 para pagamento a professores da Escola e Collegio Militar e a dous commandantes de vapores mercantes em commissão do mesmo Ministerio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 556, de hontem datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 27:471\$794, sendo:

Para pagamento de gratificações aos professores do Collegio Militar, tenente-coronel Manoel Rodrigues de Campos, capitão Alfredo Odoardo da Silva Moracs, bacharel Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello e Curiacio Paulo Cabral e Silva, nos exercicios de 1895 e 1896..	7:999\$968
Para pagamento dos vencimentos dos lentes da Escola Militar e professor do Collegio Militar durante o tempo em que estiveram privados de seus cargos por acto do Poder Executivo, considerado posteriormente nullo por sentença do Supremo Tribunal Federal:	
Coronel Vicente Antonio do Espirito Santo, Dr. Arlindo de Aguiar e Souza e José Maria Beaurepaire Pinto Peixoto.....	17:295\$800
Para pagamento dos vencimentos do professor adjunto do Collegio Militar, bacharel Antonio Henrique de Noronha, a contar de 25 de novembro de 1895 a 27 de janeiro de 1896.....	713\$518

Para pagamento das commissões desempenhadas
em 1894 por ordem do Governo, pelos comman-
dantes de vapores Manoel Francisco Lagôa e
Servulo Alves da Silva..... 1:462\$388

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3181 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

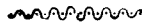
Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 74:075\$060, supplementar
às verbas ns. 7 e 16 do art. 8º da lei n. 490, de 16 de dezembro
de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 554,
de 30 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Guerra o cre-
dito de 74:075\$060, supplementar às verbas ns. 7 e 16 do art. 8º
da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

J. N. de Medeiros Mallet.



DECRETO N. 3182 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre o credito de 201:231\$100, supplementar a diversas verbas do art. 2º
da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo
n. 564, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Ne-
gocios Interiores o credito de duzentos e um contos duzentos
trinta e um mil e cem réis (201:231\$100), supplementar às se-
guintes verbas do art. 2º da lei n. 490, de 16 de dezembro
de 1897:

N. 14—Policia do Districto Federal.....	80:000\$000
N. 15—Casa de Correção.....	29:000\$000
N. 21—Faculdade de Direito de S. Paulo.....	2:600\$000

N. 22—Faculdade de Direito do Recife.....	2:600\$000
N. 24—Faculdade de Medicina da Bahia.....	2:600\$000
N. 26—Escola de Minas.....	2:600\$000
N. 27—Gymnasio Nacional (Externato).....	6:831\$100
N. 39—Eventuaes.....	75:000\$000
	<hr/>
	201:231\$100

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3183 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Dá instruções provisórias para a eleição de intendentes municipaes
do Districto Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no decreto legislativo n. 543, de 23 de dezembro corrente, resolve que na eleição a que se tem de proceder no dia 29 de janeiro proximo vindouro, para os cargos de intendentes municipaes do Districto Federal, se observem as instruções que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.

Instruções provisórias para a eleição de intendentes municipaes, a que se refere o
Decreto n. 3183, desta data.

Art. 1.º No dia 29 de janeiro proximo vindouro se procederá no Districto Federal á eleição para os cargos de intendentes municipaes.

(Decreto legislativo n. 543, de 23 de dezembro corrente, art. 5º.)

Art. 2.º A eleição se fará por lista incompleta, votando o eleitor de cada districto eleitoral em quatro nomes.

(Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 3.º Não poderão ser votados para membros do Conselho Municipal:

- 1.º Os que não forem eleitores municipaes;
- 2.º Os que não tiverem, pelo menos, seis mezes de residencia no municipio;
- 3.º As autoridades judiciarias, os commandantes de força naval e de districto militar, os commandantes de força policial, o chefe e delegados de policia, os commissarios de hygiene e os inspectores escolares, que tiverem exercido seus cargos dentro de seis mezes anteriores á eleição;
- 4.º Os que tiverem litigio com a Municipalidade;
- 5.º Os empreiteiros de obras municipaes;
- 6.º Os directores, sub-directores, officiaes-maiores, chefes de secção e quaesquer outros funcionarios que dirijam ou administrem repartições municipaes, federaes ou suas dependencias;
- 7.º Os engenheiros de obras comprehendidas no municipio por conta ou em virtude de contracto com o governo municipal ou federal;
- 8.º Os membros do Conselho que findar;
- 9.º Os ascendentes ou descendentes, directos ou collateraes, consanguineos ou affins do Prefeito do districto, até ao 2º grão;
10. Os aposentados em cargos municipaes e federaes;
11. Os que estiverem directa ou indirectamente interessados em qualquer contracto oneroso com a Municipalidade, por si ou como fiadores.

Esta incompatibilidade não attinge os possuidores de acções de sociedades anonymas que tenham contracto com a Municipalidade, salvo si forem gerentes ou fizerem parte da directoria das mesmas sociedades.

(Lei n. 85 de 20 de setembro de 1892, art. 4º; lei n. 248 de 15 de dezembro de 1894, art. 14, e Decr. Leg. n. 543, art. 4º.)

Art. 4.º No dia 9 de janeiro proximo, os pretores dividirão suas respectivas circumscripções em secções, que não poderão ter menos de 50 nem mais de 250 eleitores, e designarão os edificios onde devem funcionar as mesas eleitoraes, nomeando para cada uma dellas cinco eleitores, dos quaes um expressamente para presidente.

§ 1.º As nomeações de eleitores para mesarios e as designações dos edificios para funcionarem as mesas eleitoraes serão pelos pretores communicadas por officio ao Prefeito e a cada um dos nomeados e publicadas por editaes e pela imprensa.

§ 2.º Na falta ou omissão dos pretores, o Prefeito fará as alludidas nomeações e designações.

§ 3.º Ao Prefeito incumbe a remessa ao pretor, com urgencia, dos livros, urnas e mais objectos necessarios ao serviço eleitoral.

§ 4.º A numeração das secções e designação dos edificios não poderão ser alteradas até á eleição; salvo quanto á dita designação, que só por motivo de força maior, provada, } poderá ser modificada, tornando-se publica a alteração com antecedencia, ao menos, de oito dias.

§ 5.º Si não houver recebido es objectos precisos para o acto, o presidente da mesa eleitoral providenciara sobre o que faltar e mandará, por um eleitor, que lhe servirá de secretario, lavrar os competentes termos de abertura e de encerramento, em livros, que serão numerados e rubricados pelo mesmo presidente, devendo tudo constar da respectiva acta.

(Lei n. 85, arts. 61 a 64; lei n. 248, art. 5.º e §§, e lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, art. 39, § 1.º.)

Art. 5.º Os cidadãos que devem formar as mesas eleitoraes, não podendo comparecer, por qualquer motivo, deverão participar o seu impedimento, até ás 3 horas da tarde da véspera da eleição, ao pretor, que providenciara sobre a substituição, ou ao Prefeito, no caso do § 2.º do artigo antecedente.

(Lei n. 85, art. 65, e lei n. 248, art. 5.º, § 1.º.)

Art. 6.º Os membros da mesa eleitoral, entre os quaes não ha incompatibilidade de natureza alguma, serão substituidos do seguinte modo, no dia da eleição :

1.º O presidente, pelo cidadão cujo nome se seguir immediatamente na lista dos nomeados ;

2.º Qualquer outro mesario, por um eleitor da secção, a convite do presidente da mesa.

(Lei n. 85, art. 66, e lei n. 426 de 7 de dezembro de 1896, art. 11.)

Art. 7.º Os trabalhos eleitoraes começarão ás 10 horas da manhã, depois de reunida a mesa, que deverá ser installada na véspera, a igual hora.

§ 1.º Si a installação da mesa não se tiver effectuado na véspera, deverá realizar-se no dia da eleição até ás 9 horas da manhã.

§ 2.º O escrivão do pretor, ou, em sua falta, um cidadão nomeado *ad hoc* pelo presidente da mesa, lavrará logo a acta de installação, no livro que tiver de servir para a eleição.

§ 3.º Na falta absoluta de mesarios até ás 9 horas do dia designado, os eleitores presentes aclamarão um, de entre si, para presidir a eleição, e este convidará mais quatro eleitores para mesarios, os quaes funcionarão até terminar o processo eleitoral.

§ 4.º O recinto onde deve funcionar a mesa eleitoral será separado do resto da sala, de modo que os eleitores presentes possam fiscalisar todo o processo eleitoral ; dentro do recinto, junto aos mesarios, estarão os fiscaes dos candidatos, e só poderão alli entrar os eleitores, á proporção que forem chamados para votar.

(Lei n. 85, art. 67 e §§; lei n. 248, art. 6.º; lei n. 35, art. 43, § 5.º, e Decr. n. 1910 de 18 de dezembro de 1894, art. 10.)

Art. 8.º Compete ao presidente da mesa regular a policia da assemblea eleitoral, chamando á ordem os que della se desviarem ; fazer sahir aquelles que injuriarem os membros da mesa ou qualquer eleitor, mandando lavrar antes o respectivo auto e remettendo-o á autoridade competente. No caso de offensas physicas ou de outro crime contra qualquer mesario ou

eleitor, o presidente prenderá o aggressor e o enviará á autoridade competente, acompanhado do auto de flagrante, para ulterior procedimento.

Paragrapho unico. E' expressamente prohibida a presença da força publica dentro do edificio em que se proceder á eleição e em suas immedições, sob qualquer fundamento, ainda mesmo á requisição da mesa, para manter a ordem.

(Lei n. 35, art. 43, §§ 23 e 26, e Decr. n. 1910, art. 11.)

Art. 9.º Não será válida a eleição feita perante mesa que não for organisa da pela fórma estabelecida nestas instruções, nem em local diverso daquelle que tiver sido designado.

(Decr. n. 1910, art. 12.)

Art. 10. Todo candidato tem direito á apresentação de um fiscal, em cada uma das mesas eleitoraes.

§ 1.º Poderá ser fiscal o cidadão brasileiro que tenha as condições de elegibilidade, embora não esteja alistado eleitor.

§ 2.º O candidato poderá tambem apresentar como fiscal, em qualquer secção do municipio, um eleitor de outra secção ou parochia, sendo, na secção que fiscalisar, apurado o seu voto.

§ 3.º A apresentação dos fiscaes, cuja assistencia não se poderá recusar sob motivo algum, será feita, por escripto, aos presidentes das mesas eleitoraes. O officio de nomeação do fiscal poderá ser entregue a este funcionari em qualquer estado em que se ache o processo eleitoral.

§ 4.º Sempre que um grupo de 30 eleitores, pelo menos, da secção, indicar, em documento assignado, o nome de qualquer eleitor para fiscal da eleição, deverá este ser admittido na mesa, gosando dos direitos conferidos aos fiscaes dos candidatos.

§ 5.º Os fiscaes terão assento nas mesas eleitoraes, não podendo, porém, tomar parte nas suas deliberações.

§ 6.º A ausencia dos fiscaes, ou sua recusa de assignatura, não trará interrupção dos trabalhos, nem os annullará. Não é tambem motivo de nullidade a falta de assignatura ou rubrica de algum dos mesarios, desde que a mesa declare o motivo por que deixou de fazel-o e não fique provado que ella o houvesse obstado.

§ 7.º Poderão os fiscaes exigir da mesa, concluida a apuração e antes de lavrar-se a acta dos trabalhos, um boletim, assignado pelos mesarios, contendo os nomes dos candidatos, os votos recebidos, e o numero dos eleitores que compareceram á eleição, e disto passarão o respectivo recibo, que deverá ser mencionado na acta, bem assim a recusa, si a houver por parte dos mesmos fiscaes.

Estes boletins, com as firmas dos mesarios reconhecidas por tabellião, podem ser apresentados, na apuração geral da eleição, para substituir a acta.

(Lei n. 35, art. 43, §§ 16 e 17; Decr. n. 1910, art. 13, §§ 3º e 4º; lei n. 426, arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 9º e 13, e lein. 479 de 9 de dezembro de 1897, art. 2º.)

Art. 11. Antes de começarem os trabalhos eleitoraes, estando reunida a mesa, o presidente nomeará um dos mesarios secre-

tario, designará outro para fazer a chamada e um terceiro para examinar os títulos dos eleitores. Nesta ocasião a urna será aberta e mostrada ao eleitorado, para que verifique estar vazia.

(Decr. n. 1910, art. 14, e lei n. 35, art. 43, § 8º.)

Art. 12. Haverá uma só chamada; mas, finda esta e não estando ainda aberta a urna que contiver os votos, a qual se conservará fechada, á chave, enquanto durar a votação, serão recebidas as cédulas dos eleitores da secção que não tiverem votado, as dos mesarios cujos nomes não estiverem incluídos na lista da chamada, por se acharem alistados em outra secção, as dos fiscaes quando forem eleitores e alistados em secção ou parochia diferente, e, em separado, as dos eleitores de outras secções em que não se houver installado a mesa respectiva. Neste ultimo caso os diplomas serão detidos até terminar a apuração.

(Lei n. 35, art. 43, § 6º, 2ª parte, e § 11; Decr. n. 1910, art. 15, e lei n. 426, art. 1º, § 4º, e art. 5º.)

Art. 13. O eleitor não será admittido a votar sem apresentar o seu título, não podendo, exhibido este, lhe ser recusado o voto, nem tomado em separado, salvo nos casos previstos nestas instrucções.

§ 1.º Na hypothese de não haver lista de eleitores, a eleição se realizará fazendo-se a chamada por qualquer cópia, que será depois authenticada, ou mesmo, na falta de cópia, se procederá á eleição sem chamada, sendo admittidos a votar todos os eleitores da secção que se apresentarem munidos de seus títulos.

§ 2.º As mesas eleitoraes têm competencia para lavrar auto de flagrante contra o cidadão que votar ou tentar fazel-o com título que lhe não pertença, o para apprehender o título suspeito; devendo livrar-se solto, independentemente de fiança, o delinquente, logo que estiver lavrado o auto, que será remetido, com as provas do crime, á autoridade competente.

(Lei n. 35, art. 43, § 4º, e art. 65.)

Art. 14. Cada eleitor, á proporção que fór chamado, depositará na urna uma cédula, contendo quatro nomes, e assignará o seu no livro proprio.

Paragrapho unico. Quando o eleitor não souber ou não puder assignar o nome, assignará outro em seu lugar, por elle indicado o convidado para esse fim pelo presidente da mesa.

(Decr. n. 1910, art. 17, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 15. O voto será manuscrito, ou impresso, em papel branco ou anilado, não devendo ser transparente, nem ter marca, signal ou numeração.

§ 1.º A cédula deverá conter quatro nomes por extenso, sem abreviaturas nem emendas, e será fechada por todos os lados.

§ 2.º Das cédulas que contiverem mais de quatro nomes, só se apurarão os quatro primeiros, sendo desprezados os outros; das que contiverem menos de quatro, serão apurados os nomes que existirem, fazendo-se menção especial deste facto na acta da eleição, para explicar, na contagem final, a falta dos votos eliminados.

§ 3.º Serão apuradas em separado as cédulas que contiverem signaes exteriores ou interiores ou alteração por falta, augmento ou supressão de nome, sobrenome ou appellido do cidadão votado, ainda que se refira visivelmente a individuo determinado, e as que forem escriptas em papel de outras côres ou transparente. Não serão apuradas as cédulas que contiverem nome riscado ou substituído, ou quando se encontrar mais de uma em um só involucro. Todas estas cédulas, depois de rubricadas pelo presidente da mesa, serão remettidas, com as respectivas actas, à secretaria do Governo Municipal, para serem presentes à Junta de apuração geral, composta dos pretores, a qual as enviará ao poder verificador.

§ 4.º Embora não se ache fechada por todos os lados alguma cédula, será, não obstante, apurada.

(Decr. n. 1910, arts. 18 e 19; lei n. 35, art. 43, § 13, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 16. Será lícito a qualquer eleitor votar por voto descoberto, não podendo a mesa recusar-se a acceital-o.

Paragrapho unico. O voto descoberto será dado apresentando o eleitor duas cédulas, que assignará perante a mesa, uma das quaes será depositada na urna e a outra lhe será restituída, depois de datada e rubricada pela mesa e pelos fiscaes.

(Lei n. 426, art. 8º.)

Art. 17. Finda a votação e em seguida á assignatura do ultimo eleitor, o presidente da mesa mandará lavrar um termo, que será assignado pelos mesarios, declarando o numero de eleitores que tiverem votado.

(Lei n. 35, art. 43, § 10, e Decr. n. 1910, art. 20.)

Art. 18. Lavrado e assignado o termo de que trata o artigo antecedente, o presidente da mesa annunciara que se vae proceder á apuração, e designará um dos membros para fazer a leitura das cédulas, dividindo pelos outros as letras do alphabeto para o trabalho da apuração.

§ 1.º As cédulas serão lidas, uma a uma, pelo mesario disso encarregado, o qual tambem as receberá, uma a uma, das mãos do presidente.

§ 2.º Os mesarios escrutadores annunciaraõ, em voz alta, a votação que for obtendo cada um dos candidatos.

(Decr. n. 1910, art. 21, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 19. Finda a apuração, o mesario que servir de secretario organisará uma lista de todos os cidadãos que houverem obtido votos, pela ordem numerica da votação.

Paragrapho unico. Esse resultado será immediatamente publicado por meio de edital, que o presidente da mesa mandará afixar na porta do edificio onde se tiver effectuado a eleição, e deverá ser assignado por todos os membros da mesa.

(Decr. n. 1910, art. 22, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 20. A votação e apuração deverão ficar terminadas até ás 5 horas da tarde. A confecção da acta poderá prolongar-se, sem interrupção, o tempo necessario para a conclusão dos trabalhos.

(Lei n. 85, art. 68, e lei n. 248, art. 7º.)

Art. 21. Concluída a apuração dos votos, será lavrada pelo secretario e assignada pelos mesarios a acta dos trabalhos electorales, logo em seguida á de installação, devendo conter o numero dos electores que não tiverem comparecido e os nomes de todos os cidadãos que houverem alcançado votação, pela ordem numerica desta, bem assim a designação minuciosa de todos os factos occorridos durante a eleição.

Paragrapho unico. A acta mencionará, no alto da primeira folha, o districto eleitoral a que pertencer a secção.

(Lei n. 85, art. 69; Decr. n. 1910, art. 24, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 22. Essa acta será transcripta em livro especial, por tabellião ou pelo escrivão da Pretoria, ou, na falta destes, por qualquer cidadão, a convite do presidente da mesa.

A transcripção da acta deverá ser assignada pelos membros da mesa e pelos fiscaes e electores presentes que o quizerem.

(Lei n. 85, art. 69; Decr. n. 1910, art. 25, e lei n. 35, art. 43, § 2º, letra c.)

Art. 23. A mesa fará extrahir duas cópias dessa acta, bem assim das assignaturas dos electores que tiverem votado, devendo todas ser assignadas pela mesa e concertadas por tabellião ou pelo escrivão do pretor.

Paragrapho unico. Uma dessas cópias será remettida ao pretor e outra á secretaria do Governo Municipal; esta ultima será acompanhada de cópia authentica da acta de installação da mesa eleitoral.

(Lei n. 85, art. 70, e Decr. n. 1910, art. 26.)

Art. 24. O livro de assignaturas dos electores e os das actas electorales serão enviados pelo presidente da mesa á secretaria do Governo Municipal, juntamente com as cópias a que se refere o paragrapho unico do artigo antecedente.

(Lei n. 85, art. 71, e Decr. n. 1910, art. 27.)

Art. 25. Todos os livros que tiverem de servir na eleição serão rubricados pelo pretor, salvo o caso do § 5º do art. 4º destas instrucções.

(Lei n. 85, art. 72, e Decr. n. 1910, art. 28.)

Art. 26. Oito dias após a eleição, os pretores se reunirão no edificio da Municipalidade, e, depois de elegerem de entre si um para presidir os trabalhos, darão começo á apuração geral.

(Lei n. 85, art. 73, e Decr. n. 1910, art. 29.)

Art. 27. Os trabalhos da apuração geral deverão principiar ás 10 horas da manhã; findos elles, lavrar-se-ha uma acta circumstanciada, que contenha os nomes de todos os cidadãos votados, pela ordem numerica de votação em cada districto, considerando-se eleitos os cinco mais votados em cada um dos mesmos districtos.

Paragrapho unico. Essa acta será enviada ao Tribunal Civil e Criminal, onde ficará archivada; della se extrahirá uma cópia para ser remettida á secretaria do Governo Municipal.

(Lei n. 85, art. 74, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 28. A cada um dos 15 intendentes eleitos dirigirá o pretor presidente um officio communicando-lhe o resultado da apuração na parte que lhe disser respeito.

(Lei n. 85, art. 75; lei n. 248, art. 9º, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 29. O pretor que não puder comparecer aos trabalhos da apuração fará a devida communicação ao presidente, remetendo-lhe as actas do seu districto.

(Lei n. 85, art. 76, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 30. A apuração só se fará achando-se reunidos mais de metade dos pretores do Districto Federal.

(Lei n. 85, art. 77, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 31. Os membros do Governo Municipal eleitos se reunirão no edificio da Intendencia Municipal vinte dias depois da eleição, para darem começo ás sessões preparatorias, elegendo um presidente interino.

(Lei n. 85, art. 78, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 32. A posse terá logar logo que estejam reconhecidos dois terços, pelo menos, dos intendentes eleitos, e será dada pelo anterior Conselho de Intendencia ou, na sua falta, pelo Prefeito.

(Lei n. 85, art. 79; lei n. 248, art. 10, e Decr. Leg. n. 543, art. 5º.)

Art. 33. Ainda que não esteja terminado o prazo de duração (biennio) do Conselho que for eleito na conformidade destas instrucções, cessará o seu mandato si nova organização do Districto Federal for decretada pelo Poder Legislativo.

(Decr. Leg. n. 543, arts. 4º e 8º.)

Art. 34. Não poderão servir conjuntamente no Conselho Municipal:

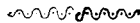
1.º Os ascendentes e descendentes, irmãos, cunhados, sogro e genro, tio e sobrinho;

2.º Os socios da mesma firma commercial.

Paragrapho unico. Si a eleição designar cidadãos nestas condições, tomará assento o mais velho, considerando-se nulla a eleição do outro ou outros.

(Lei n. 85, art. 14.)

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898. — *Epitacio da Silva Pessoa*.



DECRETO N. 3184 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Autori a o contracto com a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* para a conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro do Porto Alegre á Uruguaiana, o trecho de S. Sebastião a S. Gabriel.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do n. 14, art. 10, da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e attendendo ao que requereu a

Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil, arrendataria da Estrada de Ferro de Porto Alegre à Urugayana, resolve contractar com esta companhia a conclusão do prolongamento da referida estrada, no trecho de S. Sebastião a S. Gabriel, garantidos pelo espaço de 30 annos os juros de 6 % até o capital maximo de dous mil novecentos e noventa contos de réis (2.990:000\$000), e concluido o dito prolongamento, ficará incorporado á linha arrendada por contracto de 15 de março deste anno, attendidas, como parte integrante deste decreto, as clausulas que com elle baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Servirino Vieira.

Clausulas a que se refere o decreto n. 3184 de 31 de dezembro de 1898

I

Além da garantia de juros de que trata o presente decreto, o Governo concede:

1.º Isenção de direitos de importação sobre os trilhos, machinas, instrumentos e mais objectos destinados á construcção, bem como sobre o carvão de pedra indispensavel para as officinas e custeio da estrada.

Esta isenção não se fará effectiva enquanto a companhia não apresentar, no Thesouro Nacional ou repartição fiscal competente do Estado, a relação dos sobreditos objectos, especificando a respectiva quantidade e qualidade, que aquellas repartições fixarão annualmente, conforme as instrucções do Ministerio da Fazenda.

Cessará o favor, ficando a companhia sujeita á restitução dos direitos que teria de pagar e á multa do dobro desses direitos imposta pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas ou pelo da Fazenda, si se provar que ella alienou, por qualquer titulo, objectos importados, sem que precedesse licença daquelles Ministerios e pagamento dos respectivos direitos.

2.º Direito de desapropriar, na forma do decreto n. 816 de 10 de julho de 1855, os terrenos de dominio particular, predios e bemfeitorias, que forem precisos para o leito da estrada, estações, armazens e outras dependencias especificadas nos estudos definitivos.

II

Do material fixo, rodante e telegraphico que o Governo adquiriu para a construcção da ferro-via Porto Alegre a Uruguayana, e que possui em depositos e ao longo das linhas em construcção, entregará á contractante a porção ou quantidade necessaria para ser empregada nas construcções de que trata o presente contracto, materiaes esses cujo valor não faz parte do capital ora garantido.

III

Os trabalhos da conclusão da estrada de ferro começarão no prazo de dous mezes depois de approvados os planos e a tabella de preços; e proseguirão sem interrupção, devendo ficar concluidos no prazo maximo de dous annos da data do começo.

A fixação do capital garantido será feita depois de ultimados os trabalhos e logo que seja a estrada aberta ao trafego, dentro do limite fixado para o capital e segundo a respectiva medição final.

IV

Entregue todo o trecho ao trafego, será elle incorporado á linha já arrendada, entrando *ipso facto* no regimen creado pelo contracto de 15 de março de 1898, que lhe será applicavel em todas as suas clausulas, e passando as contribuições estabelecidas na lettra B, da clausula VI desse contracto, a ter um augmento proporcional ao que da extensão kilometrica do novo trecho resultar para as linhas já arrendadas.

V

E' permittido á companhia levantar empréstimos para construcção das obras, por emissão de *debentures*, sob a garantia dos juros effectivamente garantidos em moeda corrente.

VI

Os estudos definitivos da estrada, que serão apresentados á approvação do Governo, constarão dos seguintes documentos:

1.º Planta geral da linha na escala de 1 por 4.000 e um perfil longitudinal de todas as obras e construcções a executar ou concluir.

Nessa planta serão indicadas as distancias kilometricas, contadas do ponto de partida da estrada de ferro, a extensão dos alinhamentos rectos, e bem assim a origem, a extremidade, o desenvolvimento, o raio e sentido das curvas.

O perfil longitudinal será feito na escala de 1 por 400 para as alturas, e de 1 por 4.000 para as distancias horizontaes,

mostrando respectivamente por linhas pretas e vermelhas o terreno natural e as plataformas dos côrtes e aterros. Indicará por meio de tres linhas horizontaes, traçadas abaixo do plano de comparação:

I. As distancias kilometricas, contadas a partir da origem da estrada de ferro ;

II. A extensão e indicação das rampas e contra-rampas, e a extensão dos patamares ;

III. A extensão dos alinhamentos rectos e desenvolvimento e raio das curvas.

No perfil longitudinal e na planta será indicada a posição das estações, paradas, obras de arte e vias de comunicação transversaes.

2.º Perfil transversaes na escala de 1/200 em numero sufficiente para o calculo do movimento de terras.

3.º Projecto de todas as obras de arte necessarias para o estabelecimento da estrada, suas estações e dependencias, e abastecimento de agua ás locomotivas, incluindo os typos geraes que forem adoptados.

Estes projectos compor-se-hão de projecções horizontaes e verticaes, e de secções transversaes e longitudinaes, na escala de 1/200.

4.º Relação das pontes, viaductos, pontilhões e boeiros, com as principaes dimensões, posição na linha, systema de construção e quantidade da obra.

5.º Tabella da quantidade das excavações necessarias para executar-se o projecto com indicação da classificação provavel, e bem assim a das distancias médias do transporte.

6.º Tabellas dos alinhamentos e dos seus desenvolvimentos, raios das curvas, inclinação e extensão das declividades.

7.º Tabella dos preços simples e compostos em que basear-se o orçamento.

8.º Orçamento da despesa total do estabelecimento da estrada dividido nas seguintes classes :

I. Estudos definitivos e locação da linha ;

II. Movimento de terras ;

III. Obras de arte correntes ;

IV. Obras de arte especiaes ;

V. Superstructura das pontes ;

VI. Via permanente ;

VII. Estações e edificios, orçada cada uma separadamente com os accessorios necessarios, officinas e abrigos de machinas e de carros ;

VIII. Material rodante, mencionando-se especificadamente o numero de locomotivas e de vehiculos de todas as classes ;

IX. Telegrapho electrico ;

X. Administração, direcção e condução dos trabalhos de construção.

VII

Procurar-se-ha dar ás curvas o maior raio possível. O raio mínimo será de 100 metros.

As curvas dirigidas em sentidos contrarios deverão ser separadas por uma tangente de 10 metros pelo menos.

A declividade máxima será de 3 %, limite que só será attin-gido em casos excepcionaes.

A estrada será dividida em secções de serviço de locomotivas, procurando-se em cada uma destas uniformisar as condições technicas de modo a effectuar o melhor aproveitamento da força dos motores.

As rampas, contra-rampas e patamares serão ligados por curvas verticaes de raios e desenvolvimento convenientes. Toda a rampa seguida de uma contra-rampa será separada desta por um patamar de 30 metros, pelo menos, nos tunneis e nas curvas de pequeno raio se evitará, o mais possível, o emprego de fortes declives.

Sobre as grandes pontes e viaductos metallicos, bem como á entrada dessas obras, se procurará não empregar curvas de pequeno raio ou fortes declividades.

As paradas e estações serão de preferencia situadas sobre por-ção da linha em recta e de nivel.

VIII

A estrada será de via singela, mas terá os desvios e linhas auxiliares que forem necessarios para o movimento dos trens.

A distancia entre as faces internas dos trilhos será de 1^m,00.

As valletas longitudinaes terão as dimensões e declive neces-sarios para dar prompto escoamento ás aguas.

A inclinação dos taludes dos côrtes e aterros será fixada em vista da altura destes e natureza do terreno.

IX

A companhia executará todas as obras de arte e fará todos os trabalhos necessarios para que a estrada não crêe obstaculo algum ao escoamento das aguas, e para que a direcção das outras vias de communicação existentes não recoba sinão as modificações indispensaveis e precedidas de approvação do Go-verno. Os cruzamentos com as ruas ou caminhos publicos poderão ser superiores, inferiores, ou, quando absolutamente se não possa fazer por outro modo, de nivel, construindo, porém, a companhia, a expen as suas, as obras que os mesmos cru-zamentos tornarem necessarias, ficando tambem a seu cargo as despesas com os signaes e guardas que forem precisos para as cancellas durante o dia e a noite. Terá nesse caso a companhia o direito de alterar a direcção das ruas ou caminhos publicos, com o fim de melhorar os cruzamentos ou diminuir o seu

numero, precedendo consentimento do Governo e, quando for do direito, da Camara Municipal e sem que possa perceber qualquer taxa pela passagem nos pontos de intersecção.

Executará as obras necessarias á passagem das aguas utilizadas para abastecimento ou para fins industriaes ou agricolas; e permitirá que, com identicos fins, taes obras se effectuem em qualquer tempo desde que dellas não resulte damno á propria estrada.

A estrada de ferro não poderá impedir a navegação dos rios ou canaes, e nesse intuito as pontes ou viaductos sobre os rios e canaes terão a capacidade necessaria para que a navegação não seja embaraçada.

Em todos os cruzamentos superiores ou inferiores com as vias em communicação ordinarias o Governo terá o direito de marcar a altura dos vãos do viaducto, a largura destes, e a que deverá haver entre os parapeitos em relação ás necessidades de circulação da via publica que ficar inferior.

Nos cruzamentos de nível os trilhos serão collocados sem saliencia nem depressão sobre o nível da via de communicação que cortar a estrada de ferro, de modo a não embaraçar a circulação de carros ou carroças.

O eixo da estrada de ferro não deverá fazer com o da via de communicação ordinaria um angulo menor de 45°.

Os cruzamentos de nível terão cancellas ou barreiras para vedarem durante a passagem dos trens a circulação da via de communicação ordinaria, si esta for nas proximidades das povoações ou tão frequentada que se torne necessaria esta precaução, a juizo do Governo, podendo este exigir, além disto, uma casa de guarda, sempre que reconhecer essa necessidade.

X

Nos tunneis, como nos viaductos inferiores, deverá haver um intervallo livre nunca menor de 1^m,50 de cada lado dos trilhos.

Além disso haverá de distancia em distancia no interior dos tunneis nichos de abrigo.

As aberturas dos poços de construcção e ventilação dos tunneis serão guarnecidas de um parapeito de alvenaria de dous metros de altura e não poderão ser feitas nas vias de communicação existentes.

XI

A companhia empregará materiaes de boa qualidade e na execução de todas as obras seguirá sempre as prescripções da arte, de modo que obtenha construcções perfeitamente solidas.

O systema e dimensões das fundações das obras de arte serão fixados por occasião da execução, tendo em attenção a natureza do terreno e as pressões supportadas.

A companhia será obrigada a ministrar os appparelhos e pessoal necessario ás sondagens e fimeamento de estacas de ensaios, etc.

Nas superstructuras das pontes, as vigas de madeira só poderão ser empregadas provisoriamente, devendo ser substituídas por vigas metálicas, logo que o Governo exija. O emprego do ferro fundido em longeiros não será tolerado.

Antes de entregues á circulação, todas as obras de arte serão experimentadas, fazendo-se passar e repassar sobre ellas, com diversa velocidade e depois estacionar algumas horas, um trem composto de locomotivas ou, em falta destas, de carros de mercadorias, quanto possível carregados.

As despesas destas experiencias correrão por conta da companhia.

XII

A companhia construirá todos os edificios e dependencias necessarios para que o trafego se effectue regularmente e sem perigo para a segurança publica.

As estações conterão sala de espera, bilheteria, accomodações para o agente, armazens para mercadorias, caixas d'agua, latrinas, mictorios, rampas de carregamento e embarque de animaes, balanças, relógios, lampeões, desvios, cruzamentos, chaves, signaes e cercas.

As estações e paradas terão mobilia apropriada.

Os edificios das estações e paradas terão do lado da linha uma plataforma coberta para embarque e desembarque dos passageiros.

As estações e paradas terão dimensões de accordo com a sua importancia.

XIII

Correrão sómente, mas exclusivamente e sem excepção, por conta da companhia, todas as indemnisações e despesas motivadas pela conservação, trafego e reparação da estrada de ferro.

XIV

Durante o tempo da garantia de juros, o Governo não concederá outras estradas de ferro dentro de uma zona de 20 kilometros para cada lado do eixo da estrada e na mesma direcção desta.

XV

O Governo reserva-se o direito de conceder outras estradas que, tendo o mesmo ponto de partida e direcções diversas, possam approximar-se e até cruzar a linha concedida, com tanto que, dentro da referida zona, não recebam generos ou passageiros.

XVI

A fiscalisação dos trabalhos de conclusão ora contractados incumbem ao engenheiro fiscal pelo Governo nomeado para fiscalisar os serviços da estrada de ferro Porto Alegre a Uruguayana, já arrendada á companhia ora contractante.

Para as despesas com essa fiscalização contribuirá a mesma companhia com a quantia de tres contos de réis (3:000\$000) annuaes, com que entrará para os cofres federaes por semestres adeantados e serão considerados gratificação adicional, áquelle fiscal, durante os trabalhos da dita conclusão.

Finda essa conclusão, será a fiscalização incorporada, como o trecho de que se trata, á linha arrendada, e cessará essa contribuição.

Si, durante a execução ou ainda depois da terminação dos trabalhos, se verificar que qualquer obra não foi executada conforme as regras da arte, o Governo poderá exigir da companhia a sua demolição ou reconstrução total ou parcial, ou fazel-a por administração á custa da mesma companhia.

XVII

O Governo reserva-se o direito de fazer concessão de ramaes, partindo das estações ou de qualquer parte da linha contractada, sem que a companhia tenha direito a qualquer indemnização, salvo si houver augmento eventual de despesa de conservação; dando-lhe, porém, preferencia para construção, uso e gozo das novas linhas, caso a companhia o pretenda em igualdade de condições.

Todas as obras definitivas ou provisórias necessarias para obter a segurança do trafego serão feitas sem onus para a companhia, caso não seja ella concessionaria.

XVIII

A companhia não poderá traspassar a outrem o trafego da estrada ou parte desta sem prévia autorização do Governo.

XIX

E' concedida á companhia durante o prazo de 30 annos, contados da data do primeiro emprego do capital, a garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital que, dentro do maximo de dous mil novecentos e noventa contos (2.990:000\$), for fixado e reconhecido pelo Governo como necessario á conclusão de todas as obras da estrada, e quaesquer despesas feitas antes e depois de começados os trabalhos de construção da mesma até sua conclusão e aceitação definitiva e ser ella aberta ao trafego publico.

§ 1.º O capital a que se refere a presente disposição será fixado á vista do orçamento fundado nos planos e mais desenhos de caracter geral, documentos e requisitos necessarios á execução de todos os trabalhos, quer digam respeito ao leito da estrada, quer ás suas obras de arte e edificios de qualquer natureza, apresentalos ao Governo de conformidade com a clausula 6ª.

Além desses planos e mais desenhos de caracter geral exigidos, a companhia sujeitará á approvação do fiscal por parte do Governo os de detalhe necessarios á construção das obras de arte.

taes como pontes, viaductos, pontilhões, boeiros, tunneis, e os de qualquer edificio da estrada de ferro, um mez antes de dar-se começo á obra, e si, findo esse prazo, a companhia não tiver solução do fiscal, quer approvando-os, quer exigindo modificações, serão elles considerados approvados.

No caso de serem exigidas modificações pelo fiscal do Governo, a companhia será obrigada a fazel-as; si não as fizer, será deduzida do capital garantido a somma gasta na obra executada sem a modificação exigida.

§ 2.º Si alguma alteração for feita em um ou maior numero dos ditos planos, desenhos, documentos e requisitos já approvados pelo Governo, sem consentimento deste, a companhia perderá o direito á garantia dos juros sobre o capital que se tiver despendida na obra executada segundo os planos, desenhos, documentos e mais requisitos assim alterados.

Si, porém, a alteração for feita com approvação do Governo e della resultar economia na execução da obra construida segundo a dita alteração, a metade da somma resultante desta economia será deduzida do capital garantido.

XX

A garantia do juros far-se-ha effectiva, livre de quaesquer impostos, em semestres vencidos nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno e pagos dentro do terceiro mez, depois de findo o semestre durante o prazo de 30 annos, pela seguinte forma:

§ 1.º Enquanto durar a construcção das obras, os juros de 6 % serão pagos sobre as quantias que tiverem sido autorisadas pelo Governo e recolhidas a um estabelecimento bancario para serem empregadas á medida que forem necessarias.

Esse recolhimento limitar-se-ha ás quantias exigidas pela construcção das obras em cada anno. Para esse fim a companhia apresentará ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas no Rio de Janeiro, antes do começo das obras, o seu respectivo orçamento, que será fundado sobre as mesmas bases em que se fundou o orçamento geral.

Decorrido que seja o primeiro anno do recolhimento acima referido cessarão os juros até a conclusão das obras que deviam ser executadas nesse anno. Construidas que sejam ellas, continuará o pagamento dos juros.

§ 2.º Os juros pagos pelo estabelecimento bancario sobre as quantias depositadas serão creditados á garantia do Governo, e hem assim quaesquer rendas eventuaes cobradas pela companhia, como sejam as de transcrencias de acções, etc.

§ 3.º Si convier á companhia levantar maior capital do que o necessario para as obras de um anno, poderá fazel-o desde que o deposite no Thesouro Nacional ou na Delegacia em Londres, para ser reembolsado á medida que a despeza da construcção o exigir e mediante pedido dirigido ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas com a antecedencia de 90 dias.

Neste caso, os juros garantidos de 6 % ao anno serão pagos sobre as quantias que forem depositadas, a contar das datas dos depositos.

§ 4.º Entregue a estrada ou parte desta ao transitio publico, os juros correspondentes ao respectivo capital serão pagos integralmente até se completarem os 30 annos da garantia.

XXI

A construcção das obras não será interrompida ; e, si o for por mais de tres mezes, cabucarão a concessão, a garantia e mais favores acima mencionados, salvo caso de força maior, julgado tal pelo Governo, e sómente por elle.

Si no prazo fixado na clausula 3ª não estiverem concluidos todos os trabalhos de construcção da estrada, e esta aberta ao trafego publico, a companhia pagará uma multa de 1 a 2 % por mez de demora sobre as quantias despendidas pelo Governo com a garantia até essa data.

E, si passados 12 mezes além do prazo acima fixado, não ficarem concluidos todos os trabalhos acima referidos, e não estiver a estrada aberta ao trafego publico, ficarão tambem caducos o privilegio, a garantia e mais favores já mencionados, salvo caso de força maior, só pelo Governo como tal reconhecido.

XXII

A companhia obriga-se a prestar esclarecimentos e informações que lhe forem reclamados pelo Governo em relação aos serviços e despezas de construcção contractada, e bem assim a entregar semestralmente um relatório circumstanciado do estado dos trabalhos em construcção.

XXIII

As duvidas e questões que se suscitarem entre a companhia e o Governo ou entre ella e os particulares, extranhas á intelligencia das presentes clausulas, serão resolvidas de accordo com a legislação brasileira e pelos tribunaes brasileiros.

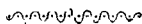
XXIV

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas referentes á construcção para a qual não se tenha comminado pena especial, poderá o Governo impôr multas de 200\$ até 5:000\$, e o dobro na reincidencia.

XXV

Findos os 30 annos do regimen da garantia de juros, cessará ésta immediatamente, não cabendo á contractante direito algum sobre a restituição do capital empregado na construcção.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898. — *Saverino Vieira*.



DECRETO N. 3185 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 7:200\$, para pagamento dos vencimentos, no corrente exercicio, dos empregados addidos á Repartição dos Telegraphos, em virtude da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 562, de 31 do corrente, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 7:200\$, supplementar á rubrica—Repartições e logares extinctos—do referido Ministerio, para pagamento, no corrente exercicio, dos vencimentos dos empregados addidos á Repartição Geral dos Telegraphos, em virtude da execução da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Severino Vieira.



DECRETO N. 3186 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1898

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de £ 1.098—19—2, para occorrer á despesa com a indemnisação dos prejuizos causados pela occurencia havida em Santos, com o vapor inglez *Stannmore*.

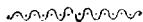
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 563, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de £ 1.098—19—2, para occorrer á despesa com a indemnisação dos prejuizos causados pela occurencia havida em Santos, com o vapor inglez *Stannmore* em 1892.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1898, 10^a da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



folha branca original

ADDITAMENTO

folha branca original

ADDITAMENTO

DECRETO N. 3136 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia de Guardas Nacionais na comarca de Lábrea, no Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Ficam creadas na Guarda Nacional da comarca de Lábrea, no Estado do Amazonas, uma brigada de infantaria e uma de artilharia, aquella com a designação de 5ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo ns. 13, 14 e 15, e um do da reserva, n. 5, e esta com a de 2ª, que se constituirá de um batalhão de artilharia de posição e um regimento de artilharia de campanha, tendo ambos o n. 2, que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3137 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Boa-Vista do Rio Branco, no Estado do Amazonas.

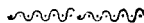
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca da Boa-Vista do Rio Branco, no Estado do Amazonas, uma brigada de infantaria, com a designação de 6ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 16, 17 e 18, e um do da reserva, sob o n. 6, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES,

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3138 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Maués, no Estado do Amazonas.

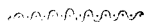
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 131 de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Maués, no Estado do Amazonas, uma brigada de infantaria, com a designação de 8ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 22, 23 e 24, e um do da reserva, n. 8, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.



DECRETO N. 3139 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1898

Crea uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Humaytá, no Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do decreto n. 431 de 14 de dezembro de 1896, decreta :

Artigo unico. Fica creada na Guarda Nacional da comarca de Humaytá, no Estado do Amazonas, uma brigada de infantaria, com a designação de 7ª, que se constituirá de tres batalhões do serviço activo, ns. 19, 20 e 21, e um do da reserva, sob o n. 7, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de novembro de 1898, 10ª da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Epitacio da Silva Pessoa.

